

MARIA FILOMENA PIMENTEL DE CARVALHO ANDRADE

*IN OBOEDIENTIA, SINE PROPRIO,
ET IN CASTITATE, SUB CLAUSURA*

**A ORDEM DE SANTA CLARA EM PORTUGAL
(SÉCS XIII – XIV)**



2011

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História (Especialidade em História Económica e Social Medieval), realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Iria Vicente Gonçalves.

Ao Luís, a minha Vida

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Ritmo total de aquisições (nos três mosteiros em análise)	212
Gráfico 2 – Formas de aquisição ao longo do tempo – Santarém	212
Gráfico 3 – Formas de aquisição – Santarém	214
Gráfico 4 - Formas de aquisição ao longo do tempo – Entre-ambos-os-Rios	215
Gráfico 5 - Formas de aquisição – Entre-ambos-os-Rios	216
Gráfico 6 – Formas de aquisição ao longo do tempo – Coimbra	217
Gráfico 7 – Formas de aquisição – Coimbra	218
Gráfico 8 – Total de compras (dos três mosteiros)	219
Gráfico 9 – Total de doações (dos três mosteiros)	226
Gráfico 10 – Total de legados (dos três mosteiros)	227
Gráfico 11 – Total de escambos (nos três mosteiros)	268
Gráfico 12 – Tipos de contratos – Santarém	335
Gráfico 13 – Tipos de contratos ao longo do tempo – Santarém	336
Gráfico 14 – Contratos em Vidas – Santarém	338
Gráfico 15 – Tipos de contratos – Entre-ambos-os-Rios	339
Gráfico 16 – Tipos de contratos ao longo do tempo – Entre-ambos-os-Rios	340
Gráfico 17 – Contratos em Vidas - Entre-ambos-os-Rios	342
Gráfico 18 – Tipos de contratos – Coimbra	343
Gráfico 19 – Tipos de contratos ao longo do tempo – Coimbra	344
Gráfico 20 – Contratos em Vidas – Coimbra	345
Gráfico 21 – Profissões e estautos dos foreiros – Santarém	469
Gráfico 22 – Profissões e estautos dos foreiros – Entre-ambos-os-Rios	473
Gráfico 23 – Profissões e estautos dos foreiros – Coimbra	475

Índice de Plantas

Planta 1 – Santarém – 113	116
Planta 2 – Porto – 115	119
Planta 3 – Lisboa - 115	120
Planta 4 – Coimbra - 117	123
Planta 5 – Vila do Conde - 119	125
Planta 6 – Guarda – 120	127
Planta 7 – Beja - 121	129
Planta 8 - Portalegre - 122	130
Planta 9 - Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e cerca - 134	144
Planta 10 – Mosteiro de Santa Clara de Coimbra – 134	146

Índice de Quadros

Quadro 1 – As fundações monástico-conventuais femininas	54
Quadro 2 – As casas religiosas femininas (implantação geográfica)	54
Quadro 3 - Quadro nº 3 - Fundações da Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII a XV)	76
Quadro 4 - Quadro nº 4 - Bens de raiz e móveis do testamento de D. Châmoa Gomes (para o mosteiro de Entre-ambos-os-Rios)	175
Quadro 5 - Encargos do testamento de D. Châmoa Gomes (deixados ao mosteiro de Entre-ambos-os-Rios)	176
Quadro 6 - Bens de raiz e padroados da “carta de dotação” de Afonso Sanches e Teresa de Albuquerque ao mosteiro de Vila do Conde	178
Quadro 7 - Bens imóveis de D. Mor Dias, de acordo com o seu primeiro testamento (1268)	181
Quadro 8 - Bens imóveis e padroados de D. Mor Dias, de acordo com o seu segundo testamento (1277-1283)	182
Quadro 9 – Dotação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra em 1283	187
Quadro 10 – Bens imóveis e padroados do terceiro testamento de D. Mor Dias (1302)	189
Quadro 11 - Bens do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, em 1302	192
Quadro 12 - Formas de doação (mosteiro de Santarém)	228
Quadro 13 – Bens doados ao mosteiro de Santarém	231
Quadro 14 - Formas de doação (mosteiro de Entre-ambos.os-Rios)	233
Quadro 15 - Bens doados ao mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios	237
Quadro 16 - Formas de doação (mosteiro de Coimbra)	239
Quadro 17 - Bens doados ao mosteiro de Coimbra	247
Quadro 18 - Bens das freiras deixados ao mosteiro de Santarém	255

Quadro 19 - Bens recebidos e geridos pelas freiras (com o consentimento do convento de Santarém)	257
Quadro nº 20 - Heranças recebidas pelo mosteiro de Entre-ambos-os-Rios	261
Quadro nº 21 - Heranças recebidas pelo mosteiro de Coimbra (“ao abrigo” do privilégio de 1356)	264
Quadro nº 22 - Bens das freiras (deixados ao mosteiro de Coimbra e/ou por elas administrados em vida (com consentimento da comunidade)	265
Quadro 23 - Permutas feitas pelas freiras e pelo mosteiro de Santarém	270
Quadro 24 - Permutas feitas pelas freiras e pelo mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios	273
Quadro 25 - Permutas feitas pela Rainha e pelo mosteiro de Coimbra	280
Quadro 26 - A propriedade urbana do mosteiro de Santarém	307
Quadro 27- Propriedade urbana do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios	309
Quadro 28 - Propriedade urbana do mosteiro de Coimbra	309
Quadro 29 - Padroados do mosteiro de Coimbra	326
Quadro 30 - Padroados do mosteiro de Vila do Conde	332
Quadro 31 - Datas de pagamentos de foros (mosteiro de Santarém)	348
Quadro 32 - Datas de pagamentos dos foros (mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios)	350
Quadro 33 - Datas de pagamentos de foros (mosteiro de Coimbra)	353
Quadro 34 - Dependentes e Servidores de D. Mor Dias-	374
Quadro 35 – Piores e Vigários da Igreja de São Martinho de Montemor-o-Velho -	458
Quadro 36 – Piores e Vigários da Igreja de São Vicente de Sangalhos	458
Quadro 37 - Piores e Vigários da Igreja de São Pedro de Gouveia	458
Quadro 38 - Juizes do Couto de Entre-ambos-os-Rios	461

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

Índice Geral

Siglas e Abreviaturas	9
Introdução	10
I - A institucionalização - empenhamento fundacional e organização comunitária -	42
1. A mulher em religião	45
1.1. A condição feminina perante a igreja e o mundo	45
1.2. O monaquismo feminino, em Portugal: uma visão de conjunto	53
2. O fenómeno mendicante	59
2.1. A <i>Forma de Vida</i> dos Frades Menores	59
2.2. Santa Clara e as Clarissas	66
3. As Clarissas em Portugal	73
3.1. A instituição ao longo da Idade Média	73
3.2. Os fundadores e as etapas da fundação	78
3.3. As condições materiais: a ubicação e a construção	112
3.3.1. A escolha do local	113
3.3.2. A construção dos edifícios	134
3.3.3. A vivência do espaço	141
3.4. A Normativa e o Quotidiano	152
II – A construção do património - Aquisição e gestão dos bens	171
1. A aquisição de Património	172
1.1. A dotação inicial/fundacional	173
1.2. As instâncias e etapas de construção do património	195
1.2.1. A protecção régia e pontifícia	195
1.2.2. As aquisições das freiras e da comunidade	210
1.2.2.1. As compras	219
1.2.2.2. As doações e os legados testamentários	225
1.2.2.3. Os dotes e as heranças	252
1.2.2.4. Os escambos	268
2. A composição do património	283
2.1. A paisagem rural	283
2.1.1. Santa Clara de Santarém	283
2.1.1.1. As terras de pão	285
2.1.1.2. As vinhas e os olivais	286
2.1.1.3. Outras produções	289
2.1.2. Santa Clara de Entre-Ambos-os-Rios	290
2.1.2.1. As terras de pão	291
2.1.2.2. As vinhas e os olivais	292
2.1.2.3. Outras produções	293
2.1.3. Santa Clara de Coimbra	294
2.1.3.1. As terras de pão	295

2.1.3.2.As vinhas e os olivais	297
1.3.3. Outras produções	303
2.2. A paisagem urbana	306
3. A organização da propriedade	313
3.1. O Senhorio	313
3.2. O Domínio	317
3.2.1. A exploração directa: a reserva	317
3.2.2 A exploração indirecta	317
3.3. Os padroados de igrejas	325
4. A gestão e o aproveitamento patrimonial	334
4.1. Os contratos	334
4.2. As rendas e os pagamentos	347
III - Os laços de interdependência comunitária e social - A família, os protectores e os servidores	357
1. As figuras tutelares	359
1.1. Fundadores e/ou governadores	359
1.1.1. Em Entre-Ambos-os-Rios	360
1.1.2. Em Coimbra - 347	369
A) A fundadora/dotadora: Mor Dias	369
B) A Fundadora/governadora: Isabel de Portugal	379
1.1.3. Vila do Conde	387
1.1.4. Lisboa e Beja, Lamego/Santarém, Guarda, Portalegre e Amarante –	391
1.2. Os benfeitores	396
1.2.1. A protecção dos monarcas	396
1.2.2. O apoio do poder episcopal	398
1.2.3. As alianças com os senhores nobres	405
1.3. Os protectores/vigilantes: Os frades franciscanos (A Ordem) e a sua relação com a família conventual	413
2. A vida conventual: protagonistas e teias de relação	424
2.1 A vida conventual: protagonistas e teias de relação	424
2.2. As relações internas: os cargos e os serviços	440
3. A “nova família” conventual	448
3.1. A relação com os dependentes e servidores – a domesticidade	449
3.2. A ligação com os foreiros: proveitos e dependências	468
Conclusão	480
Bibliografia	485
Apêndices	537
I. Um olhar sobre as freiras do convento: as microbiografias -	538
A. Convento de Santa Clara de Santarém	539
B. Convento de Santa Clara de Entre-Ambos-os-Rios	581
C. Convento de Santa Clara de Coimbra	608
D. Convento de Santa Clara de Lisboa	654
E. Convento de Santa Clara de Vila do Conde	656

F. Convento de Santa Clara de Beja	658
G. Convento de Santa Clara da Guarda	660
H. Convento de Santa Clara de Portalegre	661
II. A composição das comunidades por abadessados	664
III. Os Frades Franciscanos	670
IV. Dependentes e Servidores	684
V. Membros da Casa da Rainha	711
VI. Foreiros	715
VII. Árvores Genealógicas	748
VIII. Mapas	764
Índice de Gráficos	793
Índice de Quadros	794
Índice de Plantas	796

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

VII – Árvores Genealógicas

RESUMO (ABSTRACT)

DISSERTAÇÃO (DISSERTATION) - *In oboedientia*, sine proprio, et in castitate, sub clausura: A Ordem de Santa Clara em Portugal (séculos XIII e XIV)

AUTORA (AUTHOR) – Maria Filomena Pimentel de Carvalho Andrade

RESUMO

A minha investigação debruça-se sobre a Ordem de Santa Clara em Portugal, apresentando a fundação e a vida dos seus mosteiros, ao longo dos séculos XIII e XIV. Assim, preocupam-me a instituição e os processos usados para implementar as primeiras comunidades, a forma como vivem a regra e expressam a sua fé.

Mas, para sobreviver um mosteiro feminino tem de possuir um património - gerido em comum - e formado pela dotação inicial dos fundadores e pelos bens dos benfeitores e de todas aquelas que ingressam nos conventos. Importa ainda captar a protecção dos poderosos e o desenvolvimento de redes clientelares, que transformam o mosteiro num centro de poder, organizador da vida e distribuidor de graças e benefícios.

O monaquismo feminino assume, assim, um papel activo na sociedade e contribui para uma leitura interpretativa do fenómeno religioso na medievalidade.

ABSTRACT

My research focuses on the Order of Santa Clara in Portugal, presenting the foundation and the lives of their nunneries, during the thirteenth and fourteenth centuries. So, I am concerned about the institution and the processes used to implement the first communities, the way they live the Rule, and express their faith.

But to survive a female monastery must have a heritage - managed in common - and formed by the initial allocation of goods by the founders and benefactors and all those who enter the convents. It should also capture the powerful protection and development of networks, which transform the monastery into a center of power, organizer and distributor of life's graces and benefits.

The female monasticism thus takes on an active role in society and contributes to an interpretative reading of the religious phenomenon in medieval.

PALAVRAS-CHAVE – MOSTEIRO; CONVENTO; CLAUSTRO; MONACATO FEMININO; CLARISSAS; FUNDAÇÃO; HISTÓRIA DAS MULHERES; ESPIRITUALIDADE FEMININA; ORDENS RELIGIOSAS; FRANCISCANOS; REGRAS MONÁSTICAS.

KEYWORDS – MONASTERY; NUNNERY; CLOISTER; FEMALE MONASTICISM; FOUNDATION; WOMEN'S HISTORY; WOMEN'S SPIRITUALITY ; RELIGIOUS ORDERS; FRANCISCAN, POOR CLARES ; MONASTIC RULES.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADB - Arquivo Distrital de Braga
ADP - Arquivo Distrital do Porto
ADS – Arquivo Distrital de Santarém
BPE – Biblioteca Pública de Évora
Chanc. – Chancelaria
c.c. – casado com
cad. - caderno
cx – caixa
doc. – documento
E.G. – Esquema Genealógico
fl. - folha
fls.- folhas
gav. - gaveta
inc. – incorporação
IP – Instituto de Paleografia (Coimbra)
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
Liv - Livro
LD – Livro do Deão
LL – Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro
LV – Livro Velho de Linhagens
MSCP – Mosteiro de Santa Clara do Porto
MPV – Monumenta Portugaliae Vaticana
Mç. – Maço
nº - número
OFM – Ordem dos Frades Menores
p. – página
Perg.- Pergaminhos
PA – Província dos Algarves
MPV – Monumenta Portugaliae Vaticana
PP – Província de Portugal
PF - Pública Forma
Reg. - Régios
s/data – sem data
s.l. – sem local de edição
s.n. – sem nome de Editora
SCC – Santa Clara de Coimbra
SCS – Santa Clara de Santarém
SCP – Santa Clara do Porto
SCPortalegre – Santa Clara de Portalegre
SCVC – Santa Clara de Vila do Conde
TT – Torre do Tombo
PMV – Portugaliae Monumenta Vaticana
v. - verso
vol. - volume

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

INTRODUÇÃO

A elaboração de uma dissertação de doutoramento constitui-se como o coroar de um trabalho académico de pesquisa e reflexão que pretende contribuir para uma compreensão da realidade, formulando um discurso interpretativo que reconheça as virtualidades mas também os limites da sua abordagem. Colocar os problemas, inquirir das suas possibilidades de verificação é o trabalho hermenêutico que se deve apoiar num esforço heurístico de procurar reunir toda a documentação disponível. Tarefa, por vezes, considerada gigantesca, devido à situação dos nossos arquivos, especialmente no que concerne à organização e disponibilização dos fundos.

Mas a documentação revela-se sempre muito mais rica do que aquilo que se possa imaginar à partida e reconstruir a história que ela, simultaneamente, nos desvela e esconde é um desafio único e digno do trabalho de um historiador. Pois a importância da investigação, em especial nas áreas das ciências humanas, é uma realidade insofismável, no panorama científico que corre graves riscos de se deixar abafar pelas “verdades” puramente empíricas e pelos conceitos forjados na repetição exaustiva, sem conteúdo epistemológico, nem reflexão crítica.

Iniciei, assim, o meu estudo consciente da situação que anteriormente descrevi, até porque já tinha realizado a minha dissertação de mestrado e, por isso, reconhecia o trabalho que me esperava. Optei, após um périplo pela documentação e de uma tomada de consciência das lacunas da nossa investigação, por abordar uma temática que embora focada na história económica e social, fosse transversal a toda a realidade. Compreender o funcionamento de uma entidade, no caso vertente, de cariz religioso, e a vida dos que a constituem é um esforço totalizante que me parece, no momento da nossa historiografia, o mais importante e necessário para uma problematização da Idade Média portuguesa¹.

As comunidades femininas de clarissas em Portugal, durante os séculos XIII e XIV, são o objecto de estudo que elegi. Pretendo fazer uma leitura interpretativa do papel da mulher e da sua opção religiosa, bem como das implicações desta na sociedade

¹ Ver trabalho de Adelaide Pereira Millán da Costa, “Os tempos do medievalismo e as rupturas do século” in *O Estudo da História*, Lisboa, Associação Portuguesa de História, 2001, p. 45-52.

que a cerca e com quem ela constrói uma teia de relações (a nível pessoal e comunitário). Significa esta opção, tratar estas mulheres no seu todo, como agentes e construtoras de uma história e o protagonismo dos seus conventos, na conjuntura económica e social portuguesa.

Impõe-se, por isso, antes de empreender a obra, começar por, em breves linhas, traçar um panorama da historiografia sobre o monaquismo feminino, em Portugal, a fim de enquadrar o estudo que vou realizar.

Em Março de 1985, no Colóquio realizado em Coimbra sobre *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, Maria Alegria Marques afirmava: “A temática do monaquismo feminino afigura-se-nos como algo de apaixonante, quer pela sua vastidão, quer pelo mundo de problemas de cariz marcadamente humano e de índole social que lhe podem estar subjacentes. No entanto, entre nós, o seu estudo está por fazer e é nesse sentido que pretendemos apresentar algumas pistas de trabalho que, por certo, ajudarão ao problema.”²

À data existia apenas o estudo monográfico sobre o Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII, de Maria Helena Cruz Coelho³ (baseado no Cartulário de D. Mor Martins), realizado na década de 70. O panorama apenas se alterou, de forma significativa, a partir dos anos 90, mercê dos trabalhos – teses de mestrado e doutoramento⁴ - realizados nas várias universidades portuguesas.

Assim, de um total de cinquenta e sete casas religiosas femininas existentes em Portugal, até finais do século XV⁵, estão estudadas cerca de doze⁶ (metade são

² Maria Alegria Marques, “Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região de Entre Douro e Tejo”, *Actas do Colóquio A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, p. 89.

³ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988.

⁴ Como iremos demonstrar e apresentar em seguida.

⁵ Cf. *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005. Segundo este Guia, as casas religiosas femininas são: Beneditinas – 21; Cistercienses – 8; Cónegas Regrantes de Santo Agostinho – 4; Eremitas de Santo Agostinho – 1; Dominicanas – 4; Clarissas – 18 e Ordem de Santiago - 1.

cistercienses), que não abrangem todo o período considerado, havendo uma maior incidência na Baixa Idade Média.

As referidas obras estão essencialmente vocacionadas para a análise do domínio material das instituições, o seu património fundiário (uma vez que a maioria da documentação a ele se refere) mas ainda para a relação destas mesmas comunidades com o mundo, especialmente no que às relações sociais respeita. Vários destes estudos contêm fichas prosopográficas das freiras e monjas e muitos apresentam ainda as ligações familiares que estabelecem no interior e exterior da comunidade. Há ainda outra vertente contemplada que se debruça sobre o processo fundacional de uma ou outra instituição, nalguns casos em períodos de grave crise e que, por isso, se prolonga por vários anos⁷.

⁶ Os estudos recenseados são os seguintes: Beneditinas - Maria Teresa Osória de Melo, *O Mosteiro Beneditino de Santa Maria de Semide*, Coimbra, Livraria Minerva, 1992; Rui Cunha Martins, *Património, parentesco e poder: o Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992; Alcina Manuela de Oliveira Martins, *O Mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: o percurso de uma comunidade feminina*, Porto, Universidade Portucalense, 2001; Cistercienses - Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988; José Manuel Henriques Varandas, *Monacato feminino e domínio rural. O património do Mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XIV*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada, Lisboa, 1994; Cristina André de Pina e Sousa, Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Leiria, Ed. Magno, 1998; Margarida Isabel da Silva Pinto, *O Mosteiro de Odivelas no século XIV. Património e Gestão*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2000; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2001; Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001; Luís Miguel Rêpas, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Ed. Magno, 2003; Dina Carla Ferreira de Sousa de Almeida, *O Mosteiro Cisterciense de Arouca: comunidade e património: 1300-1317*, 2 vols, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2003; Rafael Marques Vigário, *O Mosteiro de Arouca no século XV: 1400-1437: a comunidade e o património*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2007; Cónegas Regrantes de Santo Agostinho - Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas: Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média*, Patrimonia, Cascais, 1996; Comendadeiras da Ordem de Santiago - Joel Silva Ferreira Mata, *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos na Idade Média*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 1991; Idem, *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI. Um estudo religioso, económico e social*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2007; Clarissas - Ana Paula Pratas Figueira Santos, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, 2 vols., dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2000; Dominicanas - Júlia Isabel Coelho Campos Castro, *O Mosteiro de São Domingos das Donas de Vila Nova de Gaia (1345-1513)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 1993.

⁷ Como é o caso da tese de Ana Paula Pratas Figueira Santos, acima referida.

É ainda importante realçar o contributo das teses realizadas na área da História de Arte (sobre os espaços cisterciense⁸ e mendicante⁹) bem como as de Património e Restauro¹⁰ ou os trabalhos de Arqueologia e Antropologia¹¹ e até Botânica e Biologia¹² que, de forma interdisciplinar, podem contribuir para esclarecer muitos aspectos cruciais da vivência monástica.

Simultaneamente, no âmbito desta temática, a vida de mulheres que fazem uma opção religiosa, vivendo na clausura ou próximo dela e que se distinguiram pela sua obra, tem concitado o interesse de alguns historiadores, particularmente os que se

⁸ Como é o caso de Francisco Manuel de Almeida Correia Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, 2 volumes, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 1990; Idem, *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal (séculos XIII-XIV)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, policopiada, Faro, 2008.

⁹ Francisco Pato de Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2006.

¹⁰ Veja-se sobre esta matéria as teses produzidas pela Universidade de Évora: Maria Antónia Marques Fialho Costa Conde, *Mosteiro de São Bento de Cástris (Évora): bases para uma proposta de valorização histórico-arquitectónica*, 2 volumes, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, policopiada, Évora, 1995; Manuela Maria Justino Tomé, *Mosteiro de São Dinis de Odivelas: estudo histórico-arquitectónico: acções para a salvaguarda do património edificado*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, policopiada, Évora, 1995; Maria Antónia Nobre Silva Martins Jacinto, *O Mosteiro de Almoester: contributos para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, policopiada, Évora, 1997; Teresa Cristina Pereira Duarte, *Mosteiros medievais de Clarissas em Portugal: contributos para a sua caracterização morfológica, recuperação e valorização*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, policopiada, Évora, 2006.

¹¹ Artur Côrte-Real, *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: novos dados para o seu conhecimento: operação arqueológica 1995-1999*, 2 volumes, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2001; Teresa Mourão, *Santa Clara-a-Velha. Reflexos do Património*, Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 2000; Idem, *Entre murmúrios e orações. Aspectos da vida quotidiana do Convento de Santa Clara-a-Velha através do espólio funerário (séculos XVI e XVII)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2004.

¹² Como é o interessante caso, para a comunidade das clarissas de Coimbra, de uma tese na área da paleobiologia da autoria de Célia Cristina Rodrigues Lopes, *As Clarissas de Coimbra dos séculos XIV e XV: Paleobiologia de uma comunidade religiosa de Santa Clara-a-Velha*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2001; e de um trabalho na área da botânica: Paula Fernanda Queirós et alii, *Santa Clara-a-Velha – o quotidiano para além da ruína – primeiros resultados da investigação paleoecológica e arqueobotânica*, Lisboa, Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências do Instituto Português de Arqueologia, policopiado, 2006.

debruçam sobre a história social. De todos temos de destacar os da escola de Coimbra¹³, evidenciando-se neste campo, os nomes de Maria Helena da Cruz Coelho¹⁴, Saúl António Gomes¹⁵, ou de Luís Miguel Rêpas¹⁶, na esteira de estudos já realizados anteriormente, como o de Pedro de Azevedo¹⁷. Neste caso as diferenças são substanciais e as perspectivas abordadas também. As mais recentes inclinam-se para um conhecimento abrangente da vida das personagens, dos familiares e dos bens que gerem e recebem. Não está tão presente a sua actuação na esfera do religioso e a sua inserção nos movimentos de espiritualidade da época. A História religiosa de Portugal¹⁸ tentou colmatar esta falha no que a algumas destas senhoras respeita, como é o caso do capítulo de Lurdes Rosa¹⁹, dedicado a senhoras leigas e piedosas. No entanto, continua

¹³ Embora há ainda outros que, fora do âmbito desta escola, realizaram alguns estudos nesta perspectiva: Isabel Branquinho, “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p.239-258; Luís Filipe Oliveira, “Uma barregã régia, um mercador de Lisboa e as freiras de Santos” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 182-196.

¹⁴ Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, “A mulher como um bem e os bens da mulher” separata de *A mulher na sociedade portuguesa*, Actas do Colóquio realizado em Coimbra, 20 a 22 de Março de 1985, volume I, Coimbra, 1986. p.51-90; Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, “Vataça - uma dona na vida e na morte”, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 1º volume, Porto, I.N.I.C., 1987, p.159-193; Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, “Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência”, *Revista de História da Ideias*, vol. 9, Coimbra, 1987, p.33-77; Maria Helena da Cruz Coelho e Rui Cunha Martins, “O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XII-XIV)”, *Theologica*, 2ª Série, 28,2, 1993, p.481-506.

¹⁵ Saúl António Gomes, “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, volume 1, Coimbra 2002/2003, p. 147-150.

¹⁶ Luís Miguel Rêpas, “Margarida Anes [Fafes de Lanhoso] (1272-1316). A Mulher, a Religiosa, a Gestora”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXIV, Coimbra, 2000, p.491-533; Idem, “O monaquismo cisterciense feminino, o mosteiro de Arouca e uma proposta de estudo prosopográfico”, *Itinerarium*, Ano XLVII, nº 170 (Maio-Agosto), 2001, p. 321-330.

¹⁷ Cf. Pedro de Azevedo, “Urraca Machado, dóna de Chelas”, *Arquivo Historico Portuguez*, volume III, números 1 e 2, Janeiro/Fevereiro 1905, p. 1-33.

¹⁸ Esta iniciativa da Universidade Católica, como se diz na “Introdução” pretende, entre outros objectivos: “contribuir para a percepção de como a problemática religiosa cristã se articula com a história de Portugal; (...) conjugar capítulos de síntese para transmitir o ponto de situação da historiografia actual com a elaboração de capítulos relativos ao estado aberto de estudos para assuntos menos trabalhados” in *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira Azevedo, Vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coordenado por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. XIX.

¹⁹ “A religião no século: vivências e devoções dos leigos” in *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira Azevedo, Vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coordenado por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, 2000, p. 423-505.

a existir um forte desconhecimento acerca da vida destas mulheres, do seu quotidiano e das suas práticas sociais e de devoção²⁰.

No que respeita às clarissas, os primeiros e mais circunstanciados relatos que possuímos, sobre os vários conventos, são da autoria dos franciscanos que as integram nas suas crónicas²¹. De todos devemos destacar Manuel da Esperança, que revela um vasto conhecimento da documentação das clarissas que transcreve e utiliza, a par de um discurso, por vezes laudatório, das virtudes de uma ou outra freira. No entanto, a sua Crónica Seráfica constitui um importante repositório para a história das clarissas, em Portugal.

Já no século XX, os franciscanos prosseguiram esse estudo, especialmente, Fernando Félix Lopes, António Montes Moreira e Henrique Pinto Rema. Ao primeiro devemos uma vasta obra onde se insere um valioso estudo sobre as primeiras clarissas portuguesas²², onde publica um importante conjunto de bulas, pertencente ao cartório de Santa Clara de Santarém e outro que apresenta uma reflexão crítica sobre o problema jurídico que envolve as origens de Santa Clara de Coimbra²³. No âmbito desta problemática, é ainda autor de um conjunto apreciável de artigos sobre a Rainha Santa

²⁰ Não podemos deixar ainda de referir no âmbito dos estudos sobre a experiência religiosa feminina, os trabalhos de João Luís Inglês Fontes sobre alguns casos de comunidades femininas “de margem” que constituem um valioso contributo para explicar o papel das mulheres no contexto religioso português da época. Veja-se deste autor: A pobre vida no feminino. O caso das Galvoas de Évora”, in *O corpo e o gesto na Idade Média*, Lisboa, Colibri, 2003, p. 157-178; Idem, “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 259-277.

²¹ Destas, para o período medieval, destaco: Jerónimo de Belém, *Chronica serafica da santa Provincia dos Algarves*, 4 vols., Lisboa, 1750-1758; Apolinário da Conceição, *Claustro Franciscano*, Lisboa Ocidental, Officina de Antonio Isidro da Fonseca, 1740; *Crónica da Ordem dos Frades Menores*, 1209-1285: manuscrito do século XV, ed. por José Joaquim Nunes, 2 vols., Coimbra, 1918; *Crónica de la Provincia franciscana de Santiago 1214-1614 por un franciscano anónimo del siglo XVII*, introdução, rectificações e notas por Manuel de Castro, Madrid, 1971; Manuel da Esperança, *História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1656-1666; Marcos de Lisboa, *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, organização, introdução e índices do Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, 3 vols., Porto, 2001; Fernando da Soledade, *História seráfica cronológica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, 3 vols. (III-V), Lisboa, 1705, 1709, 1721 (esta é a continuação da obra de Manuel da Esperança).

²² Fernando Félix Lopes, “As primeiras clarissas de Portugal”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 2, 1952, p. 210-234.

²³ Fernando Félix Lopes, “Fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Problema de direito medieval”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 4, 1953, p. 166-192.

Isabel²⁴ e as suas relações com D. Dinis e seu filho, estudos estes que contribuem para esclarecer as questões em torno da “refundação” de Santa Clara de Coimbra e o papel da realeza neste conflito.

Félix Lopes será o primeiro a intentar uma breve história sobre as clarissas em Portugal²⁵, sendo continuado neste labor, por António Montes Moreira²⁶

Já na década de noventa do século XX, a comemoração do Oitavo Centenário do Nascimento de Santa Clara proporcionou a realização, em Salamanca, de um congresso internacional subordinado ao título: *Las Clarisas en España y Portugal*²⁷, com várias secções, desde a bibliografia clariana, à própria figura da Santa, a espiritualidade, a literatura, arte, música, arquivos e história. A participação portuguesa neste congresso foi diminuta, nele se registando apenas um artigo sobre as primeiras biografias de Santa Clara²⁸ e outro sobre uma célebre clarissa portuguesa, a princesa Joana de Castela²⁹, da autoria de um espanhol. E ainda, para um período posterior à época medieval, o artigo de Ivo Carneiro de Sousa, sobre a rainha D. Leonor e a introdução da reforma colectina nos cenóbios portugueses³⁰. Em Portugal³¹, a Biblioteca Nacional promoveu a

²⁴ Fernando Félix Lopes, “Sobre a Vida de Santa Isabel de Portugal”, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 7-238.

²⁵ Fernando Félix Lopes, “Mosteiros de clarissas em Portugal”, *Boletim mensal missões franciscanas e Ordem Terceira*, Braga, 46, 1953, p. 92-93.

²⁶ António Montes Moreira, “Breve história das Clarissas em Portugal”, in *Archivo Ibero-Americano*, T. LIV (nº 213-214), 1994, p. 211-231 e igualmente em *Las Clarisas en España y Portugal*, Actas do Congresso Internacional de Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. II/1, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, Madrid, 1994, p. 211-231

²⁷ *Las Clarisas en España y Portugal*, Actas do Congresso Internacional de Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, 4 volumes, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994.

²⁸ José Adriano Freitas de Carvalho, “As primeiras vidas de Santa Clara: dos testemunhos à biografia” in *Las Clarisas en España y Portugal*, Actas do Congresso Internacional de Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. I/1, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 197-209.

²⁹ Tarsicio de Azcona, “La princesa Juana de Castilla, monja clarisa en Portugal (1479-1530)” in *Las Clarisas en España y Portugal*, in *Las Clarisas en España e Portugal*. Actas do Congresso Internacional de Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. I/1, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 257-273.

³⁰ Ivo Carneiro de Sousa “A rainha D. Leonor e a introdução da reforma colectina da Ordem de Santa Clara em Portugal” in *Las Clarisas en España y Portugal*, Actas do Congresso Internacional de Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. II/2 Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 1033-1071. Ainda deste autor a sua tese de doutoramento: *A Rainha D. Leonor*

realização de uma exposição bibliográfica sobre “Santa Clara e as Clarissas em Portugal”. Encarregado o Padre Leite de Faria da pesquisa bibliográfica, publicou-se então um catálogo da referida exposição.³²

Depois destas comemorações pouco se tem produzido³³ sobre Santa Clara. Podemos apenas realçar a publicação de uma regra encontrada no Arquivo Distrital de Leiria, por Saúl António Gomes³⁴, com um breve estudo introdutório, a tese de mestrado, defendida por Ana Paula Figueira Santos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sobre a fundação de Santa Clara de Coimbra³⁵, que tem o inexcusável mérito de publicar todas as fontes de que a autora se serviu para o trabalho realizado³⁶, e o estudo da clarissa Otilia Rodrigues Fontoura, sobre os conventos na Madeira³⁷. Mais recentemente, Filomena Andrade publicou dois artigos sobre a

(1458 – 1525), *Poder, Misericórdia, e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

³¹ Houve ainda outras comemorações em que se integram: a edição facsimilada da obra monumental de António Garcia de Vasconcelos sobre a evolução do culto da Rainha Santa Isabel, levada a cabo pelo Arquivo da Universidade de Coimbra e ainda uma sessão evocativa do VIII centenário do nascimento de Santa Clara, realizada pela Academia Portuguesa de História, que teve lugar a 15 de Dezembro de 1993, na qual o académico Henrique Pinto Rema proferiu uma comunicação sobre: a Fé, a Cultura e a Arte na Ordem de Santa Clara em Portugal.

³² *Santa Clara e as Clarissas em Portugal. VIII Centenário do Nascimento de Santa Clara (1193-1194 – 1993-1994)*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

³³ Os trabalhos de Paulo Drumond Braga e Maria Isabel Drumond Braga, no Congresso do monacato feminino, realizado em Léon: Paulo Drumond Braga, “Mercês régias outorgadas ao convento de Santa Clara de Coimbra nos reinados de D. Dinis a D. Manuel I”, in *Congreso Internacional del Monacato Femenino en España. Portugal y America, 1492-1992*, vol. 2, León, Universidad de León – Secretariado de Publicaciones, 1993, p. 667-673; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Mercês régias outorgadas ao convento de Santa Clara de Coimbra (1521-1640)”, in *Congreso Internacional del Femenino en España, Portugal y America, 1492-1992*, vol. 2, León, Universidad de León – Secretariado de Publicaciones, 1993, p.675-685.

³⁴ Saúl António Gomes, “Uma Regra de Santa Clara de Assis de inícios do séc. XVI”, in *Leiria-Fátima, Orgão Oficial da Diocese*, Ano II, nº 5, Maio-Agosto, 1994, p. 139-159.

³⁵ A já citada obra de Ana Paula Figueira Santos.

³⁶ Algumas já parcialmente publicadas, por Fernando Félix Lopes, no estudo já referenciado sobre Santa Clara de Coimbra e Maria Teresa Monteiro, José João Rigaud de Sousa, “Notas sobre o pleito entre D. Mór Dias, fundadora do convento de Santa Clara, e os cônegos do mosteiro de Santa Cruz (Coimbra)”, in *Estudos Medievais*, nº1, Porto, 1981, p. 81-93. O mérito de Ana Paula Santos é acrescido, pelo facto de ser uma publicação integral (a partir dos vários arquivos portugueses) das fontes da história deste mosteiro, para o período em análise.

³⁷ Otilia Rodrigues Fontoura, *As Clarissas na Madeira. Uma presença de 500 anos*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Regional do Turismo e Cultura 2000.

presença das clarissas em Portugal³⁸, num esforço de sintetizar o que delas se conhece, durante o período medieval, tentando (re)posicioná-las no contexto do monaquismo feminino português.

Outros autores, nos seus escritos referem as clarissas, mas sem carácter sistemático e, na maioria dos casos, repetindo o que os anteriores já equacionaram. Podemos pois concluir que, apesar do caminho já percorrido, ainda nos falta muito para podermos realizar uma obra de síntese que nos permita compreender, em termos globais, o papel e importância do monaquismo feminino na sociedade portuguesa e das clarissas, em particular.

Face a este panorama, as dificuldades que emergem são várias. Prendem-se com a falta de estudos sistemáticos do monaquismo feminino e a incidência dos que existem na Baixa Idade Média, descurando pois os problemas fulcrais em torno das fundações e estabelecimento das casas.

Não existe, em Portugal, um estudo sistemático³⁹, nem sequer regional, sobre a presença de uma Ordem, na sua globalidade, faltando por isso visões de conjunto que permitam enquadrar alguns dos problemas com que me deparei.

Acresce ainda a ausência quase total de publicações de fontes, para já não falar do estado em que se encontram os arquivos portugueses. Os cartórios das casas religiosas foram, como sabemos, objecto de várias mudanças, reinstalações e depredações. Numa sociedade marcada pela oralidade, um número considerável de actos e contratos realizados não eram passados a escrito, os testemunhos conservados nos cartórios dos conventos (os seus arquivos correntes, à época) representam apenas uma pequena parte da vida das instituições.

³⁸ Maria Filomena Andrade, “As Clarissas em Portugal - dimensões regionais de uma corrente de espiritualidade europeia” in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, nº1, Abril, 1999, p. 109-127; Idem, “O processo fundacional dos conventos de clarissas no Portugal medievo” *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*, coord. Maria Isabel Viforcós Marinas e Maria Dolores Campos Sánchez-Bordona, León, Universidad de León, 2005, p. 79-101.

³⁹ O único que realmente pretende dar essa panorâmica e com uma grande abrangência é o de Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal: Das origens aos fins do século XVII*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de História da Universidade, 1980.

Na actualidade, a fraca implantação das Ordens no nosso território, após a sua extinção, não propiciou a elaboração de sínteses, pelas próprias comunidades, as quais detêm, à partida, uma sensibilidade especial e importante, na produção de estudos monográficos. Aliás, é isso que se verifica em Espanha, é certo que com resultados nem sempre, sob o ponto de vista historiográfico, muito consolidados, mas que têm o grande mérito de dar a conhecer as fontes documentais dos conventos e, por vezes mesmo, de elaborar trabalhos de maior fôlego e importância, como é o caso de Allariz⁴⁰, entre outros.

Muitos dos problemas radicam também nas dificuldades terminológicas e conceptuais que precisam de ser aferidas, ou pelo menos (re)equacionadas por caminhos metodológicos ainda não trilhados.

A polissemia dos conceitos⁴¹ leva-nos a começar por esclarecer a utilização de termos como convento ou mosteiro, no contexto de uma Ordem Mendicante. Assim, o mosteiro é a casa religiosa que alberga monges ou monjas que seguem uma regra monástica e que vivem em clausura, oração e penitência⁴². As Ordens Mendicantes inauguram uma nova forma de vida⁴³ que, entre outras características, aponta para a errância ligada à pregação e à esmola. Com uma organização mais centralizada, estes frades (e não monges) não fazem voto de estabilidade (na e para a comunidade onde professam) como os beneditinos, nem vivem na dependência das autoridades do mosteiro, mas antes de uma organização que assenta em províncias que agrupam custódias e conventos.

⁴⁰ *Santa Clara de Allariz. 7º Centenario da Fundació*m, Boletín Avriense, Anexo 5, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, 1986; AA.VV., *Santa Clara de Allariz. Historia y vida de un monasterio*, Ourense, Rodi Artes Gráficas de Ourense, 2002.

⁴¹ Outros como “familiar”, “soror” e “dote”, entre vários, serão mais à frente abordados.

⁴² Para esta definição e conceito, veja-se J. P. Müller, “Monastero- nella Chiesa latina”, in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, Guerrino Pelliccia e Giancarlo Rocca (dir.), vol. VI, Roma, edizione Paoline, 1980, p. cols. 49-51.

⁴³ Cf. in *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, a “Nota histórica” feita por António de Sousa Araújo, p. 251-253.

Mas se para os homens esta diferença é evidente, o mesmo não se passa com as mulheres, pois estas, não podendo pregar nem esmolar, são, expressamente, obrigadas à clausura⁴⁴ (no caso das clarissas esta constitui mesmo um quarto voto), reforçada ainda, em 1298, pela Bula *Periculoso* de Bonifácio VIII. Esta imposição torna a vida comunitária feminina (beneditina, cisterciense, agostinha ou mendicante) muito semelhante e sujeita às mesmas “regras”. Por isso, muitos autores referem-se às comunidades de clarissas como mosteiros e não conventos.

A juntar a esta questão está ainda o uso medieval dos dois termos. Assim, na documentação refere-se sempre a “abadessa e convento do mosteiro”, o que aponta para outra forma de nomeação, em que o convento é considerado a comunidade humana que se reúne para tomar decisões e o mosteiro a própria instituição em si⁴⁵.

Das várias perspectivas ou caminhos metodológicos de aproximação ao mundo monástico feminino português ressaltam assim alguns possíveis e, no caso português, ainda não explorados.

Assim, urge realizar a edição de fontes, que obriga a trabalho paleográfico e diplomático sistemático, de molde a obter um resultado coerente, além de muito útil, para todos os historiadores.

O próprio estudo das instituições tem sido feito de forma muito parcelar, alguns são obras de exaltação histórica, marcadamente apologéticas⁴⁶, com aproximações no

⁴⁴ Curiosamente, esta obrigação é, durante o período medieval, muito pouco cumprida pelas monjas beneditinas e especialmente cistercienses, como o demonstram abundantemente, os trabalhos já citados de: Maria Leonor Silva Santos sobre o mosteiro de Lorvão; Luís Rêpas dedicado a Arouca; Maria do Rosário Morujão acerca de Celas, entre outros. O mesmo se passa com as cónegas regantes de Santa Agostinho, como o refere Maria Filomena Andrade, no estudo da comunidade de Chelas.

⁴⁵ Com base nestes pressupostos, optámos por utilizar mosteiro quando nos referimos ao conjunto da instituição e convento quando aludimos à comunidade humana.

⁴⁶ Neste campo inserem-se os cronistas franciscanos, como o recém publicado (estudado) Frei Marcos de Lisboa, cronista do século XVI (*Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, organização, introdução e índices do Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, 3 vols., Porto, 2001) e ainda, nos séculos seguintes: Manuel da Esperança, *História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1656-1666 e Fernando da Soledad, *História seráfica cronológica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, 3 vols. (III-V), Lisboa, 1705, 1709, 1721. Sendo, no entanto, de realçar que Manuel da Esperança é autor de uma crónica baseada em fontes (que apresenta) e não se pode apelar à sua história de carácter apologético, tem sim um forte pensor erudito, revelando uma investigação aturada das fontes.

âmbito do local, institucional, religioso, outras revelam uma aproximação científica. Mas, regra geral, não se faz uma história total da instituição, a partir de dentro, das suas preocupações e objectivos, da sua compreensão da realidade. Esta preocupação poderá dar lugar às primeiras sínteses de carácter institucional e sócio-económico, de molde a implementar uma renovação dos estudos monásticos que passe pelo olhar crítico de todas estas comunidades como centros, a partir dos quais se organiza a paisagem, se propõe novas leituras do quotidiano e se enquadra a sociedade que a envolve e, em prol da qual, elas se organizam.

A documentação monástica poderá assim ser analisada sob várias e múltiplas perspectivas, pois os conventos constituem-se como importantes marcos sócio-económicos em relação ao mundo circundante.

Com base nestas reflexões, preocupa-me essencialmente a compreensão, na globalidade, do fenómeno enquadrado num espaço e num tempo. O objectivo, embora, um pouco ambicioso, é compreender os aspectos fundamentais do monaquismo feminino que, hoje, já se pode afirmar claramente, revelam que a mulher tem uma forma própria de estar e de se integrar na sociedade medieval⁴⁷.

Assim, com base na investigação realizada e a partir de uma releitura crítica das fontes, pretendo levantar novas problemáticas e ensaiar explicações, redimensionando o fenómeno do monaquismo feminino, no contexto da medievalidade.

Com este fito inicio o meu estudo em meados do século XIII, com o estabelecimento das primeiras comunidades de clarissas em Portugal, que coincide com o florescimento do culto de Santa Clara⁴⁸, que se opera, entre nós, após a sua canonização em 1255, pelo papa Alexandre IV.

⁴⁷ Cf. Luísa Bueno Dominguez, *Miradas Medievales: más allá del hombre y de la mujer*, Madrid, ed. Dilex, 2006, na p. 11 “Se percibe a veces en los trabajos dedicados a las mujeres que más que ofrecernos una realidad en un contexto determinado, en este caso la Edad Media, se nos da una historia parcial y sesgada de la misma dejándose de analizar aspectos que eran propios de ellas y de ellos y de ese preciso momento, en definitiva, pretendo que la mujer no esté aislada sino que tenga su propio papel al igual que el hombre tuvo el suyo.”

⁴⁸ Sobre a introdução e primeiras manifestações do Culto de Santa Clara em Portugal, veja-se: Fernando Félix Lopes, “O culto de Santa Clara em Portugal”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 4, 1953, p. 356-364.

O ponto final coloquei-o nos últimos anos do século XIV. Esta opção não corresponde a qualquer marco de ordem interna nem externa. E se o fiz, foi por razões de trabalho. No que às clarissas respeita não existe um marco único que pudesse servir de baliza cronológica, também não achei lícito recorrer a um facto de carácter exógeno e cujas repercussões não fossem igualmente sentidas por todos os conventos estudados. O século XV já me colocava outras questões e concitava um número elevadíssimo e incomportável de documentos para analisar, no âmbito desta tese. Por outro lado, motivou-me ainda o interesse suscitado pelos processos fundacionais (matrizes essenciais das instituições) e pela importância que revestem para a compreensão do fenómeno mendicante e, especialmente, da religiosidade feminina, no seu todo. Era também importante colmatar algumas falhas de carácter epistemológico e metodológico no tratamento do monaquismo feminino português, pelo que achei importante ter uma visão mais detalhada de um século e meio do que alargar o âmbito cronológico e apresentar apenas alguns dados esparsos e pouco problematizados, sobre várias instituições.

No que ao âmbito geográfico respeita, optei por fazer uma abordagem abrangente do todo nacional, porque ao contrário do que acontece na vizinha Espanha, que tem apostado nos estudos de carácter regional e local⁴⁹, o caso português, até devido a inúmeras lacunas documentais e ao estado actual das investigações, necessita desta visão de conjunto para fornecer um estudo interpretativo da realidade.

O trabalho articula-se, assim, em três partes. Na primeira, apresentam-se os processos fundacionais dos conventos de clarissas, situando-os no contexto do monaquismo e das opções e condições da mulher que entra em religião. O

⁴⁹ Até porque as regiões em Espanha assumem contornos específicos que corporizam realidades próprias. Assim, como exemplo: Laura Canabal Rodríguez, “Los conventos de Clarisas en Toledo (siglos XIV, XV y XVI)”, in *Las Clarisas en España e Portugal*, Actas do Congresso Internacional de Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. II/1, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 473-483; Jean Carreres i Pera, “Santa Clara y Gerona”, in *Las Clarisas en España y Portugal*, Actas do Congresso Internacional de Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. II/2, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 999-1019; M. de Castro, “Los conventos de clarisas en la provincia de Santiago” in *Archivo Ibero Americano*, 10, 1950, 132-150; Germán Martínez, “Los monasterios de monjas de Galicia”, *Yermo*, 4, 1966, p. 51-91; María del Mar Graña Cid, “Las primeras Clarisas andaluzas. Franciscanismo femenino y reconquista en el siglo XIII”, in *Las Clarisas en España y Portugal*, Actas do Congresso Internacional de Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, Vol. II/2, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p.661-704; Manola Herréjon Nicolás, *Los conventos de clausura femeninos de Toledo*, Toledo, Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, 1990.

franciscanismo e o papel das clarissas no movimento de instauração de uma vida “pobre à semelhança de Cristo” é fundamental para integrar e dar a real dimensão do fenómeno mendicante e da sua influência no tecido social e religioso da época.

Assim, a institucionalização deste movimento passa por processos de fundação das comunidades em que é determinante o apoio firme dos patronos leigos ou eclesiásticos. Baseadas nestas vontades, as comunidades de mulheres iniciam a construção de um mosteiro que tem na realidade espiritual o seu cerne, mas que não pode dispensar as bases materiais (local de implantação, apoios locais e regionais). O enquadramento jurídico e legislativo constitui peça essencial para lançar os fundamentos da comunidade humana que vive um quotidiano marcado pela norma, mas também pela rotina que se impõe. A organização interna de um convento, embora não se apresente claramente na documentação compulsada, é fundamental para sentir o pulsar de uma instituição que vive alicerçada na imutabilidade do tempo.

Se a primeira parte pretende, essencialmente, revelar as traves-mestras sobre as quais assenta a “instituição”, o que de mais perene se construiu, no segundo capítulo, o objectivo a prosseguir, através da apresentação de bens, rendas e foros das várias instituições estudadas, é revelar o papel primordial que estas comunidades desempenham no mercado local e regional. Com base numa dotação inicial, os cenóbios vão crescendo, em número de professoras e de riqueza, para isso contribuindo as várias formas de aquisição de bens que realizam apoiadas em transacções de que beneficiam e que as colocam no centro de redes de mercado essenciais nas regiões onde estão implantados.

Por último, importa compreender a relação que se estabelece no interior da comunidade e com o exterior entre pessoas que, conservando o nome, perpetuam os interesses próprios ou das suas famílias de sangue, por vezes criando novas dependências. A preocupação de mostrar a importância de uma “família conventual” e de outra a que muitas vezes designo de “família de sangue”, bem como os confrontos e/ou alianças que entre elas se estabelecem, leva-me a procurar saber a identidade de muitas destas mulheres, dos seus familiares e amigos. Pois as relações que se criam geram dependências que importa contextualizar, porque se projectam no tecido social e abrangem vários estratos, desde o clero diocesano e ordens mendicantes aos concelhos, com as suas elites, e à nobreza regional e de corte.

Precisamos, assim, de ter sempre presente que a realidade monástica feminina não é apenas o fruto de uma imposição social e muito menos religiosa, mas constitui-se ela própria como uma fonte de dinamismo e poder. Assim, as tarefas próprias de um convento feminino mendicante resultam da existência de necessidades internas do corpo social que pede e exige a prestação de determinados serviços, ao mesmo tempo que fornece os homens, as ideias e os caudais para que estas sejam levadas a bom termo.

Apresentada a estrutura (institucionalização), a conjuntura (vida económica e social), cabe aos indivíduos, as freiras, o papel de revelar os acontecimentos significativos destas comunidades, dando-lhes um lugar (mais visível) na história dos homens e da sociedade onde emergem.

Como apêndice começo por realizar uma prosopografia (microbiografias) das freiras dos vários conventos de clarissas em estudo, com o objectivo de identificar, de forma mais precisa, as principais protagonistas do meu estudo. Sabendo contudo que para algumas destas freiras os dados são escassos, espero contribuir para um conhecimento mais aprofundado da inserção social das comunidades e do recrutamento social que nelas é realizado. Em seguida, apresento vários quadros que visam dar a conhecer o ambiente humano que rodeava estas comunidades e que, de alguma forma, controlava e condicionava toda a sua existência. Em primeiro lugar, uma lista (delineada cronologicamente) das abadessas e das “suas” comunidades que nos permite ter uma visão sinóptica da composição dos conventos e de quem os serviu como suas superiores; a dos frades franciscanos que com elas se relacionaram e apoiaram em tantos momentos da sua existência; os dependentes, tais como capelães e procuradores (a que acrescento os dependentes da rainha D. Isabel pelo papel importante da maioria na vida do cenóbio de Coimbra), entre outros e, finalmente, os foreiros. Estes quadros não servem apenas para exemplificar e justificar muitas das afirmações produzidas, mas têm ainda como objectivo facilitar as investigações de outros colegas e proporcionar o cruzamento de dados e nomes que lhes possam ser úteis para trabalhos de outras índoles, já que a importância de um trabalho científico se pode e deve medir pela extensão e importância dos seus frutos.

Este labor assenta num conjunto de elementos retirados de fontes primárias, no caso português, na sua grande maioria inéditas e espalhadas pelos vários arquivos. Estes, como já anteriormente referimos, organizaram os seus fundos monásticos de

acordo com critérios bem diversos daqueles que presidiram à organização funcional própria dos organismos religiosos na época em estudo.

A juntar à selecção feita ao longo dos tempos, a extinção das Ordens Religiosas, pelo governo liberal, com a consequente proibição do noviciado nas casas femininas, transferiu para os órgãos de poder competentes (da administração central e local) enormes massas documentais⁵⁰, com o objectivo mais premente de controlar as rendas e vender os respectivos bens. Muitos documentos se perderam ou foram vendidos, outros armazenados em depósitos, sem quaisquer condições.

Mas a História constrói-se com os documentos que temos, cientes do seu carácter lacunar e da precariedade testemunhal que, nos dias de hoje, pode ainda ser colmatada com o recurso aos dados fornecidos pela história de arte, a arqueologia e a antropologia, entre outras.

Desta forma, achei importante apresentar as fontes de que me servi neste trabalho, indicando o(s) arquivo(s) em que se encontram e a forma como estão catalogadas, o fundo ou subfundo a que pertencem, com uma breve descrição do mesmo e o número de documentos (aproximado) do período em análise, séculos XIII e XIV, com a tipologia documental e a indicação, sempre que possível, da existência de cópias, bem como de algum conjunto documental de particular importância. Referirei ainda os vestígios de anteriores organizações do arquivo conventual e ainda os documentos que foram objecto de publicação ou de trabalhos específicos.

Santa Clara de Santarém

Fruto do conturbado processo anteriormente referido, o espólio deste convento⁵¹ encontra-se dividido por dois arquivos, o Distrital de Santarém⁵² e o da Torre do Tombo.

⁵⁰ Ver sobre o processo de incorporação dos documentos das Ordens religiosas em Portugal: Pedro de Azevedo e António Baião, *O Arquivo da Torre do Tombo. Sua história, e corpos que o compõem*, organização, ed. fac-simile com nota prévia de Maria do Carmo Jamins Dias Farinha, Lisboa, 1989.

⁵¹ A este espólio juntei ainda dois documentos do século XIV: um da Torre do Tombo, do *Convento do Salvador de Lisboa*, mç. 23, doc. 446 e outro da Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos avulsos*, Pasta 26, nº 7.

No primeiro, o fundo *Convento de Santa Clara de Santarém*, cujas datas extremas são: 1263-1903, tem ao todo 41 livros e 111 pergaminhos, organizados em nove gavetas. Destes, há seis espécies do século XIII e trinta e nove do XIV.

Quanto à proveniência, encontram-se documentos régios, pontifícios e particulares que contêm: confirmações, cartas de mercê, sentenças, bulas, apelações, vendas, doações, quitações, escambos, avenças, aforamentos, obrigações, execução de bens, partilhas, dotes, procurações.

Na Torre do Tombo, o fundo *OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Santarém*, tem como datas extremas: 1213-1902⁵³ e reúne cinquenta e oito unidades de instalação: 35 livros e 23 maços, com 174 documentos do século XIII⁵⁴ e 227 do XIV, espalhados por quinze maços de pergaminhos (mç. 1-14 e 22), além de um livro de privilégios, o livro 24 “Livro dos Privilegios que tem o R. Mosteiro de S. Clara de Santarem que mandou fazer a M. R. E Virtuosa S. D. Maria da Natividade sendo 2ª vez Abadessa do dito Mosteiro em 30 de Janeiro de 1698”. Este reveste-se de particular importância, devido ao facto de copiar vários documentos do mosteiro, entre eles, um conjunto de bulas e breves apostólicas de singular valor para o estudo da fundação e do apoio pontifício concedido a esta casa.

Do conjunto dos pergaminhos para os séculos XIII e XIV, fazem parte vinte e três escritos apostólicos (bulas e breves): catorze de Alexandre IV, seis de Clemente IV, e um de Bonifácio VIII⁵⁵, um de Bento XI⁵⁶ e outro de Clemente V⁵⁷.

⁵² Sobre o historial desta incorporação veja-se: *Convento de Santa Clara de Santarém. Inventário do Cartório, Santarém*, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Distrital de Santarém, 1993. Bem como outros dados referidos nesta descrição.

⁵³ Dados recolhidos, a partir de: *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

⁵⁴ Deste grupo de documentos faz parte o interessante “cartório” de um leigo, João Viegas e da sua família, com um total de 57 documentos por mim estudados em: “João Viegas, cavaleiro de Santarém: um percurso patrimonial” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 363-374. Esta documentação entra no mosteiro, pelo facto da sua neta, Maria Esteves Mafarra, aí ter professado e herdado um conjunto significativo de bens que transmite, à sua morte, ao cenóbio.

⁵⁵ Esta bula encontra-se transcrita na declaração de um tabelião, em 18 de Agosto de 1300 e, em pública forma, numa carta régia de D. João I de 1 de Outubro de 1418.

O restante espólio é composto por sentenças, testamentos, escambos, vendas, aforamentos, emprazamentos, doações, quitações, entre outros.

A documentação medieval está praticamente toda transcrita, com letra do século XVIII, e as cópias estão anexadas aos pergaminhos e são numeradas com eles⁵⁸.

O livro anteriormente referido, está transcrito no trabalho “Subsídios para o Inventário dum Livro de Traslados pertencente ao Mosteiro de Santa Clara de Santarém”, apresentado na Cadeira de Arquivologia e Arquivoeconomia, do curso de bibliotecários-arquivistas, da Universidade de Coimbra, realizado em 1966. A autora, Maria do Carmo Dias Melícias faz numa breve introdução a descrição codicológica do documento e apresenta, em seguida, de forma sumariada toda a documentação deste cartulário⁵⁹.

Também Fernando Félix Lopes, no seu artigo: “As primeiras clarissas em Portugal”⁶⁰ publica treze cartas de Alexandre IV⁶¹ e as seis de Clemente IV, dizendo ainda que destes escritos sobra apenas um original⁶². No entanto, um exame atento do cartório do mosteiro provou não ser esta afirmação verdadeira, pois não só existem quase todos os originais das bulas transcritas⁶³, como ainda mais originais, quatro no

⁵⁶ Está em pública forma numa carta régia de D. João I de 1 de Março de 1412.

⁵⁷ Encontra-se transcrita numa carta citatória, feita em Lisboa, a 24 de Março de 1308.

⁵⁸ O que leva à existência de dois números para cada peça documental, um o do pergaminho e outro o da cópia.

⁵⁹ A autora diz tratar-se do Livro 1 e não do 24, como actualmente está catalogado, mantendo a catalogação proveniente da incorporação de 1862, a 1ª realizada. A mudança de numeração deve possivelmente atribuir-se à 2ª incorporação, realizada em 1912, com os livros remetidos pela Biblioteca Nacional.

⁶⁰ Fernando Félix Lopes, “As primeiras clarissas de Portugal”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 2, 1952, p. 210-234.

⁶¹ Não incluindo a bula de canonização de Santa Clara, também transcrita no livro 24.

⁶² E ainda o original da bula de Bonifácio VIII em Félix Lopes, “As primeiras clarissas de Portugal”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 2, 1952, p. 215.

⁶³ Das trinta e três referidas só não existem os originais de quatro bulas de Alexandre IV (7-5-1259; duas de 11-5-1259; 3-6-1259), uma de Clemente IV (31-3-1265) e a de Bento XI e Clemente V.

total que, dizendo respeito ao mosteiro de Santa Clara enquanto este ainda se encontrava em Lamego, não foram transcritas pelo autor⁶⁴.

Santa Clara de Entre-Ambos-os-Rios/Santa Clara do Porto

Este convento tem a particularidade de ter mudado a sua localização no início do século XV (1416), o que, à partida, conduziu a diversas (re)organizações do seu cartório, durante o período em que funcionou, de que os documentos fazem eco.

O seu espólio documental encontra-se, basicamente disperso por dois arquivos: a Torre do Tombo e o Arquivo Distrital do Porto.

No primeiro, o fundo *OFM, Província de Portugal, Santa Clara do Porto* tem 227 unidades de instalação (158 livros e 69 maços), entre as datas de 1177 e o séc. XIX. No total reúne 2 documentos do século XII (anteriores à fundação do mosteiro), 83 do XIII, e 143 do XIV, espalhados por onze maços (50-55, 57, 60, 61, 67, 68). Acresce ainda um caderno de notas⁶⁵, com documentos dos séculos XIV e XV, na maioria cópias dos pergaminhos do cenóbio.

O conteúdo da documentação é essencialmente composto por privilégios, sentenças, doações, testamentos, composições, bulas, breves, inquirições, doações de padroado, instrumentos de posse, compras e vendas, escambos e empenhamentos.

Contudo, como foi referido, estes documentos transportam ainda a marca de uma primitiva organização medieval, em gavetas: Entre-ambos-os-Rios, Bulas, Doações, Escambos, Igrejas, Prazos e Sentenças. Esta tipologia não abrange, infelizmente, todos os documentos da época, havendo ainda documentos régios, inquirições e compras e vendas. A existência de um índice do cartório de 1744-1782 (livro 1) revela a existência destas gavetas, embora este também esteja incompleto e apresente mais de uma catalogação.

⁶⁴ Além de que alguns dos privilégios aí consignados foram de novo concedidos ao mosteiro das clarissas, quando implantado em Santarém.

⁶⁵ Este caderno foi mandado fazer pela abadessa Beringela Fernandes Ferraz (1376-1383) e o registo das notas dos prazos inicia-se a 10 de Maio de 1380. No entanto, contém documentos anteriores a esta data, desde 1351, e vai até 1410. O caderno está truncado, mas são visíveis 40 documentos - alguns sem data - e os 28 fólios que o compõem, embora desorganizados, estão, actualmente, reunidos, no maço 65.

Deste fundo é de salientar um conjunto, que permanece inédito, de bulas papais, de raro valor, quinze de Alexandre IV, seis de Urbano IV, uma de Clemente IV, uma de Martinho IV e uma de Bonifácio VIII⁶⁶, além de cartas episcopais dirigidas ao mosteiro, por parte dos bispos do Porto, Ourense, Coimbra, Lisboa e Viseu⁶⁷.

Tem ainda um livro (livro 45) do século XVII ou XVIII, com a cópia da regra urbanista.

No Arquivo Distrital do Porto, conserva-se o fundo *Convento de Santa Clara do Porto*, cujas datas extremas: 1497-1899 (com 89 unidades de instalação, 88 livros e 1 maço), revelam a inexistência de documentação medieval, embora existam cópias desta, nomeadamente no livro nº 5026 (Tombo 1º).

No Arquivo Distrital de Braga, no chamado *Index da Gaveta das Religiões, Mosteiros, Ordens, Colegiadas, Seminários*, encontram-se referências a documentação relativa a este convento, na documentação do Cabido da Sé de Braga⁶⁸.

É ainda de realçar a existência de um documento no Censual do Cabido da Sé do Porto⁶⁹, datado de 14 de Junho de 1264 e que celebra um acordo entre o mosteiro e a Sé do Porto, sobre uma herdade⁷⁰.

Deste mosteiro, está ainda publicado, além de uma inquirição régia ao couto do mosteiro⁷¹, testamento da sua fundadora, com um comentário de carácter

⁶⁶ Transcrita numa carta de 24 de Novembro de 1299.

⁶⁷ Respectivamente em 1264, 1271, 1271, 1273 e 1274.

⁶⁸ Escambo pelo qual o cabido de Braga entregou às freiras do convento de Entre-Ambos-os-Rios os casais da Eira Vedra e da Pala e a terça parte do casal da Lagoa, em Dornelas, recebendo o casal de Bouça e a seara em S. Pedro de Maios (1325) (*Gaveta 1ª das propriedades do Cabido*, n. 223); Sentença contra o Mosteiro de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios, sobre a terça parte dos frutos de uma leira na Fonte de Carcova, ao longo do muro (1394) (*Gaveta 2ª das propriedades do Cabido*, n. 8); Instrumento pelo qual o cabido de Braga recebeu dos herdeiros de mestre Tomé, tesoureiro da Igreja de Braga, 2 000 maravedis e se obrigou a pagar cada ano ao mosteiro de Entre-ambos-os-Rios, 20 libras (1300) (*Gaveta das Capelas*, n. 73).

⁶⁹ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1929.

⁷⁰ “Composição entre a Igreja do Porto e o mosteiro de entre-ambos-os-rios, na qual se contem a doação da herdade de freimuça”, p. 354-356.

essencialmente genealógico, no trabalho de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro⁷² e alguns outros documentos na tese de Maria Eugénia Matos Fernandes sobre o mosteiro, na época moderna.⁷³

Santa Clara de Coimbra

Deste convento, a documentação encontra-se muito dispersa, talvez pela importância das suas origens e patronos.

Na Torre do Tombo, encontra-se o fundo *OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Coimbra*, com 85 unidades de instalação (43 livros e 42 maços) e as datas extremas 1243-séc. XX. Este fundo contém 51 documentos do século XIII, 804 do século XIV (nos maços 1 a 9 e 16 a 39⁷⁴) e ainda dois livros (9 e 10) com muitas cópias de documentação desta época. Este acervo é constituído por bulas, privilégios, demarcações de propriedades, prazos, aforamentos, vendas, compras, composições, sentenças, dotes, entre outros⁷⁵. Ainda conserva uma organização de acordo com a sua proveniência institucional: documentos régios, pontifícios e particulares (os que não pertencem às duas anteriores), possivelmente elaborada aquando da incorporação da documentação na Torre do Tombo⁷⁶.

⁷¹ Cf. *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium*, vol. I – *Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, Porto, Typis Portugalensibus, 1899-1912, p. 65-66.

⁷² In “Pela Morte se conhece um pouco da Vida”. A propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, Mário Jorge Barroca (coord.), vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 219-233.

⁷³ Maria Eugénia Matos Fernandes, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*, Porto, Arquivo Histórico-Câmara Municipal do Porto, 1992.

⁷⁴ Há ainda documentos destas centúrias no maço 1 dos documentos régios e no maço 1 dos documentos pontifícios.

⁷⁵ Do amplo conjunto documental faz parte um espólio de 74 documentos pertencentes à família de um mercador de Viseu, Fernando Gonçalves e dos seus filhos, Gil Fernandes, advogado e Antoninho Fernandes, natural e vizinho de Viseu e do Porto. Este acervo revela o património de uma família da elite urbana e a sua gestão ao longo de setenta anos e duas gerações. Os bens entram no cenóbio pela herança recebida da freira Maria Gil, filha de Gil Fernandes e de Maria Eanes.

⁷⁶ Importa ainda referir que utilizei documentação que faz parte de outros fundos de comunidades da cidade de Coimbra, com os quais Santa Clara tem importantes relações, como é o caso da Sé de Coimbra e dos mosteiros de Santa Ana da Ponte e de Santa Cruz de Coimbra. Para este último servi-me, essencialmente, do valioso “índice documental” realizado por Saúl António Gomes, “Documentos

No Arquivo Distrital de Braga, no *Index da Gaveta das Religiões, Mosteiros, Ordens, Colegiadas, Seminários*, encontra-se documentação referente à contenda existente entre D. Mor Dias e o convento de Santa Cruz de Coimbra, a propósito da fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra. São ao todo dezoito documentos⁷⁷, com datas compreendidas entre 1283 e 1312. A documentação, constituída por autos, sentenças, cartas régias, licenças, apelações e doações, configura os trâmites desta contenda e, possivelmente, foi levado para Braga por D. João Martins de Soalhães, um dos principais intervenientes no processo, que a partir de 1313 foi nomeado arcebispo da sé bracarense⁷⁸.

No Arquivo da Universidade de Coimbra existe também um fundo do convento de Santa Clara, cujas datas extremas são 1388-1902 e que engloba 149 unidades de instalação (124 livros, 23 maços e 2 cadernos). Recenseiam-se aqui apenas dois documentos medievais, um deles de 1388⁷⁹ e outro, pertencente à *Colecção de Pergaminhos* (Depósito V - 3ª secção), já do século XV⁸⁰.

Na Biblioteca Nacional de Portugal, integrado no Fundo Geral, existe um códice com o nº 8467, um manuscrito, sem título, que reúne cópias de documentos do convento. Ainda na *Colecção de Pergaminhos*, existem alguns espécimes relativos ao mosteiro de Santa Clara de Coimbra, cujas datas vão de 1356 a 1365, e reportam a privilégios obtidos pelo mosteiro⁸¹.

Medievais de Santa Cruz de Coimbra – I – “Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Estudos Medievais*, nº 9, Porto, 1988, p. 3-199.

⁷⁷ *Gaveta 6*, n. 18-31 e n. 134-137.

⁷⁸ Cf. “Episcopologio (Catálogo dos bispos católicos portugueses)”, Ana Maria C. M. Jorge (coord) in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. C-I, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 131-146 (em especial as páginas 134 e 139 respeitantes às dioceses de Braga e de Lisboa, respectivamente), bem como o que a ele se refere na 3ª parte do nosso estudo, onde é indicada outra bibliografia.

⁷⁹ Que não se refere ao mosteiro.

⁸⁰ Quitação, 1464 - Móvel 3, gaveta 6 (1 doc.).

⁸¹ Carta régia ao alcaide e alvazil de Coimbra mandando que se guardem os privilégios do mosteiro, carta do arcebispo de Braga sobre jurisdição do mosteiro, doação, apresentação de igrejas (Série Preta: 62, 66, 67, 69). Esta descrição foi feita com base no catálogo da colecção disponível na sala de leitura; há outros pergaminhos que não constam deste inventário.

A documentação respeitante à contenda já referida foi sumariada por Fernando Félix Lopes⁸², (num total de 54 documentos), conjunto mais tarde alargado por Maria Teresa Monteiro e José João Rigaud de Sousa⁸³, com o sumário dos documentos que se encontram no arquivo Distrital de Braga, bem como os indicados, para a mesma questão, por vários autores⁸⁴.

Por fim, toda a documentação referente aos primeiros tempos desta instituição (a sua fundação) foi transcrita na tese de mestrado de Ana Paula Figueira Santos⁸⁵, num total de 99 documentos, sendo 25 do século XIII e 74 do XIV.

Santa Clara de Lisboa

Este convento não possui, praticamente, documentação, pois esta desapareceu com a ruína do mosteiro, no terramoto de 1755.

Assim, na Torre do Tombo existe um fundo: *OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Lisboa*, com apenas 5 unidades de instalação: 4 livros e 1 maço, cujas datas extremas são: 1513-1844.

Destes, apenas nos interessa o livro 4, de 1772, que é um “Mapa de todas as rendas pertencentes ao convento que foi de Santa Clara desta cidade de Lisboa”. No início, este códice contém um pequeno resumo da fundação do mosteiro com a

⁸² “Fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Problema de direito medieval” in *Colectânea de Estudos*, 4, 1953, p. 166-192.

⁸³ Maria Teresa Monteiro, José João Rigaud de Sousa, “Notas sobre o pleito entre D. Mór Dias, fundadora do convento de Santa Clara, e os cônegos do mosteiro de Santa Cruz (Coimbra)”, in *Estudos Medievais*, nº1, Porto, 1981, p. 81-93.

⁸⁴ Tais como: Francisco Brandão na *Monarquia Lusitana*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, reimpressão da edição fac-similada de 1980, vol. VI, 2008, p. 509-510; Manuel da Esperança, na *História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, p. 19-30 e Nicolau de Santa Maria, na *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, 1668, p. 544 e ss.

⁸⁵ No apêndice documental que a autora apresenta, encontram-se incluídos documentos não apenas do fundo de Santa Clara, mas também de Santa Ana da Ponte, de Santa Maria do Lorvão, de Santa Cruz e da Sé de Coimbra.

transcrição de algumas cartas régias (três, para o período em estudo) e de uma escritura de doação feita pela fundadora ao cenóbio⁸⁶.

Santa Clara de Vila do Conde

A documentação deste convento concentra-se, maioritariamente, na Torre do Tombo, no fundo *OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Vila do Conde*, cujas datas extremas são de 1308-séc. XIX com 164 unidades de instalação (136 livros e 28 maços).

A grande parte do fundo é constituída por cópias de documentos mais antigos, muitos deles relativos à fundação, pois os originais perderam-se⁸⁷. Certo é que do século XIV, o fundo do convento apenas tem 2 pergaminhos.

No Arquivo Distrital do Porto existe um fundo: *Convento de Santa Clara de Vila do Conde*, cujas datas extremas são: 1483-1892, com 156 unidades de instalação, apenas livros e sem documentação para o período em estudo.

No Arquivo Distrital de Braga, no *Index da Gaveta das Religiões, Mosteiros, Ordens, Colegiadas, Seminários*, encontram-se dois documentos⁸⁸ relativos ao convento de Santa Clara de Vila do Conde, embora pertencentes ao fundo do cabido da Sé de Braga.

⁸⁶ Existe no fundo de Santa Clara de Coimbra, da Torre do Tombo, um documento de 1355, pertencente ao fundo do mosteiro de Santa Clara de Lisboa, o doc. 9 do maço 38.

⁸⁷ O arquivo do mosteiro foi destruído pelos fogo, nos finais do século XV (c. de 1478), ver José Marques *A arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, 835. O restante espólio (na sua maioria custodiado pela Torre do Tombo) tem sido, sistematicamente, microfilmado pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde e é composto por um conjunto numeroso de documentos - muitos dos quais são cópias - dos séculos XVII e XVIII que contêm várias notícias sobre os fundadores, os privilégios e bens que o mosteiro recebe e as contendas em que está envolvido.

⁸⁸ Instrumento comprovativo da entrega da quinta de Tarroso efectuada pela abadessa de Santa Clara ao arcebispo de Braga (1320) (*Gaveta das propriedades e rendas da Mitra*, n. 49); Testamento ao mosteiro (1331) (*Livro 1º de testamentos*, n. 59). Existe ainda, no mesmo arquivo, documentação para o período posterior.

Importa ainda referir a existência de dois documentos de doações feitas ao mosteiro, no século XIV⁸⁹ que se encontram no fundo do Instituto de Paleografia da Universidade de Coimbra.

No Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, o espólio do Dr. Leite de Vasconcelos, inclui um documento que refere o mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde⁹⁰.

Um conjunto documental de grande valor encontra-se publicado por Carlos da Silva Tarouca⁹¹, num Cartulário que recenseia a documentação régia do convento⁹² e entre esta a carta de dotação do mesmo, única pela regulamentação que apresenta, em relação ao quotidiano da vivência religiosa das freiras.

Santa Clara de Beja

Deste convento existem, na Torre do Tombo, no fundo *OFM, Província dos Algarves, Santa Clara de Beja*, com as datas extremas: 1482-1896, 71 unidades de instalação (69 livros e 2 maços). Nesta documentação há um livro, o nº1, que tem a cópia de uma regra de Santa Clara.

No Arquivo Distrital de Beja o fundo do convento tem 28 unidades de instalação (15 livros e 13 maços), cujas datas extremas: 1511-1896, revelam a inexistência de documentação para o período medieval.

⁸⁹ Cf. Pública forma de uma doação feita em Vila do Conde, a 21 de Julho de 1376, por João Afonso Telo e sua esposa, Beatriz de Albuquerque, das terras de Aveleda e Palmeira de Faro (*IP*, pasta I, doc. 8); Pública forma de uma doação feita em Vila Real, a 30 de Abril de 1335, por Teresa Sanches, dos padroados das igrejas de São Pedro de Atei, São Pedro de Cerva e São Pedro de Polvoreira, todas da diocese de Braga (*IP*, pasta I, , doc. 6). Ambos editados por Maria José Azevedo Santos e Maria Teresa Veloso, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (séculos XII-XVIII)*, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1983, doc. 6, p. 13-14 e doc. 8, p. 16-17.

⁹⁰ Este pergaminho é o testamento de D. João Afonso, filho de Afonso Sanches, o fundador do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde in MNA, *Pergaminhos*, nº 358.

⁹¹ *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947.

⁹² Esta obra resulta, como diz o seu autor, da “cópia fiel “ de dois cartulários A e M, que descreve na introdução. Cf. *Ibidem*, p. 13-34, O Cartulário contém 42 documentos, dos quais, 31 respeitam aos séculos XIII e XIV e, num do século XV, encontra-se ainda trasladada a carta de dotação do mosteiro (1318).

Santa Clara da Guarda

Este cenóbio só tem documentação na Torre do Tombo, cinco livros com datas posteriores ao século XVI (entre 1641-1846)⁹³.

Santa Clara de Portalegre

A documentação do cenóbio encontra-se na Torre do Tombo, no fundo *OFM, Província dos Algarves, Santa Clara de Portalegre*, com 55 unidades de instalação (54 livros e 1 maço), entre 1282-séc. XIX.

Deste espólio fazem parte quinze documentos do século XIV e apenas um do século XIII que é uma carta particular. A tipologia documental é essencialmente constituída por escrituras de propriedades, vendas, doações, alvarás e privilégios reais.

No Arquivo Distrital de Portalegre, o fundo do mosteiro tem 47 unidades de instalação, cujas datas extremas vão de 1464 a 1899, não detendo, portanto, documentação para o nosso período. Existe, no entanto, na caixa 5, maço 1, um documento (nº 6) de 1785 que é um traslado de uma carta da rainha D. Leonor de 1383, cujo original se encontra no fundo do convento, na Torre do Tombo.

Santa Clara de Amarante

A documentação que existe deste mosteiro na Torre do Tombo é muito escassa e consubstancia-se numa pasta⁹⁴, com documentação dos séculos XVIII e XIX, e apenas conserva um pergaminho de 1536 que é um traslado de uma carta régia de D. Afonso IV de 1323.

⁹³ Existe no fundo de Santa Clara de Coimbra, da Torre do Tombo, um documento de 1352, pertencente ao fundo do mosteiro de Santa Clara da Guarda, o doc. 9 do maço 6.

⁹⁴ Esta pasta faz parte de uma colecção, ao nível de série, que agrupa um conjunto documental relativo a vários conventos femininos da Província de Portugal e, por isso, não constitui um fundo autónomo, mas está incluído no fundo da Província de Portugal.

Importa ainda referir que qualquer um destes conventos tem documentação a ele referente nas chancelarias régias⁹⁵, consagrando o importante papel da monarquia na construção e manutenção dos conventos de clarissas.

Quanto à bibliografia, a preocupação incidiu, essencialmente, na recolha exhaustiva do que a Portugal respeita às clarissas e ao monaquismo feminino, em geral.

Convém, no entanto, realçar o papel da bibliografia estrangeira, especialmente da espanhola, que possui importantes e abundantes estudos sobre as fundações das clarissas, alguns feitos no âmbito da própria Ordem, que tem, ainda hoje, uma presença importante neste país.

Por tal devo destacar o volume I de uma obra de síntese sobre a Ordem de Santa Clara em Espanha e em Portugal, elaborada por uma equipa que desenvolveu todo um trabalho, com o apoio da Comisión Nacional del VIII Centenario de Santa Clara e com o objectivo de “un mejor conocimiento de la historia y bibliografía de los conventos de clarisas de España y Portugal”⁹⁶. Este tem a particularidade de ser fruto do labor das irmãs clarissas espanholas e de fornecer um conjunto de informações de carácter histórico, mas também acerca das fontes e da bibliografia de cada um dos mosteiros, de grande interesse e único.

Os estudos de Livario Oliger⁹⁷, Omaecherravia⁹⁸ e de García Oro⁹⁹, constituem um marco importantíssimo para o conhecimento das clarissas em todo o território

⁹⁵ A grande maioria copiados nos cartórios conventuais.

⁹⁶ *Reseña Histórica de los monasterios de Clarisas en España y Portugal*, vol. I, Ávila, Hermanas Clarisas de España, 1996, p. 6

⁹⁷ Livario Oliger, “De origine regularum Ordinis sanctae Clarae”, *Archivum franciscanum historicum*, 5, 1912, p. 181-209 e 413-447; Idem, “Clarisse”, *Enciclopedia Cattolica*, vol. III, Florença, Sansoni, 1949, cols. 1771-1773.

⁹⁸ I Omaecherravia, *Las clarisas a través de los siglos*, Madrid, Ed. Cisneros, 1972; e o trabalho inestimável da publicação das regras observadas pelas clarissas em: *Escritos de Santa Clara y documentos complementarios*, 2ª edição, edición bilingüe, introdução, tradução e notas de Ignacio Omaecherraría, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

⁹⁹ *Francisco de Asis en la España Medieval*, Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Liceo Franciscano, 1988; “Orígenes de las Clarisas en España”, in *Las Clarisas en España y Portugal*, Actas do Congresso Internacional de Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, Vol. II/1, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 163-182.

hispanico, contribuindo com uma visão de conjunto, perfeitamente integrada, no projecto franciscano, em geral.

Mais recentemente, Clara Cristela Rodríguez Nuñez¹⁰⁰, José Maria Miura Andrades¹⁰¹, Maria del Mar Graña Cid¹⁰², Angela Muñoz Fernandez¹⁰³, Gregoria Cavero Dominguez¹⁰⁴, entre outros, estudam as mesmas questões, alargando-o às Ordens mendicantes ou analisando alguns dos aspectos particulares da sua espiritualidade. Ressalta nestas investigações uma preocupação que aponta para novas perspectivas de integração da história monástica no contexto social em que vive e se move, as interrelações que cria e os impactos que gera na sociedade envolvente.

Vários encontros¹⁰⁵ como o já referido em Salamanca, o colóquio *Sainte Claire en Rouerge. VIII centenaire de sainte Claire*, realizado em Millau (septembre-octobre

¹⁰⁰ “Santa Maria de Belvis: un convento mendicante femenino en la Baja Edad Media (1305-1400)”, *Estudios mindonienses: Anuario de estudios histórico-teológicos de la diócesis de Mondoñedo-Ferrol*, N° 5, 1989, p. 335-485; *Los conventos femeninos en Galicia, el papel de la mujer en la sociedad medieval*, Lugo, Diputación Provincial de Lugo, 1993; “El conventualismo femenino: las Clarisas” in *Espiritualidad, Órdenes Mendicantes y Franciscanismo*, VI Semana de Estudios Medievales, realizada em Najera, entre 13 de Julho e 4 de Agosto de 1995, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1996, p. 87-100

¹⁰¹ *Frailas, Monjas y Conventos. Las Órdenes Mendicantes y la Sociedad Sevillana Bajomedieval*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1998.

¹⁰² “Las primeras Clarisas andaluzas. Franciscanismo femenino y reconquista en el siglo XIII”, in *Las Clarisas en España y Portugal*, Actas do Congresso Internacional de Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, Vol. II/2, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p.661-704.

¹⁰³ “Un ejemplo femenino de gestión económica: el monasterio de San Pedro de Pamplona (1247-1339)”, *Príncipe de Viana*, XLIX, 1988, (anejo 8); *Beatas e Santas Neocastellanas: ambivalencia de la religión correctoras del poder (ss XIV-XVII)*, Madrid, Comunidad de Madrid, Dirección General de la Mujer, 1994.

¹⁰⁴ *Alvar Núñez Osorio y el Monasterio de Santa Clara de Jerga*, separata de *Asturica*, 2, Centro de Estudios Astorganos, 1984, p. 37-51; “Monarquía y nobleza: su contribución a las fundaciones de Clarisas en Castilla y León (siglos XIII-XV)” in *Las Clarisas en España y Portugal*, Actas do Congresso Internacional de Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. I/1, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 257-279; *El Monasterio de Sancta Clara de Astorga (siglos XIV-XV)*, Astorga, Centro de Estudios Astorganos, 1994.

¹⁰⁵ Será importante ainda realçar os seguintes encontros: *Movimento religioso femminile e francescanesimo nel secolo XIII. Atti del VII Convegno internazionale*, Assisi, 11 a 13 ottobre, 1979, Assisi, Soc. Int. di Studi Franciscani, 1980; *Il movimento religioso femminile in Umbria nei secoli XIII-XIV. Atti del Convegno internazionale di studio nell'ambito delle celebrazioni per l'VIII centenario della nascita di S. Francesco d'Assisi*, città di Castello, 27-28-29 ottobre, 1982, a cura di Roberto Rusconi, Regioni dell'Umbria - «La Nuova Italia» Editrice, 1984.

1994), Nantes-Paris¹⁰⁶, o da UNESCO, realizado em Paris de Setembro–Outubro de 1994, *Sainte Claire d'Assise et sa postérité. VIII centenaire de Sainte Claire*¹⁰⁷, a *VI Semana de Estudios Medievales*, em Najera, que decorreu entre 13 de Julho e 4 de Agosto de 1995, subordinada ao tema: *Espiritualidad, Órdenes Mendicantes y Franciscanismo*¹⁰⁸ e ainda, em 2009, por ocasião do 8º centenário da Ordem dos Frades Menores, o *III Congreso Internacional sobre Franciscanismo*¹⁰⁹, contribuíram também para o melhor conhecimento do tema em estudo e abriram perspectivas de particular interesse no tratamento de muitas destas questões.

A importância de trabalhos como o empreendido pelos vários “autores/compiladores” do *Bullarium Franciscanum*¹¹⁰ ou de Sousa Costa, para as súplicas¹¹¹, são importantes achegas para a compreensão da actividade, especialmente de carácter normativo, das ordens e dos mendicantes em especial, tendo em conta a sua estreita relação com o papado.

Não podemos deixar ainda de referir a qualidade de algumas revistas¹¹² que, abordando o fenómeno franciscano, têm revelado com os seus artigos, a realidade desta presença, ao longo dos séculos e a sua importância no mundo, de forma crítica e actualizada, não fugindo mesmo à publicação de fontes, o que as torna de grande utilidade para qualquer estudioso. E ainda a dos grandes dicionário como o *Dizionario*

¹⁰⁶ Editado pela Association Claire aujourd'hui e Éd. Franciscaines, em 1994.

¹⁰⁷ Publicadas em 1995.

¹⁰⁸ Publicadas pelo Instituto de Estudios Riojanos, 1996.

¹⁰⁹ Este congresso promovido pela Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, decorreu entre 15 e 27 de Outubro, em Ciudad Rodrigo (Salamanca), nele participaram várias historiadores com trabalhos dedicados a Santa Clara e às Clarissas em Portugal e Espanha, durante a idade Média.

¹¹⁰ Vol. I-IV por J. H. Sbaraglia, Roma, 1759-1768. *Epitome sive Summa Bullarum* de 4 volumes com um suplemento, por C. Eubel, Quaracchi, 1908. Vol. V-VII por C. Eubel, Roma, 1898-1904. *Nova Series*, por U. Hüntemann, J. M. Pou y Martí, C. Cenci, vol. I-IV, 1929-1990.

¹¹¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, 5 volumes, Porto-Braga, Editorial Franciscana, 1968, 1970 e 1982.

¹¹² Portuguesas e estrangeiras conotadas com os franciscanos de todo o mundo como: *Itinerarium* (Porto – Ordem dos Frades Menores); *Collectanea Franciscana* (Roma - Istituto Storico dei Cappuccini); *Archivo Ibero Americano* (Espanha – Ordem dos Frades Menores); *Estudios Franciscanos* (Espanha e América - Capuchinhos); *Archivum franciscanum historicum* (Roma – Colégio de São Bosaventura), entre outros.

*degli Istituti di Perfezione*¹¹³, o *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclesiastiques*¹¹⁴, o *Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique; doctrine et histoire*¹¹⁵, *Dictionnaire de droit canonique*¹¹⁶, *Diccionario de Historia eclesiastica de España*¹¹⁷ e o já por nós citado, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*¹¹⁸, com sínteses credíveis e realizadas por grandes especialistas na matéria que procuram sempre apresentar os problemas, atentos às mais recentes conclusões sobre as matérias que versam.

O trabalho científico conta sempre com inúmeras dificuldades e lacunas, mas revela-se, constantemente, como um exercício individual e colectivo para a compreensão do homem e da mulher, no tempo e no espaço que habitam e que transformam. Por isso e pelo meu percurso, sinto-me devedora de todos os meus professores e colegas historiadores (e aprendizes) que comigo se cruzaram ao longo de todos estes anos. A todos eles quero expressar a minha gratidão e, embora não os enumere¹¹⁹, cada um sabe os momentos que passámos, nos vários ambientes académicos, onde decorre grande parte da nossa vida. De todos e de cada um guardo memórias que fazem parte do meu caminho e, por isso, da minha pessoa.

Este estudo, como aliás todos os trabalhos académicos, não seria possível sem eles, sem o esforço realizado na Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional e nos vários arquivos portugueses, onde o pó dos pergaminhos ou a “luz” dos microfilmes nos

¹¹³ Editado em Roma, em 10 volumes, pelas edições Paoline, entre 1974 e 2003, sob a direcção de Guerrino Pelliccia e Giancarlo Rocca.

¹¹⁴ Editado em 30 volumes, pela Letouzey et Ané, entre 1912 e 2010 e dirigido por vários académicos. Entre 1912 e 1956 (os treze primeiros tomos) estiveram sob a direcção de Braudillart, os tomos 14 a 29 (até 2007) sob a direcção de R. Aubert e o último tendo já morrido Aubert a direcção foi também assumida por L. Courtois. O trigésimo volume ainda vai na letra L.

¹¹⁵ Editado em 17 volumes, pela editora Beauchesne de Paris, entre 1937 e 1995, sob a direcção de Viller e outros da Companhia de Jesus.

¹¹⁶ Editado em 7 volumes, pela Letouzey et Ané, entre 1935 e 1965, sob a direcção de R. Naz.

¹¹⁷ Editado em Madrid pelo Instituto Enrique Florez (CSIC), em 4 volumes, entre 1972 e 1975, sob a direcção de Quintin Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez e Jose Vives Gatell.

¹¹⁸ *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4 volumes, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.

¹¹⁹ Não posso deixar de referir (e agradecer) João Luís Fontes a quem devo um minucioso trabalho de revisão e de discussão permanente destes temas e ainda Maria João Lourenço que, de forma paciente e exímia, desenhou os mapas e plantas apresentados neste trabalho.

tornou acessíveis tantos dados e descobertas que, na altura, nos pareciam fantásticos e que hoje já reputamos de comum. Foi tempo de construir amizades e “confrarias” que hoje e para sempre quero afirmar como a única forma de, em Portugal, ser aprendiz de historiador. À minha mestra de estudo e de vida devo a minha profissão. A ela consagro o meu trabalho.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

I

A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Empenhamento fundacional e organização comunitária

*“...vivendo in oboedientia, sine proprio,
et in castitate, sub clausura.”*

O objectivo desta primeira parte do nosso estudo é dar resposta a um conjunto de questões que se prendem com a opção mendicante de algumas mulheres da sociedade portuguesa medieval.

A mulher, que aos olhos da sociedade medieval tem um estatuto dependente, assume um papel activo no que concerne a vários aspectos da sua vida espiritual que condicionam muitas das suas opções. Não se trata de demarcar um terreno próprio e exclusivo da mulher, mas de assinalar o papel específico por ela desempenhado ao lado do homem, permitindo esclarecer o seu “lugar” e verdadeira condição, no âmbito da vida cenobítica.

A análise a efectuar parte da realidade envolvente da mulher e das comunidades que ela forma, compreendendo assim a sua acção numa perspectiva relacional que interroga toda a sociedade e configura o mundo medieval.

Começo por apresentar uma visão global dos vários problemas com que se defrontam aquelas que optam por viver afastadas do mundo, num convento, e as preocupações que suscitam à sociedade que as enquadra e, de certa forma, tutela.

As condições de vida de muitas destas mulheres “religiosas” proporcionam a sua adesão ao ideal protagonizado pelos mendicantes e à espiritualidade de Clara de Assis, imbuída de uma novidade que contrastava com o modelo beneditino e agostinho, dos antigos mosteiros senhoriais. A proposta mendicante encontra nas condições de vida de muitas destas mulheres, que vivem nas cidades, por vezes junto a mosteiros masculinos, uma abertura e disposição que as leva a aceitar o desafio de viverem pobres e despojadas, em clausura (e, por isso, seguras), num mundo em mudança, onde o poder do dinheiro e do prestígio pessoal são elementos fulcrais.

Pretendo, assim, contribuir para o conhecimento desta “forma de vida”, interrogando, com esse fito, as fontes sobre a origem e lógica fundacional dos conventos de Clarissas.

Uma vez que para a implantação destas comunidades confluíram vários interesses, laicos e eclesiásticos, importa saber quem são os promotores destas

comunidades, quem adere a este apelo espiritual, quais as motivações de uns e os anseios de outras.

Mas o processo de estabelecimento de uma comunidade humana implica um conjunto de condições materiais que marcam, de forma decisiva, o seu percurso institucional, desde o local escolhido, à construção da igreja e do convento, aos espaços interiores e à forma como são aproveitados. Será, pois, importante esclarecer, com os dados que possuímos, alguns destes aspectos, muito debatidos a nível internacional mas que, em Portugal, carecem de um estudo mais elucidativo.

Iniciada a vida comunitária, esta desenvolve-se num espaço mas necessita de um instrumento de regulação do quotidiano. A Regra e as constituições são fundamentais para a compreensão dos cenóbios e do seu protagonismo no mundo religioso e secular, apreendendo os mecanismos que presidem à organização e institucionalização de um movimento religioso de cariz laical e avesso ao controlo masculino.

Equacionar todas estas realidades e dinamismos implica, pois, reconhecer o papel da mulher na sociedade medieval, nomeadamente daquela que vive isolada do mundo, por opção pessoal ou por decisão de outrem.

O caminho a percorrer começa e acaba na mulher que vive em convento e nele encontra uma nova família, com as suas regras e vivência comunitárias, simultaneamente “enclausurada”, mas aberta às solicitações do mundo, procurando nele viver, apesar de não lhe pertencer.

1. A mulher em religião

1.1. A condição feminina perante a igreja e o mundo

A sociedade do Ocidente medieval, marcada e formada sobre a matriz cristã, é à Igreja que vai buscar os valores e os princípios que norteiam a sua acção. O poder e as várias formas que reveste encontram legitimação na Igreja e nas palavras das Escrituras, lidas à luz de uma consciência e de uma tradição.

Embora considerada igual ao homem aos olhos de Deus no plano da salvação, a mulher é, segundo a natureza, a ele subordinada. A instituição eclesiástica, predominantemente clerical é, por isso, destinada aos homens, os que recebem ordens e estão próximos de Deus, celebrando os seus mistérios e absolvendo os pecadores. São Paulo expressa-o claramente ao afirmar: “mulieres in ecclesia tacet”, a mulher deve, pois, ser subordinada ao homem, a sua cabeça, como Cristo é a cabeça da Igreja.

No entanto, a mulher desempenha na sociedade um papel importante, quer pela sua fecundidade, como mãe e protectora dos seus filhos, quer no mundo material, onde em muitas actividades produtivas¹²⁰ trabalha ao lado do homem, como sua companheira e, quando este morre, mantém, como viúva¹²¹, os laços económicos e a gestão do negócio que herda.

Importa pois ter em atenção esta incongruência e ressaltar o facto de que a visão que dela temos é a veiculada pelo texto escrito, elaborado por homens e pela autoridade

¹²⁰ Margaret Wade Labarge, *La mujer en la Edad Media*, San Sebastián, Nerea, 2003, p. 185-215; Eileen Power, *Donne del Medioevo*, a cura di M.M. Postan, Milano, Jaca Book, 1995, p. 49-70; Mercedes Borrero Fernández, “El trabajo de la mujer en el mundo rural sevillano”, *Las mujeres medievales y su ámbito jurídico. Actas de las segundas jornadas de investigación interdisciplinaria*, organizadas pelo seminário de Estudios da la Mujer, Madrid, Universidad Autonoma, 1983, p. 191-199.

¹²¹ A viuvez foi tratada por muitos autores, entre eles: Andrée Courtemanche, *La richesse des femmes. Patrimoine et gestion à Manosque au XIVe siècle*, Québec, Les Éditions Bellarmin, 1993, p. 245-291; Georges Duby, *As Damas do século XII*, vol. 2, Lisboa, Teorema, 1996, p. 173-185; Michel Parisse, “Des veuves au monastère” in *Veuves et veuvage dans le haut Moyen Age*, Paris, Picard, 1993, p. 255-274.

masculina das classes dominantes¹²², que não a menciona como protagonista da sua própria história, apesar de muitas vezes o ter sido.

Analisemos um pouco mais detalhadamente esta visão clerical da mulher, para nos podermos aproximar da sua vida e das teias relacionais em que se encontra envolvida.

A Igreja, dominada, desde muito cedo, pelo espírito clerical, reserva para a mulher um papel meramente passivo, quer na liturgia (onde não pode celebrar, nem administrar outros sacramentos), quer na vida pastoral.

Na tradição monástica, imperava a misoginia (S. Jerónimo, muito lido e comentado nos séculos XI e XII, ou mesmo Rogério de Caen que afirmava: “Pastores, afastai dos vossos rebanhos as lobas rapaces”) que sublinhava o estreito laço existente entre a mulher e o pecado¹²³.

O *contemptus mundi*, vivido pelas comunidades monásticas, envolvia o abandono não apenas das riquezas mundanas, mas de tudo aquilo que representava uma ligação à carne; e a mulher era, acima de tudo, considerada “carne” e, por isso, incapaz de se elevar à consideração e compreensão das coisas espirituais.

Esta atitude do clero face ao sexo feminino é feita de desconfiança, mas também de medo, fundada sobre dados históricos e bíblicos, e ainda sobre a fisiologia de um sexo que conheciam mal e deviam evitar. Assim, a virgindade e a viuvez são exaltadas e a sexualidade dentro do casamento apenas tolerada¹²⁴.

¹²² Que vê a mulher na dependência do pai ou do marido. Sobre a visão da mulher segundo as classes dominantes; Eileen Power, *op. cit.*, p. 9-29.

¹²³ Como refere Paloma Moral de Calatrava: “Desde las Sagradas Escrituras, tanto San Agustín, como San Isidoro de Sevilla, Santa Hildegarda de Bingen o Santo Tomás de Aquino construyeron teorías que pretendían explicar no sólo el origen de la diferencia de sexos, sino la natural inferioridad femenina respecto al varón” in *La mujer imaginada. La construcción cultural del cuerpo femenino en la Edad Media*, Murcia, Nausicaä, 2008, p. 17.

¹²⁴ Cf. Nicole Bériou, “Robert de Solon et les femmes” in *Au Cloître et dans le monde. Femmes, hommes et sociétés (IX^e-XV^e siècle). Mélanges en l’honneur de Paulette L’Hermite-Leclercq*, Paris, Presses de l’Université de Paris – Sorbonne, 2000, p.41; Georges Duby, *As Damas do século XII*, vol. 3, Lisboa, Teorema, 1997, p. 88-89.

No cristianismo primitivo, as virgens e viúvas dedicavam-se à oração e à assistência aos pobres e doentes, algumas até administrando sacramentos¹²⁵. Mas a cristandade medieval vai progressivamente relegando as mulheres para um segundo plano, proibindo-lhes estas actividades e marcando-as cada vez mais com o anátema do pecado que trouxeram ao mundo, através de Eva¹²⁶.

Presa frágil das tentações, a mulher deve, pois, viver sob tutela masculina, para dominar a concupiscência e a fragilidade, a “infirmas” da sua constituição que a tornavam presa fácil do mal. Se alguma mulher revela força, prudência, justiça ou temperança, “esta vantagem excepcional parece-lhes provir da bondade da providência, da complacência de Deus que nela pôs alguns grãos de virilidade”¹²⁷. Cientes deste papel que a sociedade lhes impõe, muitas revelam-se, no entanto, capazes de assumir posturas e atitudes que marcam uma época, quer pela radicalidade das suas opções¹²⁸, quer ainda pela forma pouco comum como vivem e defrontam as situações que as condicionam. Outras, ao assumir o seu papel de esposas e mães, fazem-no de forma quase heróica e seguem um caminho de desapego e dedicação que as constituem como exemplos de vida.

Aos olhos da autoridade, a sua natureza torna-as inaptas para o exercício de qualquer poder público (só no interior da sua casa podem gerir os bens da família) e obriga a sociedade a colocá-las permanentemente sob tutela: enquanto jovens, do pai, mais tarde, pelo casamento, do marido.

Socialmente considerada se assegurava a geração, sendo a portadora da vida, é ela também que transporta, para fora da casa paterna, parte dos bens patrimoniais da

¹²⁵ Cf. Ida Magli, *Storia laica delle donne religiose*, 2ª edição, Milão, Longanesi et C., 1995, p. 25-28.

¹²⁶ Georges Duby, *As Damas do século XII*, vol. 3, Lisboa, Teorema, 1997, p. 11-76.

¹²⁷ *Idem*, p. 82.

¹²⁸ Como é o caso bem conhecido de Hildegarda de Bingen que tem vários estudos, nomeadamente: Régine Pernoud, *Hildegarda de Bingen. Conscience inspirée du XIIIe siècle*, Paris, Éd. du Rocher, 1994; e de tantas outras nomeadas e estudadas como Heloísa, ou Joana d’Arc.

família e, por isso, deve ser bem casada ou então colocada num convento, protegida dos assédios da sua própria fraqueza¹²⁹.

A comunidade religiosa assume-se, assim, aos olhos do mundo, como o local de eleição para todas as que não casam, para as que enviúvam ou ainda para as jovens que, antes de contraírem matrimónio, aí são educadas. As que professam levam uma vida de penitência e oração¹³⁰, encontrando nos esponsais divinos o remédio para a sua fraqueza.

Algumas destas casas - nos primórdios do monaquismo - revestiam a forma de mosteiros dúplices, ou seja, comunidades formadas por monges e monjas, vivendo separadamente mas com um único superior, que, esporadicamente, poderia ser uma abadessa¹³¹, cujas observâncias se inspiravam em códigos tão antigos como a “Regra das Virgens”¹³² de Cesário de Arles (arcebispo do século VI), a “De institutione virginum”¹³³ de Leandro de Sevilha (arcebispo do século VI), a de São Frutuoso¹³⁴ (especialmente na Península Ibérica), entre outras.

¹²⁹ Num caso ou noutro, quer as mulheres de altos estratos sociais, quer as menos privilegiadas, detinham nos séculos XIII e XIV um relativo poder de autonomia face aos homens que as tutelavam. No caso das casadas e da gestão dos seus bens: Andrée Courtemanche, *La richesse des femmes. Patrimoine et gestion à Manosque au XIV siècle*, Québec, Les Éditions Bellarmin, 1993, p. 15.

¹³⁰ Simultaneamente, esta situação revela uma atitude de desafio, uma vez que a mulher se intrometia num mundo dominado pelos homens, a quem exclusivamente era permitida a solidão e a autonomia ou o dom de celebrar os mistérios de Cristo.

¹³¹ O caso mais conhecido de uma abadia que tendo homens e mulheres tem à frente uma mulher é Fontevraud, fundada no século XII, por Robert d’Arbrissel, veja-se sobre a mesma o estudo de Suzanne Tunc, *Les femmes au pouvoir. Deux abbesses de Fontevraud aux XIIe et XVIIe siècles*, Paris, Éditions du Cerf, 1993.

¹³² No que respeita ao papel desta regra para o monaquismo feminino: Klaus Schreiner, “Pastoral care in female monasteries. Sacramental services, Spiritual edification, Ethical discipline” in *Crown and Veil. Female Monasticism from the fifth to the fifteenth centuries*, edited by Jeffrey F. Hamburger and Susan Marti, New York, Columbia University Press, 2008, p. 226-228.

¹³³ Acerca desta “instituição” diz U. D. del Val: “dirigido a su hermana Florentina, que había ingresado en la vida monástica. No es propiamente una regla, porque él no pretendió que lo fuera, sino una serie de avisos para una religiosa no avezada en las vías del espíritu. Centra su espiritualidad en la unión con Cristo.” in “Leandro de Sevilla”, *Diccionario de Historia Eclesiástica de España*, Quintin Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez, Jose Vives Gatell (dir.), vol. II, Madrid, Instituto Enrique Florez (CSIC), 1972, p. 1274.

¹³⁴ Sobre esta regra e o seu influxo no Noroeste peninsular: Antonio Linage Conde, “El monacato en torno a Braga hasta la benedictinización”, in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da*

A difusão progressiva da regra de São Bento alicia grande número de comunidades a adoptar este estilo de vida, optando outras pela regra de Santo Agostinho, vivendo como cónegas¹³⁵. Uma e outra normativa são claras no que respeita à separação entre homens e mulheres, que devem constituir comunidades autónomas, embora as femininas se obriguem a permanecer sob a custódia masculina. Em muitos casos, esta vigilância é levada a cabo pelos bispos, porque os monges e cónegos não querem assumir os encargos penosos de assistirem a um convento de monjas ou de cónegas.

Perdida a liberdade dos primeiros séculos do cristianismo¹³⁶, estas comunidades ainda encontram espaço para uma vivência monástica que passa pelo exterior e pelo contacto com o mundo, quer pelos bens que nele possuem e que devem administrar, quer pelos interesses e actividades que a desenvolvem. São ainda vários os casos de senhoras que, para se afastar do mundo, entram no convento mas sem professarem e que mantêm, no seu interior, um conjunto de privilégios e prazeres mundanos que põem em risco a vivência religiosa¹³⁷.

A reforma gregoriana¹³⁸, com o seu início nos finais do século XI ao condenar, asperamente todas as práticas simoníacas e de relaxamento de costumes, censura aqueles que as suportam e contribui para um olhar mais crítico sobre o que se passa nos conventos, quer masculinos, quer femininos.

Dedicação da Sé de Braga, vol. 1. Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1990, p. 717-734; Milagros Rivera Garretas, “Religiosidad para mujeres/religiosidad para hombres: sexo y género en el modelo monástico de Fructuoso de Braga” in *Las mujeres en el cristianismo medieval. Imágenes y cauces de actuación religiosa*, ed. Angela Muñoz Fernández, Madrid, Asociación Cultural Al-Mdayna, 1989, p. 19-30.

¹³⁵ Cf. J. V. Valvekens, “Canonichesse” in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, Guerrino Pelliccia e Giancarlo Rocca (dir.), vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, cols. 24-27.

¹³⁶ Algumas podiam não só administrar sacramentos como até abençoar e possuíam uma vasta cultura letrada: Bonnie S. Anderson e Judith P. Zinsser, *Historia de las mujeres: una historia propia*, 2ª edição, volume I, Barcelona, Crítica, 1992, p. 209-216.

¹³⁷ Vários são os casos recenseados de proibição de ter animais de estimação e criados, bem como realizar festas no interior do convento.

¹³⁸ Sobre esta e o seu impacto nos conventos femininos: Jacques Dalarun, «*Dieu changea de sexe, pour ainsi dire*». *La Religion faite femme XI^e-XV^e siècle*, Paris, Fayard, 2008, especialmente as páginas 1-124.

Associada a esta reforma, durante todo o século XII, afirma-se e consolida-se o culto a Maria¹³⁹ que, começando por ter uma evidente expressão popular, ganha a atenção dos teólogos e dos homens da Igreja, em geral. Contribuindo para exaltar a imagem de uma mulher que, pela sua atitude perante Deus, abriu as portas da redenção ao Homem, aponta, a todo o género feminino, um caminho, um modelo que pode redimir a mulher da culpa introduzida por Eva, no mundo.

Ao contribuir para “reconduzir” a mulher ao lugar que deve ocupar junto do homem, a de conselheira e boa mãe¹⁴⁰, Maria proporciona, simultaneamente, a outras uma imagem/modelo do seguimento de Cristo, pelo dom da aceitação de seu Filho e pela entrega incondicional ao projecto de salvação dos homens que, por ela, entrou no mundo.

Ao mesmo tempo, a difusão do culto de Maria Madalena¹⁴¹, a pecadora arrependida, cuja condição a aproxima da mulher comum, viabiliza, pelo seu exemplo, o acesso desta à salvação. Arrependimento, sacrifício e oração são as realidades que fazem parte de um caminho que a mulher encontrará na vida conventual, se se afastar dos vícios do mundo.

A vida comunitária é, assim, o modelo por excelência para aquelas que não são casadas ou que enviuvaram, mas para isso é necessário que esta vida seja pautada pelo rigor e pelo diálogo íntimo com o Salvador, que só a clausura¹⁴², o afastamento do mundo, pode manter.

¹³⁹ Diversas obras referem este culto e a sua afirmação, nos círculos teológicos, a partir do século XII. Ver, em especial: Regine Pernoud, *La Vierge et les Saints au Moyen Âge*, Paris, Bartillat, 1998, p. 10-27; Jean Verdon, *Les femmes en l' An Mille*, Paris, Perrin, 1999, p. 36-46.

¹⁴⁰ O papel da mãe junto do filho é muito valorizado, desde o Antigo Testamento e particularmente a partir do Império Romano, prolongando-se durante todo o período medieval, em que se aliam os dados antropológicos à situação sócio-política herdada do feudalismo, e que encontra em Maria um exemplo único: Cf. Jean Leclercq, *La figura della donna nel medioevo*, Milão, ed. Jaca Book, 1994, p.71-87.

¹⁴¹ Cf. Georges Duby, *As Damas do século XII*, vol. 1, Lisboa, Teorema, 1996, p. 35-65.

¹⁴² Sobre a clausura e as suas consequências para a vida religiosa: Jean Leclercq, *op. cit.*, p. 127-138; Dianne Hall, *Women and the Church in medieval Ireland c. 1140-1540*, Dublin, Four Courts Press, 2003, p.159-190.

Em 1215, o IV concílio de Latrão proibira a criação de novas regras¹⁴³, visando entre outros problemas a proliferação de situações, que fugiam ao controlo da Igreja. Refiro-me às opções de homens, mas, especialmente, de mulheres, que isoladamente ou em grupo, decidem isolar-se do mundo, não seguindo nenhuma das regras aprovadas.

A renovação da espiritualidade feminina conduz um número crescente de mulheres à procura de uma vivência mais estrita e rigorosa do ideal cristão que, por vezes, não encontram nas comunidades conventuais, multiplicando-se então as experiências religiosas que escapam às regras impostas pela hierarquia¹⁴⁴.

Este conjunto de preocupações está patente na legislação e normas canónicas que culminam com a bula *Periculoso* (1298) de Bonifácio VIII, que restringe as freiras (seja de que ordem forem¹⁴⁵) a uma vida de estrita clausura, interditando os contactos com o mundo e a entrada de pessoas estranhas à comunidade (com amplas restrições mesmo para os clérigos).

Mas a espiritualidade feminina continua a mostrar a sua vitalidade, com o desenvolvimento de movimentos como o das beguinhas¹⁴⁶, nos Países Baixos (espalhando-se depois aos países renanos), que associam o trabalho à oração, no quadro

¹⁴³ De acordo com o cânone 13 deste concílio. Assim se refere a esta questão, C. H. Lawrence, “los padres del IV concilio de Létran, (...) procedían a decretar que, debido a la multiplicidad y confusión de las órdenes, nadie había de fundar una nueva. A quien quisiera fundar una nueva comunidad se le recomendaba adoptar una de las reglas existentes ya aprobadas.”, *El Monacato Medieval. Formas de vida religiosa en Europa Occidental durante la Edad Media*, Madrid, Gredos, 1999, p. 300.

¹⁴⁴ Como defende Gregório Penco, explicando desta forma o recrudescimento de movimentos de penitentes e conversas. Cf. Gregório Penco, “Antico e nuovo nel mondo monastico femminile dei secoli XI-XIII” in *Benedictina – Rivista di Studi Benedittini*, ano 40, 1993, p. 293-294.

¹⁴⁵ Esta restrição aplica-se não apenas à proibição das saídas das freiras (“clausura activa”), mas ainda às entradas de estranhos (“clausura passiva”). Cf. Jeffrey F. Hamburger, Petra Marx, Susan Marti, “The time of the Orders, 1200-155. An Introduction”, in *Crown and Veil. Female monasticism from the fifth to the fifteenth centuries*, New York, Columbia University Press, 2008, p. 45.

¹⁴⁶ Cf. Elena Botinas I Montero, Julia Cabaleiro I Manzanedo, Maria Dels Àngels Duran i Vinyeta, *Les Beguines. La Raó iluminada per Amor*, Barcelona, Pub. Da Abadia de Montserrat, 2002; H. Grundmann, *Movimenti religiosi nel Medioevo. Ricerchi su nessi storici tra l'eresia, gli Ordini mendicanti e il movimento religioso femminile nel XII e XIII secole e sulle origini storiche della mistica tedesca*, Bolonha, 1974; Michel Lauwers, “Saintes et anorexiques: le mysticisme en question” in *Moines et religieux au Moyen Age*, Paris, Éditions du Seuil, 1994, pp.221-226; Mas também em Espanha: María Luisa Bueno Dominguez, “Santa María de las Dueñas de Zamora. Beguinhas o monjas? El Proceso de 1279”, *História Instituciones, Documentos*, n. 20, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1993, p. 85-105.

de uma vida comunitária, mas não “enclaustrada”. Nos países mediterrânicos (essencialmente em Itália), as terciárias (ordem terceira das Humilhadas), ou as penitentes (*ordo penitentiae*, ou *penitentium*) preferem santificar-se “*in domibus propriis*”. Jovens donzelas ou viúvas ficam muitas vezes nas suas casas¹⁴⁷, onde levam uma vida consagrada à oração, às obras de misericórdia e às práticas penitenciais. Nalguns casos fecham-se (com autorização do bispo ou do clero local) em celas, onde sobrevivem do trabalho manual e das esmolas dos habitantes da cidade (respeitadas pelo exemplo e estilo de vida).

Estes movimentos, mais ou menos espontâneos e não-enquadrados pela hierarquia, tendem, paulatinamente, a ser institucionalizados pelas autoridades eclesiais, e os que resistem só chegam ao século XVI¹⁴⁸, quando são absorvidos pelas ordens femininas ou terceiras. Até porque muitas destas experiências sofreram contaminações heréticas¹⁴⁹ e são, por isso, muito perigosas aos olhos da Igreja¹⁵⁰.

¹⁴⁷ Cf. Sobre toda esta temática: Anna Benvenuti Papi, «*In castro poenitentiae*» *santità e società femminile nell'Italia Medievale*, Roma, Herder, 1990.

¹⁴⁸ Para perceber o papel da Reforma Tridentina na institucionalização do movimento feminino e consequente erradicação e até perseguição de todos os grupos e comunidades que a recusam é importante o artigo de: Raimondo Creytens, “La Riforma dei monasteri femminili dopo i Decreti Tridentini” in *Il Concilio de Trento e la Riforma Tridentina. Atti del Convengo Storico Internazionale*, Trento, 2 a 6 de Setembro de 1963, vol. I, Herder, 1965, p. 45-79.

¹⁴⁹ É o caso das beguinhas que acabam por ser condenadas e perseguidas, ao longo de todo o século XIV, especialmente entre 1312 e 1327; ou das mulheres que aderiram aos lollards e aos valdenses. Cf. Margaret Aston, “Lollard Women” in *Women and Religion in Medieval England*, ed. By Diana Wood, Oxford, Oxbom Books, 2003, p. 166-185.

¹⁵⁰ Como afirma Anna Benvenuti Papi: “Questa devozione muliebre, sentita come inquietante nel solco de una cultura erede de vecchie e nuove tradizioni misogine adesso inquinate anche dal dato di una effettiva fortuna della propaganda ereticale tra le donne, costituì uno dei problemi affrontati con maggiore determinazione dalla pastorale dei nuovi ordini religiosi sorti nell’inquieto clima politico e religioso del XIII secolo”, “«Regularis Família»: Il Laicato alla ricerca della Vita Perfetta” in *Les Mouvances laïques des Ordres Religieux. Actes du troisième Colloque Interbnational du C.E.R.C.O.R. em collaboration avec le Centre International d’Études Romans, Tournus, 17-20 Juin 1992*, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1996, p. 228.

1.2. O monaquismo feminino, em Portugal: uma visão de conjunto

O desenvolvimento do monaquismo beneditino e a sua entrada na Península Ibérica, nos finais do século XI (Concílio de Burgos de 1080¹⁵¹), atrai muitas mulheres a professar a Regra de S. Bento e os antigos conventos do monaquismo pré-beneditino, seguindo várias regras, algumas comunidades dúplices, outras mantendo ainda a estrutura de mosteiros familiares, vão desaparecendo em função da nova observância. Estes mosteiros ainda não estão estudados em Portugal, apenas alguns recenseados, mas pouco se sabe sobre a sua vivência, composição ou relação com a regra e os seus congéneres masculinos¹⁵².

Do século XI, conhecemos algumas comunidades femininas como Vairão, Vila Nova de Gaia, São João de Vieira, Vila Cova de Sandim ou São Cristóvão de Rio Tinto. Destas, umas começaram por ser comunidades dúplices, como Vairão ou Rio Tinto, outras são de início conventos femininos, como São João de Vieira e outros começam por ter monges que cedo são substituídos por mulheres, como Vila Cova de Sandim ou mesmo o Lorvão¹⁵³, este já no século XIII.

A estes que aderem no século XII à reforma beneditina¹⁵⁴ juntam-se, na mesma centúria, os cenóbios de agostinhas. A adesão ao modelo da observância canonical parte de Santa Cruz e leva os conventos femininos a adoptar a regra do bispo de Hipona¹⁵⁵.

¹⁵¹ Como refere D. Mansilla, “Burgos, Dióc. de” in *Diccionario de Historia Ecclesiastica de España*, Quintin Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez, Jose Vives Gatell (dir.), vol. I, Madrid, Instituto Enrique Florez (CSIC), 1972, p. 291.

¹⁵² Ver sobre esta matéria a síntese realizada por José Mattoso em *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 29-31.

¹⁵³ Sobre esta passagem, veja-se Maria Alegria Marques, “As primeiras freiras de Lorvão” in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, ed. Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 127-180.

¹⁵⁴ Os que não o fazem, como Vila Nova de Gaia, acabam por desaparecer.

¹⁵⁵ Sobre estes conventos e a adopção da Regra de Santo Agostinho: David Gutierrez, *Historia de la Orden de San Agustín*, vol. I/1 Roma, Institutum Historicum Ordinis Fratrum S. Augustini, 1971, p. 241-

No entanto, este movimento é ainda pouco conhecido e o papel da mulher, bem como das suas comunidades, permanece ligado a umas escassas referências, que não permitem ter uma visão de conjunto da sua situação concreta¹⁵⁶.

Quadro 1 – As Fundações Monástico-Conventuais Femininas

Séculos Ordens	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Total
Beneditas	16	5	--	--	21
Cónegas de S. Agostinho	4	--	1	--	5
Cistercienses	--	8	--	--	8
Clarissas	--	4	5	6 ¹⁵⁷	15
Dominicanas	--	1	2	4	7
Eremitas de S. Agostinho	--	--	1	--	1
O. Militar de Santiago	--	1	--	--	1
Total	20	19	9	10	58

Quadro 2 – As Casas Religiosas Femininas (implantação geográfica)

Ordens Concelhos	Beneditas	Cónegas	Cistercienses	Clarissas	Dominicanas	Eremitas Agostinho	O. de Santiago	Total
Abrantes		1						1
Alcobaça			1					1
Amarante	4			1				5
Arouca			1					1
Aveiro					1			1
Beja				2				2
Cinfães	1							1
Coimbra		2	1	1				4
Évora			1	1	2	1		5
Estremoz				1				1
Felgueiras	1							1
Funchal				1				1

271; Mariano Rodríguez, “Agostiniane, Monache”, in *Enciclopedia Cattolica*, volume I, Florença, Sansoni, 1949, columnas 501-502.

¹⁵⁶ Cf. Geraldo J. A. Coelho Dias, “O Monaquismo feminino nas «trevas da Idade Média»: o brilho das estrelas” in *Em torno da História das Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, p. 51.

¹⁵⁷ Neste número não contabilizei os conventos de Terceiras (e não os marquei no Mapa das Fundações de Clarissas) devido à sua especificidade. Também não contei com o convento de Santa Clara do Porto por não ser uma fundação do século XV, mas uma transferência da comunidade de Entre-os-Rios.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

Ordens Concelhos	Beneditas	Cónegas	Cistercienses	Clarissas	Dominicanas	Eremitas Agostinho	O. de Santiago	Total
Guarda				1				1
Gondomar	1							1
Lamego	1							1
Leiria					1			1
Lisboa		2		1	1		1	5
Marco de Canaveses	1							1
Matosinhos	1		1					2
Miranda do Corvo	1							1
Monção	1							1
Odiveias			1					1
Penacova			1					1
Ponte de Lima	2							2
Portalegre				1				1
Porto				1				1
Praia da Vitória				1				1
Santarém			1	1	1			3
Satão	1							1
Setúbal				1				1
Vieira do Minho	1							1
Vila do Conde	1			1				2
Vila Nova de Cerveira	2							2
Vila Nova de Gaia	2				1			3
Total	21	5	8	15	7	1	1	58

No século XII, em Portugal, e segundo os quadros e mapas apresentados, podemos, facilmente, concluir que a maioria dos conventos femininos adopta a regra de São Bento, em detrimento da de Santo Agostinho, ficando estes últimos instalados no tecido urbano e mesmo em dois casos, S. João das Donas, em Coimbra, e S. Miguel, em Lisboa, na estreita dependência dos conventos masculinos, respectivamente Santa Cruz e São Vicente de Fora.

A expressão numérica do monacato feminino é assim reduzida, tendo em conta o número de conventos masculinos, na mesma época, e centra-se, essencialmente, no que aos beneditinos respeita, no norte de Portugal, em especial no distrito do Porto (concelhos de Amarante, Felgueiras, Gondomar, Marco de Canaveses, Matosinhos, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) seguido do de Viseu (concelhos de Lamego, Cinfães e Sátão).

No século XIII, o modelo beneditino mantém-se quer na forma antiga, quer através da reforma cisterciense que cativa e acolhe, essencialmente, damas da alta nobreza portuguesa, como é o caso dos mosteiros de Arouca¹⁵⁸ e Lorvão¹⁵⁹, numa vida mais livre e longe dos constrangimentos da clausura, o que é visível na documentação hoje conhecida e estudada. Outros cenóbios desaparecem, fruto, com certeza, de vicissitudes internas e da extinção ou junção das comunidades¹⁶⁰.

Assim, a difusão das ordens mendicantes atrai estas mulheres que, apesar das proibições do IV Concílio de Latrão, começam a agrupar-se em torno da regra de Santa Clara (na sua forma urbanista). Aos cinco conventos beneditinos fundados no século XIII, juntam-se oito de cistercienses e quatro de clarissas.

¹⁵⁸ CF. Luís Miguel Rêpas, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Ed. Magno, 2003.

¹⁵⁹ Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

¹⁶⁰ Apesar das tentativas conhecidas de união de comunidades, como as beneditinas: *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 87; Paulo Jorge de Sousa Santos Silva, *Uma reincarnação monástica: do mosteiro de Rio Tinto ao mosteiro da Avé Maria do Porto*, 2 vols., dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, políciopiada, Porto, 2002.

É, no entanto, a partir do século XIV que o ideal mendicante encontra maior expressão e, definitivamente, encontra uma clientela espiritual que através de testamentos, doações ou legados pios, constrói uma família religiosa, agrupando também mulheres que vivem como terceiras e enquadrando assim outras opções religiosas, desde a clausura das emparedadas e beatas¹⁶¹, até à vivência junto dos mosteiros¹⁶², sem fazer votos, nalguns casos para segurança, *sub pannis securitatis*.

Nesta centúria, em que a cidade se desenvolve e atrai, cada vez em maior número, aqueles que se libertavam do peso senhorial, é normal que as mulheres aí descubram também um espaço de liberdade. A urbe oferece-lhes a possibilidade de se isolarem do mundo, algumas optam por viver emparedadas ou em celas¹⁶³, alimentadas e defendidas pela sociedade. Outras mendigam, ou encontram no tratamento dos pobres e doentes que acorriam aos hospitais e albergarias dos centros urbanos, uma forma única de expressar a sua consagração a Deus. A diversidade de situações é grande, conhecendo-se alguns casos de mulheres que vivem experiências deste tipo, testemunhadas pela documentação¹⁶⁴.

O enquadramento normativo torna-se, pois, uma das grandes preocupações das autoridades eclesiásticas que visam a institucionalização destas experiências e o seu controlo pelas ordens existentes. Nesta situação contam-se alguns grupos de mulheres

¹⁶¹ Cf. Maria Filomena Andrade, “Beatias” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. A-C, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 181-183.

¹⁶² Como é o caso de D. Mor Dias que iremos apresentar com algum detalhe, de qualquer forma veja-se sobre a situação por ela vivida: Ana Paula Pratas Figueira Santos, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, 2 Vols., dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2000; Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003 (neste caso, em especial, as p. 469-497).

¹⁶³ Veja-se o interessante caso das enceladas de Celas e de Almoester em Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001, p. 24-28.

¹⁶⁴ São conhecidas várias quer em Santarém quer em Lisboa, vivendo na cidade e muitas delas junto de conventos masculinos. Veja-se, para Lisboa, o estudo de João Luis Inglês Fontes, “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 259-277 e para Santarém: *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p. 131-133.

beatas em Évora, como as Galvoas¹⁶⁵, ou as terceiras de Santa Marta que estão na origem dos conventos dominicanos do Paraíso¹⁶⁶ e de Santa Catarina de Sena¹⁶⁷, respectivamente, bem como as emparedadas de Santarém que, no século XIII, formam o convento das donas, também de dominicanas.

Este esforço de institucionalização, por parte da Igreja, mantém-se como uma linha de força constante até ao século XVI, acentuada pelos movimentos de reforma, muitos deles apoiados per autoridades eclesiásticas e pela própria Coroa. No entanto, esta tendência não apaga, as questões e o papel desempenhado por estas mulheres na busca de uma espiritualidade renovada, centrada na pobreza, na oração e no trabalho manual, como formas de vida consagrada. Esta vivência espiritual torna-se, assim, fundamental, na compreensão das aspirações femininas e revela os ambientes e as relações de poder que estabelecem na sociedade da época.

¹⁶⁵ Sobre esta interessante comunidade: João Luis Inglês Fontes, “A pobre vida no feminino. O caso das Galvoas de Évora”, in *O corpo e o gesto na Idade Média*, Lisboa, Colibri, 2003, p. 157-178.

¹⁶⁶ Cf. *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 398-399.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 397,

2. O fenómeno mendicante

2.1. A *Forma de Vida* dos Frades Menores

A sociedade dos finais do século XII vive uma grande mutação. Fruto do desenvolvimento das técnicas agrícolas, comerciais e bancárias, inaugura-se uma época de prosperidade que se prolongará por todo o século XIII e que unirá pelas trocas a Europa do Norte à Europa mediterrânea e ao Levante. Ao crescimento demográfico associa-se a melhoria das condições de vida e um desenvolvimento cultural que dará um novo *facies* à Europa. O fenómeno económico dominante é, sem dúvida, o lento predomínio da cidade sobre o campo, aliado à monetarização da economia¹⁶⁸.

A cidade medieval atrai grande número de pessoas vindas dos campos, que nela procuram a sobrevivência, fugindo ao domínio dos senhores feudais. Nela podiam viver do comércio e do artesanato, agrupando-se para defender os seus direitos e através do dinheiro e do conhecimento, aliavam-se ao poder. Mas também nela se encontravam as maiores carências e dificuldades: a doença e a fome levavam muitos a recorrer à mendicância e à vagabundagem.

Este ambiente proporcionava à Igreja um novo desafio. O clero secular, inculto e dependente, dificilmente, seria capaz de corresponder às necessidades emergentes. Os eremitas, afastados da convivência social, no ermo e na montanha, viviam da oração e da ascese, procurando salvar o mundo sem dele participarem. As antigas e mais prestigiadas ordens, beneditinos, cistercienses e agostinhos, “fechadas” nos seus mosteiros e mais ligadas ao mundo rural, rivalizavam, entre si, pelo controlo dos fiéis e dos privilégios. As cidades ofereciam, assim, um outro campo de evangelização, onde existiam novos grupos sociais, alguns em franca ascensão e que reclamavam um lugar na *Cristianitas*, fora dos quadros do domínio feudal.

¹⁶⁸ Philippe Contaminne, Marc Bompain, Stéphane Lebecq, Jean-Luc Sarrazin, *L'économie médiévale*, Paris, Armand Colin Éditeur, 1993, p. 233-241.

É neste contexto, que vive Francisco, filho de Pedro Bernardone, rico comerciante de panos, pertencente ao *popolo grasso* - a burguesia ascendente de Assis - aparentado, pelas suas ligações económicas e formas de vida, com a nobreza da época. Desde muito cedo marcado pelo ideal cortês, veiculado pelas canções de gesta e poemas de amor, deseja seguir a carreira das armas, influenciado pelo ambiente violento de que a cidade italiana era o palco, na luta entre facções e partidos. Esta inclinação levá-lo-á, após um período de busca e desilusões, a encontrar o caminho de serviço a Cristo, vivendo ao lado dos desafortunados do mundo. Pobre com os pobres, Francisco renuncia aos privilégios mundanos para servir a sua dama “A Pobreza”¹⁶⁹. Com os pobres e marginalizados que acorrem às cidades, Francisco diz ter encontrado o caminho, e propõe a busca de uma conformidade com Cristo *hic et nunc*, no seu corpo e na sua alma.

A radicalidade da sua opção torna-se apelativa para um conjunto de outros jovens que, com ele, levam um estilo de vida eremítico, aliando a oração e o serviço dos pobres à pregação da Boa Nova, pelo apelo à conversão, à semelhança do que faziam os penitentes, cujo estilo de vida ascético adoptam.

A fraternidade iniciada por Francisco¹⁷⁰ não pretende ser uma ordem religiosa, mas tão só uma comunidade que, através do seu exemplo de vida e da pregação do Evangelho, conduza os homens à conversão. Esta atitude, numa Igreja muito clericalizada, é motivo de suspeitas e de acusações por parte do clero quer

¹⁶⁹ Sobre o Franciscanismo veja-se, entre outros: Th. Desbonnets, *De l'intuition à l'institution: Les Franciscains*, Paris, Ed. Franciscaines, 1983; Lázaro Iriarte, *Histoire du franciscanisme*, Paris, E. du Cerf, 2004; R. Manselli, *François d'Assise*, Paris, Ed. Franciscaines, 1981; G. G. Meersseman, *Ordo Fraternalitatis. Confraternite e pietà dei laici nel Medio Evo*, 3 volumes, Roma, Herder, 1977; *Les Mendicants en pays d'Oc au XIII^e siècle*, Cahiers de Fanjeaux, 8, Toulouse, 1973; John Moorman, *A History of the Franciscan Order, From Its Origins to the Year 1517*, Oxford, Oxford University Press, 1968; A. Vauchez, *A espiritualidade da Idade Média Ocidental séc. VIII-XIII*, Lisboa, Estampa, 1995; Idem, *Mouvements franciscains et société française (XII^e-XX^e siècle)*, Paris, Beauchesne, 1982; Idem, “Saint François d'Assise”, in *Moines et religieux au Moyen Age*, Paris, Éditions du Seuil, 1994, p.245-263.

¹⁷⁰ Francisco e o seu pensamento inserem-se numa corrente de papas reformadores como Gregório VII ou Urbano II, e pregadores populares como Robert d'Arbrissel, ou eremitas como Estevão de Muret que tinham difundido na cristandade o ideal da vida apostólica. Também movimentos evangélicos, como os valdenses, pregavam um retorno às origens, o abandono do poder temporal e a pobreza, numa Igreja onde o sacerdócio universal estivesse na base de uma igualdade e fraternidade novas. Alguns destes movimentos, contaminados pelas teses dualistas, tendem a constituir seitas, caindo na heresia.

diocesano quer regular, mas os pobres de Assis sabem conquistar as boas graças do papado, convencendo-o da sua ortodoxia e submissão.

Assim, em 1210, Francisco obtém o apoio de Inocêncio III¹⁷¹, que sanciona verbalmente uma regra por ele composta, para a sua pequena comunidade, constituída por uma série de versículos bíblicos, sem qualquer esboço de organização interna ou aspecto jurídico.

Em 1217, no Capítulo Geral, é decidida a evangelização para além das fronteiras da Itália, experiência retomado em 1219¹⁷². Dos anos seguintes fica a imagem de um grupo em expansão que vive, por isso mesmo, uma época de grande turbulência interna. A necessidade de uma regra que organizasse a comunidade franciscana, já espalhada pela Europa, e que pusesse fim às divergências internas, leva Francisco à redacção de um texto em 1221, que não foi aprovado, e, finalmente, um outro em 1223¹⁷³, oficialmente promulgado. Pede ainda a protecção da Santa Sé, que lhe foi concedida na figura do Cardeal Hugolino - futuro Gregório IX. Este privilégio é fundamental para a implantação desta nova comunidade e para a sua futura coesão, apesar das várias cisões internas que, não obstante, se verificam, ao longo dos séculos¹⁷⁴.

O desenvolvimento das fraternidades franciscanas conduz à formação de uma Ordem que já não se confina a um pequeno eremitério italiano, mas que estende a sua acção além fronteiras e recebe muitos que têm uma nova percepção do exemplo a seguir. A institucionalização a que Francisco não queria ceder torna-se uma realidade e, com a sua morte, em 1226, e posterior canonização, em 1228¹⁷⁵, está aberto caminho à

¹⁷¹ Veja-se Fernando Félix Lopes, “História da Ordem Franciscana em Portugal. 1ª parte”, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 2-3; John Moorman, *op. cit.*, p. 10-19; Lázaro Iriarte, *op. cit.*, p. 36-44. A aprovação da sua regra foi feita “em consistório, pelo papa, e de “vivae vocis oraculum”, tratando-se de uma ordem de leigos que em muito se assemelhava aos grupos de penitentes que proliferavam na Europa de então.

¹⁷² Lázaro Iriarte, *op. cit.*, 47-52; John Moorman, *op. cit.*, p. 20-31 e 46-52.

¹⁷³ Honório III, pela bula *Solet annuere*, aprovou solenemente a *Regra e Forma de Vida* proposta (já oralmente sancionada por Inocêncio III, em 1210) e considerou a *Fraternidade dos Irmãos Menores* como uma Ordem Religiosa.

¹⁷⁴ Devidas, essencialmente, à busca constante de uma maior pureza e rigor na observância da Pobreza.

¹⁷⁵ Esta foi obra do papa Gregório IX.

riqueza e diversidade do carisma franciscano, mas também aos difíceis momentos de dúvida e de busca permanente da observância.

A originalidade fundamental dos Irmãos Menores - nome que tomou em 1209, a fraternidade fundada por Francisco - reside na vontade de levar uma vida pobre e errante, a exemplo de Cristo e dos Apóstolos, que se traduz numa recusa da posse de bens não só pessoais, o que já era o caso dos monges, mas igualmente comunitários. Optando pela condição de “minores”, rompem com o estreito laço existente entre o estado religioso e a condição senhorial¹⁷⁶.

Esta forma de vida insere-se num mais vasto movimento de renovação da Igreja, proposto pelo papado, e seguido de perto por vários movimentos, alguns de carácter herético, mas a maioria de ideais pauperistas, centrados no arrependimento dos pecados e no retorno às origens, a uma Igreja pobre, porque despojada do poder do mundo e dos seus vícios. A pobreza e a forma humilde como viveu a família de Nazaré atrai os que, no mundo, também são pobres e/ou desprezados, os marginalizados, ou todos aqueles que desejam viver de forma mais despojada e radical este apelo evangélico.

No entanto, a novidade do movimento menorita não se situa apenas ao nível do ideal de vida, ele é realmente inovador no mundo do século XIII, pela sua experiência de vida. Leigos, sem ordens, pregam em igrejas e a todos os que os querem ouvir, desligados de um enquadramento feudal e senhorial, obedecem directamente ao Papa e são por ele protegidos.

Sob a sua influência realiza-se uma verdadeira osmose entre a cultura eclesiástica e a profana. A vida segundo o Evangelho, preconizada por Francisco, e a sua mensagem de amor junto dos irmãos pobres, encontra um caminho no mundo urbano e nos homens que o habitam. A cidade é considerada pagã e herética sendo necessário convertê-la, nela se encontra a maior riqueza e também a maior pobreza que consiste na ausência de Cristo.

¹⁷⁶ Cf. André Vauchez, *A espiritualidade da Idade Média Ocidental séc. VIII-XIII*, Lisboa, Estampa, 1995, p. 143-144.

É assim flagrante o ódio e hostilidade que grande parte do clero secular e das outras ordens lhes vota¹⁷⁷. Mas, apesar disto, durante a segunda metade do século XIII, as grandes cidades acolhem, dentro dos seus muros, conventos mendicantes e abrem-se à sua pregação e ao serviço dos pobres que eles realizam¹⁷⁸. Favorecendo uma nova sociabilidade, legitimam o essencial da actividade dos universitários e dos mercadores, fazendo valer o seu trabalho que merece ser remunerado. Esta acção é ainda acrescida pela constituição de uma ordem terceira¹⁷⁹ que corresponde às aspirações dos leigos e os associa ao mundo dos clérigos. Interessante é notar que, neste esforço de se tornarem concidadãos de todos, na universalidade do amor de Deus, acabam os Irmãos Menores por se encontrarem ao lado do patriciado urbano e mesmo dos príncipes¹⁸⁰.

Em Portugal¹⁸¹, o franciscanismo chega, ligado às figuras de Frei Zacarias e Frei Guálter, em 1216, embora alguns afirmem a presença de Francisco no nosso território em 1214, associada à criação do convento de São Francisco de Bragança. Os primeiros eremitérios são fundados em Guimarães, onde vive Frei Gualter, em Alenquer, por iniciativa de Frei Zacarias, que também aí habita, e em Lisboa. Entre 1217 e 1218, os franciscanos instalam-se em Coimbra, num convento que mudará várias vezes de localização e onde, em 1220, faz o noviciado, António de Lisboa. Em Leiria,

¹⁷⁷ Esta é a situação estudada em: Y. Dossat, “Opposition des anciens ordres à l’installation des Mendicants” in *Les mendiants en pays d’Oc au XIII^e siècle*, Cahiers de Fanjeaux, 8, Toulouse, 1973, pp. 263-306; e para a Galiza: Maria del Mar Graña Cid, *Franciscanos y Dominicos en la Galicia Medieval* separata de *Archivo Ibero-Americano*, T. LIII, 1993, nº 209-212, pp. 229-270; Idem, “La Iglesia orensana durante la crisis de la segunda mitad del siglo XIII” in *Hispania Sacra*, 1990, pp. 701-702; Doroteo Calonge, *Los tres conventos de San Francisco de Orense (1251-1332-1925)*, Osera, 1949.

¹⁷⁸ Veja-se entre outros os artigos de Jacques Le Goff, “Apostolat mendiant et fait urbain dans la France médiévale: l’implantation des ordres mendiants. Programme. Questionnaire pour une enquête” in *Annales ESC*, 1968, pp. 335-352; Idem et alii, “Ordres mendiants et urbanisation dans la France médiévale” in *Annales ESC*, nº especial *Histoire et urbanisation*, 1970, pp. 924-965; E. Fugedi, “La formation des villes et les ordres mendiants en Hongrie” in *Ibidem*, pp. 966-987; *Les Ordres mendiants et la ville en Italie centrale (v.1220-v.1350)*, Colóquio de 1977, Roma, École Française de Rome, 1978.

¹⁷⁹ É preciso explicitar que a novidade dos franciscanos provém da existência de uma ordem terceira regular e não apenas secular. Homens e mulheres viviam em mosteiros, segundo a regra dada pelo fundador, uma espiritualidade própria, com vista a actuarem no mundo.

¹⁸⁰ O poder da realeza, que lentamente se afirma, precisa de novos mentores espirituais e terrenos.

¹⁸¹ Para os primórdios do Franciscanismo em Portugal: António Montes Moreira, “Franciscanos” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. C-I, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 273-280; Idem, “Implantação e desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal, séculos XIII-XVII” in *O Franciscanismo em Portugal*, Actas do I-II Seminários, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 13-27; Henrique Pinto Rema, “Implantação do Franciscanismo em Portugal”, *Itinerarium*, Ano LI, nº 181-183, Janeiro-Dezembro, 2005, p. 265-296.

estabelece-se uma comunidade de Menores, em 1232, apesar da hostilidade das autoridades eclesiásticas, o mesmo acontecendo no Porto, onde, contando com o forte apoio popular e papal, conseguem abrir um convento, em 1233. Mais fácil é a instalação dos Franciscanos na Covilhã, na Guarda e em Évora. Os frades estabelecem ainda, neste século, comunidades em Santarém, Estremoz, Portalegre, Bragança e Lamego.

A cronologia das fundações¹⁸² revela, claramente, os objectivos dos franciscanos que, iniciando o seu apostolado em pequenos eremitérios, a curto prazo, com o apoio da realza, penetram nos centros mais populosos do Reino, atraindo um grande número de fiéis pelo dinamismo pastoral da sua presença, embora, por toda a parte, mas especialmente em Braga, Porto, Leiria e Estremoz, sejam muitas as dificuldades defrontadas.

Em Braga e no Porto é a hostilidade dos respectivos bispos, senhores da urbe, que os expulsa e impede de pregar. Na primeira, torna-se mesmo impossível construir um convento e só é permitido um hospício, em 1273. Em Leiria, são outros os adversários: os crúzios de Coimbra, que detêm a jurisdição espiritual da vila (o priorado); em Estremoz é a Ordem de Avis que obvia e dificulta a actividade aos Mendicantes.

A nível organizacional, entre 1232 e 1239, a província unificada da Espanha desdobra-se em três: Aragão, Castela e Santiago. Esta última abrange o território português e, por isso, também aparece muitas vezes referida (logo desde 1233) sob a designação de Província de Portugal. Os conventos portugueses constituíam a Custódia de Portugal ou de Lisboa, cujo primeiro testemunho documental é de 1248. O Capítulo provincial de 1272 desmembra a custódia portuguesa em duas: uma com sede em Lisboa¹⁸³ e outra em Coimbra¹⁸⁴. Existiam, então, catorze conventos no país, todos

¹⁸² Realizada, de forma exaustiva, por: Fernando Félix Lopes, “Fontes Narrativas e Textos Legais para a História da Ordem Franciscana em Portugal” in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 1-269; José Mattoso, “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas” in *Obras Completas*, vol. 8, Lisboa, Cículo de Leitores, 2002, p. 243-254; Victor Rui Gomes Teixeira, *O Maravilhoso no Mundo Franciscano Português na Baixa Idade Média*, Porto, Granito, 1999, p. 31-41.

¹⁸³ Na custódia lisbonense ficam sete comunidades: Alenquer, Estremoz, Évora, Leiria, Lisboa, Portalegre e Santarém.

¹⁸⁴ A custódia de Coimbra forma-se com os conventos de Coimbra, Covilhã, Guarda, Guimarães, Lamego e Porto. O convento de Bragança fica na Custódia de Ourense

situados em cidades populosas ou pequenos aglomerados urbanos. A terceira custódia portuguesa, com sede em Évora, forma-se em 1330, por deliberação do Capítulo provincial, realizado em Coimbra.

A partir de 1382, a província de Santiago/Portugal divide-se na obediência ao papado: as custódias espanholas seguem o papa de Avinhão (tal como as suas congéneres de Leão, Castela e Galiza) e obedecem a um ministro, enquanto as custódias portuguesas se mantêm fiéis ao papa de Roma e ficam ligadas a um provincial próprio. Agravada a cisão com as guerras entre Portugal e Castela, entre 1384-1385, a legalização canónica da nova Província de Portugal ter-se-á formalizado no Capítulo Geral de 1418 ou no de 1421, sendo frei Gil Lobo de Tavira, confessor do príncipe herdeiro, escolhido como primeiro ministro provincial.

Entretanto, desde meados do século XIV, defrontavam-se duas tendências na Ordem: a Claustra e a Observância¹⁸⁵. Esta entra, em Portugal, em 1392, com alguns frades provenientes da Província de Santiago, entre eles Frei Diogo Árias e Frei Gonçalo Mariño. Estabelecem-se primeiro no Norte do país (na Ínsua de Caminha) e, no século XV, fundam ou reformam mais de uma dezena de comunidades.

¹⁸⁵ O movimento observante constitui uma das mais importantes manifestações do programa de reforma da Igreja “in capite et in membris”, reclamada no Concílio de Viena de 1311-1312. Esta surge na Itália e estende-se, pouco depois, à França e à Espanha, postulando uma observância integral da regra pela prática da austeridade e da pobreza, no viver quotidiano. Privilegiava a oração mental e a pregação popular, escolhendo os sítios ermos e as zonas rurais para estabelecer as suas casas. Já no início do século XV, e sob o impulso de São Bernardino de Sena, o movimento retoma o interesse pelos estudos e inicia um retorno aos centros urbanos, sem, no entanto, abandonar o meio rural. Cf. Henrique Pinto Rema, “A Observância Franciscana na Península Ibérica (nos séculos XIV a XVI)” *Itinerarium*, Ano XLIX, nº 175-176, Janeiro-Agosto, 2003, p. 61-96; Victor Rui Gomes Teixeira, *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517). História, Cultura e Património de uma experiência de Reforma Religiosa*, 3 volumes, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 2004. Ainda sobre as questões em torno das quais giram as tensões entre franciscanos leia-se o que, lapidariamente, diz João Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso em Portugal nos séculos XVI a XVIII*, vol. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960, p. 3. “As divergências da família franciscana andam à volta de três pontos centrais: a austeridade, a pobreza e a humildade”.

2.2. Santa Clara e as Clarissas

Marcada pela experiência e o ideal de Francisco, Clara, filha de Favarone Offreduccio di Bernardo, nobre cavaleiro de Assis, abandona o mundo para viver em clausura uma experiência de total abandono a Deus e imitação de Cristo, não já pela acção no mundo, mas pela contemplação no interior do claustro, ligada, contudo, à acção apostólica dos irmãos franciscanos. Neste contexto espiritual, desenvolve-se a 2ª Ordem Franciscana: as clarissas¹⁸⁶.

Num primeiro momento, depois de em 1212 se consagrar a Cristo, na Porciúncula, a jovem ingressa numa comunidade beneditina de onde sai para o eremitério de São Damião, restaurado por Francisco e já acompanhada por outras, entre elas, a irmã, Catarina. Mas a esta pequena comunidade nascente vários são os problemas que se colocam. O primeiro provém da necessidade de uma regra que pautasse a vida comunitária.

A proibição do IV Concílio de Latrão (1215-1216) de constituir e aprovar novas regras será o primeiro obstáculo a ultrapassar por aquelas mulheres que querem viver uma nova espiritualidade marcada pela do mestre franciscano¹⁸⁷.

Assim, aconselhada por Francisco, Clara aceitará o título de abadessa de uma comunidade que formalmente seguirá a Regra de S. Bento (base formal jurídica), mas que na prática seguiria a “forma de vida” dada por S. Francisco, para a comunidade de S. Damião. Esta era constituída por um conjunto de normas que não estavam escritas e de que só conhecemos alguns princípios, através do testamento de Clara¹⁸⁸. Certo é que

¹⁸⁶ Cf. Livario Oliger, “Clarisse”, *Enciclopedia Cattolica*, vol. III, Florença, Sansoni, 1949, cols. 1771-1773.

¹⁸⁷ Sobre esta perspectiva do franciscanismo no feminino: Cf. Maria Pia Alberzoni, “Le Congregazioni monastiche; Le Damianite” in *Dove va la storiografia monastica in Europa? Temi e metodi di ricerca per lo studio della vita monastica e regolare in eta medievale alle soglie del terzo millenio*, Milão, Casa Editrice Vita e Pensiero, 2001, p. 379-401.

¹⁸⁸ *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 69-76.

os primeiros mosteiros de “sorores inclusae” ou “damas pobres”¹⁸⁹ se regiam por eles. Destes, três aspectos surgem muito claros a pautar toda a vida: a clausura¹⁹⁰, a pobreza (que não lhes permitia ter bens, individual ou comunitariamente) e o vínculo espiritual e jurisdicional com os Frades Menores. Estes princípios normativos mantinham a comunhão e a novidade da vida religiosa mendicante, nas comunidades de frades e freiras.

A par destas observâncias, Clara alcança, em 1216, do papa Inocêncio III o “Privilegium Paupertatis”¹⁹¹, que lhes assegura um modo de vida pobre, despojado de bens e das preocupações que a sua gestão acarreta, ainda mais para mulheres, encerradas e, por isso, isoladas do mundo.

O nascimento de várias comunidades de Damas Pobres, à imitação de São Damião, coloca o problema da forma canónica que as mesmas deviam revestir. Preocupado com a situação, o Cardeal Hugolino de Óstia (Cardeal Protector) solicitava ao papa Honório III a faculdade para resolver este problema e, simultaneamente, concede a algumas comunidades um conjunto de normas de vida religiosa¹⁹², que deviam observar como complemento da Regra de São Bento a que se dá o nome de “Constituições Hugolinianas”, cuja profissão se requeria para o seu reconhecimento legal dentro da Igreja. Tratava-se, no fundo, de uma nova regra que servia de base às seguintes, que serão aprovadas para a futura Ordem de Santa Clara.

¹⁸⁹ Formas como eram tratadas as Clarissas, desde os tempos de Santa Clara. Cf. A Vita II de Frei Tomás de Celano, como é referido em *Escritos de Santa Clara y documentos complementarios*, 5ª edição, edicion bilingue, introdução, tradução e notas de Ignacio Omaechevarría e colaboradores, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 42-55.

¹⁹⁰ Sobre a clausura, vejam-se as duas e interessantes entradas do *Dizionario degli Istituti di Perfezione*: J. Leclercq, “Clausura. I. C. In Oriente e Occidente”, vol. II, Roma, edizione Paoline, 1975, cols. 1166-1174 e Idem, F. Cubelli, “C. e Legislazione”, *ibidem*, cols. 1174-1178.

¹⁹¹ Cf. *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 293-294 (Inocêncio III) e p. 295 (a confirmação de Gregório IX).

¹⁹² Estas são dadas em quatro bulas, aos mosteiros de Monticellii (Florença), em 27 de Julho de 1219, e aos conventos de Gattaiola de Lucca, Porta Camullia de Siena e Monteluca de Perusa, a 29 e 30 de Julho do mesmo ano, na Itália centro setentrional, onde Hugolino era legado. Nestas bulas, o Cardeal recebe estas comunidades, com a designação de *Ordo pauperum monialium inclusarum*, sob a especial protecção da Santa Sé, cf. *Escritos de Santa Clara y documentos complementarios*, 5ª edição, edicion bilingue, introdução, tradução e notas de Ignacio Omaechevarría e colaboradores, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 210-211.

Estas constituições não pretendiam formar uma nova Ordem, mas tão só colocar sob a protecção de Roma um movimento que já existia e que se desenvolvia com ideais e estruturas próprias. Apresentando-se como uma *Formula Vitae*, não será mais do que a codificação de uma vivência própria das comunidades de Damianitas. Para este texto terá contribuído o visitador geral das clarissas à época, Frei Filipe Longo, que conhecia bem as “antigas observâncias” de São Damião, pois fora companheiro de Francisco e, por diversas vezes, o acompanhara nas suas visitas a Clara. Com esta normativa fica bem claro, não apenas o modo de vida “encerrado” das Damas Pobres, mas também os rigores dos seus jejuns e abstinências.

Aceite pelo mosteiro de Assis, esta regulamentação continuava, no entanto, a obrigar as damianiatas a professar oficialmente a Regra de São Bento (uma *fictio iuris*), para não infringir o cânone 13 do IV Concílio Lateranense.

Tendo subido ao sóleo pontifício com o título de Gregório IX, Hugolino, contrariamente ao que estava definido nas constituições, doa alguns bens aos mosteiros que protege. Alarmada com esta situação, Clara pede-lhe a confirmação do *Privilegium Paupertatis*, a que ele acede em 1228¹⁹³. Mas este aplica-se a poucos conventos, a maioria continua a possuir e gerir riquezas, tornando-se portanto necessário esclarecer a situação, com normas taxativas. Importava, ainda, codificar a clausura, bem como as normas respeitantes ao hábito e à dependência e relações com os Frades Menores¹⁹⁴. Em muitos mosteiros de Damas Pobres, existem apontamentos sobre a existência, junto destes, de pequenas comunidades de frades que viviam em hospícios, para o serviço das monjas.

Neste contexto, é aprovada a Regra de 1247¹⁹⁵, em que se abandona definitivamente a menção à regra de São Bento, na fórmula da profissão, substituída pela de São Francisco (aprovada por bula de 1223), sendo os mosteiros de damianitas

¹⁹³ Este privilégio apenas se refere e mantém para a comunidade da Porciúncula.

¹⁹⁴ Pois, apesar de tudo, a forma de vida continuava a estar ligada à regra de São Bento, a ponto de se falar de uma “benedictização” do movimento das damianitas. Sobre esta questão e, essencialmente, sobre a defesa e prova das origens franciscanas da Regra das clarissas, veja-se Livarius Oliger, “De origine regularum Ordinis sanctae Clarae”, *Archivum franciscanum historicum*, 5 (1912), p. 181-209 e 413-447.

¹⁹⁵ *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 325-339.

confiados ao cuidado dos prelados da Ordem dos Menores. Simultaneamente, autoriza-se, de forma explícita, a posse de bens em comum e não se refere o voto de clausura. O que importava era a aprovação e regulação pontifícia, pois nos anos 30 do século XIII, era cada vez mais difícil viver numa comunidade religiosa sem os princípios jurídicos que a institucionalizassem.

Esta Regra teve, logo de início, a oposição¹⁹⁶ de vários mosteiros e da própria Clara que, não sendo afectada pela norma que permitia a posse de bens, uma vez que o seu mosteiro gozava perpetuamente do *Privilégio de Pobreza*, via perigar a unidade das damianitas e o seu principal objectivo de vida comunitária.

Face a este problema, Clara elabora uma nova regra que entronca na *Formula Vitae* e no *Privilégio de Pobreza* e que recebe a aprovação do cardeal Reinaldo, em 1252, bem como a promulgação canónica do papa Inocêncio IV, em 1253. Nela está presente o exemplo de Francisco e os princípios desde sempre reiterados, a clausura e a pobreza, como bases de uma vida contemplativa, dedicada à oração e ao jejum, nova forma de apostolado e de peregrinação interior.

A morte de Clara em 1253¹⁹⁷ e a sua canonização em 1255, pelo papa Alexandre IV¹⁹⁸, abrem um período de rápida difusão do seu modo de vida e das comunidades de Damas Pobres que, por isso, necessitam de uma normalização para a vida em comunidade. Outras regras são então aprovadas, nomeadamente a do mosteiro de Longchamp¹⁹⁹ - da beata Isabel de França - (também adoptada por outros mosteiros a partir de 1263), aprovada por Alexandre IV, em 1259, bem como a mais conhecida e

¹⁹⁶ Cf. *Escritos de santa Clara y documentos complementarios*, 5ª edição, edicion bilingue, introdução, tradução e notas de Ignacio Omaechevarría e colaboradores, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 264.

¹⁹⁷ Reveste-se também de particular importância o testamento de Santa Clara, cuja autenticidade não é universalmente reconhecida, em que reitera todos os princípios já referidos no que respeita à pobreza, à clausura e à dependência dos Menores cf. *op. cit.*, p. 342-344.

¹⁹⁸ Fernando Félix Lopes, “As primeiras Clarissas de Portugal”, *Colectânea de Estudos*, 3, 1952, pp. 212-213.

¹⁹⁹ *Escritos de santa Clara y documentos complementarios*, 5ª edição, edicion bilingue, introdução, tradução e notas de Ignacio Omaechevarría e colaboradores, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 298-329.

divulgada, elaborada pelo cardeal protector Gaetano Orsini e promulgada, em 1263, por Urbano IV (regra urbanista²⁰⁰) para todos os mosteiros da Ordem de Santa Clara.

A Regra urbanista, inserida na bula *Beata Clara*, ordena a todas as religiosas de inspiração damianita, chamadas então *Sorores* ou Irmãs, *Dominae* ou Donas, *Moniales* ou Monjas e ainda *Pauperes Inclusae Ordinis Sancti Damiani*, que se agrupem sob a designação comum de “Ordem de Santa Clara”.

Esta normativa constitui, assim, a etapa final de um desenvolvimento que se inicia com as Constituições Hugolinianas e recolhe elementos de todas as regras precedentes.

Nesta regra, as freiras são confiadas ao Cardeal Protector e não à jurisdição da Ordem dos Frades Menores, é ele que escolhe e nomeia os visitantes dos mosteiros. A disciplina da clausura mantém-se muito severa e regulamentam-se os hábitos, os jejuns e as práticas eucarísticas, bem como a eleição da abadessa e das restantes oficiais do mosteiro. Tal como na regra de 1247, equaciona-se a possibilidade da existência de comunidades masculinas “anexas” às clarissas, compostas por sacerdotes e leigos, todos prometendo obediência à abadessa, após um ano de noviciado. Por fim, permite-se às comunidades possuir rendas e propriedades em comum.

Assim se forma uma Ordem feminina²⁰¹ que o próprio Francisco não tinha, de início, a intenção de fundar e, por isso, quando acolhe Clara e as suas primeiras companheiras, só pode integrá-las num mosteiro beneditino, uma vez que o género de

²⁰⁰ *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 345-368.

²⁰¹ Sobre as Clarissas, veja-se, entre outros, os seguintes estudos: Livario Oliger, “Clarisse”, *Enciclopedia Cattolica*, vol. III, Florença, Sansoni, 1949, cols. 1771-1773; I. Omaechevarria, *Las Clarisas através de los siglos*, Madrid, Cisneros, 1972; Em Portugal: Fernando Félix Lopes, “As primeiras Clarissas de Portugal”, *Colectânea de Estudos*, 3, 1952, pp. 212-213; Idem, “Mosteiros de clarissas em Portugal”, *Boletim mensal missões franciscanas e Ordem Terceira*, Braga, 46, 1953, p. 92-93; António Montes Moreira, “Breve história das Clarissas em Portugal”, in *Archivo Ibero-Americano*, T. LIV (nº 213-214), 1994, p. 211-231; Maria Filomena Andrade, “As Clarissas em Portugal - dimensões regionais de uma corrente de espiritualidade europeia” in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, nº1, Abril, 1999, pp. 109-127; Idem, “O processo fundacional dos conventos de clarissas no Portugal medievo” in *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*, coord. Maria Isabel Viforcós Marinas e Maria Dolores Campos Sánchez-Bordona, León, Universidad de León, 2005, p. 79-101; *Santa Clara e as Clarissas em Portugal. VIII Centenário do Nascimento de Santa Clara (1193-1194 - 1993-1994)*, Lisboa, 1994.

vida evangélico, levado por ele e pelos seus seguidores, caracterizado pelo abandono à Providência e pelo apostolado do exemplo e da palavra²⁰², pressupõe uma mobilidade que a mulher não possuía, na sociedade de então.

Porém, Clara não aceita passivamente a situação e, embora não mendigando, vive o “Privilégio da pobreza” e a humildade, como bases do seu “programa” de vida e santificação. A nível da piedade e devoção, a experiência espiritual de Clara, que se baseia na meditação da Paixão de Cristo e dos seus sofrimentos, assim como na contemplação da sua humanidade, parece nada trazer de novo à maior parte das santas mulheres do seu tempo. Ela distingue-se, sobretudo, por um ascetismo extremo, a par do rigor das penitências e mortificação, que levam Francisco a intervir no sentido de as mitigar.

Doravante, não bastava estar com os pobres e doentes do mundo, era preciso viver como eles, encarnando as dores e a pobreza de cada um e de todos, sofrer como Cristo a miséria do mundo, “carregando” com ela, assumindo-a. Esta é a novidade espiritual²⁰³ que arranca muitas mulheres a um estado de comiseração e auxílio ao pobre para uma vida de despojamento, de pobreza ou de castidade e que liga o movimento das clarissas à corrente penitencial da época.

O ideal de vida de Clara é pouco consentâneo com as limitações próprias da actuação das mulheres no mundo urbano e, simultaneamente, com o modo de vida mendicante. Não podendo pregar nem esmolar, as menoritas ou damianitas, como de início são conhecidas, vivem na estreita clausura, apegadas ao ideal de pobreza e de mortificação. Por isso, após a morte da fundadora, torna-se necessário viabilizar a existência destes cenóbios, e isso só uma forma mitigada de pobreza e uma relação “suficiente” com o mundo dos frades e o dos leigos, o permitiria.

A imposição aos franciscanos da guarda das suas irmãs clarissas nunca parece ter sido suficientemente clara, pelo menos no que respeita ao aspecto material, uma vez

²⁰² M. D. Lambert, *Franciscan Poverty. The doctrine of the absolute poverty of Christ and the apostles in the Franciscan Order, 1210-1323*, Londres, Church Historical Society Publications, 1961.

²⁰³ Sobre a espiritualidade clariana: Delir Brunetti, *Clara de Asís camino y espejo*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2002; Maria do Rosário F. Gaspar, *Clara: a constelação e o signo. Vida e espiritualidade de Santa Clara de Assis*, Lisboa, Paulinas, 2004.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

que, no espiritual, aceitam o seu encargo²⁰⁴. Resta a interrogação. Como subsistir – mulher, enclausurada e pobre - num mundo onde o dinheiro e o poder económico eram cada vez mais determinantes?

²⁰⁴ Cf. sobre esta polémica: José Garcia Oro, *Francisco de Asis en la España Medieval*, Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas Liceo Franciscano, 1988, p. 86-88.

3. As Clarissas em Portugal

3.1. A instituição ao longo da Idade Média

Em Portugal, como surge o movimento e desde quando são conhecidas comunidades de clarissas? Os primeiros mosteiros documentados são da segunda metade do século XIII, data relativamente tardia em relação à presença dos franciscanos, que se reporta ao início da centúria de Duzentos.

Temos, por isso, de procurar o início da implantação das clarissas noutros factores. Decisivo é, sem dúvida, a elevação aos altares de Clara, em 1255²⁰⁵, e a consequente difusão do seu culto²⁰⁶, atribuída, num primeiro momento a D. Egas Fafes²⁰⁷, bispo de Coimbra (1248-1267) e partidário de D. Afonso III nas suas questões com o irmão Sancho II. A opção mendicante de várias comunidades de mulheres em Espanha, na Galiza e em Castela, como é o caso dos conventos de Salamanca²⁰⁸, Zamora²⁰⁹, Ciudad Rodrigo²¹⁰, Allariz²¹¹, e mesmo em Pamplona²¹² (em 1227) e

²⁰⁵ Pelo papa Alexandre IV, em 1255. Veja-se Processo e Bula de Canonização em *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p.133-233.

²⁰⁶ Fernando Félix Lopes, “O culto de Santa Clara em Portugal”, *Colectânea de Estudos*, 4, 1953, pp. 356-364. Para este bem contribuiu a acção e devoção de várias senhoras portuguesas, sendo de realçar: D. Isabel de Aragão, a Rainha Santa, casada com D. Dinis, e sobrinha neta de D. Isabel da Hungria, santa de inspiração franciscana, canonizada em 1235, pelo papa Gregório IX.

²⁰⁷ Sobre este, entre outros: Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999, p. 934.

²⁰⁸ Cf. *Reseña Historica de los monasterios de Clarisas en España y Portugal*, vol. I, Ávila, Hermanas Clarisas de España, 1996, p. 410-414.

²⁰⁹ Cf. *Ibidem*, p. 505-509.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 390-394.

²¹¹ *Santa Clara de Allariz. 7º Centenario da Fundacióm*, Boletín Avriense, Anexo 5, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, 1986; AA.VV., *Santa Clara de Allariz. Historia y vida de un monasterio*, Ourense, Rodi Artes Gráficas de Ourense, 2002.

Saragoça²¹³ (entre 1230 e 1234), estes ligados aos caminhos de Santiago²¹⁴, bem como a existência de vários grupos de mulheres que vivendo uma vida de reclusão, encontram no ideal mendicante uma proposta aliciante e de acordo com o seu estilo de vida, são igualmente factores preponderantes.

Fundar um convento é uma empresa complexa, de longa duração, e com várias fases que passam pela instalação da comunidade humana, e pela sua viabilização económica e material, com a construção, sacração da Igreja e o levantamento do edifício conventual. Pode mesmo falar-se de um processo de fundação que se prolonga no tempo e está sujeito a vicissitudes de vária ordem.

Assim, existem mosteiros que partem de uma comunidade pré-existente que, em determinado momento, decide colocar-se na órbita dos mendicantes e formar uma nova entidade. Por vezes, é a iniciativa de um particular que determina a criação de um novo cenóbio - o próprio rei, um senhor nobre ou eclesiástico que dota a comunidade e se torna seu patrono. Outros surgem de grupos mais ou menos importantes de beatas, “enclausuradas”, ou mulheres que vivem junto aos mosteiros masculinos, sem professarem, como recolhidas ou fazendo votos, mas todas elas protegidas do mundo e consagradas a Deus.

Interessa, pois, começar por abordar as questões em torno da fundação das primeiras casas das clarissas, partindo de dois pressupostos importantes. O primeiro prende-se com o facto de a procura de uma data precisa para a fundação de uma casa monástica ser um dado quase impossível de determinar, uma vez que esta se apresenta como um processo que passa pelo desejo ou vontade de fundar e pelas condições que convergem para a sua realização até à institucionalização.

²¹² Jose Garcia Oro, *Francisco de Asis en la España Medieval*, Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas--Liceo Franciscano, 1988, p. 100-104.

²¹³ *Reseña Histórica de los monasterios de Clarisas en España y Portugal*, vol. I, Ávila, Hermanas Clarisas de España, 1996, p. 184-187.

²¹⁴ Jose Garcia Oro, *op. cit.*, Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas Liceo Franciscano, 1988, p. 68-73.

Este processo complexo²¹⁵ obriga, pois, a responder a uma série de problemas que, e este é o segundo pressuposto, têm de ter em conta o ambiente sócio-político e religioso da realidade em que esta fundação é tentada.

Assim, importa olhar para esta temática, utilizando um conjunto de questões problematizantes que contribuam para perceber a realidade que se apresenta aos nossos olhos, tais como:

- Quem foram os promotores/fundadores destas comunidades e quais as suas motivações? Contaram com que apoios?

- Como concretizaram os seus desejos e aspirações?

- Por quem eram constituídas as primeiras comunidades e como se organizavam? Como viveram o seu quotidiano e as suas relações com a família religiosa a que pertenciam?

Muitas das questões levantadas não são cabalmente respondidas, mas é importante organizá-las e sistematizar as respostas, de modo a ultrapassar a simples, embora importante, enumeração dos factos, e desenvolver uma teia explicativa, problematizadora e não redutora da vida que flui e que, por isso, se torna por vezes tão difícil de analisar.

No que respeita às Clarissas, a realidade é muito rica e pode assim contribuir para esclarecer alguns dos aspectos mais importantes do funcionamento e dinamismo religioso que preside à fundação de uma casa monástico-conventual, num determinado espaço, bem como a influência e as repercussões do facto na sociedade envolvente.

Em Portugal fundaram-se, durante a Idade Média, 14²¹⁶ mosteiros de clarissas²¹⁷.

²¹⁵ Sobre esta questão: José María Miuras Andrades, *Frailles, monjas y conventos. Las órdenes mendicantes y la sociedad sevillana bajomedieval*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1998, p. 132-137, apresenta uma definição de termos muito interessante para a análise do processo fundacional e revela, a partir de um trabalho já realizado por H. Vicaire, três subdivisões deste processo: a “*inceptio*”, que compreende o conjunto de actos levados a cabo pelo fundador, no sentido de converter em realidade a sua vontade de fundar e que se materializa no conjunto de doações que a viabilizam; a “*receptio*” acompanhada da “*promotio*” – a aceitação por parte da ordem da nova casa; e a “*assignatio*”, o reconhecimento oficial da mesma, geralmente acompanhado da bula papal de autorização, de um número suficiente de membros para existir uma comunidade e, por vezes, da autorização da instituição que exerce a jurisdição eclesiástica sobre o lugar onde se instala a comunidade.

Quadro nº 3 - Fundações da Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII a XV)

Conventos	Data de Fundação	Transferência	
		Local	Data
Santa Clara de Lamego	1258	Santarém	1259
Santa Clara de Entre-os-Rios	1258	Porto	1416
Santa Clara de Coimbra	1286		
Santa Clara de Lisboa	1288		
Santa Clara de Vila do Conde	1314-1317		
Santa Clara de Beja	1343-45		
Santa Clara de Guarda ²¹⁸	1344		
Santa Clara de Portalegre	1370		
Santa Clara de Amarante ²¹⁹	Entre 1389 e 1442		
Santa Clara de Estremoz ²²⁰	1425-28		
Santa Clara de Évora ²²¹	1458		

²¹⁶ Cf. Mapa 6 - Mosteiros de Clarissas (séculos XIII-XV), que não inclui os conventos de terceiras. Este mapa (agora adaptado) já foi, por nós, publicado em “As Clarissas em Portugal - dimensões regionais de uma corrente de espiritualidade europeia” in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, nº1, Abril, 1999, p. 115.

²¹⁷ São também fundados na Idade Média alguns mosteiros femininos da Ordem Terceira, tal é o caso de: S. Francisco de Ponte de Lima (1360); Sta. Iria de Tomar (1467); Montemor-o-Velho (1495); Bom Jesus de Valença do Minho (1498). Cf. lista apresentada em: Victor Rui Gomes Teixeira, *O Maravilhoso no Mundo Franciscano Português na Baixa Idade Média*, Porto, Granito, 1999, p. 30-31.

²¹⁸ Deste mosteiro apenas se sabe que foi fundado na aldeia de Vela, vizinha da Guarda. Cf. Maria Rita Costa Gomes, “A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)”, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº. 9-10, Lisboa, Sá da Costa, 1987, p.115; Manuel da Esperança, *História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, vol. II., vol. II, p. 319-339.

²¹⁹ De Santa Clara de Amarante as notícias são muito escassas. O cronista Manuel da Esperança considera as suas origens um enigma e atribui a criação a D. Mafalda, filha de D. Sancho, que entra no mosteiro cisterciense de Arouca e depois funda Amarante. Recebe benesses régias de D. Afonso IV (1323) e, mais tarde, D. João I (1389) confirma-lhe o privilégio da protecção régia. O Infante D. Pedro, como regente, em 1442, concede-lhes ainda um padrão de renda anual de 10 000 reais, pagos pelo almoxarifado de Guimarães. Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 250-269.

²²⁰ Pertencendo ao bispado de Évora, foi fundado por iniciativa do Pe. Frei Afonso do Paraíso, ajudado por várias pessoas. Em 1551 foi anexado ao convento de S. Clara de Portalegre. Cf. Manuel da Esperança *op. cit.*, p. 631-633.

²²¹ Instituído pelo bispo, D. Vasco Perdigão, veja-se, entre outros: Fernando da Soledade, *História seráfica cronológica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1721, p. 142-156.; A ordem franciscana no Alentejo”, in *Congresso de história no IV centenário do Seminário de Évora. Actas*, 1, Évora, 1994, p. 361-388.

Conventos	Data de Fundação	Transferência	
		Local	Data
Conceição de Beja ²²²	1459		
Jesus de Setúbal ²²³	1489		
Santa Clara do Funchal ²²⁴	1476		

O nosso trabalho incidirá apenas sobre as fundações dos séculos XIII e XIV e pretende explicar este fenómeno, à luz dos vários dados fornecidos pelos documentos escritos, mas também pelos testemunhos materiais deixados por estas comunidades e que assinalam os seus objectivos e formas de criação.

Dos casos estudados: Lamego-Santarém, Entre-os-Rios, Coimbra, Lisboa, Vila do Conde, Beja, Guarda e Portalegre, os indícios conhecidos são muito diversos, a documentação escrita, nalguns casos, é parca e, noutros, parece esconder o que é hoje para nós essencial. Mas, de qualquer forma, partirei das mesmas questões para abordar o problema. Como, quando, por quem e com que objectivos se formaram as comunidades de clarissas?

Basicamente, interessa-nos compreender não apenas os dados concretos, na maioria já estabelecidos, para situar a fundação mas, acima de tudo, desvendar os silêncios, ensaiando a sua compreensão a fim de problematizar, num quadro mais amplo, os processos de fundação, olhando para os intervenientes, as suas motivações e a realidade histórica em que emergem. Também será nossa preocupação contextualizá-las a nível peninsular, pela proximidade geográfica e de intenções que presidiram a grande parte das fundações hispânicas.

²²² Foram seus fundadores os pais do rei D. Manuel: D. Fernando e D. Beatriz. O convento é de urbanistas dependentes da Ordem Franciscana, a partir de 1469. Cf. Fernando da Soledade, *op. cit.*, vol. III, p. 156-169; Maria de Lurdes Rosa, A fundação do mosteiro da Conceição de Beja pela duquesa D. Featriz” in *O tempo de Vasco da Gama*, Diogo Ramda Curto (dir.), Lisboa, Difel, Lisboa, 1998, p. 265-270.

²²³ Fundado por Justa Rodrigues Pereira, antiga manceba do bispo da Guarda, D. João Manuel (bastardo de D. Duarte), ama de leite de D. Manuel. Cf. Fernando da Soledade, *op. cit.*, vol. III, p. 424-444.

²²⁴ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 686-68. Este refere ainda o mosteiro de S. Clara de Tavira, fundado em 1443, por empenho de Fr. Gil Lobo, confessor de D. Afonso V, tendo-lhe sido concedida uma licença, para o efeito, pelo papa Eugénio IV. Mas este mosteiro parece não ter sido construído, por falta de bens para o manter.

3.2. Os fundadores e as etapas da fundação

A análise dos processos fundacionais contribui, de forma crucial, para a compreensão do papel da mulher que escolhe uma vida religiosa e dos esforços e apoios que concitam a sua opção, para tornar realidade uma vontade, às vezes apenas um desejo e outras a institucionalização de uma prática já existente.

Os mosteiros de clarissas portuguesas fundados no século XIII e XIV revelam realidades diversas, em que se imbricam interesses e razões de carácter social e económico bem complexas.

Comecemos por analisar as fundações do século XIII, os protagonistas, as suas motivações e o papel da institucionalização face ao desejo de experienciar uma vida à semelhança de Clara de Assis.

Não será por acaso que a presença das clarissas em Portugal é detectada através de documentação pontifícia, que revela um interesse particular pela fundação de cenóbios femininos que protege e sanciona, com os seus privilégios. Os documentos são de carácter institucional e talvez, por isso, obscurecem alguns aspectos das origens dos cenóbios, sendo, por isso, necessário lê-los com muita atenção e contextualizá-los, a fim de responder às nossas múltiplas questões.

As primeiras referências documentais a discípulas de Santa Clara encontram-se num conjunto de diplomas pontifícios de Alexandre IV, dirigidos a uma comunidade em **Lamego**²²⁵. Assim, a 19 de Fevereiro de 1258²²⁶, começa por conceder a regra do

²²⁵ Num primeiro momento, importa olhar para esta documentação que constitui um importante acervo sobre as questões em torno da fundação do cenóbio, pois inclui um conjunto de bulas e breves que, além dos originais, se encontra ainda copiado num livro de 1707: “Privilegios que tem o Real Mosteiro de S. Clara de Santarem que aqui mandou juntar a Muito Reverenda Senhora D. Maria da Natividade no segundo trienio de Abbadessa” (TT, *OFM, PP, SCS*, liv.24). Segundo Manuel Gonçalves da Costa (*História do Bispado e Cidade de Lamego, Idade Média: Paróquias e Conventos*, Lamego, 1979, p. 565), teria havido um primeiro convento em Cambres, que só em 1253 terá vindo para Lamego por iniciativa de Teresa Gonçalves, viúva de Grão Soeiro. Esta afirmação embora não seja corroborada por Manuel da Esperança, nem pela documentação existente, pode, no entanto, apontar para a existência de um grupo de beatas, como adiante referirei, que estão na origem da primeira comunidade de clarissas formada pouco antes de 1258. Interessante é ainda o dado fornecido em dois testamentos, de 1286 e de a. 1288, em que

Cardeal Hugolino²²⁷ a este grupo de mulheres devotas²²⁸, de quem se ignoram os nomes e a origem social, mas que a 28 do mesmo mês²²⁹ já estão organizadas como convento da Ordem de São Damião, com a invocação de Santa Maria e de Santa Clara, e com uma abadessa. Não se sabe de quem foi a iniciativa da criação do mosteiro²³⁰ e não se pode aduzir a influência dos franciscanos, uma vez que estes ainda não se tinham estabelecido em Lamego²³¹.

Sobre as freiras, é dito que era seu propósito “*vos inclusae corpore in castris claustralibus*”²³², o que revela a existência de uma comunidade de “inclusas”²³³ que terá, em data indefinida, mas antes de 1258, constituído um convento de damianitas e que pede, por isso, ao papa, o seu reconhecimento e institucionalização. Alexandre IV, à semelhança dos seus antecessores, estava interessado em enquadrar este movimento e,

Domingos Eanes e Vicente Martins, respectivamente, doam dinheiro às “inclusis Lamecensis” ou “inclusis de Lameco” (in *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, coordenação Maria do Rosário Barbosa Morujão, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 504-509). Embora, à data, as freiras de Santa Clara já estivessem em Santarém, esta alusão pode bem revelar uma realidade pré-existente de onde podem ter “saído” as clarissas, ou apenas indicar um foco de espiritualidade feminina de certa importância a que, com certeza, as clarissas não seriam alheias.

²²⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, 5º env., doc. 7B.

²²⁷ Este silêncio poderá ser deliberado, uma vez que, aprovada a Regra de Santa Clara, seria óbvio que fosse esta a sancionar a vida da comunidade, o que não parece acontecer pois, mesmo mais tarde, já com o convento em Santarém, Alexandre IV por duas vezes voltará a aspectos relacionados com a Regra e referirá sempre a “concedida pelo cardeal Hugolino” ou a “Regra de São Bento” como texto normativo de base.

²²⁸ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. I, p. 503-506.

²²⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, 3º env., doc. 6B; Liv. 24, fls. 7v-8.

²³⁰ Alguns autores ligam-no à presença da infanta D. Mafalda, que vivia perto, no mosteiro de Arouca e que, em 30 de Novembro de 1255, recebe do papa Alexandre IV, o breve *Ex frequenti relatu*, em que o pontífice, a pedido do Ministro provincial e dos franciscanos portugueses, lhe agradece a liberalidade e benefícios que concedera à dita Ordem. Cf. Félix Lopes, “As primeiras clarissas”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 2, 1952, p. 215.

²³¹ Sobre a presença destes, cf. Henrique Pinto Rema, *A Família Franciscana na diocese de Lamego no passado e no presente*, Lamego, Ed. da Câmara Municipal de Lamego, 2002, p. 14-15.

²³² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, doc. (6B); *Idem*, Liv. 24, fls. 7v-8 (28 de Fevereiro de 1258).

²³³ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. I, pp. 503-506. Segundo o cronista, existia em Lamego um grupo de mulheres devotas que, aspirando a uma forma de vida mais perfeita, se uniram para viver à imitação das damas pobres de Assis, constituindo-se em convento.

ao reconhecer a sua existência, colocar as comunidades sob a obediência e vigilância das autoridades competentes.

Ao longo do ano de 1258, Alexandre IV²³⁴ concede à comunidade as bases para a sua implantação, integrando-a no projecto de vida canónica²³⁵, proposto pelos papas Gregório IX e Inocência IV para os mosteiros espanhóis²³⁶ (castelhanos e aragoneses). O mosteiro constitui-se, assim, como casa de *monialium inclusarum*, a que corresponde uma mudança importante, na vida comunitária, porque a submete ao enquadramento eclesial (e à clausura), através de um programa que o papa, nitidamente, desenha nas palavras que lhe dirige. Deste fazem parte, entre outros elementos:

- A protecção papal e a isenção canónica do Ordinário;
- A dependência da Ordem franciscana, nas pessoas dos Ministros, Geral e Provincial, e o usufruto dos privilégios concedidos pela Sé apostólica a esta Ordem;
- A entrega da cura espiritual (administração dos sacramentos) aos franciscanos, com o dever de visitação, para a correcção e reforma do cenóbio;
- A licença para ter e livremente conservar rendas e outros bens, não obstante o costume ou estatuto em contrário (da Ordem);
- A eleição da abadessa entregue à comunidade conventual.

As preocupações do papado visavam, essencialmente, o enquadramento institucional, de acordo com a Regra do Cardeal Hugolino e a tutela dos franciscanos.

No entanto, o facto de não haver nenhum convento masculino na mesma cidade cria dificuldades no acompanhamento espiritual das clarissas, pelo que o papa propõe a existência de capelães, nomeados pela Ordem²³⁷, proporcionando a manutenção de uma

²³⁴ Alexandre IV, quando era cardeal bispo de Ostia, foi o protector da Ordem, sendo conhecida a sua “afeição” pelas clarissas, a quem estas devem a canonização de Clara de Assis, em 1255.

²³⁵ Jose Garcia Oro, *op. cit.*, p. 73-75.

²³⁶ Como acontece com Pamplona, Saragoça, Burgos e Zamora. Cf. Jose Garcia Oro, *op. cit.*, p. 68-78.

²³⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, 3º env., doc. 6B; *Idem*, Liv. 24, fl. 7v-8.

espiritualidade franciscana e o controlo efectivo sobre o que se passa no interior do convento. Aliás, esta preocupação é notória numa carta do mesmo pontífice, de 15 de Março de 1258²³⁸, em que autoriza o capelão do mosteiro a absolver as freiras em casos especiais²³⁹.

Contudo, apesar desta vigilância vinda do exterior, a eleição da abadessa deve pertencer livremente ao convento²⁴⁰, numa clara afirmação de autoridade interna. É a ela que os frades devem e podem pedir contas pelo bom ou mau funcionamento da comunidade que tutelam.

Com um papel importante, na comunidade de clausura, a posse de bens por parte do cenóbio, a gestão dos foros, é também uma realidade, apesar das regras e estatutos da ordem que afirmavam a pobreza como base da experiência religiosa mendicante. Clara, a fundadora, era intransigente no que respeitava ao usufruto de propriedades e, na sua Regra²⁴¹, no capítulo 6º²⁴², obriga todas as abadessas e irmãs a não ter nem receber, por si nem por outra pessoa, qualquer propriedade, salvo aquela que é necessária para o convento sobreviver. Esta disposição, que afirma de forma tão radical o “privilégio da Pobreza”, é aqui claramente afastada. A explicação liga-se à obrigação da clausura, que inviabilizava a prática da mendicância ou outras que assegurassem a sobrevivência. O trabalho que as freiras realizavam, embora não referido, seria com certeza insuficiente para viabilizar a construção do mosteiro, da igreja e mesmo a sua manutenção, bem como a da comunidade. Certo é que, a 14 de Março do mesmo ano de 1258²⁴³, Alexandre IV oferecia sete dias de perdão a quem desse esmolas para a construção do mosteiro.

²³⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, 2º env., doc. 10B; *Idem*, Liv. 24, fl. 8.

²³⁹ Esta missiva tem a particularidade de ser dada a pedido das próprias freiras e consiste na possibilidade do seu capelão ou visitador as poder absolver da sentença de excomunhão por “crime de mãos violentas”.

²⁴⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, 3º env., doc. 6B e Liv. 24, fl. 7v-8 (1258, dada ao convento ainda em Lamego); Confirmada em 1259, ao convento já em Santarém: *Idem*, Liv. 24, fl. 9-9v.

²⁴¹ Cf. Regra de Santa Clara publicada por Saúl António Gomes, “Uma Regra de Santa Clara de Assis de inícios do séc. XVI” in *Leiria-Fátima, Órgão Oficial da Diocese*, Ano II, nº 5, Maio-Agosto, 1994, p. 139-159.

²⁴² *Idem*, p. 150-151.

²⁴³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, 3º env., doc. 9B.

Mas o projecto não se concretizará em Lamego, pois a 29 de Abril de 1259²⁴⁴, o pontífice, a pedido do convento, cede à trasladação do mesmo para **Santarém**, alegando, precisamente: “*quod locus in civitate Lamacensi obtinetis, habitationi vestrae usquequo non existit accomodus*”²⁴⁵ e ainda o facto do monarca português, D. Afonso III, lhes oferecer um mosteiro novo “*opere sumptuose*”²⁴⁶, que se dispõe a dotar e cuidar de que nele se goze de todos os privilégios anteriormente concedidos pela Sé Apostólica.

Inaugura-se assim uma nova etapa na consolidação do convento. O rei revela o seu interesse e, apoiado pela Santa Sé, cumpre o prometido, dotando-o dos meios materiais e económicos necessários à sua implantação.

O que terá motivado a trasladação do convento para Santarém é algo que está ainda por esclarecer. Mediante o que anteriormente dissemos, a explicação poderá advir da falta dos recursos e instalações necessários, em Lamego, e da possibilidade oferecida pelo rei, que está interessado em patrocinar o convento. A existência de problemas no interior da comunidade também não se pode afastar como factor de explicação, corroborado pela disposição pontifícia, já anteriormente referida, de um capelão ou visitador poder perdoar a excomunhão a uma irmã que tenha praticado um crime violento. Por outro lado, as freiras parecem estar afastadas, ou pelo menos esquecidas dos princípios da Ordem, uma vez que no mesmo dia da bula da trasladação, Alexandre IV, a instâncias da abadessa e convento, pede ao Provincial que escolha algumas irmãs clarissas para as instruir nas instituições (observância)²⁴⁷.

Os documentos não fazem eco da resposta dada pela Ordem e se, realmente, houve freiras de Zamora ou Salamanca²⁴⁸ que tivessem reformado o convento de Santarém, delas nada se conhece.

²⁴⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, 5º env., doc.21B; *Idem*, Liv.24, fl.8v.

²⁴⁵ *Ibidem*.

²⁴⁶ *Ibidem*.

²⁴⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, 2º env., doc.13B; *Idem*, Liv. 24, fl. 8v.

²⁴⁸ Estas duas comunidades fazem parte da Província de Santiago e sabe-se do apoio institucional que receberam do rei de Leão. Assim diz sobre os conventos de franciscanos e de clarissas desta região, Jose

A “refundação” (em Santarém) será de novo acompanhada, a nível institucional, pelo papado, que concede a esta comunidade os mesmos privilégios²⁴⁹ e desenvolve o mesmo programa com que, anteriormente, tinha beneficiado a casa de Lamego.

Na mesma data, toma a comunidade, bem como os seus bens, sob a sua protecção e ordena ao bispo de Lisboa que benza a primeira pedra da igreja²⁵⁰ do mosteiro.

Mas não ficam por aqui as diligências do sumo pontífice para a construção do cenóbio. Assim, a 21 de Maio²⁵¹, recomenda ao clero de Santarém, bem como aos fiéis, que ajudem as freiras, com as suas esmolas. A 3 de Junho²⁵² parece, de novo, preocupado com os aspectos normativos e reafirma os princípios já anteriormente apontados, no sentido da vida comunitária estar em conformidade com a regra de S. Bento, a instituição das freiras de clausura de S. Damião e a forma de vida dada por Gregório IX, seu antecessor. E, recorrentemente, volta a confirmar o que tinha instituído para Lamego, na carta de 28 de Fevereiro de 1258, confirmando a sua norma inicial, quer a nível espiritual quer material. Nesta carta, já se incluem alguns aspectos que se encontravam dispersos por várias directrizes papais.

E a última intervenção de Alexandre IV, a 28 de Janeiro de 1260²⁵³, revela a outra grande preocupação já enunciada, a viabilidade económica da comunidade, pois, a

Garcia Oro: “En la parcela central del Reino de León se registra un crecimiento espectacular, masculino y femenino, con sus focos en Salamanca y Zamora, acaso debido, al decidido apoyo que la institución franciscana está recibiendo del Rey Sabio” in *op. cit.*, p. 176. Face a esta situação é, pois, normal que seja a estes conventos e não a outros que se peça um suporte para a “renovação” ou “implementação” de um modelo espiritual e canónico.

²⁴⁹ É reiterada a entrega deste cenóbio à Ordem dos Frades Menores e ao provincial português, desta forma encarregados da cura espiritual e da reforma da comunidade (Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Liv. 24, fls. 8v-9). Mitiga os rigores do jejum, do silêncio e do vestir, bem como das penitências e regula as disposições sobre o uso do cordão no hábito, em vez do cinto, à semelhança de Santa Clara, e a obrigação de seguir a Regra de São Bento apenas no que concerne aos três votos de obediência, pobreza e castidade (Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, , 4º env., doc. 16B; *Idem*, Liv. 24, fl. 12-12v).

²⁵⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Liv. 24, fl.10.

²⁵¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, 2º env., doc. 20B; *Idem*, Liv. 24, fl. 10-10v.

²⁵² TT, *OFM, PP, SCS*, Liv. 24, fl. 10v-11v.

²⁵³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç.22, 1º env., doc.22B; *Idem*, Liv.24, fl.11v.

pedido de rei português, exorta as freiras a aceitar as rendas oferecidas pelo mesmo D. Afonso III concedendo, então, ao mosteiro o privilégio de herdar os bens das suas professoras²⁵⁴ (confirmado por Clemente IV a 14 de Outubro de 1265²⁵⁵), bem como algumas terras no reguengo da Valada²⁵⁶ (Santarém).

No essencial, conserva-se a possibilidade de possuir bens e de receber livremente todas as pessoas que assim quiserem professar, reforçando ainda o papel da clausura que nada deve perturbar. Confirma-se a eleição da abadessa pelo consenso das irmãs, de acordo com a Regra.

À semelhança do que acontecia na comunidade de Lamego, e numa lógica de pertença institucional, estabelece-a sob tutela dos franciscanos, libertando-a da dependência do Ordinário do Lugar, a quem, no entanto, é fornecida autoridade para exercer o seu múnus apostólico, benzendo os altares e provendo o cenóbio dos santos óleos. No entanto, concede autonomia ao mosteiro para, em caso de interdito diocesano, poder celebrar os sacramentos, desde que não tenha sido causa do mesmo.

Fecha-se, desta forma, um ciclo de relações intensas do papado com a comunidade, o qual se revela efectivamente como o seu patrono e verdadeiro fundador. A realeza só num segundo momento - depois de um primeiro passo titubeante - a partir, essencialmente, de 1263, se mostra verdadeiramente protectora e defensora do mosteiro, apoiando-o e viabilizando a mudança e edificação em Santarém.

Segundo alguns, este apoio teria sido sustentado pela profissão no convento de Leonor Afonso²⁵⁷, filha bastarda de D. Afonso III e de Elvira Esteves. Mas só a partir de 1290 ou 1291²⁵⁸ a identificamos no cenóbio. Tendo em conta que em 1258 deveria ser

²⁵⁴ TT, OFM, PP, SCS, Liv 24, fl.22.

²⁵⁵ TT, OFM, PP, SCS, Mç.22, 1º env., doc.27B; *Idem*, Liv.24, fl.13v-14.

²⁵⁶ TT, OFM, PP, SCS, Liv.24, fl.22-22v e 22v-23.

²⁵⁷ Sobre D. Leonor Afonso: Leontina Ventura, *A nobreza de corte de D. Afonso III*, vol. II, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992, p. 545-548; Ana Cristina Tavares da Fonseca, *Barregãs e Bastardos régios da I Dinastia Portuguesa*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2005, p. 94-99.

²⁵⁸ Data em que segundo os que defendem a sua identidade como tendo sido a “condessa” casada com dois Sousas, já seria viúva pela segunda vez.

apenas uma criança, esta hipótese não colhe. Não sendo, no entanto, despicienda a sua actuação no mosteiro, como veremos mais adiante, esta desenrolar-se-á numa fase posterior de consolidação da comunidade.

Se, no início, observámos o papa a delinear uma instituição, com base jurídica e económica, num segundo momento detectamos a realza, que confirma a instituição, sabendo que, para isso, conta com o apoio pontifício.

Dado curioso é o facto de, em todo este processo, não ser visível o patrocínio de uma família poderosa da nobreza portuguesa, com interesses bem definidos (em conformidade com o papel desempenhado pelo papado e pelos monarcas²⁵⁹). Pelo contrário, no convento escalabitano, a presença de membros de famílias das elites locais confirma a preferência destas pelos mendicantes, ao lado do monarca.

Delineado e cumprido o programa pontifício para Lamego/Santarém, mais fácil se torna agora compreender a forma como se desenrola o mesmo projecto para outra comunidade.

Em **Entre-ambos-os-Rios**, em Abril de 1258, o papa Alexandre IV coloca a abadessa e mosteiro de Santa Clara desse lugar, sob a sua protecção²⁶⁰ e entrega-lhes a regra do cardeal Hugolino²⁶¹.

No entanto, desde 1256 que uma nobre dama, D. Châmoa Gomes, casada com o fidalgo leonês D. Rodrigo Froilaz²⁶², pedira ao papa consentimento para fundar e dotar com os seus bens, um mosteiro em honra de Deus, São Francisco, São Damião e Santa Clara²⁶³, com o objectivo de servir de refúgio e abrigo para os caminantes, contra os roubos e outros crimes que ali se praticavam²⁶⁴. Este seria construído numa propriedade

²⁵⁹ Protecção que será analisada com mais detalhe no capítulo seguinte.

²⁶⁰ TT, OFM, PP, SCP, Mç.67, doc.9.

²⁶¹ TT, OFM, PP, SCP, Mç.67, doc.10.

²⁶² Nos documentos portugueses, este aparece com o nome de Rodrigo Forjaz.

²⁶³ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 67, doc.1.

²⁶⁴ TT, OFM, PP, SCP, Mç.67, doc.4.

que D. Châmoa tinha herdado da sua avó, em Entre-ambos-os-Rios, junto à margem esquerda do Tâmega, na confluência do Douro, onde já existia uma igreja dedicada ao Salvador, fundada no século X²⁶⁵ e que já não é referida nas Inquirições de 1258²⁶⁶.

Para constituir o cenóbio de acordo com a observância das clarissas, não basta a Regra. Por isso, o pontífice dirige-se, numa carta de 18 de Março de 1256²⁶⁷, à abadessa do mosteiro de Zamora, pedindo-lhe doze freiras “providas e honestas” do seu cenóbio, para instruir a nova comunidade, ficando depois uma delas como abadessa. Este pedido é dirigido também, em Abril de 1258, ao convento de Salamanca²⁶⁸ e reiterado, um ano depois, ao de Zamora²⁶⁹. Mas, a única resposta positiva referida, mais tarde, por Urbano IV, em carta de 22 de Setembro de 1261²⁷⁰, terá sido de Zamora que enviou apenas três freiras.

Estas reticências revelam bem algumas das dificuldades de implantação deste novo convento, possivelmente devidas à sua localização, à falta de apoio de uma comunidade franciscana, nas suas imediações, reforçadas ainda pela oposição do bispo local, como veremos a seguir.

Apesar de tudo, apoiando, continuamente, a iniciativa de D. Châmoa, o pontífice empreende ainda todos os esforços para ver reconhecida esta fundação, pedindo para isso ao bispo do Porto²⁷¹ a necessária licença para a sua construção e solicitando aos Menores de Compostela²⁷² que acolham e favoreçam a obra

²⁶⁵ Segundo admite José Mattoso, no local existiria, seguramente desde 1120, um mosteiro feminino. Cf. Mattoso, José, “Monasticon portugalense” in *Obras Completas*, vol. 12, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 20.

²⁶⁶ Embora aí ainda seja referida a instituição do couto, a favor de D. Toda: *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, vol. I, Lisboa, 1897, p. 586.

²⁶⁷ TT, OFM, PP, SCP, Mç.67, doc.1.

²⁶⁸ TT, OFM, PP, SCP, Mç.67, doc.6.

²⁶⁹ TT, OFM, PP, SCP, Mç.67, doc.14.

²⁷⁰ TT, OFM, PP, SCP, Mç.67, doc.19.

²⁷¹ TT, OFM, PP, SCP, Mç.67, doc.2.

²⁷² TT, OFM, PP, SCP, Mç.67, doc.5.

A aceitação, por parte do bispo do Porto do novo mosteiro, parece não ter sido fácil, por isso o papa intervém junto do arcebispo de Braga (em 1258²⁷³ e 1259²⁷⁴), do de Ciudad Rodrigo (em 1258²⁷⁵) e do de Leão (em 1259)²⁷⁶, dioceses onde o mosteiro possuía bens (doados por D. Châmoa) e interesses, para que o protejam e defendam.

A questão com o bispo do Porto acaba por ser resolvida por D. Châmoa numa composição que realiza com o prelado, em 1264²⁷⁷, na qual lhe entrega o padroado do mosteiro beneditino de Tuíás e vários bens a troco do reconhecimento canónico de Entre-os-Rios, do lançamento da primeira pedra na construção da igreja e da isenção do Ordinário.

O mosteiro largamente dotado pela fundadora, no seu testamento de 1268²⁷⁸, e pelo seu marido, D. Rodrigo Froilaz, exortado pelo papa a fazê-lo²⁷⁹, recebe ainda o apoio dos bispos de Ourense²⁸⁰, Lisboa²⁸¹, Coimbra²⁸² e Viseu²⁸³, entre outros, que concedem indulgências a quem ofereça esmolas para a obra do cenóbio, consolidando desta forma o património necessário para a sua afirmação.

²⁷³ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç.67, doc.8.

²⁷⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç.67, doc.12.

²⁷⁵ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç.67, doc.7.

²⁷⁶ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç.67, doc.13.

²⁷⁷ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, p. 354-356.

²⁷⁸ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 169, doc. 12 e ADP, *Fundo Monástico, Mosteiro de Santa Clara do Porto*, nº 5026 (Tombo 1º), fls. 15-18v. publicado em José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, “Pela Morte se conhece um pouco da Vida”. A propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, Mário Jorge Barroca (coord.), 2º volume, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 224-228.

²⁷⁹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç.67, doc.11.

²⁸⁰ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç.67, doc.24.

²⁸¹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç.67, doc.25.

²⁸² TT, *OFM, PP, SCP*, Mç.67, doc.26.

²⁸³ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç.67, doc.27.

Patrocinado por uma dama da alta nobreza portuguesa a que se associa a família do nobre leonês seu marido, esta comunidade recebe do papado todas as directivas para a institucionalização, desde a plena integração na Ordem e nas dioceses onde está implantada e possui interesses económicos, à observância da regra que pauta a vida das clarissas e à dotação necessária à sua sobrevivência. São pois estes os vectores fundamentais do programa fundacional que Alexandre IV e Urbano IV cumprem escrupulosamente.

Frequentemente perturbada por fidalgos que no cenóbio buscavam aposentadoria, a comunidade pede e obtém do rei D. Fernando, em 1376²⁸⁴, isenção deste pesado encargo. Mas a situação torna-se a tal ponto insustentável que se planeia a sua transferência para o Porto. Esta efectua-se em 1416²⁸⁵, sob o patrocínio de D. Filipa de Lencastre²⁸⁶ que, para o efeito, alcança uma bula papal. Morrendo a rainha sem que tal se realize, será D. Fernando da Guerra, sobrinho do rei, quem o levará a cabo.

Ainda no século XIII, outras casas de clarissas são fundadas, mas já num contexto urbano, mais próximo de grandes potentados religiosos que vão dificultar a sua implantação mas, simultaneamente, permitem a directa intervenção de grandes magnates que, seduzidos pelos ideais mendicantes, protegem e aplicam os seus bens na construção dos conventos.

Assim, quando, a 13 de Abril de 1283²⁸⁷, o vigário geral de **Coimbra**, João Martins de Soalhães²⁸⁸ (na ausência do bispo, D. Aimeric²⁸⁹), concede licença a D. Mor

²⁸⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 24 e o 2º doc do Mç. 50, doc. 17 e o 3º doc do Mç. 50, doc. 15

²⁸⁵ Maria Eugénia Matos Fernandes, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*, Porto, Arquivo Histórico-Câmara Municipal do Porto, 1992, p. 23.

²⁸⁶ E do seu confessor, o franciscano Frei João de Xira, como mais adiante analisaremos.

²⁸⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç.1, doc.35; *Idem*, Mç.22, doc.1; ADB, *Gaveta das Religiões*, nº18 e 26.

²⁸⁸ Este terá benzido a primeira pedra do convento antes de 1286: ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26; TT, *OFM, PP, SCC*, Mç.19, doc.10.

²⁸⁹ Américo Ebrard, bispo de Coimbra entre 1279 e 1295. Cf. “Episcopologio (Catálogo dos bispos católicos portugueses)” coordenação de Ana Maria C. M. Jorge in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. C-I, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 135.

Dias para fundar um convento (“religiosam domum et ecclesiam”²⁹⁰) em honra de Jesus Cristo, da Virgem Maria, Santa Elisabete (“specialiter”²⁹¹) e Santa Clara, em terras que esta possuía além da ponte de Coimbra, dotando-o com numerosas propriedades²⁹², inicia-se um processo litigioso que se arrastará cerca de 30 anos²⁹³.

Ao facilitar a concretização desta intenção, João Martins abriu as portas à instalação, no território crúzio, de uma comunidade que não se encontrava sob a sua alçada, com o ónus de, na origem deste cenóbio, encontrar-se uma mulher que estava sob a sua dependência. No entanto, os frades não agem de imediato.

A fundadora, D. Mor Dias²⁹⁴, pertencia a uma família da nobreza portuguesa com fortes ligações à Sé de Coimbra²⁹⁵ e aos crúzios, uma vez que uma das suas irmãs, D. Teresa Dias, era professa do mosteiro agostinho de Celas da Ponte²⁹⁶ e sua priora,

²⁹⁰ TT, OFM, PP, SCC, Mç.1, doc.35; *Idem*, Mç.22, doc.1; ADB, *Gaveta das Religiões*, nº18 e 26.

²⁹¹ *Ibidem*.

²⁹² Sobre esta dotação veja-se: Ana Paula Pratas Figueira Santos, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, vol. 1, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2000, p. 212; bem como a segunda parte deste nosso trabalho.

²⁹³ Acerca desta contenda muito se tem escrito. Veja-se: Fernando Félix Lopes, “Fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Problema de direito medieval”, *Colectânea de Estudos*, Braga, II série, 4, 1953, p. 166-192; Maria Teresa Monteiro e José João Rigaud de Sousa, “Notas sobre o pleito entre D. Mór Dias, fundadora do convento de Santa Clara de Coimbra, e os cônegos do mosteiro de Santa Cruz (Coimbra)” in *Estudos Medievais*, nº1, Porto, 1981, p. 81-93; e, mais recentemente, na tese de doutoramento de Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 469-497. Para não falar dos clássicos: Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 19-23; Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarca Santo Agostinho*, Lisboa, 1668, p. 544 e ss.; Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, reimpressão da edição fac-similada de 1980, vol. VI, 2008, p. 259-266; Francisco de la Figanière, *Memórias das Rainhas de Portugal, Memorias das rainhas de Portuga l (D.Theresa, - Santa Isabel)*, Lisboa, Typographia Universal, 1859, p. 185-191; e a obra consagrada à Rainha Santa Isabel de: António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, 2 volumes, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993.

²⁹⁴ Sobre esta senhora e as suas ligações familiares, falaremos, de forma mais alongada, na última parte deste trabalho.

²⁹⁵ O pai, Vicente Dias, foi sobrejuiz do rei D. Afonso III e alcaide-mor de Coimbra, e a mãe, D. Boa Peres, neta do chanceler Julião, ambos sepultados na Sé de Coimbra: TT, *Sé de Coimbra*, 1ª incorporação, Mç.16, doc.12 e 13.

²⁹⁶ Como é referida num documento de 1258: “monacha de Cellis” in TT, *Sé de Coimbra*, 1ª inc., Mç. 16, doc. 4.

pelo menos desde 1266²⁹⁷. Encontrava-se esta dama recolhida desde cerca de 1250, no mosteiro de S. João das Donas de Coimbra, pequeno cenóbio feminino, dependente de Santa Cruz de Coimbra, onde tinha tomado o hábito, apenas como *pannos securitatis*²⁹⁸, nunca querendo ser soror ou conversa²⁹⁹, segundo ela veementemente afirma e é atestado por Franciscanos e Dominicanos³⁰⁰.

Durante estes 35 anos que medeiam entre a “entrada” em São João das Donas e a concretização do seu intento, D. Mor aparece em vários documentos - onde só uma vez é referida como soror de Santa Cruz - dispondo dos seus bens e fazendo mesmo dois testamentos³⁰¹. No primeiro, em 1268, em que se intitula “naturalis et clientulam” do Mosteiro de Santa Cruz, elege esta canónica como local para a sua sepultura e a ela entrega a maioria dos seus bens. No segundo, realizado entre 1277 e 1283, continua a beneficiar os crúzios, mas já não refere a sua “dependência” ou ligação a estes e revela, pelo contrário, uma particular devoção aos mendicantes, mandando-se sepultar na igreja do convento de São Francisco de Coimbra, no oratório de Santa Catarina, junto do altar

²⁹⁷ Como se atesta em TT, *OFM, PP, SCC*, Mç.1, doc.4. Sendo ainda irmã de D. Joana Dias, futura senhora de Atougua.

²⁹⁸ Afirmando claramente que o fazia “quod non accipiebat pannos hujusmodi ut occasione eorum astricta sive obligata alicui ordini aut professioni seu obediencie teneretur sed ut portacione dictorum in predicto loco securior permaneret”. Este acto realiza-se, na ausência do prior-mor, D. Martinho Peres, a quem já tinha anteriormente solicitado, sem resultados, o ingresso no mosteiro. Este, no entanto, confirma de forma muito clara a situação em que D. Mor ingressara no cenóbio. Cf. ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26.

²⁹⁹ Coloca-se aqui um dos problemas vitais da controvérsia, o da clara definição de estatutos de todas as que se encontram no interior do convento. Cf. Armando Martins, *op. cit.*, p. 782-785.

³⁰⁰ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº26; TT, *OFM, PP, SCC*, Mç.19, doc.10 e Mç.33, doc.11. Este testemunho é dado em 1250 e depois confirmado, em 1260, por D. Egas Fafes, bispo de Coimbra, e reiterado publicamente em 1284, e de novo confirmado pelo bispo de Coimbra, D. Aimeric. Também é confirmado pelo prior de Santa Cruz, D. Martinho Peres, em 1251.

³⁰¹ O primeiro em 1268 e o segundo entre 1277 e 1283: ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26.

de Santa Maria Madalena³⁰². Segundo afirma, esta situação é do conhecimento dos franciscanos que lhe deram esta possibilidade.³⁰³

Iniciada a fundação da nova casa, a primeira pedra será benzida por João Martins, mais uma vez, na ausência do bispo titular de Coimbra, entre 1283 e 1286, pois, em Abril deste último ano³⁰⁴, o vigário declara ter realizado este acto, a pedido de D. Mor.

Todo este processo desenrola-se perante uma aparente passividade de Santa Cruz, não fossem os sinais dados por D. Mor Dias que, logo em 1284, teve o cuidado de recolher depoimentos de Franciscanos e Dominicanos, atestando as condições por ela impostas a Santa Cruz, aquando do seu ingresso no mosteiro das donas. Esta preocupação revela bem o teor das acusações que sobre ela impendem, de não respeitar o vínculo que tem aos crúzios.

Outra prova da oposição surda que lhe é movida por Santa Cruz revela-se ainda no facto de, a 7 de Setembro de 1286, Afonso Peres, a pedido de D. Mor, se ter deslocado a Santa Cruz, para saber da resposta a uma carta régia que, em data anterior, tinha sido entregue ao prior crúzio. O teor dessa missiva dizia respeito a uma ordem de D. Dinis³⁰⁵, segundo a qual o prior e convento de Santa Cruz não deveriam prejudicar D. Mor, enquanto esta prosseguisse com a sua apelação.

Estes indícios mostram, claramente, que os crúzios já tinham tomado alguma atitude que, no entanto, não está expressa nos documentos conhecidos. A argumentação utilizada baseava-se na afirmação de que D. Mor Dias era cónega professa do seu

³⁰² Tanto Santa Catarina como Santa Madalena fazem parte dos santos de maior devoção da espiritualidade franciscana: Cf. Jeryldene M. Wood, *Women, Art and Spirituality – The Poor Clares of Early Modern Italy*, Cambridge University Press, 1996, p. 24-25, que faz uma análise e descrição do altar de Santa Clara existente na Igreja de Assis, estabelecendo um paralelismo entre as figuras femininas nele representadas. Saliente-se ainda a tónica penitencial associada à figura de Maria Madalena. Cf. Georges Georges, *As Damas do século XII*, vol. 1, Lisboa, Teorema, 1996, p. 60-65.

³⁰³ Esta situação parece indicar uma acção de aliciamento por parte dos franciscanos, em relação a D. Mor Dias.

³⁰⁴ Como este refere em ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26 e TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 10.

³⁰⁵ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 19.

mosteiro, a ele sujeita no temporal e espiritual e que, por isso, não podia abandonar a comunidade nem dispor dos bens, que já havia doado a Santa Cruz, por testamento.

D. Mor Dias protesta, veementemente, contra a posição tomada por Santa Cruz e continua a obra de construção do mosteiro já encetada e, em 1287³⁰⁶, doa-o à Ordem de Santa Clara³⁰⁷. Com esta atitude e dando mostras de muita persistência, acaba por ser excomungada pelo Prior de Santa Cruz³⁰⁸, apesar de ter apelado para o arcebispo de Braga e para Roma³⁰⁹. Entretanto, em data incerta, abandona o convento de São João das Donas, levando consigo algumas companheiras, entre elas: Domingas Peres³¹⁰ e Sancha Lourenço³¹¹, às quais se juntam freiras de outras comunidades de clarissas³¹².

A questão arrasta-se nos tribunais, com avanços e recuos, que revelam os interesses dos crúzios e a sua necessidade de afirmação religiosa face a uma senhora

³⁰⁶ E não em 1278, como se refere no documento trasladado em 1315. Sobre esta questão veja-se Ana Paula Pratas Figueira, *op. cit.*, vol. I, p. 82-85.

³⁰⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç.19, doc.10.

³⁰⁸ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 134. Em 1292, esta excomunhão é anunciada publicamente, por mestre João, cónego de Santa Cruz de Coimbra (ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 21).

³⁰⁹ Face à posição tomada pelo bispo de Coimbra que, então, confirma a excomunhão e, antes de 1290, intima D. Mor a parar as obras do mosteiro, devendo demolir o já edificado, sob pena de excomunhão para ela e para todos os que trabalham na respectiva obra. Esta atitude, segundo o prelado, é tomada, com base nas informações fornecidas por D. Teresa Dias, priora de Celas da Ponte e irmã de D. Mor, acerca das referidas obras (ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 20). Curioso é notar que, em 1285, o bispo tinha concedido às freiras de Celas da Ponte autorização para transferirem o seu mosteiro para a Várzea de Coimbra e quatro anos depois, em 1289, doara-lhes um paço e outra vinha, no mesmo local, para concluírem a sua obra. Apostado na protecção ao mosteiro de agostinhas almejava, com certeza, o bispo, um fortalecimento desta comunidade em detrimento do aparecimento de outra, ainda por cima liderada por um elemento da mesma família que era tão devota da Sé e próxima de Santa Cruz.

³¹⁰ Sobre esta senhora e o seu parentesco com D. Mor Dias, veja-se: Maria de Lurdes Rosa “A religião no século: vivências e devoções dos leigos” in *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira Azevedo, Vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coordenado por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 471.

³¹¹ A primeira vigária do convento de Santa Clara que, a 25 de Dezembro de 1295, antes de falecer, faz uma doação de bens ao mosteiro (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 37, doc. 2).

³¹² Como se verá na sequência dos acontecimentos.

que, apoiada pelos franciscanos, dominicanos e pelo vigário geral de Coimbra, D. João Martins de Soalhães³¹³, lhes consegue fazer frente.

A partir dos primeiros anos da década de 90, a situação começa a mudar. Assim, o próprio bispo de Coimbra, a instâncias do rei, acaba por, a partir de 1293³¹⁴, propiciar e propor o acordo entre as duas partes, mostrando assim reconhecer a “autonomia” do mosteiro de Santa Clara. O que é corroborado pelo facto de se encontrar, no arquivo do convento das clarissas, um documento sobre a cobrança e pagamento de dízimas, devidos à Sé que, em 1295, os vigários da diocese enviaram aos priores das igrejas e aos frades e freiras de todos os mosteiros da sua diocese³¹⁵.

O desfecho da contenda parece ser favorável às clarissas³¹⁶, pois a 25 de Dezembro de 1296, D. Dinis manda que se cumpram as sentenças, dadas por João António e Domingos Moniz, juízes apostólicos, a favor de D. Mor e contra Santa Cruz³¹⁷. Mas, realmente o litígio continua, pois nesse mesmo ano, a 7 de Maio, o papa Bonifácio VIII, pela bula *Sua nobis*, comissiona Pedro Martins, chantre de Coimbra, como juiz delegado à sobredita causa³¹⁸.

³¹³ Mais tarde bispo de Lisboa (1294-1313) e arcebispo de Braga (1313-1325) in Jorge, Ana Maria C. M. (coordenação) “Episcopologio (Catálogo dos bispos católicos portugueses)” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. C-I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 131-146.

³¹⁴ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26; TT, OFM, PP, SCC, Mç.1, doc.37.

³¹⁵ TT, OFM, PP, SCC, Mç.19, doc.15.

³¹⁶ O ano de 1296 marca, para a história das entidades religiosas envolvidas, um momento especial. No que respeita à Sé de Coimbra, esta encontrava-se vaga por morte de D. Aimeric, em finais de 1295, dando-se a eleição do novo bispo, em finais de 1296 ou princípios de 1297. Morre ainda Lourenço Peres, o prior-mor de Santa Cruz, em Fevereiro de 1295 e é substituído pelo sobrinho, D. Martim Peres, em Julho de 1296.

³¹⁷ Esta ordem é reiterada em 1301 (ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 135).

³¹⁸ Esta arrasta-se, pois o prior e o convento de Santa Cruz interpõem recurso junto da Santa Sé, começando, a 23 de Abril de 1297, uma longa e conturbada audiência (ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 136) perante o juiz delegado da Sé Apostólica, D. Pedro Martins, chantre de Coimbra, cujo final nos é desconhecido (porque o documento que a relata está truncado). Neste documento, é apresentado o longo processo, com avanços e recuos, para um e outro litigante, sem se conhecer a sentença executória final.

Em 1302, D. Mor faz novo testamento³¹⁹, no qual lega os seus bens a Santa Clara e a um hospital que manda construir em Ceira, deixando como seus testamenteiros D. João Martins Soalhães e D. Geraldo, bispo do Porto e à frente da comunidade, como vigária (até se eleger abadessa), Domingas Peres. A situação parecia estar a decidir-se favoravelmente às clarissas, quando ocorre a morte da fundadora.

Possivelmente aproveitando este facto e pensando que o grande obstáculo estava ultrapassado, nesse mesmo ano, os crúzios querem apoderar-se do mosteiro (já estava construída a igreja) e de todos os bens da referida dona, reclamando o seu corpo para, entre si, lhe darem sepultura³²⁰.

Mas a comunidade, liderada por Domingas Peres, resiste e prossegue com a querela³²¹. Nesse sentido, solicita a D. João Martins o traslado de uma série de documentos³²² relativa a esta, com o objectivo de organizar um processo, para enviar a Roma, donde precisava, urgentemente, não apenas de uma resolução para a questão, como do consequente reconhecimento da casa, na qualidade de mosteiro integrado na Ordem das Clarissas³²³.

Em 1303, o guardião do cenóbio franciscano de Coimbra pede a pública forma da carta de licença dada por D. João Martins de Soalhães a D. Mor, para edificar o convento de Santa Clara, datada de 13 de Abril de 1283, com o claro intuito de o apoiar e viabilizar a nível institucional.

³¹⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç.1, doc.30 e Mç.19, doc.7; ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26.

³²⁰ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26.

³²¹ Penso que aqui se poderá, finalmente, e com mais rigor, colocar a questão do apoio da Rainha D. Isabel. Esta estava no auge da sua acção medianeira, a nível político, entre Aragão e Castela, escrevendo pessoalmente ao seu irmão, Jaime II. Por outro lado, a morte de D. Mor Dias abre uma nova possibilidade à rainha para refundar uma casa de uma Ordem religiosa à qual a família sempre esteve ligada. Cf. sobre o papel político e social da rainha à época: Fernando Félix Lopes, “Sobre a Vida de Santa Isabel de Portugal”, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 33-127 e 223-238; Maria Filomena Andrade, “Isabel de Aragão. A construção de uma identidade”, comunicação apresentada no *XIII Coloquio Internacional: la Historia de las mujeres: perspectivas actuales*, realizado em Barcelona em Outubro de 2006.

³²² ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26.

³²³ Só desta forma poderia obter a institucionalização canónica, com a regra, a possibilidade de eleger abadessa e o normal funcionamento de um convento de “Irmãs Pobres” ou “damianitas”.

Só dois anos depois nos chegam, de novo, mais notícias do convento, que encontramos então “em pé de guerra”³²⁴, o que conduz à intervenção do monarca e a uma tomada de posição por parte de D. João Martins, que nos revela o que deve ter acontecido em 1303.

Face à morte da fundadora e respeitando os seus desejos, D. João Martins terá entregue o convento “à guarda” dos Menores, como era habitual nesta Ordem e como, possivelmente, seria desejado por ambas as partes, mas, como sabemos, com o compromisso de não introduzir quaisquer modificações na organização interna da comunidade e de, expressamente, não admitir professoras.

Entretanto, acendeu-se uma querela com graves consequências entre as freiras³²⁵, afectando o bom funcionamento do cenóbio e determinando o afastamento de Domingas Peres que, entretanto e estranhamente, se refugia no mosteiro das Celas da Ponte.

Estas questões prendem-se com o facto, praticamente inequívoco, de o convento ter recebido uma abadessa (vinda de Benavente dos Campos), D. Maria Garcia de Seabra³²⁶ (que terá trazido consigo outras freiras), instaurando no mosteiro a vida observante e regular, com um abadessa, o que permitiria a existência de uma comunidade de professoras da Ordem de Santa Clara. A desobediência, como dirá D. João Martins de Soalhães, em 1306³²⁷, por não se ter mantido o mosteiro como o tinha deixado D. Mor, teria levado ao afastamento de Domingas Peres que era “apenas” vigária, porque, possivelmente, não teria professado na Ordem de Santa Clara, mas sim na das Agostinhas, onde se refugiou. D. João acusa os franciscanos, nomeadamente Frei Pedro Peixeiro, de má administração³²⁸.

³²⁴ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº25.

³²⁵ Sobre estas e as questões em que se terão envolvido, veja-se a 3ª parte deste trabalho.

³²⁶ Esta abadessa de Coimbra é referida apenas num documento do convento: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 4.

³²⁷ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 27.

³²⁸ *Ibidem*.

Toda esta situação é descrita, de forma invulgarmente viva, num documento de 1319, pelos depoimentos de alguns dos intervenientes, a propósito de uma outra questão que terá ocorrido, durante estes anos (entre 1303 e 1306), e que se reporta à profissão de uma freira, D. Maria, irmã do Conde D. Martim Gil³²⁹.

Perante a gravidade dos acontecimentos, o bispo é obrigado a intervir, protestando, junto do Ministro provincial de Santiago, frei Soeiro Alvim e do visitador das clarissas, Frei Afonso, pelo facto de não terem acatado as suas directrizes no sentido, de não se proceder a quaisquer alterações no convento, devido à contenda entre este e Santa Cruz.

O prelado encarrega, então, Mem Rodrigues, seu clérigo, da conservação do mosteiro³³⁰. Entretanto, em 1307, D. João Martins transfere para a Rainha D. Isabel os poderes relativos ao governo do convento das clarissas e do hospital de Ceira, que lhe haviam sido outorgados por D. Mor Dias, com o intuito de resolver, desta forma, uma disputa que, segundo os relatos, ultrapassara o foro da relação entre duas casas religiosas para se tornar um verdadeiro conflito entre Crúzios e Menores.

Mas, apesar disto, o litígio não está sanado e, ao arrastar-se, prejudicava gravemente a vida regular da comunidade que ainda não se encontrava normalizada. A 17 de Maio de 1310³³¹, as partes em litígio concordam em acatar a decisão que a autoridade apostólica tomasse, neste assunto³³². Aceite D. João Martins como árbitro desta contenda, este acaba por, a 2 de Dezembro de 1311, extinguir o convento³³³ (num

³²⁹ De que mais adiante falaremos.

³³⁰ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 27.

³³¹ Desta carta é pedida por D. João Soalhães uma cópia selada, como o afirmam num documento realizado em Salamanca, a 10 de Outubro de 1310, o arcebispo de Compostela e o bispo de Zamora. Este pedido decorre dos perigos que o prelado teme enfrentar no cumprimento da sua missão até à Cúria Apostólica para aí resolver a contenda in ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 28.

³³² Importa não esquecer que esta posição seria a única válida e possível, no contexto do litígio, uma vez que a continuidade da situação e a sua irresolubilidade só poderia tornar as coisas mais difíceis para as várias partes. A somar aos gastos inerentes ao desenrolar da causa nos tribunais, as dificuldades de exploração e usufruto dos bens (para os Crúzios) e dos privilégios da Ordem (para as clarissas), só prejudicavam e impediam o franco crescimento de qualquer das entidades em presença.

³³³ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº30.

acordo feito entre as clarissas, Santa Cruz e os Menores de Coimbra³³⁴). Esta decisão é acompanhada de um conjunto de prescrições a serem seguidas, regulando, basicamente, o destino a dar à comunidade (as freiras) e aos bens de D. Mor. Quanto à primeira, ordena que as freiras professas de outros mosteiros regressem às casas de origem, inclusivamente Domingas Peres e as outras crúzias, que não tinham chegado a professar na Ordem de Santa Clara, e que deviam, por isso, voltar ao cenóbio das donas de Santa Cruz.

No que aos bens respeitava, o testamento de D. Mor deveria ser cumprido, mormente os legados feitos a Domingas Peres e ao Hospital de Ceira³³⁵. Os edifícios onde estava instalado o mosteiro reverteriam para os Franciscanos³³⁶, bem como o encargo de orar por D. Mor, uma vez que o seu corpo se encontrava na igreja das clarissas. Para Santa Cruz ficavam os bens deixados para cumprimento do legado de D. Mor e com eles o encargo dos respectivos serviços religiosos.

A situação não é, contudo, definitiva, pois Santa Cruz não quer cumprir o acordo proposto pelo bispo D. João, contestando-o, situação que é denunciada por D. João Martins Soalhães em 21 de Maio de 1312³³⁷. Em 1313³³⁸, é a vez de D. Dinis

³³⁴ Existindo duas versões do mesmo, uma mais explícita em pormenores do que a outra. E com algumas variações. Sobre os pormenores: Ana Paula Pratas Figueira Santos, *op. cit.*, p. 150-151.

³³⁵ O mais interessante é saber como se pretendia manter este Hospital. Sobre esta questão, farei, mais à frente, uma breve apresentação.

³³⁶ Cujo mosteiro se encontrava já desde 1247 junto ao local onde estava a ser construído o das clarissas. Cf. Pedro João Rodrigues dos Santos, *O convento de São Francisco da Ponte*, dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1997; *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 275; “As ordens mendicantes na Coimbra medieval: Notas e documentos, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, Tomo X, Lisboa, 1998, p. 161, 166-167.

³³⁷ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 31. Os crúzios não estavam a cumprir parte do acordo e denota-se um certo desacordo entre os próprios frades que pensam de forma diferente. De um lado o prior-mor, Estêvão Eanes e, do outro, o prior crasteiro e alguns cônegos que querem rever as cláusulas do acordo.

³³⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 35=Liv. 9, fl. 94-96v.

revelar, mais uma vez, o seu interesse na resolução desta causa, tendo enviado um seu almoxarife ao mosteiro de Santa Cruz, para saber das intenções dos cônegos³³⁹.

Mas o acontecimento vai ganhar novos contornos devido a uma nova intervenção, a da Rainha Isabel, que se interessa agora, de forma clara, pela fundação, consagrada à sua tia-avó e obtém do cardeal Arnaldo (10 de Abril de 1314³⁴⁰), a autorização para fundar e dotar o mosteiro de Santa Clara de Coimbra com o consentimento de D. João Martins de Soalhães para demandar os bens de D. Mor que se encontravam na posse de Santa Cruz, com a condição de que Domingas Peres usufrua dos bens a ela doados por D. Mor Dias.

Ao restaurar o convento, a rainha procura todos os apoios e, em primeiro lugar, ao longo de 1316, manda publicar um conjunto de documentos que se constitui como um autêntico dossier para a instrução da causa e da defesa do mosteiro (retoma e faz uma genealogia do anterior processo), para o qual tenta recuperar grande parte dos bens alienados³⁴¹.

Ela própria o dota³⁴² e protege, obtendo para esse efeito, a cooperação dionisina (que em Abril de 1318³⁴³ toma o mosteiro sob a sua protecção) e a da Santa Sé. O papa João XXII manda ao arcebispo de Braga e aos bispos de Viseu e Évora que lhe defendam os privilégios outorgados às abadessas e freiras da Ordem de Santa Clara³⁴⁴ e

³³⁹ Neste documento, os crúzios justificam a sua atitude, dizendo que a decisão final era prejudicial ao seu convento e que, por isso, queriam retomar o processo. Com o aval do seu prior, devem ter, então, prosseguido no seu labor, mas a situação já não era a mesma e estava a ponto de se alterar de forma definitiva.

³⁴⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç.18, doc.6.

³⁴¹ Consegue fazer regressar à situação que se vivia antes do acordo com Santa Cruz, Domingas Peres (e possivelmente as outras donas), bem como os bens que pertenciam ao cenóbio de Santa Clara, por testamento de D. Mor.

³⁴² São inúmeras as compras que ela realiza para aumentar o património do mosteiro que, nesta época, já começa a receber doações e legados testamentários de alguns de homens e mulheres ligados à Rainha (como veremos nas outras duas partes do nosso trabalho).

³⁴³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç.11, doc.30; Idem, *docs. régios*, Mç. 2, doc.21.

³⁴⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç.27, doc.7.

concede ao mosteiro, em 1317³⁴⁵, as graças, os privilégios e as imunidades obtidas ou a obter pelos Menores, bem como indulgências a quem visitar, em certos dias, a igreja do cenóbio³⁴⁶.

Após várias negociações, a rainha consegue, a 19 de Maio de 1319³⁴⁷, realizar a composição final com Santa Cruz, pela qual cada um dos dois mosteiros ficaria com os bens de D. Mor Dias que ao tempo estavam na sua posse, de acordo com o anterior acordo. Reafirma-se a Domingas Peres e ao Hospital de Ceira a posse dos bens recebidos de D. Mor e passa para as clarissas o encargo de rezar missa anual por alma da fundadora³⁴⁸. Quanto aos edifícios do mosteiro, nada é dito, mas com certeza que ficarão na posse da rainha.

Contando com o apoio régio, primeiro do rei D. Dinis e depois do filho D. Afonso IV, D. Isabel vai realizar a obra do mosteiro, do qual se intitula “fundadora e governadora”³⁴⁹. Será ela quem termina a casa conventual e a igreja, sagrada em 1330. Constrói ainda, junto dele, um hospital, que tem a preocupação de dotar e um paço, onde se instala, após a morte de D. Dinis, em 1325. Nele estabelece a sua corte³⁵⁰, donde sairão as duas primeiras abadessas: D. Maria Gonçalves (1319-1328)³⁵¹ e D. Isabel de Cardona (1329-1362)³⁵². Fica, assim, implantada e organizada canonicamente a comunidade que D. Mor Dias tinha intentado estabelecer, anos antes.

³⁴⁵ TT, *OFM, PP, SCC, docs. pontificios*, Mç.1, doc.2; Lucas Wadding, *Annales Minorum*, Quaracchi, vol. VI, doc.nº XXIX, p. 504.

³⁴⁶ Transcrito em Ana Paula Pratas Figueira Santos, *op. cit.*, vol. 2, p. 253.

³⁴⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç.22, doc.6 e doc.30; TT, *CR, Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorporação*, Mç.18, cx.19.

³⁴⁸ Santa Cruz ficará com muitos dos bens do mosteiro, mas cede uma grande fatia das doações feitas por D. Mor.

³⁴⁹ A partir daqui, D. Isabel não mais referirá a primeira fundadora, Mor Dias, mas assume verdadeiramente o papel de fundadora/governadora de uma comunidade que existe graças à sua acção e empenho.

³⁵⁰ A Rainha Santa, no testamento de 1327, manda-se sepultar no mosteiro e doa-lhe 4 000 libras para a construção de uma capela, bem como 12 000 libras para as obras do convento e mantimento das donas.

³⁵¹ Veja-se sobre esta freira, a microbiografia.

³⁵² Veja-se sobre esta freira, a microbiografia.

Com esta situação tão complexa, mas bem conhecida, contrasta a fundação do convento de **Lisboa**, pois neste caso pouco se sabe, devido à perda da quase totalidade da documentação, no terramoto de 1755.

O mosteiro foi instituído por desejo de D. Inês Fernandes, dama asturiana que, por morte do marido, D. Vivaldo de Pandulfo³⁵³, mercador genovês, quis aplicar todos os seus bens na construção de um convento³⁵⁴ de clarissas urbanistas. Compra, então, o terreno a Gonçalo Peres, o Dentudo, no actual Campo de Santa Clara³⁵⁵ e, no ano de 1292, doa-o para aí ser edificado. As primeiras freiras são Maria Martins, Maria Domingues e Clara Eanes³⁵⁶, também elas ligadas à iniciativa desta instituição³⁵⁷.

As quatro damas conseguem, junto da Santa Sé, em Agosto de 1288, pela bula *Sicut Nos*³⁵⁸ do papa Nicolau IV, a licença para a sua fundação,

No primeiro dia de Fevereiro de 1292³⁵⁹ já existia um edifício, que a fundadora entrega à comunidade constituída por várias religiosas, entre elas a abadessa, D. Ximena³⁶⁰ e a Vigária, Urraca Abril, ficando a viver junto ao mosteiro, como aliás o faziam muitas senhoras nobres e viúvas do seu tempo. A esta entrega estiveram

³⁵³ Para a história desta comunidade veja-se: TT, *OFM, PP, SCL*, livro 4; Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 95-164; Durval Pires de Lima, *História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, tomo II, Lisboa, Imprensa Municipal de Lisboa, 1972, p. 231-258.

³⁵⁴ Em 24-8-1288, Nicolau IV requer a aprovação do custódio de Lisboa e do guardião do convento de Lisboa para o cenóbio de clarissas da mesma urbe. Cf. TT, *OFM, PP, SCL*, Liv. 4, fl. 1.

³⁵⁵ Os cronistas falam de uma tentativa de construção do mosteiro noutro local: “naquela mesma paragem, onde agora se vê a capela mor do muito religioso convento da Santíssima Trindade: mas a obra, sendo as despesas grandes, não levantava cabeça, e quanto nella de dia se trabalhava, muitas vezes amanhecia desfeito”. Até que um anjo, num sonho, indicou a D. Inês o local onde o mosteiro devia ser construído. (Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p.97).

³⁵⁶ Da segunda sabe-se que foi casada com Durão Martins de Parada, rico homem e mordomo-mor de D. Dinis. Clara Eanes é filha de João Soares e de D. Margarida e foi casada com Afonso Pires Ribeiro, cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 95-96.

³⁵⁷ A documentação não permite ver o papel destas primeiras mulheres que, possivelmente, já formariam uma comunidade, antes da instituição e construção do mosteiro.

³⁵⁸ Confome é referido em TT, *OFM, PP, SCL*, liv. 4, fl. 1.

³⁵⁹ Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 97.

³⁶⁰ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 98, identifica-a como podendo ser uma Ximena Cidiz, mencionada a 3 de Maio, no Livro dos Óbitos de Santa Cruz.

presentes o Ministro Provincial de Santiago, Frei Martinho Eanes, o custódio, Frei Martim Martins de Pedroso e o guardião de Lisboa, Domingos Lourenço, entre outros³⁶¹, legitimando assim a fundação e a instalação da primeira comunidade. A igreja é iniciada a 7 de Setembro de 1294³⁶², sendo bispo D. João Martins de Soalhães, o mesmo que protegeu e apoiou D. Mor Dias, em Coimbra.

Determina-se que o mosteiro poderia albergar até cem religiosas, vinte e quatro criadas e oito educandas, sendo as religiosas da Segunda Ordem e sujeitando-se à regra urbanista³⁶³.

A primeira e principal impulsionadora da fundação dota o cenóbio com vários bens, entre eles, uma Quinta em Sarilhos, pela qual institui uma capela. A esta estavam agregados dois capelães que rezariam missa, quotidianamente, por alma dos fundadores, sendo as missas de sexta-feira e sábado cantadas e oficiadas³⁶⁴.

Nesta comunidade, à semelhança da de Santarém, é notório o comprometimento das elites locais que, possivelmente influenciadas pelo dinamismo dos mendicantes, em Lisboa, terão cometido este empreendimento, numa cidade onde já existiam grandes conventos femininos que concitavam os interesses da nobreza e da burguesia local, tais são os casos de Santos³⁶⁵ e de Chelas³⁶⁶.

A opção pela regra urbanista é agora natural, pois esta era a normativa adoptada pelos conventos da segunda Ordem em Portugal, possibilitando a sua

³⁶¹ Manuel da Esperança, *ibidem*, refere ainda: Frei Aires, doutor ou leitor de São Francisco de Lisboa, Frei João Galego, guardião de Leiria, Frei Afonso Rodrigues, tio do rei D. Dinis. E conclui dizendo “todos da nossa Família, a qual nesta fundação estava interessada.”

³⁶² TT, *OFM, PP, SCL*, livro 4, fl.2.

³⁶³ Cf. TT, *OFM, PP, SCL*, Liv. 4, fl. 1-1v.

³⁶⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCL*, Liv. 4, fl. 25v-26.

³⁶⁵ Cf. Joel S. Ferreira Mata, *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos na Idade Média*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 1991; Idem, *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI. Um estudo religioso, económico e social*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2007.

³⁶⁶ Cf. Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas: Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média*, Cascais, Patrimonia, 1996.

viabilização económica, pela posse de bens, entregando a jurisdição ao Cardeal Protector que depois nomeava visitantes – os Menores, e mantendo a estreita clausura.

Terminado o século XIII, estavam fundadas quatro casas de religiosas da Ordem de Santa Clara, sendo uma delas objecto de contenda, mas estando, mesmo assim, em funcionamento. Em todas elas é visível a iniciativa e a presença fundadora de mulheres, quer beatas ou reclusas, quer senhoras nobres ou das elites burguesas locais. Se, em Lamego-Santarém e em Entre-ambos-os-Rios é claro o papel assumido pelo papado, já nas duas últimas a presença das elites locais ganha foros de cidadania. Mas em todas se sente o apoio e o interesse régio em viabilizar a existência destes cenóbios, por vezes mesmo contra a vontade dos poderes religiosos locais, como no caso de Coimbra. Destas mulheres e das suas motivações pouco se sabe mas, em qualquer dos casos, é visível a sua adesão a uma espiritualidade e “forma de vida” diferentes das do anterior monaquismo beneditino ou agostinho.

A centúria de Trezentos continua a ser propícia às fundações de mosteiros de clarissas. O culto de Santa Clara estava, agora, amplamente difundido³⁶⁷ e os franciscanos portugueses tinham alcançado papel preponderante junto dos monarcas³⁶⁸ e das cortes senhoriais. A teia de conventos mendicantes estende-se a todas as cidades e é normal que, ao lado dos cenóbios masculinos, se edifiquem (apesar de algumas excepções), os femininos que neles se apoiam.

Assim, além da refundação de Coimbra no início da centúria, é ainda no Norte de Portugal, em **Vila do Conde**, que uma família da alta nobreza, Afonso Sanches³⁶⁹, filho bastardo de D. Dinis, e sua mulher, D.Teresa Martins Telo³⁷⁰ fundam, a 7 de Maio de

³⁶⁷ Especialmente tendo em conta o culto dos mártires de Marrocos.

³⁶⁸ Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 118-120; Humberto Baquero Moreno, “O poder real e o Franciscanismo no Portugal medievo” in *O Franciscanismo em Portugal*, Actas do I-II Seminários, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 87-96; Manuela Mendonça, “O Franciscanismo dos monarcas do século XV” in *Idem*, p. 139-152; Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 118-120.

³⁶⁹ Filho bastardo de D. Dinis e de D. Aldonça Rodrigues de Telha. Foi mordomo-mor do pai e parece ter sido um dos seus favoritos. Cf. LL57J4. Cf. *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 191-195.

³⁷⁰ Filha de D. João Afonso Telo, Conde de Barcelos, senhor de Albuquerque (filho ilegítimo do rei português, D. Sancho e de D. Maria Pais Ribeira) e antigo mordomo mor do rei, e da condessa D. Teresa

1318³⁷¹, em terras desta, um cenóbio e, como seus patronos, dotam-no de avultado património e constituições para a vida quotidiana. Conhecemos o documento de dotação do mosteiro, dedicado a Deus, a Nossa Senhora e a Santa Clara que, por vontade expressa dos fundadores, se destina a recolher donas pobres e necessitadas³⁷², evitando assim os riscos de eminente perigo moral, provocado por carências materiais.

Um dos principais encargos desta fundação é garantir os sufrágios pelas almas do casal fundador e do monarca D. Dinis, através da instituição de uma capela que obrigava, diariamente, à celebração de quatro eucaristias, por quatro capelães, escolhidos anualmente.

A organização interna da comunidade, pautada pela regra urbanista, como o confirma uma carta pontifícia de João XXII³⁷³, encontra um valioso suporte nas normas consignadas na carta de dotação, onde se regulamentavam os mais variados aspectos da vida material e espiritual deste convento. Nela, Afonso Sanches apresenta e ratifica as principais linhas de força do projecto a que obedece a instituição das casas monásticas de clarissas, ou seja, a afirmação da estrita clausura, a relação de dependência com os Frades Menores, o poder da abadessa e do convento de organizarem e gerirem os bens da comunidade em proveito próprio, bem como a isenção do Ordinário.

Sanches, filha ilegítima do rei D. Sancho IV de Leão e Castela. Sobre a sua linhagem: Anselmo de Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 3ª edição, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 106-108.

³⁷¹ O mais importante testemunho sobre este mosteiro é fornecido pela carta de dotação publicada por: *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, bem como alguns documentos publicados em: *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (séculos XII-XVIII)*, editados por Maria José Azevedo Santos e Maria Teresa Veloso, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1983, p. 13-14, 16-40, 43-58, 65-69; TT, OFM, PP, SCVC, Mç.4-6, 8-13, 20, 23-25 (são os mais importantes no que se refere aos problemas enfrentados na Idade Média); Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 165-245. Sobre a carta de dotação e a importância da família patronal: Marisa Costa, “Poder e autoridade de fundar um mosteiro. A dotação de Santa Clara de Vila do Conde”, in *De Arte. Revista de Historia del Arte*, Universidade de León, nº. 3, 2004, p. 23-37.

³⁷² Embora seja claro que as “habitantes” do mosteiro devem ser senhoras da nobreza – donas – caídas em pobreza. Cf. José Marques, *A arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 837.

³⁷³ *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, Apêndice, doc.3, p.118-119.

A vida material é assegurada por uma dotação, de que fazem parte terras e direitos espalhados por várias freguesias e lugares³⁷⁴, bem como padroados³⁷⁵, direitos alfandegários, coimas e sisas. Em virtude do senhorio eclesiástico e temporal, com jurisdição cível e crime, em Vila do Conde, de que a abadessa é a administradora, podendo instituir juizes, ouvidores, tabeliães e outros oficiais, o convento acabará por enredar-se em múltiplos conflitos, ao longo do século XV.

Parece, assim, haver, da parte do casal fundador, a necessidade de assegurar os seus direitos como patronos, ao mesmo tempo que mostram a sua liberalidade, dignificando, desta forma, a sua linhagem e colocando-se ao lado da realeza. Não podemos esquecer que D. Dinis tinha fundado, em 1295, um mosteiro de monjas cistercienses em Odivelas³⁷⁶ e, pelo menos desde 1314, como já anteriormente analisámos, a rainha D. Isabel “refundava” Santa Clara de Coimbra. Para um bastardo régio, face ao filho legítimo que o afrontava³⁷⁷, a fundação de uma comunidade religiosa assegurava um poder simbólico que o guindava a digno sucessor e membro de pleno direito da família real.

Embora menos conhecidas, na maioria dos casos devido à escassez documental, outras comunidades vão surgindo, fruto da acção das elites urbanas, empenhadas na participação cada vez mais activa na Igreja, mesmo com a oposição do clero local.

Este será o caso do primeiro mosteiro de clarissas instalado no sul do país, em **Beja**. Edificado à custa dos moradores do concelho, que lhe fazem várias doações,

³⁷⁴ Em Póvoa do Varzim, Touguinha, Terroso, Formariz, Laundos, Navais e Mirante.

³⁷⁵ De Salvador de Fervença, Santa Maria de Alcoentre, São Pedro de Atei, São Pedro de Polvoreira e São Pedro de Cerva.

³⁷⁶ Hermínia Vasconcelos Alves Vilar e Maria João Violante Branco Marques da Silva, “A Fundação do Mosteiro de Odivelas” in *Actas do Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I, Ourense, 1992, p. 589-601.

³⁷⁷ As lutas entre D. Afonso e Afonso Sanches são bem contextualizadas e explicadas por Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 32-62.

declarando-se padroeiros do cenóbio, a ele se acolhem fidalgas e burguesas ricas da cidade, sendo as primeiras freiras provenientes do mosteiro de Lisboa³⁷⁸.

No entanto, o cabido de Évora³⁷⁹, juntamente com os párocos da diocese embargam a fundação e, por isso, é necessário recorrer ao papa Clemente VI que, a três de Novembro de 1345, envia ao bispo uma bula³⁸⁰, recomendando-lhe que desembargue a obra e conceda licença para a profissão de doze freiras, para as quais o convento tem renda suficiente. O bispo assim faz, como consta de provisão de dezassete de Novembro de 1346³⁸¹.

Entre os vizinhos do concelho que contribuem para a sua dotação destacam-se Mestre Giraldo, cirurgião, com sua mulher Margarida Peres, e Lourenço de Serpa e Teresa Martins. Também D. Afonso IV e sua mulher D. Beatriz, que lançaram as primeiras pedras do edifício³⁸², protegem esta instituição, concedendo-lhe todos os anos vários moios de trigo e dão licença aos concelhos do reino para lhes entregar esmolas até 20 000 reais. São ainda anexadas ao mosteiro, a igreja de Santa Maria da Vitória, no termo de Beja, que foi dos Templários e as rendas do convento de S. Francisco, ao tempo da sua reforma na Regular Observância³⁸³.

No entanto, a vida conventual nem sempre é pacífica, como o demonstra a documentação papal³⁸⁴, que nos relata uma fuga deste convento de três freiras: Maria

³⁷⁸ O pouco que se sabe da história desta comunidade pode encontrar-se em: Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 339-346; Carlos Augusto Ponces Canelas, *História dos Conventos de Beja*, Beja, Minerva Comercial, 1965, p. 9-15.

³⁷⁹ Sobre a diocese de Évora: Hermínia Vasconcelos Vilar, *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1999.

³⁸⁰ Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 340.

³⁸¹ Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 341.

³⁸² Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 340.

³⁸³ *Ibidem*, p. 342.

³⁸⁴ 1363, Jun. 15, Avinhão: Episcopo Elboren. mandatur ut de veritate petitionis *Marie Johannis*, consobrinarumque ejus *Leonoris Alfonsi* ac *Clare Petri*, sororum monast. s. Clare prope Castrum de Beja, ord. s. Clare, Elboren. dioc., a dicta Maria edificati, continentis quod dictis sororibus a Constantia, abbatissa dicti monast., quam de receptionibus et conversationibus turpibus tam religiosorum quam et secul. virorum ab ea et quibusdam aliis sororibus, que dicti monast. statum deshonestarent, caritative admonuissent, in pane et aqua penitentia et alie non modice austeritates quasi importabiles sub specie correctionis et discipline imposite fuerunt, quodque, cum ad Sed. apost. appellavissent, a dicta abbatissa

Eanes³⁸⁵, e Leonor Afonso e Clara Peres suas co-sobrinhas para o mosteiro de Chelas, em Lisboa. A carta que possuímos é o resultado de uma petição feita pelas próprias que se dizem “maltratadas”, postas a “pão e água”, por terem admoestado outras freiras pelo seu comportamento. Como apelam para Roma, são encarceradas, por ordem da abadessa e dos superiores franciscanos, donde fogem e, a instâncias do rei D. Pedro, são recebidas no mosteiro de Chelas. O papa pede ao bispo de Beja para averiguar da veracidade destes factos. Se se comprovar a inocência destas três freiras, o mosteiro de Beja deve recebê-las.

À semelhança do anterior, também acerca das origens do cenóbio de Santa Clara da **Guarda**³⁸⁶ pouco se conhece. Terá começado por ser um recolhimento de terceiras seculares “sorores Tertii Ordinis” (mantelatas³⁸⁷), fundado nos arredores da cidade da Guarda, no lugar de Vela³⁸⁸, uma aldeia que, ao longo do século XIV, está em franca expansão.

Em 1344, as freiras mudam-se para instalações mais próximas da cidade e, em 1346, conseguem a aprovação pontifícia de Clemente VI, como instituto da segunda Ordem por meio da bula *Exposuerunt nobis*³⁸⁹. O papa não só lhes concede a Regra de

et a Gometio, ministro provinciali O. F. M. prov. Compostellan., et a Ludovico dicti O. F. M. professore ac ejusdem monast. visitatore, in carceribus posite fuerunt, de quibus evase, ad instantiam Petri, regis Portugalen., in monast. de Achellis, ord. s. Dominici, Ulixbonen. dioc. recepte fuerunt, se informet, et si inveniet ita esse, dictam abbatissam et alias sorores compellat ut prefatas Mariam, Leonorem et Claram in dicto monast. s. Clare absque gravaminibus recipiant. (ASV, *Reg. Aven.* 154, fl. 683 ; *Reg. Vat.* 252, fl. 182 em *Urbain V (11362-1370): lettres communes analysées d'après les registres dites d'Avignon et du Vatican*, tomo XI, ed. Michel et Anne-Marie Hayez, Janine Mathieu, Marie France Yvan, Roma, École Française de Rome-Paris, Boccard, 1986, nº 5783.

³⁸⁵ Terá sido uma das freiras fundadoras, vinda da comunidade de Lisboa. Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 341.

³⁸⁶ Cf. Rita Costa Gomes, “A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)”, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº. 9-10, Lisboa, Sá da Costa, 1987, p.115; Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 319-339.

³⁸⁷ “Designam-se por “mantelatas” as terceiras franciscanas seculares que usavam o hábito completo da sua Ordem, quer fazendo vida comum em recolhimentos quer em suas próprias casas”, segundo afirma António Montes Moreira, “Breve História das Clarissas em Portugal” in *Congreso Internacional del Monacato Femenino en España. Portugal y America, 1492-1992*, vol. 2, León, Universidad de León – Secretariado de Publicaciones, 1993, p. 217.

³⁸⁸ Cf. Humberto Baquero Moreno, “Uma aldeia medieval do termo da Guarda: a Vela”, *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*, Porto, Livraria Athena Editora, s/d, p. 153-193.

³⁸⁹ Para conseguir esta aprovação deslocam-se a Roma duas freiras da comunidade: Florença Eanes e Maria Eanes. Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 321.

Santa Clara, como a dependência dos Franciscanos, de acordo com as observâncias da Ordem. Destruido o convento, em 1372, no contexto das guerras fernandinas, a comunidade desloca-se para o interior da cidade, onde, em 1382, se começa a construir um novo edifício conventual³⁹⁰.

Nada mais se conhece deste cenóbio mas, com certeza, à semelhança, dos seus cogéneres, terá vivido com o apoio das elites locais. No entanto, a ausência total de documentação para a época não nos permite colocar mais hipóteses ou inferir conclusões.

A benevolência régia é também visível no apoio à formação do convento das clarissas em **Portalegre**³⁹¹ (diocese da Guarda). É fundado por iniciativa de duas senhoras piedosas, Elvira Eanes e Maria Fernandes que, desejando entregar-se a Deus, quiseram professar na Ordem de Santa Clara e formar um convento. Para isso, recorrem à mercê de D. Fernando, que lhes concede o seu paço e os banhos a ele anexos que possuía na referida vila³⁹². A obra é dificultada, mas o monarca, em 1377³⁹³, reafirma a sua vontade em criar a comunidade, desejo confirmado pela rainha Leonor Teles³⁹⁴ e pelo rei D. João I³⁹⁵.

No entanto, em 1387, o convento ainda está a ser construído³⁹⁶ e, embora possuam a licença do bispo da Guarda, D. Afonso³⁹⁷, só o seu sucessor, D. Vasco, em

³⁹⁰ Em 1391, os homens bons do Porto concederam-lhe cinquenta libras para reconstruírem o convento, conforme indica A. Magalhães Basto, *Vereações. Anos de 1390-95, Documentos e Memórias para a História do Porto – II*, Porto, 1937, p. 183, citado por Rita Costa Gomes, *op. cit.*, p. 36.

³⁹¹ Sobre esta comunidade veja-se: Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 385-386.

³⁹² Cf. TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 3, fl. 61v.

³⁹³ Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p.385.

³⁹⁴ TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Mç.1, pacote F, doc. de 1383.

³⁹⁵ TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Mç.1, pacote F, doc. de 1387.

³⁹⁶ As dificuldades deveriam ser muitas e não só aqui. Também em Évora existem obstáculos, como o atesta uma freira que professa em Portalegre, em 1403, mas alega já ser professa da Ordem de Santa Clara “do mosteiro que se fazia em na cidade de Évora” (TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Mç.1, pacote C, doc. de 1403). Este mosteiro teve licença para a sua construção em 1390, mas só será fundado em 1458, por iniciativa do bispo de Évora, D. Vasco Perdigão, obtendo a autorização pontifícia, a 5 de Abril de 1463 pela bula *Iisquae*, de Pio II (Cf. Victor Rui Gomes Teixeira, *O Maravilhoso no Mundo Franciscano Português na Baixa Idade Média*, Porto, Granito, 1999, p. 37). Recebe, inclusivamente, do rei D. João I,

1389, confirma a referida autorização, permitindo-lhe o gozo de todos os privilégios auferidos pelos mosteiros da sua Ordem, quer no espiritual, quer no material. Nesta carta o bispo refere ainda a posse pelo convento dos diplomas pontifícios necessários à sua fundação, bem como do mandado régio para tal³⁹⁸.

O caso de **Amarante**, documentado a partir de 1333³⁹⁹, como recolhimento de mantelatas, é ainda o mais obscuro.

Segundo a tradição, não comprovada⁴⁰⁰, a sua fundação dever-se-ia à rainha D. Mafalda, filha de D. Sancho I. Protegido pelos monarcas⁴⁰¹, teria passado a cenóbio da Segunda Ordem, cerca de 1449⁴⁰².

A concluir, será importante reafirmar que a fundação é um processo a decorrer num tempo determinado mas que, no caso de mulheres enclausuradas, é uma questão sempre em aberto. Significa isto que a dependência existente com o mundo à sua volta as torna muito vulneráveis e, ao mesmo tempo, suficientemente importantes, para concitarem uma série de apoios e de cobiças que, constantemente, põem em causa os objectivos da fundação. Não é por acaso que alguns destes mosteiros se vêm obrigados a trasladar as suas instalações, por diversas vezes, e outros mesmo a correr o risco de se extinguir, por falta de rendas ou de vocações. Por isso, o fenómeno mendicante

em 1395, os resíduos de Évoramonte, a pedido da comunidade já existente na cidade (Cf. TT, OFM, PA, SCPortalegre, Lic. 54, fl. 1), mas, mesmo assim, a instituição tarda.

³⁹⁷ TT, OFM, PA, SCPortalegre, Liv.54, fl.1.

³⁹⁸ *Ibidem*.

³⁹⁹ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 252 e TT, Chancelaria de D. João III, liv. 2, fl. 144.

⁴⁰⁰ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 251; Jorge Cardoso, *Agiolégio Lusitano*, edição facsimilada com estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes, Tomo I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p. 176.

⁴⁰¹ Estes concedem-lhe esmolas e protecção, à semelhança do que fazem com os outros mosteiros de clarissas. Por exemplo D. João I, D. Afonso V, entre outros: Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 252 e TT, Chancelaria de D. João III, liv. 22, fl. 143.

⁴⁰² Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 252 e *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 298. Porque nessa data o rei D. Afonso V lhes concedeu, como a freiras de Santa Clara, 10 mil libras de esmola.

depende, em larga escala, no que às mulheres concerne, da atracção que exerce sobre os possíveis benfeitores e do recrutamento que efectua.

No entanto, e apesar de todos estes condicionalismos, achamos que é possível apercebermo-nos da existência de um programa fundacional que se desenvolve em várias etapas, impulsionadas por diversos agentes que constroem uma realidade dinâmica mas com um objectivo comum. Passamos então a apresentar, de forma sintética, os vários aspectos que configuram estas fundações e são as matrizes dos processos que descrevemos.

Assim, no que aos fundadores respeita, uma primeira conclusão se impõe. Em todos os cenóbios, existe uma clara iniciativa das mulheres que, isoladamente (como no caso de Entre-ambos-os-Rios e Coimbra), ou em grupo (como em Lisboa, Beja ou Portalegre), assumem o protagonismo de fundadora(s), consubstanciado no pedido feito ao papa e na dotação inicial da comunidade. Noutros casos, como em Lamego/Santarém, na Guarda ou em Amarante, é a existência de uma comunidade de beatas ou reclusas que determina a fundação, não se sabendo ao certo de quem parte a iniciativa. Apenas em Vila do Conde, o patrocínio é de um casal e a fundação parece ter um carácter semelhante à dos antigos mosteiros peninsulares, na sua pertença ou estreita relação com uma família patronal⁴⁰³.

Para a fundação de todas estas comunidades, contribui a intervenção papal, mais clara nos dois primeiros, onde a existência de um projecto pontifício parece ser óbvia, como acontece em outros mosteiros ibéricos (como já anteriormente foi referido), mas também nos outros, onde a acção do papa se revela na protecção concedida e na confirmação da regra ou dos privilégios obtidos pela comunidade. Esta situação é normal e facilmente explicável, uma vez que a relação da Santa Sé com os Menores e Menoretas se reveste de grande importância (como atrás já foi explanado), e os papas dos séculos XIII e XIV nunca se cansaram de tentar enquadrar estas novas experiências femininas.

⁴⁰³ Embora a presença feminina se faça sentir, de forma mais evidente, no facto do mosteiro ser fundado nas terras de D. Teresa Martins.

Em todos estes cenóbios, é fundamental a presença e apoio régio, que se materializa na concessão de benesses e de privilégios, habituais para os mosteiros de qualquer Ordem. Casos mais excepcionais revelam-se em Santarém, onde D. Afonso III viabiliza o mosteiro, construindo e dotando o convento, ou ainda em Portalegre, construído em edifícios cedidos por D. Fernando. Em Coimbra, a comunidade, apoiada por D. Dinis e, essencialmente, por D. Isabel de Aragão, conta ainda com o favorecimento de D. Afonso IV⁴⁰⁴, que leva a cabo a obra de dotação patrimonial, iniciada pela mãe.

As relações estabelecidas com as autoridades diocesanas e as várias Ordens religiosas são, desde o início, um grave problema, bem presente no caso de Coimbra (com Santa Cruz), mas também visível no Porto (com o bispo) ou em Beja e Portalegre. Noutros locais, esta questão parece não surgir, ou está pura e simplesmente escondida, pela falta de documentação. Será a presença dos Frades Menores que, apoiando as casas femininas, muitas vezes as viabilizam. A autonomia da Província de Portugal, desde o início do século XIII, contribuiu também para a concretização da necessária vigilância sobre estas comunidades, permitindo-lhes assim a “suficiente” autonomia, em relação ao Ordinário e às restantes autoridades religiosas.

Quanto à Forma de Vida, só aos dois primeiros conventos⁴⁰⁵, formados antes da elaboração da Regra Urbanista (1263), é concedida a Regra do Cardeal Hugolino. As restantes submetem-se, logo de início, à regra de Urbano IV. Esta, que é o resultado de uma adaptação da regra de Santa Clara, coloca o acento tónico na clausura e permite a posse de bens pelo convento, em detrimento do ideal de pobreza que Clara propunha como base da sua Forma de Vida.

Também a relação dos conventos portugueses com os de Leão, Castela e Aragão, parece ser uma realidade inofismável, essencialmente para os primeiros Lamego/Santarém, Entre-ambos-os-Rios e Coimbra numa época em que os únicos

⁴⁰⁴ Cf. Maria Filomena Andrade, *Power and Protection: The King Afonso IV and the Ladies of Coimbra*, comunicação apresentada ao International Medieval Congress, Leeds, 2003.

⁴⁰⁵ Estes dois (Santarém e Entre-Ambos-os-Rios), em data desconhecida, passam também a reger-se pela Regra Urbanista.

modelos existentes eram aqueles onde “as observâncias” já estavam largamente difundidas e eram praticadas.

Um último aspecto importante prende-se com a vocação assistencial de alguns destes mosteiros. Lembremos Entre-ambos-os-Rios (fundado para dar abrigo aos caminhantes), Coimbra (com o seu hospital criado pela Rainha D. Isabel) ou Vila do Conde (para senhoras pobres). Embora não se conheça mais nenhum destes empreendimentos⁴⁰⁶, seria interessante inquirir, de forma sistemática, sobre esta questão.

Analisada e contextualizada a dinâmica fundadora, resta concluir do interesse que, na sociedade portuguesa de duzentos e trezentos, suscita esta forma de vida. A situação económica e política está estabilizada a partir da década de 50 do século XIII e Portugal vive uma época de desenvolvimento urbano. Apesar das crises agrícolas e demográficas, as cidades e o dinamismo económico e social das suas elites é uma realidade confirmada pelas fontes. Assim, se os mosteiros cistercienses no século XIV e mesmo no XV ainda conhecem os esplendores da nobreza da “velha cepa”, os cenóbios de clarissas, através das elites urbanas e de alguns elementos da nobreza, contando com o apoio régio, conquistam um espaço e preparam-se para enfrentar a modernidade e crescer sem parar, ao longo dos séculos, até à extinção forçada, nos alvares da contemporaneidade.

⁴⁰⁶ Para esta época e ligado a comunidades femininas.

3.3. As condições materiais: a ubicação e a construção

Olhemos, agora, mais de perto, as condições materiais com que contam os mosteiros para a sua instalação e em que medida estas condicionam ou até revelam a forma de vida e as opções comunitárias.

Uma casa monástica só pode viver com condições materiais que viabilizam a sua existência. Desde a escolha de um local para viverem até à sua construção e ocupação, tudo joga de forma determinante para consolidar uma fundação, ainda mais de uma comunidade feminina que à partida se confronta com fortes limitações que lhe provêm da forma de vida que adoptou.

A instalação de uma comunidade num edifício, não sendo o primeiro passo a dar para a sua existência, condiciona, porém, os aspectos principais do viver quotidiano, de que se destaca a clausura e mesmo a vida de recolhimento e oração que estas mulheres pretendem abraçar. Sendo assim, a preocupação no sítio a ocupar e a dotação do mesmo para aí surgir um convento é determinante, no contexto religiosos e sócio-económico de então. Na escolha do local, tem ainda papel crucial a situação do mesmo quer sob o ponto de vista geomorfológico (de condições naturais), quer social e religioso.

Assim, importa responder a algumas questões, tais como: Em que locais, preferencialmente, se construíam as casas de clarissas? Com que dinheiros/bens se mandava edificar um mosteiro? Como se ocupavam e dinamizavam os vários espaços em que habitava a comunidade?

Apesar dos elementos que possuímos serem poucos, não podemos deixar de responder a algumas destas questões, recorrendo aos dados fornecidos pela arqueologia e arquitectura monástica, buscando, não a descrição das formas, mas antes uma leitura funcional dos espaços e dos seus “animadores”, os que os construíram e aqueles que os ocuparam.

É bem conhecida e estudada a relação dos conventos mendicantes com as cidades e as vias de acesso às mesmas⁴⁰⁷. Ocupando um espaço no tecido urbano, os franciscanos e dominicanos são obrigados a respeitar as casas religiosas já instaladas e as suas respectivas áreas de influência, bem como a territorialização e os direitos das igrejas paroquiais⁴⁰⁸. Assim, para regulamentar a sua instalação no seio da sociedade urbana, o papa Clemente IV (1265-1268) estabeleceu as regras, no que respeita à distância mínima entre os conventos, pela bula *Quia plerumque*⁴⁰⁹. Nalguns casos, no entanto, as normas, dificilmente foram cumpridas e originaram graves conflitos entre os religiosos.

3.3.1. A escolha do local

Uma vez reunidas as condições e o embrião da comunidade humana, importa começar a construção da igreja e convento, alojando-se aquela, enquanto a vontade não se concretiza, em habitações particulares.

As primeiras comunidades surgem, como já anteriormente referimos, no norte e centro do país. Só nos finais do século XIV, as clarissas escolhem o sul para se instalarem, num movimento que, de certa forma, acompanha a ocupação e a revitalização das cidades, aí sediadas.

Assim, em Lamego, na segunda metade do século XIII, o convento mais próximo da cidade era São Jorge de Recião (na altura, mosteiro feminino da ordem de São Bento que, curiosamente, tivera origem num eremitério, já existente na 2ª metade

⁴⁰⁷ Jacques Le Goff et alii, “Ordres mendiants et urbanisation dans la France médiévale” in *Annales ESC*, nº especial *Histoire et urbanisation*, 1970, p. 928; E. Guidoni, *La città dal Medioevo al Rinascimento*, Roma, Laterza, 1989, p. 123-158; Roberta Gilchrist, *Gender and material culture. The archaeology of religious women*, Londres, Routledge, 1994, p. 63-91; Panayota Valti, *Les couvents des ordres mendiants et leur environnement à la fin du Moyen Âge*, Paris, CNRS Editions, 2003. Em Portugal: Vincenzo Maiello, *Do território monástico à cidade conventual. As Ordens Mendicantes e o espaço urbano no século XIII. Uma aproximação ao caso português*, dissertação de mestrado em desenho urbano apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, policopiada, 2005.

⁴⁰⁸ Sobre a instalação dos mesmos na vila de Santarém, veja-se Mário Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p. 128, 132-133.

⁴⁰⁹ Cf. Bula de 1265 que estabelece “expressément à 500 mètres la distance *minima* entre les maisons religieuses,” in Panayota Valti, *op. cit.*, p. 21

do século XII⁴¹⁰), pois as restantes comunidades regulares de agostinhos, beneditinos, premonstratenses e cistercienses⁴¹¹, espalhavam-se pela diocese, isoladas e sem uma grande ligação aos centros urbanos⁴¹². A primeira comunidade feminina de clarissas de Lamego deve ter começado por se reunir em casas particulares, cuja localização se desconhece, e não chegaram a construir nem convento, nem igreja. Embora alguns autores defendam que a comunidade teria estado sedeadada no local onde, anos mais tarde, se instalou a comunidade de franciscanos (em Porto Cavalhar, nas margens do Coura), o próprio cronista Frei Manuel da Esperança, afasta esta hipótese⁴¹³.

Sabemos, no entanto, como anteriormente já mencionámos, que a falta de instalações “condignas” terá sido uma das razões pela qual as freiras se terão mudado para Santarém, uma cidade que, no século XIII, ocupava um dos lugares cimeiros na sociedade portuguesa e onde, ao contrário de Lamego, já se tinham estabelecido alguns conventos mendicantes, os franciscanos (em 1242⁴¹⁴), os dominicanos (Nossa Senhora da Oliveira de Santarém c. de 1225⁴¹⁵) e os trinitários (convento da Santíssima

⁴¹⁰ Vidé: *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 241-242; Anísio Miguel de Sousa Saraiva, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Ed. Magno, 2003, p. 29 (segundo as listas de 1320-21). Sobre este convento feminino sabe-se ainda que, devido a constantes apropriações dos bens do mosteiro e intromissão nos seus assuntos internos, por parte de famílias senhoriais, acabou por ser extinto como comunidade regular feminina tendo D. João Vicente, bispo de Lamego, apresentado ao papa Eugénio IV o pedido para que fosse unido e incorporado na Congregação de São Salvador de Vilar de Frades. O papa sancionou este pedido pelo breve de 10 de Julho de 1436, dirigido ao prior de Santa Cruz de Coimbra e mandou que se executasse a referida anexação.

⁴¹¹ Os respectivos mosteiros são: Cistercienses (começaram por ser beneditinos) – Santa Maria de Salzedas, São João Baptista de Tarouca, São Pedro das Águias, S. Pedro e S. Paulo de Arouca; Agostinhos – Santa Maria de Cárquere; Beneditinas - Santa Maria de Tarouquela e Premonstratenses – Santa Maria de Ermida do Paiva.

⁴¹² Como, aliás, era característico da implantação das casas religiosas destas ordens e só se veio a modificar com os mendicantes vocacionados para um apostolado urbano, pois como diz acerca da implantação dos conventos mendicantes, J. Mattoso: “A preferência por estes centros compreende-se: há neles menos instituições religiosas tradicionais, maiores carências no campo da cobertura paroquial, mais gente deslocada que vai chegando dos campos.” in “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas” in vol. 8, *Obras Completas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 245.

⁴¹³ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. 1, p. 504.

⁴¹⁴ Cf. *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 278.

⁴¹⁵ Maria Ângela Beirante, “Santarém à chegada dos Dominicanos”, in *II Encontro sobre História Dominicana. Actas*, vol. 1, Porto, Archivo Histórico Dominicano, 1984, p. 197-200.

Trindade⁴¹⁶, fundado entre 1207 e 1208, mas que só em 1284 viu iniciar-se a construção da sua igreja)⁴¹⁷.

O cenóbio de clarissas é, no entanto, a primeira comunidade feminina, canonicamente reconhecida, que aí se implanta, apesar de existirem na cidade várias mulheres inclusas e emparedadas⁴¹⁸, algumas das quais terão ingressado no convento das menoretas, como o comprova a existência, no cartório conventual, de documentos relativos a propriedades de duas destas beatas⁴¹⁹.

Não obstante, a situação não é única, como o demonstra a existência de um grupo de reclusas, no qual se destaca D. Elvira Duranda. Esta, em 1240, já se tinha emparedado numa das várias celas localizadas na rua que, em Santarém, ligava o convento da Trindade ao convento de São Francisco⁴²⁰, formando, possivelmente, uma pequena comunidade feminina. Esta situação terá, no entanto, ocasionado várias questões com os Franciscanos⁴²¹, que exigirão o abandono destas instalações por parte das reclusas⁴²², cuja presença se tornava cada vez mais efectiva. D. Afonso III e o papa Urbano IV resolvem a contenda, por volta de 1263. As reclusas reúnem-se, então, em

⁴¹⁶ Isabel Branquinho, *O Mosteiro da Santíssima Trindade de Santarém: Propriedade e Gestão (séculos XIII-XV)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2000; Idem, “Aproximação ao convento do mosteiro da Santa Trindade de Santarém, (1208-1500)” *Lusitania Sacra*, 2ª Série, Tomo XIII-XIV, p. 139-159.

⁴¹⁷ Os eremitas de Santo Agostinho, instalam-se em Santarém, na actual freguesia de Marvila, em 1376, onde fundam o convento de Santo Agostinho. Cf. *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 429.

⁴¹⁸ Apontadas por Mário Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p. 131 e 133.

⁴¹⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 3, doc. 94 (Marinha Eanes); Idem, Mç. 3, doc. 109 (Ausenda Esteves). Ambas referidas como inclusas e a segunda ainda como vizinha de Santarém.

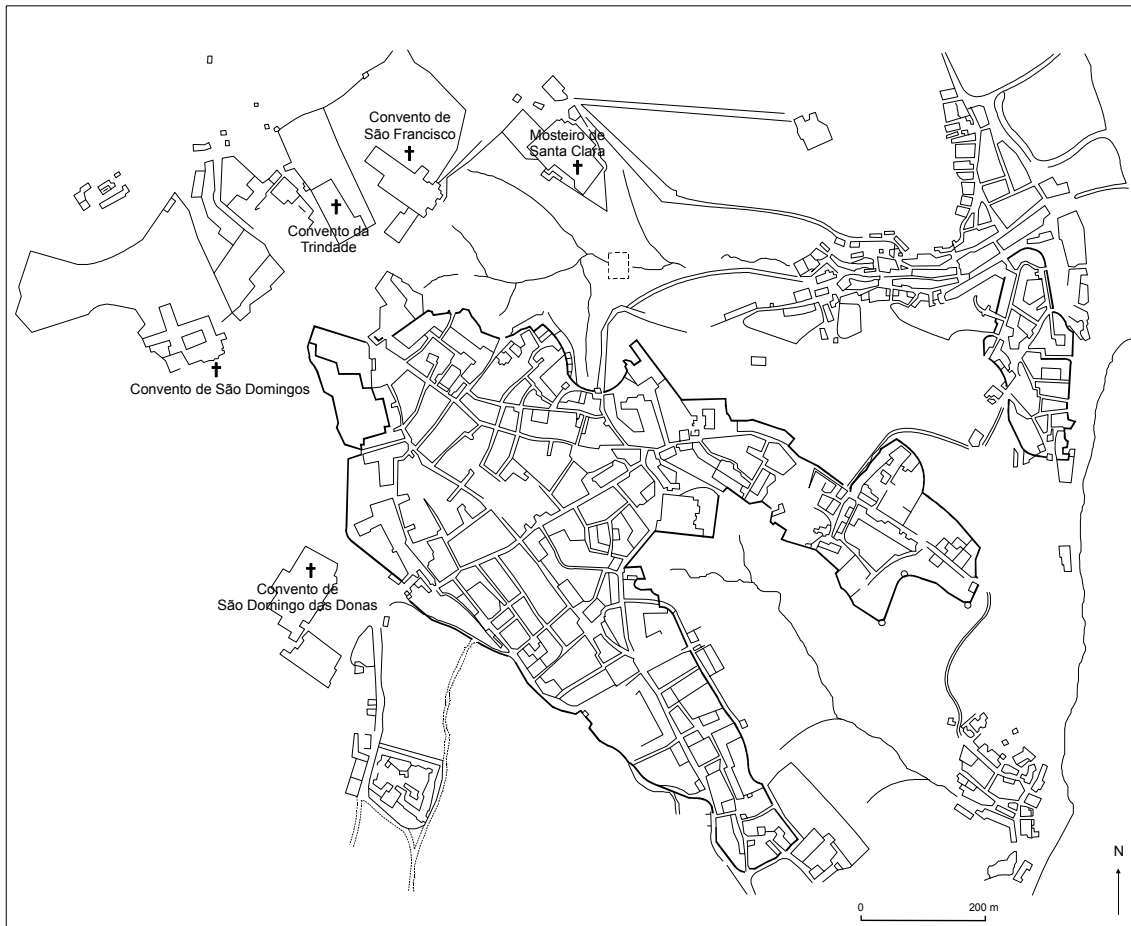
⁴²⁰ Cf. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, p. 122.

⁴²¹ Esta proximidade bem como a concomitância de interesses e posturas origina grave discórdia entre mendicantes. Sobre este assunto: José Mattoso, “As estratégias de pregação no século XIII” in *Obras Completas*, vol. 6, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 152-163

⁴²² Ver Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, vol. I, Porto, Lello e irmão – Editores, 1977, cap. XX, p. 540-542.; Maria Conceição Casanova, “Conventos de São Domingos de Santarém na época de S. Frei Gil” in *S. Frei Gil de Santarém e a sua época. Actas*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1997, p. 94-95.

comunidade (num encerramento comum) e constroem o seu mosteiro no sítio da ermida de Santa Maria Madalena, próximo da Porta de Mansos, na outra ponta da cidade, ficando sob a dependência dos dominicanos, e sendo sido admitidas à Ordem dos Pregadores, em 1287, no Capítulo Geral de Bordéus⁴²³.

PLANTA 1 – SANTARÉM



O desfecho da contenda prende-se, certamente, com o estabelecimento das clarissas em Santarém, pois a intervenção dos franciscanos revela bem o incómodo sentido com esta presença feminina, protegida pelos pregadores⁴²⁴ e tão próxima, que

⁴²³ Cf. *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 393.

⁴²⁴ A presença de dominicanos em Santarém liga-se também à fundação desta comunidade atribuída a freiras de Chelas que teriam saído do dito convento para fundar este em Santarém depois da vinda dos frades dominicanos do cenóbio de Lisboa. Sobre esta situação, que se encontra ainda por esclarecer, veja-

poderia, por tudo isso, dificultar o projecto de uma comunidade de menoritas, na atracção e recrutamento das mulheres escalabitanas.

Transferido de Lamego, o convento de Santa Clara vai assim instalar-se nos arrabaldes da cidade⁴²⁵ (fora dos seus muros), próximo dos cemitérios judaico (este, entretanto, muda-se para o outro extremo da cidade⁴²⁶) e islâmico, na freguesia do Salvador⁴²⁷, não muito longe dos seus irmãos franciscanos e dos outros conventos masculinos mendicantes.

Em Entre-os-Rios, no julgado de Paiva, a comunidade de clarissas instala-se na confluência do Tâmega e Douro, no local chamado do Torrão⁴²⁸, num reguengo doado por D. Sancho I à condessa D. Toda Palazim, avó de D. Châmoa. Aí existiria uma igreja com este orago mas, ao contrário do que dizem alguns autores⁴²⁹, não se encontram sinais da existência de um anterior cenóbio feminino de beneditinas, parecendo antes tratar-se de uma igreja paroquial, como o testemunham documentos anteriores à fundação das menoretas⁴³⁰ que a referem, bem como ao seu reitor ou comendador.

se: Maria Filomena Andrade, “Opções religiosas das elites lisboetas: o convento de Chelas no século XV” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 222.

⁴²⁵ Ver Planta 1 - Santarém. Esta foi elaborada com base em Maria Ângela V da Rocha Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980 e Mário Viana, *Os Vinhedos Medievais de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998; Idem, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

⁴²⁶ Cf. Luís António Santos Nunes Mata, *Ser, ter e poder. O Hospital do Espírito Santo nos finais da Idade Média*, Santarém, Câmara Municipal, 2000, p. 38-42.

⁴²⁷ No século XV, Ângela Beirante diz ser esta freguesia, a zona de morada preferencial dos funcionários régios. Cf. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, p. 92-93.

⁴²⁸ As paróquias mais próximas são as de São Miguel de Entre-os-Rios e Santa Maria da Eja.

⁴²⁹ Já não se encontra referência ao Mosteiro do Salvador de Entre-ambos-os-Rios, cuja existência se encontra documentada, desde 1220, no Censual do Cabido da Sé do Porto. Nas Inquirições de 1258 já é referido apenas como Salvador de Entre-ambos-os-Rios. Segundo José Mattoso, este mosteiro seria dos mais antigos cenóbios femininos que teria começado por seguir as antigas observâncias do monaquismo pré-benedictino. A sua possível passagem a igreja paroquial, muito comum na época, ter-se-ia realizado, em meados do século XIII. Cf. José Mattoso, *O Monaquismo ibérico e Cluny*, in *Obras Completas*, vol. 12, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 20 e 125.

⁴³⁰ Num documento de 1246, o reitor da igreja de São Salvador de Entre-ambos-os-Rios, Martinho Mendes faz um contrato sobre os bens desta igreja com um casal e o filho. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 53, doc. 1; E, em 1286, Gonçalo Pais, comendador da mesma Igreja renuncia aos direitos que tem sobre ela. A renúncia é aceite pelo bispo e prenuncia a entrega da igreja ao mosteiro recém-fundado. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 5.

Segundo o cronista, Manuel da Esperança⁴³¹, as monjas terão ficado, durante algum tempo, em habitações particulares, numas casas da ermida de Santa Iria, situada num pequeno monte que pertencia à freguesia de São Vicente do Pinheiro, a cerca de meia légua do local onde depois se construiu o mosteiro.

Construído com o intuito de albergar os que por ali passassem e protegê-los de assaltos de ladrões e salteadores, parece pouco propício à existência de uma comunidade de senhoras, a não ser que estas se dedicassem a um trabalho de assistência e de caridade, próprio dos mosteiros mendicantes. A esta questão não é possível responder, bem como à possível ligação desta comunidade aos caminhos de Santiago⁴³². No entanto, certo é que a construção do mosteiro tinha como objectivo desenvolver aquela área, como se conclui das iniciativas de Toda Palazim e Teresa Rodrigues, na região⁴³³, com o intuito de a povoar e proteger.

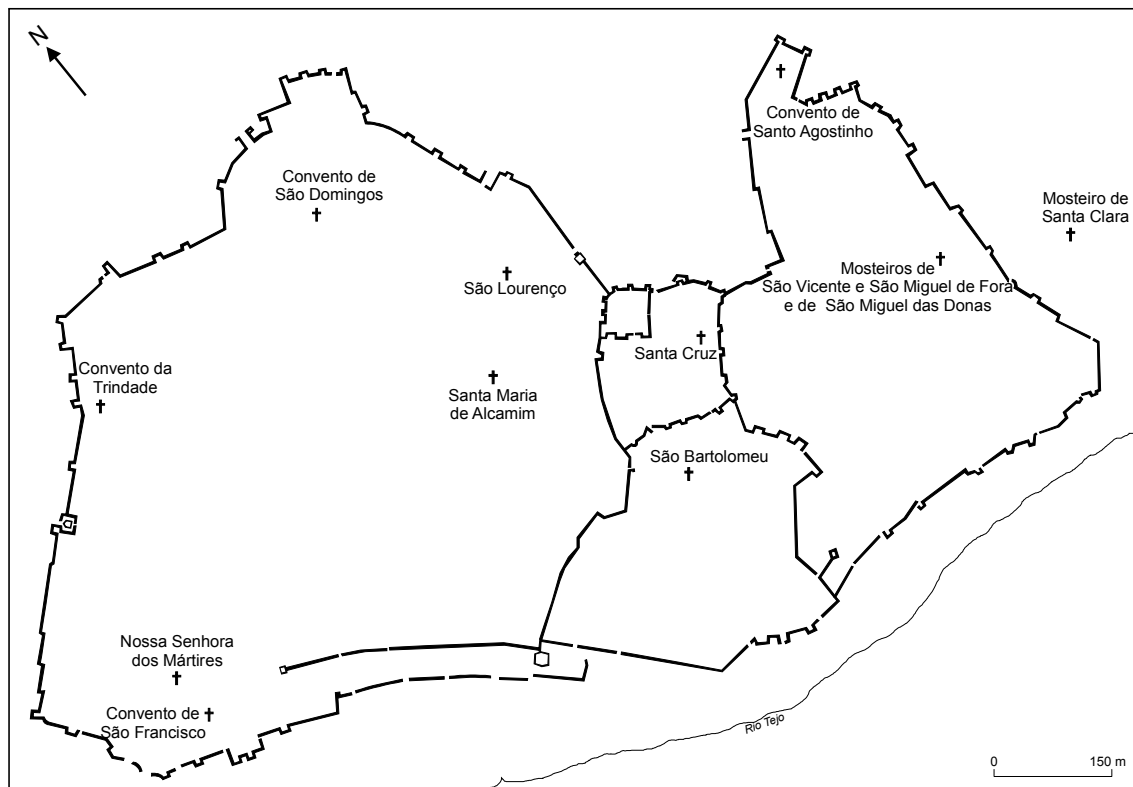
⁴³¹ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. I, p. 561.

⁴³² Cf. Jean Passini, “Estructura de los espacios urbanos a lo largo del Camino de Santiago en la época medieval” in *El camino de Santiago y la sociedad medieval. Actas de la Reunión Científica. Logroño, 12 a 23 de Abril de 1999*, coordinador Javier García Turza, Logroño, Ediciones Instituto de Estudios Riojanos, 2000, p. 36 e 46; Jose Garcia Oro, *Francisco de Asís en la España Medieval*, Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas Liceo Franciscano, 1988, p. 112-113.

⁴³³ Como veremos no capítulo III do nosso trabalho.

O convento de Lisboa, hoje totalmente desaparecido devido ao terramoto de 1755, começando-se a edificar no lugar do actual Largo da Trindade, junto a São Francisco⁴³⁵, na colina a Ocidente do Castelo⁴³⁶. No entanto, a construção foi, pouco depois, transferida para um terreno próximo do cenóbio de São Vicente de Fora, no actual Campo de Santa Clara, freguesia de São Vicente, na zona oriental. As razões desta mudança de planos são desconhecidas⁴³⁷.

PLANTA 3 – LISBOA



⁴³⁵ Este constitui, no século XIII, um importante pólo de atracção urbana. Cf. Gérard Pradalié, *Lisboa da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975, p. 43.

⁴³⁶ Ver Planta 3 – Lisboa. Esta planta foi elaborada com base na efectuada por A. H. de Oliveira Maruques, in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII – XV)*, Vol. I, Organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade nova de Lisboa, 1990, p. 55-60.

⁴³⁷ Embora o cronista Manuel da Esperança as apresente de forma “maravilhosa” e com a intervenção divina, como se indica anteriormente, no nosso trabalho.

Numa cidade, centro de um reino ainda em expansão para sul, mas onde avultava o interesse e a mercê régia⁴³⁸, a edificação de um cenóbio feminino, onde só existia o convento de Santos⁴³⁹ (das comendadeiras da Ordem de Santiago) e o de Chelas⁴⁴⁰ (dependente do bispo), deveria concitar o interesse das elites locais. Os fundadores são, de facto, oriundos desses estratos sociais, embora de origem estrangeira, o que também se compagina com uma situação privilegiada, na capital, dos mercadores de vários países europeus⁴⁴¹. Mas a sua localização, fora das muralhas⁴⁴², na proximidade do mosteiro de São Vicente de Fora, um dos grandes potentados religiosos (e económicos) da capital, contribui para valorizar aquela colina de Lisboa que se estende até à Graça e que olha o rio, com uma visibilidade e uma proeminência auspiciosas, acompanhando o desenvolvimento topográfico de Lisboa⁴⁴³, que no reinado de D. Afonso III se acelerou⁴⁴⁴.

Simultaneamente, coloca a nova fundação na área geográfica de São Vicente de Fora, que procurava estender a sua influência sobre os diversos grupos de mulheres que viviam à sua sombra, fossem elas emparedadas⁴⁴⁵, ou as *sorores* que integravam a

⁴³⁸ Iria Gonçalves, “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº1, 1980, p.153-204; Marcelo Caetano, *A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia (1179-1383)*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 31-33.

⁴³⁹ Sobre este convento vejam-se as obras de Joel Mata já referenciadas e Luis Filipe Oliveira, “Uma barregã régia, um mercador de Lisboa e as freiras de Santos” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 182-196.

⁴⁴⁰ Veja-se a já citada obra de Maria Filomena Andrade sobre este mosteiro e ainda Idem, “Opções religiosas das elites lisboetas: o convento de Chelas no século XV” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 221-231.

⁴⁴¹ Gérard Pradalié, *Lisboa da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975, p. 76.

⁴⁴² A. Vieira da Silva, *A cerca fernandina de Lisboa*, 2ª edição, vol. II, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, mapa XVII e XVIII.

⁴⁴³ Segundo Carlos Manuel Guardado da Silva, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora. A Comunidade regrante e o património rural (XII – XIII)*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 111: “Existiria decerto um caminho que partia do Castelo de S. Jorge, desde a desaparecida Porta de Santo André, que passando por S. Vicente de Fora e Campo de Santa Clara, descia Xabregas até Santa Apolónia”.

⁴⁴⁴ Cf. Gérard Pradalié, *Lisboa da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975, p. 37-38.

⁴⁴⁵ João Luis Inglês Fontes, “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 259-277.

comunidade de São Miguel das Donas⁴⁴⁶, não deixando ainda de tentar interferir nos assuntos internos de Chelas.

Também em Coimbra⁴⁴⁷, “cidade em plena maturação” no início da centúria de Trezentos, como afirma Maria Helena da Cruz Coelho⁴⁴⁸, os mendicantes vão encontrar um espaço próprio, apesar do domínio religioso estar claramente dividido entre os cruzios e a Sé, os primeiros com uma comunidade feminina a ele anexa, São João das Donas. Os espaços religiosos, no que respeita às mulheres, dividiam-se, ainda, entre dois cenóbios, um das cónegas regantes de Santa Ana da Ponte⁴⁴⁹ e o outro de cistercienses de Celas de Guimarães⁴⁵⁰, além de uma panóplia de instituições de assistência e de diversos grupos de mulheres emparedadas ou beatas⁴⁵¹.

A presença dos franciscanos, em Coimbra, remonta aos primeiros anos do século XIII, no eremitério de Santo Antão dos Olivais, por onde passam os mártires de Marrocos, e vai crescendo ao ponto de exigir a fundação de outro convento, instalado na margem esquerda do Mondego, onde uns anos depois se começa a desenvolver a realidade que vai dar origem ao convento das clarissas.

A escolha deste local, por D. Mor, para o arranque da sua obra relaciona-se com a expansão urbana da Coimbra medieval para fora do espaço religioso controlado pelo eixo formado por Santa Cruz e a Sé, na zona da Baixa da cidade, animada pelos comerciantes e artesãos. O momento corresponde a uma fase do crescimento mercantil

⁴⁴⁶ Isabel Branquinho, “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p.239-258.

⁴⁴⁷ Ver Planta 4 – Coimbra. Esta planta foi elaborada com base em: Maria Helena da Cruz Coelho, “Homens e Negócios” in *Ócio e negócio*, Coimbra, Inatel, 1998, p. 143.

⁴⁴⁸ “Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo” in *Biblos*, vol. LXVIII (1992), p. 335.

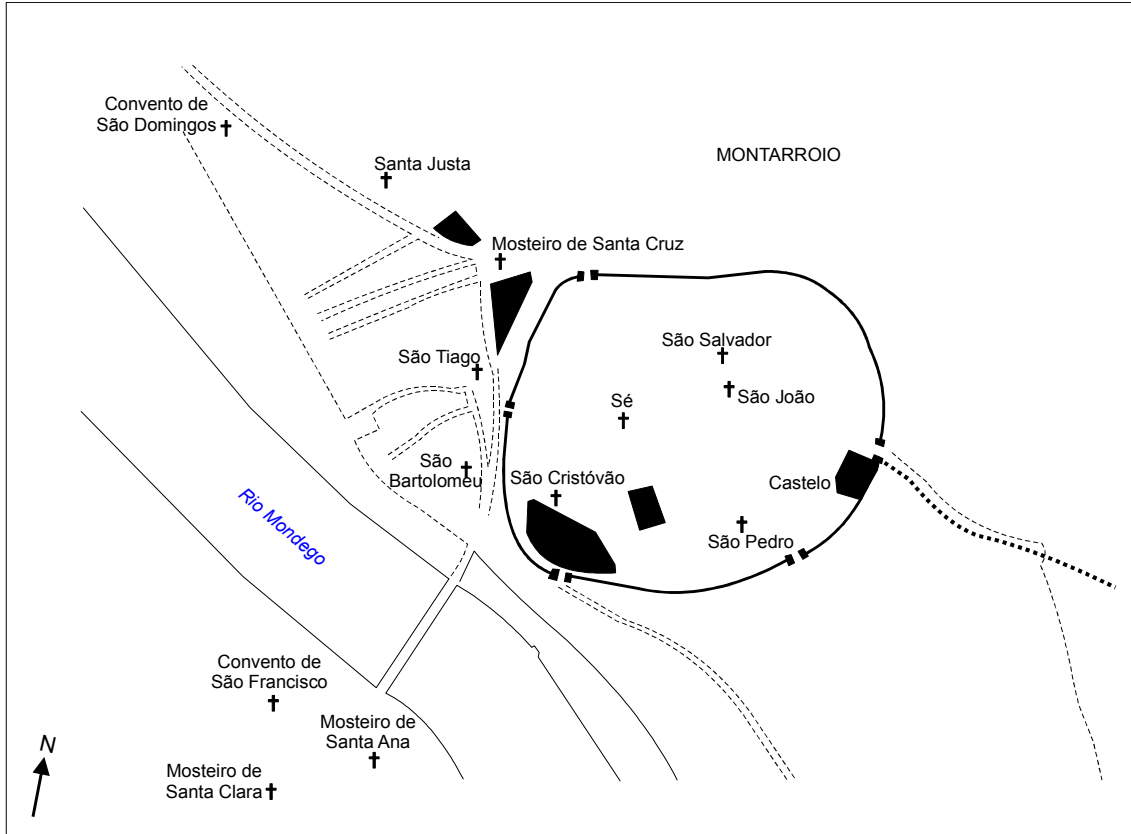
⁴⁴⁹ Também ditas Celas da Ponte, seguramente em relação directa com Santa Cruz. Sobre este cenóbio, cf. Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 485-487.

⁴⁵⁰ Estudado por Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001.

⁴⁵¹ Saúl António Gomes, “As Ordens Mendicantes na Coimbra Medieval: Notas e Documentos” in *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo X, 1998, p. 149- 215.

da urbe que, poucos anos antes, tinha sido abandonada como local de permanência do rei e da corte, conservando, no entanto, parte do seu prestígio⁴⁵².

PLANTA 4 - COIMBRA



No entanto, uma questão permanece por explicar: a persistência na escolha deste local, apesar das cheias catastróficas de 1331⁴⁵³. Dever-se-á tal facto aos avultados investimentos já aí realizados por D. Mor mas, essencialmente, por D. Isabel, como aliás veremos em seguida? ou ainda à ignorância da realidade sobre o problema do nível das águas⁴⁵⁴ e do lençol freático⁴⁵⁵, sobre o qual o convento estava construído? Certo é que, apesar de todas as dificuldades, o convento ali permaneceu até 1677.

⁴⁵² Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo” in *Biblos*, vol. LXVIII (1992), p. 340-342.

⁴⁵³ Cf. António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. I, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. 61

⁴⁵⁴ As cheias – e os correspondentes danos - continuaram, ao longo de todo o período da sua permanência no local, tornando-o quase inabitável. Cf. *Ibidem*, p. 263; Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, 1666, p. 44.

No século XIV, as fundações das clarissas estendem-se para o norte do país, a Vila do Conde e à Guarda, mais para o interior e, finalmente, para o sul, a Beja e Portalegre. Estas comunidades nascem e crescem, ao longo do período medieval, num movimento que acompanha a revitalização dos núcleos urbanos onde se instalam.

O convento de Vila do Conde é instalado, por iniciativa dos fundadores, em terras que pertenciam a D. Teresa Martins, num local sobranceiro ao Rio Ave onde se encontrava um castelo⁴⁵⁶, destruído para o efeito. A construção atrasa-se face aos problemas havidos entre D. Afonso Sanches e o irmão, D. Afonso IV, que obrigam o primeiro a exilar-se em Castela⁴⁵⁷, e só é acabada por seu filho, D. João Afonso, já em meados do século XIV⁴⁵⁸. Não será por acaso que o mosteiro tem uma feição senhorial que o aproxima, esta forma da fundação, de Entre-os-Rios, mas também e, essencialmente, dos mosteiros beneditinos e cistercienses, com os seus nobres patronos⁴⁵⁹.

Virado para o rio que marca e dinamiza a comunidade, o convento ergue-se, vigorosamente implantado, dominando o burgo⁴⁶⁰ que se vai paulatinamente construindo em torno dele. Nas proximidades não se encontra qualquer referência a outras comunidades mendicantes, pois os cenóbios mais próximos são o de Vairão⁴⁶¹,

⁴⁵⁵ Cf. sobre o curso do Rio Mondego e a sua relação com Santa Clara, veja-se Jorge Paiva, “O Mondego e o convento de Santa-Clara-A-Velha”, *Munda*, nº 22, Coimbra, 1991, p. 3-16.

⁴⁵⁶ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, 1666, p. 165.

⁴⁵⁷ Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 242-243.

⁴⁵⁸ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 167.

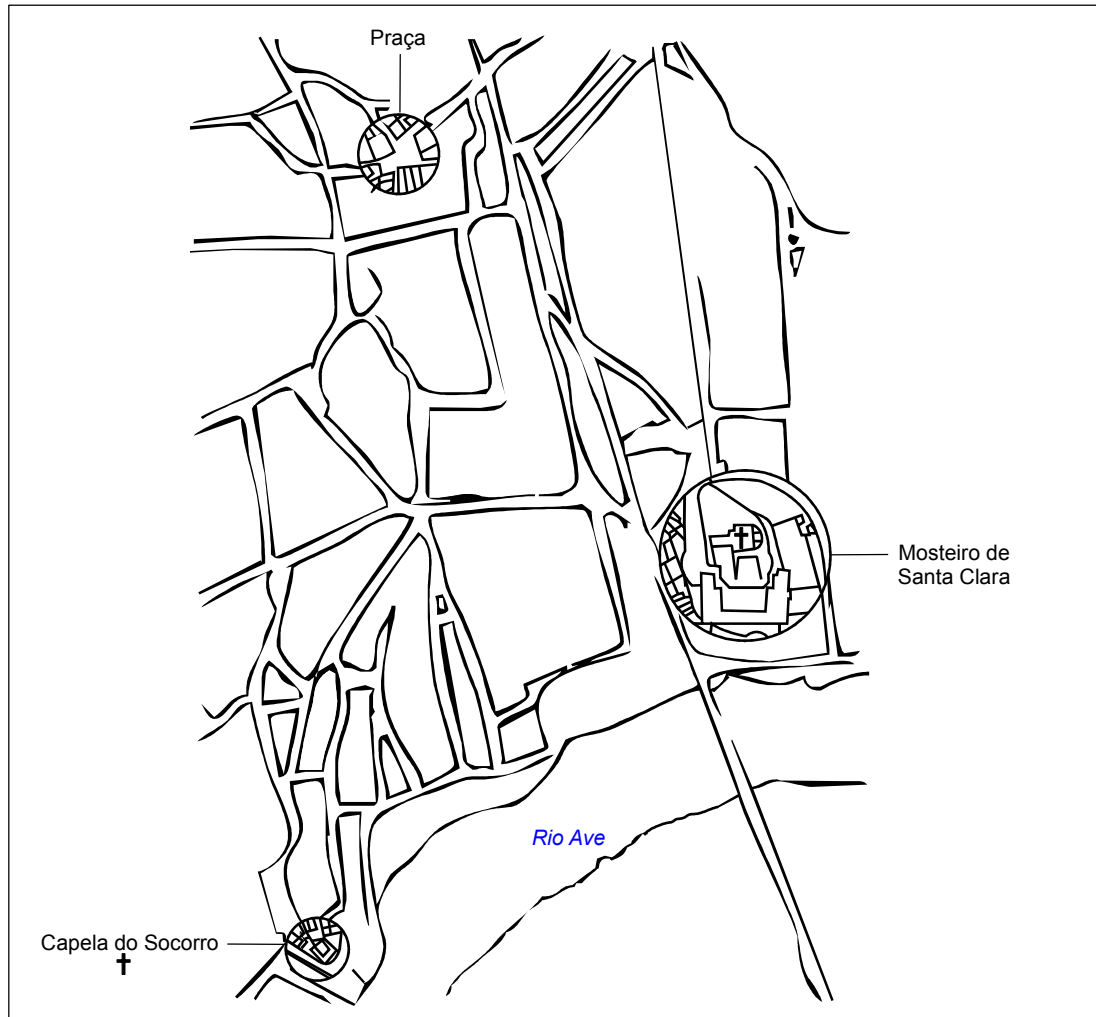
⁴⁵⁹ Ver José Augusto P. de Sotto Mayor Pizarro, *Os patronos do mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família nobre – séc. XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, 1995.

⁴⁶⁰ Ver Planta 5 – Vila do Conde. Planta elaborada com base em Manuel Maia Gomes, “Evolução Histórica desenvolvimento Urbano de Vila do Conde, in *Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, nova série, nº 15-16, Vila do Conde, Câmara Municipal, 1995, p. 100-103.

⁴⁶¹ Cf. Alcina Manuela de Oliveira Martins, *O Mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: o percurso de uma comunidade feminina*, Porto, Universidade Portucalense, 2001.

uma comunidade beneditina feminina, e os mosteiros masculinos crúzios de São Cristóvão de Rio Mau⁴⁶² e São Simão da Junqueira⁴⁶³.

PLANTA 5 - VILA DO CONDE



⁴⁶² Cerca de 1441-1442 foi unido ao mosteiro crúzio de São Simão da Junqueira. Cf. *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 189; Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, vol. II, separata da revista *Biblos*, nº XXXIV, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1959, p. 16; José Marques, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 732.

⁴⁶³ Sobre São Simão da Junqueira veja-se: Sérgio Lira, *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*, 2 vols., Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001. Já posteriormente, acresceriam, em Vila do Conde, os conventos franciscanos de Nossa Senhora dos Anjos de Azurara, em 1424 e o de Nossa Senhora da Encarnação de Vila do Conde, em 1522. Cf. *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 289 e 338, respectivamente; Victor Rui Gomes Teixeira, *O Maravilhoso no Mundo Franciscano Português na Baixa Idade Média*, Porto, Granito, 1999, p. 33.

Estamos perante uma situação específica e diversa, pois, neste caso, é a construção do mosteiro e a importância das terras envolventes, pertencentes ao seu património, que dinamizam a povoação e concitam os vários interesses, numa fervilhante actividade económica que passa naturalmente pelas fainas ligadas ao rio e aos produtos que dele se podem extrair.

Na Guarda, onde o convento terá começado por ser um recolhimento de terceiras seculares, a primeira referência situa a comunidade nos arredores da cidade, em Vela⁴⁶⁴, uma aldeia do termo da Guarda. Aqui, possivelmente, as freiras não teriam instalações próprias, vivendo, como costume de muitas destas piedosas mulheres, em casas particulares, de uma ou outra, ou ligadas a uma das várias ermidas existentes naqueles lugares⁴⁶⁵.

Em 1344, data da primeira referência documental, as freiras, já como clarissas, encontram-se instaladas nos arredores da cidade da Guarda, não se sabendo a sua localização exacta. Podemos, no entanto, supor que não estariam muito longe dos franciscanos, estabelecidos, também eles, fora das muralhas, nos arrabaldes da cidade, desde 1246⁴⁶⁶. Manuel da Esperança refere o convento como estando próximo da ermida de Nossa Senhora do Templo⁴⁶⁷, entre esta e a estrada pública que sai da Porta da Covilhã, junto de uma antiga igreja, dedicada a Santa Marinha.

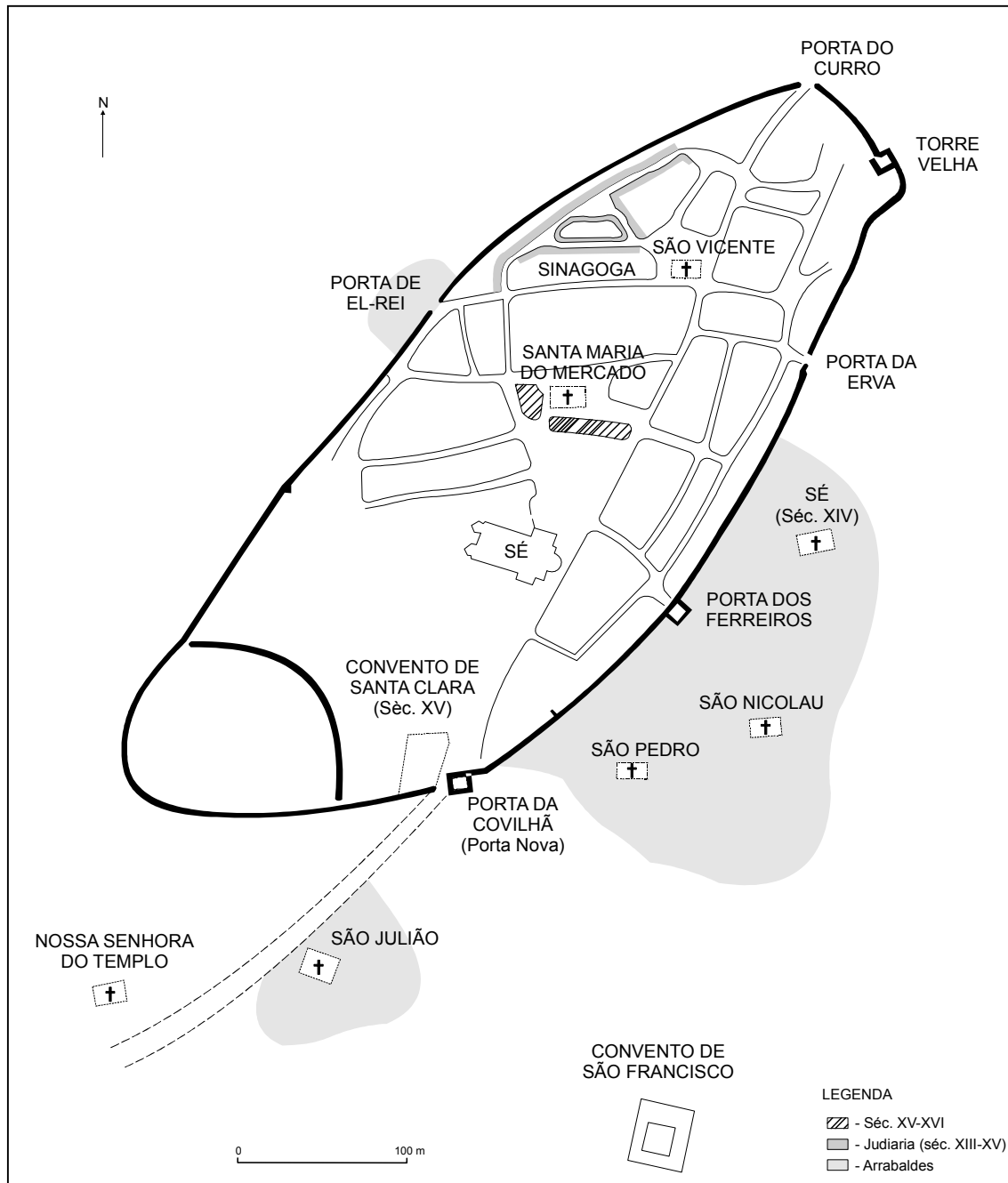
⁴⁶⁴ Constituída por uma população de agricultores, com carta de foral recebida de D. Afonso III, em 1255, teve vários diferendos com a Guarda. Nos finais do século XIV (mais precisamente, a partir de 1370), pertencia ao senhorio de João Afonso Telo, 6º conde de Barcelos. Cf. Humberto Baquero Moreno, “Uma aldeia medieval do termo da Guarda: a Vela”, *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*, Porto, Livraria Athena Editora, s/d, p. 153-193.

⁴⁶⁵ Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval - Posição, morfologia, e sociedade (1200-1500)*, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 9-10, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987, p. 115; *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII – XV)*, Vol. I, organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade nova de Lisboa, 1990, p. 33-35. Como existem nos arredores da Guarda, as ermidas de Nossa Senhora do Milreu e de Nossa Senhora do Templo, onde estão documentados grupos de emparedadas.

⁴⁶⁶ Ver Planta 6 – Guarda. Planta elaborada com base em: Rita Costa Gomes, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII – XV)*, Vol. I, Organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade nova de Lisboa, 1990, p. 33-35.

⁴⁶⁷ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 320.

PLANTA 6 - GUARDA



Em 1372, no contexto das guerras com Castela, D. Fernando, para obviar à tomada da Guarda pelo rei castelhano D. Henrique II, que já tinha em sua posse Pinhel, Almeida, Celorico, Linhares e Viseu, manda destruir todos os “edifícios altos” que se

encontravam fora da muralha protectora⁴⁶⁸. Santa Clara é um dos que é arrasado e a comunidade refugia-se no interior da cidade, onde, em 1382, se começa a construir um novo edifício conventual, num pedaço de terra oferecido pelos moradores da cidade, no poço do Alcaide, junto à Porta da Covilhã (a Porta Nova), via de comunicação importante, no contexto mercantil. Segundo Manuel da Esperança, as donas já tinham, anteriormente, envidado alguns esforços para edificar o seu mosteiro fora da muralha, em São Nicolau, nuns paços que a mesa episcopal aí possuía⁴⁶⁹. Para isso, tinham mesmo trocado a sua anterior propriedade, em Santa Marinha, com o bispo D. Afonso, mas o povo assim não quis, por esta situação as expor, de novo, à fúria e inclemência de possíveis inimigos estrangeiros.

Acarinhado pela população, o convento fica assim no interior do núcleo urbano amuralhado, protegido e, com certeza, beneficiado pelos senhores da Guarda⁴⁷⁰.

Quanto ao cenóbio de Beja, apenas se sabe que foi construído, fora das muralhas da cidade⁴⁷¹, a cerca de setecentos metros para Ocidente. Diz o cronista Manuel da Esperança que, cerca de vinte anos depois da fundação, ainda estava por acabar, devido ao facto de um tremor de terra ter feito ruir uma parte substancial do edifício.⁴⁷²

⁴⁶⁸ Cf. Rita Costa Gomes, *op. cit.*, p. 40.

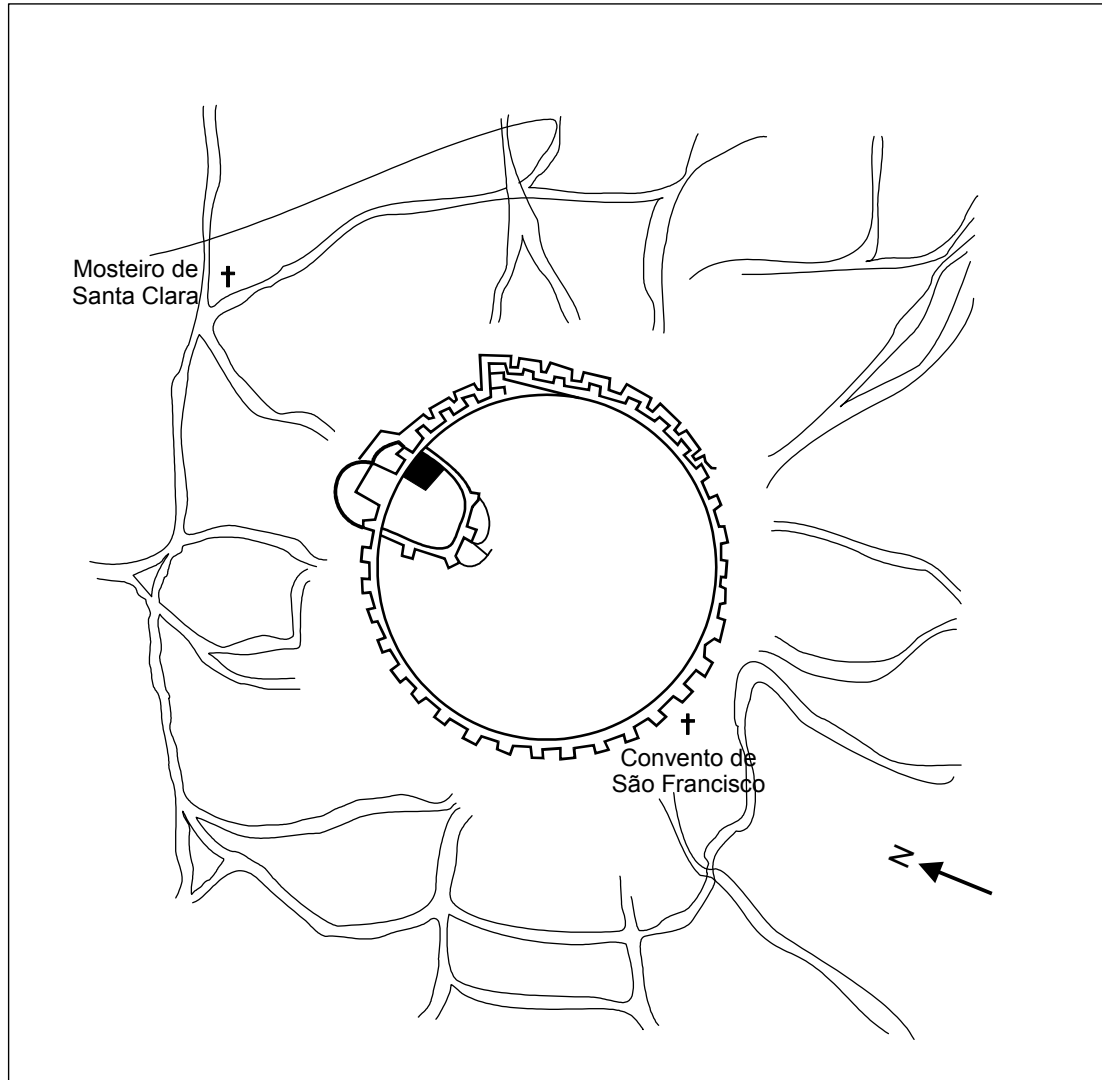
⁴⁶⁹ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 319-320.

⁴⁷⁰ Cf. Rita Costa Gomes, *op. cit.*, p. 114-124.

⁴⁷¹ Cf. Carlos Augusto Ponces, *História dos Conventos de Beja*, Beja, Minerva Comercial, 1965, p. 9. Ver Planta 7 – Beja – Planta baseada em: Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Beja*, I vol., Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1992, p. 88.

⁴⁷² De acordo com o que é afirmado e pedido, a 27 de Julho de 1363, ao papa Urbano V: “Omnibus Christi fidelibus vere penitentibus et confessis qui ad reparationem ecclesie monast. S. Clare prope castrum de Bogia, ord. S. Clare, Elboren. dioc., propter terremotus qui in illis partibus hactenus viguerunt pro magna parte destructe, que, mortalitate superveniente, sine fidelium elemosinis reparari hactenus non potuit, nec de presenti potest, manus porrexerint adjutrices, unus annus et 40 dies de injunctis eis penitentiis, presentibus post decennium minime valituris.” ASV, *Reg. Aven.* 154, fl. 495 em *Urbain V (1362-1370): lettres communes analysées d'après les registres dites d'Avignon et du Vatican*, tomo XI, ed. Michel et Anne-Marie Hayez, Janine Mathieu, Marie France Yvan, Roma, École Française de Rome-Paris, Boccard, 1986, n° 5609; Noutra súplica de 10 de Agosto de 1363: Omnibus vere penitentibus et confessis qui manus ad reparationem monast. monialium s. Clare prope castrum de Begia, ord. s. Clare, Elboren. dioc., propter terremotus, pro magna parte collapsi et diruti, porrexerint adjutrices, unus annus et quadraginta dies de injunctis eis penitentiis relaxantur, presentibus post decennium minime valituris. (*Ibidem*, n° 6458).

PLANTA 7 - BEJA

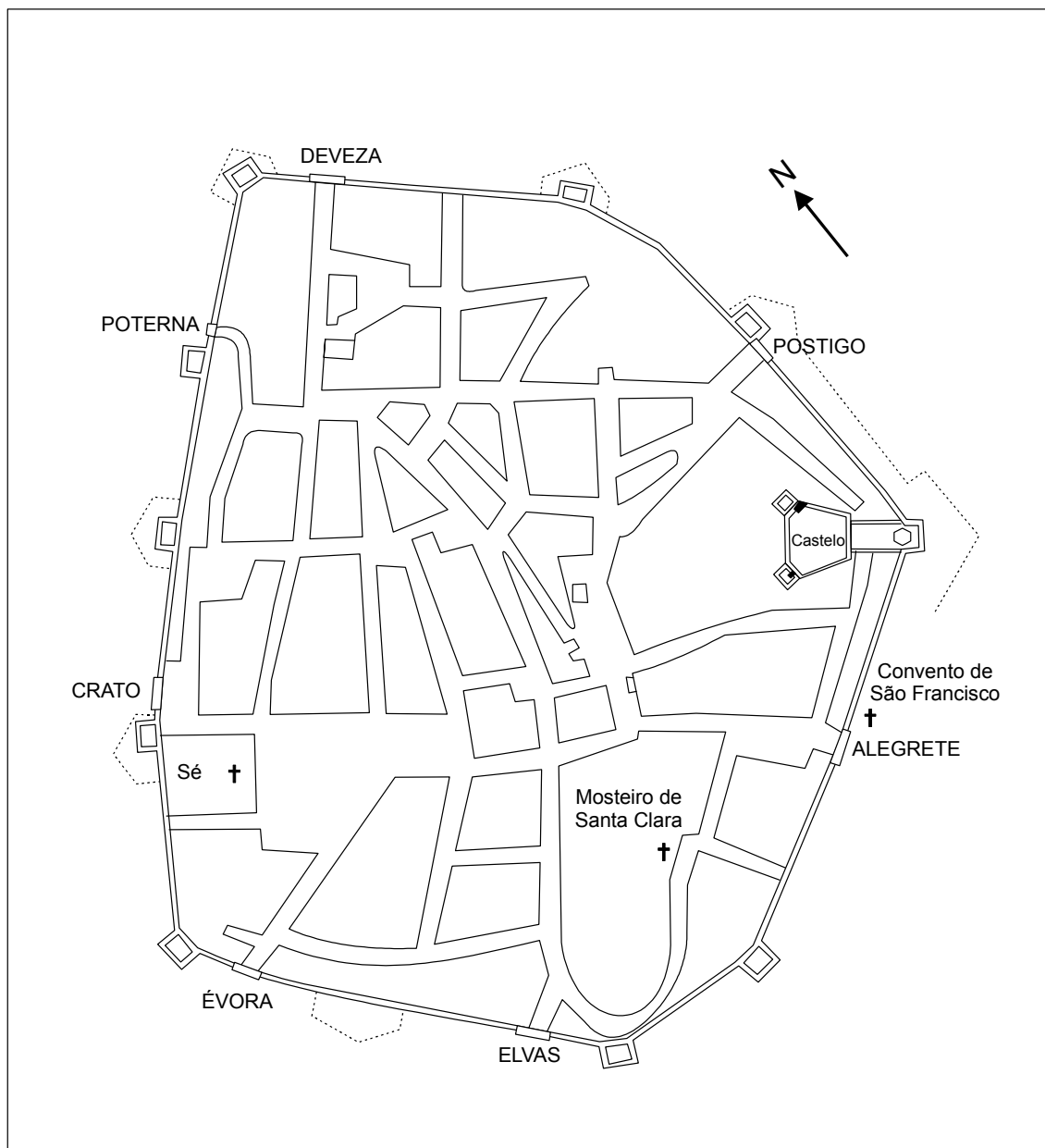


A comunidade de Portalegre, por seu lado, recebe do rei os banhos e uns paços para, no centro da cidade, construir o seu convento, apesar da oposição do clero local que, no entanto não conseguiu impedir a obra, embora a atrasassem algum tempo. Neste caso o cenóbio é construído no interior do recinto amuralhado, ao contrário do convento franciscano que fica nas proximidades mas fora do perímetro da muralha dionisina⁴⁷³.

⁴⁷³ Ver Planta 8 – Portalegre. Planta baseada em: Domingos Almeida Bucho, *Mosteiro de São Bernardo de Portalegre. Estudo histórico-arquitectónico. Propostas de recuperação e valorização do património edificado*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, policopiada, Évora, 1994, p. 373 e Isilda Garraio, *O centro histórico da cidade de Portalegre*, Portalegre, Edição do Turismo de São Mamede/Norte Alentejano, 2002, p. 11.

Esta situação deve-se, com certeza, à protecção e empenho do rei na sua construção. Sabemos, no entanto, que as obras foram igualmente demoradas⁴⁷⁴.

PLANTA 8 - PORTALEGRE



A simples análise dos locais de implantação dos conventos estudados leva-nos a constatar um dos principais fenómenos relacionados com a localização dos conventos franciscanos, que é a escolha das imediações de grandes urbes (e do seu tecido social)

⁴⁷⁴ Como já anteriormente o afirmámos.

para se instalarem, acrescida neste caso, pela importância da proximidade dos cenóbios masculinos, de quem as freiras estariam, em larga medida, dependentes.

A forma de vida, de pendor monástico, terá favorecido este afastamento, além de que os mosteiros femininos são bastante tardios em relação aos franciscanos, obedecendo, pois, a uma lógica de implantação que não é totalmente coincidente com a das casas masculinas. No entanto, a necessidade da cura dos Menores e, simultaneamente, o interesse demonstrado pelas elites locais, aproximou-as das cidades, por vezes mesmo dos perímetros amuralhados, ou então a sua presença acabou por concitar o interesse das populações que, em torno delas, se organizam e desenvolvem.

Lamego era um núcleo urbano de reduzida importância, embora sede episcopal. A comprová-lo está o facto de não existir nele, à data, uma comunidade de franciscanos, e mesmo a mudança do cenóbio para Santarém faz-se para uma zona periférica da cidade, embora próxima dos Menores. Algo de semelhante acontece com a comunidade das Clarissas em Coimbra.

Em Entre-ambos-os-Rios e Vila do Conde, nem a proximidade de uma cidade, nem sequer a presença dos franciscanos, justificam a sua permanência nos locais escolhidos: tão só a vontade dos fundadores e a localização dos seus bens parece determinar a implantação destas comunidades. Os conventos de Lisboa, Guarda, Beja e Portalegre encontram-se em cidades onde já se fazia sentir a presença dos mendicantes, mas todos eles se instalam fora do perímetro da cidade muralhada (Lisboa, Guarda e Beja) ou em zonas extremas da cidade (Portalegre).

As várias situações apontam para a forma de vida de mulheres enclausuradas que, adeptas do isolamento procuram, simultaneamente, a proximidade de um importante núcleo de povoamento onde possam fazer o recrutamento, receber o apoio social das elites locais e a assistência religiosa dos Frades Menores. Certo é que esta é uma questão em aberto, pois alguns destes mosteiros mudam de instalações, ao longo do período medieval (e outros já no moderno) e a tendência é para uma maior aproximação do núcleo urbano (caso paradigmático da mudança de Entre-ambos-os-Rios para o Porto, mas também da Guarda que se desloca para o interior da muralha).

A escolha do local é, ainda, deveras importante e se está condicionada (como atrás referimos) quer pelo fundador, quer pelos doadores, não podemos ainda esquecer o papel desempenhado pelo próprio “sítio” onde o convento se implanta, no intra-muros ou em zonas periféricas de menor povoamento. Num e noutro caso, existem vantagens, pois à protecção e integração proporcionadas por uma zona urbanizada que pode facilitar a obra, opõem-se as facilidades de expansão que a região periurbana ou os arredores, pelo contrário, podem oferecer. Num e noutro caso, há que considerar a própria topografia do solo e as condições que este oferece para a instalação do convento e para a criação de espaços essenciais à sua vida quotidiana.

Assim, é notório o papel da acessibilidade na escolha do local de implantação do convento, próximo de vias de comunicação, quer terrestres, quer fluviais, bem evidente nos casos de Vila do Conde⁴⁷⁵, Coimbra⁴⁷⁶ ou mesmo Entre-ambos-os-Rios⁴⁷⁷ e a Guarda⁴⁷⁸, onde os rios e os caminhos são aproveitados para aceder ao comércio, à pesca ou, pura e simplesmente, ao abastecimento de água. Estas comunidades, situadas nas periferias dos centros urbanos, beneficiam dos caminhos e vias que a eles acedem.

Mas também as condições de salubridade e conforto são fundamentais, tais como a pouca humidade ou a protecção contra ventos fortes, entre outras. No entanto, os conventos franciscanos e de clarissas⁴⁷⁹ dificilmente conseguem conjugar

⁴⁷⁵ Este é o caso mais claro e evidente de reaproveitamento de um rio e de todas as suas potencialidades, feito pelas clarissas, quer para o abastecimento de água (veja-se o aqueduto começado a construir no século XVI), quer pelos direitos de pesca e portagem que dele podem auferir, como uma das grandes fontes de rendimento da comunidade monástica. Como diz Panayota Volti: *op. cit.*, p. 101-102: “(...) l’importance de l’infrastructure fluviale pour le fonctionnement des agglomérations urbaines conjuguée aux interventions fréquentes du pouvoir ecclésiastique et des ordres religieux au sujet de l’acheminement des eaux dans la ville permettent de supposer que les religieux mendiants ont su profiter de la proximité des rivières ou des canaux pour desservir un tant soit peu leur clos.”

⁴⁷⁶ O caso emblemático de Coimbra e a sua relação com a água, que iremos abordar de forma mais detalhada no próximo capítulo.

⁴⁷⁷ Neste caso convém lembrar a construção do cenóbio junto à Rua e o seu inicial papel para albergar viandantes.

⁴⁷⁸ Como, anteriormente, vimos.

⁴⁷⁹ Um dos casos mais emblemáticos e ainda hoje, por explicar, é o de Santa Clara de Coimbra que, apesar de tudo – mormente as cheias –, permanece no seu local de implantação, durante cerca de três séculos.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

todos estes factores - o que será natural – daí as mudanças de local e as dificuldades em se manter, apesar de tudo, no local consagrado pelos seus fundadores.

3.3.2. A construção dos edifícios

Embora omissas na maioria dos documentos, as condições da construção destes edifícios são, também, deveras importantes, pois o processo que a ela preside revela, não apenas os agentes e interesses que concita, mas ainda as múltiplas actividades de carácter social e até espiritual que se desenrolam no seio da vida conventual, de molde a concretizar o projecto.

Assim, a regra e as constituições dadas às clarissas não referem, especificamente, a forma ou o aspecto que devem configurar os edifícios, mas, tendo em conta que a direcção espiritual destas está entregue aos franciscanos, é provável que exista uma “filiação” e proximidade com a tradição construtiva franciscana⁴⁸⁰. Embora, em todos estes processos, nos falte saber o grau de participação dos Menores. Meros espectadores ou, pelo contrário, interventores directos, dirigindo as obras ou, pelo menos, aconselhando e acompanhando a sua construção⁴⁸¹, a sua presença não é rastreada na documentação compulsada, o que não significa necessariamente a sua ausência⁴⁸². O mesmo silêncio paira sobre o papel da própria comunidade na escolha do local de instalação e/ou nas suas condições e até na construção⁴⁸³.

⁴⁸⁰ Discute-se, hoje, a existência de uma arquitectura mendicante feminina. Sobre esta questão, veja-se Francisco Manuel de Almeida Correia Teixeira, *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal (séculos XIII-XIV)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, policopiada, Faro, 2008.

⁴⁸¹ Veja-se o caso de Santa Clara de Coimbra, à frente explanado.

⁴⁸² A sua presença deve, pelo contrário, ser “quase” obrigatória”, porque como diz Panayota Volti: “l’organisation administrative centralisatrice et les contrôles hiérarchiques réguliers assuraient l’unicité identitaire des choix architecturaux” em *Les couvents des ordres mendiants et leur environnement à la fin du Moyen Âge*, Paris, CNRS Éditions, 2003, p. 51.

⁴⁸³ Segundo Panayota Volti, *op. cit.*, p. 93: “Les donations des clos aux communautés mendiants alternaient avec le libre choix des sites par les religieux eux mêmes.”

Não temos, no entanto, qualquer dúvida de que os fundadores desempenhavam papel determinante no projecto de implantação⁴⁸⁴. Pois, uma vez realizada a dotação inicial para o mosteiro, onde, regra geral, estava incluído o terreno para a edificação, este era, nalguns casos, o centro dos próprios domínios senhoriais, como em Vila do Conde ou em Entre-os-Rios.

Noutras situações, a existência de anteriores estruturas podia condicionar a obra, como acontece em Coimbra, onde a Rainha Santa, ao tomar conta do “governo” da casa, assume também a sua (re)construção, ou em Portalegre, com o convento a aproveitar anteriores estruturas do paço e banhos régios, cedidas pelo monarca para a construção dos edifícios.

Para todos eles são, ainda, pedidas as esmolas dos fiéis, que contribuirão visitando a igreja e participando nos seus ofícios. Esta situação, que apela à generosidade dos leigos, traduz um espírito de participação eclesial que, no caso dos mendicantes, atrai não apenas as esmolas para a construção das igrejas, mas muitas vezes a própria benevolência de outros doadores que, movidos pela nova espiritualidade, procuram estes conventos para aí construírem a sua capela, onde são enterrados e sufragadas as suas almas⁴⁸⁵. Um dos casos importantes é o de Santarém, em que Afonso III promete construir o mosteiro, como uma obra “sumptuose” e nela é sepultada a sua filha, Leonor Afonso, também freira da referida comunidade.

Esmolas para a construção, legados pios ou ainda fundação de capelas viabilizam as obras e a edificação⁴⁸⁶ que, por vezes sofre muitas dificuldades,

⁴⁸⁴ Afirmo Panayota Volti, *op. cit.*, p. 88: “La cohérence structurelle et spaciale, ainsi que la fonctionnalité des édifices, nécessitaient des terrains appropriés. Mais, le plus souvent, l’acquisition de ceux-ci dépendait des libéralités des fidèles ou des puissants protecteurs.”

⁴⁸⁵ Maria de Lurdes Rosa, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos” in *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira Azevedo, Vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coordenado por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, 2000, p. 480.

⁴⁸⁶ Estas são sempre morosas e difíceis porque “Para que se produzca la fundación de un convento se hacen precisos algunos elementos: la oportunidad, la necesidad y los medios materiales para su mantenimiento y construcción.”, José María Miuras Andrades, “Beatas, Eremitas y Monasterios de Carmona” in *Archivo Hispalense*, 2ª série, tomo LXXX, nº 243-245, 1997, p. 568.

algumas de ordem financeira outras de carácter mais administrativo e jurisdicional⁴⁸⁷, tornando-as muito morosas.

Assim, em Entre-os-Rios ou Beja, o clero local tenta entravar a implantação das casas mendicantes e os fundadores recorrem ao papa ou ao rei para fazerem face a estas dificuldades. No primeiro caso é a doação⁴⁸⁸ (à sua morte) feita por Châmoa Gomes, ao bispo do Porto, da sua herdade da Freimosa, nas terras de Santa Maria e o padroado do mosteiro de Tuías que possibilita o lançamento da primeira pedra da igreja do convento e a respectiva isenção da jurisdição episcopal.

Em Beja, apesar da oposição do cabido de Évora e dos párocos da diocese embargarem a fundação, o papa Clemente VI, a quem se recorre, acaba por ditar o começo das obras.

A dilação das obras é, pois, uma constante, e as comunidades esperam, às vezes décadas, pelo fim dos trabalhos. Em Portalegre, apesar do apoio régio, as obras ainda não estão concluídas passados os dez primeiros anos⁴⁸⁹, o mesmo acontecendo em Entre-os rios onde, ainda na década de 70, se pedem esmolas e são feitas dádivas para a construção da igreja⁴⁹⁰. Em Beja, um tremor de terra terá destruído o convento e o templo, o que leva à intervenção do papa Urbano V, em 1363, concedendo indulgências a quem ajudar na sua reconstrução⁴⁹¹. O mais interessante é notar que a situação seria de tal forma grave, possivelmente para toda a cidade, que se pede uma ajuda em trabalho

⁴⁸⁷ Cf. Panayota Volti; “(...) l’installation des frères nécessitait souvent un soutien de la part des autorités politiques, administratives et ecclésiastiques.”, *op. cit.*, p. 53.

⁴⁸⁸ Cf. *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1929, p. 354-356.

⁴⁸⁹ Cf. *OFM, PA, SCPortalegre*, Liv. 54, doc. 1, em que D. Vasco, bispo da Guarda concede indulgências a quem desse esmola para as obras do mosteiro de Santa Clara de Portalegre, em 1380.

⁴⁹⁰ Cf. *OFM, PP, SCP*, Mç. 67, doc. 24 (1271); Mç. 67, doc. 25 (1273); Mç. 26, doc. 26 (1273); Mç. 67, deoc. 27 (1274).

⁴⁹¹ Como já referimos em nota anterior.

⁴⁹² TT, *OFM, PP, SCS*, Liv. 24, fl. 12v-13. No entanto, segundo afirma Pedro Dias, esta não será a igreja que chegou até nós, mas “(...) certamente uma construção modesta, como acontecia normalmente, e que só mais tarde daria lugar a outra maior”, in *História da Arte em Portugal. O Gótico*, vol. 4, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 36.

“manual”. Em Santarém, sabemos que, em finais de 1265, as freiras já têm a igreja benzida, pois num documento de 10 de Outubro desse ano, comunicam-no ao papa Clemente IV⁴⁹². No caso de Vila do Conde, D. João Afonso, filho do fundador, em 1354, no seu testamento⁴⁹³, deixa dinheiro para que se termine a galilé da igreja, as abóbadas das capelas, bem como os túmulos do pai e da mãe

A variedade de situações e problemas é muita, a que acresce ainda a necessidade do aval dos Ordinários do lugar para as fundações, pois são eles que sagram as igrejas do seu território, o que inviabiliza qualquer projecto religioso sem o seu consentimento apesar de, por vezes, o apoio das populações ser decisivo, como em Beja e na Guarda. Ele não é contudo suficiente para resolver uma questão religiosa e sustentar, financeiramente, obras de tal envergadura⁴⁹⁴.

Outro dado importante prende-se com o tamanho e grandeza das construções. Embora, logo de início, exista a preocupação de estabelecer o número de freiras que cada casa pode albergar, tendo em vista os recursos disponíveis e as necessidades existentes, o facto de, conjunturalmente, existir uma forte atracção pelo ingresso num determinado mosteiro pode levar a sucessivas ampliações e até mesmo à mudança de local, para melhores e mais amplas instalações⁴⁹⁵. Mas, num e noutro caso, o espectro da ruína está presente, quando ao crescimento do número de vocações não corresponde um significativo aumento de rendas que possibilite este engrandecimento. Assim, D. Isabel estabelece que o seu mosteiro poderá albergar cinquenta freiras e Afonso Sanches, claramente preocupado com o sustento da comunidade e com a sua manutenção determina:“(…) que abadessa e comuento nunca hy mais donas reçebam,

⁴⁹²TT, *OFM, PP, SCS*, Liv. 24, fl. 12v-13. No entanto, segundo afirma Pedro Dias, esta não será a igreja que chegou até nós, mas “(...) certamente uma construção modesta, como acontecia normalmente, e que só mais tarde daria lugar a outra maior”, in *História da Arte em Portugal. O Gótico*, vol. 4, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 36.

⁴⁹³ Cf. MNA, *Pergaminhos*, nº 358. No seu testamento, João Afonso deixa 6 000 libras de portugueses que, em conjunto, com as outras 6 000 libras deixadas por sua mãe, devem ser aplicadas para “acabar o labor do mosteiro”. Manda ainda que a filha Inês que teve com Teresa Afonso, seja “dada” ao mosteiro, porque ele já a prometeu “para que seja aí monja e serva de Deus”, reservando-lhe a quantia anual de 500 libras de portugueses, para o seu sustento até à idade de 16 anos.

⁴⁹⁴ Importava, no entanto, fazer um estudo minucioso sobre esta relação entre a cidade e os seus poderes e a instalação dos mendicantes, nomeadamente das clarissas, no seu território. Veja-se o já citado estudo de Panayota Volti, que o realiza com tanto brilhantismo e importantes conclusões.

⁴⁹⁵ Como é o caso de Lamego/Santarém e mais tardiamente, no século XV, Entre-Ambos-os-Rios/Porto.

saluo por esa guisa: Quamdo alguma morrer, que metam outra em seu lugar, ou se mais creçerem os beems e as rremdas do moesterio (...) E se a abadessa ou comuento hy quiserem em outra guisa colher mais donas, se nom como dito he, nom no possam fazer, nem lhe seja valioso”.⁴⁹⁶

Clara fica a necessidade de empenhar vultuosos bens nestes edificios que marcam, no terreno, uma presença forte e delimitam um espaço de intervenção. Pois, em torno do mosteiro é ainda preciso criar um conjunto de condições de abastecimento e acessos que, com certeza, concitam os interesses particulares, e não apenas dos fundadores. Destes temos alguns registos que analisaremos noutro capítulo⁴⁹⁷, mas que constituem fortes motivos de atracção de benesses espirituais.

Muitas perguntas ficam no entanto por responder. Além das já anteriormente enunciadas, especialmente no que à obra respeita. Quem são os operários que trabalham nestes estaleiros? Que materiais usam? Como se aproveitam os espaços, nalguns casos já existentes?

Destas obras e da sua execução temos apenas algumas notícias, no que a Santa Clara de Coimbra respeita. Assim, quando, em 1283, João Martins concede licença a D. Mor Dias para construir uma casa e igreja em terras que lhe pertenciam, além da ponte de Coimbra, estava iniciado o processo para a edificação do mosteiro dedicado a Jesus Cristo, Santa Maria, Santa Isabel (da Hungria) e Santa Clara. A partir deste momento, só voltamos a ter notícias deste “edificio” em 1286, quando, em Abril, D. João Martins afirma ter benzido a primeira pedra do mosteiro. Entre 1287-1288, D. Mor doa o mosteiro que estava a construir à Ordem de Santa Clara, na presença de um vigário do bispo de Coimbra e de Domingos de Bonelli, visitador da Ordem, em Portugal, que apõe o seu selo. E, apesar de, em 1290, ser constrangida a demolir o que já está erguido, D. Mor não obedece.

A carta que o bispo D. Aimeric lhe dirige, admoestando-a e ameaçando-a com a excomunhão, se não cumprisse o que lhe era solicitado, tem ainda a particularidade de

⁴⁹⁶ *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 84.

⁴⁹⁷ Ver 2º capítulo sobre o património e recursos destas instituições.

revelar outro aspecto importante, relacionado com a oposição da comunidade de Santa Ana da Ponte à construção do convento das clarissas. É esta que está na origem da intimação, pois queixara-se ao prelado que D. Mor “monasterio seu oratorii domos fundari seu construi fecit in Colimbriensi ecclesie contentum non modicum et monasteriorum convicinorum fratrum Minorum videlicet et dictarumm dominarum prejudicium non modicum et gravamen propter distanciam debitam et contra eorumdem statuta et privilegia concessa”⁴⁹⁸.

Em 1295, a comunidade já estava no edifício, pois Sancha Lourenço, dona e vigária, faz doação de bens ao convento, encontrando-se doente e a viver nele⁴⁹⁹. Dois anos depois, a igreja também estaria, igualmente, construída (pelo menos parcialmente), uma vez que é referida como local onde se realiza a leitura de uma citação de D. Mor Dias, no âmbito do processo com Santa Cruz, perante o juiz apostólico da causa⁵⁰⁰.

No seu último testamento, em 1302, D. Mor refere a existência clara e explícita de uma igreja do mosteiro e de um dormitório, o que indica que o edifício deveria estar completo. Mas, com a morte de D. Mor e a posse deste por D. Isabel, novas obras se iniciam e sabemos que a rainha manda construir ou reconstruir a igreja, possivelmente sobre a anterior⁵⁰¹. De qualquer forma, será mão-de-obra local que trabalhará neste estaleiro do convento, sendo conhecidos os dois mestres-de-obra: Domingos Domingues⁵⁰² e Estêvão Domingues. O primeiro aparece referenciado entre 1318 e 1321⁵⁰³, mas deve ter começado a dirigir a obra entre 1316 e 1317⁵⁰⁴, e o segundo, uma

⁴⁹⁸ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 20. Não podemos esquecer que, em 1265, Clemente V fixara, expressamente, em 500 metros, a distância mínima entre as casas religiosas.

⁴⁹⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 37, nº 2.

⁵⁰⁰ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 136.

⁵⁰¹ Nela construindo o seu monumento funerário, como adiante falaremos.

⁵⁰² Este é o mais conceituado arquitecto português do seu tempo, foi também responsável pela construção, entre 1308 e 1311, do claustro do silêncio da abadia de Santa Maria de Alcobaça. Cf. Pedro Dias, *op. cit.*, p. 39 e Idem, “Domingos Domingues – arquitecto régio do século XIV, *Mundo da Arte*, nº 5, 1982, p.2-7.

⁵⁰³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 45; Mç. 19, doc. 12; Mç. 19, doc. 14; Mç. 27, doc. 10.

⁵⁰⁴ Cf. Pedro Dias, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, vol. 4, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 41.

década depois, em 1330-31⁵⁰⁵ (possivelmente devido à morte do primeiro), a quem cabe a conclusão da nova igreja (sagrada em 1330⁵⁰⁶, pelo bispo de Coimbra, D. Raimundo) e a construção dos claustros.

A rainha terá pedido e recebido do custódio de Coimbra dois frades enviados «ad dirigendum opus» do mosteiro, de acordo com as práticas comuns à época e em consonância com o que é apresentado num documento de 1323⁵⁰⁷.

Entretanto, as cheias de 1331 devem ter causado enorme transtorno e destruído grande parte da obra realizada. No entanto, esta continua, apesar de na documentação não ser referida, mas aparecem vários dos seus protagonistas como testemunhas de alguns dos contratos realizados no convento, desde os que a vigiam e controlam, como Afonso Martins, mordomo da obra, em 1325, ou João Martins, escrivão da mesma, até aos seus executantes: pedreiros (Estêvão Eanes, Estêvão Domingues, João Galego, Lourenço Eanes ou Vicente Domingues⁵⁰⁸) e carpinteiros (Afonso Esteves, Estêvão Antoninho e Vicente Domingues⁵⁰⁹).

As obras nunca ficarão completas em Santa Clara, pois as cheias e inundações são uma constante da sua história, tornando o convento um estaleiro permanente e contribuindo para a sua mudança definitiva, já no século XVII, para um lugar mais elevado.

⁵⁰⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30 (1330).

⁵⁰⁶ Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 34.

⁵⁰⁷ 1323, Mai. 16, Avinhão: *Custodi O. F. M. loci Columbrien.* mand. ut ad requisitionem Elisabet reginae Portugaliae duos fratres sui ord. assignet ad dirigendum opus monast. sororum ord. S. Clarae prope Columbriam per ipsam constructi. (ASV, *Reg. Aven.* 19, fl. 437b; *Reg. Vat.* 75, ep. 1606 em *Jean XXII (1316-1334): lettres communes analysées d'après le registres dits d'Avignon et du Vatican*, ed. Guillaume Mollat, vol. V, Paris, De Boccard, 1940, n.º 17301 e Cf. *Bullarium Franciscanum.*, Eubel, Roma, 1898, tomo V, p. 250, n. 499).

⁵⁰⁸ Vidé Quadro dos dependentes do Mosteiro.

⁵⁰⁹ Interessante notar que estes só são referidos mais tardiamente, em relação aos pedreiros, respectivamente em: 1376, 1376 e 1336.

A ampliação e melhoramentos dos edifícios é, assim, reveladora do interesse e empenho que as comunidades concitam, ao longo do tempo, junto das populações e espelho da vida interna e das vicissitudes do quotidiano monástico.

3.3.3. A vivência do espaço

Importa também observar os vários espaços dos conventos, não de forma descritiva, mas do ponto de vista estrutural e, acima de tudo, funcional⁵¹⁰. Sabemos que as construções mendicantes não obedecem a cânones nem a regras rigorosamente ditadas, mas que requerem apenas simplicidade e funcionalidade⁵¹¹. Assim, as maiores dificuldades prendem-se com a quase total ausência de documentação escrita sobre estes assuntos e ainda com o estado de degradação material em que se encontra grande parte dos edifícios conventuais. A alguns, já desaparecidos, somam-se os que, ainda existentes, já nada conservam da traça primitiva (medieval), devido aos contínuos processos de restauro e (re)construção de que foram alvo.

Dos conjuntos monásticos em análise, apenas restam quatro: Santarém⁵¹², Coimbra⁵¹³, Vila do Conde⁵¹⁴ e Portalegre⁵¹⁵. Destes, o primeiro e os dois últimos, já

⁵¹⁰ Tendo ainda em conta as “particularidades” que estes mosteiros femininos têm em relação aos masculinos, precisamente o diferente uso litúrgico dos espaços. Sobre esta questão: Cf. Caroline A Bruzelius, “Hearing is believing. Clarissan architecture, c. 1213-1340” in *Medieval Religion. New approaches*, ed. For Constance Hoffman Berman, Londres, Routledge, 2005, p. 272-289.

⁵¹¹ Cf. Carola Jäggi, Uwe Lobbedy, “Church and Cloister. The Architecture of Female Monasticism in the Middle Ages” in *Crown and Veil. Female monasticism from the fifth to the fifteenth centuries*, New York, Columbia University Press, 2008, p. 124.

⁵¹² Afirma Pedro Dias, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, vol. 4, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 37: “A Igreja de Santa Clara avulta pela extensão do seu corpo, e a cabeceira, por seu lado, deveria ser um pouco diferente das restantes no que respeita ao abobadamento, mas foram tantas as remodelações que sofreu, ao longo dos séculos, que não nos atrevemos a fazer conjecturas”. Paulo Varela Gomes, na obra “Arquitectura de mulheres, mundo de homens: intervenções da DGEMN em edifícios de mosteiros femininos extintos (1930-1950)”, *Caminhos do Património: DGEMN, 1929-1999*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, p. 84-86, dá alguns dados, poucos e já mais tardios, sobre a grandeza da igreja bem como do seu coro e da grade.

⁵¹³ Entre os vários trabalhos dedicados ao cenóbio, veja-se o mais recente e completo, da autoria de Francisco Pato de Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2006.

muito desfigurados pelos tempos que neles intervieram, escondendo o que de medieval possuíam. Mas, de Coimbra, ficou o edifício⁵¹⁶, mandado construir no século XIV (talvez ainda com alguns restos do XIII) e que foi abandonado no século XVII. Este é um caso emblemático, que se conserva devido às águas⁵¹⁷. Assim, o assoreamento do rio e consequentes alterações do leito determinaram variantes altimétricas de toda a malha urbana de Coimbra, nas duas margens e, ao provocar a subida da cota média do rio, levaram às catastróficas inundações que pautaram toda a vida do mosteiro, de forma progressiva e constante, a partir da década de trinta do século XIV.

Condenado e abandonado, objecto de várias intervenções⁵¹⁸, só no século XX e, mais propriamente, em 1989, o IPPC lançou um concurso de ideias destinado à “valorização da Igreja do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra”⁵¹⁹. São, pois, alguns dos dados resultantes dos estudos arqueológicos que estão a ser realizados que apresentarei, em conjunto com os dados fornecidos pelos documentos escritos, sempre

⁵¹⁴ Sobre a igreja deste mosteiro, diz Pedro Dias, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, vol. 4, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 43: “(...) a igreja conventual de Vila do Conde representa um marco importante na evolução da arte do Norte de Portugal, mostrando-se mais liberta da tutela da tradição românica (...). Conserva-se ainda do período gótico, do século de Trezentos, a fachada da sala do capítulo, com porta média e uma janela da cada lado, como era vulgar em casos semelhantes”- Ver ainda Marisa Costa, “Viagem por formas e espaços do Gótico: a igreja de Santa Clara de Vila do Conde” comunicação apresentada no *I Congresso de História Medieval*, promovido pelo Instituto Superior do Vouga e pela Universidade Portucalense, no âmbito da VI Viagem Medieval em Terras de Santa Maria, em Vila da Feira, Junho de 2002.

⁵¹⁵ De acordo com Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943, p. 128: “ A primitiva igreja, que hoje já não existe, foi concluída em 1389. (...) Do antigo convento do século XIV existe parte do claustro térreo e só em dois tramos, formados de arcos ogivais com colunas duplas assentes em bases simples e capitéis semelhantes”.

⁵¹⁶ Mais propriamente, emergiu o edifício.

⁵¹⁷ Sobre a relação do rio Mondego com o convento, veja-se: Jorge Paiva, “O Mondego e o convento de Santa-Clara-A-Velha”, *Munda*, nº 22, Coimbra, 1991, p. 3-16.

⁵¹⁸ Teresa Mourão, *Santa Clara-a-Velha. Reflexos do Património*, Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 2000, faz um historial das várias intervenções sofridas pelo convento.

⁵¹⁹ O projecto vencedor, da autoria dos arquitectos João Rapagão e César Fernandes, conduziu a surpreendentes descobertas e à apresentação de um projecto de “Musealização Virtual do Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha”. A decisão final coube ao Ministério da Cultura que, em 24 de Outubro de 1998, anunciou publicamente, na igreja do mosteiro, a decisão de manter o conjunto patrimonial a seco, depois de um encontro científico que teve lugar em Junho do ano anterior, em que os especialistas debateram as várias hipóteses de conservação do monumento. Cf. Teresa Mourão, *Santa Clara-a-Velha. Reflexos do Património*, Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 2000, p. 55-65.

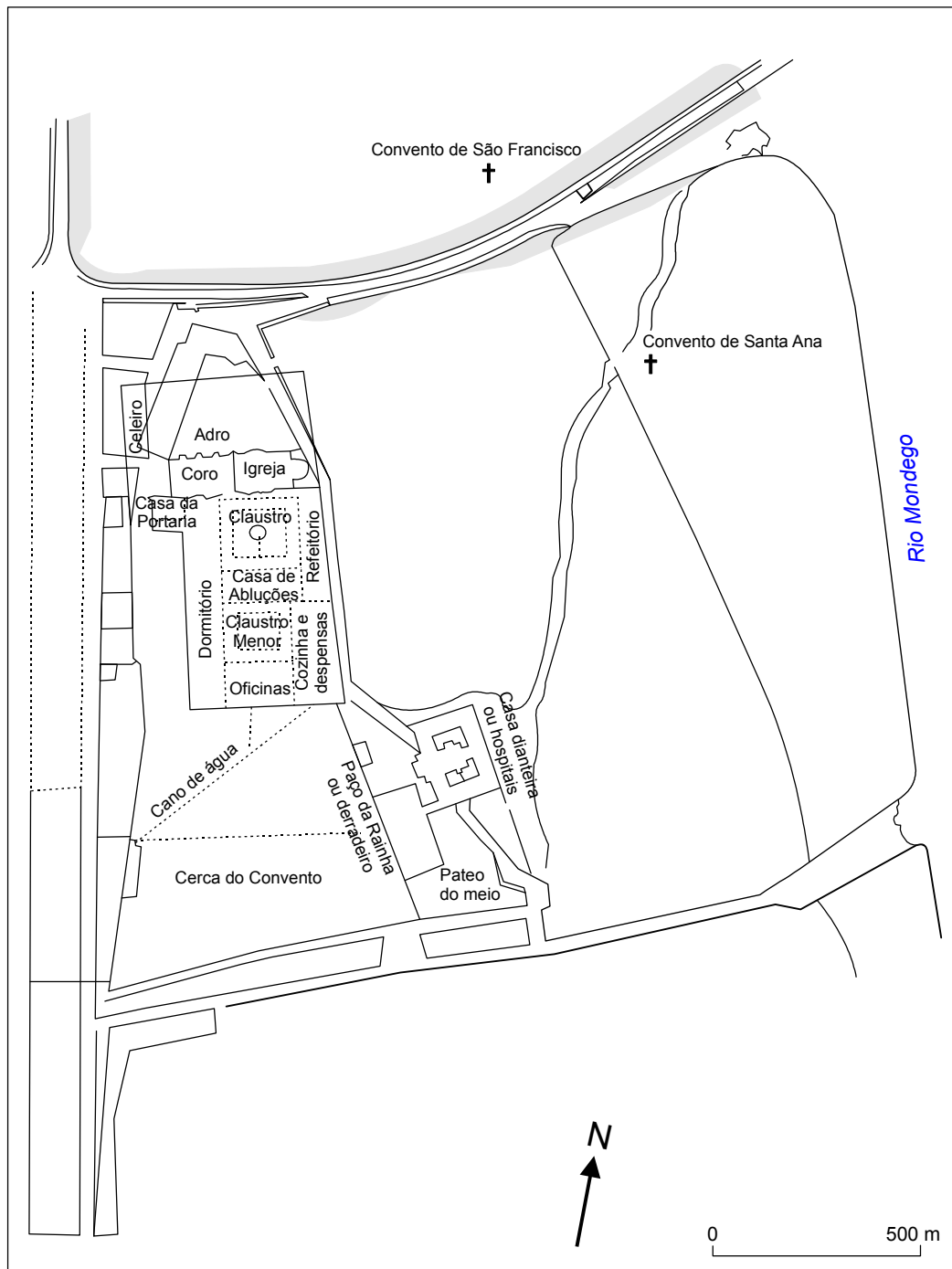
com o objectivo de melhor enquadrar o quotidiano da comunidade e, através dele, lançar alguma luz sobre a vida da instituição.

Dos elementos hoje visíveis deste grande conjunto⁵²⁰, apenas a igreja e o claustro foram objecto de uma campanha arqueológica sistemática⁵²¹. Deles ressalta, de imediato, a grandiosidade do conjunto e as várias alterações que sofre, logo nos primeiros tempos da sua existência.

Planta 9 – Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e a cerca

⁵²⁰ Ver Planta 9 - Mosteiro de Coimbra e cerca. Planta retirada de Teresa Mourão, *Santa Clara-a-Velha Reflexos do Património*, Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 2000, p. 24.

⁵²¹ Vejam-se os actuais resultados que, desde Maio de 2009, estão à luz do dia.



O complexo construído incluía, além da Igreja e do convento, com as suas dependências, um hospital e o paço da rainha⁵²², sendo, por isso, de considerar, a envergadura da obra a que a rainha se propôs, no local onde, alguns anos antes, estaria

⁵²² Este ruíu em 1559, bem como o hospício, conservando-se apenas a capela deste, dedicada a Santa Isabel (da Hungria). Cf. Artur Côrte Real, *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Novos dados para o seu conhecimento. Operação arqueológica 1995-1999*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2001, p. 120.

um convento e uma igreja de proporções muito menores⁵²³. A juntar a estes edifícios, não podemos esquecer a parte que respeita às dependências para uso de todos (dependentes e servidores do convento) que viviam dentro da cerca⁵²⁴, além dos jardins e espaços abertos, como pátios e corredores de passagem, que desempenham um papel vital na estrutura do convento. Embora sendo partes distintas, cada uma com a sua função específica, a organização deste conjunto obedecia a uma hierarquia intrínseca que dava à igreja e ao claustro, juntos e ligados entre si, um papel axial neste conjunto.

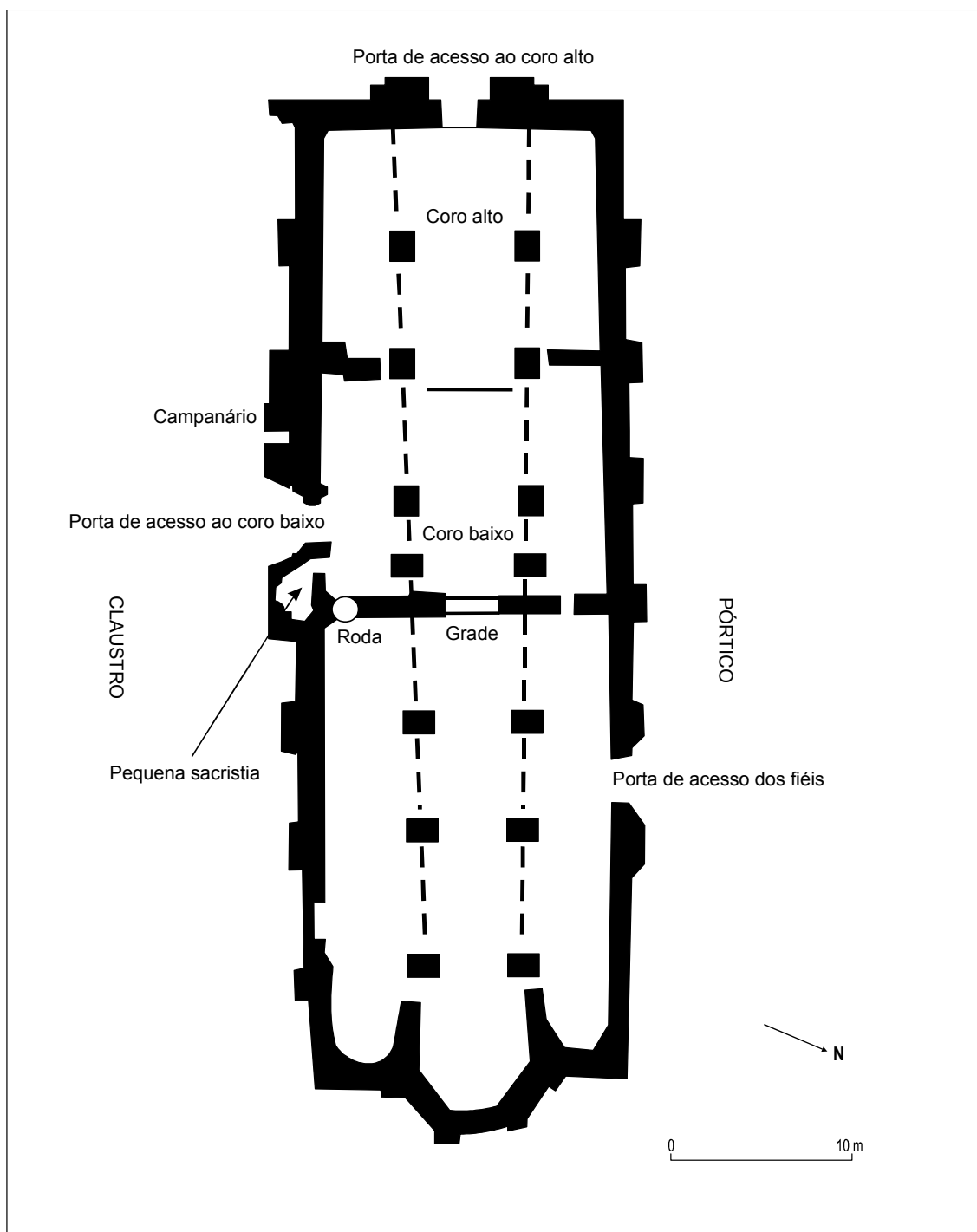
O templo, em estilo gótico de transição⁵²⁵, possuía um coro de onde as religiosas assistiam ao culto divino, separadas do restante povo cristão que ficava na igreja, para onde entrava por uma porta de acesso, lateral e virada a Norte. Esta era conhecida como a porta da cadeia ou do couto, devido ao facto do mosteiro ter direito de asilo.

⁵²³ A igreja mandada construir por D. Mor estaria situada no local da actual sala do capítulo, onde, diz Giulia Rossi Vairo: “(...) dopo l’ampliamento dovuto all’intervento di Isabela d’Aragona, i suoi resti mortali [de Dona Mor] furono traslati e murati nella parete del capitolo, ubicato in prossimità della chiesa originaria, e una lapide fu collocata ad eternarne la memoria, riportando la seguente iscrizione:”*Secundo idus Februarij obiit Domna Didaci, quae jacet in hoc tumulo, quae fecit istud monasterium, cujus anima requiescat in pace, amen. Era M.CCC.XXXIX [1302].*” in “Isabella D’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di Santa Clara e Santa Isabel di Coimbra (1286-1336)”, in *Collectanea Franciscana*, 71 (1-2), 2001, p. 145-146.

⁵²⁴ A cerca desempenha um papel importante como espaço unificador do recinto, dando-lhe uma intimidade protectora, em relação ao espaço circundante, urbano ou semi-urbanizado.

⁵²⁵ Francisco Pato de Macedo, “O mosteiro velho de Santa Clara” in *Monumentos*, nº 17, Março de 2003, p. 19: “A ausência de transepto, a elevação das três naves quase à mesma altura e o abobadamento integral constituem os aspectos mais marcantes da originalidade desta complexa igreja”. Ver Planta 10 – Igreja do mosteiro de Coimbra. Planta retirada da obra: Giulia Rossi Vairo, “Isabella D’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di Santa Clara e Santa Isabel di Coimbra (1286-1336)”, in *Collectanea Franciscana*, 71 (1-2), 2001, p. 144.

Planta 10 – Igreja do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra



A igreja representa o centro simbólico/religioso da comunidade, lugar da celebração litúrgica, mas também das capelas privadas de muitos que escolhiam o mosteiro como local de enterramento. No caso das clarissas, comunidade de clausura, desempenha ainda um papel determinante a grade, que domina o interior do templo, separando o coro das religiosas do corpo da igreja, espaço dos fiéis. Esta é,

simultaneamente, o elemento de ligação com o mundo, pois é “à grade” que as freiras realizam os seus contactos com o mundo exterior. Lugar do sagrado e também do profano, na igreja desenrola-se a maior parte da vida destas comunidades.

As alterações posteriores, devidas às cheias, são bem visíveis no interior da igreja de Santa Clara de Coimbra, e criam sucessivos alteamentos dos pisos, claramente visíveis no coro⁵²⁶. Aliás, as primeiras obras nesse sentido devem-se ainda à própria rainha D. Isabel, com efeito, as cheias de 1331 atingem o túmulo (da autoria de Mestre Pêro⁵²⁷) que tinha mandado construir para si e colocado no interior do templo e obrigam-na a edificar uma capela funerária, num piso superior, fazendo levantar uma abóbada, quase à altura dos janelões, que ocupa toda a largura do último tramo da igreja e do primeiro coro⁵²⁸. Nessa capela mandou, então, colocar o seu túmulo e um altar, sendo ainda a grade que, tal como no coro baixo, separa o espaço das monjas.

No coro alto encontram-se ainda a sepultura da sua neta D. Isabel⁵²⁹ e de outras monjas e até familiares e benfeitores do mosteiro.

A sepultura de vários senhores, no interior do templo, revela a sua importância e a relação que estabelecem com a comunidade de clarissas que apoiam, em vida, e a quem se encomendam, na hora da morte, tornando-se, deste forma, participantes nas suas bênçãos espirituais⁵³⁰. Tal é o caso, entre outros, da mãe e do irmão de D. Isabel de

⁵²⁶ Espaço muito importante, pois daí as freiras assistiam às cerimónias que se realizavam na igreja. Lugar, pois, do sagrado- da escuta e da oração.

⁵²⁷ Cf. Francisco Pato de Macedo, “O Túmulo Gótico de Santa Isabel” in *Imagen de la Reina Santa. Estudios*, Zaragoza, Diputación Provincial de Zaragoza, 1999, vol. II, p. 93-114.

⁵²⁸ Segundo Francisco Pato de Macedo, “O mosteiro velho de Santa Clara” in *Monumentos*, nº 17, Março de 2003, p. 18: “O original acrescento desta capela funerária, a meia altura do templo, na zona da parede de bipartição do espaço eclesiástico, não só marcou consideravelmente o espaço da igreja, como também forneceu a cota para ser lançado, nos inícios do século XVII, um novo pavimento em toda a área da igreja.”

⁵²⁹ Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 48.

⁵³⁰ Sobre esta relação visível nos locais de sepultamento, diz Chiffolleau, “Notes sur le Polycentrisme religieux urbain à la fin du Moyen Âge” in *Religion et société urbaine au Moyen Âge. Études offertes à Jean-Louis Biget*, Paris, Pub. da Sorbonne, 2000, p.233: “(...) ces cimetières [des Ordres Mendiants féminines] accueillent bien sûr en priorité les «amis» du couvent mais aussi celles ou deux – et ce sont en même temps très souvent des «amis» - qui ne peuvent respecter ces règles communes les invitant à rejoindre normalement un cimetière familial.”

Cardona, abadessa do mosteiro⁵³¹ e familiar de D. Isabel, bem como de Gonçalo Peres Ribeiro, mordomo-mor da rainha D. Isabel e da sua mulher, D. Constança, sepultados na capela-mor do convento⁵³².

As freiras, mantendo a clausura, entravam no coro baixo da igreja por uma porta, no lado sul, que ligava directamente ao claustro. Para esta nave abre-se ainda a porta de acesso à torre sineira, erguida lateralmente e que, no exterior, revela o espaço do coro da igreja, a parte reservada à comunidade de clausura. A Oeste do edifício, uma outra porta possibilitava o ingresso no coro alto, junto da portaria do convento.

Ligado à igreja e com ele formando o núcleo principal da vida religiosa, encontrava-se o claustro, o “hortus conclusus”, coração da vida espiritual de toda a comunidade. De dimensões monumentais⁵³³, em forma de quadrilátero irregular e com arcos de volta perfeita, mostra bem a importância de todo o complexo que em torno dele se organizava: o dormitório, o refeitório e a sala do capítulo. No claustro, um grande lavabo⁵³⁴, em frente à entrada do refeitório, marcava com dignidade uma das funções desta dependência, por onde passava toda a vida da comunidade e também a morte, pois alguns enterramentos foram realizados sob as suas arcadas.

Junto da sala do capítulo, onde a comunidade se reunia para decidir sobre os vários aspectos da sua vida interna, uma passagem dava acesso a um claustro menor, em torno do qual se agrupavam outras dependências, como as oficinas e, na sequência do refeitório, a cozinha e despensas.

Este claustro menor, sinónimo do crescimento visível do espaço é, com certeza, motivado pelo aumento significativo da comunidade e das suas exigências.

⁵³¹ Cf. Biografia da abadessa e os documentos aí indicados.

⁵³² Como o testemunha o pedido feito no testamento de Gonçalo Peres Ribeiro in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç.22, doc. 15 (1327).

⁵³³ Como, claramente, o demonstra o que agora foi escavado e revelado.

⁵³⁴ Cf. Francisco Pato de Macedo, “O mosteiro velho de Santa Clara” in *Monumentos*, nº 17, Março de 2003, p. 21.

Em todo este complexo, as passagens, as entradas e os corredores privilegiam um diálogo para o interior, ou seja, propiciam a clausura e rasgam, no templo, as únicas duas aberturas para o contacto com o mundo, uma ligada ao culto e às funções contratuais, através da grade, a outra a uma função importante da comunidade que contribui para explicar a existência de crianças, no seu seio, a roda⁵³⁵.

Quanto aos espaços exteriores de acolhimento, um adro, junto à igreja, concentrava os fiéis, que podiam entrar no templo por uma porta rasgada no lado norte, e possibilitava ainda o acesso à capela do paço da rainha.

Além da vivência religiosa, a uma qualquer comunidade é urgente o aprovisionamento de bens necessários para a sua subsistência. Este objectivo leva, pois, a um enquadramento funcional do espaço que não podia excluir a vontade de dispor, de forma agradável e proveitosa, a paisagem conventual, tendo em conta os elementos naturais que rodeiam o edifício e as potencialidades do terreno em que está implantado.

Para este efeito, a utilização ou exploração da água, que no espaço urbano era um factor capital para a qualidade da vida quotidiana, é prioritária nas comunidades religiosas, que tiram o máximo proveito dos cursos de água e fontes que exploravam ou cuja água conduziam, por meio de complicados sistemas de canais, fazendo com ela uma gestão que, na maioria das vezes, também se encontrava ao serviço dos vizinhos das comunidades locais.

Em Coimbra, o Mondego é o elemento líquido que, simultaneamente, atrai e danifica o mosteiro. No entanto, a preocupação com a água potável para abastecimento da comunidade está bem presente nos contratos realizados pela Rainha Santa, no sentido de comprar duas fontes⁵³⁶ (entre elas a actual Fonte dos Amores) ao convento de Santa Cruz, para abastecer de água as clarissas. Sem essas fontes, o mosteiro, ao que parece, não poderia sobreviver.

⁵³⁵ Junto desta existia uma pequena sacristia, onde se guardavam os livros e o que era deixado do exterior.

⁵³⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 15; Mç. 27, doc. 17; Mç. 38, doc. 3, tudo em 1326.

A água é, pois, um elemento mais do que necessário quer para a alimentação quer ainda para a rega dos vários cultivos⁵³⁷ que deviam cercar o mosteiro, entre eles um jardim, por onde se passeia grande parte da corte que rodeia a rainha de Aragão, mas também, com certeza, algumas das freiras da comunidade.

No mosteiro existia, pelo menos, um celeiro, que era um local de aprovisionamento de grande importância para a sobrevivência da comunidade. Este situava-se à entrada do convento, fora do recinto propriamente sagrado, e ao lado do adro de entrada, onde o povo se concentrava, antes das celebrações.

De real importância são ainda, neste complexo, embora um pouco mais distantes, o paço e o hospital, criados pela rainha, que, pelo desenho que possuímos, parecem não ter um contacto directo com o convento, mas encontravam-se dentro da sua cerca. Assim, do paço, sabe-se hoje que foi habitado por outros membros da família real, como Inês de Castro, que aí terá vivido a parte mais importante dos seus amores com D. Pedro e encontrado a morte⁵³⁸. Ainda durante a vida de Isabel de Aragão, e a partir de 1326, altura em que aí se refugiou, após a morte do marido, albergou um número razoável de senhoras e de homens que constituíam a corte da rainha, desde as aias e amigas, como Vataça⁵³⁹, Joana Redonda⁵⁴⁰, Marquesa⁵⁴¹, aos homens da sua casa⁵⁴², o chanceler e o mordomo-mor, entre outros. Todos eles estão presentes, quer como testemunhas dos

⁵³⁷ Cf. Panayota Volti, *op. cit.*, p. 118: “(...) les fontaines mendiants installés à l’intérieur du terrain demeuraient un des points focaux de l’enclos”.

⁵³⁸ Como proclamam os cronistas, mas que não se encontra documentado no cartório conventual.

⁵³⁹ Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, “Vataça - uma dona na vida e na morte”, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 1º volume, Porto, I.N.I.C., 1987, p.159-193; Idem, “Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência”, *Revista de História da Ideias* vol. 9, Coimbra, 1987, p.33-77.

⁵⁴⁰ Veja-se sobre esta senhora, na 3ª parte do nosso trabalho.

⁵⁴¹ Referida no testamento da rainha de 1327, como tendo sido sua ama, in António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (14).

⁵⁴² Veja-se Apêndice sobre a Casa da Rainha.

contratos realizados pela soberana e pelo seu mosteiro, quer como seus benfeitores⁵⁴³. Este paço e o hospital são doados, por D. Isabel, à comunidade conventual⁵⁴⁴.

O hospital capaz de albergar trinta pobres, merceeiros “de uergonha e de boa uyda”⁵⁴⁵, inclui um cemitério e igreja próprios, com capelão e mozinho. Isabel manda sagrar o seu altar, depois de ter, para isso, recebido autorização papal⁵⁴⁶. Seria, com certeza, uma grande estrutura, onde a rainha devia passar parte do seu tempo, velando pelo seu bom funcionamento. No codicilo ao testamento de 1328, tem a preocupação de deliberar que, após a sua morte, o encargo do hospital seja para uma sua parente ou para duas clarissas das que “andam fora”⁵⁴⁷. Mas será a abadessa a velar por esta nomeação. Torna-se assim o hospital-mercearia, uma dependência do mosteiro, por ele administrado e onde, possivelmente, seriam também tratadas as freiras doentes da comunidade.

Este complexo, que associa à comunidade conventual a residência da fundadora e um hospital, é bem o exemplo de uma vida monástica que, embora centrada na vivência religiosa, encontra na caridade⁵⁴⁸ a expressão privilegiada do seu franciscanismo e consigna o poder do seu fundador. Poderemos, pois, dizer que, face a esta situação, Santa Clara de Coimbra é um Mosteiro Real, o que dignifica simultaneamente a população conventual e a monarquia portuguesa a ele associada.

⁵⁴³ Sobre esta corte falarei no capítulo III deste trabalho.

⁵⁴⁴ Cf. Codicilo ao Testamento, realizado em 1328: António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (19)-(22).

⁵⁴⁵ *Idem*, p. (20).

⁵⁴⁶ Cf. TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 21.

⁵⁴⁷ Cf. Codicilo ao testamento in António de Vasconcelos, *op. cit.*, p. (20).

⁵⁴⁸ A assistência hospitalar é parte integrante do ideal de santidade desta e de tantas outras mulheres que fundam e dotam hospitais. Cf. Daniel Le Blevet, “Le rôle des femmes dan l’assistance et la charité” in *Cahiers de Fanjeaux*, nº 23, Toulouse, Ed. Privat, 1988, p. 176-177.

3.4. A Normativa e o Quotidiano

A preocupação em regular o quotidiano da vida em comunidade é a base estruturante deste capítulo. Assim, interessa-me equacionar e tentar explicar a normativa vigente face ao mundo e à sociedade envolvente, pois só assim será possível problematizar o papel e a importâncias das comunidades em estudo, no tecido social e económico do reino português.

A sociedade e a Igreja estavam, nos finais do século XII e princípios do XIII, em mutação e os novos apelos que a primeira lançava à segunda eram ainda reforçados pela decadência interna de um grande número de mosteiros. O papado, pelas mãos de Inocêncio III (1198-1216), tenta levar a cabo um vasto programa de reforma do monacato do seu tempo, que desembocará no articulado do IV Concílio de Latrão⁵⁴⁹, no que à vida religiosa respeita⁵⁵⁰. Este caminhava no sentido de proibir o aparecimento de novas regras⁵⁵¹ e de, acima de tudo, enquadrar os grupos de mulheres que não se ligavam a qualquer norma de vida já existente. Importava, pois, cada vez mais, normalizar e legislar sobre esta vida comunitária⁵⁵². Assim, as autoridades religiosas e seculares estavam empenhadas em institucionalizar as experiências espirituais femininas e o mesmo acontecia com o papado, que corroborava esta preocupação e, simultaneamente, empreendia a reforma dos costumes, que nos conventos femininos tinha atingido, em alguns casos, formas muito pouco ortodoxas.

⁵⁴⁹ Em especial o cânone 13 do referido concílio.

⁵⁵⁰ Sobre a acção de Inocêncio III na reforma do monacato feminino: António Garcia y Garcia, “La legislación de las Clarisas. Estudio historico-juridico”, in *Las Clarisas en España e Portugal. Congreso Internacional – Salamanca, 20-25 de septiembre de 1993*. Actas, Vol. II/1, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 183-197.

⁵⁵¹ O que não o impedira de aprovar a regra de São Francisco, em 1209 ou 1210.

⁵⁵² Embora esta não fosse cabal e imediatamente cumprida, como o demonstra o cânone 23 do II Concílio de Lyon (1274), que ordena a supressão de todas as “religiões” surgidas depois de 1215, sem que isto afecte as clarissas.

Neste contexto, emerge a vocação de Clara, em íntimo diálogo com Francisco. Mas, para uma mulher do seu tempo, não era fácil adoptar os esquemas de vida dos Menores, marcados pela itinerância, pobreza e pregação.

Assim, a necessidade de uma estrutura normativa, apesar do peso carismático da fundadora e do inspirador do movimento, prende-se com as carências de uma organização que valorize e elabore uma nova forma de vida pois, sem ela, dificilmente este grupo de mulheres formaria uma comunidade. Conscientes desta realidade, as primeiras comunidades de damianitas ou “damas pobres”, como eram designadas desde os anos trinta do século XIII⁵⁵³, procuram, junto de instâncias superiores, a sua promoção e reconhecimento institucional. A este movimento não é de todo alheio o papel do papado e dos cardeais protectores da Ordem dos Menores, uma instância de controlo e vigilância, mas também de apoio e incentivo, e ainda dos grandes senhores, reis e nobres.

A aprovação e regulação pontifícias (instituição canónica) tornam-se assim, para as clarissas, o fundamento estruturante da Ordem. Apoiadas pelo papado, assumem, definitivamente, a estrita clausura, colocando a pobreza em segundo plano, pois, para Roma, a penúria extrema era desaconselhável e prejudicial para mulheres enclaustradas, impossibilitando-as mesmo de viverem a sua opção, longe das preocupações mundanas.

Plasmadas de acordo com este modelo, as comunidades espalham-se rapidamente, a partir da Itália⁵⁵⁴ para Ocidente, atingindo a Península ibérica, ainda na década de 20, surgirá uma comunidade em Pamplona, alguns anos depois outras em Burgos⁵⁵⁵ e Saragoça. Neste contexto se inserem as primeiras fundações portuguesas, que datam do período posterior à canonização de Clara, numa época em que já

⁵⁵³ Cf. Maria Pia Alberzoni, “Le Congregazioni monastiche; Le Damianite” in *Dove va la storiografia monastica in Europa? Temi e metodi di ricerca per lo studio della vita monastica e regolare in eta medievale alle soglie del terzo millenio*, Milão, Casa Editrice Vita e Pensiero, 2001, p. 379-401.

⁵⁵⁴ Sobre o movimento damianita em Itália: Giovanni Gonnet, “La donna presso i movimenti pauperistico-evangelici”, in *Movimento religioso femminile e francescanismo nel decolo XIII, Atti del VII Convegno Internazionale* (Assisi, 11-13 ottobre 1979), Assisi, Società Internazionale di Studi Francescani, 1980, p.101-129; Floriana Milisenda, “I Monasteri delle Clarisse in Sicilia nel XIII e nel XIV Secolo”, in *Collectanea Franciscana*, Roma, Istituto Storico dei Cappuccini, 70 (3-4), 2000, p. 485-519;

⁵⁵⁵ Cf. M. de Castro, “Fundación del convento de Santa Clara de Burgos. Documentos de los siglos XIII al XIV” in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, nº 171, 1974, p. 137-193.

proliferavam, pela restante península, muitas comunidades de damianitas que, com certeza, modelaram e influenciaram a sua génese.

A comunidade de mulheres que em Entre-os-Rios se forma, recebe a *formula vitae* do Cardeal Hugolino das mãos do papa Alexandre IV, não sem que, anteriormente, tenha providenciado todas as condições de viabilização da comunidade. Por estas constituições, as freiras professavam a regra de São Bento, ficando a ela, pelo menos, nominalmente ligadas⁵⁵⁶, mas, na realidade, estamos perante uma regra nova, que estará na origem das restantes. Usando um modelo com trinta anos já de provas dadas, esquece (em grande medida) o papel e o valor da experiência menorítica⁵⁵⁷, insistindo na “sua comunidade” de “encerradas”. Esta tónica é também visível em Lamego (e depois em Santarém), onde as beatas que aí viviam recebem, igualmente, as constituições hugolianas, nada se sabendo, no entanto, sobre o anterior processo, mas que possivelmente passou pelos mesmos trâmites.

Num caso e noutro, o papado, ao dirigir-se à abadessa e convento, refere-as como pertencentes à Ordem de São Damião e como *sorores*, em Entre-os-Rios, e *monialium inclusarum*, em Santarém. A influência e rigor de Hugolino, parecem mais claros na segunda que na primeira, talvez devido ao facto da maior austeridade do beatério de Lamego ou porque a primeira comunidade de Entre-os-Rios não terá tido, no início, freiras professoras.

Olhando mais de perto as normas promulgadas pelo Cardeal, é visível a sua preocupação em resolver os problemas das várias comunidades, dando-lhes uma forma canónica que insiste na clausura, chamando mesmo a estas mulheres “enclausuradas” e “encerradas”, que assim devem permanecer durante toda a sua vida, a

⁵⁵⁶ Como se diz em *Escritos de Santa Clara y documentos complementarios*, 5ª edição, edicion bilingue, introdução, tradução e notas de Ignacio Omaechevarría e colaboradores, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 212: “Se tratava de un recurso excogitado para autorizar la nueva orden sin infringir el canon 13 del Concilio Lateranense IV”.

⁵⁵⁷ E isto apesar da regra elaborada por Clara já ter sido aceite e promulgada pelo papado. Em Portugal, só será aceite como forma de vida dos conventos de clarissas após a introdução da reforma colectina, nos finais do século XV. Cf. Ivo Carneiro de Sousa, *A Rainha D. Leonor (1458 – 1525), Poder, Misericórdia, e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 435-638.

não ser que saiam para fundar outro mosteiro. Refere-se, no entanto, a existência de “irmãs externas”⁵⁵⁸, que deveriam tratar dos assuntos que respeitavam ao convento.

Quanto ao recrutamento, colocam-se algumas condições para o ingresso no cenóbio. Assim, são entraves à profissão religiosa a avançada idade, a doença ou a deficiência mental, que possam pôr em causa a idoneidade da pessoa para abraçar a vida religiosa⁵⁵⁹.

Regula-se ainda a forma de vestir, que inclui, além do hábito⁵⁶⁰ (com o cordão e o véu), o silício e o escapulário⁵⁶¹.

Mas o corpo da regulamentação incide no quotidiano destas mulheres. Assim, estabelece-se o ofício divino, que deverá ser lido ou cantado, por quem sabe ler ou cantar os salmos⁵⁶². Interessante é a referência ao estudo⁵⁶³, a ser acompanhado por alguma freira, para esse fim designada pela abadessa.

A vivência da fé, ao longo do ano litúrgico, é pautada pelo rigor dos jejuns e abstinências, embora de tudo isto estejam isentas as doentes, que devem ser bem cuidadas e mantidas, se possível, num local próprio, tratadas com muita caridade.

⁵⁵⁸ Fala-se delas por várias vezes, sem lhes definir, nestas constituições, um “estatuto muito próprio”.

⁵⁵⁹ Assim o afirma a Regra de Hugolino: “Não se receba nenhuma que pela sua idade avançada, por enfermidade ou por deficiência mental, seja incapaz de observar esta vida” in *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 311.

⁵⁶⁰ Tudo bem claro no capítulo 9 destas Constituições in *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p.314.

⁵⁶¹ No que respeita ao escapulário, ele não tinha grande aceitação entre as damianitas e acaba por ser retirado das regras entre 1228 e 1245, altura em que reaparece, nomeadamente na regra urbanista, como se verifica em *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p.349.

⁵⁶² Para quem não sabe os salmos deve rezar a oração dominical.

⁵⁶³ Sobre o papel dos estudos no franciscanismo (embora não haja qualquer referência ao fenómeno no feminino), durante a Idade Média: Manuel Augusto Rodrigues, “Os Franciscanos e as Universidades” in *O Franciscanismo em Portugal*, Actas do I-II Seminários, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 97-120; Fernando Félix Lopes, “Escolas públicas dos franciscanos em Portugal, antes de 1308” in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 353-369; Idem, “As Escolas franciscanas portuguesas de 1308 a 1570” in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 371-384.

Outra obrigação é a de manter o silêncio⁵⁶⁴, que deve ser guardado entre si (não sendo permitido falar sem autorização) e sobretudo com estranhos. Daí o papel e importância do ofício de porteira, que deve ser desempenhado “(...) aliqua (...) quae omnino Deus timeat, quae sit matura moribus, sit diligens et discreta; sitque convenientis aetatis”, e ter uma substituta, quando for necessário, com o mesmo perfil da primeira⁵⁶⁵, de molde a garantir a reclusão, impedindo os contactos com o exterior.

A Regra ocupa grande parte do seu articulado, precisamente, com a forma que deve revestir este contacto com o exterior, proibindo-o a todos os que para isto não tiverem uma autorização do cardeal protector, do papa ou do bispo que para o cuidado das freiras tiver sido nomeado. Assim, aqueles cuja presença é imprescindível no convento, tal como confessores e capelães⁵⁶⁶ ou visitantes⁵⁶⁷, devem apenas falar com uma freira na presença de outras ou então, como no caso da confissão, sendo vistas e vendo, pelo menos, um grupo de duas monjas.

As celebrações do ofício divino, presididas pelos capelães, devem ser realizadas na igreja, separadas as freiras da restante comunidade por uma grade de ferro, onde estas ouvem e participam na liturgia⁵⁶⁸. Junto à grade, as monjas recebem a comunhão. Para reforçar a clausura, esta grade, garante simbólico e real da separação, deverá ainda ter, da parte de dentro, um pano e portas de madeira, que só se devem abrir nos casos anteriormente mencionados. Os ofícios fúnebres também devem ser realizados no exterior da capela das irmãs, embora os enterramentos se realizem no interior da

⁵⁶⁴ Este aproxima de Deus e, simultaneamente, afasta a possibilidade da maledicência e das conversas privadas.

⁵⁶⁵ A Regra especifica, além dos cargos de capelães e visitantes, aqueles que tenham de realizar alguma obra no interior do convento.

⁵⁶⁶ O que se verifica, abundantemente, ao longo da documentação estudada, como será visível na 3ª parte do nosso trabalho.

⁵⁶⁷ O papel destes, como é dito, tem como objectivo incitar “as irmãs a progredir do bom para o melhor, inflamando-as no amor de Deus e na mútua caridade” in *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 365.

⁵⁶⁸ Sobre a importância da Liturgia das Horas nos mosteiros femininos: Gisela Muschiol, “Time and Space. Liturgy and Rite in Female Monasteries of the Middle Ages”, in *Crown and Veil. Female monasticism from the fifth to the fifteenth centuries*, New York, Columbia University Press, 2008, p. 192.

clausura. Só em casos especiais e quando a abadessa assim o determinar, o oficiante poderá entrar na clausura e aí celebrar as exéquias.

Quanto ao visitador, tal como o capelão, deve ser um homem idóneo do ponto de vista religioso, de bons costumes e fiel ortodoxia, actuando, assim, no sentido de corrigir e reformar o convento de acordo com a observância da vida religiosa das monjas que, por isso, nada lhe devem ocultar. Tem ainda poder para corrigir o capelão do cenóbio.

Certo é que a primazia destas constituições, bem como a referência explícita à regra de São Bento, tornam o viver quotidiano demasiado difícil para as mulheres destas comunidades. Pelo menos, é o que transparece nas cartas de Alexandre IV ao convento de Santarém. Nelas o pontífice visa mitigar os rigores da legislação, no que aos jejuns, e abstinência respeita, bem como no rigor do vestir (que, no entanto, à semelhança de Clara, determina o uso do cordão como parte do hábito, em vez do cinto) e no silêncio, proibindo os visitantes de fazerem imposições sob pecado ou pena, sem prévio consentimento das freiras da comunidade. Reafirmando a obrigatoriedade de cumprir os três votos: castidade, pobreza e obediência, referidos na regra de São Bento, reitera ainda o estatuto de enclausuradas que ninguém deve perturbar.

Em Entre-os-Rios, a preocupação papal insiste na correcta e fiel observância das normas. Neste sentido se podem compreender os seus reiterados esforços para que a comunidade de Zamora⁵⁶⁹ envie freiras para o cenóbio a fim de ensinar a cumprir as observâncias, pois este parecerá o caminho mais fácil para estabelecer a unidade e ter controlo sobre toda a Ordem.

⁵⁶⁹ Não será por acaso o pedido feito a esta comunidade, que, tal como a de Entre-os-Rios, foi fundada por iniciativa de uma senhora, Domingas (com suas companheiras), cerca de 1237-38, tal como diz Jose Garcia Oro, “La primitiva implantacion de las Clarisas en Galicia” in *Santa Clara de Allariz. Historia y vida de un monasterio*, Ourense, 2002, p. 111: “(...) parece claro que Zamora es un monasterio de primera hora, plenamente constituido bajo la directa acción de Gregorio IX.” E refere ainda o mesmo autor em *Francisco de Asis en la España Medieval*, Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Liceo Franciscano, 1988, p. 212 “ No se olvide que esta fundación y consolidación de Santa Calara de Carrión coincide cronologicamente con la fundación de Santa Clara de Oporto, por d. Chamoá Gomes, monasterio señorial de estilo cercano al que aquí nos ocupa [Carrión], e igualmente vinculado en sus orígenes a otros monasterios de la zona del Duero, como Medina del Campo y sobre todo Zamora, gran centro de difusión de la vida clarisana”.

Esta legislação é acompanhada, como já anteriormente referi e mais à frente explorarei, de indulgências e benefícios para todos os que visitassem e dessem esmola às igrejas das clarissas, revelando o empenho que o papado tem em atrair a esta forma de vida e à sua especial espiritualidade grande número de fiéis leigos e simultaneamente viabilizar um projecto que, pela novidade que encerra, pode ser uma forma privilegiada de sancionar a reforma no interior da igreja e no mundo cristão.

Quanto às outras comunidades, pouco se sabe da sua regulamentação canónica. No caso de Coimbra, a situação conflituosa que envolveu as suas origens, oculta ou simplesmente desconhece uma intervenção papal a este nível. Várias são as explicações possíveis para este facto. Em primeiro lugar, as próprias mudanças no sólio pontifício, os papas Martinho IV e Honório IV, que não estão pessoalmente empenhados na “edificação” da Ordem, ao contrário dos anteriores papas, especialmente, Honório III (1216-1227); Alexandre IV (1254-1261) ou Gregório X (1272-1276)⁵⁷⁰. Por outro lado, a questão é dirimida preferencialmente a nível nacional, onde o peso e a importância dos cruzados é crucial. Toda esta questão pode ainda estar relacionada com o facto de D. Mor Dias não ter concluído o processo de institucionalização da casa que entrega aos franciscanos, mas não elege uma abadessa. À morte de D. Mor, Domingas Peres é apenas sua vigária e apesar da situação, já esclarecida, da existência de uma abadessa uns anos depois, o reconhecimento oficial do mosteiro deve-se à intervenção posterior da Rainha D. Isabel⁵⁷¹. Pois é ela que reúne as condições para a institucionalização que o papado, sanciona (será, por esta razão que a própria D. Isabel se intitula fundadora e regedora do convento?). A confirmar este empenho e reconhecimento, em 1317⁵⁷², João XXII concede à abadessa e *sorores* da Ordem de Santa Clara de Coimbra as

⁵⁷⁰ Como os anteriores papas, especialmente, Honório III (1216-1227); Alexandre IV (1254-1261) ou Gregório X (1272-1276). Sobre o papado veja-se: Luis Tomás Melgar, *História dos Papas. Santidade e Poder*, Lisboa, Estampa, 2004.

⁵⁷¹ É importante ver o papel da rainha, não apenas num contexto voluntarista e pessoal, mas como intérprete de um projecto de sua iniciativa que concita os interesses de toda uma “casa” e de um conjunto de pessoas, ligadas a ele, nomeadamente no que ao funcionamento concerne, tendo em especial atenção a escolha das abadessas, que são, as duas primeiras, mulheres do séquito da rainha. Autêntica fundação real, Santa Clara de Coimbra pode assim equiparar-se, como tal, à de Allariz, na Galiza ou o de Pedralbas, em Aragão. Será também importante situar esta fundação num contexto mais amplo de carácter nacional e de implantação da monarquia, nesta cidade onde a corte régia tinha anteriormente estacionado e onde estava implantado o principal potentado religioso da época, o mosteiro de Santa Cruz, protegido pelo monarca, D. Dinis.

⁵⁷² TT, OFM, PP, SCC, docs. pontifícios, Mç. 1, nº 2.

graças, privilégios e imunidades dadas aos frades e mosteiros da Ordem dos Menores, tendo ainda, no ano anterior⁵⁷³, solicitado aos bispos de Braga, Évora e Viseu que lhes defendessem os privilégios outorgados às abadessas de toda a Ordem.

Esta carta patenteia o reconhecimento da instituição canónica da comunidade e integra-a na Ordem de Santa Clara (e não se refere já a uma comunidade de São Damião), a quem o papa Urbano IV tinha recentemente atribuído um estatuto jurídico e uma regra, a urbanista, que era, com certeza, aquela que era seguida pelo convento de Coimbra (que nestes tempos segue ainda o modelo zamorano⁵⁷⁴), o mesmo acontecendo com os cenóbios de Lisboa, Vila do Conde, Guarda⁵⁷⁵ e Beja, cujas informações escasseiam.

A regra urbanista, sendo o resultado de um processo, bebe os seus preceitos nas anteriores normativas, regulando e estabelecendo os vários aspectos da vida comunitária, desde o vestir e o comer, a organização interna e dependência hierárquica, à oração e ao trabalho, entre outros.

Em primeiro lugar, importa sublinhar a disciplina da clausura, que assume, nesta regra, especial relevo, pois afirma-se como um quarto voto, na fórmula de profissão: “Omnes quae, saeculi vanitate relictas, religionem vestram assumere voluerint et tenere, hanc eas legem vitae et disciplinae oportet et convenit observare, vivendo in oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura.”⁵⁷⁶

⁵⁷³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 7.

⁵⁷⁴ É preciso não esquecer que D. Violante e D. Isabel de Aragão, constroem os “seus mosteiros”, Allariz e Coimbra, respectivamente, que demonstram pelo de Zamora uma predilecção “muito aragonesa”, como diz Jose Garcia Oro, “La primitiva implantacion de las Clarisas en Galicia” in *Santa Clara de Allariz. Historia y vida de un monasterio*, Ourense, 2002, p.117.

⁵⁷⁵ Embora, neste caso, o cronista Manuel da Esperança refira, explicitamente, que as freiras “professarão solenemente a Regra de Santa Clara“, mas deve ser apenas uma “expressão” para designar a regra professada pelas clarissas que, como sabemos, na época, em Portugal, era a Regra Urbanista. “in *op. cit.*, vol. II, p. 321.

⁵⁷⁶ *Escritos de Santa Clara y documentos complementarios*, 5ª edição, edicion bilingue, introdução, tradução e notas de Ignacio Omaechevarría e colaboradores, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 335.

No entanto, da comunidade também farão parte as irmãs externas, ou serviçais, que têm licença da abadessa para sair do cenóbio e contactar com o mundo, sob condições muito estritas e rigorosas.

Na clausura apenas são admitidos o Ministro Geral dos franciscanos ou o bispo da diocese⁵⁷⁷, que podem ser acompanhados por um número restrito de pessoas religiosas e com objectivos claros, especialmente os de celebrar ou pregar a palavra de Deus às irmãs.

Quanto à organização interna da comunidade, esta será presidida por uma abadessa, que poderá ter o cargo vitaliciamente⁵⁷⁸ (embora o deva colocar à disposição do visitador – pela renúncia e entrega do selo - quando ele for ao mosteiro, em visita) e que deve instituir as várias oficiais do mosteiro, com o conselho e consentimento do convento ou da maior parte dele. Para esse fim e para outros, nomeadamente, o de fazer uma revisão da vida conventual, a abadessa deve reunir, semanalmente, em capítulo. Não se fala, nesta regra, ao contrário da de Santa Clara, na existência de um conselho permanente de irmãs, junto da abadessa: as discretas⁵⁷⁹.

Para admissão à Ordem, existe um período de noviciado, havendo uma mestra de noviças, com o propósito de guiar, espiritualmente, as aspirantes à profissão. Há ainda, para as que desejarem fazer os seus estudos um pouco mais aprofundados, uma mestra professora. Depois deste caminho, é necessário o consentimento da comunidade para ingressar na ordem e substituir o véu branco das noviças pelo negro das professoras, a que se junta o cordão. As irmãs externas apenas usam um pano branco “ad modum veli”.

No que respeita à forma como ocupam o seu tempo, as freiras devem dedicar-se, essencialmente, à oração, a sua principal vocação. O Ofício Divino⁵⁸⁰ a seguir é o dos

⁵⁷⁷ Sabemos, no entanto, que outros entram na clausura. É conhecida a súplica feita pela Rainha D. Beatriz, em 1344, ao papa Clemente VI, para entrar na clausura dos mosteiros de clarissas (e de dominicanas), a que o papa dá o seu consentimento, só podendo levar o máximo de 20 mulheres. Publicada em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I- *Súplicas dos Pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*, Porto, Editorial Franciscana, 1968, p. 27-28.

⁵⁷⁸ Como iremos verificar através do estudo realizado.

⁵⁷⁹ *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 51.

⁵⁸⁰ Rezam ainda, em particular, o Ofício da Bem-aventurada Virgem e dos Defuntos, *Ibidem*, p. 351.

Frades Menores, lendo e cantando as Horas canónicas: Matinas, Laudes, Prima, Tércia, Sexta, Noa, Vésperas e Completas⁵⁸¹. O silêncio deve ser guardado de forma permanente⁵⁸² mas, durante as solenidades dos apóstolos, bem como noutros dias de festa, o recreio, entre a hora de Noa até Vésperas, pode ser ocupado a falar sobre Jesus Cristo e o exemplo dos santos e santas.

As irmãs podem ainda ter, conforme o estabelecido, um trabalho útil e honesto, que, no entanto, não as deve ocupar em demasia, para não correrem o risco de se afastarem da oração e devoção, que devem ordenar toda a vida temporal. A preocupação com a actividade laboral provém do facto de nenhuma poder apropriar-se de qualquer “salário”, pois não é permitida a propriedade individual, mas apenas comunitária (tida como essencial para a subsistência do cenóbio).

O descanso é também regulado e as freiras (incluindo a abadessa) devem dormir vestidas, num dormitório comum, dispostas de forma a que a abadessa, da sua cama⁵⁸³, possa ver todas as outras. Mas o lazer também é contemplado, permitindo-se a sesta, desde a Páscoa à Natividade de Nossa Senhora.

Nesta vida, os jejuns e a abstinência de carnes (esta durante todo o ano) assumem uma dimensão penitencial forte, e à confissão mensal associa-se a comunhão apenas recebida nove vezes ao ano⁵⁸⁴. Assim, a dieta alimentar das freiras deve assentar no pão e no pescado, mas ainda dela fazem parte os ovos, o queijo e os lacticínios, que podem ser consumidos desde o Advento ao Natal e desde o Domingo da Quinquagésima até à

⁵⁸¹ Interessante é o facto de, expressamente, se referir as que não sabem ler: “rezem vinte e quatro Pa-nossos por Matinas; cinco por Laudes, sete por cada uma das horas de Prima, Tércia, Sexta e Noa; doze por Vésperas e sete por Completas”, *Ibidem*, p. 351.

⁵⁸² A esta restrição apenas escapam as que estão no hospital, enfermeiras e doentes, as irmãs externas ou outras em função do ofício que desempenham.

⁵⁸³ “Cada uma tenha uma enxerga de feno ou palha ou almofada de palha ou lã, caso não possam adquirir com facilidade colchões simples de lã.”, in *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 350.

⁵⁸⁴ Nas seguintes festas e solenidades: Natal, Purificação de Nossa Senhora, início da Quaresma, Páscoa, Pentecostes, São Pedro e São Paulo, Santa Clara, São Francisco e Todos-os-Santos.”, *Ibidem*, p. 351.

Páscoa⁵⁸⁵. Os doces, embora não sejam referidos, são com certeza consumidos, como o demonstram os achados arqueológicos⁵⁸⁶.

A regra dispõe ainda sobre outro aspecto importante da relação com o exterior, que respeita à jurisdição que sobre elas exercem as autoridades religiosas. Neste caso (talvez devido aos vários problemas entretanto surgidos), a jurisdição sobre estas comunidades é confiada ao Cardeal protector e não à Ordem dos Frades Menores⁵⁸⁷. É ele que escolhe e nomeia, sob a sua autoridade, os visitantes do mosteiro, que devem exercer o seu múnus uma vez por ano. Outra presença interessante, que também se prevê é a de homens leigos ou sacerdotes que se vinculem, obrigatoriamente, ao serviço do mosteiro, por meio de uma espécie de pacto feudal⁵⁸⁸. Estes homens devem ser aceites pelo capítulo e, depois de um ano de noviciado, prometem obediência à abadessa e fazem voto de castidade e de pobreza, bem como de estabilidade. Vestem um hábito, jejuam e celebram o ofício divino, do mesmo modo que as monjas. Esta figura cria uma espécie de comunidades dúplices, que tinham sido muito importantes, em séculos anteriores, no monaquismo beneditino.

Os conventos de Santarém e de Entre-os-Rios, em data que não podemos precisar, aderem também à regra urbanista. Assim, a Regra de Urbano IV desempenha um papel unificador no que respeita às várias comunidades de mulheres que agregam diversas experiências, mas que receberam os mesmos privilégios e vivem de acordo com as mesmas observâncias, passando a integrar a Ordem de Santa Clara.

⁵⁸⁵ A importância da liturgia estrutura toda a vida da comunidade: Cf. Gisela Muschiol, “Time and Space. Liturgy and Rite in Female Monasteries of the Middle Ages”, in *Crown and Veil. Female monasticism from the fifth to the fifteenth centuries*, New York, Columbia University Press, 2008, p. 195-198.

⁵⁸⁶ Bem estudados e interpretados na tese de Célia Cristina Rodrigues Lopes, *As Clarissas de Coimbra dos séculos XIV e XV: Paleobiologia de uma comunidade religiosa de Santa Clara-a-Velha*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001, que na p. 167 afirma: “Com efeito, a patologia oral é consistente com uma alimentação rica em hidratos de carbono que seriam consumidos diariamente em grandes doses.”

⁵⁸⁷ No entanto, Bonifácio VIII, pela bula *Quasdam litteras*, de 4 de Junho de 1296, voltaria a restabelecer e de forma definitiva, a jurisdição dos Frades Menores sobre as clarissas, de acordo com a anterior carta de Inocêncio IV, *Licet olim*, de 12 de Julho de 1246. in *Escritos de Santa Clara y documentos complementarios*, 5ª edição, edición bilingüe, introdução, tradução e notas de Ignacio Omaechevarría e colaboradores, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 330-331.

⁵⁸⁸ “si voluerint se monasterio obligari”. Sobre esta situação ver a Regra Urbanista, no “título XX – Do capelão e irmãos conversos agregados ao mosteiro”, em: *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 361-362.

Esta agrega assim todas as experiências de cariz menorita, que encontram, desta forma, uma expressão oficial e legítima, permitindo-lhes usufruir da calma e das condições necessárias para viverem uma vida que as aproxima do restante monacato feminino português, mas onde a clausura sobressai como um dos principais elementos distintivos.

Terminada esta primeira fase de “normalização” e enquadramento das novas comunidades, sabemos que o fluir das horas e dos dias tinha de ser regulado. Neste sentido, conhecemos apenas os regulamentos/constituições⁵⁸⁹ que cumpriam esta função, expressos na carta de dotação de Vila do Conde onde, sob o impulso dos fundadores, as freiras viram o seu quotidiano, meticulosamente regulado. Neste convento, à maneira dos antigos mosteiros patronais⁵⁹⁰ do Norte do país, a comunidade funda-se com o patrocínio de um casal da alta nobreza portuguesa, que, para isso, a dota e regulamenta os principais aspectos da sua vida cultural e económica.

Analisemos, pois, a carta de dotação de Vila do Conde⁵⁹¹ e os preceitos que ela consigna, para podermos questionar do alcance e do valor da sua “força”, enquanto instrumento normativo, ao serviço da construção da comunidade. Depois de fazer a dotação ao convento de uma apreciável conjunto de bens⁵⁹², o fundador dota-o de uma série de preceitos que constituem a base da vida comunitária. Esta assenta no ideal de pobreza que, no caso das mulheres, colidia com a impossibilidade de poderem pedir esmola ou oferecerem os seus serviços a troco de alimentação, devido à estrita clausura que lhes era exigida. Assim, desde cedo, foi necessário prover ao sustento destas

⁵⁸⁹ A regra é um instrumento normativo, conjunto de princípios e textos breves e muito genéricos que necessitam de uma regulamentação específica para se tornarem uma prática diária. A forma como viviam estas mulheres enclausuradas e as regras que pautavam o seu quotidiano necessitam assim de Costumes e Constituições, que especificam e regulam o viver comunitário e que muitas vezes são resultado de normas e preceitos dados pelo fundador/patrono, ou constituem-se progressivamente através de um conjunto normativo que provém quer da autoridade dos visitantes (da Ordem ou das dioceses), quer da autoridade pontifícia e outras ainda são o resultado das práticas do dia a dia.

⁵⁹⁰ Ver sobre estes mosteiros e o papel dos patronos na formação e consolidação da comunidade e do seu património: José Augusto P. De Sotto Mayor Pizarro, *Os patronos do mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família nobre – séc. XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, 1995.

⁵⁹¹ Conhecida pela confirmação dada por D. Duarte, feita a D. Fernando de Menezes, em 10 de Agosto de 1437, inserta em: *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 78-89.

⁵⁹² Este aspecto trataremos na segunda parte do nosso trabalho.

comunidades, quer através de doações de particulares, quer dos dotes e heranças das freiras que neles ingressavam.

Começando por afirmar que as donas do mosteiro são da Ordem de Santa Clara, “emçarradas” e que se regerão pela “rregra e priuilegios e graças, que nos o Papa he dados e outorgados, ou der e outorgar em diante pera este noso moesteyro”⁵⁹³, legisla sobre alguns aspectos que, em alguns casos vão mesmo contra a regra urbanista. O primeiro prende-se com as irmãs que podem sair para pedir esmolas, as quais, conforme Afonso Sanches declara expressamente, não devem existir nesta comunidade “por que em alguums moesteiros se seguyrom gramdes dampnos e algumas per muytas vezes caaem em gramdes deshommras dos corpos e danos das almas”⁵⁹⁴. Esta norma denuncia, claramente, uma situação que devia ser recorrente nos mosteiros femininos de então.

Quanto à abadessa, a grande preocupação é que ela aja como uma senhora, *domina* dos bens que deve administrar e gerir, com o consentimento do convento (para que tudo seja em prol do mesmo e não diminua o seu património, quer móvel quer imóvel, antes o acrescente) e sem a intervenção de qualquer autoridade laica ou eclesiástica, de acordo com a vontade do patrono. Esta gestão deve ser acompanhada, anualmente (no São Martinho), por quatro freiras, escolhidas pelo convento para o efeito. Uma espécie de discretas que actuam para supervisionar a administração da casa conventual. Se a abadessa proceder erradamente, o convento poderá solicitar a presença do visitador e, perante ele, escolher duas donas que administrem os bens do cenóbio, até que a abadessa corrija o que fez ou até à eleição de uma nova prelada que cumpra e guarde todo o regimento dado por Afonso Sanches, que é para serviço de Deus.

Estipula ainda as rações de cada dona, que consistem em quatro pães de trigo, “senhas” tagras de vinho, meia peixota fresca (ou seca) ou de outro pescado que houver e conduto (que não é especificado), a fim de que não haja falhas ou preferências por parte de alguma abadessa.

⁵⁹³ *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 80.

⁵⁹⁴ *Idem*, p. 81.

Tudo isto o patrono suportará com os bens doados e se, por acaso, houver um ano em que não existam réditos suficientes para todas, então a abadessa deverá reparti-los da forma que melhor entender.

Também quanto às vestes se determina que cada freira (incluindo a abadessa) receba, no primeiro dia de Outubro, seis côvados de pano de arrais branco e seis varas de sarja delgada, para saias e vinte varas de pano, para hábito e manto.

Os cuidados maiores vão, no entanto, para os abusos que sobre elas possam cometer, quer autoridades laicas, como os senhores, a quem é negada a aposentadoria, bem como eclesiásticas, dizendo-se que nada deverá ser feito sem consentimento da abadessa, que apenas dará conta da sua administração às referidas quatro discretas, não podendo, algum arcebispo, ministro geral, provincial ou frade, modificar estas normas⁵⁹⁵. Aos Menores que fazem a visitação ao mosteiro ou a outros que aí forem pregar ou administrar os sacramentos (missa, confissão, profissão ou exéquias), será distribuída uma ração, também escrupulosamente fixada.

Quanto ao número de donas a habitar no convento, ele não deve ser alargado em relação ao que eles, fundadores, estabelecem, só podendo a abadessa e convento admitir novas freiras, por morte de alguma ou por acréscimo de bens que lhes permitam o seu sustento.

Refere-se ainda o cuidado a ter com as enfermas, que devem viver em local à parte, construído para o efeito, à semelhança do que é dito na regra urbanista, o que tem com certeza a ver com a vocação caritativa da Ordem e com os graves problemas sanitários que estavam na base de doenças e epidemias, mais agravadas nas comunidades enclausuradas⁵⁹⁶ devido à facilidade do contágio.

Mas os cuidados de carácter espiritual são dos mais importantes e não deixam de estar presentes, embora a Regra já abundantemente os refira. Preocupados com a salvação, os patronos querem assegurar que o “seu” mosteiro cumpra o sufrágio por

⁵⁹⁵ *Ibidem*.

⁵⁹⁶ Como é o caso do mosteiro do Lorvão, relatado por Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, p. 17-18.

suas almas. Assim, no que respeita à celebração da eucaristia, tendo em conta a oração pelos benfeitores, mandam que a abadessa e convento mantenham, para sempre, quatro capelães, escolhidos anualmente⁵⁹⁷, com a missão de celebrar, cada dia, quatro missas; uma no altar maior, pelas freiras, uma por D. Dinis, outra pelo fundador e outra pela sua mulher. Estes capelães devem ainda, diariamente, rezar as horas canónicas na igreja ou no oratório do convento. Após a morte dos fundadores, as missas por suas almas e as horas deverão ser oficiadas junto ao local da sua sepultura. Estipula-se os honorários dos capelães, que serão de cinquenta libras cada, anualmente. Descreve-se ainda, pormenorizadamente, o comportamento que cada um deles deve ter no decorrer das cerimónias por alma dos benfeitores, com o objectivo de nada deixar ao acaso e, acima de tudo, providenciar para que não se esqueça o essencial: o sufrágio das suas almas.

Estamos perante a instituição de uma capela⁵⁹⁸, no interior da comunidade religiosa que é criada ao serviço desta causa. Há, também, a preocupação de mandar construir o túmulo que, para o efeito, se determina seria numa galilé, a par da igreja e não dentro dela, uma vez que, como diz, “a sepultura de dentro das ygreias nos semelha, que nom era senom pera homees santos ou muy chegados a Deus”. Proíbe também, pela mesma razão, que alguém seja sepultado dentro do templo, mesmo os seus sucessores.

O fundador também não reclama para si, nem para a sua descendência⁵⁹⁹, qualquer benefício material, pois todos os bens doados são de plena posse da comunidade, reservando apenas, para si, o cargo de “conservador e defensor” do mosteiro, que consiste em corrigir e proteger os bens e rendas da comunidade, retendo-os nas mãos de juízes, vigários ou até rendeiros, se a abadessa e convento não

⁵⁹⁷ Para que não pensem ser raçoeiros e terem direito a alguma parte do património do mosteiro. E que sejam sempre “homeëss conhecidos, de boa vida e de boa fama, de que nom posam tomar maa sospeita. E se algum crerygo fose prouado por boom ou de boa vida e emvelhecer hy, que estes taaes que os posa teer hy a abadessa mais de hum ano, ou como vyr que he bem” in *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 85.

⁵⁹⁸ Sobre Capelas e a sua instituição, Maria de Lurdes Rosa, «*As almas herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2005.

⁵⁹⁹ Aqui refere o seu filho, João Afonso, e os seus descendentes, que forem senhores de Albuquerque, ou o mais chegado e que seja leigo (Cf. *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 86); estes também, se quiserem, poderão ter aí a sua sepultura.

cumprirem o que lhes determina. Na ausência de descendência, cabe aos reis de Portugal velar pelo cumprimento desta ordenação.

O documento conclui com uma importante chamada de atenção para a importância da Regra e do seu cumprimento que, inclusivamente, se encontra acima deste regulamento. Presentes ao acto que, a 7 de Maio de 1318, consignou por escrito esta vontade, estiveram o então ministro dos Frades Menores da Província de Santiago, Frei Francisco e o visitador da ordem, Frei Domingos de Évoramonte⁶⁰⁰, para assim sancionarem este regulamento e assistirem à vontade fundacional de um elemento da alta nobreza portuguesa, que institui, desta forma, um “monumento” à sua memória e que o quer duradouro e perene, na história dos vindouros. Assim, uma das preocupações dos fundadores é, realmente, preservar esta memória, pelo que determina a leitura destas constituições dadas à comunidade, três vezes ao ano, pelo São Martinho, Páscoa e Santa Maria de Agosto, velando o ministro ou o visitador pelo cumprimento deste preceito e pela sua actualização no quotidiano.

Semelhante a esta ordenação, é a dada pela Rainha Santa para o hospital⁶⁰¹ que cria, contíguo ao convento, na proximidade da sua residência. Depois de, em 1327⁶⁰², ter pedido licença ao papa João XXII para o construir, dedicando-o a sua tia-avó D. Isabel da Hungria, em ordem a albergar os pobres da cidade, dele recebe, a 27 de Outubro do mesmo ano, a bula para levar a cabo o seu propósito que, na linha da acção da sua parente e da espiritualidade franciscana, colocava os pobres como a imagem do Cristo e a pobreza, como a virtude que desejava imitar. Empenhava, assim, parte da sua fortuna ao serviço de uma obra caritativa, o que aliás se torna possível e viável com a proximidade das clarissas que nele prestam os seus serviços.

A regulamentação do hospital, que se chamará de Santa Isabel, abrange, não apenas o número de pobres a serem permanentemente atendidos, no máximo de trinta -

⁶⁰⁰ *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 89.

⁶⁰¹ Sobre o este hospital e a sua fundação: Francisco Pato de Macedo, “O Hospital de Santa Isabel” in *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitana durante o Antigo Regime*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2000, p. 144-159.

⁶⁰² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 21.

quinze homens e quinze mulheres que sejam pobres “de uergonha e de boa uyda (...) de cinquenta anos ou de mays”, escolhidos por ela e, após a sua morte, pela abadessa e o convento - mas ainda os alimentos⁶⁰³ e roupas (pessoais⁶⁰⁴ e de cama⁶⁰⁵) que estes devem receber. Após a morte da rainha, o hospital ficaria a cargo de uma sua parenta, por ela designada ou, se esta não existir, da abadessa do mosteiro e nele trabalharão as freiras minoretas que prestam serviço no exterior. Assim, para o corregimento do hospital, pede ao filho, D. Afonso IV e aos reis seguintes, que protejam o estabelecimento e não deixem que alguém, excepto membros da família real, pouse nas suas casas.

Quanto à vida, propriamente religiosa, do hospital, depois de já possuir, de João XXII, consentimento para ter cemitério e capela própria⁶⁰⁶, a rainha ordena que nesta exista capelão e *moozynho*⁶⁰⁷ (ou seja, sacristão) que “cante Myssa e diga as oras canonicas de cada dia e ffaça os sacramentos da ssanta Egregia aos pobres e aos outros que no Espital uiuerem”. Estes devem receber a sua ração e soldada do mosteiro, tal como os outros, e serão escolhidos pela abadessa.

Podemos, pois, concluir que estes dois mosteiros, Vila do Conde e Coimbra, fundações régias, são controlados pelos seus fundadores que, em vida e após a morte, tentam regular o seu funcionamento. Aliás, esta situação é semelhante ao que se passa

⁶⁰³ “(...) que os ditos pobres aia cada huum delles en ssa uida pera sseu comer e pera sseu beuer trynta e duas onças de pam cozido e huma tagara de vinho comunal e dous arataes de carneyro ou de porco ou de uaca como por bem teuer a dita Abadessa, guardando necessidade de doença aos ditos pobres. E aodia que ouuerem de comer pescado darenlho como uirem que seera conuenhauil” e “(...) darem a cada huum dos ditos pobres pera uestyr pelotes e ssayas em cada huum ano, e de dous em dous anos pelicos e cerames destanferee ou doutro pano que sseia de preço de quinze soldos de dinheiros uelhos portuguezes o couedo (...) e en cada huum ano Camissas e calçaduras assy como lhys conuir” in Testamento publicado por António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (20)

⁶⁰⁴ “(...) darem a cada huum dos ditos pobres pera uestyr pelotes e ssayas em cada huum ano, e de dous em dous anos pelicos e cerames destanferee ou doutro pano que sseia de preço de quinze soldos de dinheiros uelhos portuguezes o couedo (...) e en cada huum ano Camissas e calçaduras assy como lhys conuir” *Ibidem*.

⁶⁰⁵ “Item lhys de quando uyr que conprem ssenhos almadraques e ssenhas colchas e ssenhos chumaços e cubertas segundo uyr que lhys conprir” *Idem*, p. (20-21).

⁶⁰⁶ Por carta de 12 de Outubro de 1327 in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 21.

⁶⁰⁷ Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vol. II, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p.417-418.

em Allariz, com a rainha Violante⁶⁰⁸ ou em Barcelona, no convento de Santa Maria de Pedralbes⁶⁰⁹, em que a rainha Elisenda de Montcada, segunda mulher do rei de Aragão, Jaime II, irmão de D. Isabel, dotada de especiais poderes, pela Santa Sé, elabora, em 1327, um conjunto de regulamentos, sobre a sua vida quotidiana daquela comunidade, quer a nível material quer espiritual⁶¹⁰.

A rainha D. Isabel, governadora e regente do mosteiro, como muitas vezes se intitula, talvez tenha concedido um regulamento ao seu mosteiro. No entanto, não se conhece qualquer dado nesse sentido, e, no seu testamento, apenas estabelece o número de freiras que o convento pode albergar. O cronista refere algumas das funções da soberana, como examinar as noviças antes da sua profissão, nomeadamente as que eram do seu séquito⁶¹¹. Mas esta não era, com certeza, a sua única intervenção, pois sabemos também que ela supervisionava as obras do convento e provia ao abastecimento de águas do mesmo, bem como ao enriquecimento e gestão do seu património.

⁶⁰⁸ Cf. *Santa Clara de Allariz. Historia y vida de un monasterio*, Ourense, 2002, p. 129-145.

⁶⁰⁹ Sobre este importante Mosteiro de Barcelona: Anna Castellano i Tressera, “Las Clarisas en la Barcelona del siglo XIV. El ejemplo del Monasterio de santa Maria de Pedralbes”, in *Las Clarisas en España e Portugal. Congreso Internacional*, Salamanca, 20-25 de septiembre de 1993. Actas, vol. I/1 (Espiritualidad y Bibliografías, Literatura, Arte y Musica), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 969-981; Idem, *Pedralbes a l’edat mitjana. Història d’un monestir femení*, Barcelona, Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 1998; *Petras Albas. El Monestir de Pedralbes i els Montcada (1326-1673). Guia-Catàleg*, dirigido por Anna Castellano e Antoni Nicolau, Ajuntament de Barcelona, Edicions Hipòtesi SL, 2001.

⁶¹⁰ Alertou-nos para esta questão, que propõe no seu estudo sobre Santa Clara de Coimbra: Giulia Rossi Vairo, “Isabella D’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di Santa Clara e Santa Isabel di Coimbra (1286-1336)”, in *Collectanea Franciscana*, 71 (1-2), 2001, p. 164-166.

⁶¹¹ Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 38.

Prática habitual, no seio da nobreza dos séculos anteriores, estas fundações, devidas ao beneplácito régio, ficarão sempre, de alguma forma, destinadas a albergar comunidades mais ricas e poderosas, o que do ponto de vista da observância, as conduz mais facilmente ao relaxamento dos costumes e ao esquecimento dos rigores da regra. Longe estamos do ideal de pobreza evangélica seguido por Clara e pelas suas companheiras e por elas sonhado para as comunidades de damianitas. No entanto, a pobreza continua a ser um ideal de vida, prosseguida individualmente e estimulada no desapego dos bens, revelado pela caridade.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

II

A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÓNIO

Aquisição e gestão dos bens

*“Verum, quia multitudini sub huius religionis
observantia congrue omnia debent esse communia,
nec cuiquam licet aliquid esse suum...”*

1 – A aquisição de Património

Os bens de um convento são fundamentais para a sobrevivência de quem neles se acolhe, as freiras e os seus dependentes e servidores.

Numa sociedade em que a caridade e o dom estão na base de uma “economia da salvação”⁶¹², sinal visível do apoio dos homens e mulheres que no mundo buscam a intercessão do divino, muitos são os que, em troca de serviços espirituais, legam aos cenóbios as suas fortunas e neles colocam as suas filhas. Esta relação que se estabelece entre uns e outros, comunhão entre vivos que se quer transportada para uma outra dimensão, cria uma teia de relações de reciprocidade que é bem visível e dá contornos diferentes à posse dos bens. Estes não são concebidos de forma única e exclusivamente como fontes de rendimento e de financiamento (como nos dias de hoje), mas recebem uma valoração que, assentando no seu valor tributável (e material), em muito o excede como dom que é colocado ao serviço de uma causa religiosa e, por isso, divina: o sustento de uma comunidade de mulheres que servem a Deus e aos homens, pela oração, jejum e penitência.

No mundo medieval, pautado pelo religioso, os bens materiais também não fogem a esta categorização e são, por isso, usufruídos no sentido da “maior glória de Deus”.

Importa, no entanto, perceber quem os entrega aos mosteiro e a que títulos, pois só desta forma eles adquirem o seu verdadeiro estatuto face à comunidade.

⁶¹² Segundo a expressão de J. Chiffolleau, *La comptabilité de l’Au-delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d’Avignon à la fin du Moyen Age*, Roma, École Française de Rome, 1980, p. 302-321.

1. 1. A dotação inicial/fundacional

A fundação de um cenóbio é, de facto, um empreendimento de grande monta e que necessita de diversos apoios, quer de carácter institucional e canónico, como anteriormente analisámos, quer de carácter económico e financeiro.

Deste modo, em pleno século XIII, importa não esquecer que uma comunidade de mulheres com voto de pobreza e clausura possui, no seu cerne, um conjunto de carências face à subsistência (e aos serviços que requer). Por isso, o acto fundador tem de contemplar todas as necessidades da instituição para que esta seja aprovada canonicamente e assegure a vida comunitária. Daí a importância que reveste a iniciativa de fundação, bem como os apoios que concita, para poder viabilizar um projecto espiritual. E uma vez que é necessário um património inicial, vamos, num primeiro momento, indagar como é que ele se constitui e em que condições.

Para responder a esta questão, começámos por colocar em relevo a acção dos fundadores no sentido de dotar a sua casa conventual, de molde a viabilizá-la, nos primeiros tempos de vida.

Sabendo, no entanto, que muitos dos mecanismos de dotação patrimonial se encontram velados, ainda mais nos primórdios das instituições, achámos, no entanto, importante, correr o risco de tentar compreender os esforços e mesmo o quantitativo de bens necessários para uma comunidade feminina se estabelecer.

Para cumprir este objectivo, servimo-nos, essencialmente, da documentação de três conventos: Entre-ambos-os-Rios, Coimbra, e Vila do Conde. Dos outros, os dados, ou escasseiam, como é o caso de Portalegre e Santarém, ou não existem, como na Guarda, Lisboa e Beja.

O processo que envolve a dotação patrimonial de uma comunidade prende-se com vários factores, alguns dos quais já abordados, como é o caso da escolha do local ou mesmo da Ordem em que a comunidade se deve integrar. Mas, no que às bases materiais respeita, há que ter em conta um binómio que deve interagir, o valor e dimensão do património doado com o número de religiosas que a comunidade pode albergar⁶¹³, uma vez que o cenóbio tem, no seu conjunto, de ser capaz de providenciar

⁶¹³ Esta preocupação está bem patente na dotação de Coimbra ou na de Vila do Conde, onde, expressamente, é declarado o número de freiras que estas comunidades podem albergar.

ao sustento de todos os seus membros, mesmo que estes possuam bens e os explorem, a título individual.

Revelado o empenho em fundar decorrente da iniciativa de um grupo de mulheres anónimas ou conhecidas, ou da simples vontade de um fundador identificado, segue-se a necessária dotação para concretizar o projecto, tornando-se o mosteiro uma entidade de pleno direito⁶¹⁴. É este momento que não se confina a uma data ou a um documento, mas que alia a necessidade à possibilidade, uma vez que a vontade e o empenhamento em construir uma instituição deste tipo nem sempre são fáceis e a obra arrasta-se, às vezes, por décadas, incompleta ou com restrições à vida comunitária.

Os casos que estudámos ilustram estas dificuldades e as realizações possíveis face às sonhadas pelos fundadores.

A iniciativa de fundar o cenóbio de Entre-os-Rios, levada a cabo por D. Châmoa Gomes, visível nas várias cartas emitidas pela cúria pontifícia que registam os seus esforços nesse sentido, é acompanhada pela dotação ao mosteiro, construído nas terras da família.

No seu testamento, realizado em Tuías, a 3 de Fevereiro de 1268⁶¹⁵, a dama faz inúmeras doações a particulares e a vários mosteiros, estando entre eles o “mosteiro que eu fundei”, ao qual doa um conjunto apreciável de bens imóveis e móveis, onerando-o, no entanto, com vários encargos.

⁶¹⁴ Cf. José María Miura Andrades, *Frailles, Monjas y Conventos. Las Órdenes Mendicantes y la Sociedad Sevillana Bajomedieval*, Sevilha, Diputación de Sevilla, 1998, p. 123-126. Nestas páginas, o autor apresenta o processo canónico de instituição de uma casa conventual, com as respectivas definições jurídicas.

⁶¹⁵ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 169, doc. 12 e ADP, *Fundo Monástico, Mosteiro de Santa Clara do Porto*, nº 5026 (Tombo 1º), fls. 15-18v. Testamento estudado por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, “Pela Morte se conhece um pouco da Vida”. A propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, Mário Jorge Barroca (coord.), 2º volume, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 219-233.

Quadro 4 - Bens de raiz e móveis do testamento de D. Châmoa Gomes
(para o Mosteiro de Entre-ambos-os-Rios)

Bens de raiz	Bens móveis	Proveniência	Objectivo/Beneficiário
Herdades em Entre-ambos-os-Rios e termo			Mosteiro
Todos os bens da terra de Paiva			Mosteiro
Todos os bens de Jogueiros			Mosteiro
Herdades: vinha; terras; vargas, pesqueira; montes e fontes na Rua da Ribeira na Povoação de Entre-ambos-os-Rios			Mosteiro
Herdades em Gontigem, Murracezes, Montemuro, Campo Benfeito, Outeiro de Donas, Mezio e Mões			Mosteiro
Vinha em termo de Sabugal		Comprada pela mãe de D. Châmoa	Para a Vestiaria das donas
Herdade em Ribeira do Lima		Fica a D. Châmoa, por morte de Teresa Garcia	Para a Vestiaria das donas, pela alma de D. Teresa e D. Châmoa
Herdade com sua seara em Santa Comba de Alvirio			Para Paio Soares. Irá para o mosteiro se este não tiver filho legítimo, por alma de D. Châmoa
	Mouros e Mouras		
	Todos os servos		
	Contas e cristais		
	200 morabitanos		Para “acimar” a igreja
	300 moios de pão	Sousa	
	Vestimentas		
	Cálices		
	Livros da Ordem de São Francisco		
	A Bíblia “boa” e a outra pequena		
	Relíquias e as cruzes do lenho do Senhor		
	Uma lâmpada de prata de três marcos	Manda fazer	Para colocar em Entre-ambos-os-Rios

Bens de raiz	Bens móveis	Proveniência	Objectivo/Beneficiário
Um turíbulo e um cereo ⁶¹⁶ de prata de seis marcos		Manda fazer	

Quadro 5 - Encargos do testamento de D. Châmoa Gomes
(deixados ao Mosteiro de Entre-ambos-os-Rios)

<ul style="list-style-type: none">- Dar a Elvira Vasques, “engeca”⁶¹⁷, cinco morabitos para vestir e que lhe “faça algo”;- Dar ração a Maria Eanes do Porto;- Receber em “encomenda” os colaços e criados de D. Châmoa;- Dar um marco de prata, anualmente, ao papa, se este o fizer isento;- Manter Domingos Moniz, como capelão de Entre-ambos-os-Rios, dando-lhe uma ração.

Os bens imóveis doados situam-se, na sua maior parte, na proximidade do mosteiro⁶¹⁸ - Entre-os-Rios, Jagueiros e terra de Paiva. São terrenos que, seguramente, provêm da família e que são o esteio no qual o mosteiro faz assentar o seu principal sustento. A estes juntam-se as outras herdades que se encontram mais distantes do mosteiro e, por isso, os rendimentos não se destinam directamente à alimentação do convento, mas à sua vestimenta⁶¹⁹. Já no que respeita aos bens móveis, o acervo é bem elucidativo. Além do dinheiro e de vários livros (de São Francisco e Bíblias) e alfaia litúrgicas (cálices, paramentos), objectos de adorno e do quotidiano (contas e cristais), acrescenta ainda os servos e mouros e mours.

A juntar ao seu mosteiro, outras são as casas religiosas destinatárias das suas benesses, revelando o comportamento de uma dama da sua época, magnânima com todos os que os que a apoiam e servem, quer leigos quer eclesiásticos⁶²⁰.

⁶¹⁶ Pode ser uma candeia “para arder na presença do altares” in Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vol. II, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p. 90

⁶¹⁷ Engeca ou enjeitada, aquela que é objecto de enjeitamento (repúdio e abjecção).

⁶¹⁸ Vidé Mapa 7 - Bens de raiz do testamento de D. Châmoa Gomes, doados ao Mosteiro de Entre-ambos-os-Rios.

⁶¹⁹ Da herdade de Santa Comba não tenho qualquer registo que tenha ficado ao mosteiro e, por isso, não a incluo, nem no mapa nem na análise do património.

⁶²⁰ Assim, à afirmação da devoção e do conhecimento da Ordem de São Francisco (interessante este elemento que confirma a fundação de um “mosteiro das donas da Ordem de São Francisco” e não de Santa Clara, como à época já seria possível dizer), alia-se um considerável número de mosteiros, como

Mas isto não nos pode levar a pensar que a dama entrega toda sua fortuna à Igreja, antes pelo contrário, pois parte considerável do seu espólio destina-se a particulares (criados⁶²¹, familiares⁶²² e seus homens⁶²³), bem como um apreciável conjunto de servos e mouros que a serviam. Homens e mulheres da “sua criação”, como os designa, são assim destinatários de bens de uma senhora que, não tendo filhos, se refere aos direitos da sua linhagem de uma forma bem curiosa: “Mando que se algum ou algua de meu linagem quiser demandar bençam en o mosteiro d’Antr’Anbos Rios que li de ãa eixada cum que cave e den aa domna ãa pesa de las que fie”, deixando bem claro a falta de apoio por eles dado ao mosteiro, tentando com isso explicar o facto de não serem contemplados no testamento.

Os seus réditos devem, pois, ser usados ao serviço dos outros, em especial do mosteiro que funda e que deseja ver provido de tudo o que necessita⁶²⁴. No entanto, a preocupação com a sua casa e as pessoas da sua confiança também é cometida ao cenóbio, nomeadamente no que se refere aos seus criados e colaços, que nele devem ser albergados e mantidos, bem como os que o servem, o caso de um capelão. Ficamos, pois, com um quadro de uma casa senhorial que, sem descendentes directos, passa para o mosteiro, com os bens, os serviços e encargos da fundadora, nele se mantendo muitas das relações e das obrigações da mesma.

Mas se esta situação podia ser, à época, normal, tendo em conta o papel e a importância da Igreja face à sociedade senhorial, não o é de todo consensual. Será talvez por isso que D. Châmoa procura o apoio da importante Sé de Braga e do papado ? Mas, apesar disso, o que temia, acontece.

Tuías, Santo Tirso, Salzedas, Leça e Pombeiro, em território português e fora dele, em Gradefes, Outeiro e Ciudad Rodrigo, bem como os frades franciscanos e pregadores (Guimarães, Porto, Santarém e Lisboa). Neste conjunto, ressalta ainda o arcebispado de Braga, com o seu prelado e cónegos, junto dos quais se vai guardar uma cópia do testamento, feita por um tabelião de Braga.

⁶²¹ Como, por exemplo: Maria Gil e outros homens e mulheres de que só se refere o nome: Aldonça Martins, D. Gonçalo e Dona Maria Gonçalves; Teresa Mendes; Teresa Domingues; Maria Eanes do Porto; Lourenço Gonçalves; Simão.

⁶²² São referidos vários sobrinhos: Fernão Peres Barbosa; Paio Soares; Pedro Eanes e Acenço Eanes; e o co-irmão: Manrico Gil.

⁶²³ Como Bartolomeu e Domingos Miguéis.

⁶²⁴ Entre outras coisas que não são de menor importância: o dinheiro para acabar o mosteiro e uma lâmpada e um turíbulo para o culto, em especial, com certeza, para as missas votivas.

Assim, estes bens fundacionais acabam por se ver envolvidos em grandes polémicas e dissensões, precisamente por causa de heranças e partilhas, com o cavaleiro de Vinhal e com os Cardona, como veremos na última parte do nosso trabalho, ficando o cenóbio privado de alguns dos bens em Gontigem e em Paiva (não se conseguindo, no entanto, perceber a extensão do que lhe é retirado).

Este e outros problemas vão atrasar a obra do mosteiro, que ainda não está terminada em 1331, como revela o testamento de Joana Gonçalves Redonda, irmã da abadessa de Coimbra, Maria Gonçalves, que deixa 100 libras para as obras de Entre-os-Rios.⁶²⁵

Em Vila do Conde, o casal fundador, no instrumento de dotação, exprime claramente a vontade de deixar ao mosteiro bens suficientes para manter as ocupantes, bem como os capelães da capela nele instituída.

Quadro 6 - Bens de raiz e padroados da “carta de dotação” de Afonso Sanches e Teresa de Albuquerque ao Mosteiro de Vila do Conde

Bens	Freg./Concelho/Diocese	Objectivo
Padroado	S. Salvador de Fervença, arcebispado de Braga	Para as donas do mosteiro se alimentarem e vestirem e manterem os capelães da sua capela.
Padroado	Santa Maria de Alcoentre, diocese de Lisboa	Idem
Vila com seus lugares	Vila do Conde e Póvoa de Varzim ⁶²⁶	Idem
Herdades; casais e possessões	Touguinha, Beiriz, Terroso, Formariz, Laundos, Navaís, Amorim	Idem

Todos estes bens constituem de *per si* um considerável rendimento para ser disponibilizado, no sentido de amparar damas “caídas” em pobreza. A preocupação dos fundadores é, essencialmente, com o sustento do convento, fazendo querer que a construção do mesmo se encontra já concluída ou pelo menos ao seu encargo.

⁶²⁵ O que revela alguma solidariedade institucional, ou um parentesco espiritual importante. in TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 30.

⁶²⁶ O fundador reserva para si e para os seus sucessores o direito de justiça e apelação, mas concede ao cenóbio todos os restantes direitos sobre a dita vila.

No entanto, a dotação não é apenas esta, pois aos padroados da igreja do Salvador de Fervença, na diocese de Braga e de Santa Maria de Alcoentre, na diocese de Lisboa juntam-se, em 1318, os padroados concedidos pelo rei D. Dinis da igreja de São Tiago de Murça,⁶²⁷ da igreja de São Vicente de Chã e de Santa Cruz das Lamas das Donas de Orelhão, ambas do arcebispado de Braga⁶²⁸. Não podemos ainda esquecer o local de implantação do cenóbio - embora este não esteja referido na carta de dotação - Vila do Conde com toda a propriedade e jurisdição sobre o território e os homens - que é coutado, pelo rei, em 1319⁶²⁹.

Entre os direitos do mosteiro em Vila do Conde, encontram-se a barca de passagem, o dízimo do pescado, a vintena do sal que entra na barra, o terço da azenhas da vila⁶³⁰, os quintos das novidades do padroado e foros de várias casas, além dos objectos e alfaia litúrgicas que o fundador lhes dará e cujo uso dirime, como se pode ler na carta de dotação: “(...) não possa dar, nem apenhar, nem emprestar cruces, nem calezes, nem liuros, nem vestimentas, nem froomtaaes, nem outros hornamentos, que nos poemos no moesterio, nem que hy pusermos, nem forem postas por outrem daquy em diamte, e asinadamente, que os nom posam emprestar a frade nenhum de nenhuma hordem, nem de nenhum estado, nem comdiçam.”⁶³¹

Esta dotação revela, no entanto, outras preocupações que deveriam estar presentes na mente de todos os que iniciavam tão arrojado projecto.

A primeira prende-se com o número de freiras que o mosteiro pode albergar, em relação directa com os rendimentos que a comunidade possuía, que é, como já anteriormente referimos, uma das condições essenciais para a erecção de um cenóbio.

⁶²⁷ Cf. TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 117v e em: *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 52-53. Este é trocado pelo padroado de Vila do Conde, que era da Colegiada de Guimarães, no mesmo ano, in TT, *OFM, PP, SCVC*, Mç. 6, nº 10.

⁶²⁸ Cf. TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fl. 17v e em: *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 54.

⁶²⁹ TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 122v e *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 55-56.

⁶³⁰ Como consta de um documento do século XVIII: TT, *OFM, PP, SCVC*, Mç. 10, doc. 7.

⁶³¹ *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 85-86.

Interessante é notar que o fundador nunca refere a possibilidade do mosteiro viver dos bens das suas freiras, pelo contrário, tem a preocupação de afirmar que as donas que estiverem no convento devem ser sustentadas pela comunidade, recebendo cada uma a mesma ração de acordo com o estipulado⁶³².

Manda, no entanto, ao seu filho e sucessor (que for Senhor de Albuquerque) que “seja conseruador e defensor do dito moesteiro”⁶³³, defendendo-o de expropriações, não o espoliando de nada que lhe pertença, a seu favor ou de outros⁶³⁴. Pois os bens do mosteiro deviam ser alvo da cobiça, quer da família do dotador, quer de outros senhores, que veriam nele um alvo fácil. Neste sentido, Afonso Sanches prevê mesmo a possibilidade da intervenção régia a quem entrega o mosteiro, no caso de não haver descendência legítima⁶³⁵.

Em 1335, D. Teresa (já não sendo vivo Afonso Sanches), com o seu filho, concede ao mosteiro o padroado de três igrejas: São Pedro de Atei, no concelho de Mondim de Basto, São Pedro de Cerva, no concelho de Ribeira de Pena e São Pedro de Polvoreira, no concelho de Guimarães, todos no arcebispado de Braga. Esta doação, por alma dela e do seu marido, é realizada para “se manteer e acrecentar em el [Mosteiro] melhor e mais compridamente o serviço de Deus.”⁶³⁶

Sabemos que, em 1354, o mosteiro ainda não está terminado, pois D. João Afonso, filho de Afonso Sanches, refere no seu testamento o mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, ao qual entrega dinheiros para as suas capelas⁶³⁷ e manda (por alma de

⁶³² “(...) que abadessa e comuemto nunca hy mais donas reçebam, saluo per esta guisa: Quamdo alguma moerrer, que metam outra em seu luguar, ou se mais creçerem os beems e as rremdas do moesterio, per que ajam tamta manteemça cadahuma das que hy emtrarem, tamanha nos leixamos hordenado, que ajam cadahuma das que ora hy som, per este noso herdamento, que nos fazemos, nom mingando ende nenhuma cousa, que entam as possam hy rreçeber tantas donas, quantas poderem aver cadahuma esta manteemça.”, *Idem*, p. 84.

⁶³³ *Idem*, p. 86-87.

⁶³⁴ “Outrossy que er defemda o moesterio e todallas suas cousas, egrejairos e herdades e posissõees, que lhes nom gaça hy ninhuum força nem mal, nem lhes tome nenhuma cousa do seu”, *Idem*, p. 87.

⁶³⁵ “E quamdo hy os da nosa linhagem nom ouuer, queremoos e outorgamos, que os Reis de Portugal ajam poder, que façam comprir e guardar todas as cousas, que aquy som comtheudas, asy como deujam de fazer aquelles do noso linhagem.”, *Idem*, p. 88.

⁶³⁶ Instituto de Paleografia, *pasta I*, doc. 6. Publicado in *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (séculos XII-XVIII)*, editados por Maria José Azevedo Santos e Maria Teresa Veloso, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1983, p. 13-14.

⁶³⁷ Manda dar 200 libras para os quatro capelães (50 para cada um) cantarem quatro missas, 2 por alma do pai e da mães e outras duas por sua alma. Cf. MNA, *Pergaminhos*, nº 358.

seu pai e pela sua), para acabar “o labor” da referido cenóbio, seis mil libras de portugueses, mais outras seis mil dadas por sua mãe, no seu testamento, que as recebeu das rendas da igreja de Alcoentre⁶³⁸. Concede ainda ao mosteiro a Aveleda, no julgado da Maia e Palmeira de Faro, com todos os seus bens. A doação, feita em Lisboa, a 21 de Julho de 1376⁶³⁹, tem como condição que aí cantem dois capelães, por sua alma, de sua esposa e do seu pai.

No caso de Coimbra, a situação é um pouco mais complexa, não apenas pela questão litigiosa que envolve a suas origens, mas essencialmente pelo facto da sua fundadora ter uma ligação inicial a Santa Cruz de Coimbra.

D. Mor Dias tem, como já atrás referimos, um enquadramento institucional que a relaciona com as principais autoridades religiosas de Coimbra (Sé e Santa Cruz) e a sua origem familiar permite-nos considerá-la uma mulher abastada, o que se pode verificar pelos dois quadros que a seguir se apresentam.

Quadro 7 - Bens imóveis de D. Mor Dias, de acordo com o seu primeiro testamento (1268)⁶⁴⁰

Bens	Localização		Concelho/Terra	Herdeiros
	Local	Freguesia/Termo		
1 casal menos ¼ 1/3 de um moinho Quinhão de 1 moinho Quinhão de vinhas	Cernache	Cernache	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
3 casais	Cruz	Santa Clara	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
2 casais menos 1/8	Carvalho	Ceira	Coimbra	Santa Cruz de

⁶³⁸ Pedindo que as entreguem ao abade de Vila Cova (caso já não esteja vivo), para que acabem a dita obra. Desta, refere a necessidade de acabar a galilé, as abóbadas das capelas (já começadas) e os monumentos funerários de D. Afonso Sanches e de D. Teresa. Se isto não for suficiente para acabar a obra, manda que tirem o necessário das rendas das suas herdades de pão, cf. MNA, *Pergaminhos*, nº 358.

⁶³⁹ Instituto de Paleografia, *pasta I*, doc. 8. Publicado in *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (séculos XII-XVIII)*, editados por Maria José Azevedo Santos e Maria Teresa Veloso, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1983, p. 16-17.

⁶⁴⁰ Quadro retirado (e adaptado) de Ana Paula Pratas Figueira Santos, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, vol. I, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2000, p. 72. Na mesma tese, apresenta-se ainda um Mapa com a localização dos bens doados neste testamento, na p. 210, do vol. I, que optei por não apresentar neste trabalho por achar que não se justifica a sua inclusão, uma vez que não respeita directamente ao cenóbio em estudo.

				Coimbra
2 casais menos 1/8	S. Frutuoso	Ceira	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
1 casal	Ceira	Ceira	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
4 casais 1/3 de 1 vinha 1/3 de 1 quintã	Zambujal	Zambujal	Condeixa-a-Nova	Santa Cruz de Coimbra
2 casais 1/3 de 1 vinha 1 vinha ⁶⁴¹	Abiul	Abiul	Pombal	Santa Cruz de Coimbra
7 casais	Freixeda	Aguada de Cima	Águeda	Santa Cruz de Coimbra
3 casais ⁶⁴² 1 herdade	Campo	S. João do Campo	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
3 casais 1/3 de 1 quintã	Pereira	S. Vicente de Pereira Jusã	Terra de Santa Maria	Santa Cruz de Coimbra
1/2 de 1 casa	Perto do almoxarifado	Santiago	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
Parte e quinhão de 1 paço, de 1 quintã e de 1 lagar	Abiul	Abiul	Pombal	Joana Dias, sua irmã
1 almuinha ⁶⁴³	Arregaça	Santo António dos Olivais	Coimbra	Frades Menores de Coimbra

Quadro 8 - Bens imóveis e padroados de D. Mor Dias, de acordo com o seu segundo testamento (1277-1283)⁶⁴⁴

Bens	Localização		Concelho/Terra	Herdeiros
	Local	Freguesia/Termo		
3 casais	Campo/Vila Pouca	S. João do Campo/Ameal	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
4 casais	S. Justo	Ameal	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
6 casais com 1 paço, 1 quintã 1 vinha	Cardosas	Termo de Verride	Montemor-o-Velho	Santa Cruz de Coimbra
2 casais	Serra	Termo de Verride	Montemor-o-Velho	Santa Cruz de Coimbra
4 casais com parte de 1 paço, de 1	Zambujal	Zambujal	Condeixa-a-Nova	Santa Cruz de Coimbra

⁶⁴¹ Comprada por D. Mor.

⁶⁴² Dois povoados e um ermo (despovoado).

⁶⁴³ Desta recolham os frades três pitanças ao ano.

⁶⁴⁴ Quadro retirado (e adaptado) de Ana Paula Pratas Figueira Santos, *op. cit.*, vol. I, p. 75. Na mesma tese, apresenta-se ainda um Mapa com a localização dos bens doados neste testamento, na p. 211, do vol. I, que optei por não apresentar neste trabalho por achar que não se justifica a sua inclusão, uma vez que não respeita directamente ao cenóbio em estudo.

Bens	Localização		Concelho/Terra	Herdeiros
	Local	Freguesia/Termo		
quintã, de 1 vinha e com o padroado da igreja				
2 casais e 1 paço com casas, vinhas e outros		Termo de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	Santa Cruz de Coimbra
1 azenha		Termo de Almalaguês	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
2 casais	Monforte	Almalaguês	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
1 casal 1/3 de moinho com quinhão de outros moinhos, com o padroado da igreja e outros	Cernache	Cernache	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
1 paço	Cernache	Cernache	Coimbra	Joana Dias, sua irmã e os seus filhos
Padroado	Freixeda	Aguada de Cima	Águeda	Joana Dias, sua irmã e os seus filhos
4 casais menos ¼	Serra	Termo de Verride	Montemor-o-Velho	Santa Cruz de Coimbra
3 casais	S. Frutuoso	Ceira	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
Casais e o padroado da igreja	Ceira	Ceira	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
1 herdade	Campo, em Sujeira ⁶⁴⁵	S. Martinho do Bispo	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
3 casais 1 casal menos ¼	Atadoa	Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova	Santa Cruz de Coimbra
2 casais	Janeia ⁶⁴⁶	Vila Seca/Podentes	Condeixa-a-Nova e Penela	Santa Cruz de Coimbra
Casas	Rua da Moeda	Santa Cruz	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
Bens indiferenciados	Portunhos	Portunhos	Cantanhede	Santa Cruz de Coimbra
Bens indiferenciados	Rios Frios	Vil de Matos	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
1 herdamento			Elvas	Santa Cruz de Coimbra
Bens indiferenciados			Portalegre	Santa Cruz de Coimbra
Bens indiferenciados			Beja	Santa Cruz de Coimbra

⁶⁴⁵ Próximo de Requeixada.

⁶⁴⁶ Junto de Alfafar.

Os dois primeiros testamentos que realiza revelam assim a existência de um vasto património, essencialmente concentrado na região de Coimbra.

Em 1268, os bens que lega, na quase totalidade a Santa Cruz⁶⁴⁷, situam-se em Coimbra (Cernache, Ceira, Santa Clara, São João do Campo, Santiago, Santo António dos Olivais⁶⁴⁸) e no concelhos vizinhos de Pombal (Abiul) e Condeixa-a-Nova (Zambujal), apenas com uma excepção em Terra de Santa Maria e Águeda. De grande parte sabemos serem provenientes da família que detém importantes fazendas em Ceira, onde o bisavô materno, o chanceler Julião Pais, possuía uma terra coutada⁶⁴⁹ que os pais de D. Mor aumentam, pela compra de terras em Ceira, Sobral e São Frutuoso, em 1251⁶⁵⁰. Os bens de Abiul serão oriundos da família paterna⁶⁵¹ e divididos pelas irmãs, por morte do pai que ocorre antes de Fevereiro de 1258⁶⁵². Ainda após as partilhas (que, em 1266, deveriam já estar concluídas por morte da mãe⁶⁵³), D. Teresa Dias doa⁶⁵⁴ a D. Mor a sua parte na herança do paço e da quintã, em Abiul. Para aumentar este núcleo

⁶⁴⁷ Cujas razões já anteriormente analisámos.

⁶⁴⁸ Este último entregue aos Frades Menores que ainda aí se encontravam, num pequeno oratório. Cf. *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 275.

⁶⁴⁹ Leontina Ventura, *A nobreza de corte de D. Afonso III*, vol. II, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992, p. 655; Ana Paula Pratas Figueira Santos, *op. cit.*, vol. I, p. 71.

⁶⁵⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 2.

⁶⁵¹ Num escambo realizado entre D. Boa e as filhas com o Mosteiro do Lorvão, em que este fica com o padroado de Abiul e D. Boa e as filhas com alguns bens nesta mesma localidade, afirma-se que uma das propriedades pertencia a Dona Ximena (que deve ser a mãe de Vicente Dias, Ximena Peres). Ver Leontina Ventrura, *A nobreza de corte de D. Afonso III*, vol. II, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992, p. 654 (nota 5).

⁶⁵² Pois nessa data já as três irmãs fazem uma venda à sua mãe de uns quinhões que possuem nuns lagares de azeite, na freguesia de São Bartolomeu em Coimbra. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 16, doc. 4.

⁶⁵³ Cujo testamento (TT, *Sé de Coimbra, 1ª inc.*, Mç. 16, doc. 12 e 13) não contempla a filha, apenas a nomeia como um dos testamenteiros. No entanto, em 1266 já deveria ter morrido, pois a última referência que a ela possuímos reporta-se a 1261 (Leontina Ventura, *op. cit.*, vol. II, p. 657) e o documento a que nos referimos nomeia a herança recebida dos pais.

⁶⁵⁴ Com a obrigação de, à morte desta, os bens fiquem ao convento de Celas da Ponte. Interessante é notar que, precisamente, no seu testamento, D. Mor doa estes bens à outra irmã D. Joana. Terá sido isto fruto de algum acordo desconhecido? Ou será antes abrir uma guerra entre as duas irmãs?

patrimonial, a própria D. Mor compra uma vinha em Abiul, segundo afirma no seu testamento.

Mas o seu pecúlio não é constituído apenas por bens imóveis, mas também por um conjunto de objectos em prata, roupas, tecidos, relíquias, imagens e escravos, bem como numerário que lega a parentes⁶⁵⁵, donas⁶⁵⁶ e a cónegos⁶⁵⁷, à igreja⁶⁵⁸ de Santa Cruz, bem como aos Frades Menores⁶⁵⁹ e aos Pregadores⁶⁶⁰. Atestando uma fortuna sólida e, comparando com outras da mesma época, bem diversificada. À semelhança de outras damas da nobreza medieval⁶⁶¹, D. Mor assenta o seu estado e a sua casa num conjunto de proventos que lhe permitem viver de acordo com a sua condição e sustentar a sua casa.

Já no segundo testamento, realizado entre 1277 e 1283 (antes ainda da dotação do novo mosteiro de Santa Clara), o volume de bens de que dispõe aumenta consideravelmente e a dispersão do património é agora muito maior. O que se terá passado entre estes dois momentos ? Como aumentou o pecúlio desta mulher que, de acordo com o que dela sabemos se encontrava acolhida ao mosteiro das donas de São João? Desta época apenas possuímos um escambo por ela realizado, em 1277, com Santa Cruz, em que entrega dois casais em Torres de Barro⁶⁶² e recebe casas e herdamentos em Cardosas, na Serra, termo de Verride (tudo concelho de Montemor-o-Velho) e Monforte, na freguesia de Almalaguês (concelho de Coimbra). Também, entre 1283 e 1285, desenrolam-se questões entre as três irmãs⁶⁶³, por causa de partilhas de

⁶⁵⁵ Às irmãs: Teresa Dias (5 libras) e a D. Joana (imagens e relíquias) e à tia Sancha Peres (imagens e relíquias, uma moura e roupas de cama).

⁶⁵⁶ A Teresa Eanes doa imagens e relíquias, uma serva e uma moura e ainda roupas de cama.

⁶⁵⁷ Aos cónegos lega vasos, picheis e cálice, tudo de prata.

⁶⁵⁸ A Igreja de Santa Cruz recebe de D. Mor panos de Soria.

⁶⁵⁹ Aos Franciscanos doa 10 libras.

⁶⁶⁰ Lega 20 libras aos Dominicanos.

⁶⁶¹ Veja-se a sua congénere Châmoa Gomes ou mesmo D. Vataça que, sendo de sangue real, tem um pecúlio mais avantajado, mas cujos bens legados se aproximam muito destes, pela diversidade e pela corte que “alimentam”.

⁶⁶² Possivelmente Torres, na freguesia de Vilarinho do Bairro, concelho de Anadia.

bens que herdaram de seus pais, em Cernache, Chanfalaria (termo de Ourém), Zambujal e Cruz de Morouços (freg. de Santa Clara), que não são de imediato resolvidas.

No entanto, estas transacções não são suficientes para explicar o volume considerável de bens na posse de D. Mor, podendo-se ainda aduzir o facto (não comprovado) da morte de sua tia Sancha Peres lhe ter aumentado o pecúlio.

Certo é que entre as doações, de novo, na sua maioria, a Santa Cruz, contam-se mudanças substanciais. Assim, os bens de Abiul desaparecem por completo - tendo com certeza constituído moeda de troca com outros que D. Mor recebe -, bem como o que, possivelmente, entregou, logo após a primeira manda, ao convento dos Franciscanos. Em contrapartida, mantém e engrossa os bens que possui em Coimbra (Ameal, Almalaguês, Ceira, Cernache, São Martinho do Bispo e Santa Cruz), Montemor-o-Velho (Verride), Condeixa-a-Nova (Zambujal) e Miranda do Corvo.⁶⁶⁴ Em todos estes casos é importante verificar que são doados vários padroados de igrejas (Zambujal, Cernache, Ceira), demonstrando um poder de negociação que ultrapassa a força do dinheiro, mas se coloca ao nível do prestígio e do privilégio. Doa ainda um conjunto de bens (indiferenciados) no Alentejo, o que revela uma herança da qual não sabemos a proveniência.

Após a elaboração dos dois testamentos (1268 e c.1277⁶⁶⁵), que têm como principal beneficiário o mosteiro de Santa Cruz, D. Mor, em 1283, obtém licença do Vigário Geral da diocese de Coimbra para construir um mosteiro dedicado “ad honorem Salvatoris nostri Jehsu Christi et Beate Virginis matris sue et Beate Hellisabeth specialiter et Beate Virginis Clare”⁶⁶⁶, dotando-o com bens suficientes para nele manter uma comunidade de mulheres (cujo número não determina).

A localização do mosteiro mandado edificar por D. Mor, como já anteriormente referi, numa propriedade que possuía na margem esquerda do Mondego, comprada aos filhos de Mem Martins de Guimarães é, por assim dizer, estrategicamente⁶⁶⁷ viável para

⁶⁶³ Concretamente a oposição dá-se entre Teresa Dias e Mor Dias, de um lado, contra Jona Dias. A intervenção régia levará a um entendimento entre as partes. Cf. TT, *CR, Santa Ana de Coimbra*, Cx. 1, Mç. 1.

⁶⁶⁴ Juntam-se igualmente neste testamento doações de dinheiros e bens móveis.

⁶⁶⁵ Ver datação crítica proposta por Ana Paula Figueira, com a qual estou totalmente de acordo.

⁶⁶⁶ Cf. ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 18 e 26; TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, nº 22 e 35, Liv. 9, fl. 93.

⁶⁶⁷ Ver escolha do mesmo local, por parte das donas de Celas.

a construção que se propunha empreender. O dote disponibilizado para a sua edificação e manutenção⁶⁶⁸ é, por si só, revelador de um poder económico (além do social e “político”) que motiva, provavelmente, grande parte do conflito que envolve esta instituição, uma vez que é retirado ao já anteriormente granjeado pelos crúzios.

Chegamos, então, ao momento crucial da dotação do mosteiro de Santa Clara, em 1283, cujas disposições apontamos no quadro seguinte.

Quadro 9 – Dotação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra em 1283⁶⁶⁹

Bens	Localização		Concelho/Terra
	Local	Freguesia/Termo	
16 casais Padroado (Ceira) e cabaneiras	Ceira e Penacova	Ceira e Penacova (termo)	Coimbra
4 casais e 1 vinha e parte de 1 paço e o padroado com todos os seus direitos	Zambujal	Zambujal	Condeixa-a-Nova
2 casais	Janeia	Vila Seca/Podentes	Condeixa-a-Nova e Penela
3 casais e 1 casal menos ¼	Atadoa	Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova
1 casal	(Junto de) Condeixa	Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova
2 casais e 1 paço e 1 vinha e 1 moinho menos ¼ e cabaneiras e parte de 1 torre	Sebal Grande	Sebal Grande	Condeixa-a-Nova
4 casais	Rapoula	Sebal Grande	Condeixa-a-Nova
4 casais	S. Justo	Ameal	Coimbra
3 casais	Cruz	Santa Clara	Coimbra
7 casais e 1 vinha 1 paço	Cardosas	Verride (termo)	Montemor-o-Velho
2 casais	Serra	Verride	Montemor-o-Velho
1 casal com parte de moinhos e direitos	Cernache	Cernache	Coimbra
2 casais e parte de 1	Vale de Milho	Abiul	Pombal

⁶⁶⁸ Como afirma João Martins, à época cônego e vigário-geral da diocese de Coimbra carta de licença por ele concedida para a edificação do mosteiro, em 1283: “ (...) faciendo donacionem statuti bonorum suorum nomine dotis loco et monasterium ut de dote non dubitaretur et facilius consensus absque dubitationis scupulo in pertiretur designando bona loca et possessiones ad manutenendum collegium dominarum in dicto loco et ad locum construendum et hedificandum sufficientes et ad alia monasterii honora supportanda” in ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 18 e 26; TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, nº 22 e 35, Liv. 9, fl. 93.

⁶⁶⁹ Quadro adaptado de Ana Paula Pratas Figueira Santos, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, Vol. 1, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2000, p. 87.

Bens	Localização		Concelho/Terra
	Local	Freguesia/Termo	
horta e parte de 1 vinha e 1 vinha			
2 casais	Marmeleira		Terra de Santa Maria
6 casais	Pereira	S. Vicente de Pereira Jusã	Terra de Santa Maria (c. Ovar)
2 casais	Maceira (do Sobral)	S. Martinho da Gandâra	Terra de Santa Maria (Oliveira de Azeméis)
2 casais	Monforte	Almalaguês	Coimbra
2 hortas	(Além da) ponte de Coimbra	Santa Clara	Coimbra
3 casais	Vila Pouca	Ameal	Coimbra
1 olival	Alçara	S. António dos Olivais	Coimbra
1 olival	Montarroio	Santa Cruz	Coimbra
4 casais e o padroado	Pelmá	Pelmá	Alvaiázere

A primeira evidência prende-se com o facto de que a maioria dos bens referidos no 2º testamento se encontra nesta dotação⁶⁷⁰. A situação não impede, no entanto, D. Mor de dispor do seu património, onde avultam os anteriores núcleos em Coimbra (Ceira, Cernache, Almalaguês e Ameal) - a que se juntam três casais em Cruz de Morouços, freguesia de Santa Clara (que eram doados no primeiro testamento e não são referidos no segundo); 2 hortas além da ponte (necessárias, com certeza, à subsistência das donas) e 2 olivais, um em Santa Cruz e outro em Santo António dos Olivais - e vários casais em Penacova; Montemor-o-Velho (Verride), Condeixa-a-Nova (Zambujal, Podentes, Sebal Grande) e, de novo, em Abiul (Vale de Milho) e na terra de Santa Maria (agora em maior número), assim como bens e o padroado da Igreja de Pelma (que o mosteiro irá possuir, pelo menos, durante todo o século XIV).

Esta dotação é, sem dúvida, bem substancial e apropriada a um mosteiro que seria construído a suas expensas e também por ela mantido, pois não podemos esquecer que as freiras são, em princípio, da comunidade de São João das Donas e, por isso, não podiam dispor dos seus bens já deixados a Santa Cruz. Além de que D. Mor devia estar consciente da “revolução” que iria provocar e precisava, desta forma, de vultuosa quantia para a dirimir. E assim foi. A contenda que se arrastou nos tribunais portugueses e nos de Roma deve ter engolido grande parte dos proventos desta riqueza.

⁶⁷⁰ Esta situação coloca o problema de saber se a dotação do Mosteiro invalida ou não o anterior testamento. E se, por isso, ela própria não pode ser considerada nula.

Até 1302, altura em que D. Mor faz o seu último e definitivo testamento, o mosteiro recebe em 1295, uma doação feita pela sua Vigária, Sancha Lourenço, composta por dois casais em Papo de Rola e outros bens (não identificados) em Além Douro (que herdou de seu tio, Martim Soares Pacheca).⁶⁷¹ Uma sergente de D. Mor compra, para o cenóbio, três casais em Almalaguês, em 1299 e já, em 1302, D. Mor doa três casais em Lobazes a Domingas Peres que, pelo menos desde 1301⁶⁷², já aparece referida como vigária do convento

Quadro 10 – Bens Imóveis e Padroados do terceiro testamento de D. Mor Dias (1302)⁶⁷³

Bens	Localização		Concelho/Terra	Herdeiros
	Lugar	Freguesia/Termo		
16 casais Padroado (Ceira) Cabaneiras	Ceira Penacova	Ceira Penacova	Coimbra Penacova	Hospital de Ceira
2 casais 1 paço 1 vinha $\frac{3}{4}$ de moinho Cabaneiras Parte de 1 torre	Sebal Grande	Sebal Grande	Condeixa-a-Nova	Hospital de Ceira
4 casais	Rapoula	Sebal Grande	Condeixa-a-Nova	Hospital de Ceira
7 casais Vinhas Paços	Cardosas	Termo de Varride	Montemor-o-Velho	Hospital de Ceira
2 casais	Serra	Verride	Montemor-o-Velho	Hospital de Ceira
2 casais Parte de 1 almuinha Parte de 1 vinha 1 vinha	Vale de Milho	Abiul	Pombal	Hospital de Ceira
6 casais	Pereira	S. Vicente de Pereira Jusã	Terra de Santa Maria	Hospital de Ceira
2 casais	Maceeira	S. Martinho da Gandara ?	Terra de Santa Maria	Hospital de Ceira
1 olival	Alcara	S. António dos Olivais	Coimbra	Hospital de Ceira

⁶⁷¹ E mais 100 libras que lhe devia a sua mãe, D. Elvira. A pedido desta freira, em 1302, o rei D. Dinis intervem na partilha de bens que deve fazer com os seus irmãos, Vasco Lourenço e Maria Lourenço, ordenando às justiças do Reino que os abordem no sentido destas serem concretizadas.

⁶⁷² Ver em ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 24.

⁶⁷³ Quadro adaptado de Ana Paula Pratas Figueira Santos, *op. cit.*, vol. I, p. 126.

Bens	Localização		Concelho/Terra	Herdeiros
	Lugar	Freguesia/Termo		
4 casais Padroado	Pelmá	Pelmá	Alvaiázere	Hospital de Ceira
2 casais	Monforte	Almalaguês	Coimbra	Santa Cruz de Coimbra
1 vinha	Várzea	Santa Clara	Coimbra	Santa Clara de Coimbra
1 vinha	Santa Clara ⁶⁷⁴	Santa Clara	Coimbra	Santa Clara de Coimbra
1 almuinha	Santa Clara ⁶⁷⁵	Santa Clara	Coimbra	Santa Clara de Coimbra
Vinhas Olivais Cidrais Pomares 1 lagar	S. Romão	S. António dos Olivais	Coimbra	Santa Clara de Coimbra
3 casais Casas Pomares ¼ de moinhos 1/8 de moinhos	Soeiro Nogueira (?)	(?)	(?)	Santa Clara de Coimbra
3 casais 1 vinha 1 paço	Monflorado(?)	(?)	(?)	Santa Clara de Coimbra
2 casais	Torres do Bairro	Vilarinho do Bairro	Anadia	Santa Clara de Coimbra
1 casal	Roçairo	Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	Santa Clara de Coimbra
1 casal	Bairro Falcão	Vila Chã de Ourique	Cartaxo	Santa Clara de Coimbra
Casas	Rua da Moeda	Santa Cruz	Coimbra	Santa Clara de Coimbra ⁶⁷⁶
1 olival	Pedreira	Santa Clara	Coimbra	Santa Clara de Coimbra

Ao olhar as últimas disposições de Dona Mor Dias ressalta, de imediato, uma conclusão que deve ser interpretada. O facto de uma parte dos bens doados para a construção de Santa Clara aparecer agora atribuída ao hospital que ela deseja ver

⁶⁷⁴ Detrás do dormitório do mosteiro.

⁶⁷⁵ Diante da Igreja do mosteiro.

⁶⁷⁶ Estas casas são dadas a Constança Pais se não quiser morar no mosteiro, enquanto for viva e após a sua morte devem ficar para o mosteiro.

construído em Ceira⁶⁷⁷. Podemos pois dizer que os problemas defrontados podem ter conduzido D. Mor a tentar salvaguardar alguns dos bens entregues ao Mosteiro, aplicando-os numa instituição que seria gerida por ele (e, por isso, tacitamente lhe pertenciam) e mais intocáveis, pois destinados a manter uma obra caritativa⁶⁷⁸, muito importante para a época. Para completar a sua obra, manda ainda D. Mor que se venda o pão do seu celeiro de Abiul e com o dinheiro adquirido se construa um paço para o referido hospital.

Certo é que a obra foi levada a cabo, pois ela é preservada por determinação de D. João Martins Soalhães, quando o mosteiro é extinto⁶⁷⁹ e, anos mais tarde, em 1322, sabemos da contenda que existe entre o cenóbio e Martinho Canavezes, o hospitaleiro de Ceira. Assim, em 1322, as freiras queixam-se ao monarca, D. Dinis⁶⁸⁰ e ao papa⁶⁸¹, pelo facto de Martim Canaveses usurpar os bens e usá-los como seus. O rei determina que os bens sejam sequestrados, mas que se continue a manter no hospital os pobres que aí se acolham. O papa manda a D. Gil, cónego de Viseu, que seja juiz da causa.

Embora não se conheça o desfecho da questão, em 1326⁶⁸², Martim Canavezes, como provedor e administrador do hospital, doa-o aos seus dois filhos, Gil e Urbano e estabelece que este passe de geração em geração, pelo filho primogénito, dentro da sua família. Simultaneamente, em 1331⁶⁸³, dota a sua filha, Senhorinha Martins, casada com Gil Eanes, com 500 libras e umas casas, para que ela não possa ter qualquer outra parte nos seus bens (forma clara de a excluir da partilha dos bens do hospital). De tudo isto

⁶⁷⁷ A própria D. Mor diz, referindo-se à carta de dotação feita ao mosteiro, para a sua edificação: “da qual carta e doaçom eu mando tyrar casaes e herdades e dar-lhys houtras por elas entendendo hy prol do moesteyro e fazendo da mha alma (....) pera huum espital se fazer en Seyra”.

⁶⁷⁸ Associando esta doação ao sistema das chamadas Causas Pias cuja importância no sistema hospitalar e na acção caritativa de tantos particulares é muito bem explicada no trabalho de Luís Silveira, *Os três poderes de uma causa pia na Idade Média portuguesa: o exemplo do hospital dos Inocentes em Santarém*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta, policopiada, Lisboa, 2009.

⁶⁷⁹ Realmente, quando o mosteiro é extinto e os bens são dispersos, os únicos que permanecem juntos são precisamente os do Hospital de Ceira, como se lê em: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 15 (1322) e Mç. 4, doc. 21 (1344)

⁶⁸⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 15.

⁶⁸¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 33, doc. 14.

⁶⁸² Cf. TT, *OFM, PP, SCC, doc. régios*, Mç. 1, doc. 7.

⁶⁸³ Cf. TT, *OFM, PP, SCC, doc. régios*, Mç. 1, doc. 8.

pede o procurador do mosteiro, públicas formas. Em 1344, a contenda tem um desfecho, pois chega-se a uma avença, ficando o mosteiro com os bens em Vale de Milho, Abiul e Pelmá (incluindo o padroado da Igreja) e sendo os restantes destinados aos filhos de Marco Canavezes. Quanto ao Hospital, nada mais se diz.

No entanto, a preocupação de D. Mor Dias não irá ficar esquecida pois, após a “refundação” do mosteiro pela rainha D. Isabel, esta preocupa-se logo em construir, precisamente, um hospital, junto ao cenóbio⁶⁸⁴.

No entanto, como anteriormente se disse, ao retirar bens ao mosteiro, D. Mor não deixou de os substituir por outros e afirma, claramente, que a anterior dotação do mosteiro se mantém⁶⁸⁵, permanecendo, assim, Santa Clara com um grande pecúlio. Constituído, como se pode ver pelo quadro abaixo, com bens em torno do cenóbio, com o intuito de o acabar de construir e, possivelmente expandir, e ainda outros, relativamente próximos, de molde a facilitar a gestão dos mesmos.

Quadro 11 - Bens do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, em 1302

Bens	Localização	Origem
	Local / Concelho	
4 casais Vinha Parte de 1 paço Padroado	Zambujal / Condeixa-a-Nova	Dotação
2 casais	Janeia / Vila Seca / Podentes / Condeixa-a-Nova e Penela	Dotação
3 casais 1 casal menos ¼	Atadoa / Condeixa-a-Nova	Dotação
1 casal	Condeixa / Condeixa-a-Nova	Dotação
4 casais	S.Justo / Ameal / Coimbra	Dotação
3 casais	Cruz (Morouços) / Santa Clara / Coimbra	Dotação

⁶⁸⁴ Como aliás fazia parte do modelo mendicante que a rainha conhecia e imitava e de que iremos falar no capítulo seguinte do nosso trabalho.

⁶⁸⁵ E ainda dois casais em Monforte (Almalaguês), que doa a Santa Cruz.

Bens	Localização	Origem
	Local / Concelho	
1 casal Parte de 1 moinho e direitos	Cernache / Coimbra	Dotação
2 casais	Marmeleira / Terra de Santa Maria	Dotação
2 hortas	(além da ponte de Coimbra) / Santa Clara / Coimbra	Dotação
3 casais	Vila Pouca / Ameal / Coimbra	Dotação
1 olival	Montarroio / Santa Cruz / Termo de Coimbra	Dotação
1 vinha	Várzea / Santa Clara / Coimbra	3º Testamento
1 vinha	Santa Clara / Coimbra	3º Testamento
1 almuinha	Santa Clara / Coimbra	3º Testamento
Vinhas Olivais Cidrais Pomares 1 lagar	S. Romão / Santo António dos Olivais / Coimbra	3º Testamento
3 casais Casas Pomares ¼ de moinhos 1/8 de moinhos Casas	Soeiro – Nogueira (?)	3º Testamento
3 casais 1 vinha 1 paço	Monflorado (?)	3º Testamento
2 casais	Torres (do Bairro) / Vilarinho do Bairro / Anadia	3º Testamento
1 casal	Roçaio / Miranda do Corvo	3º Testamento
1 casal	Bairro Falcão / Vila Chã de Ourique/ Cartaxo	3º Testamento
Casas	R.da Moeda / Santa Cruz / Coimbra	3º Testamento
1 olival	Pedreira / Santa Clara / Coimbra	3º Testamento

Resta ainda saber o que, após a extinção e posterior refundação do convento, terá ficado, realmente, para Santa Clara. Alguns dos bens são facilmente rastreados, anos depois, pela gestão conventual, na posse das donas⁶⁸⁶, outros não⁶⁸⁷, uma vez que não ficou muito clara esta matéria. Certo é que D. Isabel teve de iniciar uma política

⁶⁸⁶ Sendo quase impossível ter a certeza de que são exactamente os mesmos, são, no entanto, em regiões que vão constituir os núcleos privilegiados de implantação de propriedade do mosteiro, como iremos ver.

⁶⁸⁷ Como, por exemplo, os que respeitam à região de Abiul, Almalaguês ou mesmo na cidade de Coimbra.

aquisitiva que lhe permitisse acabar, alargar e manter uma comunidade que ela previa para cem religiosas.

Podemos, então, concluir que a dotação do mosteiro feita por D. Mor, ao dispor, na última vontade, dos seus bens em favor do novo mosteiro por ela iniciado, com o apoio inequívoco dos Frades Menores e apesar da oposição violenta dos crúzios, seria suficiente para manter uma comunidade. Pois se assim não fosse, tão grande não seria a celeuma provocada. O que movia os cónegos não era tão só a “cobiça” do razoável património de D. Mor mas, com certeza, o incómodo provocado pela expansão dos mendicantes, numa cidade em que dominavam, ainda mais num terreno tão próximo do mosteiro feminino agostinho de Celas da Ponte⁶⁸⁸.

⁶⁸⁸ O que gera um conflito entre os dois cenóbios e mesmo a oposição da priora de Celas às clarissas. Uma vez que, em 1285 (TT, CR, *Convento de Santa Ana de Coimbra*, Cx. 1, Mç. 1), o bispo de Coimbra autoriza o mosteiro de Celas, devido às cheias do Mondego, a deslocar-se para uma vinha que lhes fora doada na Várzea. No entanto, esta instalação não deve ter sido realizada com êxito, porque, em 1316 (TT, CR, *Convento de Santa Ana de Coimbra*, Cx. 1, Mç. 1), a priora do convento dirige-se ao bispo de Lisboa, D. Estêvão, conservador dos privilégios da Ordem dos Frades Menores e das Clarissas, queixando-se da sua postura no que respeita à mudança das “suas instalações” e comunicando-lhe que querem continuar a sua apelação a Roma sobre esta questão.

1. 2. As instâncias e etapas de construção do património

1. 2.1. A protecção régia e pontifícia

A constituição do património é, para um convento, um processo de crucial importância e que concita o interesse de toda a comunidade envolvente, especialmente daqueles que com ela directamente se relacionam.

Assim, se a monarquia é, desde o primeiro momento, um dos principais apoios dos mendicantes no seu processo de instalação - visível na cumplicidade na fundação dos conventos de clarissas -, continua a ser necessário o seu apoio, bem como o interesse dos crentes, ao longo da vida da instituição, uma vez que, pelo seu modo de vida, estas mulheres necessitam do exterior para subsistirem.

As esmolas e a protecção da comunidade tornam-se então outras tantas formas apelativas dos monarcas exprimirem a sua piedade e cuidarem dos negócios religiosos e temporais destas donas “desamparadas e encerradas”, como elas próprias se classificam.

Numa sociedade do privilégio, onde a Lei só se aplica a um grupo de desfavorecidos que não são agraciados pelo favor régio, estas mulheres são, pela função que desempenham, um alvo preferencial do monarca para revelar a sua magnanimidade e exercer o ministério da justiça.

Assim, ao olhar para os privilégios concedidos pelos monarcas aos conventos femininos temos, no entanto, de colocar outra questão que se prende, não apenas com a vontade régia, mas acima de tudo com as necessidades das comunidades que, no dia a dia, experimentam dificuldades e que sabem que podem pedir “ajuda” junto do monarca.

Nesta perspectiva e no que ao património concerne, apesar do muito que se tem dito sobre a matéria, penso ser importante destrinçar os momentos e as oportunidades em que estes privilégios são outorgados. Pois não será de menor importância o tipo de favores concedidos, bem como a sua contextualização, descortinando dificuldades mas também processos que, por vezes escapam à lei e, por isso, são disfarçados sob várias capas.

O favor régio manifesta-se sob várias formas, sendo a mais comum, que aliás se aplica a todas as comunidades dentro do reino, a protecção sob a qual o monarca as

coloca, com os seus dependentes e respectivos bens.⁶⁸⁹ Esta protecção e “encomenda” são dispensadas para que assim ninguém ouse lesar os seus direitos⁶⁹⁰. Muitas vezes o privilégio chegará, em tempos de crise mais profunda, a conceder alojamento nos seus paços. Como acontece entre Junho e Dezembro de 1384⁶⁹¹ com a comunidade de Santa Clara albergada na alcáçova de Coimbra, devido às guerras com Castela. O rei interessa-se, pois, por tudo o que respeita à comunidade e às suas necessidades, especialmente no que concerne à subsistência material. Nesta se inscrevem as esmolas régias em numerário, diárias ou anuais, que se destinam ao “mantimento” do convento⁶⁹², a doação de esmolas⁶⁹³, algumas das quais revertem para o governo e

⁶⁸⁹ D. Afonso (cf. trasladado em D. João I – 1389) - Carta de protecção real - toma o mosteiro de Amarante em sua guarda - 1323 - (TT, *OFM, PP*, Mç. 19 e *Chancelaria de D. João III*, liv. 22, fl. 143 e 144); Carta de protecção real dada por D. João I (e sucessivamente confirmada por D. João II, D. João III e D. Filipe I), em que toma o mosteiro de Lisboa em sua guarda – s/data – (TT, *OFM, PP, SCL*, liv. 4, fl. 1v); D. Afonso IV – Carta de protecção real - toma o mosteiro de Santarém em sua guarda – 1326 – (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 828 e 829); D. Pedro – Carta de protecção real - toma o mosteiro de Santarém em sua guarda - 1358 (PF 1358) - (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 299) e outra igual (1379) - (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 828 e 829); D. Dinis – O rei recebe o mosteiro de Vila do Conde em sua guarda e encomenda. Carta de “encoutamento” – 1319 - (*Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 122v; referida em cópia da TT, *OFM, PP, SCVC*, Mç. 4, doc. 22 e Mç. 20, doc. 67); D. Dinis - Carta de protecção real ao mosteiro de Coimbra – 1318 – (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 11, doc. 30 e *doc. reg.*, Mç. 2, doc. 21).

⁶⁹⁰ Sendo muitas vezes o próprio rei a fazê-lo, como veremos.

⁶⁹¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 14 o que é reiterado nos restantes documentos deste período: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 2=Liv. 9, fl. 305v-306; Mç. 8, doc. 3; Mç. 22, doc. 49; Mç. 29, doc. 21; Mç. 37, doc. 21=Liv. 9, fl. 44-45.

⁶⁹² O mosteiro de Lisboa, que recebia, diariamente “por esmola” régia, 7 soldos, pede ao rei D. Afonso IV um “aumento”. O rei passa então a dar-lhes 10 soldos (1348) - (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 38, doc. 9); D. Fernando dá ao mosteiro de Portalegre, por esmola, 10 reais, em cada dia, de mantimento - 1387 (com PF. 1388) - (TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, liv. 54) D. João I – manda dar à comunidade de Portalegre por esmola, 182 libras e meia, anualmente, para ajuda e mantimento, bem como os resíduos de Evoramente (desde Abril do ano de 1394 até ao de 1395 será o primeiro ano) – 1395 – (TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Pacote F e Livro 54); D. Fernando doa, desde a data da carta, diariamente, ao mosteiro de Santarém 10 soldos de esmola para seu mantimento – 1-4-1367 - (TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 24v); D. João I confirma a esmola dada por D. Fernando de 10 soldos por dia, para mantimento e por esmola ao mosteiro de Entre-ambos-os-Rios – 1385 (PF. de 1391) – (TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 9).

⁶⁹³ D. Afonso III doa ao mosteiro de Santarém 153 estis de herdade na Valada – 1276 - (TT, *OFM, PP, SCS*, Liv. 24, fl. 22v-23) e mais 153 estis de herdade de pão na Valada, das quais o rei tem anualmente 76 moios de pão meado – 1276 (PF 1277) (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 877 e Liv. 24, fl. 22-22v e *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, volume 2, ed. Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, doc. 660, pp. 233-235); D. João I doa azenhas junto ao mosteiro de Vila do Conde e confirma a doação da terra (vários casais) da Macieira (da Maia) que lhes tinha sido dada por D. Fernando - 1385 - (Cópia – TT, *OFM, PP, SCVC*, Mç. 3, doc. 4 e Mç. 13, doc. 3, doc. 16 e doc. 20); D. Afonso IV doa todos os seus direitos e rendas dos moinhos da Ribeira de Condeixa e as casas na entrada de Condeixa, ao mosteiro de Coimbra, pelo preço/valor de 6 000 libras de dinheiros portugueses, casas e conchouso na vila de Condeixa, pelo preço/valor de 200 libras para se pagar do testamento da Rainha Isabel o que ela tinha aplicado para este cenóbio (para cumprimento do testamento da mãe que o obriga a comprar bens no valor de 36 000 libras para a comunidade

sustento de dependências e ovenças, como é o caso da enfermaria⁶⁹⁴ ou do hospital⁶⁹⁵ do mosteiro, ou ainda de bens imóveis⁶⁹⁶ com os seus respectivos direitos.

Mas a pobreza que estas mulheres constantemente invocam atrai, não apenas a protecção régia, mas também o seu privilégio. Neste estão incluídas as benesses que, sem prejudicar a aplicação da lei geral do reino, as isentam dela, de forma especial no que respeita às leis de desamortização. Em relação às Clarissas, a aplicação desta lei de D. Dinis encontra a resistência das comunidades e até da Regra de Urbano IV, que prevê a posse de bens por parte das professoras, a fim de se sustentarem na clausura.

Em consonância com esta situação e tendo em conta o apoio às fundações de mosteiros de damianitas, por diversas vezes os monarcas isentam-nas da lei geral, permitindo-lhes que comprem bens e que herdem os das professoras.

Mas este privilégio assume diversas formas, consoante o rei e a conjuntura mais ou menos favorável ao mosteiro em causa.

Assim, no caso de Santarém, a protecção do rei Afonso III que, como já referimos, se associa à fundação do cenóbio, oferecendo-lhes um novo edifício, possibilita-lhes herdarem os bens das professoras⁶⁹⁷. Mas, após as leis de desamortização, o privilégio nunca aparece generalizado a todo o convento, mas sim concedido,

conimbricense) - 1338 – (*Chancelaria de D. Afonso IV*, vol. II, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 205). Estas também podem ser oferecidas especialmente a uma freira como acontece com a abadessa de Entre-ambos-os-Rios, Mécia Álvares, a quem D. João I concede, em 1389, anualmente, 12 covados de pano de Londres, dos grandes, para se vestir “pela forma que o havia a abadessa, antes dela, no tempo do rei D. Fernando” in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 9. Concessão esta que parece ter como objectivo manter um *status* que, possivelmente, o convento estaria com dificuldades em manter.

⁶⁹⁴ Tal é o caso, em 1370, no cenóbio de Santarém in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 25. A abadessa do mosteiro mandou dizer ao rei D. Fernando que a sua freira, Branca Rodrigues da Azambuja morreu e que deixou bens (1 herdade na Azambuja) e que, não tendo herdeiros salvo o cenóbio, este pedia ao rei que pudesse ficar com a dita herdade que diziam valer 450 libras. O rei aceita o pedido e concede-lhes a dita herdade “por provisão da enfermaria” e das donas enfermas dele in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 25; Mç. 14, s/nº ; liv. 24, fl. 26-26v; *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 61 v.

⁶⁹⁵ Como acontece com o hospital, criado e dotado pela rainha D. Isabel, em Coimbra

⁶⁹⁶ Estes bens que são padroados, pedaços de terras e outros, serão tratados no capítulo seguinte do nosso trabalho.

⁶⁹⁷ D. Afonso III confirma um privilégio papal para que o mosteiro de Santarém possa ter renda e herdar os bens patrimoniais das professoras, em 1263, (ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº 1 e TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 22).

casuisticamente, a uma e outra freira. Tais são os casos de Leonor Afonso⁶⁹⁸, irmã do rei D. Dinis, Dórdia Martins da Silveira⁶⁹⁹, D. Clara⁷⁰⁰ ou Maria Esteves Mafarra⁷⁰¹, entre outras.

Atevemo-nos pois a dizer que existe uma situação algo complexa e que configura mesmo uma contradição legal. Pois se, pela regra e por privilégios papais⁷⁰² e mesmo régios (no caso de Santarém), as freiras podem herdar os bens das professoras, para se sustentarem, como é que as Leis de desamortização podem proibir as heranças dos professores à Ordem. Iremos ainda analisar no capítulo seguinte do nosso trabalho, a importância económica que revestem estas heranças que, podemos considerar, em alguns casos, como Santarém, onde não existe uma dotação inicial (pelo menos conhecida), como a única forma de subsistir. Sem as heranças das professoras o convento de Santarém, no século XIV, não seria viável.

⁶⁹⁸ Carta do rei D. Dinis em que diz que D. Leonor lhe pediu para poder deixar ao mosteiro de Santarém os seus bens de Mortágua (dados por D. Afonso III a Leonor Afonso e conf. a doação por D. Dinis, reservando o rei para si a colheita, em 1277 in TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 23 e *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fl. 29) e Azambuja. O rei consente, apesar das leis de desamortização, em 1292 (PF 1421) - (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 405 e 406).

⁶⁹⁹ D. Dinis concede ao cenóbio que este fique com os bens da freira Dórdia Martins Silveira, que já morreu e que herdara os bens dos pais, antes das leis de desamortização, em 1312 in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 257 e liv. 24, fl. 23v-24.

⁷⁰⁰ Licença do rei D. Dinis para que, à sua morte, a freira, D. Clara faça doação de bens ao mosteiro de Santarém (8 estis de herdade em Valada, no Reguengo das Donas e 1 vinha, olival e almoinha, em Valbom, termo de Santarém, em 1316 (inserta na carta de doação de 1320) in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 899 e 900. Confirmada por D. Afonso IV, em 1328 in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 675 e 676.

⁷⁰¹ D. Afonso IV confirma, em 1332, a carta de D. Dinis (1319) que possibilita a Maria Esteves Mafarra deixar os bens de família ao mosteiro. Em 1336, a carta é da abadessa a fazer a doação dos bens à comunidade (com reserva de usufruto, em vida) in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 259; D. Fernando confirma uma graça especial concedida por D. Pedro ao mosteiro de ficar com a posse dos bens (em Santarém e outros locais) de Sancha Garcia do Casal, à sua morte. Antes desta graça régia, os bens estiveram nas mãos de Pedro Afonso da Valada e depois da sua morte. foram os bens encampados ao cenóbio, pelos herdeiros. A comunidade arrendou-os, por algum tempo, a um dos herdeiros e à sua morte, em 1368, voltaram à posse do cenóbio in ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº 6 e TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 25-25v.

⁷⁰² Como já anteriormente referimos, o próprio papado, no seu programa fundacional, contempla esta necessidade e, ao longo dos anos, a preocupação mantém-se, como é visível pela bula de Alexandre IV (1260) em TT, *OFM, PP, SCS*, Liv.24, fl.10. Nesta, o Sumo Pontífice obriga as freiras a aceitar as rendas oferecidas pelo rei. Cinco anos depois, Clemente IV, após confirmar ao mosteiro todos os privilégios anteriormente concedidos pela Santa Sé (TT, *OFM, PP, SCS*, Liv.24, fl.12v), permite que este herde os bens das professoras em TT, *OFM, PP, SCS*, Liv.24, fl.13v-14.

Mas este privilégio é também concedido aos outros mosteiros de clarissas⁷⁰³, no seu conjunto ou a título individual. Caso paradigmático e de grande importância patrimonial é o que fica consignado pelo diploma afonsino concedido às freiras do cenóbio de Coimbra⁷⁰⁴. Assim, aos 21 dias de Junho de 1410⁷⁰⁵, na sé de Coimbra, perante Afonso Lopes, cônego e vigário geral do bispo D. Gil e do tabelião Pedro Afonso, compareceu Gil Eanes, criado e procurador de D. Beatriz Afonso Pimentel, abadessa do cenóbio conimbricense, que mostrou uma carta de privilégio concedido pelo rei D. Afonso IV, a 20 de Dezembro de 1356, da qual pediu uma pública forma, efectuada pelo escrivão Fernando Afonso.

No documento, refere-se expressamente que, contrariamente às leis de desamortização que não permitiam aos mosteiros comprar bens nem conservar os que recebiam a título de doação, legado ou herança, D. Afonso IV determinara (em data não indicada), a pedido da rainha D. Isabel, que o convento das clarissas fosse isento desta proibição. No entanto, esta carta não indicava o nome das religiosas beneficiadas, pelo que, em 1356, decidia-se a sua aplicação a todas as freiras que, à época, se encontravam no cenóbio, sendo então nomeadas trinta e seis. Interessante é notar a ausência, no cartório conventual, da anterior concessão da mercê, mencionada no diploma. Será que nunca existiu e foi unicamente aduzida para legitimar o privilégio concedido em 1356?

⁷⁰³ No caso de Lisboa, D. Afonso IV dá licença para poderem herdar os bens das donas que no mosteiro falecessem, em especial da freira Maria Miguéis, bens sobre que havia disputa com Lourenço Massa, em 1354 in TT, *OFM, PP, SCL*, Liv. 4; D. Fernando confirma a carta de D. Afonso IV (também confirmada por D. Pedro) que, por causa da sua pobreza, lhes tinha concedido licença para poderem herdar os bens das donas que no mosteiro falecessem, determinando ainda que para melhor se sustentarem, dali em diante possuiriam todos esses bens, desde a data da referida carta, em 1368 in TT, *OFM, PP, SCL*, Liv. 4 e *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 24. No caso de Entre-ambos-os-Rios, D. Dinis, por carta de 1305 concede a Inês Eanes, filha de João Peres Portocarreiro, que possa deixar os bens que agora tem ao Mosteiro. A freira tinha pedido esta mercê régia “por causa das posturas do reino” (num traslado de 1338) in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 20; D. Afonso IV, em 1323, concede à abadessa e freiras do mosteiro que possam doravante ficar com os bens das donas (que estão agora e as que vierem depois para o cenóbio) que aí morrerem, até à quantia de 300 libras de renda em cada ano e não mais - Traslado de 1338, a pedido do procurador do mosteiro ao juiz, porque disse que lhe filhavam, alguns cavaleiros, herdamentos da abadessa Inês Eanes e de outras donas in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 20; outro traslado de 1337 em TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 13; Em Vila do Conde, D. Dinis concede, em 1319, ao cenóbio que possa herdar os bens das suas religiosas in TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 123, referida numa cópia in TT, *OFM, PP, SCVC*, Mç. 4, doc. 22.

⁷⁰⁴ Já por mim estudado em: Maria Filomena Andrade, “O poder e o privilégio: o convento de Santa Clara de Coimbra em meados do século XIV” in *Olhares sobre a História. Estudos de Homenagem a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 79-88.

⁷⁰⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31 e liv. 9, fl. 147v-149.

Certo é que se enquadrava perfeitamente na política régia de favorecimento das clarissas de Coimbra⁷⁰⁶.

Em tempos de crise, estas mulheres estão determinadas a defender um património conservando-o intacto e rentável (desde que entra no Mosteiro) que, seria com certeza, à época, alvo de muita cobiça, por parte dos herdeiros e dos que poderiam ganhar com a sua venda. Terá sido possivelmente esta a preocupação partilhada pelo monarca.

Assim, a comunidade de Entre-ambos-os-Rios, em 1313, dirige-se ao monarca D. Dinis, solicitando a sua intervenção para resolver uma questão de bens de uma freira falecida, Guiomar Afonso Alcoforada. Esta tinha recebido, em vida, os bens da sua mãe - já depois das Leis da desamortização⁷⁰⁷, pelo que o Mosteiro os tinha de vender. Mas o cenóbio queixa-se, denunciando uma prática que então deveria ser comum. No processo de venda dos bens, os da “linhagem” da freira têm direito de preferência e só se estes os não quiserem é que se deve prosseguir, apregoando-os a quem mais der. Mas, queixa-se o cenóbio, que os da linhagem usam de “malícia”, para adiar a venda, uma vez que se os bens não forem negociados no espaço de um ano e um dia, estes ficam, gratuitamente, para a família. O rei concede-lhes o privilégio de que, a ser real este engano, possam vender os bens a quem os quiser⁷⁰⁸.

Permitem ainda os monarcas que algumas freiras comprem bens de raiz⁷⁰⁹ ou os recebam de outras, em vida, para subsistência⁷¹⁰.

⁷⁰⁶ Era mais comum, nos conventos, a concessão pontual, a uma ou outra freira, deste privilégio, como por exemplo, aconteceu com a dona de Santa Clara de Santarém, Dórdia Martins da Silveira: TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 257.

⁷⁰⁷ No que respeita aos bens paternos não há problema, pois foram recebidos pela freira antes da publicação das leis de desamortização.

⁷⁰⁸ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 8.

⁷⁰⁹ D. Dinis, em 1314, concede à freira Maria Esteves que possa comprar herdamentos, em Santarém e seu termo, no valor de 1 600 libras (TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 23v); D. Pedro permite, em 1360, que a abadessa da comunidade de Coimbra, D. Isabel de Cardona, possa comprar bens que rendam anualmente até 1 000 libras, para manter 1 capelão no cenóbio que cante diariamente missas (aniversários) pela sua mãe e irmão aí sepultados in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 40.

⁷¹⁰ É o que revela um documento de 1375 de Santa Clara de Lisboa, onde se pede a intervenção do rei, ao tempo D. Fernando, por causa de um foreiro que não quer entregar o foro de uma propriedade (uma herdade de pão, vinho e azeite, em Malapados, acima do Mosteiro de Chelas) ao convento. Este bem tinha ficado à comunidade de uma freira, Maria Peres do Algarve (já falecida), que a recebera em doação de Marinha Peres, também já falecida, para que esta freira a lograsse em vida e após a sua morte ficasse ao cenóbio in TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 175 v; em Santa Clara de Santarém, a freira Beringela Afonso apresentou uma carta régia de D. Afonso IV (1336 – *Chancelaria de D. Afonso IV*, vol.

No entanto, as preocupações são também de índole mais prática e debruçam-se ainda sobre a capacidade produtiva da terra que depende, à época, do trabalho braçal daqueles que nela vivem. Será por isso que, em momentos de maior crise económica, como na segunda metade do século XIV, quando existe uma grande fuga de mão-de-obra, D. Fernando compele os camponeses e mancebos do mosteiro escalabitano ao trabalho na agricultura⁷¹¹ e liberta dois dos seus caseiros do “serviço na fronteira”, desde que estes homens não sejam cavaleiros vilãos nem besteiros do conto⁷¹². Já anteriormente, no reinado de D. Afonso IV, em 1336, a pedido da abadessa de Santarém, Maria Esteves Mafarra, que tem bens em Santarém e que neles tem homens que procuram e administram essa fazenda, mas que o concelho requisita, o rei manda-lhe escolher um homem, peão, para procurar as suas herdades, ficando este escusado de servir o concelho⁷¹³.

Em 1398⁷¹⁴, D. João I ordena que não constrenjam os homens que trabalham a soldo para o cenóbio de Entre-ambos-os-Rios, a servir por mar ou por terra, de molde a que o convento não tenha razão para se queixar. Em Coimbra, a abadessa aduz uma carta régia que ordenava que não constrangessem os moradores em aldeias, quintas, vinhas, olivais, herdades e casais do cenóbio a fazer serviços nos seus lugares. Face a isto, apresenta a D. Pedro um agravo que tem contra o concelho, que obriga um morador na aldeia de Urzelhe, lavrador de um casal do mosteiro, a talhar a carne do concelho e que isso o prejudicava e por essa razão lhe “filhariam” o casal. O rei manda, então, que o homem não seja obrigado a esse trabalho⁷¹⁵.

II, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 100-101), em que esta comunica ao rei que à morte da sua irmã, Catarina Afonso, também freira, tinha ficado ao mosteiro uma herdade nas Pereiras, em Toxe e que este lha queria dar para seu sustento. O rei consente nisto e manda que, após a morte da freira, a propriedade seja vendida a leigos (1337) in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 960 e 961.

⁷¹¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 422 e 423.

⁷¹² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 24 e Liv. 24, l. 25v-26.

⁷¹³ TT, *Chancelaria de D. Afonso IV*, vol. II, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 212-213.

⁷¹⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 15, fl. 10v-11 (4º doc).

⁷¹⁵ E acrescenta ainda que se vendam bens (primeiro móveis e se não houver, os de raíz) do concelho para pagar ao mosteiro as custas. Esta sentença é dada em 1363 in TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 17.

Em muitos casos, favorece também os mosteiros isentando os seus bens do pagamento de determinados impostos, como a jugada da quinta da Goupeneira⁷¹⁶ do convento de Santarém, ou dando privilégios no que respeita ao abastecimento de madeiras, permitindo ao cenóbio de Coimbra que possa utilizar madeira seca (para queimar), da mata real do Botão⁷¹⁷.

Mas não são apenas privilégios o que o rei concede às comunidades religiosas, mas também a sua protecção, por exemplo, em caso de graves litígios. Assim, várias são as questões com os senhores que concitam a intervenção régia, em especial nos mosteiros mais ricos, como o de Coimbra e devido, especialmente, a direitos senhoriais como a aposentadoria, que muitas vezes é usado de forma abusiva quer pelos senhores⁷¹⁸ quer pelo próprio rei, através dos seus oficiais⁷¹⁹, prejudicando os haveres e o sustento do convento. Disto mesmo se queixa Entre-os-Rios, no que concerne ao seu couto, pedindo a mercê régia⁷²⁰ para resolver a situação, pois a sua localização, entre outros factores, concita o interesse e a ganância de muitos senhores.

⁷¹⁶ Carta de D. Fernando, em 1377, dirigida ao alcaide, escrivão e jugadeiros de Santarém, isentando de jugada (de pão, vinho, nem de nada do que se lavar e colher) a quinta da Goupeneira in TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 4, fl. 8v.

⁷¹⁷ Carta de D. Fernando, em 1371, dirigida aos guardadores da mata real do Botão, que refere explicitamente que é um privilégio anterior: “tal como o podiam fazer no tempo do meu pai” in TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 70v.

⁷¹⁸ D. João I, em carta dirigida aos corregedores, juizes e justiças do reino, em 1391, manda dizer que o convento se queixou dos agravamentos que recebem dos ricos-homens e de outros poderosos que lhes pousam em suas igrejas, pousadas e lugares e lhes tomam aí casas, pão, vinho e carnes, por que se hão-de manter e pagar os encargos das ditas igrejas. E pedem ao rei remédio para isto. O rei manda a João Gomes da Silva e aos outros poderosos que não pousem nas suas casas, nas suas adegas, cavaliças e não lhes tomem as suas igrejas e lugares de pão, nem vinho, nem outras coisas contra sua vontade in *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, org. e revisão geral por João José Alves Dias, volume II, tomo 1 (1385-1392), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. II-513, p. 271.

⁷¹⁹ D. Pedro, em 1365, informa os juizes de Coimbra e Montemor-o-Velho que a abadessa e convento das clarissas de Coimbra lhe enviaram dizer que elas têm pão e vinhos de suas herdades e gados nessas vilas e seus termos e que quando acontece que o rei ou os infantes se deslocam a esses lugares, estes oficiais mandam-lhes tomar esses bens e vendê-los, contra a sua vontade, e que são para o mantimento do seu mosteiro, o que lhes provoca grande dano. O cenóbio pede ao rei que lhes faça mercê sobre isto e o monarca isenta-as deste serviço in *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1984, p. 460.

⁷²⁰ D. Fernando, em 1376, em carta dirigida ao meirinho de Entre-Douro-e-Minho e a todas as outras justiças da comarca, diz que a abadessa lhe enviou dizer que, antes dela estar no mosteiro, alguns fidalgos grandes e outros de “menores estados” pousavam no seu couto e no burgo dele, do que só recebiam agravo e que lhe despovoavam as herdades de lavradores. E pedem por isto mercê ao monarca, que lhes concede que nenhum fidalgo ou pessoa de menor condição possa pousar no couto e no seu burgo in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 24 e o 2º doc do Mç. 50, doc. 17 e o 3º doc do Mç. 50, doc. 15.

Mas outros abusos⁷²¹ e questões de justiça⁷²² são ainda levados ao rei para serem resolvidos, pois este é o natural protector das clarissas.

Face à fragilidade destas mulheres enclausuradas e devido ao grande número de pleitos que resultam de todos os abusos enunciados, os cenóbios necessitam de pessoal especializado para os defender, pedindo ajuda aos reis, que encontram vários meios para agilizar os litígios, quer dando-lhes acesso a terem mais procuradores⁷²³, quer promovendo a celeridade dos processos⁷²⁴.

Mas, muitas vezes, estas situações de privilégio conduzem a abusos dos próprios conventos, que os monarcas enfrentam, utilizando toda a sua autoridade, como os já citados no que respeita aos bens doados por Châmoa Gomes ao mosteiro de Entre-os-Rios⁷²⁵, ou sobre as jurisdições exercidas no couto, pelas freiras⁷²⁶ ou ainda no tocante a direitos⁷²⁷ e ainda, em Santarém, sobre questões de propriedade de alguns dos bens⁷²⁸.

⁷²¹ Por exemplo o não pagamento de foros: o rei D. Dinis, em 1295, manda apregoar umas casas em Lisboa, de um devedor ao mosteiro escalabitano de 300 libras. Mas como não as vendera, manda entregar as casas ao cenóbio e quem more nelas pague o foro in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 812 e 813. Algo de semelhante se passa em Coimbra, onde o rei D. Fernando intervém a favor do cenóbio, para que se lhe pague um foro, em 1370 in TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 19.

⁷²² D. Dinis, em 1295, dizia que D. Sancha Ordonhes, freira do convento de Entre-os-Rios, disse ao rei que ela tinha um herdamento em Chaves e que Afonso Rodrigues a esbulhou dele. O monarca manda que as duas partes sejam ouvidas e, se for como diz a abadessa, que lhe devolvam a propriedade. Lida a carta, foi decidido dar o bem à referida freira in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 5. E ainda no que respeita à posse e partilhas de fazendas, bem como o cumprimento de cláusulas testamentárias e tantos outros, como é visível na acção paradigmática de D. Afonso IV, no que concerne ao cenóbio conimbricense, e ainda pelo cumprimento de testamentos, em 1343 (TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 7) e 1344 (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 21); 1351 – (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 31, doc. 4); 1352 (TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 12 e liv. 9, fl. 290-292v e 298-302v); 1353 - (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 28, doc. 4 e TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 14 e liv. 9, fl. 135-136v); 1361 - (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 31 e liv. 10, fl. 258-260); traslados em 1353 e 1360 de uma carta régia (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 38 e Mç. 22, doc. 37, respectivamente).

⁷²³ D. Pedro, em 1358, concede ao convento de Santarém, que recebam nos seus feitos, preitos e demandas civis, procuradores, mesmo que sejam procuradores do número ou tenham dois ou mais feitos in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 276. D. Fernando, em 1377, concede o mesmo ao mosteiro de Coimbra, que necessita de procuradores para os seus feitos in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 30, doc. 8.

⁷²⁴ D. Pedro, em 1359, requer às justiças dos seus lugares e julgados onde o mosteiro de Santarém tiver os seus feitos, cada dia que tiverem de fazer conselho que as ouçam, para não ficarem agravadas. Com um traslado de D. Fernando de 1379 in TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 26v-27 e Mç. 1, doc. 30).

⁷²⁵ Veja-se o que é dito mais adiante, no nosso trabalho.

⁷²⁶ Veja-se o que é dito mais adiante, no nosso trabalho.

⁷²⁷ D. Dinis tem uma contenda com a abadessa do mosteiro de Entre-os-Rios, por causa de 3 quartos de vinho que o cenóbio leva de cada barca de vinho, por portagem. O rei abre deles mão para a comunidade mas mantém o seu direito, em 1280 in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 12.

Neste contexto, surge, da parte de alguns monarcas, a necessidade de pôr ordem no privilégio, recorrendo aos tribunais e a outros meios de coacção.

Apesar destas circunstâncias e na maioria das vezes, os reis, protectores da Igreja e defensores dos fracos - em que se inclui a mulher -, limita-se a confirmar, indiscriminadamente, todos os privilégios, liberdades, foros, usos e (bons) costumes dos mosteiros⁷²⁹, revelando, na prática corrente, a sua magnanimidade.

No que respeita ao papado, a protecção é também bem visível, neste século e meio de história dos mosteiros de clarissas em Portugal, especialmente por parte de Alexandre IV (1254-1261), Urbano IV (1261-1264), Clemente IV (1265-1268) e Clemente V (1305-1314), responsáveis pela fundação e apoio aos conventos em estudo. Os papas seguintes, mesmo face aos problemas e instabilidade da crise atravessada pela Igreja⁷³⁰, continuam a apoiar as urbanistas, que mantêm sob a sua protecção.

Assim, o papado que, como atrás foi referido, através da regra de Urbano IV, conferiu às clarissas a possibilidade de possuir bens para o seu sustento, reforça, por várias vezes esta postura⁷³¹ face à sustentabilidade dos cenóbios.

⁷²⁸ Como é o caso de D. Afonso IV, que entra em litígio com Maria Esteves, freira do mosteiro de Santarém, por esta ter herdamentos no reguengo régio do Campo de Toxe, contra a lei do reino. A freira argumenta que os bens lhe ficaram do pai e da mãe e que pagava foro ao rei (aliás, como outros herdeiros). Pede a mercê régia para que os deixe trazer em vida e que os possa vender em vida a leigos, ou deixá-los à morte a leigos que paguem o foro ao rei. O rei concede-lhe esta mercê, em 1331 e 1333 (nesta data parece ficar resolvido o problema) in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 757 e 758 e ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº 3)

⁷²⁹ No que respeita a Santarém: D. Fernando, em 1367 in TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 38v e D. João I, em 1385 in TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 90 e *Leitura Nova*, Liv. 6 de Guadiana, fl. 256; em Entre-ambos-os-Rios, D. João I, em 1385, in TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, fl. 35 e *Leitura Nova*, Liv. 2 de *Além Douro*, fl. 93 e de novo, em 1386, in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 57, doc. 2; em Vila do Conde: D. Pedro, em 1357, in TT, *Chancelaria de D. Pedro, (1357-1367)*, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1984p. 63; D. Fernando, em 1367, in TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 36v, e de novo, dez anos depois, em 1377, in TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 200v e com a cópia in TT, *OFM, PP, SCVC*, Mç. 13, doc. 16 e referida noutra cópia, in TT, *OFM, PP, SCVC*, Mç. 3, doc. 1 e D. João I, em 1385, in TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 137v e *Leitura Nova*, Liv. 2 de *Além Douro*, fl. 116v, com cópia in TT, *OFM, PP, SCVC*, Mç. 12, doc. 15 e ainda, em 1387, in TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 180; no caso de Coimbra: D. Fernando, em 1367, in TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 38.

⁷³⁰ Referimo-nos ao papado de Avinhão, que decorreu entre 1305 e 1377 e depois o Cisma do Ocidente (1378-1417) que abalaram fortemente as estruturas e o poder do papado.

⁷³¹ Clemente IV, pelo breve de 14-10-1265, *Devotionis vestrae precibus*, dirigido ao convento de Santarém in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, doc. 27B, 1º env. e liv. 24, fl. 13v-14; João XXII, na bula de 1319, dirigida ao cenóbio de Vila do Conde in TT, *OFM, PP, SCVC*, Mç. 25, doc. 18, doc. 40 e doc. 42.

Mas o privilégio pontifício que se tornou o mais importante para as menoretas e que mais problemas, por isso mesmo, lhes reservou, foi a isenção da dízima e de todos os outros impostos lançados pelos ordinários, legados pontifícios ou núncios e contribuições pedidas pelos príncipes e outras pessoas seculares. Consignado na bula de Bonifácio VIII, *Laudabilis Sacra Religio*⁷³², datada de 3 de Julho de 1296, é, por isso, um documento presente em todos os cartórios conventuais, no original ou em pública forma. E é confirmado por sucessivos papas⁷³³, revelando bem as dificuldades de aplicação do mesmo. Esta carta, concedida a todos os cenóbios de clarissas, é um privilégio único e de enorme importância para o património das comunidades,

⁷³² É mostrada para pública forma a bula de Bonifácio VIII, em 1352, para o convento da Guarda in TT, OFM, PP, SCC, Mç. 5, doc. 9; em 1300 é apresentada por Frei Francisco, OFM, que por uma carta do bispo de Lisboa, D. João, manda cumprir a bula in TT, OFM, PP, SCS, liv. 24, fl. 15v-16; em 1399 é apresentado pelo procurador do mosteiro de Santarém in TT, OFM, PP, SCS, Mç. 6, doc. 253; Um traslado, em 1299, é pedido por Frei Martinho Viegas, OFM, a um tabelião de Santarém que se encontra no mosteiro do Porto in TT, OFM, PP, SCP, Mç. 67, doc. 29; João XXII, a 17-9-1317, em carta dirigida a todas as clarissas, “recomenda” a carta de Bonifácio VIII, sobre as dízimas. Disto é pedido um traslado (PF. 1327), pelos procuradores do cenóbio do Porto, ao bispo que o manda fazer in TT, OFM, PP, SCP, Mç. 67, doc. 30; bula de João XXII, de 1326, sobre a isenção de dízimas e outras contribuições, tal como o anterior privilégio dado por Bonifácio VIII in TT, OFM, PP, SCVC, Mç. 25, doc. 9; privilégio papal de 1326, de João XXII, de isenção de dízimas e outras contribuições, que refere o anterior dado por Bonifácio VIII, sobre o mesmo para o mosteiro de Coimbra in TT, OFM, PP, SCC, doc. pontificios, Mç. 1, doc. 5; carta de 1334, do papa João XXII dirigida aos bispos de Braga, Évora e Viseu e a todos os prelados, reitores e clero, para que a todas as abadessas e conventos de monjas inclusas e sorores de Santa Clara ou de S. Damião ou Minoretas cumpram os seus privilégios, dados por Bonifácio VIII e pelos seus predecessores in TT, OFM, PP, SCC, Mç. 18, doc. 25; pública-forma de 1338, do privilégio papal de João XXII, de 1326 sobre a isenção de dízimas e outras contribuições que refere o anterior dado por Bonifácio VIII, sobre o mesmo, para dar ao bispo de Coimbra in TT, OFM, PP, SCC, Mç. 17, doc. 21; outra pública-forma, de 1338, feita a pedido do rei, da bula do privilégio de Bonifácio VIII sobre a isenção da dízima, pedida ao bispo de Coimbra pela abadessa da comunidade, depois de mostrada a dita bula pela abadessa de Santarém in TT, OFM, PP, SCC, doc. reg., Mç. 1, doc. 6; 1327, 7 de Maio, Avinhão : «*Ulixbonen. et AEgitanien. ep.is mand. pro informatione super gravaminibus illatis ep.o et capit. Colimbrien. praetextu privilegii a PP. concessi abbatissis et conventibus monialium inclusarum, sive s. Clarae, sive s. Damiani, sive Minorissae dicantur, ut de possessionibus ab iis acquisitis et acquirendis decimasolvere non teneantur et occasione terrarum ac possessionum quae ex donatione seu emptione Elisabeth reginae Portugaliae monasterio s. Clarae prope pontem civit. Colimbrien., ord. ejusd. sanctae, applicentur, ex quibus dictus ep.us et capit. decimas percipere consueverant.*» (ASV, Reg. Aven. 27, fl. 228b; Reg. Vat. 83, ep. 1607 em Jean XXII (1316-1334): *lettres communes analysées d'après le registres dits d'Avignon et du Vatican*, ed. Guillaume Mollat, vol. V, Paris, De Boccard, 1940, n° 28655).

⁷³³ 1325, Out. 14, Avinhão: «*Univ. abbatissis et conv. monialium inclusarum sive ord. s. Clarae, sive s. Damiani seu minorissae dicantur, indulgetur ad instar Bonifacii Papae VIII ut ad praestationem decimarum de quibuscumque bonis suis vel ad contribuendum in procuracionibus quorumlibet ordinariorum seu legatorum S. A. minime teneantur.*» ASV, Reg. Aven. 24, fl. 66a; Reg. Vat. 80, ep. 72 em Jean XXII (1316-1334): *lettres communes analysées d'après le registres dits d'Avignon et du Vatican*, ed. Guillaume Mollat, vol. V, Paris, De Boccard, 1940, n° 23566 e Cf., *Bullarium Franciscanum*, Eubel t. V, p. 590, n. 293; 1335, Jan. 8, s.d.: «*Pro universis abbatissis et sororibus monasteriorum ord. s. Clarae, exemptio a praestatione decimarum, exactionum, procuracionem etc.*» (ASV, Reg. Vat. 119, n. 965 em Benoît XII (1334-1342): *lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican*, par J.-M. Vidal, Paris, Fontemoing, 1902-1911, n° 9381).

originando, por isso, acesas e ásperas questões com os párocos e bispos e até os com reis dando, por vezes, azo à intervenção papal para a resolução dos conflitos.

Assim, quando, em 1320⁷³⁴, o rei obtém do papa João XXII uma bula que o autoriza a reter durante três anos a dízima do rendimento de todas as Igrejas do reino, para aplicar no apetrechamento e fortalecimento da marinha de guerra, com o objectivo de enfrentar a pirataria moura, os mosteiros de clarissas também se encontram no rol dos taxados⁷³⁵. Encarregados da missão de cobrar os respectivos proventos são o bispo de Coimbra, o deão da Sé e o nuncio João de Solerio. Com este encargo levado a cabo pelo bispo e nuncio (devido ao falecimento do deão), percorreram todo o país apenas não taxando, de acordo com o privilégio expresso na bula, as igrejas da Ordem do Hospital.

No entanto, em Coimbra, a situação complica-se, pois o mosteiro não acata a ordem. Logo em 1321⁷³⁶, publica uma apelação à Igreja de Roma, contra o bispo de Coimbra, D. Raimundo, priores e reitores da cidade e outros que não respeitam o privilégio que lhes foi concedido por Bonifácio VIII, de isenção das dízimas. No mesmo ano⁷³⁷, o cenóbio reitera a apelação e queixa contra o cabido de Coimbra, que chegou a fazer execuções para receber o imposto. O cabido diz não conhecer qualquer privilégio atribuído às igrejas da sua diocese e pede ao mosteiro uma cópia do privilégio para poder dar resposta. Este solicita, entretanto, mais algum tempo (quinze dias) para exhibir os seus privilégios⁷³⁸.

O papado, através de João XXII, responde, apoiando e defendendo o privilégio das clarissas. Ainda no ano de 1321⁷³⁹, envia um rescrito a respeito desta causa que o cabido de Coimbra intenta contra o mosteiro e, no ano seguinte⁷⁴⁰, a instâncias

⁷³⁴ Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 188.

⁷³⁵ Ver Lista de 1320-21 em Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2ª edição organizada por Damião Peres, volume IV, Porto-Lisboa, 1971, p. 90-144.

⁷³⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 14.

⁷³⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 4

⁷³⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 11.

⁷³⁹ TT, *OFM, PP, SCC, doc. pontifícios*, Mç. 1, doc. 3

⁷⁴⁰ TT, *OFM, PP, SCC, doc. pontifícios*, Mç. 1, doc. 4

reiteradas das freiras, o sumo pontífice relembra a obrigatoriedade de respeitar a referida isenção.

Não obstante, a questão reacende-se, já no final do século, em 1381⁷⁴¹, em relação agora aos bens de Montemor-o-Velho, que é uma igreja do padroado do mosteiro e, por isso, abrangida pelos seus privilégios.

Entretanto o cenóbio, em 1381⁷⁴², entrega 45 libras, sob protesto, aos colectores da dízima (que o papa entregou ao rei), pois, lidos os diplomas que possuíam, os procuradores de Santa Cruz acharam que as freiras não deviam estar isentas deste tributo

Mas o cenóbio não pagará a totalidade do que era devido e o sacador das dívidas do bispado de Coimbra, que recebera das clarissas a dízima dos bens da Igreja de Montemor-o-Velho (50 libras) e a a Igreja de Sangalhos (11 libras e meia), num total de 61 libras e meia, afirma, em 1383⁷⁴³, que a abadessa não pagara as 22 libras do mosteiro, porque se dizia isenta.

Será, contudo, a intervenção régia que sanará a questão, pois D. Fernando, em 1383⁷⁴⁴, numa missiva dirigida aos sacadores e recebedores dos redízimos do papa do bispado de Coimbra, manda que, face aos privilégios pontifícios, as freiras não sejam constrangidas a pagar a dízima e o que já pagaram lhes seja devolvido. No mesmo ano⁷⁴⁵ e perante esta mercê régia e os privilégios apresentados, o recebedor das dízimas retira o convento do rol dos devedores e manda devolver-lhe um cálice (que não é entregue porque o almoxarife já não o tem) que tinha levado como penhor.

Também as freiras de Santarém, em 1380⁷⁴⁶, protestam por dizerem que o mosteiro não devia pagar a dízima (70 libras), pedida pelo papa Gregório XI e de que tinham entregue metade ao seu recebedor, em Lisboa. Em 1393⁷⁴⁷, pagam 453 libras e 5

⁷⁴¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 48 e Mç. 28, doc. 10

⁷⁴² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 30, doc. 9

⁷⁴³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 51

⁷⁴⁴ TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 2, fl. 102v e liv. 3, fl. 68 v.

⁷⁴⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 28, doc. 11.

⁷⁴⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 840.

⁷⁴⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 227 e 228

soldos ao rei, por “compromisso” que o bispo e seus clérigos fizeram, o qual as freiras se recusam a solver, por se dizerem isentas, e apelam para Roma, enviando João Bernardes como seu procurador, contra o bispo de Lisboa, D. João e João Domingues, cónego da Sé de Lisboa, colector do papa Bonifácio. Dois anos volvidos ⁷⁴⁸, tornam a apelar para Roma, contra o bispo lisboeta.

Mas outros casos há que denunciam a existência de conflitos mais graves, onde o rei ou a autoridade eclesiástica desempenham papel de relevo, como árbitros ou como força de pressão. Alguns arrastam consigo delicadas questões de foro eclesiástico, como as que se prendem com a mudança de convento de algumas freiras⁷⁴⁹, fugidas⁷⁵⁰ ou mesmo com prévia autorização do superior⁷⁵¹. Nestas mudanças⁷⁵², subsiste a preocupação com os bens das professoras e a forma como acautelar a sua posse por parte das entidades envolvidas.

Um dos casos mais emblemáticos opõe Santa Clara de Santarém ao mosteiro de Alcobaça, por causa das posses de três freiras: Fruilhe Martins, Elvira Henriques e Sancha Fernandes, que fugiram do primeiro e são acolhidas junto das cistercienses, em Cós. Esta questão é levada à corte de Roma, pela autoridade da abadessa e de D. Leonor Afonso⁷⁵³, filha bastarda de D. Afonso III, que à época era professa no mosteiro escalabitano. O papa Clemente V, em 1307⁷⁵⁴, para resolver a questão, nomeia como

⁷⁴⁸ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 3, nº 2.

⁷⁴⁹ Tal é o caso de três freiras - Elvira Henriques, Fruilhe Martins e Sancha Fernandes – que, abandonando o convento de Santarém para ingressarem no de Cós, dão origem a uma contenda entre Alcobaça e as clarissas, pela posse dos bens destas, que já fazem parte do património do convento escalabitano. Veja-se sobre esta questão: TT, *OFM, PP, SCS*, Mç.22, doc.28 e doc.40.

⁷⁵⁰ Como acontece em Santarém. Veja-se o caso de Constança Peres do Casal, documentada nas Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

⁷⁵¹ Ver o caso de Coimbra, no que respeita a Teresa Afonso de Melo (que irá para superiora do mosteiro de clarissas em Benavente dos Campos) ou o de Beringela Fernandes Ferraz em Entre-ambos-os-Rios (que vai ser abadessa de Vila do Conde).

⁷⁵² A mobilidade das freiras e as suas razões e objectivos são problemas que ainda não estão estudados, mas que é importante equacionar como uma das formas mais importantes de gerir influências e revelar poder.

⁷⁵³ Petição (realizada entre 1294 e 1303) ao papa Bonifácio VIII sobre a questão da fuga e pretensão dos bens de três freiras de Santa Clara, por parte de Alcobaça. Após a morte de Fruilhe Martins, o Mosteiro de Santa Clara toma posse dos seus bens e os frades de Alcobaça com os seus homens armados expoliam-nas dos referidos bens in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, doc. 28, 4º env.

⁷⁵⁴ Clemente V, bula *Conqueste sunt nobis* de 4-10-1307, in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, doc. 40, 6º env. e liv. 24, fl. 16-16v.

juizes da causa⁷⁵⁵ a Mestre Estêvão, arcediogo de Santarém, João de Alprão, cónego de Viseu e Martim Dade, cónego de Lisboa, que intimam as duas partes a comparecer para se fazer justiça. Não se fala da resolução do caso, o que nos pode levar a concluir que as freiras terão realmente ficado em Cós e para lá terão levado os seus bens⁷⁵⁶.

Embora de diversa índole todas as questões revelam a relação que o papado mantém com as clarissas e o seu papel disciplinador e protector junto destas mulheres encarceradas.

⁷⁵⁵ Interessante é uma carta de D. Dinis, de 1302 (com P.F. de 1306) em que o monarca cita os mosteiros de Alcobaça e o de Santa Clara para que tomassem conhecimento da nomeação papal do bispo e do arcediogo de Lisboa para juizes da demanda que existia entre eles. Esta missiva contém ainda uma cópia da bula de nomeação do papa Bonifácio VIII de 18-6-1302 in ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº2. O que revela uma primeira tentativa do papa apoiada pelo rei que, possivelmente, não será executada, uma vez que há uma posterior nomeação de novos juizes para a causa.

⁷⁵⁶ Aqui seria necessário um estudo da documentação de Alcobaça (que não realizei), para procurar o resultado, possivelmente favorável a este. No entanto, o estudo de Saúl Gomes sobre Cós e alguns dos documentos que publica, revelam que as freiras em causa permanecem em Cós e que lá continuam a usufruir dos seus bens. Cf. *Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós*, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, volume 1, Coimbra 2002/2002, p. 141-160.

1.2.2. As aquisições das freiras e da comunidade

Olhemos agora para a política aquisitiva seguida pelos mosteiros de clarissas, tentando dar uma imagem “em movimento” do ritmo de aquisições das comunidades em estudo.

No afã de procurar atrair o interesse ou a devoção de alguns leigos, é através dos homens da sua confiança ou da sua família que podem aspirar a manter um estilo de vida compatível com a sua situação de clausura. Esta preocupação mantém as freiras, directa ou indirectamente, ligadas ao século, buscando, de várias formas, angariar os bens que, bem geridos, poderão viabilizar a vida comunitária.

Muitos dos mecanismos utilizados são consignados em contratos, mas outros só se encontram referenciados indirectamente na documentação, e são detectáveis quando os bens das monjas integram o património do mosteiro, por dote e/ou por herança, já para não falar das doações feitas em vida, directamente ao cenóbio e também a dependentes do mesmo, que, posteriormente, revertem para a comunidade.

Neste emaranhado de relações, é crucial colocar alguma ordem, para perceber os processos e legitimar a construção patrimonial, conscientes de que este interesse é, em muitos casos, velado e escondido pelas protagonistas.

Em primeiro lugar, importa esclarecer que, para a análise que vamos realizar, tivemos em linha de conta as formas de aquisição documentadas que são as mais comuns em todas as instituições monásticas⁷⁵⁷ e que contribuem para o acréscimo patrimonial: compras, legados e doações⁷⁵⁸. À parte, mas ainda neste capítulo, considerámos os escambos, porque estes, não constituindo formas de aumento de propriedade⁷⁵⁹, são, no entanto, importantes para a análise da construção e rentabilização patrimonial.

Abordaremos ainda outras duas formas de aquisição muito importantes, na maioria dos conventos femininos, e mais significativas, pelo volume de bens que fazem

⁷⁵⁷ Como vamos procurar demonstrar ao longo do nosso estudo.

⁷⁵⁸ Assim, nesta primeira análise, não contemplaremos nas representações gráficas, nem na nossa análise, os escambos.

⁷⁵⁹ Neste aspecto, seguimos Iria Gonçalves *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 56, que assim o considera.

entrar no cenóbio, o dote e a herança das professoras⁷⁶⁰. Quanto ao primeiro, não existe, nos fundos documentais estudados, qualquer instrumento escrito, embora haja uma referência à sua existência⁷⁶¹, como “enxoval”, bens e dinheiros entregues ao convento. Interessa, assim, argumentar sobre a sua existência legal e, essencialmente, sobre o papel que pode desempenhar no património comunitário. Quanto às heranças das professoras, proibidas pelas leis de desamortização, são fundamentais para o sustento das comunidades, que, por isso, obtêm, a nível individual ou colectivo, o privilégio de as poderem deixar ao seu mosteiro. Referidas apenas indirectamente na documentação, consideramo-las num capítulo à parte⁷⁶².

Ao analisar a representação gráfica das aquisições dos mosteiros de clarissas, torna-se evidente que, com excepção de Coimbra, com um pico muito acentuado nas décadas de 20 e 30, o volume aquisitivo se mantém baixo e constante, ao longo dos finais do século XIII⁷⁶³ e durante o século XIV. Esta situação revela, de qualquer forma, um certo pauperismo, uma vez que estamos a lidar, com excepção do referido “pico” de Coimbra (que iremos explicar), com uma, duas, no máximo seis operações aquisitivas.

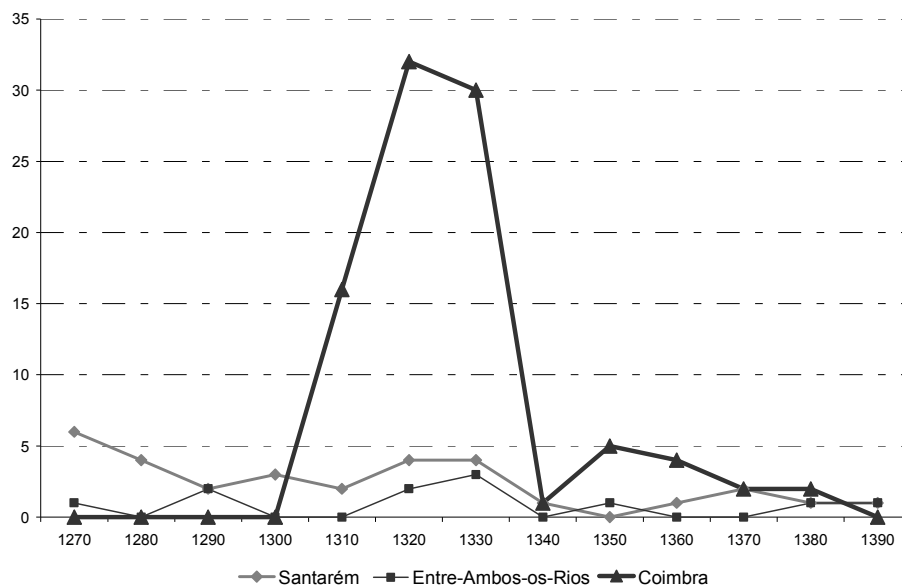
⁷⁶⁰ Como é claramente demonstrado, entre outros, por Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas: Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 44-46; Luís Miguel Rêpas, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Ed. Magno, 2003, p. 109-112.

⁷⁶¹ Num documento de Santa Clara de Coimbra, datado de 1375 e referente à entrada de uma freira, Maria Gil, na Ordem (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 18); Constança Gil, freira de Santarém, também à entrada no convento, entrega bens ao cenóbio sem, no entanto, os referir como dote (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 906 a 909, de 1335).

⁷⁶² Temos, por isso, consciência de que os dados que a seguir apresentamos têm algumas limitações que devem ser colmatadas/completadas com a leitura dos resultados apresentados no capítulo sobre as heranças das professoras.

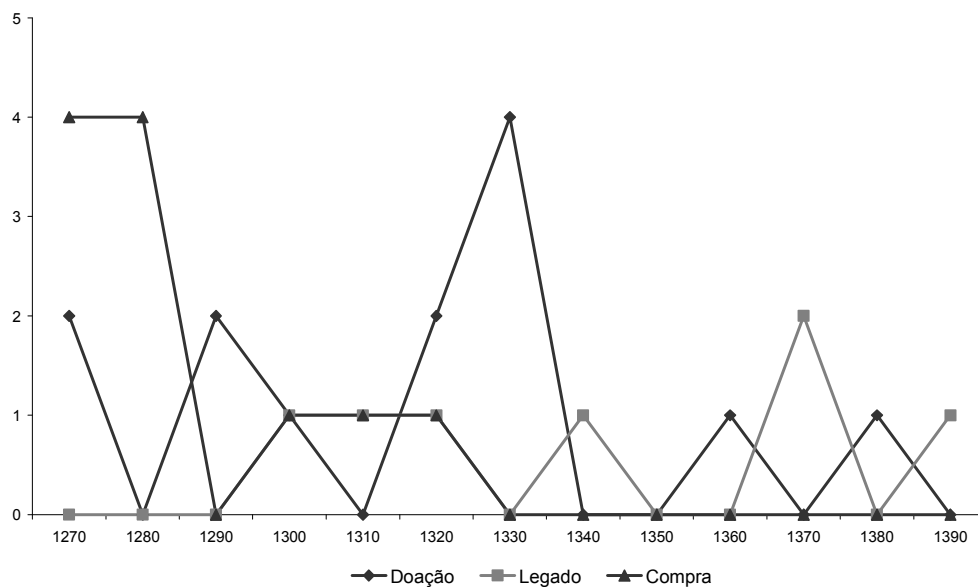
⁷⁶³ Neste caso, só considerámos Entre-ambos-os-Rios e Santarém, uma vez que Coimbra ainda estava numa fase “fundacional”. De qualquer forma, no período compreendido entre 1295 e 1302, foram feitas duas doações ao cenóbio: uma, em 1295, de dois casais, em Papo de Rola, além Douro, acrescidos de cem libras em dinheiro (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 37, doc. 2 e liv. 9, fl 62) realizada por Sancha Lourenço, freira e vigária do mosteiro, e a outra de três casais, um paço, casas, azenha e moinho em Lobazes, efectuada em 1302 por Mor Dias à freira do mosteiro, Domingas Peres com condição que depois da sua morte ficasse tudo ao cenóbio (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 18). Um escudeiro e a sua mulher venderam a Constança Pais, sergente de Mor Dias, por 10 libras, em 1299, três casais de herdades, povoados, em Almalaguês, termo de Coimbra (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 17). De qualquer forma, todas estas aquisições indiciam o carácter ainda “inicial” do mosteiro, que possivelmente vivia, como já atrás dissemos, de forma ainda não canonicamente estabelecida, porque todos os actos conhecidos se reportam a pessoas que estão directamente com ele relacionados ou que nele vivem.

Gráfico 1 - Ritmo Total de Aquisições
(nos três mosteiros em análise)



Observemos agora, mais de perto, o que se passa com cada um dos mosteiros, ao longo do século e meio em análise e comecemos por Santarém.

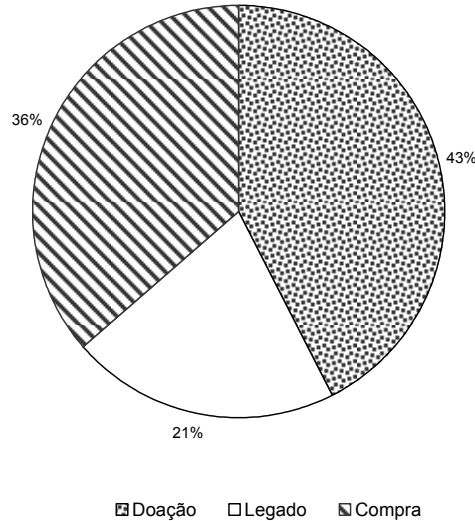
Gráfico 2 - Formas de Aquisição ao longo do tempo
Santarém



Como anteriormente referi, o número de contratos é diminuto, sendo de realçar a década de 70 do século XIII e o período compreendido entre 1310-1340, tendo depois diminuído, drasticamente, as aquisições por parte do cenóbio. O primeiro período corresponde ao da instalação da comunidade em Santarém e explica-se, essencialmente, pelo apoio régio de que beneficia. Nas primeiras décadas da centúria de Trezentos, o mosteiro começa a concitar o interesse dos grupos mais abastados que se afirmam numa cidade que, à época, ganhava peso económico e social na realidade portuguesa⁷⁶⁴.

⁷⁶⁴ Como o demonstram, claramente os estudos económicos que têm por base esta vila na Idade Média. Ver, em especial, Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, nas p. 53 a 182, em que faz uma descrição da vila e dos seus arrabaldes e Mário Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p. 75-80 e 203-205.

Gráfico 3 - Formas de Aquisição
Santarém



Em Santa Clara de Santarém, predominam as doações (43%), em detrimento das compras (36%) e dos legados testamentários⁷⁶⁵ (21%), estes últimos ainda onerados com as obrigações de mandar celebrar missas⁷⁶⁶ e dar bodo aos pobres⁷⁶⁷.

Outro dado significativo prende-se com o facto das compras serem todas efectuadas até 1324, enquanto as doações predominarem no século XIV, bem como os legados testamentários, que são todos da mesma centúria. Esta situação poderá ser explicada por uma maior protecção e dotação inicial do rei e só progressivamente, ao longo do século XIV, as religiosas suscitarem o interesse e as esmolas dos fiéis. As próprias doações do século XIII ou se devem à iniciativa régia⁷⁶⁸, ou são feitas a pedido dela⁷⁶⁹ ou por membros da sua família⁷⁷⁰, como iremos analisar.

⁷⁶⁵ Num destes casos, a testadora elege o mosteiro como local de sepultura, o que é, com certeza, um dado relevante para a compreensão do papel do convento na cidade de Santarém e da devoção que suscita.

⁷⁶⁶ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 6, doc. 209 e 210; Mç.8, doc.431; Mç.13, doc. 962 e 963.

⁷⁶⁷ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 13, doc. 962 e 963.

⁷⁶⁸ TT, OFM, PP, SCS, Mç.12, doc. 877.

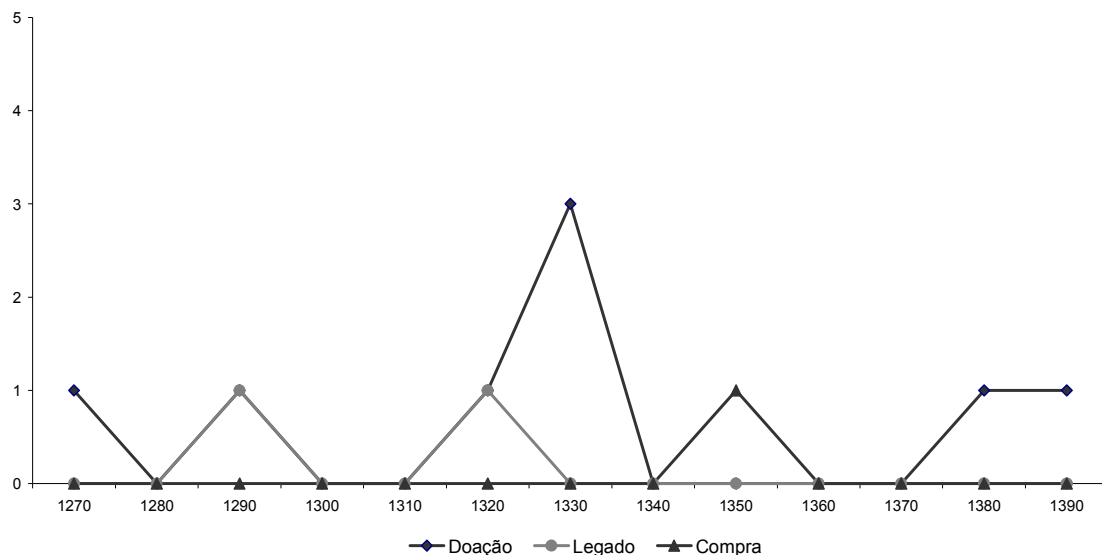
⁷⁶⁹ TT, OFM, PP, SCS, Mç.9, doc. 533 a 535.

⁷⁷⁰ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 8, doc. 405 e 406; Mç. 12, doc. 895 e 896

No entanto e como já atrás referimos, esta análise fica incompleta, pois só a entrada de bens das professoras pode realmente viabilizar esta comunidade, uma vez que não existe uma dotação inicial (conhecida), o que, logo à partida e apesar da prometida protecção régia, condicionará toda a vida económica do convento. Com certeza que esta situação teve de ser ultrapassada e os dados que conhecemos apontam, realmente, para a importância das heranças das religiosas.

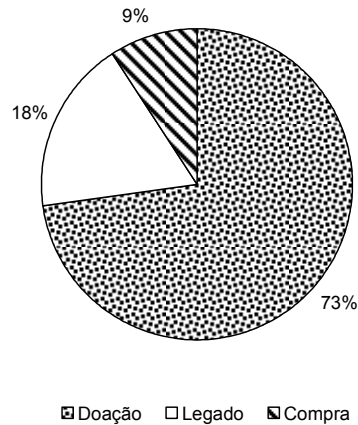
Quanto a Entre-ambos-os-Rios, a situação não difere muito no que respeita ao número exíguo de contratos de aquisição realizados.

Gráfico 4 - Formas de Aquisição ao longo do tempo
Entre-Ambos-os-Rios



Aqui, o número ainda é menor, pois ao longo do período em estudo apenas há uma compra na década de 50 do século XIV, dois legados e realmente o número mais considerável é o das doações, que se concentram na década de 30 do mesmo século.

Gráfico 5 - Formas de Aquisição
Entre-Ambos-os-Rios



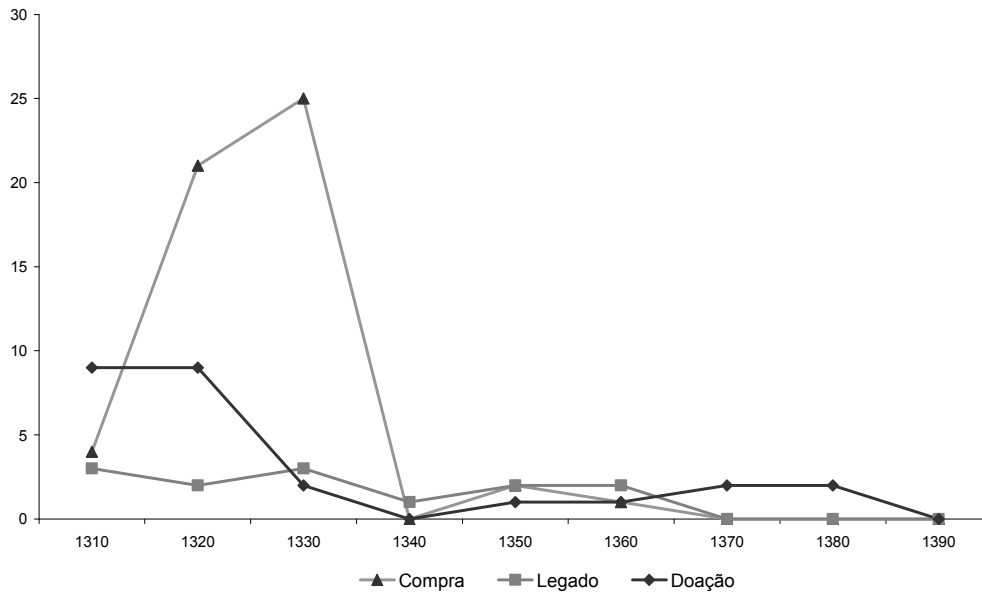
Assim, as percentagens apresentadas devem ter em conta a escassez dos números. No entanto, os 73 % das doações (face aos 18% dos legados e 9% das compras) revelam bem que o mosteiro não tem possibilidades de comprar e os bens que recebe, como iremos ver, são na sua maior parte de familiares de freiras e a elas concedidos.

Esta situação só se pode compreender se tivermos em conta dois aspectos: o primeiro reporta-se à existência, tal como em Santarém, de heranças de professoras, o outro prende-se com a importante dotação fundacional de Châmoa Gomes, pese embora o facto de ser muito cobiçada, o que dará ao convento uma certa instabilidade e dificuldades de subsistência acrescidas.

No caso do cenóbio conimbricense, a situação é, realmente, muito diversa – estamos perante outra ordem de grandeza -, o que se explica pela intervenção da Rainha D. Isabel no mosteiro, como sua governadora e, essencialmente, como sua patrona⁷⁷¹. Acresce ainda o facto de, nos primeiros anos de intervenção da rainha e após a sua morte, o convento ainda se encontrar a construir um património “fundacional”, apesar de já não ser assim considerado, uma vez que o mosteiro já funcionava anteriormente.

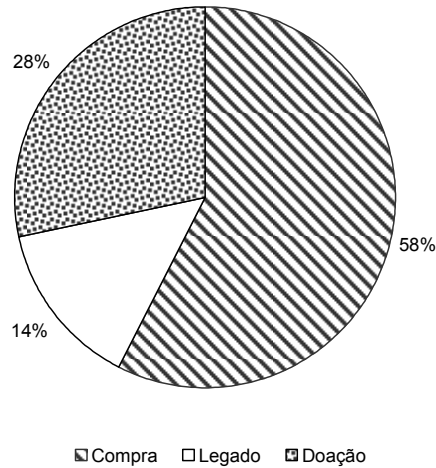
⁷⁷¹ Ver sobre o papel e importância dos patronos na fundação e sustento dos mosteiros que patrocinam: José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Os patronos do mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família nobre – séc. XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, 1995.

Gráfico 6 - Formas de Aquisição ao longo do tempo
Coimbra



O ritmo aquisitivo apresenta, nas décadas de 20 e 30, um volume inusitado quer de doações quer de compras, que depois abrandam consideravelmente até deixarem de existir, as segundas na década de 60 da centúria de Trezentos (tal como os legados). As doações abundantes nas três primeiras décadas, em vida ainda da rainha, desaparecem na centúria seguinte à sua morte e voltam a reaparecer em meados do século, só terminando na década de 80. Aliás, na década de 90, assiste-se a uma total ausência de aquisições por parte do mosteiro, talvez a prenunciar uma situação de menor interesse do poder social e económico das elites que mudam com a dinastia de Avis e também uma situação mais cómoda, economicamente falando, que permite agora ao cenóbio viver dos rendimentos dos seus bens, tão zelosamente mantidos e acrescentados pela corte e apaniguados da sua protectora.

Gráfico 7 - Formas de Aquisição
Coimbra



Este gráfico revela bem a importância das compras (58%), com mais de metade do total dos actos aquisitivos, face às doações (28%) e aos legados (14%), bem como o papel desempenhado pelo mosteiro e pelos seus agentes que, de forma programada, levam a cabo um conjunto de compras para fazer face às despesas.

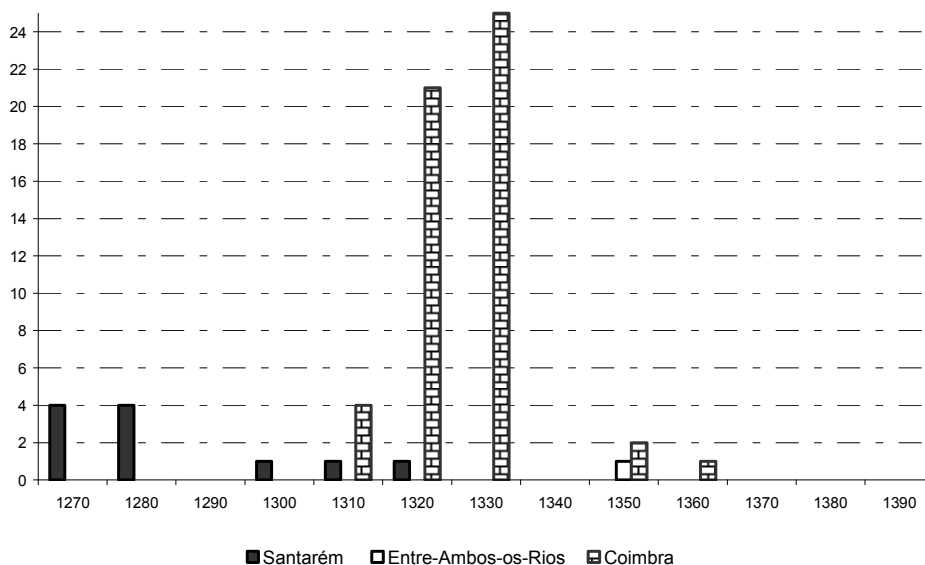
A conclusão evidente é, no caso de Coimbra, a importância dos dinheiros da rainha empregues na compra dos bens patrimoniais do convento e a influência, mais uma vez desta, através das doações e legados dos homens e mulheres da sua corte e das suas teias de influência. Coimbra é um exemplo paradigmático de um convento apoiado por um membro da família real e, por isso, centro de poder que ultrapassa as fronteiras regionais mas irradia e estende a sua força e capacidade de atracção a todo o território nacional e mesmo a outros reinos peninsulares como Castela e, sobretudo, Aragão⁷⁷².

⁷⁷² Veja-se as doações da família Cardona e, no capítulo sobre as monjas e os seus bens e deslocações, a presença aragonesa, castelhana e o facto, ainda mais interessante, de uma freira do convento de Coimbra, Teresa Afonso de Melo, ter sido escolhida para abadessa de um convento castelhano-leonês, Benavente dos Campos, levando consigo uma sobrinha.

1.2.2.1. As compras

A compra foi um dos processos utilizados pelos conventos de clarissas⁷⁷³ a fim de adquirir bens para o seu sustento. Estas aquisições onerosas são permitidas, em alguns casos pontuais mas, na maior parte das vezes, essa permissão não existe e o convento parece actuar em dissonância e mesmo contra as leis de desamortização. As compras são efectuadas, quer por freiras a título individual, quer pela comunidade ou ainda por benfeitores e dependentes que, expressamente, o declaram fazer para o convento. De muitas destas propriedades, assim obtidas, não se sabe como integram o pecúlio do cenóbio, no entanto torna-se claro, através dos contratos de locação, que os frutos revertem para o mosteiro. Nesta actividade, comprometem-se não apenas uma ou outra freira mas muitas vezes a própria abadessa ou os seus familiares, com certeza com mais poder e legitimidade para o fazerem.

Gráfico 8 - Total de Compras
(dos três mosteiros)



Assim, se observarmos, em termos globais, as compras das três instituições em estudo, logo constatamos que Coimbra é, de todas, a que mais adquire fazendas e nas datas já anteriormente focadas. Em Entre-ambos-os-Rios esta actividade não é significativa e, em Santarém, ela localiza-se num espaço de tempo bem definido.

⁷⁷³ E isso, apesar das leis de desamortização, a partir do reinado de D. Dinis.

Comecemos por Santarém. Este cenóbio deixa de comprar logo na década de trinta, o que demonstra ter havido um esforço inicial, possivelmente promovido (mas não executado⁷⁷⁴) pelo rei e por algumas das freiras, que depois se tornou inviável por ser um investimento que necessitava de disponibilidade e liquidez financeira. Além do mais, as leis de desamortização deviam também contribuir para esta situação, aliada ao facto do cenóbio se encontrar numa vila, como Santarém, onde a concorrência e o controlo régio seriam muito apertados. Das dozes compras realizadas, 1/3 são feitas por freiras e reverterem para o mosteiro, as restantes são da responsabilidade de toda a comunidade.

Em qualquer dos casos, abrangem sempre fazendas próximas do cenóbio - em Santarém e seu termo - e algumas destinam-se a serviços particulares da comunidade, como acontece em 1302⁷⁷⁵, numa aquisição feita pelo mosteiro e uma freira, Beatriz Fernandes, com autorização régia⁷⁷⁶. As propriedades, 6 estis de herdade na Valada, destinam-se à Vestiaria. Nas compras realizadas pelas freiras⁷⁷⁷ e por elas deixadas ao convento, parece intuir-se que os bens são adquiridos para esse efeito, ou talvez mesmo para serem usufruídos em vida pela própria e deixados à morte (como herança).

Em relação a Entre-ambos-os-Rios, apenas foi realizada uma compra em 1350⁷⁷⁸, pela freira Guiomar Esteves, de um pardeeiro, no burgo de Entre-os-Rios. Esta situação é reveladora da pouca disponibilidade e possibilidades económicas do convento, nesta fase da sua história, vivendo, como já anteriormente foi referido, dos bens com que foi dotado pela fundadora e, possivelmente, daqueles que lhe são deixados por algumas das suas professoras.

⁷⁷⁴ Não temos conhecimento do rei comprar bens para o cenóbio, mas sim de favorecer a sua dotação, por parte de homens da sua confiança. Apesar de, como sabemos, o monarca ter sido o construtor do mosteiro e, talvez por isso mesmo, o seu dotador e benfeitor.

⁷⁷⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 679 e 680.

⁷⁷⁶ Trata-se do rei D. Dinis, como se vê em: TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 480 (documento truncado e sem data).

⁷⁷⁷ Outras duas são feitas por Maria Esteves Mafarra (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 300, em 1315, 5 estis e meio de herdade em Alvorge, termo de Santarém; e, em 1324, 3 estis de herdade de pão na Ladeira de Alviela: TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 577 a 596) e outra por duas irmãs: Maria e Sancha Martins, em 1281 (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 15), 1 herdade de 4 estis e quarta em Alfodra, termo de Santarém.

⁷⁷⁸ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 53, doc. 17.

Pelo contrário, o caso de Coimbra demonstra uma prosperidade que lhe advém, essencialmente, numa primeira fase, da protecção da Rainha.

Assim, das cinquenta e uma compras realizadas ao longo do século XIV, cerca de 88% são realizadas na década de vinte (vinte aquisições) e de trinta (vinte e cinco aquisições). As primeiras distribuem-se entre a rainha e a sua corte (composta por homens e mulheres da sua confiança), sendo cinco atribuídas aos seus homens de mão (que compram para comunidade), sete⁷⁷⁹ a Joana Gonçalves Redonda⁷⁸⁰ e cinco⁷⁸¹ a Maria Gonçalves Redonda⁷⁸² (com os seus criados e dependentes), além da comunidade conventual a que se devem três⁷⁸³ aquisições. O rei autoriza as compras realizadas por Joana Gonçalves Redonda e as da rainha. Quanto às realizadas por Joana Redonda, irmã da abadessa (e dama da corte da rainha) e os seus criados, em especial, Pedro Rodrigues, sabemos que também são para o cenóbio e que, possivelmente integram o património da comunidade, por doações⁷⁸⁴ ou por outras formas que desconhecemos. No seu testamento de 1331⁷⁸⁵, Joana Gonçalves Redonda, entre outras coisas, faz-se sepultar no convento com o hábito de clarissa e doa ao cenóbio vários objectos, alfaia litúrgica e dinheiros, deixando como seus testamenteiros, a rainha D. Isabel, D. Vataça, a freira Marinha Gil, a irmã e Frei Antoninho do Porto, e explicitando que depois de tudo pago e entregue, Joana Gonçalves e Frei Antoninho, seu abade, devem dar o que sobrar “a onde sabem que é da minha vontade e ela com eles falou.”⁷⁸⁶

⁷⁷⁹ No valor de 1 933 libras.

⁷⁸⁰ Sobre esta senhora veja-se a composição da Casa da rainha D. Isabel.

⁷⁸¹ No valor de 474 libras.

⁷⁸² Cf. Microbiografias do Convento de Santa Clara de Coimbra e Listas de abadessa do Mosteiro de Coimbra.

⁷⁸³ No valor de 69 libras. O mosteiro comprará ainda em duas situações, posteriormente, uma através de um criado da abadessa (TT, OFM, PP, SCC, Mç. 5, doc. 12 e Liv. 9, fls. 115-115v) e outra para recuperar um bem já comprado pela rainha, mas perdido por dívidas de um foreiro. O Mosteiro vê-se assim obrigado, para manter o bem, a dar (por compra) mais 362 libras além do valor do renovo da produção (TT, OFM, PP, SCC, Mç. 28, doc. 4).

⁷⁸⁴ Como é o caso referenciado mais à frente.

⁷⁸⁵ Cf. OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 30.

⁷⁸⁶ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 30.

A situação é diversa na década de trinta, pois das vinte e cinco compras realizadas, quatro são feitas pela rainha, até à morte, a 4 de Julho de 1336, e as restantes vinte e uma são o resultado do cumprimento da sua vontade - expressa no último testamento⁷⁸⁷ - e levado a cabo pelo filho o rei D. Afonso IV. Analisemos a cronologia do processo, no que respeita a toda a actividade aquisitiva da rainha em favor do “seu” mosteiro.

Entre 1316 e 1336, a soberana compra bens para o mosteiro⁷⁸⁸. Até 1319, estes actos foram realizados a título pessoal. Porém, a partir de Maio de 1319, já claramente se afirmava a compra de bens pela rainha, “para o mosteiro de Santa Clara de que era governadora”⁷⁸⁹, mostrando decisivamente que a composição feita com Santa Cruz⁷⁹⁰ marcara o fim de um período litigioso e o início de uma nova etapa em que D. Isabel, como patrona da instituição, a podia e devia dotar.

Após a morte de D. Dinis, em 1325, e a subida ao trono de Afonso IV, este empenha-se, pessoalmente, nas iniciativas de D. Isabel para viabilizar a existência material das religiosas. Assim, em 1327⁷⁹¹, concede-lhe autorização para adquirir fazendas para o convento, que rendessem anualmente 150 libras, tomando, no entanto, a precaução de dizer aos tabeliães que anotassem, no verso do diploma régio, as várias compras efectuadas, revelando uma preocupação de controlo e, simultaneamente, de autenticação dos actos realizados. A rainha compra, então, várias propriedades, entre 1327 e 1336⁷⁹²,

⁷⁸⁷ Cf. António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (12)-(18).

⁷⁸⁸ A 19 de Maio de 1316, D. Dinis autoriza a D. Isabel a comprar bens/propriedades no valor de 2 000 libras, para o “seu” mosteiro de Santa Clara. Inicia-se assim uma fase de aquisições por parte da rainha, para levar a cabo o seu objectivo, de dotar o cenóbio conimbricense, do qual é (re)fundadora. Cf. TT, OFM, PP, SCC, Mç. 1, doc. 34 (1316); Mç. 1, doc. 46 (1318); Mç. 2, doc. 1 (1319); Mç. 25, doc. 6 (1320); Mç. 17, doc. 10 (1321); Liv. 10, fl. 16-16v (1321); Mç. 17, doc. 10 (1321); Mç. 30, doc. 3 (1325).

⁷⁸⁹ Como várias vezes se declara, numa afirmação clara do poder que sobre ele exerce.

⁷⁹⁰ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 22, doc. 6.

⁷⁹¹ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 20.

⁷⁹² Em Urzelhe (TT, OFM, PP, SCC, Mç. 3, doc. 11; Mç. 17, doc. 11; Mç. 29, doc. 23; Mç. 30, doc. 3); Lousã (Mç. 3, doc. 17; Mç. 22, doc. 21); Leiria (Mç. 22, doc. 20; Mç. 25, doc. 7=liv. 9, fl. 364-365).

tentando assim viabilizar economicamente o convento que, segundo o codicilo⁷⁹³ ao testamento realizado em 1328, deveria albergar cinquenta religiosas.

À sua morte, em 1336, D. Afonso IV, a fim de dar cumprimento ao testamento da mãe, encarrega o seu clérigo, Domingos Martins, e Pedro Esteves, clérigo da Rainha, de comprar propriedades para o convento, no valor de 6 000 libras⁷⁹⁴. Uma intensa actividade aquisitiva desenvolveu-se, então, ao longo dos anos de 1337 e 1338, sendo os bens comprados preferencialmente na região de Leiria⁷⁹⁵, Santarém⁷⁹⁶, Torres Novas⁷⁹⁷ e Porto de Mós⁷⁹⁸. Após esta data não se registaram mais aquisições dos mandatários do monarca, o que significava que estaria cumprido o testamento da rainha e o convento teria de sobreviver com o património granjeado.

Os homens do rei e da rainha realizaram assim, durante cerca de um ano, entre Janeiro de 1337 e Maio de 1338, vinte e uma compras, no valor de 5 413 libras, pelo que o monarca deve ter cumprido escrupulosamente a quantia fixada. Muitas destas fazendas são adquiridas a um preço irrisório, pois o rei compra-as aos seus devedores, tendo sido adquiridas após serem apregoados.

Só como comparação, nos anos anteriores, a rainha tinha já gasto com as compras⁷⁹⁹ para o convento cerca de 11 049 libras⁸⁰⁰. No total, pois, foram despendidas

⁷⁹³ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Liv. 9, fl. 103-104v, publicado em António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (19)-(22).

⁷⁹⁴ Esta quantia tem a ver com uma dívida contraída pelo então infante junto de sua mãe. Segundo alguns autores, teria sido feita para custear a guerra civil contra o rei D. Dinis, seu pai. Cf. José Mattoso, “A Guerra Civil de 1319-1324” in *Portugal Medieval. Novas interpretações, Obras Completas*, vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 217-227, Maria Helena da Cruz Coelho, “O Poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV”, in *Revista de História*, vol. VIII, Porto, 1988, p. 35-51.

⁷⁹⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 15 (1337); Mç. 3, doc. 31 (1337); Mç. 17, doc. 16 (1337); Mç. 17, doc. 18 (1337); Mç. 17, doc. 19 (1337); Mç. 19, doc. 28 (1337); Mç. 19, doc. 27 (1337); Mç. 20, doc. 3 (1337); Mç. 17, doc. 32. (1337); Mç. 19, doc. 29 (1338).

⁷⁹⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 1 (1338).

⁷⁹⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 24 (1337); Mç. 20, doc. 2 (1337); Mç. 17, doc. 31 (1337); Mç. 3, doc. 40 (1338).

⁷⁹⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 25 (1337).

⁷⁹⁹ Uma das compras não tem o preço: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 31 e Mç. 2, doc. 1.

⁸⁰⁰ Este número não pode ser totalmente exacto, porque há uma compra que não indica o montante despendido. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, liv. 10, fl. 208-208v.

cerca de 17 000 libras, usadas para dotar um convento que, como já referi, albergava cinquenta religiosas e tinha um hospital a seu cargo⁸⁰¹. Importa, pois, a concluir, sublinhar o papel de uma fundadora de estirpe régia que consegue manter em torno do “seu” mosteiro, como aliás veremos a nível de outros actos aquisitivos e de espiritualidade, os interesses da sua corte e dos reis.

⁸⁰¹ Não podemos, no entanto, esquecer todos os outros bens já anteriormente possuídos e os deixados pelas professoras do mosteiro, bem como as doações e legados que granjeia.

1.2.2.2. As doações e os legados testamentários

Várias são as doações e legados testamentários deixados aos mosteiros de clarissas, uns por influência de uma irmã, esposa ou outra familiar que entra no convento, outros por devoção particular, outros ainda na esteira dos seus patronos e principais benfeitores. Para o convento, estas doações e legados são importantes para aumentar o património, mas alguns deles acarretam obrigações importantes e, às vezes, difíceis de cumprir, como é o caso da instituição de capelas. Contribuem, no entanto, para fomentar uma teia de relações e de obrigações recíprocas que cimentam os laços sociais e parentais entre os membros do convento e a sociedade que o rodeia e de que, em parte, dependem⁸⁰².

Assim, começamos a nossa análise por considerar a forma de aquisição que não sendo, em princípio, onerosa para as comunidades, seria a única permitida pelas leis de desamortização. Doações e legados testamentários constituem uma maneira privilegiada para compreender a atracção exercida pelas comunidades no tecido social e os nexos económico-sociais e espirituais que entre eles se entrecem, com a morte como pano de fundo.⁸⁰³

As doações podem ter efeitos imediatos ou com reserva de usufruto⁸⁰⁴, assemelhando-se, neste caso, aos legados testamentários, e são resultado de uma acção volitiva de um dador que se posiciona, quase sempre, como “devedor” ao mosteiro de graças, ou que se pretende colocar sob a sua esfera de influência⁸⁰⁵. Motivações

⁸⁰² Sobre estas relações de dependência, veja-se a terceira parte do nosso trabalho e a bibliografia nele citada.

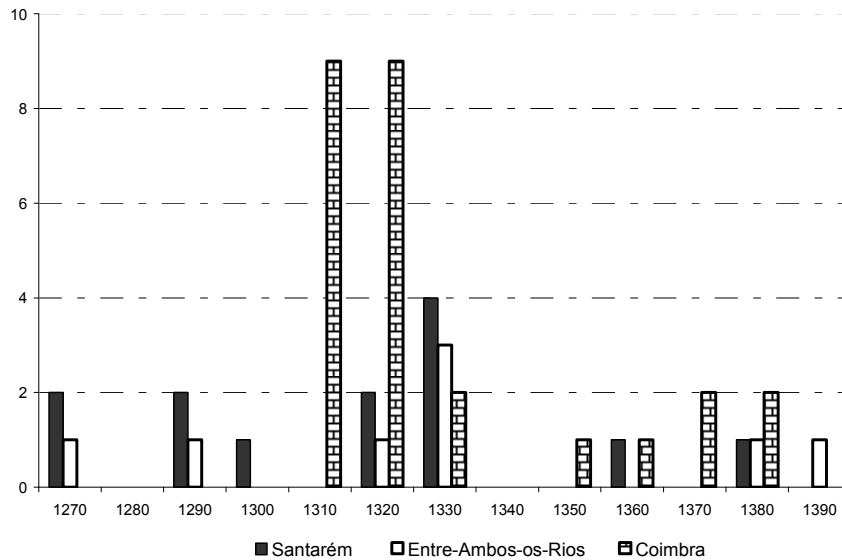
⁸⁰³ Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *A Vivência da Morte no Portugal Medieval. A Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)*, Redondo, Patrimonia, 1995.

⁸⁰⁴ Cf. Henrique da Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*, 2ª edição, tomo VI, Lisboa, Livaria Sá da Costa, 1949, p. 193-196 e 316-322; Paulo Merêa, “Sobre doações «causa mortis»”, *Novos Estudos de História do Direito*, Barcelos, 1973, p. 119-121; Idem, “Doações *post-obitum* e doações *reservato usufructu*”, *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, tomo I, Coimbra, 1952, pp.193-198; Idem, “O problema da origem das doações *post obitum*”, *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, tomo I, Coimbra, 1952, p.185-192; José-António Rubio, “«Donationes post-obitum» y «donationes reservatu usufructu» en la Edad Media de León y Castilla”, *Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo IX, 1932, pp. 1-31.

⁸⁰⁵ É interessante, nesta relação que se cria, o papel dos familiares, que são uma realidade ainda pouco estudada, mas que, com certeza, marcam o estatuto económico e social dos cenóbios. Cf. Luis Miguel Rêpas, “*Familiares e familiaritas* no mosteiro cisterciense de Arouca (séculos XIII e XIV)” in *Olhares sobre a História. Estudos de Homenagem a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 501-515.

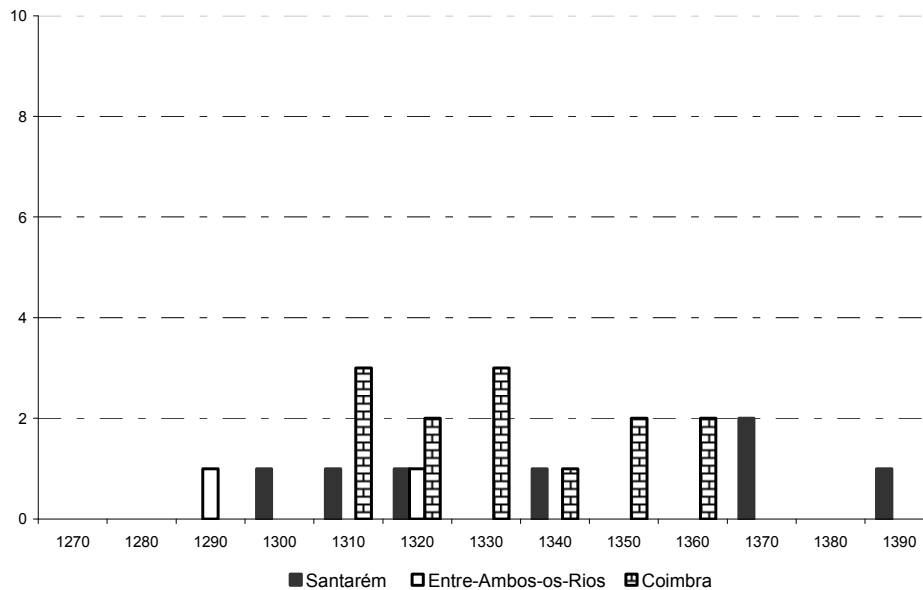
materiais ou espirituais levam homens e mulheres a procurarem estabelecer relação com uma comunidade religiosa e a entregar-lhe parte dos seus bens.

Gráfico 9 - Total de Doações
(dos três mosteiros)



Analisando o gráfico, e como seria de esperar, é o mosteiro de Coimbra que concita o maior número de doações, em vida da rainha D. Isabel e, precisamente, no início da sua “refundação, nas décadas de 10 e 20 da centúria de trezentos. Com Santarém, a situação é totalmente outra, pois as doações espalham-se ao longo do século e meio em estudo, com um pico na década de 40, a partir da qual, praticamente, param. A comunidade de Entre-ambos-os-Rios recebe um maior número de doações na década de 30 do século XIV, e é ainda agraciada no início da sua implantação e no fim do período considerado, mas o panorama permanece muito mais pobre.

Gráfico 10 - Total de Legados
(aos três Mosteiros)



Quanto aos legados⁸⁰⁶, a situação é muito semelhante, embora, na sua totalidade, em menor número do que as doações. No cenóbio de Coimbra, por exemplo, registam-se entre 1310 e 1360, atingindo-se o cume do processo na década de 30. No caso de Santarém, os legados são mais tardios que as doações e vão até aos finais do século XIV, não havendo legados testamentários nos primeiros anos do mosteiro. Em Entre-ambos-os-Rios, a situação é residual, registando-se apenas três legados. Procedamos, pois, à análise, caso a caso, de cada uma das comunidades, tentando explicar “in loco” estes ritmos e assimetrias.

No Mosteiro de Santarém, as várias formas de doação que se encontram representadas são as seguintes: *post mortem*, *reservatu usufructu* e simples. Sendo que as duas primeiras, na prática, se equivalem e assemelham-se aos legados.

⁸⁰⁶ Cf. Henrique da Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*, 2ª edição, tomo VI, Lisboa, Livaria Sá da Costa, 1949, p.481-498; Inocêncio Galvão Telles, *Apontamentos para a História do Direito das Sucessões portuguesas*, Lisboa, 1963; Hermínia Maria de Vasconcelos Alves Vilar, *Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa (1300-1500)*, Redondo, Patrimonia, 1995, p. 176-200.

Quadro 12 - Formas de doação (mosteiro de Santarém)

Formas	Nº	%
<i>Post mortem</i>	3	18,75%
<i>Reservatu usufructo</i>	3	18,75 %
Simples	10	62,50%

Esta situação leva-nos a considerar em conjunto estas dezasseis doações e os sete legados, para analisarmos agora quem são os principais benfeitores desta comunidade. Assim, as cinco doações feitas à comunidade no século XIII são, na maioria, régias⁸⁰⁷, inserindo-se pois no programa de dotação (fundacional) desta comunidade que a realeza, desde Afonso III⁸⁰⁸, empreendeu⁸⁰⁹. Apenas uma é de um particular, um cônego de São Jorge de Coimbra que, em 1266⁸¹⁰, doa um campo junto ao cenóbio, possivelmente para alargar o seu espaço (a cerca), e esta doação é feita a pedido do soberano, reforçando, deste modo, o empenho régio na fundação que suscita o interesse de particulares, a fim de contribuírem para o alargamento da esfera do religioso na sociedade escalabitana.

Além do monarca, outros senhores darão bens ao mosteiro, alguns a uma freira em particular⁸¹¹ (sua familiar ou não) que, em alguns casos, passará a outra e assim sucessivamente, ficando o bem ao convento⁸¹².

⁸⁰⁷ Uma delas, em 1292, é uma confirmação da doação feita por Leonor Afonso, irmã do monarca. E por isso também da família real. Sem esta confirmação, o bem passaria para a posse do rei, como tinha sido previamente determinado, sendo, por isso, uma autêntica doação régia.

⁸⁰⁸ Ver 1º capítulo deste nosso trabalho.

⁸⁰⁹ Haverá mais uma doação de D. Fernando, de 10 soldos de esmola diária, em 1367 (Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 24v) e um legado de 100 libras às donas de Santa Clara de Santarém, feito pela rainha D. Isabel. Cf. Testamento in António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (14).

⁸¹⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, 533 a 535.

⁸¹¹ Como é a doação feita, em 1301, à freira Dórdia da Silveira, pelo seu irmão Estêvão Martins da Silveira, cavaleiro in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 318 e 319; ou outra feita por Maria Sanches, mulher que vive no cenóbio, a uma freira do mesmo, Aldonça Eanes do Casal, em 1382 in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 529 e 530). O legado testamentário de Maria Eanes à freira Constança Martins, sua prima in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 635 e 644). Em todos eles é dito que, à morte da freira, os bens devem ficar à comunidade ou a seus sucessores.

⁸¹² Como, por exemplo, o legado testamentário feito por Constança Gonçalves a sua filha e testamenteira, freira do mosteiro de Santarém, Leonor Rodrigues de Vasconcelos, a qual, por sua vez, faz testamenteira

Outras doações são realizadas por mulheres leigas, como Catarina Martins Tosse, casada com Pedro Mendes Tosse, que entrega várias propriedades ao convento, por sua alma, e institui uma capela em São Francisco de Santarém⁸¹³, com parte do rendimento de uma das fazendas que doa às Clarissas. A que podemos juntar os legados testamentários de Domingas Eanes e de Catarina Martins Galinheira, feitos por sua alma. A primeira é uma mulher viúva, que não tem herdeiros, e porque foi ajudada pelo mosteiro e dele tem “mantimento”, deixa-lhe as suas casas (na Rua da Porta de Manços, em Santarém), com a obrigação da comunidade lhe mandar celebrar, anualmente, uma missa (calada) por aniversário⁸¹⁴. Catarina Martins Galinheira manda-se sepultar no mosteiro das clarissas e doa as casas em que mora, na freguesia do Salvador, em Santarém, para a sacristia⁸¹⁵. Obriga ainda o Mosteiro a dar, no dia da sua funeral, quatro cestos de pão e quatro almudes de vinho aos pobres e que todas as Ordens presentes em Santarém, nesse mesmo dia, celebrem uma missa oficiada por sua alma e daí recebam 40 soldos⁸¹⁶.

Domingas Eanes, mulher de João Eanes, tabelião de Salvaterra, doa ao Mosteiro 300 libras, uma vinha no termo de Salvaterra, casas de morada na dita vila e todas as herdades que tinha em Sacarabotão, termo de Santarém⁸¹⁷. Esta doação traz, no entanto, várias obrigações, nomeadamente a celebração anual de duas missas cantadas e oficiadas, por ela e pelo seu marido, em dia de Santa Maria de Março, “saindo sobre mim e meu marido com cruz e água benta e com incenso”, a dádiva anual de dez

da mãe, por sua morte, outra freira, Leonor Gonçalves de Abreu (que deverá fazer o mesmo após a sua morte). Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 431.

⁸¹³ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 577. Os frades de São Francisco de Santarém obrigam-se a cantar, anualmente, em cada sábado, uma missa de Santa Maria por Catarina Tosse e pelos seus familiares, celebrada no altar maior do mosteiro, e a fazerem ainda um aniversário, por dia de Natal, e dizerem um responso com sua oração sobre o túmulo de Catarina e de seu marido, no mesmo dia. Os frades cumprem o aniversário “pelo bem” que o casal lhes fez em vida e pela esmola que devem receber de Santa Clara, proveniente dos frutos da vinha de Sancha Peres que é na Valada, e pelos bens em Alviela que ela doou às freiras clarissas. Estas devem tirar para si apenas dois quarteiros de trigo (pela alma do casal) e o restante será para assegurar o referido aniversário.

⁸¹⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 209 e 210.

⁸¹⁵ Põe como condição que nestas casas more até à morte a sua comadre, Clara Eanes e que depois fiquem ao Mosteiro.

⁸¹⁶ Deixa como testamenteira a sua prima, Beatriz Afonso, freira do convento das clarissas de Santarém.

⁸¹⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 62 e 963

alqueires de trigo, dois alqueires de pão amassado e um soldo de vinho, no dia de Todos os Santos⁸¹⁸, por bodo, aos pobres de Salvaterra. Esta doação é ainda onerada pelo facto do cenóbio ter de se deslocar a Salvaterra para recolher a doação, o que o mosteiro apenas efectiva no ano seguinte⁸¹⁹, através do seu procurador.

Por fim, Teresa Rodrigues, mãe de Frei Martim Novais (seu testamenteiro⁸²⁰) doa à comunidade um herdamento de 12 cavalarias, no quintal das Donas, termo de Évoramonte.

Esta doação⁸²¹, tal como a que é feita por Catarina Tosse, é onerada com várias obrigações. Assim, para a comunidade das clarissas fica, anualmente, a sexta parte do rendimento da propriedade, e as outras cinco partes serão distribuídas por várias obras: 15 libras para refazer as capelas⁸²² de D. Teresa Rodrigues e o restante para reparações nos muros da horta de São Francisco de Santarém⁸²³. Ao fim de oito anos, acabada a obra, a abadessa deve dar esse dinheiro para cantar missas por alma de Teresa Afonso, Beatriz Afonso, Afonso Novais, Rui Novais e Paio de Meira⁸²⁴. Tudo isto, bem como um possível arrendamento dos bens, deve ser feito com o conselho do sacristão dos Frades Menores de Santarém e do guardião de Lisboa, para ser válido.

As restantes doações serão de freiras à comunidade. Maria Esteves Mafarra, que foi abadessa do convento, doa-lhe todos os seus bens e D. Clara, freira e “companhoa”⁸²⁵ da abadessa, Maria Martins Sobrada, como é identificada, faz o mesmo. Esta freira dá vários bens à comunidade⁸²⁶, com fins específicos, como por

⁸¹⁸ Se não cumprirem todas estas cláusulas, o testamenteiro deve retirar-lhes os bens.

⁸¹⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 761 e 762.

⁸²⁰ É, possivelmente, Frade Menor.

⁸²¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 337.

⁸²² Não se diz onde são, mas tudo indica que serão em São Francisco de Santarém.

⁸²³ Diz-se como a obra deve ser feita e o prazo para a realizar, oito anos.

⁸²⁴ Possivelmente todos filhos de Teresa Rodrigues.

⁸²⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 903 e 904. Esta freira é filha de uma outra do mesmo cenóbio, também chamada Clara, a quem é dito, expressamente, que pertencem alguns dos bens doados.

⁸²⁶ Doa oito estis de herdade na Valada, no Reguengo das Donas, e 1 vinha e olival e almoinha em Valbom, termo de Santarém. Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 899 e 900.

exemplo um olival (em Pé de Aranha, termo de Santarém) para a sacristia⁸²⁷ e outro olival com sua vinha e árvores, na Infesta dos Galhardos, com obrigação de se cantar uma missa de *requiem*, em véspera de lava-pés (Quinta-feira Santa) e os salmos com “saimento”, como em aniversário, por alma da mãe⁸²⁸. Doa ainda oito estis de herdade na Valada, no Reguengo das Donas, e uma vinha, olival e almuinha, em Valbom, termo de Santarém.

Quadro 13 - Bens doados ao mosteiro de Santarém

Data	Localização	Bens	Doadores
1266	Junto ao Mosteiro de Santa Clara	1 campo	João Isidoro, cónego do Mosteiro de São Jorge de Coimbra
1276	Valada, termo de Santarém	153 estis de herdade	Rei D. Afonso III
1288	-----	1 olival	D. Clara, freira do Mosteiro de Santarém
1295	Lisboa	Casas	Rei D. Dinis
1300	Requeixada, além de Alpiarça, termo de Santarém	As rendas de uma herdade	Constança Gonçalves, viúva de João Rodrigues de Vasconcelos e mãe de uma freira do Mosteiro, Leonor Rodrigues de Vasconcelos
1301	Silveira	1 quinhão de um herdamento	Estêvão Martins da Silveira, cavaleiro e irmão de uma freira do Mosteiro
1315	Quintal das Donas, Evoramonte	1 herdamento 0 12 cavalarias	Dona Teresa Rodrigues
1316	Reguengo das Donas, Valada + Valbom, termo de Santarém	8 estis de herdade + 1 vinha, olival e Almoinha	D. Clara, freira do Mosteiro de Santarém
1319	Pé de Aranha, termo de Santarém	1 olival	D. Clara, freira do Mosteiro de Santarém
1320	Azambuja e termo	Bens	D. Leonor Afonso, irmã do rei D. Dinis, freira do Mosteiro de Santarém
1326	Infesta dos Galhardos,	1 olival com sua vinha e	D. Clara, freira do Mosteiro

⁸²⁷ Para manter, na sacristia, uma lâmpada para iluminar, de dia e de noite, “o corpo de Deus” e ainda para cera para candeias “Quando erguerem o Corpo de Deus.” Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 495 e 496). Interessante é notar a devoção eucarística, tão próxima e cara às clarissas. Cf. Delir Brunelli, *Clara de Asís, camino y espejo*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2002, p. 123-129; Maria do Rosário F. Gaspar, *Clara: a constelação e o signo. Vida e espiritualidade de Santa Clara de Assis*, Lisboa, Ed. Paulinas, 2004, p. 273-278.

⁸²⁸ Em vida de Dona Clara esta deve dar à abadessa, no dia de Lava Pés, pão, vinho e pescado (o que puder) e saias às pobres. Depois da sua morte o olival e todos os seus bens devem ficar para a Vestiaria do mosteiro (pela sua alma e pela de sua mães).

Data	Localização	Bens	Doadores
	termo de Santarém	árvores	de Santarém
1327	-----	100 libras	Rainha D. Isabel
1336		Bens indiscriminados	Maria Esteves Mafarra, freira do Mosteiro
1337	Campo de Alviela, termo de Santarém	Herdade	D. Catarina Martins Tosse, viúva de Pedro Mendes Tosse
1337	Alviela, termo de Santarém	1 vinha + herdade	D. Catarina Martins Tosse, viúva de Pedro Mendes Tosse
1339	Valada, termo de Santarém	1 courela de vinha	D. Catarina Martins Tosse, viúva de Pedro Mendes Tosse
1348	Pinheiro, termo de Salvaterra de Magos + Salvaterra de Magos + Çacarabotão, termo de Santarém	1 vinha + casas de morada + herdades + 300 libras (ou em ouro ou em prata)	Domingas Eanes, mulher de João Eanes, tabelião de Salvaterra
1367	-----	10 soldos (anualmente)	Rei D. Fernando
1371	Rua da Porta de Mancos, em Santarém	Casas	Domingas Eanes, viúva de Domingos André, alfaiate de Santarém
1378	freguesia do Salvador, em Santarém	1 casa	Catarina Martins Galinheira, moradora na freguesia do Salvador, em Santarém
1382	Rua da Praça de São Nicolau, em Santarém	1 casa	Maria Sanches, moradora no Mosteiro
1395	Caparota, Valada, termo de Santarém	5 estis e meio de herdade de pão	Maria Eanes, viúva de Pedro Coelho

As motivações de grande parte destas doações são de ordem espiritual⁸²⁹, mas também material, procurando concentrar a propriedade do cenóbio na região de Santarém e deixar ao mosteiro os bens das suas professoras que, nalguns casos, são doados em vida.

Em Entre-ambos-os-Rios as doações (oito) são também mais numerosas que os legados testamentários, apenas três.

⁸²⁹ O que torna estas doações uma forma ímpar de conhecer a espiritualidade de muitos leigos que doam bens aos mosteiros (as suas práticas devocionais, conhecimentos hagiográficos e circulação de cultos).

Quadro nº 14 - Formas de doação (mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios)

Formas	Nº	%
Simplex	3	37,5 %
Post mortem	5	62,5 %

As doações e legados testamentários são, na sua maioria, feitos por pessoas ligadas directamente à comunidade, freiras (e seus familiares de sangue) ou habitantes do burgo de Entre-os-Rios, o que revela bem as dificuldades que a comunidade atravessa, devido, em parte, à localização, longe de qualquer convento franciscano e numa região cujos interesses económicos são claramente partilhados por várias comunidades mais fortes, porque já implantadas há algum tempo e com as suas clientelas determinadas. Por outro lado, indicia também redes de solidariedade e dependência que se consolidam em torno do cenóbio, centro polarizador e organizador da comunidade envolvente⁸³⁰.

Assim, dos doze actos considerados, três são realizados por freiras da comunidade, outros dois por parentes (a freiras da comunidade), um legado por uma mulher leiga e as restantes por dependentes do convento ou habitantes do burgo. Das doações das professoras, uma é de Sancha Ordonhes (irmã da abadessa), em 1295⁸³¹ e a outra da abadessa, Mécia Álvares Çanfanha, em 1396. Um e outro caso podem constituir formas de evitar deixar bens por herança, doando em vida, embora possuindo e usufruindo dos mesmos até à morte.

Na primeira, a doação é tripartida, em que uma fracção, claramente a mais volumosa, fica para a irmã abadessa e para o mosteiro⁸³², e o restante é dividido entre uma freira, Maria Esteves⁸³³, por tudo o que lhe fez e o seu escudeiro Estêvão Eanes⁸³⁴, igualmente pelo bom serviço que lhe prestou. Esta doação obriga a comunidade a

⁸³⁰ Situação muito clara neste cenóbio, que polariza as atenções e intenções de um burgo e das sua envolvente (couto do mosteiro).

⁸³¹ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 52, doc. 10.

⁸³² Afirma-se claramente que a doação é feita à irmã, abadessa e ao convento, mas que primeiro ficará para a irmã e que após a morte desta reverta então para o mosteiro. No caso da abadessa morrer primeiro que ela, só após a sua morte os bens reverterão para o cenóbio.

⁸³³ Para esta ficará um herdamento em Bragadas que, após a sua morte, ficará ao cenóbio.

⁸³⁴ Estêvão Eanes receberá o herdamento de Quintela, no termo de Chaves e de Montenegro (isto com consentimento da abadessa).

celebrar, anualmente, em Santa Maria de Agosto, um aniversário (com missa, horas e refeição), com 20 maravedis, por alma da freira⁸³⁵. Mas os herdeiros de Dona Sancha (filhos e netos da sua filha, Mor Esteves) contestam a legalidade a doação e acabam por chegar a um acordo com o cenóbio, ficando com os casais doados por Sancha Ermiges a troco de 3 maravedis, pagos anualmente⁸³⁶ às clarissas.

A segunda doação referida, a da abadessa, é feita “para acrescentar” os bens do cenóbio, que deveria estar a passar por algumas dificuldades. Feita com reserva do usufruto, enquanto a abadessa fosse viva, após a sua morte, nos primeiros dois anos, a renda dos bens deve ser para cantar trintanários por sua alma. Nos anos seguintes, 5 libras devem ser dadas, anualmente, à sacristã para que esta mande cantar missas no dia do seu óbito, para sempre. Dos 7 dinheiros que restarem, cinco libras serão para vestir as moças criadas no mosteiro (que ainda não têm vestimenta, como as professoras), ficando o que sobrar para a vestimenta das donas⁸³⁷. As preocupações que demonstra revelam o conhecimento que esta superiora tem da sua comunidade e, por isso, as suas maiores dificuldades que se prendem, neste caso, com o vestuário⁸³⁸.

O legado testamentário da monja menoreta Sancha Ermiges, em 1292⁸³⁹, vai trazer alguns problemas que, aliás, a freira, de alguma forma, pretende antecipar. Assim, Sancha quando entra no mosteiro, já viúva de Estêvão Mendes, entrega com o “seu corpo” tudo o que possuía: a terça parte do que comprou com o marido e do que adquiriu depois da sua morte e a quinta parte da sua avoenga (especifica então o que é para o mosteiro, para que os seus herdeiros não entrem em discórdia com ele), não entregando o herdamento de Tuías.

⁸³⁵ Acrescenta ainda que o mosteiro deverá ter todos os direitos nos bens que ela possa ainda receber da parte do pai ou da mãe.

⁸³⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 9, também referido nos escambos realizados pelo mosteiro.

⁸³⁷ Tudo isto é feito com consentimento e por poder de uma carta de Frei Henrique, Mestre Geral da Ordem (dos Franciscanos) e com o conselho e outorgamento das donas e convento. Pede, assim, ao Provincial de então, seja ele qual for o que revela a confusão em que se encontrava a Custódia, por causa do Cisma (Fernando Félix Lopes, “História da Ordem Franciscana em Portugal”, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 80) que tudo isto seja cumprido.

⁸³⁸ Esta situação não é caso único e deve levar-nos a pensar que o problema do vestuário deveria ser grande para estas comunidades e muito oneroso, porque, possivelmente, seria encomendado e fabricado fora, além de que a quantidade de pano necessária era, com certeza, muita e cara.

⁸³⁹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 8.

Explica ainda que depois do óbito do seu marido, lhe morreram dois filhos, Vasco Esteves e Margarida Esteves e do que deles herdou dá ao mosteiro a terça - o herdamento de Pousa Foles -, pela qual o cenóbio deve dar, anualmente, em dia de Santa Clara, uma pitaça de dois maravedis ao convento e o que restar deve ser entregue a Sancha Peres, por sua alma, pelo serviço que esta lhe fez e ainda vai fazer: ensinar uma menina⁸⁴⁰, Sancha Lourenço, que lhe deixa encomendada.

Apesar de todas estas precauções, três anos depois⁸⁴¹, os herdeiros⁸⁴², em contenda com o mosteiro, fazem uma composição, pela qual recuperam os casais doados por Sancha Ermiges, com excepção de Pousa Foles, a troco de dinheiro, três maravedis, pagos anualmente, em dia de Santa Clara, por aniversário da freira.

Quanto às duas doações efectuadas pela parentela das professoras, uma é feita por Guiomar Eanes⁸⁴³ às suas irmãs Maria Eanes Coelho (à época abadessa⁸⁴⁴) e Inês Eanes Coelho, com a condição de, após a morte das duas freiras, os bens reverterem para o cenóbio, por alma dela e dos pais. A outra é realizada por Elvira Guilherme a uma sua sobrinha, Elvira Eanes, minoreta de Entre-ambos-os-Rios. A doação é motivada pelo agradecimento por tudo o que lhe fez a mãe de uma freira, sua irmã, Sancha Guilherme. No entanto, é imposto como condição que nem a freira nem a mãe possam dispor dos bens em favor de outrém, pois, após a morte da doadora, o legado deve ser dividido “fraternalmente” entre elas e os filhos da doadora⁸⁴⁵.

Em 1326, Frei Francisco do Lumiar⁸⁴⁶, guardião de Lamego e procurador do testamenteiro de Aldonça Rodrigues Rebotim, Frei Rodrigo Airas⁸⁴⁷, frade de São

⁸⁴⁰ Esta menina será também sua filha ?

⁸⁴¹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 9.

⁸⁴² São eles: Henrique Peres, cavaleiro e sua mulher Maria Esteves Nogueira, Vasco Martins Pinto e sua mulher, Guiomar Afonso, Lourenço Esteves Pinto e sua mulher, Constança Lourenço, filhos e netos da freira Sancha Ermiges que, em 1295, já tinha falecido.

⁸⁴³ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 24.

⁸⁴⁴ Esta foi abadessa entre 1312-1333 e a sua irmã, Inês Eanes também foi abadessa entre 1333 e 1336. Cf. Composição do convento de Entre-ambos-os-Rios.

⁸⁴⁵ Esta doação parece mais uma forma de manter intacta uma herança que, à partida, será para dividir pelos filhos que talvez sejam menores.

⁸⁴⁶ Vidé Quadro dos Frades do Convento de Entre-ambos-os-Rios.

⁸⁴⁷ Vidé Quadro dos Frades do Convento de Entre-ambos-os-Rios.

Francisco de Lisboa (com autorização de Frei Vicente de Alfama⁸⁴⁸, guardião do convento de Lisboa), apresenta o testamento da referida senhora pelo qual doa bens ao mosteiro de Entre-ambos-os-Rios, com diversas obrigações. Dentre elas, está a entrega pela sua alma e pela de João Peres, seu marido, anualmente, em Santa Maria de Agosto, aos frades de São Francisco de Lamego, de 60 libras, para vestir. Se este convento não desejar o encargo, Aldonça Rodrigues manda que seja concedido aos frades de Guimarães e se, também, estes o não quiserem, será para os do Porto. Se nenhum deles o desejar, fique a abadessa encarregada de escolher dois capelães que “mereçam” esse dinheiro. Por todo este trabalho da abadessa, o restante, mais ou menos 20 libras, deve ficar para a pitaça do convento⁸⁴⁹.

As restantes doações são de habitantes de Entre-ambos-os-rios e são bens desta localidade ou dinheiro, e assemelham-se a pagamentos de serviços que homens e mulheres receberam ou esperam receber do mosteiro, colocando-se na sua dependência. Assim, Teresa Pires dá ao cenóbio, em 1333⁸⁵⁰, a casa (com o chouso), em que vive. Lourenço Eanes, morador com a mulher no cabo da vila de Entre-os-Rios, doa (por suas almas), em 1321, 30 soldos, pelo bem que receberam do mosteiro e da abadessa. A doação deve ser feita da seguinte forma: morrendo o primeiro elemento do casal, entrega-se metade do pecúlio e à morte do segundo a outra metade. O dinheiro deve servir para dar pitaça ao convento, no dia dos seus óbitos, quando as freiras rezarem por eles⁸⁵¹.

A doação feita por João Domingues do Granjão, em 1333⁸⁵², reveste ainda outro aspecto particular. Este homem dá os herdamentos que tem e o que lhe ficaram do filho, recebendo em troca recebe das donas, diariamente, dois pães de centeio e uma fiã⁸⁵³ de

⁸⁴⁸ Vidé Quadro dos Frades do Convento de Entre-ambos-os-Rios.

⁸⁴⁹ Um dos bens, a quinta de Lobrigos, foi logo emprazado em três vidas, com consentimento do mosteiro.

⁸⁵⁰ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 22.

⁸⁵¹ Possivelmente este casal não tem dinheiro suficiente para mandar rezar missas por suas almas e pede então as orações “mentais” das freiras.

⁸⁵² TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 21

⁸⁵³ Fiã ou fiã é um vaso de barro, chato e redondo, que levava duas canadas, a que hoje chamam almofia. Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vol. 2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p. 269.

vinho, e ao Domingo um pão branco com a sua broa e uma posta de carne. Esta composição, antecedida pela doação, cria um laço de dependência total, pois em consequência desta relação, João Domingues viverá do que lhe derem as donas e o mosteiro.

Na resolução de uma contenda, Fernão Lourenço, abade da igreja de Santa Maria de Eja, apresenta o testamento de Domingos Domingues (morador em Entre-ambos-os-Rios), em que este deixa como um dos testamenteiros o capelão do mosteiro⁸⁵⁴, Vicente Domingues, legando ao cenóbio meio maravedi⁸⁵⁵, entregue em dia de São Miguel, para que este lhe reze, anualmente, uma missa e a hora dos finados, no dito dia.

O cenóbio recebe ainda a solidariedade de uma dama da Casa da Rainha D. Isabel, Joana Gonçalves, irmã da então abadessa do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra que, conhecendo a situação desta comunidade, doa-lhe no seu testamento, feito em 1331⁸⁵⁶, 100 libras para “refazimento das cousas da Igreja do Mosteiro qual meus testamenteiros virem que seera melhor.”

Quadro 15 - Bens doados ao mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios

Data	Localização	Bens	Doadores
1276	Santiago de Francelos (paróquia de)	1 casal	Elvira Guilherme, viúva de D. Silvestre Migueis, cidadão de Braga
1292	Várzea, termo de Celorico; Outeiro, em Cinfães ⁸⁵⁷ ; Pousa Foles	2 casais e ½; 1 quinhão de herdade; 1 vinha; 1 herdade	Sancha Ermiges, freira do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios
1295	Tougues, Passô, Argeriz, Midões, Castelo, em terra de Sambade e Montemel	Herdamentos com todos os seus direitos e pertenças	Sancha Ordonhes, freira do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios

⁸⁵⁴ É referido como tal, entre 1330 e 1346. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 19; Mç. 52, doc. 20; Mç. 55, doc. 5; Mç. 55, doc. 6; Mç. 55, doc. 7; Mç. 59, doc. 22; Mç. 59, doc. 26; Mç. 60, doc. 28.

⁸⁵⁵ Por metade da casa em que habitava Clara Esteves e de todos os outros seus bens, mas só depois da sua morte.

⁸⁵⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30.

⁸⁵⁷ O mosteiro acaba por ficar sem estes casais por causa de uma contenda existente com os herdeiros da freira, seus filhos e netos. Esta termina com uma composição, em 1295, em que o mosteiro recebe, anualmente, por troca com os parentes da freira, 3 maravedis, em dia de Santa Clara pela alma de Sancha Ermiges. (TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 9)

Data	Localização	Bens	Doadores
1321	-----	30 soldos (anualmente)	Lourenço Eanes e a mulher, Maria Esteves, moradores no cabo da vila
1326	Lobrigos, Vila Maior, Milgradeira e Remostias	1 quinta e 5 casais	Aldonça Rodrigues Rebotim
1331	-----	100 libras	Joana Gonçalves, irmã de Maria Gonçalves, abadessa de Santa Clara de Coimbra
1333	Leiria e termo	Herdade	Guiomar Eanes, irmã de Inês e Maria Eanes freiras do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios,
1333	Entre-ambos-os-Rios e termo	Herdamento	João Domingues do Granjão
1333	Entre-ambos-os-Rios	Casa e chouso	Teresa Pires, moradora no burgo de Entre-os-Rios
1334 ⁸⁵⁸	-----	½ maravedi, anualmente	Domingos Domingues, morador em Entre-os-Rios
1396	Vila Verde e Coucieiro	Herdades	Mécia Álvares Çanfanha, abadessa do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios

Outro aspecto importante prende-se com alguns actos privados de doação que são realizados entre habitantes do burgo de Entre-os-Rios mas que revertem, em parte, para o cenóbio. Assim, a doação feita em 1330⁸⁵⁹ tem como condição dar, anualmente, 30 soldos para pitaça às donas, em dia de São Martinho e 1 maravedi e 30 soldos ao capelão, com o encargo deste celebrar missa e a hora dos finados, por alma dos doadores, em São Miguel de Setembro. Estes devem ainda entregar ao cenóbio, por São Miguel, 7 soldos menos uma mealha, pelo foro da casa, eixido e almoinha que são doadas. Já em 1345, o abade de Santa Maria de Eja, Fernão Lourenço, doa a uma sergente, Estevainha, de quem tem filhos, um emprazamento que tem do cenóbio, com a condição dela⁸⁶⁰ e dos seus filhos mandarem celebrar, no mosteiro, quatro missas, com

⁸⁵⁸ Referido nesta data deve, contudo, ser anterior. Devido ao que atrás foi dito sobre um dos testamenteiros, o capelão do Mosteiro de Entre-os-Rios, pode datar-se entre 1330 e 1334.

⁸⁵⁹ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 52, doc. 19.

⁸⁶⁰ Além de que Fernão Lourenço exige que: “se a dita Estevainha casar ou abarregar ou maldade de seu corpo fizer que a dita doação não seja valiosa.” Cf. TT, OFM, PP, SCP, Mç. 52, doc. 25.

as horas dos finados, para sempre. Se eles o não fizerem, pede à abadessa que cumpra esta obrigação.

Podemos pois concluir que, apesar das dificuldades enfrentadas, esta comunidade é agraciada com várias doações, especialmente por parte dos homens e mulheres, quer familiares das freiras, quer os seus homens, capelães e até foreiros que, mais directamente, dela dependem e com ela partilham as dificuldades e encargos.

Se esta é a situação de Entre-os-Rios, muito diversa se apresenta a de Coimbra, como aliás já temos visto noutros aspectos. Aqui, as doações são muitas e de variados membros da sociedade, embora no período em estudo sejam, essencialmente, de pessoas ligadas à rainha.

Predominam, claramente, as doações simples em que o bem passa imediata e directamente para a mão do cenóbio que dele necessita para viver. É notório, pois, o interesse para o mosteiro desses actos, que aliam de forma perfeita as suas motivações particulares de subsistência com as dos doadores.

Quadro 16 - Formas de doação (mosteiro de Coimbra)

Formas	N.º	%
Simplex	23	79,3 %
<i>Post mortem</i>	2	6,9 %
<i>Reservatu usufructo</i>	4	13,8 %

Doações e legados constituem, pois, uma importante fatia do património de Santa Clara de Coimbra, num momento de “refundação”, face às adversidades que, anteriormente, teve de enfrentar. Aliás, ao olharmos para os doadores, podemos verificar que poucos serão os que não estão, directa ou indirectamente, ligados à nova patrona do mosteiro.

Olhemos com mais atenção as vinte e nove doações e doze legados testamentários. Nestas inclui-se uma fatia importante de padroados⁸⁶¹: Santa Maria de Podentes (1319⁸⁶² e 1380⁸⁶³), São Pedro de Gouveia (1320⁸⁶⁴), Zambujal (1327⁸⁶⁵),

⁸⁶¹ Veja-se no nosso trabalho o que se diz sobre estes bens do mosteiro.

⁸⁶² TT, OFM, PP, SCC, Mç. 17, doc. 9.

⁸⁶³ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 6, doc. 39.

Sangalhos (1338⁸⁶⁶), São Martinho de Montemor-o-Velho (1355⁸⁶⁷) e Penacova (1374⁸⁶⁸). Todas estas doações são feitas com a aprovação e confirmação do bispo da diocese (apenas em Podentes ela não é referida) e com todos os respectivos direitos destas igrejas. No caso de Sangalhos, acrescenta ainda o monarca D. Afonso IV toda a terra como pagamento de uma dívida do rei seu pai e dele próprio à rainha D. Isabel, em satisfação do seu testamento⁸⁶⁹. Este rei doará ainda por pagamento do testamento da mãe, em 1338⁸⁷⁰, moinhos e casas na Ribeira de Penela.

Destas doações de padroado, quatro são régias: Gouveia doado por D. Dinis, Sangalhos e Montemor-o-Velho, por D. Afonso IV e Penacova, por D. Fernando. As outras duas são feitas por particulares. A igreja do Zambujal⁸⁷¹ é entregue à rainha D. Isabel por Margarida Alvernaz, viúva do cavaleiro Nuno Fernandes Cogominho⁸⁷², por “entender que era muito serviço de Deus” e, possivelmente, para reafirmar uma doação com que o cenóbio já tinha sido agraciado, em tempos de Mor Dias.

Só em relação à igreja de Podentes a situação se apresenta de alguma forma diversa. Há uma primeira doação de parte do padroado, em 1319, que é apenas de um

⁸⁶⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 12 e Liv. 9, fl. 277-278.

⁸⁶⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 9 e Liv. 9, fl. 137-137v.

⁸⁶⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, liv. 10, fl. 75 – 77.

⁸⁶⁷ TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 15 e *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1984, p. 23-25.

⁸⁶⁸ TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 152-152v.

⁸⁶⁹ Como se verá noutro passo da nossa dissertação.

⁸⁷⁰ *Chancelaria de Afonso IV*, vol. II, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 203-205 e TT, *Leitura Nova, Liv 11 da Estremadura*, fl. 244v– 275v.

⁸⁷¹ Certo é que este padroado tinha sido dado ao mosteiro por D. Mor Dias em 1283, fazendo assim parte da dotação inicial do mesmo. Possivelmente, terá “regressado” à família de D. Mor.

⁸⁷² Nuno Fernandes Cogominho é filho de Fernão Fernandes Cogominho e de Joana Dias, irmã de Mor Dias. Sobre esta família veja-se José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. II, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 63.

dos padroeiros⁸⁷³, pois, ainda em 1319⁸⁷⁴, a propósito da apresentação de um novo vigário para a Igreja, o bispo de Coimbra⁸⁷⁵ refere três padroeiros: Martim de Podentes, Egas Nunes e Martim Martins. É deste último que o mosteiro recebe a parte que lhe cabe do direito de padroado. Em 1356⁸⁷⁶ e 1369⁸⁷⁷ refere-se na mesma três padroeiros, mas esclarece-se a repartição dos direitos, metade para Estêvão Gomes, 1/4 para a abadessa de Coimbra e outro 1/4 para Pedro Mendes, descendente de Martim Fernandes de Podentes. A doação de 1380 deve corresponder à metade que estava nas mãos de um tio da abadessa do convento, Estêvão Coelho e que, desta forma, lhe dá o controlo praticamente total do padroado. A entrega é feita por alma de Maria Coelho e Senhorinha Afonso, respectivamente filha e esposa de Estêvão Coelho e também “em honra” da abadessa, que era sua sobrinha. Institui ainda, por alma da filha e da esposa, três aniversários, anualmente, com Missa de *Requiem* e Vigília de Finados, no 1º de Janeiro, no 1º dia de Agosto e no dia de todos os Santos (1 de Novembro).⁸⁷⁸

Das restantes, há mais quatro doações feitas à rainha, em 1318 e 1319, a primeira de uma leira de herdade junto ao convento de Santa Clara, dada pela priora e convento de Santa Ana da Ponte, onde possivelmente, se terão construído parte das dependências conventuais. Em 1319⁸⁷⁹, Mafalda Gonçalves, viúva de Martim Fernandes de Barro, cavaleiro de Bruscos, doa *post mortem* os seus bens em Bruscos (Coimbra), em Paul (Covilhã) e em Manteigas, pelo muito bem que da rainha recebeu e recebe. Tudo isto depois de, no ano anterior, em 1317⁸⁸⁰, ter feito o seu testamento em favor do

⁸⁷³ Este cavaleiro, na mesma data, doa ao mosteiro a terça do seu haver móvel e de raiz, ficando daí em diante com o usufruto da dita terça até à morte. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 8 e liv. 9, fl. 363-364.

⁸⁷⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 11.

⁸⁷⁵ D. Aimeric, bispo de Coimbra, manda que seja apresentado um novo vigário para a igreja de Podentes porque quem a tinha, Estêvão Afonso, “não cumpria as suas obrigações, não residia pessoalmente na igreja e delapidava os seus bens, não entregando o que devia à Igreja de Coimbra”. Esta é uma questão que abordaremos mais tarde e que se estende a outras igrejas e benefícios do cenóbio.

⁸⁷⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 33.

⁸⁷⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 37.

⁸⁷⁸ E ainda com a condição se o cenóbio não cumprisse tudo isto, o padroado pudesse reverter para os da sua linhagem.

⁸⁷⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 43.

⁸⁸⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 11.

mosteiro de Coimbra, mandando-se aí sepultar e dando às freiras 20 soldos e todos os bens que tem na freguesia de São Pedro de Bruscos, ficando a viver na comunidade, usufruindo dos ditos bens e pagando ao cenóbio, anualmente, uma teiga de trigo. À sua morte ficaria tudo à comunidade⁸⁸¹. As terras que depois doa, em 1318, devem ter sido recebidas posteriormente e assim, Mafalda Gonçalves, já vivendo junto da comunidade (e da rainha), doa-os à sua benfeitora.

O mosteiro recebe ainda bens em Vila Caíz e em Penso, de Joana Rodrigues⁸⁸² e de Martim Domingues e sua mulher, Águeda Mendes⁸⁸³. Ambas relacionadas com D. Maria⁸⁸⁴, filha do Conde Martim Gil e de D. Mília, e irmã de D. Martim Gil. A primeira, em 1318, diz ter recebido o bem que doa de Dona Mília, mãe de D. Maria, e aparece como ama de D. Beatriz mas, no testamento de D. Martim Gil, irmão de D. Maria, é já referida como freira do Mosteiro de Santa Clara de Lisboa. Os segundos são também da corte de D. Maria, pois Águeda Martins foi sua ama e aufere dela os bens que doa.

Em 1333, o conde D. Martim Gil (II), irmão de D. Maria, doa, no seu testamento⁸⁸⁵, uma série de bens ao cenóbio conimbricense, por alma da irmã e do pai, consignando assim um apoio que deve ter sido fortemente influenciado pelas suas ligações familiares⁸⁸⁶ e especialmente, pela sua irmã.

As doações feitas pela própria rainha D. Isabel ao seu convento, especificamente nomeadas, são testemunhos de uma acção tendente a maximizar o património do

⁸⁸¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 8.

⁸⁸² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 3 e liv. 9, fl. 60v-61v. Neste último, refere-se que o mosteiro trocará este bem com a abadessa de Vairão, em 1402.

⁸⁸³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 8 e liv. 9, fl. 63.

⁸⁸⁴ Esta foi alvo de uma contenda que decorre entre Julho e Setembro de 1319, que envolveu o Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e o de São Francisco de Guimarães. Neste processo, o convento de Coimbra requisita o corpo de D. Maria, que estava sepultada em Guimarães, por dizer que ela foi sua freira professa. Ouvidas as testemunhas, franciscanos de Coimbra, ficou provado que ela tinha professado em Benavente dos Campos, donde veio com a “futura” abadessa de Santa Clara de Coimbra, Maria Seabra, nas mãos da qual professou. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 4.

⁸⁸⁵ De que o mosteiro recebe a posse em 1333. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 23 e Mç. 35, doc. 1 e Liv. 9, fl. 65-66.

⁸⁸⁶ Interessante a sua ligação a Raimundo de Cardona e a sua opção a Afonso Sanches, promotor do outro mosteiro de clarissas, o de Vila do Conde. Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 554-555.

mesmo, assegurando o mantimento das suas donas. A primeira doação conhecida reporta-se a 1316⁸⁸⁷, e refere uma azenha e moinhos no termo de Penela, junto a várias ribeiras, bens que a rainha tinha obtido por escambo com D. Isabel, filha do Infante D. Afonso. Em 1321, a soberana entrega ao mosteiro todos os seus bens que possui em Montemor-o-Velho⁸⁸⁸ e uma quinta, um casal e casas em Torres Novas⁸⁸⁹.

Em 1327, no seu testamento, manda sepultar-se no mosteiro e doa-lhe largas somas de dinheiro e bens imóveis, com realce para a sua capela “así como a acharem que a eu em esse tempo teuer com cruces de ouro, e de prata, e com calizes, e turíbulos, e uestimentas, e todalas outras cousas que a essa capella pertencem”⁸⁹⁰, bem como jóias, constituindo assim esta comunidade, como depositária de um tesouro que constitui a memória da soberana. No codicilo que acrescenta às suas últimas disposições, D. Isabel doa ainda ao mosteiro⁸⁹¹ um paço com a sua vinha⁸⁹², onde ela mora e do qual a “parte dianteira” deve albergar, após a sua morte, um hospital para 30 pobres (15 homens e 15 mulheres).

As restantes doações são realizadas por pessoas próximas do convento, como Pedro Rodrigues, criado de Joana Gonçalves, irmã da abadessa Maria Gonçalves⁸⁹³, ou Vasco Martins e a mulher, procurador do convento⁸⁹⁴. Esta com a instituição de um

⁸⁸⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 6 e *Santa Cruz de Coimbra*, pasta 43, nº 16.

⁸⁸⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, liv. 9, fl. 184.

⁸⁸⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 10.

⁸⁹⁰ António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (15).

⁸⁹¹ *Idem*, p. (19).

⁸⁹² Estes bens são obtidos por escambo que a rainha fez com a priora de Celas da Ponte, Urraca Rodrigues, em 1326, dando a soberana em troca 150 libras anuais ou um herdamento cuja renda tenha o mesmo valor e obrigando-se ainda a realizar, no referido mosteiro, um paço para as freiras in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 3=Liv. 9, fl. 196v-107v (com uma carta régia que dá consentimento para que esta permuta se realize em TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. reg. 3=Liv. 9, fl. 134v). Doação reiterada, em 1330, in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 22=Liv. 9, fl. 138-138v.

⁸⁹³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 12.

⁸⁹⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 40.

aniversário, por alma do casal, no dia de Pentecostes, com uma missa oficiada. Em todas é referida como causa o muito bem e serviço recebido do cenóbio⁸⁹⁵.

Há ainda doações feitas por membros de institutos religiosos, como é o caso de duas freiras de Celas de Guimarães⁸⁹⁶ e a comunidade de Santa Cruz⁸⁹⁷, ambos vizinhos das clarissas. No primeiro caso, a concessão é feita a “rogo e reverença “ da rainha D. Isabel e “por bem e emsinança” que receberam da abadessa de Santa Clara de Coimbra, Maria Gonçalves. De Santa Cruz, em 1325, a soberana e o mosteiro recebem uma fonte e a sua água, essencial para o sustento da comunidade conventual⁸⁹⁸.

Por último, importa destacar os testamentos que revelam, com especial acuidade, as pessoas que procuram a protecção das clarissas de Coimbra e a atracção que estas exercem sobre elas. Dos doze legados testamentários conhecidos para este período, alguns traduzem-se apenas na entrega de alguns bens, como Tomé Martins, que dá ao cenóbio uns lagares de azeite⁸⁹⁹ situados em Coimbra, ou Vicente Martins, com uma casa na Atouguia⁹⁰⁰ ou Fernão Rodrigues Redondo, com bens fundiários, em Orelhudo e Urzelhe⁹⁰¹ e ainda D. Maria, mãe de Pedro Lourenço que está sepultado no mosteiro, e que lhe deixa um casal por sua alma⁹⁰².

Outros legados são, no entanto, somas e fortunas consideráveis, como o do mercador de Coimbra, Estêvão Domingues⁹⁰³, pai de uma freira do mosteiro, Clara

⁸⁹⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 5 e liv. 9, fl. 109v-110v (1319); Mç. 18, doc. 10 (1319); Mç. 17, doc. 12 (1320); Mç. 2, doc. 35 (1325); Mç. 3, doc. 13 (1328); Mç. 6, doc. 40 (1370) e Mç. 7, doc. 34 (1380). Nesta há que realçar a que foi realizada por Vasco Esteves de Formoselhe e sua mulher, em 1319, de toda a terça do seu haver (com obrigação de sepultura do casal no mosteiro e deste lhes fazer cantar para cada um, dois anais de missas), ficando o usufruto reservado ao que sobreviver. Mais tarde, em 1328, D. Teresa, já viúva, entrega esse usufruto e acrescenta mais um bem que possui, o que pode indicar a sua entrada na comunidade ou, pelo menos, no seu círculo de influência e subsistência.

⁸⁹⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 7 e liv. 9, fl. 111-111v.

⁸⁹⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 38, doc. 1.

⁸⁹⁸ O papel e importância da água numa qualquer comunidade é fulcral para a sua sobrevivência e, por isso, se compreende o empenho da rainha nesta transacção que, no caso de não se efectivar, poderia pôr em causa a instalação definitiva das clarissas.

⁸⁹⁹ Em 1352. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 36.

⁹⁰⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 38 (1363)

⁹⁰¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 18 (1330)

⁹⁰² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 40.

⁹⁰³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 6.

Esteves. Pelo auto de partilhas que possuímos, conhecemos a terça do pecúlio reclamada pelo cenóbio, com certeza por aí ter ficado sepultado, além de duas partes de metade dos seus bens também recebidas pelo mosteiro, pelo facto de nele estar a filha (do primeiro casamento com Florença Fagundes), uma vez que a outra metade ficava à viúva, Iria Esteves (a sua segunda mulher). Estes bens agora obtidos pelas clarissas são resultado de uma intensa actividade mercantil, que se baseia nos panos, essencialmente de lã, para além de mobiliário, dinheiros, casa, toda uma importante fortuna pessoal, construída pelo negócio⁹⁰⁴.

Assim, tal como este negociante, também a rainha D. Isabel e a sua sobrinha, a Infanta D. Isabel, que com ela esteve no cenóbio conimbricense e morreu ainda criança, aí jazem sepultadas⁹⁰⁵. Homens e mulheres de confiança da rainha também escolheram o mosteiro para sua morada eterna, como é o caso de Joana Gonçalves⁹⁰⁶, irmã da abadessa Maria Gonçalves e mulher da corte da soberana ou de Gonçalo Peres Ribeiro⁹⁰⁷, mordomo-mor de D. Isabel, com sua mulher, Dona Constança.

A primeira manda-se sepultar no interior da clausura, junto da irmã, com o hábito de clarissa⁹⁰⁸ e os segundos no lado direito da capela-mor. Um e outros instituem aniversários, um no dia do seu falecimento e outro seis meses depois. Joana Gonçalves doa ainda 100 libras aos Frades Menores de Coimbra para cantarem missas por sua alma, com a condição de que 30 dessas celebrações sejam em Santa Clara, junto da sua sepultura. Gonçalo Ribeiro ordena que mantenham, diariamente, 4 capelães que, anualmente, façam dois aniversários, com missa de finados, um no Natal e outro no dia 15 de Agosto, por sua alma e pela de sua mulher, para isso doando várias fazendas.

⁹⁰⁴ Estes homens “Se visavam o poder não menos cuidavam das suas redes sociais de parentesco, casamento, criadagem e influência.” In Maria Helena da Cruz Coelho, “Homens e Negócios” in *Ócio e negócio*, Coimbra, Inatel, 1998, p.138. Neste caso, a rede que se estabelece com as clarissas proporcionará manter a memória da sua vida e perpetuar no mosteiro a sua estirpe, uma vez que não tem outros descendentes.

⁹⁰⁵ Conforme afirma Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 48.

⁹⁰⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30.

⁹⁰⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 38; Mç. 22, doc. 15; Mç. 22, doc. 37 e liv. 10, fl. 255-256.

⁹⁰⁸ Tal como a Rainha D. Isabel e outras senhoras piedosas. Comportamento comum na Europa do seu tempo, veja-se, em especial, a mesma atitude tomada por Elisenda de Moncada, esposa de Jaime II e fundadora do mosteiro de Pedralbes. Cf. *Petras Albas. El Monestir de Pedralbes i els Montcada (1326-1673)*. *Guia-Catàleg*, dirigido por Anna Castellano e Antoni Nicolau, Ajuntament de Barcelona, Edicions Hipòtesi SL, 2001.

Todavia, os bens ficarão primeiro para D. Constança, quando morrer Gonçalo Ribeiro, que deve manter tudo isto e, só após a morte desta, reverterão, com os seus encargos, para o cenóbio.

A preocupação com a subsistência do convento não é prioritária para Gonçalo Ribeiro, que deixa à abadessa o que restar daquilo que gastar com a manutenção dos referidos capelães, além do encargo de dar duas pitanças às donas, nos dias dos aniversários. Já Joana Gonçalves revela no seu testamento um conhecimento e uma proximidade muito acentuados em relação à comunidade. Além de deixar ao mosteiro alfaias e paramentos litúrgicos, faz doações a várias freiras, umas suas parentas, outras não, a dependentes e familiares e ainda aos pobres do hospital da rainha, desde quantias em dinheiro a roupas e jóias⁹⁰⁹.

Uma e outros fazem seus testamenteiros a rainha e o mosteiro, na pessoa da sua abadessa ou outros membros da comunidade conimbricense, revelando uma total confiança e entrega, na morte, tal como na vida, de tudo o que possuem e são, inclusive da preservação da sua memória.

Outros escolhem o mosteiro como local de sepultura, ainda numa fase em que este se encontra em construção (1317 e 1318, respectivamente), deixando-lhe bens imóveis e dinheiros, como a já referida Mafalda Gonçalves, viúva de Martim do Barro, cavaleiro de Bruscos ou Afonso Mateus, natural de Zamora⁹¹⁰. Este possivelmente relacionado com alguma freira que veio de Zamora para habitar o mosteiro⁹¹¹.

Já D. Maria Chancinha, mulher de Rui Vasques Ribeiro, que faz o seu testamento na difícil época da Peste Negra⁹¹², mandando-se sepultar no mosteiro, onde diz já ter uma campa, institui um aniversário anual e deixa o terço e o quinto do seu

⁹⁰⁹ É um documento muito interessante, que revela uma personalidade rica, conhecedora do meio religioso (a nível nacional), o que a assemelha em muito à sua “protectora”, a rainha D. Isabel. De destacar a doação de 100 libras que faz para o Mosteiro de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios “para refazimento da Igreja ou do Mosteiro”, já anteriormente referido.

⁹¹⁰ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 27, doc. 10.

⁹¹¹ Não sabemos qual mas, em 1356, havia no cenóbio uma freira de Zamora, Inês Rodrigues, de que não foi possível coligir qualquer dado. Cf. Ver a microbiografia das freiras do Convento de Santa Clara de Coimbra.

⁹¹² Em 1348 e, por isso, tem de ser confirmado pelo rei em 1353. Cf. TT, OFM, PP, SCC, docs. reg., Mç. 1, doc. 14 e Liv. 9, fl. 135-136v. Sobre um testamento (do tabelião de Coimbra João Lourenço) da mesma época (1348) e também realizado em Coimbra: Maria Helena da Cruz Coelho, “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra” in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVIII, 1980, p. 312-331.

haver ao mosteiro, para manter um capelão, fazer o referido aniversário e comprar uma herdade que renda 10 libras, para as donas. Pede à rainha que seja “vedor” do seu testamento e deixa como sua testamenteira a abadessa do cenóbio, à época D. Isabel de Cardona, e depois as abadessas que se seguirem, e Mestre Geraldo, a quem deixa 50 libras⁹¹³.

Todo este conjunto de bens doados e sepulturas feitas no Mosteiro marcam bem a importância e o valor atribuído à presença de uma comunidade orante junto dos que abandonam o mundo mas querem continuar a ser lembrados pelos vivos.

Quadro 17 - Bens doados ao mosteiro de Coimbra

Data	Localização	Bens	Doadores
1316	Termo de Penela	1 azenha e moinhos	Rainha D. Isabel
1317	Junto do convento de Santa Clara de Coimbra	1 leira de herdade, chamada do Barreiro	Prioressa e convento do mosteiro de Santa Ana de Coimbra ⁹¹⁴
1317	Vilarinho, termo de Arouca, Lousã	1 casal	D. Maria, mãe de Pedro Lourenço, prior de Góis
1317	Além da ponte, onde os franciscanos partem pedra para a sua igreja, Coimbra	1 olival	Maria Domingues e Mafalda Domingues, irmãs e freiras do mosteiro de Santa Ana de Coimbra e filhas de Domingos Martins e Aldonça Bentes, vizinhos de Coimbra
1317	Vila Seca e Chã, freguesia de São Pedro de Bruscos, bispado de Coimbra	Casa e vinha 1/2 de 4 casais e de 4 cabaneiras mais 20 soldos	Mafalda Gonçalves, viúva de Martim Fernandes do Barro, escudeiro de Bruscos
1318	Bruscos, termo de Coimbra e no Paul, termo da Covilhã e no termo de Manteigas	Herdamentos, quintas e casais	Mafalda Gonçalves, viúva de Martim Fernandes do Barro, escudeiro de Bruscos ⁹¹⁵
1318	Vila Caíz, junto ao Tâmega, Amarante	Casal dos Esporões	Joana Rodrigues, dona da Infanta D. Beatriz ⁹¹⁶
1318	Penso, Ribeira de Vizela, junto a Guimarães	3 casais	Martim Domingues e sua mulher, Águeda Mendes que

⁹¹³ Faz ainda doação de 30 libras aos frades de São Francisco de Coimbra e 20 ao de S. Domingos, 100 libras para pobres e “mando que se desto sobrejar que o dem por missas e a pobres vestir, hu virem que faz mester.”

⁹¹⁴ Esta doação é expressamente feita à rainha D. Isabel e, pela localização, deverá ter servido, como referimos, para nela se construir parte das dependências conventuais.

⁹¹⁵ Doação feita à Rainha D. Isabel.

⁹¹⁶ Doação feita à rainha D. Isabel.

Data	Localização	Bens	Doadores
			foi ama de Dona Maria, filha de D. Martim Gil e de Dona Mília ⁹¹⁷
1318	Espinheiro, termo de Penela	20 soldos + 2 courelas de vinhas com o seu quinhão de lagar	Afonso Mateus, natural de Zamora
1319	-----	Terça do seu haver (móvel e de raiz)	Vasco Esteves de Fermoselhe, cavaleiro e sua mulher, Teresa Peres
1319	Várzea de Domingos Silvestre, termo de Penela	1 vinha	Pedro Domingues, clérigo e vizinho de Penela
1319	Leiria e termo	Terça do seu haver (móvel e de raiz) ⁹¹⁸	Martim Martins, cavaleiro de Podentes
1319	Podentes	O seu direito no Padroado da igreja de Santa Maria	Martim Martins, cavaleiro de Podentes
1320	Gouveia, bispado de Coimbra	O seu direito no Padroado da igreja de São Pedro	Rei D. Dinis ⁹¹⁹
1320	Termo de Penela	Parte e quinhão em dois moinhos com seus rocios e entradas	Afonso Mateus, criado de Dom Gomes Peres
1320	Albarrol, termo de Penela	1 casal ⁹²⁰	Pedro Rodrigues, criado de Joana Gonçalves, irmã da abadessa, Maria Gonçalves
1321	Montemor-o-Velho e seu termo	Casas, quinta, herdamentos, vinhas, gados	Rainha D. Isabel
1321	Termo de Torres Novas + Vila de Torres Novas	1 quinta (Fungalvas) e 2 casais Corvaceiras e Paio Alvo) + as casas com os seus rocios e pardeeiros	Rainha D. Isabel
1325	Carvalhais, termo de Penela (o casal)	Terço de 1 casal + Terça de tudo o que têm	Lourenço Martins e sua mulher, Dona Teresa
1325	Pombal, Coimbra	1 fonte e a sua água	Mosteiro de Santa Cruz
1327	Termo de Montemor-o-Velho + termo de Coimbra	Quinta da Torre + Quinta de Antanol + herdade dos Pinheiros	Gonçalo Peres Ribeiro, mordomo mor da Rainha D. Isabel e sua mulher, D. Constança

⁹¹⁷ Doação feita à rainha D. Isabel.

⁹¹⁸ A terça de todos os seus bens, como ele diz, onde possam ser achados, nomeadamente em Leiria e seu termo.

⁹¹⁹ Temos a doação transcrita num documento de apresentação do vigário da igreja, feita também em 1320, pelo Mosteiro in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 12 e Liv. 9, fl. 277-278.

⁹²⁰ Este casal foi comprado pelo mesmo a Mateus Eanes, catorze dias antes, por 100 libras Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 12 e Mç. 18, doc. 12.

Data	Localização	Bens	Doadores
1327	Zambujal, bispado de Coimbra ⁹²¹	Padroado de igreja	D. Margarida viúva de Nuno Fernandes Cogominho, cavaleiro ⁹²²
1327	-----	4 000 libras + 12 000 libras + bens móveis (jóias, imagens) + 100 marcos de prata (para a abadessa) ⁹²³	Rainha D. Isabel
1328	Sobre o Mosteiro de Santa Clara	1 paço com a sua vinha	Rainha D. Isabel
1328	Termo de Penela	Terça de duas quintas a de Val Flor e a dos Carvalhais ⁹²⁴ + a terça da quinta do Porto dos Judeus	D. Teresa, viúva de Vasco Esteves de Fermoselhe
1330	Termo de Coimbra	Parte e direito na quinta do Orelhudo + vinhas de Urzelhe	Fernão Rodrigues Redondo (foi casado com Marinha Afonso)
1331	-----	100 libras + bens móveis (alfaia litúrgicas, paramentos) e quatro pitaças ⁹²⁵	Joana Gonçalves Redonda
1333	Penso, e Riba de Vizela + Entre Douro e Minho + Ulmar, termo de Leiria	Casais + herdades + 6 courelas de herdades	Testamenteiros de conde Dom Martim Gil, filho de Dona Mília e irmão de D. Maria
1338	Sangalhos	Terra e padroado de igreja ⁹²⁶	Rei D. Afonso IV
1338	Ribeira de Condeixa, termo de Coimbra	Moinhos (direitos e rendas) + casas com seu conchouso ⁹²⁷	Rei D. Afonso IV

⁹²¹ Este padroado foi, em 1330, dado ao Mosteiro de Santa Ana da Ponte, num escambo feito pela Rainha D. Isabel com esta comunidade. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 22 e Liv. 9, fl. 38-38v.

⁹²² Esta doação é feita à rainha D. Isabel.

⁹²³ Doa ainda “se mais ficarem de trinta e sex mil libras que eu ey dauer depôs minha morte das Rendas das minhas terras per cartas delRey a que Deos perdoe” in António de, Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (16).

⁹²⁴ A terça que era de D. Teresa.

⁹²⁵ Para a irmã, Maria Gonçalves, abadessa do Mosteiro, só após a sua morte, manda uma herdade (não se diz a sua localização) mais duzentas libras e uma taça com a sua sobrecaça (que ela lhe tinha dado). Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30.

⁹²⁶ Esta doação régia foi feita ao mosteiro como pagamento de 8 000 libras que segundo diz o rei “A Rainha D. Isabel, minha mãe (...) por outorgamento do rei meu pai, e meu, havia de haver três anos depois sua morte as rendas das terras que elas tinham, as quais lhe foram assim outorgadas para fazerem por elas paga de seu testamento (...).” in TT, *OFM, PP, SCC*, liv. 10, fl. 75-77.

Data	Localização	Bens	Doadores
1348 ⁹²⁸		A terça e o quinto dos seus bens (móvel e de raiz) + 1 herdade que renda 10 libras ⁹²⁹ + 50 libras ⁹³⁰	Dona Maria Chancinha, viúva de Rui Vasques Ribeiro
1352	Rua da Moeda, Coimbra	Lagares de azeite	Tomé Martins
1355 ⁹³¹	Montemor-o-Velho	Padroado da igreja de São Martinho	D. Afonso IV
1357	Carvalhais e Vale de Carvalhais	Dois terços dos bens deste casal: herdades e ½ das vinhas e soutos e árvores + bens móveis (24 alqueires de trigo, 3 alqueires de centeio, quatro cabeças e meio entre cabras e ovelhas e 3 libras e meia pelo gado, 1 cuba e 1 tinha.e)	Domingas de Cernache, viúva de Domingos Eanes Pés Leves
1360	Rua de Francos, Coimbra	Bens móveis (géneros, panos, fitas, linhas, roupa de cama e mesa, vestuário, objectos de ouro e prata, utensílios e objectos variados) + casas	Estêvão Domingues da Escada, mercador de Coimbra, pai de Clara Esteves, freira do mosteiro de Coimbra
1363	Rua Grande, Atouguia da Baleia	1 casa	Vicente Martins, sergente que foi de Martim Peres, procurador do mosteiro
1364	Sob a aldeia de Bruscos	Parte, quinhão e direito no casal do Carrascal	Vasco Martins, procurador do Mosteiro e sua mulher, Inês Lourenço
1370	Urzelhe	Casas de adega	Rodrigo Eanes, alfaiate e sua mulher, Leonor Afonso

⁹²⁷ Estes bens, que valem 6 200 libras, são também para o pagamento do testamento da mãe, com os anteriores bens referidos.

⁹²⁸ Testamento confirmado pelo rei D. Afonso IV em 1353, porque “ visto como o testamento fora feito no tempo da pestilência como minha vontade he de se nom guardarem nos testamentos que naquele tempo foram feitos as solenidades dos direitos que se devem guardar nos outros, julguei que a dita abadessa por testamenteira da dita Dona Maria e mando que o testamento se cumpra.” Cf. TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 14 e Liv. 9, fl. 135-136v.

⁹²⁹ Para as donas.

⁹³⁰ Estas são para os testamenteiros: a abadessa de Santa Clara e Mestre Geraldo.

⁹³¹ Confirmação feita por D. Pedro, em 1357. Cf. TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 15 e *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1984, p. 23-25.

Data	Localização	Bens	Doadores
1374	Penacova	Padroado de igreja	Rei D. Fernando
1380	Podentes	Todo o direito no padroado da igreja de Santa Maria	Estêvão Coelho, cavaleiro, tio da abadessa do mosteiro, Inês Rodrigues de Vasconcelos
1380	Termo de Penela	Parte do casal de Poteira	Domingos Peres e sua mulher Vicenta Bartolomeu

As motivações, nem sempre expressas, visam, essencialmente, gozar da protecção espiritual do mosteiro e, nalguns casos, material, tendo sempre em vista, especialmente nesta primeira fase, a relação privilegiada das monjas com a realeza portuguesa, na figura da sua benfeitora, D. Isabel e dos seus régios familiares.

1.2.2.3. Os dotes e as heranças

A forma mais importante de entrada de bens nos conventos respeita aos dotes e heranças das religiosas. Estes, no entanto, apenas deixam a sua marca na documentação e tornam-se visíveis quando se empra ou troca uma propriedade que “foi de”, ou no momento em que as freiras fazem partilhas com os familiares e realizam doações ao mosteiro, a outras professoras ou mesmo a serviços da comunidade, como a sacristia, a enfermaria ou a vestiaria.

Esta questão coloca-nos perante a necessidade de saber como entram estas propriedades no mosteiro, a que título, como e por quem são geridos e para quem ficam, após a morte da sua proprietária.

Sabemos que o ingresso na Ordem e a profissão religiosa⁹³² era precedida da entrega de bens (embora esta não fosse obrigatória) por parte da candidata que, nalguns casos⁹³³, tomava uma forma clara (documentada) de dote. A instituição do dote religioso⁹³⁴, a partir de meados do século XII, era considerada pela Igreja uma prática simoníaca, daí o silêncio das fontes sobre a sua existência. A primeira questão que se coloca é saber qual o objectivo deste dote.

Assim, o convento, que devia prover às necessidades de subsistência das suas freiras, necessitava de ter rendimentos suficientes para lhes fornecer os serviços essenciais. Realmente, as despesas com a comida e o vestuário, bem como as da enfermaria, entre outras, eram suportadas por um património comum pertencente à instituição. Será, pois, normal que parte dos bens que constituía o dote fosse encaminhada para esses serviços.

Mas, durante a sua permanência no cenóbio, estas jovens senhoras continuam a receber propriedades, por partilhas que são feitas com os familiares. Estes bens

⁹³² Não temos dados que nos permitam ter a certeza da altura em que se processava esta entrega de bens, se quando a jovem (ou até criança) entrava no mosteiro, ou se apenas depois da profissão. No entanto, é sempre em relação a freiras professoras que se fala de bens, por elas geridos e administrados.

⁹³³ E não são muitos os documentados. Temos o exemplo da freira professora de Santa Clara de Coimbra, Maria Gil, filha de Maria Eanes e Gil Fernandes. Assim, em 1375, o cenóbio realiza a partilha de bens que, por morte de Maria Eanes, mãe desta freira, lhe ficavam e, entre estes, contavam-se os que Maria Eanes tinha doado ao mosteiro, quando da entrada da filha na Ordem “para entramento e pagamento quando pos a dita sua filha na dita ordem” in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 18.

⁹³⁴ Clara Cristela Rodríguez Núñez, *Los conventos femeninos en Galicia: el papel de la mujer en la sociedad medieval*, Lugo, Disputación Provincial de Lugo, 1993, p.168-175.

constituem um património próprio e “particular” que gerem em vida, embora com consentimento da abadessa e do convento, e de cujos rendimentos, possivelmente, todas auferem alguma benesse. Será pois natural que, à sua morte, o convento tente ficar com estes bens que constituem uma herança apetecível mas que, pelas leis de desamortização, deveriam ser vendidos, no espaço temporal de um ano e um dia, como já foi referido, podendo os familiares exercer sobre estes bens o direito de preferência.

Sendo também interditas pelas mesmas leis de desamortização as doações recebidas pelo convento, só o privilégio real, como aliás já o demonstrámos, poderia resolver esta situação de forma cabal, embora as freiras usem várias formas para fugir ao impedimento legal.

Assim, estes bens que ficavam no mosteiro engrossavam a mesa comum, permitindo-lhes melhorar o nível de vida e a comodidade da mesma. Pois embora na sua maioria estas comunidades fossem dotadas pelo seu fundador/patrono (às vezes os próprios reis e familiares), queixavam-se repetidamente de indigência e procuravam alargar a sua base de sustentação face a uma vida económica que, pelas crises e dificuldades que atravessa, necessita de uma política de aquisição e de gestão concertada e efectiva, para valorizar constantemente as propriedades que continuamente se deterioravam e desvalorizavam.

Olhemos, agora, a forma como os bens das freiras entram nos conventos e que formas reveste a sua integração.

Em Santarém, a situação económica é deveras complicada, uma vez que sabemos que, apesar da protecção régia, o convento não tem um patrono fundador, não possuindo, assim, um património já constituído para sobreviver.

Como já referimos, o rei Afonso III, em 1263⁹³⁵ e de acordo com as directrizes papais, dá ao mosteiro o privilégio de herdar os bens patrimoniais das suas freiras professoras. Certo é que após as leis de desamortização, os monarcas, pontualmente, concedem privilégios a uma ou outra freira para poder deixar os seus bens ao cenóbio, como acontece com Dórdia Martins da Silveira⁹³⁶, Maria Esteves Mafarra⁹³⁷, Sancha

⁹³⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 22 e ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº1.

⁹³⁶ Este privilégio é concedido por D. Dinis, em 1312, invocando o convento que a referida freira, que já tinha falecido à data, recebera os bens dos pais já antes das leis de desamortização e em vida tinha-os tido sempre em sua posse. Cf. *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 257 e liv. 24, fl. 23v-24.

⁹³⁷ D. Afonso IV confirma, em 1332, a carta de D. Dinis (1319) que possibilita a Maria Esteves Mafarra deixar os bens de família ao mosteiro. Em 1336, Maria Esteves Mafarra, que é na época a abadessa, faz a

Garcia do Casal⁹³⁸ ou Branca Rodrigues da Azambuja⁹³⁹. Neste último caso, o próprio rei determina o uso a fazer dos rendimentos destes bens, herdados pelo mosteiro, que devem reverter para a enfermaria da comunidade.

Os vários monarcas concedem ainda diversos privilégios que, de alguma forma, tentam disciplinar a vida económica no interior do cenóbio e, possivelmente, controlar a passagem de propriedade no interior do mesmo ou as compras efectuadas a título particular pelas professoras. Assim, D. Dinis concede, em 1314, à freira Maria Esteves Mafarra que possa comprar herdamentos em Santarém⁹⁴⁰ e seu termo, no valor de 1 600 libras. O mesmo monarca⁹⁴¹ dá licença para que outra freira, D. Clara, faça doação *post mortem* ao mosteiro⁹⁴² de bens no Reguengo das Donas, na Valada e em Valbom, tudo no termo de Santarém.

D. Afonso IV intervém também nas trocas e passagens de bens no âmbito da comunidade, como acontece em 1336⁹⁴³, em que uma freira, Beringela Afonso, pede ao

doação dos bens ao cenóbio, com reserva de usufruto, em vida. Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 259; D. Afonso IV entra em litígio com a freira Maria Esteves, por esta possuir herdamentos, no reguengo régio do Campo de Toxe, contra a lei do reino. Maria Esteves argumenta que os bens lhe ficaram do pai e da mãe e que pagava foro ao rei (aliás como outros herdeiros). Pede a mercê régia para que os deixe trazer em vida e que os possa vender em vida a leigos, ou deixá-los à morte a leigos que paguem o foro ao monarca. O soberano concede-lhe esta graça, em 1331 e, em 1333, parece ficar resolvido o problema. Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 757 e 758 e ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº 3.

⁹³⁸ Confirmação dada por D. Fernando de uma graça especial concedida por D. Pedro ao cenóbio de ficar com a posse dos bens (em Santarém e outros locais) de Sancha Garcia do Casal, à sua morte. Antes desta graça régia, os bens estiveram nas mãos de Pedro Afonso da Valada e depois da sua morte foram encampados ao mosteiro pelos herdeiros. Este “arrendou-os”, por algum tempo, a um dos herdeiros e à sua morte voltaram à sua posse (1368). Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº 6 e TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 25-25v.

⁹³⁹ A abadessa manda dizer ao monarca, D. Fernando, que a freira Branca Rodrigues da Azambuja morreu e que deixou bens (uma herdade na Azambuja) e que não tendo herdeiros salvo o mosteiro, pedindo ao rei que a dita herdade (que diziam valer 450 libras) pudesse ficar ao cenóbio. O rei aceita e concede-lhes a dita herdade “por provisão da enfermaria e das donas enfermas dele” (1370). Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 25; Mç. 14, s/nº; Liv. 24, fl. 26-26v; *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 61 v. Isto depois de ter dado licença para tomar posse de umas casas no Mogadouro que ficaram à dita professora por morte do marido, em 1367. Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav., 1, nº5).

⁹⁴⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 23v.

⁹⁴¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 899 e 900. Carta confirmada por D. Afonso IV, em 1328, in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 675 e 676

⁹⁴² Esta doação não a considereei uma herança e por isso tratei-a no sub-capítulo das doações feitas ao Mosteiro.

⁹⁴³ Cf. *Chancelaria de D. Afonso IV*, vol. II, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 100-101. Confirmado no ano seguinte in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 960 e 961.

monarca que, à morte da sua irmã, Catarina Afonso, também professa, a herdade nas Pereiras, em Toxe, que ficou ao cenóbio, possa ser usada para o seu sustento. O rei consente, mas manda que, após a morte, os bens sejam vendidos a leigos.

Estas e outras situações semelhantes revelam-nos uma intensa actividade económica, em que os bens deixados pelas freiras como herança ao mosteiro desempenham um papel deveras relevante. Senão atentemos no quadro que é possível apurar, com base nos indícios documentais que possuímos.

Quadro 18 - Bens das freiras deixados ao mosteiro de Santarém⁹⁴⁴

Bens (localização)	Data (referência)	Freira(s) que os deixa(m) ao mosteiro
Reguengo de Valada	Sem data ⁹⁴⁵	Aldora
1 herdade na Azambuja	1370	Branca Rodrigues
1 olival em Pé de Aranha 8 estis de herdade, no Reguengo das Donas, na Valada 1 vinha e olival e almuinha, em Valbom 1 olival com sua vinha e árvores, sob a Infesta dos Galhardos	1319, 1320, 1326, 1328	Clara
4 estis e meio no reguengo da Valada	Sem data	Constança Gil
Quinta da Azóia	1289, 1292, 1296, 1301	Dórdia Martins da Silveira
Bens na Rua de Santo Estêvão, Santarém	1390 ⁹⁴⁶	Constança Peres do Casal
Bens na Azóia, termo de Lisboa	1289	Dórdia Martins da Silveira
15 estis de herdade, junto de Alpiarça	1400, 1405	Isabel de Aragão
Bens em Mortágua ⁹⁴⁷ e	1277, 1292, 1320	Leonor Afonso ⁹⁴⁸

⁹⁴⁴ Aqui incluo os que são deixados por doação e que, por isso, já foram tratados na parte respeitante às doações feitas ao mosteiro.

⁹⁴⁵ Em 1407, fala-se da doação régia destes 15 estis de herdade (contra as Leis de desamortização) in TT, OFM, PP, SCS, Mç. 13, doc. 1.

⁹⁴⁶ Nesta data, o mosteiro toma posse destes bens da freira que fugira do cenóbio.

⁹⁴⁷ Este bem é permutado pelo mosteiro, em 1319, com Maria Afonso, filha de D. Dinis, que dá ao cenóbio 100 estis de herdade no Reguengo de Toxe, mais 4 610 libras. Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, 9 e TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 124v.

⁹⁴⁸ Carta do rei D. Dinis em que diz que D. Leonor lhe pediu para poder deixar ao mosteiro os seus bens de Mortágua (dados por D. Afonso III a Leonor Afonso e confirmada a doação por D. Dinis, reservando o rei para si a colheita, em 1277 in TT, OFM, PP, SCS, liv. 24, fl. 23 e *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fl.

Bens (localização)	Data (referência)	Freira(s) que os deixa(m) ao mosteiro
Azambuja		
1 herdade em Requeixada, além de Alpiarça Vinhas com herdades e casa na Valada (5 estis)	1300 , 1303, 1352	Leonor Rodrigues de Vasconcelos
Herdades, casas e vinhas, em Moura e seu termo	1337	Maria Eanes Salgada
Quinta do Carvalhal; Quinta da Romeira; Quinta de Montejunto; adega e casas em Santarém 5 estis de herdade e 1 talho da Lezíria de Santarém 5 estis e meio de herdade em Alvorge, termo de Santarém 3 estis de herdade na Ladeira de Alviela Herdades no reguengo de Toxe 1 quinta, no termo de Óbidos Casais com suas vinhas e herdades, em Alperiate, termo de Lisboa	1336, 1349, 1351	Maria Esteves Mafarra
Bens em Rio Maior 3 estis de courela de vinha	1347	Sancha Garcia do Casal
1 casal em Carenque, termo de Lisboa	1334, 1335, 1350	Urraca Pais

Mas de muitos dos bens não sabemos realmente se passam ou não para o património conventual, dado que a documentação apenas nos revela a sua existência e que são recebidos ou estão a ser geridos por uma ou outra freira, a título individual. Às vezes é a origem destes bens mas, a maior parte das vezes, é o seu destino que continua a ser uma incógnita.

29) e Azambuja. O rei consente, apesar das leis de desamortização – 1292 (PF 1421) - (TT, OFM, PP, SCS, Mç. 8, doc. 405 e 406).

Quadro 19 - Bens recebidos e geridos pelas freiras (com o consentimento do convento de Santarém)

Bens (localização)	Data (referência)	Freira(s) que o(s) gere(m)
Herdades, casas e almoinha, na Azambuja	1362	Alda Rodrigues
Quinta da Tourinha, termo de Torres Vedras 1 casa na Rua da Praça de São Nicolau, em Santarém ⁹⁴⁹	1370, 1382	Aldonça Eanes e Constança Eanes do Casal
Olival sob São Domingos, termo de Santarém	1374	Beatriz Afonso
1 herdade no Lugar de Pereiras, em Toxe	1337	Beringela e Catarina Afonso
1 herdade na Azambuja Casas no Mogadouro	1354, 1356, 1367	Branca Rodrigues
6 tendas de feira, em Évora	1326	Catarina Esteves e Maria Esteves da Rochela
8 estis de herdade, no Reguengo das Donas, na Valada 1 vinha e olival e almoinha, em Valbom 1 olival com sua vinha e árvores, sob a Infesta dos Galhardos	1320, 1326, 1328	Clara
1 adega na Fonte Santa, em Saserigo e 2 vinhas em Alvisquer	1335	Constança Gil
4 estis e meio de herdade de pão, em Caparota na Valada	1395	Constança Martins
Quinta da Azóia ⁹⁵⁰ , termo de Santarém	1289, 1292, 1296, 1301	Dórdia Martins da Silveira
Herdades e louça da adega, em Santarém e seu termo 12 estis de herdade em Tavra, contra a ponte de Ulme	1304 1312	Estevainha Lourenço
15 estis de herdade, junto a Alpiarça	1400	Isabel de Aragão
Azambuja	1292	Leonor Afonso
1 herdade em Requeixada, além de Alpiarça Vinhas com herdades e casa na Valada (5 estis)	1352	Leonor Rodrigues de Vasconcelos
4 estis de herdade e 1 vinha com suas oliveiras na	1337, 1361	Margarida Afonso

⁹⁴⁹ Este bem apenas é doado a Aldonça Eanes do Casal. Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 529 e 530.

⁹⁵⁰ Desta quinta a freira recebe em partilhas uma parte em 1289 e o resto adquire por escambo com os irmãos em 1301.

Bens (localização)	Data (referência)	Freira(s) que o(s) gere(m)
Valada; 1 olival no Monte de Corvos, termo de Santarém		
Herdades, casas e vinhas, em Moura; Herdades em Salvaterra e seu termo	1334	Maria Eanes Salgada
Quinta do Carvalhal; Quinta da Romeira; Quinta de Montejunto; adega e casas em Santarém 5 estis de herdade e 1 talho da Lezíria de Santarém 5 estis e meio de herdade em Alvorge, termo de Santarém 3 estis de herdade na Ladeira de Alviela Herdades no reguengo de Toxe	1310, 1311, 1315, 1324, 1331	Maria Esteves Mafarra
Quinta de Vale de Figueira e 1 casa à porta da Atamarma, em Santarém	1314, 1330	Maria Martins
1 herdade de 4 estis e quarta, em Alfodra, termo de Santarém	1281	Maria Martins e Sancha Martins
1 lezíria e 1 courela de herdade, no Chão da Mata	1324	Sancha Garcia do Casal
Herdade em Alperiate; 1 casal em Carenque, termo de Lisboa; terça parte de casas e covas abaixo de São Francisco de Lisboa; herdades em Montemor-o-Novo	1284	Urraca Pais

No entanto, nem sempre estas entradas de bens no mosteiro são pacíficas, algumas mesmo são objecto de litígio, como é o caso das propriedades doadas por Leonor Afonso ao mosteiro, onde professou. Tendo morrido sem descendência, e conforme estava previsto⁹⁵¹, os referidos bens, em posse do cenóbio, deveriam ficar para o rei. No entanto, Pedro Rodrigues, irmão do alcaide, sequestrou-os. A intervenção do monarca acabou por devolver à comunidade, em 1320, as cobiçadas propriedades⁹⁵².

Também as partilhas realizadas pelas freiras com os seus familiares, por ocasião da morte de um dos ascendentes, são ocasião de demandas, como a que ocorreu entre a freira Sancha Garcia do Casal e o seu irmão Rui Garcia do Casal, por causa de bens

⁹⁵¹ Cf.. TT, OFM, PP, SCS, Mç. 12, doc. 895 e 896 e liv. 24, fl. 24-24v.

⁹⁵² Cf. TT, OFM, PP, SCS, Mç. 12, doc. 895 e 896 e liv. 24, fl. 24-24v.

herdados da mãe, D. Maria. O rei, mais uma vez, defende o cenóbio e estas propriedades ingressam no pecúlio do mosteiro⁹⁵³.

Em Entre-Ambos-os-Rios, todos estes procedimentos são também uma realidade, como alguns documentos deixam perceber. Assim, quando, em 1292, a freira professa, Sancha Ermiges doa bens ao cenóbio, faz um historial deveras elucidativo do percurso do seu património. Começa por reconhecer que quando entrou “em ordem”, no mosteiro, e fez a sua profissão “oferecendo hi o meu corpo ofereci hi e dei quanto eu avia e de quanto senhor era e mandar podia convem a saber a terça parte da minha compradia que fiz com Estevão Mendes, meu marido e depois sua morte e dou y a quinta da minha avoenga.”⁹⁵⁴. Em seguida, indica os bens que compõem este “dote”. Mas Sancha Ermiges, embora fosse viúva quando entrou no cenóbio, tinha filhos (de que teme a reacção face a esta “doação”). Dois morreram quando ela já era freira, pelo que o mosteiro tem direito (como se fosse ela) à terça dos bens por estes deixados. Fica, assim, a Entre-ambos-os-Rios um conjunto considerável de propriedades de uma mulher viúva, composto por bens que lhe ficaram dos seus antepassados, do seu marido e até dos que os filhos herdaram.

Outras freiras fazem partilhas com os irmãos após a morte dos pais⁹⁵⁵, como acontece com Beatriz e Leonor Lopes Çanfanha, que partilham os bens com os seus irmãos Diogo e Álvaro, continuando depois a administrar essas propriedades, com autorização da abadessa⁹⁵⁶.

Com outras, no entanto, os problemas colocam-se mesmo logo no momento em que herdam dos parentes. Sancha Ordonhes recebe uma carta de D. Afonso III, datada de 1269, dirigida aos juízes de Chaves, em que o soberano ordena que os homens de Midões e de Castro lhe deixem ficar os bens que foram de sua mãe⁹⁵⁷. Em 1295⁹⁵⁸, após a leitura de uma carta de D. Dinis, delibera-se entregar a Sancha os bens de que tinha

⁹⁵³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 302

⁹⁵⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 8.

⁹⁵⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 26.

⁹⁵⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 35

⁹⁵⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 1.

⁹⁵⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 5.

sido esbulhada por Afonso Rodrigues. Só depois é que a freira faz doação de parte desta herança à abadessa e irmã, Mécia Ordonhes⁹⁵⁹, e alguns ainda serão, mais tarde, como já vimos, disputados ao mosteiro pela família⁹⁶⁰.

As freiras realizam, pois, em vida e com o consentimento do mosteiro, contratos de compra⁹⁶¹, escambo⁹⁶² ou emprazamentos⁹⁶³ dos seus bens, alguns dos quais ficam no património do cenóbio, após a sua morte, embora, da grande maioria, não se saiba se são bens dos dotes ou de heranças que são deixadas ao mosteiro. E nem sempre o cenóbio possui autorização régia para herdar estes bens⁹⁶⁴.

Assim, sabemos que D. Dinis, em 1305, concede a Inês Eanes que esta possa deixar os bens que agora tem ao cenóbio e que, em 1323, D. Afonso IV reitera este privilégio à abadessa e freiras do mosteiro “que estão agora e as que vierem depois” que doravante aí morrerem, mas restringe-o à quantia de 300 libras de renda em cada ano⁹⁶⁵. Estes dois documentos são trasladados, em 1338, para fazer face aos problemas com os bens de Inês Eanes e de outras freiras que são roubados por cavaleiros.

Aliás, o caso de Inês Eanes e o da sua irmã, Maria Eanes Coelho é, no que respeita a esta questão, singular e paradigmático. Assim, enquanto freiras de Entre-

⁹⁵⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 10.

⁹⁶⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 9.

⁹⁶¹ Como a compra realizada por Guiomar Esteves de um pardeeiro no burgo de Entre-os-Rios in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 53, doc. 17.

⁹⁶² Escambo feito por Guiomar Fernandes, em 1325, com o cabido de Braga in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 21 e ADB, *Gav. 1ª das Propriedades do Cabido*, nº 223. Anos antes, em 1298, a freira tinha feito uma composição com o irmão, o cônego de Braga, Rodrigo Fernandes, entregando-lhe todos os seus bens de Bouça e de outros locais. Em contrapartida, receberia dele, anualmente, às terças do ano, 15 libras pela ração que deveria ter de sua mãe D. Teresa, tendo de pagar, anualmente 25 maravedis ao mosteiro de Rendufe in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 4. Em 1299, com a morte do cônego, a freira entra em posse de alguns destes bens que o cabido deve querer reaver, por meio do referido escambo. Sobre este cônego de Braga veja-se: Ana Maria S. A. Rodrigues, João Carlos Taveira Ribeiro, Maria Antonieta Moreira da Costa, Maria Justiniana Pinheiro Maciel, *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374): Notícias Biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa-UCP, 2005, p. 198.

⁹⁶³ Emprazamento de uma casa, na Rua de Maximinos, em Braga, feito por Pedro Miguéis, mercador dessa cidade, em nome da sua irmã Joana Miguéis, freira do mosteiro, em 1298 in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 7; Emprazamento de herdades e azenha, na freguesia da Campanhã, no Porto, feito em 1355, pela freira Maria Eanes de bens seus e de sua filha que lhe ficaram da tia, Esteva Vicente in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 61, doc. 7.

⁹⁶⁴ Como é o caso dos bens de Guiomar Afonso Alcoforado que, apesar dos pedidos e suspeitas do mosteiro devem ser vendidos nos prazos estabelecidos pela Lei. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 8.

⁹⁶⁵ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 20.

ambos-os-Rios e, mais tarde, suas abadessas⁹⁶⁶, uma e outra recebem bens, que herdaram do avô⁹⁶⁷, emprazam essas propriedades, na maioria situados em Cidadelhe⁹⁶⁸, realizam escambos com particulares⁹⁶⁹ e recebem bens do mosteiro⁹⁷⁰ e de outras freiras⁹⁷¹ que se destinam a ficar após a sua morte ao cenóbio. Maria Eanes morre, por volta de 1330 e Inês Eanes, em 1336, e onze anos depois já se fala dos bens que o mosteiro herdou de Maria Coelho e de sua irmã Inês Coelho⁹⁷² e estes ficam realmente à comunidade, como o parece indicar a carta régia anteriormente referenciada.

Quadro nº 20 - Heranças recebidas pelo mosteiro de Entre-ambos-os-Rios

Bens (localização)	Data em que são referidos	Freira que os deixa ao Mosteiro
Herdades, casas e pardeeiros em Vilar de Ulhão	1362, 1368, 1381	Constança Nunes
Quinta e outras herdades em Cidadelhe; herdades em Leiria e seu termo	1357, 1382	Maria e Inês Eanes Coelho

Não sendo muitas as fazendas expressamente referidas como tendo sido deixadas ao cenóbio pelas suas freiras, não há dúvida que isso acontece e que as monjas, durante sua vida conventual, continuam a gerir a sua propriedade com o consentimento e, possivelmente aproveitamento, do convento, constituindo assim um conjunto apreciável de bens e de usufruto do mesmo que dá estabilidade económica à comunidade.

Em Coimbra, a situação assume contornos um pouco diversos, pois a presença de D. Isabel e das suas doações, bem como de alguns homens e mulheres da sua casa,

⁹⁶⁶ Ver as Microbiografias do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

⁹⁶⁷ O avô é João Soares Coelho in Esquema Genealógico dos Coelho.

⁹⁶⁸ Cf. TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 10 (1300).

⁹⁶⁹ Cf. TT, OFM, PP, SCP, Mç. 55, doc. 1 (1295); Mç. 55, doc. 4 (1332)

⁹⁷⁰ Cf. TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 6 (1295)

⁹⁷¹ Recebem uma doação da freira Guiomar Eanes, que se diz “companheira e criada” de Inês Eanes in Cf. TT, OFM, PP, SCP, Mç. 53, doc. 11 (1332) e Mç. 52, doc. 24 (1333).

⁹⁷² TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 34 (1357).

como já anteriormente analisámos, deve ter deixado o convento numa situação mais confortável. No entanto, os processos que anteriormente apontámos também aí se verificam. Como o confirma o importante privilégio concedido por D. Afonso IV às freiras de Coimbra, para que possam ficar para o mosteiro os bens que estas entregaram por profissão ou ficaram por sua morte⁹⁷³.

No documento citado, o monarca concede a benesse a um conjunto apreciável de freiras, talvez toda a comunidade, com o objectivo último de ajudar a manter o mosteiro numa época de dificuldades. Assim, as professoras contempladas, oriundas de quase todo o país e de algumas das principais famílias da nobreza de corte, bem como das elites urbanas, oficiais régios, mercadores e grandes proprietários, traziam para o mosteiro uma riqueza que este não podia desperdiçar. Em plena época de crise, com a peste de 1348 sob pano de fundo, acresciam as fomes, provocadas pelas secas de 1355 e 1356, a peste de 1361 e 1374, as más colheitas em anos sucessivos (1364, 1371, 1374-76), e as guerras fernandinas entre 1369-1371 e 1372-1373⁹⁷⁴.

A primeira questão que se levanta prende-se com a abrangência do privilégio, que respeitava claramente, pelo que era afirmado pelo monarca, aos bens adquiridos por compra, doação ou legado testamentário, bem como aqueles que as freiras entregavam “por profissão” ou deixavam como herança ao mosteiro, após a sua morte, ou “de qualquer forma venham a entrar no património conventual por razom das freiras que ora som no dito mosteiro.”⁹⁷⁵

Parecem assim contempladas todas as situações pelas quais o convento podia adquirir bens, constituindo este documento e o privilégio que consignava, a “magna carta” para a constituição e preservação do património conventual, numa fase difícil e decisiva da história desta comunidade.

⁹⁷³ O rei D. Afonso IV concede (a pedido da rainha D. Isabel) a 36 freiras do cenóbio conimbricense, que os seus bens fiquem, por profissão ou morte delas, ao Mosteiro. Nesta carta, fala-se de privilégio anterior e idêntico, mas que não referia o nome das freiras em causa razão pela qual se pede outro documento ao rei, com essa especificidade - 1356 (PF. 1410) in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31 e liv. 9, fl. 147v-149.

⁹⁷⁴ Sobre esta faceta da crise vivida em Coimbra: Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra trecentista. A Cidade e o Estudo” in *Biblos*, vol. LXVIII, 1992, p. 339-340.

⁹⁷⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

Coloca-se então a pergunta acerca de quais os bens que eram abrangidos pelo privilégio de 1356⁹⁷⁶. Embora não se conheçam na totalidade, devido aos silêncios das fontes, foi possível identificar alguns, especialmente os que foram disputados (como “temia” o convento) pelos familiares que os reivindicavam para si.

Assim, muitas destas heranças e dotes são, até pelo seu volume e importância, reivindicados pela família da monja que entra em litígio com a comunidade porque se sente despojada de propriedades que, à partida, pensavam de novo receber, ou pelo menos poder adquirir. Em algumas situações, acabavam por estabelecer acordos, frutos de concessões mútuas em que não era despicienda a recompensa espiritual e mesmo material que deles podia advir para os familiares das religiosas. Um dos casos mais conhecidos foi o da honra de Melo que Teresa Afonso herdou de seu pai, Lopo Afonso⁹⁷⁷. Esta herança foi contestada pelos primos, Martim Afonso de Melo, desde 1342, e igualmente por Estevão Soares de Melo que eram acusados, pelo mosteiro, de abusivamente ocupar a terra. A sentença régia de 1352⁹⁷⁸ resolveu a contenda a favor das clarissas, mas esta só terminou quando, em 1358⁹⁷⁹, Martim Afonso conseguiu recuperar a honra, dando em troca ao mosteiro uma quinta em Goupineira, termo de Santarém.

Outros bens foram pacificamente recebidos por herança, como os do mercador Estêvão Domingues, pai da freira Clara Esteves. Em 1362⁹⁸⁰, o convento estava presente no auto das partilhas e revelou-se aos olhos do procurador da comunidade uma

⁹⁷⁶ Mas, como adiante veremos, das trinta e seis contempladas, a documentação apenas nos deixa entrever esta riqueza no que respeita a nove delas, ficando por saber quais são as propriedades das restantes vinte e sete que ficam ao mosteiro, talvez porque não haja problemas com esses bens e, por isso, o cenóbio não conservou notícia escrita destes. Uma coisa é certa, serão com toda a certeza importantes para o património conventual, uma vez que se elabora um (novo) documento que as nomeia, uma a uma, com os respectivos pais.

⁹⁷⁷ Sobre os Melo e esta questão, em particular: Maria Isabel Castro Pina, “Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média”, in *Penélope*, nº 12, 1993, p. 9-26.

⁹⁷⁸ TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 12; Mç. 1, doc. n. 13; liv. 9, fls. 298-302 v.

⁹⁷⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 9; liv. 10, fls. 189-193 v.

⁹⁸⁰ Este instrumento de partilha de bens foi objecto de análise de um trabalho de Maria Helena da Cruz Coelho, “Homens e Negócios” in *Ócio e negócio em tempos medievais*, Coimbra, Inatel, 1998, p. 127-202.

panóplia de bens móveis e imóveis que eram demasiado preciosos para serem perdidos e, por isso, era urgente preservá-los, para rentabilizar ou até usar no convento. Permanece, no entanto, um certo vazio em relação aos bens de grande parte das freiras, o que poderá ser sinal de uma integração fácil e rápida das referidas propriedades no património conventual ou, noutros casos, resultado de processos mais complexos que não estão documentados. Também a existência de várias familiares no convento e/ou vivendo junto dele podia ter facilitado a recepção das heranças das professoras, pela teia de interesses que favorecia e pela permuta de graças que proporcionava⁹⁸¹.

Não nos podemos esquecer que a vida destas mulheres era comunitária e que a sua manutenção interessava a todas e aos seus familiares (de sangue) em particular.

No caso de D. Isabel de Cardona, o rei permite-lhe mesmo que possa comprar bens que rendam, anualmente, até 1 000 libras para manter um capelão que, no mosteiro, cantasse diariamente missa de aniversário pela sua irmã e irmão, que aí jaziam sepultados⁹⁸².

Quadro nº 21 - Heranças recebidas pelo mosteiro de Coimbra (“ao abrigo” do privilégio de 1356)

Bens	Data (referência)	Freira(s) que os deixa(m) ao Mosteiro
½ casal dos Fundões, no julgado de Paiva.	1337	Isabel de Cardona
Quinta de Vitorinho dos Piões, Quinta de Melo ⁹⁸³ ; bens em Arcozelo, termo de Gouveia e em Sandemil, Loriga e Travancinha, termo de Ceia, e em Linhares, Folgozinho; bens em Palhais, termo de Torres Novas; Quinta da Torre da Goupeneira, termo de Santarém.	1326, 1337, 1340, 1347, 1352, 1358, 1363	Teresa Afonso de Melo

⁹⁸¹ Neste contexto referimo-nos não apenas a favores materiais mas, essencialmente, a dons e graças espirituais que eram, com certeza, à época, tão ou mais importantes do que os primeiros, tecendo redes de solidariedade na vida e na morte, de que são exemplo os aniversários, entre outros.

⁹⁸² Permissão do rei D. Pedro, dada em 1360, para que a abadessa pudesse instituir um aniversário pela sua mãe e irmão in TT, OFM, PP, SCC, Mç. 5, doc. 40. Isto depois de já ter pedido dinheiro à irmã para comprar bens para esta instituição.

⁹⁸³ Esta foi escambada em 1358, pela quinta de Goupineira, termo de Santarém. Cf. TT, OFM, PP, SCC, Mç. 24, doc. 8.

Bens	Data (referência)	Freira(s) que os deixa(m) ao Mosteiro
5 courelas de vinha, nas Pereiras, em Alvisquer; 2 courelas de vinha, em Riba Rio; 1 vinha e olival, em Valbom; 1 herdade de pão, em Alfodra, tudo no termo de Santarém.	1342, 1349, 1350, 1360, 1367	Catarina Lourenço
Terça da Quinta de Bonjoi e herdades no Campo, termo de Montemor-o-Velho (estes bens são herdados da mãe); 1 Casal na Serra da Barca, termo de Coimbra; Bens móveis (panos, fitas e linhas, géneros, roupa de cama e mesa, objectos de ouro e prata, vestuário, dinheiros e objectos vários) e casas, na rua de Francos, em Coimbra (estes bens são herdados do pai)	1322, 1359, 1361, 1362, 1385	Clara Esteves
8ª parte do Cidral da Fonte da Rainha	1375	Maria Gil
Herdades e quinhões de bens, na vila e no termo de Montemor-o-Velho	1321, 1400	Margarida Esteves
Quinta (com seus casais, herdades, matas e soutos) dos Carvalhais, termo de Penela.	1349, 1352	Margarida Rodrigues
Casas e pardeeiros na cidade do Porto; casas nas Eiras e na Feira; 1 casal na Maia, 1 quinhão de uma azenha, em Lordelo	1369, 1370	Maria Lourenço
2 maravedis velhos, anualmente	1365	Senhorinha Miguéis
1 quinta, 7 casais e 1 vinha, no julgado de Besteiros	1332	Alda Vasques

Quadro nº 22 - Bens das freiras (deixados ao mosteiro de Coimbra e/ou por elas administrados em vida (com consentimento da comunidade))

Bens (localização)	Data (referência)	Freira(s) que os deixa(m) ao Mosteiro
6 quinhões (vinha, olival, casa, bacelo, cortinhal, caneiros e rocio) em Penacova	1383	Alda Vasques
Terras e 1 vinha na vila e termo de Montemor-o-Velho	1400	Geralda Martins Tata
1 paço, quinta e casais em Vinhal, termo de Gouveia	1322	Mafalda Gonçalves

Bens (localização)	Data (referência)	Freira(s) que os deixa(m) ao Mosteiro
1 quinta no Caniçal, termo de Óbidos ⁹⁸⁴	1330	Margarida Coelho
1 olival na Pegueira, junto da Ribeira de São Romão ⁹⁸⁵	1395	Margarida Eanes
Quinta da Mota, no Julgado da Feira	1384	Maria Gonçalves
Herdades e foros no Calhariz, termo de Lisboa	1350, 1357	Marinha Afonso
2 vinhas, 1 almoinha, 1 casa e 1 adega, em Abrantes e no seu termo	1339	Teresa Afonso
Quinhão de casas, vinhas, herdades e moinhos em Alagoa, no Botão	1344	Sancha Eanes

Caso interessante é o da freira, Constança Peres que, antes de ingressar no convento, foi mulher de Afonso Peres Brita Campos⁹⁸⁶ e que possui vastas propriedades no Campo de Tentúgal. Constança Peres tem uma filha, Maria Gonçalves de um primeiro casamento com Gonçalo Eanes. Esta está casada e reclama, em conjunto com o marido, a parte que lhe cabe na herança da mãe. Na verdade, antes de fazer a profissão religiosa, Constança Peres entrega estes bens a sua filha, mas em 1351⁹⁸⁷, na altura do mosteiro receber a herança da freira, também se apodera das propriedades que tinham sido dadas a Maria Gonçalves (e ao marido). Pelo que existia contenda entre eles, acabando o rei por repor a legalidade, dando a Maria Gonçalves o que lhe pertencia, por direito e ficando tudo o resto ao mosteiro⁹⁸⁸. No entanto, o problema não é assim tão

⁹⁸⁴ Este bem não veio directamente do património da freira mas resulta de um escambo de todos os seus bens que lhe ficaram por herança do pai, Estêvão Coelho, feito com a sua mãe D. Maria Mendes que lhe deu esta bem em troca in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 3 e liv. 10, fl. 9v-10v.

⁹⁸⁵ Este bem veio ao cenóbio por escambo que este realizou de um quinhão de casas na Rua de Coruche que lhe ficara por morte e herança do pai desta freira in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 30, doc. 10 e Liv. 9, fl. 149v-150.

⁹⁸⁶ Afonso Peres Brita Campos é um próspero homem de negócios de Coimbra que é já o 2º casamento de Constança Peres, ela própria irmã de um mercador, Afonso Peres. Conforme diz Maria Helena da Cruz Coelho, “Homens e Negócios” in *Ócio e negócio*, Coimbra, Inatel, 1998, p. 139 “(...) as famílias de mercadores casam entre si; os seus descendentes, por sua vez, procuram alcançar o clero ou aliarem-se aos homens da escrita, ou a oficiais régios e municipais, numa tessitura alargada de redes de influências e poderes”. Esta situação estende-se e “usa” as mulheres para atingir os seus objectivos, como é visível no percurso familiar de Constança Peres.

⁹⁸⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 3.

⁹⁸⁸ Como se lê no documento: “Julguei [o rei] que todos os bens moveis e de raiz que a dita Constança Peres havia ao tempo que entrou na ordem e ao tempo de sa morte sejam do dito mosteiro. E que os bens

simples e a contenda continua, agora com os filhos de Brita Campos, que também reclamam parte da herança do pai, acabando o mosteiro por renunciar ao seu direito sobre os bens desta herança, a troco de um pagamento em dinheiro, no valor de seiscentas libras⁹⁸⁹.

Toda esta intensa actividade aquisitiva e de gestão de bens por parte das freiras revela bem a importância da manutenção e aumento de um património fundiário e móvel que lhes permitia viver com dignidade e no cumprimento das suas funções religiosas de orar pelos vivos e de preservar a memória dos mortos.

Claro fica ainda o facto destas mulheres, apesar de enclausuradas, continuarem a ter uma vida e personalidade jurídica para realizar vários actos de aquisição e de manterem a sua capacidade de herdarem os bens dos seus ascendentes, descendentes ou colaterais. Elas, ou o mosteiro em seu nome, constituem-se herdeiros, realizam partilhas, reivindicam os seus interesses e direitos, numa sociedade que não abandonam totalmente, mas em função da qual já não vivem.

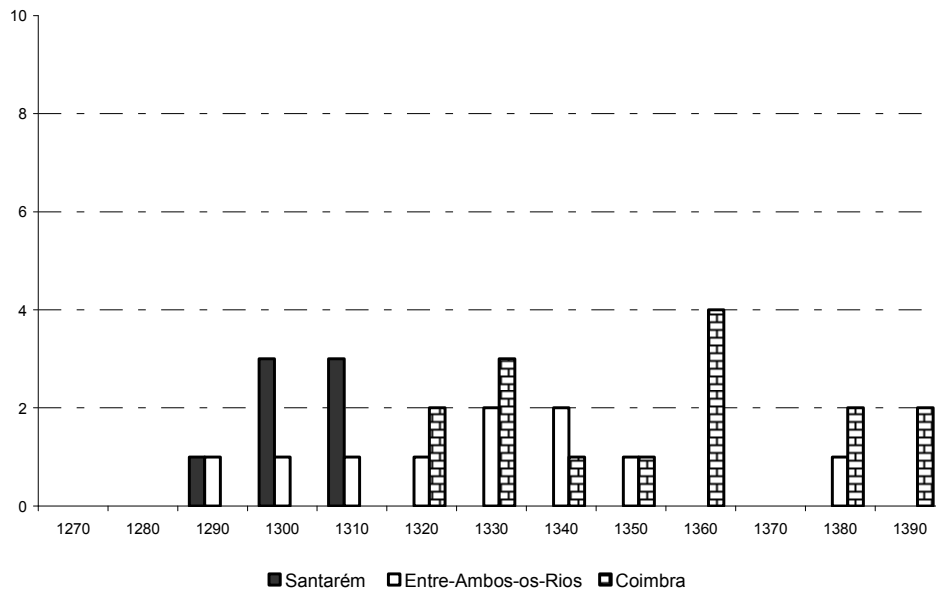
que foram dela que som contehudos em na doaçom que mostrava o dito Cristóvão Anes a qual doaçom fez ante que entrasse na dita ordem seiam entregues ao dito Cristóvão Anes e a sua mulher e seiam metidos em posse deles” in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 31, doc. 4 (1351)

⁹⁸⁹ CF. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 14 (1353).

1.2.2.4. Os escambos

Embora possam não acrescentar o património dos conventos, as permutas são, no entanto, uma forma de aquisição de bens e, acima de tudo, revelam uma política de gestão que é consentânea com os interesses patrimoniais⁹⁹⁰. É das poucas aquisições às quais preside um interesse da comunidade que se torna claro através do contrato realizado, e, regra geral, revela, por isso, as motivações da mesma e a forma como pretende colmatar as dificuldades que atravessa ou potencializar o património que lhe chega às mãos.

Gráfico 11 - Total de Escambos
(nos três mosteiros)



Assim, nos finais do século XIII e primeira década de Trezentos, o mosteiro de Santarém faz os seus escambos, enquanto o de Entre-ambos-os-Rios efectua as suas permutas ao longo de todo o período observado e o de Coimbra só a partir da segunda década do século XIV, com um pico na década de 60, altura em que já se realizou a maioria das compras e o património conventual já se encontra mais estabilizado. Esta política gestionária de que os escambos fazem parte revela claramente e vem confirmar a diversidade de situações patrimoniais dos três mosteiros em estudo

⁹⁹⁰ Cf. Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas: Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 42-43.

No que respeita ao cenóbio escalabitano, as permutas feitas têm claramente como objectivo ficar com propriedades em Santarém, mais próximas do cenóbio, alienando assim bens que pela sua situação geográfica (Évora, Evoramonte, Mortágua, Arraiolos, Beja ou mesmo Lisboa) estão longe e, por isso, se tornam mais difíceis de gerir e menos produtivos, devido aos encargos que acarreta a sua exploração, recolha e transporte de rendas, entre outros.

Grande parte dos bens chega ao mosteiro através do património das suas donas (muitas vezes após partilhas⁹⁹¹) e, por isso, alguns dos escambos são por ela directamente realizados, com familiares. Tal é o caso de Dórdia Martins da Silveira, Estevainha Lourenço e Maria Martins. A primeira faz duas permutas⁹⁹² com o irmão, o cavaleiro Estêvão Martins, para ficar com duas partes da quinta da Azóia, provavelmente recompondo, em seu favor, a totalidade da referida propriedade e dando ao irmão bens que são em Evoramonte, local de onde são os pais, onde ele reside e é vizinho. A permuta é, por isso, a permuta o resultado de mútuo interesse. Também Estevainha Lourenço, troca com o irmão, Geraldo Lourenço todos os bens que recebeu dos pais, recebendo deste as fazendas⁹⁹³ que o irmão tem em Santarém e termo. Maria Martins permuta com a irmã Sancha Martins (esta como procuradora da mãe que é vizinha de Lisboa), os bens na capital, ficando a freira com os de Santarém⁹⁹⁴. Todas estas trocas parecem ser organizadas com o objectivo das freiras, após a entrada no mosteiro e realizadas as partilhas, ficarem com o que mais convém ao cenóbio e a elas próprias, que os gerem.

O mesmo é visível com os bens deixados por outra freira mais ilustre, Leonor Afonso. Mas aqui a realidade é bem mais complexa e remonta a uma questão que anteriormente já abordámos e que vamos sucintamente recordar. Em 1274⁹⁹⁵, o rei D. Afonso III doa a sua filha, Leonor Afonso, herdamentos em Mortágua e na Azambuja,

⁹⁹¹ Como são os casos em Santarém de Constança Gil, Estevainha Lourenço, Maria Esteves Mafarra, Maria Martins, Sancha Garcia do Casal, Sancha Martins; em Entre-ambos-os-Rios de Leonor Lopes Sanfanha e em Coimbra de Clara Esteves, Constança Peres, Maria Gil, Marinha Afonso, Teresa Afonso.

⁹⁹² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 318 e 319, Mç. 11, doc. 759 e 760.

⁹⁹³ Aqui diz-se que a freira receberá inclusivé a louça da adega. Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav.4, nº 8.

⁹⁹⁴ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav 4, nº 10.

⁹⁹⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 405 e 406.

com a condição de que, se ela não tiver herdeiros, os bens revertam para a coroa. Em 1292, D. Dinis confirma-lhe a doação⁹⁹⁶ feita pelo pai e consente que, apesar das Leis de Desamortização, D. Leonor, já professa, deixe as propriedades ao mosteiro. No entanto, após a sua morte⁹⁹⁷, o cenóbio escamba, em 1319, Mortágua, por outros bens mais próximos, em Toxe, embora aparentemente menos valiosos, porque recebe ainda 4 610 libras.

A procura de bens aráveis em detrimento da propriedade urbana parece ser o objectivo da freira Maria Esteves, que troca propriedade urbana por bens na lezíria⁹⁹⁸ que devem ser mais valiosos, pois a dona tem ainda de entregar 80 libras. Além de que as casas que entrega ao cavaleiro João da Cunha confrontam com outras que a referida dona aí possuía. Também o escambo realizado, em 1391⁹⁹⁹, com um vassalo régio granjeia ao cenóbio dois olivais, em Valbom, termo de Santarém, dando em troca casas na vila de Santarém.

O mosteiro, em 1299¹⁰⁰⁰, permuta ainda casas, na freguesia do Salvador, em Santarém, onde já possui outras habitações, com outras moradas em Saserigo, na freguesia de Santa Iria, mais próximo do mosteiro.

Quadro 23 - Permutas feitas pelas freiras e pelo mosteiro de Santarém

Data	Bem recebido	Bem entregue	Pessoa(s) com quem se fez o escambo
1299	2 casas, em Saserigo, freg. de Santa Iria, Santarém	1 casa, freg do Salvador, Santarém	D. Pedro Martins, colação da rainha D. Isabel e sua mulher, Domingas Peres
1301	Parte de uma quinta na Azóia, termo de Santarém	Parte na cavalaria de São Marinho	Estêvão Martins da Silveira, cavaleiro, irmão da freira Dórdia Martins

⁹⁹⁶ Houve em 1277, uma confirmação da doação de Mortágua, feita por D. Dinis a sua irmã D. Leonor e aos seus sucessores. Nesta confirmação, o rei reserva apenas para si a colheita. Cf. TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 2, fl. 29 e TT, *OFM, PP, SCS*, Liv. 24, fl. 23.

⁹⁹⁷ Com certeza entre 1303 e 1319. Leontina Ventura propõe 1291, em *A nobreza de corte de D. Afonso III*, vol. II, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992, p. 545-549, data que, face aos dados que possuímos não é possível ou trata-se, então, como irei aventar mais à frente, de outra filha homónima de D. Afonso III.

⁹⁹⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 538.

⁹⁹⁹ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 11.

¹⁰⁰⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 242.

Data	Bem recebido	Bem entregue	Pessoa(s) com quem se fez o escambo
1301	Parte de uma quinta na Azóia, termo de Santarém	Parte na quinta da Silveira, termo de Evoramente	Estêvão Martins da Silveira, cavaleiro, irmão da freira Dórdia Martins
1304	Bens em Santarém e seu termo, incluindo a louça da adega	Bens imóveis e louça do vinho, em Évora, Arraiolos, Beja e seu termo	Geral Lourenço, irmão da freira Estevainha Lourenço e sua mulher, Luzia Peres
1314	Parte no casal de Vale de Figueira, termo de Santarém + 1 casa à Porta de Atamarma, na vila de Santarém	Parte do herdamento de Paradela, termo de Lisboa + casa no Lumiar, termo de Lisboa	D. Estevainha, vizinha de Lisboa e viúva de Martim de Coruche
1315	5 estis de Herdade e 1 talho da Lezíria	Casas + metade de uma casa de forno, na freg. de Marvila, em Santarém + 80 libras	João da Cunha, cavaleiro e sua mulher, Marquesa Peres
1319	100 estis de Herdade no Reguengo de Toxe, termo de Santarém + 4 610 libras	Mortágua	Maria Afonso, filha de D. Dinis
1391	2 oliveais, Valbom, termo de Santarém	Casas, freguesia de Marvila	Gonçalo Peres, vassalo régio e vedor da Fazenda Real, com a sua mulher, Maria Eanes

Toda esta política aquisitiva que visa reorganizar para melhor gerir, revela uma faceta muito semelhante, embora com diferentes cambiantes e processos, no cenóbio de Entre-ambos-os-Rios.

Com um património fundacional reduzido e com várias questões para resolver devido aos constantes abusos de que eram alvo as suas propriedades¹⁰⁰¹, situadas em plena zona de expansão e afirmação senhorial e eclesiástica, o mosteiro vai tentar, através de algumas das suas freiras, recompor patrimónios que se tornem rentáveis. Tal é o caso dos bens de Cidadelhe, recebidos pelas freiras Inês Eanes e Maria Eanes Coelho¹⁰⁰², que fazem vários escambos¹⁰⁰³, entregando bens mais excêntricos recebidos de uma família poderosa e com bens espalhados por uma vasta zona do Norte de

¹⁰⁰¹ Como já anteriormente foi referido.

¹⁰⁰² Uma e outra mais tarde abadessas de Entre-ambos-os-Rios: Maria Eanes Coelho e Inês Eanes Coelho.

¹⁰⁰³ Cf. os escambos realizados em 1295: TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 1 e Mç. 55, doc. 2. Em 1309, fazem outro escambo, com o mesmo objectivo de concentrar os seus bens em Cidadelhe. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 3.

Portugal e da Galiza, por outros, dos seus familiares¹⁰⁰⁴, concentrados em torno de Cidadelhe, em Cinfães, próximos do cenóbio e já organizados, pois fala-se não só da quinta mas, mais tarde, da honra de Cidadelhe, que lhes fica a pertencer.

Os restantes escambos demonstram, claramente, a preocupação em ter propriedade mais próxima do cenóbio, dando em troca a mais longínqua que, possivelmente, chega ao mosteiro trazido pelas suas donas. O caso mais flagrante é o escambo realizado, em 1325¹⁰⁰⁵, com o Cabido da Sé de Braga, realizado pela freira Guiomar Fernandes, que troca os bens que recebeu quando fez partilhas com o irmão, cônego da Sé bracarense, sitos em Braga, em São Pedro de Meios, por outros situados em Dornelas. O cenóbio persegue ainda o mesmo objectivo quando permuta, em 1343¹⁰⁰⁶, as propriedades que possui em Prado e Regalados com outras (a quinta de Argufe¹⁰⁰⁷), no julgado de Paiva, ou, em 1380¹⁰⁰⁸, em que entrega propriedades na Ventosa, termo de Coimbra, recebendo em troca três casais em Arrifana de Sousa.

Outras permutas inserem-se num jogo de forças que deve existir entre o mosteiro e as igrejas mais próximas, tentando redefinir os seus territórios de influência, com conveniência para ambas as partes. Neste contexto, em 1336¹⁰⁰⁹, o cenóbio realiza um escambo com o abade de São Martinho da Várzea, em 1344¹⁰¹⁰ com o de Santa Maria da Eja e, em 1351¹⁰¹¹, com o prior e convento do mosteiro agostinho de Ancede.

¹⁰⁰⁴ Esta dispersão de bens foi, com certeza, resultante das partilha dos bens do seu avô João Soares Coelho a que fazem referência.

¹⁰⁰⁵ ADB, *Gav. 1ª das Propriedades do Cabido*, n.º 223 e TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 21.

¹⁰⁰⁶ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 6 e Mç. 55, doc. 7.

¹⁰⁰⁷ Comprada por Estevão Coelho, em 1337, por 80 libras. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 53, doc. 13.

¹⁰⁰⁸ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 9.

¹⁰⁰⁹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 5.

¹⁰¹⁰ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 28.

¹⁰¹¹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 8.

Quadro 24 - Permutas feitas pelas freiras e pelo mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios

Data	Bem recebido	Bem entregue	Pessoa(s) com quem se fez o escambo
1295	Quinta de Cidadelhe, termo de Cidadelhe	Bens e senhorio no lugar de Condado da Ribeira, freguesia do mosteiro da Ribeira, na Galiza	Pedro Eanes Coelho e a sua mulher, Margarida Esteves
1295	Bens em Cidadelhe e termo	Cancelas	Fernão Eanes, irmão das freiras Maria Eanes e Inês Eanes, com sua mulher, Mor Eanes
1309	Herdamento em Cidadelhe	Bens em terra de Mões e no couto, e o padroado da Igreja de Moes	Martim Peres da Várzea e a sua mulher, Inês Pais
1312	Casal no cabo da Curveira e um casal em Barros, no Julgado de Gondomar	Herdamentos em Vilar Chão, Vilarinho, Morraceses, Vila Cova e noutros lugares, no julgado de Paiva	Rodrigo Eanes Redondo e sua mulher, Dona Maior Fernandes
1325	Casais de Eira Vedra e de Pala, a terça parte do Casal de Lágea, em Dornelas	Casal de Bouça e uma seara com duas vinhas, tonéis e cubas, em São Pedro de Meios, Maximinos, Braga	Cabido da Sé de Braga
1332	Casal de Estremil, Oriz	1 quinhão de vinha	Soeiro Mendes, cavaleiro e sobrinho da freira Inês Eanes e sua mulher Inês
1336	Metade da leira, no lugar da Leira Brava (junto do mosteiro)	Leira no Paço, Cherim + 1 casa na aldeia de Cherim	Abade de São Martinho da Várzea
1343	Quinta de Argufe, freguesia de Santa Maria de Abade, julgado de Paiva	Quinta e casal, no lugar e freg.de Oriz + Casal de Ranço, na freguesia de São Cristóvão de Regalados + parte e quinhão da Torre de Regalados + quinhão da vinha de Onega, na freguesia de São Cristóvão de Regalados + quinhão no lugar chamado do Hospital, na freguesia de São Miguel do Prado	João Coelho e a sua mulher, Dona Joana
1344	Todas as herdades no burgo de Entre-ambos-os-	1 casa com suas herdades no burgo de	Fernão Lourenço, abade de Eja

Data	Bem recebido	Bem entregue	Pessoa(s) com quem se fez o escambo
	Rios	Entre-ambos-os-Rios	
1351	2 casais em Avoças, freguesia de Santa Maria de Eja	2 casais (um em Quintela e outro em Monção) no julgado de Ferreiros, freguesia de São Miguel de Oliveira	Vasco Rodrigues, prior e convento de Ancede (Ordem de Santo Agostinho)
1380	3 casais, sob Arrifana de Sousa (Louredo e Ruival, na freguesia de Moazeres; Curveira na freguesia de São Paio)	Casais, casas e herdades e direitos na Ventosa, termo de Coimbra e em Vila Franca	Afonso Martins Alvete

Estamos, pois, perante as estratégias de um mosteiro que vê os seus recursos e situação ameaçados por diversos factores, procurando, assim, sobreviver, face aos seus vizinhos e, por vezes, opositores.

Olhemos agora a situação e o uso que faz dos escambos uma casa mais próspera e, acima de tudo, protegida e beneficiada pela realeza.

Na comunidade de Coimbra, mais uma vez, é determinante o papel da rainha, que faz as primeiras permutas com um objectivo claro e que, em seguida, doa ao mosteiro os bens que assim adquiriu¹⁰¹². Os três escambos por ela realizados visam a construção e viabilização económica (e sobrevivência) da comunidade monacal. No primeiro caso¹⁰¹³, a rainha assegura, com a permuta que realiza com Santa Cruz¹⁰¹⁴, a existência de água potável para o mosteiro¹⁰¹⁵, fornecida por duas fontes, junto a Santa Clara, mas em “território” que estava na posse de Santa Cruz. Enceta, neste sentido, uma negociação que terá a intervenção e autorização régia¹⁰¹⁶, tal é a sua envergadura, dando em troca das duas fontes (e terreno em volta¹⁰¹⁷) bens que possui em Leiria¹⁰¹⁸

¹⁰¹² Veja-se as doações feitas pela rainha ao “seu” mosteiro.

¹⁰¹³ Este já foi analisado na perspectiva da “construção” do cenóbio na primeira parte do nosso trabalho.

¹⁰¹⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 15 e Mç. 38, doc. 3.

¹⁰¹⁵ Esta preocupação só confirma o seu desconhecimento, em relação ao lençol freático, sobre o qual se encontra construído o cenóbio.

¹⁰¹⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 17 (1326).

¹⁰¹⁷ Diz-se claramente: “.....pede a dita Senhora Rainha a terra hu nacen essas duas fontes por que se possa levar esta augua livremente ao dicto mosteiro de Santa Clara e um bocado de terra arredor das dictas fontes e d’ancho pelo cano per o qual a dir a dita augaa ao dito Mosteiro de Santa Clara um côvado

(que rendem anualmente 200 libras), incluindo a sua capela de São Simão. Tudo isto com encargos para o cenóbio de Santa Cruz, nomeadamente, manter um cônego em Leiria¹⁰¹⁹, para celebrar por alma da rainha na dita capela (ou onde puder¹⁰²⁰), as horas e uma missa, diariamente, que receba, anualmente, 50 libras (das 200 que rendem os bens doados pela Rainha¹⁰²¹).

Os crúzios são ainda obrigados a celebrar, anualmente e de forma solene, uma missa sobre a sua sepultura, em Santa Clara de Coimbra, no dia do seu aniversário e no dia de Finados, tudo por alma da soberana, com a salvaguarda de que “se acaecesse o dito aniversario no dia dos Mortos façam o dito ofício de aniversário em esse dia e em outro dia primeiro façam esse mesmo ofício por a sa alma no dito lugar.”¹⁰²². O mosteiro de Santa Cruz vê-se assim obrigado a apoiar a nova fundação, em reconhecimento por todos os bens (que agora se referem e outros) que recebeu da rainha D. Isabel e dos reis e rainhas de Portugal, anteriores a ela.¹⁰²³

Esta transacção estará completada em 1330¹⁰²⁴, como o comprova um documento de quitação concedido pelo prior e convento de Santa Cruz de Coimbra à rainha D. Isabel.

de terra de cada parte d’arredor e juntada com o dito cano...”. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 15 e Mç. 38, doc. 3.

¹⁰¹⁸ Nesta data, os bens que a rainha entrega são os que “foram de Sancha Garcia” e que apenas rendem 71 libras e meia. O restante será dado em dia de Natal, todos os anos, até as doações perfazerem as ditas 200 libras de rendimento.

¹⁰¹⁹ Fala-se aqui de uma casa de cônegos em Leiria, onde cada um tem a sua razão.

¹⁰²⁰ Pois prevê-se no caso da capela de São Simão cair e enquanto esta não estiver recuperada, que as horas e a missa sejam celebradas noutra local, que a rainha não especifica, voltando à capela quando esta estiver reconstruída.

¹⁰²¹ As restantes cento e cinquenta devem ser divididas pelos cônegos, igualmente, à excepção do prior que terá duas rações ficando com a da vestiaría.

¹⁰²² Acrescentam ainda que se acontecesse, por algum impedimento, que não pudessem realizar o dito ofício - e falam da hipótese de queda da ponte - , deveriam, em substituição celebrar duas missas (caladas) pela alma da rainha, em cada semana, no mosteiro de Santa Cruz, até que o possam fazer como estava estipulado.

¹⁰²³ Refere-se ainda ser necessário que ambas as partes mandem pedir ao papa a confirmação deste contrato, pago pela rainha.

¹⁰²⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 16.

Os outros dois escambos prendem-se com terrenos necessários à construção do cenóbio de Santa Clara. Agora a permuta é feita, em 1326¹⁰²⁵, com o mosteiro de cónegas de Santa Ana da Ponte, que doa uma vinha e o seu paço situados junto do mosteiro das clarissas, recebendo em troca da rainha, anualmente, 150 libras ou um herdamento cuja renda tenha esse valor. Por seu lado, D. Isabel obriga-se a mandar edificar um paço grande, forte e “sobradado” para o mosteiro de Santa Ana da Ponte. Para que este escambo possa ser válido foi pedida autorização ao bispo de Coimbra (que lhe deu, conforme diz o documento) e ao rei D. Afonso, que o legitima com a sua licença¹⁰²⁶.

No Codicilo que faz ao seu testamento, em Março de 1328¹⁰²⁷, a rainha reitera esta permuta e, inclusivamente, delibera que no paço que recebe de Santa Ana da Ponte e onde vive, irá instituir um hospital para pobres. Contudo, em 1330¹⁰²⁸, realiza um novo escambo com o mesmo mosteiro em que reitera o anterior, mas agora entrega um olival em Alcara, Santo António dos Olivais, comprometendo-se, tal como anteriormente, a fazer um paço junto do mosteiro de Santa Ana. Parece, pois, que a Rainha apenas trocou o contributo anual de 150 libras por um bem então adquirido, como aliás já estava previsto no anterior contrato¹⁰²⁹. Torna assim o ónus do mosteiro de clarissas mais leve, libertando-as de uma obrigação anual, em dinheiro.

Permuta, ainda, D. Isabel, em 1330¹⁰³⁰, bens em Benavente que recebeu do testamento de Marquesa Rodrigues, mulher da sua corte, por todos os bens que João Rodrigues, seu estribeiro e sua mulher tinham em Porto de Mós. As propriedades de Benavente tinham inclusivamente um encargo a solver a João Rodrigues que, por eles, devia receber, anualmente, um moio de trigo e dois púcaros de cevada. A rainha, ao entregar esta terra em escambo a João Rodrigues, livra-se de mais um encargo.

¹⁰²⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 22 e Liv. 9, fl. 138-138v.

¹⁰²⁶ TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 3 e Liv. 9, fl. 134v.

¹⁰²⁷ António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (19)–(22).

¹⁰²⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 22 e Liv. 9, fl. 138-138v.

¹⁰²⁹ Doa-lhes ainda a Rainha o padroado da igreja do Zambujal, recebido em 1327 de D. Margarida, viúva do cavaleiro Nuno Fernandes Cogominho.

¹⁰³⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 4 e Liv. 9, fl. 395-386v.

Na mesma data¹⁰³¹, o cenóbio realiza outro escambo com Maria Mendes, filha de Soeiro Mendes e viúva de Estêvão Coelho. Este reveste um aspecto muito interessante e revela várias situações dentro da própria comunidade. Assim, D. Maria tem no mosteiro uma filha, Margarida Coelho, que é freira professa. Por esta razão ou pela proximidade que tem com a rainha D. Isabel, D. Maria, casada com Estêvão Coelho, pede sepultura no cenóbio e, simultaneamente, quer habitar no seu interior pois “demandava sobrado e portal no mosteiro”. D. Isabel, que lhe oferecera uma casa “a par do mosteiro”, entende, então, que não é “proveito” deste cenóbio que ela habite no seu interior, até porque isso era contra os estatutos da Ordem. Parece iniciar-se assim um processo algo litigioso que termina então com o escambo entre o mosteiro e D. Maria Coelha. Esta entrega parte dos seus bens, entre eles, oito covados de vinha que partem com as vinhas da Sé e com a herdade do Pombal de Santa Cruz e recebe em troca as propriedades que a sua filha, Margarida, herdou do pai e que de direito ficariam ao mosteiro¹⁰³². Esta transacção é, claramente, favorável ao cenóbio, uma vez que o terreno recebido confina com aqueles que a rainha já obtivera com os anteriores escambos feitos com Santa Cruz¹⁰³³, Santa Ana da Ponte¹⁰³⁴ e a Sé¹⁰³⁵, podendo assim delimitar um espaço da cerca¹⁰³⁶, no interior do qual o mosteiro e as suas dependências estavam a ser construídos.

Completado este ciclo construtivo, o mosteiro tem agora outras preocupações com as permutas que realiza, semelhantes a tantas outras entidades. Assim, ora intenta recompor propriedades que se encontram divididas por vários herdeiros e de que detém

¹⁰³¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 5 e Liv. 10, 6v-8.

¹⁰³² Este privilégio régio foi já abordado no capítulo anterior do nosso trabalho.

¹⁰³³ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 15 e Mç. 38, doc. 3, que já analisámos.

¹⁰³⁴ Com este escambo passa-se o mesmo do que com o anterior. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 22 e Liv. 9, fl. 138-138v.

¹⁰³⁵ Deste não possuímos a carta de escambo, mas foi, com certeza, realizado na mesma altura dos outros e, como é dito no documento, com o mesmo objectivo.

¹⁰³⁶ Diz a rainha D. Isabel: “as quais cousas eu ouvy por escambos que fiz com a Sé de Coimbra e com o Mosteiro de S. Ana da Ponte de Coimbra fazendo a cerca do muro ao cenóbio a qual se contem com aquilo que eu ouve de Santa Ana contra as minhas casas e da outra parte contem pela carreira que vai trás o mosteiro por aquilo que D. Maria deu em escambo...” Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 5. No mesmo documento, numa carta de procuração de D. Maria, esta refere “...o térreo das vinhas de trás Santa Clara que jazem juntas com esse mosteiro quanto ela tiver por bem as quais partem com a vinha da See de Coimbra de uma parte e da outra partem na herdade do Pombal de Santa Cruz.”

uma parte, ora atreve-se a trocar bens mais afastados do cenóbio e dos seus principais centros de produção por outros mais próximos destes locais¹⁰³⁷, ou ainda tenta valorizar o seu património, trocando bens pouco rentáveis, porque exíguos, por outros cujo proveito poderá ser muito maior.

Estão no primeiro caso os escambos realizados com dois netos de Vasco Esteves de Fermoselhe e de Teresa Peres. Este casal tinha doado ao mosteiro a sua terça, em 1319 e, nove anos depois, a viúva entrega ainda a Santa Clara a sua terça da quinta de Carvalhais, Porto dos Judeus e Val Flor. Em 1348¹⁰³⁸ e 1366¹⁰³⁹ o mosteiro recebe, por escambo com os referidos netos, Martim Eanes e Nuno Fernandes, ambos escudeiros, os outros dois terços da Quinta dos Carvalhais, da herdade da Freixiosa e de outros casais, tudo termo de Penela. O cenóbio dá em troca, ao primeiro, bens em Évora (que faziam parte da terça doada pelos avós), onde aliás este reside, e ao outro, herdades e outros bens em Vilarinho e Foz de Arouce, termo da Lousã¹⁰⁴⁰.

Na segunda situação, estão as permutas realizadas em 1360 e 1398. Na primeira data¹⁰⁴¹, as clarissas escambam com o cenóbio de Vila Cova de Sendim bens que possuem da herança de uma freira, Sancha Abril, em Quimbres, termo de Coimbra, doando o mosteiro conimbricense herdades que têm a par da Feira na terra de Santa Maria, referidos como próximos do mosteiro de Vila Cova (e, não por acaso, longe de Santa Clara de Coimbra). Em 1398¹⁰⁴², o cenóbio escamba com um vassalo régio, João de Portela, propriedades que tem em Loriga, Travancinha em Sandemil, que constituem a herança, recebida pelo mosteiro, da freira Teresa Afonso de Melo¹⁰⁴³, por fazendas em Banhos Secos, junto da cerca da cidade de Coimbra.

¹⁰³⁷ Esta situação ver-se-á claramente atestada na 2ª parte deste capítulo.

¹⁰³⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 32.

¹⁰³⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 4.

¹⁰⁴⁰ Isentando-os ainda o mosteiro de rendas e pensões devidas por herdades que eles traziam emprazados do convento, bem como de outras obrigações, que não são especificadas, à rainha e ao cenóbio. No entanto, mantêm ainda o arrendamento que tinham realizado da quinta dos Carvalhais, agora pertença de Santa Clara.

¹⁰⁴¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 1.

¹⁰⁴² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 28 e Liv. 9, fl. 118-118v.

¹⁰⁴³ Nesta data, a freira já está como abadessa em Benavente dos Campos, pelo menos desde 1358. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 33.

Contudo, este escambo insere-se num contexto de disputa (longa e bem documentada) entre o mosteiro e os herdeiros da família de Melo¹⁰⁴⁴ que termina com uma outra permuta, realizada em 1358¹⁰⁴⁵. Nesta transacção, o mosteiro doa a quinta de Melo a Martim Afonso de Melo e este entrega-lhe a quinta de Goupeneira, no termo de Santarém. A permuta sanciona assim uma resolução mais ou menos vantajosa para o cenóbio, mas necessária para o fim do conflito (a maioria das vezes muito oneroso) entre as partes. O mesmo acontece com um conflito entre Santa Clara e São Domingos de Coimbra por causa de umas propriedades no termo de Miranda que foram de Vicente Martins Monteiro, morador em Almalaguês, e sobre as quais impende o domínio dos dois mosteiros. Depois de vários processos que decorrem na Igreja de Coimbra, de Braga, em Roma e no Tribunal da Relação, os dominicanos acabam por ganhar, tendo ainda direito, além das fazendas, a uma indemnização de 2 357 libras. Mesmo com o apelo ao rei, as clarissas perdem a causa. Mas os dominicanos “por caridade e misericórdia...vendo que se o Mosteiro de Santa Clara tivesse que pagar esta quantia ficaria delapidado e para também escusarem custas e trabalhos” fizeram então a permuta com as clarissas, dando-lhes seis casais em Urzelhe e ficando eles com os bens em disputa. Esta composição salvaguarda, assim, os direitos de São Domingos e oferece a Santa Clara um saída menos penalizante.

Por último, mas não menos importantes, temos as trocas realizadas com o objectivo de melhorar o aproveitamento dos bens, como a que faz o mosteiro em 1395¹⁰⁴⁶, permutando 1/12 de uma casa, na Rua de Coruche, em Coimbra, que fazia parte da herança da freira Margarida Eanes, por um olival, a par da Ribeira de São Romão. E esta permuta é realizada porque, como diz a abadessa: “era tão pequeno o quinhão que tinham que dele não podia haver o dito Mosteiro prol nenhum”. Noutro caso, trata-se de dois casais, em termo de Penela, que o cenóbio e Maria Eanes possuíam em conjunto e que, para se tornar mais rentável, fizeram um escambo, em 1382¹⁰⁴⁷, de molde a cada uma das partes ficar com um casal. A escolha do casal para

¹⁰⁴⁴ Cf. Acerca da família dos Melo: Maria Isabel Castro Pina, “Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média”, in *Penélope*, nº 12, 1993, p. 9-26; José Pavia Cumbre, *Os Melo. Origens, Trajectórias Familiares e Percursos Políticos (séculos XII-XV)*, Lisboa, Tribuna, 2007.

¹⁰⁴⁵ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 24, doc. 8 e Liv. 10, fl. 189-193v.

¹⁰⁴⁶ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 30, doc. 10.

¹⁰⁴⁷ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 7, doc. 2.

cada um foi feita pelo mosteiro, pelo que este teve de pagar a Maria Eanes e aos seus filhos, mais 20 libras.

Quadro 25 - Permutas feitas pela Rainha e pelo mosteiro de Coimbra

Data	Bem recebido	Bem entregue	Pessoa(s) com quem se fez o escambo
1326	2 fontes, uma junto ao Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e outra no Pombal	Bens em Leiria e seu termo (com o rendimento anual de 200 libras) + Capela de São Simão de Leiria	Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra
1326	1 vinha com seu paço, a par do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra	150 libras, anualmente, ou 1 herdade que renda o mesmo + 1 Paço grande, forte e sobradado, no Mosteiro de Santa Ana da Ponte de Coimbra	Mosteiro de Santa Ana da Ponte de Coimbra
1330	1 vinha com seu paço, a par do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra	1 olival em Alçara, termo de Coimbra + 1 Paço grande, forte e sobradado, no Mosteiro de Santa Ana da Ponte de Coimbra	Mosteiro de Santa Ana da Ponte de Coimbra
1330	Porto de Mós e seu termo	Corte da Arca e outros bens, no termo de Benavente	João Rodrigues, estribeiro da Rainha D. Isabel com a sua mulher, Maria Peres, vizinha de Torres Novas
1330	Quinta do Caniçal, termo de Óbidos + 8 covados de vinhas, atrás do mosteiro de Santa Clara de Coimbra	Bens em Portugal e na Galiza	Maria Mendes, filha de Soeiro Mendes e viúva de Estêvão Coelho
1348	Terça na quinta de Carvalhais e terça da herdade da Freixiosa e de outras herdades, no termo de Penela	Terça da herdade do Djebe, termo de Évora	Martim Eanes, cavaleiro, filho de João Martins de Cambra, com sua mulher, Clara Domingues, moradores em Évora
1358	Quinta da Goupineira, termo de Santarém	Quinta de Melo, termo de Gouveia	Martim Afonso de Melo
1360	4 casais em Quimbres, termo de Coimbra	Bens na Feira, Terra de Santa Maria e seu termo	Abadessa e convento do Mosteiro beneditino de Vila Cova, terra de Santa Maria, bispado do Porto
1362 ¹⁰⁴⁸	1 casal em Bem-da-Fé e	1 casal na Várzea de	Bartolomeu Domingues,

¹⁰⁴⁸ Este escambo é feito pelo mosteiro de Santa Clara em conjunto com o das Celas de Guimarães de Coimbra, ambos possuidores destes bens. A troca de um casal por dois pode indicar que cada cenóbio

Data	Bem recebido	Bem entregue	Pessoa(s) com quem se fez o escambo
	outro em Ega	Bruscos	morador em Bem da Fé
1364	Terça da quinta dos Carvalhais, termo de Coimbra	1 casal e 1 moinho, em Esporões, Vila Caiz, Amarante	Abadessa e convento do Mosteiro beneditino do Salvador de Vairão, bispado do Porto
1366	Quinta dos Borinhões, herdade da Feixiosa e casal da Porta dos Judeus e outros bens, em termo de Penela	Herdades de Vilarinho e casal e herdades de Foz de Arouce	Nuno Fernandes, escudeiro, neto de Vasco Esteves de Feroselhe e de Dona Teresa, com a sua mulher Mor Afonso
1382	½ de um casal, na Póvoa das Taliscas, termo de Penela	½ de um casal na Póvoa das Taliscas, termo de Penela + 20 libras	Maria Eanes, vizinha de Alenquer, viúva de Lourenço Esteves de Penela ¹⁰⁴⁹
1385	6 casais em Urzelhe	Bens no termo de Miranda e de Almalaguês (quinta de Campo de Besteiros)	Prior e frades do Convento de São Domingos de Coimbra
1395	1 olival, no Lugar da Pegueira, a par da Ribeira de S. Romão	1/12 de uma casa na Rua de Coruche, em Coimbra	Fernão Vasques, que foi tabelião com sua mulher, Maria Eanes
1398	2 casarias e 1 bacelo, nos Banhos Secos, dentro da cerca de Coimbra	Todos os bens em Sandemil, Loriga e Travancinha	João Portela, escudeiro, vassalo do rei, com sua mulher, Aldora Eanes, moradores na cidade de Coimbra

Podemos desta forma concluir que os escambos realizados pelos mosteiros de clarissas, nesta fase da sua implantação, num território onde as outras ordens masculinas e femininas já tinham os seus “lugares”, foi de extrema importância, quer para a construção do espaço físico para habitação da comunidade, o que é bem visível em Coimbra, quer para viabilizar a sua subsistência, aproximando geograficamente as propriedades a explorar do local de implantação da casa conventual. Este último objectivo foi prosseguido tendo em conta os bens das professoras, como é o caso de Santarém, ou os bens da dotação fundacional, como em Entre-ambos-os-Rios. As dificuldades de uns e de outros fizeram destes actos de permuta um ponto alto da construção do património e, com certeza, concitaram a atenção e o interesse de todo o

tenha preferido ficar cada um com o seu casal do que dividir ao meio os frutos de um. De qualquer forma, esta é uma mera interpretação que não encontro sustentada em documentação posterior.

¹⁰⁴⁹ Esta permuta é realizada por ela e pelos seus filhos, sendo um deles o seu procurador. Este é Lourenço Esteves, escolar e vassalo do rei, cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 2.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

cenóbio e, como claramente se verifica, da comunidade mais ampla dos seus dependentes e apaniguados.

2. A composição do património

O património adquirido, somado ao que os fundadores legam, são a base da sobrevivência destas comunidades. Assim, e de acordo com a sua situação geográfica, o seu local de implantação e os apoios que concita, cada um dos mosteiros organiza o seu domínio e desenvolve as suas capacidades produtivas.

A paisagem ocupada e aproveitada estende-se, no caso de Santarém ou de Entre-ambos-os Rios, por uma região mais próxima do mosteiro e apenas em Coimbra a dimensão patrimonial é mais extensa, pois a sua importância permite-lhe albergar senhoras de uma nobreza de corte, cujos bens se alargam a todo território nacional.

Em Santarém, a propriedade concentra-se na região em torno da cidade, periferia e arredores, e alonga-se na paisagem à região estremenha, na Azambuja, até Vialonga, Alpriatre e Lisboa. Em Entre-ambos-os-Rios, a paisagem conquistada pelo mosteiro situa-se em torno de dois pólos: um na terra de Paiva e outro junto a Cidadelhe, entre os rios Douro e Tâmega. Alguns bens a norte do Douro ou mesmo na região de Leiria revelam um património mais excêntrico e, por isso, mais disperso e menos interessante.

No caso de Coimbra, a posse da terra é um indicativo da riqueza das donas que o habitam e da prodigalidade da fundadora, D. Isabel. Assim, a juntar aos bens em torno de Coimbra, outros núcleos marcam a paisagem, como em Leiria, Torres Novas, Gouveia e Lisboa. Mas nestes casos, o património foi maioritariamente adquirido por compras realizadas pela rainha, que revelam interesses e preferências relacionados com as terras da sua influência, como o iremos demonstrar mais à frente.

Analiseemos agora, mais em pormenor, as áreas de implantação dos patrimónios dos três cenóbios em estudo e a sua composição e organização.

2.1. A paisagem rural

2.1.1. Santa Clara de Santarém

As fazendas deste cenóbio são, regra geral, de pequenas dimensões, leiras e courelas ou alguns casais e ainda partes de quintas. Mas esta fragmentação da propriedade deve-se ainda ao território em que se implanta maioritariamente, nas zonas

férteis e de policultura estremenhas¹⁰⁵⁰ de Santarém a Óbidos, Rio Maior e Azambuja até às portas de Lisboa, Vialonga e Alpriate¹⁰⁵¹. Das searas às vinhas com o olival, os pomares e almuinhas, a complementaridade das produções revela a importância e o papel destes bens e do que eles garantem na economia do convento, sendo assim presença obrigatória no património explorado.

Apenas algumas propriedades excêntricas, em Évora, Moura, Montemor-o-Novo e Évoramonte, no sul do país e a norte, no Mogadouro, se subtraem a um controlo mais apertado e, possivelmente, serão trocados nas décadas seguintes. No caso de Évora, são seis tendas de comércio¹⁰⁵² e no Mogadouro são casas¹⁰⁵³, já em Moura e Montemor não se refere o tipo de bens mas, no primeiro caso, em 1334, são vendidos¹⁰⁵⁴ e, mais tarde, em 1337, restituídos ao convento¹⁰⁵⁵, o que pode denunciar o “encargo” que constituem e não propriamente o benefício que deles pode advir.

¹⁰⁵⁰ Como diz Orlando Ribeiro: “Enorme variedade na utilização do solo, combinando, em justaposição ou sobreposição, diversas culturas: retalhos de vinha, de olival, de pomar, associados a cereal ou não, vinha estreme ou com olival ou pomar, horta com ou sem árvores de fruto, raridade de prados e de pousios” em “Relance da Evolução da Agricultura. Orientações” in *Opúsculos Geográficos*, IV volume, *O Mundo Rural*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 40.

¹⁰⁵¹ Ver Mapa 11 – As propriedades do mosteiro de Santarém. Neste mapa, não marcámos alguns micro-topónimos, pois não os conseguimos localizar: A de Sancha Peres, Botelho (Valada), Malva (Valada), Montijos, e Padrão (Valada), no termo de Santarém; A do Cavaleiro, Carril, Mentrastal, Montes, Zebreira, em Rio Maior. Para o estudo das áreas de implantação do património deste mosteiro foi utilizada a seguinte bibliografia: Maria Ângela V. da Rocha Beirante, in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII – XV)*, Vol. I, Organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade nova de Lisboa, 1990, p. 65-67; Idem, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980; Isabel Branquinho, *O Mosteiro da Santíssima Trindade de Santarém: Propriedade e Gestão (séculos XIII-XV)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2000; Luís Filipe Oliveira, “Entre a vila e a aldeia: A comunidade de Rio Maior na idade Média” in *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio realizado de 13 a 14 de Março de 1998*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, p. 427-439; Mário Viana, *Os Vinhedos Medievais de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998; Idem, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

¹⁰⁵² TT, OFM, PP, SCS, Mç. 11, doc. 743 e 744.

¹⁰⁵³ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº 5

¹⁰⁵⁴ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 12, doc. 836

¹⁰⁵⁵ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 7, nº 5.

2.1.1.1. As terras de pão

O pão é o alimento base de toda a sociedade e, num microcosmos como é um convento, não pode deixar de fazer parte da dieta alimentar. Assim, as searas espalham-se por toda a propriedade do mosteiro escalabitano, da região fértil e sempre irrigada da Valada e Alviela aos campos da Azóia e de Montejunto e, já na margem esquerda do rio, aos campos de Salvaterra até às proximidades de Lisboa, em Vialonga.

As parcelas ocupadas com as searas não são contabilizáveis na documentação do mosteiro onde, muitas vezes, aparece apenas a referência a herdades ou herdamentos a que não se atribui qualquer produção mas que, na sua maioria, deveria ser de cereal¹⁰⁵⁶.

Às herdades de pão aliam-se as courelas de um casal ou mesmo de uma quinta em que o cereal confronta com a vinha e o olival, ou mesmo as leguminosas.

Os instrumentos de transformação de moagem e fabrico de pão apenas são referidos numa propriedade em Rio Maior, fazendo parte dos bens que ficaram ao cenóbio por herança da freira Sancha Garcia do Casal, a saber, um quarto de um moinho de que o mosteiro toma posse em 1347¹⁰⁵⁷.

A paisagem agrícola permite vislumbrar o trajecto deste produto que se dirige, na sua maioria, às cidades, quer a Santarém, onde o mosteiro tem umas covas¹⁰⁵⁸, quer a Lisboa, onde o pão é armazenado próximo do convento dos Menores da capital¹⁰⁵⁹. Para consumo próprio, nalguns casos será também para comercializar, especialmente o da capital ou, como neste caso, para ajudar na manutenção dos frades franciscanos.

¹⁰⁵⁶ Possivelmente de trigo e centeio, que predominavam nestas regiões, como o afirma Orlando Ribeiro, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas*, 6ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 199, p. 60-61.

¹⁰⁵⁷ Cf. TT, OFM, PP, SCS, Mç. 7, doc. 302.

¹⁰⁵⁸ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 2, doc. 49.

¹⁰⁵⁹ TT, OFM, PP, SCS, Mç.12, doc. 866.

2.1.1.2. As vinhas e os olivais

A vinha e o olival têm também um papel muito importante na economia do convento escalabitano devido, com certeza, às regiões de implantação do património e às necessidades, não apenas de consumo, mas também de comercialização.

A vinha, por vezes associada ao olival, pontua e enriquece a propriedade do cenóbio, estendendo-se pelas planícies aluviais da Valada, Alviela e Alvisquer¹⁰⁶⁰. Mas assoma também na Azóia, Montejunto e Valbom, na zona periurbana de Santarém, no Rego de Manços e Infesta dos Galhardos¹⁰⁶¹, bem como na margem esquerda do Tejo, em Salvaterra, em Rio Maior e nas regiões do baixo Tejo, em Alpriate e Vialonga. Nestas propriedades, a vinha confronta com olivais, almuinhas e terras de pão, e embora exista uma concentração visível deste produto na região da Valada, não poderemos falar de monocultura¹⁰⁶².

Importa também realçar que apenas em dois casos surge indicada a qualidade da vinha. Na Baleia¹⁰⁶³ refere-se a vinha labrusca e mourisca¹⁰⁶⁴ e em Rio Maior, junto do Rio Alvitre¹⁰⁶⁵, a vinha labrusca.

Esta produção vinícola constitui um núcleo central para a vida da comunidade conventual¹⁰⁶⁶, além de que absorve a grande maioria dos rendeiros e dos serviços que eles prestam, pois o trabalho da vinha é moroso e complexo, necessitando de um

¹⁰⁶⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 2, doc. 49 (Valada); Mç. 8, doc. 459 e 460 (Valada); Mç. 10, doc. 666 e 667, 668 e 669 (Valada); Mç. 13, doc. 906 a 909 (Alvisquer), entre muitos outros.

¹⁰⁶¹ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, doc. 5 (Azóia), Gav. 5, doc. 5 (Montejunto); TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 250 (Valbom), Mç. 12, doc. 892 e 893 (Rego dos Manços); Mç. 13, doc. 903 e 904 (Infesta dos Galhardos).

¹⁰⁶² Como se comprova em: Mário Paulo Martins Viana, *Os Vinhedos Medievais de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998, p. 36-37.

¹⁰⁶³ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 387 e 388 e Mç. 8, doc. 452

¹⁰⁶⁴ Cf. Mário Paulo Martins Viana, *Os Vinhedos Medievais de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998, p. 101-105.

¹⁰⁶⁵ Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, nº 5.

¹⁰⁶⁶ Aliás, o vinho era um importante e preciosa produção da região de Santarém, tendo mesmo dado origem a petições em cortes (1364) para, em época de crise, ser protegida a sua produção face aos “vinhos de fora”. Cf. Henrique da Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII A XV*, 2ª edição, organizada por Torquato de Sousa Soares, tomos IX, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952, p. 94-95.

cuidado que se estende ao longo de todo o ano¹⁰⁶⁷. Desde o tratamento da vide à recolha da uva e ao seu tratamento nos lagares, tudo tem de ser acompanhado pelos produtores de vinho. Em todo este processo, os lagares desempenham um papel de vital importância para a economia vitivinícola. Assim, o mosteiro tem com certeza vários que faziam parte da exploração dos casais e quintas, mas apenas se refere um, em Vialonga¹⁰⁶⁸, onde possui várias courelas de vinha.

Já as adegas são abundantemente referidas, especialmente em Santarém, na Fonte Santa (Seserigo)¹⁰⁶⁹ e na Rua de Santo Estêvão¹⁰⁷⁰. Também em Rio Maior se refere um chão que foi adega¹⁰⁷¹. Nestas são indicados os instrumentos que fazem parte dos aparelhos para o armazenamento e conservação do vinho, como as cubas, tinas, talhas e tonéis.

Não podemos esquecer que muitas destas propriedades do mosteiro, como já foi demonstrado, provêm dos bens recebidos em herança das freiras e, por isso, são apenas algumas parcelas de mais vastas unidades de produção.

A relação entre a vinha e o olival é a mais frequente neste tipo de propriedade, junto à urbe. Os olivais pontuam na região periurbana de Santarém, em Rego de Manços¹⁰⁷², Infesta dos Galhardos¹⁰⁷³, Monte de Abade¹⁰⁷⁴, Pé de Aranha¹⁰⁷⁵ e Monte

¹⁰⁶⁷ Assunto bem estudado por Mário Paulo Martins Viana, *op. cit.*, p. 99-125; Idem, “Alguns Preços de Vinho em Portugal (séculos XIV-XVI)”, *Arquipélago. História*, 2ª série, V, 2001, p.605–625 e já anteriormente apresentado por Constantino Botelho de Lacerda Lobo, “Sobre a cultura das vinhas de Portugal”, *Memorias economicas da Academia das Sciencias de Lisboa*, tomo II, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790, p.16-134, 198-284.

¹⁰⁶⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 612 e 613.

¹⁰⁶⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç 13, doc. 906 a 909.

¹⁰⁷⁰ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, doc. 8.

¹⁰⁷¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç 7, doc. 379.

¹⁰⁷² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 892 e 893.

¹⁰⁷³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 903 e 904.

¹⁰⁷⁴ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, doc. 12.

¹⁰⁷⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 495 e 496.

de Corvos¹⁰⁷⁶ e na vizinhança do convento dos franciscanos¹⁰⁷⁷ e do cenóbio dominicano¹⁰⁷⁸. Nos dois primeiros casos junto à vinha, nos outros locais isoladamente.

Na restante paisagem aparecem, regra geral, associados à vinha, em zonas onde esta prevalece, como na Valada¹⁰⁷⁹ e em Valbom¹⁰⁸⁰, ou em quintas como na Azóia¹⁰⁸¹, onde se juntam ainda as searas, o linho, as cebolas e os figos, e ainda em regiões tradicionalmente dedicadas às culturas mais mimosas, como é a horta de Valverde¹⁰⁸², no termo de Azambuja. Há ainda olivais na Charneca¹⁰⁸³, Portela¹⁰⁸⁴, Romeira¹⁰⁸⁵, e na Baralha¹⁰⁸⁶, tudo termo de Santarém. Muitas destes olivais encontram-se também junto de casas que lhes servem de moldura humana, essencial para a sua exploração. Mas, tal como no caso das vinhas, não são referidos lagares de azeite na posse do cenóbio, nem mesmo formas e locais de armazenamento. Não podemos, no entanto, afirmar a sua inexistência, mas apenas constatar a omissão (documental) de uma realidade que, possivelmente, estaria centralizada junto ao mosteiro e nas unidades de exploração que este possui.

¹⁰⁷⁶ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, doc. 7; TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 14, doc. 984.

¹⁰⁷⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. Mç. 8, doc. 415 e 416; ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, doc. 12.

¹⁰⁷⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 367, Mç. 7, doc. 359.

¹⁰⁷⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 14, doc. 984.

¹⁰⁸⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 441, Mç. 8. doc. 483 e 484; ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, doc. 11.

¹⁰⁸¹ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, doc. 5; TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 11.

¹⁰⁸² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 5, doc. 167.

¹⁰⁸³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 2, doc. 49.

¹⁰⁸⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1 doc. 20; 4, doc. 136.

¹⁰⁸⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 250.

¹⁰⁸⁶ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, doc. 8.

2.1.1.3. Outras produções

Quanto às restantes produções do *ager*, temos de sublinhar os pomares, hortas e almuinhas, no termo de Santarém, nas Portelas¹⁰⁸⁷, Valbom¹⁰⁸⁸ e Poços¹⁰⁸⁹, em que se fala de um lugar que foi horta e no termo da Azambuja, na Horta de Valverde¹⁰⁹⁰, que dada a sua importância ficou consagrada no nome da localidade.

A floresta é outra componente essencial da paisagem, pelo contributo que fornece para uma economia baseada na terra e nos seus produtos. A mata de pinheiros em Valbom¹⁰⁹¹ e de sobreiros em Vale de Cavalos¹⁰⁹² marcam uma paisagem em que as árvores¹⁰⁹³, indiscriminadamente, são também apontadas. Interessante é a referência a um álamo e a um pinheiro na quinta do Azambujeiro, termo de Santarém, que parecem constituir nesta quinta o resquício de uma mais vasta ocupação que se torna, neste caso, apenas simbólica da sua importância económica

A salicultura¹⁰⁹⁴, actividade de grande importância, está também presente nas terras do mosteiro, existindo salinas, em Rio Maior.

E, por fim, um forno de cal, junto a uma casa com um olival, no Pombal de Montirás¹⁰⁹⁵, termo de Santarém, pode indiciar uma actividade produtiva ao serviço da construção.

¹⁰⁸⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 20 e Mç. 4, doc. 136 (almuinhas e pomar).

¹⁰⁸⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 441, Mç. 12, doc. 899 e 900 (almuinhas).

¹⁰⁸⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9 doc. 523 e 524 (horta).

¹⁰⁹⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 5, doc. 167 (almuinha).

¹⁰⁹¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 483 e 484.

¹⁰⁹² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 731 e 732.

¹⁰⁹³ Há apenas mais uma referência a um azambujal na quinta da Azóia, onde a produção é muito variada, como aliás já referimos, com as cebolas, figos e linho.

¹⁰⁹⁴ Sobre o sal e a sua produção na Idade Média portuguesa: Constantino Botelho de Lacerda, “Memoria sobre as marinhas de Portugal”, *Memorias economicas da Academia das Sciencias de Lisboa*, tomo IV, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812, pp.165-169; AMZALAK, Moses B., “A salicultura em Portugal. Materiais para a sua história”, separata do *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, nº 4,5,6,10,11 e 12, volume XXII, Lisboa, 1920; Saúl António Gomes, “Notas sobre a produção de Sal-Gema e de Papel em Leiria e em Coimbra durante a Idade Média”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. I (1996), p. 433.

¹⁰⁹⁵ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, doc. 11.

2.1.2. Santa Clara de Entre-Ambos-os-Rios

Em Entre-ambos-os-rios, a propriedade encontra-se concentrada em quatro núcleos¹⁰⁹⁶, um junto ao mosteiro (Entre-os-Rios, Eja e nas aldeias do Barral e Jugueiros), na margem direita do Douro e junto ao Tâmega, outro na margem esquerda do Douro, na região de Castelo de Paiva, em frente ao mosteiro, outro em torno de Cidadelhe, e ainda perto do Rio Balsemão. Todos estes núcleos, agregando e tendo como base uma parte importante da dotação fundacional de D. Châmoa encontram-se junto a importantes cursos de água. A restante propriedade dispersa-se pela região do Porto e Braga até Viana e a sul, em Leiria, não constituindo, nos séculos em estudo, uma área de grande valor económico para o cenóbio.

A geografia deste património aponta claramente para um controlo estreito da produção que é urgente, numa área onde existem outros mosteiros¹⁰⁹⁷, bem mais ricos e poderosos, com claras zonas de influência. Importava pois delimitar um espaço que, pela proximidade e localização, fosse rentável e contribuísse para o sustento efectivo das freiras e dos seus dependentes.

Os núcleos em torno dos quais se organiza a riqueza patrimonial das freiras reflectem, assim, um interesse substancial pela exploração em torno de unidades de produção organizadas, unidades essas localizadas em regiões onde o escoamento e a circulação dos produtos são rápidos e eficazes.

¹⁰⁹⁶ Ver Mapa 12 - As propriedades do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios. Temos de referir que não conseguimos localizar os seguintes micro-topónimos: Azedal, Borci Paraiso, Milgradeira, Montemal e Vale de Cide. Para este trabalho de elaboração dos mapas tivemos como base a seguinte bibliografia: *Taraucae Monumenta Historica. I – Livro das Doações de Tarouca*, leitura, sumário e notas por A. de Almeida Fernandes 3 volumes, Braga, Câmara Municipal de Tarouca, 1993 (especialmente os volumes I/1 (Mapa) e I/3 (Toponymia); Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

¹⁰⁹⁷ Como é o caso de vários mosteiros beneditinos, cistercienses e agostinhos. Cf. Anísio Miguel de Sousa Saraiva, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, ed. Magno, 2003, p. 29 (mapa).

2.1.2.1. As terras de pão

As searas espalham-se pelas agras, leiras e casais, nos lugares do couto do mosteiro¹⁰⁹⁸ (Entre-os-Rios, Barral e Jogueiros) e junto deles, em Crespos e na terra de Paiva. Também na honra de Cidadelhe e, um pouco mais longe, na quinta de Lobrigos e na Aldeia de Remóstias, deixadas ao mosteiro por uma freira de Lisboa¹⁰⁹⁹.

Nestes campos, nas pequenas leiras de terra, alternavam os cereais de sequeiro de Inverno – o trigo e o centeio - e no Verão, o milho. Curioso é o facto de não haver referências à castanha, que deveria substituir, durante parte do inverno, os cereais¹¹⁰⁰, a não ser na quinta de Lobrigos, onde se refere a existência de dois souts¹¹⁰¹.

Quanto ao armazenamento da produção, apenas é apontado um celeiro em Cidadelhe¹¹⁰², mas com certeza que junto ao mosteiro também existiria um, pois os locais de fabrico e transformação dos cereais, moinhos e azenhas, encontram-se não só em Cidadelhe (Lágea¹¹⁰³ e Ribeira de Peição¹¹⁰⁴) mas ainda em Entre-os-Rios (na Várzea Redonda¹¹⁰⁵) e no Rio de Ladrões¹¹⁰⁶. A água é, como sabemos, bem essencial para o funcionamento dos engenhos para o fabrico do pão e, nesta região, não faltavam os rios com os seus afluentes e ribeiras, fertilizando a terra e contribuindo para o funcionamento dos moinhos.

¹⁰⁹⁸ Vidé Mapa do Couto do Mosteiro de Entre-ambos-os-Rios.

¹⁰⁹⁹ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 52, doc. 16.

¹¹⁰⁰ Cf. Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de Relações Geográficas*, 6ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991, p. 112.

¹¹⁰¹ TT, OFM, PP, SCP, Cad. 65.

¹¹⁰² TT, OFM, PP, SCP, Mç. 59, doc. 8.

¹¹⁰³ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 3.

¹¹⁰⁴ TT, OFM, PP, SCP, Cad. 65.

¹¹⁰⁵ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 26; Mç. 59, doc. 21.

¹¹⁰⁶ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 12.

2.1.2.2. As vinhas e os olivais

A localização da propriedade deste cenóbio torna o vinho a produção por excelência. As videiras cobrem as encostas do Douro, junto ao burgo de Entre-os-Rios, em Cidadelhe e ainda na quinta de Lobrigos¹¹⁰⁷ e na de Argufe¹¹⁰⁸, um pouco mais a norte.

Associada às searas e ao linho, pontua toda a paisagem, fazendo parte de casais e quintas, ou constituindo leiras e herdades onde a vinha é o único cultivo. Por vezes aparece ainda ligada a pesqueiras, junto ao Douro, como em Painsais¹¹⁰⁹ ou em Bouça¹¹¹⁰, na quinta de Cidadelhe. A vinha acolhe-se em solos arenosos ou mesmo acidentados¹¹¹¹ e requerendo uma numerosa mão-de-obra para os variados trabalhos que exige, progride rapidamente nesta região. Vários bacelos revelam a extensão progressiva da área atribuída a este produto, revelando um crescente interesse pela produção, a que não é, de certo, alheia a fácil comercialização, através do Douro.

O mosteiro possui mesmo os direitos de portagem dos barcos que passam neste rio, transportando o vinho. Portagem esta de que é muito cioso, como o demonstra a questão, em 1347¹¹¹², que envolve o cenóbio contra Lourenço Peres, cónego da Sé do Porto e abade de São Cristóvão de Nogueira que transporta o precioso líquido da referida igreja para o Porto e não quer pagar portagem. O convento pura e simplesmente arresta-lhe uma barca e os seus aparelhos. Esta questão sobe até à corte de Roma¹¹¹³, mas termina com uma avença¹¹¹⁴ entre o cenóbio e Lourenço Peres, isentando este do referido pagamento, mas após a sua morte repõe-se o direito das donas.

¹¹⁰⁷ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 16.

¹¹⁰⁸ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 6.

¹¹⁰⁹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 19.

¹¹¹⁰ TT, *OFM, PP, SCP*, Cad. 65.

¹¹¹¹ Orlando Ribeiro, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas*, 6ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991 p. 71-74.

¹¹¹² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 10.

¹¹¹³ Cf. *Ibidem*.

¹¹¹⁴ Cf. *Ibidem*.

Quanto a lagares e adegas, embora não sejam referidos, deveriam existir quer nas principais quintas do mosteiro, onde o vinho é produzido, como Argufe, Lobrigos e Cidadelhe, mas também junto ao cenóbio no burgo de Entre-os-Rios.

Na posse do mosteiro existem muito poucos olivais, pois a região não lhe é propícia. Assim, apenas em Reixida¹¹¹⁵ e Jugueiros¹¹¹⁶ são nomeados e em Paiva, na freguesia de Santa Maria de Sardoura, os jugueiros do mosteiro são aconselhados a plantar vinhas e oliveiras, bem como a construir casas e cortes para o gado¹¹¹⁷. Associada ao pão e à vinha, a oliveira deve apenas dar o suficiente para as necessidades, especialmente de culto¹¹¹⁸, do mosteiro.

2.1.2.3. Outras produções

Já os linhares¹¹¹⁹ são mais frequentes, associados às searas e às vinhas, integrando a paisagem em Jugueiros e na terra de Paiva. Nesta região, o linho encontrava um terreno propício para o seu desenvolvimento¹¹²⁰ e, por isso, deveria ser lucrativo. Como matéria-prima essencial para a tecelagem, ele é procurado pelo mosteiro e aparece sempre relacionado com as produções mais importantes. Alguns dos

¹¹¹⁵ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 47.

¹¹¹⁶ TT, OFM, PP, SCP, Cad. 65.

¹¹¹⁷ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 33.

¹¹¹⁸ Muito usado, essencialmente para os altares, veja-se sobre o seu uso e consumo na medievallidade; Robert Durand, *Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage aux XIIIe et XIIIe*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1982, p. 419-420.

¹¹¹⁹ Sobre o papel e a importância do linho: A.A. Telles de Menezes, “Les plantes textiles” *Le Portugal au point de vue agricole*, dirig. por B. C. Cincinnato da Costa e D. Luiz de Castro, Lisboa, 1900, p. 657-696; Henrique da Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII A XV*, 2º edição, organizada por Torquato de Sousa Soares, tomos IX, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952, p. 105-106.

¹¹²⁰ O mesmo acontece nas propriedades do mosteiro de Vairão, situadas entre o Ave e o Leça. Cf. Alcina Manuela de Oliveira Martins, *O Mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: o percurso de uma comunidade feminina*, Porto, Universidade Portucalense, 2001, p. 129.

foros são mesmo pagos em bragais de linho, o que revela uma produção importante e necessária.

Apesar do menor número de dados sobre as propriedades deste cenóbio, sabe-se ainda da existência de pesqueiras e árvores não identificadas, a que se junta uma alusão a gados, de que não se especifica a composição.

2.1.3. Santa Clara de Coimbra

O convento conimbricense, ricamente dotado pela rainha, tem um vasto património que se estende por quase todo o país, desde o Minho até ao Alentejo¹¹²¹, com especial incidência na zona de Coimbra e junto ao Mondego. Os bens espalham-se ainda pelo interior do país, em Viseu e na serra da Estrela, Manteigas, Covilhã, Gouveia, entre outros locais. No norte, no Porto, na Feira e na região do Douro até Guimarães, e ainda em Santarém, Leiria, Porto de Mós, Tomar, Torres Novas, Óbidos e Lisboa.

¹¹²¹ Ver Mapa das propriedades do mosteiro de Coimbra. Temos de referir que não conseguimos localizar os seguintes micro-topónimos: Bravães, Borinhões, Caparra, Carregãos, Vale de Ressacas, no termo de Coimbra; A do Cónego, Aferta, Arozal, Boadelo, Colada e Vilnotes, no termo de Montemor-o-Novo; Alfodra, Alpedride e Vale de Cucos, no termo de Santarém; Bochecha e Cabeçudo, no termo de Leiria; A-de-Pai-Maneira e Rio de Godinha Mendes, no termo de Porto de Mós; Gualdim, Marinhas e Santa Detença, no termo de Torres Novas. Para este trabalho de elaboração dos mapas tivemos como base a seguinte bibliografia: Maria Luísa Azevedo, “A Matriz Moçárabe de Coimbra” in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. IV, 2ª série, 2006, p. 165-200; Luciano Coelho Cristino, “A vila de Leiria em 1385”, in *Jornadas sobre Portugal Medieval. Actas*, Leiria, Câmara Municipal, 1986, 9. 171-220; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2ª edição, 2 volumes, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989; Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval: O Espaço e os Homens*, Cascais, Patrimonia, 1996; Idem, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média. A terra e as gentes*, 2 volumes, Cascais, Patrimonia, 1997; Vergílio Correia, Nogueira Gonçalves, *Inventário artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947; A. C. Borges de Figueiredo, *Coimbra Antiga e Moderna, ed. Facsimilada*, Coimbra, Almedina, 1996; Saúl António Gomes, *Porto de Mós. Colectânea Histórica e Documental séculos XII a XIX*, Porto de Mós, Município de Porto de Mós, 2005; Maria Isabel Castro Pina, *A encosta ocidental da Serra da Estrela: um espaço rural na Idade Média*, Cascais, Patrimonia, 1998; Gérard Pradalié, “Occupation du sol et cultures autour de Coimbra au XIIème siècle”, in *Actas de las I Jornadas de Metodologia aplicada de las Ciencias Históricas*, vol. II, Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, 1975, p. 79-88; Ana Maria Seabar de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995; Ana Paula Pratas Figueira Santos, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, 2 Vols., dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2000; Manuela Santos, Silva, *Estrutura urbanas e administração concelhia – Óbidos Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1997; Mário Viana, *Os Vinhedos Medievais de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998; Idem, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007; Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes Medieval séculos XIV-XV*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1988.

A extensão da propriedade revela bem a importância da mesma e a implantação nacional do mosteiro, ao contrário dos anteriores, de carácter mais regional. Por toda a parte onde o mosteiro tem propriedade, existem infra-estruturas que apoiam a produção, transformação e mesmo comercialização. Estamos perante um domínio organizado para manter uma comunidade numerosa e com múltiplas necessidades e um nível de vida elevado, com padrões que se assemelham aos da nobreza mundana. Sabemos, como já referimos, pela arqueologia, que a alimentação destas senhoras era rica em doces¹¹²² e as necessidades de vinho e azeite eram, como o demonstra a documentação, muito elevadas.

2.1.3.1. As terras de pão

Este cenóbio possui, com certeza, muitas terras de pão que, devido à sua onnipresença, não aparecem, na maioria dos casos, referidas na documentação. Assim, as que são apontadas encontram-se espalhadas por toda a propriedade, desde Coimbra a Santarém, o que confirma o anteriormente apontado. Há searas nas proximidades de Coimbra (Feiteira, Orelhudo, Abitureira), em Miranda do Corvo (Urzelhe), em Abiul, no Vale do Milho (cujo nome indica, claramente, a produção dominante), Bruscos, Penela (Ribeira e Porto Judeu), Lousã (vale de Nogueira). Mas também em Óbidos (Caniço), Leiria (Centas e Ulmar), Santarém (Alfodra e Azinhaga), Torres Novas (Fungalvaz e Curvaceiras), Montemor-o-Velho (Cadafais, a do Fernandinho) ou ainda em Darei (junto ao Rio Dão).

As referências ao cultivo do pão reportam-se, regra geral, à sua integração em casais ou quintas e associado a outros cultivos, como a vinha, o olival ou mesmo o linho e os legumes.

Importantes e espalhados pela propriedade eram os meios de transformação, moinhos, azenhas e fornos, que revelam a intensa actividade de panificação ao serviço das populações e da comunidade monástica que recebia muitos das suas rendas em pão. Aliás, os moinhos são essenciais no seu fabrico, pelo que as várias quintas que o mosteiro recebe no seu património são geralmente detentoras de um ou mais destes

¹¹²² Cf., Célia Cristina Rodrigues Lopes, *As Clarissas de Coimbra dos séculos XIV e XV: Paleobiologia de uma comunidade religiosa de Santa Clara-a-Velha*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001, p. 167.

meios de panificação, como é o caso da quinta da Lousã¹¹²³, da de Chão de Maçãs¹¹²⁴ e a de Darei¹¹²⁵. Outras vezes são emprazadas em conjunto com outros bens e constituem, visivelmente, parcelas de uma anterior exploração de que o cenóbio logra apenas uma parte, como os moinhos de Lobazes¹¹²⁶ ou de Alagoa¹¹²⁷.

Também a obtenção, por compra ou escambo, de moinhos, como aconteceu com os da Ribeira de Penela¹¹²⁸, adquiridos para a comunidade pela rainha Isabel, é considerada de grande utilidade para o mosteiro. No decorrer do século XIV¹¹²⁹, estes são emprazados em conjunto com terras de pão, vinhas e almuinhas e outras propriedades do cenóbio, na sua proximidade. Desta forma, torna-se bem clara a preocupação da sua rendibilidade ao serviço da produção de terras que com certeza o justificariam.

Em Leiria, o cenóbio possui ainda moinhos em Cortes¹¹³⁰, associados a uma herdade (que deve ser de pão) e a uma vinha, e junto da Ponte dos Caniços, sendo esta emprazada com uma vinha que se diz “andar com o moinho”¹¹³¹.

Quanto aos fornos, apenas existem duas referências. Uma delas em Porto de Mós, em que se fala de um pardeeiro onde “costumava estar um forno”, numa tomada de posse pelo mosteiro de bens de um foreiro que foi julgado à revelia¹¹³², o que indica o estado de abandono em que este deve ter deixado a propriedade e, especialmente, o

¹¹²³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 30.

¹¹²⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, 20, 16=22,45

¹¹²⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, 29, 35.

¹¹²⁶ Doados, em 1302, por Mor Dias a Domingas Peres e que a juntar aos moinhos concede ainda três casais, um paço, casas e azenhas in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 18.

¹¹²⁷ Estes moinhos, que se situam a par do Paço do rei no Botão, são emprazados pelo mosteiro, em 1344, e fazem parte da herança que este recebeu dos bens de avoenga da sua freira Sancha Eanes.

¹¹²⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 6; *Santa Cruz de Coimbra*, pasta 43, nº 16.

¹¹²⁹ Como é visível nos contratos de emprazamento realizados em 1371 e 1389. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 47 e Mç. 8, doc. 15, respectivamente. A proximidade das datas dos contratos, que são emprazamentos em três vidas, também pode indiciar a existência de alguns problemas com a exploração destes bens.

¹¹³⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, 21,5=Liv. 9, fl. 477v.

¹¹³¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 5 e liv. 9, fl. 477v.

¹¹³² Tomada de posse em 1343 in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 23 e liv. 9, fl. 380v-381v.

forno que, não sendo utilizado, já se encontrava em ruína. Também em Pena Ventosa (na cidade do Porto), entre os bens que o cenóbio empraza estão dois pardeiros junto a um forno¹¹³³, que deve ser utilizado para cozer pão, para consumo doméstico.

2.1.3.2. As vinhas e os olivais

As vinhas eram muito numerosas na propriedade do mosteiro, espalhadas desde a Terra de Santa Maria a Lisboa, passando, obviamente por Coimbra e toda a região circundante, Leiria, Óbidos, Torres Novas, Porto de Mós e Santarém. Integradas em quintas e casais, encontram-se associadas às searas e aos olivais¹¹³⁴, ou estão isoladas, junto a uma casa, paço¹¹³⁵, azenha¹¹³⁶ ou moinho¹¹³⁷, outras ainda encerradas em conchousos¹¹³⁸.

A documentação refere apenas uma casta de vinha, a mourisca, em Alvisquer (Santarém), que confronta com outras vinhas do mosteiro, possivelmente da mesma casta. Mas os trabalhos necessários para o tratamento das vides e produção do vinho são, como sabemos, muito exigentes e algumas das vinhas morrem, daí o cuidado de replantar¹¹³⁹, como é visível nos inúmeros baceiros¹¹⁴⁰, vinhas novas espalhadas por toda a paisagem agrícola.

¹¹³³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 18.

¹¹³⁴ Na quinta da Goupineira, em Santarém, a vinha e oliveiras constituem a cabeça da propriedade in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 9 e liv. 10, fl. 194-194v.

¹¹³⁵ Caso mais interessante é o de uma vinha “com o seu paço” obtida por escambo pela rainha D. Isabel (do mosteiro de Celas), em 1326, e que se situa junto ao mosteiro de Santa Clara in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 3 e liv. 9, fl. 106v-107v; Mç. 18, doc. 22 e Liv. 9, fl. 138-138v; *doc. reg.*, Mç. 1, doc. 3 e liv. 9, fl. 134v. A doação feita pela rainha ao mosteiro é referida em António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (19).

¹¹³⁶ No Arco, termo de Coimbra, o cenóbio possui azenhas com as suas vinhas e olivais in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 28, doc. 3 e liv. 9, fl. 146-147.

¹¹³⁷ Por exemplo, em Cortes, termo de Leiria in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 18.

¹¹³⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 19 e liv. 9, fl. 372-372v.

¹¹³⁹ No termo de Abiul, o mosteiro possui duas herdades “que foram vinhas” e, em 1348, foram emprazadas, em 4 vidas, com condição do foreiro “fazer nelas” vinhas e olivais in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 35; em Leiria, nas Sentas, o cenóbio afora uma courela de herdade que jaz em pousio, mas

No entanto, a existência de vinhas mortas é também uma constante, sendo nalguns casos substituída por outros cultivos, como o pão¹¹⁴¹ e noutros é mesmo assim aforada, como acontece na quinta da Azóia¹¹⁴² e no termo de Leiria¹¹⁴³, em ambos estes terrenos confrontando com outras vinhas do mosteiro.

Os canaviais¹¹⁴⁴, junto a rios ou ribeiros ajudam com as suas canas a manter as cepas e a protegê-las das destruições várias e os caneiros são importantes meios de condução das águas para onde são mais precisas, nas épocas de rega.

Toda esta actividade vitivinícola tem de ser realizada com adequados meios de produção, como os lagares. Em especial, os últimos abundam na propriedade do mosteiro, regra geral integrados em quintas e casais, encontrando-se nos principais centros de implantação e produção: Penela¹¹⁴⁵, Almalaguês¹¹⁴⁶, A dos Ruivos¹¹⁴⁷, Viseu¹¹⁴⁸, Santarém¹¹⁴⁹, Azóia¹¹⁵⁰, Carvalhal do Pombo¹¹⁵¹ e Leiria¹¹⁵². Regra geral,

“soía ser vinha”, com várias condições, entre elas de voltar a plantar a vinha in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 26 e liv. 9, fl. 407v-408v.

¹¹⁴⁰ Como em Arzila, no termo de Montemor-o-Velho, in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 17 e liv. 9, fl. 189-190v; junto da Portela de Rio de Moinhos in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 35, doc. 2 e liv. 10, fl. 213-213v; em Montemor-o-Velho, uma propriedade pertencente à igreja desta freguesia in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 5 e liv. 9, fl. 192v-193; no Arco, termo de Coimbra, junto de duas casarias in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 28 e liv. 9, fl. 118-118v, e um Bacelo da cheira em Penacova in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 37 e liv. 10, fl. 49v-50.

¹¹⁴¹ Como no termo de Coimbra, em que existe um paço com uma figueira e uma vinha velha in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 24.

¹¹⁴² Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 31, doc. 6.

¹¹⁴³ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 35 e liv. 9, fl. 429v-430.

¹¹⁴⁴ Na Ribeira de Cortes, termo de Leiria in TT, *OFM, PP, SCC*, liv. 9, fl. 464-464v e nas Centas, termo de Leiria, o cenóbio tem uma vinha com suas árvores e canavial in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 20 e liv. 9, fl. 413v-414v.

¹¹⁴⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 10.

¹¹⁴⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 21; Mç. 8, doc. 10; Mç. 19, doc. 49.

¹¹⁴⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 4=liv. 10, fl. 1-3v.

¹¹⁴⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 26, doc. 26=liv. 10, fl. 360v-361.

¹¹⁴⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 10=liv. 9, fl. 15-17.

¹¹⁵⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 31, doc. 1.

¹¹⁵¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 7; Mç. 3, doc. 40=liv. 10, fl. 219-220v.

estão situados fora das urbes e próximos do local do cultivo e recolha da uva, porque é essencial o trabalho dos camponeses que tratam das vides e pagam os impostos, junto ao local da produção. Ao lado destes, as adegas realizam a sua função de armazenamento e manipulação dos vinhos. Estas também se encontram próximas dos lagares, em Penela¹¹⁵³, Alamalaguês¹¹⁵⁴, Caranguejeira¹¹⁵⁵, A dos Ruivos¹¹⁵⁶, Tentúgal¹¹⁵⁷, Urzelhe¹¹⁵⁸, Abrantes¹¹⁵⁹, Azóia¹¹⁶⁰ e Porto de Mós¹¹⁶¹. Nestas, os recipientes são fundamentais para o desempenho da sua função, pelo que a documentação refere, genericamente, a louça da adega e, nalguns casos, especifica as cubas (de vinho branco ou vermelho), canhas, talhas, potes, tinas¹¹⁶².

Com certeza que todo este material era cuidadosamente utilizado e mantido, pois era fundamental para cumprir um objectivo, guardar o produto e prepará-lo para ser vendido no mercado mais próximo, uma vez que o comércio do vinho é um dos mais importantes da época medieval. O precioso néctar, além de ser consumido pelos habitantes do cenóbio e seu dependentes, era com certeza vendido, quer pelos foreiros, quer pela própria comunidade monástica.

¹¹⁵² TT, *OFM, PP, SCC*, liv. 9, fl. 369.

¹¹⁵³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 34; Mç. 8, doc. 15; 19, doc. 47.

¹¹⁵⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 21; Mç. 19, doc. 49.

¹¹⁵⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 15=liv. 9, fl. 367v-368v; Mç. 20, 3=liv. 9, fl. 374v-375.

¹¹⁵⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 4=liv. 10, fl. 1-3v.

¹¹⁵⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 3.

¹¹⁵⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 40.

¹¹⁵⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 35, doc. 2=liv. 10, fl. 213-213v.

¹¹⁶⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 31, doc. 1.

¹¹⁶¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 20=liv. 9, fl. 392-392v.

¹¹⁶² Toda esta louça aparece discriminada na adega de uma exploração em Penela. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 34.

O olival é um dos cultivos mais característicos do convento, apoiado no grande número de olivais que circundam a cidade¹¹⁶³, onde o mosteiro tem várias propriedades, sabendo nós ainda que este produto é uma das principais riquezas da urbe, no século XIV¹¹⁶⁴. O cenóbio detém olivais, na região de Coimbra, em Alcara¹¹⁶⁵, Feiteira¹¹⁶⁶, Torgalha¹¹⁶⁷, Vila Franca¹¹⁶⁸, Caparra¹¹⁶⁹, Farelo¹¹⁷⁰, Santa Eufémia¹¹⁷¹, junto de Santa Maria de Celas de Guimarães¹¹⁷², a par da Fonte da Rainha¹¹⁷³, na Pedreira¹¹⁷⁴, no Arco¹¹⁷⁵, no Vale de Ferro¹¹⁷⁶ e no Vale da Castanheira¹¹⁷⁷.

Apenas em dois casos, a exploração é feita em conjunto com outros bens, na quinta da Feiteira e no Arco da Copeira¹¹⁷⁸ nos restantes, os olivais, isoladamente ou

¹¹⁶³ Gérard Pradalié, “Occupation du sol et cultures autour de Coimbra au XIIème siècle”, in *Actas de las I Jornadas de Metodologia aplicada de las Ciencias Históricas*, vol. II, Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, 1975, p. 84 e 87; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2ª edição, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p.172-181 e.

¹¹⁶⁴ Como refere explicitamente Maria Helena da Cruz Coelho, “Homens e Negócios” in *Ócio e negócio*, Coimbra, Inatel, 1998, p. 140. Já anteriormente afirmado por Henrique da Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII A XV*, 2ª edição, organizada por Torquato de Sousa Soares, tomos IX, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952, p. 101.

¹¹⁶⁵ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 15.

¹¹⁶⁶ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 18, doc. 19, Mç. 19, doc. 23.

¹¹⁶⁷ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 5, doc. 12=liv. 9, fl. 115-115v.

¹¹⁶⁸ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 41.

¹¹⁶⁹ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 7, doc. 17.

¹¹⁷⁰ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 28, doc. 2=liv. 9, fl. 114v-115.

¹¹⁷¹ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 18, doc. 14.

¹¹⁷² TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 9=liv. 9, fl. 151-151v.

¹¹⁷³ TT, OFM, PP, SCC, doc. reg., Mç. 1, doc. 19.

¹¹⁷⁴ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 18, doc. 7=liv. 9, fl. 111-111v.

¹¹⁷⁵ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 3, doc. 25=liv. 9, fl. 143v-145.

¹¹⁷⁶ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 3, doc. 27=liv. 9, fl. 153-153v.

¹¹⁷⁷ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 5, doc. 3.

¹¹⁷⁸ Neste caso em particular, os olivais fazem parte de um conjunto de bens: vinhas, almuinhas, pomar, azenhas e outros não discriminados que são comprados, em 1335, para manterem o hospital da rainha, junto do convento, pelo que se percebe o objectivo comum da exploração. Cf. TT, OFM, PP, SCC, Mç. 3,

agrupados em dois ou três, são empraçados a foreiros que devem possuir meios de transformação e fabrico do azeite que a documentação não refere¹¹⁷⁹.

O mosteiro possui ainda olivais perto de Coimbra, no termo de Abiul, onde um foreiro empraça¹¹⁸⁰, em quatro vidas, duas herdades “que foram vinhas”, com a condição de nelas plantar de novo vinhas e oliveiras. Em Torre de Botão o cenóbio toma posse, em 1351¹¹⁸¹, de vários bens que lhe ficaram de Constança Peres. Entre eles está um olival ligado a um pomar e, em Penacova¹¹⁸², recebe um da herança da freira Alda Vasques.

A juntar a estas parcelas, o cenóbio detém ainda olivais em Leiria¹¹⁸³. Em todos é notória a relação que estabelece com outros cultivos, em especial a vinha, nomeando-se vinhas com o seu olival¹¹⁸⁴ ou conchousos de vinha, olival e herdade (possivelmente de pão)¹¹⁸⁵. E ainda fazendo parte de casais, como em Valverde¹¹⁸⁶ ou em herdade com a vinha e “seu direito” de água e pardeeiros, revelando parte de uma antiga exploração mais vasta e complexa¹¹⁸⁷.

doc. 25 e liv. 9, 143v-145. Interessante é notar que o outro hospital ligado ao mosteiro, em Ceira, fundado por D. Mor Dias, cujos bens são objecto de litígio entre o cenóbio e Martim Canaveses, também possui, para seu sustento, entre vários bens, um olival em Alcara, no termo de Coimbra (cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 15), aduzindo assim a importância do azeite usado não apenas na alimentação, mas ainda no culto e, possivelmente, nos unguentos da farmácia hospitalar.

¹¹⁷⁹ Na documentação, refere-se um olival que se encontra próximo do lagar de Carapico, não se dizendo se este é do mosteiro ou se é de azeite ou vinho, embora tudo indique que seja para o fabrico do azeite e não pertença ao cenóbio. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 14.

¹¹⁸⁰ O empraçamento é feito em 1348 in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 35. Em 1372, é aforada como herdade de vinho e azeite Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 10.

¹¹⁸¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 3.

¹¹⁸² Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 37=10, fl. 49v-50.

¹¹⁸³ Em Olhalvas, Centas, Peras Ruivas, Valverde, Bochecha, Ramadiça e Mestras. Apenas em Bochecha se encontra isoladamente. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 27 e liv. 9, fl. 372v-373v.

¹¹⁸⁴ Como em Peras Ruivas in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 31 e liv. 9, fl. 387v.

¹¹⁸⁵ Ainda em Peras Ruivas in TT *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 18 e liv. 9, fl. 366v-367.

¹¹⁸⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 32 e liv. 9, fl. 371-371v e ainda Mç. 17, doc. 26 e liv. 9, fl. 466-467.

¹¹⁸⁷ Como em Olhalvas in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 7 e liv. 9, fl. 364v-365.

No termo de Leiria, surge associada a um moinho que se encontra próximo da Ponte dos Caniços¹¹⁸⁸. Também junto ao rio, numa zona onde o mosteiro já possuía algumas vinhas, uma courela e um mato são aforados, em 1337¹¹⁸⁹, com a condição do foreiro, no espaço de três anos, aí plantar vinha e olival e fazer um canal (no mato) para irrigação, aproveitando as águas do Lis. Em 1379, o cenóbio já empraça este mesmo terreno, plantado de vinha e oliveiras e “cerrado sobre si mesmo”¹¹⁹⁰. Mas a oliveira surge ainda nas proximidades da mata, nomeadamente das Mestras, situada entre os concelhos de Santa Catarina e Salir do Mato¹¹⁹¹. Nestes tempos, possivelmente, a mata cobriria uma extensão mais vasta do que aquela que se encontra já nos finais do XV e XVI¹¹⁹², época de grandes desbravamentos de terra a corresponder às necessidades de um renovado avanço demográfico.

Na Aldeia de Carvalhal do Pombo, onde o cenóbio detinha a oitava parte de um casal, dela fazem parte várias oliveiras. No termo de Torres Novas, em Gualdim, Ferrarias, detrás do Monte e em Santa Detença, possui, igualmente, diversos olivais que entrega para exploração, uns com os seus chãos¹¹⁹³, outros com vinha¹¹⁹⁴ ou mesmo isoladamente¹¹⁹⁵.

Em Santarém, na Azinhaga, D. Afonso IV compra para o mosteiro, em 1338¹¹⁹⁶, várias propriedades que constituem parte de uma quinta, onde se incluem olivais. Estes são logo empraçados¹¹⁹⁷ e, em 1386, já formam uma unidade de produção¹¹⁹⁸. Em

¹¹⁸⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 5 e liv. 9, fl. 477v.

¹¹⁸⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 44 e liv. 9, fl. 430v-431v.

¹¹⁹⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 12.

¹¹⁹¹ Esta localização foi realizada de acordo com as informações fornecidas por Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 101 e 103.

¹¹⁹² Como afirma e demonstra Iria Gonçalves, *op. cit.*, p. 102-104.

¹¹⁹³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 32 e liv. 10, fl. 247-247v.

¹¹⁹⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 35 e liv. 10, fl. 249-249v.

¹¹⁹⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 28 e liv. 10, fl. 250-250v; Mç. 5, doc. 31 e liv. 10, fl. 248-248v; Mç. 5, doc. 37 e liv. 10, fl. 246-247; ou várias courelas de olival in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 16 A.

¹¹⁹⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 1 e liv. 9, fl. 5-5v.

¹¹⁹⁷ Sucessivamente ainda em 1338 in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 2 e liv. 9, fl. 6-7 e em 1363 in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 10 e liv. 9, fl. 15-17.

Valbom¹¹⁹⁹ e Vinha Morta¹²⁰⁰, os olivais encontram-se associados à vinha, e na Quinta de Goupineira, fazem com estas a cabeça da unidade de exploração¹²⁰¹.

No termo de Lisboa, na quinta da Azóia¹²⁰², o mosteiro possui várias courelas de vinha com seu olival, num sistema de plantação conjunta, habitual neste tipo de explorações.

A produção do azeite¹²⁰³ é feita em lagares que, na maioria dos casos, não se discrimina como são usados¹²⁰⁴. No entanto, eles tinham de existir, como anteriormente já foi referido, quer ligados ao mosteiro e na sua directa dependência, quer nas quintas que este possui disseminadas pela paisagem.

2.1.3.3. Outras produções

Aliadas aos cultivos já analisados, estão presentes as hortas e almuinhas, com os seus legumes e culturas mimosas, quer nas quintas e casais¹²⁰⁵, acompanhando outras produções¹²⁰⁶ ou encaixando-se, no terreno urbano, junto a uma casa¹²⁰⁷, às vezes

¹¹⁹⁸ A Quinta da Azinhaga é referida em TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 18 e liv. 9, fl. 10v-11.

¹¹⁹⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 34, doc. 4; Mç. 24, doc. 6 e liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v.

¹²⁰⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 16 e liv. 10, fl. 188-188v.

¹²⁰¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 9 e liv. 10, fl. 194-194v.

¹²⁰² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 31; Mç. 31, doc. 3 e Mç. 38, doc. 7.

¹²⁰³ Sobre esta: F. P. Langhans, *Apontamentos para a História do Azeite em Portugal*, separata do *Boletim da Junta Nacional do Azeite*, Lisboa, 1949, p. 19-42

¹²⁰⁴ Apenas num caso, na cidade de Coimbra, na Rua da Moeda se refere um lagar de azeite, com as suas casas e pertenças, que confronta com outras casas do mosteiro e que é emprazado em 3 vidas, em 1373 in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 10.

¹²⁰⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 7 (em Urzelhe, termo de Miranda); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 1 e liv. 9, fl. 5-5v (Azinhaga, termo de Santarém); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 26 e liv. 9, fl. 466-467 (Valverde, termo de Leiria); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 23 e 19, 53 (Porto de Judeu, termo de Penela); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 8 e liv. 10, fl. 10v-12 (Termo de Óbidos).

¹²⁰⁶ Às vezes, são apenas mais um elemento de conjuntos de bens, comprados ou doados o mosteiro, como no Arco, termo de Coimbra: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 25 e liv. 9, fl. 143v-145; em Condeixa in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 35, doc. 2 e liv. 10, fl. 213-213v; em Abiul, TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 21, em Tentúgal: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 3. No Calhariz, Termo de Lisboa: TT, *OFM, PP, SCC*, 31, 5, espalhadas pelo termo de Montemor-o-Velho: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 34 e liv. 9, fl. 190v-191v; 7, 38 e liv. 9, fl. 216-216v, entre outros.

cercada pelo pomar e pela vinha. Mas há ainda almuinhas com as suas pertenças, que constituem, por si, um bem suficientemente atractivo: é o que acontece com uma, a par do rio de Godinha Mendes, em Porto de Mós, comprado para o mosteiro, em 1337¹²⁰⁸.

Os pomares¹²⁰⁹ e as árvores de fruto¹²¹⁰ (figueiras¹²¹¹, em especial), são também uma constante nas propriedades do cenóbio, revelando a importância destes produtos para a alimentação campesina. Dentro das árvores de fruto, interessante é notar o que se passa com um cidral de que, em 1375¹²¹², o mosteiro recebe a oitava parte, situado junto à Fonte da Rainha, termo de Coimbra. Nove anos depois, este já se encontra ao abandono e é emprazado a terça parte do referido cidral (o cenóbio possivelmente herdou a restante), com a condição do foreiro arrancar as árvores e, no seu lugar, plantar vinha e pomar¹²¹³. O linho é parcamente referido¹²¹⁴ e sempre associado a outras culturas.

Dos gados restam poucos vestígios na documentação, falando-se especificamente em rebanhos num conjunto de bens, em Montemor-o-Velho¹²¹⁵, doados

¹²⁰⁷ Como em Montemor-o-Velho in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 20. ou na cidade de Viseu in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 33, doc. 26 e liv. 10, fl. 354v-355v.

¹²⁰⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 25 e liv. 9, fl. 376v-378.

¹²⁰⁹ Na Ribeira de Ourém: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 10; TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 29, doc. 26 e Mç. 22, doc. 19 (Julgado de Besteiros); no Arco, termo de Coimbra: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 25 e liv. 9, fl. 143v-145; em Valverde, termo de Leiria: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 32 e liv. 9, fl. 371-371v; em Urzelhe (com três coutrelas de vinha): TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 26, na Azinhaga, termo de Santarém: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 1 e liv. 9, fl. 5-5v., em Vila Flor, termo de Miranda: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 36; em Valverde, termo de Leiria: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 26 e liv. 9, fl. 466-467.

¹²¹⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 4 e liv. 10, fl. 1-3v (A dos Ruivos, termo de Óbidos); 17, 15 e liv. 9, fl. 367v-368v (Caranguejeira, termo de Leiria); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 40 e liv. 10, fl. 219-220v (Carvalhal do Pombo); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 27 (Carvalhais, termo de Penela); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 34, doc. 5 e liv. 10, fl. 181-182v; TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 33 e Mç. 17, doc. 34 e liv. 9, fl. 451-453v (Centas, termo de Leiria); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 26, doc. 26 e liv. 10, fl. 360v-361 (acima de São Paio, na cidade de Viseu); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 38, doc. 13 (Azóia, termo de Lisboa).

¹²¹¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 4 e liv. 10, fl. 1-3v (A dos Ruivos, termo de Óbidos); 24, 2 e liv. 9, fl. 6-7 (Azinhaga, termo de Santarém); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 40 e liv. 10, fl. 219-220v (Carvalhal do Pombo); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 26 e Mç. 19, doc. 44 (Urzelhe, termo de Miranda); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 24 (Orelhudo, termo de Coimbra).

¹²¹² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 18.

¹²¹³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 15.

¹²¹⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 7; Mç. 8, doc. 23 e Mç. 19, doc. 3.

¹²¹⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, liv. 9, fl. 184.

pela rainha D. Isabel ao cenóbio e que são provenientes de uma anterior doação por ela recebida de Martim Domingues e Dona Avisiboa, dama da sua casa. Isto embora os pastos sejam referidos recorrentemente quando se descrevem os bens dos casais ou das quintas. Na quinta dos Carvalhais, termo de Penela¹²¹⁶, o mosteiro possui uma quinta em que são discriminados alguns animais: seis patos, um almalho, vinte e duas ovelhas e um bácoro. Com certeza, a maioria das casas e casais teria uma capoeira bem provida, pois grande parte dos foros é paga em galinhas e capões, bem como em ovos.

Mas também o *saltus*, matas e terrenos maninhos, são uma presença que marca a paisagem. Quanto ao primeiro referem-se soutos em Carvalhais¹²¹⁷, termo de Penela, além da já referida Mata das Mestras¹²¹⁸, onde o mosteiro possui vários pinheiros¹²¹⁹ e castanheiros. Os matos e maninhos na posse do cenóbio raramente são apontados, sendo preocupação deste plantar a terra abandonada.

Toda esta propriedade espalha-se pela paisagem procurando os terrenos mais propícios, uns junto aos rios e nas várzeas e pauis, outros no interior, alcandorados em montes e nas suas encostas. Acima de tudo, o que mais importa perceber é que os mosteiros em estudo, herdeiros de bens que na maioria das vezes não escolhem, procuram, através de uma gestão criteriosa, concitando os homens e os meios necessários, rentabilizar o mais possível a sua propriedade (diversa de caso para caso, como diversas são as regiões de implantação e o património que recebem, ao longo da sua formação e consolidação).

¹²¹⁶ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 22, doc. 27.

¹²¹⁷ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 22, doc. 27 e Mç. 5, doc. 32.

¹²¹⁸ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 29 e liv. 9, fl. 370-370v.

¹²¹⁹ Estes são também referidos na quinta de Chão de Maças, termo de Tomar in TT, OFM, PP, SCC, Mç. 18, doc. 28.

2. 2. A paisagem urbana

A paisagem rural prolonga-se para o interior das aldeias e cidades, onde se anicham vinhas, searas, pomares, hortas e almuinhas, quase todas cerradas em cortinhas e chousos, entre caminhos, alguns ainda marcados por pequenos regos de água.

Quanto à propriedade urbana do convento escalabitano, Santarém é, como se espera, um importante local de implantação, especialmente na freguesia de Marvila¹²²⁰, Salvador¹²²¹, Santo Estêvão¹²²², S. Nicolau¹²²³, na região de formação mais recente de Seserigo¹²²⁴, onde o mosteiro tem várias habitações e ainda na margem esquerda do rio, em Salvaterra¹²²⁵, bem como em Lisboa¹²²⁶, Rio Maior¹²²⁷ e Azambuja¹²²⁸.

O cenóbio, além de casas, possui um forno de cal¹²²⁹ e lagares, necessários à transformação dos bens alimentares, e adegas e covas para o seu armazenamento (como já anteriormente referimos).

De algumas das casas são indicadas as funcionalidades, como as que se situam no Cartaxo e são utilizadas como estalagem¹²³⁰, noutras indica-se a existência junto

¹²²⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 375 (Rua da Ramada); Mç. 8, doc. 499 e 500 (Pedreira); ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, doc. 7 (Pelourinho)

¹²²¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 485 e 486; Mç. 12, doc. 870.

¹²²² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 468 e 469; Mç. 9, doc. 505 e 506.

¹²²³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 529 e 530 (Rua da Praça de S. Nicolau); Mç. 6, doc. 209 e 210 (Rua da Porta de Manços); Mç. 12, doc. 894 e doc. 898 (Quintal das Donas);

¹²²⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 242 (Santa Iria); Mç. 9, doc. 536 e 537 (Ribeira de Seserigo),

¹²²⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 761 e 762, Mç. 13, doc. 962 e 963.

¹²²⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 612 e 613 (Vialonga, onde possui casas e lagar); Mç. 11, doc. 747 (Vale do Arco, termo de Lisboa); Mç. 12, doc. 812 e 813; Mç. 12, doc. 866 (abaixo de São Francisco, onde possui casas e covas).

¹²²⁷ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, doc. 3.

¹²²⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 5, doc. 158; Mç. 8, doc. 466 (Rua Direita e Judiaria); Mç. 11, doc. 712; Mç. 13, doc. 952.

¹²²⁹ Sendo o único indicado, em Montirás, termo de Santarém. Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, doc. 11.

¹²³⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 577 a 596.

delas de terrenos produtivos, com vinhas, olivais ou almuinhas e de locais de recolha de gado, como os currais, ou ainda de transformação – lagares e armazenamento - adegas e covas. Não há qualquer referência a pardeeiros nem a casas destruídas ou a construir.

A casa¹²³¹ é, na urbe, tal como no campo, um elemento fundamental de apoio à produção e junto da qual se concentram algumas actividades económicas e onde, por isso, se geram as necessárias sinergias para a organização e gestão de toda a propriedade. Mas é também o local de habitação da família, onde esta organiza o seu trabalho que pauta o quotidiano.

Quadro 26 - A propriedade urbana do mosteiro de Santarém

Tipo de propriedade	Centro urbano ou aldeia /Freguesia/Rua	Outras características
1 casa e metade de outras	Santarém/ Alcáçova	
Casas	Santarém	Com todas as alfaías, arcas e liteiras
1 casa	Santarém/Marvila/Pedreira	
Casas	Santarém/Santa Iria/Ribeira de Seserigo/Rua do Cambio	
3 casas	Santarém/Rua das Baldearias	
2 casas	Santarém/Santa Iria/Ribeira de Seserigo	
Casas	Santarém/São Salvador	
1 casa	Santarém/Porta de Atamarma	
Casas	Santarém/São Nicolau/Quintal das Donas	
Casas	Santarém/São Nicolau/Rua da Porta de Mancos	
Casas	Santarém/Santo Estêvão/Rua de Santo Estêvão	Com câmara e adega
Casas	Santarém/ Santo Estêvão/Rua Direita que vai para Santo Estêvão	
1 Casa	Santarém/São Niculau/Rua da Praça de São Nicolau	
1 casa	Santarém/Marvila/Rua da Ramada	
Casas	Santarém/Marvila/Pelourinho	
Casas	Salvaterra de Magos	
Casas	Rio Maior	Com câmara e cozinha

¹²³¹ Conforme é descrita e analisada nos vários trabalhos de Manuel Sílvia Alves Conde, entre eles “Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal nos finais da Idade Média”, *Arqueologia Medieval*, nº 5, 1997, p. 243-265; “Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média”, *Media Aetas* 3/4, Ponta Delgada, Patrimónia, 2000/2001, p. 49-86; Luísa Trindade, *A casa corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal, 2002; Maria da Conceição Falcão Ferreira, “Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo”, *Media Aetas* 3/4, Ponta Delgada, Patrimónia, 2000/2001, p. 13-47

Tipo de propriedade	Centro urbano ou aldeia /Freguesia/Rua	Outras características
		com seu alpendre e 1 curral
Casas	Cartaxo	São estalagem
Casas	Azambuja	Uma na Judiaria e outra Rua Direita; mais 1 pardeiro de casa
1/3 de casas	Lisboa/abaixo de São Francisco	
Casas	Lisboa	
Casas	Moura	
Casas	Mogadouro	

O mosteiro de Entre-ambos-os-Rios, localizado no meio de uma paisagem rural, junto dos rios Douro e Tâmega, possui algumas casas no interior do burgo¹²³² ou nas proximidades dele, no Barreal¹²³³, em Jagueiros¹²³⁴, na terra de Paiva¹²³⁵, em dois centros urbanos mais próximos, Porto¹²³⁶ e Braga¹²³⁷ e num outro, um pouco mais afastado, Viana do Castelo¹²³⁸, todas elas deixados por heranças de freiras do cenóbio. Algumas destas casas têm junto um pomar e almuinhas, como acontece na casa da cidade de Braga e no Souto, na urbe portuense. Estes cultivos estão, regra geral, associados à propriedade urbana, constituindo um complemento interessante da economia familiar.

É evidente o pouco interesse que um mosteiro rural, a começar o seu património, coloca neste tipo de bens que, porque se encontram mais afastados da sua área de implantação, são mais difíceis de gerir.

¹²³² TT, OFM, PP, SCP, Mç. 52, doc. 22; Mç. 53, doc. 10; Mç. 59, doc. 21..

¹²³³ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 56.

¹²³⁴ TT, OFM, PP, SCP, Cad. 65.

¹²³⁵ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 59, doc. 25.

¹²³⁶ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 59, doc. 14 (Rua do Souto); Mç. 61, doc. 7 (Campanhã).

¹²³⁷ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 7 (Rua de Maximinos)

¹²³⁸ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 59, doc. 23 (Vilar de Unhão, termo de Viana)

Quadro 27- Propriedade urbana do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios

Tipo de propriedade	Centro urbano ou aldeia /Freguesia/Rua	Outras características
Pardeeiros	Burgo de Entre-os-Rios	
1 casa	Burgo de Entre-os-Rios	Com um chouso
Casas	Burgo de Entre-os-Rios/Portela	
Casas	Barrela	
Casas	Porto/Rua do Souto	
Casas	Porto/Rua Chã	
1 casa	Braga/rua de Maximinos	Com sótão e virgeu
Casas e pardeeiros	Viana do Castelo/Vilar de Ulhão	

O cenóbio conimbricense possui várias casas, nas vilas e cidades onde detém bens e influência. Não são muitas as referidas e, regra geral, são parcas as informações sobre a sua constituição ou função.

Quadro 28 - Propriedade urbana do mosteiro de Coimbra

Tipo de propriedade	Centro urbano ou aldeia /Freguesia/Rua	Outras características
Casas	Coimbra/R. da Ponte	
Casas	Coimbra/R. da Moeda	Sobradadas
Lagares de azeite	Coimbra/R. da Moeda	Com suas casas e pertenças
Casas	Coimbra/R. da Figueira Velha	
Casas	Coimbra/Rua de Francos	
1 casa	Coimbra/R. das Alcáçovas	
Casas	Coimbra/São Pedro	
Casas	Coimbra/Santa Justa	
1 casa	Leiria/riba do Rio	
1 pardeeiro	Leiria/São Martinho	
2 casas	Leiria/São Martinho	
Casas	Leiria/Praça de São Martinho	Uma delas é de estalagem
1 casa	Santarém/R. do Salvador	
1 casa	Santarém/São Salvador	
1 casa	Santarém/a par de São Salvador	
1 casa	Montemor-o-Velho/R. Direita	
1 casa	Montemor-o-Velho/São Martinho	
1 pardeeiro	Montemor-o-Velho/São Martinho	“que foi albergaria”
1 casa	Montemor-o-Velho	Com uma Almoinha
Casas	Porto/R. Chã	Com um eixido
2 pardeeiros	Porto/Pena Ventosa	Junto de 1 forno
1 pardeeiro	Viseu/R. da Ferraria	
Casa	Viseu/R. que vai para a Sé	

Tipo de propriedade	Centro urbano ou aldeia /Freguesia/Rua	Outras características
Lagar	Viseu/acima de São Paio	Com uma vinha e árvores
1 casa	Atouguia da Baleia/R. Grande	
1 casa	Atouguia da Baleia/R. de São Leonardo	Térrea
1 adega	Penela, freg. de Santa Eufêmia	Com suas cubas, tinhas e pertenças
Casas	Torres Novas	Com seus rossios e pardeiros
1 adega	Abrantes	
1 adega	Porto de Mós/S. Pedro	
1 casa com seu lagar e adega	Almalaguês	E vinha
1 casa	Vila de Penacova	
Casas	Condeixa-a-Nova	Que estavam “derribadas”
1 pardeiro	Condeixa-a-Nova	
1 casa e 1 almuinha	Condeixa	
1 pardeiro	Gouveia/sob a Biqueira	Com um pequeno chão
1 casa, 1 adega e 1 cavaliça	Tentúgal	
1 casa e 1 curral e parte de um lagar	Carvalhal do Pombo	Com outros bens
1 adega com sua casa	Carangujeira, termo de Leiria	A adega tem 3 cubas, 1 pote e 1 tinha
1 casa	Quimbres	Derribada

No tecido urbano de Coimbra, as freiras de Santa Clara possuíam várias casas nas ruas mais movimentadas da margem direita do rio, como a rua dos Francos¹²³⁹, onde viviam ricos mercadores, principalmente os de panos¹²⁴⁰, que animavam as ruas com a sua actividade¹²⁴¹. Também noutra importante artéria, já fora da Almedina, a Rua da Moeda¹²⁴², o mosteiro tinha casas sobradadas e lagares apetrechados. Na Rua da Figueira Velha, importante eixo viário que conduzia à estrada que leva ao Porto¹²⁴³, detinha algumas casas, bem como na Rua da Ponte¹²⁴⁴ que conduzia ao mosteiro e na freguesia de Santa Justa¹²⁴⁵. Dentro do perímetro amuralhado, possuía mais algumas

¹²³⁹ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 6, doc. 6.

¹²⁴⁰ Considerados por A. H. de Oliveira Marques os mercadores “por excelência” in *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 5ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 1987, p. 148.

¹²⁴¹ Sobre alguns destes homens das elites coimbrãs e o seu papel nos negócios da cidade: Maria Helena da Cruz Coelho, “Homens e Negócios” in *Ócio e negócio*, Coimbra, Inatel, 1998, p. 137-141.

¹²⁴² TT, OFM, PP, SCC, Mç. 28, doc. 9.

¹²⁴³ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 28, doc. 8=liv. 9, fl. 130-131.

¹²⁴⁴ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 7, doc. 1.

¹²⁴⁵ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 18=liv. 9, fl. 152-152v; Mç. 20, doc. 23.

casas na freguesia de São Pedro¹²⁴⁶ e na Rua das Alcáçovas¹²⁴⁷. Este património, disseminado por toda a Coimbra medieval¹²⁴⁸, e tendo em atenção o que já foi sublinhado acerca das formas de aquisição de grande número destes bens, revela uma forte implantação no terreno, com uma adesão clara de vários extractos da sociedade coimbrã, a indicar o papel importante desempenhado pelo cenóbio, nesta época.

Em Santarém, as habitações do mosteiro estão todas localizadas na freguesia do Salvador¹²⁴⁹, onde também as clarissas de Santarém possuíam lagares e outras propriedades¹²⁵⁰.

Em Leiria, a par de casas e de um pardeeiro, o mosteiro tem ainda casas de estalagem¹²⁵¹, que seriam com certeza importantes para albergar os viajantes e talvez mesmo os que se deslocavam, em nome do cenóbio, para colectar rendas e serviços. Também em Montemor¹²⁵² possuía um pardeeiro que tinha sido albergaria, possivelmente com funções similares.

No Porto, o mosteiro tinha, em Pena Ventosa¹²⁵³, no bairro da Sé, dois pardeeiros junto a um forno e, na Rua Chã, já fora das muralhas do século XIII, casas com um eixido. Também em Viseu possuía uma casa na Rua que vai para a Sé¹²⁵⁴, um lagar em São Paio¹²⁵⁵ e um pardeeiro na Rua da Ferraria¹²⁵⁶. Num e noutro caso, a

¹²⁴⁶ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 8, doc. 14.

¹²⁴⁷ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 3, doc. 32.

¹²⁴⁸ Ao contrário do que constatou Cristina Guardado para a Colegiada de São Bartolomeu, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (das origens ao início do séc. XV)*, vol. 1, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2000, p. 99-100, bem como outros autores para outras colegiadas, como refere a autora nas mesmas páginas.

¹²⁴⁹ Sobre esta freguesia ver: Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, p. 89-93.

¹²⁵⁰ Como já anteriormente mostrámos.

¹²⁵¹ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 7, doc. 40=liv. 9, fl. 391-391v.

¹²⁵² TT, OFM, PP, SCP, Mç. 8, doc. 21=liv. 9, fl. 217-217v.

¹²⁵³ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 25, doc. 17.

¹²⁵⁴ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 29, doc. 37=liv. 10, fl. 369v-370v.

¹²⁵⁵ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 26, doc. 26=liv. 10, fl. 360v-361.

¹²⁵⁶ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 26, doc. 24=liv. 10, fl. 364-364v.

propriedade urbana, sendo escassa, situa-se, no entanto, estrategicamente junto de locais importantes quer a nível religioso quer económico.

Nas restantes vilas e aldeias, como Penela, Caranguejeira, Atouguia, Quimbres, Carvalhal, Condeixa, Almalaguês, Tentúgal, Torres Novas, Abrantes e Porto de Mós, as clarissas tinham interesses e exploravam casas (algumas com as suas almuinhas), adegas, lagares, cavalariças, currais, usufruindo de rendas e serviços, essenciais para a sua manutenção bem como para a dos seus dependentes.

É ainda importante salientar, de acordo com o que anteriormente já analisámos, a presença de lagares e adegas no tecido urbano, pois é no interior da urbe que o azeite e o vinho ganham todo o seu valor, ao serem comercializados, atingindo os melhores preços e dando a alguns a prosperidade que lhes permite uma vida abastada.

Sempre presente, como adiante veremos, está a preocupação, expressa nos contratos de locação, de reabilitar e sempre melhorar as habitações urbanas, na sua maioria mais longe do mosteiro, mas mesmo assim bem mais rentáveis e fáceis de gerir, não exigindo grandes despesas ao proprietário.

3 A organização da propriedade

Todos os bens que vemos entrarem nos mosteiros e serem geridos pelo convento constituem uma paisagem que gera um conjunto de acções tendentes a rentabilizar a propriedade, a primeira das quais é, sem dúvida, a organização. Assim, algumas destas propriedades chegam ao património conventual organizadas, outras são apenas parcelas (leiras e courelas) de um todo que foi compartimentado e que o mosteiro se vê obrigado a reorganizar em função dos seus interesses económicos. A toda esta actividade de gestão corresponde uma modificação mais perene na paisagem, uma vez que os bens que entram nestes conventos dificilmente deles saem. Esta organização constitui, pois, uma mais valia a ter em conta na distribuição de riqueza e aproveitamento dos solos.

Importa analisar estas marcas feitas e deixadas na paisagem, para perceber ainda os interesses económicos e os efeitos de uma política gestionária na economia conventual.

A economia dominial, organizada de acordo com os costumes da época e da região, é a base de toda a produção que proporciona aos cenóbios, através das rendas e impostos, a necessária subsistência. O senhorio de algumas propriedades, com a respectiva jurisdição civil, afirma, na paisagem envolvente, um poder mais forte e mais directo sobre aqueles que no domínio trabalham, constituindo, no entanto, para as freiras, fonte quase permanente de conflitos e ameaças.

3.1. O Senhorio

Dos mosteiros em estudo, apenas um, o de Entre-ambos-os-Rios tem um couto¹²⁵⁷, que se estende pelas aldeias de Jigueiros, Barral e Entre-os-Rios.

Este tem origem num reguengo doado por Afonso II à condessa D. Toda Palazim, avó da fundadora do mosteiro, em 1215¹²⁵⁸. Esta doação não refere directamente a existência de um couto. No entanto, em 1241 D. Teresa Rodrigues, irmã

¹²⁵⁷ Interessa reafirmar a já clássica definição de couto dada por António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 133-134: “terra tornada imune por concessão expressa do rei (*carta de couto*), na qual se indicavam os limites geográficos da terra coutada e o âmbito da imunidade (...); a imunidade da terra aproveitava, quer ao nobre, quer aos que dele tivessem terras (...)”.

¹²⁵⁸ Cf. TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 1 e um traslado em: Mç. 68, doc. 3.

de D. Châmoa, a primeira beneficiária destes bens¹²⁵⁹, dá carta de foro a cem homens para povoarem a Rua de Entre-os-Rios, que começa “do castinheiro da foz do Tâmega até o fim e assim de Jugueiros e em todos os seus termos”¹²⁶⁰. A este território o documento denomina “Rua” e esta nomenclatura irá ser repetida, por várias vezes, ao longo da documentação, tornando-se o centro em volta do qual se desenvolve a povoação de Entre-ambos-os-Rios. O senhorio estende-se ainda a outros dois núcleos vizinhos: as aldeias do Barral e de Jugueiros.

Este couto, ou parte dele, deve ter constituído a reserva do mosteiro, no início da sua implantação. Assim, é referida a granja de Jugueiros, na aldeia do mesmo nome, explorada directamente pelo cenóbio. No entanto, as informações a este respeito não são claras.

O mosteiro “auya huum couto arredor de ssy, chamado e auudo por couto do dito moesteyro per marcos e per diuysões certas”¹²⁶¹, assim o descreve a carta de D. Afonso IV, que confirma as prerrogativas e jurisdições do couto à abadessa¹²⁶². A terra coutada organizou-se à semelhança de outras, detendo a comunidade a jurisdição cível, através de um conjunto de oficiais¹²⁶³. Destes fazem parte, em primeiro lugar, o juiz do couto, eleito pelos moradores entre os vizinhos e confirmado pela abadessa¹²⁶⁴. Este exerce o seu mandato no respeitante às causas cíveis dos habitantes e estes podiam

¹²⁵⁹ Sobre esta genealogia da propriedade, veja-se a III parte do nosso trabalho.

¹²⁶⁰ Cf. TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 28.

¹²⁶¹ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 19 e Mç. 50, doc. 17, publicada em *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium*, vol. I – *Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, Porto, Typis Portugalensibus, 1899-1912, p. 65-66.

¹²⁶² Em resultado do chamamento geral, mandado fazer pelo monarca, para serem confirmados estes privilégios. Destas confirmações de coutos de mosteiros, conhecem-se e estão estudados o de Semide: Rui Cunha Martins, *Património, parentesco e poder. O Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992 e o que respeita ao de Roriz: Maria do Rosário Bastos, “Vivências jurisdicionais do couto de S. Pedro de Roriz. Fragmentos de Memória de uma Microsociedade”, in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, nº3, Junho, 2001, p. 122.

¹²⁶³ Cf. Maria do Rosário Bastos, *op. cit.*, p. 122-124.

¹²⁶⁴ “E que os ditos abadessa e conuento em cada huum ano apregoar faziam os moradores do dito couto a huum logar certo, e os ditos moradores ellegiam antressy huum homem boo, seu uezinho por juiz do dito couto. E que esse que assy ellegiam hia aa dita abadessa que o conffirmaua e daua por juiz e poynhao no dito couto” in TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 19, publicado *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium*, vol. I – *Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, Porto, Typis Portugalensibus, 1899-1912, p. 65.

apelar para a abadessa e, em última instância, para o rei. A coadjuvá-los estavam ainda os chegadores¹²⁶⁵ e porteiros¹²⁶⁶, com funções subalternas no âmbito do exercício da justiça.

As funções de almotacés da carne, do pescado, do vinho e de outros géneros - “E que quando alguuns passauam aalmotaçarya que a dita abadessa leuaua delles a cooymha segundo o costume”¹²⁶⁷ - eram exercidas por dois jurados¹²⁶⁸ que tinham a incumbência de prender os malfeitores, levando-os à presença do juiz do couto, ou às justiças régias se fosse um pleito crime.

O couto de Entre-ambos-os-Rios detinha o direito de portagem¹²⁶⁹ que permitia controlar e taxar as mercadorias que chegavam pelos rios Douro¹²⁷⁰ e Tâmega. Este direito era muito lucrativo dado, o comércio fluvial¹²⁷¹ que se realizava na confluência dos dois rios, mas também originou várias questões com particulares¹²⁷² e até com o próprio rei¹²⁷³, revelando a importância do direito e o rendimento que dele era retirado, por parte da comunidade conventual. No entanto, em 1362, esta portagem (com todos as

¹²⁶⁵ “Frequentemente surge para designar o mordomo ou feitor, ou seja aquele que cobrava, arrendava e, em suma, tratava de tudo quanto dissesse respeito à administração dos bens e rendas de seu senhor. Entre as suas atribuições contavam-se as de convocar credores, arrecadar coimas, proceder a penhoras, etc.” in “Chegador”, *Dicionário de História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, Porto, Liv. Figueirinhas, 1985, vol. II, p. 55. Por causa deste e das suas funções há uma demanda com o rei D. Afonso IV, que acaba por legitimar a existência dos referidos oficiais no couto do mosteiro, “aí metidos pela abadessa”, ligados ao exercício da jurisdição cível in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 22.

¹²⁶⁶ Sobre estes e outros oficiais e a estrutura em que se moviam na administração dos coutos: José Marques, “D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais”, in *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 1536-1549.

¹²⁶⁷ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 19 e Mç. 50, doc. 17. Publicado em *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium*, vol. I – *Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, Porto, 1891, p. 65-66.

¹²⁶⁸ Um colocado/escolhido pelo mosteiro e outro pelos moradores do couto. Cf. *Ibidem*.

¹²⁶⁹ Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vol. 2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p. 487.

¹²⁷⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 26, onde se diz que “era costume há mais de trinta anos que todas as barcas que passassem pelo Rio Douro perante o dito moesteiro para juso com tonéis de vinho e os que em elas andassem dessem ao moesteiro para mantimento das donas, 3 soldos de cada tonel que em cada barca fosse, cada que pelo dito passasse.”

¹²⁷¹ Sobre o comércio fluvial cf. Fernano Castelo-Branco, “o tráfego fluvial e da sua importância na economia portuguesa”, separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 1-3, 1958, p. 9-66.

¹²⁷² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 26 (1346); Mç. 59, doc. 10 (1347); Mç. 59, doc. 21 (1380).

¹²⁷³ Por causa da portagem que a abadessa e convento cobravam de $\frac{3}{4}$ do vinho que cada barca transportasse in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 12 (1280).

suas pertenças e direitos) era emprazada em três vidas, a um particular, pelo foro de 52 maravedis velhos de dinheiros portugueses, dados no dia de Todos os Santos (1 de Novembro) à comunidade¹²⁷⁴, o que indicia a sua rendibilidade.

Algumas das questões mais graves, tiveram mesmo como objecto as jurisdições efectivamente exercidas pelo convento, nas terras do couto. Assim, em 1336¹²⁷⁵, D. Afonso IV, no afã de confirmar e validar os direitos de jurisdição que exercia sobre as suas terras¹²⁷⁶, entra em litígio com a comunidade de Entre-os-Rios, fazendo-se então inquirição para resolver o problema. A decisão dos tribunais régios mostrou que as freiras exerciam correctamente os seus direitos, a justiça cível em todo o couto. Apenas na aldeia de Jugueiros foi considerado pelos oficiais e tribunal do monarca, que o exercício desse direito era abusivo e, por isso, retirado ao convento¹²⁷⁷. A sentença foi confirmada no reinado de D. João I¹²⁷⁸, em 1394, mas não se referindo já a situação da aldeia de Jugueiros, o que nos pode levar a pensar que o monarca terá deixado a sua jurisdição cível, de novo, ao convento.

Podemos, pois, concluir que este couto do mosteiro era com certeza, nos primeiros tempos, de importância vital para o desenvolvimento da comunidade, mas que, possivelmente, com a progressiva formação e enraizamento patrimonial da comunidade, o couto e os seus direitos, amplamente cobiçados, devem ter-se tornado um peso difícil de gerir. Mantendo-se embora os direitos senhoriais sobre o mesmo, as terras do couto passam por várias formas de exploração, como veremos a seguir.

¹²⁷⁴ Além destes, deve o foreiro de entregar, no mesmo dia, mais seis maravedis ao Mosteiro de Paço de Sousa, um maravedi ao Mosteiro de Pendorada e um maravedi à Igreja de Eja in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 38 e doc. 39.

¹²⁷⁵ Ver José Marques, *op. cit.*, p. 1527-1566.

¹²⁷⁶ Sobre esta acção de D. Afonso IV noutros mosteiros femininos veja-se, por exemplo: Rui Cunha Martins, *Património, parentesco e poder: o Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992, p. 126-128

¹²⁷⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 19.

¹²⁷⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 25 e Mç. 51, doc. 59 (cópia em Mç. 50, doc. 15)

3.2. O Domínio

3.2.1. A exploração directa: a reserva

Nos mosteiros que estudamos são escassas as referências a uma exploração directa ou reserva, talvez porque as freiras não tivessem qualquer possibilidade de a trabalhar, nem mandar cultivar, ou porque as soluções produtivas não se organizavam desta forma.

Apenas em Entre-ambos-os-Rios se refere a existência de uma granja, a de Jugueiros¹²⁷⁹. Esta faz parte das terras do couto do cenóbio¹²⁸⁰ e da sua freguesia, como aliás é referido. Possivelmente, seria cultivada directamente pelos foreiros que habitavam no couto e entregavam toda a produção ao mosteiro.

No entanto, em 1384¹²⁸¹ já estava emprazada embora, por sentença régia, volte, nessa data, à posse do mosteiro, uma vez que, segundo ele, o contrato dava prejuízo. Mas esta é uma situação provisória pois, no final do século, estes bens eram, de novo, entregues à exploração de particulares, por meio de contratos de emprazamento¹²⁸², o que está de acordo com o que se passa na maioria dos grandes domínios monásticos, à época.

3.2.2 A exploração indirecta

A apropriação do espaço realiza-se em função dos interesses daqueles que o exploram e reveste diversas formas. Uma delas é a exploração de quintas cujo papel é fundamental na rentabilização do património¹²⁸³.

¹²⁷⁹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 24.

¹²⁸⁰ Sobre o couto deste mosteiro veja-se no capítulo sobre o Senhorio.

¹²⁸¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 24. Esta granja é apenas referenciada mais uma vez na documentação do cenóbio in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 65, cad. 1 A (este documento é um emprazamento que se encontra num caderno que está incompleto, não estando datado).

¹²⁸² Muitas vezes de subemprazamento ou então de emprazamento de rendas, uma forma bastante lucrativa de explorar a terra, investindo nela, mas não trabalhando directamente a mesma.

¹²⁸³ Como também o demonstram, para o mosteiro de Jesus de Aveiro, o trabalho realizado por Hermínia Maria Vasconcelos Alves Vilar e Maria João Violante Branco Marques da Silva, “A quintã de Ouca no património do Mosteiro de Jesus de Aveiro no final do século XV” in *Actas do I Congresso internacional*

Algumas são doadas aos conventos, outras deixadas por herança das professoras mas em todas é visível a preocupação com a conservação do espaço e a administração dos foros, tornando-as unidades de recolha de rendas ou agrupando, na sua dependência, um conjunto de propriedades, de molde a torná-las rentáveis. Desta forma, algumas são unidades de exploração, outras parecem ser centros de cobranças de foros, ou as duas coisas, em simultâneo.

Os autores que se têm debruçado sobre a origem e natureza destas unidades de produção não são consensuais, ora as filiam na desagregação da *villa* romana ora as identificam com a reserva senhorial, pelo menos quanto à origem¹²⁸⁴.

No primeiro caso é considerada semelhante, na sua estrutura, ao casal¹²⁸⁵ sendo apenas um pouco mais extensa, de onde decorre a maior importância e valor que adquire no contexto do património fundiário. Ao ser identificada com a granja (*terra indominicata*), encontra-se geralmente associada a um paço, sede de exploração senhorial que, na maioria das vezes, se converte em centro receptor de rendas.

Pouco se conhece, no entanto, sobre o seu funcionamento, uma vez que, na maioria dos casos, os dados são escassos e os contratos realizados com os lavradores e camponeses que as exploram em nada diferem daqueles que são usados pelos senhores, para outro tipo de propriedades.

Em Santarém, as quintas que pertencem ao mosteiro e que estão documentadas são nove¹²⁸⁶, reduzidas a oito a partir de 1370, pela venda de uma, em Torres Vedras, a

del monacato femenino en España, Portugal y America. 1492-1992, tomo II, León, Pub. Universidad de León, 1993, p. 687-700.

¹²⁸⁴ Quanto a esta questão, veja-se, entre outros: Alberto Sampaio, *As vilas do Norte de Portugal*, vol. I de *Estudos históricos e económicos*, Vega, s.d., p. 73-74 e 153-154; A.H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3ª edição, Lisboa, Cosmos, 1978, p. 108; Robert Durand, *Les campagnes portugaises Entre Douro et Tage, aux XI et XIII siècles*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1982, p. 351-354; Iria Gonçalves, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 177-180; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras a vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 208-210.

¹²⁸⁵ Esta unidade de exploração é referida pelos estudos do património de várias instituições, importa no entanto realçar o trabalho específico sobre a sua estrutura, realizado por Iria Gonçalves, “Da estrutura do casal nos finais da Idade Média” in *História e Crítica*, nº 7, Lisboa, 1981, p. 60-72; Embora sobre uma época anterior, importa ainda nomear o trabalho de André Evangelista Marques, *O casal: uma unidade de organização do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*, Corunha, Editorial Toxosoutos, 2008.

¹²⁸⁶ Ver Mapa 24 - Unidades de Exploração do mosteiro de Santarém.

da Tourinha¹²⁸⁷, que ficara a Aldonça Eanes e Constança Eanes do Casal, dos seus pais. Todas provêm de bens trazidos pelas freiras e que entram no mosteiro por partilhas e heranças recebidas. As quintas situam-se no termo de Santarém - na Azóia¹²⁸⁸, Montejunto¹²⁸⁹, Romeira¹²⁹⁰, Carvalho¹²⁹¹, Moçarria¹²⁹², Azambujeira¹²⁹³ e Vale de Figueira¹²⁹⁴ - e apenas uma, a quinta de Santo Agostinho¹²⁹⁵, se encontra no termo de Óbidos. A da Azóia pertenceu a Dórdia Martins da Silveira, as de Montejunto, Romeira, Carvalho e a de Óbidos, a Maria Esteves Mafarra, a de Vale Figueira a Maria Martins e, por último, a da Moçarria a Sancha Martins; e apenas a da Azambujeira¹²⁹⁶, se desconhece a proveniência.

De todas elas, os dados são escassos, com excepção da de Azóia, da qual possuímos algo do seu historial e da sua constituição. Assim, começamos por saber que um terço da quinta com os seus casais, vinhas e um azambujal ficam, em partilhas, à freira Dórdia Martins, em 1289¹²⁹⁷. Doze anos depois¹²⁹⁸, por troca com outros bens que lhe ficaram, recompõe toda a quinta. No entanto, esta unidade não se mantém durante a exploração, pois encontramos emprazamentos de vários casais, pertencentes à referida quinta, o que pode denunciar uma anterior forma de exploração dos bens que se quer manter, ou dificuldades em emprazar um bem que se encontra disperso na paisagem. Não podemos esquecer que ainda no século XIV, a crise agrícola e as dificuldades que

¹²⁸⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 23, doc. 446.

¹²⁸⁸ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, doc. 5.

¹²⁸⁹ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, doc. 5.

¹²⁹⁰ *Ibidem*.

¹²⁹¹ *Ibidem*.

¹²⁹² ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, doc. 11.

¹²⁹³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 5, doc. 170 e 171.

¹²⁹⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 860.

¹²⁹⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 745 e 746.

¹²⁹⁶ Sobre esta quintas, só sabemos que possuía um álamo e um pinheiro.

¹²⁹⁷ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, doc. 5.

¹²⁹⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 318 e 319 e Mç. 11, doc. 759 e 760.

os campos atravessam não possibilitam os grandes e futuros arrendamentos e subarrendamentos da centúria de quatrocentos, em que grande parte destas propriedades é explorada intensivamente para responder às necessidades do mercado urbano.

Nesta unidade de exploração, fala-se da existência de um paço que não se identifica como sendo da quinta, mas que com certeza servia quem a possuía. No documento refere-se ainda uma D. Maria que é a senhora deste paço e de alguns dos bens referidos como pertencentes à quinta, do que podemos presumir ser a mãe ou avó da freira, de quem ela recebe parte da herança, em partilhas.

Quanto aos casais¹²⁹⁹ são referidos os da quinta da Azóia¹³⁰⁰, em número de três, um em Caparoto¹³⁰¹, Vale de Figueira¹³⁰², ¼ de casal na Barreira¹³⁰³ e outro ¼ de casal na Ribeira de Cabanas¹³⁰⁴, tudo no termo de Santarém, além de um casal em Alpriate¹³⁰⁵ e outro em Vale de Arco, Belas, Carenque¹³⁰⁶, termo de Lisboa.

Estes são sumariamente apontados e apenas se fala do seu aforamento ou emprazamento, sem dar pormenores sobre a exploração. Só de notar que se indica quase sempre e de “forma estereotipada” a composição do casal com as suas “herdades de pão, vinhas e casas”, apontando para uma composição que confirma a estrutura do casal, tal como a conhecemos, concebida como um conjunto de bens, com uma extensão que não é mensurável e que agrega várias leiras e courelas.

¹²⁹⁹ Ver Mapa 24 - Unidades de exploração do mosteiro de Santa Clara de Santarém

¹³⁰⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 11; Mç. 9, doc. 511; ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, doc. 5.

¹³⁰¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 599 e 600.

¹³⁰² ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, doc. 10

¹³⁰³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 349.

¹³⁰⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 507 e 508.

¹³⁰⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 745 e 746.

¹³⁰⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 866.

Em Entre-ambos-os-Rios, o número de quintas, quinze, e de casais, cerca de cinquenta¹³⁰⁷, é muito mais elevado e denota uma organização da propriedade que provém, quer da dotação fundacional, como a quinta de Gontigem, Mezio, Murracezes, Montemuro, Campo Benfeito e Moes¹³⁰⁸, quer de bens doados por freiras com um património deveras importante. Neste caso se inclui a quinta, também denominada honra¹³⁰⁹, de Cidadelhe, que entra no convento como herança de João Soares Coelho, bisavô das monjas Inês Eanes Coelha e sua irmã Maria Eanes Coelha¹³¹⁰. Esta foi recebida, tendo as freiras dado em troca os direitos e senhorio que tinham na Galiza, no condado da Ribeira, na freguesia do mesmo nome que é de Celanova. A quinta de Lobjigos¹³¹¹, que é um legado testamentário de uma freira de Santa Clara de Lisboa, Aldonça Rodrigues Rebotim, e a de Argufe¹³¹², recebida por escambo feito com João Coelho e sua mulher, D. Joana, constituem também importantes doações feitas ao cenóbio, beneficiando o seu património e revelando ligações e interesses familiares que se mantêm.

As restantes quintas de Gozende, Moledo e Vale Peixenino, embora não constem explicitamente da dotação fundacional de D. Châmoa Gomes, devem fazer parte dela, até porque são alvo da mesma contenda¹³¹³ que recai sobre estes bens, mantida (e ganha) pelo mosteiro contra Gonçalo Eanes, cavaleiro de Vinhal, por causa de questões de herança familiar¹³¹⁴.

¹³⁰⁷ Ver Mapa 25 - Unidades de exploração de Entre-ambos-os-Rios.

¹³⁰⁸ Esta foi trocada pelo mosteiro com o que tem no seu couto e padroado da Igreja, por bens em Cidadelhe, em 1309. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 3.

¹³⁰⁹ Como é referido esta honra “foi de” João Rodrigues de Portocarreiro. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 51.

¹³¹⁰ Ver as Microbiografias destas duas irmãs freiras do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

¹³¹¹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 16.

¹³¹² TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 6 e 7.

¹³¹³ Documentada entre 1275 e 1278 e cuja resolução passa pelo tribunal pontifício e pelo do bispo de Ourense. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 4 (1275); Mç. 51, doc. 11; Mç. 59, doc. 2 (1278).

¹³¹⁴ Destas questões já tratei, quando apresentei os bens fundacionais e ainda referirei algumas implicações do mesmo assunto, na terceira parte deste nosso trabalho.

Em todas estas unidades de exploração, refere-se a existência de vários casais que, muitas vezes, são explorados isoladamente. Apenas na quinta de Cidadelhe se intui um paço¹³¹⁵, que não se empraça e que fica para o cenóbio (possivelmente para seu usufruto directo ou como sede de cobrança de foros, habitado por dependentes directos das freiras).

Mas quanto ao funcionamento, composição ou constituição destas quintas, a documentação é omissa.

No que respeita aos casais, muito numerosos, alguns fazem parte das referidas quintas, como as de Cidadelhe, Campo Benfeito, Gozende e Vale Peixeninho, outros espalham-se pela paisagem, em número considerável, encontrando-se alguns próximos do mosteiro, dentro do seu couto, em Jogueiros, Entre-os-Rios e Barral.

A maioria também resulta de partilhas/heranças e doações de freiras e pessoas a ela ligados, ou de escambos realizados pelo mosteiro ou pelas suas monjas.

Em Coimbra as quintas do cenóbio são cerca de trinta e os casais, mais de cento e vinte¹³¹⁶. Tal como nos casos anteriores e à falta de tombos de toda a propriedade, é difícil, especialmente no que respeita aos casais, dar um número exacto.

Quanto às primeiras, a sua origem encontra-se nas compras e doações feitas pela rainha para o mosteiro ou nas doações e heranças de freiras ou pessoas da sua confiança. No primeiro caso estão as quintas de Fungalvas, no termo de Torres Novas¹³¹⁷, a da Lousã¹³¹⁸, de Montemor-o-Velho¹³¹⁹, Bruscos¹³²⁰, Sameiro, em Manteigas e Paul, no termo da Covilhã¹³²¹. Como heranças e doações das freiras, esta comunidade recebe as

¹³¹⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 51.

¹³¹⁶ Ver Mapa 26 - Unidades de exploração de Coimbra

¹³¹⁷ Comprada, pela rainha, em 1320: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 6 e liv. 10, fl. 222 – 222 v.; doada ao mosteiro em 1321, TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 10 e com a tomada de posse, em 1322, por Pedro Domingues, clérigo e procurador do cenóbio in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 27.

¹³¹⁸ Comprada pela rainha, em 1318, por 1 000 libras in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 45.

¹³¹⁹ Doação feita pela rainha, em 1321, de uma quinta nesta localidade que lhe tinha sido doada por Martim Domingues e sua mulher, Dona Avisiboa in TT, *OFM, PP, SCC*, liv. 9, fl. 184.

¹³²⁰ Doad a rainha em 1318, por Mafalda Gonçalves, viúva de Martim de Barro, escudeiro de Bruscos e por esta deixada ao mosteiro in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 43.

¹³²¹ Doação feita, em 1318, por Mafalda Gonçalves, viúva de Martim do Barro, escudeiro de Bruscos à Rainha com reserva de usufruto in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 43

quintas da Mota, no julgado da Feira¹³²², Vitorino dos Piães¹³²³, Goupineira, no termo de Santarém¹³²⁴, Boa Jóia, no termo de Montemor-o-Velho¹³²⁵, a do Telhado, em Besteiros¹³²⁶ e a de Vinhal¹³²⁷.

Importa ainda não esquecer as quintas que entram no património conventual por meio de doações feitas por pessoas do círculo próximo da Rainha e benfeitores do mosteiro, como é o caso das quintas de Antanol e a da Torre de Cadafais, em Montemor-o-Velho, que Gonçalo Peres Ribeiro e sua mulher, Dona Constança, testam ao cenóbio¹³²⁸, onde procuram a sua sepultura ou a de Darei, pertencente a Antoninho Fernandes¹³²⁹.

Todos estes bens são sumariamente descritos, havendo, no entanto, por vezes, a alusão a um paço ou a instrumentos de produção, como lagares ou moinhos, o que pode indicar um anterior centro de exploração autonomamente organizado, sem que se presuma que seja necessariamente uma quinta. Assim, em 1320¹³³⁰, a rainha D. Isabel compra, para o mosteiro, a quinta de Fungalvas, mais um meio casal da Bezelga, o casal das Curvaceiras, os paços que foram da Rainha D. Beatriz e ainda parte dos paços novos

¹³²² Esta quinta ficara para a freira Maria Gonçalves, por morte dos pais, em 1384 e, doze anos depois, em 1396, é vendida pelo mosteiro a Vasco Martins Travanca, pela quantia de 16 000 libras in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 21; Mç. 22, doc. 52 e Mç. 25, doc. 29.

¹³²³ Pertencente a Teresa Afonso de Melo.

¹³²⁴ Bem obtido por escambo que o mosteiro fez, em 1358, entregando a Martim de Melo a quinta de Melo, termo de Gouveia, pertencente a Teresa Afonso de Melo in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 8; Mç. 24, doc. 9 e liv. 10, fl. 194-194v.

¹³²⁵ Ficou ao mosteiro por herança de Clara Esteves, freira do cenóbio e filha dos “donos da Quinta” Estêvão Domingues da Escada e Florença Fagundes in TT, *OFM, PP, SCC*, Liv. 9, fl. 184 v-187.

¹³²⁶ Em 1332, foi dada posse ao procurador do cenóbio desta quinta que foi de Vasco Peres, filho de Pedro Eanes, mercador de Coimbra e de Maria Eanes que ficara a Alda Vasques, freira, filha de Vasco Peres in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 29, doc. 26 e Mç. 22, doc. 19.

¹³²⁷ Em 1322, foi dada posse ao mosteiro deste bem que pertencia a Mafalda Gonçalves, freira da comunidade conimbricense in TT, *OFM, PP, SCC*, liv. 9, fl. 297 v.

¹³²⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 15 e liv. 10, fl. 255-256; Mç. 19, doc. 38; Mç. 22, doc. 37; Mç. 18, doc. 31 e Liv. 10, fl. 258-260; Mç. 19, doc. 38; Mç. 22, doc. 37; Mç. 19, doc. 32 e liv. 10, fl. 257-257v.

¹³²⁹ Sobre esta personagem veja-se o nosso capítulo III e sobre esta quinta: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 29, doc. 34.

¹³³⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 6=liv. 10, fl. 222-222v.

e cavaliariças, tudo no termo de Torres Novas¹³³¹. Possivelmente, o que a rainha adquire faz parte de um “conjunto” maior de bens que estaria organizado de forma bem mais complexa, uma vez que parecem ter pertencido à Rainha D. Beatriz.

Em Leiria, refere-se, por várias vezes, a existência de um caseiro do mosteiro que parece assumir a recolha de rendas e a contratação de bens, uma espécie de feitor e que deveria ter funções de coordenar toda a produção desta área, estando instalado nas casas que o mosteiro aí possuía. Conhece-se um homem, Vicente Eanes (de Santa Clara), que entre 1338 e 1374¹³³², teria esse encargo. No entanto, não se vislumbra a existência de uma quinta ou das suas estruturas para a organização da exploração, o que indica tratar-se de um caseiro que, a partir das moradas que o mosteiro detinha, em Leiria (não se diz onde), realiza esta gestão.

Há casos em que as quintas já chegam ao património conventual desfeitas e apenas se nota, pelos equipamentos referidos, a anterior existência desta unidade de exploração, como em Lobazes, onde se revela a existência de três casais, 1 paço, casas, azenha e moinho¹³³³, ou quando o mosteiro afora e manda povoar um casal em Campo de Besteiros, dizendo-se explicitamente que o vinho desse casal deve ser feito no lagar de Lobazes. Tudo indica pois um antigo centro de exploração, à época já parcialmente desactivado, mantendo, no entanto, algumas das suas funcionalidades, no que à produção respeita. Ou ainda o casal de Orelhudo, que inclui uma leira de herdade de pão sob o paço, um cortinhal detrás do paço e a casa e pardeeiros que estão a par do paço, um cortinhal que está à frente do paço com uma figueira e uma vinha velha e a vinha dos Salgueiros, revelando a existência de uma unidade de exploração, centrada no referido paço¹³³⁴.

¹³³¹ Cf. TT, OFM, PP, SCC, Mç. 2, doc. 27; Mç. 25, doc. 6 e liv. 10, fl 222–222 v; Mç. 8, doc. 17 e liv. 10, fl.239-239v.

¹³³² Cf. TT, OFM, PP, SCC, Mç. 3, doc. 33; Mç. 17, doc. 15 (1337); Mç. 3, doc. 39 (1338); Mç. 32, doc. 7 (1355); Mç. 21, doc. 3 (1365); Mç. 21, doc. 11 (1374), entre outras referências.

¹³³³ Numa doação feita por Mor Dias a Domingas Peres, em 1302, e que depois da sua morte deve ficar ao mosteiro in TT, OFM, PP, SCC, Mç. 1, doc. 18.

¹³³⁴ Cf. TT, OFM, PP, SCC, Mç. 20, doc. 24. No caso de Abiul, refere-se mesmo o emprazamento de vários casais e do Paço de Abiul, “com suas casas, hortas e herdades que lhe pertencem” in TT, OFM, PP, SCC, Mç. 5, doc. 28.

Quintas e casais incluem nos seus bens as terras de pão¹³³⁵, as vinhas¹³³⁶ e olivais¹³³⁷, os pomares¹³³⁸ e os soutos¹³³⁹, o gado¹³⁴⁰, além dos instrumentos de armazenamento e transformação dos produtos, como lagares¹³⁴¹, adegas¹³⁴², moinhos¹³⁴³ e as casas e casarias¹³⁴⁴. Nalgumas quintas, como a de Goupineira, em Santarém, são a vinha e oliveiras a “cabeça da propriedade”¹³⁴⁵, como é referido, indicando a importância destes bens para a manutenção e rentabilização da propriedade.

3.3. Os padroados de igrejas

Outro tipo de propriedade que é muito importante para o património conventual é o padroado das igrejas¹³⁴⁶. Este assenta num conjunto de direitos e obrigações que

¹³³⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 8 e liv. 10, fl. 10v-12; Mç. 20, doc. 24; Mç. 26, doc. 27 e liv. 10, fl. 350-351v.

¹³³⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 40 e liv. 10, fl. 219-220v; Mç. 22, doc. 27; Mç. 36, doc. 8 e liv. 10, fl. 10v-12; Mç. 5, doc. 30; Mç. 18, doc. 28; liv. 9, fl. 184v-187; Mç. 20, doc. 24; Mç. 26, doc. 27 e liv. 10, fl. 350-351v.

¹³³⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 26 e liv. 9, fl. 466-467.

¹³³⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 26 e liv. 9, fl. 466-467.

¹³³⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 27.

¹³⁴⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 27; Mç. 17, doc. 26 e liv. 9, fl. 466-467.

¹³⁴¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 40 e liv. 10, fl. 219-220v; Mç. 31, doc. 1; liv. 9, fl. 184v-187.

¹³⁴² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 31, doc. 1.

¹³⁴³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 30; Mç. 18, doc. 28; Mç. 26, doc. 27 e liv. 10, fl. 350-351v.

¹³⁴⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 26 e liv. 9, fl. 466-467; Mç. 31, doc. 1; Mç. 36, doc. 8 e liv. 10, fl. 10v-12; Mç. 5, doc. 30; Mç. 18, doc. 28.

¹³⁴⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 9 e liv. 10, fl. 194-194v.

¹³⁴⁶ O padroado tem uma longa história que radica nas chamadas “igrejas próprias” detidas por particulares, que sobre elas exerciam direitos, como senhores, da mesma natureza dos que tinham sobre qualquer outra parcela do seu património, não estando pois submetidas ao braço da Igreja (Henrique da Gama Barros, *op cit.*, tomo II, 1945, p. 257-259; *Idem*, tomo III, 1946, p. 337-341; *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, ed. por Cândido Augusto Dias dos Santos, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1973, p. 93-101). Frequentes eram, pois, as discórdias entre os padroeiros e os eclesiásticos, fruto da fragmentação desta propriedade e dos abusos dos inúmeros proprietários a que, por vezes, eram submetidas as igrejas, uma vez que mudavam de mão, obedecendo às partilhas feitas pelas famílias ou às doações e acordos estabelecidos com outros senhores que gozavam dos mesmos direitos. Para fazer face aos abusos cometidos (no século XV são introduzidas modificações mais substanciais, consignadas nas Ordenações Afonsinas in *Ordenações Afonsinas*, II, liv. 16 e 17), os vários monarcas portugueses vão legislando no sentido de moralizar o sistema. No entanto, a passagem deste regime para o de padroado foi realizada, segundo alguns autores, no contexto da Reforma

eram atribuídos ao fundador e patrono de uma igreja ou capela¹³⁴⁷. Entre os direitos do patrono o mais importante era o da apresentação (*ius praesentandi*), pelo qual este podia escolher para o cargo um sacerdote oficiante que deveria ser apresentado ao Ordinário para confirmação. Mas este implicava também deveres como o a sustentação daquele que colava e o de impedir a delapidação do património da igreja, incluindo a sua reparação e reedificação, se necessário. Possuía ainda o padroeiro um conjunto de direitos de que faziam parte a aposentadoria e “comedoria”¹³⁴⁸, bem como a ajuda financeira no caso do casamento de uma filha ou da investidura como cavaleiro de um filho e ainda o pagamento de um resgate do cativo.

Neste contexto, várias são os modos de aquisição deste direito, além da fundação e a doação (de um particular ou do rei) havia ainda a concessão da Santa Sé.

Nos mosteiros em estudo, apenas encontramos, esta forma de propriedade em Coimbra e Vila do Conde. Nestes dois casos, os padroados foram obtidos pelos mosteiros por doações de particulares, num caso mesmo dos fundadores e noutros por elementos das elites locais mas também pelo monarca.

Quadro 29 - Padroados do mosteiro de Coimbra

Igreja	Doador(es)	Data em que o mosteiro recebeu o padroado
Pelmá	Mor Dias	1283
Ceira	Mor Dias	1283
Zambujal	Margarida Alvernaz, mulher de Nuno Fernandes Cogominho, cavaleiro	[1277-1283]; 1283; 1327
Santa Maria de Podentes	Martim Martins, cavaleiro de Podentes; Estêvão Coelho, cavaleiro	1319; 1380
São Pedro de Gouveia	Rei D. Dinis	1320

Gregoriana, e consignou os direitos acima referidos dos padroeiros sobre as igrejas, o *ius patronatus*, passando de direito real a pessoal e perpétuo. O que se transaccionava, já não era o templo, mas os direitos que o patrono tinha sobre ele (*O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, ed. por Cândido Augusto Dias dos Santos, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1973, p.102-107).

¹³⁴⁷ Podendo ser classificado segundo o sujeito, em real ou pessoal; de acordo com o titular, em eclesiástico, laical ou misto; e ainda de acordo com a sucessão, em hereditário, familiar, gentílico ou misto. Cf. Niccolò del Re, “Patronato o Giuspatronato” in *Dizionario ecclesiastico*, dir. Angelo Mercati, Augusto Pelzer, vol. III, Turim, Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1958, p. 113-114.

¹³⁴⁸ Cf. Henrique da Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII A XV*, 2ª edição, organizada por Torquato de Sousa Soares, tomo II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945, p. 257.

Igreja	Doador(es)	Data em que o mosteiro recebeu o padroado
São Vicente de Sangalhos	Rei D. Afonso IV	1338
São Martinho de Montemor-o-Velho com a ermida sufragânea de Santa Maria da Barra	Rei D. Afonso IV	1355
Santa Maria de Penacova	Rei D. Fernando	1374

Analisemos, pois, a forma como este direito se concretiza, no mosteiro de Coimbra. No que respeita à igreja de Podentes, ¼ do seu padroado foi doado ao cenóbio por Martim Martins, cavaleiro de Podentes. Nesse ano, 1319, o benefício tinha vagado¹³⁴⁹ porque Estêvão Afonso não cumpria as suas obrigações, não residia na paróquia, delapidando os seus bens e não entregando o que devia à Igreja de Coimbra. Por essa razão, D. Aimeric, bispo conimbricense, ordena a apresentação, pelos padroeiros, de alguém que seja sacerdote. Em 1356¹³⁵⁰, já o convento das clarissas interfere na nova escolha de sacerdote, mais uma vez litigiosa, por possuir ¼ do padroado da mesma igreja. Interessante é notar que o litígio é dirimido na cúria do bispo e elenca-se assim as obrigações do novo reitor/prior eleito, Lourenço Eanes¹³⁵¹: prestar “corporalmente” juramento ao bispo de Coimbra e a seus sucessores; ir aos sínodos e observar as constituições sinodais; residir, pessoalmente, na igreja; administrar fielmente os bens da mesma, não os alienando nem emprazando sem licença do bispo ou da Igreja de Coimbra e entregar as dízimas e outros direitos à referida Sé¹³⁵².

Quanto às igrejas de Pelmá, Ceira e Zambujal, recebidas por doações, já anteriormente explicitadas, inserem-se num contexto de igrejas particulares transmissíveis, como outros bens, por senhores, neste caso por Mor Dias. Devido à situação conturbada por que passou este património após a extinção do mosteiro das clarissas, só mais tarde foram recuperadas pelo mesmo.

¹³⁴⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 11.

¹³⁵⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 33.

¹³⁵¹ Este morre, em 1369, e os padroeiros, entre eles o convento de Santa Clara de Coimbra, elegem um novo reitor, Gonçalo Afonso, confirmado nesta data por D. Vasco, bispo de Coimbra. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 37.

¹³⁵² Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 33.

Relativamente a Ceira, não temos a confirmação da sua entrada na posse do mosteiro, embora em 1322 uma sentença de D. Dinis assim o tenha ordenado¹³⁵³. No caso do Zambujal, o mosteiro recupera-o em 1327, por meio de uma doação¹³⁵⁴ que lhe é feita por Margarida Alvernaz, segunda mulher de Nuno Fernandes Cogominho, sobrinho de D. Mor Dias, o que pode levar a supor que, após a extinção do cenóbio, este bem tenha sido entregue ou comprado pela família da fundadora¹³⁵⁵. No entanto, acabou por ser dado a Santa Ana da Ponte¹³⁵⁶, num escambo realizado entre os dois cenóbios, em 1330¹³⁵⁷. Apenas a de Pelmá entrará no património do mosteiro em 1344¹³⁵⁸, nele permanecendo ao longo do período em estudo.

Caso particularmente interessante é o do padroado da igreja de Penacova, que é doado às clarissas por D. Fernando em 1374¹³⁵⁹ e confirmado por D. João I em 1389¹³⁶⁰. O primeiro, preocupado com os termos da doação, deixa clara a necessidade de obter do bispo de Coimbra a anexação da igreja ao mosteiro, pedindo ao cabido da Sé para consentir na dita incorporação e explicita ainda que os seus bens não podiam ser “filhados nem reservados para a câmara do papa, nem seus colégios”¹³⁶¹, numa clara alusão às intromissões do poder pontifício nos rendimentos das igrejas do reino. Assim,

¹³⁵³ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 15.

¹³⁵⁴ É uma doação (irrevogável) feita à rainha D. Isabel por um particular, na presença do vigário geral do bispo D. Raimundo que, para isto, deu o seu consentimento e autoridade, Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 9 e liv. 9, fl. 137-137v.

¹³⁵⁵ Sabe-se ainda que, no seu testamento, D. Boa Peres, mãe de Mor Dias, terá deixado a esta igreja 10 libras “pro ad libros” e mais outras 10 que o seu marido, Vicente Dias, lhe mandara. Cf. TT, *Sé de Coimbra, 1ª inc.*, Mç. 16, doc. 12 e 13, o que revela a proximidade do casal em relação a esta igreja, embora não se refira que dela tem o padroado. O mesmo se passa com a igreja de Pelmá, que recebe da mesma senhora, no seu testamento, as mesmas 20 libras, com o mesmo objectivo e mandatários.

¹³⁵⁶ Onde, pelo menos, nos finais do século XIII, era priora a outra irmã de D. Mor Dias, D. Teresa Dias.

¹³⁵⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 22 e Liv. 9, fl. 138-138v.

¹³⁵⁸ Cf. tomada de posse, após a referida sentença de D. Dinis, depois de uma avença realizada entre o mosteiro e os herdeiros de Martim Canaveses, então “proprietários” do hospital de Ceira. Estes vêm-se obrigados a abandonar o referido hospital em favor do cenóbio. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 21.

¹³⁵⁹ Cf. TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 152-152v e pública forma em TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 1.

¹³⁶⁰ Cf. TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, fl. 17v e *Leitura Nova*, Liv. 11 da *Estremadura*, fl. 180v e pública forma de 1408, in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 18

¹³⁶¹ Cf. TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 152-152v.

em 1396, e a pedido do rei D. João I, o papa Bonifácio IX confirma esta anexação¹³⁶² e consente que o convento tome posse do padroado à morte do reitor dela. Assim, após o falecimento de João Esteves, o último reitor, as clarissas nomeiam Vicente Eanes, porcionário da Colegiada de Santa Justa de Coimbra, para ser apresentado à Sé coimbrã, com vista à instituição canónica.

Esta situação vai, no entanto, originar um conflito que, em 1400¹³⁶³, o prior de Santa Cruz, como executor apostólico, dirime entre o mosteiro e Antão Martins, que se encontra, então, na posse da referida igreja¹³⁶⁴. Quando se dá a tomada de posse pelo mosteiro¹³⁶⁵, o recinto encontra-se fechado e ocupado por vários elementos defensores do prior, que invocavam o facto da situação não estar completamente resolvida em tribunal (Roma), onde ainda corria uma apelação do prior¹³⁶⁶. A questão acaba por ser resolvida a favor de Antão Martins.

A igreja de Sangalhos é doada pelo rei D. Afonso IV, em 1338¹³⁶⁷, como fazendo parte da referida terra que o monarca entrega ao mosteiro. A doação é confirmada pelo bispo e cabido da Sé de Coimbra, em 1340¹³⁶⁸, sendo sucessivamente apresentados os vigários em 1370¹³⁶⁹, 1374¹³⁷⁰ e 1383¹³⁷¹.

Quanto aos outros dois padroados, São Pedro de Gouveia e São Martinho de Montemor-o-Novo, a documentação revela-se mais generosa, pois indica-nos a data de

¹³⁶² Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 7; Mç. 1, doc. 8; Mç. 1, doc. 9; Mç. 1, doc. 10 e Mç. 18, doc. 38.

¹³⁶³ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 28, doc. 15 e liv. 10, fl. 28v-30.

¹³⁶⁴ Toda esta situação, bem como o percurso de Antão Martins, são descritos por António Domingues de Sousa Costa, *MPV*, Vol. III-I, Porto, Editorial Franciscana, 1982, p. 795-844.

¹³⁶⁵ Dois dias depois da sentença in TT, *OFM, PP, SCC*, liv. 10, fl. 30v-31v.

¹³⁶⁶ Em 1401, é confirmado pelo papado o poder da abadessa sobre a igreja que se encontra anexada ao mosteiro. Cf. TT, *OFM, PP, SCC, doc. pontifícios*, Mç. 1, doc. 11 e doc. 12.

¹³⁶⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, liv. 10, fl. 75-77.

¹³⁶⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 23.

¹³⁶⁹ Apresentação de João Miguéis, raçoeiro da Igreja de Santa Justa de Coimbra como vigário, pelo cenóbio ao bispo de Coimbra D. Vasco, por morte de Rui Lourenço in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 42 e liv. 10, 96-96v.

¹³⁷⁰ Apresentação de Fernando Esteves in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 11.

¹³⁷¹ Apresentação de Gonçalo Eanes in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 21.

doação pelo monarca¹³⁷², a respectiva aceitação pelo bispo de Coimbra¹³⁷³ e a confirmação e anexação da igreja pelo papado¹³⁷⁴, bem como algumas das nomeações dos respectivos vigários¹³⁷⁵. Em alguns casos, surgem litígios motivados por alienações de bens destas igrejas, por parte de leigos ou clérigos¹³⁷⁶, ou pelo pagamento de dízimas e outros direitos, como a terça pontifical¹³⁷⁷, de que o mosteiro se acha isento¹³⁷⁸. Tudo isto revela a importância e o valor de alguns destes bens, que são geridos de forma criteriosa pelo mosteiro. Assim, em 1361¹³⁷⁹ e mais tarde, em 1376¹³⁸⁰, o cenóbio empra numa vida os bens e oblatas dos fiéis da igreja de São Pedro de Gouveia ao

¹³⁷² No caso de Gouveia, a doação é feita pelo monarca D. Dinis em 1320 (referida em: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 22 e liv. 9, fl. 277-278); no que respeita a Montemor-o-Velho a doação é realizada pelo rei D. Afonso IV, em 1355 e confirmada por D. Pedro em 1357 (TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, 1, 15) e de novo confirmada em 1362 (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 10), com a súplica do monarca ao papado para que este faça a anexação da referida igreja ao mosteiro (Cf. *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1984, p. 439-440).

¹³⁷³ Em Gouveia, o bispo dá a sua autoridade ordinária para esta anexação, mas reserva para si a terça pontifical e outros seus direitos (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 25). No caso de Montemor-o-Velho há ainda a mediação do bispo de Coimbra que pede ao papa esta anexação (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 12) que se realiza na mesma data.

¹³⁷⁴ No que respeita à igreja de Gouveia esta é confirmada e anexada pelo papa João XXII ainda em 1320 (TT, *OFM, PP, SCC, doc. pontifícios*, Mç. 1, doc. 1 e com uma pública forma de 1360 in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 29). No caso de Montemor-o-Velho a anexação é confirmada pelo papa Bonifácio, em 1367, a pedido do bispo de Coimbra (TT, *OFM, PP, SCC, doc. pontifícios*, Mç. 1, doc. 6).

¹³⁷⁵ Em alguns casos litigiosas, como acontece em São Martinho de Montemor-o-Velho, após a morte de Mestre Martinho do Rosmaninhal, em 1362, a igreja encontra-se vaga. O candidato proposto pela abadessa e convento das clarissas é Rui Lourenço, na altura vigário da igreja de Sangalhos, que também era do padroado do convento (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 14). O vigário do bispo de Coimbra recusa a nomeação e o mosteiro apela para o arcebispo de Braga (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 15).

¹³⁷⁶ No caso de Gouveia, os seus priores queixam-se junto do bispo e do papa que alguns leigos e clérigos alienam os bens da Igreja (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 40 (1393) e Mç. 18, doc. 39 (1398)), concedendo-lhe este último poder para demandarem os respectivos bens.

¹³⁷⁷ Sobre a terça pontifical e a sua origem e papel na sustentação do clero e das paróquias vidé: Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vol. 2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p. 603-605; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2ª edição organizada por Damião Peres, volume I, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, p. 116; Avelino de Jesus da Costa, “Terça episcopal ou Pontifical” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Livraria Figueirinhas, Porto, [Ed. 1992], p. 155-156.

¹³⁷⁸ O que acontece em relação aos bens da igreja de Montemor-o-Velho o que levará a uma contenda que se arrasta, sem fim à vista (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 48; Mç. 28, doc. 10; Mç. 19, doc. 51 e Mç. 28, doc. 11).

¹³⁷⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 5 e liv. 9, fl. 279-279v.

¹³⁸⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 22 e liv. 9, fl. 278-279.

respectivo vigário, com a condição de velar pela manutenção e melhoramentos dos seus bens, numa tentativa de gestão rentável das propriedades da comunidade por meio da sua entrega ao sacerdote para ela designada, em troca de uma renda ao mosteiro. Já em relação aos bens de São Martinho de Montemor-o-Velho, o cenóbio age de forma diferente, emprazando a leigos, em três e quatro vidas, alguns dos bens da igreja¹³⁸¹. No caso da igreja de Santa Maria da Barra, que é sufragânea de S. Martinho, realiza um emprazamento numa vida (1371¹³⁸²) e um arrendamento por um ano (1388¹³⁸³) de todos os direitos, frutos e rendas da referida “ermida”, a membros do clero.

As preocupações em rentabilizar os bens destas igrejas revelam as dificuldades que as freiras teriam em cobrar as suas rendas e em manter os seus direitos sobre elas¹³⁸⁴, uma vez que o direiro de padroado constitui um importante fonte de poder.

A estas igrejas temos ainda de juntar a do mosteiro, reconstruída e ampliada por D. Isabel, bem como a capela do hospital do cenóbio, mandada instituir e sagrar¹³⁸⁵ pela mesma rainha.

Quanto ao mosteiro de Vila do Conde, conhecem-se, essencialmente, a existência de padroados doados pelos fundadores e pelo rei, mas nada se sabe da nomeação dos vigários e reitores, nem da sua relação com o papado.

¹³⁸¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 19; Mç. 23, doc. 2; Mç. 23, doc. 3; Mç. 7, doc. 25 e liv. 9, fl. 215v-216; Mç. 8, doc. 5 e liv. 9, fl. 192v-193; Mç. 8, doc. 21 e liv. 9, fl. 217-217v.

¹³⁸² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 10.

¹³⁸³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 32, doc. 13.

¹³⁸⁴ As questões que surgem, como as que documentámos, revelam bem a importância do controlo da nomeação dos clérigos para estas igrejas, pois esta é a única forma de assegurar uma gestão e recolha dos bens vantajosa para o padroeiro. Cf. Maria Alegria Marques, “Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga (meados do século XIII)” in *Congresso internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II, Braga, Faculdade de Teologia da Universidade do Minho-Cabido Primacial de Braga, 1990, p. 359.

¹³⁸⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 21.

Quadro 30 - Padroados de Vila do Conde

Igreja	Doador(es)	Data em que o mosteiro recebeu o padroado
S. Salvador de Fervença, diocese de Braga	Afonso Sanches e Teresa Albuquerque	1318
Sta. Maria de Alcoentre, diocese de Lisboa	Afonso Sanches e Teresa Albuquerque	1318
São Tiago de Murça, diocese de Braga ¹³⁸⁶	Rei D. Dinis	1318
São Vicente de Chã, diocese de Braga	Rei D. Dinis	1318
Santa Cruz das Lamas das Donas de Orelhão, diocese de Braga	Rei D. Dinis	1318
Santa Clara de Vila do Conde, diocese de Braga	Rei D. Dinis	1318-1319
São Pedro de Cerva, diocese de Braga	Teresa Martins Telo	1335
São Pedro de Atei, diocese de Braga	Teresa Martins Telo	1335
São Pedro de Polvoreira, diocese de Braga		1335

Em relação à igreja do mosteiro de Vila do Conde, esta pertence ao próprio cenóbio, dotado pelo fundador e por D. Dinis, seu pai, e em que, como é expressamente declarado por Afonso Sanches “(...) arcebispo, nem bispo, nem prelado, nem ministro geral, nem prouinçial, nem visitador, nem outro frade de nenhum estado, nem outra pessoa nenhuma eclesiastica, nem sagral nom possam desto mingoar nem ader em parte nem em todo. (...) Mais teemos por bem que a abadessa que for em este noso moesterio aja de veer e proueer, e posa hy com outorguamento do conuento ou a mayor parte delle (...) posam apresenter crerjgos aos egrejayros, sem poder e sem outorgamento doutrem.”¹³⁸⁷

Situação semelhante é a de Entre-ambos-os-Rios, em que a fundadora, no testamento, nomeia Domingos Moniz como capelão vitalício do mosteiro, dando-lhe 20 morabitinos e obrigando as donas a darem-lhe uma ração “(...) e se ende a abadesa ou o convento al quisesen fazer mando que o arcebispo de Bragaa o contena a todo o seu

¹³⁸⁶ Mais tarde escambado pelo de São João de Vila do Conde, como anteriormente já foi referido.

¹³⁸⁷ *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 81.

dereito”, tendo, anteriormente, no mesmo documento, encomendado o mosteiro à guarda do papa e do referido arcebispo “(...) que o teria en a comenda de mão do papa e outorgo-lo por camera e se o fezer eixento mando que li de en cada unum ano unum marco de prata abadesa dese moesteiro.”¹³⁸⁸

Embora, neste caso, não haja referência a outros padroados, sabemos, por um escambo realizado em 1309, que o mosteiro entregou propriedades que possuía em Moes, no couto e o padroado da dita igreja¹³⁸⁹. Estes bens tinham sido concedidos ao cenóbio pela fundadora, no seu testamento de 1268, em conjunto com outras herdades em Gontigem, Murracezes, Montemuro, Campo Benfeito, Outeiro de Donas e Mezio, o que pode indicar que o mosteiro possuiria ainda os padroados das respectivas freguesias. No entanto, a documentação não nos esclarece sobre isso.

O padroado torna-se, pois, um direito importante pela possibilidade de escolher e apresentar os clérigos das igrejas (torna-se claro, pelo que foi apresentado, que muitas são as contendas, para os mosteiros conseguirem manter nas paróquias as suas clientelas, provavelmente contra propostas e interesses locais), bem como receber parte importante dos rendimentos das mesmas. As igrejas próprias tornam-se, assim, fontes de poder pelo controlo exercido pelo padroeiro sobre a paróquia/freguesia, colocada ao serviço de interesses que, muitas vezes, lhe são alheios.

¹³⁸⁸ Ver testamento de D. Châmoa: TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 169, doc. 12 e ADP, *Fundo Monástico, Mosteiro de Santa Clara do Porto*, nº 5026 (Tombo 1º), fls. 15-18v.

¹³⁸⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 3.

4. A gestão e o aproveitamento patrimonial

Uma casa só pode sobreviver se tiver uma adequada gestão dos seus recursos, ainda mais no caso de “mulheres encerradas” que, como já constatámos, estão dependentes de várias pessoas e de condicionalismos que as levam a ter de cuidar muito bem do que têm. Manter uma comunidade feminina e os seus dependentes é, pois, uma tarefa que tem de ser bem pensada e orientada.

Um dos mais importantes instrumentos de gestão usado pelas comunidades, em relação ao seu património, é a prática de uma política contratual que lhes permita rendibilizar o que têm, de molde a servir para o consumo próprio e a auferir excedentes utilizados como moeda de troca para o sustento desse mesmo convento.

Analiseemos, pois, em primeiro lugar, esses mesmos contratos e as várias formas que revestem ao longo dos anos, para perceber a importância e a valorização do património efectuado por cada convento.

4.1. Os contratos

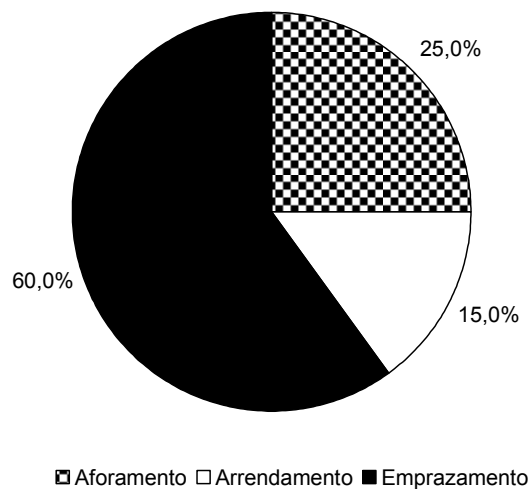
Mais, uma vez, teremos como base a documentação existente, ou seja, a que se refere aos conventos de Santarém, Entre-ambos-os-Rios e Coimbra. Tendo em conta ainda que estamos a analisar um período inicial destas comunidades, é natural que não existam muitos contratos. No entanto, e especialmente em Coimbra, a organização e exploração da propriedade realiza-se muito precocemente, mais uma vez pelo impulso da rainha.

Numa visão geral, predominam os contratos em vidas, como aliás é costume nas outras instituições eclesásticas¹³⁹⁰, a par do reduzido número de arrendamentos, que são mais tardios.

¹³⁹⁰ Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas: Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 90; Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001, p. 94-95; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, p. 91; Luís Miguel Rêpas, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Ed. Magno, 2003, p. 122. José Manuel Henriques Varandas, *Monacato feminino e domínio rural: o património de Santa Maria de Almoester no século XIV*,

Assim, o cenóbio escalabitano, que é dos três em análise o mais pobre em documentação contratual, dos quarenta e dois contratos celebrados, 60% são emprazamentos, 25% são aforamentos e apenas 15% arrendamentos. De acordo com o sentido geral do que se passa noutras comunidades, dominam os emprazamentos.

Gráfico 12 - Tipos de Contratos
Santarém



É pois notória a preocupação de rendibilizar os terrenos que se possuem, da melhor forma e de acordo com uma política contratual que aparece claramente delineada.

Nem todos os contratos são realizados pelo convento. Há vários casos - em Santarém são sete - em que a operação, embora feita com o consentimento da abadessa e convento, é levada a cabo pela freira, dona do bem (ou um seu procurador) e que o gere em vida. É o caso de Dórdia da Silveira¹³⁹¹, que doa todos os seus bens ao cenóbio, após a morte. Caso semelhante é o da freira, mais tarde abadessa (entre 1332-1347),

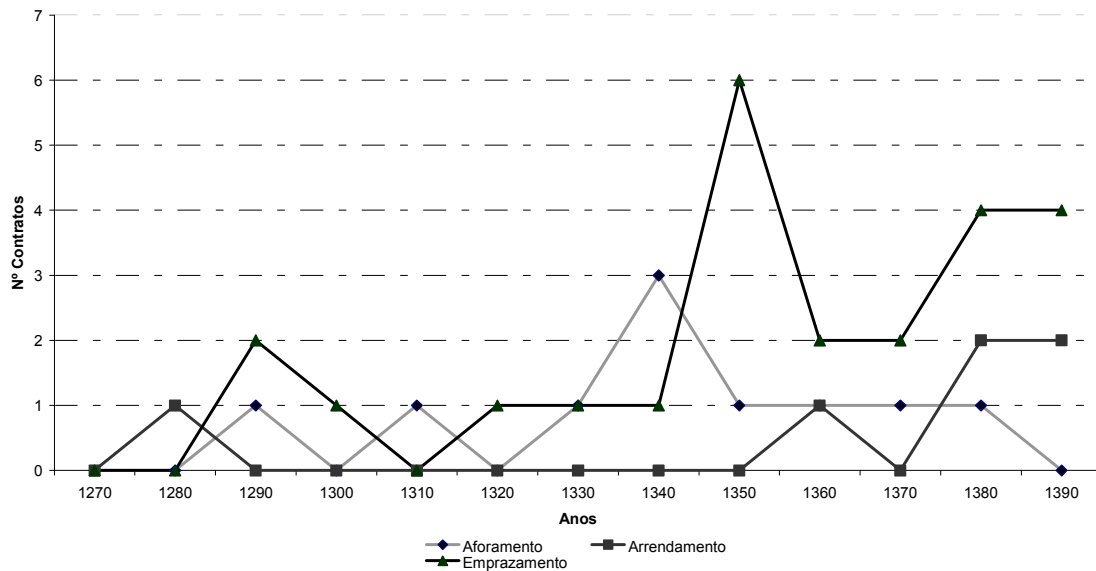
dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada, Lisboa, 1994. p. 196; Margarida Isabel da Silva Pinto, *O Mosteiro de Odivelas no século XIV. Património e Gestão*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2000, p. 74.

¹³⁹¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 11 e Mç. 9, doc. 511.

Maria Esteves Mafarra¹³⁹² ou de D. Margarida¹³⁹³, filha de Martim Afonso, irmão do rei D. Dinis. Num e noutro, trata-se de bens que as freiras receberam dos respectivos pais.

As professoras da família do Casal, primeiro Sancha Garcia¹³⁹⁴ e depois Constança Peres¹³⁹⁵ (esta pelo seu tutor e tio, Gonçalo Esteves do Casal) também contratualizam os seus bens. Constança, em 1380, é ainda menor de idade e os seus bens são arrendados pelo tio. Quando, em 1390, esta monja foge do convento¹³⁹⁶, o cenóbio toma, de imediato, posse das suas propriedades.

Gráfico nº 13 - Tipos de Contratos ao longo do tempo
Santarém



A evolução da política contratual revela, da parte do cenóbio, uma aposta mais forte nos emprazamentos a partir da segunda metade de Trezentos, mas mantendo sempre os aforamentos de bens, em várias regiões, como Vialonga¹³⁹⁷, Rio Maior¹³⁹⁸ ou

¹³⁹² Cf TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 841.

¹³⁹³ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 14, doc. 984 e ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, nº 7.

¹³⁹⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 365.

¹³⁹⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 577 a 596.

¹³⁹⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 505 a 506.

¹³⁹⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 972 e 973.

¹³⁹⁸ Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 3.

na Valada¹³⁹⁹. Simultaneamente, também é de notar a presença constante de arrendamentos¹⁴⁰⁰, a partir da década de 40 do século XIV, de propriedades situadas em zonas férteis¹⁴⁰¹, ou na cidade¹⁴⁰², que constituem negócios rentáveis¹⁴⁰³. Os arrendamentos são, como é o caso do realizado em 1288¹⁴⁰⁴, muitas vezes acompanhados de cláusulas que obrigam o foreiro, durante o curto espaço de tempo em que detém a propriedade, a fazer obras de restauro ou manutenção. Esta situação aponta para os contratos de parceria e meação, mais utilizados em períodos de recuperação de crises e devastações.

Os contratos em vidas, sendo os mais importantes para a política gestonária do convento, são, essencialmente, realizados em três vidas, que correspondem ao casal e a um filho ou filha (a família nuclear), cuja estrutura permite uma exploração continuada da propriedade.

¹³⁹⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 512 e 513.

¹⁴⁰⁰ Neste número incluem-se os arrendamentos, anteriormente referidos, feitos pela família dos Casal.

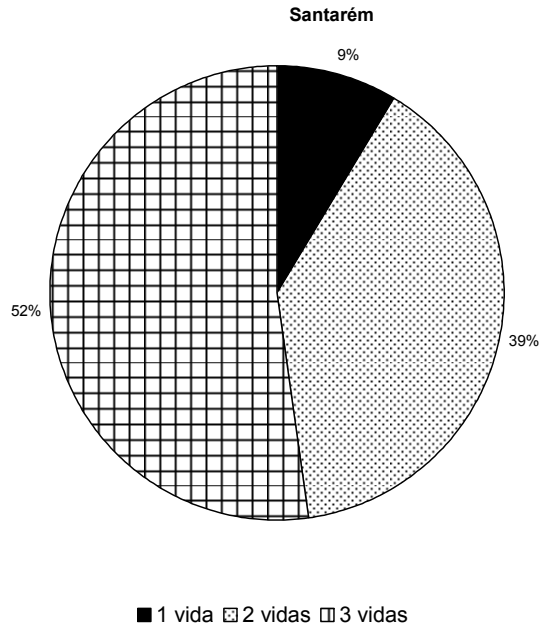
¹⁴⁰¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 577 a 596 (2 courelas de herdade, na Ortiga, Alviela); TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 456 e 457 (2 courelas de herdade na dos Chavões, acerca da ponte de Santana, termo de Santarém); TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 731 e 732 (Vale de Cavalos, termo de Santarém).

¹⁴⁰² Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532 (três casas na Rua das Baldearias, em Santarém); TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 468 e 469 (casas na Rua de Santo Estêvão, em Santarém).

¹⁴⁰³ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 579 a 596 (casas de estalagem, em Rio Maior).

¹⁴⁰⁴ O foreiro que arrenda 3 casas na rua das Baldearias, em Santarém, obriga-se a “reparar” as referidas casas, se for preciso e se o mosteiro não o quiser fazer, e manter essas casas “pelo tempo que os custos forem pagos” in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532.

Gráfico 14 - Totais em Vidas



O menor número é em uma vida, como é o caso do emprazamento de uma quinta, no termo de Óbidos¹⁴⁰⁵, feito a Pedro Afonso da Valada¹⁴⁰⁶, homem de confiança do mosteiro e por diversas vezes seu procurador. Este contrato tem a particularidade de ser a entrega de uma propriedade a quem dela receberá os foros¹⁴⁰⁷, a troco do pagamento ao mosteiro de 250 libras anuais. Outro refere-se a um olival, sob São Domingos, no termo de Santarém¹⁴⁰⁸, e o que tem em comum com o anterior é o facto de também ser feito a um criado do mosteiro, João Lourenço. Esta situação e o valor económico dos bens em causa pode indiciar que o objectivo destes contratos é o pagamento de serviços prestados e, ao mesmo tempo, a valorização de uma propriedade que o cenóbio recupera com alguma facilidade.

¹⁴⁰⁵ Cf. TT, OFM, PP, SCS, Mç. 11, doc. 745 e 746.

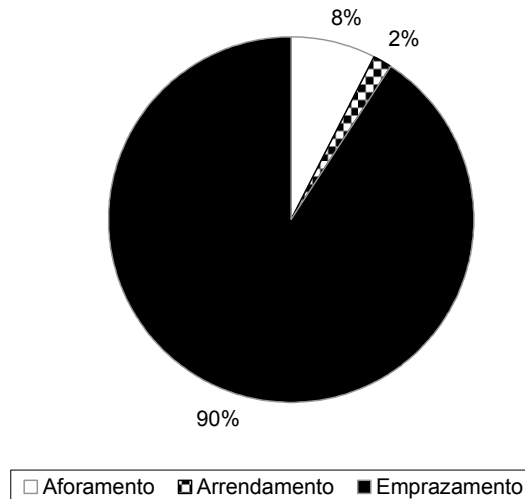
¹⁴⁰⁶ Ver Apêndice – Quadro dos dependentes do Mosteiro de Santarém.

¹⁴⁰⁷ O funcionamento desta forma de rentabilização dos bens, mais comum na Baixa Idade Média – o subemprazamento – é bem explicado em: Maria Filomena Andrade, “A Quinta de Vialonga: exemplo de organização e rentabilização do espaço”, in *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das II Jornadas*, coordenação de Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 101-111.

¹⁴⁰⁸ Cf. TT, OFM, PP, SCS, Mç. 7, doc. 367.

No cenóbio de Entre-ambos-os-Rios, predominam, claramente, os emprazamentos, com 90,9% de contratos, contra apenas 7,6% de aforamentos e 1,5% de arrendamentos. Este predomínio é bem claro, especialmente ao longo do século XIV.

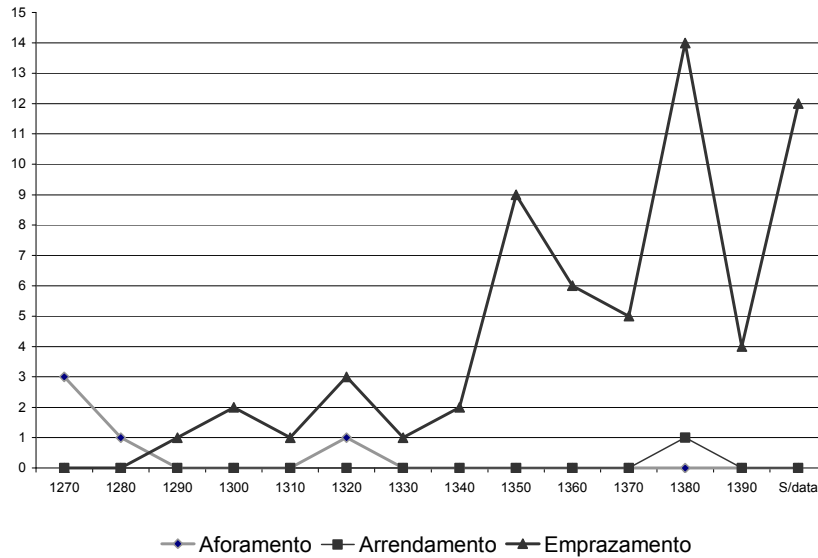
Gráfico 15 - Tipos de Contratos
Entre-Ambos-os-Rios



Destes contratos, cinco são feitos por freiras do convento, com o consentimento da abadessa, de bens que lhes pertencem. O foro é dado à freira e pago no mosteiro. Esta situação confirma a existência de bens que as freiras usufruem em vida, gerindo-os com consentimento do convento e deles podendo dispor até à morte. Em dois dos casos em apreço, as propriedades ficarão para o cenóbio à sua morte, nos restantes nada se esclarece. No entanto, parece subjacente a ideia de que estes bens são objecto de livre disposição por parte das freiras¹⁴⁰⁹.

¹⁴⁰⁹ Uma inclusivamente, Maria Eanes, tem uma filha e dispõe dos bens com esta (que não se diz se estará no convento, mas possivelmente, sim). O foro é pago à dita freira ou a quem ela mandar in TT, OFM, PP, SCP, Mç. 61, doc. 7; noutro caso os bens são de uma freira, Joana Miguéis e da sua mãe, sendo o foro respectivo pago, separadamente às duas: 4 maravedis à freira e ½ maravedi à mãe, Maria Migueis in TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 7.

Gráfico 16 - Tipos de Contratos ao longo do tempo
Entre-Ambos-os-Rios



Assim, logo de início, na década de 70 do século XIII, o cenóbio começa por aforar os bens que se encontram junto ao mosteiro, no burgo de Entre-os-Rios¹⁴¹⁰ e, na década seguinte, ainda faz o mesmo com uma cortinha no Porto¹⁴¹¹, na rua do Souto, talvez porque este bem se encontre mais longe da sua área de implantação. Nas décadas seguintes, só volta a aforar, em 1327¹⁴¹², um pardeeiro, situado no interior do burgo. Esta atitude em relação aos aforamentos revela uma política que, de início, pretende ligar o camponês ao burgo onde o mosteiro está implantado. Preocupação, aliás, pertinente e que chamará povoadores à terra que o cenóbio detém como seu couto, podendo aí exercer um maior controlo sobre os homens e a produção, uma vez que é o seu senhorio.

Mas, uma vez vencidos alguns dos principais obstáculos, como a questão com o cavaleiro de Vinhal¹⁴¹³ e com Guilherme de Cardona¹⁴¹⁴ a propósito dos bens

¹⁴¹⁰ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 2 e doc. 3.

¹⁴¹¹ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 5.

¹⁴¹² TT, OFM, PP, SCP, Mç. 52, doc. 17.

¹⁴¹³ Assunto já anteriormente tratado neste trabalho.

¹⁴¹⁴ Assunto já anteriormente tratado neste trabalho.

fundacionais, começando a receber doações das suas freiras, o cenóbio pode apostar numa gestão mais ousada e, assim, enceta a política de emprazamentos que dominará todo o século XIV, com um pico nos anos 80. Importa ainda referir a existência de onze emprazamentos de que não sabemos a data de realização e que fazem parte de um caderno¹⁴¹⁵ onde o cenóbio, no séc. XV, terá copiado os contratos das terras que possuía. Este pequeno caderno revela um interesse que deve estar ligado à sua transferência para o Porto e à concomitante necessidade de manter actualizadas as rendas das terras que constituíam o seu património “imemorial”, enquanto ainda se encontrava em Entre-os-Rios.

O cenóbio realiza apenas um arrendamento, também na década de 80 da centúria de Trezentos, em 1381¹⁴¹⁶, da quinta de Cidadelhe. Este contrato, celebrado apenas por dois anos, é uma forma de colmatar um problema que a documentação deixa entrever. Após ter emprazado, em 1368¹⁴¹⁷, a quinta de Cidadelhe a Rodrigo Afonso (que tem subemprazadas várias terras desta mesma unidade de exploração), o mosteiro, doze anos depois¹⁴¹⁸, reclama-a por falta de pagamento do foro. Rodrigo Afonso invoca o facto de muitos dos bens da quinta estarem embargados, por algumas pessoas. Chega-se então a um acordo: Rodrigo Afonso paga a dívida, enquanto o mosteiro se compromete a citar as pessoas que ele acusa de lhe embargarem as propriedades da referida quinta. Não sabemos o que terá acontecido depois, mas, em 1381¹⁴¹⁹, realiza-se o citado arrendamento, em favor de Gonçalo Esteves, pelo que se depreende que os problemas com Rodrigo Afonso não se terão resolvido. Não restam dúvidas que o mosteiro não quer perder um foro de 100 libras anuais. Esta resolução permitiu, em 1382¹⁴²⁰, o emprazamento da quinta, em três vidas, ao foreiro que já a detinha por arrendamento.

¹⁴¹⁵ O Caderno 65.

¹⁴¹⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 50.

¹⁴¹⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 42.

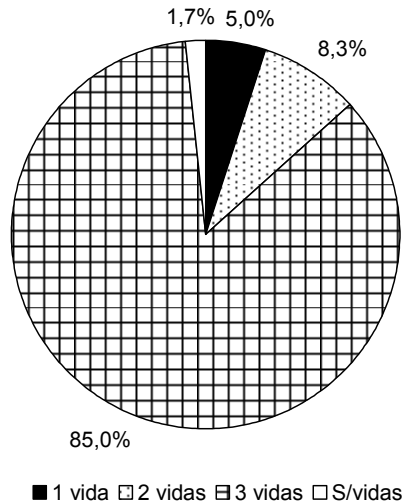
¹⁴¹⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 22.

¹⁴¹⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 50.

¹⁴²⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 51

Parece-nos que o arrendamento foi unicamente utilizado como recurso até se resolver uma situação que não pusesse em causa um dos mais importantes e rentáveis bens do cenóbio.

Gráfico 17 - Contratos em vidas
Entre-Ambos-os-Rios



Dos emprazamentos, predominam aqueles que se realizam em três vidas¹⁴²¹, como sendo os que, de forma mais equilibrada e à semelhança de outras instituições, permitem um aproveitamento mais rentável e seguro das fazendas. Algumas, como é o caso da anterior quinta, submetidas ainda ao subemprazamento que, na maioria dos casos, não é referido, pois ao mosteiro apenas interessa directamente quem lhe paga a renda e com quem estabelece contrato.

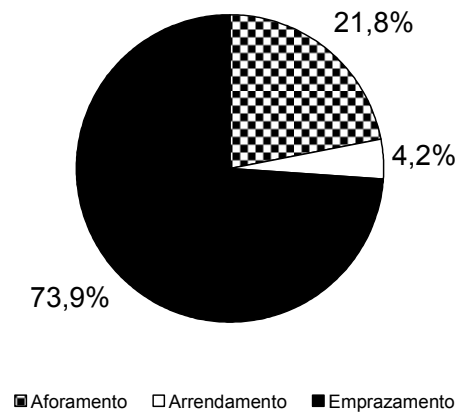
No cenóbio de Coimbra, o número de contratos e, por isso, o campo de análise é mais vasto, pois trata-se de um universo de 240 contratos. Destes, 73,5% são emprazamentos, 22,3% aforamentos e apenas 4,2% arrendamentos¹⁴²². O predomínio

¹⁴²¹ Dos emprazamentos, apenas um não refere o número de vidas.

¹⁴²² Os arrendamentos estão sempre pouco presentes na documentação monástica, uma vez que a sua duração é curta e, por isso, não existe um grande cuidado em conservar o documento que o comprova.

dos emprazamentos, fruto das imposições do direito canónico¹⁴²³ que proibia a alienação de bens, implícita nos aforamentos, revela ainda o seu papel estabilizador na produção e, simultaneamente, a possibilidade, por parte do senhorio de reaver, em tempo útil, o seu bem, depois de já ter sido desbravado e encontrar-se em estado de exploração¹⁴²⁴.

Gráfico 18 - Tipos de Contratos
Coimbra



Alguns dos contratos são feitos, tal como nos anteriores cenóbios, por freiras do convento que, assim, controlam em vida a gestão dos seus bens, com consentimento da abadessa e do convento. Apenas três estão nesta situação e são realizados em 1311¹⁴²⁵, 1326¹⁴²⁶ e 1345¹⁴²⁷. Também a rainha Isabel, nas suas funções de governadora, realiza

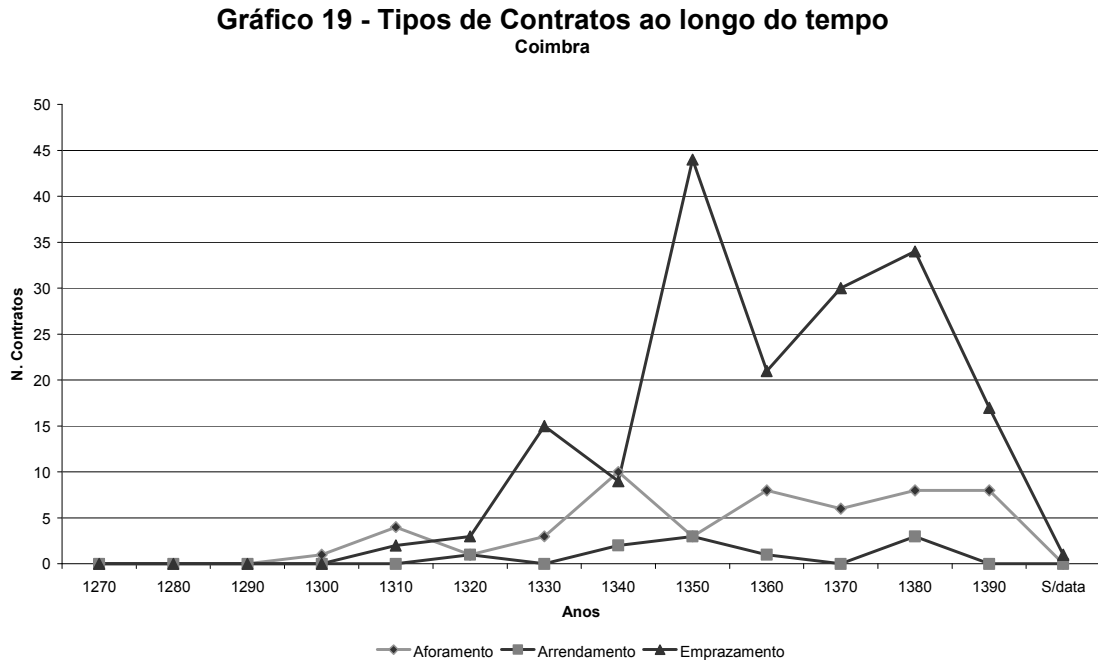
¹⁴²³ Cf. Henrique da Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII A XV*, 2ª edição, organizada por Torquato de Sousa Soares, tomos VIII, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951, p. 167-168

¹⁴²⁴ Veremos, no capítulo seguinte, a preocupação em manter a exploração da propriedade, quer da parte do foreiro que de outra forma não pode pagar a renda, quer da parte do senhorio que insiste nas obras de reparação e conservação.

¹⁴²⁵ Emprazamento feito por Catarina Domingues de uma vinha e um olival situados junto ao mosteiro de Celas de Guimarães, termo de Coimbra in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 9.

¹⁴²⁶ Arrendamento por 10 anos de uma Quinta em Vitorino dos Piães, feito por Teresa Afonso de Melo in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 2 e liv. 9, fl. 303-304.

este tipo de contratos¹⁴²⁸, demonstrando, aliás, como noutras situações, anteriormente referidas, uma grande capacidade de negociação.

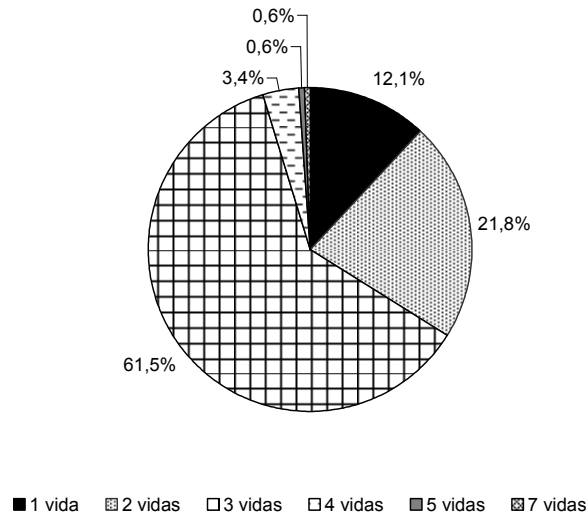


Ao longo do século XIV, o número de contratos vai crescendo, atingindo o seu pico nos anos 50 e 80 da centúria. Os aforamentos mantêm-se constantes ao longo do período em estudo, enquanto os emprazamentos crescem, especialmente, nos anos 50, 70 e 80, numa fase em que o cenóbio já tem o seu património estabilizado (após a dotação da rainha D. Isabel e de D. Afonso IV), conforme já anteriormente analisámos. Os arrendamentos são escassos e distribuem-se, igualmente, ao longo do período estudado, com um pico em 1350 e outro em 1380, correspondendo a um período de maior consolidação e também rendibilização da fazenda do cenóbio.

¹⁴²⁷ Subaforamento de um casal em Vale de Milho, termo de Abiul, por Maria Esteves in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 23.

¹⁴²⁸ Situação referida num contrato de 1318 in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 9.

Gráfico 20 - Contratos em vidas
Coimbra



Os contratos em vidas são, no cenóbio de Coimbra, mais diversificados do que nos anteriores, havendo contratos em uma, duas, três, quatro, cinco e sete vidas. Estes dois últimos casos são poucos, um de cada, mas ocorrem ambos na década de 70 do século XIV e relacionam-se com a exploração de meios de produção. Assim, em 1376¹⁴²⁹, o cenóbio empraza a um casal e a cinco pessoas na Foz de Eixara, junto a uma ribeira e abaixo do paço de Avelãs, um moinho, contra o pagamento da oitava parte do que ele laborar, quando moer. Este contrato parece estender o uso do moinho a todos os que dele precisarem, dando desta forma ao cenóbio um lucro considerável. Em 1378¹⁴³⁰, o mosteiro empraza um lagar, uma casa “que fora adega” com o seu cortinhal e um conjunto de leiras e courelas de vinhas, tudo no termo de Almalaguês, a dois casais e mais uma pessoa, com a condição destes fazerem e refazerem as casas e lagar, bem como todos os trabalhos necessários ao cultivo da vinha. Esta situação pode revelar a necessidade de duas famílias para assegurar a exploração da vinha associada à produção e armazenamento do vinho.

Dominam, claramente, os emprazamentos em três vidas, especialmente na segunda metade de trezentos, atingindo o pico nos anos 50, logo seguidos da década de

¹⁴²⁹ Cf. TT, OFM, PP, SCC, Mç. 22, doc. 44 e liv. 10, 90-90v.

¹⁴³⁰ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 49.

70 e da de 80. Os restantes contratos em uma e duas vidas são constantes durante o período em estudo (a partir da década de 20), reduzindo drasticamente nos últimos vinte anos da centúria.

A política contratual dos mosteiros em estudo revelou-se, pois, fundamental para a manutenção da comunidade, além de realçar o empenho de todos os que se relacionam com o cenóbio. Vejamos agora como esta relação se consolida e torna viável a vida intra-muros, observando as rendas que se pagam e a forma e agentes que operacionalizam tudo isto, de molde a tornar rentável o património.

4.2. As rendas e os pagamentos.

O recebimento das rendas é fundamental em todo o processo de gestão, bem como as várias formas que revestem, por quem e como são colectadas.

Naturalmente, também, a composição destas, com os seus diversos tributos, varia muito de terra para terra, de acordo com certas variantes, como a localização, o estatuto do senhor e do emprazador e mesmo da própria terra.

Os contratos apresentam estas variantes, mas também escondem muitas informações, sob a designação “de acordo com o costume”, “o foro da terra”, ou “como pagam os outros foreiros”. No entanto, revelam preciosos elementos para aquilatar do valor das terras e da forma como esta é tributada e, assim, o seu rendimento para a entidade detentora do domínio eminente, bem como dos indivíduos que exploram o domínio útil. Embora estes não sejam aqui o objecto do meu estudo, ficará bem patente o seu estatuto e a carga tributária que sobre eles recai.

O cenóbio de Santarém apresenta uma situação interessante no que toca ao tipo de rendas que recolhe dos seus bens. Assim, apesar do número de contratos ser relativamente exíguo, nota-se uma constante. O cânon é, na sua maioria, pago em numerário (67,6 %), cobrando-se poucas miunças, o que indica a preferência pelo dinheiro, que engloba toda a prestação a pagar pelo prédio rural ou urbano. Das rendas solvidas em géneros, apenas 45% são solvidas com uma prestação fixa, o restante é pago numa cota parciária que oscila entre 1/4 e 1/5, uma parte relativamente pequena da produção, tendo em conta a fertilidade de grande parte dos terrenos cultivados.

Quanto às miunças e direituras, como já atrás referimos, são muito escassas e consubstanciam-se nos habituais capões, frangãos, ovos, bem como fogaças, alguns alqueires de farinha e almudes de vinho e, claro, dinheiro. Complemento das rendas, especialmente dos fogos urbanos, a atestar, no entanto, a riqueza das capoeiras anexas às habitações citadinas.

Os pagamentos são, maioritariamente, efectuados nos meses de Agosto e Setembro, bem como Dezembro, a confirmar o ciclo das colheitas (Agosto e Setembro) e a preparar momentos de consumo mais diversificado e rico (de acordo com os preceitos da Regra), como é o caso do Natal (Dezembro) e dos meses de Janeiro e Fevereiro, antes dos rigores dos jejuns quaresmais.

Quadro 31 - Datas de pagamentos de foros (mosteiro de Santarém)

Datas	Nº de contratos
Natal	7
Páscoa	2
São João Baptista	3
Santa Maria de Agosto	7
São Cipriano	1
São Miguel de Setembro	6
Santa Iria	1
São Martinho	1
Terças do Ano (Natal /Páscoa /São João Baptista)	1
1 de Março/São João Baptista/1 de Novembro	1

O pão e a tinta pagos na eira, o vinho à bica do lagar e o linho no tendal, as olivas no olival, o azeite no lagar e os figos no portal, são regra geral os locais onde se fazem a cobrança dos tributos sobre estes bens. E apesar dos documentos não fornecerem outros elementos, serão com certeza os procuradores, umas vezes, os foreiros outras, a carregarem tudo para o cenóbio.

Também quanto a outros impostos apenas é referida a lagaragem¹⁴³¹, paga pelo foreiro, que usa o lagar do senhor, que se consubstancia numa porção de vinho, tirada do “monte maior”, em dois almudes, um de dia e outro de noite¹⁴³². Este é um tributo que recai sobre o uso do lagar do senhor (de dia ou de noite), fixo e não parciário em relação à produção. Por uma vez ainda se refere o pagamento de uma entrada¹⁴³³, de 25 libras¹⁴³⁴, para solver, após ter decorrido o primeiro ano de contrato de aforamento, o

¹⁴³¹ Ver Henrique da Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII A XV*, 2ª edição, organizada por Torquato de Sousa Soares, tomo VII, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951, p. 293-302; Robert Durand, *Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1982, p. 373; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 463-465.

¹⁴³² Cf. TT, OFM, PP, SCS, Mç. 10, doc. 612 e 613 (1392); Mç. 13, doc. 972 e 973 (1356)

¹⁴³³ Cf. Iria Gonçalves, “Entradas” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, p. 403.

¹⁴³⁴ Cf. TT, OFM, PP, SCS, Mç. 9, doc. 599 e 600 (1386).

que parece corresponder a um direito do senhorio pela entrega do bem e a posterior “entrada” do aforador.

Mas importantes são ainda as obrigações dos camponeses no que respeita à conservação dos prédios e os investimentos que por eles são feitos, de forma que alguns são isentos do pagamento do foro¹⁴³⁵ ou veem-no diminuído¹⁴³⁶ durante o tempo em que plantam de novo ou reparam a propriedade. Além desta situação, fazem parte das cláusulas dos contratos os habituais trabalhos de manutenção e reparação de vinhas, olivais e casas.

Política gestonária ainda muito preocupada com o incentivo à produção, como é normal em todo o período medieval, não nos podendo esquecer do facto de estarmos, principalmente na segunda metade do século XIV, numa fase de recessão e avolumando-se ainda os problemas do mosteiro com o facto já conhecido de se encontrar em fase de implantação, num território rico e disputado por entidades religiosas muito mais poderosas do que ele.

Em Entre-ambos-os-Rios, como já atrás foi referido, o número de contratos é relativamente escasso. No entanto, é possível verificar que o cânon das rendas é pago, maioritariamente, em dinheiro (53,6%), sendo o restante recebido em géneros (41%), e apenas em três contratos de forma mista (5,4%).

O pagamento em géneros numa porção fixa é maioritária (46,2%), oscilando a quota parciária entre 1/2 e 1/5 da colheita de pão (milho, trigo ou segunda), vinho, linho, legumes e “de todo o fruto que a terra der”, conforme expressão documental (38,8%), embora o que predomine seja realmente o terço e o quarto, percentagens relativamente pesadas na produção agrícola, se pensarmos nos outros ónus que a ele se juntam, como adiante veremos. Também são feitos pagamentos em pescado (devido à existência de pesqueiras e de um faina piscatória importante), quer em quota parciária quer fixa, especialmente para a alimentação quaresmal. Refere-se, então, o sável, a lampreia ou o pescado em geral.

As direituras são solvidas em dinheiro, em aves da capoeira - como galinhas, frangos e capões -, bem como em espáduas de porco, carneiros e cabritos, além dos

¹⁴³⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç 10, doc. 671 e 672 (1357).

¹⁴³⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 511 (1296).

ovos, queijo, manteiga, natas, cereais e até legumes. Uma variedade de produtos a atestar necessidades alimentares múltiplas e ricas¹⁴³⁷.

O pagamento das rendas é feito ao longo do ano, de acordo, com as colheitas. No caso de Entre-os-Rios é notória a prevalência do mês de Setembro e, nomeadamente, do dia da festa de São Miguel (dia 29) seguida do Natal. Temos, assim, os meses de Setembro e Dezembro, plenos de actividade colectora, épocas em que os celeiros do mosteiro se enchiam de víveres que depois eram distribuídos, pela economia conventual, ao longo do ano.

Quadro 32 - Datas de pagamentos dos foros
(mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios)

Datas	Nº de contratos
Natal	8
Quaresma	1
Páscoa	2
São João Baptista	4
São Miguel de Setembro	23
Todos os Santos	1
São Martinho	2
Páscoa/São Miguel de Setembro	2
Páscoa/São Martinho	1
Natal/Páscoa	1
Natal/São Miguel de Setembro	1
Natal/Entrudo/Maio/São Pedro /São Miguel de Setembro	1

Os pagamentos são, regra geral, realizados no mosteiro, mas há casos em que nas quintas, como Cidadelhe¹⁴³⁸ ou nas propriedades mais distantes, de Leiria¹⁴³⁹ ou Viana do Lima¹⁴⁴⁰, as rendas são recebidas localmente e trazidas, com certeza, por mordomos ou procuradores. Nestes últimos casos, não se detecta nenhum centro organizado de recepção de rendas. Já nas quintas, com as suas várias parcelas, as rendas confluem para o centro da exploração, sendo armazenados os produtos nos seus celeiros.

¹⁴³⁷ Sobre a alimentação dos numa comunidade monacal na Idade Média: Iria Gonçalves, “O pão quotidiano nas terras de Alcobaça (séculos XIV e XV)”, *Cister: Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional. Actas*, vol. I, Lisboa, IPPAR, 2000, p. 21-26.

¹⁴³⁸ Cf. *TT, OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 51 (1382).

¹⁴³⁹ Cf. *TT OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 34 (1357).

¹⁴⁴⁰ Cf. *TT, OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 41 (1362).

Refere-se várias vezes a existência de mordomos¹⁴⁴¹. Estes têm uma missão muito importante no domínio, pois são eles que presidem à recolha das rendas¹⁴⁴², à medição do vinho¹⁴⁴³ e, nalguns casos, até à vistoria das vinhas e oliveiras, anterior à colheita¹⁴⁴⁴, sendo depois ainda sua função presidir ao transporte das rendas até ao mosteiro¹⁴⁴⁵.

Este importante encargo é pago, pelo que se chama a pedida¹⁴⁴⁶ que é uma contribuição para a sua alimentação, neste caso providenciada pelos foreiros: “quando quiserem colher os frutos chamem o mordomo e vós dar-lhes-eis de comer quando colherdes”¹⁴⁴⁷ e o mesmo “quando medirem o vinho”¹⁴⁴⁸.

Outros tributos eram ainda pagos pelos enfiteutas, nomeadamente aqueles que trabalhavam como jugueiros (na aldeia do mesmo nome) que pertencia à granja do mosteiro. Aí juntavam-se à jugada¹⁴⁴⁹ que, não sendo explicitamente referida, é com certeza cobrada, os serviços em geiras¹⁴⁵⁰ ou em produtos da terra. É preciso não esquecer que estes serviços prestados são outras tantas maneiras de auferir uma mais valia sobre os bens que se possuem.

Mas o início do contrato era geralmente marcado pelo pagamento da entrada¹⁴⁵¹ ao mosteiro e da rébora¹⁴⁵² às donas, esta geralmente um maravedi, estabelecendo-se

¹⁴⁴¹ Cf. Iria Gonçalves, “Mordomo” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, p. 343-344.

¹⁴⁴² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Cad. 65 (1380).

¹⁴⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁴⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Cad. 65 (1382)

¹⁴⁴⁶ Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vol. 2 Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p. 469-470.

¹⁴⁴⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Cad. 65 (1382)..

¹⁴⁴⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Cad. 65 (1383).

¹⁴⁴⁹ Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vol. 2 Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p. 338-339.

¹⁴⁵⁰ Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Ibidem*, p. 301.

¹⁴⁵¹ Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Ibidem*, p. 220.

¹⁴⁵² Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Ibidem*, p. 518-520.

como um costume da região a que se juntava a lutuosa¹⁴⁵³, pelo falecimento de um foreiro, mão-de-obra indispensável para a rentabilização das terras. Entrada e lutuosa oneram, assim, de forma clara todas as terras desta região de implantação do mosteiro, numa clara geografia “arcaizante” e de costume, como é, por várias vezes, reiterado.

À eirádiga¹⁴⁵⁴ e à lagarádiga¹⁴⁵⁵ que oneravam a produção recebidas na eira e no lagar, respectivamente, juntavam-se ainda outros serviços e serventias que não aparecem especificados e que dificultam a vida e oneram o labor do camponês.

Quanto às obras a fazer nas propriedades pelos foreiros, elas não são praticamente referidas, a não ser as habituais de manutenção e amanho das terras¹⁴⁵⁶, bem como das casas¹⁴⁵⁷ e dos instrumentos de produção e armazenamento¹⁴⁵⁸.

Quanto à comunidade de Coimbra, embora o número de contratos, conforme já analisámos, seja substancialmente maior, os resultados são idênticos, pois predomina o pagamento do cânon em dinheiro (35,6 %) face aos géneros (31,4 %) e ao misto (11,8 %).

O pagamento em géneros é maioritariamente feito em quotas parciárias sobre a produção (72,7 % face a 27,3 %) e oscila entre metade e 1/8 da mesma, recaindo sobretudo nas terras que produzem vinho e pão. Já o foro de azeite é sempre pago numa prestação fixa e, muitas vezes, apenas de dois em dois anos, aquando da safra.

As direituras¹⁴⁵⁹, tal como nos casos anteriores, revelam uma economia doméstica baseada numa capoeira recheada, de frangos, capões, mas também algum gado miúdo como as marrãs, cabritos e cordeiros. A eles se juntam os ovos e o pão, regueifas e fogaças, às vezes pequenas porções de vinho e, muitas vezes, o dinheiro que, em alguns casos, pode substituir os ovos ou algum dos animais nomeados. A estas

¹⁴⁵³ Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Ibidem*, p. 369-370.

¹⁴⁵⁴ Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Ibidem*, p. 209.

¹⁴⁵⁵ Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Ibidem*, p. 209 e 357.

¹⁴⁵⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 34 (1334); 60, doc. 33 (1345); 60, doc. 41 (1362), entre outros.

¹⁴⁵⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 2 (1272); 60, doc. 33 (1345); cad. 65 (1380); 60, doc. 49 (1381), 60, doc. 51 (1382), entre outros.

¹⁴⁵⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, cad. 65 (1382) – um moinho da quinta de Cidadelhe.

¹⁴⁵⁹ Em quase todos os contratos surgem estas miúncas.

aliam-se a eirádiga e a lagaragem, esta geralmente um almude pelo uso do lagar durante o dia e outro pelo uso durante a noite de trabalho.

Os pagamentos de foros são realizados, em maior número, no Natal, na Páscoa, que oscila entre os finais de Março e inícios de Abril, em Junho e em Setembro. O cenóbio apenas nos meses de Janeiro, Julho e Outubro não recebe rendas, mas, como é visível, vive das que recolhe nos meses anteriores, que são os de maior afluência e riqueza para a comunidade.

Quadro 33 - Datas de pagamentos de foros
(mosteiro de Coimbra)

Datas	Nº de contratos
Natal	29
Entrudo	9
Páscoa	37
1 de Maio	1
São João Baptista	24
Santa Maria de Agosto	1
São Miguel de Setembro	41
Todos-os-Santos	1
São Martinho	7
Natal / Páscoa	6
Natal/Pentecostes	1
Natal/são João Baptista	2
Natal/Santa Maria de Agosto	1
Entrudo/São Miguel de Setembro	3
8 de Fevereiro/ Páscoa	1
Páscoa/São Miguel de Setembro	4
Páscoa/São João Baptista	6
São João Baptista/Santa Maria de Agosto	1
São João Baptista/São Miguel de Setembro	2
Terças do Ano: (Natal/ Páscoa/São João Baptista)	10
Natal/ Páscoa/São Miguel de Setembro	1

Os produtos resultantes dos pagamento são, em geral, entregues no mosteiro, mas muitas vezes são os procuradores e os homens do cenóbio que os vão buscar ao local (à eira, ao lagar, ao pé das oliveiras), ou então são levados pelos foreiros à adega ou ao celeiro do convento mais próximos.

No caso das quintas, como em Cossourado, Leiria, Feira, Azinhaga ou Azóia, a recolha das rendas é feita “centralmente” e depois transportada pelos homens do

mosteiro. Em alguns centros urbanos acontecia algo semelhante, como é aliás o caso, já anteriormente referido, de Leiria, onde havia mesmo um caseiro do mosteiro com esse encargo de colectar e reunir todas as rendas.

De qualquer forma, o mosteiro contratualizava cada caso e, a maior parte das vezes, seguia-se o procedimento da “terra”, ou seja o que era costume fazer-se com os diversos camponeses da região¹⁴⁶⁰. A comunidade pretendia, obviamente, ter o menor gasto possível com esta recolha e transporte de bens, a fim de rentabilizar a sua gestão.

Nas terras do mosteiro a norte do Douro, o trabalho da terra é ainda onerado com a lutuosa, e também com a entrada e a pedida do mordomo. Esta é aqui referida como pedida (simplesmente), pedida do mordomo, pedida da eira e pedida de São João (Baptista) o que indicia o local (a eira) e a data em que o referido oficial se desloca à terra e é alimentado pelos camponeses. O uso do moinho obriga ainda o camponês a deixar uma parte, a maquia¹⁴⁶¹, pelo seu usufruto.

Os camponeses que exploram os bens do Hospital de Ceira devem dar as geiras e os que trabalham bens da igreja de Montemor-o-Velho a dízima da produção à referida igreja.

É ainda visível a preocupação do cenóbio em conservar os seus prédios: reparar casas, celeiros, lagares, moinhos, canos e levadas; refazer “em casa” os pardeeiros, bem como plantar vinha nova e pés de oliveira¹⁴⁶². Do mesmo modo, a documentação atesta ainda as diligências do mosteiro para aumentar o *ager*, à custa do *saltus*, rompendo o mato ou em proporcionar melhores condições de habitação, mandando abrir uma saída no sobrado. Tudo isto são obras¹⁴⁶³, quase sempre levadas a cabo pelo foreiro que, por isso, vê a sua renda baixar (durante o tempo acordado para se fazer a obra), para investir

¹⁴⁶⁰ Interessante seria fazer um estudo por região destes procedimentos, a fim de calcular o ónus que a vida e os bens do camponês sofriam com as várias situações. Ver Isabel Alfonso Antón, “La comunidad campesina” in Reyna Pastor, Isabel Alfonso Antón, Ana Rodriguez Lopez, Pablo Sanchez Leon, *Poder Monastico y Grupos Domesticos en la Galicia Foral (Siglos XIII-XV). La Casa. La Comunidad*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 303-369.

¹⁴⁶¹ Sobre este imposto: A. H. de Oliveira Marques, “Maquia”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, p. 166-167.

¹⁴⁶² TT, OFM, PP, SCC, Mç. 6, doc. 32=liv, 10, fl. 247-247v (1366); Mç. 23, doc. 3=liv, 9, fl. 214v-215 (1378); Mç. 20, doc. 19 (1380); Liv, 9, fl. 9v-10 (1381); Mç. 7, doc. 38=liv, 9, fl. 216-216v (1383), entre muitos outros exemplos.

¹⁴⁶³ Nelas pode o foreiro, muitas vezes, servir-se da madeira (do mosteiro), das vides das suas vinhas e da água para o pomar, por exemplo.

no melhoramento da propriedade. Senhoras e camponeses unem, assim, os seus esforços para valorizar a propriedade que se pode tornar mais rentável, para umas e para outros.

A concluir, gostaria apenas de realçar o importante papel desempenhado pelo dinheiro nesta economia. Em pleno século XIV, a economia monetária era já predominante nestas transacções, o que indicia uma monetarização crescente, não apenas na cidade, lembremo-nos de Entre-os-Rios, mas ainda uma necessidade cada vez maior de dinheiro, para comprar, possivelmente, tudo o que as terras não produziam. As rendas são, pois, pagas em libras, soldos e maravedis, e só no final do século XIV é notória uma preocupação pela quebra da mesma que, no reinado de D. João I, atingiu proporções desastrosas¹⁴⁶⁴.

Uma gestão que, embora ainda no início, se anuncia cuidada e ao serviço de comunidades que, ao contrário das masculinas, não possuem formas de enriquecerem pelo trabalho, nem pelos serviços prestados a outrém, estando, pois, mais dependentes da utilização e rentabilização dos bens que, regra geral, recebem por doação ou por herança das suas professoras.

¹⁴⁶⁴ Cf. A. H. de Oliveira Marques, “A moeda portuguesa durante a Idade Média”, *Ensaaios da História Medieval Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Vega, 1980, p.195-220; Maria José Pimenta Ferro, *Estudos de história monetária portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, 1974; Maria José Ferro Tavares, “A moeda portuguesa de 1245 a 1383”, *História de Portugal* dirigida por José Hermano Saraiva, vol. 3, Lisboa, Ed. Alfa, 1982, p. 271-281; Idem, “A moeda portuguesa de 1383 a 1481”, *História de Portugal* dirigida por José Hermano Saraiva, vol. 3, Lisboa, Ed. Alfa, 1982, p. 283-291.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

III

OS LAÇOS DE INTERDEPENDÊNCIA COMUNITÁRIA E SOCIAL

A família, os protectores e os servidores

*“....nisi abbatissae et sororibus visum fuerit expedire,
cum ex huiusmodi concessionibus vel licentiis
abbatissa vel sorores eos admittere non cogantur.”*

Importa agora analisar as implicações destas comunidades na tessitura social, visíveis no recrutamento e nas suas relações com a sociedade envolvente. Como organismo vivo que é, a comunidade de irmãs só vive graças a um equilíbrio, cuidadosamente estabelecido, entre os seus vários membros e entre estes e os que com eles privam. As relações que são estabelecidas, no caso de uma comunidade de freiras clarissas, alicerçam-se no contacto com os seus superiores e com todos os que a regra admite ao seu convívio. Embora existam ainda laços anteriormente estabelecidos que, apesar do afastamento do mundo, continuam a moldar a existência destas mulheres.

Importa, pois, estabelecer as relações familiares e de dependência que estes conventos criam, desde a fundação, quer com os que se encontram no seu interior, quer com os que do exterior, de alguma forma, condicionam a vida destas mulheres, estabelecendo teias relacionais, mais ou menos duradouras.

As questões a colocar são de diversa natureza e poderiam estender-se quase até ao infinito. Mas para não perder de vista o objecto deste estudo, irei privilegiar dois aspectos/questões a que tentarei responder neste capítulo. Em primeiro lugar, desde logo, perceber como se caracteriza a sociedade conventual (como se podem considerar as relações pessoais, familiares, económicas e até políticas que se estabelecem no interior da comunidade), considerando aqui não apenas o convento, ou seja, o conjunto de freiras que se reúnem em capítulo, mas também os que, no interior do cenóbio ou próximo dele, delas dependem e com elas partilham o seu viver¹⁴⁶⁵.

Outra ordem de questões prende-se com os laços tecidos entre a comunidade e entidades que lhe são “exteriores”, corpos sociais e religiosos que, em determinadas épocas da sua vida, entabulam uma relação e contribuem para a constituição e desenvolvimento da vida quotidiana do convento¹⁴⁶⁶.

¹⁴⁶⁵ As relações clientelares que se estabelecem são muito importantes e os que, desta forma, rodeiam/servem as freiras constituem a chamada «família de fora»: “Con la denominación “familia de fuera” se refería el papa Urbano IV en la regla que promulgo para las clarissa a três categorías de vinculados/as a los monasterios: capelanes, donados y familiares. Podían residir junto a ellos, en casas aparte dentro del recinto monástico (...), pero también tratarse de personas que no se integraban físicamente en los cenóbios.” In María del Mar Graña Cid, “«La Familia de Fuera». Aproximación a las clientelas de los Monasterios de Clarisas” in *Archivo Ibero-Americano*, 265-266/LXX, 2010, p. 317-318. Os vínculos que se estabelecia eram de cariz material e/ou espiritual.

¹⁴⁶⁶ Sobre este assunto, veja-se o interessante esquema apresentado por Valerie G. Spear, *Leadership in Medieval English Nunneries. Studies in the History of Medieval Religion*, vol. XXIV, Woodbridge, The Boydell Press, 2005, p. 11-13.

Estas duas dimensões são atravessadas por dinamismos/forças, ora de aproximação (relações clientelares) ora de oposição (relações de conflito), que proporcionam a descoberta de formas de pensar e agir que, de maneira mais profunda, marcam a vida comunitária. Pois, para além das pessoas e das relações que estabelecem, no mundo em que vivem e constroem, estão as matrizes religiosas e culturais da sociedade que as moldou.

Começamos, então, por caracterizar, ainda que sumariamente, na vivência sócio-religiosa de então, as tendências da espiritualidade, em especial dos círculos oligárquicos nobres e das elites concelhias que, como sabemos, são os que se encontram mais próximos dos conventos fundados. Protagonistas/agentes desta vida comunitária são, pois, todos os que aqui iremos apresentar. E, num segundo momento, procuraremos descortinar, num olhar mais focado em cada uma dos membros das comunidades de clarissas, as suas origens familiares e o percurso de cada uma no interior da instituição.

1. As figuras tutelares

1.1. Fundadores e/ou governadores

Quem são os fundadores? A sua família? A situação ou estrato social a que pertencem? Como se posicionam face ao convento? Quem são os principais construtores das redes familiares e clientelares que se estabelecem em torno do mosteiro? Como interagem? Pelo que se responsabilizam? Estas e outras questões a elas ligadas são o ponto de partida deste capítulo.

Olhemos então de novo para os fundadores, não na perspectiva institucional dos meios jurídicos utilizados para a institucionalização da experiência religiosa e para a sua regulamentação, mas para o estatuto social dos mesmos.

Pretende-se, desta forma, evidenciar os apoios sociais dos conventos, bem como o cariz do recrutamento vocacional - em que grupo ou grupos sociais se faz - e as teias de relações que se estabelecem com as famílias de origem das monjas. Tendo ainda em linha de conta que o que marca o início de uma comunidade tende a prolongar-se ao longo da vida da mesma, pois, uma vez instalados, os interesses sociais têm uma tendência natural para reproduzir-se, não esquecendo, obviamente, as conjunturas que se vivem.

Estas e outras interrogações obrigam-nos a inquirir do estatuto social dos fundadores, das suas clientelas e apoios, bem como das suas intenções de carácter mais político e social no que respeita à fundação.

Em primeiro lugar, temos de ter consciência de que a condição social dos fundadores dos mosteiros de clarissas não é homogénea, o que poderá logo pôr em causa a afirmação de uma preferência, por estes mosteiros, de um grupo de uma nobreza de segunda estirpe, em detrimento dos mosteiros de cistercienses (e também de beneditinas) apoiados pela alta nobreza¹⁴⁶⁷.

Para esta situação contribuem, pelos menos, dois factores. Um prende-se com a ascensão de novas famílias à nobreza de corte e ao ocaso de grande parte da antiga

¹⁴⁶⁷ Ver, entre outros, os trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho, e Rui Cunha Martins, “O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XII-XIV)”, *Theologica*, 2ª Série, 28, 2, 1993, p. 481-506; Luís Miguel Rêpas, “Margarida Anes [Fafes de Lanhoso] (1272-1316). A Mulher, a Religiosa, a Gestora”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXIV, Coimbra, 2000, p.491-533; Idem, “O monaquismo cisterciense feminino, o mosteiro de Arouca e uma proposta de estudo prosopográfico”, *Itinerarium*, Ano XLVII, nº 170 (Maio-Agosto), 2001, p. 321-330.

nobreza, como afirma José Augusto Pizarro¹⁴⁶⁸, especialmente durante o reinado de D. Dinis, ou seja, entre finais do século XIII e primeiros anos do XIV, que é precisamente quando se fundam e desenvolve os mosteiros de clarissas em análise. Outro factor importante, já afirmado, alicerça-se na implantação destes mosteiros na periferia de grandes centros urbanos e de, por isso, concitarem o interesse dos grupos sociais urbanos emergentes.

Assim, a diversidade já afirmada de apoios sociais vem confirmar uma proposta de análise que me parece importante e que dá lugar a uma forma diversa de abordar a questão: a importância de perspectivar esta realidade com base na envolvência social e nos interesses particulares, em especial de mulheres que procuram, na sociedade em mutação, uma forma de expressar a sua religiosidade, fora dos quadros espirituais e até materiais já existentes.

Com este objectivo, olhemos agora as várias situações. Como sempre, os dados que possuímos para este estudo não se reportam a todos os conventos, mas a partir dos que possuímos, vamos apresentar as conclusões possíveis.

1.1.1. Em Entre-Ambos-os-Rios

Este cenóbio tem uma fundadora que remete para uma nobreza terratenente que, nesta região do país, recebe os seus territórios, alguns provenientes da sua própria conquista e presúria, outros de doações régias, por serviços prestados à Coroa.

O mosteiro de Entre-ambos-os-Rios tem a particularidade de ser fundado por um casal, Châmoa Gomes e Rodrigo Froilaz, sendo, porém, o património fundacional recebido de D. Châmoa que o constitui, por via feminina, numa família em que as mulheres são, claramente, dominantes na posse da terra e, possivelmente, na chefia do clã familiar.

¹⁴⁶⁸ Como explana este autor em: *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 511-535.

D. Châmoa Gomes é neta de Rui Vasques e Toda Palazim e filha de Teresa Rodrigues de Barbosa e Gomes Soares. Documentam-se dois irmãos, Vasco Gomes e Soeiro Gomes, que morreram sem descendência¹⁴⁶⁹.

O primeiro dado importante na família¹⁴⁷⁰ prende-se com o facto de, nas gerações anteriores, serem as mulheres que asseguram a linhagem e dominam a herança. Assim, Châmoa é, por via feminina, trineta de Egas Moniz e Teresa Afonso e bisneta de Urraca Viegas, casada com Vasco Sanches, do qual tem Rui Vasques e Gonçalo Vasques. O primeiro será o avô de D. Châmoa e casa com D. Toda Palazim que só tem duas filhas: Teresa, mãe de Châmoa, e Maria.

Ao longo destas gerações, as mulheres da família são igualmente fundadoras e patronas de mosteiros que se encontram próximos de Entre-os-Rios. Teresa Afonso fundou Salzedas¹⁴⁷¹ e de Urraca Viegas diz-se que patrocinou Tuías¹⁴⁷², ficando, pois, a família, desde cedo, ligada a estas comunidades. A confirmar esta situação encontra-se o testamento de D. Toda Palazim, feito em 1230¹⁴⁷³, que nos fornece diversas informações de grande valia.

Assim, entre as várias disposições, D. Toda manda-se sepultar no mosteiro de Paço de Sousa, mosteiro beneditino¹⁴⁷⁴ que pertencia ao patronato dos Ribadouro e onde

¹⁴⁶⁹ LL37C3-5.

¹⁴⁷⁰ Sobre a família veja-se: José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, “Pela Morte se conhece um pouco da Vida”. A propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, Mário Jorge Barroca (coord.), 2º volume, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 220-221 e ainda Leontina Ventura *A nobreza de corte de D. Afonso III*, 2 volumes, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992 (para os Vinhal) e Henrique David, Amândio Barros, João Antunes, “A Família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dnis”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Universidade do Porto, II série, vol. IV, Porto, 1987, p. 69-87(para os Cardona).

¹⁴⁷¹ Cf. sobre o Mosteiro de Salzedas: Baltazar dos Reis, *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*, manuscrito do século XVI publicado como apenso às memórias de Mondim da Beira de J. Leite de Vasconcelos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

¹⁴⁷² Cf. LL37C3-4.

¹⁴⁷³ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 52, doc. 1.

¹⁴⁷⁴ Cf. José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* in *Obras Completas*, vol. 12, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 24-31.

estava enterrado Egas Moniz, revelando assim uma estreita e interessante relação com a família do seu marido. Faz ainda doação de 10 maravedis da portagem de Entre-os-Rios, seis ao mosteiro de Paço de Sousa (para manter a lâmpada do altar de Santa Maria, onde estiver sepultada) e quatro à igreja de São Salvador de Entre-os-Rios, para aí “alumiar alampada deante sa altar”¹⁴⁷⁵. Entrega vários bens e direitos em Entre-os-Rios, dos quais dois casais a Pedro Eanes, um deles pertença da albergaria que diz ter mandado aí construir e onde Pedro Colaço lhe pede para servir. Manda ainda a D. Vasco a sua quinta de Entre-ambos-os-Rios, com 10 casais e a sua portagem (excepto os referidos 10 maravedis). Se D. Vasco morresse sem descendência, devem estes bens ficar ao Mosteiro de Paço de Sousa.

Sublinha D. Toda que a herdade de Entre-os-Rios é de sua “ganhadia”. Pelo que sabemos, em 1210, D. Sancho I doara-lhe o reguengo de Entre-ambos-os-Rios, “pelo muito bem e serviço que à minha mulher, rainha dona Dulce de boa memoria e a nós fizestes e fazeis”¹⁴⁷⁶, doação confirmada por Afonso II, em 1215¹⁴⁷⁷, igualmente pelos bons serviços prestados pela condessa aos seus pais e a ele e sua mulher, D. Urraca, acrescentada com mais alguns casais em Paiva que pertenciam à Coroa.

Destes bens de Entre-os-Rios, uma parte parece estar associada a uma albergaria¹⁴⁷⁸ aí construída por D. Toda, outra terá ficado nas mãos de D. Vasco. Mas quem é D. Vasco? Possivelmente, o seu neto, filho de D. Teresa Rodrigues que, ainda de acordo com os Livros de Linhagens¹⁴⁷⁹, terá morrido sem descendência, o que poderá significar que, como estava previsto no testamento de D. Toda, os bens terão ficado ao mosteiro de Paço de Sousa.

¹⁴⁷⁵ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 52, doc. 1.

¹⁴⁷⁶ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 2; *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, editados por Rui Azevedo, Avelino de Jesus Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, p. 288-289; TT, Leitura Nova, *Além Douro*, Livro 2, fl. 182.

¹⁴⁷⁷ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 1 e Mç. 68 (cópia).

¹⁴⁷⁸ Será que esta albergaria subsiste, uma vez que ao fundar o mosteiro de Entre-os-Rios, D. Châmoa, em 1257, terá falado ao papa do objectivo do “seu” cenóbio ser “para segurar as estradas”, em favor dos caminantes, devido aos homicídios, furtos e rapinas que aí se praticavam? Cf. TT, OFM, PP, SCP, Mç. 67, doc. 4.

¹⁴⁷⁹ Cf. LL37C5.

Sabemos, no entanto que, em 1241¹⁴⁸⁰, Dona Teresa Rodrigues dá carta de foro a cem homens, para que estes povoem a Rua de Entre-ambos-os-Rios, bem como Jogueiros e os seus termos¹⁴⁸¹. Seis anos depois, em 1247¹⁴⁸², já a terra está na posse de Teresa Garcia, prima de Châmoa Gomes, casada com Munio Gonçalves¹⁴⁸³, que lhe faz doação de todo o seu “herdamento que tenho e devo de ter em Entre Ambos os Rios com Jogueiros, e em Paiva, em Ribeira e de Gontins, convem a saber: Igreja, casas, solares, terras, prados, montes, fontes...” invocando o “amor e um bom serviço que me fizeste” e deixando-o para todos os seus sucessores e se não os tiver que os dê por alma de ambas. Curiosamente, este documento é produzido reinando D. Fernando com a sua mulher, a rainha Joana, em Leão e na Galiza e em Castela, Toledo, Córdova, Múrcia e Jaén e D. Munio em Leão e não refere o marido de Teresa Garcia que se encontrava em Leão, tendo, provavelmente, acompanhado as hostes do príncipe Afonso de Castela (filho do rei D. Fernando III), durante as suas incursões no reino português, em favor do monarca deposto, Sancho II¹⁴⁸⁴. Isto poderia explicar a doação, tendo em vista a possibilidade de uma qualquer retaliação/expoliação dos bens dos que estiveram com o monarca deposto.

No entanto, nesta mesma incursão estiveram seguramente, D. Ramiro e D. Rodrigo Froilaz¹⁴⁸⁵, o marido de D. Châmoa. Certo é que numa carta de 1258¹⁴⁸⁶, em que D. Rodrigo Froilaz e D. Châmoa instituem e falam da construção e fundação do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios, começam por afirmar que esta é realizada com o outorgamento do papa e “por remimento de nossos pecados e pelas almas de nossos pais

¹⁴⁸⁰ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 28.

¹⁴⁸¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 28 (traslado de 1392). Nesta carta revela-se a riqueza da região que, além do pão e vinho e das hortas, deve ser ainda rica em gado, pois de foro cada homem deve pagar 1 maravedi, anualmente e, por serviço, uma vaca e três carneiros, além de 100 pães (e que comprassem tudo na dita Rua).

¹⁴⁸² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 9 (com um traslado de 1270) e Mç. 68, doc. 2 (cópia).

¹⁴⁸³ Esta senhora é filha de Garcia Peres e Gontinha Soares, esta tia, irmã do pai de D. Châmoa.

¹⁴⁸⁴ Leontina Ventura, *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 76-77.

¹⁴⁸⁵ Cf. *Idem*, p. 76.

¹⁴⁸⁶ Já depois da bula papal de Alexandre IV ter colocado o mosteiro sob a sua protecção in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 67, doc. 4.

e mães e avós e por malfeitorias e danos que fizemos no Reino de Portugal.”¹⁴⁸⁷, pedindo ao seu amigo, o bispo de Leão, que sele esta carta¹⁴⁸⁸.

Assim, parece ficar mais clara a origem de D. Rodrigo, leonês que casa com uma portuguesa e que participa, com o príncipe D. Afonso, na campanha deste em favor de D. Sancho II. Por essa mesma razão, ficará em Leão e ser-lhe-á atribuída, em data desconhecida, a tenência de Ciudad Rodrigo¹⁴⁸⁹.

Entretanto, já casado com D. Châmoa tiveram, segundo apurámos, uma questão com o mosteiro de Arouca, com o qual fazem uma composição em 1256¹⁴⁹⁰, sobre bens que tinham pertencido ao primo desta, Soeiro Peres Carnes.

Em 1268, D. Châmoa, já viúva, elabora o seu testamento¹⁴⁹¹ e, em 1269¹⁴⁹², doa bens à Sé de Braga, por um aniversário por sua alma, tendo ainda no ano seguinte¹⁴⁹³ sido passado uma certidão sobre os seus legados testamentários pelo abade de Pombeiro, Rodrigo Gomes, o que parece indicar que nessa data, final de Abril, já teria falecido.

¹⁴⁸⁷ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 3.

¹⁴⁸⁸ No ano seguinte uma nova carta que repete o que se diz nesta é feita em Zamora e assinada pelo respectivo bispo, D. Soeiro, por Frei João, guardião dos Menores em Zamora e por outros frades e cónegos in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 4 e Mç. 68 (cópia). Não é, pois, por acaso que será o mosteiro de Santa Clara de Zamora instado a enviar freiras, para governar a nova fundação, em 1256 (TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 67, doc. 1) e, de novo, em 1259 (TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 67, doc. 14).

¹⁴⁸⁹ Segundo Baltazar dos Reis, *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*, manuscrito do século XVI publicado como apenso às memórias de Mondim da Beira de J. Leite de Vasconcelos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 86, a própria Châmoa teria sido abadessa de Santa Clara de Ciudad Rodrigo, o que nos parece pouco provável, mas talvez tenha lá passado o resto dos seus dias e mesmo aí tenha sido sepultada. É ainda ao bispo de Ciudad Rodrigo que o papa pedirá ajuda para sagrar a igreja do mosteiro, caso o não faça o bispo de Porto, como é do seu múnus.

¹⁴⁹⁰ Nessa altura já estaria casada com D. Rodrigo Froilaz que também é citado no documento. Cf. *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, volume 1, ed. Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, doc. 89, p. 97-98.

¹⁴⁹¹ Este é publicado e estudado por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, conforme já foi indicado na nota 6 deste capítulo.

¹⁴⁹² A doação incluía três casais no lugar de Veire, termo de Aguiar de Sousa, com 15 homens de maladia e serviço. Cf. ADB, *Gavetas do Cabido – Gaveta dos Legados e Sufrágios*, nº 10 e *Gaveta das Propriedades e Rendas do Cabido*, nº 110.

¹⁴⁹³ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 9 (2º documento).

Olhemos agora, de forma mais detalhada, o seu testamento, realizado no mosteiro de Tuías, nele procurando as relações familiares e espirituais que caracterizam a sua acção como dama nobre e fundadora de uma comunidade religiosa.

À parte as suas doações ao mosteiro de Entre-os-Rios, de que já anteriormente falámos¹⁴⁹⁴, são objecto da sua benemerência outras comunidades religiosas portuguesas, como Paço de Sousa¹⁴⁹⁵, Tuías¹⁴⁹⁶, Salzedas¹⁴⁹⁷, Santo Tirso¹⁴⁹⁸, Pombeiro¹⁴⁹⁹, Leça¹⁵⁰⁰, Vila Boa do Bispo¹⁵⁰¹ e leoneses: Gradefes¹⁵⁰² e Otero¹⁵⁰³.

Os cenóbios portugueses situam-se todos na área de implantação da família de D. Châmoa, nos concelhos de Penafiel, Marco de Canaveses, Santo Tirso, Felgueiras e Matosinhos, na diocese do Porto e um na de Viseu, em Tarouca, com uma predominância dos mosteiros beneditinos. Em Léon, contempla os mosteiros cistercienses de Otero de las Dueñas e de Gradefes. Mas não esquece ainda os mendicantes, que começam então a instalar-se no reino, desde os franciscanos de Guimarães, Santarém e Lisboa aos pregadores de Lisboa, Santarém e Porto, bem como as clarissas e os franciscanos de Ciudad Rodrigo.

¹⁴⁹⁴ Ver Capítulo II do nosso trabalho.

¹⁴⁹⁵ Mosteiro beneditino (masculino), onde sua avó, D. Toda Palazim, se tinha mandado sepultar, ver nota 5 deste capítulo e igualmente, Egas Moniz, o Aio de D. Afonso Henriques in *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 51.

¹⁴⁹⁶ Mosteiro beneditino feminino fundado por Urraca Viegas, parente de D. Châmoa in *Idem*, p. 83.

¹⁴⁹⁷ Mosteiro beneditino fundado por Teresa Afonso, parente de D. Châmoa in *Ibidem*, p.105.

¹⁴⁹⁸ Mosteiro beneditino masculino in *Ibidem*, p. 52.

¹⁴⁹⁹ Mosteiro beneditino masculino in *Ibidem*, p. 68.

¹⁵⁰⁰ Mosteiro beneditino entregue pela rainha D. Teresa à Ordem do Hospital in *Ibidem*, p. 53 e 471.

¹⁵⁰¹ Mosteiro de cônegos regantes in *Ibidem*, p. 197.

¹⁵⁰² Mosteiro cisterciense feminino de Santa Maria la Real, fundado em Léon, em 1168. Sobre a sua fundação e história, veja-se Taurino Burón Castro, *Colección documental del Monasterio de Gradefes (1054-1299)*, vol. I, Léon, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1998, p. XIII-XVIII.

¹⁵⁰³ Mosteiro cisterciense feminino de Léon, com o nome de Santa Maria de Otero de las Dueñas, fundado em 1245. Desde a sua fundação, encontra-se afiliado ao de Gradefes e, no século XIX, acaba por ser nele incorporado. Cf. *Ibidem*, p. XXVIII-XXX.

Mas, tal como outras senhoras do seu tempo, os que sofrem e necessitam da sua ajuda material também não são descurados, e recebem donativos no seu testamento, como é o caso das suas merceeiras de Braga e os gafos e gafas de Braga, Canaveses, Porto e Guimarães.

Papel crucial na sua manda tem a Sé de Braga que, na pessoa do seu bispo, D. Martim Geraldês e do cabido, bem como alguns cónegos¹⁵⁰⁴, em especial, e os seu familiares¹⁵⁰⁵, recebem várias doações. Não podemos ainda esquecer que um dos instrumentos do seu testamento fica no tesouro de Braga. Também outros homens da mesma cidade, Estêvão Mendes, clérigo e João Peres, tabelião, são agraciados pela dama.

Entre o grande número de homens e mulheres citados no seu testamento, que nos são maioritariamente desconhecidos, revelam-se ainda dois grupos de pessoas, importantes para definir o estatuto social e o papel desempenhado por esta senhora na sociedade em que viveu: os criados/dependentes¹⁵⁰⁶ e os familiares¹⁵⁰⁷ (ligados a Aragão e aos da Maia e de Soverosa).

Em todo o testamento, é bem claro o facto de D. Châmoa, assim como os seus dois irmãos que, à época já teriam morrido, não terem deixado descendência razão pela qual as referências à família são sempre um pouco vagas. No entanto, podemos dizer que o medo de que alguns, especialmente os de Aragão, pudessem vir a reclamar a parte da herança que caberia com certeza à sua tia, Maria Rodrigues, casada em Aragão, parece estar sempre presente.

¹⁵⁰⁴ Mestre Pedro do Souto; Lourenço Eanes, raçoeiro de Braga.

¹⁵⁰⁵ Maria Eanes, sobrinha do tesoureiro de Braga.

¹⁵⁰⁶ Deste grupo, destacamos Bartolomeu e Domingos Migueis, seus homens, Maria Gil, sua criada, um seu criado, filho de Maria Sardia e alguns dos seus clérigos: Lourenço Gonçalves (que também é seu colaço) e Domingos Moniz, capelão de Entre-os-Rios.

¹⁵⁰⁷ Aqui, as questões que se levantam são mais complexas, porque os parentescos apresentados são um pouco confusos. Assim, refere os seus primos de Aragão, sem especificar os seus nomes, e ainda Fernão Peres Barbosa que diz ser seu sobrinho e que deve ser um dos filhos de Pedro Nunes Barbosa e de Elvira Martins da Maia, cujo parentesco remonta ao seu bisavô, Vasco Sanches que é irmão do avô do contemplado. Por isso, quando muito seriam primos, afastados. Outro elemento evocado é Pedro Soares Carnes, seu tio paterno. Já os restantes elementos da família nomeados, como o seu primo, co-irmão, Manrico Gil, e os seus sobrinhos Acenço Eanes, Pedro Eanes e Paio Soares, são mais difíceis de localizar e de estabelecer a relação familiar que podem ter com D. Châmoa. Manrico Gil deve ser o filho de Gil Vasques de Soverosa I, primo co-irmão de Gomes Soares, seu pai e, por isso, assim tratado por D. Châmoa. Acenço e Pedro serão irmãos, possivelmente do ramo da família Barbosa, como parece mais visível com Paio Soares (Ver Árvore Genealógica de D. Châmoa).

E, realmente, os medos e receios de D. Châmoa justificaram-se. As contendas sobre os bens do mosteiro vão tornar-se uma realidade. A primeira desenvolve-se logo após a sua morte, documentada a partir de 1278. Possivelmente a pública forma do testamento, realizada na Sé de Braga, e pedida das freiras de Entre-os-Rios, em 1277¹⁵⁰⁸, tendo como objectivo comprovar as doações feitas por D. Châmoa ao mosteiro, constitui-se já como uma peça desta disputa.

A questão é dirimida junto do papa e opõe o cenóbio a Gonçalo Eanes de Vinhal, marido de Beringela de Cardona, neta de Maria Rodrigues, tia de D. Châmoa, casada em Aragão, ou seja um dos representantes da família de Aragão que anteriormente referi e que Châmoa tinha razão em temer.

Os bens em litígio são as propriedades em Gontigem, Murracezes, Montemuro e Moledo. Todos estes bens foram doados ao mosteiro por D. Châmoa e são, então, requeridos pelo senhor de Vinhal. Por meio de um rescrito papal, de 13 de Maio de 1278, a contenda transita para a igreja de Ourense. Assim, de Setembro a Novembro do mesmo ano¹⁵⁰⁹, o pleito desenrola-se frente ao arcediago de Ourense, D. Rodrigo Rodrigues, sem a comparência do senhor de Vinhal que, em consequência disso, é pronunciado como “contumaz”, perdendo o direito aos bens que reclama e que permanecem assim no convento.

No entanto, em 1287¹⁵¹⁰, a mulher do cavaleiro, Beringela de Cardona, volta a requerer os mesmos bens e acaba por chegar a um acordo com o mosteiro, na pessoa da sua abadessa, D. Mécia Ordonhes. A esta e à comunidade ficam, por esta composição, os bens contidos no testamento de D. Toda Palazim, ou seja aqueles que se relacionavam mais de perto com o mosteiro, onde ele estava instalado e que pertenciam ao seu couto - Barral, Jogueiros, o burgo e a povoação. Ficavam a D. Beringela os bens de Gontigem, ao passo que os de Montemuro, Murracezes, Campo Benfeito, seriam divididos entre ela e o cenóbio.

A segunda questão começa com o monarca D. Afonso III, que retira ao mosteiro alguns dos bens no julgado de Paiva, que lhe ficaram de D. Toda Palazim, por

¹⁵⁰⁸ Já em 1270 há um documento feito em Pombeiro, onde se indica os bens que D. Châmoa dá ao mosteiro in *TT, OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 9 (2º doc.).

¹⁵⁰⁹ Cf. *TT, OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 11 (9-1278) e Mç. 59, doc. 2 (11-1278).

¹⁵¹⁰ Cf. *TT, OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 6; Mç. 52, doc. 7 e Mç. 60, doc. 8.

intermédio da sua filha, Teresa Rodrigues e de D. Châmoa, sua neta e dotadora do cenóbio. Em 1292¹⁵¹¹, as freiras queixam-se a D. Dinis desta acção do seu pai. Para resolver a disputa, o rei manda fazer uma inquirição. O processo prolonga-se, porque o instrumento se perde, na corte de Lisboa e, em 1305¹⁵¹², após terem visto um traslado dos ditos inquéritos, os juízes nomeados para o feito, D. Estêvão, bispo de Coimbra e o custódio frei Estêvão, acabam por dar razão ao mosteiro que dizem” deve ser metido em posse dos referidos bens”¹⁵¹³.

É neste contexto, em 1306¹⁵¹⁴, que surge a intervenção de Raimundo de Cardona, também ele neto de Maria Rodrigues, a tia de D. Châmoa, afirmando que metade destes bens lhe pertencem. O mosteiro confirma este facto e aceita a divisão das propriedades.

A partilha é celebrada, em Março de 1309¹⁵¹⁵, confirmando largamente a anterior afirmação de que D. Châmoa herdara, não só os bens de sua mãe, que seriam para dividir por ela e pelos seus irmãos, uma vez que estes morrem sem geração¹⁵¹⁶ mas, possivelmente, também a parte da herança que cabia à sua tia, que casa em Aragão, afastada pois da posse da mesma em Portugal. Serão os seus descendentes que, ao voltar, reivindicam o que lhes cabe da referida herança de D. Toda Palazim.

Podemos, pois, concluir que, apesar de ricamente dotado por uma mulher que, como as suas ascendentes, se afirma como grande senhora do seu tempo, Entre-ambos-os-Rios sofrerá dificuldades provenientes das ambições familiares, acicatadas pelo interesse económico dos bens situados nesta região do país.

As motivações de D. Châmoa são, de certa forma, semelhantes e, simultaneamente, diversas das suas antecessoras. Semelhantes porque constituem ritos

¹⁵¹¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 3 e Mç. 68, doc. 3 (cópia).

¹⁵¹² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 63, doc. 3 (cópia), Mç. 50, doc. 6 e doc. 7; *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 3, fl. 46v.

¹⁵¹³ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 68, doc. 3; Mç. 50, doc. 6 e Mç. 50, doc. 7; *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 46v.

¹⁵¹⁴ TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 52v e *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 14.

¹⁵¹⁵ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 15

¹⁵¹⁶ Como se comprova pela sua árvore genealógica e pelo seu testamento, onde nem sequer os refere.

de passagem e entrada numa esfera de prestígio e de visibilidade que a sua ascendência almeja e que ela perpetua. Diversas porque o objectivo último desta fundação aponta para a esfera do sócio-caritativo. A fundação do mosteiro com albergaria, para defesa e protecção dos viandantes, associa ao desígnio afirmativo uma forma de inserção que assume contornos de assistência. A busca das boas obras como forma privilegiada de expiação dos pecados e salvação da alma alcança, no século XIII, um papel fulcral na sociedade senhorial, ligada à nova espiritualidade mendicante que, provavelmente, terá determinado a invocação e dedicação do novo mosteiro fundado.

1.1.2. Em Coimbra

A) A fundadora/dotadora: Mor Dias

A urbe conimbricense recebe, desde cedo, no seu seio a canónica de Santa Cruz¹⁵¹⁷, onde os cônegos regrantes levavam uma vida de estudo e oração, aliada a um controlo religioso da cidade que encontrava o outro pólo na Sé¹⁵¹⁸ que atraía um número considerável de fregueses e de benesses, constituindo, pois, os eixos em torno dos quais se organizava a vida religiosa urbana da urbe coimbrã¹⁵¹⁹.

¹⁵¹⁷ Sobre este mosteiro veja-se em especial as obras de: Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003; Saúl António Gomes, *In Limine Conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, Viseu, Palimage, 2007.

¹⁵¹⁸ Estudado, recentemente, por Maria do Rosário Morujão, *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2005.

¹⁵¹⁹ A tessitura religiosa, sediada na catedral, organizava-se em nove paróquias urbanas (Sé, São João da Almedina, São Pedro, São Cristóvão, São Salvador, São Bartolomeu, Santa Justa, São Tiago, São João Evangelista) e no exterior do recinto amuralhado, outras freguesias, nomeadamente, Santa Clara. A esta forte presença eclesiástica juntam-se os mosteiros agostinhos de São Jorge, Santa Ana da Ponte e o de São João das Donas (junto ao de Santa Cruz), e o cisterciense de Celas de Guimarães, além dos estabelecimentos de assistência, como as leprosarias e albergarias, e ainda alguns outros fenómenos religiosos de uma espiritualidade leiga de contornos mais indefinidos, como as emparedadas, as reclusas de São Cristóvão e as donas de Santa Margarida. Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo” in *Biblos*, vol. LXVIII (1992), p. 335-356; Saúl António Gomes, “As ordens mendicantes na Coimbra medieval: Notas e documentos, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, Tomo X, Lisboa, 1998, p. 149-215.

É neste contexto que, no século XIII, os mendicantes - dominicanos¹⁵²⁰, franciscanos e clarissas - procuram um espaço para se instalarem. Os segundos fixados inicialmente em Santo Antão, deslocam-se, em 1247¹⁵²¹, para a margem esquerda do Mondego. Quanto às pobres damianitas, os tempos e os intuitos são outros, e as adversidades que devem enfrentar, são, como já analisámos, muito duras.

Vamos, então, abordar a questão da fundação, olhando para a dona fundadora e para a sua inserção familiar, a fim de vermos por outro prisma a mesma realidade, tentando assim esclarecer o nascimento deste novo mosteiro feminino, num espaço que parece já plenamente ocupado pelas agostinhas¹⁵²² e cistercienses¹⁵²³, as primeiras claramente na órbita dos crúzios e as segundas legitimadas, com certeza, pelo importante papel de outros cenóbios femininos, que à época acolhiam senhoras da mais alta estirpe, a nível nacional, como Arouca¹⁵²⁴ ou Lorvão¹⁵²⁵.

Analisemos, pois, as origens familiares de D. Mor Dias, com o objectivo de melhor posicionar a sua acção como benfeitora e fundadora de um cenóbio, numa cidade populosa e bem provida de casas monásticas, como é a Coimbra de final de Duzentos.

¹⁵²⁰ Sobre o convento de São Domingos de Coimbra: Maria Helena da Cruz Coelho e João José da Cunha, “O convento velho de São Domingos de Coimbra: contributo para a sua história” in *II Encontro sobre História Dominicana. Actas*, 2, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984, p. 41-53.

¹⁵²¹ D. João Martins de Soalhães quando dissolve o convento de clarissas fundado por D. Mor Dias, entrega as suas instalações aos franciscanos, para aí construírem o seu convento. A igreja do mosteiro só será sagrada, em 1362.

¹⁵²² São João das Donas e Santa Ana da Ponte, sob o controlo de Santa Cruz e da Sé.

¹⁵²³ Como o mosteiro de Celas da Ponte, cf. Maria do Barbosa Morujão, *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001.

¹⁵²⁴ Estudado por: Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988; Luís Miguel Rêpas, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Ed. Magno, 2003; Dina Carla Ferreira de Sousa de Almeida, *O Mosteiro Cisterciense de Arouca: comunidade e património: 1300-1317*, 2 vols, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2003; Rafael Marques Vigário, *O Mosteiro de Arouca no século XV: 1400-1437: a comunidade e o património*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2007.

¹⁵²⁵ Como se verifica em: Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

Filha de Vicente Dias e Boa Peres¹⁵²⁶, Mor é ainda irmã de Joana Dias, casada com Fernão Fernandes Cogominho¹⁵²⁷, e de Teresa Dias¹⁵²⁸. Filha de uma família das elites Coimbrãs é, por via materna, bisneta do chanceler Julião Pais¹⁵²⁹.

O seu pai foi alcaide de Coimbra em 1225 e sobrejuíz régio em 1239 ou 1248-56¹⁵³⁰. A mãe, Boa Peres, faz o seu testamento, em 1258¹⁵³¹, já viúva de Vicente Dias, onde refere que fez uma capela, na Sé de Coimbra, por alma do seu marido, dotando-a com a terça do seus bens, a que junta outros bens, para que os cônegos, por três morabitinos, celebrem anualmente, pelo seu aniversário, se aí for sepultada. No caso de não o ser, que esta doação reverta em favor do seu avô D. Julião¹⁵³².

Na sua manda beneficia, essencialmente, além de vários dependentes e particulares, as grandes instituições religiosas que faziam parte do universo religioso da família: a Sé de Coimbra, o Mosteiro de Santa Cruz, Santa Ana da Ponte e Celas de Guimarães. Mas não se fica por aqui, sendo bem visível o interesse que esta senhora tem pelos mendicantes, os Menores de Coimbra, bem como os Pregadores da mesma

¹⁵²⁶ Sobre esta família veja-se, entre outros, Leontina Ventura, *A nobreza de corte de D. Afonso III*, vol. II, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992, p. 654-657; José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 49-65; Ana Paula Pratas Figueira Santos, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, vol. I, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2000, p. 57-61.

¹⁵²⁷ Sobre Fernão Fernandes Cogominho, em especial sobre a sua faceta de trovador: António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Edições Colibri, 1994, p. 337-338.

¹⁵²⁸ Morreu cerca de 1293.

¹⁵²⁹ Além da bibliografia, já anteriormente citada, sobre o chanceler, veja-se ainda Maria João Violante Branco, *Poder Real e Eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Aberta, policopiada, Lisboa, 1999, p. 189-243, sobre a sua actividade como chanceler junto dos primeiros reis de Portugal. .

¹⁵³⁰ Veja-se Leontina Ventura, *A nobreza de corte de D. Afonso III*, vol. II, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992, p. 654.

¹⁵³¹ TT, *Sé de Coimbra, 1ª incorporação*, Mç. 16, doc. 12 e 13.

¹⁵³² Refere-se, com certeza, ao chanceler Julião Pais, sepultado na Sé Velha de Coimbra, na Capela de São Miguel in Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, Tomo I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999, p. 681-686.

cidade e os de Santarém, Lisboa e Porto, mas ainda pela Ordem de Uclés e pelas igrejas de Coimbra, nomeando, em especial, São Cristóvão, São Bartolomeu¹⁵³³ e ainda outras que fazem ou fizeram parte dos seus bens, Abiúl, Azambujal, Pelma e Barcouço.

Outros elementos contemplados são as mulheres que assumem, na cidade de Coimbra, várias formas de religiosidade, mais ou menos desconhecidas, como as Donas de São Jorge, as reclusas de São Cristóvão, e todas as reclusas de Coimbra, e ainda as donas de Santa Cruz, onde vive a sua irmã, Sancha Peres¹⁵³⁴. Não esquece, como qualquer senhora piedosa, os pobres. Outro sinal interessante é o facto da maioria das suas doações serem em dinheiro, cerca de 230 libras.

Deixa como seus testamenteiros Mestre Estêvão, tesoureiro de Coimbra, Martim Pais e Domingos Fernandes e a filha, Mor Dias, colocando, no entanto, o testamento e a sua execução sob a protecção do bispo de Coimbra¹⁵³⁵. Em 1283, D. Boa já teria falecido.

Uma das irmãs de Mor Dias, Teresa Dias é monja e, mais tarde, priora (1266-1293¹⁵³⁶) de Celas da Ponte.

A outra irmã, Joana Dias, casa com Fernão Fernandes Cogominho. Tenente de Chaves (1262), e do castelo de Coimbra, alcaide-mor de Montemor-o-Velho (1266), é um importante cavaleiro da corte de D. Afonso III, seu *dilectus et fidelis vassalus*, como é referido¹⁵³⁷. Os seus interesses, tal como os da família de sua mulher, giram em torno de Coimbra e Montemor (especialmente após o seu casamento e aproximação à corte),

¹⁵³³ Sobre esta colegiada, veja-se o estudo de Maria Cristina Gonçalves Guardado, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (das origens ao início do séc. XV)*, 2 vols., dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2000.

¹⁵³⁴ Sobre Sancha Peres e a sua presença em São João das Donas: Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 478.

¹⁵³⁵ À época o bispo de Coimbra era Egas Fafes de Lanhoso (1248-1267) in “Episcopologio (Catálogo dos bispos católicos portugueses)” coordenação de Ana Maria C. M. Jorge in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, , direcção de Carlos Moreira Azevedo, Vol. C-I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 134.

¹⁵³⁶ Como está documentado no Cartório do Mosteiro de Santa Ana da Ponte. Entre outros: TT, CR, *Santa Ana de Coimbra*, cx. 1, Mç. 1 e em TT, OFM, PP, SCC, Mç. 1, doc. 4.

¹⁵³⁷ Na *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, volume 1, ed. Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, doc. 107, p. 117-118 (a 12 de Fevereiro de 1257)

embora com bens em Chaves que advêm das suas ligações aos Portocarreiro¹⁵³⁸. O casal encontra-se sepultado em Santa Cruz, apesar de Joana Dias ter mandado construir uma capela dedicada a Santa Maria Madalena na Sé de Coimbra, que dotou para ter capelão e nela se rezar, perpetuamente, o seu aniversário¹⁵³⁹. Com Joana Dias e o seu esposo têm Teresa e Mor várias contendas, entre 1283¹⁵⁴⁰ e 1285¹⁵⁴¹, no que concerne à partilha dos bens paternos¹⁵⁴², em que o rei D. Dinis é envolvido, ordenando ao alcaide e alvazis de Coimbra que intervenham¹⁵⁴³.

Quanto a Mor Dias, os seus testamentos pouco revelam da sua espiritualidade, mas apenas dos seus bens e da forma como os quer distribuir. Assim, reparte o que possui em vida por vários familiares e um apreciável número de dependentes. Entre os primeiros contam-se, pelo menos, duas das suas companheiras na aventura fundacional que empreende e que, tal como ela, se encontravam em São João das Donas, a tia Sancha Peres¹⁵⁴⁴ e Domingas Peres, cujo parentesco, mais remoto, parece advir por via materna. Domingas seria filha de Maria Martins, co-irmã de Boa Peres, como é referido no testamento desta¹⁵⁴⁵.

¹⁵³⁸ Destas ligações dá testemunho Leontina Ventura, *op. cit.*, vol. II, p. 637.

¹⁵³⁹ Leontina Ventura, *op. cit.*, vol. II, p. 638.

¹⁵⁴⁰ TT, CR, *Santa Ana de Coimbra*, Cx. 1, Mç. 1.

¹⁵⁴¹ *Ibidem*.

¹⁵⁴² Em Azambujal, Cernache e Çanfellaria, termo de Ourém.

¹⁵⁴³ Cf. TT, CR, *Santa Ana de Coimbra*, Cx. 1, Mç. 1.

¹⁵⁴⁴ Como prova no seu testamento.

¹⁵⁴⁵ TT, *Sé de Coimbra, 1ª incorporação*, Mç. 16, doc. 12 e 13. Este parentesco é posto em relevo por Maria de Lurdes Rosa, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos” in *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira Azevedo, Vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coordenado por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 471.

Quadro 34 - Dependentes e Servidores de D. Mor Dias

Nome	Cargo/Função	Data	Cota
Afonso Peres, prior de Antanol	Procurador de Mor Dias	1286; 1297	ADB, <i>Gav. das Religiões</i> , nº. 19, 23 e 136
Catarina	Serva de Mor Dias	1268	ADB, <i>Gav. das Religiões</i> , nº. 26
Constança Pais	Sergente de Mor Dias; no testamento de D. Mor recebe uma ração e casa no Mosteiro de Santa Clara de Coimbra ¹⁵⁴⁶	1299; 1302	TT, <i>OFM, PP, SCC</i> , m. 1, doc. 17; m. 19, nº 7 ¹⁵⁴⁷
Domingos Peres	Procurador de Mor Dias	1290; 1297	ADB, <i>Gav. das Religiões</i> , nº. 134 e 136
Durão Martins	Advogado de Mor Dias e de Teresa e Dias e do convento de Santa Ana	1283	TT, <i>Santa Ana de Coimbra</i> , cx. 1, m. 1
Elvira	Moura de Mor Dias	1268	ADB, <i>Gav. das Religiões</i> , nº. 26
Fátima	Moura de Mor Dias	1268	ADB, <i>Gav. das Religiões</i> , nº. 26
Gomes Domingues	Procurador de Mor Dias e de Teresa e Dias e do convento de Santa Ana	1284	TT, <i>Santa Ana de Coimbra</i> , cx. 1, m. 1
Gonçalo	Homem e Procurador de Mor Dias	1297	ADB, <i>Gav. das Religiões</i> , nº. 136
João d'Ouvinha	Procurador de Mor Dias	1301	ADB, <i>Gav. das Religiões</i> , nº. 135
Lourenço Domingues	Procurador de Mor Dias	1297	ADB, <i>Gav. das Religiões</i> , nº. 136
Martim Domingues	Homem de Mor Dias	1292	ADB, <i>Gav. das Religiões</i> , nº. 21
Martim Peres	Homem e Procurador de Mor Dias	1285; 1297	TT, <i>Santa Ana de Coimbra</i> , cx. 1, m. 1; ADB, <i>Gav. das Religiões</i> , nº. 136
Simão Miguéis, clérigo de coro de Coimbra	Procurador de Mor Dias	1297	ADB, <i>Gav. das Religiões</i> , nº. 136
Vicente	Criado de Mor Dias	1302	TT, <i>OFM, PP, SCC</i> , m. 1, doc. 17; Idem, m. 19, nº 7 ¹⁵⁴⁸

¹⁵⁴⁶ “Item mando que den a Constança Paez hua raçom no moesteyro e casa en que more se hy quiser morar senom more nas mhas casas de Rua de Moeda en sa vyda e a sa morte fiquem ao moesteyro de Sancta Clara”

¹⁵⁴⁷ Com traslados em: ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26 (1303) e TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 30 (1316).

¹⁵⁴⁸ *Ibidem*.

A análise dos dependentes mostra um conjunto de homens e mulheres que não é despidendo, tendo em conta que D. Mor tinha ingressado no convento, revelando pois a sua ligação ao mundo. Estes assumem papel de real importância no processo de litígio com Santa Cruz, para o qual são necessários vários procuradores, tendo em conta as diligências, por ela realizadas, e a sua amplitude geográfica (de Coimbra, a Lisboa - junto do rei e da rainha, e a Roma¹⁵⁴⁹ - na corte pontifícia), mas também servas, escravas e os seus homens que terá conservado, no mosteiro, e a quem se refere e recompensa nos seus testamentos, numa clara afirmação de grande senhora da época, que mantém a sua corte de servidores.

Importa ainda lembrar a sua situação face a Santa Cruz¹⁵⁵⁰, pois embora reclame que apenas entrou no mosteiro para obter “segurança”¹⁵⁵¹, certo é que, no seu primeiro testamento, em 1268¹⁵⁵², se considera “naturalis et clientulam” do referido cenóbio, títulos, regra geral, atribuídos a quem é descendente do padroeiro de uma igreja ou mosteiro e que, por isso, nele, auferiam de certas regalias, como “comedoria” ou “ração”¹⁵⁵³. Certo é que, no segundo e terceiros testamentos, já não usa esses títulos e a sua aproximação aos franciscanos é notória, como aliás já se analisou anteriormente.

Esta relação com os Mendicantes começa logo desde a sua “entrada em religião”, momento presenciado por doze franciscanos e seis pregadores¹⁵⁵⁴, o que não deve ser muito habitual e pode revelar as ligações já existentes desta senhora com os movimentos mendicantes que se afirmavam, à época, paulatinamente, na cidade de Coimbra.

¹⁵⁴⁹ Como o afirma, antes de 1290: ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 134 e é confirmado em 1296, por bula de Bonifácio VIII, *Sua nobis*, em que o pontífice nomeia o chantre de Coimbra, Pedro Martins, como juiz apostólico delegado na causa entre D. Mor e o Mosteiro de Santa Cruz, a 7 de Maio de 1296, em ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 136.

¹⁵⁵⁰ Como já se apresentou e desenvolveu, anteriormente, na 2ª parte do nosso trabalho.

¹⁵⁵¹ Sobre as condições da sua entrada em São João das Donas, veja-se o primeiro capítulo do nosso trabalho.

¹⁵⁵² ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26.

¹⁵⁵³ Cf. Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vol. II, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p. 436-437.

¹⁵⁵⁴ Como o comprovam os relatos dessas testemunhas em: ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26.

Esta vertente está ainda presente na sua relação com D. Constança Sanches, filha bastarda da ligação existente entre D. Sancho I e a Ribeirinha¹⁵⁵⁵, D. Maria Pais Ribeira. D. Constança terá nascido cerca de 1204 e professado em São João das Donas em 1224. Era grande devota de São Francisco e de Santo António, como refere o seu epitáfio¹⁵⁵⁶. Assim o revelam também diversas das suas diligências. Com efeito, em vida contribuiu para as obras de São Francisco da Ponte¹⁵⁵⁷ que terá mudado de localização por iniciativa do infante D. Pedro¹⁵⁵⁸, também ele filho, mas legítimo, de D. Sancho I e ainda, no seu testamento¹⁵⁵⁹ (em 1269) legou vários bens a conventos franciscanos e manda-se sepultar, em Santa Cruz, por certo junto de um altar que ela teria mandado edificar e dedicado a Santo António (pouco depois da sua canonização) e com a obrigação de nele se rezar missas, por sua alma¹⁵⁶⁰.

¹⁵⁵⁵ Interessante é ainda notar que Constança Sanches é irmã de Gil Sanches, Rodrigo Sanches e Teresa Sanches (LVIAO10; LL7C3). A estes e aos seus legítimos herdeiros, doou o monarca Sancho I, o seu senhorio de Vila do Conde. Como apenas Teresa Sanches, casada com D. Afonso Teles, teve descendentes legítimos, a eles ficou o senhorio de Vila do Conde e é nele que a sua trineta, Teresa Martins e o seu marido, Afonso Sanches, constroem o mosteiro de clarissas de Santa Clara de Vila do Conde, em 1318.

¹⁵⁵⁶ ”Fugiu do Mundo, em troca da alegria da verdadeira luz, e enclausurou-se neste mosteiro da Cruz, ao qual enobreceu com muitas riquezas. E, o que mais é, a ele se entregou pela morte. Acompanhado por Santo António, São Francisco vem fortificá-la na fé, dizendo-lhe com os piedosos lábios: Não temas e fica sabendo que a Rainha do Céu te levará para os tronos do Paraíso e para o coro das virgens” in Mário Martins, *Introdução Histórica à Vivência do Tempo e da Morte*, vol. I, Braga, 1969, p. 101-102 e para a notícia mais desenvolvida desta inscrição: Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999, Tomo 1, p. 960-965.

¹⁵⁵⁷ Convento franciscano fundado em 1217-18, nos Olivias, em Coimbra, sob a protecção da rainha D. Urraca. Cf. *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 275.

¹⁵⁵⁸ O infante D. Pedro, nascido em 1187 ou 1188, casado com Aurembiaux de Urgel, terá um importante papel na difusão do culto dos Mártires de Marrocos e, por isso, na instalação e promoção dos franciscanos em Coimbra. Cf. Isabelle Heullant-Donat, “Des missionaires martyrs aux martyrs missionnaires: la mémoire des martyrs franciscains au sein de leur Ordre aux XIII^e et XIV^e siècles” in *Écrire son Histoire. Les communautés régulières face à leur passé. Actes du 5e Colloque International du C.E.R.C.O.R.*, Saint-Étienne, 6-8 Novembre 2002, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2005, p. 177.

¹⁵⁵⁹ In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coordenação científica de José Pedro Paiva, vol. II – *Antes da fundação das Misericórdias*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias, 2002, p. 498.

¹⁵⁶⁰ CF. TT, *Santa Cruz de Coimbra*, livro 7, fls. 6-7 cópia do original em TT, *Gaveta XVI*, Mç. 1, nº 23 e citado por António Domingos de Sousa Costa, *S. Antonio Canonico Regolare di S. Agostino e la sua vocazione francescana. Rilievi storico-storiografici*, Braga, Editorial Franciscana, 1982, p. 98-99.

Tal como D. Constança, Mor Dias, que com ela terá privado no cenóbio, era uma devota franciscana¹⁵⁶¹. Tudo isto fruto da influência de Santo António e da passagem dos Mártires de Marrocos por Coimbra, associado ao papel do bispo de Coimbra, D. Egas Fafes na difusão do culto de Santa Clara¹⁵⁶². A mudança dos franciscanos para um terreno próximo daquele que Mor Dias possuía nas margens do Mondego, acrescentada à sua devoção e das que a rodeavam, deve ter contribuído, decisivamente, para a sua iniciativa de construir um mosteiro de menoretas, que seguissem os mesmos passos dos seus irmãos de carisma.

Parece, pois, haver, no cenóbio de São João das Donas, um grupo de mulheres que desenvolve uma espiritualidade próxima de São Francisco e a quem a canonização do santo, em 1228, a de Santo António, em 1232, bem como a de Clara, em 1255¹⁵⁶³ e de Isabel da Hungria, em 1235, tia da futura rainha de Portugal, Isabel de Aragão, tinham decididamente inspirado e com certeza incentivado, apesar de todas as dificuldades que assomam no caminho.

Resta ainda falar da iniciativa de Mor Dias em fundar e dotar um Hospital, em Ceira, que marca, de forma clara, esta espiritualidade mendicante, no que revela do cuidado com os pobres como fundamento das obras de misericórdia que aproximam o crente do exemplo de Cristo. Este hospital, localizado junto a uma ponte, é estabelecido por Mor Dias para aí receber pobres, com bens que retira à prévia dotação do mosteiro de clarissas. Encarrega o bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães¹⁵⁶⁴, de providenciar para a sua construção. Este estabelecimento passará, após a extinção do

¹⁵⁶¹ Sobre esta devoção, seria ainda importante explorar um pouco mais a composição do mosteiro de São João das donas à época em que Dona Mor lá viveu. Dado interessante é o que nos apresenta António Domingos de Sousa Costa, *op. cit.*, p. 64-65, que nos revela a presença, em São João das Donas, de Gontinha de Bulhões, tia de Santo António que morre a 30 de Janeiro, como se diz no Livro dos Óbitos de Coimbra.

¹⁵⁶² Cf. Fernando Félix Lopes, “O culto de Santa Clara em Portugal”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 4, 1953, p. 356-364. Como se comprova ainda no seu testamento, pelo local que elege para ser sepultado: “ (...) eligimus sepulturam nostram in ecclesia Colimbriensis (...) et mandamus corpus nostrum sepeliri in sepulcro jam nobis ibidem fabricto juxta altare Beate Clare Virginis” in *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, coordenação Maria do Rosário Barbosa Morujão, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 299.

¹⁵⁶³ Cf. Bula de Canonização em *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 226-233.

¹⁵⁶⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 7, com traslado em: ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26 (1303) e TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 30 (1316); e cópia no. TT, *OFM, PP, SCC*, Liv. 9, fl. 73-74 v.

cenóbio de Coimbra mandada executar pelo bispo, para as mãos de particulares e só parte dos bens e da administração, anos mais tarde, voltará ao mosteiro¹⁵⁶⁵.

Se não partilhámos, com alguns autores, a influência indirecta de D. Isabel na primitiva construção de D. Mor¹⁵⁶⁶, certo é que, em 1314, no seu primeiro testamento, a rainha doa “aquele lugar que esta em Coimbra que se chama de Santa Isabel que fez Dona Maior Dias se se fazer hy alguma cousa a seruiço de Deus quinhentas libras”, mostrando a indefinição em que se encontra “o mosteiro” (que não é assim referido) e a dedicação da fundação em honra de Santa Isabel (da Hungria). No entanto, revela, ao mesmo tempo, a ligação das duas mulheres, unidas por um laço de espiritualidade¹⁵⁶⁷ que as transforma em exemplos da força e criatividade, ancorada numa forma única de viver uma devoção, no meio do século.

¹⁵⁶⁵ Como o demonstra a documentação. Assim, em 1322, D. Dinis, a pedido da abadessa e convento de Santa Clara, manda aos juizes e alcaides de Coimbra que “sequestrem” e guardem os bens que D. Mor tinha doado ao referido Hospital e que estavam na posse de Martim Canavezes, pois o mosteiro temia que este não entregasse os direitos que, por ele, eram devidos para manter a referida instituição (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 15). Esta questão segue para Roma e, no mesmo ano, o papa manda a D. Gil, cônego de Viseu, que ouça o referido preito (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 33, doc. 14). Em 1326 (traslado na carta de D. Afonso IV em TT, *OFM, PP, SCC, docs. régios*, Mç. 1, doc. 7), Martim Canavezes doa o hospital aos seus filhos, Gil e Urbano e cinco anos depois (traslado na carta de D. Afonso IV em TT, *OFM, PP, SCC, docs. régios*, Mç. 1, doc. 8) dota a sua filha, Senhorinha para casar, tendo o cuidado de logo fazer partilhas com ela e seu marido, Gil Eanes, renunciando estes a todo e qualquer outro legado seu (acautelando, com certeza, assim, os bens do hospital). Finalmente, em 1344, a demanda entre o mosteiro e (agora) os filhos de Martim Canavezes ainda se arrasta, nos tribunais régios, acabando as partes por chegar a uma avença pela qual o cenóbio fica com os bens em Abiúl e Pelmá que eram do hospital, tomando deles posse de imediato (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 21).

¹⁵⁶⁶ Como diz António de Vasconcelos, *op. cit.*, vol. I, p. [72]: “Nenhum pergaminho coevo diz que D. Isabel de Aragão induzira D. Mór Dias a sair de Santa Cruz, mas o que elles contam é sufficiente para conjecturarmos, com todos os visos de verdade, que a rainha não foi completamente estranha á fundação do mosteiro de santa Clara.”

¹⁵⁶⁷ Como se refere e defende em: Maria de Lurdes Rosa, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos” in *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira Azevedo, Vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coordenado por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 473-474.

B) A Fundadora/governadora: Isabel de Portugal

Quando Isabel toma conta da (re)construção e governo do mosteiro, uma das suas principais preocupações é, como se vê pelo número de diplomas por ela emanados, repor a “verdade” sobre o que aconteceu, mormente no que respeita à entrada de D. Mor em Santa Cruz e depois no processo que levou à fundação e posterior encerramento de Santa Clara com o desmantelamento da comunidade e a dispersão dos seus bens. Isabel sabe que, para manter um convento régio, precisa de um grande pecúlio e do apoio dos grupos privilegiados e detentores de poder que reforcem a sua causa, face à oposição dos crúzios que constituem, à época, uma instituição protegida pelo rei e muito poderosa, em Coimbra e a nível nacional. Para isso necessita de, legalmente, e com o apoio de todas as autoridades (religiosas e seculares), restabelecer a ordem e evidenciar a viabilidade económica e humana (social) da “nova” comunidade.

Com este objectivo e para repôr a “legalidade”, permite-se a rainha intitular-se fundadora e governadora do mosteiro de clarissas, dele fazendo, ao longo da vida, um centro de poder e, à morte, um panteão que simboliza bem a sua autoridade na terra e a “força” institucional¹⁵⁶⁸ que a apoia.

Isabel, rainha de Portugal, nasceu em 1270¹⁵⁶⁹, em Saragoça, filha de D. Pedro III de Aragão¹⁵⁷⁰ e de Constança¹⁵⁷¹. Neta de Jaime I e sobrinha de Santa Isabel da Turíngia¹⁵⁷², é, por isso, de *beata stirpe*¹⁵⁷³. Alia, assim, a excelência do nascimento à

¹⁵⁶⁸ O apoio dado por Afonso IV ao mosteiro de clarissas, quer no cumprimento do testamento da mãe, quer nas benesses com que o cumula, já não a pedido desta mas para garantir o seu esplendor económico, é uma realidade inofismável. Para esta questão veja-se: Maria Filomena Andrade *Power and Protection: The King Afonso IV and the Ladies of Coimbra*, comunicação apresentada ao International Medieval Congress, Leeds, 2003.

¹⁵⁶⁹ Esta data não é certa, alguns apontam para 1271. A escolha de 1270 segue, essencialmente, Maria Helena da Cruz Coelho no seu artigo: “esboço sobre a Vida e obra da Rainha Santa Isabel” in *Monumentos. Revista semestral de edificios e monumentos*, nº 18, Março, p. 25-33. Quanto à sua família, veja-se Árvore Genealógica publicada em várias obras, entre elas, a mais recente: Ana Rodrigues Oliveira, *Rainhas Medievais de Portugal*, Lisboa, Esfera do Livro, 2010, p. 152.

¹⁵⁷⁰ Filho do rei de Aragão, Jaime I, o Conquistador.

¹⁵⁷¹ Filha do rei Manfredo da Sicília e neta de Frederico II, imperador da Alemanha.

¹⁵⁷² Sobre o exemplo de Santa Isabel da Hungria: André Vauchez, “Charité et pauvreté chez sainte Élisabeth de Thuringe d’après les actes du procès de canonisation” in *Études sur l’histoire de la pauvreté, Moyen Age-XVII^e siècle*, sob a direcção de M. Mollat, I, Paris, Publications de la Sorbonne, 1974; Robert

aura da virtude¹⁵⁷⁴ e a uma condição privilegiada no âmbito das lutas sociais e políticas que se dirimem no palco peninsular. Filha e neta de reis aragoneses com tendências expansionistas¹⁵⁷⁵, Isabel irá assumir um papel fulcral nesses anseios, não apenas como espectadora ou mero peão de alianças, mas como interveniente activa e consciente dos objectivos a alcançar.

O seu casamento com D. Dinis de Portugal¹⁵⁷⁶, em 1281¹⁵⁷⁷, integra-se no xadrez político peninsular, constituindo uma tentativa de manter o equilíbrio instável entre os três reinos: Portugal, Aragão¹⁵⁷⁸ e Castela. Vivendo ainda os problemas da reconquista

Folz, *Les Saintes Reines du Moyen Âge en Occident (VI-XIII^e siècles)*, Bruxelas, Société des Bollandistes, 1992, p. 105-127; Reinhold Schneider, *Santa Isabel da Hungria (Santa Isabel da Turingia)*, Castelo Branco, Evoramons Editores, 2005.

¹⁵⁷³ A análise da experiência religiosa e da “função exemplar” de D. Isabel, como paradigma de santidade, foi feita por: Ángela Muñoz Fernández, *Mujer y Experiencia Religiosa en el Marco de la Santidad Medieval*, Madrid, Asociación Cultural Al-Mudayna, 1988. Mas muitos outros têm estudado a mesma temática, entre eles, Frederico Francisco de la Figanière, *Memorias das rainhas de Portugal (D. Theresa, - Santa Isabel)*, Lisboa, Typographia Universal, 1859; Fernando Félix Lopes, “Sobre a Vida de Santa Isabel de Portugal”, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 7-238; António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, 2 volumes, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993.

¹⁵⁷⁴ Insere-se no conjunto de santas rainhas que, desde o séc. V, constituem *exempla* em toda a Europa (especialmente na Hungria e na França) e que associam ao poder político e social uma *virtus* que as coloca em situação privilegiada, como modelos de perfeição, face à sociedade de então. Cf. Régine Pernoud, *La Vierge et les Saints au Moyen Âge*, Paris, Bartillat, 1998, p. 155-167.

¹⁵⁷⁵ Especialmente Jaime I, o Conquistador, seu avô, o grande construtor do poder e domínio catalão sobre um vastíssimo império. Cf. Ernest Belenguer, *Jaime I y su reinado*, Lleida, Editorial Milenio, 2008.

¹⁵⁷⁶ Isabel recebe em arras de D. Dinis, seu esposo, em 1281, (*TT, Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1, fl. 41) as terras de Óbidos, Abrantes e Porto de Mós, com todos os seus direitos (o monarca retém para si o direito de “colocar” alcaides) e o padroado das igrejas, além dos castelos de Monforte, Vila Viçosa, Sintra, Ourém, Feira, Gaia, Chaves, Lanhoso, Monforte do Rio Livre, Nóbrega, Montalegre e Portel. O rei concede-lhe ainda, por altura da sua chegada a Portugal, em 1282 (in Sebastião Antunes Rodrigues, *7º Centenário do Casamento de D. Dinis com a Princesa de Aragão D. Isabel. A Cultura da Rainha Santa*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1982, p. 25) a vila de Trancoso, bem como a de Leiria, em 1300, Vila Real de Trás-os-Montes, em 1302, e finalmente Atouguia, em 1307.

¹⁵⁷⁷ Acerca da data e circunstâncias do casamento: Fernando Félix Lopes, “Sobre a Vida de Santa Isabel de Portugal”, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 7-32.

¹⁵⁷⁸ Este reino emancipava-se progressivamente da influência francesa e alargava o seu território para lá da Península Ibérica, em plena expansão económica e afirmação política face a Castela. Cf. Josep Maria Salrach, “Condados Catalanes y Corona de Aragón” in Juan Carrasco, Josep Maria Salrach, Julio Valdéron, Maria Jesús Viguera, *Historia de las Españas Medievales*, Barcelona, Crítica, 2002, p. 224-230.

cristã, estas monarquias facilmente sucumbiam a questões internas onde era notória a ingerência dos seus vizinhos¹⁵⁷⁹.

Durante o período em que D. Dinis é vivo, são conhecidas as suas obras de caridade e a humildade com que auxilia os necessitados e acorre aos pobres e doentes. Funda hospitais¹⁵⁸⁰, apoia a pobreza envergonhada, os órfãos e as mulheres caídas em desgraça¹⁵⁸¹. Realiza pois todo um conjunto de acções, próprias de uma rainha que vela pelo seu povo, especialmente o mais pobre e necessitado.

No entanto, é após a viuvez (1325) e até à sua morte em 1336 que Isabel constrói, de forma definitiva, a sua imagem como mulher ao serviço de uma causa que é, simultaneamente, de cariz religioso e de intervenção social. Assim o demonstra o seu papel na refundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra¹⁵⁸², convertido em centro de toda a sua actividade, onde passa a viver, como rainha viúva e dispensadora de bens e graças para os que dela necessitam.

Esta presença junto ao convento das pobres damianitas atrai um sem número de mulheres. Umas vivendo fora do mosteiro, nos paços da rainha¹⁵⁸³, outras no interior como professoras mas aparentadas por laços de sangue¹⁵⁸⁴ ou por devoções partilhadas, constituem uma comunidade centrada na soberana que alimenta esta relação e que a dinamiza como força aglutinadora.

¹⁵⁷⁹ No âmbito desta política, a rainha não se coíbe de interferir, uma vez que tem relações privilegiadas com Aragão, onde desde 1291 e até 1327, governa o seu irmão, Jaime II e com Castela, onde governa Fernando IV (1295-1312), casado com a sua filha Constança (desde 1302). O filho de D. Dinis e D. Isabel, D. Afonso IV, desposa a infanta de Castela, D. Beatriz.

¹⁵⁸⁰ Como o Hospital dos Santos Inocentes, em Santarém, cujo compromisso de 1321 está copiado no *Arquivo da Misericórdia de Santarém*, Códice 980, fl. 40 e ss, e é transcrito por Fernando Félix Lopes, “Sobre a Vida de Santa Isabel de Portugal”, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 179-182.

¹⁵⁸¹ Como é visível no seu primeiro testamento, em 1314 (e também no último, em 1327), publicado em António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (3)-(7).

¹⁵⁸² Como temos mostrado, ao longo da nossa análise.

¹⁵⁸³ Como é o caso das damas D. Vataça ou D. Marquesa Rodrigues, ama da rainha, entre outras.

¹⁵⁸⁴ Caso paradigmático das abadessas do mosteiro: Isabel de Cardona, meia irmã da rainha Isabel e de Maria Gonçalves Redonda – irmã de Joana Gonçalves Redonda, dama da rainha (vidé as respectivas microbiografias do convento de Santa Clara de Coimbra).

Senhora de um vasto património, a ele corresponde um conjunto de homens e mulheres que a seguem e se dispõem a, com ela, contribuir para o governo dos seus bens e dos do mosteiro que governa.

Assim, da sua corte fazem parte os seus homens de mão que colectam impostos e recolhem as rendas (almoxarifes e mordomos¹⁵⁸⁵), administram a justiça (ouvidores e sobrejuízes¹⁵⁸⁶), velando pelo cumprimento da lei e pela sustentação material da casa da rainha¹⁵⁸⁷, e representando-a, como procuradores¹⁵⁸⁸, nos diversos actos legais que ao mosteiro (e não só) respeitam. Mas, num outro patamar, mais próximos da soberana e das práticas devocionais que constituíam o âmago da sua vida, encontravam-se os capelães¹⁵⁸⁹, clérigos¹⁵⁹⁰ e confessores¹⁵⁹¹ que, de uma forma pessoal, a ouviam e aconselhavam em assuntos espirituais e, com certeza, em matérias mais temporais. A estes aliavam-se os outros cargos de maior responsabilidade e confiança na “casa da rainha”, como reposteiro¹⁵⁹², chanceler¹⁵⁹³ (com os escrivães¹⁵⁹⁴) e tesoureiro¹⁵⁹⁵, mas

¹⁵⁸⁵ Em Torres Novas: João Fernandes (1322); em Leiria: Martim Rodrigues (1330-1336), entre outros.

¹⁵⁸⁶ Martim Afonso (ouvidor e sobrejuíz - 1326): TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 15 e Mç. 38, doc. 15; Pedro Esteves (ouvidor e sobrejuíz - 1326/1336): TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, docs. 11, 12, 15 e Mç. 22, docs. 8.

¹⁵⁸⁷ Sobre as questões em torno da “Casa das Rainhas” na época medieval: Manuela Santos Silva, “Óbidos *Terra que foi da Rainha D. Filipa* (O senhorio de Óbidos de 1415 a 1428)” in *Arqueologia do Estado, 1^{as} Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul – XIII-XVIII*, vol. I, Lisboa, História e Crítica, 1988, p. 311-330; Idem, “Notícia sobre a segunda doação régia de Alenquer, Óbidos e Sintra à Rainha D. Leonor de Lencastre (Évora, 15 de Abril de 1491)” in *A região de Óbidos na época medieval. Estudos*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal de Óbidos, 1994, p. 111-119.

¹⁵⁸⁸ Martim Afonso (1326): TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 3; Lourenço Peres (1333): TT, *Convento de São Domingos de Santarém, 1^o inc.*, Mç. 3, doc. 7; Gonçalo Martins (1335): TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 25.

¹⁵⁸⁹ Gonçalo Esteves (1336, 1337): TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 34 e Mç. 18, doc. 26; Vasco Eanes (1383, 1386): TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 6 e Mç. 28, doc. 11.

¹⁵⁹⁰ Bartolomeu Peres (1321): TT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, m. 37, n.º. 750; Gil Eanes (1330), TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 10; João Peres (1333): TT, *Mosteiro de São Vicente de Fora, 1^o inc.*, Mç. 10, doc. 8.

¹⁵⁹¹ Frei Estêvão de Santarém (1318) e Frei Salvado Martins (1327-1336).

¹⁵⁹² Domingos Gomes (1330): TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 22; João Maceiro (1331): TT, *Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, Mç. 2, doc. 59.

¹⁵⁹³ Estêvão Dade (1326-1336): TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 22 e Mç. 27, doc. 15.

¹⁵⁹⁴ Afonso Peres (1321): TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 10

ainda outros homens da sua confiança, como Raimundo de Cardona¹⁵⁹⁶, um aragonês que vem para Portugal ao seu serviço e que vai assumir um papel determinante quer nas suas relações com Aragão, quer junto de D. Dinis e mais tarde de D. Afonso IV¹⁵⁹⁷.

A seu lado, não podemos deixar de referir a importância de um grupo, com certeza muito numeroso, de mulheres¹⁵⁹⁸, cujos rostos imprecisamente conhecemos (os que a documentação nomeia) e que assumem um papel fundamental, não apenas junto da rainha, mas também na e para a comunidade de Santa Clara que ela funda e na qual assenta a sua imagem de caridade e de afirmação de poder.

Esta corte feminina está em íntima relação com a soberana e acompanha-a mesmo após a morte de D. Dinis, quando Isabel resolve tomar o hábito de clarissa (sem professar) e declara¹⁵⁹⁹, expressamente, o seu desejo de manter as aias e damas da sua casa¹⁶⁰⁰. A dedicação e influência de algumas destas mulheres encontra-se bem patente, quer nos cargos que desempenham, quer na acção que desenvolvem no interior do mosteiro¹⁶⁰¹ ou na esfera mais alargada da Ordem a que pertencem ou da família que representam.

Destas podemos sublinhar o papel das duas primeiras abadessas do convento. A primeira, Maria Gonçalves Redonda¹⁶⁰², é irmã de Joana Gonçalves Redonda, dama da

¹⁵⁹⁵ Afonso Martins (1326): TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 38, doc. 3.

¹⁵⁹⁶ Cf. Henrique David, Amândio Barros, João Antunes, “A Família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dnis”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Universidade do Porto, II série, vol. IV, Porto, 1987, p. 69-87.

¹⁵⁹⁷ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 38.

¹⁵⁹⁸ Como as já referenciadas Vataça Lascáris e Joana Gonçalves Redonda e ainda Maria Ximenes Coronel, Marquesa Rodrigues, Estevainha Martins, Constança Martins, entre outras. Cf. Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal. Estudo histórico*, reedição do texto de 1878/1879, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 167-168.

¹⁵⁹⁹ No seu testamento transcrito em António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (10)-(12).

¹⁶⁰⁰ As nomeadas são: Marquesa Rodrigues, Urraca Vasques, Estevainha Martins, Constança Martins, Maria Eanes, Maria Martins, Joana Peres, como “segares da nossa caza (...) as quais nos servem, e som uzadas de servir em nossa Camara, e de nos ministrar em aquello que nos compre.” In *Ibidem*, p. (11).

¹⁶⁰¹ O caso paradigmático de Joana Gonçalves Redonda que compra bens para o mosteiro, como anteriormente analisámos.

¹⁶⁰² Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Coimbra.

corte da rainha e a segunda, Isabel de Cardona¹⁶⁰³, é filha de Raimundo de Cardona e de Beatriz, irmã bastarda da soberana. Mas, no convento estão ainda duas sobrinha-netas de D. Isabel, D. Branca e D. Leonor¹⁶⁰⁴, filhas de D. Afonso de Aragão, filho do meio irmão de D. Isabel, D. Pedro IV de Aragão, casado com a nobre portuguesa, Maria Nunes Cogominho¹⁶⁰⁵, bem como outras senhoras de famílias nobres portuguesas, entre elas, de Barbosa, de Sousa, de Briteiros, Dade, de Melo e de Vasconcelos.

Dentre elas destaca-se ainda: Vataça Lascaris¹⁶⁰⁶, uma dama da alta nobreza, que é da inteira confiança da soberana (acompanha-a desde Aragão, como sua aia) e que esta envia, quando é necessário, para junto da sua filha Constança, que se encontra em Castela. Graças à presença desta aia fiel, Constança é apoiada pela mãe, especialmente no difícil momento que vive, face à morte prematura do rei de Castela, Fernando IV.

E esta corte encontra-se bem presente nos seus testamentos, como sinais inequívocos da sua acção e empenho no sentido de construir a comunidade conimbricense. Neles contempla os homens e as mulheres que a rodeiam e asseguram os serviços da sua casa, e ainda os pobres, as albergarias e os hospitais do reino, bem como as Ordens mendicantes, pelas quais revela especial predilecção. Não esquece, no entanto, como boa rainha do seu povo, todos os outros conventos de frades e freiras do país e as mulheres emparedadas.

Num codicilo elaborado em 1328¹⁶⁰⁷, determina a fundação de um hospital, em parte dos seus paços, dotando-o para aí manter trinta pobres, obtendo para esse efeito o consentimento papal¹⁶⁰⁸. Tem ainda o cuidado de o entregar ao mosteiro e à tutela da

¹⁶⁰³ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁶⁰⁴ Estas duas religiosas eram da família de Mor Dias, bisnetas da sua irmã, Joana Dias e, por via paterna, aparentadas com a Rainha D. Isabel. A sua presença no cenóbio contribui, pois, para cimentar uma teia de relações que interligava, mais profundamente, a primeira fundadora, Mor Dias à segunda, a soberana.

¹⁶⁰⁵ Filha de Nuno Fernandes Cogominho, almirante de D. Dinis e almotacé mor de D. Afonso IV. Sobre esta família: Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 3ª edição, vol. IV, Braga, edição de Carvalhos de Basto, 1992, p. [414]-[415]; José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 64.

¹⁶⁰⁶ Sobre esta dama, vejam-se os trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, “Vataça - uma dona na vida e na morte”, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 1º volume, Porto, I.N.I.C., 1987, p. 159-193; Idem, “Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência”, *Revista de História da Ideias*, vol. 9, Coimbra, 1987, p.33-77.

¹⁶⁰⁷ Transcrito em António de Vasconcelos, *op. cit.*, p. (19)-(22).

¹⁶⁰⁸ Como já foi anteriormente referido.

abadessa das clarissas de Coimbra, num esforço claro para, à semelhança de D. Mor, aliar à sua obra a preocupação com o cuidado material e espiritual dos pobres. O mesmo modelo de espiritualidade e de acção eclesial é assim defendido e apresentado por mulheres que, permanecendo leigas, sabem encontrar, à sombra dos muros de um convento, uma vida dedicada a Deus e aos que delas necessitam, seja a sua corte, sejam os pobres. Nas duas está presente a imagem de uma senhora magnânima e virtuosa que como tal permanece e é, por isso, dispensadora de bens materiais e espirituais. Basta olhar para os bens e para a capela de D. Isabel, por ela doada, para se entender o papel destas mulheres no modelo de piedade leiga feminina¹⁶⁰⁹, cultivado nos ambientes aristocratas.

No mosteiro que funda, decide ainda a rainha fixar a sua última morada, entregando-se, na morte, às orações daquelas com quem viveu. Acto de independência em relação ao marido, sepultado também ele no “seu” mosteiro de São Dinis de Odivelas, e que consubstancia uma atitude de afirmação de um panteão próprio. No cenóbio conimbricense, são também sepultados a sua neta Isabel, falecida ainda criança, e um conjunto apreciável dos seus servidores, entre eles o mordomo-mor, D. Gonçalo Peres Ribeiro e a sua mulher, D. Constança.

Santa Clara de Coimbra torna-se, assim, uma verdadeira fundação régia. Em torno das clarissas reúnem-se e dinamizam-se os interesses de uma nobreza ligada à soberana e de alguns membros das elites locais que a apoiam. Em toda esta intensa actividade, o religioso e o devocional andam a par do social e do económico, confluindo tudo para revelar o poder sustentador e dinamizador da rainha que concede à sua fundação um prestígio único entre as casas religiosas femininas do século XIV.

À sua morte, a rainha D. Isabel de Portugal é já considerada e venerada por muitos como santa e, pela mão de uma freira de Santa Clara ou do bispo D. Salvado, seu confessor, é escrita a sua “legenda”¹⁶¹⁰ que a consagra como beata e prepara a

¹⁶⁰⁹ Cf. Maria de Lurdes Rosa “A religião no século: vivências e devoções dos leigos” in *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira Azevedo, Vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coordenado por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 423-505.

¹⁶¹⁰ *Vida e Milagres de Dona Isabel Rainha de Portugal*, edição de J.J. Nunes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, ou a edição mais recente do mesmo texto de: Maria Isabel da Cruz Montes, *Vida e Milagres de Dona Isabel Rainha de Portugal (edição e estudo)*, Lisboa, tese de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado, Lisboa, 1999.

canonização que ocorrerá séculos mais tarde, com base num culto que se provaria contínuo após a sua morte¹⁶¹¹.

A construção da imagem da rainha¹⁶¹² não é apenas realizada à sua morte pelos que a rodeiam, pois ela própria ao viver junto a Santa Clara com a sua corte, cria uma identidade que alia a benevolência e a *caritas* para com os pobres à protecção concedida aos que a servem (e, simultaneamente, dela dependem), forjando um senhorio que é, simultaneamente, temporal e espiritual e que contribui, decisivamente, para prestigiar uma nobreza que a ele se acolhe, como atrás ficou demonstrado.

¹⁶¹¹ A beatificação ocorre em 1516, pelo papa Leão X e a canonização será proclamada em 1625, por Urbano VIII. Sobre o processo e as cerimónias de canonização da rainha D. Isabel, veja-se António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. 1, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. [321]-[464].

¹⁶¹² O papel da Rainha D. Isabel, neste contexto, é pois de extrema importância, uma vez que concita à sua volta um grupo de senhoras e senhores da nobreza e também das elites urbanas que com ela sentem a necessidade de apoiar este novo mosteiro que se tornará o centro de uma corte “renovada”. Panteão da mulher portuguesa que em vida já era tomada como santa, além de rainha e senhora poderosa de um reino dividido que ela tenta apaziguar. Cf. Maria Filomena Andrade, “Isabel de Aragão. A construção de uma identidade”, comunicação apresentada no *XIII Coloquio Internacional: la Historia de las mujeres: perspectivas actuales*, realizado em Barcelona em Outubro de 2006.

1.1.3. Vila do Conde

Os fundadores de Vila do Conde são Afonso Sanches e a sua mulher, Teresa Martins¹⁶¹³. Ambos de importantes famílias portuguesas e com um papel crucial no momento da história nacional que se vive, porque se encontram ligados às intrigas palacianas que envolvem o monarca e o seu filho.

Assim, Afonso Sanches é filho ilegítimo de D. Dinis e de Aldonça Rodrigues de Telha¹⁶¹⁴, legitimado por carta de 8 de Maio de 1304¹⁶¹⁵. Foi seu tutor Pedro Afonso Ribeiro¹⁶¹⁶. Considerado um dos filhos bastardos preferidos do monarca, desde cedo é agraciado com bens e, a partir de 1312, recebe o cargo de Mordomo-mor da Cúria Régia, em cujo desempenho se mantém pelo menos até 1323. A sua carreira ascendente, aliada a um conjunto de acções do monarca, seu pai, acaba por concitar a inimizade de parte da nobreza¹⁶¹⁷, bem como do filho primogénito D. Afonso IV. A Guerra Civil que então se desencadeia acaba com a expulsão do bastardo régio, exigida por Afonso, , em

¹⁶¹³ Sobre este casal e a sua acção como dotadores e fundadores do mosteiro de Vila do conde, veja-se: Marisa Costa, “Poder e autoridade de fundar um mosteiro. A dotação de Santa Clara de Vila do Conde” in *De Arte. Revista de Historia del Arte*, Universidade de León, nº 3, 2004, p. 23-37.

¹⁶¹⁴ Cf. *Portugaliae Monumenta Historica. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, nova série, Vol. II/2, edição crítica de José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, p. 93-94; José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 186-195; M. Barbieri, “Afonso Sanchez” in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, 1993, p. 21-23.

¹⁶¹⁵ Cf. TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 33.

¹⁶¹⁶ Vide Esquema Genealógico dos Ribeiro.

¹⁶¹⁷ Esta situação conflituosa deve-se, em grande parte, à acção centralizadora empreendida por D. Dinis face aos vários corpos sociais. Às Inquirições mandadas fazer em 1284, 1288-90, 1301 e 1307, e a consequente devassa das honras novas, alia a legislação que interditava às corporações religiosas o acréscimo de propriedades, por meio de compras e heranças dos bens dos professores (as leis de desamortização), bem como a posse ou usufruto de reguengos. Coarctando as jurisdições dos senhores nas suas propriedades, tantas vezes adquiridas de forma ilícita, o rei defende a integridade do seu reino e da sua casa e despoleta uma forte reacção senhorial. Assim se compreende que, em 1319, o ainda príncipe D. Afonso, ao entrar em guerra contra o pai, por causa dos favores deste a um dos seus bastardos, D. Afonso Sanches, grande número de nobres (essencialmente do Norte e Centro do país) se encontrem do seu lado. Aproveitando a atitude do infante que reclama do pai o direito de justiça, a nobreza portuguesa pretende derrubar um soberano que, pela sua acção, a incomoda e a coloca à margem das decisões mais importantes. (José Mattoso, “A guerra civil de 1319-1324”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações, Obras Completas*, vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 217-227; José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, “Relações político-nobiliárquicas entre Portugal e Castela: o Tratado de Escalona (1328) ou dos “80 Fidalgos” in *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcanices. Actas*, Vol. 2, Porto, separata do Vol. XV da II Série da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Série de História*, 1998, p. 1255-1277)

1324, o que o levará, possivelmente ainda neste ano, a retirar-se para os seus domínios em Castela, para junto de Afonso XI¹⁶¹⁸.

Afonso Sanches é casado, desde 1306¹⁶¹⁹, com Teresa Martins, filha mais velha de João Afonso Telo (II), 1º Conde de Barcelos e de Teresa Sanches. A irmã mais nova de Teresa, Violante Sanches é consorciada com Martim Gil de Riba de Vizela, alferes-mor do reino (1295-1312) e, a partir de 1309, mordomo-mor do príncipe D. Afonso¹⁶²⁰. As duas herdeiras de uma família de grande importância na corte portuguesa acabam por, através dos seus respectivos maridos, litigarem sobre a herança de seu pai, 1º conde de Barcelos¹⁶²¹. Esta questão, que terá começado à morte do conde, em 1304, arrasta-se nos tribunais e também assume papel político, com a intervenção régia. Assim, chegados a 1312, o tribunal régio profere uma sentença de tal forma favorável ao bastardo que leva Martim Gil a exilar-se em Castela, onde morre, sem filhos, meses depois.

Neste contexto, Martim Gil era um natural aliado da causa do príncipe D. Afonso contra o seu irmão bastardo. Após a sua morte segue-se no seu cargo, junto do infante, o testamenteiro de Martim Gil, Raimundo de Cardona¹⁶²², seu primo e co-irmão.

Toda esta situação torna-se importante quer para os dois partidos em presença, quer para o mosteiro de clarissas que, no fundo, se encontra em causa. Pois se de um lado temos em 1318, um bastardo régio (com o rei, seu pai) a dotar um mosteiro de Clarissas, não podemos deixar de relacionar esta atitude com a de D. Isabel, Martim Gil

¹⁶¹⁸ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 192-193.

¹⁶¹⁹ *Ibidem*.

¹⁶²⁰ Sobre Martim Gil e a sua actuação junto do Infante D. Afonso IV, veja-se: Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 58-59.

¹⁶²¹ Como se encontra descrita em José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 181-183; Idem, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 552-553.

¹⁶²² Sobre os Cardona: Henrique David, Amândio Barros, João Antunes, “A Família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dnis”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Universidade do Porto, II série, vol. IV, Porto, 1987, p. 69-87.

e Raimundo de Cardona, todos eles interessados noutros mosteiros de clarissas, ou pelo menos a eles ligados, patrimonial ou familiarmente.

No caso de D. Isabel já falámos Raimundo de Cardona tem interesses já referidos nos bens de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios e a sua filha é, a partir de 1329 e até 1362, abadessa de Coimbra. Martim Gil é irmão de Maria Eanes¹⁶²³, que professou em Santa Clara de Coimbra (provavelmente entre 1303 e 1306) e que, em testamento, deixa ao cenóbio bens em Penso, Riba de Vizela, Entre Douro e Minho e em Ulmar, termo de Leiria. Todo este contexto configura, claramente, no período considerado, um “partido” que, ao lado de D. Isabel e do seu filho, opta a nível religioso pelo apoio a um mosteiro de clarissas, face a outro “partido” encabeçado por Afonso Sanches e apoiado por D. Dinis que opta por dotar com os seus bens um outro mosteiro, mas também de damianitas, Santa Clara de Vila do Conde, talvez mesmo para fazer face a uma possível intervenção do príncipe, futuro rei, nos bens da família.

No entanto, a subida ao trono de D. Afonso IV porá em causa a posse de muitos destes bens que a viúva reclamará, após a morte de Afonso Sanches¹⁶²⁴, mas que serão objecto de litígio que terminará em Agosto de 1341, reconhecendo o rei a posse e a jurisdição cível e crime nos bens anteriormente detidos (incluindo Vila do Conde, Souto de Rebordões, Alcoentre, Parada e Pousadela, Varzim e Touguinha)¹⁶²⁵ ao mosteiro de Vila do Conde, que os tinha recebido dos seus patronos.

Na carta de dotação deste mosteiro são visíveis as marcas de uma espiritualidade fundada no culto de Maria e de Santa Clara, que se apresentam, conjuntamente com a

¹⁶²³ Pizarro refere que Maria Eanes (de Riba de Vizela) casou com Pêro Fernandes, filho de Dom Fernão Pires Ponço e de Dona Urraca Mocho Teles in *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 552.

¹⁶²⁴ Será ainda importante lembrar o litígio mantido com Dona Vataça Lascáris, desde a morte desta até 1346, altura em que D. Afonso IV sentencia a favor dos testamenteiros de D. Vataça. Os bens que estavam em causa era os que D. Vataça adquirira pelo seu casamento com Martim Anes de Soverosa, cujo pai era irmão de Martim Gil de Soverosa, bisavô de Teresa Martins. Cf. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura “Vataça – Uma dona na vida e na Morte in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Porto, I.N.I.C., 1987, p. 159-194. Ver Árvore Genealógica da família da fundadora em *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947, p. 35; Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999, p. 1311.

¹⁶²⁵ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 110-111. Apesar de, em 1342, a mesma senhora, julgada à revelia, ter sido condenada a perder algumas das jurisdições das suas honras.

Trindade e “todo a corte celestial”, como os destinatários desta fundação feita em sua honra e com o objectivo de servir a Deus que lhes proporcionou “muito bem”. Esta entrega do cenóbio é repetida, por várias vezes, ao longo do referido instrumento, colocando assim a comunidade sob a protecção divina e nela alicerçada. Envolvendo nesta fundação o próprio monarca D. Dinis, a quem dedica uma missa anual na capela por eles instituída no mosteiro, Afonso Sanches pretende solidificar ainda mais a sua iniciativa.

Para terminar, é ainda importante referir que, à semelhança do que aconteceu em Coimbra com a Rainha D. Isabel, também os fundadores de Vila do Conde escolheram o “seu” mosteiro para aí repousarem, criando um panteão de grande importância e significado familiar e monástico¹⁶²⁶. Também aí a memória do casal se torna de tal forma importante que possibilita o início de um processo de beatificação que acabará por não ser conclusivo¹⁶²⁷.

¹⁶²⁶ José Augusto Ferreira, *Os Túmulos do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, Porto, ed. Ilustradas Marques de Abreu, 1925; Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999, p. 1296-1313.

¹⁶²⁷ Ver documentos do mosteiro: OFM, PP, SCVC, mç. 20, doc. 3, 4, 100; Maria de Lurdes Rosa “Hagiografia e Santidade”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. C-I, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p.348.

1.1.4. Lisboa e Beja, Lamego/Santarém, Guarda, Portalegre e Amarante

Em todos estes cenóbios, não existe um *corpus* documental que nos permita conhecer, com alguma segurança, os fundadores e os processos fundacionais. No entanto, estas comunidades parecem estar ligadas ou às elites curiais e/ou urbanas ou então a grupos mais ou menos “informais” de senhoras que optaram por viver uma espiritualidade própria, seduzidas pelo ideal de Clara.

No caso de Lisboa, a fundação é atribuída a D. Inês Fernandes¹⁶²⁸ além de Maria Martins, Maria Domingues e Clara Eanes, também elas ligadas à iniciativa desta instituição.

Deste contexto ressalta, pois, a existência de um grupo de mulheres interessadas nesta fundação, embora nada indicié a prática de uma vida comum. Podemos ainda perceber que a primeira, Inês Fernandes, é a que contribui para a obra de forma mais concreta, na sua construção, disponibilizando para esse fim os seus haveres, que não devia ser poucos e, no final da vida, aí se mandou sepultar¹⁶²⁹. Oriunda de uma família asturiana que, segundo afirma o cronista Manuel da Esperança¹⁶³⁰, era de estirpe nobre, casou com um mercador genovês, Vivaldo Pandulfo que estava no reino para fazer comércio, à semelhança de outros que faziam a sua fortuna com esse negócio.

Quanto às restantes, de Maria Martins, não me foi possível a sua identificação. Já Maria Domingues é casada com Durão Martins de Parada, rico homem, vassalo da casa de D. Dinis¹⁶³¹ e seu vice-mordomo (1285-1296)¹⁶³², sendo, portanto, pessoas

¹⁶²⁸ O cronista Frei Manuel da Esperança, depois de ter atribuído a fundação a quatro “nobiles domine”, a saber, Inês Fernandes, Maria Martins, Maria Domingues e Clara, acaba por afirmar que “Fervia nisto a notável devação da dita Dona Inez ; que das outras companheiras na petição da licença [feita ao papa Nicolau IV], ou por ella carregar todos os gastos sobre a sua fazenda, ou porque se retiraraõ intimidadas da fabrica, ou por falta de quem desse de suas obras noticia, deste tempo adiãte nunca mais soubemos dellas, e e por isso só a esta reconhecemos em tudo por principal Fundadora.” (*História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. II, Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1656, p. 96-97).

¹⁶²⁹ Ainda de acordo com Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 131, a dama estava viva em 1305 e já tinha trasladado para a capela mor do mosteiro os ossos do seu marido e “(...) consumando depois o curso da sua vida, do cemiterio das freiras, onde se mãdou lançar, quiz resuscitar cõ ellas pera os gozos eternos. Mas pareceo necessario tranferir os seus despojos a outro lugar melhor, como he o coro baixo, no qual agora se guardão, em hua arca de pedra, recolhida na parede, a hum lado do altar...”.

¹⁶³⁰ *História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. II, Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1656, p. 95.

¹⁶³¹ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 60.

próximas do rei e da sua corte. Encontravam-se, pois, bem posicionados para apoiar a fundação de uma nova casa monástica e com posses para tal.

A outra co-fundadora, Clara Eanes¹⁶³³, é filha de João Soares de Paiva e de D. Margarida¹⁶³⁴ e foi casada, em segundas núpcias¹⁶³⁵, com Afonso Peres Ribeiro¹⁶³⁶, meio-irmão de Gonçalo Peres Ribeiro, mordomo-mor da Rainha D. Isabel, benfeitor de Santa Clara de Coimbra e aí sepultado com sua mulher, Constança Lourenço Escola¹⁶³⁷.

De acordo com estas identificações, encontramos, na origem do convento de clarissas, famílias ligadas à realeza por cargos curiais e aos “cidadãos” de Lisboa, possivelmente fazendo parte das elites concelhias ou que com elas privavam, como os comerciantes genoveses que, durante o reinado de D. Dinis, têm um papel fundamental na redefinição da sua armada e nas actividades marítimas do reino.

Também é visível a relação com os franciscanos, especialmente de Clara Eanes, que tem um tio, Vasco Soares de Paiva, que foi frade de São Francisco, em Lisboa e um primo, João Pais¹⁶³⁸, provavelmente filho do tio Paio Soares de Paiva, também franciscano.

Já em Beja, o mosteiro é edificado à custa dos moradores do concelho. Entre os vizinhos deste destacam-se Mestre Geraldo, cirurgião, com sua mulher Margarida Peres, Lourenço de Serpa e Teresa Martins. Também aqui as elites urbanas tomam um importante papel na fundação da casa das clarissas.

¹⁶³² Sobre este vice-mordomo, cf. *Idem*, p. 61.

¹⁶³³ Esta é a linhagem apresentada por Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 96.

¹⁶³⁴ Segundo o Livro de Linhagens “cidadã de Lixboa” (LL62G8).

¹⁶³⁵ Teve um primeiro casamento com João Rodrigues Cenoura in José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 431 e *Idem*, *Ibidem*, vol. II, p. 101.

¹⁶³⁶ Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 95-96. Ver Esquema Genealógico dos Ribeiro.

¹⁶³⁷ Ver neste capítulo, o papel e importância do seu testamento.

¹⁶³⁸ Que segundo Fernando Félix Lopes, seria, em 1330, discreto e leitor em São Francisco do Porto, de sangue nobre e confessor da rainha D. Isabel in “As Escolas franciscanas portuguesas de 1308 a 1570” in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 379.

O convento de Lamego tem a particularidade do fundador ser desconhecido, daí os cronistas¹⁶³⁹ atribuírem a um grupo de mulheres piedosas a sua fundação. Sendo que esta possibilidade não é de todo inviável, ela não tem infelizmente confirmação documental¹⁶⁴⁰.

No entanto, será o apoio de D. Afonso III que lhe permitirá instalar-se em Santarém e confirmar, assim, a sua viabilidade.

Igualmente na Guarda, o convento começará por um grupo de mulheres (recolhimento de terceiras seculares). Destas destacam-se¹⁶⁴¹ Florença Eanes e Maria Fernandes¹⁶⁴², que se deslocam a Avinhão para conseguir do papa a regra de Santa Clara que incorpora o recolhimento da Guarda na Segunda Ordem. A ter-se realmente efectuado esta viagem, uma espécie de romaria ou peregrinação, para obter uma graça pontifícia, estaremos perante senhoras, pelo menos abonadas, se não mesmo nobres ou pertencentes às elites urbanas, que desejavam viver de uma forma canónica um ideal de pobreza, à semelhança de Clara.

O convento de Portalegre é fundado por iniciativa de duas senhoras que recorrem à mercê de D. Fernando para iniciar a construção do edifício do mosteiro. No entanto, destas mais nada se sabe, a não ser que, tal como os anteriores recolhimentos, contaram com o apoio dos reis e dos agentes locais, para construírem o mosteiro.

Também no caso do cenóbio de Amarante, cujas primeiras notícias datam do século XIV¹⁶⁴³, a fundação, as circunstâncias e agentes que a realizaram são-nos totalmente desconhecidos, embora seja igualmente atribuída a um grupo de mulheres piedosas.

¹⁶³⁹ Como já anteriormente referimos e indicámos.

¹⁶⁴⁰ Em dois testamentos, um de 1286 e outro de 1288, referem-se doações feitas a “inclusis” de Lamego, mas este facto já é posterior à saída das clarissas da dita vila. Pode colocar-se a hipótese de algumas destas mulheres terem professado em Santa Clara, enquanto que outras mantinham a primeira opção da vida “emperadada”. Ver os testamentos referidos em *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, coordenação Maria do Rosário Barbosa Morujão, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 504-506 (1286) e p. 507-509 (1288).

¹⁶⁴¹ Cf. Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 321.

¹⁶⁴² Esta é referida numa carta de 1352 (6-3), em que pede (na freguesia de Santa Maria de Marvila, em Santarém) uma pública forma do privilégio dado a 3 de Julho de 1296, por Bonifácio VIII in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 9.

¹⁶⁴³ Assim, uma carta régia de D. Afonso (confirmada por D. João I, em 1389) coloca sob a sua protecção o Mosteiro, em 1323 in TT, *OFM, PP, Província de Portugal*, Mç. 19 e *Chancelaria de D. João III*, liv. 22, fl. 143 e 144.

Em todas estas comunidades há, em comum, a presença de um grupo de senhoras, cuja origem social é praticamente desconhecida (com excepção de Lisboa) mas que revela, com o seu intento, uma piedade franciscana que, possivelmente, só será concretizada graças ao empenho régio ou de alguém poderoso. Em nenhum dos casos se vê a mão da Igreja, através do bispo ou do cabido. Mas, em todas estas fundações, a presença prévia de conventos masculinos da Ordem dos Menores e dos seus frades é uma realidade. Com efeito, em Lisboa já existia um convento franciscano desde 1217¹⁶⁴⁴, em Santarém desde 1242¹⁶⁴⁵, na Guarda desde 1246¹⁶⁴⁶, em Portalegre entre 1228-1266¹⁶⁴⁷. Apenas em Amarante essa presença não é conhecida e as origens do cenóbio mergulham na mai or obscuridade.

Para concluir, podemos afirmar que, face aos fundadores, estamos perante uma realidade que se consolida em torno de dois núcleos de pessoas e formas de viver a religião.

De um lado, as senhoras nobres que, não professando, fundam um mosteiro, como expressão da sua piedade, e junto dele vivem, aurindo das graças espirituais e compartilhando a vida mas não prescindindo da sua condição laical, podendo assim dispor dos seus bens e da sua vontade para, no mundo, intercederem por aquelas que dele se “afastaram”. Estas senhoras “governam” os seus mosteiros e deles fazem a sua morada. Permanecendo leigas, dedicam toda a sua vida a servir uma causa espiritual, apoiando materialmente e protegendo as casas que fundam. À imagem de uma mãe protectora, Châmoa, Mor, Isabel ou Inês criam todas as condições para que o “seu” mosteiro sobreviva e escolhem-no para ser a sua última morada, numa afirmação clara de pertença e simultaneamente de prestígio.

Outra situação é a daquelas que, em comunidade, querem viver um ideal de vida “recolhida”, muitas começando por aderir a uma obediência/observância, sendo

¹⁶⁴⁴ *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 274.

¹⁶⁴⁵ *Ibidem*, p. 278.

¹⁶⁴⁶ *Ibidem*, p. 277-278.

¹⁶⁴⁷ Segundo propõe Henrique Pinto Rema, em 1240, “A ordem franciscana no Alentejo”, in *Congresso de história no IV centenário do Seminário de Évora. Actas*, 1, Évora, 1994, p. 364-365.

cativadas pelo ideal de Clara que associa a reclusão à pobreza, obediência e castidade. Assim, grupos de reclusas, beguinas e beatas submetem-se ou são submetidas a uma regra que lhes permite viver um ideal feminino de entrega a Deus, na oração, e em comunidade.

Estes mosteiros encontram, regra geral, no poder régio, um apoio e um incentivo para sobreviverem como comunidades. Geralmente, estas casas têm mais dificuldades financeiras e encontram-se mais dependentes das esmolas e dos favores de alguns particulares.

1. 2. Os benfeitores

1.2.1. A protecção dos monarcas

Os reis portugueses, protectores da Igreja e dos mais desprotegidos, só podem apadrinhar a nova Ordem que vem impondo a clausura, resolvendo a situação de muitas mulheres que desejam viver uma vida religiosa e não se casam ou ficam viúvas, sem a protecção masculina.

Assim, a atitude régia é importante quer na protecção aos mosteiros que se formam, quer mesmo na ajuda material para a sua fundação.

Determinante é pois a acção empreendida pelo rei Afonso III, no cenóbio que se inicia em Lamego mas que, a sua instância e com o seu beneplácito se transfere para Santarém, onde a corte costuma estanciar, com alguma frequência, tornando-se o “verdadeiro” fundador do mosteiro, pelo apoio que confere à obra e pelos gastos que, com certeza, aí realizou.

Mas quais as razões que levaram o monarca a instalar um mosteiro de clarissas, sem ser de ordem estritamente religiosa? À época os franciscanos já estavam instalados na urbe escalabitina e poderiam, por isso, custodiar as suas irmãs. No entanto, existiriam já outras mulheres religiosas. Teriam sido estas que o rei pretendia “enquadrar” e chamar para o convento das clarissas? Certo é que esse grupo de mulheres, liderado por Elvira Durães, opor-se-á, possivelmente, a esta integração, uma vez que serão atraídas por outra Ordem que, à época rivalizava com os franciscanos no controlo da pregação e da cura de almas nas cidades, os dominicanos. No entanto, o convento de clarissas mantém-se e afirma-se, nele professando mesmo a filha ilegítima do monarca, Leonor Afonso¹⁶⁴⁸, que contribuirá com a sua atitude para resolver uma importante questão que o cenóbio dirime com Alcobaça¹⁶⁴⁹.

A protecção régia revela-se ainda, como já atrás explanei, na entrega de bens e de privilégios, sendo Coimbra o caso mais paradigmático, devido à relação que o rei D. Afonso IV estabelece com a comunidade, em grande medida no cumprimento da vontade

¹⁶⁴⁸ Como mais diante veremos.

¹⁶⁴⁹ A causa que se inicia pela fuga de três freiras clarissas de Santarém para o mosteiro cisterciense feminino de Cós (dependente de Alcobaça) desenvolve-se com o litígio em torno dos bens das referidas sorores e de quem fica com eles. Ver as Fichas das Microbiografias das freiras de Santarém.

de D. Isabel¹⁶⁵⁰. O caso de Portalegre merece também a atenção régia, que doa para a construção do mosteiro um espaço que era seu, os banhos.

Mas esta acção completa-se com a preocupação régia de dar juízes e procuradores¹⁶⁵¹ aos mosteiros para que estes possam tratar dos seus casos, respeitantes a bens e especialmente jurisdições.

No entanto, em torno destes monarcas, a nobreza e as elites urbanas parecem ansiar pela implantação destes cenóbios, como o demonstram as doações por estes feitas e as filhas de uns e outros que fazem parte dos conventos de clarissas, como iremos analisar no próximo capítulo.

¹⁶⁵⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31 (1356), em que concede às freiras que compunham o convento, o direito dos seus bens ficarem para a comunidade.

¹⁶⁵¹ Como anteriormente verificámos no capítulo sobre a protecção régia aos cenóbios de clarissas.

1.2.2. O apoio do poder episcopal

Os bispos, regra geral, instados pelo papado ou pelo monarca, colocam-se ao lado dos fundadores das casas monásticas das clarissas. Há excepções, como a de D. Vicente Dias, bispo do Porto, que não reage imediatamente de forma positiva à instalação do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios, mas que, depois da composição feita com a fundadora, acaba por apadrinhar a casa.

A maioria concede, então, indulgências a quem contribuir para as obras de construção dos mosteiros, como é o caso de D. Vasco, bispo da Guarda, em 1389¹⁶⁵². Em Coimbra, o apoio é ainda mais efectivo, no que respeita ao poder episcopal, por parte de D. João Martins de Soalhães

Figura de primeiro plano da vida religiosa portuguesa, João Martins de Soalhães estudou na Universidade de Paris¹⁶⁵³, tomou ordens sacras e tornou-se capelão do rei D. Dinis, tendo sido ainda nomeado cônego de Coimbra¹⁶⁵⁴. É nessa condição que, em 1283, começa por responder positivamente ao pedido de D. Mor, autorizando, na ausência do bispo titular da diocese, D. Aimeric, e como seu vigário, a construção de uma casa e igreja em “honra de Jesus Cristo, Santa Maria, Santa Isabel e Santa Clara”. Três anos depois, tendo verificado que “locum esse aptum ad hedificandum monasterii(...) et capacem pro atrio, claustra et domibus construendis conperto etiam bona sua et possessiones suas quas dicto loco assignavit nomine dotis esse sufficientes ut predicatur monasterii supportanda”¹⁶⁵⁵, benze a primeira pedra do mosteiro “(...) prout in tali casu requiritur primum duxi lapidem fundacioni domus inponendum”¹⁶⁵⁶, dando a esta instituição a formalidade canónica necessária. Toda esta situação gerava já um certo desconforto a que Martins de Soalhães parece continuar alheio. No entanto,

¹⁶⁵² Concede indulgências a quem der esmola para a construção da Igreja do mosteiro (TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, liv. 54).

¹⁶⁵³ Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 3ª edição, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 351.

¹⁶⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁵⁵ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26.

¹⁶⁵⁶ *Ibidem*.

outras ocupações afastam-no do mosteiro e da diocese, pois em Junho de 1288¹⁶⁵⁷ é eleito como representante do rei (em substituição do clérigo Estêvão Lourenço) em Roma, para negociar com o papa (franciscano) Nicolau IV os termos de um acordo entre a Santa Sé e o estado português. que é assinado em 1289¹⁶⁵⁸. Em 1291, já era cônego em Lisboa¹⁶⁵⁹.

Entretanto, estala a questão entre D. Mor e os Crúzios e, em 1292, D. Mor é excomungada. A sua irmã Teresa Dias, sua “opositora”, priora de Celas da Ponte, morre no ano seguinte¹⁶⁶⁰, e em Santa Cruz, a partir de 1294, o prior-mor, Durão Pais, é substituído¹⁶⁶¹. Mudam, então, os opositores, e assistimos à actuação do bispo D. Aimeric, que tenta conciliar as partes em litígio com o apoio do monarca e da rainha. O processo desenrola-se em Roma, acabando mesmo por ser favorável a D. Mor.

Durante este período, a actuação de D. João Martins não é visível¹⁶⁶². Em 1294, tinha sido eleito bispo de Lisboa¹⁶⁶³ e mantém-se à frente da diocese até 1313¹⁶⁶⁴, encontrando-se, pois, próximo do monarca, possivelmente atarefado com os assuntos referentes à sua diocese.

¹⁶⁵⁷ Fernando Félix Lopes, “Sobre a Vida de Santa Isabel de Portugal”, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 190.

¹⁶⁵⁸ Fernando Félix Lopes, “Sobre a Vida de Santa Isabel de Portugal”, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p.191.

¹⁶⁵⁹ Cf. Anselmo Bramcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 3ª edição, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 351.

¹⁶⁶⁰ De acordo com Leontina Ventura, *A nobreza de corte de D. Afonso III*, vol. 2, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992, p. 655, ocupa o cargo de priora entre 1263 e 1293, o que torna possível dizer que terá morrido à data.

¹⁶⁶¹ Substituído por Lourenço Pires como se pode ver em Saúl António Gomes, “O priorado crúzio de Santa Maria de Leiria do século XII à criação da Diocese” in Luciano Coelho Cristino, *Catedral de Leiria: história e arte*, Leiria, Diocese de Leiria-Fátima, 2005, p. 30.

¹⁶⁶² Possivelmente preocupado com as questões derivadas da sua nomeação para Braga.

¹⁶⁶³ Sobre este bispo e os seus estudos de Teologa realizados em Paris, veja-se: Ana Maria C. M. Jorge, Bernardo de Sá-Nogueira, Filipa Roldão, Mário Farelo, “La dimension européenne du clergé de Lisbonne (1147-1325)” in *A Igreja e o Clero português no contexto europeu*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 27 e 39.

¹⁶⁶⁴ Ver “Episcopologio (Catálogo dos bispos católicos portugueses)” coordenação de Ana Maria C. M. Jorge in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. C-I, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 139.

Mas, em 1302, D. Mor faz novo e último testamento, no qual o nomeia como seu testamenteiro, bem como ao bispo do Porto, D. Geraldo Domingues¹⁶⁶⁵, outro eclesiástico próximo da corte de D. Dinis¹⁶⁶⁶.

Nesse mesmo ano¹⁶⁶⁷, em cumprimento do disposto no testamento de D. Mor, dá posse a Domingas Peres (freira de Santa Clara) dos bens e legados que lhe cabem e, no ano seguinte¹⁶⁶⁸, manda trasladar a documentação relativa à fundação do mosteiro, a fim de ser organizado um processo para enviar a Roma, a pedido de Domingas Peres.

Em 1304, nova incumbência régia, como um dos principais intervenientes nas sentenças arbitrais entre as coroas de Castela e Aragão¹⁶⁶⁹, de novo o afastam das questões referentes ao mosteiro de Coimbra.

Porém, o seu interesse e vigilância sobre o cenóbio são apertados, uma vez que em 1305¹⁶⁷⁰ e 1306¹⁶⁷¹ age, de forma decisiva, relatando ao rei, ao Provincial de Santiago, Frei Soeiro Alvim, ao visitador das clarissas, Frei Afonso e ao guardião de Coimbra “o desregramento” em que se vive no interior da clausura, no sentido de porem

¹⁶⁶⁵ Desde 1300 até 1308, bispo do Porto, antigo decano de Braga e futuro bispo de Palência, em Espanha (1308-1313) e de Évora (1313-1321) in Hermínia Vilar, *As Dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1999, p. 76; “Episcopologio (Catálogo dos bispos católicos portugueses)” coordenação de Ana Maria C. M. Jorge in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. P-V, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 9; Maria Cristina Almeida e Cunha e Maria João Oliveira e Silva, “Il Clero della diocesi di Porto nell’Europa del Medioevo”, in *A Igreja e o Clero português no contexto europeu*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 51.

¹⁶⁶⁶ Veja-se o que sobre ele diz Hermínia Vasconcelos Vilar e Marta Castelo Branco, “Servir, gouverner et leguer: L’ évêque Geraldo Domingues”, in *A Igreja e o Clero português no contexto europeu*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 93-116.

¹⁶⁶⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, maço 1, doc. 16.

¹⁶⁶⁸ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26.

¹⁶⁶⁹ Cf. *O Livro das Lezírias D’ El Rei Dom Dimis*, Transcrição, Estudo introdutório e Notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 29-31 e 43-57.

¹⁶⁷⁰ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 25.

¹⁶⁷¹ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 27.

cobro à situação¹⁶⁷². Finalmente, em 1307, acaba por transferir para a rainha D. Isabel os poderes que tem sobre o convento e o hospital de Ceira a ele anexo¹⁶⁷³.

No entanto, não abandona o processo e vigia para que tenha andamento junto da cúria da Santa Sé¹⁶⁷⁴ a questão referente aos bens de D. Mor. E, finalmente, em Dezembro de 1311¹⁶⁷⁵, D. João Martins de Soalhães, aceite como árbitro da contenda, dissolve o convento e resolve o destino a dar aos bens das clarissas.

Esta resolução parece ser contrária à implantação do mosteiro, mas não podemos esquecer que, à época, já a rainha D. Isabel estava envolvida na contenda e esta resolução pode ter sido considerada, por ambos, a mais adequada para, definitivamente, instalar canonicamente um mosteiro de clarissas e acabar com uma querela que colocava em causa a estrutura eclesiástica do reino. Em 1312¹⁶⁷⁶, reacende-se a questão dos bens entre D. João e os crúzios e embora o prior não esteja muito interessado no problema, é forçado a tomar uma posição face às pressões do prior claustral e de um cônego¹⁶⁷⁷.

Esta data marca, no entanto, uma viragem importante na vida de D. João Martins, que é indicado para a Sé de Braga, que ocupará entre 1313 a 1325. No entanto, apesar da mudança, o seu interesse pela causa do cenóbio não esmorece, pois em 1316, apoiando as pretensões da rainha, manda ler e publicar documentos relativos a D.

¹⁶⁷² Embora as freiras dissessem que o bispo nada tinha a ver com o convento: “E que tanto dariam por lo bispo de Lixbõa comu por hũa palha ca nom aviam com elas que veer ca aviam seu mayor” in ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 25.

¹⁶⁷³ Apesar desta apertada vigilância, o bispo está atarefado com a sua função, uma vez que, em 1306, participa num Concílio Provincial, respondendo ao seu metropolitano de então, o arcebispo de Santiago de Compostela; em 1307 convoca um sínodo diocesano, destinado a reformar a Igreja, tendo decretado novas Constituições sinodais e, em 1310, participa, de novo, num Concílio Provincial.

¹⁶⁷⁴ Em 1310, em conjunto com o prior do convento de Santa Cruz, D. Estêvão e Domingas Peres, vigária de Santa Clara, aceita aguardar por sentença apostólica sobre o destino dos bens de D. Mor Dias, tendo, para isso, recebido 2 000 libras portuguesas dos dois cenóbios para o “pagamento” das custas do processo a decorrer junto da Sé apostólica e na justiça secular. Meses depois, em Salamanca, os bispos de Compostela e de Zamora fazem saber que D. João Martins Soalhães, com medo dos perigos da viagem à Cúria Apostólica, lhes pediu uma cópia do anterior documento in ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 28.

¹⁶⁷⁵ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 30=TT, OFM, PP, SCC, Liv. 9, fl. 75-76v.

¹⁶⁷⁶ ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 31.

¹⁶⁷⁷ À época, é prior claustral, Pascoal Esteves e o cônego nomeado é Fernão Mateus. Importava, para prescrutar esta questão, conhecer melhor as lutas internas do Mosteiro de Santa Cruz, entre o prior e o restantes cônegos.

Mor¹⁶⁷⁸ e autoriza a soberana a demandar os bens da mesma que se encontravam na posse de Santa Cruz¹⁶⁷⁹. Dá-se assim início, sob a égide de D. Isabel, a um processo de “recuperação” e “reordenamento” de toda a documentação, em ordem à reposição da “verdade” que é necessária para o sustento do convento das clarissas e que só terminará em 1319. Também é importante dizer que D. João leva consigo as peças deste delicado e importante processo para Braga¹⁶⁸⁰ e, por isso, é normal que a rainha delas peça traslado, ou seja, as “faça ler e publicar”.

Intervém ainda junto do rei¹⁶⁸¹, em conjunto com D. Isabel, para que este faça cumprir a sua ordem, como testamenteiro de D. Mor, e o convento de Santa Cruz devolva as propriedades da referida dona ao convento de Santa Clara, uma vez que não cumpriu o acordo respeitante aos referidos bens, anteriormente realizado.

Este seu apoio é ainda confirmado, pelas letras apostólicas do papa avinhoense João XXII¹⁶⁸², que manda ao arcebispo de Braga, João Martins Soalhães e aos bispos de Évora¹⁶⁸³ e Viseu¹⁶⁸⁴ que defendam os privilégios concedidos às abadessa e freiras da Ordem de Santa Clara.

¹⁶⁷⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 30.

¹⁶⁷⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 33, doc.11 e Mç. 22, doc. 4=Liv. 9, fl. 83-85. Dando ainda a possibilidade a Domingas Peres que usufrua dos bens que D. Mor lhe legara e depois restituí-los ao mosteiro (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 36=Liv. 9, fl. 97-98), tudo isto durante o ano de 1316. Esta questão das propriedades fica resolvida em 1318, quando o prior-mor de Santa Cruz, D. Domingos, apesar de não obter a concordância do seu convento, chega a um acordo com a rainha D. Isabel, através do seu procurador, relativamente à fazenda de D. Mor, disputada pelos dois conventos (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 42=Liv. 9, fl. 99v-100). Em 1318, D. João concede plenos poderes à rainha para que resolva a referida disputa. (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 49, Mç. 22, doc. 5 e doc. 6 e doc. 30=Liv. 9, fl. 81v-82v; *CR, Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc.*, cx. 19, Mç. 18).

¹⁶⁸⁰ Onde ainda hoje se encontram. Enquanto que as cópias mandadas fazer pela rainha fazem parte do acervo documental do mosteiro guardado na Torre do Tombo.

¹⁶⁸¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCC, documentos régios*, Mç. 1, doc. 2=Liv. 9, fl. 100v-101. Perante o incumprimento dos crúzios no que concerne ao acordo sobre os bens de Santa Clara, o bispo autoriza ainda que Domingas Peres e as outras freiras que tinham estado em Santa Clara aí possam regressar à vida conventual. (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 33=Liv. 9, fl. 80v-81).

¹⁶⁸² Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 7 (datadas do primeiro ano do pontificado deste papa, entre 5 de Setembro de 1316 e 4 de Setembro de 1317).

¹⁶⁸³ Na altura, Geraldo Domingues, estudado por Herminia Vasconcelos Vilar e Marta Castelo Branco, como já foi apontado.

¹⁶⁸⁴ À época Martinho (1313-1323) in “Episcopologio (Catálogo dos bispos católicos portugueses)” coordenação de Ana Maria C. M. Jorge in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. C-I, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 141.

Ainda uma última intervenção de D. João Martins revela bem o seu empenho nesta causa, nomeando, em 1319¹⁶⁸⁵, Afonso Peres, prior da Arruda dos Vinhos, como juiz para a contenda que opõe um mosteiro franciscano da sua diocese, São Francisco de Guimarães às clarissas. Esta querela desenrola-se a propósito da sepultura em Guimarães da irmã do conde de Barcelos, D. Maria, que terá professado em Coimbra (segundo os testemunhos, na fase mais conturbada da sua existência¹⁶⁸⁶) e de quem as clarissas reclamam o corpo e os bens. A sentença acaba por ser favorável às damianitas¹⁶⁸⁷.

O arcebispo de Braga morre em 1 de Maio de 1325 e é sepultado na Sé bracarense, numa capela por ele fundada¹⁶⁸⁸.

Da família de João Martins de Soalhães pouco se sabe, a não ser que é filho ilegítimo¹⁶⁸⁹, segundo alguns da família dos Portocarreiro¹⁶⁹⁰, segundo outros de Lourenço Martins e Fruela Viegas¹⁶⁹¹, irmão de Lourenço Martins de Soalhães¹⁶⁹². Tem

¹⁶⁸⁵ Como se refere em TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 4.

¹⁶⁸⁶ Entre 1303 e 1306, altura em que existia uma abadessa clarissa, vinda de Benavente dos Campos, Maria Garcia Seabra, como já foi anteriormente referido.

¹⁶⁸⁷ Sobre esta questão vejam-se os seguintes documentos: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 4.

¹⁶⁸⁸ E mais tarde trasladado o corpo para um túmulo embutido na parede, segundo Rodrigo da Cunha, *História eclesiástica dos arcebispos de Braga*, reprodução fac-similada com nota de apresentação de José Marques, II, Braga, 1989, p. 172-177.

¹⁶⁸⁹ Daí ter renunciado ao cargo de uma primeira nomeação para Braga, ainda em 1292. Cf. “Soalhães (D. João Martins de)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 29, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, s/d., p. 304-305.

¹⁶⁹⁰ Segundo Leontina Ventura, *A nobreza de corte de D. Afonso III*, vol. II, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992, p. 759, será no testamento de Fernão Anes de Portocarreiro (*ADB, Liv. 1º de Testamentos*, nº 24), referido como seu familiar. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, Pizarro, p. 332 afirma mesmo “(...) pretendendo-se que a ligação seria feita [entre os de Soalhães e os de Portocarreiro] através do próprio D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa e Arcebispo de Braga, referido no testamento acima citado, como «familiar» de Fernão Anes, o que, associado à origem *de Soalhães*, próximo de Portocarreiro, foi alimentando aquela ideia. Contudo, e salvo melhor opinião, estamos convencidos de que seria muito mais um tratamento que indicaria um «parentesco funcional» - João Martins era clérigo de Fernão Anes, logo membro da sua *casa* - do que um parentesco biológico, como é indicado em relação aos seus sobrinhos «de factoio». Por outro lado, caso existisse alguma consaguinidade, o deão de Braga não deixaria de a explicitar de uma forma mais objectiva. Assim (...) não considerámos os Soalhães como ramo secundário dos de Portocarreiro”.

¹⁶⁹¹ Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 351.

alguns filhos ilegítimos¹⁶⁹³, entre eles Vasco Anes Soalhães¹⁶⁹⁴, que receberá o referido morgado¹⁶⁹⁵ instituído entre 1304 e 1308 (onde se indica o rei como defensor do herdeiro)¹⁶⁹⁶, N. Anes de Soalhães¹⁶⁹⁷, que casou com Gonçalo Anes Correia, o gafo, de quem não teve descendência e ainda Maria Anes de Soalhães, casada com Rui Lourenço de Portocarreiro¹⁶⁹⁸, filho de um segundo casamento de Lourenço Eanes de Portocarreiro¹⁶⁹⁹ com Guiomar Rodrigues¹⁷⁰⁰.

No entanto, o que se torna mais óbvio no seu percurso é a ligação ao rei e à rainha, fazendo parte de um conjunto de prelados ligados à corte e nela tendo marcante influência. Talvez por isso, D. João Martins não descansa no seu apoio à causa das pobres damas, ao lado de D. Isabel e, possivelmente, dos franciscanos de Coimbra. É

¹⁶⁹² Segundo Hermínia Vasconcelos Alves Vilar, *op. cit.*, p. 48 (ver *LL30AF6*), casado com uma irmã do arcebispo de Braga, Martinho Pires de Oliveira (1295-1313), precisamente o antecessor de João Martins na Sé de Braga, a quem Mor Dias fez, em 1300, doação do padroado da igreja de São Vicente de Sousa, no concelho de Felgueiras, “por muyto bem e muyta ajuda que de vós senpre recebi e por boo devido de linhagem que convosco ei” (ADB, *Colecção Cronológica*, 191, pasta 4). Ainda segundo *LL3109*, Lourenço Martins tem uma filha chamada Maria Lourenço casada com Estêvão Soares “senhor d’Albargaria de Paai Delgado, em Lixboa”.

¹⁶⁹³ Sendo, pelo menos um deles legitimado, como o indica a carta de legitimação dada por D. Dinis, a 28 de Janeiro de 1308, para o seu filho, Vasco Anes, também o primeiro que lhe sucede na administração do vínculo, por ele instituído. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, vol. I, p. 351.

¹⁶⁹⁴ Será o que é referido em *LL41D6*, como tendo casado com Leonor Rodrigues Ribeiro (?) ou terá casado com Estevainha Gonçalves de Pereira (?), in José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 237. Assim, em 1348, Dona Maria Chancinha, mulher de Rui Vasques Ribeiro, já viúva, cumpre o testamento de seu marido doando ao mosteiro das clarissas de Coimbra a terça e o quinto de todos os seus bens móveis e de raiz, mais uma herdade que renda 10 libras (para as donas) e ainda 50 libras (para os testamenteiros: a abadessa de Santa Clara e Mestre Geraldo). In TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 14 e liv 9, fl. 135-136v). Seria pois Rui Vasques Ribeiro, filho de Vasco Anes de Soalhães com Leonor Rodrigues Ribeiro (de quem tomou o nome) e, por isso, neto do protector do convento, João Martins de Soalhães, o que justificaria plenamente esta doação, perpetuando-se na família o apoio ao cenóbio conimbricense.

¹⁶⁹⁵ Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Estampa, 1995, p. 234-235, 266, 268, 270, 272.

¹⁶⁹⁶ Idem, “só o monarca lhe poderá tirar o morgadio”, p. 234.

¹⁶⁹⁷ Cf. *LL42Z9*.

¹⁶⁹⁸ Cf. *LL43U6*.

¹⁶⁹⁹ O que justificaria o seu parentesco com os Portocarreiro, embora por casamento de uma filha ilegítima.

¹⁷⁰⁰ Os Livros de Linhagens falam ainda de outros filhos: uma filha cujo nome não registam, que casou com Martim Anes da Mão (*LL34R5*); Martim Anes, que tem uma filha, Guiomar Martins (*LL35E3*); Rodrigo Eanes, casado com Mor Esteves (*LL59D8*);

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

ele o rosto inequívoco da vitória e da implantação das clarissas na urbe conimbricense, pois, sem ele, o testamento de D. Mor nunca teria chegado a beneficiar a “nova casa”.

1.2.3. As alianças com os senhores nobres

Entre as famílias da nobreza e os conventos de clarissas são múltiplas e de inequívoca importância as teias relacionais que se estabelecem. Neste momento, olhemos para os que do exterior com elas se relacionam e como o fazem. Vamos, pois, equacionar o problema sob este prisma, realçando o valor das alianças que os que se abeiram do mosteiro estabelecem, escolhendo-o para neles professarem as suas filhas ou então para nele se fazerem sepultar e/ou ainda cumulando-os de bens a fim de com ele estabelecerem uma relação de patronato única e, com certeza, destinada a eternizar-se. Esta economia do dom, como diz Chifolleau¹⁷⁰¹, é uma característica da espiritualidade medieval que vai também beneficiar estes mosteiros de mulheres encerradas que, pelo seu estilo de vida e pela sua proximidade com Deus mas também com homens e mulheres importantes do seu tempo, concitam igualmente a benemerência de muitos, nesta sociedade.

Coimbra é, de todos os cenóbios, o que melhor exemplifica esta situação e, por isso, utilizaremos a sua documentação para ilustrar estas redes de influência e de mútuo apoio.

Assim, Joana Gonçalves, irmã da abadessa Maria Gonçalves e filha de Gonçalo Eanes Redondo¹⁷⁰², vive com a rainha, nos seus paços, junto de Santa Clara de Coimbra. Durante a vida, como já vimos, faz uma série de compras em favor do mosteiro e realiza o testamento, em 1331¹⁷⁰³, onde se manda aí sepultar e pede para usar o hábito de freira, à hora da morte, revelando toda uma piedade própria de muitos leigos que procuram na morte a protecção de uma veste que os aproxima de Deus, tornando-os a partir de então participantes das graças auferidas por todos os que, em vida, fizeram esta opção religiosa. O seu testamento revela claramente o que intentamos provar, ou seja, as teias de relações estabelecidas por uma mulher de uma família da nobreza

¹⁷⁰¹ *La comptabilité de l'Au-delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age*, Roma, École Française de Rome, 1980.

¹⁷⁰² Ver a Árvore Genealógica dos Redondo.

¹⁷⁰³ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 30.

portuguesa¹⁷⁰⁴ que, não professando (nem casando), contribui, pela sua acção social e piedosa, para a afirmação do mosteiro no mundo que o rodeia.

De acordo com a sua última vontade, Joana Gonçalves deixa 100 libras para construir a sepultura junto à da irmã, abadessa do convento, no interior da clausura. Mas o seu empenho pela sua salvação leva-a a mandar distribuir pitanças no dia da sua morte, trinta dias e um ano depois, aliando ainda a esta doação diversas alfaias litúrgicas: um cálice de três marcos de prata, uma vestimenta comprida e uma dalmática. Estas atitudes são reveladoras da proximidade que tem com o convento e do interesse directo nos seus assuntos de carácter espiritual.

Dá ainda, possivelmente de acordo com as necessidades que ela bem conhecia, a renda de uma herdade (que doa à irmã) para comprar saias (de arrais branco) para três freiras do convento, suas sobrinhas (Mor Martins¹⁷⁰⁵, Alda Barbosa¹⁷⁰⁶, Inês Rodrigues¹⁷⁰⁷), e ainda para Marinha Gil¹⁷⁰⁸, bem como calçado e frangãos para as donas que estiverem doentes¹⁷⁰⁹. Por esta doação pede, que se lhe façam, por ano, dois aniversários, um no dia da sua morte e o outro seis meses depois.

Para remédio de sua alma deixa ainda 100 libras aos frades de São Francisco de Coimbra, com o objectivo de cantarem missas por sua alma e que dessas, trinta sejam oficiadas em Santa Clara.

Mas a sua preocupação abrange ainda outras clarissas, nomeadamente as de Entre-ambos-os-Rios, às quais deixa 100 libras para “refazimento das cousas da igreja ou do mosteiro”.

Do restante, doa mais 200 libras e uma taça com a sua sobrecapa a sua irmã, Maria Gonçalves, 10 libras a cada uma das suas referidas sobrinhas e ainda às freiras

¹⁷⁰⁴ Realizada com base nos dados recolhidos na documentação de Santarém, nos *Livros de Linhagens* e em José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 volumes, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

¹⁷⁰⁵ Ver Microbiografia do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁷⁰⁶ Ver Microbiografia do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁷⁰⁷ Ver Microbiografia do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁷⁰⁸ Ver Microbiografia do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁷⁰⁹ À morte das freiras esta herdade deve ficar para o hospital.

Marinha Gil, Mor Mendes, Constança Lopes, Constança Afonso, Mor Garcia, e 10 soldos a cada um dos homens e mulheres do hospital da Rainha.

Contempla ainda um conjunto de instituições que vão desde os habituais conventos de frades e freiras (de Coimbra)¹⁷¹⁰, familiares¹⁷¹¹ e servidores¹⁷¹² até aos que com ela conviveram de perto, como D. Vataça¹⁷¹³.

Por fim, termina o seu testamento pedindo ao rei o consentimento para que o hospital da rainha tenha, para sempre, a herdade que ela lhe dá, invocando em seu favor um “serviço que ele sabe que ela lhe fez”, algo enigmático que pode estar relacionado com o seu papel junto de D. Isabel. Nomeia como seus testamenteiros a rainha D. Isabel, D. Vataça, a irmã e abadessa do convento, Maria Gonçalves, Marinha Gil, freira do mesmo cenóbio e Frei Antoninho do Porto. Tudo pago e distribuído de acordo com o estipulado no testamento, pede a este último e a sua irmã que dêem o que sobrar “aonde sabem que he da minha vontade”.

Do testamento, feito nos Paços da Rainha, é pedida, em 1336, uma pública forma¹⁷¹⁴ pelo procurador do convento, por morte da referida senhora. Ficam pois bem claras as relações intensas que esta mulher, à semelhança de muitas que com ela viviam, estabeleceu com o convento e as suas freiras e pessoal religioso, criando uma teia de correlações que é bem emblemática do funcionamento de um mosteiro que embora “encerrado” para o mundo, vive como um microcosmos, concitando as vontades e atenções de um número bem numeroso de habitantes do burgo em que se insere, ainda mais de uma comunidade (embora profana) de mulheres que junto a ele vive. É normal,

¹⁷¹⁰ Celas da Ponte, São Francisco, São Domingos, Hospital e Santa Cruz.

¹⁷¹¹ Deixa ao seu sobrinho, João Álvares, filho de Álvaro Gonçalves, 50 libras, à sua sobrinha, Beatriz Afonso, 100 libras e a sua cruz de relíquias e arqueta que “Dona Vataça não quiser” e à sua prima, Alda Martins, 30 libras.

¹⁷¹² De entre os clérigos ligados ao seu serviço, destaca Frei Antoninho do Porto, seu abade, que recebe 40 libras e Pedro Fernandes, Afonso Fernandes e João Domingues, clérigos do convento de Santa Clara, que recebem 10 libras cada um. Doa ainda a Afonso Mateus, 10 libras, pelos serviços que lhe prestou. Muitos outros são ainda contemplados, fruto de um conhecimento e de ligações que não são especificados no documento, como é o caso de uma doação a Maria Viegas, freira de Pontevedra, de 10 libras.

¹⁷¹³ A quem deixa um tapete novo, duas *carvações* de estrado e ainda uma arqueta das relíquias ou outra de aljofar, como ela desejar. Sobre D. Vataça veja-se: Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, “Vataça - uma dona na vida e na morte”, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 1º volume, Porto, I.N.I.C., 1987, p.159-193; Idem, “Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência”, *Revista de História da Ideias*, vol. 9, Coimbra, 1987, p.33-77.

¹⁷¹⁴ António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (12)-(18).

pois, que muitas destas senhoras mundanas entrassem e falassem com freiras do convento (algumas são mesmo suas parentes), que outras se sentissem atraídas pelo seu ideal de vida e nele ingressassem e que ainda tivessem interesses e pessoal (especialmente religioso) em comum, como é o caso bastante interessante do franciscano Frei Antoninho do Porto¹⁷¹⁵.

Outra pessoa que tem um papel importante na dotação e protecção ao mosteiro é Gonçalo Peres Ribeiro com sua mulher, Constança Lourenço Escola, filha de Lourenço Escola, porteiro-mor do reino no reinado de D. Dinis. Gonçalo é filho bastardo de uma ligação existente entre Pedro Afonso Ribeiro e Teresa Mendes de Sousa, abadessa de Lorvão e irmão de Aldonça Peres Ribeiro, também monja professa do mosteiro lorbanense¹⁷¹⁶. Não sendo um nobre da “primeira linha”¹⁷¹⁷, encontra-se junto do rei¹⁷¹⁸ aquando do conflito com o filho D. Afonso IV¹⁷¹⁹.

Mas é junto da rainha Isabel, na sua corte, que ele desempenhará o cargo mais importante, como mordomo-mor¹⁷²⁰ da sua Casa. No seu testamento, realizado em 1327¹⁷²¹, manda-se sepultar, com sua mulher, no mosteiro de Santa Clara, doando-lhe parte dos seus bens¹⁷²², uma vez que não tem descendência. Escolhe, então, para local

¹⁷¹⁵ Que estudaremos mais à frente nesta parte do trabalho.

¹⁷¹⁶ Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, p. 128-129.

¹⁷¹⁷ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 57.

¹⁷¹⁸ A confirmá-lo um episódio narrado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. LL41L6: “Gonçalo Pirez Ribeiro, a que el rei dom Dinis de Portugal fez muito bem e muita mercee. E deu-lhe dous castelos que tevesse del. Com quatrocentas livras, e ãu destes castelos foi o castelo de Montemos o Velho, e o outro castelo de Gaia, e fez-lhes por eles menagem. E depois deu-os o dito Gonçalo Pirez Ribeiro a dous vilãos, que os tevessem del, e nom lhes deu com eles senom senhos moios de trigo. Eles perderom os castelos depois, e derom-os em tal maneira que nunca os el rei dom Dinis pode cobrar. E assi ficou este Gonçalo Pirez Ribeiro em tal pena e tal desaventura qual ouvides”.

¹⁷¹⁹ Segundo Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 186, “terá sido este (.....) que foi atirado de uma ponte, em Coimbra, por partidários do futuro Afonso IV, num episódio ocorrido em 1322, no âmbito dos confrontos entre o infante e D. Dinis”. Se assim foi, não morreu, porque continuamos a ter deles notícias, depois desta data.

¹⁷²⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 38; Mç. 22, doc. 13; Mç. 22, doc. 15; Mç. 22, doc. 37.

¹⁷²¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 15=Liv. 10, fl. 255-256.

¹⁷²² As quintas da Torre (termo de Montemos o Velho) e de Antanol com a herdade dos Pinheiros, no termo de Coimbra. Ver sobre estes bens a II parte do nosso trabalho.

do seu último sono a capela-mor, no lado direito, instituindo uma capela com quatro capelães, que deverão rezar missa, duas vezes no ano, no dia de Santa Maria (15 de Agosto) e no dia de Natal (25 de Dezembro), por alma do casal. Faz ainda, nestes dois dias, acompanhar a celebração destes sufrágios pela dádiva de duas pitanças às freiras da comunidade.

Podemos, desta forma, constatar o apoio de um nobre ligado à Casa da Rainha e afecto ao monarca D. Dinis que desempenha, com certeza, junto do mosteiro um papel importante, não apenas como conselheiro de D. Isabel mas ainda como participante na edificação da comunidade monacal. Contribuindo com o que tem para a economia do cenóbio, busca ainda auferir das bênçãos espirituais que as freiras dispensam a quem se acolhe à sua protecção, em vida e na morte, perpetuando assim o seu nome e a sua memória.

Importa agora, e para finalizar, realçar um outro “grupo” de famílias que desempenharam um papel também importante nos começos do cenóbio pelas doações que lhe concederam e que têm a particularidade de possuírem uma origem familiar comum¹⁷²³. Refiro-me aos cavaleiros de Feroselhe e aos de Podentes. Ambas as famílias são provenientes da linhagem dos de Urgeses¹⁷²⁴, de onde saíram dois “ramos”, fruto de outros tantos processos evolutivos: os de Podentes-Leiria e os de Feroselhe-Carvalhais¹⁷²⁵.

¹⁷²³ Um pouco menos importante, mas com certeza de algum relevo, é o papel assumido por um escudeiro de Bruscos, Martim Fernandes do Barro, pelas doações que faz ao mosteiro (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 43; Mç. 18, doc. 8; Mç. 19, doc. 11). De Bruscos são referidos por várias vezes, na documentação das Colegiadas de Coimbra, os seus cavaleiros, nomeadamente em: TT, *Colegiadas de Coimbra, São Cristovão*, Mç. 1, nº 19 e Mç. 2, nº 1 (são indicados dois cavaleiros de Bruscos: Fernando Martins e Vasco Martins, em 1284 e 1288) e ainda Pedro Fernandes, também cavaleiro de Bruscos em: TT, *Colegiadas de Coimbra, São Cristovão*, Mç. 2, nº 14.

¹⁷²⁴ Freguesia de Guimarães.

¹⁷²⁵ Sobre esta evolução veja-se José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 417-418.

Certo é que, nos primórdios do século XIV, elementos destas duas famílias aparecem ligados ao cenóbio e à rainha, doando-lhes, a vários títulos, parte considerável dos seus bens.

Quanto aos de Podentes-Leiria, é Martim Martins, filho do conhecido alcaide da Guarda¹⁷²⁶ e de Leiria (Martinho Fernandes), quem entrega ao cenóbio a terça de todo o seu haver em Leiria, em pagamento de uma dívida de 1 000 libras que contraiu junto da rainha e ainda o padroado da igreja de Santa Maria de Podentes¹⁷²⁷. Aliás, a ligação de Martim Martins ao cenóbio é mais antiga, pois já aparece como testemunha, em Março de 1302¹⁷²⁸, na entrega, feita por D. João Martins Soalhães a Domingas Peres dos bens a esta legados por Mor Dias no seu testamento de 29 de Janeiro de 1302.

No que aos de Fermoselhe respeita, Vasco Esteves e sua mulher Teresa Peres doam ao mosteiro, em 1319¹⁷²⁹, as respectivas terças e ainda outros bens, que constituem importante património, no termo de Penela, em Carvalhais, Val Flor e Porto dos Judeus. Vasco Esteves é filho de Estêvão Anes de Fermoselhe e de Sancha Afonso, sobrinha do chanceler de Afonso III¹⁷³⁰, D. Estêvão Anes, e sobrinho de Martim Anes de Fermoselhe casado com Maria Martins Dade, irmã de Martim Dade, alcaide de Santarém¹⁷³¹. Alguns dados interessantes desta família prendem-se com a sua ligação ao príncipe D. Afonso, sendo o tio e o pai de Vasco Esteves, cavaleiros vassalos do infante¹⁷³². De Martim Anes sabe-se ainda que, em 1289, elege para sua sepultura a Sé

¹⁷²⁶ Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. 2, p. 421 e Leontina Ventura e Saúl António Gomes, “Leiria na crise de 1245-1248. Documentos para uma revisão crítica”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVIII, Coimbra, 1993, p. 172-184. Em que se procede a uma revisão crítica do posicionamento de Martinho Fernandes na entrega do castelo de Leiria ao bolonhês, durante a crise, e às consequências deste acto para os seus descendentes.

¹⁷²⁷ Terá falecido antes de 1327, pois em Janeiro desse ano dois dos seus filhos confesam ter recebido 25 libras da Rainha como testamenteira de Martim Martins. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 6.

¹⁷²⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 18.

¹⁷²⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 5.

¹⁷³⁰ Sobre este e a sua acção na Cúria, veja-se sobretudo: Leontina Ventura, *A nobreza de corte de D. Afonso III*, vol. II, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992, p. 585-594.

¹⁷³¹ Sobre os Dade, família importante de Santarém, cf. Leontina Ventura, *op. cit.*, p. 651-654

¹⁷³² Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 60-61.

de Coimbra junto ao altar de Santa Clara¹⁷³³ e, em 1295¹⁷³⁴, doa bens à Sé para um aniversário diário na referida capela. Assim, não sendo uma família da alta nobreza, tem com certeza um papel de confiança junto do futuro Afonso IV e revelam uma ligação a Coimbra e ao culto de Santa Clara, instaurado na referida Sé pela acção do bispo D. Egas Fafes¹⁷³⁵.

A importância destas famílias consubstancia-se, assim, quer em termos materiais, uma vez que os bens doados serão importantes centros da presença do cenóbio na paisagem agrícola, durante o período de formação do património conventual, quer ao nível da influência que representam junto da corte (régia) e dos círculos da Sé, mais ligados ao culto de Santa Clara.

Assim, no caso de Coimbra, é visível a demarcação de interesses de algumas famílias face ao mosteiro e, em todas elas, a presença da rainha constitui, sem margem para dúvidas, o elemento catalizador destes interesses, podendo pois afirmar esta senhora, com muita propriedade, que Santa Clara de Coimbra era o “seu” mosteiro e que ela o governava.

Nas outras comunidades, não se consegue descortinar, de forma clara, uma acção semelhante, uma vez que a presença dos fundadores/fundadoras é, de certo modo, menos marcante. De qualquer modo, existem outras formas de intervenção na vida do cenóbio e de nele revelar os seus interesses. Será o que veremos no capítulo seguinte, tentando perceber quem são as freiras que optam por viver “enclausurados” sob a regra de Santa Clara, quem são as suas famílias de origem e que interesses elas representam.

¹⁷³³ Cf. Saúl António Gomes, “As Ordens Mendicantes na Coimbra Medieval: Notas e Documentos” in *Lusitania Sacra*, 2ª série, Tomo X, Lisboa, 1998, p. 174.

¹⁷³⁴ TT, *Sé de Coimbra, 2ª inc.*, Mç. 10, nº 474. Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 427.

¹⁷³⁵ Como já anteriormente foi referido. Veja-se Fernando Félix Lopes, “O culto de Santa Clara em Portugal”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 4, 1953, p. 356-364; *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, edição crítica organizada por Pierre David e Torquato de Sousa Soares, Tomo I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1948, p. 198-203.

1.3. Os protectores/vigilantes: Os frades franciscanos (A Ordem) e a sua relação com a família conventual

Falta ainda olhar para os outros protectores das donas que, situando-se no interior da Ordem, são por ela encarregados de vigiar pelo cumprimento e observância da vida religiosa interna e também pela organização social e económica dos cenóbios femininos.

Apesar dos conventos de clarissas terem, a nível de organização, uma certa autonomia em relação aos conventos masculinos, os frades menores são uma presença constante e importante no interior da clausura.

Assim, em Portugal, os franciscanos, que detêm uma forte presença na vida religiosa, como aliás já mostrámos, estão ainda pouco estudados, especialmente no que respeita à sua relação com as clarissas.

A documentação, embora parca sobre o assunto, revela, no entanto, e especialmente em momentos mais “críticos”, uma participação activa que, nalguns casos, ultrapassa, noutros respeita as obrigações, que lhes são consignadas pela Regra. É neste último caso que os vestígios são menos frequentes, talvez porque mais rotineiros os seus testemunhos e, por isso, achados menos importantes para deles se fazerem menção.

Assim, nas suas intervenções incluem-se, entre outras, o apoio às fundações, a visitação e “correição” dos cenóbios e a cura das almas. Mas também os vemos em funções que não são de carácter espiritual, como serem procuradores ou testemunhas de contratos realizados pelas freiras.

Comecemos pelas fundações, pois é um momento crucial de viabilização de uma vontade que assenta na espiritualidade franciscana e a ela é devedora, pelo menos na sua inspiração.

No que respeita ao mosteiro de Lisboa, Frei Martim Anes¹⁷³⁶ e Frei Aires¹⁷³⁷ estão presentes no acto de entrega do edifício, feito pela doadora, Inês Fernandes, à Ordem de Santa Clara. Mas ainda muitos mais frades, como Frei Martim Martins de

¹⁷³⁶ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Lisboa.

¹⁷³⁷ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Lisboa.

Pedroso, custódio de Lisboa¹⁷³⁸, Frei Domingos Lourenço, guardião de São Francisco de Lisboa¹⁷³⁹, Frei João Galego, guardião de Leiria¹⁷⁴⁰ e Frei Afonso Rodrigues, tio do rei D. Dinis¹⁷⁴¹.

O primeiro, Martim Anes, foi leitor e, em 1292, data atrás referida, era já Ministro Provincial de Santiago¹⁷⁴². O segundo, Frei Aires, foi leitor (doutor) do convento de São Francisco de Lisboa¹⁷⁴³.

Também desde os primeiros passos dados, em Coimbra, a nível institucional por D. Mor, a presença dos franciscanos é bastante visível na sua vida religiosa¹⁷⁴⁴. Com efeito, em 1250, na “entrada” de Mor Dias no convento de Santa Cruz, estão presentes doze Frades Menores¹⁷⁴⁵, entre eles Frei Estêvão Sanches¹⁷⁴⁶, que torna públicas as condições impostas por D. Mor ao ingressar no convento de Santa Cruz, afirmando claramente que o fazia para “in predicto loco securior permaneret”¹⁷⁴⁷ e Frei Durão que,

¹⁷³⁸ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Lisboa.

¹⁷³⁹ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Lisboa.

¹⁷⁴⁰ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Lisboa.

¹⁷⁴¹ Cf. Fernando Félix Lopes, “Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente. Ministros Provinciais a que obedeciam” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 51.

¹⁷⁴² Manuel da Esperança, *História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1656-1666, p. 97; Fernando Félix Lopes, “Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente. Ministros Provinciais a que obedeciam” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 51-52 e Idem, “Franciscanos Portugueses Pretridentinos – Escritores, Mestres e Leitores” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 416.

¹⁷⁴³ Manuel da Esperança, *História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1656-1666, p. 210 e vol. 2, p. 97-98; Fernando Félix Lopes, “Franciscanos Portugueses Pretridentinos – Escritores, Mestres e Leitores” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 416.

¹⁷⁴⁴ Embora nunca tenha sido suficientemente realçada.

¹⁷⁴⁵ Cf. ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26.

¹⁷⁴⁶ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁷⁴⁷ Cf. ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26. Este documento insere-se num conjunto de traslados mandado fazer por D. João Martins Soalhães, em 1303, relativos a D. Mor e ao conflito que a opusera aos cruzios, para corresponder a um pedido de Domingas Peres, que pretende organizar um processo para enviar para Roma (logo após a morte de D. Mor).

em 1284, dá o seu testemunho em tudo conforme ao dos restantes presentes¹⁷⁴⁸. Ao lado dos Menores estavam ainda seis pregadores, entre eles Frei João Soares e Frei Nuno Martins¹⁷⁴⁹, além do prior claustral dos crúzios, Pedro Godinho.

São ainda franciscanos que, segundo relata João Martins de Soalhães em 1286¹⁷⁵⁰, estão presentes quando ele lança a primeira pedra do convento mandado edificar por Mor Dias. São eles Frei Estêvão, custódio de Coimbra¹⁷⁵¹, Frei Abril, o guardião de Coimbra,¹⁷⁵² Frei Domingos dito Poeta¹⁷⁵³ e Frei Afonso Nunes¹⁷⁵⁴.

Mas muitos outros Frades Menores estão junto a Mor Dias, durante este processo e após a sua morte, de tal forma que D. João Martins de Soalhães não hesitará em entregar à cura desta Ordem a “casa” fundada por D. Mor, com a condição de estes apenas a “custodiarem”, nela não fazendo “modificações” nem deixando fazer profissões de religiosas. O frade encarregue desta custódia é Frei Pedro Peixeiro que, provavelmente desde 1303, estará a administrar o convento e será, por isso, responsabilizado, pelos “desacatos” que aí se verificaram já anteriormente narrados. Será ainda ele e Frei João Pelegrim¹⁷⁵⁵ que farão as donas revoltosas acatar o regresso de Domingas Peres e a perda do “estatuto” por elas já conseguido, onde se inclui a existência de uma abadessa e ainda a profissão de várias freiras.

Neste assunto, importa não esquecer que o próprio Frei Pedro Peixeiro, face à atitude do bispo de Lisboa, o desautoriza, invocando que “o bispo de Lisboa nem homem nenhum nom avia com as ditas donas salvo o proprio [Frei Pedro Peixeiro] ou

¹⁷⁴⁸ Por ordem de D. Frei Lourenço, custódio dos franciscanos de Lisboa, perante o convento de Santarém, ao qual deve pertencer Frei Durão (pois em 1266, é um Frei Durão, guardião de Santarém, que testemunha um contrato das clarissas de Santarém, in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 533-535) in *Ibidem*.

¹⁷⁴⁹ Que também testemunham o mesmo, sendo instados a fazê-lo por Frei Munio, prior provincial dos pregadores da Hispânia, em 1284. Frei João Soares, em 1284, torna públicas as condições impostas por D. Mor aquando da sua entrada no mosteiro de Santa Cruz e Frei Nuno Martins em 1259, confirmando ambos o que foi dito pelo franciscano, cf. *Ibidem*.

¹⁷⁵⁰ Cf. ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 26.

¹⁷⁵¹ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁷⁵² Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁷⁵³ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁷⁵⁴ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁷⁵⁵ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Coimbra.

cardeal [Protector], e aqueles que quisessem viir contra elas que eram escomungados¹⁷⁵⁶, reiterando o mesmo que as freiras já tinham afirmado¹⁷⁵⁷. Tudo isto indicia uma consciência bem viva da relação mantida entre as clarissas e os franciscanos (de Coimbra), possivelmente numa altura em que se encontravam sem abadessa¹⁷⁵⁸ e, por isso, mais fragilizadas, face a uma disputa interna¹⁷⁵⁹ e ao confronto com os crúzios.

No entanto, este afastamento dos franciscanos, revelar-se-ia temporário e D. Isabel, ao tomar conta do convento, vai reactivar o projecto iniciado uns anos antes. Assim, não só faz publicar todos os anteriores testemunhos que documentam e consubstanciam o processo de Mor Dias face aos crúzios, como ainda, através dos franciscanos ao seu serviço, como Frei Francisco Grainho¹⁷⁶⁰ e frei Afonso Viegas¹⁷⁶¹, conduzirá um processo do qual sairá vencedor o mosteiro, que se vê aceite na Ordem e apoiado internamente.

De Frei Afonso Viegas sabe-se que foi o guardião de Coimbra entre 1316 e 1321¹⁷⁶² e que esteve presente na formulação de vários testamentos fundamentais para o cenóbio das clarissas, nesta fase de implementação. Assim, foi testamenteiro¹⁷⁶³ de Mafalda Gonçalves, viúva de um escudeiro de Bruscos, e testemunha da manda de Afonso Mateus de Zamora¹⁷⁶⁴. O seu papel torna-se mais relevante ainda quando é escolhido por D. Isabel, como seu procurador, na causa que ainda mantém com Santa

¹⁷⁵⁶ Cf. ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 25.

¹⁷⁵⁷ Cf. *Ibidem*: “E que tanto dariam por lo bispo de Lixbõa come por huma palha ca nom aviam com elas que veer ca aviam seu mayor.”

¹⁷⁵⁸ Que já tinham tido, como anteriormente bem se demonstra.

¹⁷⁵⁹ Esta deveria envolver Domingas Peres, por um lado, apoiada no convento de Celas da Ponte e, possivelmente, em anteriores companheiras de profissão religiosa e, do outro lado, aquelas que tendo professado a Regra de Santa Clara, mesmo vindo de outros conventos, se apoiavam nos franciscanos e na sua autoridade sobre elas para se autonomizarem como mosteiro de clarissas.

¹⁷⁶⁰ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁷⁶¹ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁷⁶² Conforme o nomeia a documentação compulsada, durante este período.

¹⁷⁶³ Em 1318. Cf. TT, *OFM*, *PP*, *SCC*, Mç 1, doc. 43.

¹⁷⁶⁴ Em 1318. Cf. TT, *OFM*, *PP*, *SCC*, Mç 27, doc. 10.

Cruz¹⁷⁶⁵ ou quando assume o mesmo papel, agora em nome do convento das clarissas, para intervir na questão que o opõe a São Francisco de Guimarães¹⁷⁶⁶, por causa do corpo e da herança de D. Maria, irmã do Conde Martim Gil que, segundo as freiras de Coimbra, aí professou¹⁷⁶⁷. É ainda um dos testamenteiros da Rainha Isabel, em 1327¹⁷⁶⁸, já não sendo guardião de Coimbra, o que reforça a grande proximidade que mantinha com a soberana e a sua corte.

Podemos, pois, afirmar que alguns destes franciscanos estiveram sempre junto do mosteiro e muito próximos dos seus problemas, logo desde o início, confirmando o seu papel decisivo na aprovação e afirmação desta comunidade. Apesar das contrariedades, os frades não desistem, pois é de novo com o seu conselho e presença que a rainha D. Isabel, como já anteriormente demonstrámos, leva a cabo a obra começada por D. Mor.

Também sabemos da presença dos franciscanos, na vigilância e construção dos edifícios, mas não conhecemos os seus nomes, embora o encargo seja com certeza de grande importância e responsabilidade junto da rainha e perante a Ordem, pois serão os responsáveis para que a construção se faça de acordo com os cânones em vigor para as construções mendicantes¹⁷⁶⁹.

De não menos importância é a presença junto de D. Isabel e, por isso, também próximo do seu convento, de Frei Salvado Martins que, em 1318¹⁷⁷⁰, já era guardião do convento de São Francisco de Lisboa e que, sendo confessor da soberana, é ainda escolhido como seu testamenteiro¹⁷⁷¹. Nomeado bispo de Lamego em 1331¹⁷⁷²,

¹⁷⁶⁵ Em 1319. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc 6 e doc. 22; CR, *Santa Cruz de Coimbra*, Cx. 19, Mç. 8.

¹⁷⁶⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 4

¹⁷⁶⁷ Como aliás já anteriormente demonstrámos.

¹⁷⁶⁸ Cf. António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, volume II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. 15.

¹⁷⁶⁹ Cf. sobre o assunto: Panayota Volti, *Les couvents des ordres mendiants et leur environnement à la fin du Moyen Âge*, Paris, CNRS Editions, 2003.

¹⁷⁷⁰ Como o afirma o testamento da rainha.

¹⁷⁷¹ Cf. António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, volume II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. 15.

¹⁷⁷² Sobre este bispo: Anísio Miguel de Sousa Saraiva, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Ed. Magno, 2003, p. 83-92.

continuou, no entanto, a assumir o seu papel na corte e especialmente junto da rainha, a quem conforta na morte, em 1336, em Estremoz e que acompanha no seu funeral¹⁷⁷³. Testemunhando, pois, grande parte da vida de D. Isabel, é muito provável que seja o responsável, segundo a maioria dos autores, pela sua biografia¹⁷⁷⁴, peça fundamental da sua glorificação e posterior elevação aos altares.

Contudo, a presença dos franciscanos junto das suas irmãs clarissas afirma-se fundamental em funções que se reportam directamente às obrigações consignadas pela Ordem e pela regra urbanista. Assim, entre os prelados autorizados a entrar na clausura conta-se o Geral dos franciscanos, quando quiser celebrar ou explicar às irmãs a Palavra de Deus, podendo ser, então, acompanhado por quatro ou cinco Frades Menores¹⁷⁷⁵. No entanto, desta diligência não encontramos rasto na nossa documentação.

O mesmo não se pode dizer da visitação, que é uma das mais importantes missões dos frades junto das suas irmãs. Assim, as monjas confiadas à jurisdição¹⁷⁷⁶ dos Frades Menores devem ser por eles visitadas, pelo menos uma vez por ano. No desempenho destas funções se documenta a presença, no mosteiro de Coimbra, em 1403¹⁷⁷⁷, de Frei Martinho, simultaneamente capelão do convento de São Francisco, bem como de João Pais, em 1336¹⁷⁷⁸ ou, no de Entre-ambos-os-Rios, em 1396, de Mestre João Xira¹⁷⁷⁹.

¹⁷⁷³ É ele que se encarrega das exéquias da soberana.

¹⁷⁷⁴ Como se relata na *Vida e Milagres de Dona Isabel Rainha de Portugal*, edição de J.J. Nunes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

¹⁷⁷⁵ “Liceat quoque generali ministro Fratri Minorum, quando ibidem celebrare voluerit, vel proponere sororibus verbum Dei, cum quator vel quinque fratribus ipsius Ordinis intra clausurum ingredi monasterii, si quando ei videbitur expedire” (*Escritos de Santa Clara y documentos complementarios*, 5ª edição, edición bilingüe, introdução, tradução e notas de Ignacio Omaechevarría e colaboradores, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 339)

¹⁷⁷⁶ Embora a Regra Urbanista determine que os conventos de clarissas estejam sob a jurisdição do Cardeal Protector, em 1296, Bonifácio VIII, pela bula *Quasdam litteras*, restabelece, de forma definitiva, a jurisdição dos Frades Menores, de acordo com a Bula *Licet olim* de 1246, de Inocêncio IV. Cf. *op. cit.*, p. 331.

¹⁷⁷⁷ Cf. TT, OFM, PA, SCPortalegre, Pacote C.

¹⁷⁷⁸ Ainda presentes no cenóbio conimbricense e apelidados como visitantes das donas da Ordem de Santa Clara, estão Frei Afonso, em 12 de Fevereiro de 1306 (ADB, *Gaveta das Religiões*, nº 27) e Frei Domingos de Bonelo (TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 10 e Liv. 9, fl. 90-92v) este último surge documentado em 1277, como guardião dos Menores de Lisboa, e está presente na audiência dada por D. Afonso III ao nuncio do papa, Frei Nicolau, a 8 de Fevereiro, como cita Fernando Félix Lopes, “Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente. Ministros Provinciais a que

Se do primeiro nada se sabe, já os outros dois são conhecidos. Assim, João Pais é «discreto e leitor» do convento de São Francisco do Porto e foi confessor da rainha D. Isabel, estando, em 1330, presente no capítulo provincial que se realizou em Coimbra¹⁷⁸⁰. Está assim amplamente justificada a sua tarefa em Coimbra e a sua proximidade, em relação ao convento e à sua protectora.

Quanto a Mestre João Xira, o seu percurso é também bem conhecido¹⁷⁸¹. Sendo natural da cidade do Porto, vivia no convento de Lisboa e era bacharel em teologia. No ano de 1396¹⁷⁸², num documento de Entre-ambos-os-Rios é referido como Mestre e Visitador das clarissas. Ao longo da sua vida, este homem, procurou um maior rigor de vida e, em 1400, tendo aderido à Regular Observância, nela reformou o convento de São Francisco de Leiria¹⁷⁸³. É ele que, em 1415, apoiando D. Filipa de Lencastre, promove a trasladação do convento de Entre-ambos-os-Rios para o Porto¹⁷⁸⁴. Foi confessor de D. João I e representou Portugal no Concílio de Pisa¹⁷⁸⁵. Sempre ao serviço do monarca, faleceu antes de 1427¹⁷⁸⁶.

obedeciam” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 52.

¹⁷⁷⁹ Neste documento, igualmente se refere uma carta dada por Frei Henrique, Mestre Geral da Ordem, no ano da encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1391, para que a abadessa podesse deixar os seus bens ao mosteiro. Pormenor interessante é a forma como se refere ao provincial da Ordem “qualquer que for em esta provincia...”, parecendo desconhecer quem é, o que é deveras estranho (tendo ainda em conta a presença no mosteiro do visitador da Ordem) e só se compreende no contexto que adiante explicarei.

¹⁷⁸⁰ Fernando Félix Lopes, “Franciscanos Portugueses Pretridentinos – Escritores, Mestres e Leitores” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 420-421; in *LL58R6*, em que se afirma que João Pais foi Frade Menor e “foi mui boo homem, e de boa vida”. É filho de Pai Soares; Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 242 e 247.

¹⁷⁸¹ Fernando Félix Lopes, “Franciscanos Portugueses Pretridentinos – Escritores, Mestres e Leitores” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 426-427.

¹⁷⁸² TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 26.

¹⁷⁸³ Segundo Fernando Félix Lopes, *ibidem*, p. 426, parece ainda ter sido Vigário dos Franciscanos da Observância de Portugal, mas segundo o mesmo autor este assunto ainda precisa de ser esclarecido.

¹⁷⁸⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, vol. III-1, Porto-Braga, Editorial Franciscana, 1982, p. 751-752; Cf. Maria Eugénia Matos Fernandes, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*, Porto, Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1992, p. 23-24.

¹⁷⁸⁵ Fernando Félix Lopes, *ibidem*, p. 426.

¹⁷⁸⁶ *Ibidem*.

Em contexto de visitação documenta-se ainda a presença de Frei Fernando de Astorga¹⁷⁸⁷, Ministro da Província de Santiago¹⁷⁸⁸, em Entre-ambos-os-Rios, em 1384¹⁷⁸⁹, quando, em conjunto com a vigária do convento, Maria Eanes Coelho¹⁷⁹⁰, realizam, na presença do juiz do couto do Mosteiro, Vasco Lourenço, uma composição com João Miguéis de Guimarães, sobre uma granja em Jagueiros. Frei Fernando encontrava-se pois de visita ao mosteiro nesta data.

Sabemos que Frei Fernando era Ministro da Província de Santiago desde 1381¹⁷⁹¹, quando esta se encontrava ainda toda sob a obediência do papa de Avinhão. No entanto, na sequência da sua participação no Capítulo Geral de Paris em 1382, promove uma visita às custódias portuguesas e será ainda neste contexto que Fernando de Astorga terá aceite a obediência do papa de Roma (por influência ou imposição do rei português no que se refere às custódias portuguesas¹⁷⁹²). Assim, Urbano VI (papa avinhoense) e as custódias de Leão e Galiza ficaram ao lado do Ministro Geral que era pró-Avinhão e depuseram Fernando de Astorga, elegendo como novo Provincial, Frei Pedro de Segúndez, do que resulta a existência de dois ministros, na província de

¹⁷⁸⁷ Segundo Fernando Félix Lopes, “Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente. Ministros Provinciais a que obedeciam” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 76-78.

¹⁷⁸⁸ Embora Manuel Castro, *La Provincia Franciscana de Santiago. Ocho siglos de historia*, Santiago de Compostela, Liceo Franciscano, 1984, p. 30, refira como Provincial de Santiago, entre 1382 e 1434, Fr. Pedro Segúndez. Não podemos, no entanto esquecer que, em 1384, é precisamente o ano em que segundo o mesmo autor (p. 31) Portugal opta pela obediência ao papa de Roma “De esta suerte, los conventos franciscanos portugueses formaron *de facto*, hacia 1398, la provincia de *Portugal*, dependiente del general romano, mientars que Santiago, con los conventos de Galicia y de León, formaron la provincia de Santiago.” O que confirma o facto de Fernando de Astorga se ter mantido, com Portugal, fiel ao papa de Roma (como se explica a seguir).

¹⁷⁸⁹ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 59, doc. 24.

¹⁷⁹⁰ Por vacância do abadessado do Mosteiro. Uma vez que a anterior abadessa tinha sido escolhida para o abadessado em Vila do Conde.

¹⁷⁹¹ Fernando Félix Lopes, “Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente. Ministros Provinciais a que obedeciam” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 76.

¹⁷⁹² Sobre a postura dos franciscanos face ao papado em Avinhão, após o Capítulo Geral de Paris de 1382, veja-se Fernando Félix Lopes, “Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente. Ministros Provinciais a que obedeciam” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 77.

Santiago, até ao fim do Cisma em 1417-1418. Frei Fernando foi cumulado de graças pelo nosso rei D. Fernando¹⁷⁹³, tendo sido até seu confessor e conselheiro.

Outros franciscanos são mesmo encarregados de prover a um ou outro mosteiro de clarissas, com funções que, não sendo muito claras, parecem apontar para um encargo de vigilância e mesmo controlo que se assemelha ao da visitação, como é o caso de Fernando da Maia, nomeado provedor do convento de Coimbra, pelo rei D. Fernando, em 1374¹⁷⁹⁴.

Muitos destes frades serão ainda capelães das comunidades e encarregados do culto, embora não sendo assim explicitamente referidos. É normal e frequente que sejam os franciscanos a ter como seu encargo a cura de almas das freiras, mas isso nem sempre é uma realidade e, nos conventos, como capelães, existem padres seculares e frades de outras ordens.

Mas é na relação com a vida do mundo que encontramos, como é natural, a referência a maior número de Menores, quer como procuradores das freiras quer como testemunhas dos seus contratos ou juizes das suas causas¹⁷⁹⁵. Apesar de proibidos de se imiscuirem no governo dos conventos, aparecem, muito frequentemente ao seu serviço em missões que as ligam ao mundo e que são essenciais para sua sobrevivência. A maioria são frades “anónimos”¹⁷⁹⁶, chamados a cumprir estas missões. Sobre a sua situação, é óbvia a sua relação com o convento franciscano mais próximo das clarissas, mas nem sempre. Alguns serão, possivelmente, homens de confiança das freiras e outros são ditos “homens” do convento. Este laço parece ser o que prevê a Regra, segundo a qual podem existir leigos ou religiosos que se vinculem obrigatoriamente ao serviço dos mosteiros femininos numa espécie de “pacto feudal”¹⁷⁹⁷.

¹⁷⁹³ Fernando Félix Lopes, “Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente. Ministros Provinciais a que obedeciam” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 77-78.

¹⁷⁹⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 14; Mç. 24, doc. 16=Liv. 10, fl. 188-188v; Mç. 24, doc. 19.

¹⁷⁹⁵ Como já vimos anteriormente, no que a respeita Coimbra.

¹⁷⁹⁶ Num caso ou noutro, pontalmente, surgem frades mais conhecidos, como Afonso de Guimarães, custódio de Coimbra, Mestre em Gramática, de que Félix Lopes dá notícia em *Ibidem*, p. 424, ou ainda outro Mestre em Gramática, de nome Francisco que, em 1393, é frade do convento de Santarém e procurador do convento escalabitano (TT, *OFM. PP, SCS*, Mç. 6, doc. 227 e 228) e alguns guardiães dos conventos em causa (Ver no Apêndice: Frades Franciscanos)

¹⁷⁹⁷ *Escritos de Santa Clara y documentos complementarios*, 5ª edição, edicion bilingue, introdução, tradução e notas de Ignacio Omaechevarría e colaboradores, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 333, em que o comentador apresenta o “estatuto” destes homens da seguinte maneira: “ (...) los

Situação análoga deve ser a que vive, no convento de Coimbra, Vicente Eanes, que é apresentado como clérigo da ordem terceira franciscana¹⁷⁹⁸, simultaneamente merceeiro¹⁷⁹⁹ e homem do convento¹⁸⁰⁰, e ainda Estêvão¹⁸⁰¹, dito merceeiro do hospital¹⁸⁰² do mosteiro.

De todos estes homens, destaca-se uma figura que, no cenóbio de Coimbra, desempenha um importante papel, Frei Antoninho do Porto. Deste frade conhece-se parte da vida e, essencialmente, da sua permanência junto de figuras gradas no convento e na própria comunidade. A documentação compulsada permite-nos, pois, construir a "imagem" de um franciscano que vive ao serviço de um convento de clarissas.

Assim, a primeira referência a Frei Antoninho é feita no testamento, já anteriormente estudado, de dona Joana Redonda, em 1331¹⁸⁰³, onde esta ilustre senhora, companheira da Rainha D. Isabel e irmã da abadessa de Coimbra, Maria Gonçalves Redonda, lhe confere poderes como seu testamenteiro. E possivelmente o mesmo que receberá de D. Vataça, em 1336, dois quadros, em testamento. Ao longo dos anos de 1337 a 1338¹⁸⁰⁴, como guardião do convento de São Francisco de Coimbra é, por diversas vezes, procurador das freiras. Revela, assim, uma grande proximidade do convento damianita, o que não surpreende, pois era o guardião do convento menorita da cidade e, simultaneamente, embora não se conheçam as suas origens, a relação que estabeleceu com a irmã da abadessa abre-lhe o caminho para estar junto da comunidade

cuales, previa la aceptación por parte del capítulo conventual y después de un año de noviciado, prometen obediencia a la abadesa y hacen además voto de estabilidad y de vivir perpetuamente en castidad y sin proprio, y van vestidos con una especie de hábito (...) y ayunan y celebran el Oficio divino del mismo modo que las monjas, con la salvedad de que los laicos no están obligados al Oficio parvo de la Virgen ni al de difuntos...".

¹⁷⁹⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 18; Mç. 32, doc. 1.

¹⁷⁹⁹ *Ibidem*

¹⁸⁰⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 4.

¹⁸⁰¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 33, doc. 13.

¹⁸⁰² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 36.

¹⁸⁰³ Segundo Paula Figueiredo, Frei Antoninho é Antoninho do Porto, cuja documentação se encontra abundantemente no cartório de Santa Clara e que tem um irmão, Gil Fernandes, advogado. Este Antoninho Fernandes faz o seu testamento em 1348, mandando-se enterrar em Santa Clara de Coimbra e instituindo um aniversário para o qual doa vários bens. Não nos parece correcta esta identificação, e mais à frente, quando referirmos as freiras do convento e os seus familiares, voltaremos a este assunto.

¹⁸⁰⁴ Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Coimbra.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

e servi-la naquilo de que ela mais precisa, ou seja, a inserção no mundo urbano que a rodeava e que Frei Antoninho, pelas funções que desempenhava, conheceria bem.

Toda estas acções revelam claramente as várias facetas do papel desempenhado pelos franciscanos junto dos conventos das suas “Irmãs Pobres”.

2. A vida conventual: protagonistas e teias de relação

A vida conventual supõe a formação de uma nova família, pois aquela que ingressa numa Ordem compromete-se a abandonar o mundo e a ter Cristo como seu esposo e aquelas que a acompanham neste caminho como suas irmãs. Criada esta fraternidade, os laços de parentesco que existiam no mundo são assim substituídos por outras relações, de carácter espiritual, mais fortes e presentes na vida quotidiana de uma comunidade religiosa.

No entanto, a análise que já realizámos mostra-nos uma outra face da realidade que aponta para uma “conveniente” relação com o mundo que se expressa em determinados momentos da vivência destas mulheres. O mais importante e determinante é, sem dúvida, o do ingresso no mosteiro, mas outros vão surgindo ao longo da vida religiosa.

Assim, vamos tentar compreender, em dois momentos distintos. Desde logo quem são as mulheres que professam nos mosteiros de clarissas, qual a sua origem familiar e os laços de parentesco que transportam, com os bens e redes sociais de influência, para o interior do convento. Em que momento e de que forma estas podem influenciar a vida no interior do mosteiro, criando novos laços e até novas redes clientelares, isto será o que analisaremos num segundo momento, ao verificarmos quem ocupa os principais cargos no interior da comunidade.

2.1. A família biológica: o parentesco e o recrutamento

Foi dito por Maria Helena da Cruz Coelho e Rui Cunha Martins¹⁸⁰⁵, no seu artigo sobre a monaquismo feminino e a nobreza medieval portuguesa, reportando-se, na sua análise aos séculos XIII e XIV que “(...) a regra monástica não terá sido o único critério a orientar as opções da nobreza quanto ao local de colocação das filhas destinadas à vida religiosa. Mais influência terão tido, ao que nos parece, factores como a riqueza dos mosteiros ou, sobretudo, o grau de proximidade destes face à Coroa”¹⁸⁰⁶.

¹⁸⁰⁵ Maria Helena da Cruz Coelho e Rui Cunha Martins, “O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XII-XIV)”, *Theologica*, 2ª Série, 28, 2, 1993, p. 481-506.

¹⁸⁰⁶ *Idem*, p. 490

Temos vindo de facto a analisar os esforços da Coroa ou de familiares muito próximos, no sentido de patrocinar ou de alguma forma intervir nas fundações e na vida quotidiana dos mosteiros de clarissas. Dois deles são fundados por elementos da família real e os outros patrocinados de perto pela mesma. No entanto, alguns dados novos podem ser acrescentados ao intentar-se uma percepção mais clara do recrutamento feito por estes conventos femininos. O mais importante prende-se com a visibilidade de famílias, não de “primeira água”, mas de elites em ascensão que, paralelamente à notoriedade política, assumem um comportamento sócio-religioso semelhante ao das elites da nobreza, algumas já em nítida perda de influência. Importa, pois, perceber e de alguma forma valorizar o comportamento das novas elites (nobres ou vilãs) e explicar a sua situação face às mulheres que fazem uma opção religiosa. Interessa ainda não perder de vista a nobreza palaciana e próxima do rei que, cada vez mais, se conforma a um comportamento de “órbita” régia, dele dependendo e até seguindo-o de perto.

Outra questão prende-se com a estruturação e afirmação do novo tipo familiar agnático que, ao contrário do que anteriormente se afirmava¹⁸⁰⁷, não parece ter nos séculos em estudo uma aparição tão formal e decisiva face aos vários casos em que as filhas fazem partilhas “igualitárias” com os seus irmãos varões e até, noutros em que são elas as destinatárias da parte principal dos bens, a honra, tendo por vezes, os mosteiros grandes questões em torno destas propriedades.

Para responder a estas questões, será necessário explicar as relações familiares e de dependência que estes conventos estabelecem, desde a fundação, com os que se encontram no exterior – os familiares, e que condicionam a vida das professas.

Podemos afirmar que a escolha de um convento para ingressar não se relaciona maioritariamente com a vocação e as formas de espiritualidade e devoção, mas prende-se também com a situação geográfica da casa conventual e com o interesse que ela concita por parte dos vários grupos sociais, nomeadamente o rei e a sua família.

A afirmação de um convento e o recrutamento das suas freiras obedecia assim a várias motivações, quer de ordem pessoal e vocacional, quer de interesses familiares que têm sido os mais valorizados, na tentativa de compreensão do papel dos mosteiros na sociedade medieval. Pese embora a importância da família na opção religiosa, ela

¹⁸⁰⁷ Maria Helena da Cruz Coelho e Rui Cunha Martins, *op. cit.*, p.483, afirmam: “As famílias nobres, para viabilizarem o seu património e poder, têm de, à semelhança dos reis, imporem um sistema linhagístico, com uma estrutura unilinear. Os filhos segundos são contemplados com inferiores heranças.”

não deixa de ser, como todos os fenómenos humanos, matizada por cambiantes vários e de se integrar no fluir da história e nas conjunturas em que se desenvolve.

Assim, a política de recrutamento assenta, na maioria dos casos, em acordos estabelecidos entre as famílias e o mosteiro, que procura atrair mulheres com algumas posses e que, pelo prestígio e poder da linhagem que representam, dignificam a memória da comunidade. Esta relação é notória em alguns aspectos da vida conventual, nomeadamente no facto das religiosas conservarem o nome de família.

Não existe uma fonte única, nem suficientemente autónoma, para saber quem são (de que região, ou família) as mulheres que entram no mosteiro. No entanto a documentação fornece, a espaços, indícios e nomes que permitem, de forma regular e proveitosa, ter uma visão de conjunto da composição de cada casa. Não nos esquecendo sempre que os dados não são totais mas parcelares, é possível, ainda assim, tirar conclusões e perceber alguns dos principais cambiantes do comportamento pessoal e familiar de um apreciável número de mulheres que optam pela vida de clausura em cenóbios de clarissas.

No cenóbio de Santarém, considerando a sua localização periurbana - como de tantos outros franciscanos, na segunda metade do século XIII – torna-se visível o recrutamento feito essencialmente entre as elites urbanas/concelhias da cidade e da urbe lisboeta.

Há, no entanto, que registar a presença de duas mulheres da família real, Leonor Afonso¹⁸⁰⁸, filha bastarda de D. Afonso III e Margarida Afonso de Sousa¹⁸⁰⁹, neta do mesmo monarca e filha de Martim Afonso (irmão bastardo de D. Dinis). A presença destas duas senhoras pode e deve ligar-se directamente ao apoio concedido por D. Afonso III ao cenóbio¹⁸¹⁰, apesar de nem uma nem outra ocuparem lugares de destaque no interior da sociedade conventual.

¹⁸⁰⁸ Sobre esta monja veja-se: Leontina Ventura, *A nobreza de corte de D. Afonso III*, vol. II dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992, p. 545-548, que identifica esta filha bastarda de D. Afonso III (e Elvira Esteves) com a mulher de Gonçalo Garcia de Sousa que morre em 1291. Já Ana Cristina Tavares da Fonseca, *Barregãs e Bastardos régios da I Dinastia Portuguesa*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2005, p. 94-99, considera a existência de Leonor Afonso I (a freira de Santa Clara, ainda viva em 1302) e Leonor Afonso II, casada, sucessivamente, com dois Sousas: Estêvão Anes e Gonçalo Garcia. Inclino-me para esta segunda hipótese pelos documentos e provas aduzidos pela autora, aliás comprovados pela documentação do mosteiro.

¹⁸⁰⁹ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁸¹⁰ Veja-se sobre esta questão o capítulo da nossa tese sobre as fundações.

Possivelmente, a sua importância reside na relação directa que podem estabelecer com o poder régio. Assim, Leonor Afonso parece ter encabeçado uma petição feita a Roma pelas freiras, face a uma controvérsia contra Alcobaça, por este mosteiro ter recebido em Cós¹⁸¹¹ três monjas fugidas de Santarém que pretendiam levar com elas os seus bens. À época, cerca de 1303, já Leonor se identifica como freira de Santa Clara¹⁸¹². Será sob a sua influência que Margarida, sua sobrinha, entrará no convento? Certo é que, pelo que a documentação revela, as duas não terão vivido na mesma altura na comunidade, mas isso não impede os laços de influência e mesmo de “sucessão”.

Notória é, sem sombra de dúvida, a presença das filhas de famílias de cavaleiros vilãos de Santarém (e seu termo) bem como de Lisboa. São casos paradigmáticos as freiras dos de Azambuja, dos de Casal, dos da Rochela, dos da Silveira, ou ainda outras de famílias menos conhecidas mas igualmente poderosas e com interesses económicos ligados à terra, como Maria Esteves Mafarra¹⁸¹³ (neta de João Viegas, cavaleiro de Santarém e filha de Estêvão Eanes Viegas, cavaleiro e alcaide de Óbidos¹⁸¹⁴), Urraca Pais¹⁸¹⁵ (filha de Paio Viegas, cavaleiro, com bens em Lisboa e Santarém); ou à mercancia, como Constança Gil¹⁸¹⁶, filha e irmã de mercadores de Sesarigo (Santarém); ou ainda à vida dos concelhos, como Maria e Sancha Martins¹⁸¹⁷ (filhas de Martinho Peres, alvazil de Santarém).

O comportamento destas famílias é, em tudo, semelhante. Várias têm irmãs, tias e sobrinhas no convento e algumas delas atingem mesmo o abadessado.

Assim, as freiras do Casal são, ao longo do período em estudo, cinco, e a sua presença no convento prolonga-se durante todo o período em estudo: Estevainha

¹⁸¹¹ Sobre este mosteiro: Cristina André de Pina Sousa e Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Leiria, Ed. Magno, 1998.

¹⁸¹² Cf. TT, OFM, PP, SCS, Mç. 22, doc. (28).

¹⁸¹³ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸¹⁴ Ver Maria Filomena Andrade, “João Viegas, cavaleiro de Santarém: um percurso patrimonial” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 363-374.

¹⁸¹⁵ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸¹⁶ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸¹⁷ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

Martins¹⁸¹⁸ (freira entre 1284 a cerca de 1288); Sancha Garcia¹⁸¹⁹ (1334-1334); Aldonça Eanes¹⁸²⁰ (1370-1382) e a sua irmã Constança Eanes¹⁸²¹ (apenas documentada em 1370); Constança Peres¹⁸²² (1390-1392¹⁸²³).

Os laços de parentesco entre elas são, como se pode ver pela árvore genealógica apresentada¹⁸²⁴, muito próximos. Estevainha é tia de Sancha, Aldonça e Constança, sendo Aldonça e Constança filhas de um meio irmão (por parte do pai). E Constança Peres é sua prima em segundo grau, neta de um irmão do seu pai. De todas, apenas Estevainha é abadessa¹⁸²⁵ e ainda no século XIII.

As freiras da família dos de Azambuja, alcaides da terra, são duas irmãs, Alda Rodrigues¹⁸²⁶ e Branca Rodrigues¹⁸²⁷, que vivem na comunidade entre as décadas de 50 a 70. Também Catarina¹⁸²⁸ e Maria Esteves da Rochela¹⁸²⁹, que apenas estão documentadas no convento em 1326, e Sancha¹⁸³⁰ e Maria Martins¹⁸³¹, presentes entre

¹⁸¹⁸ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸¹⁹ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸²⁰ Esta freira tem ainda um importante papel, em conjunto com Maria Eanes (em 1375) e Catarina Martins (1380) em assuntos que relacionam o convento com o exterior e com as autoridades, como sua procuradora. Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸²¹ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸²² Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸²³ Nesta data parece andar fugida do mosteiro.

¹⁸²⁴ Feita com base nos dados recolhidos da documentação de Santarém e nas seguintes obra: Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, “Gerações medievais portuguesas. Cavaleiros e Escudeiros do Casal” in *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. 12, 1962, p. 197-207.

¹⁸²⁵ Vidé Composição do convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸²⁶ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸²⁷ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸²⁸ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸²⁹ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸³⁰ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸³¹ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

1271 e 1288, corroboram a presença das elites urbanas no cenóbio, embora sem atingirem os lugares de chefia.

O mesmo já não se passa com Maria Esteves Mafarra ou Urraca Pais, pois ambas foram abadessas, a primeira entre 1332 e 1338¹⁸³² e a segunda, possivelmente, no século XIII, pois é nomeada como noviça em 1283¹⁸³³ e menoreta em 1284¹⁸³⁴.

Mas há ainda um grupo de freiras de famílias da pequena nobreza cuja presença no cenóbio escalabitano pode indiciar uma forma de ascensão social ou apenas um comportamento de imitação dos padrões da alta nobreza, a uma escala regional. Destas apontamos: Beatriz Gonçalves de Oliveira¹⁸³⁵ (abadessa entre 1400 e 1422), Branca Lourenço Taveira¹⁸³⁶ (abadessa apenas documentada em 1331); Estevainha Lourenço¹⁸³⁷ (filha de Lourenço Domingues, cavaleiro do rei); Isabel de Aragão¹⁸³⁸ (filha de Fernão de Aragão e de Teresa e irmã de Luis de Aragão, vassalo do rei e seu vedor); Leonor Gonçalves de Abreu¹⁸³⁹; Leonor Gonçalves de Vasconcelos¹⁸⁴⁰ (abadessa documentada em 1300¹⁸⁴¹), Leonor Rodrigues de Vasconcelos¹⁸⁴² e Teresa Mendes de Vasconcelos¹⁸⁴³ (também abadessa entre 1350 e 1396¹⁸⁴⁴).

¹⁸³² Ver Composição do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸³³ Ver Microbiografias do convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸³⁴ Ver Microbiografias do convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸³⁵ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸³⁶ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸³⁷ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸³⁸ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸³⁹ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸⁴⁰ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸⁴¹ Ver Composição do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸⁴² Ver Microbiografia do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸⁴³ Ver Microbiografia do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸⁴⁴ Um abadessado longuissimo e único, neste século e meio de vida do convento escalabitano.

Os de Vasconcelos¹⁸⁴⁵ parecem igualar-se aos do Casal a nível de comportamento no interior da comunidade, mas ainda é visível, neste caso, uma aliança entre eles e uma freira da família Abreu. Assim, Leonor Rodrigues de Vasconcelos, como testamenteira da mãe, Constança Gonçalves, escolhe, com autorização do mosteiro, Leonor Gonçalves de Abreu para lhe dar cumprimento, após a sua morte. Esta atitude revela uma aliança que pode apenas apontar para uma amizade ou até relação familiar, que desconheço, ou então para a criação de uma “cumplicidade” e uma teia de novas relações. O mesmo se poderá dizer do que se passa já com outras freiras, cuja origem social desconhecemos: Ana, Clara Afonso e Marinha Martins Sobrada.

Ana¹⁸⁴⁶ é freira em Santarém antes de 1319, Clara Afonso¹⁸⁴⁷, sua filha (documentada entre 1316 e 1328) institui um aniversário, por alma dela e da mãe e vai aumentando, progressivamente, a sua doação e tornando também mais completo o ritual de memória que consagrou. Para isso, conta com o apoio e a atitude da abadessa Maria Martins Sobrada¹⁸⁴⁸, que designa como “sua irmã e companheira”, numa clara alusão a um parentesco espiritual, criado no interior da comunidade.

Várias são as freiras e até abadessas de quem nada se sabe. No entanto, penso que fica claro, para Santarém, a composição do seu convento e as linhas de força que veremos se se prolongam ou não nos restantes a analisar.

Em Entre-ambos-os-Rios, a realidade da composição do convento tem de ter em conta vários factores que, de alguma forma, condicionam a política de recrutamento das clarissas.

Não sabendo o número de freiras que este poderia admitir e com parca informação documental, temos, no entanto consciência da existência, nas proximidades,

¹⁸⁴⁵ Feita com base nos dados recolhidos da documentação de Santarém, nos *Livros de Linhagens* e em José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 volumes, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

¹⁸⁴⁶ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸⁴⁷ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁸⁴⁸ Ver Composição do Convento de Santa Clara de Santarém.

de outros cenóbios femininos beneditinos¹⁸⁴⁹, anteriormente implantados no território nacional e com o apoio de casas masculinas existentes na vizinhança¹⁸⁵⁰, cujo raio de acção deve ter limitado a adesão à nova forma de vida.

No entanto, a situação do mosteiro, em plena região de influência das grandes e tradicionais casas senhoriais, bem como a ligação familiar do casal fundador a Ciudad Rodrigo, León e Aragão, terão contribuído para despertar o interesse dessas famílias e atrair várias vocações e interesses linhagísticos.

Assim e neste contexto, entre as famílias representadas no cenóbio destacam-se as das Astúrias, a dos Coelho e da Teixeira que, com firmeza e determinação, ocupam, nos primórdios do mosteiro, os cargos e os papéis de maior relevo.

As duas irmãs, Mécia¹⁸⁵¹ e Sancha Ordonhes Dias das Astúrias¹⁸⁵², que vivem no convento entre 1275 e 1309, encontram-se ligadas por laços familiares à fundadora¹⁸⁵³ e, talvez por isso mesmo, são elas que se empenham, especialmente Mécia, como abadessa, na resolução das questões que envolvem o património do mosteiro, face aos possíveis herdeiros de D. Châmoa, os de Vinhal e os Cardona¹⁸⁵⁴.

Sancha Ermiges, da família da Teixeira¹⁸⁵⁵, documentada como abadessa entre 1272 e 1273, possivelmente ainda em vida da fundadora, revela uma vida mais atribulada, pois entra no cenóbio como viúva, deixando no mundo uma família, com filha e netas que, à sua morte, contestam a herança do cenóbio.

¹⁸⁴⁹ Sendo o mais próximo Santa Maria de Tarouquela, fundado no século XII. Cf. *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005 p. 85 (e bibliografia aí citada).

¹⁸⁵⁰ Tais como Tarouca e Salzedas.

¹⁸⁵¹ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

¹⁸⁵² Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

¹⁸⁵³ Feita com base nos dados recolhidos na documentação de Entre-ambos-os-Rios e nos *Livros de Linhagens*.

¹⁸⁵⁴ Ver Quadro das abadessas do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

¹⁸⁵⁵ Feita com base nos dados recolhidos na documentação de Santarém, nos Livros de Linhagens e em José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 volumes, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

Outro dado interessante é o facto de muitas outras mulheres da sua família terem entrado em religião, escolhendo o mosteiro cisterciense de Arouca, onde a “nobreza veste de branco”, segundo a feliz expressão de Luis Rêpas¹⁸⁵⁶.

Ligada a esta família, no cenóbio de Entre-ambos-os-Rios, surgem duas irmãs dos Coelho¹⁸⁵⁷, Maria¹⁸⁵⁸ e Inês¹⁸⁵⁹ (entre 1295-1336), que aí desempenham um papel fundamental, como já foi referido contribuindo, pela sua acção, para um reforço patrimonial da comunidade. Também esta família, como se pode verificar, tem parentescos com os da Teixeira e igualmente laços com os Camelo¹⁸⁶⁰ e Alcoforado¹⁸⁶¹ (que têm, igualmente, freiras no cenóbio).

Guiomar Afonso Alcoforado está documentada ainda antes de 1313¹⁸⁶² e Guiomar Gonçalves Camela é abadessa entre 1343 e 1364¹⁸⁶³. A situação descrita revela-nos que, ao longo dos primeiros 50 anos de vida do cenóbio, este esteve entregue a grandes famílias do Norte português, com ligações entre si e com a fundadora e, ainda mais, que as suas famílias tiveram a preocupação de ter ainda ligações duradouras com

¹⁸⁵⁶ Na dissertação de mestrado de Luís Miguel Rêpas, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Ed. Magno, 2003.

¹⁸⁵⁷ Feita com base nos dados recolhidos da documentação de Entre-ambos-os-Rios, nos *Livros de Linhagens* e em José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 volumes, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

¹⁸⁵⁸ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

¹⁸⁵⁹ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

¹⁸⁶⁰ Feita com base nos dados recolhidos da documentação de Santarém, nos *Livros de Linhagens* e em José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 volumes, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

¹⁸⁶¹ Realizada com base nos dados recolhidos da documentação de Santarém, nos *Livros de Linhagens* e em José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 volumes, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

¹⁸⁶² Cf. TT, OFM, PP, SCP, Mç. 50, doc. 8.

¹⁸⁶³ Ver Quadro das abadessas do convento de Santa Clara de Entre-os-Rios.

Cister, especialmente com os mosteiros de Arouca, Almoester e até Odiveelas. Também em algumas destas famílias se começa a notar um interesse por outros mosteiros de clarissas mais a sul, como é o caso de Santa Clara de Coimbra, onde os Coelho, entre outros, também irão colocar as suas mulheres.

Mas outras famílias se interessam por este mosteiro, nomeadamente as que se encontram, no século XIV, em ascensão social, como os Pereira¹⁸⁶⁴ no cenóbio, Leonor Pereira é abadessa documentada em 1399¹⁸⁶⁵.

Como em Santarém, embora de uma forma menos visível, algumas famílias da classe média em ascensão, especialmente do Centro e Norte de Portugal, procuram aqui um “lugar”. Tal é o caso dos Ferrazes, burgueses das elites concelhias do Porto¹⁸⁶⁶, os de Oliveira, cavaleiros de Coimbra e os Sanfanhos¹⁸⁶⁷, cuja riqueza parece mais concentrada no Entre-Douro-e- Minho. Destas famílias saem três abadessas: Branca Nunes de Oliveira (1367-1376), Beringela Fernandes Ferraz (1376-1383) e Mécia Álvares Sanfanhos (1388-1427) que, quase ininterruptamente, ocupam o cargo na segunda metade do século XIV e no primeiro quartel do XV. Anunciando, quiçá, uma viragem no domínio e nos interesses do mosteiro que, também nesta época, troca Entre-os-Rios pela cidade do Porto, abandonando um centro “senhorial” de poder por um outro de cariz urbano, mais atractivo e também menos perigoso.

Mas há ainda freiras provenientes de famílias mais ou menos abastadas de Braga¹⁸⁶⁸, com ligações ao clero da arquidiocese e que, possivelmente, procuram, próximo da sua região de implantação, um local para colocar as suas mulheres, mantendo um prestígio institucional face ao monaquismo beneditino da região¹⁸⁶⁹.

¹⁸⁶⁴ Sobre os Pereira, ver, em especial Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

¹⁸⁶⁵ Cf. TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 30.

¹⁸⁶⁶ Em especial, para o século XV: Adelaide Pereira Millán da Costa, *Projecção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*, dissertação de Doutoramento, apresentada à Universidade Aberta, policopiada, Lisboa, 1999. E sobre os Ferrazes: Idem, “Entre o sal e o serviço régio: percurso do cidadão portuense Afonso Ferraz (1463-1511) in *Olhares sobre a História. Estudos de Homenagem a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 193-198.

¹⁸⁶⁷ Família que parece oriunda do Porto, mas de que não encontrei qualquer registo.

¹⁸⁶⁸ Tal é o caso de Elvira Eanes, Guiomar Fernandes, Joana Miguéis.

¹⁸⁶⁹ Este vai entrar em decadência, especialmente, a partir do século XV. Para fazer face a esta situação, D. Manuel, no início do século XVI, funda o mosteiro de São Bento da Avé Maria, no Porto, para reunir as comunidades de Rio Tinto, Tuíás, Tarouquela e Vila Cova das Donas in *Ordens Religiosas em*

Muitas são, no entanto, as freiras cuja origem e *status* social nos são totalmente desconhecidos, o que, me parece, não invalida as conclusões apresentadas.

Ao considerar esta temática, no que respeita ao cenóbio de Coimbra, é necessário ter em conta a presença da rainha fundadora que viveu junto do convento, com a sua corte, durante cerca de dez anos, consagrando uma influência pessoal e dos homens e mulheres da sua casa, que torna apelativa a opção mendicante. Assim, esta presença junto ao convento das pobres damianitas atraiu um sem número de mulheres, algumas mais difíceis de identificar do que outras, mas todas elas aliadas a uma espiritualidade e devoção não só a Santa Clara mas também à rainha, cujos milagres¹⁸⁷⁰ eram conhecidos e já se encontravam documentados, em 1336, logo após a sua morte.

Assim, estavam presentes no convento filhas da nobreza de corte, da linhagem dos de Sousa, Barbosa e Briteiros, Redondo, Melo, Alvim, Vasconcelos e Dade¹⁸⁷¹.

Destes estratos superiores, alguns já em decadência à época, como era o caso dos de Sousa¹⁸⁷², fazia parte da comunidade damianita de Coimbra, Dona Maria, filha de Vasco Martins de Sousa que, em 1357, era chanceler de D. Pedro I¹⁸⁷³; Aldora de Sousa, filha de João Gonçalves de Sousa; Maria Anes de Sousa, filha de Martim Gil de Riba Vizela e irmã do conde Martim Gil e ainda Maria Gonçalves Garcia de Sousa, possivelmente filha de Gonçalo Garcia de Sousa II¹⁸⁷⁴, o último varão da linhagem de

Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 79-88.

¹⁸⁷⁰ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 27, doc. 18, em que se relatava a cura de um freira, Catarina Lourenço, que tinha um “lobinho” no olho esquerdo e de uma mulher Domingas Domingues, que sofria de hemoptises (talvez como resultado de uma doença pulmonar). Ambas foram curadas por intercessão da rainha e os seus depoimentos foram registados, na presença do bispo de Lamego, Dom Frei Salvado Martins, da abadessa D. Isabel de Cardona, do visitador do mosteiro, Frei João Pais e de Pedro Esteves, prior da igreja de São Pedro de Óbidos, entre outros.

¹⁸⁷¹ De acordo com as categorias propostas por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 540.

¹⁸⁷² Devido à morte, em 1285, do último varão, o Conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa.

¹⁸⁷³ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. 1, p. 176-177. Sobre a sua carreira, cf. Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica- Universidade do Porto, 1990, p. 390.

¹⁸⁷⁴ In LL22F12-13 e José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. 1, p. 24 e Luís Krus, “O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousa” in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, p. 59-99.

Sousa. Os de Sousa continuavam, no entanto, ainda ligados à corte tal como os Barbosa que, em 1356, tinham no convento Alda Martins¹⁸⁷⁵. Esta família tinha relações importantes com os mosteiros cistercienses de Lorvão¹⁸⁷⁶ e Arouca¹⁸⁷⁷.

Exemplo de uma família em ascensão social e política a partir do segundo quartel do século XIII¹⁸⁷⁸ e que fez, no caso vertente, uma opção religiosa bem diversa da que prosseguiu durante várias gerações, interessada talvez em diversificar as escolhas religiosas ou mais próxima da nova espiritualidade representada pela rainha de Aragão, são os Briteiros. A religiosa Maria Mendes¹⁸⁷⁹ era filha de Martim Mendes de Briteiros, que os Livros de Linhagens dizem não ter tido descendência¹⁸⁸⁰, não constando o nome da mãe no documento em apreço, o que pode indicar a sua bastardia, ideia reforçada por um pedido ao papa da abadessa Isabel de Cardona para “ex soluto nobili barone, domino Martino Menendi de Bryteiros genite et soluta, specialem gratiam facientes ut, non obstante deffectu predicto, quem patitur...”¹⁸⁸¹. Também os Pimentéis têm no cenóbio uma freira, Beatriz Afonso Pimentel, filha de Rodrigo Afonso Pimentel, que é

¹⁸⁷⁵ Esta freira não é referida nos Livros de Linhagens, nem por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, só sendo possível identificá-la graças à nomeação dos seus pais, realizada na documentação do mosteiro.

¹⁸⁷⁶ Cf. Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

¹⁸⁷⁷ Cf. Luís Miguel Rêpas, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Ed. Magno, 2003; Dina Carla Ferreira de Sousa de Almeida, *O Mosteiro Cisterciense de Arouca: comunidade e património: 1300-1317*, 2 vols, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2003.

¹⁸⁷⁸ Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, “Os Briteiros (séculos XII-XIV). Trajectória social e política” in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, Coimbra, 1995, p. 71.

¹⁸⁷⁹ Esta religiosa teve duas tias-avós monjas, D. Urraca Rodrigues (Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, *op. cit.*, p. 94), abadessa do Lorvão e Teresa Rodrigues (Luís Miguel Rêpas, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Ed. Magno, 2003, p. 234-236), sucessivamente monja do Lorvão (1260-1264), de Arouca (1294) e abadessa do mesmo mosteiro (1300-1302). Na geração anterior, Marinha Gomes (Ventura, Leontina e Oliveira, António Resende de, *op. cit.*, p. 95) fora freira em Lorvão e abadessa em Arouca. Tem ainda uma tia no Lorvão, Teresa Mendes (Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, p. 144), monja e depois abadessa (1333-1343) e outra, Guiomar Mendes (Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001, p. 148-149), abadessa em Celas (1323-1329), e ainda uma prima em segundo grau, Aldonça Anes de Sousa (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. 2, p. 179-180), monja e abadessa de Arouca.

¹⁸⁸⁰ LL23A2.

¹⁸⁸¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, vol. I, Porto-Braga, Editorial Franciscana, 1968, p. 338.

abadessa entre 1386-1401, revelando uma proeminência, no período a seguir à crise nacional de 1383-1385, em consonância com o percurso de ascensão social da sua estirpe¹⁸⁸².

No cenóbio estava ainda presente um elemento da família dos de Vasconcelos, ligada ao rei poeta e com um prestígio crescente a partir do século XIV, Inês Rodrigues de Vasconcelos¹⁸⁸³, prima de Alda Barbosa e de Mor Martins Redonda¹⁸⁸⁴, também ela membro da comunidade das clarissas de Coimbra. Aliás, os Redondo são uma linhagem de grande importância nesta comunidade. Basta lembrar Maria Gonçalves Redonda, a primeira abadessa do convento das damianitas (1319-1328)¹⁸⁸⁵ após a sua refundação pela rainha D. Isabel e irmã de uma dama da casa de D. Isabel, Joana Gonçalves Redonda.

Entre estas famílias, as relações expandem-se para dentro do convento, como é o caso, bastante paradigmático, dos laços familiares que unem Maria Gonçalves Redonda, Alda Martins Barbosa, Mor Mendes Redonda e Inês Rodrigues de Vasconcelos.

Relacionada com a rainha Isabel e a sua corte estão ainda os Dade, e especialmente Estêvão Dade¹⁸⁸⁶, chantre da Sé de Viseu, prior de Guimarães e Chanceler da rainha, pai de Isabel Dade¹⁸⁸⁷. A presença deste homem em várias cidades do Norte do país e, posteriormente, em Santarém e em Coimbra, é sinal inequívoco do prestígio social de que dispunha e do alcance da sua posição junto da rainha. A entrada

¹⁸⁸² Ver em Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p. 285-313.

¹⁸⁸³ Esta freira será abadessa de Santa Clara de Coimbra, após a morte de D. Isabel de Cardona, entre 1363-1369 e, de novo, entre 1374 e 1384.

¹⁸⁸⁴ Sobrinha de Alda Martins Redondo, que foi abadessa do mosteiro beneditino de Semide, entre 1332 e 1343 (Rui Cunha Martins, *Património, Parentesco e Poder. O mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992, p. 54-55), de Beatriz Martins Redondo, abadessa de Vitorino das Donas (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. 1, p. 373) e de Margarida Martins Redondo, monja em Arouca (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. 1, p. 373) e irmã de Aldonça Martins Redondo, que foi abadessa de Semide entre 1349 e 1386 (Rui Cunha Martins, *op. cit.*, p. 60).

¹⁸⁸⁵ Abadessa documentada em Santa Clara de Coimbra, de 1319 a 1328.

¹⁸⁸⁶ Em 16 de Maio de 1323, recebeu uma bula de João XXII concedendo-lhe autorização, a pedido da Rainha D. Isabel, para “ler e ouvir”, durante dois anos, Direito Civil, no Estudo Geral (Archivio Segreto Vaticano, *Reg. Vat. 75, Johannis Papae XXII*, fls. 228, citado em Sebastião Antunes Rodrigues, *7º Centenário do Casamento de D. Dinis com a Princesa de Aragão D. Isabel. A Cultura da Rainha Santa*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1982, p. 63).

¹⁸⁸⁷ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Coimbra.

da filha em Santa Clara de Coimbra terá, com certeza, contribuído para aumentar os laços “familiares” que estabeleceu com a sua “patrona”. Algo semelhante acontecia com a freira Margarida Rodrigues, filha de João Rodrigues (advogado) e de Urraca Martins (da Ribeira), familiar do mordomo-mor da Rainha, Gonçalo Peres Ribeiro¹⁸⁸⁸, casado com D. Constança, e com Teresa Afonso, filha de Afonso Martins, criado e tesoureiro da rainha¹⁸⁸⁹.

Teresa Afonso de Melo, filha e única herdeira de Lopo Afonso de Melo e de Guiomar Gil e Violante Peres, filha de João Peres de Alvim e D. Branca e sobrinha de Margarida Esteves Coelho (também freira do cenobo), pertenciam a duas famílias, os de Melo¹⁸⁹⁰ e os Alvim¹⁸⁹¹ que, em finais do século XIII e princípios do XIV, por uma certa proximidade à corte e mercê de cargos e de alianças estratégicas, ascendem e alargam a sua influência a partir de um pequeno núcleo de implantação territorial. Tal como a estirpe dos Coutinho¹⁸⁹², que só no início do século XIV emergiu do anonimato social e à qual pertencia Maria Fernandes, filha de Fernão Martins Coutinho e de Teresa Peres Varela. Sendo a mãe da família do arcebispo de Santiago (Gonçalo Fernandes Varela) e sobrinha de uma dama da corte de D. Afonso IV, e estando o seu pai ao serviço do infante D. Afonso¹⁸⁹³, torna-se fácil perceber a razão desta opção religiosa.

À comunidade conventual pertenciam ainda algumas damas da nobreza aragonesa. A abadessa é Isabel de Cardona¹⁸⁹⁴, senhora da corte da Rainha Santa, filha

¹⁸⁸⁸ Em testamento, datado de 1 de Janeiro de 1327, legou bens ao mosteiro, que elegeu para a sua sepultura e de sua mulher e onde institui uma capela (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 8).

¹⁸⁸⁹ Ver Quadro dos Dependentes da Rainha D. Isabel.

¹⁸⁹⁰ Maria Isabel Castro Pina, “Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média” in *Penélope*, nº 12, 1993, p. 9-26.

¹⁸⁹¹ Não esquecer que Violante Peres de Alvim é irmã de Leonor Eanes Alvim, esposa de Nuno Álvares Pereira.

¹⁸⁹² Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999.

¹⁸⁹³ Luís Filipe Oliveira, *op. cit.*, p. 24.

¹⁸⁹⁴ Sobre os Cardona: Henrique David, Amândio Barros, João Antunes, “A Família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dinis” in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Universidade do Porto, II série, vol. IV, Porto, 1987, p. 69-87.

de Raimundo de Cardona¹⁸⁹⁵, aragonês, e de D. Beatriz, irmã bastarda de D. Isabel. O papel desta senhora da nobreza aragonesa, que assume o abaciado em 1329, nele se mantendo até 1362¹⁸⁹⁶, esteve com certeza relacionado com a sua proximidade da corte isabelina. A família revelou uma grande devoção pelo convento mendicante, uma vez que a mãe e um irmão foram sepultados em Santa Clara de Coimbra, pedindo a abadessa meios económicos à irmã para a fundação da capela dos seus parentes¹⁸⁹⁷. No cenóbio viviam ainda D. Branca e D. Leonor, filhas de D. Afonso de Aragão, casado com a nobre portuguesa Maria Nunes Cogominho¹⁸⁹⁸, filha do almirante de D. Dinis e almotacé mor de D. Afonso IV, Nuno Fernandes Cogominho. A presença destas duas religiosas, que eram da família de Mor Dias, bisnetas da sua irmã, Joana Dias e, por via paterna, aparentadas com a Rainha Santa, uma vez que seu pai, D. Afonso de Aragão, era filho do meio-irmão de D. Isabel, D. Pedro IV de Aragão, contribuiu para cimentar uma teia de relações que interligava mais profundamente a primeira fundadora, Mor Dias, à segunda, a rainha Isabel.

O recrutamento das religiosas na nobreza rural e palaciana, nos mosteiros beneditinos e cistercienses, alargava-se às elites locais que, nos conventos mendicantes, encontravam uma forma de participar, ao nível da nobreza e copiando os seus modelos, no poder espiritual e material que as comunidades detinham. Ingressar no mosteiro de clarissas de Coimbra não era apenas um anseio espiritual, mas era, com certeza, para as elites urbanas, uma forma de conquistar público e poder na sociedade em que viviam. Assim, era de assinalar a presença em Santa Clara, de herdeiras de mercadores e proprietários de terras, oriundos das “aristocracias locais”, que ambicionavam colocar as suas filhas em paridade com as da nobreza, em alguns casos já em decadência, enquanto os negócios deles floresciam. Situação que vivia Clara Esteves, filha única e herdeira de

¹⁸⁹⁵ Acerca da relação dos Cardona com Portugal, numa perspectiva de construção linhagística, veja-se Luís Krus, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, p. 171-184.

¹⁸⁹⁶ Em 1358, pediu ao papa Inocêncio VI, “para ser dispensada das obrigações inerentes ao cargo e certas observâncias da regra por doença” in *Monumenta Portugaliae Vaticana*, pub. com introdução e notas de António Domingues de Sousa Costa, vol. I, Porto-Braga, Ed. Franciscana, 1968, p. 337-338.

¹⁸⁹⁷ Para isso, obteve carta de D. Pedro (4 de Agosto de 1359), com o objectivo de lhe permitir comprar bens de raiz que rendessem anualmente 70 libras. O rei permitiu-lhe comprar bens no valor de mil libras (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 16). Munida desta autorização, a abadessa comprou, em Janeiro do ano seguinte, casais em Bravães, termo de Miranda, por 500 libras (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 40).

¹⁸⁹⁸ Sobre esta família: Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 3ª edição, vol. I, Braga, Edição Carvalhos de Basto, 1992, p. 52-56.

um rico comerciante de panos de Coimbra, Estêvão Domingues e de Florença Fagundes. Juntando-se a esta, assinalam-se outras religiosas que estavam também em condições de receber apetecíveis fortunas, tal como Catarina Lourenço, filha de um rico proprietário de Santarém, Domingos Martins Bainosso; Constança Afonso Brandão, filha de Afonso Brandão; Constança Peres, viúva de Afonso Peres Brita Campos, agricultor rico de Coimbra, com muitas propriedades nos férteis campos do Botão, Tentúgal e no Campo do Mondego; Margarida Esteves, filha de Estêvão Martins, alcaide de Coimbra¹⁸⁹⁹; Maria Gil, filha de um advogado¹⁹⁰⁰; Mécia Rodrigues Leitão, filha do cavaleiro Rui Vasques Leitão, entre outras, cujos nomes ou referências documentais, embora escassas, nos permitem perceber a importância dos seus bens e da sua presença na comunidade¹⁹⁰¹.

As damas deste convento provinham de quase todo o país¹⁹⁰². Além das que estavam mais directamente ligadas à nobreza de corte e das oriundas de Aragão, Zamora¹⁹⁰³ e Badajoz¹⁹⁰⁴, em Castela, as outras provinham, especialmente, de centros urbanos, como Coimbra¹⁹⁰⁵ (e as suas redondezas: Soure¹⁹⁰⁶ e Arouca¹⁹⁰⁷), Évora¹⁹⁰⁸ e Elvas¹⁹⁰⁹, a sul ou de Guimarães¹⁹¹⁰, Braga¹⁹¹¹ e Porto¹⁹¹², a norte. O que confirma, por

¹⁸⁹⁹ É assim referido na documentação, não tendo, no entanto, outra confirmação deste cargo.

¹⁹⁰⁰ Gil Fernandes, criado pelo bispo D. Geraldo, testamenteiro de dona Mor Dias, o que talvez explique o facto de ter doado os seus bens a Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁰¹ Interessante é notar que, apesar da sua riqueza, nenhuma destas mulheres atinge o abadessado.

¹⁹⁰² Sobre o recrutamento geográfico de membros de corporações religiosas: Iria Gonçalves, “O mosteiro de Alcobaça e o recrutamento geográfico dos seus monges” in *Actas do IX centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*, Braga, Universidade Católica Portuguesa-Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, p. 233-256.

¹⁹⁰³ Inês Rodrigues de Zamora. Neste caso, pode tratar-se de uma das freiras que vieram de Zamora, a pedido de D. Isabel, para a reforma do convento, conforme já anteriormente referimos.

¹⁹⁰⁴ Isabel Esteves.

¹⁹⁰⁵ Alda Rodrigues; Alda Vasques; Clara Eanes; Constança Eanes.

¹⁹⁰⁶ Maria Eanes.

¹⁹⁰⁷ Aldonça Peres.

¹⁹⁰⁸ Sancha Esteves.

¹⁹⁰⁹ Leonor Rodrigues.

¹⁹¹⁰ Margarida Peres de Guimarães; Marinha Esteves.

um lado, a especial atracção que sobre as elites urbanas exerciam os mendicantes, em meados da centúria de trezentos e, por outro, a ampla capacidade de atracção deste mosteiro, recrutando mulheres de famílias com bens de Norte a Sul do país. Em torno da comunidade das clarissas de Coimbra reúnem-se e dinamizam-se os interesses de uma nobreza ligada à rainha, bem como de alguns membros das elites locais que com ela rivalizavam no “dom”, revelando o apoio à rainha e à manutenção de um convento de clarissas na cidade.

Em Coimbra é particularmente notória a existência de famílias que têm igualmente filhas, noutros mosteiros femininos, em especial nos mosteiros cistercienses, como os Redondo, os Sousa ou os Briteiros¹⁹¹³, revelando uma teia de relações e um recrutamento com características especiais. As famílias nobres privilegiam, no dealbar do século XIV, não apenas as casas cistercienses, mas também as clarissas, com especial relevo para o mosteiro “régio” de Coimbra. O prestígio desta comunidade exerce uma forte atracção sobre a nobreza de antiga linhagem mas serve também os interesses linhagísticos da nobreza e das elites concelhias.

Dos restantes conventos, devido à escassez de dados, e embora se conheça o nome de algumas freiras¹⁹¹⁴, não nos é permitido tirar quaisquer conclusões, cientificamente válidas.

2.2. As relações internas: os cargos e os serviços

Como organismo vivo que é, a comunidade de irmãs só vive graças a um equilíbrio cuidadosamente estabelecido entre os seus vários membros no interior e entre estes e o exterior. Relações essas que são estabelecidas, no caso de uma comunidade de freiras clarissas, através dos superiores e de todos os que a regra admite ao convívio destas mulheres. Assim, após demonstrar as implicações destas comunidades na tessitura

¹⁹¹¹ Margarida Miguéis; Marinha Afonso.

¹⁹¹² Maria Lourenço.

¹⁹¹³ Sobre os Briteiros: Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, “Os Briteiros (séculos XII-XIV). Trajectória social e política” in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, Coimbra, 1995, p. 71-102.

¹⁹¹⁴ Como é visível nas Microbiografias dos respectivos conventos.

social, visível no recrutamento e nas teias familiares e sociais que se estabelecem, importa sondar a forma como vivem e se organizam a nível interno.

A família conventual (no sentido mais estrito¹⁹¹⁵), formada por um número definido de freiras tem, na época em estudo, uma composição que nos é dada a conhecer pela regra que pauta o viver quotidiano. No entanto, a documentação conhecida não refere muitos dos membros que nela vivem¹⁹¹⁶. Alguns dados dispersos permitem-nos, porém, ter uma visão global de todo este microcosmos que, em torno do convento, gravitava e tornava possível a sua existência.

Como se organizam estas comunidades? Quais os dados que a documentação nos fornece para percebermos o processo de admissão, o noviciado, ou mesmo os cargos dentro da comunidade?

Comecemos a nossa análise por aquela que estando investida em autoridade, é a mãe do convento e gere toda a sua vida, a abadessa. Esta, eleita livremente pela comunidade, detinha o selo do mosteiro e possuía a máxima autoridade no interior da clausura, visitando e corrigindo as irmãs, convocando o capítulo, distribuindo os ofícios e presidindo a toda a vida comunitária¹⁹¹⁷.

O cargo concedia um estatuto de onde emanava a autoridade a respeitar por todos, não apenas pelos membros da comunidade religiosa mas também por aqueles que em torno dela gravitavam. A relação com a comunidade de irmãs, esposas e servas de Cristo, não estava, de forma alguma, totalmente desligada das relações familiares que se prolongam no convento e, com certeza, influenciavam a rede de relações que se estabeleciam.

No entanto, o carácter corporativo e a necessidade de consenso para a maioria das decisões que devia tomar concediam à abadessa um poder que tinha de ser, constantemente, negociado com os restantes membros da comunidade. Embora na regra

¹⁹¹⁵ Neste sentido não se integram os servidores, dependentes e pessoal religioso que vivem em torno destas comunidades. Esses serão estudados mais à frente.

¹⁹¹⁶ Esta pobreza documental, no que à organização interna concerne, deve-se possivelmente à forma de vida destas mulheres, enclausuradas, ao contrário do que acontece nos conventos e mosteiros masculinos e nos mosteiros femininos da Ordem de São Bento ou de Cister. Publicitar esta vida em contratos e outro tipo de instrumentos de memória era, de alguma forma, quebrar o espírito de clausura e revelar da comunidade aquilo que ela escondia aos olhos do mundo.

¹⁹¹⁷ Ver a Regra Urbanista em *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 362-364 (cap. XXII, artigos 35 a 41).

urbanista (seguida por todos os conventos em estudo) não existisse a obrigatoriedade de ter (e ouvir) um conselho de discretas¹⁹¹⁸, a abadessa tinha de contar com um forte apoio para decidir sobre quase todos os assuntos. Isso é visível no articulado dos contratos realizados, em que se refere a presença e consenso da abadessa e do convento. Podemos pois afirmar que a sua autoridade era, face ao convento, a garantia de funcionamento e, talvez, por isso, nas poucas e raras vezes que não estava provido o cargo, existia uma figura: a Vigária¹⁹¹⁹ ou, em alguns casos, Provedora¹⁹²⁰, que em situações especiais a substituíam. Apenas o primeiro caso está previsto na regra, e deve corresponder a uma situação transitória (de vacância), enquanto não é eleita a abadessa; o segundo pode estar relacionado com uma postura mais complicada de um poder fraco ou com a necessidade de ser apoiado.

Era ainda usual, e verifica-se em duas situações nos mosteiros em estudo, a escolha para abadessa de uma freira professa de um outro convento. Tal acontece no cenóbio conimbricense, onde Teresa Afonso de Melo, professa de Coimbra, é escolhida para ser abadessa em Benavente dos Campos¹⁹²¹, mosteiro de uma província leonesa-castelhana. O mesmo com Beringela Fernandes Ferraz que, sendo abadessa em Entre-ambos-os-Rios é “escolhida”¹⁹²² para ser abadessa em Vila do Conde. Neste último caso, há testemunhos que nos indiciam uma situação um pouco mais complicada de imposição e não de escolha desta abadessa por parte da comunidade conventual vilacandense. Pode, então, colocar-se a questão: será que haveria liberdade total na

¹⁹¹⁸ Como na Primeira Regra, a de Santa Clara. Veja-se *Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996, p. 51 (cap. IV, artigos 22 e 23): “Para se conservar a unidade do amor mútuo e da paz, a eleição das responsáveis para os cargos comunitários seja feita com o comum acordo de todas as irmãs. Do mesmo modo sejam eleitas pelo menos oito de entre as mais idóneas, às quais a abadessa deve sempre pedir conselho nos assuntos que dizem respeito à nossa forma de vida”.

¹⁹¹⁹ Há ainda a situação de uma vigária geral, Beatriz Afonso Pimentel, em Coimbra, entre 1385 e 1386, antes de ser abadessa. Ver Quadro das abadessas do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹²⁰ Tal é o caso de Inês Eanes Coelho que, em 1332, é provedora do convento de Entre-ambos-os-Rios, enquanto a irmã Maria Eanes Coelho é abadessa e que após a morte desta, assume o abadessado. Veja-se o Quadro da Composição do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

¹⁹²¹ Sobre este mosteiro de clarissas: *Reseña Historica de los monasterios de Clarisas en España y Portugal*, vol. I, Ávila, Hermanas Clarisas de España, 1996, p. 493-497.

¹⁹²² Quanto a esta escolha, veja-se a Lenda sobre ela e o que pode significar, em Manuel da Esperança, *História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, p. 181-184; José Augusto Ferreira, *Os Túmulos do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, Porto, Ed. Ilustradas Marques de Abreu, 1925, p. 39.

escolha? A que critérios obedeceria esta? Qual o peso dos visitantes, capelães e franciscanos, nestas escolhas? E as famílias de origem, como se posicionavam face a estes actos de tanta importância para a vida conventual e social?

Temos, assim, alguns dados que indiciam conflitos nas escolhas, mas possuímos também indicadores da existência de alianças e “forças de pressão” no interior da comunidade, possivelmente apoiadas em laços familiares e/ou novos laços criados no interior da comunidade.

Esta situação é visível em Entre-ambos-os-Rios, uma comunidade mais pequena e em que as alianças familiares são determinantes. Assim, entre 1312 e 1336, duas irmãs da família Coelho (Maria e inês) detêm o abadessado. Como anteriormente vimos, são também elas as responsáveis, durante este período, por um razoável e importante acréscimo patrimonial do mosteiro. A sua segunda abadessa documentada, Mécia Ordonhes, é aparentada com a fundadora¹⁹²³, a primeira, Sancha Herrmiges¹⁹²⁴, pertence a uma importante família do Entre-Douro e Minho, os da Teixeira, e a última do século XIV, Leonor Pereira¹⁹²⁵, é da família do Condestável.

Em Santarém, apenas sete abadessas das catorze conhecidas ostentam nomes de família: Estevainha Martins do Casal¹⁹²⁶, Leonor Gonçalves de Vasconcelos¹⁹²⁷, Guiomar Martins de Avelar¹⁹²⁸, Branca Lourenço Taveira¹⁹²⁹, Marinha Martins Sobrada¹⁹³⁰, Maria Esteves Mafarra¹⁹³¹ e Teresa Mendes de Vasconcelos¹⁹³². E destas só

¹⁹²³ Ver a Esquenma Genealógico da Família dos Coelho.

¹⁹²⁴ Ver Quadro da Composição do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

¹⁹²⁵ Ver Quadro Composição do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

¹⁹²⁶ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém e Quadro da Composição deste convento.

¹⁹²⁷ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém e Quadro da Composição deste convento.

^{1928 1928} Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém e Quadro da Composição deste convento.

¹⁹²⁹ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém e Quadro da Composição deste convento.

¹⁹³⁰ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém e Quadro da Composição deste convento.

¹⁹³¹ Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém e Quadro da da Composição deste convento.

três representam famílias bem conhecidas da média nobreza, como de Vasconcelos¹⁹³³, de Avelar¹⁹³⁴ e Taveira¹⁹³⁵, outras não escondem o poder das oligarquias urbanas, como as “do Casal”¹⁹³⁶ ou a “Mafarra”¹⁹³⁷.

Em Coimbra, a partir do restabelecimento da vida conventual, as abadessas são oriundas de famílias da nobreza portuguesa próximas dos monarcas: Redondo¹⁹³⁸, Cardona¹⁹³⁹, Sousas¹⁹⁴⁰ e Pimentel¹⁹⁴¹. Aqui, o papel da fundadora, que já por várias vezes sublinhámos, é determinante, uma vez que a primeira abadessa depois do convento restaurado é irmã de uma senhora da corte de D. Isabel e a segunda é mesmo parente da rainha.

Outro dado ainda a reforçar o papel das relações familiares como sedimento de poder, está no facto destas abadessas eleitas terem no cenóbio familiares, irmãs, sobrinhas, tias, como aliás já vimos anteriormente e que constituem uma importante base de apoio.

Mas, se existia alguma pressão interna, fruto de relações familiares, é ainda crucial averiguar se uma abadessa poderia ou não influenciar a escolha da seguinte, ou seja, se haveria uma tendência para se criar um sistema em que a eleição era fruto não

¹⁹³² Ver Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém e Quadro da da Composição deste convento.

¹⁹³³ Acerca dos de Vasconcelos veja-se José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 231-248.

¹⁹³⁴ Sobre esta família: Vanda Lourenço, “Os Avelar – percurso de uma linhagem em Lisboa (1325-1367)” in *Lisboa Medieval – os rostos da cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 169-181.

¹⁹³⁵ Sobre esta família, veja-se José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 437-442.

¹⁹³⁶ Cf. Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, “Gerações medievais portuguesas. Cavaleiros e Escudeiros do Casal” in *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. 12, 1962, p. 197-207.

¹⁹³⁷ Sobre esta família, veja-se Maria Filomena Andrade, “João Viegas, cavaleiro de Santarém: um percurso patrimonial” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 363-374.

¹⁹³⁸ Ver Esquema Genealógico da Família dos Redondo.

¹⁹³⁹ Ver Esquema Genealógico da Família dos Cardona.

¹⁹⁴⁰ Ver Esquema Genealógico da Família dos Sousa.

¹⁹⁴¹ Ver Esquema Genealógico da Família dos Pimentel.

apenas da escolha aleatória do convento mas uma sucessão preparada pela abadessa em funções. Somos alertados para esta situação pelo pedido feito por Isabel de Cardona, em 1358¹⁹⁴², ao papa, para que este a dispensasse das obrigações inerentes ao cargo e do rigor de algumas observâncias da regra, por se encontrar doente e, simultaneamente, que Maria Mendes de Briteiros pudesse ascender aos ofícios e dignidades da Ordem. Além de uma legitimação desta freira, estaremos, ainda, perante um caso de tentativa de indicar uma possível sucessora? Se assim foi, de qualquer forma, não é esta a decisão do convento que, quatro anos depois, escolhe para abadessa, Inês Rodrigues de Vasconcelos.

O abadessado, sendo, pois, um forte elemento de coesão interna, funciona também como uma possibilidade de servir uma comunidade e, por isso, quer-se que as abadessas possam desempenhar cabalmente as funções e tarefas que este exige. Há, por isso casos em que, como o anteriormente relatado, a abadessa pede ao papa para ser dispensada de algumas das suas funções. Esta situação coloca-nos ainda outra dúvida, que se prende com a duração dos abadessados¹⁹⁴³. A regra é omissa em relação a isto, mas o que podemos verificar é que nalguns casos a eleição parece ser vitalícia, pois temos uns que duram 46 anos (como o de Teresa Mendes de Vasconcelos, em Santarém), ou 33 anos (como o de Isabel de Cardona, em Coimbra) ou 21 anos (Maria Eanes Coelho, em Entre-ambos-os-Rios).

Outros cargos referidos e dispostos na regra, como o de porteira, enfermeira, mestra de noviças, mestra de estudos, a rodeira ou as irmãs externas estão, por completo, ausentes da documentação em estudo. Não significa que não existam e que o seu papel não seja importante, mas apenas que, sobre elas, a documentação escrita que se terá, eventualmente, produzido, não terá sido nem muito abundante, nem considerada suficientemente importante para ser mantida.

Como já referimos, estas mulheres, primeiro denominadas inclusas ou *sorores*, passam a partir da legislação de Urbano IV (de pleno direito) a denominar-se clarissas, muitas vezes donas, e a viver de acordo com a mesma regra, como freiras e minoretas.

¹⁹⁴² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, vol. 1, Porto-Braga, Editorial Franciscana, 1968, p. 337-338

¹⁹⁴³ Com a reforma na observância (a partir do século XVI) opta-se pelos abadessados trienais, podendo, no entanto ser a mesma abadessa eleita por vários triénios.

Todas estas designações estão presentes nos fundos em estudo e dizem respeito ao universo das professoras (também chamadas freiras de véu preto). A par destas há ainda a considerar as noviças¹⁹⁴⁴, aquelas que durante um ano vivem no cenóbio, acompanhadas espiritualmente pela sua mestra, antes de professarem nas mãos da abadessa e na presença da comunidade e dos seus superiores.

No que respeita ao primeiro grupo, predomina na documentação o tratamento de freira professora ou dona professora. Mais raramente e sobretudo nos testemunhos mais antigos, aparecem, por vezes, as designações de monja, menoreta, *soror* ou simplesmente religiosa. Saliente-se a designação de menoreta, cujo uso é quase exclusivo do século XIII. No século XIV, a forma de tratamento deveria estar estabilizada em torno de “freira” e “dona”. A diferença entre uma e outra não é visível e parecem ser utilizadas as duas formas aleatoriamente, não se tratando nem de uma questão de *status* social, nem de qualquer vínculo anteriormente estabelecido no mundo, como, por exemplo, o casamento.

Para terminar, e embora não tenham no mosteiro qualquer cargo, mas, com certeza, proporcionam um encargo para as freiras, queria referir as crianças, que são uma presença inquestionável, nos mosteiros femininos.

Embora não directamente referidas, são vários os casos de crianças - filhas, netas ou simples protegidas das freiras -, que são acolhidas na comunidade e nela vivem e são educadas. Estas realidades são possivelmente tão comuns e normais à época que não precisam de ser documentadas¹⁹⁴⁵ ou passadas a escrito.

Mas estes elementos, que nos parecem, hoje, de grande importância, eram considerados normais e possivelmente, junto destas crianças, brincariam e seriam educadas outras, como as filhas de alguns dependentes do convento que viviam nas suas imediações ou ainda meninos e meninas nobres, filhos de senhoras que, no caso de Coimbra, habitavam nos paços da rainha¹⁹⁴⁶.

¹⁹⁴⁴ Apenas uma é assim designada: Urraca Pais, em 1283, no cenóbio de Santarém. Veja-se Microbiografias do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁹⁴⁵ Ver os resultados e conclusões do estudo de paleontologia desenvolvido por Célia Cristina Rodrigues Lopes, *As Clarissas de Coimbra dos séculos XIV e XV: Paleobiologia de uma comunidade religiosa de Santa Clara-a-Velha*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001, onde é referida a existência de ossos de crianças (raparigas e rapazes) encontrados no interior da clausura de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁴⁶ Pensamos que os filhos de Inês de Castro, bem como a neta da rainha D. Isabel que morreu no mosteiro e aí ficou sepultada, viviam no interior da clausura.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

Além destes grupos “mais marginais” à existência do reclusório, a vida passava-se entre orações, jejuns e leituras piedosas, sob a autoridade e com o serviço das freiras, perpetuando-se assim o carisma de Clara.

3. A “nova família” conventual

Ao ingressar no convento, as mulheres encontram-se fora do estreito e apertado controlo da sua família biológica e entram numa nova vida (num novo espaço), onde as relações se pautam por um mesmo amor e fidelidade a Cristo, vividos no interior da clausura (o claustro é o sinal e *locus* físico dessa vivência).

Assim, a nova comunidade em que ingressam necessita, tal como a anterior, de se organizar, em parâmetros também mundanos, porque estes são os seus modelos. Formando uma nova família de irmãs de um único esposo, Cristo, com quem vivem em união espiritual e a quem se consagram, estabelecem uma relação, pautada pela *communio* e pelo serviço que se organiza para suprir a todas as necessidades desta célula familiar.

Neste sentido e para se consagrarem livremente a Deus, as freiras têm um conjunto de servidores que são os responsáveis pela maioria dos trabalhos a realizar e que constituem, por isso, um elo de ligação privilegiado com o mundo que as rodeia, dispondo de um poder único face às donas que deles necessitam para as representarem (os seus interesses e funções) e face ao mundo, onde o que se passa no interior dos muros do mosteiro pode ser vital para a sua economia e, com certeza, importante para a estabilidade social de algumas das suas famílias.

3. 1. A relação com os dependentes e servidores – a domesticidade

O convento possui um conjunto de criados e dependentes que ajudam a criar teias de influências e constituem uma espécie de “corte” em torno das religiosas que, simultaneamente, protege, dignifica e dá visibilidade à comunidade¹⁹⁴⁷. Embora a documentação não apresente, de forma muito clara, o seu estatuto, são geralmente referenciados como testemunhas dos contratos e, por vezes, como arrendatários de bens ou doadores de propriedade¹⁹⁴⁸.

Assim, estes homens desempenham cargos no convento e servem-no, quer na esfera pública¹⁹⁴⁹, quer no âmbito mais privado, na esfera religiosa¹⁹⁵⁰, com um papel essencial a cumprir. Uns são homens com elas relacionados por laços de criação¹⁹⁵¹ e de serviço, outros por afinidades parentais mais ou menos próximas.

Homens e mulheres constituíam grupos domésticos, assim chamados porque viviam em torno de uma economia centrada no mosteiro, a *domus*, que a todos concitava e que tinha de ser sustentada, com todos os seus ocupantes.

Dentro deste grupo de servidores, destacam-se, como principais agentes da construção do património conventual, os procuradores do convento e abadessa ou de uma ou outra religiosa particularmente, que são como que o prolongamento da esfera de influência das religiosas junto do poder civil. Estes homens são elementos essenciais na elaboração dos contratos ou na resolução de demandas¹⁹⁵², como o revela uma carta

¹⁹⁴⁷ Cf. Maria del Graña Cid, “La Familia de Fuera”. Aproximación a las clientelas de los monasterios de Clarisas (Córdoba, siglos XIII-XIV)” in *Archivo Ibero-Americano*, 265-266/LXX, 2010, p. 339, em que a autora afirma: “ Se perfiló así una realidad de adhesiones laicales trabada con vínculos verticales de obediencia y servicio y horizontales de hermandad no siempre diferenciados de forma nítida en sus dedicaciones, pues ellas remitian, en última instancia, a la coparticipación en los bienes monásticos, tanto espirituales como materiales.”

¹⁹⁴⁸ Como se pode confirmar nos Quadros de Dependentes e Servidores das várias comunidades conventuais em estudo.

¹⁹⁴⁹ Essencialmente como procuradores.

¹⁹⁵⁰ Como capelães e confessores.

¹⁹⁵¹ Sendo mesmo referidos como seus criados e “homens de”.

¹⁹⁵² A conflitualidade é um dos problemas mais graves que ameaça esta e outras comunidades de mulheres que não podendo sair do convento, só podem recorrer aos procuradores como elementos de defesa dos seus interesses junto das várias instâncias.

régia de D. Pedro¹⁹⁵³ dando ao convento de Santarém a faculdade de poder escolher os procuradores para as inúmeras causas da comunidade e mandando aos juízes (dos julgados) que os ouçam, cada vez que reúnem, para que as religiosas possam defender as suas causas¹⁹⁵⁴. Muitos, devido aos seus ofícios e à proximidade com as religiosas (alguns são mesmo seus criados e/ou familiares), vivem situações de privilégio, como por exemplo, aforarem, em condições vantajosas, as melhores propriedades do convento¹⁹⁵⁵ (que, regra geral, não cultivam mas entregam para exploração a outros), ou possuírem plenos poderes para tratarem das causas e bens das religiosas ou ainda emprestarem-lhes dinheiro. Tudo isto os torna detentores de grande poder, não apenas simbólico mas sobretudo de carácter económico, uma vez que criam com as freiras relações de interdependência que nos ajudam a situá-los na escala social a que pertencem e revelam o equilíbrio entre as forças em presença: o senhorio e os dependentes.

Constituem-se, pois, como um grupo de intermediários que são essenciais ao funcionamento da economia senhorial e também na afirmação jurídica e administrativa das donas.

Dos cento e seis procuradores recenseados na documentação, 47 (44,3%) são do convento de Coimbra, 36 (34,0%) de Santarém e 23 (21,7%) de Entre-ambos-os-Rios. Cada um exerce a sua acção em vários actos do mosteiro e pertencem a estratos sociais diversos.

Assim, no caso de Santarém é óbvio o predomínio dos Frades Menores (seis)¹⁹⁵⁶ do vizinho convento escalabitano, anunciando laços de dependência também religiosos que revelam o controlo exercido pelos franciscanos sobre as clarissas, que se estende ao vasto sector económico e não se restringe ao espiritual¹⁹⁵⁷.

¹⁹⁵³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç.1, doc.30 e Mç.6, doc.276.

¹⁹⁵⁴ Grande parte da sua acção é visível no decurso das demandas que o mosteiro sustenta com dependentes - caseiros e servos - com os familiares das religiosas, com autoridades religiosas ou ainda com outros cenóbios.

¹⁹⁵⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç.11, doc.745 e 746.

¹⁹⁵⁶ Cf. Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁹⁵⁷ Tendo em conta a Regra Urbanista, esta proximidade seria até cultivada pelo encargo que os Menores devem ter em relação às Clarissas. No entanto, é sabido que o encargo é, muitas vezes, aliviado ou até “descarregado” noutros, por parte dos franciscanos.

Já em Entre-ambos-os-Rios, a inexistência, nas proximidades, de um convento franciscano faz com que entre os procuradores do mosteiro nunca apareça um Frade Menor. Em Coimbra registam-se três, dois de Coimbra¹⁹⁵⁸ e um de Santarém¹⁹⁵⁹. No entanto, nestes dois casos, o cargo de procurador parece estar quase sempre nas mãos de pessoas mais próximas do mosteiro, que com ele criaram laços de dependência pessoal e não tanto institucional.

Em Entre-ambos-os-Rios, onde é mais notória a formação desta rede de influência “quase familiar”, também se confirma esta tendência a nível dos procuradores¹⁹⁶⁰, pois ou habitavam na aldeia de Entre-os-Rios¹⁹⁶¹ ou no Barral¹⁹⁶² (tudo couto do Mosteiro) ou então eram capelães do mosteiro¹⁹⁶³, juizes¹⁹⁶⁴ do couto ou ainda “homens” da abadessa ou do convento¹⁹⁶⁵. O que indica um recrutamento quase exclusivo de homens de confiança da comunidade e na sua dependência para gerir os seus negócios. Trata-se de uma família “alargada”, cujos interesses se interpenetravam e complementavam.

Alguns são procuradores de uma ou outra freira individualmente, por vezes seus familiares¹⁹⁶⁶, ou da própria abadessa¹⁹⁶⁷, o que confirma esta situação. Esta é também uma realidade em Santarém e em Coimbra, onde igualmente eram recrutados para

¹⁹⁵⁸ Entre estes, Frei Antoninho, de quem já falámos anteriormente.

¹⁹⁵⁹ João Gil, conventual de São Francisco de Santarém.

¹⁹⁶⁰ Mas não só, aliás o mosteiro funcionava como um micro-organismo, em torno do qual se vivia e se produzia, num sistema económico-social “doméstico” e que era polarizado pelo convento.

¹⁹⁶¹ Estêvão Martins; Martim Peres.

¹⁹⁶² Domingos Eanes.

¹⁹⁶³ Fernão Lourenço; Fernão Martins.

¹⁹⁶⁴ Estêvão Martins.

¹⁹⁶⁵ Domingos Eanes; João Migueis.

¹⁹⁶⁶ Diogo Lopes, irmão e procurador da freira Leonor Lopes Sanfanzo; Pedro Miguéis, mercador de Braga e irmão e procurador da freira Joana Migueis.

¹⁹⁶⁷ Domingos Eanes, Martim Malha.

procuradores homens da estrita confiança, com quem as donas mantinham laços de dependência¹⁹⁶⁸ ou familiaridade¹⁹⁶⁹.

Em Santarém, são vários os procuradores residentes na urbe e com uma certa posição social no seu meio, quer pelos cargos que ocupam, como Gil Eanes e Vicente Domingues, procuradores do número¹⁹⁷⁰ do concelho de Santarém, ou João Lourenço, azemel do mosteiro e que em 1374 e 1387¹⁹⁷¹ empraça ao mosteiro bens em Valada, num claro acto de investimento, em terras que não vemos a cultivar directamente. Tal é ainda o caso de Pedro Afonso da Porta da Valada¹⁹⁷², cujo comportamento e poder económico analisaremos mais à frente, mas que contratualiza com o cenóbio uma quinta no termo de Óbidos e bens em Alpriate, termo de Lisboa.

Em Coimbra, uns são clérigos e capelães¹⁹⁷³ outros homens da abadessa e convento¹⁹⁷⁴, ou criados¹⁹⁷⁵ e familiares¹⁹⁷⁶ da Ordem. Alguns destes homens, por estarem bem documentados, assumem protagonismo e até contribuem para esclarecer o percurso profissional e de serviço de homens do povo que adquirem, pelas funções que desempenham, algum relevo social face a outras camadas dependentes.

¹⁹⁶⁸ Em Santarém, eram procuradores: homens da abadessa e convento - Domingos Vicente, Vicente Afonso; de uma freira – Afonso Migueis, procurador de Maria Martins, Domingos Nunes – procurador de Catarina Esteves e Maria Esteves, Gil Martins e Salvado Eanes – procuradores de Sancha Garcia do Casal, Gonçalo Esteves do Casal – procurador da sobrinha, Constança Peres do Casal, Pedro Afonso da Porta da Valada e Pedro Eanes, dito Caramos – procuradores de Maria Esteves Mafarra; clérigos e capelães do mosteiro - Domingos Nunes; criados da Ordem e seus servidores – João Lourenço, João Vicente.

¹⁹⁶⁹ Ver trabalho de Luís Miguel Rêpas, “*Familiares e familiaritas* no mosteiro cisterciense de Arouca (séculos XIII e XIV) in *Olhares sobre a História. Estudos de Homenagem a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 501-515.

¹⁹⁷⁰ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁹⁷¹ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Santarém.

¹⁹⁷² Ver Quadro dos Foreiros do Convento de Santa Clara de Santarém, onde Pedro Afonso se destaca pelo poder económico e contratural que demonstra.

¹⁹⁷³ Cf. os casos de Afonso Fernandes, Martim Peres, Rui Lourenço e Vasco Martins, que estudaremos a seguir.

¹⁹⁷⁴ Afonso Mateus, Domingos Eanes, Domingos Esteves de Urzelhe, Estêvão Martins, Gonçalo Lourenço, Pedro Eanes, Vicente Migueis.

¹⁹⁷⁵ Afonso Mateus, Gil Eanes, João Peres Recevado.

¹⁹⁷⁶ Domingos Eanes, Gonçalo Lourenço (casado com Catarina Esteves).

Assim acontece com o caseiro do mosteiro em Leiria, que vive em casas deste na vila, Vicente Eanes, com a alcunha de Farto e Quente¹⁹⁷⁷, a atestar a “boa vida” que teria e que serve de procurador nos actos aí realizados. Homem de mão do convento, é ainda o responsável, como atrás já referimos, pela recolha de rendas, sendo entre 1337 e 1374¹⁹⁷⁸, período em que se encontra documentado, o intermediário e funcionário do convento junto dos foreiros que este possui em Leiria.

É ainda interessante realçar o caso de Gonçalo Lourenço, apelidado de homem da abadessa e convento e seu familiar, casado com Catarina Esteves, que vive no mosteiro entre 1391 e 1400¹⁹⁷⁹ e é, simultaneamente, azemel da comunidade. João Eanes, que igualmente se diz criado, homem e familiar do convento¹⁹⁸⁰ (é até apelidado como “homem de Santa Clara”) e mora junto à comunidade, já surge a partir de 1391, a morar em Montemor-o-Velho¹⁹⁸¹, casado com Senhorinha Afonso e com um filho, Vasco Eanes, emprazando ao mosteiro, seis casais na Ribeira de Urzelhe, sendo apelidados ele e o filho de criados do convento, e toma o nome de João Eanes de Montemor¹⁹⁸².

É pois muito numeroso o grupo de pessoas que vive no cenóbio, possivelmente em casas junto a este ou mesmo nos paços da rainha e que, sendo criados no cenóbio, se tornam seus dependentes, como serviçais e familiares, desempenhando todo um conjunto de funções ao serviço da comunidade. Tornando-se mais visíveis neste papel de procuradores, contribuíam certamente de outra forma para a vida comunitária, tecendo com esta uma teia de relações que assegurava o equilíbrio sócio-económico desta estrutura eclesial.

Mas ainda outros, com profissões mais influentes e em ascensão na urbe, se prestam a ser procuradores das freiras. Entre eles, temos dois mercadores, Afonso Fernandes¹⁹⁸³, morador e vizinho de Coimbra, que em 1372-73 é mesmo procurador-

¹⁹⁷⁷ Ver Quadro dos Foreiros do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁷⁸ Ver Quadros dos Foreiros e dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁷⁹ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁸⁰ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁸¹ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁸² Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁸³ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

geral do convento e Álvaro Gil, sobrinho do conhecido Afonso Domingues de Aveiro¹⁹⁸⁴, também ele procurador-geral do convento e do hospital da rainha entre 1369 e 1379¹⁹⁸⁵. E ainda um cônego de Guimarães, Domingos Tristão, abade de Sobradelo, que exerce esta função em 1349 e 1353¹⁹⁸⁶, bem como Leonardo Esteves, alcaide de Coja, procurador do convento em dois actos públicos, em 1349¹⁹⁸⁷.

Também a merecer destaque, outros dois casos, Frei Antoninho do Porto, de quem já falámos anteriormente, e Frei Fernando da Maia, este último nomeado pelo rei D. Fernando, em 1374¹⁹⁸⁸, como procurador e provedor do convento.

Por fim é ainda notória a existência, entre estes profissionais, de uma hierarquia: uns são nomeados procuradores gerais¹⁹⁸⁹, tendo assim poder para sub-estabelecer¹⁹⁹⁰ outros e alguns apenas exercem a sua função neste ou aquele acto específico. Esta hierarquização indica uma complexidade de funções e um volume de trabalho muito grande, o que confirma a necessidade do citado diploma régio.

Importa agora falar de outros elementos muito importantes num convento: os clérigos e capelães que desenvolvem o seu múnus pastoral (e não só) em torno da vivência destas comunidades, com elas interagindo e vivendo quotidianamente.

Assim, numerosos são os clérigos e as funções que desempenham. Em Santarém, como ficou dito atrás, a maioria eram franciscanos. À parte estes, apenas é indicado mais um clérigo, Domingos Nunes¹⁹⁹¹, como capelão do cenóbio e procurador

¹⁹⁸⁴ Ver Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Aveiro Medieval*, Aveiro, Câmara Municipal, 1991, p. 100, onde Afonso Domingues é referido como rico comerciante que deixa, à sua morte, várias marinhas de sal; Idem, *Esgueira e as suas Gentes. A Vida de uma Aldeia do Século XVI*, Cascais, Patrimonia, 1994, p. 32.

¹⁹⁸⁵ Ver Quadro dos Dependentes e Membros da Casa da Rainha.

¹⁹⁸⁶ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁸⁷ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁸⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 16 e doc. 19.

¹⁹⁸⁹ Em Santarém - João Eanes, Martim Mestre; em Coimbra - Afonso Fernandes, Álvaro Gil.

¹⁹⁹⁰ Em Santarém - É o caso de Pedro Afonso da Porta da Valada que sub-estabelece como procurador Miguel Gonçalves, tanoeiro, morador em Alpriate, para a realização de um contrato nessa localidade, onde ele próprio tem bens do convento.

¹⁹⁹¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 743 e 744.

de duas freiras, Catarina e Maria Esteves, portanto, ligado a elas, possivelmente, por laços de dependência ou de serviço.

Já em Entre-ambos-os-Rios é notória a óbvia e já explicada ausência de Frades Menores. No entanto, existem em torno do convento uma miríade de clérigos e capelães, não apenas responsáveis por serviços de culto, mas também por outros bem mais profanos, como é o caso da redacção de documentos. Assim, a partir de meados do século XIV, os clérigos ligados ao serviço do convento como capelães são também os escrivães¹⁹⁹² do mosteiro, homens pois da sua confiança. Um deles, com medo que possa parecer suspeito um emprazamento que realiza de um bem ao mosteiro, escrito pela sua mão, pede para que este seja confirmado¹⁹⁹³.

Estes capelães que celebram os mistérios de Cristo não são nunca indicados como Frades Menores, apenas de um deles se sabe que é abade da paróquia vizinha de Santa Maria da Eja e que terá sido casado, ou pelo menos mantido um relacionamento amoroso do qual tem filhos¹⁹⁹⁴. Clérigos, mas homens simples e, essencialmente, residentes nas imediações do cenóbio, por isso, dentro das suas redes de clientela, contribuem, como aliás todos os outros, no caso desta comunidade, para reforçar a rede de implantação e de equilíbrio local por ele estabelecido, numa região, como já atrás referimos, onde os poderes senhoriais estão plenamente activos e intervenientes.

No cenóbio conimbricense, os clérigos e capelães, também não sendo invocados como Menores, são nos primeiros tempos, e na maioria dos casos, homens de confiança das abadessas ou ligados ao serviço da rainha.

Há, no entanto, alguns casos interessantes, pelo que revelam de ascensão social e de proximidade com algumas das freiras mais influentes da comunidade monacal.

¹⁹⁹² Como é o caso dos clérigos e capelães do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios: Vasco Lourenço (1345, 1354); Silvestre Martins (1359, 1361-1362, 1364, 1367); Estêvão Domingues (1380-1383, 1386, 1392-1393); João Gonçalves (1390); Afonso Domingues (1391); Fernão Martins (1392, 1394, 1396). Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

¹⁹⁹³ Trata-se de Estêvão Domingues (1380). Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 56.

¹⁹⁹⁴ Em 1345, Fernão Lourenço, abade de Eja, doa a Estevainha, sua sergente e aos filhos que houver “de casados”, entre eles, o emprazamento de bens no burgo de Entre-os-Rios e de herdades além-Douro, no julgado de Paiva (por ele emprazados ao mosteiro em 1319, 1327 in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 18 e Mç. 52, doc. 17, respectivamente), com a condição de que se a dita Estevainha casar ou “abarregar ou maldade de seu corpo fizer” que perca o direito a estes bens e estes fiquem aos seus filhos e filhas. Toda esta doação é feita com a condição de eles mandarem cantar quatro missas com as horas dos finados, no dia do seu óbito, no mosteiro, para sempre. Mas, se não tiver filhos, que o encargo fique ao que lhe for mais próximo in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 25.

Assim, Afonso Fernandes, que em 1326¹⁹⁹⁵ é nomeado como clérigo da abadessa de Santa Clara, Maria Gonçalves, sendo contemplado no testamento da sua irmã, Joana Gonçalves, com 10 libras¹⁹⁹⁶, é designado como clérigo e capelão de Santa Clara e, por várias vezes, nomeado procurador do convento. Toda esta actividade se desenrola entre 1319 e 1331¹⁹⁹⁷, numa relação que revela bem a proximidade que este homem desenvolve com a comunidade e mesmo com a dama de D. Isabel, sugerindo uma possível relação familiar com as duas irmãs que depois se estende a todo o cenóbio.

Rui Lourenço e Vasco Martins são clérigos e priores escolhidos pelas freiras para igrejas sob a sua jurisdição. O primeiro é vigário de Sangalhos em 1362¹⁹⁹⁸ e, nessa data, é escolhido para prior da igreja de São Martinho de Montemor-o-Velho, por morte do anterior, Mestre Martinho do Rosmaninhal. Como à data da nomeação se encontra doente, é o seu irmão, Vasco Lourenço, prior de Oliveira do Bairro, que o representa.

No entanto, o seu poder deve ser grande e a confirmá-lo está a sua relação com outro clérigo, Martim Peres, que o sub-estabelece como procurador das freiras para tratar de negócios destas, em 1340¹⁹⁹⁹, o que já atesta a sua importância e, possivelmente, explica a sua nomeação, como uma forma de retribuição dos serviços prestados e de reconhecimento pelos mesmos.

Estes homens têm influência e importância junto do convento, porque são eles que arrendam e emprazam os bens das igrejas de que são priores e recebem delas as rendas, das quais grande parte é para o mosteiro (ficando, apenas para eles o suficiente para o seu sustento e para a manutenção do culto²⁰⁰⁰), acabando, assim, por serem os depositários e administradores de bens valiosos e rentáveis para o cenóbio. Por exemplo, a igreja de Montemor tinha anexa a si uma outra, a de Nossa Senhora da Barca, a que ainda acresciam os seus proventos e, com certeza, era bem útil, até pela

¹⁹⁹⁵ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁹⁶ Como, anteriormente, já foi exposto.

¹⁹⁹⁷ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁹⁸ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹⁹⁹ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁰⁰ Como já atrás foi referido, na II parte do nosso trabalho.

situação de que dispunha, junto ao rio e no meio de uma vasta região de grande fertilidade, como os campos do Mondego.

Vasco Martins tem também uma carreira interessante, que demonstra o papel destes clérigos junto dos cenóbios femininos. Assim, entre 1376 e 1385, este clérigo é referido como raçoeiro de Santa Justa²⁰⁰¹ e procurador do convento²⁰⁰² e, a partir de 1383 e até 1385, aparece na documentação como vigário perpétuo da igreja de São Martinho de Montemor-o-Velho e criado do convento. Esta ascensão, que o aproxima de cargos importantes para a comunidade, tem a sua origem, provavelmente, em serviços prestados, e no progressivo aumento de confiança que o terá guindado a uma posição de destaque na igreja de Montemor.

Martim Peres é, no entanto, o caso mais paradigmático que demonstra, claramente, a carreira de um clérigo que, progressivamente, se aproxima da órbita de influência do convento, tornando-se, desta forma, alguém com poder suficiente para acumular funções em diversas e distantes localidades do país, de que deve auferir grandes e chorudos proventos. Assim, entre 1349 e 1362²⁰⁰³ é apontado como abade de Vila Frescaíña, na diocese de Braga. Desde 1349 a 1361²⁰⁰⁴ é, simultaneamente, prior de Pereira, na diocese de Coimbra e desde 1339 até 1361²⁰⁰⁵, raçoeiro da Igreja de São Leonardo de Atouguia da Baleia acumulando ainda, entre 1356 e 1361, com outra razão na igreja de Santa Justa de Coimbra. Paralelamente, desde 1348 até 1359, surge como clérigo do convento (em 1350²⁰⁰⁶ é mesmo nomeado como clérigo da abadessa D. Isabel de Cardona) e durante todo este período (1339 a 1364²⁰⁰⁷) é, por diversas vezes, procurador do convento em vários negócios que este empreende.

Conhecemos, desta forma, grande parte dos priores das igrejas anexas ao mosteiro, pelo menos das mais significativas:

²⁰⁰¹ A Colegiada de Santa Justa tem uma relação interessante com Santa Clara de Coimbra. No entanto, a falta de um estudo sobre a primeira não nos permite comprovar, de forma cabal, esta afirmação.

²⁰⁰² Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁰³ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁰⁴ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁰⁵ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁰⁶ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁰⁷ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

Quadro 35 - Priores e Vigários da igreja de São Martinho de Montemor-o-Velho

Nome	Cargo	Data(s)
Mestre Afonso*	Prior	1309
Vasco Domingues*	Prior	1339- 1341
Mestre Afonso*	Prior	1349
Mestre Martinho do Rosmaninhal*	Prior	1357
Rui Lourenço	Prior	1362
Vasco Martins	Vigário perpétuo	1383

* Priores anteriores à doação do padroado da igreja ao mosteiro.

Quadro 36 - Priores e Vigários da igreja de São Vicente de Sangalhos

Nome	Cargo	Data(s)
Rui Lourenço	Vigário perpétuo	1362- 1370
João Migueis	Vigário perpétuo	1370
Fernando Esteves	Vigário	1374
Sancho Garcia	Vigário	1381
Afonso Peres	Capelão ²⁰⁰⁸	1383
Gonçalo Eanes	Vigário	1383
Gil Eanes	Vigário	1389

Quadro 37- Priores e Vigários da igreja de São Pedro de Gouveia

Nome	Cargo	Data(s)
Pedro Gomes*	Reitor	1267
Sancho Peres*	Prior	1283
Lourenço Eanes*	Reitor e Prior	1290-1295
João Peres	Vigário	1320
André Eanes	Vigário	1361
Fernão Gil	Vigário	1376
Vasco Eanes	Prior	1393

* Priores anteriores à doação do padroado da igreja ao mosteiro

No cenóbio de Coimbra e a ele ligados circulam ainda muitos dos clérigos e capelães da rainha D. Isabel²⁰⁰⁹ que a acompanham e, com certeza, celebram para a rainha, na igreja do mosteiro, bem como no altar que a soberana mandou sagrar no hospital que dele depende.

²⁰⁰⁸ Possivelmente de uma capela desta igreja.

²⁰⁰⁹ Gil Eanes, Gonçalo Esteves, Gonçalo Martins, João Condo, João Eanes, Pedro Esteves e Vasco Eanes.

Mas há ainda muitas outras pessoas neste sistema de relações que trabalham com e para o mosteiro, nomeadamente a nível económico (exceptuando os foreiros, de que falaremos mais adiante), tornando possível às freiras comercializarem os seus produtos, especialmente os cenóbios como Coimbra e Santarém, que se encontram em centros urbanos que, entre finais do século XIII e ao longo do XIV, crescem visivelmente apoiados na actividade mercantil. É normal que um cenóbio com tão numerosos e variados bens produza mais do que consome e, por isso, comercialize os seus excedentes. No entanto, esta actividade, talvez porque não seja considerada muito apropriada para mulheres, e ainda mais freiras, não deixa muitos sinais na documentação, pelo que só a partir de escassos vestígios se consegue uma aproximação a estas pessoas e à teia de relações que estabelecem com o convento.

Assim, refere-se a existência da figura do azemel do convento, quer em Santarém²⁰¹⁰, quer em Coimbra²⁰¹¹. Num e noutro caso, estes homens são testemunhas de contratos firmados pelo convento e são da sua confiança, familiares ou “homens de”.

Ainda neste domínio da economia, o mosteiro de Coimbra tem caseiros, em Leiria²⁰¹² e na aldeia de Urzelhe²⁰¹³, além de outros que apenas aparecem nomeados como caseiros da abadessa²⁰¹⁴, não dizendo onde vivem, nem onde desempenham as suas funções de recolha de rendas e armazenamento de produtos que, posteriormente, são levados ao cenóbio.

Mas há também muitos outros dependentes e oficiais dos conventos femininos em estudo, no desempenho de funções administrativas, judiciais ou financeiras.

²⁰¹⁰ São indicados: França Eanes (nome que indica bem a origem geográfica do almocreve), em 1392 – TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 372; João Lourenço, em 1392 – TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 378; Lourenço Afonso, em 1396 – TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 375.

²⁰¹¹ São referidos: Estêvão, em 1347 - TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 30; João Bajom, em 1361 - TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 29, doc. 35; Gonçalo Lourenço, em 1391 e 1400 - TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 26 e Mç. 21, doc. 19; Domingos Eanes, em 1393 - TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 55; João Afonso, em 1400 - TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 19.

²⁰¹² Vicente Eanes de Santa Clara, denominado caseiro da Ordem, vizinho de Leiria e morador nas casas de Santa Clara, em Leiria, além de homem da abadessa e convento in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 38; Mç. 3, doc. 39; Mç. 21, doc. 3; Mç. 21, doc. 11 (1337 a 1374).

²⁰¹³ Luís Domingues, morador e caseiro do convento na aldeia de Urzelhe (1378) in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 26.

²⁰¹⁴ Martim Esteves, caseiro da abadessa in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 12 e Martim Vicente, caseiro e homem da abadessa in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 12.

No convento escalabitano, há vários elementos a desempenhar funções administrativas, judiciais - um juiz, Estêvão Peres²⁰¹⁵, e financeiras - Garcia Peres²⁰¹⁶, tesoureiro e Gonçalo Esteves²⁰¹⁷, porteiro²⁰¹⁸ do cenóbio. Estes cargos, desempenhados por homens que teriam contacto e acesso às freiras asseguram um conjunto de funções essenciais para a gestão do mosteiro. Em especial, os que se ocupam das finanças, pelo facto de só aparecerem nomeados nos primeiros anos de vida da instituição, pode levar-nos a supor que, posteriormente, estes cargos tenham sido ocupados por freiras do convento que, através dos seus procuradores, geriam as suas finanças.

No entanto, a documentação é omissa, neste período, sobre esta importante realidade, sabendo-se apenas que o convento tem a maioria das suas rendas pagas em dinheiro²⁰¹⁹ e que várias freiras fazem empréstimos em numerário, o que atesta a importância assumida por funções para a correcta gestão do património conventual.

O couto do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios necessita de uma série de funcionários, que estão presentes na documentação da comunidade, como é o caso do juiz²⁰²⁰ e do ouvidor²⁰²¹. Quanto ao primeiro, sabendo-se que a maioria era recrutada entre os habitantes do couto, a importância era, com certeza, muita, pois representavam as freiras nos assuntos de foro judicial e, simultaneamente, conheciam e lidavam com os habitantes que estavam sob a sua jurisdição.

²⁰¹⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 577 a 596 (1324).

²⁰¹⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 259 (1336).

²⁰¹⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 812 e 813 (1295).

²⁰¹⁸ Cargo que superintendia à cobrança dos direitos fiscais.

²⁰¹⁹ Como já sublinhámos e comprovámos na II parte do nosso trabalho.

²⁰²⁰ Como Domingos Domingues, em 1347 - TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 12; Vasco Lourenço, em 1380 - TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 22; 1384 - TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 24; 1394 - TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 56; Vicente Domingues, em 1387 - TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 27; João Domingues, em 1388 - TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 26; Fernão Gonçalves, em 1391 - TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 9; João Gonçalves do Barral, em 1391 - TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 54. Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Entre-os-Rios.

²⁰²¹ Como Vicente Domingues, em 1380 - TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 22. Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

Quadro 38 - Juizes do Couto de Entre-ambos-os-Rios

Nome	Outras funções	Data(s)
Estêvão Martins de Entre-ambos-os-Rios	Procurador da abadessa	1295, 1305, 1308, 1313, 1319
Domingos Domingues		1347
Vasco Lourenço	Capelão e escrivão do convento	1384
João Domingues		1388
Fernão Gonçalves		1389

O único ouvidor do couto referido, em 1380²⁰²², é Vicente Domingues, clérigo e capelão do convento. Em 1334²⁰²³, é testamenteiro de Domingos Domingues, provavelmente o juiz do couto indicado em 1347. Nestes cargos, é visível a existência de um grupo, mais ou menos restrito e bem conhecido da comunidade religiosa, que habitaria nas imediações do mosteiro e que, por isso, mantinha com ele uma constante relação.

Interessante é notar a quase inexistência de funcionários destas áreas no convento de Coimbra, sendo apenas referido um porteiro²⁰²⁴, nomeado pelo rei, para assistir as freiras. Talvez esta falta seja, de início, suprida pelos funcionários mantidos pela rainha, na sua casa, uma vez que ela própria presidia à formação e gestão do património conventual, como já anteriormente demonstrámos. Assim, na sua corte, a rainha dispõe de vários funcionários que tratam das suas finanças, como o tesoureiro²⁰²⁵, porteiros²⁰²⁶ e sacador das dívidas²⁰²⁷, bem como do exercício da justiça,

²⁰²² Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.

²⁰²³ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Entre-os-Rios.

²⁰²⁴ Estêvão Martins. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 39, doc. 1.

²⁰²⁵ Afonso Martins, tesoureiro da Rainha. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 38, doc. 3 (1326).

²⁰²⁶ Afonso Esteves, porteiro da Rainha, na vila de Óbidos - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 2 (1329 e 1330); Estêvão Domingues, porteiro da Rainha - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 8 e Mç. 18, doc. 17 (1327); João Eanes - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 11, (1327); João Martins - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 20; Pedro Fernandes (foi porteiro da Rainha) - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 15 (1337); Pedro Martins (foi porteiro da Rainha) - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 17 (1337); Pedro Pais, porteiro da Rainha - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 17 (1329).

²⁰²⁷ Afonso Martins, sacador das dívidas da Rainha - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 28 e Mç. 20, doc. 2 (1337).

por meio de ouvidores²⁰²⁸ e sobrejuizes²⁰²⁹. Possivelmente, alguns destes homens terão aconselhado e ajudado as freiras de Coimbra na administração corrente dos feitos económicos e judiciais, no que dependiam do beneplácito das autoridades concelhias e régias.

Temos ainda de considerar as relações pessoais que toda esta massa humana tem com o cenóbio. Assim, desempenhando funções de maior ou menor relevo junto do convento, são referidos homens e mulheres (poucas), que dependem directamente das freiras e estabelecem com elas uma relação de familiaridade.

Uns são criados, outros moradores no convento, familiares, “homens de” e ainda “mancebos de”. Toda esta nomenclatura aponta para pessoas que, estando próximas das freiras (são, por elas, criados), vivem com elas (morador) ou com elas estabelecem uma relação de dependência que parece ser mútua (familiares). Simultaneamente, alguns são referenciados como “homens de” ou “mancebos de”, indicando uma situação de dependência (em relação ao convento e a uma ou outra freira, em particular) e simultaneamente de serviço que prestam ao cenóbio e que, por isso, são considerados “homens de mão” para as tarefas que as freiras não podem directamente desempenhar.

Estas situações são diversas, em número e importância, nos vários conventos em estudo.

Assim, em Santarém, poucos são os “homens de”, apenas cinco. Um é da abadessa²⁰³⁰, dois da abadessa e convento²⁰³¹ e dois da freira Dórdia Martins da Silveira²⁰³². Já criados são vários (sete) e denominados como criados da Ordem, da

²⁰²⁸ Martim Afonso, ouvidor da Rainha - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 38, doc. 2 (1326); Pedro Eanes - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 11; Mç. 3, doc. 12; Mç. 3, doc. 15; Mç. 3, doc. 23; Mç. 17, doc. 11; Mç. 18, doc. 12, e outras (1326-1333 e 1336).

²⁰²⁹ Martim Afonso, sobrejuiz da rainha, no segundo grau - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 15 e Mç. 38, doc. 3 (1326); Pedro Esteves - cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 15 e Mç. 38, doc. 3 (1326).

²⁰³⁰ Como Vicente Afonso, que é homem de Teresa Mendes de Vasconcelos. Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Santarém.

²⁰³¹ Como Rui Lourenço e Domingos Vicente. Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Santarém.

²⁰³² São eles, João Martins e Rui Martins. Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Santarém.

abadessa e do convento²⁰³³, surgindo como testemunhas de contratos ou procuradores do convento. Apenas um se destaca, João Lourenço, porque é indicada, em 1392, a profissão que desempenha junto do mosteiro - é seu azemel²⁰³⁴ - e, simultaneamente, empraça a este um olival, sob o convento de São Domingos²⁰³⁵, na periferia de Santarém e três talhos de vinhas na Baleia²⁰³⁶, no termo da referida vila.

Em Entre-ambos-os-Rios a situação é diversa. São vários “os homens” e mancebos, referidos sempre como da abadessa e, num caso, servindo mesmo duas abadessas²⁰³⁷, o que pode indicar a existência de um conjunto de homens que estão adstritos ao serviço do cargo/função e não da pessoa em particular. É apenas referido um mancebo do convento, Pedro Castelo²⁰³⁸. Muitos deles são testemunhas de contratos mas, na maioria dos casos, são procuradores da abadessa e/ou do convento.

Em Coimbra, onde a informação é mais lacónica a este respeito, referem-se alguns “homens da abadessa e convento”, como André Domingues²⁰³⁹, Estêvão Martins²⁰⁴⁰, João Afonso²⁰⁴¹ e Pedro Eanes²⁰⁴². De uns é dito que são moradores do convento, como Afonso Esteves²⁰⁴³, Domingos Eanes²⁰⁴⁴, Gil Eanes²⁰⁴⁵, Gonçalo

²⁰³³ Como Afonso Vicente (1358); Gonçalo Eanes (1374); Vicente Peres (1379), entre outros. Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Santarém.

²⁰³⁴ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Santarém.

²⁰³⁵ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Santarém.

²⁰³⁶ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Santarém.

²⁰³⁷ Domingos Lourenço, que se diz homem da abadessa Beringela Fernandes (Ferraz) e de Mafalda Henriques. Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Entre-os-Rios.

²⁰³⁸ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Entre-os-Rios.

²⁰³⁹ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁴⁰ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁴¹ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁴² Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁴³ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁴⁴ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁴⁵ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

Afonso²⁰⁴⁶, Gonçalo Esteves²⁰⁴⁷, Gonçalo Lourenço²⁰⁴⁸, Martim Vasques, Vicente Lourenço, entre outros. Destes, uns vivem com as suas esposas, no convento, como é o caso de Gonçalo Lourenço, casado com Catarina Esteves²⁰⁴⁹.

Nos mosteiros em estudo, essencialmente em Santarém e Coimbra, várias são ainda as referências a “servidores”²⁰⁵⁰, “homens de serviço”²⁰⁵¹ e mesmo servos²⁰⁵² e servas²⁰⁵³ que em torno das freiras desempenham funções e se encarregam de serviços que, na maioria dos casos, não são especificados, mas que com certeza dependem delas pessoalmente e com elas convivem amiúde.

Em Coimbra, são muitos os que são homens do convento e/ou da abadessa e seus servidores, mas com uma particularidade que, de alguma forma, contribui para esclarecer as funções e o papel por eles desempenhado. Assim, grande número destes homens dependem do cenóbio e nele moram desempenhando uma profissão ou um serviço específico, em favor da comunidade que, assim, se assemelha a uma “pequena cidade ou aldeia”, com todos os serviços necessários à sua sobrevivência quotidiana. Um microcosmos comandado pela comunidade de freiras e, possivelmente, por algumas em especial (que não são referidas), cuja acção conflui no sentido de a tornar auto-suficiente. Inúmeros são os exemplos que se podem coligir, alguns mais paradigmáticos que outros.

²⁰⁴⁶ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁴⁷ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁴⁸ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁴⁹ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁵⁰ Como Afonso Eanes (1370); Domingos Eanes (1370, 1375, 1376, entre outras datas), no convento de Coimbra. Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁵¹ Como Pedro Fernandes, em Santa Clara de Coimbra (1396). Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁵² Como Gonçalo Afonso (1395-1396), no convento de Coimbra. Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁵³ Dórdia Fernandes e Joana servas do convento de Santa Clara de Santarém, em 1351 in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 5, doc. 196.

No primeiro caso, estão Afonso Esteves²⁰⁵⁴, que é tanoeiro e vive no curral do convento, Domingos Eanes²⁰⁵⁵, referido como homem da abadessa e do convento e que as serve como azemel e é ainda apelidado de familiar, homem de serviço, servidor e criado do convento e, em 1396 se diz que mora nos paços do convento, ou Gonçalo Afonso²⁰⁵⁶, apontado como homem da abadessa, servo do convento e nele morador e ainda Gonçalo Lourenço²⁰⁵⁷, homem da abadessa e convento, seu procurador, familiar do convento e nele morador.

Mas um dos dados mais interessantes e que nos permite fazer uma reconstituição do pessoal que estaria no convento ou nas suas imediações e que prestava variados mas inestimáveis serviços, é a indicação da profissão destes dependentes, homens de, serviçais ou familiares e criados do convento. Da análise destes dados podemos concluir da existência de homens com várias profissões muito úteis ao cenóbio. A documentação atesta a presença deste enxame de ofícios: carpinteiro, tanoeiro, tecelão, sapateiro, alfageme, azemel, mas também de um bacharel em decretais e vários clérigos.

Este grupo de pessoas servia a comunidade e dela recebia o sustento e alguns mesmo a morada, com a sua família, criando em torno da casa conventual uma outra cujos laços de dependência da primeira era a sua razão e forma de existir.

Há ainda outros que prestam o seu serviço nas terras do convento, espalhadas pela paisagem, como por exemplo o caso já referenciado de Vicente Eanes, caseiro do mosteiro em Leiria, onde recebe as rendas dos foreiros das terras conventuais desta região. Mas também João Eanes²⁰⁵⁸, que é homem da abadessa, procurador do mosteiro, criado do convento e que mora com a mulher, Senhorinha Afonso e um filho, Vasco Eanes, em Montemor-o-Velho, onde empraza ao cenóbio seis casais na Ribeira de Urzelhe e as herdades de Almalaguês²⁰⁵⁹, ou Maria Esteves, que vivia no paço de Abiúl que pertencia ao convento de Santa Clara²⁰⁶⁰.

²⁰⁵⁴ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁵⁵ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁵⁶ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁵⁷ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁵⁸ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁵⁹ Estas herdades são as que o mosteiro litiga com São Domingos, desde 1375 (TT, OFM, PP, SCC, Mç. 22, doc. 43) e foram deixadas por Vicente Peres, monteiro. A questão arrasta-se e, em 1380, é levada a Roma pelo procuradora da abadessa e convento, o franciscano Frei Martinho Velasco (TT, OFM, PP,

No hospital junto a Santa Clara de Coimbra, e também junto das freiras (no cenóbio), refere-se a existência de merceeiros²⁰⁶¹, homens, mas também mulheres que dependem economicamente das professoras e que para elas devem trabalhar, ganhando assim o seu sustento. Há até uma situação de um homiziado que vive sob a protecção do mosteiro de Santa Clara de Coimbra²⁰⁶².

No mosteiro conimbricense, a todo este universo de pessoas e relações acresce ainda a presença, junto da rainha, de um conjunto de homens e mulheres que constituem o seu séquito, com as damas de companhia e os funcionários da sua casa (que já referimos). Entre as mulheres destacam-se Vataça²⁰⁶³, Marquesa Rodrigues²⁰⁶⁴ e Joana Gonçalves Redonda²⁰⁶⁵, sendo esta última a que revela um maior protagonismo em relação ao mosteiro, conforma já foi anteriormente analisado.

Coimbra tem ainda um conjunto de homens muito importantes que moram junto das donas e, nos primeiros anos, são essenciais para sua sobrevivência são aqueles que estiveram na obra do mosteiro, de que anteriormente já falámos e que, esporadicamente, aparecem na documentação conventual, como suas testemunhas. São, assim, várias as referências ao mordomo²⁰⁶⁶, a mestres²⁰⁶⁷, pedreiros²⁰⁶⁸, um ferreiro²⁰⁶⁹, um escrivão²⁰⁷⁰

SCC, Mç. 7, doc. 31). As partes acabam por chegar a um acordo e fazer uma avença e amigável composição, em 1385 (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 22), depois da questão ter sido dirimida na Igreja de Braga, conforme refere o anterior documento.

²⁰⁶⁰ Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁶¹ Como Frei Estêvão, João Lourenço, Garcia Afonso e Rodrigo da Rocha, merceeiros do hospital do mosteiro e Pedro Galego, merceeiro do convento. Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁶² Trata-se de um tecelão, Gonçalo Afonso, de quem se diz, em 1390, que era morador da Azambuja e “que jazia homiziado no Mosteiro”. In TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 38, doc. 13.

²⁰⁶³ De quem, anteriormente, falámos.

²⁰⁶⁴ Colaça e aia da Rainha e que a acompanha desde Aragão, sendo uma das contempladas no seu testamento com 500 libras para os seus filhos e netos (in António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, volume II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. (14)) e referida como uma das “donas segres” da casa da rainha, na declaração feita por D. Isabel, a 8 de Janeiro de 1325, quando recebeu o hábito de Santa Clara, sem professor (*Ibidem*, p. (11)).

²⁰⁶⁵ Já anteriormente apresentada, neste trabalho.

²⁰⁶⁶ Este é Afonso Martins (1325). Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

e a carpinteiros²⁰⁷¹ da obra de Santa Clara. Estas pessoas, cujo trabalho se revela fundamental para a manutenção de uma obra que foi difícil de consolidar no terreno e esteve sempre sujeita a destruições²⁰⁷², eram, por isso, uma presença assídua junto da comunidade. É, pois, natural que participem nos seus actos públicos, nomeadamente os contratos, como testemunhas.

²⁰⁶⁷ Tal é o caso de Domingos Domingues (1318-1321). Sobre este mestre veja-se Pedro Dias, “Domingos Domingues – arquitecto régio do século XIV, *Mundo da Arte*, nº 5. 1982, p. 2-7. E ainda o mestre que é também pedreiro na obra: Estêvão Domingues (1331). Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁶⁸ Estêvão Eanes (1321); Vicente Domingues (1321); Estêvão Domingues, que também é mestre das obras (1331); João Galego (1331); Lourenço Eanes (1331). Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁶⁹ Que é Domingos Quimfante (1318). Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁷⁰ João Martins (1320 e 1326). Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁷¹ Lourenço Martins (1318); Vicente Domingues (1336). Ver Quadro dos Dependentes e Servidores do Convento de Santa Clara de Coimbra.

²⁰⁷² Além das obras que terão sido necessárias para a construção do hospital e do paço da rainha.

3.2. A ligação com os foreiros: proveitos e dependências

A posse da terra é, para uma sociedade como a medieval, uma riqueza ímpar. Por isso, a agricultura é essencial na economia e determina redes sociais e clientelares de que depende, em grande medida, o mercado e a sobrevivência dos indivíduos e das sociedades.

Os mosteiros de clarissas, como qualquer outro senhorio monástico, contratualizam a sua propriedade com uma série de agentes, desde camponeses e mercadores a senhores nobres ou eclesiásticos, cedendo o domínio útil dos seus bens, por mais ou menos tempo, a fim de obter os rendimentos necessários à sua subsistência, mas também com o intuito de valorizar as propriedades que possuem. Por outro lado, os que as recebem para aproveitar pertencem a vários grupos sociais, uns exploram directamente a terra, mas outros dispõem de homens que as cultivam para si, denotando estatutos jurídicos e económicos diversos, que há que ter em conta na forma como gerem as propriedades.

Uns e outros, agentes do desenvolvimento e da terra, pertencem a comunidades onde mantêm solidariedades²⁰⁷³ que tornam mais ou menos eficaz e útil o aproveitamento dos bens. Estas relações que se criam, de interdependência entre o senhorio monástico e os foreiros das suas propriedades, geram relações de solidariedade que mantêm a economia dominial e que contribuem para desenvolver o “mercado” da terra e dos produtos.

Nos séculos XIII e XIV, os mosteiros tornam-se, assim, participantes e intervenientes nesta cadeia, criando “comunidades de produtores”²⁰⁷⁴, no interior de uma economia que, tendo por base a terra, já produz em função de um mercado que assenta nas novas relações entretanto estabelecidas nos núcleos urbanos.

²⁰⁷³ Muitos destes homens que contratualizam com os mosteiros fazem parte de outras redes de convivência social e económica em que o cenóbio não intervém directamente, mas que se obriga a respeitar.

²⁰⁷⁴ Criam-se relações de produção que, pela sua importância (bívoca), contribuem para a formação de um mercado da terra e dos seus produtos que ultrapassa, muitas vezes, os interesses individuais e se inscreve numa economia de mercado à escala regional. Cf. Esther Pascua Echegaray, “Vasallos y aliados con conflictos: las relaciones entre Santa María de Montederramo y la sociedad local gallega del siglo XIII” in Reyna Pastor, Esther Pascua Echegaray, Ana Rodríguez López, Pablo Sánchez León, *Transacciones sin mercado: instituciones, propiedad y redes sociales en la Galicia monástica. 1200-1300*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999, p. 35-90.

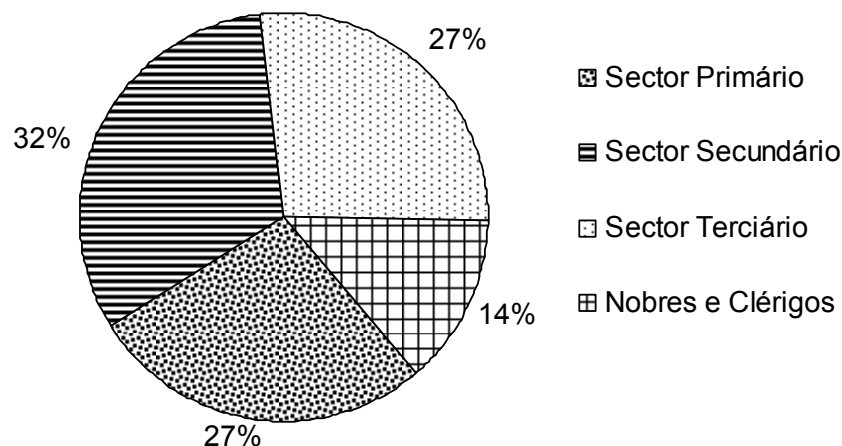
Vamos, pois, analisar, esta interdependência, através do estudo dos seus agentes, tentando, sempre que possível, apontar para esta economia de mercado em que se inserem.

Os mosteiros de Clarissas, em especial o de Santarém e o de Coimbra²⁰⁷⁵, encontram-se no centro destas “nova economia” e participam nas teias de relação que ela cria. Já o mosteiro de Entre-ambos-os-Rios, pela sua situação geográfica e pela implantação do seu património, continua mais ligado aos interesses de uma pequena comunidade rural, que se move em torno do mosteiro e das suas posses, sentindo-se no entanto, já uma penetração de interesses económicos das urbes medievais mais próximas, o Porto e Braga.

Toda esta situação é visível na composição social dos seus foreiros e nas relações (redes clientelares e familiares) que eles estabelecem com alguns elementos do cenóbio. Vejamos, pois, para onde apontam os dados compulsados.

No cenóbio de Santarém, não são muitas as profissões e serviços referidos quando se trata dos foreiros. Assim, dos sessenta e dois foreiros documentados, apenas de vinte e dois se conhece a profissão ou o cargo e ocupação. Dos restantes quarenta, pode depreender-se que se trata de lavradores ou gentes ligadas à terra, embora não se lhes refira profissão ou forma de vida

GRÁFICO 21 - Profissões e estatutos dos foreiros
Santarém



²⁰⁷⁵ O mesmo acontecendo certamente com o de Lisboa que, no entanto, não foi analisado neste trabalho em profundidade, pelas razões já aduzidas.

Dos vinte e dois com profissões assinaladas (passíveis de ser analisados), apenas seis são referidos como trabalhadores rurais, lavradores²⁰⁷⁶ (quatro), cavão²⁰⁷⁷, almuinheiro²⁰⁷⁸, os primeiros, camponeses abastados, os outros, homens simples cujo trabalho ocupa toda ao dia de jorna e, possivelmente, não possuem terra própria.

No sector secundário, os actores distribuem-se, desde os ofícios directamente ligados ao trabalho da terra, pela transformação dos produtos desta (moleiro²⁰⁷⁹), aos que são necessários aos trabalhos agrícolas (ferreiro²⁰⁸⁰, ferrador²⁰⁸¹) e ainda os que, no dia a dia, sustentam a vida do camponês e da sua família (carniceiro²⁰⁸², carpinteiro²⁰⁸³, alfaiate²⁰⁸⁴ e peliteiro²⁰⁸⁵).

Destes, apenas o ferrador e o carpinteiro devem viver na vila de Santarém, pois contratualizam, com o mosteiro, casas na freguesia do Salvador e na de Marvila, respectivamente. No Salvador, situava-se a Rua da Ferraria²⁰⁸⁶ e, possivelmente, nela habitava e tinha a sua tenda o ferrador que empraza uma casa ao mosteiro, nesse mesmo arruamento. Em Marvila possui o mosteiro casas na Rua da Ramada, entre outras. Coração da urbe escalabitana²⁰⁸⁷, nesta freguesia o carpinteiro Vasco Peres traz emprazadas do cenóbio, umas casas que pode manter em boas condições e que são

²⁰⁷⁶ Como: Borralinho, lavrador (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 635 a 644); João Inglês (Mç. 11, doc. 715 a 722 e Mç. 11, doc. 728); Martim Eanes Rebouça (Mç. 9, doc. 577 a 596; ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº 4); Martinho Peres Rebouça (Mç. 10, doc. 689 a 693; Mç. 14, doc. 983).

²⁰⁷⁷ Martim Esteves (BPE, *Perg. Avulsos*, Pasta 26, nº 7).

²⁰⁷⁸ Pedro Afonso (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 523 e 524).

²⁰⁷⁹ Estêvão Peres (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 512 e 513).

²⁰⁸⁰ Afonso Domingues (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 290).

²⁰⁸¹ Pedro Martins (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 485 e 486).

²⁰⁸² João Gomes (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 456 e 457).

²⁰⁸³ Vasco Martins (ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6,11).

²⁰⁸⁴ João Esteves (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 387 e 388).

²⁰⁸⁵ Martinho Domingues (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532).

²⁰⁸⁶ Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, p. 91.

²⁰⁸⁷ *Idem*, p. 71-77.

trocadas, em 1391, com Gonçalo Peres, vedor da fazenda e vassalo régio, por dois olivais em Valbom, termo de Santarém²⁰⁸⁸.

Mas o cenóbio tem ainda foreiros no sector terciário, um fanqueiro²⁰⁸⁹, um procurador²⁰⁹⁰ e homens que se dedicam ao transporte e comercialização de produtos, como um barqueiro²⁰⁹¹, que empraza bens na Adema do Tejo e à Ponte Nova na Valada e, em maior número, os mercadores (três²⁰⁹²). Um reside em Santarém, na Rua dos Mercadores e empraza uma vinha na Valada e outros dois vivem em Lisboa e contratualizam com o cenóbio propriedades em Alpriate e Via Longa. A penetração dos interesses mercantis no campo e na sua exploração é, como sabemos, bem visível no termo de Lisboa e também nas regiões mais ricas e férteis de Santarém, como a Valada. É, por isso, normal que alguns mercadores aforem a terra para dela retirarem a mercadoria que, facilmente, lançam no mercado, tornando-a assim um negócio rentável.

Não estão ainda alheios a este interesse e negócio sobre a terra alguns senhores, como Vicente Peres, dito vassalo régio²⁰⁹³ e criado de Gonçalo Peres do Desembargo²⁰⁹⁴, João Esteves, igualmente vassalo régio²⁰⁹⁵ e vizinho de Santarém e ainda Domingos Silvestre, raçoeiro da igreja de São João da Praça de Lisboa²⁰⁹⁶. Uns e outros aforam vários tipos de bens, desde uma casa na Rua da Ramada (é o caso de Vicente Peres, com sua mulher, Clara Gonçalves, moradores em Santarém), a um casal

²⁰⁸⁸ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 11.

²⁰⁸⁹ Afonso Eanes (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 814 a 819).

²⁰⁹⁰ Álvaro Esteves (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 359).

²⁰⁹¹ João Durães, dito do Porto (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 14, doc. 984 e ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5,7)

²⁰⁹² João Afonso (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 689 a 693; Mç. 14, doc. 983) que empraza bens em Valada; João Galdes (Mç. 12, doc. 881) em Via Longa e Salvado Eanes, em Alperiate (Mç. 9, doc. 512 e 513).

²⁰⁹³ Vicente Peres, vassalo do rei, empraza ao mosteiro uma casa na Rua da Ramada, em 1386 (TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 375).

²⁰⁹⁴ Deve ser Gonçalo Peres, escrivão da Chancelaria régia, ligado à Casa do Cível e Conselheiro Régio desde 1398. Cf. Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica- Universidade do Porto, 1990, p. 323-324, 482.

²⁰⁹⁵ Contratualiza com o cenóbio bens em Valada in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 671 e 672 =Mç. 10, doc. 683 e 684.

²⁰⁹⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 747 e 748.

(do Arco), em Belas, contratualizado com Domingos Silvestre, a 27 estis de herdade no Reguengo das Donas, em Valada (terra fértil e produtiva), onde as freiras possuíam várias leiras de terra.

Também Rodrigo Eanes do Casal, da família dos do Casal, com várias mulheres no cenóbio e com interesses muito fortes e influentes na urbe escalabitana, empraça bens das freiras, nomeadamente na Valada. Há ainda outros de que desconhecemos a origem social mas cuja proximidade do cenóbio é conhecida, e que assumem a gestão de bens da comunidade. Entre eles, Afonso Peres, homem da abadessa, Álvaro Esteves, procurador de mosteiro, João Lourenço, criado da Ordem e Pedro Afonso da Porta da Valada, que é sogro de Lourenço Gomes, vassalo do rei²⁰⁹⁷. Este Pedro Afonso empraça grande número de bens fundiários em Santarém, Óbidos e em Alpriate, no termo de Lisboa, o que pode bem demonstrar o poder e alcance de uma riqueza que estende a sua influência desde os campos da Valada até Lisboa, com o apoio do cenóbio de quem é várias vezes procurador.

Assim se compreende o papel do mosteiro escalabitano como “distribuidor” de riqueza e garante de uma penetração, cada vez maior, de interesses vários na exploração da terra, desde a mercantilização dos bens produzidos à necessidade de ostentação e controlo de riquezas para a ascensão a um certo *status* social.

Os foreiros do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios, pertencem, em grande número, à aldeia que é couto do mosteiro, como Estêvão Martins²⁰⁹⁸ ou Gil de Entre-ambos-Rios²⁰⁹⁹ e, por isso, têm com ele uma relação de total dependência. Alguns crescem e prosperam à sombra dele, como Domingos Maldade²¹⁰⁰, outros são jugadeiros, pequenos camponeses na total dependência da terra que cultivam. Assim, é importante ter em conta que os dados que a seguir se apresentam não fazem *jus* a esta situação e, por isso, não podem ser utilizados no que refere ao papel do sector primário na

²⁰⁹⁷ Maria Ângela V. da Rocha Beitante, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, p. 88.

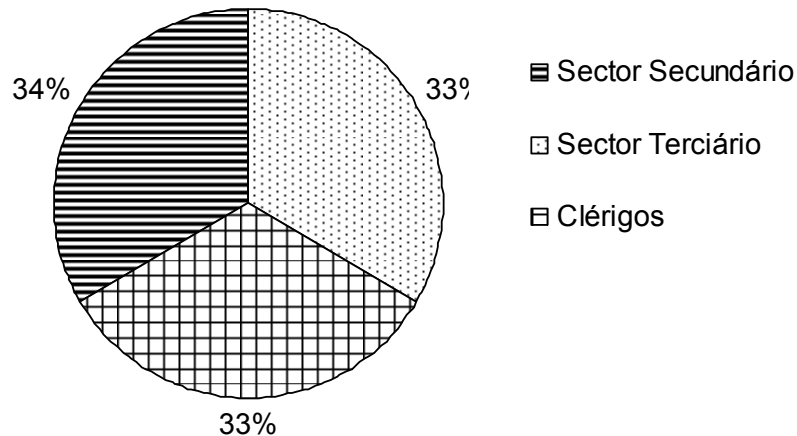
²⁰⁹⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 12.

²⁰⁹⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 33, doc. 16.

²¹⁰⁰ Que é de Curveira e é casado com Margarida Martins in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 33, doc. 16 e Mç. 53, doc. 10.

exploração da terra desta comunidade, uma vez que aqueles que vivem da agricultura são, de certo, a larga maioria dos foreiros deste cenóbio.

GRÁFICO 22 - Profissão e estatuto dos foreiros
Entre-os-Rios



Dos noventa e seis, apenas quinze²¹⁰¹ têm alguma indicação profissional ou da posição social que ocupam. Quatro são artesãos: alfaiate²¹⁰², tosador²¹⁰³, ferrador²¹⁰⁴ e sapateiro²¹⁰⁵, dois são tabeliães²¹⁰⁶ e quatro são clérigos²¹⁰⁷ e um contrato é mesmo

²¹⁰¹ Duas não são incluídas no gráfico, porque não são profissões reconhecidas, delas fazem parte duas mancebas (Branca Esteves em TT, OFM, PP, SCP, Mç. 65; Maria Eanes em TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 53 e Mç. 65) e uma “que foi chaveira” (Joana Vicente em TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 26 e Mç. 59, doc. 21).

²¹⁰² Afonso Domingues em TT, OFM, PP, SCP, Mç. 65.

²¹⁰³ João Eanes em TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 47.

²¹⁰⁴ João ferrador em TT, OFM, PP, SCP, Mç. 61, doc. 7.

²¹⁰⁵ Martim Gonçalves em TT, OFM, PP, SCP, Mç. 65.

²¹⁰⁶ Martim Vencerei, tabelião da vila de Viana em TT, OFM, PP, SCP, Mç. 59, doc. 23 e Pedro Martins, vizinho de Cinfães em TT, OFM, PP, SCP, Mç. 59, doc. 8.

²¹⁰⁷ Estêvão Domingues, capelão e escrivão do mosteiro (TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 56); Fernão Lourenço, abade de Santa Maria da Eja (Mç. 52, doc. 25); Fernão Lourenço, capelão do mosteiro (Mç. 60, doc. 18); Martinho Silvestre, porcionário da igreja do Porto e irmão de um freira deste cenóbio, Ouroana Silvestre (Mç. 60, doc. 5).

realizado a favor de duas irmãs freiras do mosteiro²¹⁰⁸ e outro ainda por um procurador do rei²¹⁰⁹ e um procurador de uma freira, Leonor Lopes Sanfanha²¹¹⁰.

Realce ainda para a presença, entre os foreiros, de duas mancebas, uma do abade de Eja, paróquia vizinha do mosteiro e que com ele mantém estreitas relações²¹¹¹ e outra do abade de São Pedro de Miragaia, no Porto²¹¹². Em ambos os casos, trata-se de contratos sobre casas²¹¹³ que, com certeza, asseguram uma vida mais confortável a estas mulheres, “teúdas e manteúdas” pelos respectivos abades. Os restantes são, na maioria, lavradores e camponeses²¹¹⁴ que com as suas mulheres cultivam a terra. Outro dado interessante é o número significativo de mulheres (doze)²¹¹⁵ que contratualizam com o mosteiro, possivelmente viúvas ou filhas de um casal que asseguram desta forma a sua subsistência. A maioria dos contratos é, como habitualmente, assegurada por um casal e por quem este nomear à hora da morte.

Não existem nobres entre os foreiros, o que revela bem o pouco interesse que despertam as suas propriedades ou então a desconfiança que as freiras têm para com este grupo social que, na maior parte das vezes, actua contra elas e contra o seu senhorio²¹¹⁶. Em contrapartida, homens muito próximos do convento, como o seu capelão ou o escrivão e ainda um procurador, sobressaem no conjunto dos foreiros, mostrando uma relação que se materializa no bem terreno que as freiras devem entregar como compensação pelos serviços realizados. Cria-se, assim, uma relação de inter-ajuda que reforça os naturais laços de serviço e dá maior coesão à comunidade.

²¹⁰⁸ Maria e Inês Eanes Coelho em TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 6.

²¹⁰⁹ Gil Lourenço em TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 34.

²¹¹⁰ Diogo Lopes em TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 35.

²¹¹¹ Vidé Fernão Lourenço, abade de Eja, referenciado como tal, entre 1334 e 1347 e como capelão do mosteiro de 1319 a 1330. Este tem uma sergente, Estevainha e esta manceba, Branca Nunes.

²¹¹² De seu nome Maria Eanes, referenciada em 1390, como já anteriormente foi referido.

²¹¹³ A primeira em Entre-os-Rios e a segunda na Rua Chã do Porto.

²¹¹⁴ Há ainda uma chaveira, que será uma feitora ou procuradora do mosteiro, ou a que teria a chave do mesmo. Cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vol. II, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p. 98.

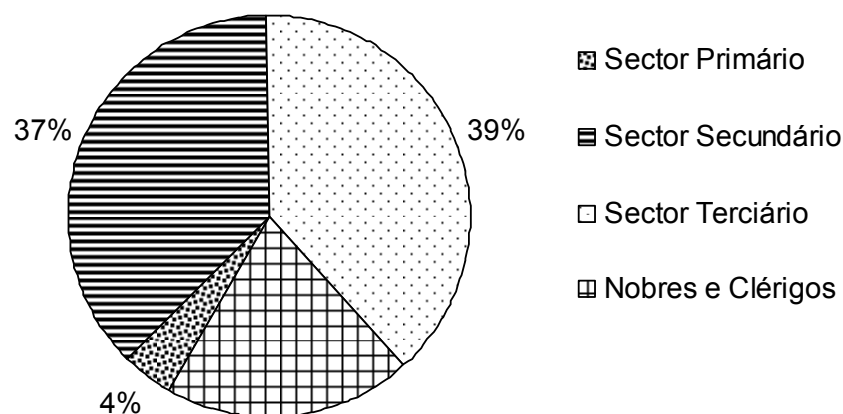
²¹¹⁵ Contando com as duas anteriores mancebas que referi.

²¹¹⁶ Como, anteriormente, já foi referido e comprovado.

Neste caso, é menos visível a penetração dos interesses capitalistas urbanos no património conventual, talvez porque este se encontra longe de uma cidade e se organiza, preferencialmente, em torno das relações de vizinhança (e dependência) proporcionadas pelas solidariedades e vínculos que se estabelecem no couto de Entre-os-Rios. A comunidade que se forma em torno do mosteiro constituiu uma unidade de produção que, de forma quase autónoma, gere os seus interesses e redistribui a riqueza que produz.

Em Coimbra, a situação é um pouco mais clara e elucidativa. Assim, dos trezentos e quatro foreiros que contratualizam com o cenóbio, muitas e variadas são as profissões dos que aparecem nomeados (apenas setenta), mas impõe-se a mesma constatação que nos casos anteriores, ou seja, o facto de a maioria dos camponeses e lavradores (são indicados apenas dois²¹¹⁷) não serem mencionados como tais, o que seria, à época, evidente. Mas há, no entanto um aspecto interessante que se prende com o facto de existir um grande número de foreiros do sector terciário e de membros dos grupos privilegiados, nobres e clérigos.

GRÁFICO 23 - Profissão e estatuto dos foreiros
Coimbra



No sector secundário²¹¹⁸, surgem as habituais profissões que correspondem a artesãos que, muitas vezes oriundos do ambiente rural, conjugam, na aldeia ou mesma

²¹¹⁷ Francisco Afonso (TT, OFM, PP, SCC, Mç. 21, doc. 10); João Aires (Mç. 24, doc. 3=liv. 9, fl. 7-8).

²¹¹⁸ Neste número não foram contabilizados os Cogonbreiro, Betedeiro e Avoleiro, por não ter identificado o mester ou profissão a que se referiam.

na cidade onde vivem, o labor artesanal com o dos campos, de onde bem conhecem as actividades e trabalhos, algumas vezes mesmo cumpridos pelas mulheres. Como sinal desta interpenetração, destacam-se os alfaiates²¹¹⁹, tecelões²¹²⁰, tosadores²¹²¹, sapateiros²¹²², açagadores²¹²³, ourives²¹²⁴ (um deles é um muçulmano de Viseu²¹²⁵), alfagemes²¹²⁶, ferreiros²¹²⁷, armeiros²¹²⁸ e pedreiros²¹²⁹, numa panóplia de profissionais ligados essencialmente à confecção de vestuário, armas e casas.

No entanto, é no sector terciário que, como anteriormente referi, os dados são mais interessantes, pois além da variedade de profissões e funções dos vários foreiros, há no seu meio, homens cultos e com uma preparação profissional mais acurada, como os quatro tabeliães recenseados²¹³⁰, sendo um tabelião geral do rei “nos reinos de Portugal e do Algarve”²¹³¹ e dois de Santarém²¹³², um juiz²¹³³, um escolar²¹³⁴, três

²¹¹⁹ Acenço Domingues (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 32=Liv. 10, fl. 247-247v); Fernão Gomes (Mç. 8, doc. 27); João Eanes (Mç. 28, doc. 9); Lopo Esteves (Mç. 37, doc. 23=Liv. 9, fl. 2-2v); Martim Domingues (Mç. 24, doc. 17 e 19); Pedro Esteves (Mç. 21, doc. 18=Liv. 9, fl. 468v-469v); Rodrigo Eanes (Mç. 7, doc. 35 e 36).

²¹²⁰ Martim Martins (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 49);

²¹²¹ João Afonso (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 35=Liv. 9, fl. 429v-430).

²¹²² Afonso Eanes (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 47); Álvaro Gonçalves (Mç. 26, doc. 24=Liv. 10, fl. 364-364v); Domingos Domingues (Mç. 19, doc. 18=Liv. 9, fl. 152-152v); Domingos Miguéis (Mç. 36, doc. 8; =Liv. 10, fl. 10v-12; Liv. 10, fl. 3v-4; Mç. 36, doc. 10); João Lourenço (Mç. 20, doc. 18=Liv. 9, fl. 426v-429); Vicente Domingues (Mç. 28, doc. 3=Liv. 9, fl. 146-147); Vicente Martins (Mç. 19, doc. 39=Liv. 9, fl. 475-476).

²¹²³ Domingos Eanes (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 27=Liv. 9, fl. 153-153v); Martim Vasques (Mç. 21, doc. 16=Mç. 21, doc. 17).

²¹²⁴ Geraldo Rodrigues (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 39).

²¹²⁵ Moussem (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 29, doc. 37=Liv. 10, fl. 369v-370v).

²¹²⁶ João Domingues (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 32).

²¹²⁷ João Peres (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 35, doc. 3; =Liv. 9, fl. 66-67; Mç. 35, doc. 4); Vicente Lourenço (Mç. 5, doc. 11; Mç. 32, doc. 9).

²¹²⁸ João Lourenço (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 33, doc. 26=Liv. 10, fl. 354v-355v).

²¹²⁹ Mateus Domingues (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 17=Liv. 9, 189-190v).

²¹³⁰ Um deles não tem referência ao local onde é tabelião: Gonçalo Peres, mas sabemos que mora em Sandomil (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 32).

²¹³¹ Afonso Martins (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 20=Liv. 9, fl. 413v-414v).

escrivães, um deles do almoxarifado de Leiria²¹³⁵, outro do rei, em Coimbra²¹³⁶ e outro na comarca de Entre Douro e Minho²¹³⁷, e um cirurgião²¹³⁸. Vários são ainda os que se dedicam ao comércio e mercancia, em geral, desde um almocreve²¹³⁹, a mercadores²¹⁴⁰, uma barqueira²¹⁴¹ e um galinheiro²¹⁴². Conta-se ainda com funcionários do concelho, como pregoeiros²¹⁴³, porteiros (um do concelho de Lisboa²¹⁴⁴ e outro do de Coimbra²¹⁴⁵), um alcaide de Santarém²¹⁴⁶, em Seserigo e serviços régios, como é o caso de Martim Lourenço, reposteiro do rei²¹⁴⁷. Mas há ainda a registar a presença de outros serviços, como um casal de estalajadeiros²¹⁴⁸ que emprazam casas na Rua da Ponte, em

²¹³² Gomes Eanes (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 34, doc. 5=Liv. 10, fl. 181-182v); João Fernandes (Mç. 24, doc. 7).

²¹³³ Domingos Domingues (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 29).

²¹³⁴ João Peres (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 17=Liv. 10, fl. 239-239v).

²¹³⁵ Gonçalo Esteves (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 11=Liv. 9, fl. 457v-459).

²¹³⁶ Gonçalo Peres (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 12).

²¹³⁷ Pedro Esteves (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 17)

²¹³⁸ Mestre Pedro (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 39).

²¹³⁹ Lourenço Esteves (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 15); Pedro Lourenço (Mç. 7, doc. 37=Liv. 10, fl. 49v-50); Vicente do Asno (Mç. 17, doc. 33=Mç. 17, doc. 34=Liv. 9, fl. 451-453v).

²¹⁴⁰ Martim Peres, mercador de Guimarães (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 9=Liv. 9, fl. 68); Martim Peres (Mç. 8, doc. 17=Liv. 10, fl. 239-239v)

²¹⁴¹ Maria Barqueira, casada com Domingos Vasques Trovar (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 24=Liv. 9, fl. 398-399).

²¹⁴² João Martins (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 17).

²¹⁴³ João Peres (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 20=Liv. 9, fl. 413v-414v); Lourenço Esteves (Mç. 8, doc. 14).

²¹⁴⁴ João Peres (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 38, doc. 6).

²¹⁴⁵ Martim Migueis (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 41).

²¹⁴⁶ João Gonçalves (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 12).

²¹⁴⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 26, doc. 27=Liv. 10, fl. 350v-351v.

²¹⁴⁸ Lourenço Martins, casado com Domingas Domingues (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 1).

Coimbra, um medidor do celeiro do cabido da Sé de Coimbra²¹⁴⁹, um relegueiro²¹⁵⁰ e também um fanqueiro²¹⁵¹, um monteiro²¹⁵² e um procurador²¹⁵³.

Entre os grupos privilegiados, clérigos e nobres, muitos são os primeiros (dez), entre priores, abades e vigários das igrejas dependentes do mosteiro (Gouveia²¹⁵⁴ e da Barra²¹⁵⁵), outros clérigos²¹⁵⁶ e raçoeiros da igreja de Torres Novas²¹⁵⁷. Qualquer deles contratualiza bens que são da sua área de residência, ou que pertencem à igreja onde exercem o seu múnus.

Quanto aos nobres, são quatro, um escudeiro, Fernão Martins Moreira²¹⁵⁸ que é vassalo de Martim Lourenço da Cunha, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, o Moço²¹⁵⁹, irmão de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, cavaleiro, João Vicente²¹⁶⁰, dito cavaleiro de Santarém e Domingos Eanes²¹⁶¹, criado do rei D. Pedro.

Nestes últimos casos, a terra deve ser subemprazada ou “redistribuída” por camponeses, uma vez que os grupos privilegiados não trabalham directamente nela. Contudo, esta situação económica anuncia (e denuncia) a penetração dos interesses

²¹⁴⁹ Martim Esteves (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 33).

²¹⁵⁰ João Afonso (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 38, doc. 13).

²¹⁵¹ Afonso (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 7=Liv. 9, fl. 478-478v).

²¹⁵² Vicente Peres (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 20; Mç. 22, Doc. 43).

²¹⁵³ Gil Eanes (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 38 e Mç. 19, doc. 56).

²¹⁵⁴ André Eanes, vigário desta igreja, em 1361 (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 5=Liv. 9, fl. 279-279v); Fernão Gil, igualmente vigário, em 1376 (Mç. 7, doc. 22=Liv. 9, fl. 278-279).

²¹⁵⁵ Domingos André, prior da referida igreja (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 10).

²¹⁵⁶ Cristóvão Domingues (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 10); João Afonso (Liv. 9, fl. 200v-201v); João Durães (Mç. 26, doc. 26=Liv. 10, fl. 360v-361); Martim Gil, prior da igreja de São Miguel de Viande de Coimbra (Mç. 32, doc. 13); Pedro Esteves (Mç. 25, doc. 22); Rodrigo Eanes, prior de Santa Justa (Mç. 21, doc. 15).

²¹⁵⁷ Estêvão Fernandes (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 16 A); Manuel Eanes, clérigo (Mç. 5, doc. 16A).

²¹⁵⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 6.

²¹⁵⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 35, doc. 9=Liv. 9, fl. 20-20v.

²¹⁶⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 15; Liv. 9, fl. 9v-10.

²¹⁶¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, 37, doc. 16=Liv. 9, fl. 3-3v.

capitalistas e de rendibilização da lavoura, através do investimento e da apropriação das rendas.

Outro dado interessante reporta-se à existência de alguns contratos nas mãos de mulheres referidas como “mulher que foi de” (viúva) ou “filha de”, que protagonizam novos contratos sobre quintas, casais, vinhas, olivais e casas e que se responsabilizam pelo seu cumprimento. Confirmando, tal como em Entre-os-Rios o papel da mulher como viúva ou mesmo descendente de um casal de emprazadores da terra.

Podemos, pois, concluir que toda esta moldura humana que cercava o convento e/ou que dele dependia formava uma autêntica família, alguns com laços de parentesco (sanguíneo), outros com relações de dependência mútua que contribuíam para tornar a comunidade religiosa um centro dispensador de graças e, simultaneamente, elemento aglutinador de pessoas e bens, tornando-se, na sociedade em que se instalava e até onde estendia a sua acção e redes de influência, um potente veículo de transmissão de valores e um marco importante de consolidação de poderes e de influências.

Viver num mosteiro ou a ele ligado concedia uma dupla segurança, em vida, pela subsistência e pelo poder económico que proporcionava, e na morte, pela intercessão que possibilitava, garantindo o repouso eterno.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

CONCLUSÃO

A investigação em qualquer ramo do saber é uma tarefa árdua, porque os resultados permanecem, a maioria das vezes, incompletos e só o saber cumulativo lhes concede efeitos visíveis e úteis para uma compreensão global dos fenómenos. Na maior parte dos casos, o trabalho prossegue sem grandes feitos memoráveis e exigindo capacidade de entrega e morosidade, incompatíveis com o ritmo veloz a que vivemos na sociedade hodierna.

No que respeita à História, a tradição portuguesa conservou, durante algum tempo, esta área de conhecimento na esfera de um conjunto de eruditos que vasculhavam o passado à procura da nossa identidade, como se esta fosse objectivada pelo passado longínquo e pelas nossas glórias pretéritas. A revolução epistemológica dos inícios do século XX colocou o conhecimento histórico num outro patamar, retirando-o da esfera da enumeração factual para a da compreensão globalizante, consubstanciada na análise do discurso e na construção histórica, de acordo com parâmetros científicos e na busca da verdade, comprovada na intersubjectividade²¹⁶².

Neste âmbito e na esteira de anteriores projectos²¹⁶³, propus-me, ao longo deste trabalho, dar sequência a algumas linhas de investigação, trazendo mais dados e análises e, simultaneamente, colmatar algumas falhas na compreensão do fenómeno religioso feminino. Sistematizando, pois, alguns destes aspectos, o mais importante, na minha perspectiva foi a realização da História de uma Ordem religiosa em Portugal, desde a sua fundação, procurando discernir os mecanismos da lógica da sua instalação e,

²¹⁶² Em Portugal, a tradição historiográfica do século XIX que permitiu a consecução de estudos que se realizaram no âmbito da Academia Real das Ciências e no meio universitário, por académicos e especialistas, desemboca, na primeira metade do século XX, numa produção de carácter nacionalista e didáctico, podendo mesmo falar-se numa “historiografia de regime”. A clivagem e a consequente afirmação de um novo paradigma, a partir dos finais dos anos sessenta, concedem à História (sob influência estrangeira, em especial francesa), cada vez mais ligada aos meios académicos, um novo papel na intervenção social e cívica. Cf. Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

²¹⁶³ Em alguns até participei, como é o caso da reorganização dos Fundos Monásticos da Torre do Tombo, trabalho publicado na obra: *Inventário. Ordens Monástico/Conventuais. Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Calçados, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria*, coordenação José Mattoso e Maria do Carmo Dias Farinha, Lisboa, IAN/TT, 2002, e ainda o que foi realizado no Centro de Estudos de História Religiosa, financiado pela FCT e que se consubstanciou na publicação do livro: *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

simultaneamente, apresentando um programa fundacional, mais claro numas do que noutras comunidades.

O objectivo a alcançar consubstanciava-se na elaboração de uma linha ou esquema de compreensão de uma realidade multiforme, não esgotando todos os aspectos, pois, nalguns casos, apenas os aponteí.

Consciente de que a documentação apresentava algumas lacunas, fruto de vicissitudes várias, optei por estudar as clarissas, por me parecer que reuniam as condições e os meios necessários, para o fazer, ou seja, documentação abundante (mas não excessiva), uma cobertura (embora incompleta) do país - de norte a sul – e ainda estar pouco estudada de forma científica e global e representar um fenómeno fundamental na história religiosa dos séculos XIII e XV: o das Ordens Mendicantes.

Assim, o desafio era não apenas o de (re)construir a história de uma Ordem, mas ainda o de dar inteligibilidade a percursos femininos integrados numa comunidade masculina, a Igreja, expressando uma relação única entre o o mundo leigo da família de sangue e o mundo religioso da família espiritual.

O objecto em análise, o monaquismo feminino, pelas suas características próprias, há muito que necessita de uma compreensão mais crítica, afectada pela leitura de género, leia-se da diferença em relação ao masculino, para se tornar mais credível e inteligível no mundo das relações sócio-religiosas da medievalidade.

Assim, mulheres leigas que ao fazerem os seus votos optam por viver em comunidade tecem, necessariamente, com a Ordem em que professam e com os respectivos membros e superiores masculinos, uma relação que cria solidariedades novas, bem como novas autoridades e também novas dependências. A relação com o papado e com outras autoridades leigas (como a realeza) dão a estes conventos autonomia e proporcionam-lhes uma actividade única que se manifesta a vários níveis da realidade.

Procurei demonstrar a forma como estes laços de parentesco e de solidariedade se criam, a partir destas realidades, e também a interacção bívoca que se gera e desenvolve entre as várias instâncias em causa, tendo sempre como centro a

comunidade conventual, como verdadeiro microcosmos, em torno do qual se organizam espaços, homens, instituições e poderes.

Nesta perspectiva destaquei, entre vários aspectos, o papel e intervenção dos leigos nos conventos e a criação de teias de solidariedade interna e a trama de influências na família de sangue; as relações económicas de toda a comunidade com os seus dependentes (com o mundo envolvente) e destes com o convento, realçando as formas de apropriação do espaço e as consequências desta no âmbito da geografia económica das regiões em que se situa.

No entanto, muito ficou por fazer e várias lacunas, tenho hoje consciência disso, impossibilitaram algumas reinterpretações, mas também ficaram, com este trabalho, mais evidentes. A primeira e mais clamorosa, é, sem dúvida, a falta de um trabalho aturado e cientificamente válido sobre os franciscanos em Portugal, especialmente nos primeiros séculos de existência e implantação da Ordem. Desvelei muitos rostos com a minha investigação, mas falta ainda muito para se ter uma visão clara e inteligível do papel dos Menores no território português. Teria, contudo de salientar que também percebi e provei que as relações entre eles e as Clarissas decorrem de muitos factores e são, por isso, multifacetadas. Assim, as fundações de ambos são, em larga medida independentes, porque bem diversas no ritmo e na geografia de implementação das casas..

As mulheres e, em especial, as experiências religiosas que estão na origem de alguns dos conventos estudados, mas muitas outras de beatas, emparedadas ou até *sorores* revelam uma riqueza e uma diversidade que importa analisar mais de perto. Até porque estamos numa época e face a uma realidade, onde a normatividade ainda deixa entrever a hereisa e permite ea heterodoxia. A riqueza da espiritualidade feminina, principalmente no período anterior a Trento e à sua normalização institucional²¹⁶⁴ é um campo de estudo em aberto e que urge abordar, com novas perspectivas. Mas mesmo no

²¹⁶⁴ Esta dita “normalização” corresponde a uma intenção expressa do papado e das estruturas da Igreja, que encontram na mulher e na sua situação eclesial um problema por resolver e mesmo uma questão disciplinar. Sobre esta temática, veja-se: Raimondo Creyten, “La Riforma dei monasteri femminili dopo i Decreti Tridentini” in *Il Concilio de Trento e la Riforma tridentina*, vol. I, Roma, Herder, 1965, p. 45-79.

que respeita à conventualidade feminina, é necessário compreender, de forma mais abrangente, as várias instituições e regras em que ocorre e como se materializa, faltando, para isso, os estudos sobre as fundações e as regras dos conventos e mosteiros femininos. Só assim se poderá aferir do seu grau de institucionalização, da sua relação mútua com os institutos masculinos e até com os poderes laicos.

E, neste último campo, são possíveis inúmeras abordagens de vários ângulos e com diversos objectivos, mas a preocupação deve ser sempre a de entender a diversidade como contributo para um caminho de compreensão global.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (ADB)

Index das Gavetas das Religiões, Mosteiros, Ordens, Colegiadas, Seminários:

Gaveta 6, docs. 18-31; 134-137.

Gaveta 1ª das propriedades do Cabido, doc. nº223

Gaveta 2ª das propriedades do Cabido, doc. nº8

Gaveta das Capelas, doc. nº 73

Gaveta das propriedades e rendas da Mitra, doc. nº 49

Livro 1ª dos Testamentos, doc. nº 59

Colecção Cronológica

Pasta 4

Livro das Cadeias

Doc. 35

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP)

Fundo Monástico, Mosteiro de Santa Clara do Porto, nº 5026 (Tombo 1º), fls. 15-18v

ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM (ADS)

Convento de Santa Clara de Santarém, gav. 1; 3-6.

ARQUIVO DA MISERICÓRDIA DE SANTARÉM (AMS)

Códice 980, fl. 40 e ss

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC)

Colecção de Pergaminhos

Convento de Santa Clara de Coimbra

Móvel 3, Gav. 6,

Convento de Santa Cruz de Coimbra

Móvel 7, Gav. 1, nº 1

INSTITUTO DE PALEOGRAFIA-FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Pasta I, doc. 6 e, 8.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA (BPE)

Fundo Rivara, Códice CXXIV/2-28

Fundo Rivara, Códice CLXI/ 1-21

Fundo Rivara, Códice CXIII/1-43

Fundo Rivara, Códice

Fundo Rivara, Códice

Fundo Manizola, Códice 262

Fundo Manizola, Códice 302

Fundo Manizola, Códice 567

Pergaminhos Avulsos, Pasta 26, nº 7

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP)

Fundo Geral

Códice nº 8467

Colecção de Pergaminhos

Série Preta: 62, 66, 67, 69

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (MNA)

Pergaminhos, nº 358.

TORRE DO TOMBO (TT)

Colegiadas:

Colegiada de Santa Cruz do Castelo, Mç. 2

Colegiadas de Coimbra, São Cristovão, Mç. 1 e. 2

Mosteiros e Conventos:

Convento de São Domingos de Santarém, 1º inc., Mç. 3, doc. 7

Mosteiro do Lorvão, Mç. 10

Mosteiro do Salvador de Lisboa, Mç. 23, doc. 446

Mosteiro de Santa Ana de Coimbra, Cx. 1, Mç. 1 e 2

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., Cx. 19, Mç. 18

Mosteiro de Santos-o-Novo, Mç. 37, doc. 750

Mosteiro de São Vicente de Fora, 1º inc., Mç. 10, doc. 8

OFM, Província de Portugal, Mç. 19

OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Beja, livro 1

OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Coimbra, documentos régios, Maços 1 e 2
OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Coimbra, documentos pontifícios, Maço 1
OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Coimbra, documentos particulares, Maços 1 a 9 e 16 a 39

OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Coimbra, Livros 9 e 10

OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Lisboa, Livro 4

OFM, Província dos Algarves, Santa Clara de Portalegre, Maço 1 e Livro 54

OFM, Província de Portugal, Santa Clara do Porto, Maços 50-55, 57, 60, 61, 65, 67-68

OFM, Província dos Algarves, Santa Clara de Santarém, Maços 1-14, 22.

OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Vila do Conde, Maços 3, 4, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 16, 20, 23, 24, 25.

Dioceses:

Sé de Coimbra, 1ª inc., Mç. 16 e 17

Sé de Coimbra, 2ª inc. Mc. 10 e 25.

Chancelarias:

Chancelaria de D. Afonso III, liv. 1

Chancelaria de D. Dinis, livros 1, 2, 3

Chancelaria de D. Fernando, livros 1, 2, 3, 4

Chancelaria de D. João I, livros 1, 2

Chancelaria de D. João III, liv. 22

Leitura Nova:

Estremadura, liv 11

Guadiana, liv. 6

Além Douro, liv. 2

Gavetas:

Gaveta XVI, Mç. 1, nº 23

II. FONTES IMPRESSAS

Anais, crónicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra, introd. de António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968.

BELÉM, Jerónimo de, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves*, 4 vols., Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1750-1758.

Benoît XII (1334-1342): lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, par J.-M. Vidal, Paris, Fontemoing, 1902-1911.

BURÓN CASTRO, Taurino, *Colección documental del Monasterio de Gradefes (1054-1299)*, vol. I, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1998.

BRANDÃO, Francisco, *Monarquia Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, reimpressão da edição fac-similada de 1980, vol. VI, 2008.

Bullarium Franciscanum, Vol. I-IV por J. H. Sbaraglia, Roma, Typis S. Congregationis de Prpaganda Fide, 1759-1768. *Epitome sive Summa Bullarum* de 4 volumes com um suplemento, por C. Eubel, Quaracchi, 1908. Vol. V-VII por C. Eubel, Roma, 1898-1904. *Nova Series*, por U. Hüntemann, J. M. Pou y Martí, C. Cenci, Quaracchi, Ed. Typographia Collegii S. Bonaventurae, vol. I-IV, 1929-1990.

CARDOSO, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, edição facsimilada com estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes, Tomo I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, editado por Carlos da Silva Tarouca, Separata de *Arqueologia e História*, 8ª série, 4, Lisboa, 1947.

O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento, ed. por Cândido Augusto Dias dos Santos, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1973, p. 93-101.

Censual do Cabido da Sé do Porto, Porto, Imprensa Portuguesa, 1929.

Chancelarias Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, volumes 1 e 2, ed. Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Chancelarias Portuguesas . Chancelaria de D. Afonso IV (1325-1344), 3 volumes, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa 1990-1992.

Chancelarias Portuguesas. Chancelaria de D. João I (1384-1433), org. e revisão geral por João José Alves Dias, volume I, tomos 1 (1384-1385), 2 (1385) e 3 (1384-1388); vol. II, tomos 1 (1385-1392), 2 (1387-1402) e 3 (1391-1407); vol. III, tomos 1 (1385-1410), 2 (1394-1427) e 3 (1402-1418); vol. IV, tomos 1 (1410-1425) e 2 (1393-1433), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006.

Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367), organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

CONCEIÇÃO, Apolinário da, *Claustro Franciscano*, Lisboa Ocidental, Officina de Antonio Isidro da Fonseca, 1740.

Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium, vol. I – *Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, Porto, Typis Portugalensibus, 1899-1912.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357), edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383), 2 volumes, organização de A. H. de Oliveira Marques e João Paulo Salvado, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1990-1993.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367), edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

Crónica da Ordem dos Frades Menores, 1209-1285: manuscrito do século XV, ed. por José Joaquim Nunes, 2 vols., Coimbra, Impressora da Universidade, 1918.

Crónica de la Provincia franciscana de Santiago 1214-1614 por un franciscano anónimo del siglo XVII, introdução, rectificações e notas por Manuel de Castro, Madrid, Editorial Eco Franciscano, 1971.

CUNHA, Rodrigo da, *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida, e acções de seus prelados, e varões eminentes em santidade que nella floresceram*, vol. 1, Lisboa, Manoel da Sylvia, 1642.

Documentos de D. Sancho I (1174-1211), editados por Rui Azevedo, Avelino de Jesus Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979.

Escritos de Santa Clara y documentos complementarios, 5ª edição, edición bilingue, introdução, tradução e notas de Ignacio Omaechevarría e colaboradores, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

ESPERANÇA, Manuel da, *História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1656-1666.

Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos, 2ª edição, Braga, Ed. Franciscana, 1996.

História Florestal, aquícola e cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelarias reais, editado por Carlos Manuel Baeta Neves, Volume I (1208-1483), Lisboa, Direcção-Geral das Florestas, 1980.

Jean XXII (1316-1334): lettres communes analysées d'après le registres dits d'Avignon et du Vatican, ed. Guillaume Mollat, vol. V, Paris, De Boccard, 1940.

Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas), edição crítica organizada por Pierre David e Torquato de Sousa Soares, Tomo I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1948.

LISBOA, Marcos de, *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, organização, introdução e índices do Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, 3 vols., Porto, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, 2001.

O Livro das Lezírias D' El Rei Dom Dinis, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

Livro de Linhagens do século XVI, editado por António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1957.

LUCAS ALVAREZ, Manuel, LUCAS DOMINGUEZ, Pedro Pablo, *San Pedro de Ramirás. Un monasterio femenino en la Edad Media: colección diplomática*, Santiago de Compostela, Caixa Galicia, 1988

MÁRTIRES, D. Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, 3 tomos, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1955-1960.

Monumenta Portugaliae Vaticana, documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, vol. I-IV, Roma--Porto, Editorial Franciscana, 1968-1982.

MORAES, Christovão Alão, *Pedatura Lusitana-Hispanica*, 6 Tomos em 12 volumes, Porto, Diário do Porto Limitada, 1943-1948.

Opúsculos de S. Francisco de Assis, trad. F. Félix Lopes, Braga, Tip. Editorial Franciscana, 1968.

Ordenações Afonsinas, livros I-IV, reprodução fac-similada da ed. feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra em 1792, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Pergaminhos do Instituto de Paleografia (séculos XII-XVIII), editados por Maria José Azevedo Santos e Maria Teresa Veloso, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1983.

Portugaliae Monumenta Historica. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, nova série, Volume 2 (em 2 tomos), edição crítica de José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

Portugaliae Monumenta Misericordiarum, coordenação científica de José Pedro Paiva, vol. II – *Antes da fundação das Misericórdias*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa-União das Misericórdias, 2002.

REIS, Baltazar dos, *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*, manuscrito do século XVI publicado como apenso às memórias de Mondim da Beira de J. Leite de Vasconcelos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

SANTA MARIA, Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarca Santo Agostinho*, 2 volumes, Lisboa, Officina de Joam da Costa, 1668.

SOUSA, Luís de, *História de S. Domingos*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, 2 volumes, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977.

SOLEDADE, Fernando da, *História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*, tomos III-V, Lisboa, Officina de Joseph Lopes Ferreyra-Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1705, 1709, 1721.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Livro II, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora Limitada, 1946,

Taraucae Monumenta Historica. I – Livro das Doações de Tarouca, leitura, sumário e notas por A. de Almeida Fernandes 3 volumes, Braga, Câmara Municipal de Tarouca, 1993.

Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325), coordenação Maria do Rosário Barbosa Morujão, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010.

Urbain V (11362-1370): lettres communes analysées d'après les registres dites d'Avignon et du Vatican, tomo XI, ed. Michel et Anne-Marie Hayez, Janine Mathieu, Marie France Yvan, Roma, École Française de Rome-Paris, Bocard, 1986.

Vida e Milagres de Dona Isabel Rainha de Portugal, edição de J.J. Nunes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

WADDING, Lucas, *Annales Minorum: seu Trium Ordinum a S. Francisco institutorum*, 2ª ed., Romae, tomos I-IX (1208-1417), *Typis Rochi Bernabao*, Quaracchi, 1731-1886,

III - INSTRUMENTOS DE TRABALHO

1. Inventários, Dicionários, Guias

ARAÚJO, António de Sousa, SILVA, Armando B. Malheiro da, *Inventário Monástico Conventual - Arquivo Distrital de Braga*, Braga, ADB-Universidade do Minho, 1985.

Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII – XV), vol. I, organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

Convento de Santa Clara de Santarém. Inventário do Cartório, Santarém, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Distrital de Santarém, 1993.

Dizionario ecclesiastico, dir. Angelo Mercati, Augusto Pelzer, 3 volumes, Turim, Unione Tipografico-editrice Torinese, 1953-1958.

Dicionário de História de Portugal, direcção de Joel Serrão, 6 volumes, Livraria Figueirinhas, Porto, [Ed. 1992].

Diccionario de Historia Ecclesiastica de España, Quintin Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez, Jose Vives Gatell (dir.), 4 volumes, Madrid, Instituto Enrique Florez (CSIC), 1972-1975.

Dicionário de História Religiosa de Portugal, 4 volumes, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.

Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal, dirigido por José Eduardo Franco, José Augusto Mourão e Ana Cristina da Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2010.

Dictionnaire Historique de la Papauté, Philippe Levillain (dir.), Paris, Fayard, 1999.

Dictionnaire d'Histoire et Géographie Ecclésiastiques, Alfred Braudillard, R. Aubert, L. Courtois, et alii (dir.), 30 volumes, Paris, Letouzey et Ané Éditeurs, 1912-2010.

Dictionnaire de Droit Canonique, R. Naz (dir), 7 volumes, Paris, Letouzey et Ané Éditeurs, 1935-1965.

Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique, doctrine et histoire, Marcel Viller, S.J. (dir.), 17 volumes, Paris, Beauchesne, 1937-1995.

Dizionario degli Istituti di Perfezione, Guerrino Pelliccia e Giancarlo Rocca (dir.), 10 volumes, Roma, Edizione Paoline, 1974-2003.

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Beja*, I vol., Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1992.

FONTES, João Luís Inglês, SERRA, Joaquim Bastos, ANDRADE, Maria Filomena, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, apresentação de José Mattoso, Évora, CIDEHUS- Colibri, 2010.

GOMES, Saúl António, “Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra – I – Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, *Estudos Medievais*, nº 9, Porto, 1988, p. 3-199.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 29, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, s/d.

Inventário. Ordens Monástico/Conventuais. Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Calçados, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria, coordenação José Mattoso e Maria do Carmo Dias Farinha, Lisboa, IAN/TT, 2002

KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943.

Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico, obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, co-autoria de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, 2 volumes, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1965-1966.

2. CARTAS

Carta Corográfica de Portugal, Instituto Geográfico e Cadastral, escala 1:50 000, série M7810, 2004.

Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico de Exército, escala 1:250 000, série M586, edição de 2005.

Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico de Exército, escala 1:25 000, série M888 e respectivo *Repertório Toponímico de Portugal*, 3 vols. Lisboa, 1967.

IV - ESTUDOS

ABEL, Wilhelm, *Crises agraires en europe (XIIIe - XXe siècle)*, Paris, Flammarion, 1973.

ALARCÃO, Jorge, “As origens de Coimbra”, in *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra*, GAAC, 1979, p. 23-40.

ALBERZONI, Maria Pia, “Chiara d’Assisi e il francescanesimo femminile” in *Francesco d’Assisi e il primo secolo di storia francescana*, Turim, Einaudi, 1997, p. 203-235.

ALBERZONI, Maria Pia, “Le congregazioni monastiche: Le Damianite” in *Dove va la storiografia monastica in Europa? Temi e metodi di ricerca per lo studio della vita monastica e regolare in età medievale alle soglie del terzo millennio*, Milão, Casa Editrice Vita e Pensiero, 2001, p. 379-401.

ALFONSO ANTÓN, Isabel, “La comunidad campesina” in Reyna Pastor, Isabel Alfonso Antón, Ana Rodriguez Lopez, Pablo Sanchez Leon eds., *Poder Monástico y Grupos Domésticos en la Galicia Foral (Siglos XIII-XV). La Casa. La Comunidad*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 303-369.

ALMEIDA, Dina Carla Ferreira de Sousa de, *O Mosteiro Cisterciense de Arouca: comunidade e património: 1300-1317*, 2 vols, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2003.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 2ª edição organizada por Damião Peres, volumes I-IV, Porto-Lisboa, Portucalense Editora, 1967-1971.

AMARAL, António Caetano do, *Memória V para a História da legislação e costumes de Portugal*, edição organizada por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Porto, Civilização, 1945.

AMARAL, Luís Carlos, *S. Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV. Estudo de Gestão Agrária*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

AMZALAK, Moses B., “A salicultura em Portugal. Materiais para a sua história”, separata do *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, nº 4,5,6,10,11 e 12, volume XXII, Lisboa, 1920.

ANDERSON, Bonnie S., ZINSSER, Judith P., *Historia de las mujeres: una historia propia*, 2ª edição, volume I, Barcelona, Crítica, 1992.

ANDRADE, Amélia Aguiar, *Vilas, Poder Régio e Fronteira: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 1994.

-----, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

ANDRADE, António Alberto Banha de, “Bens eclesiásticos”, *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dirigido pelo mesmo, volume II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 424-444.

ANDRADE, Maria Filomena, “Beatas” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. A-C, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 181-183.

-----, “As Clarissas em Portugal - dimensões regionais de uma corrente de espiritualidade europeia” in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, nº1, Abril, 1999, p. 109-127.

-----, “Franciscanos” in *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, dirigido por José Eduardo Franco, José Augusto Mourão, Ana Cristina da Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2010, p. 158-169.

-----, “Isabel de Aragão. A construção de uma identidade”, comunicação apresentada no *XIII Coloquio Internacional: la Historia de las mujeres: perspectivas actuales*, realizado em Barcelona em Outubro de 2006.

-----, “João Viegas, cavaleiro de Santarém: um percurso patrimonial” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 363-374.

-----, *O Mosteiro de Chelas: Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média*, Cascais, Patrimonia, 1996.

-----, “Opções religiosas das elites lisboetas: o convento de Chelas no século XV” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 221-231.

-----, “O poder e o privilégio: o convento de Santa Clara de Coimbra em meados dos século XIV” in *Olhares sobre a História. Estudos de Homenagem a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 79-88.

-----, *Power and Protection: The King Afonso IV and the Ladies of Coimbra*, comunicação apresentada ao International Medieval Congress, Leeds, 2003.

-----, “O processo fundacional dos conventos de clarissas no Portugal medievo” *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*, coord. Maria Isabel Viforcós Marinas e Maria Dolores Campos Sánchez-Bordona, León, Universidad de León, 2005, p. 79-101.

-----, “A Quinta de Vialonga: exemplo de organização e rentabilização do espaço”, in *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das II Jornadas*, coordenação de Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 101-111.

ANTUNES, João cf. DAVID, Henrique

ARAGÃO, A.C. Teixeira de, *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 2ª edição, volume I, Livraria Fernando Machado, Porto, s.d.

ARIÈS, Philippe, *O Homem perante a Morte*, 2 vols, Mem Martins, Europa-América, 1988.

-----, DUBY, Georges (dir.), *História da vida privada*, vol. 2, *da Europa Feudal ao Renascimento*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1990.

ARNAUT, Salvador Dias, *Penela, história e arte*, s.l., Câmara Municipal de Penela, 1983.

ASTON, Margaret, “Lollard Women” in *Women and Religion in Medieval England*, ed. By Diana Wood, Oxford, Oxbom Books, 2003, p. 166-185.

AZCONA, Tarsicio de, “La princesa Juana de Castilla, monja clarisa en Portugal (1479-1530)” in *Las Clarisas en España y Portugal*. Actas do Congresso Internacional, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. I/1 (Espiritualidad y Bibliografías, Literatura, Arte y Musica), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 257-273.

AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico. Esboços de História*, 3ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1973.

AZEVEDO, Maria Luísa, “A Matriz Moçárabe de Coimbra” in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. IV, 2ª série, 2006, p. 165-200.

AZEVEDO, Pedro de, “Urraca Machado, dóna de Chelas”, *Arquivo Historico Portuguez*, volume III, números 1 e 2, Janeiro/Fevereiro 1905, p. 1-33.

BAKER, D. Ed., *Medieval Women*, Oxford, Basil Blackwell, 1978.

BARBIERI, M., “Afonso Sanchez” in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, 1993, p. 21-23.

BARBOSA, Pedro Gomes, *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, I.N.I.C., 1992.

BARRACLOUGH, Geoffrey, *Os papas da Idade Média*, Lisboa, Verbo, 1972.

BARRAL RIVADULLA, Maria Dolores, “Dos ejemplos icnográficos de la “devotio” mendicante en Galicia”, *Cisterium – Revista monástica*, ano, 49, nº 208 (Homenaje al P. Damián Yañez Neira, OCSO), Cantabria / Navarra, Enero-Junio 1997, p. 93-105

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 volumes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.

BARROCA, Mário Jorge, ver DUARTE, Luís Miguel

BARROS, Amândio, Cf. DAVID, Henrique

BARROS, Henrique de, *O problema do trigo*, 3ª edição, Lisboa, Cosmos, 1944.

BARROS, Henrique da Gama, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII A XV*, 2ª edição, organizada por Torquato de Sousa Soares, tomos I-XI, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945-1954.

BARROS, Maria Filomena Lopes, *A comuna muçulmana de Lisboa nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Hugin, 1998.

BARROS, Ana Andrea de, *A aquisição e gestão de bens pelo Cabido de Braga na primeira metade da centúria de Trezentos (1300-1350)*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, policopiada, Braga, 1999.

BASTOS, Maria do Rosário Costa, *Santa Maria de Oliveira, Um domínio monástico do Entre-Douro e Minho em finais da Idade Média*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1996.

-----, “Vivências jurisdicionais do couto de S. Pedro de Roriz. Fragmentos de Memória de uma Microsociedade”, in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, nº3, Junho, 2001, p. 117-134.

BECEIRO PITA, Isabel, “Los Pimentel, señores de Braganza y Benavente”, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 1ºvolume, Porto, I.N.I.C., 1987, p. 317-331.

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, 1995.

-----, “Santarém” in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII – XV)*, Vol. I, Organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade nova de Lisboa, 1990, p. 65-67.

-----, “Santarém à chegada dos Dominicanos”, in *II Encontro sobre História Dominicana. Actas*, vol. 1, Porto, Arquivo Histórico Dominicano, 1984, p. 197-200.

-----, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980.

BELENGUER, Ernest, *Jaime I y su reinado*, Lleida, Editorial Milenio, 2008.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Rainhas de Portugal. Estudo histórico*, reedição do texto de 1878/1879, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

BENNET, M. Judith, *Women in the Medieval English Countryside. Gender & Household in Brigstock Before the Plague*, Oxford, Oxford University Press, 1987.

BÉRIOU, Nicole, “Robert de Solonet les femmes” in *Au Cloître et dans le monde. Femmes, hommes et sociétés (IX^e-XV^e siècle). Mélanges en l’honneur de Paulette L’Hermite-Leclercq*, Paris, Presses de l’Université de Paris – Sorbonne, 2000, p. 33-47.

BERTINI et alii, *La mujer medieval*, Madrid, Alianza Editorial, 1991.

BLEVEC, Daniel Le, “Le rôle des femmes dans l’assistance et la charité” in *Cahiers de Fanjeaux*, nº 23, Toulouse, Ed. Privat, 1988, p. 171-190.

BLOCK, Gisela, “la historia de las mujeres y la historia del género: aspectos de un debate internacional”, en *Historia Social*, 9 (invierno 1991), 55-77.

BOLTON, Brenda, *A reforma na Idade Média*, Lisboa, Ed. 70, 1986.

BOOK, Christopher, *O Casamento na Idade Média*, Lisboa, Publicações Europa-América, [1991].

BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes, “El trabajo de la mujer en el mundo rural sevillano”, *Las mujeres medievales y su ámbito jurídico. Actas de las segundas jornadas de investigación interdisciplinaria*, organizado pelo seminário de Estudios da la Mujer, Madrid, Universidad Autonoma, 1983, p. 191-199

BOTINA I MONTERO, Elena, CABALEIRO I MANZANEDO, Julia, DURAN I VINYETA, Maria Dels Àngels, *Les Beguines. La Raó il·luminada per Amor*, Barcelona, Pub. da Abadia de Montserrat, 2002.

BOURDILLON, A. F. C., *The order of Minoreesses in England*, Manchester, The University Press, 1926.

BOURIN, Monique, DURAND, Robert, *Vivre au village au moyen âge - Les solidarités paysannes du 11^{ème} au 13^{ème} siècles*, Paris, Massidor/Temps Actuels, 1984.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, “Mercês régias outorgadas ao convento de Santa Clara de Coimbra (1521-1640)” in *Congreso Internacional del Femenino en España, Portugal y America, 1492-1992*, vol. 2, León, Universidad de León-Secretariado de Publicaciones, 1993, p. 675-685.

BRAGA, Paulo César Drumond, “Barcas de passagem em Portugal durante a Idade Média. Elementos para o eu estudo”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, volume XXXII, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 373-388.

-----, “Mercês régias outorgadas ao convento de Santa Clara de Coimbra nos reinados de D. Dinis a D. Manuel I”, in *Congreso Internacional del Monacato Femenino en España. Portugal y America, 1492-1992*, vol. 2, León, Universidad de León -Secretariado de Publicaciones, 1993, p. 667-673.

BRANCO, Marta Castelo, cf. VILAR, Hermínia Vasconcelos Vilar

BRANCO, Manuel Bernardes, *História das Ordens Monásticas em Portugal*, volume III, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso e Irmão, 1888.

BRANCO, Maria João Violante, *Poder Real e Eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, 2 vols., dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Aberta, policopiada, Lisboa, 1999.

BRANQUINHO, Isabel, “Aproximação ao convento do mosteiro da Santa Trindade de Santarém, (1208-1500)”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XIII-XIV, 2001-2002, p. 139-159.

-----, *O Mosteiro da Santíssima Trindade de Santarém: Propriedade e Gestão (séculos XIII-XV)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2000.

-----, “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 239-258.

BRUNELLI, Delir, *Clara de Asís, camino y espejo*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2002.

BUCHO, Domingos Almeida, *Mosteiro de São Bernardo de Portalegre. Estudo histórico-arquitectónico. Propostas de recuperação e valorização do património edificado*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, policopiada, Évora, 1994.

BUENO DOMINGUEZ, María Luisa, *Dejando hablar a la Edad Media. Entre lo real y lo imaginado*. 2ª ed., Zamora, Semuret, 1999.

-----, “Las mujeres de Santa Maria de las Dueñas de Zamora: la realidad humana”, In *Las mujeres en el cristianismo medieval*, Madrid, Asociación Cultural Al-Mudayna, 1989, p. 231-245.

-----, *Miradas Medievales: más allá del hombre y de la mujer*, Madrid, Ed. Dilex, 2006.

-----, “Santa María de las Dueñas de Zamora. Beguinas o monjas? El Proceso de 1279”, *História Instituciones, Documentos*, nº 20, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1993, p. 85-105.

BURTON, Janet E., *The Yorkshire Nunneries in the Twelfth and Thirteenth Centuries*, York, University of York, “Borthwick Papers, n. 75”, 1979.

BRUZELIUS, Caroline A., “Hearing is believing. Clarissan architecture, c. 1213-1340” in *Medieval Religion. New approachs*, ed. Constance Hoffman Berman, Londres, Routledge, 2005, p. 272-289.

CABALEIRO I MANZANEDO, Julia, cf. BOTINA I MONTERO, Elena.

CAETANO, Marcelo, *A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia (1179-1383)*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

CALONGE, Doroteo, *Los tres conventos de San Francisco de Orense (1251-1332-1925)*, Osera, s.n., 1949.

El camino de Santiago y la sociedad medieval. Actas de la Reunión Científica. Logroño, 12 a 23 de Abril de 1999, coordinador Javier García Turza, Logroño, Ediciones Instituto de Estudios Riojanos, 2000.

CAMPOS, Ezequiel de, *O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos*, 2ª edição, Lisboa, Edição da Revista Ocidente, 1943.

CANABAL RODRIGUEZ, Laura “Los conventos de Clarisas en Toledo (siglos XIV, XV y XVI)”, in *Las Clarisas en España e Portugal. Actas do Congreso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993. Actas, vol. II/1 (Archivos e Historia), Madrid, Asociación Hispánica de estudios Franciscanos, 1994, p. 473-483.

CANELAS, Carlos Augusto Ponces, *História dos Conventos de Beja*, Beja, Minerva Comercial, 1965.

CARDENOSO, L., “Convento de San Antonio de religiosas clarisas de Segovia en *Archivo Ibero Americano*, 10, 1950, p. 132-150.

CARRERES I PERA, Jean, “Santa Clara y Gerona”, in *Clarisas en España e Portugal. Actas do Congreso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. II/2 (Archivos e Historia), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 999-1019.

CARVALHO, Cristina Maria Peixoto de, *O Património do Cabido da Sé de Braga nos finais do século XIV*, dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, policopiada, 1988.

CARVALHO, José Adriano de Freitas, “As primeiras vidas de Santa Clara: dos testemunhos à biografia” in *Las Clarisas en España y Portugal. Actas do Congresso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. I/1 (Espiritualidad y

Bibliografías, Literatura, Arte y Musica), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 197-209.

CASAGRANDE, Giovanna, “Nell’area di città di Castello nel secolo XIII” in *Il movimento religioso femminile in Umbria nei secoli XIII-XIV. Atti del Convegno internazionale di studio nell’ambito delle celebrazioni per l’VIII centenario della nascita di S. Francesco d’Assisi*, città di Castello, 27-28-29 ottobre, 1982, a cura di Roberto Rusconi, Regioni dell’Umbria - «La Nuova Italia» Editrice, 1984, p. 125-157

CASAS CASTELLS, Elena, “Dos tipos de arquitectura monástica medieval: cistercienses y clarisas” in *Las Clarisas en España e Portugal. Actas do Congresso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. I/1 (Espiritualidad y Bibliografías, Literatura, Arte y Musica), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 689-714.

CASANOVA, Maria Conceição, “Convento de São Domingos de Santarém na época de S. Frei Gil” in *S. Frei Gil de Santarém e a sua época. Actas*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1997, p. 87-97.

CASTELLANO I TRESSERRA, Anna, “Las Clarisas en la Barcelona del siglo XIV. El ejemplo del Monasterio de santa Maria de Pedralbes”, in *Las Clarisas en España e Portugal. Actas do Congresso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993. vol. I/1 (Espiritualidad y Bibliografías, Literatura, Arte y Musica), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 969-981.

-----, *Pedralbes a l’edat mitjana. Història d’un monestir femení*, Barcelona, Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 1998. .

CASTELO-BRANCO, Fernando, “Do tráfego fluvial e da sua importância na economia portuguesa”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 1-3, 1958, p. 39-66.

CASTRO, Armando, *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*, vol. II, Lisboa, Portugália, 1964.

CASTRO, Júlia Isabel Coelho Campos Alves de, *O Mosteiro de São Domingos de Donas de Vila Nova de Gaia (1345-1513)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 1993.

CASTRO, Manuel de, “Santa Clara de Pontevedra. Notas para su estudio”, in *Las Clarisas en España e Portugal. Actas do Congresso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. I/1 (Espiritualidad y Bibliografías, Literatura, Arte y Musica), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 879-905.

-----, “Los conventos de clarisas en la provincia de Santiago” en *Archivo Ibero Americano*, 10, 1950, 132-150.

-----, “Los conventos de clarisas en la provincia de Santiago” en *Estudios Franciscanos*, 70, 1953, p. 249-250.

-----, “Fundación del convento de Santa Clara de Burgos. Documentos de los siglos XIII al XIV” in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 171, 1974, p. 137-193.

-----, “Monasterio de Santa Clara de Astorga, in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 185, 1988, p. 235-326.

-----, *La Provincia Franciscana de Santiago. Ocho siglos de historia*, Santiago de Compostela, Liceo Franciscano, 1984.

CATARINO, Maria Manuela, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia, 2000.

CATROGA, Fernando, cf. TORGAL Luis Reis

CAVERO DOMINGUEZ, Gregoria, *Alvar Núñez Osorio y el Monasterio de Santa Clara de Jerga*, separata de *Asturica*, 2, Centro de Estudios Astorganos, 1984, p. 37-51.

-----, “Monarquía y nobleza: su contribucion a las fundaciones de Clarisas en Castilla y Leon (siglos XIII-XV), in *Las Clarisas en España e Portugal. Actas do Congresso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993. vol. I/1 (Espiritualidad y Bibliografías, Literatura, Arte y Musica), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 257-279.

-----, *El Monasterio de Sancta Clara de Astorga (siglos XIV-XV)*, Astorga, Centro de Estudios Astorganos, 1994.

CERRATO MATEOS, Felisa, *Monasterios Femeninos de Córdoba, Patrimonio, rentas y gestión económica a finales del Antiguo Régimen*, Córdoba, Servicio de Publicaciones Universidad de Córdoba, 2000.

“Chegador” in *Dicionário de História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, vol. II, Porto, Liv. Figueirinhas, [Ed. 1992], p. 55.

CHIFFOLEAU, J., *La comptabilité de l’Au-delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d’Avignon à la fin du Moyen Age*, Roma, École Française de Rome, 1980.

-----, “Notes sur le Polycentrisme religieux urbain à la fin du Moyen Âge” in *Religion et société urbaine au Moyen Âge. Études offertes à Jean-Louis Biget*, Paris, Pub. de la Sorbonne, 2000, p. 227-252.

Las Clarisas en España y Portugal. Actas do Congresso Internacional, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, 4 volumes, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994.

Au Cloître et dans le monde. Femmes, hommes et sociétés (IX^e-XV^e siècle). Mélanges en l’honneur de Paulette L’Hermite-Leclercq, Paris, Presses de l’Université de Paris – Sorbonne, 2000.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII”, in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI – XVI) – I – Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 78-101.

-----, “Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos”, in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI – XVI) – I – Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 9-22.

-----, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2ª edição, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

-----, “Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo” in *Biblos*, vol. LXVIII, 1992, p. 335-356.

-----, “Esboço sobre a Vida e obra da Rainha Santa Isabel” in *Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos*, nº 18, Março, p. 25-33.

-----, “Homens e Negócios” in *Ócio e negócio*, Coimbra, Inatel, 1998, p. 127-202.

-----, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988.

-----, “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”, in *Homens, espaços e Poderes (Séculos XI – XVI) – I – Notas do Viver social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 37-59.

-----, “O Poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV”, in *Revista de História*, vol. VIII, Porto, 1988, p. 35-51.

-----, “O reino de Portugal ao tempo de D.Dinis”, in *Imagem de la reina Santa – Santa Isabel, Infanta de Aragón y Reina de Portugal*, tomo II, Zaragoza, Diputacion de Zaragoza, 1999, p. 51-83.

-----, “O senhorio crúzio do Alvorger na centúria de trezentos”, *Homens, espaços e poderes (séculos XI-XVI). II- Domínio senhorial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p.31-92.

-----, “Superstição, fé e milagres na Idade Média”, in *Ócio e negócio*, Coimbra, INATEL, 1998, p. 85-126.

-----, “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra” in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVIII, 1980, p. 312-331.

-----, MARTINS, Rui Cunha, “O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XII-XIV)”, *Theologica*, 2ª Série, 28 ,2 ,1993, p. 481-506.

-----, MATOS, João José da Cunha, “O convento velho de São Domingos de Coimbra: contributo para a sua história” in *II Encontro sobre História Dominicana. Actas*, 2, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1986, p. 41-53.

-----, VENTURA, Leontina, “Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência”, *Revista de História da Ideias*, vol. 9, Coimbra, 1987, p. 33-77.

-----, VENTURA, Leontina, “A mulher como um bem e os bens da mulher” *A mulher na sociedade portuguesa*. Actas do Colóquio realizado em Coimbra, 20 a 22 de Março de 1985, volume I, Coimbra, Faculdade de Letras-Instituto de História Económica e Social, 1986, p. 51-90.

-----, VENTURA, Leontina, “Vataça - uma dona na vida e na morte”, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 1º volume, Porto, I.N.I.C., 1987, p. 159-193.

CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa, *Mosteiro de São Bento de Cástris (Évora): bases para uma proposta de valorização histórico-arquitectónica*, 2 volumes, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, policopiada, Évora, 1995.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, “Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média”, *Media Aetas* 3/4, Ponta Delgada, Patrimonia, 2000/2001, p. 49-86.

-----, Uma paisagem humanizada. *O Médio Tejo nos finais da Idade Média. A terra e as gentes*, 2 volumes, Cascais, Patrimonia, 2000.

-----, “Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal nos finais da Idade Média”, *Arqueologia Medieval*, nº 5, 1997, p. 243-265.

-----, *Tomar Medieval: O Espaço e os Homens*, Cascais, Patrimonia, 1996.

CONTAMINE, Philippe, BOMPAIRE, Marc, LEBECQ, Stéphane, SARRAZIN, Jean-Luc, *L'économie médiévale*, Paris, Armand Colin Éditeur, 1993.

CORREIA, Vergílio, GONÇALVES, Nogueira, *Inventário artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947.

CÔRTE-REAL, Artur, *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: novos dados para o seu conhecimento: operação arqueológica 1995-1999*, 2 volumes, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2001.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da, “Entre o sal e o serviço régio: percurso do cidadão portuense Afonso Ferraz” in *Olhares sobre a História. Estudos de Homenagem a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 193-198.

-----, *Projecção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, policopiada, 1999.

-----, “Os tempos do medievalismo e as rupturas do século” in *O Estudo da História*, Lisboa, Associação Portuguesa de História, 2001, p. 45-52.

COSTA, António Domingos de Sousa, *S. Antonio Canonico Regolare di S. Agostino e la sua vocazione francescana. Rilievi storico-storiografici*, Braga, Editorial Franciscana, 1982.

-----, “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa” in *III Encontro sobre história dominicana. Actas*, tomo II, Arquivo Histórico Dominicano, Porto, p. 1-150.

COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 volumes, separata da revista *Biblos*, nº XXXIV, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1959.

-----, “Terça episcopal ou Pontifical” in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. VI, Livraria Figueirinhas, Porto, [Ed. 1992], p. 155-156.

COSTA, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. II - *Idade Média: Paróquias e Conventos*, Lamego, c. n., 1979.

COSTA, Maria Antonieta Moreira da, cf. RODRIGUES, Ana Maria S. A.

COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida, “Os contratos agrários e a vida económica em Portugal na Idade Média”, separata do volume IV das *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua colegiada*, Guimarães, s. n., 1982.

-----, *Origem da enfiteuse no direito português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957.

COSTA, Marisa, “Poder e autoridade de fundar um mosteiro. A dotação de Santa Clara de Vila do Conde”, in *De Arte. Revista de Historia del Arte*, Universidade de León, nº. 3, 2004, p. 23-37.

-----, “Viagem por formas e espaços do Gótico: a igreja de Santa Clara de Vila do Conde” comunicação apresentada no *I Congresso de História Medieval*, promovido pelo Instituto Superior do Vouga e pela Universidade Portucalense, no âmbito da VI Viagem Medieval em Terras de Santa Maria, em Vila da Feira, Junho de 2002.

COURTEMANCHE, Andrée, *La richesse des femmes. Patrimoine et gestion à Manosque au XIV^e siècle*, Québec, Les Éditions Bellarmin, 1993.

CREYTENS, Raimondo, “La Riforma dei monasteri femminili dopo i Decreti Tridentini” in *Il Concilio di Trento e la Riforma Tridentina. Atti del Convegno Storico Internazionale*, Trento, 2 a 6 de Setembro de 1963, vol. I, Roma, Herder, 1965, p. 45-79.

CRISTINO, Luciano Coelho, “A vila de Leiria em 1385”, in *Jornadas sobre Portugal Medieval. Actas*, Leiria, Câmara Municipal, 1986, p. 171-220.

Crown and Veil. Female monasticism from the fifth to the fifteenth centuries, New York, Columbia University Press, 2008.

CUBELLI, F., “C. e Legislazione” in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, cols. 1174-1178.

CUMBRE, José Pavia, *Os Melo. Origens, Trajectórias Familiares e Percursos Políticos (séculos XII-XV)*, Lisboa, Tribuna, 2007.

CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

-----, “A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade” in *Revista Portuguesa de História*, Tomo. XXXI, vol. 2, 1996, p. 219-252.

CUNHA, Maria Cristina Almeida e SILVA, Maria João Oliveira e, “Il Clero della diocesi di Porto nell’Europa del Medioevo”, in *A Igreja e o Clero português no contexto europeu*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 47-62..

DALARUN, Jacques, «*Dieu changea de sexe, pour ainsi dire*». *La Religion faite femme XI^e-XV^e siècle*, Paris, Fayard, 2008.

DAVAL, Guy, *Les Clarisses*, Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1924.

DAVID, Henrique, BARROS, Amândio, ANTUNES, João, “A Família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dinis”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Universidade do Porto, II série, vol. IV, Porto, 1987, p. 69-87.

DAVID, Henrique, PIZARRO José Augusto de Sotto Mayor, “Nobres portugueses em Leão e Castela (século XIII)” in *Revista de História da Universidade do Porto*, nº 7, 1987, p. 135-150.

DESBONNETS, Th., *De l’intuition à l’institution: Les Franciscains*, Paris, Ed. Franciscaines, 1983.

DIAS, João Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal nos (séculos XVI a XVIII)*, vol. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho, “O Monaquismo feminino nas «Trevas da Idade Média»: O brilho das estrelas”, in *Em torno da história das mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, p. 41-53.

DIAS, Jorge, “Moinhos”, *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, volume IV, Livraria Figueirinhas, Porto, [Ed. 1992], p.324-327.

-----, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, *Sistemas primitivos de moagem em Portugal - Moinhos, azenhas e atafonas*, 2 vols., Porto, s.n., 1959.

DIAS, Nuno Pizarro, “Dinis e Isabel, uma difícil relação conjugal e política”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, vol. 2, 1996, p. 129-165.

DIAS, Pedro, “Domingos Domingues – arquitecto régio do século XIV, *Mundo da Arte*, nº 5. 1982, p.2-7.

-----, *História da Arte em Portugal*, vol. 4, *O Gótico*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

DION, Roger, *Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX^e siècle*, Paris, Flammarion, 1959.

DOSSAT, Y., “Opposition des anciens ordres à l’installation des Mendiants” in *Cahiers de Fanjeaux*, 8, *Les mendiants en pays d’Oc au XIII^e siècle*, Toulouse, 1973, p. 263-306.

DUARTE Luís Miguel, BARROCA Mário Jorge, “Porto” in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*, vol. I, organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 23-26.

DUARTE, Teresa Cristina Pereira, *Mosteiros medievais de Clarissas em Portugal: contributos para a sua caracterização morfológica, recuperação e valorização*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, policopiada, Évora, 2006.

DUBY, Georges, *As Damas do século XII*, 3 volumes, Lisboa, Teorema, 1996-1997.

-----, *Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval*, 2 volumes, Lisboa, Ed. 70, 1987-1988.

-----, *Mâle Moyen Âge (De l’amour et autres essais)*, s.l., Flammarion, 1996.

DURAN I VINYETA, Maria dels Àngels, cf. BOTINA I MONTERO, Elena

DURAND, Robert, *Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1982.

DURAND, Robert cf. BOURIN, Monique

ECHÁINZ SANS, María, “El monasterio de Sancti Spíritus de Salamanca. Un espacio monástico de mujeres de la Orden Militar de Santiago (siglos XV)”, *Studia Historica*, vol. IX, Ediciones Universidad de Salamanca, 1991, pp.43-66.

-----, *Las mujeres de la Orden Militar de Santiago en la Edad Media*, Salamanca, Junta de Castilla y León-Consejería de Cultura y Turismo, 1992.

ELM, Kaspar, “Le personnel masculin au service des religieuses au Moyen Âge” in *Les Religieuses dans le cloître et dans le monde. Actes du deuxième Colloque Internationale du C.E.R.C.O.R.*, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1994, p. 331-334.

“Episcopologio (Catálogo dos bispos católicos portugueses)”, Ana Maria C. M. Jorge (coord) in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. C-I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 131-146.

ESCOBAR, Clodulfo “Cronología biográfica de Santa Clara de Asís” in *Las Clarisas en España e Portugal. Actas do Congreso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. I/1 (Espiritualidad y Bibliografías, iLiteratura, Arte y Musica), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 65-121.

Espiritualidad, Órdenes Mendicantes y Franciscanismo. VI Semana de Estudios Medievales, realizada em Najera, entre 13 de Julho e 4 de Agosto de 1995, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1996.

FARELO, Mário, Cf. JORGE, Ana Maria C. M.

FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo Medieval. O caso de Beja*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, policopiada, 1991.

FERNANDES, Maria Eugénia Matos, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*, Porto, Arquivo Histórico-Câmara Municipal do Porto, 1992.

FERREIRA, José Augusto, *Os Túmulos do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, Porto, Tip. Sequeira Limitada-Ed. Ilustradas Marques de Abreu, 1925

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, “Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medieval”, *Media Aetas* 3/4, Ponta Delgada, Patrimónia, 2000/2001, p. 13-47.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Guimarães: “duas vilas, um só povo”. Estudo de história urbana (1250-1389)*, 3 vols., dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, policopiada, Braga, 1997.

-----, “Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medieval”, *Media Aetas*, 3 / 4, Ponta Delgada, Patrimonia, 2000/2001, p. 13-47.

FERRO, Maria José Pimenta, *Estudos de história monetária portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, s.n., 1974.

-----, “Política monetária do regente D. Pedro”, in *Numus*, 2ª série, volume II, Porto, 1979, p. 15-26.

Cf. TAVARES, Maria José Ferro

FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la, *Memorias das raimhas de Portugal (D. Theresa, - Santa Isabel)*, Lisboa, Typographia Universal, 1859.

FIGUEIREDO, A. C. Borges de, *Coimbra Antiga e Moderna*, ed. facsimilada, Coimbra, Almedina, 1996.

FITA, F., “Fundación y primer período de Santa Clara de Barcelona” en *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 27, 1985, p.273 e ss.

FOLZ, Robert, *Les Saintes Reines du Moyen Âge en Occident (VI^e-XIII^e siècles)*, Bruxelas, Société des Bollandistes, 1992, p. 105-127.

FONSECA, Ana Cristina Tavares da, *Barregãs e Bastardos régios da I Dinastia Portuguesa*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2005.

FONSECA, Luis Adão da, “As relações comerciais entre Portugal e os reinos peninsulares nos séculos XIV e XV”, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. II, Porto, I.N.I.C., 1987, p.541-561.

FONTES, João Luís Inglês, “A pobre vida no feminino. O caso das Galvoas de Évora”, in *O corpo e o gesto na Idade Média*, Lisboa, Colibri, 2003, p. 157-178.

-----, “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 259-277.

FONTOURA, Otilia Rodrigues, *As Clarissas na Madeira. Uma presença de 500 anos*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2000.

-----, “Clarissas” in *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, dirigido por José Eduardo Franco, José Augusto Mourão e Ana Cristina da Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2010, p. 362-372.

FONZO, L. Di, “Francescani (1209-1517)”, in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, Guerrino Pelliccia e Giancarlo Rocca (dir.), vol. 4, Roma, Edizione Paoline, 1977, cols. 464-511.

FOSSIER, Robert, *Paysans d'Occident (XI-XIV siècles)*, Paris, Presses Universitaires de France, 1984.

FOURQUIN, Guy, *Senhorio e feudalidade na Idade Média*, traduzido por Fátima Martins Pereira, Lisboa, Edições 70, s.d.

FREIRE, Anselmo de Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 3^a edição, 3 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e, “Gerações medievais portuguesas. Cavaleiros e Escudeiros do Casal” in *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. 12, 1962, p. 197-207.

FUGEDI, E., “La formation des villes et les ordres mendiants en Hongrie” in *Annales ESC*, n^o especial *Histoire et urbanisation*, 1970, p. 966-987.

GALHANO, Fernando, cf. DIAS, Jorge

GAMEIRO, Odília Filomena Alves, *A Construção das Memórias Nobiliárquicas Medievais. O Passado da Linhagem dos Senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel, *História rural medieval*, traduzido por Maria Helena da Costa Dias, Lisboa, Estampa, 1983.

-----, *La sociedad rural en la España medieval*, 2ª edição, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1990.

GARCIA Y GARCIA, Antonio, “La legislacion de las Clarisas. Estudio historico-juridico”, in *Las Clarisas en España e Portugal. Actas do Congreso Internacional*, – Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. II/1 (Archivos e Historia), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 183-197.

GARCIA DE LA HERRAN MUÑOZ, Maria Carmen, “Expansion de las Clarisas en España y Portugal – siglos XIII, XIV y XV (mapas)”, in *Las Clarisas en España e Portugal. Actas do Congreso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, Vol. II/1 (Archivos e Historia), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 15-18.

GARCIA ORO, José, *Francisco de Asis en la España Medieval*, Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Liceo Franciscano, 1988.

-----, “Orígenes de las Clarisas en España”, in *Las Clarisas en España e Portugal. Actas do Congreso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993. Actas, Vol. II/1 (Archivos e Historia), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 163-182.

GARRAIO, Isilda, *O centro histórico da cidade de Portalegre*, Portalegre, Edição do Turismo de São Mamede/Norte Alentejano, 2002.

GASPAR, Jorge, “Os portos fluviais do Tejo”, *Finisterra*, 10, Lisboa, 1970, p. 153-199.

GASPAR, Jorge, cf. TRINDADE, Maria José Lagos

GASPAR, Maria do Rosário F., *Clara a constelação e o signo. Vida e espiritualidade de Santa Clara de Assis*, Lisboa, Paulinas, 2004.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, 3ª edição, 12 volumes, Braga, Edição Carvalhos de Bastos, 1992.

GÉRMAN MARTÍNEZ, “Los monasterios de monjas de Galicia”, *Yermo*, 4, 1966, p. 51-91.

GILCHRIST, Roberta, *Gender and material culture. The archaeology of religious women*, Londres, Routledge, 1994.

GOMES, Manuel Maia, "Evolução Histórica desenvolvimento Urbano de Vila do Conde, in *Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, nova série, nº 15-16, Vila do Conde, Câmara Municipal, 1995, p. 100-115.

GOMES, Paulo Varela, "Arquitectura de mulheres, mundo de homens: intervenções da DGEMN em edifícios de mosteiros femininos extintos (1930-1950)", *Caminhos do Património: DGEMN, 1929-1999*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, p. 83-98.

GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

-----, *D. Fernando*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

-----, *A Guarda Medieval - Posição, morfologia, e sociedade (1200-1500)*, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 9-10, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987.

GOMES, Saúl António, "Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós", in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, volume 1, Coimbra 2002/2003, p. 141-160.

-----, "Coimbra – Aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos" in *Biblos*, nova série, vol. IV, Coimbra, 2006, p. 125-163.

-----, *In Limine Conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, Viseu, Palimage, 2007.

-----, "Notas sobre a produção de sal-gema e de papel em Leiria e em Coimbra durante a Idade Média", *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. I, 1996, p. 431-446.

-----, "As ordens mendicantes na Coimbra medieval: Notas e documentos, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, tomo X, Lisboa, 1998, p. 149-215.

-----, *Porto de Mós. Colectânea Histórica e Documental séculos XII a XIX*, Porto de Mós, Câmara Municipal de Porto de Mós, 2005.

-----, "O priorado crúzio de Santa Maria de Leiria do século XII à criação da Diocese" in *Catedral de Leiria: História e Arte*, Leiria, coordenação de Virgolino Jorge, Leiria, Diocese de Leiria-Fátima, 2005, p. 13-46

-----, "Uma Regra de Santa Clara de Assis de inícios do séc. XVI", in *Leiria-Fátima, Orgão Oficial da Diocese*, ano II, nº 5, Maio-Agosto, 1994, p. 139-159.

-----, "Três Bibliotecas Particulares na Coimbra de Trezentos. Em torno das elites e das culturas urbanas medievais", in *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra, 2003, p. 9-49.

GOMES, Saul António, cf. SOUSA, Cristina André de Pina e

GOMES, Saúl António, cf. VENTURA, Leontina

GONÇALVES, Iria, “Alimentação medieval: conceitos, recursos, práticas”, in *Actas dos VI Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. II, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2000, p. 29-48..

-----, “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº1, 1980, p.153-204.

-----, “A colheita régia medieval, padrão alimentar de qualidade (um contributo beirão)”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, vol. 6, 1992-1993, p. 175-189.

-----, “Entradas” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, [1992], p. 403.

-----, “Entre a abundância e a miséria: as práticas alimentares na Idade Média portuguesa” in *Estudos Medievais. Quotidiano Medieval: Imaginário, Representações e Práticas*, coord. Amélia Aguiar Andrade e José Custódio Vieira da Silva, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 43-63

-----, “Entre o campo e a cidade na 2ª metade do século XIV”, *Estudos Medievais*, nº 8, Porto, 1987, p.73-97.

-----, “Da estrutura do casal nos finais da Idade Média”, *História e Crítica*, nº 7, Lisboa, 1981, p. 60-72.

-----, “À mesa com o rei de Portugal, (séculos XII-XIII)”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, Porto, 2ª série, vol. XIV, 1997, p. 13-32.

-----, “Mordomo” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, [1992], p. 343-344.

-----, “O mosteiro de Alcobaça e o recrutamento geográfico dos seus monges” in *Actas do IX centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*, Braga, Universidade Católica Portuguesa-Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, p. 233-256.

-----, “O pão quotidiano nas terras de Alcobaça (séculos XIV e XV)”, *Cister: Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional. Actas*, vol. I, Lisboa, IPPAR, 2000, p. 21-26.

-----, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

-----, “A propósito do pão da cidade na Baixa Idade Média” *Turres Veteras IX. História da Alimentação*, coord. Carlos Guardado da Silva, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras/Universidade de Lisboa/Ed. Colibri, 2007, p. 49-72.

-----, “Sobre o pão medieval minhoto: o testemunho das Inquirições de 1258”, *Arqueologia Medieval*, vol. 6, 1999, p. 225-243.

GONNET, Giovanni, “La donna presso i movimenti pauperistico-evangelici”, in *Movimento religioso femminile e francescanismo nel decolo XIII, Atti del VII Convegno Internazionale* (Assisi, 11-13 ottobre 1979), Assisi, Società Internazionale di Studi Francescani, 1980, p.101-129.

GONZÁLEZ I BETTLINSKI, M., RUBIO I RÓDON, A., “La regla de l’ ordre de Santa Clara de 1263. Un cas concret de la seva aplicació: el monestir de Pedralbes de Barcelona”, *Acta Medievale*, III, 1982, p.9-46.

GRAÑA CID, María del Mar, “«La Familia de Fuera». Aproximación a las clientelas de los Monasterios de Clarisas” in *Archivo Ibero-Americano*, 265-266/LXX, 2010, p. 317-343.

-----, “Franciscanos y Dominicos en la Galicia Medieval” in *Archivo Ibero-Americano*, t. LIII, 1993, nº 209-212, p. 229-270.

-----, “La Iglesia orensana durante la crisis de la segunda mitad del siglo XIII” in *Hispania Sacra*, vol. XLII, nº 86, Jul-Dez, 1990, pp. 689-720.

-----, “Las primeras Clarisas andaluzas. Franciscanismo femenino y reconquista en el siglo XIII”, in *Las Clarisas en España e Portugal. Actas do Congresso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, Vol. II/2 (Archivos e Historia), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 661-704.

GRUNDMANN, Herbert, *Movimenti religiosi nel Medioevo. Ricerchi su nessi storici tra l’eresia, gli Ordini mendicanti e il movimento religioso femminile nel XII e XIII secole e sulle origini storiche della mistica tedesca*, Bolonha, Il Mulino, 1974.

GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (das origens ao início do séc. XV)*, 2 vols., dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2000.

GUIDONI, E., *La città dal Medioevo al Rinascimento*, Roma, Laterza, 1989.

GUIMARÃES, Manuel da Silva, *A oliveira e o azeite na região de Tomar, usos e costumes*, Tomar, Câmara Municipal, 1979.

GUTIERREZ, David, *Historia de la Orden de San Agustín*, 3 volumes, Roma, Institutum Historicum Ordinis Fratrum S. Augustini, 1971, 1977, 1980.

HAENENS, Albert d', *L'Abbaye Saint-Martin de Tournai de 1290 à 1350. Origines, évolution et dénouement d'une crise*, Lovaina, Université de Louvain, 1961.

HALL, Dianne, *Women and the Church in medieval Ireland c. 1140-1540*, Dublin, Four Courts Press, 2003.

HAMBURGUER, Jeffrey F., MARX, Petra, MARTI, Susan, "The time of the Orders, 1200-155. An Introduction", in *Crown and Veil. Female monasticism from the fifth to the fifteenth centuries*, New York, Columbia University Press, 2008, p. 41-75.

HERRÁN NUÑOZ. Maria del Carmen de la, " Bibliografía clariana del siglo XX en España" in *Las Clarisas en España e Portugal. Actas do Congresso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. I/1 (Espiritualidade y Bibliografías, Literatura, Arte y Musica), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 3-61.

HERRÉJON NICOLÁS, Manola, *Los conventos de clausura femeninos de Toledo*, Toledo, Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, 1990.

HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

HEULLANT-DONAT, Isabelle, "Des missionnaires martyrs aux martyrs missionnaires: la mémoire des martyrs franciscains au sein de leur Ordre aux XIII^e et XIV^e siècles" in *Écrire son Histoire. Les communautés régulières face à leur passé. Actes du 5e Colloque International du C.E.R.C.O.R.*, Saint-Étienne, 6-8 Novembre 2002, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2005, p. 171-184.

História das Mulheres no Ocidente, dir. George Duby, Michelle Perrot, vol.2 - *A Idade Média*, dir. Christiane Klapisch-Zuber, Porto, Afrontamento, 1993.

História Religiosa de Portugal, dirigida por Carlos Moreira Azevedo, vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coordenado por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, "Um aragonês na Corte Portuguesa: Estêvão da Guarda (1299-1325)", in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, I.N.I.C., 1987, p. 195-200.

-----, "Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos «Privados» de D. João I" in *Revista da Faculdade de Letras. História. Universidade do Porto*, II série, vol. IV, Porto, 1987, p. 9-67.

-----, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica/ Universidade do Porto, 1990.

IRIARTE, Lázaro, *Histoire du franciscanisme*, Paris, Ed. du Cerf, 2004.

JACINTO, Maria Antónia Nobre Silva Martins, *O Mosteiro de Almoester: contributos para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, policopiada, Évora, 1997.

JÄGGI, Carola, LOBBEDEV, Uwe, "Church and Cloister. The Architecture of Female Monasticism in the Middle Ages" in *Crown and Veil. Female monasticism from the fifth to the fifteenth centuries*, New York, Columbia University Press, 2008, p. 109-131.

JOHNSON, Penelope D. “La théorie de la clôture et l’activité réelle des moniales françaises du XI^e au XIII^e siècle” in *Les Religieuses dans le cloître et dans le monde. Actes du deuxième Colloque Internationale du C.E.R.C.O.R.*, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1994, p. 491-505.

JORGE, Ana Maria C. M., SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de, ROLDÃO, Filipa, FARELO, Mário, “La dimension européenne du clergé de Lisbonne (1147-1325)” in *A Igreja e o Clero português no contexto europeu*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 17-43.

KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943.

KNOWLES, David, *The religious orders in England*, 2 volumes, Cambridge, University Press, 1979.

KRUS, Luís, *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian- Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

-----, “O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousa” in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, p. 59-99.

LABARGE, Margaret Wade, *La mujer en la Edad Media*, San Sebastián, Nerea, 2003,

LADERO QUESADA, Miguel-Ángel, “Doña María Alfonso Coronel, Matriarca sevillana de la Casa de Guzmán (1267-1331)” in *Poder y sociedad en la Baja Edad Media Hispánica. Estudios en homenaje al profesor Luis Vicente Díaz Martín*, coord. Carlos M. Reglero de la Fuente, Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, tomo 1, 2002, p. 427-460.

LALANDE, Maria Margarida de Sá Nogueira, *A admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel (séculos XVI e XVII)*, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1987.

LAMBERT, M. D., *Franciscan Poverty. The doctrine of the absolute poverty of Christ and the apostles in the Franciscan Order, 1210-1323*, Londres, Church Historical Society Publications, 1961.

LANGHANS, F.P., *Apontamentos para a história do azeite em Portugal*, separata do *Boletim da Junta Nacional do Azeite*, Lisboa, 1949.

LARRINAGA, Juan Ruiz, “Las Clarisas de Pampolona” in *Archivo Ibero-Americano*, ano 5, nº 18, 1945, p. 242-277.

LAUWERS, Michel, “Saintes et anorexiques: le mysticisme en question” in *Moines et religieux au Moyen Age*, Paris, Éditions du Seuil, 1994, p. 221-226.

LAWRENCE, C. H., *El Monacato Medieval, Formas de Vida Religiosa en Europa Occidental Durante la Edad Media*, Madrid, Gredos, 1999.

LECLERCQ, Jean, “Clausura. I. C. in Oriente e Occidente” in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, cols. 1166-1174

-----, *La figura della donna nel Medioevo*, Milão, Ed. Jaca Book SpA, 1994.

LE GOFF, Jacques, “Apostolat mendiant et fait urbain dans la France médiévale: l’implantation des ordres mendiants. Programme. Questionnaire pour une enquête” in *Annales ESC*, ano 23, nº 2, 1968, p. 335-352.

-----, *S. Francisco de Assis*, Lisboa, Teorema, 2000.

-----, “Les ordres mendiants”, in *Moines et religieux au Moyen Age*, Paris, Éditions du Seuil, 1994, p. 229-243.

----- et alii, “Ordres mendiants et urbanisation dans la France médiévale” in *Annales ESC*, nº especial *Histoire et urbanisation*, 1970, p. 924-965.

L’ HERMITE-LECLERCQ, Paulette l’, *Le Monachisme féminin dans la société de son temps. Le monastère de la Celle (XIe-début du XVIe siècle)*, Paris, Ed. Cujas, 1989.

-----, “Les pouvoirs de la supérieure au Moyen Age” in *Les Religieuses dans le cloître et dans le monde. Actes du deuxième Colloque Internationale du C.E.R.C.O.R.*, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1994, p. 165-185.

-----, “La vie quotidienne des recluses” in *Moines et religieux au Moyen Age*, Paris, Éditions du Seuil, 1994, p. 203-220.

LEJARZA, F., “Clarisas” in *Diccionario de Historia Ecclesiastica de España*, Quintin Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez, Jose Vives Gatell (dir.), vol. I, Madrid, Instituto Enrique Florez (CSIC), 1972, p. 433-437.

LIMA, Durval Pires de, *História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, tomo II, Lisboa, Imprensa Municipal de Lisboa, 1972.

LIMA, Maria Justiniana Pinheiro Maciel, *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1998.

LINAGE CONDE, Antonio, “El monacato en torno a Braga hasta la benedictinización”, in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. 1, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1990, p. 717-734.

LINEHAN, Peter, *Les Dames de Zamora. Secrets, stupre et pouvoirs dans l’ Église espagnole du XIII siècle*, Paris, Les Belles Letres, 1998.

LIRA, Sérgio, *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*, 2 vols., Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001.

LOBBEDEY, Uwe, Cf. JÄGGI, Carola

LOBO, A. de S. Silva Costa, *Historia da sociedade em Portugal no seculo XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda, “Sobre a cultura das vinhas de Portugal”, *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo II, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790, p.16-134, 198-284.

LOBÃO, Manuel de Almeida e Sousa, *Tractado pratico e critico de todo o direito emphiteutico*, 2 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857.

LOGAN, F. Donald, *A History of the Church in the Middle Ages*, Londres, Routledge, 2002.

LOPES, Célia Cristina Rodrigues, *As Clarissas de Coimbra dos séculos XIV e XV: Paleobiologia de uma comunidade religiosa de Santa Clara-a-Velha*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2001.

LOPES, Fernando Félix, “O culto de Santa Clara em Portugal”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 4, 1953, p. 356-364.

-----, “As Escolas franciscanas portuguesas de 1308 a 1570” in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 371-384.

-----, “Escolas públicas dos franciscanos em Portugal, antes de 1308” in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 353-369.

-----, “Fontes Narrativas e Textos Legais para a História da Ordem Franciscana em Portugal” in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 1-269.

-----, “Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente. Ministros Provinciais a que obedeciam” in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 1-93.

-----, “Franciscanos Portugueses Pretridentinos – Escritores, Mestres e Leitores” *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 407-460.

-----, “Fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Problema de direito medieval”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 4, 1953, p. 166-192.

-----, “Mosteiros de clarissas em Portugal”, *Boletim mensal missões franciscanas e Ordem Terceira*, Braga, 46, 1953, p. 92-93.

-----, “As primeiras clarissas de Portugal”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 2, 1952, p. 210-234.

-----, “Santa Isabel de Portugal e outros estudos”, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997.

LOURENÇO, Vanda, “Os Avelar – percurso de uma linhagem em Lisboa (1325-1367)” in *Lisboa Medieval – os rostos da cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 169-181.

LOURO, Maria Antónia Teixeira, *D. João de Portel. Uma Memória Fundiária do Século XIII*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 1997.

MACEDO, Francisco Pato de, “O Hospital de Santa Isabel” in *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitana durante o Antigo Regime*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2000, p. 144-159.

-----, “O mosteiro velho de Santa Clara” in *Monumentos*, nº 17, Março de 2003, p. 16-23.

-----, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2006.

-----, “O Túmulo Gótico de Santa Isabel” in *Imagen de la Reina Santa. Estudios*, Zaragoza, Diputación Provincial de Zaragoza, 1999, vol. II, p. 93-114.

MACIEL, Maria Justiniana Pinheiro, cf. RODRIGUES, Ana Maria S. A.

MAGLI, Ida, *Storia laica delle donne religiose*, 2ª edição, Milão, Longanesi et C., 1995.

MAIELLO, Vincenzo, *Do território monástico à cidade conventual. As Ordens Mendicantes e o espaço urbano no século XIII. Uma aproximação ao caso português*, dissertação de mestrado em desenho urbano apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, policopiada, Lisboa, 2005.

MANSELLI, R., *François d'Assise*, Paris, Ed. Franciscaines, 1981.

MANSILLA, D., “Burgos, Dióc. de” in *Diccionario de Historia Ecclesiastica de España*, Quintin Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez, Jose Vives Gatell (dir.), vol. I, Madrid, Instituto Enrique Florez (CSIC), 1972, p. 290-295.

MARQUES, André Evangelista, *O casal: uma unidade de organização do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*, Corunha, Editorial Toxosoutos, 2008.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “O Clero nos séculos XIV e XV (alguns aspectos)” in *Jornadas sobre Portugal Medieval, Leiria, 1983*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1986, p. 45-61.

-----, *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3ª edição, Lisboa, Cosmos, 1978.

-----, “Lisboa”, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*, organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Amélia Aguiar Andrade, volume I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p.55-60.

-----, “Lisboa Medieval (Uma visão de conjunto)”, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa Presença, p.80-91.

-----, “Maquia”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, [1992], p. 166-167.

-----, “A moeda portuguesa durante a Idade Média”, *Ensaaios da História Medieval Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Vega, 1980, p.195-220.

-----, “Pesos e medidas”, *Dicionário de História de Portugal*, volume V, Porto, Livraria Figueirinhas, [1992], p.67-72.

-----, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, volume IV da *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 1986.

-----, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 5ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 1987.

MARQUES, José, “D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais”, in *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 1527-1566.

-----, *A arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

-----, *Os Franciscanos no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, separata do *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol. I, Porto, 1982.

-----, “Regalismo e a mulher em religião”, *Actas do Colóquio A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, p. 167-194.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, “Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga (meados do século XIII)” in *Congresso internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II, Braga, Faculdade de Teologia da Universidade do Minho-Cabido Primacial de Braga, 1990, p. 359-387.

-----, “Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região de Entre Douro e Tejo”, *Actas do Colóquio A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, p. 89-114.

-----, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1990.

-----, “As primeiras freiras de Lorvão” in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, Ed. Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 127-180

MARQUES, Maria de Fátima M. Botão Salvador, *Poder e influência de uma Igreja Medieval: A Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998.

MARREIROS, Rosa, *O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (séculos XIII-XIV), sua organização administrativa e judícia*”, separata de *Estudos Medievais*, nº5 e 6, Porto, 1984/1985.

MARTI, Susan, cf. HAMBURGUER, Jeffrey F.

MARTÍN PRIETO, Pablo, “La fundación de Santa Clara de Alcocer (1252-1260)”, *Hispania Sacra*, vol. LVII, Jan-Julho de 2005, p. 227-241.

MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira, *O Mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: o percurso de uma comunidade feminina*, Porto, Universidade Portucalense, 2001.

MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

MARTINS, Mário, *Introdução Histórica à Vivência do Tempo e da Morte*, vol. I, Braga, Livraria Cruz, 1969,

MARTINS, Miguel Gomes, *Lisboa e a guerra (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

MARTINS, Rui Cunha, *Património, parentesco e poder: o Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992.

MARTINS, Rui Cunha, cf. COELHO, Maria Helena da Cruz

MARX, Petra, cf. HAMBURGUER, Jeffrey F.

MATA, Joel Silva Ferreira, *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI. Um estudo religioso, económico e social*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2007.

-----, *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos na Idade Média*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 1991.

MATA, Luís António Santos Nunes, *Ser, ter e poder. O Hospital do Espírito Santo nos finais da Idade Média*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2000.

MATE, Mavis E., *Women in medieval english society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

MATOS, João José da Cunha, cf. COELHO, Maria Helena da Cruz

MATTEIS, Maria Consiglia de, *Idee sulle donne nell Medioevo*, Bolonha, Patrón, 1981.

MATTOSO, José “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas” in *Obras Completas*, vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 243-254

-----, “As estratégias de pregação no século XIII” in *Obras Completas*, vol. 6, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 152-163.

-----, “A Guerra Civil de 1319-1324” in *Obras Completas*, vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 217-227.

-----, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* in *Obras Completas*, vol. 12, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

-----, “Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa”, *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Estampa, 1987, p. 389-417.

-----, KRUS, Luís, ANDRADE, Amélia, *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XII*, Lisboa, Estampa, 1989.

MELGAR, Luis Tomás, *História dos Papas. Santidade e Poder*, Lisboa, Estampa, 2004.

MELÍCIAS, Maria do Carmo Dias, *Subsídios para o Inventário dum Livro de Traslados pertencente ao Mosteiro de Santa Clara de Santarém*, Trabalho apresentado na Cadeira de Arquivologia e Arquivoeconomia do Curso de Bibliotecários - Arquivistas, policopiado, Coimbra, 1966.

MELO, Maria Teresa Osório de, *O Mosteiro Beneditino de Santa Maria de Semide*, Coimbra, Livraria Minerva, 1992.

MENDES, José Amado, cf. TORGAL Luis Reis

Les Mendians en pays d’Oc au XIII^e siècle, *Cahiers de Fanjeaux*, nº 8, Toulouse, Édouard Privat, 1973.

MENDONÇA, Manuela, “O Franciscanismo dos monarcas do século XV” in *O Franciscanismo em Portugal, Actas do I-II Seminários*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 139-152.

MENEZES, A.A. Telles de, “Les plantes textiles” *Le Portugal au point de vue agricole*, dirig. por B. C. Cincinnato da Costa e D. Luiz de Castro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p. 657-696.

MERÊA, Paulo, “Doações *post-obitum* e doações *reservato usufructo*”, *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, tomo I, Coimbra, Tip. Atlântida, 1952, p.193-198.

-----, “O dote nos documentos dos séculos IX-XII (Astúrias, Leão, Galiza e Portugal)”, *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, tomo I, Coimbra, Tip. Atlântida, 1952, p. 59-138.

-----, “O problema da origem das doações *post obitum*”, *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, tomo I, Coimbra, Tip. Atlântida, 1952, p.185-192.

-----, “Sôbre doações «causa mortis»”, *Novos estudos de História do Direito*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1973, p.119-129.

-----, “Temas histórico-jurídicos (a propósito de alguns livros recentes) I - Emprazamento e aforamento”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, ano XIX, 1943, p.55-74.

MICHAUD, Francine, “Liaisons particulières? Franciscains et testatrices a Marseille (1248-1320)” in *Annales du Midi. Révue de la France meridionale*, t. 104, nº 197, Jan.-Mars 1992, p. 7-18.

MILISENDA, Floriana, “I Monasteri Delle Clarisse in Sicilia nel XIII e nel XIII e nel XIV Secolo”, in *Collectanea Franciscana*, Roma, Istituto Storico dei Cappuccini, 70 (3-4), 2000, p. 485–519.

MIURA ANDRADES, José Maria, “Beatas, Eremitas y Monasterios de Carmona” in *Archivo Hispalense*, 2ª série, tomo LXXX, nº 243-245, 1997, p. 565-582.

-----, *Frailes, Monjas y Conventos. Las Órdenes Mendicantes y la Sociedad Sevillana Bajomedieval*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1998.

MONTEIRO, João Manuel Filipe de Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Ed. Notícias, 1998.

MONTEIRO, Maria Teresa, SOUSA, José João Rigaud de, “Notas sobre o pleito entre D. Mór Dias, fundadora do convento de Santa Clara, e os cônegos do mosteiro de Santa Cruz (Coimbra)”, in *Estudos Medievais*, nº1, Porto, 1981, p. 81-93.

MOORMAN, John, *A History of the Franciscan Order, From Its Origins to the Year 1517*, Oxford, Oxford University Press, 1968.

MORAL DE CALATRAVA, Paloma, *La mujer imaginada. La construcción cultural del cuerpo femenino en la Edad Media*, Murcia, Nausicaã, 2008.

MOREAU, Marthe, *L'Age d'or des religieuses. Monastères féminins du Languedoc méditerranéen au Moyen Age*, Presses du Languedoc/Max Chaleil Éditeur, Montpellier, 1988.

MOREIRA, António Montes, “Breve história das Clarissas em Portugal”, in *Archivo Ibero-Americano*, T. LIV (nº 213-214), 1994, p. 211-231 e in *Las Clarisas en España y Portugal. Actas do Congresso Internacional de Salamanca*, 20-25 de Setembro de 1993, vol. II/1 (Archivos e Historia), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 211-231.

-----, “Franciscanos”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. C-I, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 273-280.

-----, “Implantação e desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal, séculos XIII-XVII” in *O Franciscanismo em Portugal, Actas do I-II Seminários*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 13-27.

MORENO, Humberto Baquero, “Uma aldeia medieval do termo da Guarda: a Vela”, *Tensões Sociais em Portugal na Idade Media*, Porto, Livraria Athena Editora, s.d., p.153-193.

-----, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, 2ª edição, 2 volumes, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979-1980.

-----, “O poder real e o Franciscanismo no Portugal medievo” in *O Franciscanismo em Portugal, Actas do I-II Seminários*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 87-96.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001.

-----, *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2005.

MOURÃO, Teresa, *Entre murmúrios e orações. Aspectos da vida quotidiana do Convento de Santa Clara-a-Velha através do espólio funerário (séculos XVI e XVII)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2004.

-----, *Santa Clara-a-Velha Reflexos do Património*, Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 2000.

Movimento religioso femminile e francescanesimo nel secolo XIII, Atti del convegno internazionale, Assisi 11-13 Ottobre 1979, Assisi, Soc. Int. di Studi Franciscani, 1980

Il movimento religioso femminile in Umbria nei secoli XIII-XIV. Atti del Convegno internazionale di studio nell'ambito delle celebrazioni per l'VIII centenario della nascita di S. Francesco d'Assisi, città di Castello, 27-28-29 ottobre, 1982, a cura di Roberto Rusconi, Spoleto, Regioni dell'Umbria - «La Nuova Italia» Editrice, 1984.

Las mujeres en el cristianismo medieval. Imágenes y cauces de actuación religiosa, ed. Angela Muñoz Fernández, Madrid, Asociación Cultural Al-Mdayna, 1989.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela, *Beatas e Santas Neocastellanas: ambivalencia de la religión correctoras del poder (ss XIV-XVII)*, Madrid, Comunidad de Madrid, Dirección General de la Mujer, 1994.

-----, “Un ejemplo femenino de gestión económica: el monasterio de San Pedro de Pamplona (1247-1339)”, *Príncipe de Viana*, XLIX, 1988 (anejo 8).

-----, *Mujer y Experiencia Religiosa en el Marco de la Santidad Medieval*, Madrid, Asociación Cultural Al-Mudayna, 1988.

MUSCHIOL, Gisela, “Time and Space. Liturgy and Rite in Female Monasteries of the Middle Ages”, in *Crown and Veil. Female monasticism from the fifth to the fifteenth centuries*, New York, Columbia University Press, 2008, p. 191-206.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação (1212-1279)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

Um Olhar sobre o Porto Medieval. Roteiro de Exposição, Porto, Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto—Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1999.

OLIGER, Livario, “Clarisse”, *Enciclopedia Cattolica*, vol. III, Florença, Sansoni, 1949, cols. 1771-1773.

-----, “De origine regularum Ordinis sanctae Clarae”, *Archivum franciscanum historicum*, 5, 1912, p. 181-209 e 413-447.

OLIVEIRA, Ana Maria Tavares Silva Rodrigues, *As Representações da Mulher na Cronística Medieval Portuguesa (séculos XII a XIV)*, Cascais, Patrimonia, 1997.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues, *Rainhas Medievais de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.

OLIVEIRA, António Resende de, *Depois do espectáculo trovadoresco: a estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos sécs. XIII e XIV*, Lisboa, Edições Colibri, 1994

OLIVEIRA, António Resende de, cf. VENTURA, Leontina

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, cf. DIAS, Jorge

OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de, *Organização do espaço e gestão de riquezas: Loures nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

OLIVEIRA, Luís Filipe, “Uma barregã régia, um mercador de Lisboa e as freiras de Santos” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 182-196.

-----, *A Casa dos Coutinhos. Linhagens, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999.

-----, “Entre a vila e a aldeia: A comunidade de Rio Maior na Idade Média” in *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio realizado de 13 a 14 de Março de 1998*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, p. 427-439.

OMAECHEVARRIA, Ignacio, *Las clarisas a través de los siglos*, Madrid, Ed. Cisneros, 1972.

-----, “Clarisse”, *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, Guerrino Pelliccia e Giancarlo Rocca (dir.), vol. 2, Roma, Edizione Paoline, 1975, col. 1116-1131.

-----, “Orígenes del monasterio de Santa Clara de Castrojeriz (Burgos)” in *Archivo Ibero Americano*, 26, 1966, p. 473-483.

Les Ordres mendiants et la ville en Italie centrale (v.1220-v.1350), Roma, École française de Rome, 1978.

ORLANDIS ROVIRA, José, *Estudios sobre Institutiones monásticas medievales*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1971.

PACAUT, Marcel, *Les Ordres monastiques et religieux au Moyen Age*, Paris, Fernand Nathan, 1970.

PAIVA, Jorge, “O Mondego e o convento de Santa-Clara-A-Velha”, *Munda*, nº 22, Coimbra, 1991, p. 3-16.

PAPI, Anna Benvenuti, «*In castro poenitentiae*». *Santità e società femminile nell'Italia Medievale*, Roma, Herder, 1990.

-----, “«Regularis Família»: Il Laicato alla ricerca della Vita Perfetta” in *Les Mouvances laïques des Ordres Religieux. Actes du troisième Colloque International du C.E.R.C.O.R. en collaboration avec le Centre International d'Études Romanes, Tournus, 17-20 Juin 1992*, Saint-Étienne, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 1996, p. 221-233.

PARIS, Gratien de, *Historia de la fundación y evolución de la orden de frailes menores en el siglo XIII*, Buenos Aires, Desclée de Brouwer, 1947.

PARISSE, Michel, “Les nonnes”, in *Moines et religieux au Moyen Age*, Paris, Éditions du Seuil, 1994, pp.187-201.

-----, *Les nonnes au Moyen Age*, Le Puy, éd. Christine Bonneton, 1983.

-----, “Des veuves au monastère” in *Veuves et veuvage dans le haut Moyen Age*, Paris, Picard, 1993, p. 255-274.

PASSINI, Jean, “Estructura de los espacios urbanos a lo largo del Camino de Santiago en la época medieval” in *El camino de Santiago y la sociedad medieval. Actas de la Reunión Científica. Logroño, 12 a 23 de Abril de 1999*, coordinador Javier García Turza, Logroño, Ediciones Instituto de Estudios Riojanos, 2000, p. 31-46.

PASTOR, Reyna, ALFONSO ANTON, Isabel, RODRÍGUES LÓPEZ, Ana, SÁNCHEZ LEÓN, Pablo, *Poder monástico y grupos domésticos en la Galicia foral (siglos XIII-XIV). La casa. La comunidad*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

-----, PASCUA ECHEGARAY, Esther, RODRÍGUES LÓPEZ, Ana, SÁNCHEZ LEÓN, Pablo, *Transacciones Sin Mercado: Instituciones, Propiedad y Redes Sociales en la Galicia Monástica. 1200-1300*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

PENCO, Gregorio, “Antico e nuovo nel mondo monastico femminile dei secoli XI-XIII” in *Benedictina – Rivista di Studi Benedittini*, ano 40, 1993, p. 281-295.

PEREIRA, Isaías da Rosa, “Algumas considerações sobre o papel da mulher na Idade Média”, *Actas do Colóquio A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, p.197-202.

PERNOUD, Régine, *Hildegarda de Bingen. Conscience inspirée du XII^e siècle*, Paris, Éd. du Rocher, 1994

-----, *La Vierge et les Saints au Moyen Âge*, Paris, Bartillat, 1998.

Petras Albas. El Monestir de Pedralbes i els Montcada (1326-1673). Guia-Catàleg, dirigido por Anna Castellano e Antoni Nicolau, Ajuntament de Barcelona, Edicions Hipòtesi SL, 2001.

PINA, Maria Isabel Castro, *A encosta ocidental da Serra da Estrela. Um espaço rural na Idade Média*, Cascais, Patrimonia, 1998.

-----, “Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média”, in *Penélope*, nº 12, 1993, p. 9-26.

PINTO, Margarida Isabel da Silva, *O Mosteiro de Odivelas no século XIV. Património e Gestão*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2000.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

-----, “D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII” in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Universidade do Porto, II série, vol. X, Porto, 1993, p. 91-101.

-----, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 volumes, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

-----, *Os patronos do mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família nobre – séc. XI a XIV)*, Ponte de Lima, edições Carvalho de Basto, 1995.

-----, “Pela Morte se conhece um pouco da Vida”. A propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, Mário Jorge Barroca (coord.), 2º volume, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 219-233.

-----, “Relações político-nobiliárquicas entre Portugal e Castela: o Tratado de Escalona (1328) ou dos “80 Fidalgos” in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Série de História*, 2ª série, vol. XV – 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. 1255-1277.

PIZARRO José Augusto de Sotto Mayor, Cf. DAVID, Henrique

POWER, Eileen, *Donne del Medioevo*, a cura di M.M. Postan, Milano, Jaca Book, 1995.

PRADALIÉ, Gérard, *Lisboa da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975.

-----, “Occupation du sol et cultures autour de Coimbra au XII^{ème} siècle”, in *Actas de las I Jornadas de Metodologia aplicada de las Ciencias Históricas*, vol. II, Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, 1975, p. 79-88.

QUEIRÓS, Paula Fernanda et alii, *Santa Clara-a-Velha – o quotidiano para além da ruína – primeiros resultados da investigação paleoecológica e arqueobotânica*, Lisboa, Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências do Instituto Português de Arqueologia, policopiado, 2006.

RAU, Virginia, “Os Brandões do Porto, uma fortuna do século XV”, in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 28-49.

-----, “A exploração e o comércio do sal em Setúbal - Estudo de história económica”, *Estudos sobre a história do sal português*, Lisboa, Presença, 1984, pp.33-231.

-----, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Presença, 1982.

RE, Niccolò del, “Patronato o Giuspatronato” in *Dizionario ecclesiastico*, dir. Angelo Mercati, Augusto Pelzer, vol. III, Turim, Unione Tipografico-editrice Torinese, 1958, p. 113-114.

REMA, Henrique Pinto, *A Família Franciscana na diocese de Lamego.no passado e no presente*, Lamego, Ed. da Câmara Municipal de Lamego, 2002.

-----, “Implantação do Franciscanismo em Portugal”, *Itinerarium*, Ano LI, nº 181-183, Janeiro-Dezembro, 2005, p. 265-296.

-----, “A Observância Franciscana na Península Ibérica (nos séculos XIV a XVI)” *Itinerarium*, ano XLIX, nº 175-176, Janeiro-Agosto, 2003, p. 61-96.

-----, “A ordem franciscana no Alentejo”, in *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora. Actas*, vol.1, Évora, Instituto Superior de Teologia-Seminário Maior de Évora, 1994, p. 361-388.

RÊPAS, Luís Miguel, “Entre o mosteiro e a cidade: o recrutamento social das «donas» de Odivelas” in *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, coord. por Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 232-238.

-----, “*Familiares e familiaritas* no mosteiro cisterciense de Arouca (séculos XIII e XIV) in *Olhares sobre a História. Estudos de Homenagem a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 501-515.

-----, “A fundação do mosteiro de Almoester: revisão de um problema cronológico” in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média, Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. II, 2003, p. 795-804.

-----, “Margarida Anes [Fafes de Lanhoso] (1272-1316). A Mulher, a Religiosa, a Gestora”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIV, Coimbra, 2000, p. 491-533.

-----, “O monaquismo cisterciense feminino, o mosteiro de Arouca e uma proposta de estudo prosopográfico”, *Itinerarium*, ano XLVII, nº 170, Maio-Agosto, 2001, p. 321-330.

-----, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Ed. Magno, 2003.

Reseña Historica de los monasterios de Clarisas en España y Portugal, vol. I, Ávila, Hermanas Clarisas de España, 1996.

RIBEIRO, João Carlos Taveira, cf. RODRIGUES, Ana Maria S. A.

RIBEIRO, Orlando, “Agricultura”, *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, volume I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, p.60-67.

-----, *Introduções geográficas à História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1977.

-----, *Portugal*, tomo V de *Geografía de España y Portugal*, dirigida por Manuel Terán, Barcelona, Montaner y Simón, 1955.

-----, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas*, 6ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991.

-----, “Relance da Evolução da Agricultura. Orientações” in *Opúsculos Geográficos*, vol. IV. *O Mundo Rural*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 33-47.

RIVERA GARRETAS, Milagros, “Religiosidad para mujeres/religiosidad para hombres: sexo y género en el modelo monástico de Fructuoso de Braga” in *Las mujeres en el cristianismo medieval. Imágenes y cauces de actuación religiosa*, ed. Angela Muñoz Fernández, Madrid, Asociación Cultural Al-Mdayna, 1989, p. 19-30.

RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida, “La formation et l'exploitation de la Collégiale de São Pedro de Torres Vedras (fin XIII - fin XV siècles)”, separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, volume XIX, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1983.

-----, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

-----, RIBEIRO, João Carlos Taveira, COSTA, Maria Antonieta Moreira da, MACIEL, Maria Justiniana Pinheiro, *Os capitulares Bracarenses (1245-1374): Notícias biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa-UCP, 2005.

RODRIGUES, Manuel Augusto, “Os Franciscanos e as Universidades” in *O Franciscanismo em Portugal, Actas do I-II Seminários*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p. 97-120.

RODRIGUES, Sebastião Antunes, *7º Centenário do Casamento de D. Dinis com a Princesa de Aragão D. Isabel. A Cultura da Rainha Santa*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1982.

RODRÍGUEZ, Mariano, “Agostiniane, Monache”, in *Enciclopedia Cattolica*, vol. I, Florença, Sansoni, 1949, cols. 501-502.

RODRÍGUEZ NUÑEZ, Clara Cristela, *Los conventos femeninos en Galicia, el papel de la mujer en la sociedad medieval*, Lugo, Disputación Provincial de Lugo, 1993.

-----, “El conventualismo femenino: las Clarisas” in *Espiritualidad, Órdenes Mendicantes y Franciscanismo, VI Semana de Estudios Medievales*, realizada em Najera, entre 13 de Julho e 4 de Agosto de 1995, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1996, p. 87-100

-----, “Espacio monastico, espacio claustral, apuntes sobre el modelo ideológico de comunidad femenina en la Baja Edad Media” in *Concepcións espaciais e estratexias na historia de Galicia*, Santiago de Compostela, Asociación Galega de Historiadores, 1993, p.117-138.

-----, “Santa Maria de Belvis: un convento mendicante femenino en la Baja Edad Media (1305-1400)”, in *Estudios mindonienses: Anuario de estudios histórico-teológicos de la diócesis de Mondoñedo-Ferrol*, n 5, 1989, p. 335-485.

ROLDÃO, Filipa, Cf. JORGE, Ana Maria C. M

ROSA, Maria de Lurdes, «*As almas herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2005.

-----, “A fundação do mosteiro da Conceição de Beja pela duquesa D. Featriz” in *O tempo de Vasco da Gama*, Diogo Ramda Curto (dir.), Lisboa, Difel, Lisboa, 1998, p. 265-270.

-----, *O Morgadio em Portugal sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Estampa, 1995.

-----, *Pero Afonso Mealha. Os bens e a gestão da riqueza de um proprietário leigo do século XIV*, Redondo, Patrimonia, 1995.

-----, “Quadros de Organização do poder nobre na baixa Idade Média. Estrutura familiar, patrimónios e percursos linhagísticos de quatro famílias de Portalegre”, *A cidade*, nº 6 (nova série), 1991, p.47-65.

-----, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos” in *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira Azevedo, Vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coordenado por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 423-505.

-----, “A Santidade no Portugal Medieval: Narrativas e trajectos de Vida”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, Tmo XIII-XIV, 2001-2002, p. 369-450.

-----, “Hagiografia e Santidade”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. C-I, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 326-361.

RUBIO, José-António, “«Donationes post-obitum» y «donationes reservatu usufructu» en la Edad Media de León y Castilla”, *Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo IX, 1932, pp. 1-31.

SÁ-NOGUEIRA, CF. JORGE, Ana Maria C. M.

Sainte Claire d’Assise et sa postérité. VIII centenaire de sainte Claire: actes du colloque de l’ U. N.E.S.C.O., de 29 de Setembro a 1 de Outubro de 1994, Nantes, Association Claire Aujour’hui, 1995.

SALRACH, Josep Maria, “Condados Catalanes y Corona de Aragón” in Juan Carrasco, Josep Maria Salrach, Julio Valdéron, Maria Jesús Viguera, *Historia de las Españas Medievales*, Barcelona, Crítica, 2002, p. 207-239.

SAMPAIO, Alberto, *As vilas do Norte de Portugal*, volume I de *Estudos históricos e económicos*, 2ª edição, Lisboa, Vega, s.d.

Santa Clara de Allariz. 7º Centenario da Fundación, Boletín A Vriense, Anexo 5, Ourense, Museo Arqueológico Provincial, 1986.

Santa Clara de Allariz. Historia y vida de un monasterio, Ourense, Rodi Artes Gráficas de Ourense, 2002.

Santa Clara e as Clarissas em Portugal. VIII Centenário do Nascimento de Santa Clara (1193-1194 – 1993-1994), Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

SANTOS, Ana Paula Pratas Figueira, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, 2 vols., dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2000.

SANTOS, Cândido dos, *Os Jerónimos em Portugal: Das origens aos fins do século XVII*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de História da Universidade, 1980.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

SANTOS, Pedro João Rodrigues dos, *O convento de São Francisco da Ponte*, dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1997.

SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de, “Les établissements religieux portugais et la généalogie médiévale”, *Actas do 17º Congresso Internacional de Genealogia e Heráldica*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1986, p.243-265.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Ed. Magno, 2003.

SCHREINER, Klaus, “Pastoral care in female monasteries. Sacramental services, Spiritual edification, Ethical discipline” in *Crown and Veil. Female Monasticism from the fifth to the fifteenth centuries*, edited by Jeffrey F. Hamburger and Susan Marti, New York, Columbia University Press, 2008, p. 225-244.

SCHNEIDER Reinhold, *Santa Isabel da Hungria (Santa Isabel da Turíngia)*, Castelo Branco, Evoramons Editores, 2005.

SHAHAR, Shulamith, *The fourth estate. A history of women in the Middle Ages*, Londres, Routledge, 1983.

SILVA, A. Vieira da, *A cerca fernandina de Lisboa*, 2ª edição, 2 volumes, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

-----, “O termo de Lisboa”, *Dispersos*, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp.33-103.

SILVA, Carlos Manuel Guardado da, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora. A Comunidade regrente e o património rural (XII-XIII)*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

SILVA, Manuela Santos, *Estrutura urbanas e administração concelhia – Óbidos Medieval*, Caiscais, Patrimonia, 1997.

-----, “Óbidos”, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*, organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Amélia Aguiar Andrade, volume I, Lisboa, Universidade Nova, 1990, pp.61-63.

-----, *A região de Óbidos na época Medieval*. Estudos, Óbidos, Património Histórico, Grupo de Estudos, 1994.

SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e, *O costumeiro de Pombeiro. Uma comunidade beneditina no século XIII*, Lisboa, ed. estampa, 1997.

SILVA, Maria João Oliveira e, cf. CUNHA, Maria Cristina Almeida e

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da, *Aveiro Medieval*, Aveiro, Câmara Municipal, 1991.

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da, *Esgueira e as suas Gentes. A Vida de uma Aldeia do Século XVI*, Cascais, Patrimonia, 1994.

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da, cf. VILAR, Hermínia Maria Vasconcelos Alves.

SILVA, Paulo Jorge de Sousa Santos, *Uma reencarnação monástica: do mosteiro de Rio Tinto ao mosteiro da Avé Maria do Porto*, 2 vols., dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 2002.

SILVEIRA, Luís, *Os três poderes de uma causa pia na Idade Média portuguesa: o exemplo do hospital dos Inocentes em Santarém*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta, policopiada, Lisboa, 2009.

“Soalhães (D. João Martins de)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 29, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, s/d., p. 304-305.

SOUSA, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 Volumes, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

-----, “1325-1480”, in *História de Portugal*, coordenada por José Mattoso, vol. II, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, p. 310-556.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

-----, *Os Pimentéis: Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa, séculos XIII-XIV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

-----, *A propriedade das albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

SOUSA, Cristina André de Pina e, GOMES, Saul António, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Leiria, Ed. Magno, 1998.

SOUSA, Ivo Carneiro de, “A rainha D. Leonor e a introdução da reforma colectina da Ordem de Santa Clara em Portugal” in *Las Clarisas en España y Portugal. Actas do Congresso Internacional*, Salamanca, 20-25 de Setembro de 1993, vol. II/2 (Archivos e Historia), Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 1994, p. 1033-1071

-----, *A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SOUSA, João José Abreu de, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1991.

SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

SOUSA, José João Rigaud de, cf. MONTEIRO, Maria Teresa.

SPEAR, Valerie G., *Leadership in Medieval English Nunneries. Studies in the History of Medieval Religion*, vol. XXIV, Woodbridge, The Boydell Press, 2005.

TAVARES, Maria José Ferro, “A moeda portuguesa de 1245 a 1383”, *História de Portugal*, dirigida por José Hermano Saraiva, vol. 3, Lisboa, Ed. Alfa, 1982, p. 271-281.

-----, “A moeda portuguesa de 1383 a 1481”, *História de Portugal*, dirigida por José Hermano Saraiva, vol. 3, Lisboa, Ed. Alfa, 1982, p. 283-291.

-----, “A Mulher e sua condição na Idade Média Portuguesa: da Legislação à Realidade”, *Estudos sobre as Mulheres*, org. Maria Beatriz Nizza da Silva e Anne Cova, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, p. 67-83.

-----, “Os sinais dos tempos: para o estudo do clima e do litoral português (séculos XII a XVI)” in *Evolução Geohistórica do litoral português e fenómenos correlatos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*, Actas do colóquio de 3 e 4 de Junho de 2004, Lisboa, Universidade Aberta, 2004, p. 451-515.

Cf. FERRO, Maria José Pimenta

TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia, *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal (séculos XIII-XIV)*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, policopiada, Faro, 2008.

-----, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, 2 volumes, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 1990.

TEIXEIRA, Victor Rui Gomes, *O Maravilhoso no Mundo Franciscano Português na Baixa Idade Média*, Porto, Granito, 1999.

-----, *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517). História, Cultura e Património de uma experiência de Reforma Religiosa*, 3 volumes, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, Porto, 2004.

TELLES, Inocêncio Galvão, *Apontamentos para a História do Direito das Sucessões portuguesas*, Lisboa, s.n., 1963.

TOMÉ, Manuela Maria Justino, *Mosteiro de São Dinis de Odivelas: estudo histórico-arquitectónico: acções para a salvaguarda do património edificado*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Évora, policopiada, Évora, 1995.

TORGAL Luis Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

TRINDADE, Luísa, *A casa corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal, 2002;

TRINDADE, Maria José Lagos, “Aspectos do aproveitamento agrário de Entre Douro e Minho nos séculos XI a XIII - O mosteiro de Cete”, *Estudos de História medieval e outros*, Lisboa, Faculdade de Letras-História e Crítica, 1981, p.177-189.

-----, GASPARD, Jorge, “A utilização agrária do solo em torno de Lisboa, na Idade Média, e a teoria de Von Thunen”, *Estudos de História medieval e outros*, Lisboa, Faculdade de Letras-História e Crítica, 1981, p. 231-240.

TUNC, Suzanne, *Les femmes au pouvoir. Deux abbesses de Fontevraud aux XII et XVII siècles*, Paris, Éditions du Cerf, 1993.

VAIRO, Giulia Rossi, “Isabella D’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di Santa Clara e Santa Isabel di Coimbra (1286-1336)”, in *Collectanea Franciscana*, 71 (1-2), 2001, p. 139-170.

VAL, U. D. del, “Leandro de Sevilla” in *Diccionario de Historia Ecclesiastica de España*, Quintin Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez, Jose Vives Gatell (dir.), vol. II, Madrid, Instituto Enrique Florez (CSIC), 1972, p. 1273-1274.

VALVEKENS, J. V., “Canonichesse” in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, Guerrino Pelliccia e Giancarlo Rocca (dir.), vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, cols. 24-27.

VAN BATH, B. H. Slicher, *História agrária da Europa Ocidental (500-1850)*, Lisboa, Presença, 1984.

VARANDAS, Carla Patrícia Rana, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra das origens ao final do século XIV: estudo económico e social*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 vols., policopiada, Coimbra, 1999.

VARANDAS, José Manuel Henriques, *Monacato feminino e domínio rural; o património de Santa Maria de Almoester no século XIV*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada, Lisboa, 1994.

VASCONCELOS, António de, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, 2 volumes, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993.

VAUCHEZ, André, “Charité et pauvreté chez sainte Élisabeth de Thuringe d’après les actes du procès de canonisation” in *Études sur l’histoire de la pauvreté, Moyen Age-XVI^e siècle*, sob a direcção de M. Mollat, vol. I, Paris, Publications de la Sorbonne, 1974, p. 163-175.

-----, *A espiritualidade da Idade Média Ocidental séc. VIII-XIII*, Lisboa, Estampa, 1995.

-----, *Mouvements franciscains et société française (XII^e-XX^e siècle)*, Paris, Beauchesne, 1982.

-----, *Ordini mendicanti e società italiana XIII-XV secolo*, Milão, Il Saggiatores, 1990.

-----, “Saint François d’Assise”, in *Moines et religieux au Moyen Age*, Paris, Éditions du Seuil, 1994, p. 245-263.

VENTURA, Leontina, *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

-----, *A nobreza de corte de D. Afonso III*, 2 volumes, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992.

-----, GOMES, Saúl António, “Leiria na crise de 1245-1248. Documentos para uma revisão crítica”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVIII, Coimbra, 1993, p. 159-197.

-----, OLIVEIRA, António Resende de, “Os Briteiros (séculos XII-XIV). Trajectória social e política” in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, Coimbra, 1995, p. 71-102.

VENTURA, Leontina, cf. COELHO, Maria Helena da Cruz

VERDON, Jean, *Les femmes en l’An Mille*, Paris, Perrin, 1999.

VIANA, Mário, “Alguns Preços de Vinho em Portugal (séculos XIV-XVI)”, *Arquipélago. História*, 2ª série, V, 2001, p. 605–625.

-----, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

-----, “Uma perspectiva do património de duas Colegiadas de Santarém”, *Media Aetas*, nº 2, Ponta Delgada, Patrimonia, 1999, p.79-101.

-----, *Os Vinhedos Medievais de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998.

VICENTE, António Maria Balcão, *Santa Maria de Aguiar – um mosteiro de Fronteira. Património rural e paisagem agrícola (séculos XII-XIV)*, Figueira de Castelo Rodrigo, Câmara Municipal, 1997.

VIGÁRIO, Rafael Marques, *O Mosteiro de Arouca no século XV: 1400-1437: a comunidade e o património*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2007.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, *Abrantes Medieval séculos XIV-XV*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1988.

”Despesas de reconstrução de um lagar de vinho na Idade Média portuguesa”, *Media Aetas*, nº 1, Ponta Delgada, 1991, p. 37-50.

-----, *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1999.

-----, *A Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa (1300-1500)*, Redondo, Patrimonia, 1995.

-----, BRANCO, Marta Castelo, “Servir, gouverner et leguer: L’ évêque Geraldo Domingues”, in *A Igreja e o Clero português no contexto europeu. Colóquio Internacional*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 93-116.

-----, SILVA, Maria João Violante Branco Marques da, “A Fundação do Mosteiro de Odivelas” in *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I, Ourense, Monte Cassino, 1994, p. 589-601.

-----, SILVA, Maria João Violante Branco Marques da, “A quintã de Ouca no património do Mosteiro de Jesus de Aveiro no final do século XV” in *Actas do I Congresso internacional del monacato femenino en España, Portugal y America. 1492-1992*, tomo II, León, Servicio de Publicaciones Universidad de León, 1993, p. 687-700.

VOLTI, Panayota, *Les couvents des ordres mendiants et leur environnement à la fin du Moyen Âge*, Paris, CNRS Editions, 2003.

WEBSTER, Jill R., *Els Franciscans Catalans a Lédar Mitjana, Els primers menorets I menoretas a la Corona d’Aragó*, Lleida, Pagès Editors, 2000.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

WOOD, Jeryldene M., *Women, Art and Spirituality – The Poor Clares of Early Modern Italy*, Cambridge University Press, 1996.

YORKE, Barbara, *Nunneries and the Anglo-Saxon royal houses*, Londres-Nova Iorque, Continuum, 2003.

ZINSSER, Judith P., cf. ANDERSON, Bonnie S.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

APÊNDICES

I. Um olhar sobre as freiras do convento: as microbiografias

As pequenas fichas biográficas que a seguir se apresentam fazem parte do capítulo que analisa a realidade conventual das clarissas, a vida de cada freira, no interior da comunidade a que pertence, a família e os percursos individuais. As notícias, dispostas por ordem alfabética do nome da freira, organizam-se da seguinte forma: O nome da freira; A situação religiosa na comunidade, com os anos em que se encontra referida na documentação; A família da freira; O percurso no interior da comunidade (património e vida social e religiosa), organizado de forma cronológica.

A intenção é, essencialmente, dar uma visão global dos conventos estudados, aduzindo, sempre que possível, alguns elementos coligidos em documentação e prosopografias/microbiografias de outros mosteiros, bem como a fundamentação fornecida pelos Livros de Linhagens e estudos genealógicos que se debruçam sobre a época. Os dados fornecidos por este olhar sobre as monjas são utilizados ao longo do trabalho, especialmente no capítulo sobre a comunidade, em que são fundamentados e inter-relacionados com outros.

A. CONVENTO DE SANTA CLARA DE SANTARÉM

1. ALDA RODRIGUES [DA AZAMBUJA]

Dona Professa (1362²¹⁶⁵)

Filha de Teresa Rodrigues da Nóbrega²¹⁶⁶ e de Pedro Rodrigues, que foi alcaide da Azambuja²¹⁶⁷. Irmã de Gonçalo Rodrigues, alcaide e senhor da Azambuja²¹⁶⁸, casado com Isabel Eanes²¹⁶⁹, e de Pedro Rodrigues e Gil Afonso (ambos, igualmente, alcaides de Azambuja²¹⁷⁰) e de Branca Rodrigues, freira do mesmo mosteiro²¹⁷¹.

Em 1362²¹⁷², com consentimento da abadessa, Teresa Mendes de Vasconcelos, recebe os bens do seu pai, na Azambuja e termo²¹⁷³.

²¹⁶⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 712=Mç. 13, doc. 952.

²¹⁶⁶ Segundo o Livro de Linhagens (26M6; 70D6), Alda Rodrigues, filha de Pedro Rodrigues e de Teresa Rodrigues da Nóbrega, foi a primeira mulher de Gil Martins Barreto, de quem teve uma filha, Dona Beatriz Gil.

²¹⁶⁷ “....este Pero Rodrigues, alcaide da Azambuja, foi casado com dona Tareija Rodriguez, filha de Rui Fernandez, cavaleiro da Nhouvrega, parente de dom Joham d’Avoim”. In *LL70A5*.

²¹⁶⁸ Em 1334, este é referido como sendo alcaide da Azambuja.

²¹⁶⁹ In *LL70A6* não tem o nome dela, mas diz que é filha de Estêvão Esteves Carrinho de Évora.

²¹⁷⁰ Assim referido, em 1337. O irmão, Gil Afonso e o pai (já falecido, nesta data) são indicados como tendo sido alcaides da Azambuja, na mesma data in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 956 a 959.

²¹⁷¹ Em *LL70A5* refere-se a existência de mais dois irmãos: Lopo e Beatriz Rodrigues, mas não se fala de Gil Afonso nem de Branca Rodrigues.

²¹⁷² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc.712=Mç. 13, doc. 952.

²¹⁷³ Estes bens estavam na posse de Fernão Rodrigues, prior de Santa Maria da Alcáçova, que os tinha comprado ao pai da freira. Este tinha realizado uma venda fictícia apenas com o objectivo de lhe pagar uma dívida. A freira, sua herdeira, faz valer os seus direitos e o mosteiro entrega ao prior os frutos e novos das referidas propriedades enquanto toma posse delas.

2. ALDONÇA EANES DO CASAL

Dona Professa (1370²¹⁷⁴; 1375²¹⁷⁵)

Dona (1380²¹⁷⁶)

Freira (1382²¹⁷⁷)

Filha de João Martins do Casal²¹⁷⁸, cavaleiro e de Estevainha Esteves²¹⁷⁹. Irmã de Constança Eanes, também freira de Santa Clara de Santarém.

Em 1370²¹⁸⁰, Aldonça e a irmã Constança fazem uma composição com Vasco Lourenço²¹⁸¹, relativamente a uma demanda que tinham por causa da herança do pai.

No mesmo ano²¹⁸², a abadessa e o convento vendem a Álvaro Pais, vassalo do rei e vedor da sua chancelaria, uma quinta que foi do pai destas freiras, em Tourinha, termo de Torres Vedras, pela quantia de 2 000 libras de dinheiros portugueses.

Em 1375²¹⁸³, em conjunto com a freira Maria Eanes, é procuradora do mosteiro, numa causa relativa a casas na Rua Direita da Porta dos Manços, em Santarém. Estas haviam sido doadas, à comunidade, em testamento, por Domingas Eanes, e eram agora

²¹⁷⁴ TT, *Mosteiro do Salvador de Lisboa*, Mç. 23, doc. 446 e ADS, *Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 4.

²¹⁷⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 344 e 345.

²¹⁷⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 840 e Mç. 12, doc. 881.

²¹⁷⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, 9, 529 e 530.

²¹⁷⁸ Este é filho de uma ligação amorosa de Martim Peres do Casal com Maria Peres.

²¹⁷⁹ TT, *Mosteiro do Salvador de Lisboa*, Mç. 23, doc. 446.

²¹⁸⁰ ADS, *Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 4.

²¹⁸¹ Entretanto, em 1370, já tendo morrido João Martins do Casal, Estevainha Esteves casara com Vasco Lourenço da Tourinha, escudeiro in ADS, *Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 4.

²¹⁸² TT, *Mosteiro do Salvador de Lisboa*, Mç. 23, doc. 446.

²¹⁸³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 344 e 345.

disputadas por Álvaro Esteves que, à força, as retinha para si. Após a sentença favorável ao mosteiro, as freiras tomam posse das referidas casas.

Em 1380²¹⁸⁴, em conjunto com Catarina Martins, paga a dízima a Gonçalo Domingues, cónego de Lisboa e colector em nome do papa Gregório XI, protestando, no entanto, porque o mosteiro estava isento deste pagamento e dizendo que as 70 libras que entregavam lhes deviam ser devolvidas.

Dois anos depois²¹⁸⁵, recebe a doação de uma casa na Rua da Praça de S. Nicolau em Santarém, de Maria Sanches, que vive²¹⁸⁶ no mosteiro de Santa Clara.

3. ALDORA

Dona Professa (a. 1407²¹⁸⁷)

Em 1407²¹⁸⁸, D. João I concede ao mosteiro de Santa Clara que este mantenha os bens que lhe ficaram por morte de D. Aldora, que são 15 estis de herdade num reguengo em Valada²¹⁸⁹. O cenóbio, entretanto, já vendera os outros bens da dona que eram: 10 estis além do rio, uma quinta em Nabais e uma vinha na do Painho, termo de Óbidos.

4. ANA

²¹⁸⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 840.

²¹⁸⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 529 e 530.

²¹⁸⁶ Refere-se à freira “com que eu vivo” e diz que faz esta doação “por haver maior talante de mo fazer ao diante”.

²¹⁸⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 31.

²¹⁸⁸ *Ibidem*.

²¹⁸⁹ Estes bens são enunciados num rol de propriedades do mosteiro (sem data). Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 549.

Dona (a. 1319²¹⁹⁰)

Mãe de Clara Afonso²¹⁹¹, também freira de Santa Clara de Santarém²¹⁹².

Num testamento²¹⁹³ recebe 5 libras para rezar pela benfeitora.

5. AUSENDA ESTEVES

Dona (1288²¹⁹⁴)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

6. BEATRIZ AFONSO

Dona (1374²¹⁹⁵)

Freira (1378²¹⁹⁶)

Prima de Catarina Martins, dita galinheira²¹⁹⁷.

Em 1374²¹⁹⁸, refere-se um olival que tem em Santarém, abaixo de S. Domingos.

²¹⁹⁰ Referida em TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 495 e 496.

²¹⁹¹ Cf. *Ibidem*.

²¹⁹² Sobre esta dona, ver ficha de Clara Afonso, sua filha.

²¹⁹³ Este testamento é um documento truncado, sem princípio nem fim, pelo que não se sabe quem o fez, apenas que é uma mulher casada com Aires Afonso. Também não se conhece a data, mas pelos bens concedidos, deve ser do início do século XIV in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 217.

²¹⁹⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532.

²¹⁹⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 367.

²¹⁹⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 870.

²¹⁹⁷ *Ibidem*.

Em 1378²¹⁹⁹, é testamenteira e herdeira da prima, com o encargo de “distribuir e despendar os seus bens por sua alma”. Esta manda-se sepultar em Santa Clara e doa casas para a sacristia do convento.

7. BEATRIZ AIRES

Religiosa (1345²²⁰⁰)

Em 1345²²⁰¹, com o filho, Aires Gonçalves, requer a João Navalha, porteiro do rei que cumpra uma carta de obrigação e de execução dos bens de João Afonso de Benavente e sua mulher, Margarida Lourenço. O que o porteiro recusa fazer devido ao embargo das referidas propriedades.

8. BEATRIZ FERNANDES

Dona (a de 1302²²⁰²)

D. Dinis dá uma carta²²⁰³ a esta freira a fim de que possa comprar 500 libras de herdades para o mosteiro, na vila de Santarém e em seu termo. Tendo morrido a freira, o mesmo rei²²⁰⁴ concede à comunidade a possibilidade de comprar bens de raiz, no valor de 870 libras (500 por causa da doação a dona Beatriz e 370 que sobram de outro privilégio, concedido pelo monarca ao convento).

²¹⁹⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 367.

²¹⁹⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 870.

²²⁰⁰ Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, nº 9.

²²⁰¹ Cf. *Ibidem*.

²²⁰² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 679 e 680.

²²⁰³ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 480 (documento truncado e sem data).

²²⁰⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 679 e 680.

9. BEATRIZ GONÇALVES DE OLIVEIRA

Abadessa (1400-1422²²⁰⁵)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

10. BERINGELA AFONSO

Dona (1336-1337²²⁰⁶)

Irmã de Catarina Afonso, que foi dona do mosteiro²²⁰⁷.

Em 1336²²⁰⁸, a freira pede ao rei Afonso IV que lhe conceda licença para tomar posse de uma herdade em Toxe que lhe ficou por morte de sua irmã, Catarina Afonso, também freira do mosteiro.

Em 1337²²⁰⁹, a abadessa e o convento executam o que o rei outorga, com a condição da freira usufruir do bem e dos seus frutos, durante a vida e, à sua morte, ser vendido a um leigo.

11. BRANCA LOURENÇO TAVEIRA

Abadessa (1331²²¹⁰)

²²⁰⁵ Entre outras referências: TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 723 e 724 (1400); Mç. 11, doc. 728 (1405 e 1411).

²²⁰⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 960 e 961.

²²⁰⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 960 e 961.

²²⁰⁸ *Ibidem*.

²²⁰⁹ *Ibidem*.

Esta abadessa será, possivelmente, filha de Lourenço Gonçalves Taveira e de Maria Eanes e irmã de Gomes Lourenço, Constança Lourenço e Inês Lourenço. O irmão é casado com Catarina Eanes, irmã do chanceler Estêvão Eanes²²¹¹.

12. BRANCA PERES

Dona (1380²²¹²)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

13. BRANCA RODRIGUES DA AZAMBUJA

Religiosa (1367²²¹³)

Dona Professa (1354²²¹⁴ - a. 1370²²¹⁵)

Filha de Teresa Rodrigues e de Pedro Rodrigues, que foi alcaide da Azambuja. Irmã de Pedro Rodrigues (alcaide de Azambuja²²¹⁶), Gil Afonso (também foi alcaide da Azambuja), Gonçalo Rodrigues, alcaide e senhor da Azambuja²²¹⁷, casado com Isabel Eanes e de Alda Rodrigues, freira do mesmo mosteiro.

²²¹⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 346.

²²¹¹ In *LLXLII; LLX8-9*. Neste título não se refere a existência de Branca Lourenço.

²²¹² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 881.

²²¹³ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº 5.

²²¹⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 5, doc. 158.

²²¹⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 25; Mç. 14, doc. s/nº, Liv. 24, fls. 26-26 v; *Chancelaria de D. Fernando*, Liv. 1, fl. 61 v.

²²¹⁶ Assim referido, em 1337. O irmão, Gil Afonso e o pai (já falecido, nesta data) são indicados como tendo sido alcaides da Azambuja, na mesma data in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 956 a 959.

²²¹⁷ Em 1334, este é referido como sendo alcaide da Azambuja e Branca Rodrigues ainda não é dita freira, pois estava, possivelmente, casada, mas não se sabe com quem.

Em 1354²²¹⁸, em conjunto com a abadessa e o convento, faz seu procurador Nuno Rodrigues, escrivão do reguengo régio, para que este possa vender os seus haveres. No mesmo ano vende as suas fazendas²²¹⁹ na Azambuja e seu termo a Pedro Afonso da Porta da Valada que, dois anos depois²²²⁰, confessa não ter dinheiro para as pagar (1 500 libras), voltando os bens à posse do mosteiro.

Em 1367²²²¹, D. Fernando concede-lhe licença para tomar posse de umas casas no Mogadouro que lhe ficaram por morte do marido.

Em 1370²²²², tendo a freira já morrido, D. Fernando, a pedido da comunidade outorga-lhe o privilégio de ficarem com uma herdade que a freira possuía em Azambuja (que valia 450 libras), para “provisão da enfermaria”.

14. CATARINA

Freira (1388²²²³)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

15. CATARINA AFONSO

Dona (a. 1336²²²⁴)

²²¹⁸ Cf. *TT, OFM, PP, SCS*, Mç. 5, doc. 158.

²²¹⁹ Estes bens a freira possui-os com o convento. A venda pode ser resultado das leis de desamortização ou de partilhas. No entanto, muitos bens desta freira ficam ainda ao convento, como se pode ver pela documentação posterior.

²²²⁰ Cf. *TT, OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 466.

²²²¹ *ADS, Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº 5.

²²²² *TT, OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 25; Mç. 14, doc. s/nº; Liv. 24, fls. 26-26 v; *TT, Chancelaria de D. Fernando*, Liv. 1, fl. 61 v.

²²²³ *TT, OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 612 e 613.

Irmã de Beringela Afonso, também freira do mosteiro de Santarém²²²⁵.

Possui uma herdade em Toxe, no Pereiro²²²⁶. Em 1336²²²⁷, já tinha falecido.

16. CATARINA ESTEVES [DA ROCHELA]

Religiosa (1326²²²⁸)

Filha de Francisco Esteves da Rochela e irmã de Maria Esteves (esta também freira de Santarém), João Esteves, Vasco Esteves, o chantre de Ourém, e Vicente Esteves²²²⁹.

Em 1326²²³⁰, Domingos Nunes, clérigo e capelão de Santa Clara de Santarém²²³¹, como procurador desta freira e da irmã, recebe o que lhes cabe na partilha dos bens do pai, a saber seis tendas de feira (em Évora) e umas casas.

17. CATARINA MARTINS

Dona (1380²²³²)

²²²⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 960 e 961.

²²²⁵ *Ibidem*.

²²²⁶ *Ibidem*.

²²²⁷ *Ibidem*.

²²²⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 743 e 744.

²²²⁹ *Ibidem*.

²²³⁰ *Ibidem*.

²²³¹ Vidé Quadro dos Dependentes do Mosteiro de Santa Clara de Santarém.

²²³² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 840.

Em 1380²²³³, em conjunto com Aldonça Eanes, paga a dízima a Gonçalo Domingues, cónego de Lisboa e colector em nome do papa Gregório XI, protestando, no entanto, porque o mosteiro estava isento deste pagamento e dizendo que as 70 libras que entregavam lhes deviam ser devolvidas.

18. CATARINA MENDES

Abadessa (1349²²³⁴)

Em 1349²²³⁵, empraça uma quinta, no termo de Óbidos, que foi de Maria Esteves Mafarra, e uns casais em Alpriate, termo de Lisboa.

19. CLARA AFONSO

Freira (1316²²³⁶; 1326²²³⁷; 1328²²³⁸)

Dona (1319²²³⁹)

Menoreta (1320²²⁴⁰)

Filha de Ana, também freira de Santa Clara de Santarém²²⁴¹.

²²³³ *Ibidem*.

²²³⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 745 e 746.

²²³⁵ *Ibidem*.

²²³⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 899 e 900.

²²³⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 903 e 904.

²²³⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 675 e 676.

²²³⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 495 e 496.

²²⁴⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 899 e 900.

Num testamento, não datado²²⁴², recebe 5 libras para que reze pela benfeitora.

Em 1319²²⁴³, faz uma composição com a abadessa Marinha Martins Sobrada para que o convento fique com um olival para a sacristia do mosteiro, com a condição de que mantenha uma lâmpada na sacristia para iluminar o Corpo de Deus e tenha cera para as candeias. Este olival é onde chamam Pé de Aranha e foi da mãe de Clara.

Em 1320²²⁴⁴, doa ao cenóbio 8 estis de herdade em Valada²²⁴⁵, no reguengo das Donas e uma vinha, olival e almuinha em Valbom, termo de Santarém, reservando o usufruto em vida. Os bens, à sua morte, devem ficar para o mosteiro. D. Dinis, por carta de três de Novembro de 1316²²⁴⁶ concede a licença para a realização desta doação e D. Afonso IV, confirma-a em 16 de Junho de 1328²²⁴⁷.

Em 1326²²⁴⁸, a abadessa (Marinha Martins Sobrada) volta a receber dela um olival com uma vinha e árvores na Infesta dos Galhardos, Rego, Santarém. Por tudo isto no convento se deve, em véspera de lava-pés (Quinta-feira Santa), cantar uma missa de *requiem* por alma de sua mãe e sete salmos e que "saíam sobre ela" como de aniversário. Em contrapartida, enquanto a freira for viva, deve fazer às freiras do convento "conhecença" por dia de lava-pés, de pão, vinho e pescado e dar saias aos pobres. Após a morte de Clara todos os seus bens devem ficar à vestiaria por sua alma e de sua mãe, Ana.

²²⁴¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 217 e Mç. 8, doc. 495 e 496.

²²⁴² Este testamento é um documento truncado, sem princípio nem fim, pelo que não se sabe quem o fez, apenas que é uma mulher casada com Aires Afonso. Também não se conhece a data, mas pelas doações, deve ser do início do século XIV in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 217.

²²⁴³ T, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 495 e 496. Este documento tem o selo da abadessa.

²²⁴⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 899 e 900.

²²⁴⁵ Referidos num rol de propriedades do mosteiro, não datado in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 549.

²²⁴⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 899 e 900.

²²⁴⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 675 e 676.

²²⁴⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 903 e 904.

Num documento não datado do século XIV²²⁴⁹, a abadessa e convento mandam dizer uma missa de Santa Maria de Fevereiro por Clara “sua irmã e companhoa”, por todas as coisas que dela receberam e pelo olival de sua mãe. Indicando que a freira já teria falecido, mandam que os seus bens sejam entregues à vestiaria e se dê a pitação às freiras em dia de lava-pés e de Santa Clara, para sempre.

20. CLARA EANES

Freira (1347²²⁵⁰)

Em 1347²²⁵¹, recebe 110 libras de Marinha Eanes, para poder professar.

21. CONSTANÇA EANES

Dona (1321²²⁵²)

Filha de João Ramos e de Maria Peres²²⁵³.

22. CONSTANÇA EANES DO CASAL

Dona Professa (1370²²⁵⁴)

²²⁴⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 923 e 924.

²²⁵⁰ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, nº 11.

²²⁵¹ *Ibidem*.

²²⁵² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 316.

²²⁵³ *Ibidem*.

²²⁵⁴ TT, *Mosteiro do Salvador de Lisboa*, Mç. 23, doc. 446 e ADS, *Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 4.

Filha de João Martins do Casal, cavaleiro e de Estevainha Esteves²²⁵⁵. Irmã de Aldonça Eanes, também freira de Santa Clara de Santarém.

Em 1370²²⁵⁶, Constança e a irmã, Aldonça fazem uma composição com Vasco Lourenço²²⁵⁷ relativamente a uma demanda que tinham por causa da herança do pai.

No mesmo ano²²⁵⁸, a abadessa e o convento vendem a Álvaro Pais, vassalo do rei e vedor da sua chancelaria, uma quinta que foi dos pais, em Tourinha, termo de Torres Vedras, pela quantia de 2 000 libras de dinheiros portugueses.

23. CONSTANÇA GIL

Freira Professa (1347²²⁵⁹)

Dona (1357²²⁶⁰)

Filha de Gil Martins²²⁶¹, mercador de Sesarigo (Alvisquer)²²⁶² e irmã de João Gil, mercador, casado com Margarida Martins²²⁶³, e de Gil Martins.

Em 1335²²⁶⁴, faz partilhas de bens com os seus dois irmãos, dando-lhe estes, em primeiro lugar, a quitação de tudo o que a freira recebera do pai e da mãe, à entrada na

²²⁵⁵ TT, *Mosteiro do Salvador de Lisboa*, Mç. 23, doc. 446.

²²⁵⁶ ADS, *Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 4.

²²⁵⁷ Entetanto, em 1370, já tendo morrido João Martins do Casal, Estevainha Esteves casara com Vasco Lourenço da Tourinha, escudeiro in ADS, *Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 4.

²²⁵⁸ TT, *Mosteiro do Salvador de Lisboa*, Mç. 23, doc. 446.

²²⁵⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 868.

²²⁶⁰ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 1.

²²⁶¹ Sobre este mercador: Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, p. 108 e 118.

²²⁶² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 906 a 909.

²²⁶³ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 548.

ordem e à profissão na mesma, por 60 libras (trinta para cada um)²²⁶⁵. Realiza-se então a partilha, recebendo a freira, por morte do pai, através do seu procurador Frei Gonçalo Eanes, freire do Hospital, uma adega com seus apetrechos, em Fonte Santa (Seserigo) e duas vinhas em Alvisquer.

Em 1347²²⁶⁶, referem-se bens que a abadessa e convento deviam de ter "em nome de " Constança Gil.

Em 1357²²⁶⁷, Álvaro Esteves, tabelião de Santarém, dá ao mosteiro e a esta dona quitação de dinheiros que lhe deviam, pelo facto daquele ter sido seu procurador em várias demandas, possivelmente por causa das partilhas feitas com os irmãos.

Num rol de propriedades do mosteiro²²⁶⁸, não datado, referem-se 4 estis e meio na Valada "que foram" de Constança Gil.

24. CONSTANÇA MARTINS

Freira (1395²²⁶⁹)

Prima de Maria Eanes, que foi mulher de Pedro Coelho²²⁷⁰.

Em 1395²²⁷¹, recebe da referida Maria Eanes, em testamento, 5 estis e meio de herdade de pão na Valada (Caparota), por sua alma, da sua irmã e do seu marido, com a

²²⁶⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 906 a 909.

²²⁶⁵ Este documento evidencia o que temos vindo a afirmar, ou seja, os direitos iguais de todos os filhos à herança dos pais. Revela-se, assim, o que possivelmente se passa com todas as freiras, que à entrada no convento entregam um dote ao mesmo, mas continuam a ter direito à herança dos pais, nela descontando aquilo que já anteriormente receberam (quer pela entrada no convento quer por casamento).

²²⁶⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 868.

²²⁶⁷ Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, n° 1.

²²⁶⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 549.

²²⁶⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 10, doc. 635 a 644.

²²⁷⁰ *Ibidem*.

condição de que morrendo a freira fique tudo ao mosteiro. Dias depois, o procurador do cenóbio toma posse dos bens. Mas, no caso da freira precisar de dinheiro para vestir ou para outros negócios, tem o direito de vender a propriedade.

25. CONSTANÇA PERES DO CASAL

Freira Professa (1390²²⁷²; 1392²²⁷³)

Filha de Pedro Esteves do Casal²²⁷⁴ e de Catarina Domingues. Irmã de Teresa Peres, casada com Gomes Eanes, falcoeiro e vassalo do rei²²⁷⁵ e sobrinha de Gonçalo Esteves do Casal²²⁷⁶, escudeiro, morador em Santarém, que é também o seu tutor e representante.

Em 1379²²⁷⁷, partilha²²⁷⁸ com a sua irmã, à época já casada, as casas de morada com sua adega que foram do pai, sitas em Santarém, na Rua de Santo Estêvão. À freira ficam duas casas, uma adega com a câmara das ditas casas e mais 75 libras²²⁷⁹.

Em 1387²²⁸⁰, o tio, Gonçalo Esteves do Casal, como seu tutor, arrenda as casas de estalagem que possui no Cartaxo. Um ano depois²²⁸¹, como seu procurador, arrenda as casas que a freira tem em Santarém, na Rua de Santo Estêvão.

²²⁷¹ *Ibidem*.

²²⁷² TT, OFM, OPP, SCS, Mç. 9, doc. 505 e 506.

²²⁷³ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 8, doc. 456 e 457.

²²⁷⁴ *Ibidem*.

²²⁷⁵ Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 8.

²²⁷⁶ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 8, doc. 468 e 469.

²²⁷⁷ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 8.

²²⁷⁸ Sendo o tio, Gonçalo Esteves, na qualidade de tutor, o seu procurador.

²²⁷⁹ Esta quantia foi paga pela irmã, de acordo com o que estava estabelecido, porque ficou com a melhor parte, nas partilhas efectuadas.

²²⁸⁰ Cf. TT, OFM, PP, SCS, Mç. 9, doc. 577 a 596 (4º Documento).

Em Dezembro de 1390²²⁸², a dona fugira do mosteiro e não sabiam dela. Por isso, o cenóbio resolve tomar posse das casas que ela tinha em Santo Estêvão de Santarém e de todos os outros seus bens.

Em Fevereiro de 1392²²⁸³, Constança recebe bens do testamento da sua avó²²⁸⁴, que o mosteiro se apressa em reivindicar²²⁸⁵, tendo em conta a situação em que a freira se encontra²²⁸⁶. Em Novembro do mesmo ano²²⁸⁷, Gonçalo Esteves, agora como procurador do mosteiro e em nome dele e da sobrinha, arrenda duas courelas de herdade nos Chavões, junto da ponte de Santa Ana em Santarém, que pertenciam a Constança, como herança, por morte do pai.

26. DÓRDIA MARTINS DA SILVEIRA

Dona (1292²²⁸⁸)

Freira (1301²²⁸⁹)

Professa (a. 1312²²⁹⁰)

²²⁸¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 468 e 469.

²²⁸² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 505 e 506.

²²⁸³ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 12 (1º documento).

²²⁸⁴ Que se chama também Constança Peres e está casada com Gomes Eanes de Évora. Esta será possivelmente a sua avó materna.

²²⁸⁵ Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 12 (3º documento). O mesmo faz o mosteiro de Almoester no que respeita aos bens doados à sua irmã, Teresa, que na altura era freira do referido cenóbio, in *Idem*, (4º documento).

²²⁸⁶ Ocorrem, então, as partilhas que deixam a Gomes Eanes de Elvas a sua parte e a terça da falecida e às duas netas (Constança e Teresa) uma adega com a sua louça, uma vinha e dois olivais, in ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 6, nº 12 (5º documento).

²²⁸⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 456 e 457.

²²⁸⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 11.

²²⁸⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 318 e 319.

Soror (a. 1312²²⁹¹)

Menoreta (a. 1312)

Neta de Soeiro Mendes de Santarém e de Maria Peres. Filha de Martim Mendes da Silveira, cavaleiro e de Maior Soares e irmã de Estêvão Martins da Silveira, cavaleiro, casado com Clara Domingues, vizinha de Évoramonte²²⁹².

Em 1289²²⁹³, os avós fazem partilhas entre os vários netos e Dórdia, que ainda não é referida como freira, recebe bens na Azóia, termo de Santarém.

Em 1292²²⁹⁴, com licença da abadessa e do convento, afora um casal na Azóia e meia courela de vinha, com suas oliveiras, no Vale de Peso, tudo no termo de Santarém.

Em 1296²²⁹⁵, igualmente com licença da abadessa e do convento, torna a aforar as propriedades que possui em Santarém e apresentam-se como testemunhas do contrato João Martins, homem da freira, além de outra monja, Maria Vicente²²⁹⁶.

Decorre o ano de 1301²²⁹⁷ e Estêvão Martins entrega a Dórdia Martins o seu direito na quinta da Azóia mais 300 libras, por troca com o direito desta na cavalaria de S. Marinho e na quinta da Silveira, termo de Évoramonte. Neste contrato é testemunha Rui Martins, homem da freira.

²²⁹⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 257 e Liv. 24, fls. 23v-24.

²²⁹¹ *Ibidem*.

²²⁹² Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, nº 5.

²²⁹³ Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, nº 5 e TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 38.

²²⁹⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 11.

²²⁹⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 511.

²²⁹⁶ Desta dona nada se sabe, podendo, no entanto, ser sua parenta.

²²⁹⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 318 e 319 (4-1-1301) e Mç. 11, doc. 759 e 760 (21-5-1301).

Em 1312²²⁹⁸, tendo já morrido, D. Dinis ordena que os seus bens (herdades do pai e da mãe) fiquem ao mosteiro, apesar da sua lei²²⁹⁹, porque já os tinha antes da referida regulamentação.

27. ELVIRA HENRIQUES [DA TEIXEIRA]

Monja Professa (a. 1294²³⁰⁰)

Uma das três monjas que, no final do século XIII, sai do mosteiro e se refugia junto das cistercienses, em Cós²³⁰¹.

28. ESTEVAINHA GERALDES

Vigária (1334²³⁰²)

Em 1334²³⁰³, assume o cargo de vigária, estando doente a abadessa Maria Esteves Mafarra.

²²⁹⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 257 e Liv. 24, fls. 23v-24.

²²⁹⁹ Refere-se às leis de desamortização.

²³⁰⁰ Provavelmente antes de 1294. Ver Ficha de Leonor Afonso e TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, doc. 28 (4º envelope). Segundo Saúl Gomes, “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, volume 1, Coimbra 2002/2003, p. 148, esta freira tinha sido abadessa de Santa Clara de Santarém. Na nossa documentação não existem vestígios dessa situação e, por isso, a não a colocamos como certa.

²³⁰¹ Como confirma: Cristina André de Pina e Sousa, Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Leiria, Ed. Magno, 1998, p. 72. De acordo com Saúl Gomes, “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, volume 1, Coimbra 2002/2003, p. 148, esta freira seria familiar de Maria Martins, que era freira em Cós. Possivelmente, terá sido esta que a atraiu ao cenóbio cisterciense, bem como as duas outras freiras que a ele se acolheram, vindas de Santa Clara de Santarém. As duas familiares possuíam bens em Rio Maior, Valada e Belas.

²³⁰² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 243.

²³⁰³ *Ibidem*.

29. ESTEVAINHA LOURENÇO

Religiosa (1304²³⁰⁴)

Dona (1312²³⁰⁵)

Filha de Lourenço Domingues, cavaleiro do rei e de Sancha Domingues e irmã de Geraldo Lourenço casado, com Luzia Peres²³⁰⁶.

Em 1312²³⁰⁷, recebe 12 estis de herdade em Tavra, contra a Ponte de Ulme, por partilhas realizadas com Sancha Peres, ama do Infante D. Afonso, que fica com a outra metade da herdade, contra a Chamusca, mais 10 libras.

30. ESTEVAINHA MARTINS DO CASAL

Abadessa (1284²³⁰⁸; a.1288²³⁰⁹)

Filha de Martim Peres, irmã de Garcia Martins, Rui Martins e Sancha Martins, e neta de Pedro Afonso do Casal, o Velho²³¹⁰.

O convento arrenda, em 1288²³¹¹, por três anos, três casas na Rua das Baldrearias, na vila de Santarém, que foram de dona Estevainha, "em outro tempo" abadessa do cenóbio.

²³⁰⁴ Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, nº 8.

²³⁰⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 555.

²³⁰⁶ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, nº 8.

²³⁰⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 555.

²³⁰⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 866.

²³⁰⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532.

²³¹⁰ Veja-se Esquema Genealógico dos de Casal.

²³¹¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, 9, 531 e 532.

31. FRUILHE MARTINS [DAS MEDÃS]

Monja Professa (a. 1294²³¹²)

Uma das três monjas que, no final do século XIII, sai do mosteiro e se refugia junto das cistercienses, em Cós²³¹³. À sua morte, estala o conflito entre Santa Clara de Santarém e Alcobaça, por causa dos seus bens que cada uma das referidas comunidades reclama como seus.

32. GUIOMAR MARTINS

Abadessa (1314²³¹⁴-1315²³¹⁵)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

33. ISABEL [DE ARAGÃO]

Dona (1400²³¹⁶)

Freira Professa (1405²³¹⁷)

²³¹² Provavelmente antes de 1294. Ver Ficha de Leonor Afonso e TT, *OFM, PP, SCS*, 22, 28 (4º envelope).

²³¹³ Ver Saúl Gomes, “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, volume 1, Coimbra 2002/2003, p. 147-150. Neste artigo, o autor propõe, com base em informações cedidas por Luís Miguel Rêpas, que esta freira se chamasse Fruilhe Martins das Medãs. De acordo com o mesmo artigo, esta freira possuiria bens no termo de Torres Vedras e de Óbidos e em Guimarães e Cambra.

²³¹⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Liv. 24, fl. 23 v e Mç. 6, doc. 300,

²³¹⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 38.

²³¹⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 723 e 724.

²³¹⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 728.

Filha de Fernando de Aragão e de D. Teresa, e irmã de Luís de Aragão²³¹⁸, vassalo do rei e seu vedor²³¹⁹.

Em 1400²³²⁰, o mosteiro faz uma composição com o irmão a respeito da herança a receber dos pais. Assim, a freira receberá, da herança materna, 15 estis e meio de herdade que depois da sua morte ficarão para o cenóbio, mas continuará a ter direito sobre os bens móveis de sua mãe, bem como os de raiz que depois deste instrumento, entretanto, possa adquirir²³²¹. Ainda no mesmo ano²³²², o procurador do mosteiro e D. Isabel tomam posse desta propriedade e das rendas e frutos da mesma.

Em 1405²³²³, às grades do mosteiro, Luís de Aragão confirma à irmã a posse das anteriores herdades e a concessão de que estas, à sua morte, fiquem para o mosteiro.

34. LEONOR AFONSO

Monja (entre 1294-1303²³²⁴)

Filha de D. Afonso III e de Elvira Esteves²³²⁵, irmã do rei D. Dinis.

²³¹⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 723 e 724.

²³¹⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 728.

²³²⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 723 e 724.

²³²¹ Mais uma vez e à semelhança do que acontece com outras feiras, D. Isabel, mesmo após a sua entrada no mosteiro, continua a ter direito a herdar e a dividir, igualmente, os bens que foram dos seus pais.

²³²² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 715 a 726 e Mç. 11, doc. 728.

²³²³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 715 a 722 (4º documento) e Mç. 11, doc. 729.

²³²⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, doc. 28 (4º envelope).

²³²⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 406. Leontina Ventura, *A nobreza de corte de D. Afonso III*, vol. 2, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1992, p. 545-548 afirma que Leonor Afonso é a condessa casada em segundas núpcias com Gonçalo Garcia de Sousa e só depois monja professa em Santa Clara de Santarém, tendo morrido em 1291. No entanto, mais recentemente, Ana Cristina Tavares da Fonseca, *Barregãs e Bastardos régios da I Dinastia Portuguesa*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 2005, p. 94-99, repõe a questão e distingue Leonor Afonso (I), que indica como filha de Elvira Esteves e que professou em Santa Clara de Santarém, de Leonor Afonso (II), também filha bastarda do mesmo rei, casada sucessivamente com

Em 1274²³²⁶, recebe uma herdade na Azambuja e seu termo, comprada por seu pai, com a condição de que, não tendo descendentes, o herdamento fique para o Rei e seus descendentes. Em 1277²³²⁷, D. Dinis confirma a doação feita pelo testamento do pai Afonso III, da herdade de Mortágua, reservando apenas para si a colheita. E, em 1292²³²⁸, consente que ela deixe ao mosteiro as herdades de Mortágua e da Azambuja, mesmo contra as leis da desamortização.

Num documento, não datado²³²⁹, Leonor Afonso intercede juntamente com o restante convento, junto do papa Bonifácio VIII, para que fiquem no cenóbio os bens de três freiras²³³⁰ que saíram do mosteiro para irem para Cós. Pois, por morte de uma delas, Fruilhe Martins, os monges de Alcobaça, “armados”, foram tomar posse dos seus bens. Desta diligência resulta o apelo a Roma e um breve com juízes nomeados para conhecerem e deliberarem sobre a causa, uma vez que o próprio rei declina ser juiz deste feito, por dizer que não era da sua competência.

35. LEONOR GONÇALVES DE ABREU

Dona Professa (1338²³³¹)

Em 1338²³³², é escolhida por Leonor Rodrigues de Vasconcelos para ser testamenteira da mãe desta, quando ela morrer²³³³.

Estêvão Anes de Sousa e Gonçalo Garcia de Sousa. A documentação que estudo confirma esta hipótese de Ana Cristina Fonseca como a mais plausível.

²³²⁶ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 8, doc. 406.

²³²⁷ TT, OFM, PP, SCS, liv. 24, fl. 23 e *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fl. 29.

²³²⁸ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 8, doc. 405.

²³²⁹ Mas que se situa, cronologicamente, entre 1294 e 1303.

²³³⁰ São elas: Fruilhe Martins, Elvira Henriques e Sancha Fernandes.

²³³¹ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 8, doc. 431.

36. LEONOR GONÇALVES DE VASCONCELOS

Abadessa (1338-1341²³³⁴)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

37. LEONOR RODRIGUES DE VASCONCELOS

Freira Professa (1338²³³⁵)

Dona (1350²³³⁶; 1352²³³⁷)

Filha de João Rodrigues de Vasconcelos²³³⁸ e de Constança Soares Barbudo e irmã de Gonçalo Eanes, Pedro Eanes e Diogo Rodrigues. Prima de Teresa Mendes de Vasconcelos, também freira do mosteiro e sua abadessa²³³⁹.

Em 1350²³⁴⁰, paga 32 libras, por metade de uma dívida contraída, a Estêvão Domingues Albabufom.

²³³² *Ibidem.*

²³³³ Ver as condições que tem de cumprir na ficha da freira, Leonor Rodrigues de Vasconcelos.

²³³⁴ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 8, doc. 431.

²³³⁵ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 8, doc. 431.

²³³⁶ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 6, doc. 213.

²³³⁷ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 5, doc. 153 e 154.

²³³⁸ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 5, doc. 153 e 154; Mç. 8, doc. 431.

²³³⁹ Ver ficha de Teresa Mendes de Vasconcelos.

²³⁴⁰ TT, OFM, PP, SCS, Mç. 6, doc. 213.

Em 1352²³⁴¹, a abadessa do mosteiro entra em posse dos bens (vinhas com suas herdades e casa, na Valada, termo de Santarém) a que esta freira tem direito, por morte dos pais, e devido a um escambo realizado com os irmãos.

No testamento da mãe²³⁴² é por ela constituída como sua testamenteira, com a capacidade de poder eleger outros, à hora da sua morte. Assim, escolhe, com o outorgamento da comunidade, como testamenteira, após a sua morte, outra freira, Leonor Gonçalves de Abreu. Dos bens do testamento da mãe, apenas é arrolada uma herdade além de Alpiarça, em Requeixada, mas estes são muito mais. O testamenteiro ficará em vida com as rendas e direitos destes bens e a Ordem terá direito à quinta parte do que eles renderem (isto por alma de Constança Gonçalves) e do que restar deve ser realizado um aniversário no mosteiro, pela alma da doadora, anualmente, no dia em que se achar mais conveniente. Este será rezado com as horas dos mortos (cantadas) e com suas vésperas e matinas e no dia seguinte cantar-se-á uma missa de *requiem*. Às donas que essas horas e missas cantarem ficará o rendimento dos referidos bens. Se algo sobrar, seja dado naqueles lugares que se veja que é serviço de Deus e prol da alma da mãe. Pede à abadessa que, após a morte da testamenteira que ela nomeou, se possa nomear outra.

Num rol de propriedades do mosteiro (não datado)²³⁴³, referem-se 44 estis e meio de bens na Valada que foram desta freira, deixados ao convento.

38. MARGARIDA AFONSO DE SOUSA

Dona (1337²³⁴⁴; 1341²³⁴⁵; 1361²³⁴⁶)

²³⁴¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 5, doc. 153 e 154.

²³⁴² Transcritas algumas cláusulas num documento do mosteiro de 1338, trasladado em 1341 in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 431.

²³⁴³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 549.

²³⁴⁴ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav 5, nº 7 e TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 14, doc. 984.

²³⁴⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 428 e 429.

Filha de Martim Afonso Chichorro I, irmão do rei D. Dinis, e de Inês Lourenço de Valadares. Irmã de Martim Afonso Chichorro II, Maria Afonso Chichorro, Constança Afonso Chichorro e, possivelmente, de Vasco Afonso de Sousa²³⁴⁷.

Em 1337²³⁴⁸, empraza, com consentimento da abadessa, 4 estis de herdade em Valada, termo de Santarém, que eram do pai. Em 1361²³⁴⁹, afora estes mesmos bens.

Em 1341²³⁵⁰, como testamenteira da irmã, Constança Afonso Chichorro²³⁵¹, já falecida, faz inquirição das terras, no termo de Santarém, que pertencem à sua capela.

39. MARIA AFONSO

Dona (1288²³⁵²; 1317-1318²³⁵³)

Em 1317 e 1318²³⁵⁴, aparece como testamenteira de Pedro Peres, clérigo porcionário da igreja de São Nicolau de Santarém.

40. MARIA (dita) DE NINE

²³⁴⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 14, doc. 984.

²³⁴⁷ Sobre a Genealogia desta família: José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 171-186.

²³⁴⁸ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav 5, nº 7 e TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 14, doc. 984.

²³⁴⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 14, doc. 984.

²³⁵⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 428 e 429.

²³⁵¹ Pizarro aventa a hipótese desta também ser freira, mas na documentação de Santa Clara de Santarém nada é dito. Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 178.

²³⁵² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532.

²³⁵³ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 3, nº 1.

²³⁵⁴ *Ibidem*.

Menoreta (1286²³⁵⁵)

Abadessa (1296²³⁵⁶)

Abril Peres declara, em 1286²³⁵⁷, dever-lhe 80 libras da moeda velha portuguesa que se compromete a pagar até à festa da Páscoa seguinte.

41. MARIA EANES

Dona professa (1375²³⁵⁸)

Em 1375²³⁵⁹, em conjunto com a freira Aldonça Eanes, é procuradora do mosteiro numa causa relativa a umas casas, sitas na Rua Direita da Porta dos Manços, em Santarém. Estes bens tinham sido doados em testamento por Domingas Eanes, contra Álvaro Esteves que à força ficou com as casas. Após a sentença favorável ao mosteiro, as freiras tomam posse das referidas casas.

42. MARIA EANES SALGADA

Dona (1334²³⁶⁰; 1337²³⁶¹)

Filha de João Eanes Salgado.

²³⁵⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 3, doc. 84.

²³⁵⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 511.

²³⁵⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 3, doc. 84.

²³⁵⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 44 e 345.

²³⁵⁹ *Ibidem*.

²³⁶⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 836.

²³⁶¹ ADS, *Convento de Santa Clara e Santarém*, Gav. 7, nº 5.

Em 1334²³⁶², vende bens que tem em Moura e termo e em Salvaterra de Magos e termo, por 400 libras, a Pedro Afonso, advogado de Santarém. Um ano depois²³⁶³, inicia-se a demanda por causa da posse dos bens vendidos a Pedro Afonso, cuja posse é embargada pelo pai da freira.

Em 1337²³⁶⁴, João Eanes Salgado, raçoeiro da Igreja de Lisboa, deixa à abadessa e ao convento todos os bens (herdades, casas, vinhas) em Moura e seu termo que obteve de Maria Eanes, que foi sua criada e que lhe tinham sido doados pelo antigo tesoureiro de D. Dinis, Pedro Salgado.

43. MARIA ESTEVES [DA ROCHELA]

Religiosa (1326²³⁶⁵)

Filha de Francisco Esteves da Rochela e irmã de Catarina Esteves (esta também freira clarissa de Santarém), e de João Esteves, Vasco Esteves, o chantre de Ourém e de Vicente Esteves.

Em 1326²³⁶⁶, Domingos Nunes, clérigo e capelão de Santa Clara de Santarém, como procurador desta freira e da irmã, recebe o que lhes cabe na partilha dos bens do pai, a saber, seis tendas da feira em Évora e umas casas.

44. MARIA ESTEVES MAFARRA

Dona (1310-1311²³⁶⁷; 1314-1315²³⁶⁸; 1319²³⁶⁹; 1326-1331²³⁷⁰)

²³⁶² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 836.

²³⁶³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 261.

²³⁶⁴ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 7, nº 5.

²³⁶⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 743 e 744.

²³⁶⁶ *Ibidem*.

Freira (1314²³⁷¹)

Minoreta (1314²³⁷²)

Abadessa (1332-1338²³⁷³)

Neta de João Viegas, cavaleiro de Santarém²³⁷⁴ e de Maria Martins e filha de Estêvão Eanes Viegas²³⁷⁵, cavaleiro e de Urraca Gil, é ainda sobrinha de Maria Eanes²³⁷⁶, irmã de Estêvão Eanes.

²³⁶⁷ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, nº 5 (1310); TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 841 (1311).

²³⁶⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 538 e Mç. 6, doc. 00.

²³⁶⁹ Carta de D. Dinis de 1319 inserta noutra de 1336 in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 259.

²³⁷⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 769 e 770 (1326); Mç. 12, doc. 874 (1326); ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, nº 5 (1330); TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 757 e 758 (1331).

²³⁷¹ TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 23v.

²³⁷² TT, *OFM, PP, SCS*, Liv. 24, fl. 23 v e Mç. 6, doc. 300.

²³⁷³ Entre outras datas: TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 847 (1332); Mç. 6, doc. 243 (1334); Mç. 6, doc. 283 (1334); Mç. 12, doc. 836 (1334); Mç. 13, doc. 906 a 909 (1335); Mç. 6, doc. 259 (1336); Mç. 9, doc. 577 a 596 (1337); Mç. 13, doc. 960 e 961 (1337) e TT, *OFM, PP, SCC, doc. régios*, Mç. 1, doc. 6.

²³⁷⁴ Ver Maria Filomena Andrade, “João Viegas, cavaleiro de Santarém: um percurso patrimonial” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 363-374.

²³⁷⁵ Estêvão Eanes foi casado com Urraca Gil, filha de Romeu Gil. Por isso, em 1308, realiza um escambo com o procurador da abadessa de Arouca, Maria Esteves, de bens que este mosteiro teve de Elvira Gil, irmã de sua mulher. Estêvão Eanes dá a Arouca todos os bens que detém em além Douro, que recebeu devido ao seu casamento com Urraca Gil e que eram de Romeu Gil. Em troca, aceita de Arouca uma quinta em Montejunto, no termo de Óbidos, a qual foi de Vasco Mafarro. Possivelmente desta quinta vem o nome da filha, Maria Esteves Mafarra. Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 794 e 795. Já em 1288, a abadessa de Arouca, Mor Martins, tinha doado a Estêvão Eanes o quinhão que Arouca deveria ter na quinta do Carvalhal, pelo facto de Elvira Gil ser sua freira e ter recebido este bem da parte da sua mãe, Maria Vasques. Esta doação obrigava Estêvão Eanes a solver as dívidas e demandas que Elvira Gil deveria pagar por sua mãe e ainda a entregar ao mosteiro os dois primeiros renovos da quinta e a pagar, anualmente, a Elvira Gil, 20 libras de dinheiros portugueses pela festa de São João Baptista, enquanto a freira fosse viva. Morrendo esta, Estêvão Eanes e os seus sucessores ficavam livres deste compromisso in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 786 e 787.

²³⁷⁶ Referida num instrumento de doação feito por Teresa Afonso, priora de São Domingos das Donas de Santarém, a Estêvão Eanes. A courela de herdade fora de Maria Eanes e tinha sido doada por Estêvão Eanes a São Domingos das Donas por sua alma e de sua irmã. Esta situação indica uma relação da família com os Dominicanos cujos contornos não são bem definidos in TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 446 e 447.

Em 1310²³⁷⁷, a freira recebe em partilhas²³⁷⁸, com outorgamento da abadessa do mosteiro, os bens que lhe ficam de seu pai, Estêvão Eanes. Estes são constituídos pelas quintas da Romeira, Carvalhal e de Montejunto, bem como bens móveis: adega, casas (em Santarém), servos²³⁷⁹ e um mouro²³⁸⁰.

Em 1311²³⁸¹, o seu procurador, Afonso Gonçalves, faz um aforamento de dois casais de herdade, na freguesia de Santa Maria de Olalhas, que eram de Estêvão Eanes, seu pai.

Em 1314²³⁸², recebe de D. Dinis uma carta que lhe permite dispor (para comprar bens em Santarém e seu termo) das 1600 libras que adquiriu pela venda de dois casais, no lugar de Longo, termo de Lisboa. Com esta carta compra, em 1315²³⁸³, aos testamenteiros de Pedro Tomé, 5 estis e meio de herdade em Alvorge, termo de Santarém. Ainda no mesmo ano²³⁸⁴, troca casas e metade de um forno, na freguesia de Santa Maria de Marvila, em Santarém, mais 80 libras por 5 estis de herdade e um talho da lezíria de Santarém.

Em 1317²³⁸⁵, tem aforada uma herdade no Porto do Carro de Montejunto.

Em 1319²³⁸⁶, recebe carta de D. Dinis para que à sua morte deixe todos os seus bens ao mosteiro.

²³⁷⁷ Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, nº 5.

²³⁷⁸ Estão presentes a estas partilhas: Rui Pais Viegas e sua mulher Sancha Martins; Fernão Rodrigues Bogalho e frei Pedro Bernaldes, Frade Menor de São Francisco, testamenteiro de Estêvão Eanes.

²³⁷⁹ Domingos e João Esteves, o servo.

²³⁸⁰ Aixam Mouro.

²³⁸¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 841.

²³⁸² TT, *OFM, PP, SCS*, liv. 24, fl. 23v., transcrita em TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 300.

²³⁸³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 300.

²³⁸⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 538.

²³⁸⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 753 e 754.

Em 1324²³⁸⁷, a freira, que tinha comprado, um ano antes, uma propriedade, sem fazer carta de venda, através do seu procurador, Pedro Eanes pede e obtém de um juiz que lhe lavre o necessário documento.

Em 1326²³⁸⁸, pelo seu procurador, pede o traslado de uma carta em que Vasco Martins Mafarro compra bens em Montejunto, termo de Óbidos.

Mulher poderosa e com dinheiro, obtém em 1328²³⁸⁹, de João Domingues, cambista de Lisboa, o compromisso de pagar a quantia de 700 libras que lhe devia. Um ano depois, não o tendo cumprido, o procurador da freira obtém do rei uma carta para a execução dos bens do cambista em Santarém, para pagamento da dívida. Esta execução não se cumpre, por nova intervenção régia²³⁹⁰.

Em 1331²³⁹¹, através do seu procurador Pedro Afonso, tem uma demanda com o rei por causa de herdades reguengas no campo de Toxe (que detém contra a lei do reino). Esses herdamentos ficaram-lhe do pai e da mãe e ela pede para conservá-los e poder, depois da sua morte, deixá-los a leigos. O rei consente. Dois anos depois²³⁹², repete-se o problema e, de novo, o privilégio é confirmado pelo rei.

Em Setembro de 1334²³⁹³, está enferma e é substituída nas suas funções por uma vigária, Estevainha Geraldês²³⁹⁴.

²³⁸⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 259. Este privilégio, concedido por D. Dinis, é confirmado, em 1332, por D. Afonso IV e apresentado, em 1336, pela freira.

²³⁸⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 577 a 596 (1º documento).

²³⁸⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 769 e 770.

²³⁸⁹ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, nº 1.

²³⁹⁰ Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, nº 4.

²³⁹¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 757 e 758.

²³⁹² ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº 3.

²³⁹³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 243.

²³⁹⁴ Ver Ficha desta freira.

Em 1336²³⁹⁵, doa todos os bens que possui ao convento, de acordo com uma anterior autorização outorgada por D. Dinis e confirmada por D. Afonso IV, mantendo em vida o usufruto dos mesmos.

Em 1338²³⁹⁶, pede ao rei para que um seu peão seja escusado de ir com o concelho, a fim de poder procurar as suas propriedades em Santarém. Na mesma data²³⁹⁷, pede ao bispo de Lisboa para lhe dar um traslado da bula de Bonifácio VIII que isenta os mosteiros de clarissas do pagamento de dízimas²³⁹⁸.

Em 1346²³⁹⁹, já tendo morrido, o mosteiro vende os seus bens (em Santarém e seu termo, onde “forem achados”) a Pedro Afonso da Porta da Valada, por 1 000 libras de dinheiros portugueses. Três anos depois²⁴⁰⁰, é emprazada ao mesmo uma quinta que tinha sido de Maria Esteves, em Óbidos. Em 1351²⁴⁰¹, a abadessa, Teresa Mendes de Vasconcelos, empraza umas casas no Quintal das Donas, a par da adega do mosteiro, na vila de Santarém, que foram desta freira.

45. MARIA MARTINS

Monja (1271²⁴⁰²)

Dona (1288²⁴⁰³)

²³⁹⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 259 (que contém uma carta de D. Dinis de 1319 e outra de D. Afonso IV de 1332).

²³⁹⁶ Cf. *Chancelaria de D. Afonso IV*, vol. II, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação-Científica Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 212-213 e *Leitura Nova*, Liv. 11 da Estremadura, fl. 245v.

²³⁹⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCC, docs. régios*, Mç. 1, doc. 6.

²³⁹⁸ Inserindo-se na questão que já foi estudada neste trabalho e que abrange todos os conventos de clarissas, numa tentativa de afirmar os seus privilégios face ao poder real e a outros potentados religiosos.

²³⁹⁹ Cf. ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, n° 10.

²⁴⁰⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 745 e 746.

²⁴⁰¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 894.

²⁴⁰² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 2, doc. 49.

Filha de Martinho Peres, que foi alvazil de Santarém e de Maior Gonçalves²⁴⁰⁴. Irmã de Sancha Martins, também ela monja de Santarém e de Maria Mendes (filha de Maior Martins e Mendo Esteves), casada com Gomes Peres, cavaleiro, dito peccatinho²⁴⁰⁵.

Em 1271²⁴⁰⁶, faz partilhas dos bens deixados pela mãe com as duas irmãs e com Rodrigo Pais, marido em outro tempo de Maior Martins e seu executor testamentário. À abadessa, ao convento e às duas freiras ficam metade dos seguintes bens: casas na Alcáçova de Santarém, herdades na Lezíria, uma herdade de 10 estis em Alfodra, uma vinha na Valada, dois olivais na Charneca, covas de pão na vila de Santarém e herdades em Coruche. A outra parte da herança fica para Rodrigo Pais, o marido de D. Maior, ainda vivo.

Em 1281²⁴⁰⁷, a irmã Maria Mendes e o seu marido, o cavaleiro Gomes Peres, vendem-lhes (a ela e à irmã, Sancha Martins) uma herdade de 4 estis e quarta, em Alfodra, termo de Santarém, por 178 libras e meia.

46. MARIA MARTINS

Abadessa (1308²⁴⁰⁸)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira²⁴⁰⁹.

²⁴⁰³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532.

²⁴⁰⁴ Este documento indica que Maior Gonçalves fez três casamentos: com Martinho Peres, de quem são filhas as duas monjas Maria e Sancha Martins, com Mendo Esteves de quem é filha Maria Mendes e, por fim, com Rodrigo Pais que é o executor do testamento de Dona Maior.

²⁴⁰⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 15.

²⁴⁰⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 2, doc. 49.

²⁴⁰⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 15.

²⁴⁰⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, 8, 485-486.

²⁴⁰⁹ Embora possa ser uma das freiras com o mesmo nome, nada me leva a confirmar qualquer uma das hipóteses. Assim, optei por individualizar a abadessa.

47. MARIA MARTINS

Dona (1314²⁴¹⁰; 1330²⁴¹¹)

Filha de Martim de Coruche e irmã de Sancha Martins, casada com Diogo Eanes. A mãe desta última é Estevainha, vizinha de Lisboa.

Em 1314²⁴¹², permuta com a irmã, como procuradora de D. Estevainha, bens que possui em Lisboa, Paradela e Lumiar, recebendo em troca fazendas em Santarém (Vale de Figueira).

Em 1330²⁴¹³, fica com a posse da quinta de Vale de Figueira a par das Abitureiras, termo de Santarém, após litígio com Diogo Eanes, casado com a irmã da freira Sancha Martins, que a ela se declarava com direito. Diogo Eanes acaba por desistir deste bem, assim como de todo o direito que tinha nas propriedades que foram de Martim de Coruche.

48. MARIA VICENTE

Dona (1288²⁴¹⁴; 1296²⁴¹⁵)

Testemunha de um contrato de aforamento de bens em Santarém, realizado no convento pela freira Dórdia Martins da Silveira²⁴¹⁶.

²⁴¹⁰ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, nº 10.

²⁴¹¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 860.

²⁴¹² ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, nº 10.

²⁴¹³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 860.

²⁴¹⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532.

²⁴¹⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 511.

²⁴¹⁶ *Ibidem*.

49. MARINHA EANES

Dona (c.1338²⁴¹⁷)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

50. MARINHA MARTINS SOBRADA

Abadessa (1319-1326²⁴¹⁸)

Em 1319²⁴¹⁹, faz uma composição com a freira Clara para que esta deixe um olival à sacristia do mosteiro, com a condição de que a abadessa mantenha uma lâmpada na sacristia para alumiar o corpo de Deus e cera para candeias. Este olival é onde chamam Pé de Aranha e foi da mãe de Clara, Ana.

Em 1326²⁴²⁰, recebe de Clara, "nossa irmã e companhoa", pela alma de sua mãe: um olival com vinha e árvores na Infesta dos Galhardos, Rego, Santarém. Por tudo isto, no convento se deverá, em véspera de Lava-pés, cantar uma missa de *requiem* por alma de sua mãe e sete salmos e "sair sobre ela" como de aniversário. Em contrapartida, Clara, sendo viva, deve fazer às freiras do convento conhecida, por dia de Lava-pés, de pão vinho e pescado e dar saias aos pobres. Após a morte de Clara, todos os seus bens devem ficar à vestimenta por sua alma e de sua mãe.

²⁴¹⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 284.

²⁴¹⁸ Entre outros documentos: TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 3, fl. 124 v (1319); TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 899 e 900 (1320); Mç. 7, doc. 365 (1324); Mç. 13, doc. 903 e 904 (1326); Mç. 12, doc. 862 (1326).

²⁴¹⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 8, doc. 495 e 496. Este documento tem o selo da abadessa.

²⁴²⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 903 e 904.

Num documento não datado do século XIV²⁴²¹, a abadessa e convento mandam dizer uma missa de Santa Maria de Feveireiro por Clara, desde a sua morte, por todas as coisas que dela receberam e pelo olival de sua mãe.

51. SALVADEIRA

Vigária (1288²⁴²²)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

52. SANCHIA DOMINGUES

Dona (1288²⁴²³)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

53. SANCHIA FERNANDES

Monja Professsa (a. 1294²⁴²⁴)

Uma das três monjas que, no final do século XIII, sai do mosteiro e se refugia junto das cistercienses, em Cós²⁴²⁵.

²⁴²¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 923 e 924.

²⁴²² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532.

²⁴²³ *Ibidem*.

²⁴²⁴ Ver Ficha de Leonor Afonso e TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 22, doc. 28 (4º envelope).

²⁴²⁵ De acordo com Saúl Gomes, “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, volume 1, Coimbra, 2002/2003, p. 147-148, esta freira era irmã de Fruilhe Martins, com quem fugiu para Cós. .

54. SANCHIA GARCIA DO CASAL

Religiosa (1324²⁴²⁶)

Dona professa (1324²⁴²⁷; 1326²⁴²⁸; 1327²⁴²⁹; 1331²⁴³⁰; 1334²⁴³¹)

Filha de Garcia Martins do Casal (alcaide de Lisboa)²⁴³² e de Maria Martins. Irmã de Rui Garcia do Casal (que tem uma filha, Beatriz²⁴³³) e sobrinha de João Martins do Casal.

Em 1324²⁴³⁴, está envolvida numa contenda com o irmão, Rui Garcia do Casal e, nesse mesmo ano²⁴³⁵, doa ao seu tio, João Martins do Casal, todos os bens que herda do seu pai, com a condição de que, se necessário, este pague a Rui Garcia, testamenteiro de Garcia Martins, a quantia de 1 000 libras, pelo testamento do pai.

No mesmo ano²⁴³⁶, através do seu procurador, Salvado Eanes, requer a partilha dos bens constantes no testamento de seu pai, confirmando que, assim, pagaria as 1 000 libras que devia ao irmão²⁴³⁷. Dois anos depois²⁴³⁸, a contenda ainda se arrasta e a freira

²⁴²⁶ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, nº 13.

²⁴²⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 850.

²⁴²⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 862.

²⁴²⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 852.

²⁴³⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 852; ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, nº 6.

²⁴³¹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 283.

²⁴³² Que tem um criado: Domingos Esteves, clérigo, referido num documento de 1326: TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 862.

²⁴³³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 847.

²⁴³⁴ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, nº 13.

²⁴³⁵ *Ibidem*.

²⁴³⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 850.

²⁴³⁷ O procurador do irmão quer receber as 1 000 libras e o procurador da freira quer receber a parte que lhe cabe no testamento do pai, possivelmente para assim poder realizar o pagamento.

²⁴³⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 862.

ainda devia ao irmão 435 libras. Mediante o pagamento desta quantia, deixa de ser válida a venda que a freira lhe fez dos bens que tinha herdado do seu pai, em Rio Maior e Torres Vedras, no referido valor.

Ainda em 1324²⁴³⁹, empraza, com consentimento da abadessa e convento, bens que possuí nos Chãos da Mata (Rio Maior) e na Valada.

Em 1327²⁴⁴⁰, Afonso IV manda que a freira pague a Afonso Esteves, advogado na corte régia, 15 libras devidas por uma demanda que tem contra sua mãe, D. Maria.

Em 1331²⁴⁴¹, continuam as contendas, agora por causa da terça de sua mãe, D. Maria. Um ano depois²⁴⁴², dois irmãos acabam por chegar a um acordo no que respeita às partilhas dos bens do pai e da mãe. Em 1334²⁴⁴³, o procurador da freira e da abadessa ainda espera que Rui Garcia do Casal faça partilhas de um bem, no Casal.

Em 1350²⁴⁴⁴, tendo já falecido a freira, numa carta de D. Afonso é referida a demanda existente entre o mosteiro de Santa Clara e Rui Garcia do Casal, por causa dos bens na freguesia de Rio Maior que ficaram a Rui Garcia e Sancha Garcia, da herança da sua mãe, D. Maria. Rui Garcia apoderara-se, indevidamente, destes e o mosteiro reclama-os, para si, tendo-lhe o rei dado razão na demanda e mandando-lhe entregar os referidos bens ao cenóbio.

Em 1368²⁴⁴⁵, são referidos os bens (em Santarém e seu termo) que ficaram por morte da freira ao mosteiro e que, emprazados a Pedro Afonso da Valada e seus sucessores, voltavam agora, por privilégio de D. Fernando (confirmando o anterior de

²⁴³⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 365.

²⁴⁴⁰ O rei ordena ainda que, para que isto se cumpra, os bens móveis da referida freira sejam apregoados por nove dias “como manda a postura régia.” Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 852.

²⁴⁴¹ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 5, nº 6.

²⁴⁴² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 847.

²⁴⁴³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 283.

²⁴⁴⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 7, doc. 302.

²⁴⁴⁵ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, nº 6 e TT, *OFM, PP, SCS*, Liv. 24, fls. 25-25 v.

D. Pedro), à posse do cenóbio, apesar das leis em contrário. Um rol não datado de propriedades do mosteiro²⁴⁴⁶ indica a posse de uma courela de vinha (que tem 3 estis de ancho) que foi desta freira, na Valada.

55. SANCHIA GONÇALVES

Abadessa (1271²⁴⁴⁷)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

56. SANCHIA MARTINS

Dona (1271²⁴⁴⁸; 1281²⁴⁴⁹; 1288²⁴⁵⁰)

Filha de D. Martinho Peres, que foi alvazil de Santarém e de Maior Gonçalves²⁴⁵¹. Irmã de Maria Martins, também ela monja de Santarém e de Maria Mendes (filha de Maior Martins e Mendo Esteves), casada com Gomes Peres, cavaleiro, dito peccatinho²⁴⁵².

Em 1271²⁴⁵³, faz partilhas dos bens deixados pela mãe com as duas irmãs e com Rodrigo Pais, marido em outro tempo de D. Maior Martins e seu executor

²⁴⁴⁶ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 549.

²⁴⁴⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 2, doc. 49.

²⁴⁴⁸ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 2, doc. 49.

²⁴⁴⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 15.

²⁴⁵⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532.

²⁴⁵¹ Este documento indica que D. Maior Gonçalves fez três casamentos: com Martinho Peres, de quem são filhas as duas monjas Maria e Sancha Martins, com Mendo Esteves de quem é filha, Maria Mendes e, por fim, com Rodrigo Pais, que é o executor do testamento de D. Maior.

²⁴⁵² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 15.

²⁴⁵³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 2, doc. 49.

testamentário. À abadessa, ao convento e às duas freiras fica metade dos seguintes bens: casas na Alcáçova de Santarém, herdades na Lezíria, uma herdade de 10 estis em Alfodra, uma vinha na Valada, dois olivais na Charneca, covas de pão na vila de Santarém e herdades em Coruche. A outra parte da herança fica para Rodrigo Pais, o marido de D. Maior, ainda vivo.

Em 1281²⁴⁵⁴, a irmã Maria Mendes e o seu marido, o cavaleiro Gomes Peres, vendem-lhes (a ela e à irmã, Maria Martins) uma herdade de 4 estis e quarta, em Alfodra, termo de Santarém, por 178 libras e meio.

57. TERESA MENDES

Dona (1288²⁴⁵⁵)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

58. TERESA MENDES DE VASCONCELOS

Abadessa (1350-1396²⁴⁵⁶)

Filha do segundo casamento de Mem Rodrigues de Vasconcelos com Constança Afonso²⁴⁵⁷. Irmã de Martim, Gonçalo, Rui, Maria, Mécia²⁴⁵⁸, Beatriz²⁴⁵⁹ e Inês Mendes

²⁴⁵⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 15.

²⁴⁵⁵ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532.

²⁴⁵⁶ Entre outros, os seguintes documentos: TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 13, doc. 972 e 973 (1350); Mç. 11, doc. 747 e 748 (1350); Mç. 12, doc. 894 (1351); Mç. 5, doc. 196 (1351); Mç. 5, doc. 153 e 154 (1352); Mç. 5, doc. 158 (1354); BPE, *Perg. Avulsos*, Pasta 26, nº 7 (1355); TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 892 e 893 (1355); Mç. 10, doc. 671 e 672 = Mç. 10, doc. 683 e 684 (1357); Mç. 10, doc. 689 a 693 (1360); Mç. 11, doc. 712 = Mç. 13, doc. 952 (1362); Mç. 23, doc. 446 (1370); Mç. 7, doc. 367 (1374); Mç. 5, doc. 167 (1375); Mç. 7, doc. 379 (1379); Mç. 6, doc. 290 (1379); Mç. 7, doc. 348 (1379); Mç. 5, doc. 170 e 171 (1381); Mç. 9, doc. 523 e 524 (1385); Mç. 9, doc. 599 e 600 (1386); Mç. 8, doc. 452 (1387); Mç. 8, doc. 483 e 484 (1392); Mç. 8, doc. 456 e 457 (1392); Mç. 7, doc. 378 (1392); Mç. 6, doc. 227 e 228 (1393); Mç. 7, doc. 359 (1396); Mç. 7, doc. 375 (1396).

²⁴⁵⁷ Cf. *LL HII* e José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da

de Vasconcelos²⁴⁶⁰. Prima da outra freira de Santa Clara de Santarém Leonor Rodrigues de Vasconcelos²⁴⁶¹.

59. TODA

Abadessa (1288²⁴⁶²)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

60. URRACA PAIS

Noviça (1283²⁴⁶³)

Menoreta (1284²⁴⁶⁴)

Dona professa (a. 1350²⁴⁶⁵)

Abadessa (a. 1334²⁴⁶⁶)

Família da Universidade Moderna, 1999, p. 245-248. Embora, na fonte e no estudo – que a segue -, se refira à freira de Santa Clara de Santarém como Joana, é com certeza um equívoco, tratando-se de Teresa.

²⁴⁵⁸ Monja de Arouca. Cf. *LL H11*

²⁴⁵⁹ Monja de Lorvão. Cf. *Ibidem*

²⁴⁶⁰ Monja de Arouca, Cf. *Ibidem*.

²⁴⁶¹ Ver ficha desta freira.

²⁴⁶² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 9, doc. 531 e 532.

²⁴⁶³ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, nº 3.

²⁴⁶⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 866.

²⁴⁶⁵ Assim referida (tendo já morrido) em: TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 747 e 748.

²⁴⁶⁶ Aparece referida como tendo sido abadessa do mosteiro em TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 243 (1334).

Filha de Paio Viegas, cavaleiro e de Domingas Martins. Irmã de Rodrigo Pais casado com Sancha Martins e de Maria Pais, casada com Vasco Lourenço²⁴⁶⁷.

Em 1283²⁴⁶⁸, faz doação de todos os bens que herdar por morte dos seus pais, em Santarém e seu termo, aos seus irmãos, com a condição de receber da mãe, enquanto esta for viva, 50 libras da moeda velha, anualmente, pela Páscoa. As restantes fazendas, à morte dos pais, serão divididas, igualmente, pelos três irmãos.

Em 1284²⁴⁶⁹, partilha com os irmãos os bens móveis e imóveis dos pais, em Lisboa e seu termo (uma herdade em Alpriate; casa e covas em São Francisco; casal do Arco em Carenque) e em Montemor-o-Novo (um quinhão de uma herdade).

Em 1334²⁴⁷⁰, o convento empraza um casal em Ponte de Oiro, termo de Lisboa que foi desta abadessa.

Em 1350²⁴⁷¹, é emprazado um casal de herdade com suas casas em Vale do Arco, termo de Lisboa, que se diz ter sido de Urraca Pais “que foi” professa do mosteiro.

61. VIVIANA PERES

Abadessa (1299²⁴⁷²; 1301²⁴⁷³)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

²⁴⁶⁷ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 866.

²⁴⁶⁸ ADS, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 4, nº 3.

²⁴⁶⁹ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 12, doc. 866.

²⁴⁷⁰ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 243.

²⁴⁷¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 747 e 748.

²⁴⁷² TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 6, doc. 242.

²⁴⁷³ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 11, doc. 759 e 760.

62. XIMENA

Dona (1288²⁴⁷⁴)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

²⁴⁷⁴ *Ibidem.*

B. CONVENTO DE SANTA CLARA DE ENTRE-AMBOS-OS-RIOS

1. BERINGELA FERNANDES FERRAZ

Abadessa de Entre-Ambos-os-Rios (1376-1383)²⁴⁷⁵

Abadessa de Vila do Conde (1384²⁴⁷⁶-1406²⁴⁷⁷)

Filha de Fernão Ferraz e irmã de Vasco Fernandes Ferraz e de João Ferraz. Membro, pois de uma família que, no Porto de quatrocentos, irá desempenhar um importante papel na governação da cidade²⁴⁷⁸.

Senhora de importante acção em Entre-os-Rios, à sua iniciativa deve-se um “Livro de notas dos Prazos do Mosteiro”, por ela mandado elaborar a 10 de Maio de 1380²⁴⁷⁹. Ciosa do seu património, que sentia constantemente ameaçado pelos interesses e usurpações perpetrados pelos senhores nobres que pousavam no couto do cenóbio, requer ao rei D. Fernando, em 1376²⁴⁸⁰, que o não consinta, ao que o monarca acede e estende o privilégio não apenas ao mosteiro, mas ainda ao seu couto e a todo o burgo de Entre-os-Rios. Ainda no mesmo ano e a pedido do convento, o soberano concede-lhes

²⁴⁷⁵ Entre estas datas: TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 47 (1379); Mç. 65 (1380, 1381, 1382, 1383); Mç. 59, doc. 22 (1380); Mç. 55, doc. 9 (1380); Mç. 60, doc. 56 (1380); Mç. 60, doc. 49 (1381); Mç. 59, doc. 23 (1376 e 1381); Mç. 51, doc. 26 e Mç. 59, doc. 21 (1380); Mç. 60, doc. 50 (1381), Mç. 60, doc. 51 (1382)

²⁴⁷⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 24.

²⁴⁷⁷ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 65.

²⁴⁷⁸ Adelaide Millán da Costa, “Entre o sal e o serviço régio: percurso do cidadão portuense Afonso Ferraz” in *Olhares sobre a História. Estudos de Homenagem a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 193-198.

²⁴⁷⁹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 65.

²⁴⁸⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 17 e Mç. 51, doc. 24.

também um juiz (homem bom) para ouvir e desembargar as suas questões judiciais, uma vez que “elas som freiras ensarradas e o dito mosteiro é de pequena renda”²⁴⁸¹.

Na sequência das suas questões pela posse dos bens do convento, em 1380²⁴⁸², litiga com Martim Eanes de Cebolido a propósito de direitos que são sonegados por este ao convento, da portagem no Rio Douro, de uma casa em Entre-os-Rios, bem como de um moinho, uma azenha e um campo em Várzea Redonda e outros bens, conseguindo reavê-los. No mesmo ano²⁴⁸³, é-lhe favorável a contenda com Rodrigo Afonso, que traz emprazada do mosteiro a quinta de Cidadelhe e deve 150 libras. O foreiro é obrigado a (acabar de) pagar o que deve e ainda a dar conhecimento ao mosteiro das pessoas que alienaram bens desta quinta, a fim de que o cenóbio as possa citar.

Em 1381, encontra-se com o convento, na casa do irmão, Vasco Fernandes Ferraz, no Porto, por causa das guerras com Castela²⁴⁸⁴.

No início de 1384, é escolhida para abadessa do cenóbio de clarissas de Vila do Conde. A 13 de Janeiro de 1384²⁴⁸⁵ refere-se, pois, que o abadessado está vago porque D. Beringela Fernandes Ferraz foi a ultima abadessa de Entre-os-Rios²⁴⁸⁶ e nesta data é abadessa do mosteiro de Vila de Conde.

2. BRANCA NUNES [DE OLIVEIRA]

Abadessa (1367-1376)²⁴⁸⁷

²⁴⁸¹ Cf. *TT, OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 23.

²⁴⁸² Cf. *TT, OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 26 e Mç. 59, doc. 21.

²⁴⁸³ Cf. *TT, OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 22.

²⁴⁸⁴ Como se afirma em *TT, OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 23.

²⁴⁸⁵ *TT, OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 24.

²⁴⁸⁶ Sendo então Vigária Maria Eanes

²⁴⁸⁷ Entre estas datas: *TT, OFM, PP, SCP*, Mç. 65 (1367; 1370); Mç. 60, doc. 42 (1368); Mç. 60, doc. 44 (1372); Mç. 59, doc. 18 (1373); Mç. 59, doc. 19 (1373); Mç. 59, doc. 20 (1373); Mç. 61, doc. 7 (1374); Referida como tendo sido abadessa do mosteiro, num documento de 1381 (Mç. 59, doc. 23), atestando no

Irmã de Constança Nunes de Oliveira, também ela freira do convento. Ambas filhas²⁴⁸⁸ de Nuno Gonçalves de Oliveira, cavaleiro de Coimbra, e de Guiomar Afonso.

3. CONSTANÇA AIRES

Dona Professa (1399²⁴⁸⁹)

Filha de Aires Gonçalves e de Leonor Gonçalves de Eiró. Apenas se sabe que, tendo pertencido ao convento de Santa Clara de Entre-Ambos-os-Rios, em 1399²⁴⁹⁰ deixa este cenóbio e ingressa no de Vila do Conde, com o consentimento das respectivas abadessas e a salvaguarda do usufruto das rendas e foros dos seus bens em vida. Após a morte, o seu património será entregue à vestimenta das donas de Entre Ambos os Rios.

4. CONSTANÇA EANES

Freira Professa (1381²⁴⁹¹)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

5. CONSTANÇA NUNES [DE OLIVEIRA]

mesmo documento que os seus bens ficarão ao mosteiro por sua morte depois de ter dito que eram do mesmo cenóbio, por morte da irmã, Constança Nunes. Possivelmente, trata-se da comum passagem de bens entre dois membros da mesma família (duas irmãs freiras) que, após a morte de ambas, acabam por ficar ao mosteiro onde professaram.

²⁴⁸⁸ Ver ficha prosopográfica de Constança Nunes de Oliveira.

²⁴⁸⁹ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 30 (1399).

²⁴⁹⁰ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 30 (1399).

²⁴⁹¹ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 59, doc. 23 (1381).

Freira Professa (a.1362²⁴⁹²)

Filha de Nuno Gonçalves de Oliveira, cavaleiro de Coimbra, e de Guiomar Afonso²⁴⁹³ e irmã da abadessa Branca Nunes de Oliveira.

A 30 de Junho de 1362²⁴⁹⁴, tendo já falecido, são referidos os bens que deixa ao mosteiro: casas, pardieiros e herdades em Vilar de Ulhão²⁴⁹⁵ e que são, nessa altura, emprazados pelo convento.

6. ELVIRA EANES

Monja (1276²⁴⁹⁶)

Filha de Sancha Guilherme e sobrinha de Elvira Guilherme, que foi mulher de Silvestre Miguéis, cidadão de Braga²⁴⁹⁷. Este tio pode ligá-la a Joana Miguéis, também ela freira do cenóbio e irmã de Pedro Miguéis, mercador de Braga.

Em 1276, recebe da tia a doação de um casal na paróquia de Santiago de Francelos²⁴⁹⁸, pelos benefícios que ela e a sua mãe lhe prestaram²⁴⁹⁹.

²⁴⁹² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 41.

²⁴⁹³ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 23 e Mç. 60, doc. 41.

²⁴⁹⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 41.

²⁴⁹⁵ Estes mesmos bens são ainda referidos como já pertencentes ao mosteiro e deixados pela referida freira, em 1381. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 23.

²⁴⁹⁶ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 12

²⁴⁹⁷ *Ibidem*.

²⁴⁹⁸ Este casal está emprazado a Martim Rodrigues, chantre de Braga. Cf. Idem, *Ibidem*. Poderá ser Martim Domingues, arcediogo do Barroso e chantre de Braga. Sobre esta personagem, veja-se: Ana Maria S. A. Rodrigues, João Carlos Taveira Ribeiro, Maria Antonieta Moreira da Costa, Maria Justiniana Pinheiro Maciel, *Os capitulares Bracarenses (1245-1374): Notícias biográficas*, Lisboa, C.E.H.R.-UCP, 2005, p. 78-79.

7. GUIOMAR AFONSO ALCOFORADA

Dona (a. 1313²⁵⁰⁰)

Filha de Afonso Peres Alcoforado e Aldora Gomes Frade e irmã de Estevão, Pedro, Martim, Fernão, Lourenço, Vasco, Constança e Aldora.

A 17 de Janeiro, numa carta de D. Dinis²⁵⁰¹, refere-se que já tinha morrido e que os bens que recebeu do pai, antes das leis de desamortização, ficam na posse do mosteiro. Quanto aos que herdou da sua mãe, o cenóbio pretende vendê-los, contrariando as pretensões dos da sua linhagem que querem ficar com eles gratuitamente²⁵⁰².

8. GUIOMAR EANES

Dona (1332²⁵⁰³; 1350²⁵⁰⁴)

Companheira e criada de Inês Eanes Coelha, abadessa do mosteiro (entre 1332-1336).

Em 1332, Inês Eanes, sendo provedora do cenóbio e actuando por mandado do Ministro geral e outorgamento do convento, faz-lhe doação de uma casa no burgo de

²⁴⁹⁹ E pede ainda à freira que, por sua morte, divida os seus bens com os filhos, “fraternalmente”, mas o casal deve ficar para a freira. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 12.

²⁵⁰⁰ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 8.

²⁵⁰¹ *Ibidem*.

²⁵⁰² O que é interessante analisar nesta carta é a forma como os bens são vendidos. Assim, o mosteiro estipula que primeiro dá a possibilidade aos da sua linhagem de exercerem o direito de preferência, ou seja, podem-nos comprar, pelo mesmo preço que outro comprador por eles dá. E se não os quiserem comprar por essa quantia, os bens são apregoados. E aqui o mosteiro diz que este processo é feito “maliciosamente” porque passa um ano e um dia e ninguém os quer e ficam gratuitamente para os herdeiros. Pedem as freiras ao rei que “retire este engano” e este permite-lhes vender os bens a quem os quiser.

²⁵⁰³ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 53, doc. 11.

²⁵⁰⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 53, doc. 17.

Entre-os-Rios, para dela receber o aluguer (ou o equivalente) enquanto permanecer na comunidade²⁵⁰⁵.

Em 1350²⁵⁰⁶, compra um pardeeiro no burgo de Entre-Ambos-os-Rios, por 30 soldos de dinheiros portugueses.

9. GUIOMAR FERNANDES

Monja (1298²⁵⁰⁷; 1325-1326²⁵⁰⁸)

Filha de Dona Teresa e D. Fernão Fernandes e irmã de Rodrigo, cónego de Braga, de Pedro e Fernão Fernandes, cavaleiros e de Maria Fernandes, casada com Pedro Lourenço, cavaleiro do Rego²⁵⁰⁹.

A monja, em 1298, recebe do irmão, Rodrigo Fernandes, 15 libras de dinheiros portugueses, às terças do ano²⁵¹⁰ e dá-lhe, em troca, o usufruto da sua propriedade em Bouça, freguesia de Maximinos. Vinte e sete anos depois²⁵¹¹, a monja escamba, com o cabido de Braga²⁵¹², esta propriedade, recebendo três casais em Dornelas.

²⁵⁰⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 53, doc. 11.

²⁵⁰⁶ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 53, doc. 17.

²⁵⁰⁷ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 4.

²⁵⁰⁸ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 21 e ADB, *Gaveta 1ª das propriedades do Cabido*, nº 223; TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 7 (1326).

²⁵⁰⁹ Cf. Ana Maria S. A. Rodrigues, João Carlos Taveira Ribeiro, Maria Antonieta Moreira da Costa, Maria Justiniana Pinheiro Maciel, *Os Capitulares Bracaraenses (1245-1374): Notícias Biográficas*, CEHR- UCP, Lisboa, 2005, p. 198.

²⁵¹⁰ Fica ainda a dita freira obrigada a solver ao mosteiro de Rendufe 25 maravedis, da sua parte de 100 maravedis que o convento deveria haver pelo casal de Sobradelo. O irmão, por seu lado, fica obrigado a solver 75 maravedis que a dita freira devia pagar pela razão de Dona Teresa, sua mãe.

²⁵¹¹ Tendo já falecido o seu irmão. Cf. Ana Maria S. A. Rodrigues, João Carlos Taveira Ribeiro, Maria Antonieta Moreira da Costa, Maria Justiniana Pinheiro Maciel, *op. cit.*, p. 198.

²⁵¹² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 21 e ADB, *Gaveta 1ª das propriedades do Cabido*, nº 223; TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 7 (1326) é confirmado o escambo, na sequência de uma contenda por causa do aproveitamento do casal de Pala.

10. GUIOMAR GONÇALVES CAMELA

Abadessa (1343-1364)²⁵¹³

Filha do segundo casamento de Gonçalo Nunes Camelo²⁵¹⁴ com Aldonça Rodrigues Pereira²⁵¹⁵. Irmã de Nuno Gonçalves Camelo (II), cónego de Braga²⁵¹⁶ e de Álvaro Gonçalves Camelo²⁵¹⁷, prior do Hospital, marechal do reino e meirinho–mor do Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes. Tem uma tia, Mor Nunes Camelo, que foi monja em Arouca entre 1327 e 1331²⁵¹⁸.

A sua acção à frente do convento enfrenta algumas dificuldades, expressas numa carta dirigida ao monarca²⁵¹⁹, em que se queixa dos juízes régios que, ao fazer inquirições nas terras do mosteiro, perturbam a vida “religiosa” da comunidade²⁵²⁰.

²⁵¹³ Entre estas datas: TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 6 (1343); Mç. 55, doc. 7 (1343); Mç. 60, doc. 28 (1344); Mç. 60, doc. 29 (1345); Mç. 59, doc. 10 (1347); Mç. 59, doc. 13 (1348); Mç. 60, doc. 30 (1350); Mç. 55, doc. 8 (1351), Mç. 65 (1351; 1364); Mç. 60, doc. 32 (1354); Mç. 59, doc. 14 (1355); Mç. 60, doc. 34 (1357); Mç. 60, doc. 35 (1358); Mç. 59, doc. 28 (1359); Mç. 60, doc. 36 (1359); Mç. 60, doc. 37 (1361); Mç. 60, doc. 41 (1362 – que está contida num traslado de 1368); Mç. 60, doc. 38 e doc. 39 (1362); Mç. 60, doc. 41 (1362); Mç. 65 (1364).

²⁵¹⁴ Terão sido pertença deste, deixados à filha, uns bens no termo de Coimbra, na Ventosa e em Vila Franca, que anos depois, em 1380, são trocados com Afonso Martins de Alvete, recebendo o cenóbio herdades em Arrifana de Sousa in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 9.

²⁵¹⁵ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 387.

²⁵¹⁶ Cf. Ana Maria Rodrigues, Ana Maria S. A., João Carlos Taveira Ribeiro, Maria Antonieta Moreira da Costa, Maria Justiniana Pinheiro Maciel, *Os capitulares Bracarenses (1245-1374): Notícias biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa-UCP, 2005, p. 254-255.

²⁵¹⁷ Cf. *LL45P5*. É este mesmo Frei Álvaro Gonçalves Camelo que, em 1394, “faz correição” no couto do mosteiro e que, ouvidas as testemunhas e procuradores que apresentaram vários documentos sobre a jurisdição do cenóbio no seu couto, acabou por conceder às freiras que “usassem da dita jurisdição sem embargo”. Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 29 e Mç. 50, doc. 15.

²⁵¹⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 22 (1345).

²⁵¹⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 13 (1348).

²⁵²⁰ Pois os juízes (de Benvider e Penafiel de Sousa) para fazer a inquirição “por muitas vezes veeram e vinham ao dito mosteiro com companhas e que estiveram e estavam hy grande tempo avia e que lhy embargavam o serviço de Deus e as donas que nom rezavam suas oras como diziam, nem iam à igreja” in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 13 (2ª carta).

Estas inquirições vêm na sequência de uma questão com o rei D. Afonso IV sobre as jurisdições do cenóbio no julgado de Benviver²⁵²¹ e no seu couto em Jagueiros, que já tendo começado num anterior abaciado²⁵²², transcorre também ao longo deste²⁵²³. Mas surgem também novas questões com o direito de portagem de todos os bens que circulam pelo rio até ao Porto, desta vez²⁵²⁴ com Lourenço Peres, abade de São Cristóvão de Nogueira. Este tem uma barca e aparelhos sequestrados pelo mosteiro, por não ter pago a portagem do vinho que seguia desta igreja para o Porto. A demanda sobe à Corte de Roma, onde as freiras não conseguem fazer valer os seus direitos, pois são condenadas à revelia. Assim, chegam a uma composição feita na corte do Porto, comprometendo-se o cenóbio a libertar os valores que tem sequestrados e a não exigir nada de portagem aos bens que venham desta igreja enquanto for seu abade Lourenço Peres, retomando os seus direitos logo que o deixe de ser.

Em 1343²⁵²⁵, permuta bens do mosteiro com João Coelho e sua mulher, Dona Joana, recebendo destes a quinta de Argufe, de que toma posse²⁵²⁶ no mesmo ano.

Em 1346²⁵²⁷, reivindica um direito antigo de receber, para mantimento das donas do mosteiro, 3 soldos de cada tonel de vinho que passe, nos barcos, o Rio Douro “para juso”, face a um homem que não pagava o que devia. Em consequência disto, o convento desloca-se junto ao Rio Tâmega e entra no barco para penhorar alguns dos seus apetrechos²⁵²⁸.

²⁵²¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 23 e Mç. 51, doc. 32. Esta questão já foi analisada no capítulo II do nosso trabalho.

²⁵²² Como anteriormente já apontámos.

²⁵²³ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 22 (1345); Mç. 51, doc. 23 (1345); Mç. 59, doc. 13 (1348).

²⁵²⁴ Em 1347, in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 10.

²⁵²⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 6.

²⁵²⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 7.

²⁵²⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 26.

²⁵²⁸ Tais como: um treu (vela quadrada especialmente concebida para navegar com ventos rijos de popa, que se fabricava então na comarca do Porto in Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vol. 2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p. 616), um mastro, uma espadela (remo que se coloca na popa para governar o barco) e uma vara.

Em 1351²⁵²⁹, faz um escambo com o prior de Santo Agostinho de Ancede, marcando com o seu próprio selo este acordo. Quatro anos depois, disputa e ganha parte de um foro de umas casas, na Rua do Souto, na cidade do Porto, que tinham sido deixadas ao mosteiro por uma freira, Maria Martins Togida²⁵³⁰.

Em 1357²⁵³¹, empraza bens em Leiria e seu termo que foram de Maria Coelha²⁵³² e de Inês Eanes Coelha²⁵³³, irmãs que foram abadessas do convento e, em 1362²⁵³⁴, realiza operação semelhante com bens em Vilar de Ulhão que ficaram ao mosteiro de Constança Nunes de Oliveira, freira do convento.

11. INÊS EANES COELHA

Minoreta (1295²⁵³⁵)

Dona (1330²⁵³⁶)

Provedora (1332²⁵³⁷)

Abadessa (1333-1336)²⁵³⁸

²⁵²⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 8.

²⁵³⁰ Ver Ficha desta freira.

²⁵³¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 34.

²⁵³² Ver a ficha desta freira.

²⁵³³ Ver a ficha desta freira.

²⁵³⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 41

²⁵³⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 1.

²⁵³⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 20; Mç. 60, doc. 10.

²⁵³⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 53, doc. 11.

²⁵³⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 21 (1333); Mç. 60, doc. 54 (1334), Mç. 51, doc. 18 (1335); Mç. 55, doc. 5 (1336).

Filha de João Peres de Porto Carreiro e de Mor Eanes Coelho²⁵³⁹, e neta de João Soares Coelho e Maria Fernandes d' Ordens. É irmã de Maria Eanes Coelha, também ela monja e abadessa do cenóbio de Entre-Ambos-os-Rios, e de Martim Eanes, Fernão Eanes²⁵⁴⁰, Guiomar Eanes e Teresa Eanes.

Esta freira, em conjunto com a sua irmã, traz para o mosteiro um avultado património que se centra na honra de Cidadelhe, além de bens em Leiria e seu termo²⁵⁴¹.

Em 1295²⁵⁴², recebe da abadessa e convento, juntamente com a irmã Maria Eanes Coelha, os herdamentos de Cidadelhe que o mosteiro tinha recebido de Pedro Eanes Coelho, por troca com um na Ribeira. Após a morte de ambas, as herdades devem ficar ao mosteiro (as duas irmãs não são referidas como clarissas). Nesse mesmo ano, em Setembro²⁵⁴³, tem autorização da abadessa para emprazar os seus bens. Dois meses depois²⁵⁴⁴, recebe, com a irmã, por troca com o irmão, todos os bens a que ele tem direito em Cidadelhe e seu termo, na freguesia de S. João de Cinfães. Em 1300²⁵⁴⁵, efectua, com a irmã, o emprazamento de um casal em Monforte (Cidadelhe), recebendo o seu mordomo os foros.

Em 1305²⁵⁴⁶, D. Dinis concede-lhe a graça de poder deixar todos os herdamentos que tem ao mosteiro, apesar das leis de desamortização.

Em 1312²⁵⁴⁷, ela e a irmã (Maria Eanes, na altura abadessa do cenóbio²⁵⁴⁸) fazem um escambo com Rodrigo Eanes Redondo e a sua mulher, Mor Fernandes, dando

²⁵³⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 1.

²⁵⁴⁰ Cf. *Ibidem*.

²⁵⁴¹ Estes bens, de acordo com um emprazamento feito em 1357 (TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 34), ficaram a Maria Coelho e a sua irmã Inês Coelho do avô João Soares Coelho e, posteriormente, passaram para o património conventual.

²⁵⁴² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 6.

²⁵⁴³ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 10.

²⁵⁴⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 1.

²⁵⁴⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 10.

²⁵⁴⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 20.

a quinta e as herdades que têm em Vilar Chão, Vilarinho, Vila Cova, Mareces e no julgado de Paiva, ficando em troca com os casais da Curveira e de Barro, no julgado de Gondomar.

Em 1313²⁵⁴⁹, novo problema que envolve as duas irmãs contra Beringela Pires mulher de Estêvão de Freitas, em torno da posse de umas casas²⁵⁵⁰.

Em 1315²⁵⁵¹, compra com a irmã Maria Eanes os direitos num bacelo, no termo de D. Cristóvão, por 3 maravedis.

Em 1318²⁵⁵², recebe 35 libras de dinheiros portugueses que tinha emprestadas a um seu foreiro, Martim de Leiras.

Em 1327²⁵⁵³, ela e a irmã, através do procurador, demandam um vizinho de Cinfães e sua mulher por causa do mordomo das donas, que eles deviam chamar à honra de Cidadelhe.

Em 1332²⁵⁵⁴, recebe, com a irmã, um casal em Oriz, por escambo com um quinhão de vinha. Esta permuta é feita com Soeiro Mendes, escudeiro, dito tio das freiras, e sua mulher Inês.

Em 1332, é Provedora do cenóbio e, actuando por mandado do Ministro geral e outorgamento do convento, doa uma casa no burgo de Entre-os-Rios a uma sua criada e

²⁵⁴⁷ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 16.

²⁵⁴⁸ Cf. Quadro das Abadessas do convento de Entre-Ambos-os-Rios.

²⁵⁴⁹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 6.

²⁵⁵⁰ Possivelmente em Cidadelhe, pois as freiras encontravam-se num paço que deve ser o da honra de Cidadelhe.

²⁵⁵¹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 53, doc. 8.

²⁵⁵² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 17.

²⁵⁵³ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 8.

²⁵⁵⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 4.

companheira, a freira Guiomar Eanes, para dela receber o aluguer (ou o equivalente) enquanto permanecer no convento²⁵⁵⁵.

Em 1333²⁵⁵⁶, recebe, com a sua irmã Maria Eanes (ainda abadessa), da sua outra irmã, Guiomar Eanes, toda a herdade que esta tem em Leiria e seus termos, com a condição de usufruir os bens em vida e após a morte de ambas ficar tudo ao mosteiro, por alma dos pais.

Em 1334, empraza bens seus no Julgado de Sanfins²⁵⁵⁷. Um ano depois²⁵⁵⁸, é procuradora do convento numa causa sobre a venda do vinho e o relego no couto do mosteiro.

É durante o seu abaciado, em 1336²⁵⁵⁹, que se inicia uma questão com o monarca D. Afonso IV²⁵⁶⁰ por causa das jurisdições que as freiras exercem no seu couto e que se irá prolongar durante todo o restante século XIV.

Em 1338²⁵⁶¹, devido ao facto de alguns cavaleiros lhe roubarem os seus bens, assim como às donas do convento, pede o traslado da carta de D. Dinis de 1305²⁵⁶² e a confirmação desta concedida por Afonso IV²⁵⁶³ em 1333, que permitem que as freiras possam deixar todos os bens que possuem ao mosteiro, mesmo indo contra as leis de desamortização.

²⁵⁵⁵ Cf. TT, OFM, PP, SCP, Mç. 53, doc. 11.

²⁵⁵⁶ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 52, doc. 24.

²⁵⁵⁷ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 60, doc. 54.

²⁵⁵⁸ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 18.

²⁵⁵⁹ TT, OFM, PP, SCP, 51, 19 e *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium*, vol. I – *Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, Porto, Typis Portugalensibus, 1899-1912, p. 65-66.

²⁵⁶⁰ Sobre outras questões de D. Afonso IV acerca das jurisdições dos coutos de várias entidades religiosas, veja-se: Maria Helena da Cruz Coelho, "O Poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV", in *Revista de História*, vol. VIII, Porto, 1988, p. 35-51.

²⁵⁶¹ TT, OFM, PP, SCP, Mç. 51, doc. 20.

²⁵⁶² Já anteriormente referida.

²⁵⁶³ Neste caso há um limite até aos 300 libras de renda anuais, mas alarga-se a todas as donas que no mosteiro professarem, mesmo depois do privilégio.

12. JOANA GONÇALVES

Freira Professa (1381²⁵⁶⁴)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

13. JOANA MIGUÉIS

Monja (1292²⁵⁶⁵)

Irmã de Pedro Miguéis²⁵⁶⁶, cidadão e mercador de Braga que actua como seu procurador em 1292²⁵⁶⁷ e 1298²⁵⁶⁸, para emprazar uma casa que a freira possui em Braga, na Rua de Maximinos. Deste emprazamento a freira recebe, anualmente, quatro maravedis²⁵⁶⁹.

14. LEONOR FERNANDES

Abadessa (1337²⁵⁷⁰)

²⁵⁶⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 23.

²⁵⁶⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 7.

²⁵⁶⁶ O documento fala ainda de uma Maria Miguéis que também realiza o emprazamento e que será, possivelmente, a mãe ou uma irmã de ambos.

²⁵⁶⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 7.

²⁵⁶⁸ *Ibidem*.

²⁵⁶⁹ O foreiro deve ainda pagar meio maravedi no lugar que a mãe da freira mandar.

²⁵⁷⁰ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 25.

É referida como abadessa em 1337²⁵⁷¹, numa contenda com o abade Gonçalo Martins e o convento de Paço de Sousa, a propósito do uso de caminhos pelos jugueiros dos dois mosteiros.

Em 1344²⁵⁷², refere-se uma terra dada em préstamo por Leonor Fernandes, que tinha sido abadessa do mosteiro, a Nuno Viegas de Coucieiro.

15. LEONOR LOPES SANFANHA

Dona e Professa (1334²⁵⁷³; 1358²⁵⁷⁴)

Filha de Lopo Peres e de Inês Peres e irmã de Beatriz, Diogo e Álvaro Lopes (de Bouro).

Em 1334²⁵⁷⁵, esta freira faz partilhas com os irmãos, entre eles uma outra freira, Beatriz Lopes (que não se refere como sendo do mesmo mosteiro). Para as duas irmãs ficam bens em Barreiros, Vilar, Ancede e Mesão.

Em 1358²⁵⁷⁶, com consentimento da abadessa do mosteiro, empraza²⁵⁷⁷ uma herdade no Souto (couto do mosteiro de São Martinho de Crasto) e outros bens que detêm em conjunto com a irmã, Beatriz - e que foram de seus pais -, ao irmão, Diogo Lopes, que é também o seu procurador.

²⁵⁷¹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 25.

²⁵⁷² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 11. Esta doação do casal de Gonça em préstamo (durante três anos) gerou discórdia, e Nuno Viegas é acusado de usurpar os direitos do mesmo e de o possuir ilegalmente. O juiz decide que Nuno Viegas abandone o casal ao mosteiro, o que este cumpre.

²⁵⁷³ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 26.

²⁵⁷⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 35.

²⁵⁷⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 26.

²⁵⁷⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 35.

²⁵⁷⁷ O emprazamento é feito em três vidas e à morte da freira a herdade deve ficar ao cenóbio o mesmo acontecendo após o fim do dito emprazamento.

16. LEONOR PEREIRA

Abadessa (1399²⁵⁷⁸)

Provavelmente filha de Álvaro Pereira, prior do Hospital e de Iria Gonçalves do Carvalhal, irmã de Nuno Álvares Pereira, Pedro Álvares Pereira (Prior do Hospital), Fernão e Diogo e ainda de Aldonça Pereira, que é freira de Chelas e sua abadessa (entre 1397 e 1434²⁵⁷⁹) e de uma homónima, abadessa de Semide, referida em 1382²⁵⁸⁰.

Sendo abadessa em 1399²⁵⁸¹, é apontada como freira professa de Vila do Conde e muito provavelmente terá vindo para Entre-Ambos-os-Rios na altura em que Beringela Fernandes Ferraz foi para Vila do Conde como abadessa. Nesta data, encontrava-se na cidade do Porto, nas casas de Vicente Dinis de Pinhel e é aí que recebe a doação que faz Constança Aires, freira professa de Entre-Ambos-os-Rios que à época muda para Santa Clara de Vila do Conde, deixando os seus bens à vestimenta de Entre-Ambos-os-Rios e reservando apenas, em vida, o seu usufruto.

17. MAFALDA HENRIQUES

Freira Professa (1381²⁵⁸²)

Abadessa (1385-1387)²⁵⁸³

²⁵⁷⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 30.

²⁵⁷⁹ Cf. Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 122.

²⁵⁸⁰ Cf. Rui Cunha Martins, *Património, Parentesco e Poder: o Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992, p. 62-63.

²⁵⁸¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 30.

²⁵⁸² TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 23.

Em 1385²⁵⁸⁴, ganha uma causa contra uns foreiros que possuem casais do mosteiro em Paiva e que não pagam a renda devida. Dois anos²⁵⁸⁵ depois, o conflito estende-se ao burgo, com as padeiras e com os carnicheiros (de gado) de quem recebia os seus direitos, das primeiras um pão por semana (do tamanho dos que se fizessem para vender) e dos segundos 6 dinheiros por cada cabeça de gado que se matasse (dentro ou fora do burgo) para vender. Umas e outros, que não pagavam o que deviam há cerca de quatro anos, são sentenciados pelo juiz do couto e obrigados a pagar, a partir desta data, o que o mosteiro exigia²⁵⁸⁶.

18. MARIA DIAS

Freira Professa (1381²⁵⁸⁷)

Esta freira, em 1395, encontrava-se no mosteiro beneditino de Vairão²⁵⁸⁸, para onde tinha ido, sem autorização superior. D. João Afonso da Azambuja, então bispo do Porto é, nesta data, encarregado, por bula papal de Bonifácio IX, de a absolver das penas em que incorrera pelo acto praticado e de lhe permitir a sua permanência neste ou em qualquer outro mosteiro beneditino, no pleno gozo de todos os seus direitos, inclusivamente de ser escolhida como abadessa ou priora.

19. MARIA EANES

²⁵⁸³ Entre estas datas: TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 25 (1385); Mç. 65 (1386); Mç. 51, doc. 27 (1387).

²⁵⁸⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 25.

²⁵⁸⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 27.

²⁵⁸⁶ O que deviam dos anos anteriores deveria ser demandado pelo procurador do mosteiro.

²⁵⁸⁷ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 23.

²⁵⁸⁸ De acordo com o que é relatado e comprovado documentalmente por António Domingues de Sousa Costa, “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa” in *III Encontro sobre história dominicana. Actas*, tomo II, Porto, p. 14-15.

Freira Professa (1374²⁵⁸⁹)

Vigária (1384²⁵⁹⁰)

Mãe de Maria Afonso e sobrinha de Esteva Vicente²⁵⁹¹.

A 13 de Janeiro de 1384²⁵⁹² refere-se que o abadessado está vago, porque Beringela Fernandes Ferraz, que foi a última abadessa de Entre os Rios é, nesta data, abadessa do Mosteiro de Vila do Conde, sendo vigária de Entre-Ambos-os-Rios, Maria Eanes.

20. MARIA EANES COELHA

Minoreta (1295²⁵⁹³)

Dona (1300²⁵⁹⁴)

Abadessa (1312-1333)²⁵⁹⁵

Filha de João Peres de Porto Carreiro e de Mor Eanes Coelho²⁵⁹⁶, e neta de João Soares Coelho²⁵⁹⁷ e Maria Fernandes d' Ordens. É irmã de Inês Coelha, também ela

²⁵⁸⁹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 61, doc. 7.

²⁵⁹⁰ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 24.

²⁵⁹¹ *Ibidem*.

²⁵⁹² *Ibidem*.

²⁵⁹³ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 1.

²⁵⁹⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 10.

²⁵⁹⁵ Entre outras: TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 16 (1312); Mç. 59, doc. 6 (1313); Mç. 53, doc. 8 (1315); Mç. 60, doc. 17 (1318); Mç. 60, doc. 18 (1319); Mç. 52, doc. 14 (1320); Mç. 60, doc. 19 (1321); Mç. 60, doc. 21 e ADB, *Gaveta 1ª das Propriedades do Cabido*, nº 223 (1325); TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 22 (1325); Mç. 52, doc. 16 (1326); Mç. 52, doc. 17 (1327); Mç. 59, doc. 8 (1327); Mç. 52, doc. 18 (1328); Mç. 52, doc. 20 (1330); Mç. 55, doc. 4 (1332); Mç. 52, doc. 24 (1333).

²⁵⁹⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 1.

²⁵⁹⁷ Sobre o parentesco: TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 1.

monja e futura abadessa do cenóbio de Entre-Ambos-os-Rios, e de Martim Eanes, Fernão Eanes²⁵⁹⁸, Guiomar Eanes e Teresa Eanes.

Detém um vasto património, em conjunto com a irmã, que gere enquanto está no convento, dele fazem parte bens em Cidadelhe e em Leiria²⁵⁹⁹.

Em 1295²⁶⁰⁰, recebe da abadessa e convento, com a irmã Maria Eanes Coelho, as herdades de Cidadelhe que o mosteiro tinha recebido de Pedro Eanes Coelho, por troca com uma herdade na Ribeira. Após a morte de ambas, os bens devem ficar ao mosteiro (as duas irmãs não são referidas como clarissas). Nesse mesmo ano, em Setembro²⁶⁰¹, tem autorização da abadessa para emprazar os seus bens. Dois meses depois²⁶⁰², recebe com a irmã, por troca com o irmão, todos os bens a que ele tem direito em Cidadelhe e seu termo (freguesia de S. João de Cinfães). Em 1300²⁶⁰³, faz com a irmã o emprazamento de um casal em Monforte (Cidadelhe), recebendo o seu mordomo os foros.

Em 1312²⁶⁰⁴, litiga com Rodrigo Eanes Redondo e a mulher, Mor Fernandes, por causa de bens e heranças que foram de dona Sancha Ordonhes, conseguindo ficar com as referidas fazendas. E, ainda em 1312²⁶⁰⁵, ela e a irmã (Inês Eanes, também freira do cenóbio) realizam um escambo com os mesmos, dando a quinta e as herdades que têm em Vilar Chão, Vilarinho, Vila Cova, Mareces e no julgado de Paiva, em troca com os casais da Curveira e de Barro, no julgado de Gondomar. No mesmo ano²⁶⁰⁶, Pedro

²⁵⁹⁸ Cf. *Ibidem*.

²⁵⁹⁹ Estes bens, de acordo com um emprazamento feito em 1357 (TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 34), ficaram a Maria Coelho e a sua irmã Inês Coelho do avô João Soares Coelho e, posteriormente, passaram para o património conventual.

²⁶⁰⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 6.

²⁶⁰¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 10.

²⁶⁰² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 1.

²⁶⁰³ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 10.

²⁶⁰⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 11.

²⁶⁰⁵ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 16.

²⁶⁰⁶ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 16.

Afonso, filho do rei de Portugal, doa a ela e à comunidade a sua parte do serviço do burgo de Entre-os-Rios, em consideração à “pobreza e lazeira da abadessa e convento”.

Em 1313²⁶⁰⁷, novo problema que envolve as duas irmãs contra Beringela Pires, mulher de Estêvão de Freitas, em torno da posse de umas casas²⁶⁰⁸.

Em 1315²⁶⁰⁹, compra com a irmã Inês Coelha os direitos num bacelo situado no termo de D. Cristóvão, por 3 maravedis.

Em 1323²⁶¹⁰, ela e o convento recebem como privilégio régio a possibilidade de ficarem com os bens das suas professoras que morrerem no mosteiro até ao valor de 300 libras de renda anual, estendendo o privilégio a todas as que vierem a professar nesta comunidade.

Em 1326²⁶¹¹, litiga e ganha a um foreiro a posse de meio casal na Carreira, que este detinha indevidamente.

Em 1327²⁶¹², ela e a irmã, através do procurador, demandam um vizinho de Cinfães e sua mulher por causa do mordomo das donas, que eles deviam chamar à honra de Cidadelhe.

Em 1332²⁶¹³, recebe com a irmã um casal em Oriz, por escambo com um quinhão de vinha. Esta permuta é feita com Soeiro Mendes, escudeiro, dito tio das freiras, e sua mulher Inês.

²⁶⁰⁷ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 6.

²⁶⁰⁸ Possivelmente em Cidadelhe, pois as freiras encontravam-se num paço que deve ser o da honra de Cidadelhe.

²⁶⁰⁹ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 53, doc. 8.

²⁶¹⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 20.

²⁶¹¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 9.

²⁶¹² TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 8.

²⁶¹³ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 55, doc. 4.

Em 1333²⁶¹⁴, ainda abadessa, recebe com a sua irmã, Inês Eanes, da sua outra irmã, Guiomar Eanes, toda a herdade que esta tem em Leiria e seus termos, com a condição de usufruir os bens em vida e após a morte de ambas ficar tudo ao mosteiro, por alma dos pais.

21. MARIA EANES DE RIBA DOURO

Freira Professa (1381²⁶¹⁵)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

22. MARIA EANES DO PORTO

Freira Professa (1381²⁶¹⁶)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

23. MARIA ESTEVES

Minoreta e Professa (1295²⁶¹⁷)

Desta freira apenas sabemos que recebe um herdamento de Sancha Ordonhes, também ela freira do cenóbio, pelo bem que lhe fez²⁶¹⁸.

²⁶¹⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 24.

²⁶¹⁵ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 23.

²⁶¹⁶ *Ibidem*.

²⁶¹⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 10.

²⁶¹⁸ Cf. *Ibidem*.

24. MARIA MARTINS TOGIDA

Freira Professa (a. 1355²⁶¹⁹)

Em 1355²⁶²⁰, referem-se casas que foram dela e das quais ficou ao mosteiro um quinhão de que recebiam dois maravedis, que são objecto de demanda por não os receberem, com Domingos Eanes, morador em Braga, tutor de João Eanes e de Clara, filhos que foram de Gomes Fernandes, morador em Braga, que já faleceu. A sentença, favorável ao mosteiro, manda que os moços paguem ao cenóbio 20 soldos, anualmente, e que sejam escusados do pagamento das rendas em atraso.

Não se esclarece a possível ligação entre estes dois menores e a freira.

25. MÉCIA ÁLVARES SANFANHA

Freira Professa (1381²⁶²¹)

Abadessa (1388-1396²⁶²²)

Filha de Álvaro Eanes Sanfanhão (de Bouro) e Guiomar Álvares Moura²⁶²³. Será, provavelmente, sobrinha de Leonor Lopes Sanfanhão, também freira do cenóbio.

Durante o seu abadessado, são confirmadas algumas das importantes prerrogativas já anteriormente adquiridas²⁶²⁴, nomeadamente uma esmola diária de 10

²⁶¹⁹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 14.

²⁶²⁰ Cf. *Ibidem*.

²⁶²¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 23.

²⁶²² Entre estas datas: TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 57, doc. 2 (1388); Mç. 59, doc. 26 (1388); Mç. 65 (1389; 1390; 1391, 1392; 1404, 1405, 1406, 1407, 1410); Mç. 50, doc. 9 (1389 e 1361); Mç. 60, doc. 53 (1390); Mç. 52, doc. 26 (1396). Aparece, de novo, nomeada como abadessa a partir de 1403 (Mç. 59, doc. 28).

²⁶²³ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 26.

²⁶²⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 9. Também D. João I confirma à abadessa e ao mosteiro todos os privilégios e liberdades que anteriormente detinha, a propósito de uma demanda que estas tinham com os moradores de Paiva in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 57, doc. 2 (o documento está truncado, pelo que não permite saber, objectivamente, de que contenda se tratava e qual o seu desfecho).

soldos para o mosteiro que D. Fernando lhes tinha concedido, bem como 12 côvados de pano de Londres, por ano, para confeccionar as “suas vestes”, direito também dado pelo mesmo monarca e que terá a sua importância para ela e para as seguintes, no cargo.

Em 1389²⁶²⁵, recebe do monarca D. João I, anualmente, 12 côvados de pano de Londres, como recebia a anterior abadessa, no tempo de D. Fernando. Nove anos depois²⁶²⁶, o rei isenta os homens assoldados pelo mosteiro de servirem por mar ou por terra.

Preocupada com a manutenção, sempre ameaçada, dos bens e direitos do mosteiro, pede, em 1392²⁶²⁷, ao bispo do Porto, D. João, uma pública forma da carta de foro concedida por Teresa Martins (mãe da fundadora) aos homens que povoassem a Rua de Entre-os-Rios, com tudo a que são obrigados a cumprir.

É ainda durante o seu abadessado que, em 1394²⁶²⁸, Frei Álvares Camelo dá sentença favorável à manutenção das jurisdições do mosteiro no seu couto²⁶²⁹, continuando, no entanto, pendentes as várias questões que se prolongam, como a dos direitos de portagem sobre o trânsito de mercadorias no rio²⁶³⁰.

Em 1396²⁶³¹, faz testamento de todos os seus bens (em Vila Verde e Coucieiro) que lhe ficaram do pai às freiras do mosteiro, com a condição de usufruir dos foros e rendas dos mesmos e que após a sua morte que estes fiquem para as donas. Funda uma capela e assina o próprio documento de instituição.

²⁶²⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 9. Em 1391, pede ao juiz do couto a pública forma desta carta e de outra do mesmo monarca, em que confirma a esmola já dada por D. Fernando ao mosteiro de 10 soldos, por dia, para seu mantimento.

²⁶²⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 15 (1398)

²⁶²⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 28 (1392);

²⁶²⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 29 e Mç. 50, doc. 15.

²⁶²⁹ Como anteriormente já referimos.

²⁶³⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 2 (1393)

²⁶³¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 26.

26. MÉCIA ORDONHES DIAS DAS ASTÚRIAS

Abadessa (1276-1309)²⁶³²

Filha de Diogo Ordonhes das Astúrias e de Elvira Garcia. Neta materna de Gontinha Soares e de Garcia Peres e bisneta, pela mesma linha, de Soeiro Mendes Facha e Elvira. Irmã de Sancha Ordonhes, também ela freira deste mosteiro e provavelmente de Domingos Ordonhes²⁶³³, frade franciscano.

Durante o seu abadessado, Mécia tem de enfrentar alguma das principais questões que abalam o património do convento²⁶³⁴. Com a ajuda da irmã, Sancha, opõe-se às pretensões do cavaleiro de Vinhal²⁶³⁵, às dos Cardona²⁶³⁶ e mesmo do monarca, D. Dinis²⁶³⁷. Na sequência destes conflitos com os Cardona, em 1287²⁶³⁸, partilha bens²⁶³⁹

²⁶³² Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 4 (1277); Mç. 51, doc. 11 (1278); Mç. 50, doc. 2 (1280); Mç. 52, doc. 7=Mç. 52, doc. 14 (1287); Mç. 52, doc. 6 (1287); Mç. 52, doc. 8 (1290); Mç. 50, doc. 3=Mç. 68, doc. 3 (1292); Mç. 52, doc. 10 (1295); Mç. 55, doc. 2 (1295); Mç. 60, doc. 6 (1295); Mç. 60, doc. 9 (1295); Mç. 60, doc. 10 (1295); Mç. 60, doc. 7 (1298); Mç. 60, doc. 10 (1300); Mç. 59, doc. 1 (1306); Mç. 60, doc. 13 (1308); Mç. 55, doc. 3 (1309).

²⁶³³ Em 1299, aparece como testemunha num traslado do privilégio papal dado por Bonifácio VIII às freiras de Santa Clara.

²⁶³⁴ Além das que seguidamente enumero, outras, de menor monta, não deixam de ter o seu valor, especialmente para a compreensão da história do cenóbio. Tal é o caso da sentença dirimida a favor do mosteiro pelo bispo do Porto D. Vicente, contra Miguel Domingues e sua mulher, Sancha Martins, por causa de um aforamento que o reitor da igreja do Salvador, Martim Mendes, antes da vinda das monjas para aquela igreja, tinha feito aos pais de Sancha Martins. A causa é ganha pelo mosteiro, tendo como base o facto de uma igreja não poder alienar os seus bens “para sempre,” agravada pela não comparência dos foreiros para um possível acordo entre as partes in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 3 (1290); uma questão com o mosteiro de Pendurada, a propósito do aproveitamento do Monte Mourinte, terminou com uma composição entre os dois cenóbios, em que ficou decidido que deveria ser explorado por ambos, não para lavra e sementeira mas para apascentar o gado, in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 1 (1306).

²⁶³⁵ Em 1281 (TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 67, doc. 28), o papa Martinho V, numa carta dirigida à Igreja de Tui, confirma à abadessa e convento os bens que lhe são disputados por Gonçalo Eanes de Vinhal e refere a existência de uma prolongada contenda que já tinha passado pela diocese de Ourense. Esta contenda, que anteriormente analisámos, põe em causa, provavelmente, a existência material do convento, pois disputa-lhe uma parte substancial dos bens a ele deixados pela fundadora e reclamados pelos de Vinhal, membros de um ramo da suafamília (Cf. Esquema Genealógico dos de Vinhal).

²⁶³⁶ Que reclamam parte da herança da fundadora, como já anteriormente analisámos.

²⁶³⁷ Nomeadamente questões sobre os direitos de portagem no rio: TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 2 (1275); Mç. 51, doc. 25 (1275); Mç. 51, doc. 12 (1280).

²⁶³⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 7 e a pública forma do documento: TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 14.

com Beringela de Cardona²⁶⁴⁰ e, entre 1306²⁶⁴¹ e 1309²⁶⁴², com Raimundo de Cardona²⁶⁴³.

27. OUROANA SILVESTRE

Monja (1289²⁶⁴⁴)

Irmã de Martinho Silvestre, porcionário da Igreja do Porto, a quem empraça uma horta que a monja possui na cidade do Porto, na Rua do Souto²⁶⁴⁵.

28. SANCHA HERMIGES [DA TEIXEIRA]

Abadessa (1272-1273)²⁶⁴⁶

Minoreta e Professa (1292²⁶⁴⁷)

²⁶³⁹ Ficando à abadessa e mosteiro os bens em Barral, Burgo (Entre os Rios) e Jogueiros, o que parece ser, basicamente, o Couto do Mosteiro. Os restantes bens em Murracezes, Quintela, Montemuro, Monção, Campo Benfeito, Gozende, Dornas, Vale Peixeninho, Mezio, Feirão e Moes devem ser divididos entre o mosteiro e dona Beringela. In TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 6; Mç. 60, doc. 8 (sem data)

²⁶⁴⁰ Filha de Guilherme de Cardona e de D. Sancha de Orrea in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 6. Para esta família ver Esquema Genealógico dos Cardona.

²⁶⁴¹ Cf. TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 3, fl. 52v e TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 14.

²⁶⁴² Efectiva-se a partilha, ficando cada parte com 12 casais em Paiva, num documento realizado no mosteiro a 5 de Março de 1309 in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 15. Não sem antes ter havido uma inquirição sobre os direitos respectivos, realizada no mesmo ano in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 3.

²⁶⁴³ Casado com Beatriz e neto de Maria Rodrigues in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 51, doc. 14. Para contextualizar D. Raimundo em relação à família da fundadora e no seio dos Cardona, ver Esquema Genealógica dos Cardona.

²⁶⁴⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 5.

²⁶⁴⁵ *Ibidem*.

²⁶⁴⁶ Entre estas datas, Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 2 (1272); Mç. 60, doc. 3 (1273)

²⁶⁴⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 8.

Provável filha de Hermígio Mendes da Teixeira e de Maria Pais Novais. Irmã de Estevão, Afonso, Estevainha, Martim, Gonçalo e Pedro.

Foi casada com Estêvão Mendes²⁶⁴⁸ (de que tem uma filha chamada Urraca Esteves). É ainda mãe de Mor Esteves, Vasco Esteves, Margarida Esteves e avó de Guiomar. Após enviuvar, professa nas clarissas de Entre-Ambos-os-Rios. Entre as sobrinhas, filhas do segundo casamento do seu irmão Estêvão, contam-se duas freiras em Arouca: Maria Esteves da Teixeira (1281-1315)²⁶⁴⁹, que chegou mesmo ao abadessado, e Leonor Esteves (1295-1317)²⁶⁵⁰.

Tendo feito profissão no mosteiro e na Ordem, já viúva, deu a este a terça parte do que comprou com o seu marido, bem como a quinta parte dos bens de avoenga²⁶⁵¹. Tem, no entanto, filhos e netos (Mor Esteves, Maria Esteves de Nogueira, casada com o cavaleiro Henrique Peres; Vasco Martins Pinto, casado com Guiomar Afonso, Lourenço Esteves Pinto, casado com Constança Lourenço) a quem doou a restante parte dos seus bens. Desta família, antes da sua entrada no mosteiro, faleceu Vasco Esteves e já depois de ter professado, Margarida Eanes. Neste último caso, o mosteiro tem direito a estes bens, tal como ela o deveria ter. Assinalou ainda o herdamento de Pousafoles, para dele as freiras tirarem, em dia de Santa Clara, uma pitaça de 2 maravedis, dando o que sobrar a Sancha Peres, por sua alma e pelo serviço que esta lhe fez e lhe fará, ensinando uma menina, Sancha Lourenço, que lhe deixa encomendada²⁶⁵².

Em 1295²⁶⁵³, inicia-se uma contenda entre a abadessa das clarissas e os herdeiros de Sancha Hermiges, a propósito da posse dos seus bens, o que indica que esta já teria morrido. O cenóbio e os herdeiros (com excepção da filha, Mor Esteves e dos seus

²⁶⁴⁸ Como refere em TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 8.

²⁶⁴⁹ Cf. Luís Miguel Rêpas, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Ed. Magno, 2003, p. 210-212.

²⁶⁵⁰ Cf. *Ibidem*, p. 190-191.

²⁶⁵¹ São esses bens: um casal na Vázea termo de Celorico, um casal em Cinfães, um casal no Outeiro; 1/2 casal na Vázea, uma vinha do Pombal em Nogueira e o herdamento de Pousa Foles.

²⁶⁵² Como o refere em TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 8.

²⁶⁵³ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 60, doc. 9.

filhos) chegam a uma avença, pela qual cada um dos herdeiros entrega anualmente ao mosteiro, pelos bens que D. Sancha lhes doou, um maravedi, em dia de Santa Clara.

29. SANCHA ORDONHES DAS ASTÚRIAS

Minoreta e Professsa (1275²⁶⁵⁴; 1295²⁶⁵⁵)

Monja (1278²⁶⁵⁶)

Irmã de Mécia Ordonhes das Astúrias, de quem se traçou anteriormente a linhagem. Em 1269²⁶⁵⁷ (ainda não seria professa), queixa-se a D. Afonso III dos homens de Midões e de Castro, que lhe usurpavam os bens que a sua mãe lhe deixara em Chaves. O rei manda que os herdamentos sejam entregues a Sancha²⁶⁵⁸.

Tendo professado em Entre-Ambos-os-Rios, empenha-se de forma muito activa na contenda que opõe o cenóbio a Gonçalo Eanes de Vinhal por causa de bens deixados pela fundadora ao convento²⁶⁵⁹. Assim, seguiu a demanda pelos tribunais régios²⁶⁶⁰, nos de Tui e Ourense²⁶⁶¹, até Roma²⁶⁶², onde o papa Nicolau III lhe deu razão, aconselhando

²⁶⁵⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 4.

²⁶⁵⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 10.

²⁶⁵⁶ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 2; Mç. 57, doc. 1.

²⁶⁵⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 1.

²⁶⁵⁸ Mas, possivelmente, nem todos acataram a ordem régia, pois em 1292 (TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 50, doc. 5), D. Sancha volta a queixar-se do mesmo, sendo agora o usurpador Afonso Rodrigues Pombo. O monarca, D. Dinis, reitera o direito da freira aos bens de sua mãe, que os recebe em 1295.

²⁶⁵⁹ Vidé sobre este assunto, o capítulo II deste trabalho.

²⁶⁶⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 4 (1275), nesta situação Sancha Ordonhes é, junto do soberano, a procuradora do mosteiro e consegue sentença régia favorável. Em 1278, é realizada uma inquirição aos referidos bens in *OFM, PP, TT, SCP*, Mç. 57, doc. 1.

²⁶⁶¹ Como afirma Manuel da Esperança, *História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, p. 568-569.

²⁶⁶² Onde se encontra com o papa Nicolau III, acompanhada do procurador do mosteiro, Rodrigo Peres, para resolver esta questão in TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 2.

o rei português a meter o mosteiro em posse dos bens por que litigava. Mas acabou por ter de fazer, em 1287, uma composição amigável com este cavaleiro, dividindo-se as fazendas em causa entre as duas partes em litígio²⁶⁶³.

É ainda a D. Sancha que se deve, como procuradora do convento e da abadessa sua irmã, a pública forma do testamento da fundadora, feita no claustro bracarense, em 1277²⁶⁶⁴, pedida, possivelmente, no âmbito da questão anteriormente nomeada.

Em 1295²⁶⁶⁵, doa à irmã, a abadessa, os seus bens²⁶⁶⁶, reservando um herdamento²⁶⁶⁷ para Maria Esteves, também minoreta e professa do mosteiro e outro²⁶⁶⁸ para Estêvão Eanes, seu armígero. À morte da irmã²⁶⁶⁹ e de Maria Esteves, os bens devem ficar para o mosteiro. Institui ainda um aniversário²⁶⁷⁰, por sua alma, celebrado anualmente, em dia de Santa Maria de Agosto²⁶⁷¹.

Em 1312²⁶⁷², a abadessa Maria Eanes Coelha litiga com Rodrigo Eanes Redondo e sua mulher por causa dos bens deixados por esta freira e chega a um acordo, ficando as referidas propriedades ao mosteiro.

²⁶⁶³ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 6.

²⁶⁶⁴ TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 169, doc. 12 e ADP, *Fundo Monástico, Mosteiro de Santa Clara do Porto*, nº 5026 (Tombo 1º), fls. 15-18v (cópia do século XVII).

²⁶⁶⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 10.

²⁶⁶⁶ Em Tougues, Passô, Argeriz, Midões e em Castelo, terra de Sambade e de Montemuro.

²⁶⁶⁷ Herdade em Bragadas.

²⁶⁶⁸ Uma herdade em Quintela, no termo de Chaves e de Montenegro.

²⁶⁶⁹ Se a abadessa morrer primeiro, dá os referidos bens, depois da sua morte, ao mosteiro.

²⁶⁷⁰ Composto por missas e horas e pitança para as freiras.

²⁶⁷¹ Com a quantia de 20 maravedis.

²⁶⁷² TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 52, doc. 11.

C. CONVENTO DE SANTA CLARA DE COIMBRA

1. ALDA MARTINS BARBOSA

Freira Professa (1331²⁶⁷³; 1356²⁶⁷⁴)

Filha de Martim Martins de Barbosa e de Maria Martins Zote²⁶⁷⁵ e neta de Martim Peres de Barbosa, casado com Alda Lourenço de Berredo que, ao enviuar, recolhe-se ao mosteiro cisterciense de Celas²⁶⁷⁶. Alda Martins tem uma irmã, Guiomar Martins de Barbosa, que é freira em Arouca e terá morrido durante a peste negra²⁶⁷⁷. Sobrinha de Joana Gonçalves Redonda²⁶⁷⁸ e da irmã Maria Gonçalves Redonda, abadessa do mosteiro. Prima de Inês Rodrigues de Vasconcelos e de Mor Martins, todas elas freiras de Santa Clara e contempladas no testamento de Joana, sua tia.

Em 1331²⁶⁷⁹, no referido testamento de Joana Gonçalves Redonda, em conjunto com outras freiras, recebe uma saia de arrais branco e 10 libras, a serem pagas anualmente.

²⁶⁷³ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 30.

²⁶⁷⁴ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 9, doc. 31; Mç. 18, doc. 31=Liv. 10, fl. 258-260.

²⁶⁷⁵ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 9, doc. 31.

²⁶⁷⁶ In LL27B3-4 e Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001, p. 141-142, refere-a como pertencente ao convento em 1279; José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 525.

²⁶⁷⁷ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. I, p. 527-528.

²⁶⁷⁸ Dama da corte da rainha D. Isabel e que com ela vive nos paços de Santa Clara, é ainda irmã da abadessa do convento, Maria Gonçalves Redonda.

²⁶⁷⁹ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 19, doc. 30.

2. ALDA RODRIGUES

Freira Professa (1356²⁶⁸⁰)

Filha de Rui Domingues e Maria Afonso de Coimbra²⁶⁸¹.

3. ALDA VASQUES

Freira Professa (1332²⁶⁸²; 1356²⁶⁸³)

Filha de Vasco Peres e Margarida Raimundo de Coimbra²⁶⁸⁴ e neta de Pedro Eanes, mercador de Coimbra e de Maria Eanes²⁶⁸⁵.

Em 1332²⁶⁸⁶, o procurador do mosteiro pede ao avô desta freira que lhe dê a posse de bens que lhe ficaram por morte do seu pai. Os bens requeridos são todos no julgado de Besteiros: a Quinta do Telhado, com duas casas, um pomar, duas vinhas e sete casais.

²⁶⁸⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁶⁸¹ *Ibidem*.

²⁶⁸² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 19 = Mç. 29, doc. 26.

²⁶⁸³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁶⁸⁴ *Ibidem*.

²⁶⁸⁵ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 19 = Mç. 29, doc. 26.

²⁶⁸⁶ *Ibidem*.

4. ALDA VASQUES

Freira (1383²⁶⁸⁷)

Em 1383²⁶⁸⁸, o mosteiro empraça os bens que couberam por herança a esta freira na vila e termo de Penacova: uma casa na vila, um quinhão de vinha e outro de bacelo da Cheira com seu olival, uma oliveira do olival da confraria, outra no Rocio, duas no cortinhal e quinhão de três caneiros.

5. ALDONÇA PERES

Freira Professa (1339-1342²⁶⁸⁹; 1356²⁶⁹⁰)

Filha de Domingos Peres de Arouca²⁶⁹¹.

6. ALDORA [ANES] DE SOUSA

Abadessa (1369-1373²⁶⁹²)

²⁶⁸⁷ Referidos os seus bens, nesta data, como tendo ficado ao mosteiro por morte de Maria Peres (a mãe da freira?) por herança da monja, em TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, dos. 37=Liv. 10, fl. 49v-50.

²⁶⁸⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 37=Liv. 10, fl. 49v-50.

²⁶⁸⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 24, doc. 6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1339); Mç. 36, doc. 6=Liv. 10, fl. 12v-14 (1339); Mç. 38, doc. 8 (1339); Mç. 24, doc. 4 (1342).

²⁶⁹⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31 (1356).

²⁶⁹¹ *Ibidem*.

²⁶⁹² Entre outras datas: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 17 (1369); doc. reg. Mç. 1, doc. 19=Liv. 9, fl. 139-140 (1370); Mç. 6, doc. 40 (1370); Mç. 7, doc. 1 (1370); Mç. 25, doc. 18=Liv. 9, fl. 23-25v (1369 e 1370); Mç. 32, doc. 11 (1370); Mç. 24, doc. 14 (1370); Mç. 7, doc. 3=Mç. 7, doc. 4 (1370); Mç. 22, doc. 42=Liv. 10, fl. 96-96v (1370); Mç. 19, doc. 46=Liv. 10, fl. 238-238v (1370); Mç. 6, doc. 38 (1370); Mç. 37, doc. 16=Liv. 9, fl. 3-3v (1370); Mç. 19, doc. 47 (1371); Mç. 7, doc. 5 (1371); Mç. 20, doc. 10 (1371); Mç. 33, doc. 22 (1371); Mç. 7, doc. 7=Liv. 9, fl. 191v-192v (1372); Mç. 7, doc. 2 (1372); Mç. 7, doc. 10 (1372); Mç. 7, doc. 11=Liv. 10, fl. 235-236 (1372); Mç. 37, doc. 11=Liv. 9, fl. 55v-56v (1372); Mç. 21, doc. 10 (1373); Mç. 25, doc. 19=Liv. 9, fl. 25v-27 (1373); Mç. 25, doc. 20=Liv. 9, fl. 27v-29 (1373).

Filha de João Gonçalves de Sousa²⁶⁹³ e irmã de Gonçalo Garcia de Sousa, Álvaro Anes de Sousa e Constança Anes de Sousa, que foi monja em Lorvão²⁶⁹⁴.

7. BEATRIZ AFONSO PIMENTEL

Vigária geral (1385²⁶⁹⁵)

Vigária, Regedora e Administradora (1385²⁶⁹⁶)

Monja (1386)²⁶⁹⁷

Vigária (1386²⁶⁹⁸)

Abadessa (1386-1401²⁶⁹⁹)

²⁶⁹³ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 223.

²⁶⁹⁴ Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, p. 131-132.

²⁶⁹⁵ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 35, doc. 9=Liv. 9, fl. 20-20v.

²⁶⁹⁶ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 20, doc. 22.

²⁶⁹⁷ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 26, doc. 25=Liv. 354-354v.

²⁶⁹⁸ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 26, doc. 25; Mç. 8, doc. 6.

²⁶⁹⁹ Entre outras datas: TT, OFM, PP, SCC, Mç. 8, doc. 10 (1386); Mç. 19, doc. 52 (1386); Mç. 24, doc. 18=Liv. 9, fl. 10v-11 (1386); Mç. 33, doc. 26=Liv. 10, fl. 354v-355v (1386); Mç. 8, doc. 11 (1387); Mç. 26, doc. 26=Liv. 10, fl. 360v-361 (1387); Mç. 20, doc. 24 (1388); Mç. 29, doc. 37=Liv. 10, fl. 369v-370v (1388); Mç. 32, doc. 13 (1388); Mç. 8, doc. 13=Liv. 10, fl. 223-223v (1389); Mç. 8, doc. 14 (1389); Mç. 8, doc. 15 (1389); Mç. 8, doc. 16=Liv. 9, fl. 193v-194 (1389); Mç. 8, doc. 17=Liv. 10, fl. 239-239v (1389); Mç. 8, doc. 18 (1389); Mç. 8, doc. 19=Liv. 9, fl. 196v-197 (1389); Mç. 8, doc. 20=Liv. 9, fl. 413v-414v (1389); Mç. 8, doc. 21=Liv. 9, fl. 217-217v (1389); Mç. 37, doc. 24 (1390); Mç. 37, doc. 23=Liv. 9, fl. 2-2v (1390); Mç. 38, doc. 13 (1390); Mç. 8, doc. 22 (1391); Mç. 8, doc. 23 (1391); Mç. 8, doc. 24 (1391); Mç. 8, doc. 26 (1391); Mç. 8, doc. 27 (1391); Mç. 19, doc. 53 (1391); Mç. 22, doc. 51 (1391); Mç. 8, doc. 28=Liv. 10, fl. 250-250v (1392); Mç. 19, doc. 55 (1393); Mç. 8, doc. 32 (1395); Mç. 19, doc. 56 (1395); Mç. 20, doc. 26 (1395); Mç. 20, doc. 27 (1395); Mç. 21, doc. 17=Mç. 21, doc. 16 (1395); Mç. 26, doc. 27=Liv. 10, fl. 350v-351v (1395); Mç. 30, doc. 10=Liv. 9, fl. 149v-150 (1395); Mç. 8, doc. 35=Mç. 8, doc. 36 (1396); Mç. 8, doc. 37=Liv. 9, fl. 195v-196v (1396); Mç. 19, doc. 57 (1396); Mç. 25, doc. 29 (1396); Mç. 8, doc. 38 (1397); Mç. 21, doc. 15=Liv. 9, fl. 468v-469v (1397); Mç. 37, doc. 25 (1397); Mç. 19, doc. 58 (1398); Mç. 20, doc. 28=Liv. 9, fl. 118-118v (1398); Mç. 28, doc. 15 = Liv. 10,

Filha de Rodrigo Afonso Pimentel e de uma dona de que se desconhece o primeiro nome, da família de Lourenço da Fonseca. Tem dois irmãos, João Afonso Pimentel e Martim Afonso Pimentel²⁷⁰⁰.

Na família, várias são as mulheres que entram em religião, nomeadamente, Aldonça Pimentel, sua tia, abadessa de Odivelas (entre 1379-1425)²⁷⁰¹ e uma prima, Inês Vasques, freira no mesmo convento (entre 1391-1405).

8. BRANCA [DE ARAGÃO]

Freira Professa (1356²⁷⁰²)

Filha de D. Afonso de Aragão, casado com a nobre portuguesa Maria Nunes Cogominho²⁷⁰³, filha de Nuno Fernandes Cogominho²⁷⁰⁴, almirante de D. Dinis e almotacé mor de D. Afonso IV e irmã de D. Leonor, também ela freira de Santa Clara²⁷⁰⁵. Estas duas religiosas eram da família de Mor Dias, bisnetas da sua irmã, Joana Dias e, por via paterna, aparentadas com a rainha D. Isabel, uma vez que seu pai, D. Afonso de Aragão, era filho do meio irmão de D. Isabel, D. Pedro IV de Aragão.

fl. 28v-30 (1399); Mç. 21, doc. 19 (1400); Mç. 34, doc. 9 (1400); Liv. 10, fl. 30v-31v (1400); Liv. 9, fl. 200v-201v (1400); Mç. 18, doc. 40 (1401).

²⁷⁰⁰ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis: Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa, séculos XIII-XIV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p. 221; Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana-Hispanica*, Tomo IV, Vol. I, Porto, Diário do Porto Limitada, 1946, p. 392-420.

²⁷⁰¹ Ver Luis Miguel Rêpas, “Entre o mosteiro e a cidade: o recrutamento social das «donas» de Odivelas” in *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, coord. por Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 232-238.

²⁷⁰² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31; Mç. 18, doc. 31=Liv. 10, fl. 258-260.

²⁷⁰³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31 e in *LL30AU5 e AV6; 45N8*.

²⁷⁰⁴ Sobre esta família: Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 3ª edição, vol. I, Braga, Edição de Carvalhos de Bastos, 1992, p. 52-56 e *LL30Y7, AT4, AU5; 35G1*.

²⁷⁰⁵ Vidé ficha desta freira.

9. CATARINA DOMINGUES

Dona Professa (1311²⁷⁰⁶)

Em 1311²⁷⁰⁷, com o consentimento da vigária, esta freira empraça uma vinha e um olival no termo de Coimbra, próximo de Celas de Guimarães, bens que pertencem ao seu património.

10. CATARINA LOURENÇO

Freira Professa (1336-1360²⁷⁰⁸)

Filha de Domingos Martins Bainosso de Santarém e de Lourença Simões²⁷⁰⁹. Meia-irmã (pelo lado do pai) de Constança Domingues, casada com Afonso Eanes, escrivão do rei, de Maria Domingues, casada com Estêvão Nicolau e de Catarina Domingues, casada com Estêvão Eanes Alfambareiro²⁷¹⁰.

Em 1336²⁷¹¹, a Rainha Santa (após a sua morte) faz o milagre de lhe curar um “lobinho” no olho esquerdo.

Desde 1342²⁷¹² que, por morte dos pais, o mosteiro entra em demanda com as suas irmãs, prolongando-se a contenda até 1344²⁷¹³, especialmente com uma delas, Constança Domingues²⁷¹⁴, por causa dos bens que recebe do testamento paterno.

²⁷⁰⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 9.

²⁷⁰⁷ *Ibidem*.

²⁷⁰⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 18 (1336); Mç. 24, doc. 4 (1342); Mç. 24, doc. 6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1349); Mç. 34, doc. 4 (1349); Mç. 24, doc. 7 (1350); Mç. 9, doc. 31 (1356); Mç. 18, doc. 31=Liv. 10, fl. 258-260 (1356); Mç. 34, doc. 5=Liv. 10, fl. 181-182v (1360).

²⁷⁰⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁷¹⁰ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 4; Mç. 24, doc. 5. Este é irmão de João Eanes e ambos são filhos de João Eanes Alfambareiro.

²⁷¹¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 27, doc. 18.

Só em 1349²⁷¹⁵ o procurador do mosteiro toma posse dos bens que lhe ficaram da parte do pai, depois da avença feita com a irmã. Os bens são: uma vinha com o seu olival em Valbom, três vinhas nas Pereiras e outra junto ao Tejo, tudo em Alvisquer.

Em 1350²⁷¹⁶, o mosteiro empraça uma herdade de pão no lugar de Alfodra, termo de Santarém, que ficou ao cenóbio por morte de Domingos Martins Bainosso, pai da freira e, dez anos depois²⁷¹⁷, contratualiza mais uma vinha com o seu olival e as suas árvores, em Valbom, da mesma herança.

11. CLARA EANES

Freira Professa (1356²⁷¹⁸)

Filha de João Amado e Maria Eanes de Coimbra²⁷¹⁹.

12. CLARA ESTEVES

Freira Professa (1339-1362²⁷²⁰)

²⁷¹² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 4.

²⁷¹³ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 5.

²⁷¹⁴ Constança, Maria e Catarina são filhas de Domingos Martins Bainosso e de Elvira Peres. À data desta contenda, além do pai, já tinham também morrido a mãe e Maria Domingues. Estão ainda em causa os bens dos sobrinhos, Vasco e Catarina, filhos da irmã Catarina Domingues que, entretanto, tinham morrido.

²⁷¹⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v.

²⁷¹⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 7.

²⁷¹⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 34, doc. 5=Liv. 10, fl. 181-182v.

²⁷¹⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁷¹⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁷²⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 6=Liv. 10, fl. 12v-14 (1339); Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 24, doc. 6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1339); Mç. 38, doc. 8 (1339); Mç. 24, doc. 4

Filha de Estêvão Domingos da Escada, mercador²⁷²¹ e morador em Coimbra a par da escada e de Florença Fagundes²⁷²².

Em 1359²⁷²³, o mosteiro empraça os bens que lhe ficaram por morte de sua mãe, Florença Fagundes, no lugar de Boa Jóia e Campo tudo no termo de Montemor-o-Velho,

Em 1360²⁷²⁴, realizam-se as partilhas dos bens que receberam por morte do pai, entre o mosteiro (pela freira) e a sua segunda mulher, Iria Esteves, ficando o cenóbio com duas partes da metade dos bens de Estêvão Domingues. Estes são constituídos por panos, roupas, vestuário, objectos de ouro e prata, géneros, dinheiros e casas, uma vez que o finado era um abastado mercador de panos²⁷²⁵.

No mesmo ano²⁷²⁶, o procurador do mosteiro confirma um contrato de venda do prazo do casal da Serra da Barca, que o cenóbio possui por herança do pai e da mãe desta freira.

Em 1361²⁷²⁷, o procurador do mosteiro relembra o senhorio que tem sobre este casal na Serra da Barca e, no mesmo ano²⁷²⁸, empraça a Iria Esteves umas casas da referida herança.

(1342); Mç. 9, doc. 31 (1356); Mç. 5, doc. 38=Mç. 22, doc. 35=liv. 9, fl. 205v-206 (1359); Mç. 18, doc. 30=Liv. 9, fl. 360v-361v (1360); Mç. 6, doc. 6 (1360); Mç. 18, doc. 32 e Liv. 9, fl. 357v-359 (1361); Mç. 6, doc. 9=Liv. 9, fl. 207v-208 e 216v-217 (1362).

²⁷²¹ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 18, doc. 30=Liv. 9, fl. 360v-361v.

²⁷²² TT, OFM, PP, SCC, Mç. 9, doc. 31; Mç. 18, doc. 32=Liv. 9, fl. 357v-359; Mç. 5, doc. 38=Mç. 22, doc. 35=liv. 9, fl. 205v-206; Mç. 6, doc. 9=Liv. 9, fl. 207v-208 e 216v-217.

²⁷²³ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 5, doc. 38=Mç. 22, doc. 35=liv. 9, fl. 205v-206.

²⁷²⁴ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 6, doc. 6.

²⁷²⁵ Cf. sobre este mercador e a sua fortuna: Maria Helena da Cruz Coelho, "Homens e negócios" in *Ócio e Negócio*, Coimbra, Inatel, 1998, p. 127-202.

²⁷²⁶ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 18, doc. 30=Liv. 9, fl. 360v-361v.

²⁷²⁷ Cf. TT, OFM, PP, SCC, Mç. 18, doc. 32 e Liv. 9, fl. 357v-359

²⁷²⁸ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 6, doc. 6.

Em 1362²⁷²⁹, o cenóbio empraça o casal de Boa Jóia e as herdades do Campo, bens da herança materna.

13. CONSTANÇA AFONSO [BRANDÃO]

Freira Professa (1331²⁷³⁰; 1356²⁷³¹)

Filha de Afonso Brandão²⁷³² e Teresa Dias²⁷³³.

Em 1331²⁷³⁴, recebe, pelo testamento de Joana Gonçalves Redonda, em conjunto com outras freiras, 10 libras, pagas anualmente.

14. CONSTANÇA DOMINGUES

Freira Professa (1339-1342²⁷³⁵; 1356²⁷³⁶)

Filha de Domingos Martins Terrom e Isabel Afonso²⁷³⁷.

²⁷²⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 9=Liv. 9, fl. 207v-208 e 216v-217.

²⁷³⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1 9, doc. 30.

²⁷³¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁷³² Sobre os Brandões, mas já no século XV, altura em que se afirmam como funcionários de importante estirpe, bem como poetas conceituados, cf. Virgínia Rau, “Os Brandões do Porto, uma fortuna do século XV”, in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 28-49.

²⁷³³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁷³⁴ *Ibidem*.

²⁷³⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 6 =Liv. 10, fl. 12v-14 (1339); Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 24, doc. 6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1339); Mç. 38, doc. 8 (1339); Mç. 24, doc. 4 (1342).

²⁷³⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁷³⁷ *Ibidem*.

15. CONSTANÇA EANES

Freira Professa (1356²⁷³⁸)

Filha de André Eanes, chantre de Coimbra e de Maria de Arouca²⁷³⁹.

16. CONSTANÇA LOPES

Freira Professa (1331-1342²⁷⁴⁰)

Em 1331²⁷⁴¹, recebe, pelo testamento de Joana Gonçalves Redonda, em conjunto com outras freiras, 10 libras, pagas anualmente.

17. CONSTANÇA MARTINS

Dona (1305²⁷⁴²)

Em 1305²⁷⁴³, rebela-se contra o regresso de Domingas Peres para vigária do convento²⁷⁴⁴ e parece ser uma das chefes da revolta que se instala no mosteiro²⁷⁴⁵.

²⁷³⁸ *Ibidem*.

²⁷³⁹ *Ibidem*.

²⁷⁴⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30 (1331); Mç. 36, doc. 6 = Liv. 10, fl. 12v-14 (1339); Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 24, doc. 6 = Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1339); Mç. 38, doc. 8 (1339); Mç. 24, doc. 4 (1342).

²⁷⁴¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 4.

²⁷⁴² ADB, *Gav. das Religiões*, n.º 25.

²⁷⁴³ *Ibidem*.

²⁷⁴⁴ Ver Ficha sobre esta freira.

²⁷⁴⁵ Sobre esta questão, veja-se a I parte do nosso trabalho.

18. CONSTANÇA PERES

Freira (1348²⁷⁴⁶)

Irmã de Afonso Peres, mercador, casado com Maria Gonçalves. Casa em primeiras núpcias com Gonçalo Eanes do qual tem uma filha, Maria Gonçalves, casada com Cristóvão Eanes. Consorcia-se pela segunda vez com Afonso Peres Brita Campos²⁷⁴⁷, que também já tinha sido casado, tendo do primeiro casamento com Domingas Esteves vários filhos: Pedro Afonso, prior de Tentúgal; João Afonso, casado com Constança Peres; Maria Afonso, casada com João Lourenço, tabelião de Coimbra; Margarida Afonso, casada com Leonardo Esteves, alcaide de Coja e Sancha Afonso, casada com Vasco Gonçalves²⁷⁴⁸.

Entra no cenóbio das clarissas depois de ter feito partilhas com a filha do primeiro casamento, Maria Gonçalves e com o seu segundo marido, Afonso Peres²⁷⁴⁹.

Em 1348²⁷⁵⁰, tendo morrido o segundo marido, inicia-se um demorado e litigioso processo de partilha de bens. Assim, face às partilhas que se deviam realizar entre os filhos do primeiro casamento de Afonso Peres Brita Campos e Constança Afonso, sua segunda mulher, à época já freira, as partes envolvidas escolhem os juízes árbitros e ouvidores desta demanda²⁷⁵¹.

²⁷⁴⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 24

²⁷⁴⁷ Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, “Homens e Negócios” in *Ócio e negócio*, Coimbra, Inatel, 1998, p. 138-140.

²⁷⁴⁸ Cf. *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 14 e Mç. 22, doc. 24.

²⁷⁴⁹ Conforme é dito em TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 31, doc. 4.

²⁷⁵⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 24.

²⁷⁵¹ Que são: João Vicente, prebendeiro e Afonso Peres, genro de Fernando Esteves.

Em 1350²⁷⁵², Constança Peres²⁷⁵³ faz doação de todos os seus bens (móveis e de raiz²⁷⁵⁴) a seu irmão, Afonso Peres²⁷⁵⁵.

Em 1351²⁷⁵⁶, o mosteiro toma posse de bens (no Botão, em Montemor-o-Velho, Tentúgal, Campo do Mondego e termo de Coimbra) que diz terem sido de Constança Peres já falecida. Mas reacende-se de novo a questão que o rei é chamado a resolver, desta vez a propósito da herança que Maria Gonçalves, filha do primeiro casamento da freira, não tinha a seu tempo requerido. Esta reclama o direito sobre tudo aquilo que Constança Peres lhe tinha dado à entrada no mosteiro e que lhe era devido por ser filha do seu primeiro casamento. O mosteiro concorda em não embargar a posse destes bens e, perante isto, o monarca decide²⁷⁵⁷ que o cenóbio fique com tudo o que a freira possuía à entrada na ordem e à sua morte, mas que seja respeitada a doação que fez à filha, Maria Gonçalves.

Em 1353²⁷⁵⁸, há nova contenda entre o mosteiro e Leonardo Esteves, marido de Margarida Afonso (filha do primeiro casamento de Afonso Peres), por causa dos bens de Constança Peres²⁷⁵⁹, que o mosteiro reclama como seus. Desta questão não se conhece o resultado.

²⁷⁵² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 1.

²⁷⁵³ O documento não refere que é freira.

²⁷⁵⁴ Em Montemor-o-Velho, Tentúgal, Coimbra, Penela.

²⁷⁵⁵ Dizendo-se que o faz pelo bem que dele recebera. No final do documento, alude-se ainda a uma dívida que Constança tem para com o seu irmão e ao facto do marido lhe ter penhorado os bens.

²⁷⁵⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 3.

²⁷⁵⁷ “todos os bens moveis e de raiz que a dita Constança Peres havia ao tempo que entrou na ordem e ao tempo de sa morte seiam do dito mosteiro. E que os bens que foram dela que som contehudos em na doaçom que mostrava o dito Cristovão Anes aquela doaçom fez ante que entrasse na dita ordem seiam entregues ao dito Cristóvão Anes e a sua mulher e sejam metidos em posse deles” in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 31, doc. 4.

²⁷⁵⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 14.

²⁷⁵⁹ A questão afigura-se complicada porque se refere às arras dadas por Constança Peres ao seu marido, no valor de 4 000 libras, para que este as gerisse em seu favor e aos bens da primeira mulher de Afonso Peres, Domingas Esteves cuja terça tinha sido comprada, por 2 000 libras, pelos filhos ao pai e que este nunca tinha entregue. Como os bens se encontravam muito dispersos e estavam onerados com vários impostos e dívidas, o mosteiro chega a um acordo com Margarida Afonso e o seu marido Leonardo Esteves. Assim, estes ficariam com todos os bens que eram devidos ao mosteiro e, em troca, pagar-lhe-

19. CONSTANÇA VICENTE

Freira Professa (1356²⁷⁶⁰)

Filha de Vicente Eanes e D. Dórdia²⁷⁶¹.

20. DOMINGAS PERES

Vigária (1301- 1303²⁷⁶²; 1305-1311²⁷⁶³)

Dona (1302²⁷⁶⁴; 1316-1319²⁷⁶⁵)

Governadora (1303²⁷⁶⁶)

iam 600 libras. Exemplo de uma gestão possível, face a uma contenda, no período imediatamente a seguir à peste negra, que deveria ser caótica e que se antevia dispendiosa.

²⁷⁶⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31; Mç. 18, doc. 31=Liv. 10, fl. 258-260.

²⁷⁶¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁷⁶² ADB, *Gav. das Religiões*, nº 24 (1301); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 7=ADB, *Gav. das Religiões*, nº 26=TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 30=Liv. 9, fl. 73-74v (1302); ADB, *Gav. das Religiões*, nº 26 (1303)

²⁷⁶³ ADB, *Gav. das Religiões*, nº 25 (1305); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 7 (1309); ADB, *Gav. das Religiões*, nº 28 (1310); TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 9 (1311); ADB, *Gav. das Religiões*, nº 30=TT, *OFM, PP, SCC*, Liv. 9, fl. 75-76 (1311); ADB, *Gav. das Religiões*, nº 137=ADB, *Gav. das Religiões*, nº 29=TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 25=Mç. 1, doc. 30=TT, *Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc.*, Mç. 18, cx. 19 (1311), aqui é tratada como vigária e procuradora.

²⁷⁶⁴ TT, *OFM, PP, SCS*, Mç. 1, doc. 18

²⁷⁶⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 33=Liv. 9, fl. 80v-81 (1316); *doc. régios*, Mç. 1, doc. 2=Liv. 9, fl. 100v-101 (1316); Mç. 1, doc. 42=Liv. 9, fl. 99v-100 (1318); Mç. 22, doc. 6=22, 30=Liv. 9, fl. 81v-82v=*Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc.*, Mç. 18, cx. 19.

²⁷⁶⁶ ADB, *Gav. das Religiões*, nº 26.

Seria filha de Maria Martins e, por isso, co-irmã de Boa Peres²⁷⁶⁷, mãe da fundadora do cenóbio, Mor Dias.

Desde 1301 é indicada como vigária²⁷⁶⁸ do mosteiro e está presente no litígio que opõe Mor Dias a Santa Cruz de Coimbra, aceitando, à data, a nomeação de dois árbitros eleitos (um franciscano²⁷⁶⁹ e um dominicano²⁷⁷⁰) para a referida causa.

Em 1302²⁷⁷¹, no seu testamento, D. Mor entrega-lhe uma importante tarefa: “que Domingas Periz vigayra das donas de Sancta Clara aja de veer as donas de Sancta Clara e o moesteyro desse logo ata que hy aja abadessa asi como a-de seer de dereyto porque entendi sempre e entendo que e bõa dona e de bona vyda” e pede ainda ao bispo de Lisboa, D. João Soalhães e ao do Porto, D. Geraldo, que a “contenham e mantenham em seu estado”, o que se revelará bem difícil e tempestuoso. Na mesma data entrega-lhe, como reconhecimento de todo o bem que dela recebeu, várias propriedades em Lobazes²⁷⁷², que devem ficar ao mosteiro após a sua morte²⁷⁷³.

Em 1303²⁷⁷⁴, Domingas, intitulando-se governadora e procuradora do mosteiro, começa a organizar um processo para enviar a Roma, a propósito do conflito que ainda decorre entre Santa Clara e os crúzios, pedindo ao bispo D. João os traslados dos documentos que o constituem.

²⁷⁶⁷ TT, *Sé de Coimbra, 1ª inc.*, Mç. 16, nº 12 e 13. Este parentesco é posto em relevo por Maria de Lurdes Rosa, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos” in *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira Azevedo, Vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coordenado por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 471-472.

²⁷⁶⁸ ADB, *Gav. das Religiões*, nº 24.

²⁷⁶⁹ Ver Quadro dos Frades Menores: Frei Gonçalo Fernandes, Guardião de Coimbra.

²⁷⁷⁰ Frei Pascásio.

²⁷⁷¹ Cf. *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 7=Mç. 1, doc. 30=ADB, *Gav. das Religiões*, nº 26.

²⁷⁷² Estes bens são: três casais, um paço, casas e vinhas, uma azenha e um moinho com todas as suas pertenças.

²⁷⁷³ Esta parece ser uma forma inteligente de doar bens ao mosteiro, dando-os a quem nele está e em quem confia.

²⁷⁷⁴ ADB, *Gav. das Religiões*, nº 26.

Mas, em 1305²⁷⁷⁵, problemas de vária ordem (que nunca são nomeados) fazem com que esta freira se afaste de Santa Clara e se recolha ao mosteiro de Santa Ana da Ponte, de onde o bispo de Lisboa a manda regressar para de novo tomar conta da comunidade²⁷⁷⁶, mesmo contra a vontade de outras donas²⁷⁷⁷ que dizem que “nunca lhi obedeceriam per nenhũa maneira” e a recebem mal.

Em 1309²⁷⁷⁸, já tudo parece ter voltado à normalidade e Domingas Peres, com o convento, afora os bens deste.

Em 1310²⁷⁷⁹, face à dúvida sobre a partilha dos bens de D. Mor, o bispo D. João Martins de Soalhães, o prior de Santa Cruz e Domingas aceitam aguardar pelo resultado da sentença apostólica, colocando fora desta questão o hospital de Ceira.

Em 1311²⁷⁸⁰, por determinação de D. João Martins de Soalhães, o cenóbio é extinto e a freira deve voltar, conjuntamente com outras donas, ao mosteiro de onde veio, São João das Donas, porque também não professou em Santa Clara, mantendo, no entanto, em vida os bens que lhe foram doados por Mor Dias, que depois da morte devem reverter para Santa Cruz.

²⁷⁷⁵ ADB, *Gav. das Religiões*, nº 25.

²⁷⁷⁶ O que sabemos sobre esta contenda apresentamo-lo no capítulo I do nosso trabalho.

²⁷⁷⁷ O que estas alegam parece ser da ordem do disciplinar, pois ameaçam-na de lhe “meter os ferros”, tirando-os a algumas que os tinham. Seriam problemas de castigos considerados injustos que terão levado à “sublevação”? Parece ser isso a que se refere o texto. Talvez o facto de haver comportamentos menos adequados tenha levado Domingas Peres a castigar algumas freiras de forma mais dura, o que não foi aprovado por outras. Ou então estariam outras freiras já presas pelas “sublevadas” e Domingas Peres é ameaçada com o mesmo castigo?

²⁷⁷⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 7 e ainda, em 1311, in *OFM, TT, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 9.

²⁷⁷⁹ ADB, *Gav. das Religiões*, nº 28.

²⁷⁸⁰ ADB, *Gav. das Religiões*, nº 30=TT, *OFM, PP, SCC*, Liv. 9, fl. 75-76; ADB, *Gav. das Religiões*, nº 137=ADB, *Gav. das Religiões*, nº 29=TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 25= Mç. 1, doc. 30=TT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2ª inc., Mç. 18, cx. 19 (1311).

Em 1316²⁷⁸¹, diz-se que Domingas Peres regressa ao mosteiro de Santa Clara, porque o de Santa Cruz não cumpriu o que devia e traz com ela todos os bens que lhe foram dados por Mor Dias que, à sua morte, ficarão para as clarissas.

Em 1318²⁷⁸², D. Domingos, prior-mor de Santa Cruz (embora sem o acordo da restante comunidade), chega a um acordo com a rainha D. Isabel, cedendo a Santa Clara todos os bens que esta freira possuía (bem como os outros que D. Mor tinha doado ao seu mosteiro). O litígio termina em 1319²⁷⁸³, ficando para ela e para o mosteiro de Santa Clara tudo o que usufruía e lhe fora concedido por D. Mor Dias.

21. ELVIRA MARTINS

Dona (1317²⁷⁸⁴)

Em 1317²⁷⁸⁵, em conjunto com outra dona, Marinha Gil, recebe²⁷⁸⁶ de Pedro Lourenço, prior de Góis, um casal situado em Vilarinho. O bem foi doado por alma de sua mãe, D. Maria, que expressou esta vontade e que se encontra sepultada no mosteiro.

22. INÊS RODRIGUES DE VASCONCELOS

Freira Professa (1331-1356²⁷⁸⁷)

²⁷⁸¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 33=Liv. 9, fl. 80v-81; *doc. régios*, Mç. 1, doc. 2=Liv. 9, fl. 100v-101.

²⁷⁸² Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 42=Liv. 9, fl. 99v-100.

²⁷⁸³ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 6=Mç. 22, doc. 30=Liv. 9, fl. 81v-82v=*Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc.*, Mç. 18, cx. 19.

²⁷⁸⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 40.

²⁷⁸⁵ *Ibidem*.

²⁷⁸⁶ Presente está, como testemunha, um homem de Joana Gonçalves Redonda. A entrega do bem é feita por um procurador de Pedro Lourenço, Gonçalo Vasques.

Abadessa (1362-1369²⁷⁸⁸; 1374-1385²⁷⁸⁹)

Filha de Rodrigo Peres de Vasconcelos e de Mor Martins Redondo²⁷⁹⁰, neta por via paterna de Pedro Anes de Vasconcelos e de uma sua barregã, Teresa Gil Feijó²⁷⁹¹ e, por via materna, de Martim Eanes Redondo e Maria Rodrigues de Jolda. Prima de Mor Martins Redonda²⁷⁹² e de Alda Barbosa, também elas membros da comunidade das clarissas de Coimbra. Sobrinha de Estêvão Coelho²⁷⁹³, casado com Senhorinha Afonso e de Joana Gonçalves Redonda.

²⁷⁸⁷ Entre estas datas: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30 (1331); Mç. 38, doc. 8 (1339); Mç. 36, doc. 6=Liv. 10, fl. 12v-14 (1339); Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 24, doc. 6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1339); Mç. 24, doc. 4 (1342); Mç. 9, doc. 31 (1356); Mç. 18, doc. 31=Liv. 10, fl. 258-260 (1356).

²⁷⁸⁸ Entre estas datas: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 10=Liv. 9, fl. 15-17 (1363); Mç. 6, doc. 16 (1363); Mç. 22, doc. 39 (1363); Mç. 24, doc. 11=Liv. 10, fl. 195-196v (1363); Mç. 6, doc. 22 (1364); Mç. 22, doc. 39 (1364); Mç. 22, doc. 40 (1364); Mç. 20, doc. 7=Liv. 9, fl. 478-478v (1365); Mç. 19, doc. 44=Mç. 6, doc. 26 (1365); Mç. 21, doc. 3 (1365); Mç. 21, doc. 4 (1366); Mç. 38, doc. 12 (1366); Mç. 6, doc. 32=Liv. 10, fl. 247-247v (1366); Mç. 21, doc. 5=Liv. 9, fl. 477v (1366); Mç. 1, doc. 6 (1367); Mç. 6, doc. 33 (1367); Mç. 35, doc. 6 (1367); Mç. 6, doc. 34=Mç. 9, fl. 190v-191v (1368); Mç. 6, doc. 37 (1369); Mç. 37, doc. 15=Liv. 9, fl. 58-58v; 58v-59v; 59v-60v (1369).

²⁷⁸⁹ Entre outras datas: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 16 (1374); Mç. 24, doc. 15 (1374); Mç. 7, doc. 17 (1375); Mç. 7, doc. 18 (1375); Mç. 21, doc. 11=Liv. 9, fl. 457v-459 (1375); Mç. 28, doc. 8=Liv. 9, fl. 130-131 (1375); Mç. 28, doc. 9 (1375); Mç. 7, doc. 22=Liv. 9, fl. 278-279 (1376); Mç. 20, doc. 16=Mç. 22, doc. 45 (1376); Mç. 22, doc. 44=Liv. 10, fl. 90-90v (1376); Mç. 7, doc. 25=Liv. 9, fl. 215v-216 (1378); Mç. 19, doc. 49 (1378); Mç. 22, doc. 46 (1378); Mç. 23, doc. 3=Liv. 9, fl. 214v-215 (1378); Mç. 35, doc. 7 (1378); Mç. 35, doc. 8=Liv. 9, fl. 19-19v (1378); Mç. 24, doc. 17 (1379); Mç. 7, doc. 18 (1379); Mç. 7, doc. 28 (1379); Mç. 7, doc. 30=Liv. 9, fl. 419v-420v (1379); Mç. 17, doc. 33=Mç. 17, doc. 34=Liv. 9, fl. 451-453v (1379); Mç. 37, doc. 19=Liv. 9, fl. 45-46 (1379); Mç. 19, doc. 50 (1380); Mç. 20, doc. 19 (1380); Mç. 11, doc. 48 (1381); Liv. 9, fl. 9v-10 (1381); Mç. 28, doc. 10 (1381); Mç. 32, doc. 12 (1381); Mç. 7, doc. 35 (1383); Mç. 7, doc. 36 (1383); Mç. 7, doc. 37 (1383); Mç. 7, doc. 38 (1383); Mç. 17, doc. 35 (1383); Mç. 19, doc. 51 (1383); Mç. 26, doc. 24 (1383); Mç. 31, doc. 7 (1383); Mç. 33, doc. 24 (1383); Mç. 33, doc. 25 (1383); Mç. 8, doc. 2=Liv. 9, fl. 305v-306 (1384); Mç. 8, doc. 3 (1384); Mç. 8, doc. 5=Liv. 9, fl. 192v-193 (1384); Mç. 21, doc. 14 (1384); Mç. 21, doc. 15 (1384); Mç. 22, doc. 49 (1384); Mç. 22, doc. 50 (1384); Mç. 25, doc. 21 (1384); Mç. 37, doc. 21=Liv. 9, fl. 44-45 (1384); Mç. 20, doc. 23 (1385); Mç. 20, doc. 22 (1385).

²⁷⁹⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31 e LD3S8; 9Q7-8 (onde não se refere Inês Rodrigues).

²⁷⁹¹ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol.II, p. 236.

²⁷⁹² Sobrinha de Alda Martins Redondo que foi abadessa do mosteiro beneditino de Semide, entre 1332 e 1343 (Rui Cunha Martins, *Património, Parentesco e Poder. O mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992, p. 54-55), de Beatriz Martins Redondo, abadessa de Vitorino das Donas (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. I, p. 373) e de Margarida Martins Redondo, monja em Arouca (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol.I, p. 373) e irmã de Aldonça Martins Redondo, que foi abadessa de Semide entre 1349 e 1386 (Rui Cunha Martins, *op. cit.*, p. 60).

²⁷⁹³ Tem uma filha, Maria Coelho. Doa, em 1380, por alma desta e em honra da sua sobrinha, Inês de Vasconcelos, a abadessa do mosteiro, todo o direito que possuía na igreja de Podentes, instituindo três

Em 1331²⁷⁹⁴, recebe, pelo referido testamento de Joana Gonçalves Redonda, em conjunto com outras freiras (suas primas), uma saia de arrais branco e 10 libras, a serem pagas anualmente.

Entre Junho de Dezembro de 1384, o convento com a sua abadessa estão na Alcáçova de Coimbra “hu elas pousam por razon da guerra que ora he entre o Rei de Castela e estes Reinos.”²⁷⁹⁵

Em 1385²⁷⁹⁶, a questão que tem com os dominicanos de Coimbra, que chega a Roma e ao monarca português, por causa de uns casais em Urzelhe, sela-se com uma avença amigável entre os dois conventos, que se materializa numa permuta de bens.

23. INÊS RODRIGUES DE ZAMORA

Freira Professa (1356²⁷⁹⁷)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

24. ISABEL DADE

Freira Professa (1356²⁷⁹⁸)

aniversários (no 1º de Janeiro, 1º de Agosto e 1º de Novembro, anualmente) in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 6, doc. 39 e Mç. 6, doc. 69.

²⁷⁹⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30.

²⁷⁹⁵ "sendo D. João Mestre de Avis, regedor e defensor dos reinos de Portugal e do Algarve" Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 21, doc. 14 o que é reiterado nos restantes documentos deste período: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 8, doc. 2=Liv. 9, fl. 305v-306; Mç. 8, doc. 3; Mç. 22, doc. 49; Mç. 29, doc. 21; Mç. 37, doc. 21=Liv. 9, fl. 44-45.

²⁷⁹⁶ OT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 22.

²⁷⁹⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁷⁹⁸ *Ibidem*.

Filha de Estêvão Dade²⁷⁹⁹, chantre da Sé de Viseu, prior de Guimarães e chanceler da rainha D. Isabel, e de Maria Eanes²⁸⁰⁰.

25. ISABEL DE CARDONA

Abadessa (1329-1362²⁸⁰¹)

²⁷⁹⁹ Em 16 de Maio de 1323, recebe uma bula de João XXII concedendo-lhe autorização, a pedido da Rainha D. Isabel, para “ler e ouvir” Direito Civil, no Estudo Geral, durante dois anos (Archivio Segreto Vaticano, *Reg. Vat. 75*, *Johannis Papae XXII*, fls. 228, citado em Sebastião Antunes Rodrigues, *7º Centenário do Casamento de D. Dinis com a Princesa de Aragão D. Isabel. A Cultura da Rainha Santa*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1982, p. 63).

²⁸⁰⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁸⁰¹ Entre as seguintes datas: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 16 (1329); Mç. 36, doc. 3 = Liv. 10, fl. 9v-10v (1330); Mç. 36, doc. 5 = Liv. 10, fl. 6v-8 (1330); Mç. 3, doc. 18 (1331); Mç. 3, doc. 19 (1331); Mç. 17, doc. 13 = Liv. 10, fl. 18-18v (1331); Mç. 3, doc. 23 (1332); Mç. 22, doc. 19 = Mç. 29, doc. 26 (1332); Mç. 27, doc. 18 (1336); Mç. 17, doc. 14 = Liv. 9, fl. 430v-431v; Mç. 3, doc. 27 = Liv. 9, fl. 153-153 v (1336); Mç. 18, doc. 27 (1337); Mç. 17, doc. 20 = Liv. 9, fl. 472-473 (1337); Mç. 19, doc. 26 (1337); Mç. 17, doc. 17 = Liv. 10, fl. 18v-19v (1337); Mç. 37, doc. 7 = Liv. 9, fl. 52-52v (1337); Mç. 33, doc. 18 = Liv. 10, fl. 397v-398 (1337); Mç. 3, doc. 34 = Mç. 18, doc. 26 = Liv. 9, fl. 304-304v (1337); Mç. 3, doc. 32 (1337); Liv. 10, fl. 75-77 (1338); Mç. 3, doc. 39 = Liv. 9, fl. 411v-412v (1338); Mç. 24, doc. 2 = Liv. 9, fl. 6-7 (1338); Mç. 17, doc. 22 = Liv. 9, fl. 461v-462v (1338); Mç. 25, doc. 13 = Liv. 10, fl. 209-210v (1338); Mç. 3, doc. 38 = Liv. 9, fl. 403-404 (1338); Mç. 24, doc. 3 = Liv. 9, fl. 7-8 (1338); Mç. 4, doc. 3 (1339); Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 38, doc. 8 (1339); Mç. 4, doc. 4 = Liv. 9, fl. 306v-307 (1339 e 1340); Mç. 36, doc. 6 = Liv. 10, fl. 12v-14 (1339 e 1340); Mç. 4, doc. 7 = Liv. 10, fl. 305 (1341); Mç. 24, doc. 4 (1342); Mç. 4, doc. 26 = Liv. 9, fl. 378v-379 (1343); Mç. 4, doc. 22 (1344); Mç. 4, doc. 25 (1345); Mç. 37, doc. 3 (1347); Mç. 22, doc. 24 (1348); Mç. 22, doc. 29 (1348); Mç. 37, doc. 9 = Liv. 9, fl. 46v-47 (1348); Mç. 33, doc. 19 (1348); Mç. 4, doc. 32 (1348); Mç. 4, doc. 35 (1348); Mç. 22, doc. 27 (1348); *doc. reg.* Mç. 1, doc. 14 = Liv. 9, fl. 135-136 v (1348 e 1353); Mç. 3, doc. 11 (1349); Mç. 5, doc. 15 = Liv. 9, fl. 473v-474v (1349); Mç. 4, doc. 39 (1349); Mç. 37, doc. 10 (1349); Mç. 22, doc. 27 (1349); Mç. 19, doc. 32 = Liv. 10, fl. 257-257v (1349); Mç. 24, doc. 6 = Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1349); Mç. 24, doc. 7 (1349); Mç. 17, doc. 26 = Liv. 9, fl. 466-467 (1350); Mç. 19, doc. 33 = Liv. 9, fl. 459-460 (1350); Mç. 36, doc. 8 = Liv. 10, fl. 10v-12 (1350); Mç. 5, doc. 2 = Liv. 10, fl. 236-237v (1351); Mç. 5, doc. 11 (1352); Mç. 5, doc. 6 (1352); Mç. 5, doc. 7 (1352); Mç. 5, doc. 14 (1353); Mç. 35, doc. 3 = Liv. 9, fl. 66-67 (1349 e 1353); Mç. 5, doc. 15 (1353); Mç. 5, doc. 16 A (1353); Liv. 10, fl. 242v-243 (1353); Mç. 5, doc. 14 (1353); Mç. 30, doc. 7 (1354); Mç. 5, doc. 19 (1354); Mç. 5, doc. 17 = Mç. 5, doc. 18 (1354); Mç. 19, doc. 41 (1354); Mç. 5, doc. 28 (1354); Mç. 5, doc. 27 = Liv. 9, fl. 418-419 (1355); Mç. 5, doc. 22 = Liv. 9, fl. 409-410 (1355); Mç. 5, doc. 21 (1355); Mç. 5, doc. 23 = Liv. 9, fl. 400v-401v (1355); Mç. 5, doc. 26 = Liv. 9, fl. 407v-408v (1355); Mç. 17, doc. 27 = Liv. 9, fl. 445v-446v (1355); Mç. 17, doc. 28 = Liv. 9, fl. 463-463v (1355); Mç. 19, doc. 39 = Liv. 9, fl. 475-476 (1355); Mç. 19, doc. 40 = Liv. 9, fl. 476-477 (1355); Mç. 18, doc. 31 = Liv. 10, fl. 258-260 (1356); Mç. 9, doc. 31 (1356); Mç. 5, doc. 30 (1356); Mç. 5, doc. 31 = Liv. 10, fl. 248-248v (1356); Mç. 18, doc. 28 = Liv. 10, fl. 17-17v (1356); Mç. 25, doc. 16 = Liv. 10, fl. 212-212v (1356); Mç. 19, doc. 43 (1357); Mç. 22, doc. 34 (1357); Mç. 26, doc. 23 = Liv. 10, fl. 347v-349 (1357); Mç. 36, doc. 9 = Liv. 10, fl. 14v-15v (1357); Mç. 6, doc. 14 (1357 e 1362); Liv. 9, fl. 464-464v (1359); Mç. 5, doc. 34 (1359); Mç. 5, doc. 36 = Liv. 10, fl. 240-240v (1359); Mç. 5, doc. 38 = Mç. 22, doc. 35 = Liv. 9, fl. 205v-206 (1359); Mç. 5, doc. 39 (1359); *doc. reg.* Mç. 1, doc. 16 (1359); Mç. 5, doc. 15 = Liv. 10, fl. 249-249v (1359); Mç. 5, doc. 37 = Liv. 10, fl. 246-247 (1359); Mç. 6, doc. 1

Filha de Raimundo de Cardona²⁸⁰², aragonês e de D. Beatriz, irmã bastarda da rainha D. Isabel, e irmã de Guilherme de Cardona²⁸⁰³.

A 4 de Janeiro de 1337²⁸⁰⁴, afora e manda povoar um meio casal dos Fundões que lhe pertence. No mesmo ano²⁸⁰⁵, empraza bens em Arcozelo, termo de Gouveia, que foram da freira Teresa Afonso de Melo²⁸⁰⁶ e, três anos depois²⁸⁰⁷, faz o mesmo com outros haveres da mesma freira sitos em Travancinha, Loriga e Sandomil.

Em 1338²⁸⁰⁸, numa doação régia da terra de Sangalhos ao mosteiro refere-se Isabel de Cardona como abadessa do cenóbio e testamenteira da Rainha Isabel.

Em 1348²⁸⁰⁹, é testamenteira de D. Maria Chancinha, mulher de Rui Vasques Ribeiro²⁸¹⁰, que se manda sepultar em Santa Clara de Coimbra, onde diz já ter a sua campa. No mosteiro institui uma capela, com um capelão e um aniversário. Doa ainda um rendimento de 10 libras às Clarissas, 50 aos Mendicantes de Coimbra (Franciscanos

(1360); Mç. 18, doc. 30=Liv. 9, fl. 360v-361v (1360); Mç. 22, doc. 36 (1360); Mç. 22, doc. 37 (1360); Mç. 34, doc. 5=Liv. 10, fl. 181-182v (1360); Mç. 17, doc. 29=Liv. 9, fl. 449-450 (1361); Mç. 18, doc. 31 (1361); Mç. 33, doc. 21=Liv. 10, fl. 405v-406v (1361); Mç. 33, doc. 20=Liv. 10, fl. 405-405v (1361); Mç. 6, doc. 5=Liv. 9, fl. 279-279v (1361); Mç. 6, doc. 7 (1362); Mç. 6, doc. 36 (1362); Mç. 6, doc. 8 (1362); Mç. 7, doc. 9 (1362); Mç. 6, doc. 9=Liv. 9, fl. 207v-208 e 216v-217 (1362); Mç. 6, doc. 15 (1362); Mç. 27, doc. 21 (1362).

²⁸⁰² Veja-se: Henrique David, Amândio Barros e João Antunes, “A Família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dinis” in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Universidade do Porto, II Série, Vol. IV, Porto, 1987, p. 69-87.

²⁸⁰³ Acerca da relação dos Cardona com Portugal, numa perspectiva de construção linhagística, veja-se Luís Krus, *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, p. 171-184. Como se declara em: TT, OFM, PP, SCC, Mç. 37, doc. 7=Liv. 9, fl. 52-52v.

²⁸⁰⁴ Cf. TT, OFM, PP, SCC, Mç. 37, doc. 7=Liv. 9, fl. 52-52v.

²⁸⁰⁵ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 3, doc. 34=Mç. 18, doc. 26=Liv. 9, fl. 304-304v.

²⁸⁰⁶ Vidé Ficha desta freira.

²⁸⁰⁷ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 4, doc. 4=Liv. 9, fl. 306v-307.

²⁸⁰⁸ TT, OFM, PP, SCC, Liv. 10, fl. 75-77.

²⁸⁰⁹ TT, OFM, PP, SCC, doc. reg., Mç. 1, doc. 14=Liv. 9, fl. 135-136 v

²⁸¹⁰ Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, II vol., p. 91, 183 e 248.

- 30 libras e Dominicanos - 20 libras) bem como 100 libras para os pobres e 50 para os seus testamenteiros²⁸¹¹.

Em 1354²⁸¹², recebe da rainha D. Beatriz 400 libras, de acordo com o codicilo que esta faz ao seu testamento, realizado em 1349, em que a freira já era dotada com 100 libras.

Em 1358²⁸¹³, pede ao papa para ser lhe serem mitigadas certas observâncias da Regra, por se encontrar doente. Inocêncio IV acede, não sem mostrar alguma resistência²⁸¹⁴. Curiosamente, não há referências a actos em que a prelada estivesse, presente, durante aquele ano²⁸¹⁵. No entanto, o abadessado de Isabel de Cardona prolongar-se-á até 1362.

Em 1359²⁸¹⁶, o rei D. Pedro concede-lhe que compre bens²⁸¹⁷ que rendam anualmente até 1000 libras, para manter uma capela em que se cante missas por alma de Beatriz, sua mãe e de Guilherme, seu irmão, ambos sepultados em Santa Clara.

Em 1360²⁸¹⁸, para dar cumprimento à carta anterior, compra Casais em Bravães, termo de Miranda, por 500 libras.

²⁸¹¹ Estes são, além da abadessa D. Isabel de Cardona, as que vierem depois dela e Mestre Geraldo. Constitui ainda a rainha como vedora do seu testamento.

²⁸¹² “Codicilo da Rainha D. Beatriz, porque enadeo muitos legados ao Testamento, que tinha feito, e outros diminuhio” in António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Livro II, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora Limitada, 1946, p. 342.

²⁸¹³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, vol. I, Porto-Braga, Editorial Franciscana, 1968, p. 337-338.

²⁸¹⁴ Como diz o papa: “Non videtur nobis quod sine alia informatione debeamus facere omnia ista, sed cardinalis de Gordonio qui scit statuta et conditiones ordinis, informet se et nobis referat”.

²⁸¹⁵ O que pode ser explicado pela doença a que se refere.

²⁸¹⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 40 e *doc. reg.*, Mç. 1, doc. 16.

²⁸¹⁷ Pede, para isso, dinheiro à irmã, D. Beatriz.

²⁸¹⁸ *Ibidem*.

26. ISABEL ESTEVES

Freira Professa (1339-1385²⁸¹⁹)

Filha de Estêvão Simão e Andreia Fernandes de Badajoz²⁸²⁰.

27. JOANA EANES

Freira Professa (1356²⁸²¹)

Filha de João Domingos e Domingas Martins²⁸²².

28. LEONOR (DE ARAGÃO)

Freira Professa (1356²⁸²³)

Filha de D. Afonso de Aragão, casado com a nobre portuguesa Maria Nunes Cogominho²⁸²⁴, filha de Nuno Fernandes Cogominho²⁸²⁵, almirante de D. Dinis e almotacé-mor de D. Afonso IV. Irmã de D. Branca, também ela freira das clarissas de Coimbra. Estas duas religiosas eram da família de Mor Dias, bisnetas da sua irmã, Joana Dias e, por via paterna, aparentadas com a Rainha Santa, uma vez que seu pai, D. Afonso de Aragão, era filho do meio irmão de D. Isabel, D. Pedro IV de Aragão.

²⁸¹⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 6 = Liv. 10, fl. 12v-14 (1339); Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 24, doc. 6 = Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1339); Mç. 38, doc. 8 (1339); Mç. 24, doc. 4 (1342); Mç. 9, doc. 31 (1356); Mç. 18, doc. 31 (1356); Mç. 20, doc. 22 (1385).

²⁸²⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁸²¹ *Ibidem*.

²⁸²² *Ibidem*.

²⁸²³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31; Mç. 18, doc. 31 = Liv. 10, fl. 258-260.

²⁸²⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31 e *LL30AU5 e AV6; 45N8*.

²⁸²⁵ Sobre esta família: Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 3ª edição, vol. I, Braga, Edição de Carvalhos de Bastos, 1992, p. 52-56 e *LL30Y7, AT4, AU5; 35G1*.

29. LEONOR GOMES COUTINHO

Dona (1385²⁸²⁶)

Filha de Gomes Lourenço, cavaleiro²⁸²⁷ e de Elvira Fernandes Coutinho²⁸²⁸.
Irmã de Isabel Fernandes Coutinho, soprioresa do mosteiro de cónegas regantes de Chelas (Lisboa)²⁸²⁹ e de Sancha Gomes Coutinho, casada com Martim Eanes d'Alvelos.

30. LEONOR RODRIGUES

Freira (1356²⁸³⁰)

Filha de Rui Vasques e Sancha Rodrigues de Elvas²⁸³¹.

31. MAFALDA GONÇALVES

Dona (1321-1322²⁸³²)

²⁸²⁶ OT, OFM, PP, SCC, Mç. 20, doc. 22.

²⁸²⁷ Cf. *Livro de Linhagens do século XVI*, editado por António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1957, p. 185-199; Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 65, 68-69, 92-93.

²⁸²⁸ Ver Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos. Linhagens, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999, p. 25.

²⁸²⁹ Entre 1416 e 1420 e foi ainda mordoma da vestimenta do mesmo cenóbio, em 1412, conforme está documentado na tese de Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 127-128.

²⁸³⁰ TT, OFM, PP, SCC, Mç. 9, doc. 31.

²⁸³¹ *Ibidem*.

²⁸³² TT, OFM, PP, SCC, Mç. 2, doc. 24 (1321); Mç. 18, doc. 15 (1322); Liv. 9, fl. 297 v (1322).

Em 1321²⁸³³, Abril Gomes, clérigo e capelão da igreja de Bruscos, quita-a de uma quantia (14 libras e meia) que ela lhe devia.

Em 1322²⁸³⁴, refere-se uma demanda por causa de bens que Mafalda Gonçalves doa ao convento e que Gonçalo Vasques tenta "forçar". Este documento é uma procuração feita a Afonso Fernandes, pela abadessa e convento, outorgada por Mafalda Gonçalves, para prosseguir a demanda. Em 19 de Fevereiro, o mosteiro toma posse desses bens (paço, quinta e casais) em Vinhó, termo de Gouveia.

32. MARGARIDA EANES

Freira Professa (1339-1395²⁸³⁵)

Em 1395²⁸³⁶, o mosteiro troca uma parte (1/12) de umas casas que tinha na Rua da Coruche, em Coimbra, que ficaram por morte e herança do pai desta freira, por um olival junto à Ribeira de São Romão.

33. MARGARIDA ESTEVES

Freira Professa (1321²⁸³⁷; 1356²⁸³⁸; a.1400²⁸³⁹)

²⁸³³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 24.

²⁸³⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 15.

²⁸³⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 6 = Liv. 10, fl. 12v-14 (1339); Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 24, doc. 6 = Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1339); Mç. 38, doc. 8 (1339); Mç. 24, doc. 4 (1342); Mç. 30, doc. 10 = Liv. 9, fl. 149v-150 (1395).

²⁸³⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 30, doc. 10 = Liv. 9, fl. 149v-150.

²⁸³⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 17 = Liv. 9, fl. 189-190v.

²⁸³⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

Filha de Estêvão Martins, alcaide de Coimbra e de Joana Domingues²⁸⁴⁰.

Em 1321²⁸⁴¹, refere-se um báculo no lugar de Arazede, perto de Montemor-o-Velho, que foi de Estêvão Martins, alcaide de Coimbra e de sua mulher, Joana Domingues e que ficou ao mosteiro por causa da filha, Margarida Esteves, ser freira do mesmo.

Em 1400²⁸⁴², o mosteiro empraza bens que usufrui por herança de Margarida Esteves, sua freira. As fazendas estendem-se pela vila e termo de Montemor-o-Velho.

34. MARGARIDA ESTEVES COELHA

Dona Professa (1327-1334²⁸⁴³)

Filha de Estêvão Peres Coelho e Maria Mendes Petite²⁸⁴⁴, filha de Soeiro Mendes. Irmã de Branca Peres Coelho²⁸⁴⁵, mãe de uma freira deste convento, Violante Peres de Alvim²⁸⁴⁶.

Em 1327²⁸⁴⁷, entrega ao mosteiro uma doação que lhe fizera Martim Afonso, cavaleiro de jus barbado e sua mulher, Alda Martins.

²⁸³⁹ Num documento desta data: TT, *OFM, PP, SCC*, Liv. 9, fl. 200v-201v, referem-se os bens que foram desta freira.

²⁸⁴⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁸⁴¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 17 = Liv. 9, fl. 189-190v.

²⁸⁴² TT, *OFM, PP, SCC*, Liv. 9, fl. 200v-201v.

²⁸⁴³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 32, doc. 5 (1327); Mç. 36, doc. 3 e Liv. 10, fl. 9v-10v (1330), Mç. 36, doc. 5=Liv. 10, fl. 6v-8 (1334).

²⁸⁴⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 3 e Liv. 10, fl. 9v-10v; Mç. 32, doc. 5 e *LD 2T6; 9B8-9; 30F5; 32E6*. Em todas estas referências do *Livro do Deão* fala-se deste casamento, mas esta freira não aparece referida como filha do casal (como realmente é). Em contrapartida são nomeados cinco filhos: João, Soeiro, Estêvão, Pedro e Branca.

²⁸⁴⁵ In *LL30F5*.

²⁸⁴⁶ Assim, Violante Peres de Alvim é sobrinha de Margarida Esteves Coelho.

Em 1330²⁸⁴⁸, o cenóbio recebe e toma posse da quinta do Caniçal, no termo de Óbidos e de um terreno com vinhas, por detrás do mosteiro²⁸⁴⁹, que obteve por escambo dos bens que lhe ficaram da freira com D. Maria, sua mãe. Em 1334²⁸⁵⁰, refere-se ainda esta permuta²⁸⁵¹.

35. MARGARIDA MARTINS

Freira (1339²⁸⁵²)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

36. MARGARIDA MIGUÉIS

Freira Professa (1339-1356²⁸⁵³)

Filha de Silvestre Miguéis e Maria Domingues de Braga²⁸⁵⁴.

²⁸⁴⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 32, doc. 5.

²⁸⁴⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 2; Mç. 36, doc. 3=Liv. 10, fl. 9v-10v.

²⁸⁴⁹ E que servirá para “alargarem o caminho que vai por trás do dito mosteiro”.

²⁸⁵⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 5=Liv. 10, fl. 6v-8.

²⁸⁵¹ E ainda o facto de D. Maria, mãe da referida freira, querer um portal e um sobrado no mosteiro e a rainha não lho querer dar e lhe oferecer em troca uma casa a par do mosteiro. A rainha não lho quiz dar por entender “que nom era proveito do dicto mosteiro e nosso serviço” in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 5=Liv. 10, fl. 6v-8.

²⁸⁵² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v.

²⁸⁵³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 6 =Liv. 10, fl. 12v-14 (1339); Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 38, doc. 8 (1339); Mç. 24, doc. 4 (1342); Mç. 9, doc. 31(1356).

²⁸⁵⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

37. MARGARIDA PERES DE GUIMARÃES

Freira Professa (1356²⁸⁵⁵)

Não foi possível coligir mais dados sobre esta freira.

38. MARGARIDA RODRIGUES

Freira Professa (1349-1356²⁸⁵⁶)

Filha do advogado João Rodrigues e de Urraca Martins Ribeiro dos Carvalhais²⁸⁵⁷, familiar do mordomo-mor da rainha, Gonçalo Peres Ribeiro²⁸⁵⁸, casado com D. Constança.

Em 1349²⁸⁵⁹, o mosteiro toma posse da quinta dos Carvalhais e outros bens, no termo de Penela, que foram da mãe, entretanto falecida, de Margarida e que ficam por herança da freira ao mosteiro. Três anos depois²⁸⁶⁰, o cenóbio empraza uma parte destas mesmas propriedades a um escudeiro, Fernão Martins Moreira, vassalo de Martim Lourenço da Cunha.

39. MARIA [ANES ou MARTINS DE RIBA VIZELA ou DE SOUSA]

²⁸⁵⁵ *Ibidem*.

²⁸⁵⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 27 (1349); Mç. 5, doc. 6 (1352); Mç. 9, doc. 31 (1356).

²⁸⁵⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁸⁵⁸ Em testamento datado de 1 de Janeiro de 1327, legou bens ao mosteiro, que elegeu para sua sepultura e de sua mulher e aí instituiu uma capela (TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 8).

²⁸⁵⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 27.

²⁸⁶⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 6.

Freira Professa (a. 1319²⁸⁶¹)

Filha de D. Martim Gil de Riba de Vizela (ou da Maia) e de Mília²⁸⁶² Fernandes de Castro. Irmã do Conde Dom Martim Gil de Riba Vizela (ou de Sousa)²⁸⁶³.

Tendo professado nas mãos de Maria Garcia de Seabra²⁸⁶⁴, a abadessa de Santa Clara de Coimbra que ocupou o cargo durante a vigararia de Domingas Peres, no período mais conturbado da vida do cenóbio²⁸⁶⁵, é sepultada, por motivos que desconhecemos, em São Francisco de Guimarães. Esta situação está na origem de uma demanda que se arrasta durante alguns anos perante o juiz eclesiástico nomeado por D. João Martins de Soalhães. Ouvidas as várias testemunhas, entre 4 e 24 de Setembro de 1319²⁸⁶⁶, o juiz decide favoravelmente ao mosteiro, que não só reivindica o corpo desta freira para ser sepultado entre as clarissas, como ainda os seus bens e pertenças.

40. MARIA (DE SOUSA)

²⁸⁶¹ Datação que deve ser relativa aos anos de 1305 e 1306, datas em que Maria Garcia Seabra esteve como abadessa de Santa Clara de Coimbra. Vidé sobre esta questão a Ficha da abadessa Maria Garcia de Seabra.

²⁸⁶² D. Mília terá deixado alguns bens ao mosteiro de Santa Clara, entre eles o casal dos Esporões, em Vila Caiz in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 29.

²⁸⁶³ Em *LL16E6* diz-se que Maria Eanes casou com Pero Fernandes Ponço das Astúrias e em *LL11H8* não é referida. Em *LL12A7*, refere-se uma dona Maria Martins, filha de Dom Martim Gil de Riba de Vizela e de Dona Mília Andres de Castro, casada com Fernão Rodrigues de Vilalobos, que não “houverom semel lidima”. Sobre esta família leia-se José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. II, p. 1372-1380.

²⁸⁶⁴ Esta inquirição tenta então provar que Dona Maria “fuisset professa dicti monasterii Sancte Clare Colimbriensis et assumpsisset habitum, velum et cordam ejusdem ordinis, Beate Clare qui profitentibus consuevit dari et solempniter fecisset professionem in manibus domne Marie Garcie olim abatisse dicti monasterii Sancte Clare” in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 4. Alguns dos inquiridos, frades franciscanos, dizem que a viram fazer profissão “nas mãos” da abadessa Maria Garcia de Seabra e que como professa viveu em Santa Clara de Coimbra. No entanto, no mesmo documento, o testemunho do frade Pedro Peixeiro parece indicar que ela já tinha professado antes, em Benavente dos Campos e que teria de lá vindo com Maria Garcia de Seabra, que irá ser a abadessa de Santa Clara de Coimbra.

²⁸⁶⁵ E, segundo dizem os frades de Guimarães, terá morrido próximo desse burgo.

²⁸⁶⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 4.

Freira Professa (1356²⁸⁶⁷)

Filha de Vasco Martins de Sousa que, em 1357, era chanceler de D. Pedro I e de D. Inês Dias Manuel²⁸⁶⁸. Neta de Martim Afonso Chichorro (II)²⁸⁶⁹ e de Aldonça Anes de Briteiros, abadessa de Arouca²⁸⁷⁰.

41. MARIA EANES

Dona (1305)

Freira Professa (1356²⁸⁷¹)

Filha de João Domingues e Margarida Martins de Soure²⁸⁷².

Em 1305²⁸⁷³, é uma das freiras que não aceita o regresso de Domingas Peres como Vigária do convento²⁸⁷⁴ e parece ser uma das chefes da revolta que se instalou no mosteiro²⁸⁷⁵.

42. MARIA FERNANDES (COUTINHO)

²⁸⁶⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁸⁶⁸ *Ibidem*.

²⁸⁶⁹ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. I, 176-177.

²⁸⁷⁰ Este Martim Afonso Chichorro (II) “nom houve semel lidima, mais houve ã filho em ãa dona que era abadessa d’Arouca, que havia nome dona Aldonça Anes de Briteiros, e o filho houve nome Vaasco Martiis” (*LL22G15*).

²⁸⁷¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31; Mç. 18, doc. 31=Liv. 10, fl. 258-260.

²⁸⁷² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁸⁷³ ADB, *Gav. das Religiões*, nº 25.

²⁸⁷⁴ Ver Ficha sobre esta freira.

²⁸⁷⁵ Sobre esta questão, ver a parte I do nosso trabalho.

Freira Professa (1339-1356²⁸⁷⁶)

Filha de Fernão Martins Coutinho e de Teresa Peres Varela²⁸⁷⁷. A mãe, Teresa Peres Varela, é da família do arcebispo de Santiago (Gonçalo Fernandes Varela) e sobrinha de uma dama da corte de D. Afonso IV e o pai, Fernão Martins Coutinho, está ao serviço do infante D. Afonso²⁸⁷⁸.

43. MARIA GARCIA DE SEABRA

Abadessa (entre 1303 e 1305²⁸⁷⁹)

Esteve no cargo durante o período em que os franciscanos eram os responsáveis pelo cenóbio e a sua vigária era Domingas Peres que, na altura, terá saído do mosteiro, por não concordar com a situação e, possivelmente, com a eleição desta abadessa, feita por intervenção directa dos Menores²⁸⁸⁰.

A sua eleição²⁸⁸¹ é testemunhada pelos franciscanos, nomeadamente Frei Tomás (custódio de Coimbra em 1319²⁸⁸²), que diz ter estado presente “quando dicta domna

²⁸⁷⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 6 =Liv. 10, fl. 12v-14 (1339); Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 24, doc. 6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1339); Mç. 24, doc. 4 (1342); Mç. 9, doc. 31 (1356); Mç. 18, doc. 31 (1356).

²⁸⁷⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31. Em *LL76A4* refere-se este casamento, mas não se diz o nome desta filha.

²⁸⁷⁸ Luís Filipe Oliveira, *op. cit.*, p. 24.

²⁸⁷⁹ Estas datas são calculadas a partir das situações vividas no mosteiro já anteriormente descritas neste trabalho. Esta abadessa surge nomeada num documento de 29 de Agosto de 1319 in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 4.

²⁸⁸⁰ Cf. in Fernando Félix Lopes, “Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente. Ministros Provinciais a que obedeciam” in *Colecção de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997, p. 58-61, onde Frei Soeiro está recensado num documento de 1306 como Provincial da Província de Portugal da Ordem dos Menores, o que confirma a data deste abadessado, pois sabemos que a acta da eleição desta abadessa foi entregue e confirmada pelo Provincial, Frei Soeiro Alvim. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 4.

²⁸⁸¹ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 4.

²⁸⁸² Ver Quadro dos Frades Franciscanos do Convento de Santa Clara de Coimbra.

Maria Garcia fuit canonice electa pro abbatissa ejusdem dicti monasterii Sancte Clare et recepit decretum electionis et presentavit ipsum ministro scilicet fratri Sugerio de Alvim qui quidem ministre eam confirmavit secundum sui ordinis instituta”. A esta eleição assistiu ainda outro Frade Menor, Pedro Peixeiro de Coimbra²⁸⁸³.

Maria de Seabra veio do convento de Benavente dos Campos, acompanhada de Maria Eanes²⁸⁸⁴, como confirma o franciscano Frei Pedro Peixeiro.

44. MARIA GIL

Freira Professa (1356-1357²⁸⁸⁵)

Filha de Maria Eanes e de Gil Fernandes²⁸⁸⁶, advogado e irmão de Antoninho Fernandes²⁸⁸⁷. Irmã de Margarida Gil, casada com o tabelião João Martins²⁸⁸⁸ e João Gil, (que já tinha morrido) e Constança Gil (que também já falecera).

Em 1375²⁸⁸⁹, o mosteiro realiza a partilha de bens que, por morte de Maria Eanes, mãe desta freira, ficavam ao cenóbio²⁸⁹⁰. Entre estas fazendas, contam-se as que

²⁸⁸³ Sobre este frade, veja-se o papel por ele desempenhado, neste período conturbado da história das clarissas de Coimbra, analisado na primeira parte do nosso estudo.

²⁸⁸⁴ Ver Ficha da Freira Maria Eanes.

²⁸⁸⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31 (1356); Mç. 7, doc. 18 (1357).

²⁸⁸⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁸⁸⁷ Sobre esta personagem e a sua importante biblioteca com 25 códices (com livros de direito civil e canónico, teologia, e outras matérias), veja-se Saul António Gomes, “Três Bibliotecas Particulares na Coimbra de Trezentos. Em torno das elites e das culturas urbanas medievais”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra, 2003, p.31-33.

²⁸⁸⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 7, doc. 18.

²⁸⁸⁹ *Ibidem*.

²⁸⁹⁰ Tendo morrido primeiro o pai, a mãe administrava os bens, em seguida morreu o irmão, herdando a mãe a sua parte. Por fim, à morte da mãe, Margarida Gil e o seu marido ficaram como administradores de todos os bens, acrescida ainda esta herança de outra do tio paterno, Antoninho Fernandes, que deixara 400 libras aos sobrinhos, bem como outros dinheiros que não estavam partilhados. Por outro lado, as despesas feitas por Margarida Gil e marido, como testamenteiros da mãe (testamento feito em 3-6-1379) eram muito grandes e, por isso, queriam partilhar tudo, acabando por chegar a um acordo.

Maria Eanes tinha doado ao mosteiro aquando da entrada da filha na Ordem²⁸⁹¹ e outras, como o Cidral da Fonte da Rainha. Nas partilhas está igualmente presente a outra parte interessada: a irmã Margarida Gil, através do seu marido e procurador, João Martins.

45. MARIA GONÇALVES [DE SOUSA]

Freira (1384²⁸⁹²)

Filha de Gonçalo Garcia²⁸⁹³, possivelmente Gonçalo Garcia de Sousa (II)²⁸⁹⁴, o último varão da linhagem de Sousa.

Em 1384²⁸⁹⁵, o mosteiro empra a Quinta da Mota, no julgado da Feira, que ficou a Maria Gonçalves por morte e herança de seu pai.

46. MARIA GONÇALVES REDONDA

Abadessa (1317-1328²⁸⁹⁶)

²⁸⁹¹ “Para entramento e paimento quando pos a dita sua filha na dita ordem”. É, então, exigido que o mosteiro dividisse também estes bens (roupa, pitança e cera) ou desse 400 libras por eles. Em troca, o cenóbio quer que os bens entregues a Margarida Gil, pelo seu casamento, também sejam partilhados de forma igualitária. Este dado é muito interessante, pois remete para a concepção de paridade que se estabelece entre o dote de uma freira e o de uma esposa.

²⁸⁹² TT, OFM, PP, SCC, Mç. 29, doc. 21.

²⁸⁹³ *Ibidem*.

²⁸⁹⁴ In *LL22F12-13* e José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. I, p. 24 e Luis Krus, “O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousa” in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, p. 59-99.

²⁸⁹⁵ *Ibidem*.

²⁸⁹⁶ Entre estas datas: TT, OFM, PP, SCC, Mç. 18, doc. 7=Liv. 9, fl. 111-111v (1317); Mç. 18, doc. 9 (1318); Mç. 1, doc. 47 (1318); Mç. 1, doc. 31 e Mç. 2, doc. 1 (1319); Mç. 2, doc. 2 (1319); Mç. 2, doc. 6 (1319); Mç. 2, doc. 7 (1319); Mç. 22, doc. 6=Mç. 22, doc. 30=Liv. 9, fl. 81v-82v=*Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc.*, Mç. 18, ex. 19 (1319); Mç. 2, doc. 4 (1319); Mç. 17, doc. 12 (1320); Mç. 18, doc. 12 (1320); Mç. 19, doc. 12=Liv. 9, fl. 277 e 278 (1320); Mç. 2, doc. 23 (1321); Mç. 22, doc. 11 (1321); Mç. 2, doc. 19 (1321); Mç. 27, doc. 4 (1321); Mç. 2, doc. 17 =Liv. 9, fl. 189-190v (1321); Liv. 9, fl. 297 v (1322); Mç. 18, doc. 15 (1322); Mç. 22, doc. 12 (1322); Mç. 2, doc. 26 (1322); Mç. 1, doc. 32 (1322) = Liv. 9, fl. 120v-122; Mç. 28, doc. 2 = Liv. 9, fl. 114v-115 (1322); Mç. 2, doc. 32=Liv. 9, fl. 114; Mç. 38,

Filha de Gonçalo Anes Redondo e da sua segunda esposa, Urraca Fernandes d' Andrade²⁸⁹⁷. Irmã de Joana Gonçalves Redonda²⁸⁹⁸, senhora da corte da rainha Isabel, e de Martim, Nuno, Álvaro e Mor. Tia de algumas freiras do mosteiro, como Alda Martins Barbosa, Inês Rodrigues de Vasconcelos e Mor Martins Redonda²⁸⁹⁹.

Em 1317²⁹⁰⁰, recebe de Maria Domingues e Mafalda Domingues, duas irmãs, monjas de Celas de Guimarães e filhas de Domingos Martins e Aldonça Bentes, um olival, além da ponte de Coimbra²⁹⁰¹. Esta doação é feita a pedido da rainha D. Isabel e para recompensar a abadessa “por bem e ensinança que de vós recebemos”.

Acompanha todo o processo de regularização dos bens doados por D. Mor ao mosteiro e a contenda com Santa Cruz por eles suscitada. Em 1319²⁹⁰², reúne o convento e em cabido aceitam o acordo com o cenóbio crúzio, que lhes devolve grande parte dos bens alienados. No mesmo ano²⁹⁰³, decorre o processo²⁹⁰⁴ entre o cenóbio e o de São Francisco de Guimarães por causa da herança de D. Maria, irmã do conde D. Martinho e professa das clarissas de Coimbra, que termina com uma sentença favorável à abadessa e à comunidade.

doc. 1 (1325); Mç. 19, doc. 18=Liv. 9, fl. 152-152v (1325); Mç. 5, doc. 39 (1325); Mç. 2, doc. 39 (1326); Mç. 2, doc. 40 (1326); Mç. 3, doc. 2=Liv. 9, fl. 303-304 (1326); Mç. 19, doc. 38=Mç. 22, doc. 15=Mç. 22, doc. 37 = Liv. 10, fl. 255-256 (1327); Mç. 32, doc. 5 (1327); Mç. 3, doc. 8=Mç. 18, doc. 17 (1327); Liv. 9, fl. 103-104v (1328); Mç. 19, doc. 22 (1328).

²⁸⁹⁷ In *LL34I3-4*.

²⁸⁹⁸ Ver Esquema Genealógico dos Redondo.

²⁸⁹⁹ Como se comprova no testamento da sua irmã Joana e no Esquema Genealógico dos Redondo.

²⁹⁰⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 7=Liv. 9, fl. 111-111v.

²⁹⁰¹ Na Pedreira de onde os franciscanos estão a tirar a pedra para construção do seu mosteiro.

²⁹⁰² Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 6=Mç. 22, doc. 30=Liv. 9, fl. 81v-82v=*Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc.*, Mç. 18, cx. 19.

²⁹⁰³ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 4.

²⁹⁰⁴ Sobre este, veja-se capítulo I do nosso trabalho.

Em 1320²⁹⁰⁵, recebe de Pedro Rodrigues, criado de João Gonçalves, uma doação para ela e para o mosteiro, de um casal em Albarrol.

Em 1321²⁹⁰⁶, o mosteiro confronta-se com o problema do pagamento das dízimas de que se proclama isento.

No mesmo ano²⁹⁰⁷, um seu criado, Afonso Eanes, compra parte de um moinho no termo de Penela e ela própria assume o compromisso de cumprir o testamento de Gonçalo Peres Ribeiro²⁹⁰⁸ e de sua mulher, que escolhem sepultura no mosteiro e dão vários bens ao mesmo²⁹⁰⁹. Este trará grandes vantagens materiais ao cenóbio e revela-se como um importante contributo para a sua manutenção²⁹¹⁰.

Em 1322²⁹¹¹, a abadessa arrenda, para o mosteiro, por 17 libras e 12 soldos de dinheiros portugueses, durante dois anos, metade dos moinhos sitos na Ribeira de Penela, dado que a outra metade já é do cenóbio. Neste mesmo ano²⁹¹², numa procuração geral feita a Afonso Fernandes, clérigo do mosteiro, intitula-se “Maria Gonçalves pela mercê de Deus, abadessa do Mosteiro de Santa Clara d’ aprés de Coimbra e o convento desse mosteiro”

²⁹⁰⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 12.

²⁹⁰⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 11 e Mç. 2, doc. 23. Sobre esta questão veja-se ainda o capítulo II do nosso trabalho.

²⁹⁰⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 19.

²⁹⁰⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 37.

²⁹⁰⁹ Compromisso reiterado em 1327 (ver TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 38=Mç. 22, doc. 15=Mç. 22, doc. 37=Liv. 10, fl. 255-256), pedindo, nesta data, à rainha D. Isabel que outorgasse as disposições testamentárias, o que ela faz apondo o seu selo. Este documento, que é do rei e transcreve o testamento de Gonçalo Peres Ribeiro, tem a particularidade de descrever os selos que este tem apensos: um da abadessa, outro do convento, um da rainha, outro de Gonçalo Peres Ribeiro e o quinto de sua mulher, dona Constança. Os selos do convento e da abadessa são de cera branca e cada um deles tem um crucifixo com Maria e João, um deles tem um escudete de bandas “em fundo do crucifixo” e o outro tem uma figura de mulher “a so o crucifixo”.

²⁹¹⁰ Vidé capítulo III sobre a figura de Gonçalo Peres Ribeiro e a sua importância no contexto do cenóbio e dos seus patronos.

²⁹¹¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 26.

²⁹¹² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 18, doc. 15.

Em 1325²⁹¹³, é procuradora da irmã Joana Gonçalves para dar carta de povoamento às suas terras na Gandara, termo de Lousã que pertencem à sua quinta da Lousã.

Em 1328, recebe de D. Isabel, em nome do mosteiro, um paço com uma vinha²⁹¹⁴. Este paço destina-se a ser a residência da rainha, e após a sua morte deverá ser transformado em hospital²⁹¹⁵.

47. MARIA LOURENÇO

Freira Professa (1356-1370²⁹¹⁶)

Filha de Lourenço Martins Miguéis e Maria Eanes do Porto²⁹¹⁷ e neta de Mor Domingues, casada com Martim Pais das Eiras²⁹¹⁸. Irmã de Mor Lourenço (em 1370, menor de idade), casada com Pedro Esteves, escrivão do Rei na correição do Entre Douro e Minho, ambos moradores no Porto²⁹¹⁹.

²⁹¹³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 39.

²⁹¹⁴ Este paço tinha-o a rainha arrendado do mosteiro de Santa Ana, por 150 libras de portugueses anuais. Esta renda passará a ser paga pelo mosteiro de clarissas ao das cónegas regantes de Santa Ana da Ponte.

²⁹¹⁵ Sobre esta doação, veja-se o capítulo II deste trabalho.

²⁹¹⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31 (1356); Mç. 25, doc. 18=Liv. 9, fl. 23-25v (1369). Os bens desta freira são referidos em TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 17 (1369); Mç. 25, doc. 18=Liv. 9, fl. 23.25v; Mç. 32, doc. 11 (1370).

²⁹¹⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁹¹⁸ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 17.

²⁹¹⁹ Cf. *Ibidem*.

Em 14 de Novembro de 1369²⁹²⁰, o mosteiro empraça herdades que tem no Porto e na Maia que lhe ficaram desta freira, por morte da avó e do pai. O empraçamento é, curiosamente, feito à irmã da monja e ao seu marido, moradores na cidade do Porto.

Em 1370²⁹²¹, recebe, por partilhas que realiza com a sua irmã dos bens da avó e do pai, casas na Rua Chã do Porto, um terço das casas das eiras, o Casal da Maia em Parada, duas casas na Feira, dois pardeeiros em Pena Ventosa e um quinhão de uma azenha em Lordelo²⁹²². Tudo isto depois de várias contendas devidas ao facto do mosteiro não querer executar as partilhas com Pedro Esteves e sua mulher, irmã ainda menor, da freira. Ainda em 1370²⁹²³ se nomeiam estes bens na cidade do Porto e na terra da Maia, então empraçados pelo mosteiro.

48. MARIA MENDES (DE BRITEIROS)

Freira Professa (1339-1358²⁹²⁴)

Filha de Martinho Mendes de Briteiros, que os Livros de Linhagens dizem não ter tido descendência²⁹²⁵, não constando o nome da mãe, no documento em apreço²⁹²⁶, o

²⁹²⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 17.

²⁹²¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 25, doc. 18=Liv. 9, fl. 23-25v.

²⁹²² Que se diz terem ficado “por morte de João d’Aguadim, seu avô ou por outra qualquer guisa”.

²⁹²³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 32, doc. 11.

²⁹²⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 6=Liv. 10, fl. 12v-14 (1339); Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 24, doc. 6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1339); Mç. 38, doc. 8 (1339); Mç. 24, doc. 4 (1342); Mç. 9, doc. 31 (1356); *MPV*, documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, vol. I, Porto-Braga, Editorial Franciscana, 1968, p. 337-338 (1358).

²⁹²⁵ *LL23 A 2*.

²⁹²⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

que pode indicar a sua bastardia²⁹²⁷. Sobrinha de Teresa Mendes de Briteiros²⁹²⁸, monja e abadessa de Lorvão²⁹²⁹ e de Guiomar Mendes, abadessa de Celas²⁹³⁰.

49. MARINHA AFONSO

Dona Professa (1350²⁹³¹; 1357²⁹³²)

Filha de Maria Raimundes e Afonso Peres, mercador de Braga e irmã de Catarina Afonso e Clara Afonso, casada com Martim Vasques²⁹³³. Neta de Raimundo Eanes²⁹³⁴, que foi mercador em Braga e sua mulher, Clara Domingues.

Em 1350²⁹³⁵, ao fazer partilhas com as irmãs dos bens no termo de Calhariz, em Lisboa, ficam-lhe: duas courelas e meia, meia almuinha, uma vinha, quinhão de outra vinha, terça da meia de courela de vinha, parte de casas e vários foros em dinheiro. No mesmo ano²⁹³⁶, o mosteiro arrenda as heranças e foros no lugar de Calhariz que lhe

²⁹²⁷ Em *MPV*, documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, vol. I, Porto-Braga, Editorial Franciscana, 1968, p. 338, o papa acede ao que he é pedido “non obstante defectu predicto” que não se especifica qual é, e pode bem ser a sua bastardia.

²⁹²⁸ *LL23A2*.

²⁹²⁹ Veja-se sobre isto Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, p. 144 e bibliografia que aí cita.

²⁹³⁰ Cf. Maria do Rosário Morujão, *Um Mosteiro Cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001, p. 148.

²⁹³¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 7; Mç. 38, doc. 8.

²⁹³² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 31, doc. 5.

²⁹³³ Este e sua mulher ainda protestam, em relação à parte que lhes cabia dos bens da avó, por dizerem que Raimundo Eanes tinha entregue ao mosteiro de Santa Clara de Coimbra 800 libras pela parte que cabia à referida freira dos bens desta. No entanto, este protesto não parece ter sustentação escrita e, por isso, é registado mas não é atendido.

²⁹³⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 31, doc. 5; Mç. 36, doc. 7; Mç. 38, doc. 8.

²⁹³⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 38, doc. 8.

²⁹³⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 7.

ficaram por herança de Marinha Afonso, por morte de seu avô. Em 1357²⁹³⁷, o mosteiro empra os bens anteriormente referidos.

50. MARINHA ESTEVES

Freira Professa (1356²⁹³⁸)

Filha de Estêvão Fernandes e Urraca Vasques de Guimarães²⁹³⁹.

51. MARINHA GIL

Dona (1317²⁹⁴⁰)

Freira (1331-1336²⁹⁴¹)

Em 1317²⁹⁴², em conjunto com outra dona, Elvira Martins, recebe²⁹⁴³ de Pedro Lourenço, prior de Góis, um casal situado em Vilarinho. Este bem foi doado por alma de sua mãe, D. Maria, que expressou esta vontade e que se encontra sepultada no mosteiro.

Em 1331²⁹⁴⁴, recebe, por meio do testamento de Joana Gonçalves Redonda, com outras freiras, uma saia de arrais branco e 10 libras, pagas anualmente. É ainda

²⁹³⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 31, doc. 5.

²⁹³⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁹³⁹ *Ibidem*.

²⁹⁴⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 40.

²⁹⁴¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30 (1331); Mç. 22, doc. 21 (1336).

²⁹⁴² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 1, doc. 40.

²⁹⁴³ Presente está, como testemunha, um homem de Joana Gonçalves Redonda. A entrega do bem é feita por um procurador de Pedro Lourenço, Gonçalo Vasques.

²⁹⁴⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30.

nomeada, com a rainha D. Isabel, a abadessa do convento, Maria Gonçalves Redonda, Dona Vataça e Frei Antoninho do Porto, testamenteira da referida Joana Redonda.

Em 1336²⁹⁴⁵, já na sua qualidade de testamenteira e em conjunto com o franciscano Frei Antoninho do Porto, vende à rainha D. Isabel a quinta da Lousã por 800 libras.

52. MÉCIA RODRIGUES LEITÃO

Freira (1385²⁹⁴⁶)

Filha do cavaleiro Rui Vasques Leitão²⁹⁴⁷.

53. MOR GARCIA

Freira (1331²⁹⁴⁸)

Em 1331²⁹⁴⁹, recebe no testamento de Joana Gonçalves Redonda, em conjunto com outras freiras, 10 libras, pagas anualmente.

54. MOR MARTINS REDONDA

Freira Professa (1331²⁹⁵⁰; 1356²⁹⁵¹)

²⁹⁴⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 21.

²⁹⁴⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 20, doc. 22.

²⁹⁴⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2ª edição, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 525-526.

²⁹⁴⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30.

²⁹⁴⁹ *Ibidem*.

Filha de Martim Redondo de Treixomil e Senhorinha Eanes²⁹⁵² e sobrinha de Joana Gonçalves Redonda²⁹⁵³, prima de Alda Martins Barbosa e Inês Rodrigues de Vasconcelos, todas elas contempladas no testamento da tia. É parente próxima, tia ou prima, de algumas freiras de Semide, como Guiomar Anes Redonda, Alda Martins Redonda de Treixomil e Aldonça Martins Redonda²⁹⁵⁴.

Em 1331²⁹⁵⁵, recebe, no referido testamento de Joana Gonçalves Redonda, em conjunto com outras freiras, uma saia de arrais branco e 10 libras, a serem pagas anualmente.

55. MOR MENDES

Freira (1331²⁹⁵⁶)

Em 1331²⁹⁵⁷, é contemplada no testamento de Joana Gonçalves Redonda, com 10 libras, pagas anualmente.

56. OUROANA PERES

Freira Professa (1356²⁹⁵⁸)

²⁹⁵⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30.

²⁹⁵¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31; Mç. 18, doc. 31=Liv. 10, fl. 258-260.

²⁹⁵² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31 e in *LL34Q3-4*.

²⁹⁵³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30.

²⁹⁵⁴ Sobre as monjas desta comunidade veja-se: Rui Cunha Martins, *Património, Parentesco e Poder. O mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992, p. 53-55, 59, 60-61.

²⁹⁵⁵ *Ibidem*.

²⁹⁵⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 19, doc. 30.

²⁹⁵⁷ *Ibidem*.

Filha de Pedro Eanes Boxeiro e Urraca Fernandes²⁹⁵⁹.

57. SANCHIA EANES

Freira (1344²⁹⁶⁰)

Filha de João Bartolomeu e Maria Eanes²⁹⁶¹.

Em 1344²⁹⁶², o mosteiro empraza bens (uma parte das casas, vinhas, herdades e moinhos em Alagoa) que esta freira teve da herança dos pais, a par dos Paços do rei no Botão.

58. SANCHIA ESTEVES

Freira Professa (1356²⁹⁶³)

Filha de Estêvão Peres Azedo de Évora²⁹⁶⁴.

59. SANCHIA LOURENÇO

Dona e Vigária (1295²⁹⁶⁵)

²⁹⁵⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁹⁵⁹ *Ibidem*.

²⁹⁶⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 22.

²⁹⁶¹ *Ibidem*.

²⁹⁶² *Ibidem*.

²⁹⁶³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31; Mç. 18, doc. 31=Liv. 10, fl. 258-260.

²⁹⁶⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

Freira (1302²⁹⁶⁶)

Filha de dona Elvira²⁹⁶⁷ e de Lourenço Soares. Irmã de Vasco Lourenço e Maria Lourenço²⁹⁶⁸ e sobrinha de Martim Soares Pacheco²⁹⁶⁹.

Em 1302²⁹⁷⁰, D. Dinis interfere num litígio entre a freira e os irmãos, que não querem fazer as partilhas dos bens do pai e da mãe.

60. SANCHIA PERES

Freira (1339-1342²⁹⁷¹; 1342²⁹⁷²)

Será possivelmente a tia de Mor Dias, que vem com ela do convento de São João das Donas.

61. SENHORINHA MIGUÉIS

Freira Professa (1339-1356²⁹⁷³)

²⁹⁶⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 37, doc. 2=Liv. 9, fl. 62, onde se diz que, “jazendo doente en o dicto monsteiro de doenza unde passou, ante que passasse”, doa ao mosteiro dois casais em Papo de Rola, cem libras de dinheiros portugueses que lhe devia sua mãe e os bens que herdara do seu tio, que são Além Douro.

²⁹⁶⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 2.

²⁹⁶⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 37, doc. 2=Liv. 9, fl. 62 e 22, 2.

²⁹⁶⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 2.

²⁹⁶⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 37, doc. 2=Liv. 9, fl. 62.

²⁹⁷⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 2.

²⁹⁷¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 6 =Liv. 10, fl. 12v-14; Mç. 4, doc. 23; Mç. 4, doc. 24; Mç. 24, doc. 6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v; Mç. 38, doc. 8.

²⁹⁷² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 4.

Filha de Miguel Domingues e Maria Eanes²⁹⁷⁴.

62. TERESA AFONSO

Freira (1339²⁹⁷⁵)

Filha de Afonso Martins, homem²⁹⁷⁶ e criado da rainha D. Isabel e seu tesoureiro²⁹⁷⁷, que foi casado com Sancha Lourenço, e irmã de Maria Afonso, casada com Rui Domingues²⁹⁷⁸.

Em 1339²⁹⁷⁹, fazem-se as partilhas dos bens que ficaram ao cenóbio por morte de Afonso Martins, pai da freira. Das fazendas em Abrantes e seu termo, ficam ao mosteiro uma vinha, uma courela de bacelo e uma adega.

63. TERESA AFONSO DE MELO

Freira Professa (1325-1352²⁹⁸⁰)

Abadessa de Benavente dos Campos (1355-1358²⁹⁸¹)

²⁹⁷³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 36, doc. 6=Liv. 10, fl. 12v-14 (1339); Mç. 4, doc. 23 (1339); Mç. 4, doc. 24 (1339); Mç. 24, doc. 6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v (1339); Mç. 38, doc. 8 (1339); Mç. 24, doc. 4 (1342); Mç. 9, doc. 31 (1356).

²⁹⁷⁴ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

²⁹⁷⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 35, doc. 2=Liv. 10, fl. 213-213v.

²⁹⁷⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 17, doc. 13=Liv. 10, fl. 18-18v; Mç. 19, doc. 28=Liv. 9, fl. 392v-393 e Mç. 20, doc. 2. Como seu homem de confiança, foi sacador das dívidas da rainha e do rei em 1337.

²⁹⁷⁷ Como se refere em 1326 in TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 38, doc. 3.

²⁹⁷⁸ *Ibidem*.

²⁹⁷⁹ *Ibidem*.

²⁹⁸⁰ Entre outras datas: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 2=Liv. 9, fl. 303-304 (1326); Mç. 1, doc. 12 (1352); Mç. 3, doc. 34=Mç. 18, doc. 26=Liv. 9, fl. 304-304v (1337); Mç. 4, doc. 30=Liv. 10, fl. 253 (1347); Mç. 37, doc. 3 (1347); Mç. 5, doc. 7 (1352).

Filha de Lopo Afonso de Melo e Guiomar Gil²⁹⁸². Neta de Afonso Mendes de Melo e de Inês Vasques²⁹⁸³. Sobrinha de Martim Afonso (casado com Marinha Lopes) e prima do herdeiro deste, Estêvão Soares²⁹⁸⁴.

Em 1325²⁹⁸⁵, o testamento de seu pai, Lopo Afonso²⁹⁸⁶ elege-a como herdeira e testamenteira²⁹⁸⁷ (bem como de sua mãe e do avô) de todos os seus bens.

Em 1326²⁹⁸⁸, sendo já freira, arrenda, com o consentimento da abadessa, a quinta que era do pai, em Vitorino das Piães.

A 4 de Julho de 1337²⁹⁸⁹, a abadessa Isabel de Cardona e o convento emprazam bens em Arcozelo, no termo de Gouveia, que dizem ter sido de Teresa Afonso de Melo, o que indica que foram bens por ela entregues à comunidade, uma vez que ainda é viva e está no convento. Três anos depois²⁹⁹⁰, acontece o mesmo com os bens em Sandomil, Loriga e Travancinha, termo de Ceia. Mas, em 1347²⁹⁹¹, o mosteiro manda tomar posse dos bens que ficaram por herança desta freira, desde a quinta de Melo, no concelho de

²⁹⁸¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 33 (1358), mas onde se refere o pagamento que deve ser feito à abadessa, desde que está em Benvente dos Campos e adianta-se a data de 1355.

²⁹⁸² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 2=Liv. 9, fl. 303-304 e Mç. 9, doc. 31. Guiomar Gil é filha de Gil Nunes de Chacim e de dona Maria Martins, filha de Martim Peres Zote in *LL30V6*.

²⁹⁸³ In *LD2O6*.

²⁹⁸⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 12. Sobre os Melo, veja-se Isabel Castro Pina, “Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média” in *Penélope*, nº 12, 1993, p. 9-26; José Pavia Cumbre, *Os Melo. Origens, Trajectórias Familiares e Percursos Políticos (séculos XII-XV)*, Lisboa, Tribuna, 2007.

²⁹⁸⁵ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 2, doc. 36.

²⁹⁸⁶ Que se manda sepultar em Santa Isidro de Melo com bens para aí se cantarem missas por sua alma. Faz ainda muitas outras doações em dinheiros e bens.

²⁹⁸⁷ À época, Teresa Afonso ainda não tinha entrado no convento, pois o pai fala-lhe em casamentos “convenientes”.

²⁹⁸⁸ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 2 = Liv. 9, fl. 303-304.

²⁹⁸⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 34=Mç. 18, doc. 26=Liv. 9, fl. 304-304v.

²⁹⁹⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 4=Liv. 9, fl. 306v-307.

²⁹⁹¹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 37, doc. 3.

Melo a propriedades em Folgozinho, Linhares, Vila Cortes, Gouveia e Arcozelo, termo de Gouveia. A 7 de Setembro do mesmo ano²⁹⁹², arrenda bens da mesma herança de Teresa Afonso em Palhais, termo de Torres Novas e, em 1352²⁹⁹³, os de Arcozelo, no termo de Gouveia.

Um dos casos mais conhecidos foi o da honra de Melo, que Teresa Afonso herdou de seu pai, Lopo Afonso. Esta herança era contestada pelos primos Martim Afonso de Melo (desde 1342) e por Estêvão Soares de Melo, que ocupavam, abusivamente a terra, de acordo com a acusação das clarissas. A questão arrasta-se²⁹⁹⁴ e só a sentença régia de 1352²⁹⁹⁵ resolve a contenda a favor do convento. No entanto, esta só termina definitivamente, quando, em 1358²⁹⁹⁶, Martim Afonso consegue recuperar a honra, dando ao mosteiro em troca, uma quinta em Goupineira, termo de Santarém.

Em 1358²⁹⁹⁷, Teresa Afonso de Melo é abadessa de Santa Clara de Benavente e constitui seus procuradores João de La Torre, criado de D. Isabel Ponte, e João Fernandes, escrivão do arcediago de Benavente, para receberem da abadessa das clarissas de Coimbra as 400 libras que lhe eram devidas dos anos de 1355, 1356, 1357 e 1358, segundo o acordo estabelecido que obrigava o cenóbio a entregar anualmente à freira a quantia de 100 libras²⁹⁹⁸.

64. VIOLANTE PERES DE ALVIM

²⁹⁹² TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 4, doc. 30=Liv. 10, fl. 253.

²⁹⁹³ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 7.

²⁹⁹⁴ Como o demonstram os vários documentos produzidos, entre outros: TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 10 (1352).

²⁹⁹⁵ TT, *OFM, PP, SCC, doc. reg.*, Mç. 1, doc. 12; Mç. 1, doc. 13; Liv. 9, fls. 298-302 v.

²⁹⁹⁶ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 9=Liv. 10, fl. 194-194v; Liv.10, fls. 189-193 v. Mais tarde, estes bens vão sendo aforados pelo mosteiro a vários rendeiros Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 24, doc. 11=Liv.10, fl. 195-196v (1363), entre outros.

²⁹⁹⁷ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 33.

²⁹⁹⁸ Possivelmente pelos bens que deixou a Santa Clara de Coimbra e para garantir, assim, o seu sustento.

Freira Professa (1356-1385²⁹⁹⁹)

Filha de João Peres de Alvim e de Branca³⁰⁰⁰ Peres Coelho³⁰⁰¹. Irmã de Leonor Eanes de Alvim, mulher de Nuno Álvares Pereira e sobrinha de Margarida Esteves Coelho, freira deste mosteiro.

²⁹⁹⁹ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31 (1356); Mç. 20, doc. 22 (1385).

³⁰⁰⁰ TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 9, doc. 31.

³⁰⁰¹ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *op. cit.*, vol. I, p. 581-582 e in *LD2T5-6; 4G7; 9F9 e LL30F5; 32I7; 4IH6-7; 55C5* (embora nos Livros de Linhagens esta filha freira nunca seja referida).

D. CONVENTO DE SANTA CLARA DE LISBOA

1. BEATRIZ MARTINS DO AVELAR³⁰⁰²

Abadessa (1386³⁰⁰³)

2. JOANA RODRIGUES

Freira (1327³⁰⁰⁴; 1364³⁰⁰⁵)

3. MARIA MIGUEIS

Freira (a. 1354³⁰⁰⁶)

Em 1354³⁰⁰⁷, o rei Afonso IV permite, face à pobreza do cenóbio, que possa ficar com os bens desta freira (entretanto falecida), que lhe eram disputados por Lourenço Massa.

4. MARIA PERES DO ALGARVE

³⁰⁰² Sobre esta família: *LL44Y6-AJ8* e trabalho de Vanda Lourenço, “Os Avelar – percurso de uma linhagem em Lisboa (1325-1367)” in *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 169-181. Num e noutro caso não é referida esta freira.

³⁰⁰³ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, 103.

³⁰⁰⁴ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 3, doc. 23.

³⁰⁰⁵ O mosteiro de Coimbra troca um bem, que recebe desta freira de Santa Clara de Lisboa, em Vila Caiz, com o mosteiro de Vairão. Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 22, doc. 39.

³⁰⁰⁶ Cf. TT, *OFM, PP, SCL*, Liv. 4, fl. 2v.

³⁰⁰⁷ *Ibidem.*

Freira (1375³⁰⁰⁸)

Em 1375³⁰⁰⁹, o rei D. Fernando dá sentença favorável ao cenóbio a respeito de uma restituição de bens e pagamento de foros atrasados de uma herdade de pão, vinho e azeite, em Malapados, acima do mosteiro de Chelas, termo de Lisboa.

Esta herdade tinha sido doada à freira - e após a sua morte ficaria ao mosteiro - por Marinha Peres, moradora em Lisboa que já tinha falecido. O mosteiro tinha aforado os bens a Gonçalo Simões e sua mulher e herdeiros. O herdeiro, o genro, Gonçalo Afonso, deixara de pagar foro há três anos. O rei manda, pois, que este pague o foro em dívida e que se mantenha o contrato.

5. URRACA ABRIL

Vigária (1292³⁰¹⁰)

Esta freira é vigária da abadessa D. Ximena, na época da sagração da igreja do mosteiro.

6. XIMENA

Abadessa (1292³⁰¹¹)

A freira é a abadessa eleita na data em que é sagrada a igreja do mosteiro

³⁰⁰⁸ Cf. TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 175v.

³⁰⁰⁹ *Ibidem*.

³⁰¹⁰ Manuel da Esperança, *op. cit*, vol. II, p. 97.

³⁰¹¹ *Ibidem*.

E. CONVENTO DE VILA DO CONDE

1. BERINGELA FERNANDES FERRAZ³⁰¹²

Abadessa (1384³⁰¹³-1406³⁰¹⁴)

2. CONSTANÇA MARTINS

Abadessa (1313³⁰¹⁵)

3. INÊS

Monja (1354³⁰¹⁶)

Filha de João Afonso de Albuquerque e de D. Teresa Afonso. No seu testamento, em 1354³⁰¹⁷, o pai manda entregar a filha ao mosteiro de Vila do Conde “que já eu ei prometida para que seja aí monja e serva de Deus e que lhe dêem de cada ano das minhas rendas de Portugal 500 libras de portugueses para seu mantimento até que seja em idade de 16 anos...”.

³⁰¹² Ver a Microbiografia da mesma no Convento de Entre-ambos-os-Rios.

³⁰¹³ Cf. TT, *OFM, PP, SCP*, Mç. 59, doc. 24

³⁰¹⁴ Cf. José Augusto Ferreira, *Os Túmulos do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, Porto, Tip. Sequeira Limitada-Ed. Ilustradas Marques de Abreu, 1925, p- 41.

³⁰¹⁵ TT, *OFM, PP, SCVC*, Mç. 6, doc. 10; *Colegiada de Guimarães, docs. eclesiásticos*, Mç. 2, docs. 43 e 44. .

³⁰¹⁶ MNA, *Pergaminhos*, nº 358.

³⁰¹⁷ *Ibidem*.

4. TERESA

Abadessa (1347³⁰¹⁸)

5. URRACA RODRIGUES

Abadessa (1330³⁰¹⁹)

³⁰¹⁸ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 169-170.

³⁰¹⁹ TT, *Colegiada de Guimarães*, Mç. 3, doc. 7.

F. CONVENTO DE SANTA CLARA DE BEJA

1. CLARA PERES

Freira (1363³⁰²⁰)

Sobrinha de Maria Eanes³⁰²¹.

2. CONSTANÇA

Abadessa (1363³⁰²²)

3. LEONOR AFONSO

Freira (1363³⁰²³)

Sobrinha de Maria Eanes³⁰²⁴.

³⁰²⁰ Cf. *Urbain V (11362-1370): lettres communes analysées d'après les registres dites d'Avignon et du Vatican*, tomo XI, ed. Michel et Anne-Marie Hayez, Janine Mathieu, Marie France Yvan, Roma, École Française de Rome-Paris, Boccard, 1986, n° 5783, onde se diz: Episcopo Elboren. mandatur ut de veritate petitionis *Marie Johannis*, consobrinarumque ejus *Leonoris Alfonsi* ac *Clare Petri*, sororum monast. s. Clare prope Castrum de Beja, ord. s. Clare, Elboren. dioc., a dicta Maria edificati, continentis quod dictis sororibus a Constantia, abbatissa dicti monast., quam de receptionibus et conversationibus turpibus tam religiosorum quam et secul. virorum ab ea et quibusdam aliis sororibus, que dicti monast. statum deshonestarent, caritative admonuissent, in pane et aqua penitentia et alie non modice austeritates quasi importabiles sub specie correctionis et discipline imposite fuerunt, quodque, cum ad Sed. apost. appellavissent, a dicta abbatissa et a Gometio, ministro provinciali O. F. M. prov. Compostellan., et a Ludovico dicti O. F. M. professore ac ejusdem monast. visitatore, in carceribus posite fuerunt, de quibus evase, ad instantiam Petri, regis Portugalen., in monast. de Achellis, ord. s. Dominici, Ulixbonen. dioc., recepte fuerunt, se informet, et si inveniet ita esse, dictam abbatissam et alias sorores compellat ut prefatas Mariam, Leonorem et Claram in dicto monast. s. Clare absque gravaminibus recipiant.

³⁰²¹ *Ibidem*.

³⁰²² *Ibidem*.

³⁰²³ *Ibidem*.

³⁰²⁴ *Ibidem*.

4. MARIA EANES

Freira (1363³⁰²⁵)

³⁰²⁵ *Ibidem.*

G. CONVENTO DE SANTA CLARA DA GUARDA

1. CATARINA PERES

Abadessa (1377³⁰²⁶)

2. MARIA FERNANDES

Freira (1352³⁰²⁷)

Em 1352³⁰²⁸, apresentou em Santarém, uma bula do papa Bonifácio VIII que isentava as clarissas do pagamento de dízimas e outros tributos e pediu um traslado da mesma.

³⁰²⁶ Manuel da Esperança, *op. cit.*, vol. II, p. 323.

³⁰²⁷ Cf. TT, *OFM, PP, SCC*, Mç. 5, doc. 9.

³⁰²⁸ *Ibidem*.

H. CONVENTO DE SANTA CLARA DE PORTALEGRE

1. ELVIRA EANES

Freira da Ordem (1383³⁰²⁹; 1385³⁰³⁰)

Vigária (1389³⁰³¹)

D. Fernando³⁰³² concede licença a Elvira Eanes e a Maria Fernandes, ambas freiras da Ordem de Santa Clara, para que comprem umas casas situadas próximo dos banhos que o monarca lhes deu, para se construir o mosteiro.

2. INÊS CORREIA

Abadessa (1385³⁰³³; 1387³⁰³⁴)

Em 1385³⁰³⁵, compra a João Grade e a sua mulher, Catalina Eanes, moradores em Portalegre, um pardeeiro a par dos banhos que o rei lhes doou, para nele fazerem o mosteiro, por 12 libras. Dois anos depois³⁰³⁶, têm um problema com vizinhos de Portalegre, que constroem uma parede junto ao mosteiro, mas que a comunidade rapidamente resolve a seu favor.

³⁰²⁹ Cf. TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 3, fl. 61 v.

³⁰³⁰ TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Pacote E.

³⁰³¹ TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Liv. 54.

³⁰³² *Ibidem*.

³⁰³³ TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Pacote E.

³⁰³⁴ TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Pacote B.

³⁰³⁵ TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Pacote E.

³⁰³⁶ TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Pacote B.

3. MARGARIDA EANES

Freira Professa (1403³⁰³⁷)

Margarida Eanes, natural de Portel, dizia que era freira professa da ordem de Santa Clara do mosteiro "que se fazia na cidade de Évora" e que fizera profissão na dita cidade nas mãos do ministro, Frei Diogo Moyana. O visitador do mosteiro de Portalegre, Frei Martinho, não acreditava e, por isso, Margarida Eanes fez profissão nas mãos do dito visitador e da Vigária, Maria Eanes, prometendo, entre outras coisas, que todos os bens que tinha, móveis e de raíz, os entregaria ao mosteiro de Santa Clara de Portalegre.

4. MARIA EANES

Vigária (1403³⁰³⁸)

Esta freira recebe Margarida Eanes como professa, na presença da Frei Martinho³⁰³⁹, capelão do mosteiro de São Francisco e Visitador do Mosteiro de Santa Clara de Portalegre e do convento.

5. MARIA FERNANDES

Freira da Ordem (1383³⁰⁴⁰)

³⁰³⁷ TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Pacote C.

³⁰³⁸ TT, *OFM, PA, SCPortalegre*, Pacote C.

³⁰³⁹ Ver: Quadro dos Frades Menores do convento de Portalegre.

³⁰⁴⁰ Cf. TT, *Chancelaria de D. Fernando*, Liv. 3, fl. 61 v.

D. Fernando³⁰⁴¹ concede licença a Maria Fernandes e a Elvira Eanes, ambas freiras da Ordem de Santa Clara, para que comprem umas casas situadas próximo dos banhos que o monarca lhes dava, para se construir o mosteiro.

³⁰⁴¹ *Ibidem.*

II - Composição das comunidades por Abadessados³⁰⁴²

1 – Convento de Santa Clara de Santarém	
Abadessa	Convento
Sancha Gonçalves 1271	Sancha Martins
Estevainha Martins do Casal 1284	Sancha Martins Urraca Pais
Urraca Pais (s/data)	
Toda 1288	Salvadeira (Vigária) Ausenda Esteves Elvira Henriques da Teixeira Fruilhe Martins das Medãs Maria Afonso Maria de Nine Maria Martins Maria Vicente Sancha Domingues Sancha Fernandes Sancha Martins Teresa Mendes Ximena
Maria de Nine 1296	Leonor Afonso Maria Afonso Maria Vicente
Viviana Peres 1299; 1301	Dórdia Martins da Silveira Leonor Afonso Maria Afonso Urraca Pais
Maria Martins 1308	Dórdia Martins da Silveira Estevainha Lourenço Maria Afonso Urraca Pais
Guiomar Martins 1314-1315	Ana Leonor Rodrigues de Vasconcelos Maria Afonso Maria Esteves Mafarra Maria Martins
Marinha Martins Sobrada 1319-1326	Catarina Esteves da Rochela Clara Afonso Constança Eanes Leonor Rodrigues de Vasconcelos Maria Afonso Maria Esteves da Rochela

³⁰⁴² Os três primeiros quadros, referentes aos conventos de Santarém, Entre-ambos-os-Rios e Coimbra, foram construídos, tendo por base os dados compulsados nas microbiografias das freiras. Tomei como princípio a presença de cada uma das freiras no convento, dentro do período temporal das datas que são apontadas. Como também, os abadessados, em Santarém e Entre-ambos-os Rios não estão todos claramente delimitados temporalmente, ficam algumas dúvidas sobre a constituição dos conventos, em determinados períodos.

No caso dos restantes conventos e devido à falta de elementos, optei por apenas indicar os dados que possuía sobre as freiras que detiveram cargos, abadessas e vigárias.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

Abadessa	Convento
	Maria Esteves Mafarra Maria Martins Sancha Garcia do Casal
Branca Lourenço Taveira 1331	Leonor Rodrigues de Vasconcelos Maria Esteves Mafarra Sancha Garcia do Casal
Maria Esteves Mafarra 1332-1338	Beringela Afonso Catarina Afonso Estevainha Geraldês (Vigária) Leonor Rodrigues de Vasconcelos Maria Eanes Salgada Marinha Eanes Sancha Garcia do Casal
Leonor Gonçalves de Vasconcelos 1338; 1341	Leonor Gonçalves de Abreu Leonor Rodrigues de Vasconcelos Margarida Afonso de Sousa Marinha Eanes
Catarina Mendes 1349	Beatriz Aires Clara Eanes Leonor Rodrigues de Vasconcelos
Teresa Mendes de Vasconcelos 1350-1396	Alda Rodrigues da Azambuja Aldonça Eanes do Casal Beatriz Afonso Branca Peres Branca Rodrigues da Azambuja Catarina Catarina Martins Constança Eanes do Casal Constança Gil Constança Martins Constança Peres do Casal Leonor Rodrigues de Vasconcelos Margarida Afonso de Sousa Maria Eanes
Beatriz Gonçalves de Oliveira 1400-1422	Aldora Isabel de Aragão

2 – Convento de Santa Clara de Entre-Ambos-os-Rios	
Abadessa	Convento
Sancha Hermiges da Teixeira 1272-1273	Sancha Ordonhes das Astúrias (?)
Mécia Ordonhes 1276-1309	Elvira Eanes Guiomar Fernandes Inês Eanes Coelho Joana Miguéis Maria Eanes Coelho Maria Esteves Ouroana Silvestre Sancha Hermiges da Teixeira Sancha Ordonhes das Astúrias
Maria Eanes Coelho 1312-1333	Inês Eanes Coelho (Provedora) Guiomar Afonso Alcoforado Guiomar Eanes Guiomar Fernandes
Inês Eanes Coelho 1333-1336	Guiomar Eanes Leonor Lopes Sanfanha
Leonor Fernandes 1337	Guiomar Eanes Leonor Lopes Sanfanha
Guiomar Gonçalves Camela 1343-1364	Constança Nunes de Oliveira Guiomar Eanes Leonor Lopes Sanfanha Maria Martins Togida
Branca Nunes de Oliveira 1367-1376	Maria Eanes
Beringela Fernandes Ferraz 1376-1383	Constança Eanes Joana Gonçalves Mafalda Henriques Maria Dias Maria Eanes de Riba Douro Maria Eanes do Porto Mécia Álvares Sanfanha
Maria Eanes (Vigária) 1384	Mafalda Henriques Mécia Álvares Sanfanha
Mafalda Henriques 1385-1387	Mécia Álvares Sanfanha
Mécia Álvares Sanfanha 1388-1396	
Leonor Pereira 1399	Constança Aires

3 – Convento de Santa Clara de Coimbra

Abadessa	Convento
Sancha Lourenço (Vigária) 1295	
Domingas Peres (Vigária/Governadora) 1301-1303	Sancha Lourenço
Maria Garcia de Seabra 1302-1305 ³⁰⁴³	
Domingas Peres (Vigária) 1305-1311	Catarina Domingues Constança Peres Maria Anes de Sousa Maria Eanes
Maria Gonçalves Redonda 1317-1328	Domingas Peres Elvira Martins Mafalda Gonçalves Margarida Esteves Margarida Esteves Coelho Maria Eanes Marinha Gil Teresa Afonso de Melo
Isabel de Cardona 1329-1362	Alda Martins Barbosa Alda Rodrigues Alda Vasques Aldonça Peres Branca de Aragão Catarina Lourenço Clara Pais Clara Esteves Constança Afonso Brandão Constança Domingues Constança Eanes Constança Lopes Constança Vicente Inês Rodrigues de Vasconcelos Inês Rodrigues de Zamora Isabel Dade Isabel Esteves Joana Eanes Leonor de Aragão Leonor Rodrigues Margarida Eanes Margarida Esteves Margarida Esteves Coelho Margarida Martins Margarida Miguéis Margarida Peres de Guimarães Margarida Rodrigues Maria de Sousa Maria Eanes Maria Fernandes Coutinho Maria Gil Maria Lourenço Maria Mendes de Briteiros Marinha Afonso

³⁰⁴³ Esta datação é aproximada.

Abadessa	Convento
	Marinha Esteves Marinha Gil Mor Garcia Mor Martins Redonda Mor Mendes Ouroana Peres Sancha Eanes Sancha Esteves Sancha Peres Senhorinha Miguéis Teresa Afonso Teresa Afonso de Melo Violante Peres de Alvim
Inês Rodrigues de Vasconcelos 1362-1369	Isabel Esteves Margarida Eanes Maria Lourenço Violante Peres de Alvim
Aldora de Sousa 1369-1373	Isabel Esteves Margarida Eanes Maria Lourenço Violante Peres de Alvim
Inês Rodrigues de Vasconcelos 1374-1385	Alda Vasques Isabel Esteves Margarida Eanes Maria Gonçalves Sousa Mécia Rodrigues Leitão Violante Peres de Alvim
Beatriz Afonso Pimentel (Vigária Geral) 1385-1386 Abadessa 1386 -1401	Leonor Gomes Coutinho Margarida Eanes

4 – Convento de Santa Clara de Lisboa

Nome	Cargo	Data
Ximena	Abadessa	1292
Urraca Abril	Vigária	1292
Beatriz Martins do Avelar	Abadessa	1386

5 – Convento de Santa Clara de Vila do Conde

Nome	Cargo	Data
Constança Martins	Abadessa	1318
Urraca	Abadessa	1330 ³⁰⁴⁴
Teresa	Abadessa	1347 ³⁰⁴⁵
Beringela Fernandes Ferraz	Abadessa	1384 -1406 ³⁰⁴⁶

³⁰⁴⁴ Dado retirado de TT, *Colegiada de Guimarães*, Mç. 3, doc. 7.

³⁰⁴⁵ Dado retirado de Manuel da Esperança, *História seráfica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. II, Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, p. 169-170.

³⁰⁴⁶ Cf. José Augusto Ferreira, *Os Túmulos do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, Porto, Tipografia Sequeira Limitada, Ed. Ilustradas Marques de Abreu, 1925, p. 41.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

6 – Convento de Santa Clara da Guarda

Nome	Cargo	Data
Catarina Peres	Abadessa	1377

7 – Convento de Santa Clara de Portalegre

Nome	Cargo	Data
Inês Correia	Abadessa	1385, 1387
Elvira Eanes	Vigária	1385, 1389

QUADRO Nº 2³⁰⁴⁷

III – Os Frades Franciscanos³⁰⁴⁸

A - Convento de Santa Clara de Santarém

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Afonso de Alprão	Recebe 20 libras de um testamento	S/ data	TT, OFM, PP, SCS, 6, 217
Afonso Peres, guardião de São Francisco de Santarém ³⁰⁴⁹	-----	22-12-1349	TT, OFM, PP, SCS, 7, 381 e 382
André	Testemunha de documento	1-9-1334	TT, OFM, PP, SCS, 6, 243
Bernardo	Testemunha de documento	15-6-1338	TT, OFM, PP, SCS, 8, 431
Domingos	Testemunha de documento	27-1-1354	TT, OFM, PP, SCS, 5, 158
Domingos, frade leigo de São Francisco de Santarém	Procurador de Santa Clara de Santarém	5-10-1360; 8-10-1360; 20-11-1360	TT, OFM, PP, SCS, 9, 577 a 596; 10, 689 a 693; 14, 983; ADS, SCS, Gav.1, nº 4
Domingos de Basto	Testemunha de documento	15-4-1281	TT, OFM, PP, SCS, 4, 136
Domingos Carachos, frade de São Francisco de Santarém	Procurador de Santa Clara de Santarém	5-10-1360	TT, OFM, PP, SCS, 8, 459-460
Domingos Franco	Testemunha de documento	5-3-1288	TT, OFM, PP, SCS, 9, 531-532
Domingos Martins Vilhengues	Testemunha de documento	4-7-1266	TT, OFM, PP, SCS, 9, 533-535
Domingos Ordonhes	Testemunha de documento	6-2-1320	TT, OFM, PP, SCS, 11, 899 e 900
Durão	Testemunha de documento	9-2-1363	TT, OFM, PP, SCC, 24, 11=Liv. 10, fl. 195-196v
Durão, guardião	Testemunha de documento	4-7-1266	TT, OFM, PP, SCS, 9, 533-535
Estêvão ³⁰⁵⁰	-----	23-11-1286	TT, OFM, PP, SCS, 6, 288
Francisco	Procurador de Santa Clara de Santarém	18-8-1300	TT, OFM, PP, SCS, Liv. 24, fls. 15 v-16
Francisco, sacristão de São Francisco de Santarém ³⁰⁵¹	-----	11-6-1385	TT, OFM, PP, SCS, 8, 493 e 494

³⁰⁴⁷ Neste quadro, para facilitar a leitura, optei por não colocar em itálico as cotas dos documentos.

³⁰⁴⁸ Os nomes apresentados nestes quadros, respeitam apenas à documentação das clarissas, por mim compulsada.

³⁰⁴⁹ É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

³⁰⁵⁰ É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Francisco, frade de São Francisco de Santarém, mestre de Gramática	Procurador de Santa Clara de Santarém	19-4-1393	TT, OFM, PP, SCS, 6, 227-228
João, escrivão	Testemunha de documento	1-9-1334	TT, OFM, PP, SCS, 6, 243
João, guardião de São Francisco de Santarém	Testemunha de documento	15-12-1324; 4-11-1325	TT, OFM, PP, SCS, 5, 190 e 191 ³⁰⁵² ; 7, 365
João, frade de São Francisco de Santarém	Procurador de Santa Clara de Santarém	5-10-1360	TT, OFM, PP, SCS, 8, 459-460
João Airas	Testemunha de documento; Recebe 5 libras de um testamento	15-6-1338; s/ data	TT, OFM, PP, SCS, 6, 217; 8, 431
João Eanes, frade de São Francisco de Santarém	Testemunha de documento	27-2-1392	TT, OFM, PP, SCS, 8, 483 e 484
João Gil, frade professo e procurador de São Francisco de Santarém ³⁰⁵³	-----	6-10-1349	TT, OFM, PP, SCS, 7, 385 e 386
João Vasques	Recebe 10 libras de um testamento	S/ data	TT, OFM, PP, SCS, 6, 217
João Vicente, frade leigo de São Francisco de Santarém	Procurador de Santa Clara de Santarém	5-10-1360; 8-10-1360; 20-11-1360	TT, OFM, PP, SCS, 9, 577 a 596; 10, 689 a 693; 14, 983; ADS, SCS, Gav.1, nº 4
Lopo, guardião de São Francisco de Santarém	Procurador de Santa Clara de Santarém	19-4-1393	TT, OFM, PP, SCS, 6, 227-228
Lourenço	Testemunha de documento	21-8-1337	TT, OFM, PP, SCS, 9, 577 a 596
Lucas, natural de Lisboa, frade conventual, sacristão de São Francisco de Santarém ³⁰⁵⁴	-----	14-12-1354	TT, OFM, PP, SCS, 6, 219 e 220
Martinho de Alenquer	Procurador de Santa Clara de Santarém	1-3-1412	TT, OFM, PP, SCS, Liv. 24, fls. 14 v-15 v
Martinho Garcia	Testemunha de documento	4-7-1266	TT, OFM, PP, SCS, 9, 533-535; 9, 577 a 596
Martinho Martins	Testemunha de documento	4-7-1266	TT, OFM, PP, SCS, 9, 533-535
Martinho Novais ³⁰⁵⁵	Testamenteiro da mãe, entrega bens a Santa Clara de Santarém (1315)	24-1-1301; 11-5-1315	TT, OFM, PP, SCS, 7, 337; 8, 472 e 473;

³⁰⁵¹ É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

³⁰⁵² É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

³⁰⁵³ É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

³⁰⁵⁴ É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

³⁰⁵⁵ É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Martinho de Santarém	Testemunha de documento	21-8-1337	TT, OFM, PP, SCS, 9, 577 a 596
Martinho Sem Terra, frade de São Francisco de Santarém ³⁰⁵⁶	-----	12-9-1392	TT, OFM, PP, SCS, 5, 192 e 193
Miguel Afonso, sacristão de São Francisco de Santarém ³⁰⁵⁷	-----	4-11-1325	TT, OFM, PP, SCS, 5, 190 e 191
Pedro, frade professo e procurador de São Francisco de Santarém; sacristão do mesmo convento ³⁰⁵⁸	-----	15-3-1359; 22 e 29-12-1361; 29-7-1396; 5-7-1397	TT, OFM, PP, SCS, 6, 264 e 265; 6, 266 e 267; 10, 699 e 700; 11, 738 e 739;
Pedro Bernaldes	Testemunha e testamenteiro do pai de Maria Esteves Mafarra, freira de Santa Clara de Santarém	14-6-1310	ADS, SCS, Gav. 5, nº 5
Pedro Betaço	Testemunha de documento	27-1-1354	TT, OFM, PP, SCS, 5, 158
Pedro Guilherme, guardião	Testemunha de documento	15-4-1281	TT, OFM, PP, SCS, 4, 136
Rodrigo Eanes	Testemunha de documento	6-2-1320	TT, OFM, PP, SCS, 11, 899 e 900
Vasco, leitor de São Francisco	Testemunha de documento	26-5-1405	TT, OFM, PP, SCS, 11, 728
Vasco da Porta de Leiria, reitor e custódio de São Francisco de Santarém ³⁰⁵⁹	-----	5-7-1397	TT, OFM, PP, SCS, 10, 699 e 700
Vicente Amado, sacristão de São Francisco de Santarém ³⁰⁶⁰	-----	4-2-1362	TT, OFM, PP, SCS, 6, 264 e 265

³⁰⁵⁶ É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

³⁰⁵⁷ É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

³⁰⁵⁸ É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

³⁰⁵⁹ É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

³⁰⁶⁰ É nomeado em documentos de São Francisco de Santarém que estão no cartório de Santa Clara da mesma cidade.

B - Convento de Santa Clara de Entre-Ambos-os-Rios

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Aparício	Mostra ao bispo do Porto o privilégio papal de isenção, para as clarissas, do pagamento de vários tributos e pede-lhe uma pública-forma autenticada com o seu selo.	20-7-1327	TT, OFM, PP, SCP, 67, 30
Domingos Ordonhes	Testemunha de documento	24-11-1337	TT, OFM, PP, SCP, 67, 29
Estêvão do Porto	Testemunha de documento	15-8-1292	TT, OFM, PP, SCP, 50, 8
Fernando, guardião de São Francisco	Testemunha de documento	13-4-1399	TT, OFM, PP, SCP, 51, 30
Fernando de Astorga, ministro dos Frades Menores e das donas de Santa Clara, da Província de Santiago	Realiza a autenticação de um contrato de emprazamento feito pelo mosteiro ao seu capelão, Estêvão Domingues; testemunha de documento	13-1-1384; Janeiro de 1394	TT, OFM, PP, SCP, 59, 24; 60, 56
Gil, frade de São Francisco de Leiria	Testemunha de documento	15-11-1379	TT, OFM, PP, SCP, 60, 47
Henrique, mestre geral da Ordem	Testemunha de documento	(Referido em 1396, como tendo dado uma carta em 1391)	TT, OFM, PP, SCP, 52, 26
João de Xira, mestre	Visitador	1-1-1396	TT, OFM, PP, SCP, 52, 26
Martinho Viegas	Testemunha de documento	24-11-1337	TT, OFM, PP, SCP, 67, 29
Rodrigo Aires	Testemunha de documento	18-11-1312	TT, OFM, PP, SCP, 60, 16
Soeiro Alvim, frade menor	Testemunha de documento	18-11-1312	TT, OFM, PP, SCP, 60, 16
Vasco de Marvila, frade de São Francisco de Leiria	Testemunha de documento	15-11-1379	TT, OFM, PP, SCP, 60, 47
Vasco de Sintra, guardião de São Francisco de Leiria	Testemunha de documento	15-11-1379	TT, OFM, PP, SCP, 60, 47
Vicente do Porto	Testemunha de documento	15-8-1292	TT, OFM, PP, SCP, 50, 8

C - Convento de Santa Clara de Coimbra

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Abril, guardião de Coimbra	Testemunha do lançamento da 1ª pedra do mosteiro ³⁰⁶¹ , mandado edificar por D. Mor Dias; testemunha no processo que decorre entre São Francisco de Guimarães e Santa Clara de Coimbra; testemunha de uma apelação feita pelo mosteiro contra o bispo de Coimbra por causa do pagamento das dízimas	28-4-1286 ³⁰⁶² ; 18-9-1319 e 6-7-1321 (nestas datas já não é guardião de Coimbra)	ADB, Gav. Religiões, nº 26; TT, OFM, PP, SCC, 2, 4; 19, 14
Afonso	Visitador das donas de Santa Clara; testemunha da destituição da administração e da entrega do mosteiro a outro administrador	8 e 12-2-1306	ADB, Gav. Religiões, nº 27
Afonso de Alenquer	Testemunha do traslado do processo de Mor Dias contra Santa Cruz	21-6-1303	ADB, Gav. Religiões, nº 26
Afonso Eanes	Testemunha de documento	22-10-1372	TT, OFM, PP, SCC. 25, 19=Liv. 9, fl. 25v-27
Afonso de Guimarães, custódio de São Francisco	Testemunha de documento	5-12-1385	TT, OFM, PP, SCC, 20, 22
Afonso Lopes, doutor	Testemunha de documento	16-11-1359	TT, OFM, PP, SCC, 5, 39
Afonso Lourenço	Testemunha de documento	3-11-1319	TT, OFM, PP, SCC, 17, 9; 22, 8 = Liv. 9, fl. 363-364
Afonso Martins, guardião de Coimbra	Legitima um contrato feito por D. Mor, com o selo dos Menores	15-3-1277	TT, OFM, PP, SCC, 16,11
Afonso Nunes	Testemunha do lançamento da 1ª pedra do mosteiro ³⁰⁶³ , mandado edificar por D. Mor Dias; Juiz da questão entre Mor Dias e Santa Cruz	28-4-1286 ³⁰⁶⁴ ; 7-11-1301	ADB, Gav. Religiões, nº 24 e nº 26
Afonso de Santa Maria	Testemunha da questão entre Mor Dias e Santa Cruz	7-11-1301	ADB, Gav. Religiões, nº 24
Afonso Viegas, guardião de Coimbra	Testamenteiro de Mafalda Gonçalves, viúva de Martinho do Barro,	24-7-1316; 28-11-1317; 18 e 20-1-1318; 18 e 20-2-	TT, OFM, PP, SCC, 1, 43; 1, 45; 1, 49=22, 5=22, 6=22, 30=Liv. 9,

³⁰⁶¹ O que se terá realizado entre 1283 e 1286.

³⁰⁶² É, nesta data, referido como guardião de Coimbra.

³⁰⁶³ O que se terá realizado entre 1283 e 1286.

³⁰⁶⁴ É, nesta data, referido como tal.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
	escudeiro de Bruscos; testemunha de uma doação de bens de Mafalda Gonçalves; testemunha e executor de um documento; testemunha do testamento de Afonso Mateus de Zamora; procurador da Rainha Isabel e de Santa Clara de Coimbra; testemunha de uma apelação feita pelo mosteiro contra o bispo de Coimbra, por causa do pagamento das dízimas; testamentário de D. Constança Eanes de Coimbra (filha de Dona Florença); procurador do convento de Santa Clara de Coimbra na contenda que o opõe a São Francisco de Guimarães	1318; 13-3-1318; 9-7-1318; 21-9-1318; 23-10-1318; 28-10-1318; 3-11-1318; 11 e 19-5-1319; 29-5-1319; 3-7-1319; 19-7-1319; 4 a 24-9-1319; 6-7-1321; 22-11-1327; 12-12-1329 (já não é indicado, desde 1327, como guardião)	fl. 81v-82v; 1, 50=Liv. 9, fl. 101v-102; 2, 4; 3, 11; 3, 12; 3, 17; 18, 7=Liv. 9, fl. 111-111v; 18-8; 19, 11; 19, 14; 22, 6=22, 30=Liv. 9, fl. 81v-82v=Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m. 18, cx. 19; 25, 3=Liv. 9, fl. 60v-61v; 25, 4; 25. 5=Liv. 9, fl. 63 e 63v-64v; 27-8=Liv. 9, fl. 63; 27, 9=Liv. 9, fl. 68; 27-10; 29, 23; Santa Cruz de Coimbra, 2º inc. cx. 19, m. 18 e cx. 249, m. 1, nº 1
Álvaro	Testemunha de documento	1357	TT, OFM, PP, SCC, 22, 34
Álvaro Doutor	Testemunha de documento	8-5-1356	TT, OFM, PP, SCC, 25, 16=liv. 10, fl. 212-212v
Amado	Testemunha de documento	25-6-1339	TT, OFM, PP, SCC, 4,3
Antoninho do Porto, guardião de São Francisco de Coimbra	Abade e testamentário de Joana Gonçalves Redonda, agraciado no testamento desta com 40 libras; procurador de Santa Clara de Coimbra; testemunha de documento	15-3-1331; 29-5-1336; 21-3-1337; 7-5-1337; 21-5-1337; 4-7-1337; 7-7-1337; 26-9-1337; 1-11-1337; 21-2-1338; 17-5-1338; 25-5-1338; 10-9-1338	TT, OFM, PP, SCC 3, 32; 3,34=18,26=Liv. 9, fl. 304-304v; 3, 38=Liv. 9, fl. 403-404; 3, 39=liv. 9, fl. 411v-412v; 17, 20=Liv. 9, fl. 472-473; 17, 22=Liv. 9, fl. 461v-462v; 19, 30;22, 21;24, 2=Liv. 9, fl. 6-7; 24, 3=Liv. 9, fl. 7-8; 25, 13=Liv. 10, fl. 209-210v; 33,18 = Liv. 10, fl. 397v-398
Arnaldo (D.), cardeal de Roma, protector, corregedor e defensor da Ordem de Santa Clara	Concede licença para a rainha D. Isabel fazer uma doação de bens ao mosteiro	17-5-1316	TT, OFM, PP; SCC, 27, 6
Domingos, dito poeta	Testemunha do lançamento da 1ª pedra do mosteiro ³⁰⁶⁵ mandado edificar por D. Mor Dias	28-4-1286 ³⁰⁶⁶	ADB, Gav. Religiões, nº 26
Domingos de Boneli, visitador em Portugal da	Testemunha da doação do mosteiro que Mor Dias	1287-1288	TT, OFM, PP, SCC, 19, 10=Liv. 9, fl. 90-92v

³⁰⁶⁵ O que se terá realizado entre 1283 e 1286.

³⁰⁶⁶ É, nesta data, referido como tal.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Ordem de Santa Clara	construía à Ordem de Santa Clara		
Domingos de Leiria	Recebe 100 libras no testamento de D. Mor	Entre 1277 e 1283	ADB, Gav. Religiões, n ^a 26
Durão	Testemunha de documento	9-2-1363	TT, OFM, PP, SCC, 24, 11=Liv. 10, fl. 195-196v
Durão, frade de São Francisco de Santarém	Testemunha acerca das condições impostas por D. Mor ao ingressar em Santa Cruz	26-8-1284	ADB, Gav. Religiões, n ^a 26
Estêvão, custódio de São Francisco de Coimbra	Testemunha do lançamento da 1 ^a pedra do mosteiro ³⁰⁶⁷ mandado edificar por D. Mor Dias	28-4-1286 ³⁰⁶⁸	ADB, Gav. Religiões, n ^a 26
Estêvão	Testemunha de documento	14-9-1320	TT, OFM, PP, SCC, 3, 23, 13
Estêvão	Merceeiro do Hospital da rainha; testemunha de documento	3-9-1348	TT, OFM, PP, SCC, 4, 36
Estêvão Milheirós, guardião de São Francisco de Guimarães	Testemunha de documentos; manda fazer uma procuração para tratar da questão com Santa Clara de Coimbra	18-2-1318; 3-11-1318; 29-8-1319	TT, OFM, PP, SCC, 2, 4; 25, 4; 25, 5=Liv. 9, fl. 63v-64v;
Estêvão Sanches	Testemunha acerca das condições impostas por D. Mor ao ingressar em Santa Cruz	9-1250 (pub. em 14-5-1316; 31-8-1316)	ADB, Gav. Religiões, n ^a 26; TT, OFM, PP, SCC, 19, 10; 33,11;
Fernando da Maia	Procurador e provedor dado pelo rei a Santa Clara de Coimbra	13-6-1374; 5-9-1374	TT, OFM, PP, SCC, 20, 14; 24, 16=Liv. 10, fl. 188-188v; 24, 19
Fernando Martins, guardião de São Francisco de Coimbra	Testemunha de documento que apõe o selo do convento	15-3-1277	TT, OFM, PP, SCC, 16, 11
Francisco	Testemunha da pública-forma pedida por Frei Gonçalo Fernandes, guardião de Coimbra, da carta de licença concedida por João Martins de Soalhães a Mor Dias para construção da casa e igreja de Santa Clara de Coimbra	4-11-1303	TT, OFM, PP, SCC, 1, 35=22, 1=Liv. 9, fl. 93-94
Francisco Esteves	Testemunha de documento	26-4-1338	TT, OFM, PP, SCC, 27, 20
Francisco de Évora	Recebe 15 libras no testamento de Joana Gonçalves Redonda	15-3-1331	TT, OFM, PP, SCC, 19, 30
Francisco Ferrelino	Testemunha do testamento de Joana Gonçalves Redonda	15-3-1331	TT, OFM, PP, SCC, 19, 30

³⁰⁶⁷ O que se terá realizado entre 1283 e 1286.

³⁰⁶⁸ É referido como tal nesta data,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Francisco Grainho	Procurador da rainha D. Isabel para fazer ler e publicar os documentos do processo de D. Mor Dias contra Santa Cruz de Coimbra	31-8-1316	TT, OFM, PP, SCC, 1, 35=Liv. 9, fl. 94-96v; 1, 36=Liv. 9, fl. 97-98; 1, 37=Liv. 9, fl. 85v-86v e 87-89v; 19, 10=Liv. 9, fl. 90-92v, 22, 4=Liv. 9, fl. 83-85;
Geraldo	Testemunha de documento	29-5-1336	TT, OFM, PP, SCC, 22, 21
Gil	Testemunha de documento	11-6-1330; 17-5-1338	TT, OFM, PP, SCC, 22,18; 3, 39=Liv. 9, fl. 411v-412v
Gil de Canas, companheiro de Frei Antoninho do Porto, guardião de São Francisco de Coimbra	Testemunha de documento	7-7-1337	TT, OFM, PP, SCC, 33,18=Liv. 10, fl. 397v-398
Gil Esteves, frade de Santa Zita da Asseiceira	Testemunha de documento	3-11-1372	TT, OFM, PP, SCC, 37, 18
Gonçalo, <i>cancelarius</i> dos Frades Menores	Testemunha presente na leitura e publicação de documentos do processo de D. Mor Dias contra Santa Cruz de Coimbra	31-8-1316	TT, OFM, PP, SCC, 1, 35=Liv. 9, fl. 94-96v e 97-98
Gonçalo Fernandes, guardião de São Francisco de Coimbra	Árbitro da questão entre Mor Dias e Santa Cruz ³⁰⁶⁹ ; Testemunha do pedido de pública-forma da carta de licença concedida por João Martins de Soalhães a Mor Dias para construção da casa e igreja de Santa Clara de Coimbra; participante nas “alterações” realizadas no mosteiro de Santa Clara, durante o período em que não o poderia fazer	7-11-1301; 4-11-1303; 8-2-1306 (já não é guardião de São Francisco de Coimbra)	ADB, Gav. Religiões, nº 24 e nº 27; TT, OFM, PP, SCC, 1, 35=22, 1=Liv. 9, fl. 93-94
Gonçalo de Portocarreiro	Testemunha de documento	28-10-1318	TT, OFM, PP, SCC, 27, 9=Liv. 9, fl. 68
Gonçalo de Viseu	Testemunha de documento	10-9-1349	TT, OFM, PP, SCC, 4,39
João, frade em São Francisco de Coimbra	Testemunha de documento	15-7-1370	TT, OFM, PP, SCC, 24, 14
João Abril	Testemunha de documento	13-3-1318	TT, OFM, PP, SCC, 22, 6=22,30=Liv. 9, fl. 81v-82v =Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc. M. 18, cx. 19
João de Alcamim	Testamenteiro de Marinha Afonso, mulher de Fernão Rodrigues Redondo que faz uma doação ao mosteiro e à rainha D. Isabel	11-6-1330	TT, OFM, PP, SCC, 22, 18

³⁰⁶⁹ Em conjunto com Frei Pascásio dos Pregadores, nomeados ambos árbitros desta questão.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
João de Burvaceo, Leitor	Testemunha de documento	9-2-1363	TT, OFM, PP, SCC, 24, 11=Liv. 10, fl. 195-196v
João de Coimbra	Testemunha de documento	5-9-1387	TT, OFM, PP, SCC, 26, 26=Liv. 10, fl. 360v-361
João Gil, conventual de São Francisco de Santarém	Procurador de Santa Clara de Coimbra	16-11-1342; 10-12-1342	TT, OFM, PP, SCC, 24, 4
João de Guimarães	Testemunha de documento	16-6-1388; 8-1-1392; 8-1-1395; 26-1-1399	TT, OFM, PP, SCC, 8, 39; 32,13; 37, 25
João Pais	Visitador de Santa Clara de Coimbra	27-7-1336	TT, OFM, PP, SCC, 27, 18
João de Palmela	Testemunha no processo que decorre entre São Francisco de Guimarães e Santa Clara de Coimbra	24-9-1319	TT, OFM, PP, SCC, 2, 4
João da Pedreira	Testemunha de documento	19-7-1364; 20-3-1378	TT, OFM, PP, SCC, 19, 49,22,40;
João Pelegrim	Testemunha da destituição do encargo de Frei Pedro Peixeiro velar pelas clarissas; presente no mesmo acto em Santa Clara de Coimbra	4-11-1305	ADB, Gav. Religiões, nº 25
João de Sangomil, guardião de São Francisco de Coimbra	Testemunha de documento	13-8-1358; 26-6-1369 (já não é guardião); 1-11-1375	TT, OFM, PP, SCC, 5, 29; 28,9; 37, 15=Liv. 9, fl. 58-58v, 58v-59v, 59v-60v
João de Sesarigo	Procurador de São Francisco de Guimarães numa questão entre este convento e o de Santa Clara de Coimbra	4 a 24-9-1319	TT, OFM, PP, SCC, 2, 4
João de Souto	Testemunha no processo que decorre entre São Francisco de Guimarães e Santa Clara de Coimbra	18-9-1319	TT, OFM, PP, SCC, 2, 4
João da Veiga	Testemunha de documento	21-3-1337; 21-5-1337; 10-9-1338	TT, OFM, PP, SCC, 17,20=Liv. 9, fl. 472-473; 24, 2=Liv. 9, fl. 6-7; 25, 13=Liv. 10, fl.209-210v
Jorge	Testemunha de documento	8-1-1392; 8-1-1395; 26-1-1399	TT, OFM, PP, SCC, 8, 39; 37, 25
Jorge, guardião de São Francisco de Coimbra	Testemunha de documento	20-9-1384	TT, OFM, PP, SCC, 8,3
Lourenço, leitor	Testemunha de documento	23-3-1337	TT, OFM, PP; SCC, 19, 26
Lourenço de Santarém	Testemunha de documento	3-11-1319	TT, OFM, PP, SCC, 17, 9; 22, 8 = Liv. 9, fl. 363-364
Lourenço Fariam, companheiro do guardião de Coimbra, Afonso Viegas	Testemunha de documento	24-7-1317	TT, OFM, PP, SCC, 18, 7=Liv. 9, fl. 111-111v
Lourenço Lar, irmão da Ordem de São	Testemunha de documento	25-6-1339	TT, OFM, PP, SCC, 4,3

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Francisco			
Lourenço, custódio de Lisboa	Ordena a Frei Durão que testemunhe sobre as condições impostas por D. Mor ao ingressar em Santa Cruz	26-8-1284 (pub. em 14-5-1316; 31-8-1316)	ADB, Gav. Religiões, nº 26; TT, OFM, PP, SCC, 1, 37; 33, 11;
Macia, guardião de São Francisco de Coimbra	Testemunha presente à decisão de João Martins de Soalhães sobre o destino dos bens e das donas do mosteiro fundado por Mor Dias (extinção do mosteiro)	2-12-1311	TT, OFM, PP, SCC, 1, 25 e 1, 30=ADB, Gav. Religiões nº 29 e 137=TT, Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc. M. 18, cx. 19, nº 291;
Martinho	Testemunha de documento	20-3-1378	TT, OFM, PP, SCC, 19, 49
Martinho, companheiro de Frei Antoninho do Porto, guardião de São Francisco de Coimbra	Testemunha de documento	4-7-1337	TT, OFM, PP, SCC, 3, 34=18, 26=Liv. 9, fl. 304-304v
Martinho Raimundes, guardião de São Francisco de Coimbra	Testemunha da destituição dos menores da administração e da entrega do mosteiro a outro administrador	8 e 12-2-1306	ADB, Gav. Religiões, nº 27
Martinho Ribeiro	Testemunha de documento	6-5-1383	TT, OFM, PP, SCC, 33,25=Liv. 10, fl 320
Martinho de São Cristóvão	Testemunha do testamento de Mafalda Gonçalves, viúva de Martim do Barro, escudeiro de Bruscos	28-11-1317; 4-12-1317	TT, OFM, PP, SCC, 18-8; 19, 11
Martinho Vasques	Procurador de Santa Clara de Coimbra	16-1-1380	TT, OFM, PP, SCC, 7, 31
Pedro Afonso	Testemunha da entrega de bens de D. Mor a Domingas Peres pelo bispo de Lisboa	2-3-1302	TT, OFM, PP, SCC, 1, 18
Pedro André	Testemunha de documento	22-11-1327	TT, OFM, PP, SCC, 3, 12
Pedro Peixeiro, frade de S. Francisco de Coimbra	Administrador do convento de S. Clara de Coimbra, é nesta data destituído do seu encargo, devido ao fracasso do empreendimento; presente no mesmo acto (de destituição) no mosteiro das clarissas; testemunha no processo que decorre entre São Francisco de Guimarães e Santa Clara de Coimbra; testemunha de documento	21-10-1305; 4-11-1305; 18-9-1319; 14-9-1320	ADB, Gav. Religiões, nº 25; TT, OFM, PP, SCC, 2, 4; 33, 13
Rodrigo	Testemunha de documento	19-7-1319	TT, OFM, PP, SCC, 2, 4
Rodrigo de Porto de Mós	Testemunha de documento	21-9-1318	TT, OFM, PP, SCC, 1, 45
Rodrigo da Veiga	Testemunha de documento	21-3-1337	TT, OFM, PP, SCC, 24,3=Liv. 9, fl. 7-8
Salvador	Testemunha da destituição do encargo de Frei Pedro	4-11-1305	ADB, Gav. Religiões, nº 25

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
	Peixeiro velar pelas clarissas		
Soeiro de Alvim, ministro provincial de Santiago	Testemunha da destituição da administração e da entrega do mosteiro a outro administrador (era Ministro Provincial quando se dá a entrada de D. Maria no Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e a escolha de D. Maria Garcia como abadessa do mesmo convento); testemunha no processo que decorre entre Francisco de Guimarães e Santa Clara de Coimbra	8-2-1306, (referido em doc. de 18-9-1319); 24-9-1319 (já não é referido como Provincial de Santiago)	ADB, Gav. Religiões, nº 27; TT, OFM, PP, SCC, 2, 4
Tomás, custódio de Coimbra	Testemunha no processo que decorre entre São Francisco de Guimarães e Santa Clara de Coimbra	18-9-1319	TT, OFM, PP, SCC, 2, 4
Vasco de Cardia, companheiro do guardião de Coimbra, Frei Antoninho	Testemunha de documento	26-9-1337	TT, OFM, PP, SCC, 22, 22
Vasco Eanes, frade da Ordem Terceira	Testemunha de contrato; moozinho de Santa Clara de Coimbra (1392)	19-4-1389; 16-4-1392	TT, OFM, PP, SCC, 8,14=Liv. 10, fl. 250-250v
Vasco de Elvas, confessor e testamenteiro de D. Dinis	Concede plenos poderes à rainha D. Isabel para que ela cumprisse o testamento de D. Dinis	7-11-1326	TT, OFM, PP, SCC, 27, 13
Vasco de Miranda	Testemunha de documento	19-7-1364; 15-7-1370	TT, OFM, PP, SCC, 22,40; 24, 14
Vasco Pereira, doutor, frade de São Francisco de Coimbra	Testemunha de documento	13-6-1390	TT, OFM, PP, SCC, 37, 24
Vasco de Pereiras	Testemunha de documento	13-1-1383; 19-9-1384; 20-9-1384	TT, OFM, PP, SCC, 7,36; 8, 3; 37,21=Liv. 9, fl. 44-45;
Vasco Ribeiro	Testemunha de documento	12-12-1329	TT, OFM, PP, SCC, 3, 17
Vicente	Testamenteiro do conde Martim Gil	27-7-1327	TT, OFM. PP, 3, 23; 35, 1
Vicente, custódio de Lisboa	Testemunha do testamento de Afonso Mateus de Zamora	9-7-1318	TT, OFM, PP, SCC, 27, 10
Vicente, frade de Santa Zita da Asseiceira, morador em Leiria	Testemunha de documento	27-12-1379	TT, OFM, PP, SCC, 21, 12
Vicente Amado	Testemunha de documento	8-5-1356	TT, OFM, PP, SCC, 25, 16=liv. 10, fl. 212-212v
Vicente Eanes	Homem do convento	18-1-1366	TT, OFM, PP, SCC, 21, 4
Vicente Farto e Quente, frade da Terceira	Testemunha de contrato	20-7-1370; 20-8-1370; 22-10-1372	TT, OFM, PP, SCC, 21, 10; 25, 18=Liv. 9, fl.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Ordem; merceeiro			23.25v; 25, 19=Liv. 9, fl. 25v-27; 25, 20=Liv. 9, fl. 27v-29; 32, 1
Vicente da Maia	Testemunha do traslado do processo de Mor Dias contra Santa Cruz mandado pedir por Domingas Peres	21-6-1303	ADB, Gav. Religiões, nº 26

D - Convento de Santa Clara de Lisboa

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Afonso Rodrigues (tio de D. Dinis)	Testemunha da entrega do edifício do futuro mosteiro de Santa Clara à Ordem dos Menores	1-2-1293	História Seráfica, II, p. 97-98
Aires, doutor e leitor de São Francisco de Lisboa	Testemunha da entrega do edifício do futuro mosteiro de Santa Clara à Ordem dos Menores	1-2-1293	História Seráfica, II, p. 97-98
Domingos Lourenço, guardião de São Francisco de Lisboa	Testemunha da entrega do edifício do futuro mosteiro de Santa Clara à Ordem dos Menores	1-2-1293	História Seráfica, II, p. 97-98
João, frade de São Francisco de Lisboa	Testemunha de documento	21-1-1355	TT, OFM, PP, SCC, 38,9
João Galego, guardião de São Francisco de Leiria	Testemunha da entrega do edifício do futuro mosteiro de Santa Clara à Ordem dos Menores	1-2-1293	História Seráfica, II, p. 97-98
Martinho Eanes, ministro provincial de Santiago	Testemunha da entrega do edifício do futuro mosteiro de Santa Clara à Ordem dos Menores	1-2-1293	História Seráfica, II, p. 97-98
Martinho Martins de Pedroso, custódio de Lisboa	Testemunha da entrega do edifício do futuro mosteiro de Santa Clara à Ordem dos Menores	1-2-1293	História Seráfica, II, p. 97-98

E - Convento de Santa Clara de Vila do Conde

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Domingos de Evoramonte	Visitador da Ordem	7-5-1318	Cartulário, p. 89
Francisco, ministro dos Frades Menores da província de Santiago	Testemunha de documento	7-5-1318	Cartulário, p. 89

F - Convento de Santa Clara de Portalegre

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Afonso de Portalegre	Procurador de Santa Clara de Portalegre	1-6-1388	TT, OFM, PA, SCPortalegre, liv. 54
Diogo Moiano, ministro da Ordem de São Francisco	Testemunha da profissão de uma freira clarissa em Évora	1-8-1403	TT, OFM, PA, SCPortalegre, Pacote C
João Gerales, guardião de São Francisco de Portalegre	Testemunha de documento	1-8-1403	TT, OFM, PA, SCPortalegre, Pacote C
Martinho, guardião de São Francisco de Portalegre	Testemunha de documento; visitador de Santa Clara de Portalegre	20-6-1389; 1-8-1403	TT, OFM, PA, SCPortalegre, Pacote C; Liv. 54

IV. Dependentes e Servidores³⁰⁷⁰

A. Convento de Santa Clara de Santarém

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Afonso Gonçalves	Procurador de Maria Esteves, freira do mosteiro	23-10-1311	TT, OFM, PP, SCS, 12,841
Afonso Freirio	Procurador subestabelecido ³⁰⁷¹ da abadessa e convento	30-1-1380	TT, OFM, PP, SCS, 7, 349
Afonso Miguéis	Procurador de Maria Martins, freira do mosteiro	23-5-1330	TT, OFM, PP, SCS, 12,860
Afonso Vicente	Criado da abadessa; testemunha de documento	17-8-1358	TT, OFM, PP, SCS, 6,299
Álvaro Esteves, tabelião de Santarém	Procurador do convento e de Constança Gil, freira do convento; testemunha de documento	a. 15-9-1357; 21-3-1395; 6-3-1396;30-5-1396;30-4-1400	TT, OFM, PP, SCS, 7, 359; 7, 375; 10, 635 a 644; 11,715 a 722; 11,728; ADS, SCS, Gav. 6, nº 1;
Domingos Nunes	Clérigo e capelão do convento de Santa Clara; procurador de Catarina Esteves e Maria Esteves, freiras do convento	2-8-1326	TT, OFM, PP, SCS, 11,743 e 744
Domingos Vicente ³⁰⁷²	Procurador do mosteiro; homem da abadessa e convento; testemunha de documentos	24-1-1349;16-1-1351; 5-10-1360	TT, OFM, PP, SCS, 5,196; 10,689 a 693; 11,745 e 746; 12,894, ADS, SCS, Gav. 1, nº 4
Dórdia Fernandes	Serva do convento	16-1-1351	TT, OFM, PP, SCS, 5,196
Estêvão Lourenço	Procurador de Margarida Sousa, freira do convento	11-11-1341	TT, OFM, PP, SCS, 8, 428 e 429
Estêvão Martins Frutuoso, morador em Santarém	Procurador da abadessa e convento	29-8-1346;2-10-1346	TT, OFM, PP, SCS, 7,325
Estêvão Peres	Juiz do convento	15-10-1324	TT, OFM, PP, SCS, 9,577 a 596
Fernão Garcia	Procurador da abadessa	23-9-1356	TT, OFM, PP, SCS, 8, 466
França Eanes	Azemel do convento; testemunha de documento	15-1-1392	TT, OFM, PP, SCS, 7,372
Garcia Peres	Tesoureiro do convento	6-1-1336	TT, OFM, PP, SCS, 6,259
Geraldo Afonso	Procurador da Ordem	30-4-1400	TT, OFM, PP, SCS, 11,715 a 722; 11,728
Gil Eanes, procurador do número no concelho de Santarém	Procurador da abadessa e convento	5-12-1352; 20-1-1388	TT, OFM, PP, SCS, 5,153 e 154; 12,828 e 829

³⁰⁷⁰ Nestes quadros, para facilitar a leitura, optei por não colocar em itálico as cotas dos documentos.

³⁰⁷¹ Subestabelecido por João Lourenço, criado da abadessa e seu procurador.

³⁰⁷² Trata-se de um subemprazamento, sendo os foreiros: Maria Eanes, Vicente Mendes e Martinho Esteves.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Gil Martins	Procurador de Sancha Garcia do Casal, freira do convento	11-5-1327	TT, OFM, PP, SCS, 12,852
Gonçalo Eanes	Criado do convento; testemunha de documento	23-10-1374	TT, OFM, PP, SCS, 7,367
Gonçalo Eanes, freire do Hospital	Procurador de Constança Gil, freira do convento	4-12-1335	TT, OFM, PP, SCS, 13,906 a 909
Gonçalo Esteves	Procurador das donas	15-10-1295	TT, OFM, PP, SCS, 12,812 e 813
Gonçalo Esteves do Casal, escudeiro, morador em Santarém	Procurador da abadessa e convento (1392 e 1399); procurador de Constança Peres do Casal, sua sobrinha e freira do convento (1388 e 1392)	12-6-1388;17-11-1392;8-9-1399	TT, OFM, PP, SCS, 8,456 e 457; 8,468 e 469;11,731 e 732
Joana	Serva do convento	16-1-1351	TT, OFM, PP, SCS, 5,196
João, Escrivão	Testemunha de documento	1-9-1334	TT, OFM, PP, SCS, 6, 243
João André	Procurador da abadessa e convento	17-8-1358; 12-11-1358; 24-7-1360	TT, OFM, PP, SCS, 6,299; 8,441; 11, 747 e 748
João Bernardes	Procurador da abadessa e convento (enviado a Roma para apelar contra o bispo de Lisboa)	19-4-1393	TT, OFM, PP, SCS, 6,227 e 228
João Domingues	Criado da abadessa e convento; testemunha de documento	20-7-1379	TT, OFM, PP, SCS, 7, 379
João Eanes	Procurador geral	8-5-1320	TT, OFM, PP, SCS, 12,895 e 896
João Esteves	Azemel do convento	6-1-1336	TT, OFM, PP, SCS, 6,259
João de Évora	Procurador da abadessa e convento	26-6-1341	TT, OFM, PP, SCS, 8,431
João Fernandes	Procurador do convento; testemunha de documento	18-1-1299	TT, OFM, PP, SCS, 6,242
João Lourenço ³⁰⁷³	Criado da abadessa e do convento; procurador da abadessa e convento (1376;1380; 1383;1399;1400); azemel do convento (1392); testemunha de documentos	12-6-1371;7-8-1374;23-10-1374;11-8-1376;13-7-1379; 20-7-1379; 2-11-1380; 5-1-1383;11-11-1385; 10-3-1387;15-1-1392;24-6-1399;30-4-1400	TT, OFM, PP, SCS, 5, 170 e 171; 6,209 e 210; 6,290; 7, 349; 7,367; 7,378;7,379;7,387 e 388; 8,452;8,471;9,507 e 508; 9,523 e 524;11,715 a 722
João Martins	Homem de Dórdia Martins, freira do convento; testemunha de documento	30-7-1296	TT, OFM, PP, SCS, 9,511
João do Pereiro	Procurador da abadessa e convento	1-10-1399	TT, OFM, PP, SCS, 12, 842
João Vicente	Procurador e servidor do convento	7-10- 1393	TT, OFM, PP, SCS, 5,198
Leonardo Mateus ³⁰⁷⁴	Lavrador e caseiro do convento	20-1-1388	TT, OFM, PP, SCS,

³⁰⁷³ Em 1374, empraça bens do convento, em Santarém e, em 1387, empraça, em 2 vidas, bens da Ordem, em Valada, na Baleia, termo de Santarém.

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
morador em Goupineira, termo de Santarém.			12,828 e 829
Lourenço Afonso	Azamel do convento; testemunha de um documento	30-5-1396	TT, OFM, PP, SCS, 7,375
Maria Sanches ³⁰⁷⁵	Vive no mosteiro de Santa Clara de Santarém	22-6-1382	TT, OFM, PP, SCS, 9,529 e 530
Martinho Domingues	Procurador do convento	21-5-1301	TT, OFM, PP, SCS, 11,759 e 760
Martinho Mestre, morador em Santarém	Procurador geral da abadessa e convento	8-10-1375; 2-2-1377	TT, OFM, PP, SCS, 5,167
Martinho Miguéis	Procurador da abadessa e convento	5-6-1341	TT, OFM, PP, SCS, 6,250
Miguel Gonçalves, tanoeiro, morador em Alpriate	Procurador do convento, subestabelecido por Pedro Afonso	28-11-1354; 11-12-1356	TT, OFM, PP, SCS, 13,972 e 973
Nuno Rodrigues, escrivão do reguengo do rei e morador e vizinho de Santarém	Procurador do convento	27-1-1354; 16-11-1354	TT, OFM, PP, SCS, 5, 158
Pedro Afonso da Porta da Valada	Procurador da abadessa e convento; procurador da freira Maria Esteves Mafarra	14-5-1331; 4-3-1334; 2-1-1347; 29-7-1350; 28-11-1354	TT, OFM, PP, SCS, 7,302; 11,757 e 758; 12,836; 13,972 e 973
Pedro Eanes dito Caramós	Procurador do convento; procurador de Maria Esteves Mafarra, freira do convento	20-6-1291; 15-10-1324; 12-12-1324; 24-4-1326	TT, OFM, PP, SCS, 7,365; 9,531 e 532; 9,577 a 596; 11,769 e 770
Pedro Mendes, dito Lobo	Procurador do convento e testemunha de documentos	20-3-1280; 15-4-1281	TT, OFM, PP, SCS, 2,65; 4,130; 4,136
Rodrigo Eanes	Procurador da abadessa e convento; testemunha de documentos	3-6-1302; 9-12-1348; 27-12-1390	TT, OFM, PP, SCS, 9,505 e 506; 10,679 e 680; 13,962 e 963
Rui Lourenço	Homem e procurador do mosteiro	5-6-1338	TT, OFM, PP, SCC, docs. régios, 1, 6
Rui Martins	Homem de Dórdia Martins, freira do convento; testemunha de documento	4-1-1301; 21-5-1301	TT, OFM, PP, SCS, 7, 318 e 319; 11,759 e 760
Salvado Eanes	Procurador de Sancha Garcia do Casal, freira do convento	27-7-1324	TT, OFM, PP, SCS, 12,850
Vasco Eanes	Criado da abadessa e convento; testemunha de um documento	20-7-1379	TT, OFM, PP, SCS, 7,379
Vasco Esteves	Procurador da abadessa, Maria Esteves Mafarra	13-11-1334	TT, OFM, PP, SCS, 6,283
Vicente Afonso	Procurador da abadessa e convento; homem da abadessa; testemunha de documentos	21-8-1337; 19-5-1339; 5 e 6 -6-1341; 11-11-1341; 23-5-1342; 2-3-1349; 28-5-1350; 16-1-1351	TT, OFM, PP, SCS, 5,196; 6,250; 8, 428 e 429; 9,512 e 513; 9,577 a 596; 10,666 e 667=10,668 e 669;

³⁰⁷⁴ Tem como procurador Gil Eanes.

³⁰⁷⁵ Faz doação de uma casa à freira, Aldonça Eanes do Casal.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
			11,761 e 762; 12,894; 12,898
Vicente Domingues, procurador do número no concelho de Santarém	Procurador da abadessa e convento	23-05-1379; 1,2,3-1-1381	TT, OFM, PP, SCS, 1,30; 5,170 e 171; 6,290; 12,828 e 829
Vicente Martins	Procurador da abadessa e convento	4-10-1365	TT, OFM, PP, SCS, 6,272 e 273
Vicente Peres	Criado da abadessa e convento; testemunha de documento	20-7-1379	TT, OFM, PP, SCS, 7,379

B. Convento de Entre-Ambos-os-Rios

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Afonso	Moço da abadessa	16-9-1381	TT, OFM, PP, SCP, 60, 50
Afonso Domingues ³⁰⁷⁶	Clérigo e escrivão do mosteiro	22-9-1391	TT, OFM, PP, SCP, 65
Afonso Eanes	Testemunha um documento como homem da abadessa	19-2-1359	TT, OFM, PP, SCP, 65
Afonso Francisco	Testemunha um documento como homem da abadessa	1-4-1383	TT, OFM, PP, SCP, 65
Afonso Martins, mercador, morador nas tendas do Porto	Procurador da abadessa e convento	22-3-1376; 3-4-1376; 24-12-1376	TT, OFM, PP, SCP, 59, 18; 59,19; 59,20
André Fernandes	Homem da abadessa; testemunha de documentos	1-1345;7-1-1352	TT, OFM, PP, SCP, 60,29; 60,31
Bartolomeu Durães	Procurador de mosteiro, subestabelecido por João de Deus	28-9-1326	TT, OFM, PP, SCP, 59, 9
Diogo Lopes	Procurador da freira Leonor Lopes Sanfanhó	27-11-1358	TT, OFM, PP, SCP, 60,35
Domingos Domingues	Juiz pela abadessa e convento, no couto do mosteiro	15-11-1347	TT, OFM, PP, SCP, 59,12
Domingos Eanes, morador no Barral	Testemunha um documento como homem e procurador da abadessa	15-4-1380; 22-9-1391	TT, OFM, PP, SCP, 65
Domingos Lourenço	Testemunha documentos como mancebo e homem da abadessa	4-1-1381; 21-3-1383; 5-4-1383; 4-1-1386	TT, OFM, PP, SCP, 65
Domingos Martins	Capelão do mosteiro	5-3-1309	TT, OFM, PP, SCP, 51,15
Domingos Moniz	Capelão do mosteiro	3-2-1268	ADP, Fundo Monástico, MSCP.Tombo 1º, nº 5026, fls. 15-18v.
Estêvão Domingues	Clérigo, capelão e escrivão do mosteiro; testemunha de documentos; empraza casas do mosteiro no Barral (em 1380)	15-4-1380; 18-5-1380; 6-10-1380; 4-1-1381; 3-2-1381; 10-2-1381;10-8-1381;19-10-1381; 23-11-1382;21-3-1383; 1-4-1383;5-4-1383; 4-1-1386; 24-6-1392; 18-8-1392; 26-6-1393;	TT, OFM, PP, SCP, 59, 21; 59,23; 60,49; 60, 56; 65
Estêvão Martins de Entre-ambos-os-Rios ³⁰⁷⁷	Procurador do mosteiro; juiz de Entre-ambos-os-Rios (1319); testemunha de documento	7-5-1295; 9-9-1305; 5-12-1305;11-9-1306; 16-9-1306; 7-5-1313; 12-7-1319	TT, OFM, PP, SCP, 50,6=50, 7; 51,14; 55,2; 59,6;

³⁰⁷⁷ Em 12-7-1319, é referido como juiz e é testemunha de um documento do convento de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
			68,3=Chanc. D. Dinis, Liv. 3, fl. 46v e 52v; 60,12; 60,18
Fernão Gonçalves	Juiz do couto do mosteiro que manda fazer públicas-formas de documentos do mosteiro	7-12-1391	TT, OFM, PP, SCP, 50,9
Fernão Lourenço, clérigo, abade de S. Maria da Eja, do bispado do Porto, julgado de Penafiel (desde 1334 até 1347) ³⁰⁷⁸	Procurador da abadessa e convento (4-6-1343; 1-7-1343; 14-11-1347; 21-11-1347); capelão do mosteiro (desde 1319 a 1330); clérigo do mosteiro; testemunha de documentos	14-9-1312; 12-7-1319; 10-4-1325; 28-6-1328; 10-11-1328; 5-5-1330; 8-5-1330; 2-11-1333; 31-10-1334;13-5-1336; 4-6-1343; 1-7-1343; 2-12-1344; 23-3-1345;14-11-1347;21-11-1347	TT, OFM, PP, SCP, 51,16; 52,16; 52, 18; 52,19; 52, 21; 52,23; 52,25; 55,5; 55, 6; 55,7; 59, 9; 59,10; 60,18;60, 21; 60,22; 60,28; 60,33
Fernão Martins	Capelão e escrivão do convento; procurador da abadessa e convento	4-12-1392; 7-2-1394; 1-1-1396	TT, OFM, PP, SCP, 50, 15; 51,28; 51, 29; 52,26
Gil do Monte	Procurador da abadessa	30-6-1362	TT, OFM, PP, SCP, 60,41
Gil Vicente	Procurador da abadessa e convento	12-6-1363	TT, OFM, PP, SCP, 59,15
Gonçalo Esteves	Procurador da abadessa e convento	20-7-1327; 16-4-1336	TT, OFM, PP, SCP, 50,17; 51-19; 67, 30
Gonçalo Gonçalves	Capelão do convento; testemunha de documento	7-1-1350	TT, OFM, PP, SCP, 53,17
Gervásio Gonçalves, cónego e tesoureiro da Sé de Lamego	Procurador da abadessa	21-7-1403	TT, OFM, PP, SCP, 59,28
João Afonso	Clérigo do mosteiro; testemunha de documento	2-11-1333	TT, OFM, PP, SCP, 52,21
João de Deus	Procurador do mosteiro	5-5-1330; 12-7-1337	TT, OFM, PP, SCP, 59, 9; 60,25
João Domingues	Juiz do couto do mosteiro	3-12-1388	TT, OFM, PP, SCP, 59,26
João Eanes	Testemunha um documento como mancebo da abadessa	22-9-1391	TT, OFM, PP, SCP, 65
João Esteves	Testemunha um documento como homem da abadessa	24-6-1392	TT, OFM, PP, SCP, 65
João Fernandes, clérigo	Testemunha de documento	7-5-1346	TT, OFM, PP, SCP, 59, 26

³⁰⁷⁸ Em 1344, recebe do convento o emprazamento de uma casa, no burgo de Entre-ambos-os-Rios. Em 1345, é referida uma sua sergente, Estevainha, de quem tem filhos e a quem doa a casa, anteriormente referida.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
João Gonçalves	Clérigo e escrivão do mosteiro	7-6-1390	TT, OFM, PP, SCP, 65
João Gonçalves do Barral	Juiz do couto	26-5-1391	TT, OFM, PP, SCP, 60, 54
João Martins	Procurador da abadessa e convento	30-8-1345	TT, OFM, PP, SCP, 51,23
João Miguéis, morador em Goivas, julgado de Paiva	Procurador da abadessa e convento; testemunha vários documentos como homem e procurador da abadessa	15-11-1379;16-11-1379;7-1-1380; 30-1-1380;15-4-1380;18-4-1380;3-5-1380; 21-12-1380;4-1-1381; 3-2-1381;10-8-1381; 16-9-1381; 23-11-1382; 21-3-1383;1-4-1383; 5-4-1383; 18-2-1385; 15-10-1385; 4-1-1386; 5-12-1387; 13-12-1387.	TT, OFM, PP, SCP, 51,26; 51,27; 55,9;59,22; 59, 23; 59, 25; 60,47; 60, 50; 65
João Peres de Porto Carreiro	Procurador da abadessa e convento ³⁰⁷⁹	Entre 1367 e 1376	TT, OFM, PP, SCP, 59,23
Julião Gerales	Procurador da abadessa e convento	30-1-1355	TT, OFM, PP, SCP, 59,14
Lourenço Esteves	Homem da abadessa; testemunha de documento	30-6-1362	TT, OFM, PP, SCP, 60,41
Lourenço Peres	Procurador da abadessa	13-11-1344	TT, OFM, PP, SCP, 59, 11
Martinho Domingues	Procurador da abadessa Maria Eanes e da irmã, Inês Eanes	4-12-1327	TT, OFM, PP, SCP, 59, 8
Martinho Esteves, morador em Entre-os-Rios	Homem da abadessa e juiz numa contenda do mosteiro com o de São João da Pendurada	24-04-1306	TT, OFM, PP, SCP, 59, 1
Martinho Esteves, clérigo	Procurador da abadessa	18-8-1372	TT, OFM, PP, SCP, 59, 17
Martinho Favelos	Procurador da abadessa e convento	16-4-1336	TT, OFM, PP, SCP, 50,17; 51, 19
Martinho Malha	Procurador da abadessa	10-8-1381	TT, OFM, PP, SCP, 59,23
Martinho Peres, morador no burgo de Entre-ambos-os-Rios	Procurador da abadessa e convento	23-11-1351; 7-1-1352	TT, OFM, PP, SCP, 60,31
Martinho Peres de Canaveses, clérigo	Testemunha de documento	7-5-1346	TT, OFM, PP, SCP, 59, 26
Martinho Rodrigues	Homem das donas; testemunha de documento	1-9-1278	TT, OFM, PP; SCP, 51, 11
Miguel Martins	Testemunha vários documentos como homem da abadessa	31-8-1390; 24-6-1392; 18-8-1392	TT, OFM, PP, SCP, 60,53; 65
Pedro Castelão	Mancebo do convento	3-12-1388	TT, OFM, PP, SCP, 59,26
Pedro Eanes	Procurador do mosteiro	6-7-1392	TT, OFM, PP,

³⁰⁷⁹ Referido, num documento de 10-8-1381, como tendo sido procurador.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
			SCP, 51,25
Pedro Martins	Capelão do convento	7-5-1295; 1295	TT, OFM, PP, SCP, 55,2; 52, 10
Pedro Miguéis, mercador de Braga, casado com D. Maria Miguéis.	Procurador de Joana Miguéis, freira do convento	12-11-1292; 6-3-1298	TT, OFM, PP, SCP, 60,7
Pedro Vicente	Inquiridor do mosteiro na causa contra Gonçalo Eanes de Vinhal	1278	TT, OFM, PP, SCP., 57,1
Rodrigo Peres, armeiro	Procurador da abadessa e convento	11-9-1278; 5-11-1278	TT, OFM, PP, SCP, 51, 11; 59,2
Rui Domingues, advogado, cidadão do Porto	Procurador da abadessa e convento	14-11-1347; 21-11-1347	TT, OFM, PP, SCP, 59,10
Silvestre Martins	Clérigo, capelão e escrivão do convento; testemunha de documentos	19-2-1359; 29-12-1361; 30-6-1362; 14-7-1364;20-8-1367	TT, OFM, PP, SCP, 60, 37; 60,41; 65
Vasco Domingues	Testemunha um documento como homem da abadessa	5-4-1383	TT, OFM, PP, SCP, 65
Vasco Domingues,	Capelão do mosteiro; testemunha de documento	3-1-1334	TT, OFM, PP, SCP, 60, 54
Vasco Esteves	Homem da abadessa e testemunha de documento	30-6-1362	TT, OFM, PP, SCP, 60,41
Vasco Gonçalves	Carniceiro e juiz do couto	18-8-1372	TT, OFM, PP, SCP, 59, 17
Vasco Lourenço	Juiz do couto do mosteiro (1380, 1384 e 1394 ³⁰⁸⁰); capelão e escrivão do convento (1345 e 1354); testemunha de documento.	16-3-1354; 21-12-1380; 1-1381;13-1-1384; 1-1394	TT, OFM, PP, SCP, 59, 22; 59,24; 60,29; 60,32; 60, 56
Vasco Martins Marecos	Procurador da abadessa e convento	16-4-1336	TT, OFM, PP, SCP, 50,17; 51, 19
Vasco Peres	Procurador da abadessa	20-5-1345	TT, OFM, PP, SCP, 51,22
Vasco Vicente, morador em Avoaças	Procurador do mosteiro	26-11-1351	TT, OFM, PP, SCP, 55, 8
Vicente Domingues, clérigo	Capelão do mosteiro; ouvidor do couto do mosteiro (1380); juiz do couto do mosteiro (1387); testamenteiro de Domingos Domingues (1334); testemunha de documentos	2-3-1325; 8-5-1330; 12-12-1330; 31-10-1334; 13-5-1336;4-6-1343; 24-7-1343;2-12-1344; 7-5-1346;21-12-1380; 5-12-1387.	TT, OFM, PP, SCP, 51, 27; 52,19;52,20; 52, 23;55,5; 55,6;55,7; 59,22;59,26; 60, 21; 60,28

³⁰⁸⁰ Em 1380 e 1394 é referido como Juiz do couto do mosteiro e autentica um emprazamento feito entre este e o seu capelão.

C. Convento de Santa Clara de Coimbra

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Afonso Domingues	Clérigo do mosteiro; testemunha de documento	25-6-1350	TT, OFM, PP, SCC, 8,4
Afonso Eanes	Criado da abadessa	21-4-1321	TT, OFM, PP, SCC, 2,19
Afonso Eanes	Servidor do mosteiro	20-2-1370	TT, OFM, PP, SCC, 6, 40
Afonso Eanes	Capelão do mosteiro; testemunha de documento	20-4-1336	TT, OFM, PP, SCC, 17,14= Liv. 9, fl. 430v- 431v
Afonso Esteves, carpinteiro, morador em Coimbra	Homem do mosteiro; testemunha de documento	26-8-1376	TT, OFM, PP, SCC, 22,44=Liv. 10, fl. 90-90v
Afonso Esteves, tanoeiro	Morador nos paços do mosteiro (no curral); testemunha de um documento	3-3-1385; 25-11-1396	TT, OFM, PP, SCC, 8,37=Liv. 9, fl. 195v-196v ; 37,22=Liv. 9, fl. 47-48
Afonso Esteves, clérigo raçoeiro da Igreja de Santa Maria de Leiria	Procurador da abadessa e convento	25-3-1336; 20-4-1336	TT, OFM, PP, SCC, 17,14 = Liv. 9, fl. 430v- 431v
Afonso Fernandes ³⁰⁸¹ , mercador de Coimbra	Procurador da abadessa e convento; juiz do mosteiro ³⁰⁸²	13-2-1364; 12-9-1364; 8- 12-1365; 22-1-1366; 8-4- 1366; 11-3-1367	TT, OFM, PP, SCC, ; 6, 24; 6,31; 6,32=Liv.10, fl. 247-247v; 20,9; 24,12; 32, 9
Afonso Fernandes ³⁰⁸³ , clérigo	Capelão e clérigo da abadessa e do convento; procurador da abadessa e convento; testemunha de documento	9-10-1319; 3-6-1320; 22- 4-1321; 6-7-1321; 4-8- 1321; 27-8-1321; 8-2- 1322; 19-2-1322; 13-1- 1326; 26-6-1328; 8-6- 1329; 15-3-1331; 8-11- 1331; 21-3-1332; 27-12- 1364; 17-1-1366; 18-1- 1366;19-3-1366; 30-3- 1367; 27-10-1372; 27-5- 1373; 30-10-1373	TT, OFM, PP, SCC, 2,6; 2,7; 2,20; 2,39;2,40; 3,13; 3,16; 3,18; 3,19; 6,29; 6,33; 7, 11=Liv. 10, fl. 235-236; 18,15; 19,12; 19, 14;19,30; 21,4;21,10; 22, 11; 22,19 = 29, 26;25,20=Liv. 9, fl. 27v-29; 27, 4; 38,12; Liv. 9, fl. 297 v.
Afonso Fernandes,	Procurador geral da abadessa e	22-10-1372; 26-5-1373	TT, OFM, PP,

³⁰⁸¹ Tem como seu homem: Pedro Eanes, também testemunha de um contrato.

³⁰⁸² Em 1364.

³⁰⁸³ Recebe 10 libras no testamento de Joana Gonçalves Redonda.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
morador e vizinho de Coimbra,	convento		SCC, 25,19=Liv. 9, fl. 25v-27
Afonso Martins	Mordomo da obra do convento; testemunha de documento	11-6-1325	TT, OFM, PP, SCC, 2,37
Afonso Martins	Clérigo e capelão do mosteiro; testemunha de documento	7-5-1370; 18-7-1370; 20-7-1370;18-8-1370; 20-8-1370	TT, OFM, PP, SCC, 7,1; 22,42=Liv. 10, fl. 96-96v; 25,18=Liv. 9, fl. 23-25v;32,11
Afonso Martins de Santa Clara	Testemunha de documento	6-7-1325	TT, OFM, PP, SCC, 19,18 = Liv. 9, fl. 152-152v
Afonso Mateus	Procurador, criado e homem da abadessa e convento	29-10-1319; 12-9-1322; 12-12-1325; 20-11-1330; 25-11-1330; 11-1-1339;16-11-1342; 10-12-1342	TT, OFM, PP, SCC, 2, 30; 18,10; 24,4; 35,2=Liv. 10, fl. 213-213v; 36,2; 36,3 =Liv. 10, fl. 9v-10v; Liv. 9, fl. 369
Aldonça Rodrigues	Moradora nos paços da Rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Álvaro Gil, mercador, morador em Coimbra, sobrinho de Afonso Domingues de Aveiro	Procurador do convento; procurador geral do mosteiro e do hospital da rainha D. Isabel ³⁰⁸⁴	3-8-1379; 23-8-1379;7-12-1379;17-12-1379; 26-12-1379;27-12-1379;28-12-1379; 4-1-1380; 31-1-1380	TT, OFM, PP, SCC, 7,18; 7,32; 17,33=17,34=Li v. 9, fl. 451-453v; 20,18=Liv. 9, fl. 426v-429;21,12; 24,17;
André Domingues,	Homem do mosteiro; testemunha de um documento	13-3-1379; 31-12-1380	TT, OFM, PP, SCC, 7,28;7,34;19,50; 20,19
André Eanes, vigário da igreja São Pedro de Gouveia	Empraza bens da igreja de Gouveia	21-8-1361;	TT, OFM, PP, SCC, 6,5=Liv. 9, fl. 279-279v;
André Peres	Morador na quinta de Santa Clara	3-4-1376	TT, OFM, PP, SCC, 7, 21
Catarina Afonso	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Clara Martins	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22

³⁰⁸⁴ “em no dito ospital do dito nosso mosteiro que he da Rainha dona Isabel e direitos e pertenças dele, damos nosso comprido poder que possa colher e receber todalas rendas e dividas que pertencem ao dito ospital tambem do tempo pasado como do que ha-de vir e que possa dar as rações e os mantimentos aos raçoeiros do dito ospital per guisa que he mister de averem. E que possa dar quitaçom das dividas e rendas que algumas pessoas devem e possa arrendar aforar e emprazar herdades do dito ospital (....)” in TT, OFM, PP, SCC, 21, 12 e 7, 33 e 7, 34.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Constança de Podentes	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Domingas Eanes	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP; SCC, 6, 22
Domingas Martins	Merceeira do hospital da rainha	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Domingos Cristóvão, morador em Coimbra	Procurador da abadessa e convento	13-5-1390	TT, OFM, PP, SCC, 31, 9
Domingos Domingues	Mestre da obra do mosteiro; testemunha de documentos	9-7-1318; 21-9-1318; 3-6-1320; 6-7-1321	TT, OFM, PP, SCC, 1, 45; 19,12; 19, 14; 27, 10
Domingos Eanes	Criado, servidor, procurador, familiar e homem do mosteiro; morador nos paços do mosteiro; testemunha de documentos	30-8-1370; 1-11-1375; 22-1-1376; 8-6-1376; 4-1-1378; 7-5-1378; 9-5-1378; 29-1-1379; 13-3-1379; 31-12-1380; 20-11-1381; 10-12-1381; 2-8-1382; 2-2-1383; 25-2-1383; 28-3-1383; 3-5-1383; 7-6-1383; 10-11-1383; 25-4-1384; 4-6-1384; 20-9-1384; 5-12-1384; 14-11-1385; 26-11-1385; 13-2-1386; 15-2-1386; 12-3-1386; 22-5-1386; 11-6-1386; 24-8-1386; 11-12-1386; 15-3-1388; 8-5-1389; 15-5-1389; 21-5-1389; 17-7-1389; 20-5-1390; 13-6-1390; 18-11-1391; 4-6-1396; 26-7-1396	TT, OFM, PP, SCC, 7,20; 7,22=Liv. 9, fl. 278-279; 7,25=Liv. 9, fl. 215v-216; 7, 28; 7,34; 7,37=Liv. 10, fl. 49v-50; 7,38=Liv. 9, fl. 216-216v; 7, 40=Liv. 9, fl. 391-391v; 8,1; 8,3; 8,4; 8,10; 8,15; 8,16=Liv. 9, fl. 193v-194; 8,17=Liv. 10, fl. 239-239v; 8,20=Liv. 9, fl. 413v-414v; 8,27;13,3; 19,46=Liv. 10, fl. 238-238v; 19,50; 19,51; 19,57;20,19; 20, 21=Liv. 10, fl. 92v-93; 20,23; 20,24; 21, 14; 22, 48; 23, 3=liv. 9, fl. 214v-215; 24,18=Liv. 9, fl. 10v-11; 25,29; 26,25=Liv. 10, fl. 354-354v; 28,9; 28, 10; 31,7; 33,26=Liv. 10, fl. 354v-355v; 35,7; 35,8=Liv. 9, fl. 19-19v; 35,9=Liv. 9, fl. 20-20v; 36,10; 36, 11; 37,19=liv. 9, fl. 45-46;

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
			37,23=Liv. 9, fl. 2-2v; 37,24; Liv. 9, fl. 417-418
Domingos Eanes	Azemel do mosteiro	12-2-1393	TT, OFM, PP, SCC, 19,55
Domingos Esteves	Porteiro do mosteiro para sacar as suas dívidas; testemunha de documento	20-7-1362	TT, OFM, PP, SCC, 6, 11
Domingos Esteves	Procurador e homem do mosteiro; testemunha de documentos	24-8-1350; 19-4-1351;30-1-1352; 31-1-1352;2-2-1353; 15-8-1355; 8-5-1356;30-8-1356; 23-11-1356; 3-3-1357; 2-4-1357; 7-1-1358; 7-4-1358; 15-6-1358; 7-11-1358; 16-3-1359; 8-5-1359; 1-8-1359; 1-9-1359; 12-10-1360; 22-10-1360; 24-11-1360; 20-12-1360; 25-4-1361; 12-6-1361;17-8-1361; 9-1-1362; 8-3-1362; 18-11-1362;20-11-1362; 25-11-1362; 3-12-1362; 9-2-1363; 15-2-1363; 20-2-1363; 2-4-1363; 6-5-1363; 11-6-1363; 25-7-1363;15-9-1363; 23-12-1363; 13-2-1364; 16-6-1364; 24-7-1364; 2-2-1365; 9-2-1365; 22-2-1365;7-4-1365; 27-4-1365; 4-8-1372; 4-7-1374	TT, OFM, PP, SCC, 5,2=liv. 10, fl. 236-237v;5,6; 5,28; 5,30; 5,31=Liv. 10, fl. 248-248v; 5,33; 5,35=Liv. 10, fl. 249-249v; 5,36=Liv. 10, fl. 240-240v; 5,37=Liv. 10, fl. 246-247; 5,38; 6,7; 6,9 =Liv. 9, fl. 207v-208=216v-217; 6,14; 6,15; 6, 18; 6, 22; 6,23; 6,26=19,44; 6,28; 6, 36; 17,29=Liv. 9, fl. 449-450; 17,30;18,35; 19,37; 19,43;22,34; 22,35=Liv. 9, fl. 205v-206; 22,36;22,37; 22,38; 22,39;24,10=liv. 9, fl. 15-17; 24,11=Liv. 10, fl. 195-196v; 25,16=Liv. 10, fl. 212-212v;26,23=Liv. 10, fl. 347v-349;27,21=Liv. 9, fl. 296-296v; 28,3 =Liv. 10, fl. 146-147; 29,34; 31,6;32,9; 33,20; 33,21=Liv. 10, fl. 405v-406v; 34,7; 38,10; 37,13; 37, 14=Liv. 9, fl. 1-1v; 38,11;

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Domingos Esteves	Capelão e homem da abadessa; testemunha de documento	28-2-1352; 26-12-1359	TT, OFM, PP, SCC, 5,7; Liv. 9, fl. 464-464v
Domingos Esteves, morador em Urzelhe	Procurador do mosteiro; testemunha de documento	12-4-1348; 14-1-1349; 2-2-1355; 3-2-1355; 2-8-1362	TT, OFM, PP, SCC, 5,21; 5,22=Liv. 9, fl. 409-410; 5,23=Liv. 9, fl. 400v-401v; 17,27=Liv. 9, fl. 445v-446v; 22,27; Liv. 10, fl. 3v-4
Domingos Esteves, casado com Leonor Afonso	Homem da abadessa e seu procurador	7-12-1352; 9-2-1363; 25-7-1363	TT, OFM, PP, SCC, 5,12=Liv. 9, fl. 115-115v; 24, 10;
Domingos Martins	Capelão do mosteiro	21-9-1318	TT, OFM, PP, SCC, 1, 45
Domingos Martins, clérigo do rei	Compra terras para o mosteiro	7-4-1337	TT, OFM, PP, SCC, 17, 15 = Liv. 9, fl. 367-368v = 3, 31
Domingos Peres	Procurador do mosteiro	10-2-1357	TT, OFM, PP, SCC, 5,32
Domingos Quimfante	Ferreiro na obra do mosteiro	9-7-1318	TT, OFM, PP, SCC, 27, 10
Domingos Temporões	Procurador do mosteiro	7-4-1347; 13-6-1347	TT, OFM, PP, SCC, 37,3
Domingos Tristão cônego de Guimarães e abade de Sobradelo ³⁰⁸⁵	Procurador do mosteiro	19-8-1349; 14-4-1353	TT, OFM, PP, SCC, 35,3=Liv. 9, fl. 66-67
Estevainha Peres	Merceeira do Hospital da rainha	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Estêvão	Azemel do mosteiro	7-9-1347	TT, OFM, PP, SCC, 4,30=Liv. 10, fl. 253
Estêvão Antoninho, carpinteiro	Homem do mosteiro; testemunha de documento	26-8-1376	TT, OFM, PP, SCC, 22,44=Liv. 10, fl. 90-90v
Estêvão Domingues	Pedreiro e mestre da obra do mosteiro; testemunha do testamento de Joana Gonçalves Redonda	15-3-1331	TT, OFM, PP, SCC, 19,30
Estêvão Eanes	Pedreiro na obra do mosteiro; testemunha de documento	5-2-1321	TT, OFM, PP, SCC, 2,17 = Liv. 9, fl. 189-190v
Estêvão Eanes, bacharel em Decretais	Homem do mosteiro; testemunha de documento	25-2-1375	TT, OFM, PP, SCC, 7,17

³⁰⁸⁵ Tem como “seu homem” Fernão Martins, testemunha do contrato.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Estêvão Eanes, morador em Coimbra	Clérigo e capelão da abadessa e do convento; homem, criado e familiar do mosteiro; testemunha de documento	3-8-1379; 23-8-1379; 25-10-1381; 3-8-1384; 19-9-1384; 12-12-1384; 24-8-1386; 13-11-1395	TT, OFM, PP, SCC, 8,2=Liv. 9, fl. 305v-306; 8,5=Liv. 9, fl. 192v-193; 8,10; 17,33=17,34=Li v. 9, fl. 451-453v; 20,27; 21,12; 24,17; 32,12; 37,21=Liv. 9, fl. 44-45
Estêvão Martins	Procurador e homem do mosteiro	7-4-1347; 13-6-1347	TT, OFM, PP, SCC, 37,3
Estêvão Martins	Porteiro dado pelo rei ao convento	Séc. XIV	TT, OFM, PP, SCC, 39,1
Estêvão Vicente, morador em Penela	Subprocurador estabelecido pelo procurador Martinho Peres; procurador do mosteiro	13-3-1348; 15-4-1348	TT, OFM, PP, SCC, 4, 31; 4,34
Fernão Domingues	Procurador da abadessa	28-4-1330	TT, OFM, PP, SCC, 18,21
Geraldo Martins, homem da rainha D. Isabel	Procurador do mosteiro	9-5-1332; 6-12-1333;	TT, OFM, PP, SCC, 3,23
Geraldo Esteves	Clérigo e criado do mosteiro; testemunha de documento	2-1-1339; 2-11-1339;	TT, OFM, PP, SCC, 4,24; 24,4; 24,6=Liv. 10, fl. 178-179 e 179-181v; 36,6=Liv. 10, fl. 12v-14; 38,8
Gil Domingues, morador em Sandomil	Procurador do mosteiro	4-7-1305; 4-7-1345	TT, OFM, PP, SCC, 1, 23; Liv. 9, fl. 303
Gil Eanes	Procurador, homem, morador e criado no mosteiro; testemunha de documentos; afora e povoa bens do mosteiro, na Ribeira de Urzelhe	5-4-1356; 3-3-1385; 20-3-1385; 19-4-1389; 21-5-1389; 25-5-1389; 17-7-1389; 26-4-1390; 13-6-1390; 2-1-1391; 8-1-1391; 16-4-1392; 13-11-1395; 26-12-1395; 4-6-1396; 14-7-1396; 26-7-1396; 23-11-1396; 3-5-1398; 28-12-1399; 9-1-1400; 29-4-1400	TT, OFM, PP, SCC, 8,14; 8,17=liv. 10, fl. 239-239v; 8,18; 8,20=Liv. 9, fl. 413v-414v; 8,28=liv. 10, fl. 250-250v; 8,32; 19,53; 19,57; 19,58; 20,5=20,6; 20,27; 20,28=Liv. 9, fl. 118-118v; 21,16=21,17; 22,51; 22,52; 24,19; 25,22; 25,29; 34,9; 37,22=Liv. 9, fl. 47-48; 37, 24; Liv. 9, fl. 200v-201v; Liv.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
			9, fl. 208-208v
Gil Eanes, alfageme, casado com Catarina Afonso	Procurador e criado do mosteiro; empraça bens do mosteiro	26-11-1395; 13-3-1397	TT, OFM, PP, SCC, 8, 38;19,56
Gil Eanes, casado com Catarina Eanes	Homem do mosteiro; empraça bens do mosteiro	2-1-1391	TT, OFM, PP, SCC, 8,22
Gil Eanes, morador em Coimbra	Criado do mosteiro	3-8-1384; 17-1-1386; 3-1-1395	TT, OFM, PP, SCC, 8,2=Liv. 9, fl. 305v-306; 8,6; 20,26
Gil Lourenço	Procurador da abadessa	13-8-1353	TT, OFM, PP, SCC, Reg. 1, 14 = Liv. 9, fl. 135-136 v
Gonçalo Afonso, tecelão, morador no Azambujal	“que jazia homiziado no Mosteiro” ³⁰⁸⁶ , testemunha de documento	6-12-1390	TT, OFM, PP, SCC, 38,13
Gonçalo Afonso	Homem, servo e morador no mosteiro; testemunha de documento	4-5-1379;14-11-1385;12-2-1395;18-9-1396	TT, OFM, PP, SCC, 7,30=Liv. 9, fl. 419v-420v; 8,35=8,36; 20,23; 26,27=Liv. 10, fl. 350v-351v
Gonçalo Esteves,	Clérigo e capelão do mosteiro e da rainha D. Isabel ³⁰⁸⁷ ; morador no mosteiro; testemunha de documento	24-2-1337; 23-3-1337; 26-12-1395	TT, OFM, PP, SCC, 8,32; 17,17=Liv. 10, fl. 18v-19v; 19, 26; 19,56; 21,16= 21,17;
Gonçalo Fagundes, vizinho de Coimbra	Compra bens para o mosteiro	18-3-1337	TT, OFM, PP, SCC, 3, 30
Gonçalo Lourenço	Azemel do mosteiro; testemunha de documento	3-9-1391;5-11-1400	TT, OFM, PP, SCC, 8,26;21,19= Liv. 9, fl. 470-471
Gonçalo Lourenço, morador em Coimbra	Procurador, criado e homem do mosteiro; testemunha de documentos	12-7-1363; 27-12-1364; 9-2-1365; 21-3-1365; 18-1-1366; 28-12-1367; 3-11-1372; 19-7-1374; 24-7-1374; 9-8-1374; 18-8-1374; 13-1-1375; 25-2-1375; 20-3-1375; 1-11-1375; 4-1-1378; 4-5-1379; 3-8-1379; 23-8-1379; 27-8-1379; 5-9-1379; 28-12-1379; 31-12-1380; 19-7-1381; 20-11-1381; 20-12-1381; 10-1-	TT, OFM, PP, SCC, ; 6,27; 6,29; 7,14; 7,17; 7, 18; 7,25=Liv. 9, fl. 215v-216; 7,30=Liv. 9, fl. 419v-420v; 7,33; 7,34; 7,37=Liv. 10, fl. 49v-50; 7, 38=Liv. 9, fl. 216-216v; 7,40=Liv. 9, fl. 391-391v; 8, 9;

³⁰⁸⁶ Em 1390.

³⁰⁸⁷ Assim referido em 1395.

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
		1383; 27-1-1383; 2-2-1383; 28-3-1383; 6-5-1383; 7-6-1383; 10-11-1383; 4-6-1384; 16-6-1384; 6-6-1386; 11-6-1386; 24-8-1386; 11-12-1386; 31-12-1386; 25-3-1387; 2-6-1388; 18-3-1389; 19-4-1389; 8-5-1389; 21-5-1389; 24-6-1389; 8-1-1391; 3-5-1391; 3-9-1391; 16-4-1392; 8-1-1395; 13-11-1395; 23-5-1397; 26-1-1399; 12-2-1400	8,10; 8,11; 8,13=Liv. 10, fl. 223-223v; 8,14; 8,16=Liv. 9, fl. 193v-194; 8,17=Liv. 10, fl. 239-239v; 8,19=Liv. 9, fl. 196v-197; 8,23; 8,24; 8,26; 8,28=Liv. 10, fl. 250-250v; 8,39; 17,33=17,34=Li v. 9, fl. 451-453v; 17,35=Liv. 9, fl. 429v-430; 18,35; 19,50; 19,52; 19,53; 20,16=22,45; 20,18=Liv. 9, fl. 426v-429; 20,19; 20,27; 21,4; 21,11=Liv. 9, fl. 457v-459; 21,12; 21,14; 23,3=Liv. 9, fl. 214v-215; 24,15; 24,17; 24,18=Liv. 9, fl. 10v-11; 25,21; 26,24=Liv. 10, fl. 364-364v; 28,8=Liv. 9, fl. 130-131; 28,9; 28,10; 29,37=Liv. 10, fl. 369v-370; 31,7; 33,24=Liv. 10, fl. 352-352v; 33,25; 33,26=Liv. 10, fl. 354v-355v; 34,6; 35,6; 37,18; 37,25; Liv. 9, fl. 9v-10; Liv. 10, fl. 30v-31v
Gonçalo Lourenço, casado com Catarina Esteves, ambos moradores nos paços da rainha, junto ao mosteiro	Procurador, homem, criado, servidor e familiar da abadessa e do convento; testemunha de documentos; empraça, com a mulher, bens do mosteiro (1383)	4-4-1370; 13-3-1379; 13-1-1383; 12-7-1363; 25-9-1372; 15-3-1388; 7-6-1383; 22-2-1389; 13-6-1390; 6-12-1390; 15-7-1370; 12-2-1395; 28-12-1399; 16-6-1364; 26-11-1385	TT, OFM, PP, SCC, 7,36; 7,28; , 37, 16=Liv. 9, fl. 3-3v; 6, 22; 7,2; 8, 12; 20,24; 37,24; 34,6; 38,13; 7,40=Liv. 9, fl. 391-391v; 24,14; 26,27=Liv. 10, fl. 350v-

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
			351v; 19, 58; 35, 9=Liv. 9, fl. 20-20v
Gonçalo Martins, escolar	Procurador do mosteiro	3-6-1379	TT, OFM, PP, SCC, 7,18
Gonçalo Peres	Capelão do mosteiro; testemunha de um documento	4-1-1337	TT, OFM, PP, SCC, 37,7 =Liv. 9, fl. 52-52v
Gonçalo Peres, vigário do Caniçal,	Procurador do mosteiro	7-4-1347	TT, OFM, PP, SCC, 37,3
Gonçalo Rodrigues	Procurador do mosteiro; testemunha de um documento	20-4-1336;29-5-1336	TT, OFM, PP, SCC, 17,14 = Liv. 9, fl. 430v-431v;22,21
Inês Lourenço	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Iria Domingues	Merceeira do hospital da rainha	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Iria Martins	Merceeira do hospital da rainha	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Joana, tecedeira	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
João, o servo	Morador nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP; SCC, 6, 22
João Afonso	Homem do mosteiro; testemunha de documento	25-2-1375	TT, OFM, PP, SCC, 21,11=Liv.9, fl. 457v-459
João Afonso	Azemel do mosteiro; testemunha de documento	5-11-1400	TT, OFM, PP, SCC, 21,19=Liv. 9, fl. 470-471
João André	Morador no mosteiro; testemunha de documento	31-12-1380	TT, OFM, PP, SCC, 7,34
João Bajão	Azemel do mosteiro; testemunha de documento	6-2-1361	TT, OFM, PP, SCC, 29,35
João de Burgos	Procurador do convento	22-3-1379	TT, OFM, PP, SCC, 7,29
João Domingues	Procurador do mosteiro	4-12-1317; 13-2-1318; 25-2-1318	TT, OFM, PP, SCC, 18,8; 30, 1; 1, 44
João Domingues ³⁰⁸⁸	Clérigo da abadessa e do convento; testemunha de documentos	22-4-1321; 13-1-1326; 19-5-1326; 15-3-1331	TT, OFM, PP, SCC, 2,20; 2,39; 2,40; 3, 4; 19,30
João Domingues, dito Gago	Almoinheiro ³⁰⁸⁹ ; testemunha de documento	27-9-1395	TT, OFM, PP, SCC, 30,10=Liv. 9, fl. 149v-150
João Eanes	Familiar e morador no	2-4-1357; 16-3-1359;16-	TT, OFM, PP,

³⁰⁸⁸ Recebe 10 libras, no testamento de Joana Gonçalves Redonda.

³⁰⁸⁹ Que traz almuinha de Santa Clara.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
	mosteiro; homem, criado e procurador da abadessa e do convento; homem de Santa Clara; testemunha de documentos	11-1359; 29-3-1360; 12-10-1360; 7-1-1361; 9-2-1363; 15-9-1363; 13-2-1364; 16-2-1364; 12-4-1364; 12-9-1364; 18-11-1366; 26-6-1369; 25-11-1371; 3-4-1372; 1-5-1372; 22-1-1376; 3-4-1376; 8-6-1376; 4-1-1378; 29-1-1380; 20-11-1381; 20-12-1381; 25-2-1383; 26-3-1383; 12-12-1384; 20-3-1385; 5-12-1385; 25-3-1387; 18-3-1389; 8-1-1391; 18-9-1396; 25-11-1396; 28-12-1399; 9-1-1400	SCC, 5,39; 6,1; 6,19=Liv. 9, fl. 224-225; 6,23; 6,24; 6,39; 7,6; 7,7=Liv. 9, fl. 191v-192v; 7,20; 7,21; 7,22=Liv. 9, fl. 278-279; 7,25=Liv. 9, fl. 215v-216; 8,5=Liv. 9, fl. 192v-193; 8,11=Liv. 9, fl. 200v-201v; 8,13=Liv. 10, fl. 223-223v; 8,23; 8,35= 8,36; 8,37=Liv. 9, fl. 195v-196v; 18,31= Liv. 10, fl. 258-260; 19,43; 19,51; 19,53; 19,58; 20,20; 20,22; 21,4; 22,36; 23,2=Liv. 9, fl. 223-224; 23,3=Liv. 9, fl. 214v-215; 24,11=Liv. 10, fl. 195-196v; 28,10; 32,9; 37,15=liv. 9, fl. 58-58v e 58v-59v e 59v-60v; 38,10
João Eanes, morador em Montemor-o-Velho; casado com Senhorinha Afonso, com um filho, Vasco Eanes, também criado do mosteiro	Criado e procurador do mosteiro; testemunha de documento; empraza bens ao mosteiro	2-1-1391	TT, OFM, PP, SCC, 8,22; 22,51
João Eanes, que foi tabelião	Procurador do mosteiro e fiador de contrato	5-4-1374; 24-7-1374; 7-3-1375; 29-3-1375; 7-6-1375; 3-6-1379	TT, OFM, PP, SCC, 7, 18; 28, 8=Liv. 9, fl. 130-131
João Galego	Pedreiro na obra do mosteiro	8-11-1331	TT, OFM, PP, SCC, 3,18; 3,19
João Gomes	Clérigo da abadessa; homem e procurador do mosteiro; testemunha de documento	20-4-1309; 6-6-1311; 12-12-1318; 13-1-1326	TT, OFM, PP, SCC, 1, 47; 2,39; 17,7; 19, 9
João Lourenço	Clérigo do mosteiro; testemunha de documento	19-8-1348; 3-1-1354	TT, OFM, PP, SCC, 5,17= 5,18; 35, 3 =Liv. 9, fl. 66-67
João Lourenço	Merceeiro do hospital da rainha	16-6-1364	TT, OFM, PP,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
			SCC, 6, 22
João Lourenço, dito Informado	Homem e familiar do mosteiro; testemunha de documento	30-1-1352; 1-8-1359; 3-9-1375	TT, OFM, PP, SCC, 5,6; 5, 38=22, 35=Liv. 9, fl. 205v-206; 7,18
João Martins	Homem da abadessa	19-8-1349	TT, OFM, PP, SCC, 35, 3=Liv. 9, fl. 66-67
João Martins	Escrivão da obra do mosteiro; testemunha de documentos	3-6-1320; 13-1-1326	TT, OFM, PP, SCC, 2,39; 2,40; 19,12
João Martins	Clérigo do convento	15-5-1348	TT, OFM, PP, SCC, 4,35
João Miguéis, raçoeiro de Santa Justa de Coimbra	Vigário da igreja de S. Vicente de Sangalhos, bispado de Coimbra	18-8-1370	TT, OFM, PP, SCC, 22,42=Liv. 10, fl. 96-96v
João Peres	Mancebo do mosteiro	20-4-1309	TT, OFM, PP; SCC, 17, 7
João Peres	Morador no mosteiro, testemunha de documento	4-4-1370	TT, OFM, PP, SCC, 37,16=Liv. 9, fl. 3-3v
João Peres, mercador, morador e vizinho de Coimbra e vizinho de Penela	Procurador do mosteiro	2-2-1344; 8-2-1347	TT, OFM, PP, SCC, 3,14; 4,19
João Peres, prebendeiro, morador em Coimbra	Procurador do mosteiro	6-1-1342	TT, OFM, PP, SCC, 19,31; 20,4;31,3; 38, 5; 38,6; 38,7
João Peres, clérigo de missa	Vigário da igreja de São Pedro de Gouveia	3-6-1320	TT, OFM, PP, SCC, 19,12
João Peres Recevado	Criado e procurador do mosteiro; testemunha de documento	28-12-1399	TT, OFM, PP, SCC, 19,58
João Porcalho, morador em Coimbra	Procurador do mosteiro	1-2-1353; 8-4-1353	TT, OFM, PP, SCC, 5,16 A; Liv. 10, fl. 242v-243
João Vicente	Procurador do mosteiro	20-8-1344	TT, OFM, PP, SCC, 4,21
Julião Martins	Clérigo do mosteiro; testemunha de documento	24-2-1337	TT, OFM, PP, SCC, 17,17=Liv. 10, fl. 18v-19v
Garcia Afonso	Merceeiro do hospital da rainha	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Leonardo Esteves, alcaide de Coja	Procurador do mosteiro	26-2-1349; 3-3-1349	TT, OFM, PP, SCC, 19,32=Liv. 10, fl. 257-257v
Leonor Afonso	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP; SCC, 6, 22
Lourenço Eanes	Pedreiro na obra do mosteiro	8-11-1331	TT, OFM, PP, SCC, 3,18; 3,19

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Lourenço Eanes, escrivão da portagem de Coimbra	Juiz do mosteiro	13-2-1364; 3-11-1372	TT, OFM, PP, SCC, 32, 9; 37, 18
Lourenço Martins	Carpinteiro na obra do mosteiro	9-7-1318	TT, OFM, PP, SCC, 27, 10
Lourenço Vicente	Procurador do mosteiro	3-6-1325	TT, OFM, PP, SCC, 38,1
Luís Domingues, morador na aldeia de Urzelhe	Caseiro do mosteiro	17-5-1378	TT, OFM, PP, SCC, 7,26
Luís de Moreira, cônego vigário da sé e bispado de Coimbra	Juiz pelo mosteiro numa causa da igreja de Penacova	3-12-1399	TT, OFM, PP, SCC, 28, 15 = Liv. 10, fl. 28v-30
Margarida	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Margarida Pais	Merceeira do hospital da rainha	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Maria Eanes	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Maria Esteves	Moradora em Abiúl, no paço do mosteiro de Santa Clara	18-2-1345	TT, OFM, PP, SCC, 4,24
Maria Fernandes	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Maria Gonçalves	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Maria de São Bartolomeu	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Maria de Valedeiro	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Maria Vasques	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Martinho Domingues,	Capelão do mosteiro; testemunha de documento	7-11-1301; 6-6-1311	ADB, Gav. Religiões, nº 24; TT, OFM, PP; SCC, 19, 9
Martinho Domingues, alfaiate, morador em Coimbra	Procurador do convento	26-4-1390	TT, OFM, PP, SCC, 24,19
Martinho Eanes	Procurador do mosteiro e da rainha	9-7-1319	TT, OFM, PP, SCC, 2,1
Martinho Esteves	Caseiro da abadessa; testemunha de documento	22-11-1327	TT, OFM, PP, SCC, 3,12
Martinho Peres, raçoeiro da igreja de Santo Ildefonso de <i>Andorinha</i>	Procurador da abadessa e convento	1347	TT, OFM, PP, SCC, 17, 25
Martinho Peres, clérigo e prior de Santo Estêvão de Pereira, bispado de Coimbra; abade de São Martinho de Vila Frescainha;	Procurador, procurador geral e síndico do mosteiro; clérigo da abadessa e do convento; testemunha de documentos	5-4-1339; 25-6-1339; 2-11-1339; 9-2-1340; 21-3-1340; 5-2-1341; 6-6-1341; 10-12-1342; 7-6-1343; 27-6-1343; 10-2-1344; 20-8-1344;	TT, OFM, PP, SCC, Reg. 1, 7; 1, 8; 1, 12; 1, 14 = Liv. 9, fl. 135-136 v TT, OFM, PP,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
raçoeiro da igreja de São Leonardo de Atouguia da Baleia, bispado de Lisboa, e de Santa Justa de Coimbra		15-9-1344; 18-2-1345; 31-5-1347; 7-9-1347; 13-3-1348; 15-5-1348; 25-6-1348; 3-9-1348; 11-4-1349; 8-4-1349; 9-4-1349; 20-4-1349; 23-4-1349; 19-8-1349; 24-8-1349; 14-2-1350; 10-5-1350; 14-5-1350 19-5-1350; 20-5-1350; 31-5-1350; 6-6-1350; 25-6-1350; 25-7-1350; 12-11-1350; 19-4-1351; 4-7-1351; 6-7-1351; 3-8-1351; 30-1-1352; 31-1-1352; 13-4-1352; 10-7-1352; 31-7-1352; 29-10-1352; 29-11-1352; 18-3-1353; 20-3-1353; 1-4-1353; 4-9-1353; 23-9-1353; 8-11-1354 ³⁰⁹⁰ ; 2-2-1355; 6-2-1355; 8-2-1355; 10 e 13-2-1355; 15-8-1355; 8-5-1356; 27-5-1356; 13-11-1356; 23-11-1356; 3-3-1357; 2-4-1357; 7-7-1357; 6-11-1357; 15-6-1358; 24-6-1358; 16-3-1359; 1-8-1359; 16-11-1359; 9-1-1360; 24-1-1360; 4, 5, 11, 19-2-1360; 14-2-1360; 11-4-1360; 2-5-1360; 27-5-1360; 12-10-1360; 25-10-1360; 24-11-1360; 7-1-1361; 6-2-1361; 21-2-1361; 25-4-1361; 6-5-1361; 31-5-1361; 3-12-1361; 2-1-1362; 14-2-1362; 20-7-1362; 18-10-1362; 20-2-1363 ³⁰⁹¹ ; 26-2-1363; 27-12-1364.	SCC, 4, 3; 4,4=Liv. 9, fl. 306v-307; 4, 7=Liv. 9, fl. 305; 4,21; 4,23; 4,24; 4,29;4,30=Liv. 10, fl. 253; 4,31; 4,35; 4,36; 5,2=Liv. 10, fl. 236-237v; 5,3; 5,4=Liv. 9, fl. 122-125; 5,6;5,10; 5,11;5,13; 5,14; 5, 15 =Liv. 9, fl.473v-474v; 5,21; 5,22=Liv. 9, fl. 409-410; 5,23=Liv. 9, fl. 400v-401v; 5,26=Liv. 9, fl. 407v-408v; 5,28; 5,31=Liv. 10, fl. 248-248v; 5,33; 5, 38=22, 35=Liv. 9, fl. 205v-206; 5,39; 5,40; 6,4; 6,6; 6, 11; 6,13; 6,29;8,4; 17,26; 17,27=Liv. 9, fl. 445v-446v; 18, 28=Liv. 10, fl. 17-17v; 18, 29; 18,30=Liv. 9, fl. 360v-361v; 18,31=Liv. 10, fl. 258-260; 18,32;18,33; 19,30;19,33; 19,35; 19,36;19,38=22, 15=22,37; 19,39=Liv. 9, fl. 475-476; 19,40, Liv. 9, fl. 417-418; 19,43; 22, 36; 22,37; 22, 38; 24,4; 24,5; 24,6=Liv.

³⁰⁹⁰ Tem dois homens: João e Vasco.

³⁰⁹¹ Nesta data, refere-se o testamento de Vicenta Martins, sargente deste “que foi” procurador do mosteiro de Santa Clara.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
			10, fl. 178-179 e 179-181v; 24,7; 24,9=Liv. 10, fl. 194-194v; 25,16=Liv. 10, fl. 212-212v; 26,23=Liv. 10, fl. 347v-349; 28,3 = Liv. 10, fl. 146-147; 28,4;29,35; 30,7; 31,1; 31, 4; 31,5; 33,9; 33,19; 33, 20=Liv. 10, fl. 405-405v; 33, 21=Liv. 10, fl. 405v-406v; 34, 4; 34,5=Liv. 10, fl. 181-182v; 35,3=Liv. 9, fl. 66-67; 36,6=Liv. 10, fl. 12v-14; 36,7; 36,8=Liv. 10, fl. 10v-12; 36,9=Liv. 10, fl. 14v-15v; 37, 9=liv. 9, fl. 46v-47; 37,10=Liv. 9, fl. 54v-55; 37, 11; 37, 14=Liv. 9, fl. 1-1v 37,27; 38,8; 38,10; Liv. 9, fl. 357v-359
Martinho do Rosmaninhal, mestre	Prior de São Martinho de Montemor-o-Velho	25-11-1362	TT, OFM, PP, SCC, 6,15
Martinho Vasques, alfageme	Morador no mosteiro; testemunha de documento	26-12-1395	TT, OFM, PP, SCC, 8,32
Martinho Vicente	Caseiro da abadessa; homem e procurador do mosteiro; testemunha de documento	9-4- 1320; 15-8-1320; 22-11-1327	TT, OFM, PP, SCC, 2,14; 3,12
Miguel Domingues e sua mulher, Margarida Afonso	Moradores nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Mor Afonso	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Pedro Afonso	Criado de Santa Clara	25-5-1338	TT, OFM, PP, SCC, 24,3=Liv. 9, fl. 7-8
Pedro Domingues, morador e vizinho de Penela	Clérigo, capelão e procurador do mosteiro; testemunha de documento	5-2-1321;7-2-1321; 9-7-1321; 8-8-1322; 20-3-1325	TT, OFM, PP, SCC, 2,17 = Liv. 9, fl. 189-190v; 2,23;2,27, 2, 35
Pedro Eanes	Procurador e homem do	6-3-1348; 11-3-1348	TT, OFM, PP,

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
	mosteiro		SCC, 22,29; 25,15
Pedro Esteves, clérigo que foi da rainha	Clérigo da abadessa e convento	28-4-1331; 7-4-1337	TT, OFM, PP, SCC, 17, 15=3, 31; 18,23
Pedro Fernandes ³⁰⁹²	Clérigo e capelão da abadessa e do convento; testemunha de documentos	9-10-1319; 6-7-1321; 17-5-1322; 13-1-1326; 15-3-1331; 7-4-1337	TT, OFM, PP, SCC, 1, 32 = Liv. 9, fl. 120v-122; 2,6; 2,7; 2,39;2,40; 17, 15 =Liv. 9, fl. 367v-368v; 19, 14;19,30
Pedro Fernandes	Homem de serviço e morador nos paços do mosteiro; testemunha de documento	26-7-1396	TT, OFM, PP, SCC, 25,29
Pedro Galego	Merceeiro do mosteiro	15-5-1348	TT, OFM, PP, SCC, 4,35
Pedro Rodrigues	Homem da abadessa; testemunha de documento	3-6-1322	TT, OFM, PP, SCC, 28,2 = Liv. 9, fl. 114v-115
Rodrigo da Rocha	Merceeiro do hospital; testemunha de documento	3-9-1348	TT, OFM, PP, SCC, 4,36
Rui Lourenço	Mancebo; homem da abadessa; procurador; subprocurador do mosteiro, subestabelecido pelo procurador Martinho Peres; criado do mosteiro	7 e 13-5-1338; 5-4-1339; 9-12-1339; 14-12-1339; 21-3-1340	TT, OFM, PP, SCC, 4,4=Liv. 9, fl. 306v-307; 31, 2; 32, 6; Liv. 10, fl. 75-77
Rui Lourenço, vigário de Sangalhos	Escolhido para prior da igreja de S. Martinho de Montemor, por morte de Mestre Martinho, seu anterior prior ³⁰⁹³	20-11-1362; 25-11-1362	TT, OFM, PP, SCC, 6,14; 6, 15
Sancha	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Senhorinha, tecedeira	Moradora nos paços da rainha, junto ao mosteiro	16-6-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6, 22
Vasco Domingues	Procurador do mosteiro	16-6-1338	TT, OFM, PP, SCC, 36,5
Vasco Domingues, escolar	Criado do mosteiro; Testemunha de um documento	29-4-1400	TT, OFM, PP, SCC, 34,9
Vasco Domingues, escudeiro	Criado do mosteiro e seu procurador	12-2 e 8-3-1400	TT, OFM, PP, SCC, 34, 9
Vasco Eanes, clérigo, irmão de João Eanes	Homem da abadessa e do convento; testemunha de documentos	30-1-1352; 3-12-1361; 8-4-1366	TT, OFM, PP, SCC, 5,6; 6,6; 6,32=Liv. 10, fl. 247-247v
Vasco Eanes	Clérigo e capelão da abadessa e	20-11-1362; 17-1-	TT, OFM, PP,

³⁰⁹² Recebe 10 libras no testamento de Joana Gonçalves Redonda

³⁰⁹³ Como Rui Lourenço está doente, quem o representa é o irmão, Vasco Lourenço, prior de Oliveira do Bairro.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
	do convento; testemunha de documento	1366;30-3-1367; 7-5-1370	SCC, 6,14; 6,33;7,1; 21,4
Vasco Eanes, frade da Ordem Terceira	Moozinho (sacristão) do mosteiro; testemunha de documento	16-4-1392	TT, OFM, PP, SCC, 8,28=Liv. 10, fl. 250-250v
Vasco Eanes, vigário de São Martinho	Criado do mosteiro; testemunha de documento	8-5-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8,16=Liv. 9, fl. 193v-194
Vasco Lourenço	Criado do mosteiro; testemunha de documento	11-12-1386	TT, OFM, PP, SCC, 24,18=Liv. 9, fl. 10v-11
Vasco Martins, morador na rua de Coruche e vizinho de Coimbra	Procurador do mosteiro; testemunha de documento	9-2-1363;11-6-1363;26-6-1363; 12-7-1363; 19-9-1363; 21-2-1364; 25-9-1370; 27-10-1370; 10-2-1371;19-7-1371; 20-7-1371; 31-1-1372; 1-5-1372; 17-7-1372	TT, OFM, PP, SCC, 6,16; 6,17; 6, 20=liv. 9, fl. 188v-189; 7,3=7,4; 7,7=Liv. 9, fl. 191v-192v; 7,10; 19,47; 20, 10; 22,39;24,11=Liv. 10, fl. 195-196v; 33,22; 34,6; 37, 17=Liv. 9, fl. 55v-56
Vasco Martins, casado com Inês Lourenço	Procurador da abadessa e convento	5-5-1363; 19-7-1364	TT, OFM, PP, SCC, Reg. 1, 17; 22,40
Vasco Martins, raçoeiro da igreja de Santa Justa de Coimbra	Procurador do mosteiro	3-9-1376; 6-2-1381	TT, OFM, PP, SCC, 7,24;29,36
Vasco Martins, clérigo	Procurador e criado da abadessa e do convento; vigário perpétuo da igreja de São Martinho de Montemor-o-Velho; testemunha de documento	9-2-1363; 12-7-1378; 6-7-1383;5-12-1385	TT, OFM, PP, SCC, 20,22; 22,46; 24, 11=Liv. 10, fl. 195-196v; 28,11
Vasco Martins Marceiro	Procurador do mosteiro; testemunha de documento	4-4-1370;30-8-1370; 25-9-1372	TT, OFM, PP, SCC, 7,2;19,46=Liv. 10, fl. 238-238v; 37,16=Liv. 9, fl. 3-3v
Vasco Martins d'Agudo	Procurador do mosteiro; testemunha de documento	19-7-1371	TT, OFM, PP, SCC, 19,47
Vicente Domingues	Pedreiro na obra do mosteiro; testemunha de documento	5-2-1321	TT, OFM, PP, SCC, 2,17= Liv. 9, fl. 189-190v
Vicente Domingues	Carpinteiro na obra do mosteiro	12-2-1336	TT, OFM, PP, SCC, 3,27 = Liv. 9, fl. 153-153v
Vicente Domingues	Criado do mosteiro	22-1-1366	TT, OFM, PP, SCC, 6, 31
Vicente Eanes	Clérigo do convento; testemunha de documento	29-6-1366	TT, OFM, PP, SCC 21, 5=Liv.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
			9, fl. 477v
Vicente Eanes, raçoeiro da igreja da Colegiada de Santa Justa de Coimbra	Procurador do mosteiro; testemunha de documento	3-12-1399	TT, OFM, PP, SCC, 28, 15 = Liv. 10, fl. 28v-30;
Vicente Eanes, vizinho de Leiria e pai de Catarina Vicente, casada com Cristóvão Eanes	Procurador do mosteiro e da Ordem; caseiro do mosteiro, em Leiria; testemunha de documentos	7-4-1337; 25-8-1337; 1-11-1337; 17-5-1338; 12-2-1343; 13-2-1343; 28-2-1343; 11-3-1343; 7-12-1343; 11-9-1344; 3-4-1345; 25-6-1350; 25-7-1350; 27-7-1350; 29-8-1350; 2-2-1355; 6-2-1355; 8-2-1355; 13-2-1355; 1-3-1355; 20-3-1355; 31-3-1355; 25-5-1355; 25-6-1350; 21-6-1365; 30-3-1367; 3-11-1372; 29-11-1374; 12-7-1378; 5-12-1384	TT, OFM, PP, SCC, 3, 31; 3, 38=Liv. 9, fl. 403-404; 3,39=Liv. 9, fl. 411v-412v; 4,12=Liv. 9, fl. 384-384v; 4,13=liv. 9, fl. 379-380; 4,14=Liv. 9, fl. 381v-382; 4,15=Liv. 9, fl. 383; 4,16=Liv. 9, fl. 382-382v; 4,20=Liv. 9, fl. 392-392v; 4,26=Liv. 9, fl. 378v-379; 5, 15=Liv. 9, fl. 473v-474v; 5, 22=Liv. 9, fl. 409-410; 5,24=Liv. 9, fl. 398-399; 5,27=Liv. 9, fl. 418-419; 6,33; 8,4; Liv. 9, fl. 417-418; 17, 20 =Liv. 9, fl. 472-473; 17, 22=Liv. 9, fl. 461v-462v; 17,23; 17, 26=Liv. 9, fl.466-467; 17,24=Liv. 9, fl. 383-384; 17,27=Liv. 9, fl. 445v-446v; 17,28=Liv. 9, fl. 463-463v; 19,33=Liv. 9, fl. 459-460; 19, 39=Liv. 9, fl. 475-476; 19, 40=Liv. 9, fl. 476-477; 21,3; 21,11=Liv. 9, fl. 457v-459; 22, 46; 32,7; 37, 18
Vicente Eanes Farto e Quente (Frei)	Homem da abadessa e convento; testemunha de	13-11-1356; 18-1-1366; 26-6-1369; 30-10-1373;	TT, OFM, PP, SCC, 18,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
	documento	19-7-1374; 25-2-1375; 19-7-1381	28=Liv. 10, fl. 17-17v; 21,4; 21, 10; 24,15; 37, 15=Liv. 9, fl. 58-58v; 58v-59v; 59v-60v; 21,11=Liv. 9, fl. 457v-459; Liv. 9, fl. 9v-10
Vicente Lourenço, sapateiro	Morador no mosteiro; testemunha de documento	8-1-1392; 8-1-1395	TT, OFM, PP, SCC, 8,39;37,25
Vicente Miguéis	Procurador e homem do mosteiro; testemunha de documento; morador nos paços da Rainha, junto ao mosteiro	18-2-1345;30-1-1352; 16-6-1364; 27-12-1364; 4-4-1370; 19-7-1374; 25-2-1375; 18-9-1375;22-1-1376; 26-8-1376; 19-7-1381	TT, OFM, PP, SCC, 4,23;4,24;5,6; 6, 22; 6,29; 7,17; 7,20; 21,11=Liv. 9, fl. 457v-459; 22,43; 22,44=Liv. 10, fl. 90-90v; 24,15; 37,16=Liv. 9, fl. 3-3v; Liv. 9, fl. 9v-10
Vicente Peres, leigo de Coimbra	Procurador da abadessa e convento	16-6-1337	TT, OFM, PP, SCC, 18, 27

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

D. Convento de Santa Clara de Vila do Conde

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Diogo Pais, cónego de Braga	Procurador da abadessa	29-5-1318	TT, OFM, PP, SCVC, Mç.6, N° 10
Gonçalo Martins	Procurador do mosteiro	18-10-1396	IP, pasta 1, doc. 8

E. Convento de S. Clara de Portalegre

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	COTA
Afonso Lourenço, procurador do número em Portalegre	Orocurador da abadessa	10-9-1387	TT, OFM, PA, SCPortalegre, Maç. 1, Pa cote B

V. Membros da Casa da Rainha³⁰⁹⁴

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	FAMÍLIA	COTA
Afonso Eanes	Porteiro da rainha; testemunha de documento	22-11-1327		TT, OFM, PP, SCC, 29, 23
Afonso Esteves	Porteiro da rainha na vila de Óbidos	25-11-1329; 25-11-1330		TT, OFM, PP, SCC, 36,2
Afonso Maceris	Procurador da rainha	21-5-1325		TT, OFM, PP, SCC, 30,3
Afonso Martins	Tesoureiro da rainha; homem da rainha; procurador e sacador das dívidas da rainha e sacador das dívidas do rei; testemunha de documento	26-6-1326; 31-8-1331; 2-3-1337; 25-8-1337; 11-1-1339	Casado com Sancha Lourenço e tem como filhas: Maria Afonso e Teresa Afonso, freira de Santa Clara de Coimbra. Partilha com a família os seus bens em Abrantes (1339)	TT, OFM, PP, SCC, 17,13 = Liv. 10, fl. 18-18v; 19,28=Liv. 9, fl. 392v-393;20,2; 35, 2=Liv. 10, fl. 213-213v; 38,3
Afonso Mateus	Homem da rainha; porteiro da rainha; testemunha de documento	21-9-1318; 9-10-1319		TT, OFM, PP, SCC, 1, 45; 2,6;2,7
Afonso Peres	Escrivão da rainha	1-6-1321		TT, OFM, PP, SCC, 17,10
Bartolomeu Peres ³⁰⁹⁵	Tesoureiro da rainha; testemunha de documento	15-5-1317		TT, Santa Cruz de Coimbra, móvel 7, Gav. 1, nº 1=OFM, PP, SCC, Liv. 9, fl. 111v-112
Domingos Durães	Criado da rainha; testemunha de documento	29-5-1336		TT, OFM, PP, SCC, 22,21
Domingos Gomes	Reposteiro da rainha	19-2-1330		TT, OFM, PP, SCC, 18,22
Estêvão Dade, chantre da Sé de Viseu	Chanceler da rainha e seu procurador	5-6-1326; 26-6-1326;30-7-1326;19-2-1330; 1336		TT, OFM, PP, SCC, 18,22; 27,15; 27, 18; 38,3
Estêvão Domingues, homem de Pedro Cabais	Porteiro da rainha	22-6-1327		TT, OFM, PP, SCC, 3,8; 18,17
Estêvão Peres	Escrivão da rainha em Leiria	8-10-1335		TT, OFM, PP, SCC, 22, 20=Liv. 9, fl. 460v-461v
Francisco Esteves	Homem da rainha; testemunha de documento	14-5-1329		TT, OFM, PP, SCC, 18,19; 19,23
Francisco de Évora, frade	Testamenteiro da rainha	10-3-1338		TT, OFM, PP, SCC, liv. 10, fl. 75-77
Geraldo Martins	Homem da rainha	9-5-1332; 6-12-1333		TT, OFM, PP,

³⁰⁹⁴ Neste quadro, para facilitar a leitura, optei por não colocar em itálico as cotas dos documentos.

³⁰⁹⁵ Tem um capelão de nome João Peres, igualmente testemunha deste documento.

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	FAMÍLIA	COTA
				SCC, 3,23
Gil Eanes, prior de S. Pedro	Clérigo e capelão da rainha; testemunha de documento	1-6-1321;19-2-1330		TT, OFM, PP, SCC, 17,10;18,22
Gonçalo Esteves	Capelão que canta para a rainha D. Isabel.	1336; 27-7-1336; 4-7-1337		TT, OFM, PP, SCC, 3,34=18,26=Liv. 9, fl. 304-304v;27,18
Gonçalo Martins, cônego da Sé de Silves	Procurador e clérigo da rainha	5 e 6-6-1335		TT, OFM, PP, SCC, 3,25=Liv. 9, fl. 143v-145
Gonçalo Peres Ribeiro	Mordomo-mor da rainha	30-5-1326; 1-1-1327	Filho de D. Teresa e casado com D. Constança	TT, OFM, PP, SCC, 19,38; 22,13; 22,15; 22,37
Isabel de Cardona	Testamenteira da rainha; abadessa de Santa Clara de Coimbra	10-3-1338	Meia irmã da rainha D. Isabel ³⁰⁹⁶	TT, OFM, PP, SCC, liv. 10, fl. 75-77
Joana Gonçalves Redonda	Senhora da corte da rainha	14-8-1320;19-8-1320;14-9-1320;22-4-1321; 1-6-1321; 22-6-1321;23-8-1323; 11-6-1325;15-10-1328; 14-5-1329; 12-12-1329;15-3-1331	Filha de Gonçalo Eanes Redondo; irmã da abadessa do convento, Maria Gonçalves; tia de João Álvares, filho de Álvaro Gonçalves	TT, OFM, PP, SCC, 2,12;2,15;2,20; 2, 22; 2,37;3,17; 5,39;18,14; 18,19;19,16;19,22; 19,23; 19,30; 33,13;
João Condo	Clérigo da rainha	9-5-1332;10-10-1333		TT, OFM, PP, SCC, 3,23;35,1
João Eanes	Vice-Chanceler da rainha	29-5-1319		TT, OFM, PP, SCC, 1, 49
João Eanes	Porteiro da rainha; testemunha de documento	14-5-1316; 15-11-1327		TT, OFM, PP, SCC, 3,11; 33, 11
João Eanes	Clérigo da rainha; testemunha de documentos	15-5-1317; 20-2-1318; 19-2-1330		TT, Santa Cruz de Coimbra, móvel 7, gav. 1, nº 1=OFM, PP, SCC, Liv. 9, fl. 111v-112; 18,22; 25, 3=Liv. 9, fl. 60v-61; 27, 8=Liv. 9, fl. 63
João Maceira	Reposteiro da rainha	19-2-1330		TT, OFM, PP, SCC, 18,22
João Martins	Escrivão da rainha	6-7-1321		TT, OFM, PP, SCC, 19, 14
João Martins	Homem da rainha; porteiro da rainha	4-12-1328; 8-10-1335		TT, OFM, PP, SCC, 3,15; 22,20=Liv. 9, fl. 460v-461v
João Peres	Escrivão da rainha em Leiria	8-10-1335		TT, OFM, PP, SCC, 22,20=Liv. 9, fl. 460v-461v
João Rodrigues	Homem de criação da rainha;	12-12-1329; 5 e 6-6-		TT, OFM, PP,

³⁰⁹⁶ Sobre ela e a sua família, veja-se o que é dito na terceira parte do nosso trabalho.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	FAMÍLIA	COTA
	procurador da rainha; testemunha de documento	1335; 3-3-1337		SCC, 3,17; 3,25 =Liv. 9, fl. 143v- 145; 19,24= Liv. 10, fl. 214-215
João Rodrigues	Estribeiro "que foi da rainha"; testemunha de documento	13-3-1337		TT, OFM, PP, SCC, 19,25 = Liv. 9, fl. 376v-378
Lourenço Esteves	Homem da rainha	16-4-1326		TT, OFM, PP, SCC, 3,2 = Liv. 9, fl. 303-304
Martinho Afonso	Procurador da Rainha	26-4-1326		TT, OFM, PP, SCC, 3,3 = Liv. 9, fl. 106v-107v
Martinho Afonso	Sobrejuiz da rainha, no segundo grau	5-6-1326		TT, OFM, PP, SCC, 27,15; 38,3
Martinho Afonso	Ouvidor da rainha	23-12-1326		TT, OFM, PP, SCC, 38,2
Martinho Eanes	Procurador da rainha (e do mosteiro)	9-7-1319		TT, OFM, PP, SCC, 2,1
Martinho Rodrigues	Almoxarife que "foi" da rainha	7-4-1337		TT, OFM, PP, SCC, 3, 31
Pedro Esteves	Ouvidor da rainha e seu procurador; testemunha de documento	23-12-1326; 11-2- 1327; 15-11-1327; 22-11-1327; 4-12- 1328;30-11-1329; 28- 6-1330; 20-9-1330;9- 5-1332; 10-10- 1333;29-5-1336		TT, OFM, PP, SCC, 3,11; 3,12;3,15; 3,23;17,11; 18,20; 22,21; 29, 23; 32,4; 35,1; 36,5=Liv. 10, fl. 6v-8; 38,2
Pedro Esteves	Sobrejuiz da rainha, no primeiro grau	5-6-1326		TT, OFM, PP, SCC, 21,15;38,3
Pedro Esteves, cônego da Sé de Silves	Clérigo da rainha; criado da rainha	15-11-1324;3-3-1327; 11-6-1330;9-11-1336; 16-1-1337 26-1-1337; 2-3-1337;3-3-1337;7- 4-1337;19-4-1337; 16-5-1337; 18-5- 1337; 13-4-1338		TT, OFM, PP, SCC, 3,7; 3, 23; 3,31;3,33; 3,35 = Liv. 9, fl. 375-376; 17,15; 17,16=liv. 9, fl. 373v-374v; 17,32 = Liv. 9, fl. 371-371v; 19,24 = Liv. 10, fl. 214- 215;19,25 = Liv. 9, fl. 376v-378;20,2; 22,18; 24,1=Liv. 9, fl. 5-5v; 25,10; 27,16;32,3;
Pedro Fernandes	Clérigo da rainha	15-11-1324		TT, OFM, PP, SCC, 32, 3
Pedro Fernandes	Porteiro "que foi da rainha"	7-4-1337		TT, OFM, PP, SCC, 17,15
Pedro Martins	Colaço "que foi" da rainha	18-1-1299	Casado com Domingas Peres	TT, OFM, PP, SCS, 6, 242
Pedro Martins	Uchão da rainha	29-5-1319		TT, OFM, PP, SCC, 1, 49
Pedro Martins	Porteiro "que foi da rainha"; testemunha de documento	24-2-1337		TT, OFM, PP, SCC, 17, 17 =Liv.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	RELAÇÃO COM O MOSTEIRO	DATA	FAMÍLIA	COTA
				10, fl. 18v-19v
Pedro Pais	Porteiro da rainha; testemunha de documento	14-5-1316; 12-12-1329		TT, OFM, PP, SCC, 3,17; 33, 11
Salvado (D. Frei), bispo de Lamego	Testamenteiro e confessor da rainha	10-3-1338		TT, OFM, PP, SCC, liv. 10, fl. 75-77
Vasco Eanes	Clérigo e capelão da rainha; testemunha de documento	16-6-1364; 6-7-1383;17-1-1386		TT, OFM, PP, SCC, 6, 24; 8,6; 28,11
Vataça ³⁰⁹⁷	Senhora da corte da rainha; testamenteira de Joana Gonçalves Redonda, dela recebendo vários bens	15-3-1331		TT, OFM, PP, SCC, 19,30
Vicente Martins	Cevadeiro da rainha; testemunha de documento	14-5-1316; 29-5-1319; 7-4-1320		TT, OFM, PP, SCC, 1, 49; 25,6 =Liv. 10, fl. 222-222v; 33, 11
Vicente Rodrigues, cónego da Sé de Coimbra	Clérigo da rainha	8-1-1318; 11-5-1319		TT, OFM, PP, SCC, 1, 42=Liv. 9, fl. 99v-100; 22, 6=22, 30=Liv. 9, fl. 81v-82v=Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m. 18, cx. 19.

³⁰⁹⁷ Sobre a sua família e a sua vida junto da rainha D. Isabel, veja-se a terceira parte do nosso estudo.

VI. Foreiros³⁰⁹⁸

A. Convento de Santa Clara de Santarém

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Afonso Castelão	Porto dos Bois, acerca de Vale de Cavalos, termo de Santarém	Terra com mata e sobreiros em Vale de Cavalos, termo de Santarém	8-9-1399	TT, OFM, PP, SCS, 11,731 e 732
Afonso Domingues, ferreiro c.c. Geralda Esteves		Casas e curral a par da albergaria de Rio Maior	13-7-1379	TT, OFM, PP, SCS, 6,290
Afonso Domingues de Santa Iria		Uma courela de herdade em Alpriate, contra Azóia, na Costa	23-5-1342	TT, OFM, PP, SCS, 9,512 e 513
Afonso Eanes c.c. Margarida Eanes	Rio Maior, termo de Santarém	Lezíria do Loureiro e uma courela de herdade no Chão da Mata	15-12-1324	TT, OFM, PP, SCS, 7,365
Afonso Eanes, fanqueiro c.c. Maria Domingues	Lisboa	Uma courela de vinha na quinta de Vialonga	5-1-1386	TT, OFM, PP, SCS, 12,814 a 819
Afonso Eanes de S. Gregório c.c. Margarida Vicente		Uma herdade no Porto do Carro de Montejunto	24-4-1317	TT, OFM, PP, SCS, 11, 753 e 754
Afonso Freirinho		Uma vinha na Ribeira de Rio Maior	4-10-1365	TT, OFM, PP, SCS, 6, 272 e 273
Afonso Freirinho c.c. Geralda Esteves		Vinte courelas, uma lezíria e casas com um curral em Rio Maior	16-2-1365	ADS, SCS, Gav. 6,3
Afonso Peres	Caparoto, termo de Santarém	Um casal e herdades em Caparoto, termo de Santarém	2-10-1386	TT, OFM, PP, SCS, 9,599 e 600
Afonso Peres, homem da abadessa c.c. Catarina Domingues	Freguesia de Santa Maria de Marvila	Casas no Quintal das Donas, em Santarém	16-1-1351	TT, OFM, PP, SCS, 12,894
Álvaro Esteves, procurador do mosteiro		Um olival com uma vinha em Rego de Manços, abaixo do Mosteiro de São Domingos	6-3-1396	TT, OFM, PP, SCS, 7, 359
Bartolomeu Peres c.c. Domingas Eanes	Santarém	Uma vinha, um olival e uma almuinha com sua casa em Valbom, termo de Santarém	24-7-1360	TT, OFM, PP, SCS, 8,441
Borrallinho, lavrador	Valada	Quatro estis e meio de herdade, na Valada	21-3-1395	TT, OFM, PP, SCS, 10, 635 a 644
Domingos Martins c.c. Teresa Eanes	Goupineira, termo de Santarém	Um casal na Goupineira da Mata, termo de Santarém	10-5-1331	TT, OFM, PP, SCS, 7,346
Domingos Pais		Uma courela de herdade em Alperiate, contra	23-5-1342	TT, OFM, PP, SCS,

³⁰⁹⁸ Nestes quadros, para facilitar a leitura, optei por não colocar em itálico as cotas dos documentos. Coloquei a itálico os micro-topónimos que não localizei.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
		Azóia, na Costa		9,512 e 513
Domingos Silvestre, raçoeiro de São João da Praça de Lisboa, filho de Silvestre Vicente	Belas, termo de Lisboa	Casal com as suas casas no Vale do Arco, termo de Lisboa	2-9-1350 (PF - 12- 11- 1358)	TT, OFM, PP, SCS, 11,747 e 748
Domingos Vicente		Uma vinha no lugar dos Baceiros, Rio Maior	20-7-1379	TT, OFM, PP, SCS, 7,379
Estêvão França c.c. Margarida Eanes	Rio Maior, termo de Santarém	Marinhas de sal a par de Rio Maior	15-1-1392	TT, OFM, PP, SCS, 7, 378
Estêvão Peres, moleiro		Duas courelas de herdade em Alpriate, contra Azóia, na Costa	13-5-1342	TT, OFM, PP, SCS, 9,512 e 513
Geralda Afonso		Um quarto de casal de pão e vinho e casas em Ribeira de Cabanas, termo de Santarém	24-6-1399	TT, OFM, PP, SCS, 9,507 e 508
Gonçalo Domingues		Vinhas em Cabeça de Garcia, em Vialonga	29-5-1393	TT, OFM, PP, SCS, 5, 198
Gonçalo Eanes	Porto dos Bois, acerca de Vale de Cavalos, termo de Santarém	Terra com mata e sobreiros em Vale de Cavalos, termo de Santarém	8-9-1399	TT, OFM, PP, SCS, 11,731 e 732
Gonçalo Peres		Uma vinha com olival, sob São Domingos, termo de Santarém	23-10-1374	TT, OFM, PP, SCS, 7, 367
Gonçalo Peres c.c. Marinha Domingues	Rua de Santo Antão, em Santarém	Uma vinha com olival no Rego de Manços, termo de Santarém	2-12-1355; 12-8-1356	TT, OFM, PP, SCS, 12,892 e 893; BPE, Pergaminhos Avulsos, pasta 26, nº 7
João Afonso c.c. Estaça Eanes	Rio Maior, termo de Santarém	Uma courela de vinha no lugar dos Baceiros, uma courela de herdade nos Carvalhais, uma lezíria e um chão, tudo em Rio Maior	20-7-1379	TT, OFM, PP, SCS, 7,379
João Afonso, mercador	Rua dos Mercadores em Santarém	Uma vinha na Valada	8-10-1361	TT, OFM, PP, SCS, 10,689 a 693; 14, 983
João Afonso Barata c.c. Maria Esteves	Vialonga, termo de Lisboa	Uma courela de vinha na quinta de Vialonga	5-1-1386;	TT, OFM, PP, SCS, 12,814 a 819
João Domingues, dito Macho c.c. Catarina Peres		Três estis de herdade na Ladeira de Alviela	15-10-1324	TT, OFM, PP, SCS, 9,577 a 596
João Durães, dito do Porto, barqueiro c.c. Constança Peres		Quatro estis de herdade na adémia do Tejo, uma vinha com oliveiras à ponte nova, um olival em Monte de Corvos, tudo em Valada, termo de Santarém	3-1-1337; 3-1-1361	TT, OFM, PP, SCS, 14,984 ADS, SCS, Gav. 5,7

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
João Eanes c.c. Margarida Andreu	A de Mem Landal, termo de Santarém	Um quarto de casal na Barreira, em Landal, termo de Santarém	30-1-1380	TT, OFM, PP, SCS, 7, 349
João Esteves, alfaiate, genro de Vasco Martins e filho de Martinho Geraldês c.c. Violante Vasques	Santarém	Uma vinha na Baleia, em Valada	5-1-1383	TT, OFM, PP, SCS, 7,387 e 388
João Esteves, vassalo do rei c.c. Clara Afonso, vizinhos de Santarém		Quarta parte em vinte e sete estis de herdade no Reguengo das Donas, Valada	8-8-1357	TT, OFM, PP, SCS, 10,671 e 672 = 10,683 e 684
João Geraldês, mercador	Lisboa	Uma quinta de pão e vinho, em Vialonga	24-2-1380;	TT, OFM, PP, SCS, 12,881
João Gomes, carnicheiro	Cartaxo	Duas courelas de herdade em A dos Chavões, acerca da Ponte de Santa Ana, termo de Santarém	17-11-1392	TT, OFM, PP, SCS, 8,456 e 457
João Inglês, lavrador		Cinco estis e meio de herdade, a par dos Montijos	30-4-1400	TT, OFM, PP, SCS, 11, 715 a 722 e 11,728
João Lourenço, criado da Ordem		Um olival sob São Domingos três talhos de vinhas na Baleia, em Valada, tudo termo de Santarém	23-10-1374; 10-3-1387	TT, OFM, PP, SCS, 7, 367; 8,452
João Rei	Caparoto, termo de Santarém	Um casal e herdades em Caparoto, termo de Santarém	2-10-1386	TT, OFM, PP, SCS, 9,599 e 600
Lourenço Afonso		Uma vinha em Cabeça de Garcia, Vialonga	1329	TT, OFM, PP, SCS, 5,198
Lourenço Afonso c.c. Domingas Esteves	Vialonga, termo de Lisboa	Uma courela de herdade de pão, em Vialonga	11-2-1356	TT, OFM, PP, SCS, 13,972 e 973
Lourenço Fernandes, genro de Pedro Eanes que foi meirinho	Santarém	Casas na Rua de Santo Estêvão, Santarém	12-6-1388	TT, OFM, PP, SCS, 8,468 e 469
Lourenço Martins de Bornes c.c. Inês Peres		Bens em Santarém	1-7-1368	ADS, SCS, Gav.1, 6
Lourenço Vasques c.c. Maria Lourenço	Vialonga, termo de Lisboa	Uma courela de vinha na quinta de Vialonga	5-2-1386	TT, OFM, PP, SCS, 12,814 a 819
Luís Gomes c.c. Catarina Esteves	Vialonga, termo de Lisboa	Uma courela de vinha no Lombo com um pedaço de chão e lagar	7-10-1392	TT, OFM, PP, SCS, 10,612 e 613
Martinho Domingues, peliteiro		Três casas na Rua dos Baldriários, Santarém	5-3-1288	TT, OFM, PP, SCS, 9,531 e 532
Martinho Eanes Rebouça, lavrador	Campo de Alviela, termo de Santarém	Duas courelas de herdade em Alviela, nas Ortigas e uma vinha na Valada	20-11-1360	TT, OFM, PP, SCS, 9,577 a 596; ADS, SCS, Gav. 1 nº 4
Martinho Esteves c.c. Domingas Eanes	Rua de Gulfar, Santarém	Um lugar com vinha, olival e pinheiros em	27-2-1352	TT, OFM, PP, SCS,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
		Valbom, termo de Santarém		8,483 e 484
Martinho Esteves c.c. Maria Peres	Santarém	Uma casa no Quintal das Donas, em Santarém	28-5-1350	TT, OFM, PP, SCS, 12,898
Martinho Esteves, cavão c.c. Branca Vicente	Rua de Uchão, Santarém	Uma vinha com olival no Rego de Manços, termo de Santarém	2-12-1355	BPE, Perg. Avulsos, Pasta 26, nº 7
Martinho Peres Rebouça, lavrador	Campo de Alviela, termo de Santarém	Duas courelas de herdade nas Ortigas, Alviela	20-11-1360	TT, OFM, PP, SCS, 10,689 a 693; 14,983
Pedro Afonso, almuinheiro	Santarém	Um lugar nos Poços, Santarém	11-11-1385	TT, OFM, PP, SCS, 9,523 e 524
Pedro Afonso da Valada	Santarém	Uma quinta no termo de Óbidos; casais em Alpriate, termo de Lisboa	24-1-1349	TT, OFM, PP, SCS, 11,745 e 746
Pedro Eanes Terçado	Ponte de Lousa	Um casal de herdade em Santa Maria de Loures	23-10-1311	TT, OFM, PP, SCS, 12,841
Pedro Fernandes	<i>Torre dos Tocaos</i> , termo de Lisboa	Um casal de herdade em Santa Maria de Loures	23-10-1311	TT, OFM, PP, SCS, 12,841
Pedro Fernandes	Cartaxo, termo de Santarém	Casas de estalagem na aldeia do Cartaxo	6-11-1380	TT, OFM, PP, SCS, 9, 577 a 596 (4º doc.)
Pedro Martins, ferrador c.c. Maria Domingues		Casa na freguesia do Salvador, Santarém	6-5-1305	TT, OFM, PP, SCS, 8,485 e 486
Pedro Miguéis c.c. Maria de Meira, vizinhos da Azambuja	Azambuja	Duas courelas de olival e uma almuinha na Horta de Valverde, termo da Azambuja.	2-2-1377	TT, OFM, PP, SCS, 5,167
Rodrigo Eanes do Casal		Uma herdade de pão no Padrão, na Valada	11-8-1376	TT, OFM, PP, SCS, 8,471
Rodrigo Martins c.c. Maria Domingues		Um casal, na Azóia na Goupineira, termo de Santarém; meia courela de vinha com oliveiras em Vale do Peso; uma courela; metade das figueiras do Vale de Alvitre	4-3-1292; 30-7-1296	TT, OFM, PP, SCS, 1,11; 9,511
Salvado Eanes, mercador c.c. Margarida Domingues	Lisboa	Quatro courelas de herdade em Alpriate, contra Azóia, na Costa	23-5-1342	TT, OFM, PP, SCS, 9,512 e 513
Silvestre Vicente c.c. Catarina Peres	Belas, termo de Lisboa	Um casal (chamado a Ponte de Ouro) em Ponte Pedrinha, Belas, termo de Lisboa	1-9-1334	TT, OFM, PP; SCS, 6,243
Vasco Martins, carpinteiro		Casas na freguesia de Marvila, em Santarém	23-1-1391	ADS, Gav. 6,11
Vicente Domingues	Salvaterra de Magos	Casas e herdades de pão	25- (?) -1311	TT, OFM, PP, SCS,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
				10,694
Vicente Peres, vassalo do rei, criado de Gonçalo Peres do Desembargo régio c.c. Clara Gonçalves	Santarém	Uma casa na Rua da Ramada, em Santarém	30-5-1396	TT, OFM, PP, SCS, 7,375

B. Convento de Santa Clara de Entre-Ambos-os-Rios

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Afonso Cristóvão c.c. Guiomar André	Carreira, julgado de Paiva	Meio casal no lugar de Carreira	16-12-1389	TT, OFM, PP, SCP, 65
Afonso Domingues		Casal na Aldeia de Abol, freguesia de Santa Maria de Ceia	s/ data	TT, OFM, PP, SCP, 65
Afonso Domingues		Casal do Lagido	10-11-1328	TT, OFM, PP, SCP, 52, 18
Afonso Domingues		Um casal na freguesia de Ega	19-10-1381	TT, OFM, PP, SCP, 65
Afonso Domingues, alfaiate		Uma leira em Cães do Casal de Ruival, na freguesia de São Martinho de Moazeres	4-1-1386	TT, OFM, PP, SCP, 65
Afonso Domingues c.c. Clara Martins		Um casal em Louredo, freguesia de São Martinho de Moazeres	s/ data	TT, OFM, PP, SCP, 65
Afonso Domingues c.c. Margarida Eanes		Uma quebrada das Lapas, na Aldeia de Jogueiros	22-9-1391	TT, OFM, PP, SCP, 65
Afonso Eanes c.c. Iria Peres		Casal nos Fundoais, freguesia de Paiva	16-1-1372	TT, OFM, PP, SCP, 60, 44
Afonso Martins Alvete		Casais, casas e herdades na Ventosa e em Vila Franca, termo de Coimbra	30-1-1380	TT, OFM, PP, SCP, 55,9
Amourato c.c. Maria Miguéis		Moinho em Rio de Ladrões	10-1277	TT, OFM, PP, SCP, 60,4
André Domingues		Casal de Vales, freguesia de Santa Maria da Sardoura	20-8-1363	TT, OFM, PP, SCP, 65
Branca Esteves, manceba do abade de Santa Maria da Eja		Casas e meia courela, em Entre-ambos-os-Rios, freguesia do Mosteiro,	24-6-1392	TT, OFM, PP, SCP, 65
Diogo Lopes, procurador da freira Leonor Lopes Sanfanha		Herdade do Souto, na freguesia do Couto do Mosteiro de São Martinho de Crasto	27-11-1358	TT, OFM, PP, SCP, 60,35
Domingos Eanes c.c. Domingas Eanes de Maximinos, vizinhos de Braga		Uma casa na Rua de Maximinos, em Braga	6-3-1298	TT, OFM, PP, SCP, 60, 7
Domingos Eanes		Casal de Palas	10-11-1328	TT, OFM, PP, SCP, 52, 18
Domingos Eanes c.c. Maria Rodrigues		Um casal em Monforte (Cidadelhe)	8-7-1300	TT, OFM, PP, SCP, 60, 10
Domingos Esteves		Casal de Conca	13-11-1344	TT, OFM, PP, SCP, 59,11
Domingos Gonçalves, dito Fraco c.c. Domingas Durães		Meio casal da Carreira	a. 28-9-1326 (com traslado de 5-5-1330)	TT, OFM, PP, SCP, 59, 9

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Domingos Lourenço c.c. Maria Domingues		Casal de Eira Vedra	10-11-1328	TT, OFM, PP, SCP, 52, 18
Domingos Maldade c.c. Margarida Martins		Uma casa e um chouso no burgo de Entre-os-Rios	29-7-1332	TT, OFM, PP, SCP, 53,10
Domingos Maldade, de Curveira c.c. Margarida Martins		Metade da vinha do Arreal e um quarto da devesa em Campo Redondo, na freguesia de Entre-os-Rios	22-2-1322 (PF - 4-8- 1326 e 22-3- 1346)	TT, OFM, PP, SCP, 33,16
Domingos Martins c.c. Domingas Lourenço		Quinta de Argufe	29-12-1361	TT, OFM, PP, SCP, 60, 37
Domingos Martins c.c. Maria Rodrigues		Casal de Monforte, em Cidadelhe	8-7-1300	TT, OFM, PP, SCP, 60,10
Domingos Martins c.c. Maria Vivas		Um bacelo no termo de D. Cristóvão	26-9-1315	TT, OFM, PP, SCP, 53,8
Domingos Miães c.c. Margarida Viegas		Casal de Jogueiros no lugar de Lebor	10-4-1325	TT, OFM, PP, SCP, 60,22
Domingos Miguéis c.c. Margarida Lourenço		Duas leiras (uma sob Arriana de Sousa) no casal do Ruival, na freguesia de São Martinho de Moazeres	10-2-1381	TT, OFM, PP, SCP, 60,49
Estevainha, sergente de Fernão Lourenço, abade de Santa Maria de Eja		Herdade em Entre-os- Rios e em Além Douro	23-3-1345	TT, OFM, PP, SCP, 52,25
Estêvão Domingues, capelão e escrivão de Santa Clara de Entre-ambos-os- Rios		Casa no Barral	6-10-1380	TT, OFM, PP, SCP, 60, 56
Estêvão Gonçalves c.c. Maria Martins e filho, Domingos Esteves, dito Menino	Bouça	Um lugar na Bouça, da quinta de Cidadelhe, freguesia de Cinfães; uma pesqueira no Douro, abaixo deste lugar	5-4-1383	TT, OFM, PP, SCP, 65
Estêvão Lourenço		Casal de Felgueiras	12-7-1337	TT, OFM, PP, SCP, 60,25
Estêvão Lourenço c.c. Margarida Esteves		Uma vinha de um casal no julgado de Paiva	16-3-1354	TT, OFM, PP, SCP, 60,32
Estêvão Martins		Um casal	12-7-1319	TT, OFM, PP, SCP, 60,18
Estêvão Martins		Uma vinha em Jogueiros	20-4-1308	TT, OFM, PP, SCP, 60,13
Estêvão Martins c.c. Maria Durães		Meia courela no burgo de Entre-os- Rios	11-1273	TT, OFM, PP, SCP, 60, 3

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Estêvão Martins de Entre-os-Rios		Moinho e azenha em Matosinhos, Rio de Ladrões	5-1305	TT, OFM, PP, SCP, 60, 12
Fernão Lourenço		Pardeeiro no burgo de Entre-os-Rios	26-7-1327	TT, OFM, PP, SCP, 52,17
Fernão Lourenço, abade de Santa Maria de Eja		Herdade em Entre-os-Rios e em Paiva, além Douro	23-3-1345	TT, OFM, PP, SCP, 52,25
Fernão Lourenço, capelão de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios		Campo e bacelo do Azedal	12-7-1319	TT, OFM, PP, SCP, 60, 18
Fernão Peres, criado de Pedro Fernandes		Casal nos conchousos, julgado de Sanfins	3-1-1324 (traslado de 26-5-1391)	TT, OFM, PP, SCP, 60, 54
Gil de Entre-os-Rios		Metade da vinha do Arreal e um quarto da devesa em Campo Redondo, na freguesia de Entre-os-Rios	22-2-1322 (PF - 4-8-1326 e 22-3-1346)	TT, OFM, PP, SCP, 33,16
Gil Lourenço, procurador do Rei e vizinho de Coimbra		Bens em Leiria e seu termo	21-11-1357	TT, OFM, PP, SCP, 60,34
Gonçalo Afonso c.c. Maria Martins		Casal de Fontelo	s/ data	TT, OFM, PP, SCP, 65
Gonçalo Domingues c.c. Maria Eanes		Meio casal em Freixo, freguesia de Santa Maria de Sardoura	s/ data (PF - 7-7-1345)	TT, OFM, PP, SCP, 60,33
Gonçalo Eanes c.c. Maria Eanes		Dois lugares em Painsais	14-3-1321	TT, OFM, PP, SCP, 60,19
Gonçalo Esteves c.c. Maria Eanes		Campo de Várzea Redonda, freguesia de Santa Maria de Sardoura	s/data (PF - 7-7-1345)	TT, OFM, PP, SCP, 60,33
Gonçalo Esteves c.c. Teresa Eanes	Entre-os-Rios	Pardeeiro no burgo de Entre-os-Rios	26-7-1327	TT, OFM, PP, SCP, 52,17
Gonçalo Esteves de Caixeiros		Quinta de Cidadelhe	16-9-1381; 26-10-1382	TT, OFM, PP, SCP, 60, 50; 60, 51
Gonçalo Miguéis c.c. Maria Martins	Barral, couto do Mosteiro	Casal da Povoação; casal na Aldeia do Barral	14-7-1364; 26-1-1370	TT, OFM, PP, SCP, 65
Guiomar Eanes		Casas no burgo de Entre-os-Rios	24-6-1392	TT, OFM, PP, SCP, 65
Inês Eanes e Maria Eanes Coelha, irmãs e freiras de Entre-ambos-os-Rios ³⁰⁹⁹		Herdamentos em Cidadelhe	10-9-1295	TT, OFM, PP, SCP, 60,6
Joana Vicente		Meia courela no burgo de Entre-os-Rios	24-6-1392	TT, OFM, PP, SCP, 65

³⁰⁹⁹ Sobre estas duas irmãs, Inês Eanes e Maria Eanes Coelha, veja-se as respectivas microbiografias.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Joana Vicente que foi chaveira e o azemel		Uma casa em Entre-os-Rios	3-5-1380; 18-5-1380	TT, OFM, PP, SCP, 51,26 e 59, 21
João, ferrador c.c. Esteva Martins	Porto	Herdades e azenha na freguesia de Santa Maria da Campanhã	21-2-1374	TT, OFM, PP, SCP, 61,7
João Domingues Monforte c.c. Maria Domingues	Cidadelhe	Casal em Cidadelhe	6-4-1372; s/ data	TT, OFM, PP, SCP, 60,45; 65
João Eanes, dito Laço c.c. Maria Eanes		Um casal na aldeia de Medados, da quinta de Cidadelhe, freg. de São João de Cinfães	23-11-1382	TT, OFM, PP, SCP, 65
João Eanes, tosador	Leiria	Metade de uma herdade no termo de Leiria, a par do reguengo de Nogueira; três courelas no Carvalhal, a par do reguengo de Nogueira; metade de quatro courelas, na de Paialvo, termo de Leiria; metade de três courelas de herdade, sob a fonte da Rodiga; metade de um chão com oliveiras no lugar de Rodiga	15-11-1379	TT, OFM, PP, SCP, 60,47
João Fernandes		Um casal e meio e um campo	26-6-1393	TT, OFM, PP, SCP, 65
João da Granja c.c. Sancha Pais		Um lugar em Painsais	14-3-1321	TT, OFM, PP, SCP, 60,19
João Martins c.c. Maria Peres	Quinta de Argufe	Quinta de Argufe	1-7-1343	TT, OFM, PP, SCP, 55,7
João Miguéis		Granja em Jugueiros	s/ data	TT, OFM, PP, SCP; 59, 24
João Miguéis c.c. Joana Esteves	Peiçã	Um moinho no Ribeiro de Peiçã da quinta de Cidadelhe, freguesia de São João de Cinfães	23-11-1382	TT, OFM, PP, SCP, 65
João Vasques c.c. Maria Martins	Aldeia de Jugueiros	O casal do Carvalho, na Aldeia de Jugueiros	s/ data	TT, OFM, PP, SCP, 65
Jorge Gonçalves	Cortes, julgado de Benviver	Um casal na aldeia do Barral, couto do Mosteiro	s/ data	TT, OFM, PP, SCP, 65
Lourenço Domingues		Casal de Paço	10-11-1328	TT, OFM, PP, SCP, 52, 18
Lourenço Domingues de Crespos c.c. Margarida Martins		Leiras em Crespos	8-5-1351	TT, OFM, PP, SCP, 65
Lourenço Peres		Um casal	4-1-1381	TT, OFM, PP, SCP, 65
Lourenço Peres		Quinhão e direito em dois souts da quinta de	1-4-1383	TT, OFM, PP, SCP, 65

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
		Lobrigos		
Lourenço Peres c.c. Maria Gonçalves		Um casal na aldeia de Remostias da quinta de Lobrigos, freguesia da Régua	s/ data	TT, OFM, PP, SCP, 65
Margarida Martins c.c. Afonso Mouro	Covas, freguesia de São Pedro de Maximinos	Leiras em Campos, na freguesia de S. Pedro de Maximinos	7-1-1352	TT, OFM, PP, SCP, 60,31
Maria Eanes, manceba do abade de São Pedro de Miragaia		Casas na Rua Chã do Porto	31-8-1390	TT, OFM, PP, SCP, 60,53; 65
Marinha Fernandes		Um casal de <i>Borci Paraiso</i>	s/ data	TT, OFM, PP; SCP, 65
Marinha Peres e Maria Peres, filhas de Pedro Rodrigues de Jogueiros		Um lugar em Penços Sainte	14-3-1321	TT, OFM, PP; SCP, 60,19
Martinho Domingues da Povoação		Uma vinha de um casal no Julgado de Paiva	a. 16-3-1354	TT, OFM, PP, SCP, 60,32
Martinho Eanes de Cebolido c.c. Guiomar Gonçalves		Portagem no Rio Douro; uma casa em Entre-os-Rios; um moinho, uma azenha e um campo na Várzea Redonda	1362; 18-5-1380	TT, OFM, PP, SCP, 59, 21; 60, 38 e 39
Martinho Esteves c.c. Catarina Martins		Um campo no burgo de Entre-os-Rios e um campo a par de Rio de Ladrões	Maio de 1272	TT, OFM, PP; SCP, 60, 2
Martinho Esteves c.c. Geralda Eanes		Um casal na aldeia de Titon, freguesia de São João de Campelo	s/ data	TT, OFM, PP, SCP, 65
Martinho Gonçalves, sapateiro c.c. Maria Martins		Uma leira em Cães do Casal de Ruival, junto de Arrifana de Sousa, freguesia de São Martinho de Moazeres	4-1-1386	TT, OFM, PP, SCP, 65
Martinho Lourenço	Sá, terra de Paiva	Casal de Sá, terra de Paiva	Janeiro de 1345	TT, OFM, PP, SCP, 60, 29
Martinho Martins		Uma leira	3-2-1381	TT, OFM, PP, SCP 65
Martinho Martins das Curujeiras	Couto de Resende	Três casas em Campo Benfeito; fruto, direito e direitura na Aldeia do Mezio; dois casais em Gozende; um casal em Vale Peixeninho; um casal em Dornas; um quarto de herdade em Feirão	24-2-1359	TT, OFM, PP, SCP, 59, 28; 60,36
Martinho Martins de Louredo		Casal de Ruival, na freguesia de São Martinho de Moazeres	10-2-1381	TT, OFM, PP, SCP, 60,49
Martinho Martins, dito Pereixal c.c. Maria Gonçalves		Uma leira junto do burgo de Arrifana de Sousa, freguesia de São Martinho	3-2-1381	TT, OFM, PP, SCP, 65

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
		de Moazeres		
Martinho Peres c.c. Clara Martins e o filho, Gonçalo Martins	Aldeia de Jugueiros	Um casal em Jugueiros, no lugar do Monte; lugar de Novais, sob a granja de Jugueiros	s/ data	TT, OFM, PP, SCP, 65
Martinho Peres c.c. Senhorinha Esteves		Um quarto de casal junto da igreja de São Bartolomeu de Louredo, na Aldeia de Louredo, sob Arrifana de Sousa, freguesia de São Martinho de Moazeres	21-3-1383	TT, OFM, PP, SCP, 65
Martinho Silvestre, irmão da freira de Entre-os-Rios, Ouroana Silvestre ³¹⁰⁰ e raçoeiro da igreja do Porto		Uma cortinha na Rua do Souto, no Porto	22-5-1289	TT, OFM, PP, SCP, 60,5
Martinho Vencerei, tabelião da vila de Viana c.c. Maria do Vale	Viana, na Foz do Lima	Casas, pardeeiros e todas as herdades em Vilar de Ilhão, Viana	30-6-1362 (PF - 2-6- 1368); 1380 (desde 1367)	TT, OFM, PP, SCP, 59, 23; 60,41
Pedro André c.c. Sancha Pais e Martinho Peres seu filho		Uma casa e um chouso no burgo de Entre-os-Rios	29-7-1332	TT, OFM, PP, SCP, 53,10
Pedro Dias c.c. Constança Martins		Casal de Cabo do Barral	s/ data	TT, OFM, PP, SCP, 65
Pedro Domingues c.c. Maria Pequena	Aldeia de Jugueiros	Um casal no Fontelo, na aldeia de Jugueiros	15-4-1380	TT, OFM, PP, SCP, 65
Pedro Lontreiro c. c. Teresa Eanes; Estêvão Pais e Egas Viegas e suas mulheres		Meio casal em Freixo, Julgado de Paiva, freguesia de Santa Maria de Sardoura	s/ data (PF - 7-7-1345)	TT, OFM; PP, SCP, 60,33
Pedro Martins, tabelião c.c. Maria Peres, vizinhos de Cinfães		Um herdamento em Mosqueiro, Cidadelhe	4-12-1327	TT, OFM, PP, SCP, 59,8
Pedro Martins de Carcavelos		Um casal no Julgado de Paiva	16-3-1354	TT, OFM, PP, SCP, 60, 32
Pedro Pascoal c.c. Maria Martins		Um moinho com suas leiras, em Louredo, termo de Cidadelhe	11-3-1350	TT, OFM, PP, SCP, 60,30
Rui Peres e Estêvão Peres, filhos de Pedro Homem		Quinta de Lobrigos	7-11 e 1-12- 1326	TT, OFM, PP; SCP; 52, 16
Rodrigo Afonso c.c. Mor Domingues, vizinhos do Porto	Porto	Quinta de Cidadelhe	2-7-1368; 6- 4-1372 21-12-1380	TT, OFM, PP, SCP, 59,22; 60, 42; 60,45;
Rodrigo Eanes c.c. Clara Fernandes	Aldeia de Jugueiros	Um casal na aldeia de Jugueiros	18-8-1392	TT, OFM, PP, SCP, 65

³¹⁰⁰ Sobre esta freira, veja-se a respectiva microbiografia.

Convento de Santa Clara de Coimbra

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Ascenço Domingues, alfaiate c.c. Catarina Esteves	Freguesia de Santa Maria, em Torres Novas	Quatro olivais com seus chãos em Torres Novas	8-4-1366	TT, OFM, PP, SCC 6,32=Liv. 10, fl. 247-247v
Ascenço Domingues filho de Domingos da Bivra c.c. Senhorinha		Uma casa na Rua das Alcáçovas, Coimbra	7-5-1337	TT, OFM, PP, SCC, 3.32
Ascenço Martins, filho de Martinho Vicente de Alfragide	Calhariz, termo de Lisboa	Heranças e foros em Calhariz, termo de Lisboa	19-1-1350	TT, OFM, PP, SCC, 36,7
Afonso, fanqueiro c.c. Domingas Afonso	Leiria	Uma casa riba rio, na vila de Leiria	21-6-1365	TT, OFM, PP, SCC 20,7=Liv. 9, fl. 478-478v
Afonso Domingues c.c. Catarina Vicente e João Eanes, genro de Afonso Gato	Talha Grande, termo de Lisboa	Duas courelas de vinha no lugar de Vale de Belide, na quinta da Azóia, termo de Lisboa	6-1-1342	TT, OFM, PP, SCC 19,31
Afonso Domingues c.c. Guiomar Peres	Urzelhe	Uma vinha no Vale do Cabrito, em Urzelhe	31-12-1386	TT, OFM, PP, SCC 19,52
Afonso Eanes		Um casal nos Carvalhais, termo de Penela	20-2-1354	TT, OFM, PP, SCC 5,19
Afonso Eanes c.c. Maria Martins	Aldeia de Urzelhe	Uma vinha em Vale do Cabrito, em Urzelhe	4-12-1384	TT, OFM, PP, SCC 22,50
Afonso Eanes c.c. Margarida Martins	Curujeira, termo de Miranda	Uma quinta e um terço de casal (termo de Miranda)	1-1-1370	TT, OFM, PP, SCC, 6, 38
Afonso Eanes, sapateiro c.c. Inês Esteves, vizinhos de Penela	Penela	Uma adega (com uma cuba); três quartos no moinho da Várzea e metade e oitava de outro moinho na Várzea; um mato (que foi vinha) no Espinhal; duas courelas de vinhas na Ribeira; uma courela de pomar na Ribeira de Dueça; uma courela na Louçainha, tudo em Penela e seus termos	19-7-1371	TT, OFM, PP, SCC 19,47
Afonso Esteves	Vestiaria, termo de Óbidos	Todos os novos e frutos de um casal em Rochaforte, termo de Óbidos	6-11-1357	TT, OFM, PP, SCC, 36,9=Liv. 10, fl. 14v-15v
Afonso Esteves c.c. Grácia Eanes	Lamas, termo de Miranda	Dois casais em Lamas, termo de Miranda	15-8-1355	TT, OFM, PP, SCC 5,28
Afonso Fernandes (genro de Martinho Malha) c.c.	Perto de Coimbra	Dois casais em Quimbres, termo de Coimbra	a. 1397	TT, OFM, PP, SCC,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Domingas Vicente				8,38
Afonso Gonçalves c.c. Inês Vasques	Condeixa-a-Nova, termo de Coimbra	Um pardeeiro no lugar de Condeixa, que chamam o paço de Santa Clara	18-9- 1396	TT, OFM, PP, SCC 8,35=8,36
Afonso Martins, filho de Martinho Rodrigues c.c. Margarida Martins		Uma vinha em Alpentende, Leiria	27-7-1350	TT, OFM, PP, SCC, 19,33=Liv. 9, fl. 459-460
Afonso Martins, tabelião geral do rei nos reinos de Portugal e do Algarve c.c. Maria Eanes	Leiria	Uma vinha com suas árvores e canavial, no lugar das Centas, além do rio, termo de Leiria	17-7-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8,20=Liv. 9, fl. 413v-414v
Afonso Martins Alvete c.c. Inês Domingues, vizinhos de Coimbra		Quinta de Antanol	8-11-1354	TT, OFM, PP, SCC, 30,7
Afonso Martins Moxaque	Almalaguês	Casal em Urzelhe	18-3-1353	TT, OFM, PP, SCC, 5, 13
Afonso Martins Negunchinho c.c. Leonor Aparício	Vila Seca, termo de Coimbra	Direito e quinhão num chouso com suas árvores e figueiras, em Vila Seca	3-9-1391	TT, OFM, PP, SCC, 8,26
Afonso Mateus		Quinta em Lobazes	13-1-1326	TT, OFM, PP, SCC, 2,39
Afonso Mateus		Uma azenha e um moinho na Ribeira de Urzelhe, termo de Miranda	7-4-1359	TT, OFM, PP, SCC, 5,34
Afonso de Penela c.c. Margarida Domingues e Martinho Martins, tecelão c.c. Inês Gonçalves	Almalaguês	Uma casa que era adega com seu cortinhal; uma casa com seu lagar; duas courelas de vinhas no Vale das Ressacas; uma leirinha de vinha nos Carregãos; uma leira de vinha nas Milhariças, tudo no termo de Almalaguês	20-3-1378	TT, OFM, PP, SCC 19,49
Afonso Peres do Casal c.c. Domingas Domingues		Um casal de herdade nos Fundoais, Julgado de Paiva	3-3-1355	TT, OFM, PP, SCC, 37,22=Liv. Liv.9, fl. 47-48
Afonso Vasques c.c. Maria Afonso	Almeida	Quinta e casais em Darei	25-12 – 1395	TT, OFM, PP, SCC, 26,27
Álvaro Esteves, dito soldom daninho	Santarém	Um lugar em Valbom, termo de Santarém	13-6-1374	TT, OFM, PP, SCC, 20, 14
Álvaro Gonçalves, sapateiro, c.c. Joana Eanes	Viseu	Um pardeeiro na Rua da Ferraria, em Viseu	27-1-1383	TT, OFM, PP, SCC, 26,24=Liv. 10, fl. 364-364v
Álvaro Martins c.c. Domingas Esteves	Freguesia de São Martinho, Montemor-o-Velho	Uma casa no Outeiro, em Montemor-o-Velho	1-5-1372	TT, OFM, PP, SCC, 7,7=Liv. 9, fl. 191v-

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
				192v
Álvaro Peres	Chão de Maçãs, termo de Tomar	Moinhos	4-1-1378	TT, OFM, PP, SCC, 20, 16=22,45
Álvaro Peres c.c. Domingas Domingues	Vale de Nogueira, termo de Lousa	Um casal de herdade com sua sesega e herdamentos em Vale de Nogueira	28-12-1399	TT, OFM, PP, SCC, 19,58
Álvaro Vasques c.c. Catarina Gonçalves	Azóia, termo de Lisboa	Duas vinhas na do Olival, na Azóia, termo de Lisboa	2-12-1390	TT, OFM, PP, SCC, 31,8
André Eanes, Vigário da igreja de São Pedro de Gouveia		Direito da igreja de São Pedro de Gouveia e seus bens (casais, casas e vinhas)	21-8-1361	TT, OFM, PP, SCC, 6,5=Liv. 9, fl. 279-279v
André Fernandes	Torres Novas	Um olival no lugar de Gualdim, termo de Torres Novas	23-11-1356	TT, OFM, PP, SCC, 5,31=Liv. 10, fl. 248-248v
André Peres c.c. Domingas Domingues	Montemor-o-Velho	Uma casa na Rua Direita; uma almuinha, no lugar de Alagoas; um báculo em Brunho; uma terra na Contenda, tudo em Montemor-o-Velho	20-5-1368	TT, OFM, PP, SCC, 6,34=Liv. 9, fl. 190v-191v
Antão Afonso c.c. Catarina Domingues	Condeixa-a-Nova	Uma casa em Condeixa	25-3-1387	TT, OFM, PP, SCC, 8,11
Antão de Sá, filho de Margarida Domingues c.c. Maria Pais		Casal de Sá, julgado de Paiva	23-5-1397	TT, OFM, PP, SCC, 37,25
Antoninho Martins c.c. Margarida Domingues	Sá, freguesia de Santa Maria de Sardeira	Um casal em Sá, freguesia de Santa Maria de Sardoura	26-6-1369	TT, OFM, PP, SCC, 37,15=Liv. 9, 58v-59v
Antoninho Peres	Sabariz	Um casal em Carcavelos, termo de Paiva	19-9-1384	TT, OFM, PP, SCC, 37,21=Liv. 9, fl. 44-45
Bartolomeu de Arouca, vizinho de Leiria		Bens na Ribeira de Corres, termo de Leiria, desde o Porto de Moniz até à fonte de Reixida	20-3-1355 (?); 26-12-1359	TT, OFM, PP, SCC, 17, 28=Liv. 9, fl. 463-463v; Liv. 9, fl. 464-464v;
Bartolomeu Domingues, filho do Canhestro c.c. Constança Eanes	Montemor-o-Velho	Uma vinha com seu olival que a igreja de São Martinho tem ante Santo André, termo de Montemor-o-Velho,	4-1-1378	TT, OFM, PP, SCC, 7,25=Liv. 9, fl. 215v-216
Bartolomeu Eanes, vizinho de Leiria		Uma herdade nas Centas, sob o lagar de Dona Sancha	5 e 18-12-1384	TT, OFM, PP, SCC, 8, 4; Liv. 9, fl. 417-418
Brinze Eanes		Uma herdade na	13-2-1343	TT, OFM,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
		Manhosa, um talho de herdade em A de Pai Maneira; uma courela de vinha; um talho de herdade no Furadouro, uma herdade na Canada e uns covões na Serra entre a Canada e o Padrão; um talho de vinha, tudo no termo de Porto de Mós		PP; SCC, 4,12; 4,13; 4,14; 4,15; 4,16;17,24
Cristóvão Domingues, clérigo	Alamalaguês	Casas, lagar e vinha, em Almalaguês	24-8-1386	TT, OFM, PP, SCC, 8,10
Cristóvão Eanes c.c. Clara Esteves	Fundões, freguesia de Santa Maria	Um casal no lugar de Fundões, freguesia de Santa Maria	26-6-1369	TT, OFM, PP, SCC, 37,15=Liv. 9, fl. 58-58v
Cristóvão Eanes c.c. Domingas Domingues		Um casal de herdade nos Fundões	3-3-1355	TT, OFM, PP, SCC, 37,22
Diogo Rodrigues		Quinta da Torre de Cadafais, termo de Montemor-o-Velho	3-3-1349	TT, OFM, PP, SCC, 19,32=Liv. 10, fl. 257-257v
Domingas Eanes, a segundeira	Atouguia	Uma casa na Rua Grande da Atouguia	12-4-1363	TT, OFM, PP, SCC, 37, 14=Liv. 9, fl. 1-1v
Domingos André, prior da igreja de Santa Maria da Barra, bispado de Coimbra		Todos os frutos, direitos e rendas da ermida de Santa Maria da Barra, sufragânea da igreja de São Martinho de Montemor-o-Velho	20-7-1371	TT, OFM, PP, SCC, 20,10
Domingos Andreu c.c. Margarida Vicente	Lousã	Um chão da quinta de Lousã	9-1-1362	TT, OFM, PP, SCC, 6,7
Domingos Aparício c.c. Domingas Martins	Orelhudo, termo de Coimbra	Moinho do Cubo em Orelhudo, termo de Coimbra	26-6-1362	TT, OFM, PP, SCC, 7,9
Domingos Domingues	Condeixa	Casa do celeiro de Condeixa e os direitos dos moinhos da Ribeira de Condeixa	2-4-1357	TT, OFM, PP, SCC, 19,43
Domingos Domingues, sapateiro de Coimbra c.c. Margarida Peres	Coimbra	Uma casa na freguesia de Santa Justa, Coimbra	6-7-1325	TT, OFM, PP, SCC, 19,18 = Liv. 9, fl. 152-152v
Domingos Domingues, dito Juiz c.c. Margarida Eanes		Um moinho na Ribeira de Orelhudo	31-5-1347	TT, OFM, PP, SCC, 4,29
Domingos Domingues, dito Pé Curto e o irmão Domingos Domingues de Lameiro	Loriga	Uma herdade em Malhapão das Donas	4-7-1305	TT, OFM, PP, SCC, 1, 23
Domingos Domingues		Uma courela de vinha em	2-2-1355	TT, OFM,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Servina, vizinho de Leiria c.c. Maria Vicente, dita abaladeira		Leiria		PP, SCC, 17,27=Liv. 9, fl. 445v- 446v
Domingos Eanes	Valverde	Um casal em Valverde	29-8-1350	TT, OFM, PP, SCC, 17,26=Liv. 9, fl. 466- 467
Domingos Eanes	Urzelhe, termo de Miranda	Pedaços de vinhas e matos, na Ribeira de Urzelhe	4-6-1396	TT, OFM, PP, SCC, 19, 57
Domingos Eanes c.c. Clara Eanes	Sangalhos	Um moinho sob o Paço de Avelãs na Quebrada da <i>Foz de Eixara</i>	26 ?- 8-1376	TT, OFM, PP, SCC, 22,44=Liv. 10, fl. 90- 90v
Domingos Eanes c.c. Clara Pais,	Almedina de Coimbra, freguesia de São João	Um olival na Torgalha, termo de Coimbra	2-2-1353	TT, OFM, PP, SCC, 19, 37
Domingos Eanes, açagador c.c. Margarida Eanes, vizinhos de Coimbra	Coimbra	Um olival em Vale de Ferro, Coimbra	12-2-1374	TT, OFM, PP, SCC, 3,27 = Liv. 9, fl. 153- 153v
Domingos Eanes, criado do rei D. Pedro c.c. Domingas Ramos	Atouguia	Uma casa térrea na Rua de São Leonardo, em Atouguia	4-4-1370	TT, OFM, PP, SCC, 37,16=Liv. 9, fl. 3-3v
Domingos Eanes Pês Leves c.c. Domingas de Cernache	Carvalhais, na aldeia de Poupa, termo de Penela	Um casal nos Carvalhais	20-2-1354	TT, OFM, PP, SCC, 5,19
Domingos Esteves dito Morxardia c.c. Maria Eanes	Santo Estevão	Uma courela de herdade nas Setas, termo de Leiria	25-5-1355	TT, OFM, PP, SCC, 5,27=Liv. 9, fl. 418-419
Domingos Geraldês c.c. Catarina Martins	Urzelhe	Uma vinha e um chão em Urzelhe	4-12-1384	TT, OFM, PP, SCC, 22,49
Domingos Martins c.c. Margarida Gil	Sequeiros, termo de Viseu	Um casal em Sequeiros	12-3-1386 (?)	TT, OFM, PP, SCC 26,25=Liv. 10, fl. 354- 354v
Domingos Martins, dito Cogombreiro c.c. Catarina Eanes	Vale de Milho, termo de Abiúl	Duas herdades em termo da vila de Abiul	15-5-1348	TT, OFM, PP, SCC, 4,35
Domingos Martins, dito Cogombreiro c.c. Maria Domingues	Vale de Milho, termo de Abiúl	Paço de Abiul com os casais de Vale de Milho e de Vila Nova	3-1-1354	TT, OFM, PP, SCC, 5,17=5,18
Domingos Miguéis, filho de Miguel Godins, c.c. Maria Salvadores		Casal da Serra da Barca	17-10-1360	TT, OFM, PP, SCC, 18, 32=Liv. 9, fl. 357v- 359
Domingos Miguéis, sapateiro c.c. Lourença Gonçalves	Óbidos	Uma quinta no lugar do Caniçal, a par de Óbidos	6-6-1350; 2-8-1362; 2-8-1382	TT, OFM, PP, SCC, 36,8; =Liv.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
				10, fl. 10v-12; Liv. 10, fl. 3v-4; 36,10
Domingos Peres c.c Maria Peres	Bruscos	Quinta de Bruscos	1-4-1353	TT, OFM, PP, SCC, 5,15
Domingos Peres c.c. Vicensa Bartolomeu	Casal no termo de Penela	Parte da Quinta dos Carvalhais; terça de um casal; parte do casal que foi do Pateiro, tudo termo de Penela	31-12-1380	TT, OFM, PP, SCC, 19,50
Domingos Peres Cogombreiro c.c. Maria Domingues	Vale de Milho	Uma herdade em Abiul	17-7-1372	TT, OFM, PP, SCC, 7,10
Domingos Tomé Vicente c.c. Maria Silvestre		Duas courelas de vinha nas Centas, além do Rio, termo de Leiria	2-2-1355	TT, OFM, PP, SCC, 5,22=Liv. 9, fl. 409-410
Domingos Vasques Trovar c.c. Maria Barqueira		Uma courela de vinha nas Centas, além do rio, termo de Leiria	3-2-1355	TT, OFM, PP, SCC, 5,24=Liv. 9, fl. 398-399
Domingos Vicente c.c Maria Eanes	Vale de Figueira, termo de Lisboa	Duas courelas de vinha na quinta da Azóia, termo de Lisboa	6-1-1342	TT, OFM, PP, SCC, 38,7
Domingos Viegas	Gasconha	Moinho de Cima em Orelhudo	8-11-1369	TT, OFM, PP, SCC, 3,19
Estaço Domingues c.c. Margarida Louredo	Porto dos Judeus, termo de Penela	Quinhão e direito no Pisão do Fundo, em Albarrol, termo de Penela e outros bens	27-10-1370	TT, OFM, PP, SCC, 7, 3=7,4
Estêvão Domingues c.c. Margarida Afonso	Porto dos Judeus, termo de Penela	Um casal no Porto dos Judeus, termo de Penela	8-1-1391	TT, OFM, PP, SCC, 8,23; 19, 53
Estêvão Domingues Balão c.c. Clara Martins	Condeixa-a-Nova, termo de Coimbra	Casas em Condeixa-a-Nova, termo de Coimbra	2-10-1374	TT, OFM, PP, SCC, 7,16
Estêvão Domingues Batalha c.c. Margarida Lourenço		Bens em Porto de Mós	29-11-1352	TT, OFM, PP, SCC, 5,11
Estêvão Eanes		Uma herdade no campo de Soure	1357	TT, OFM, PP, SCC, 22,34
Estêvão Eanes	Urzelhe, termo de Miranda	Uma azenha e um moinho na Ribeira de Urzelhe, termo de Miranda	7-4-1359	TT, OFM, PP, SCC, 5,34
Estêvão Eanes, dito Gaio c.c. Inês Domingues e Fernando Esteves, dito Moacho c.c. Esteva Lourenço	Aldeia de Vale de Cucos, termo de Santarém	Dois casais, herdades, vinhas e olivais na Quinta da Goupineira, termo de Santarém	12-7-1363	TT, OFM, PP, SCC, 24,11=Liv. 10, fl. 195-196v
Estêvão Eanes, dito Gaio e Fernando Esteves, dito Moratinho	Aldeia de Vale de Cucos, termo de Santarém	Casais na quinta da Goupineira, termo de Santarém	12-7-1363	TT, OFM, PP, SCC, 34,6
Estêvão Eanes Penalvo c.c. Catarina Eanes	Torres Novas	Um olival no lugar que chamam o Poço de	16-4-1392	TT, OFM, PP, SCC,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
		Estêvão da Galga		8,28=Liv. 10, fl. 250- 250v
Estêvão Esteves Alvete c.c. Catarina Gonçalves	Porto	Um terço das casas com seu eixido no Porto; um casal na Parada, freguesia de São Martinho de Guilhafrei	27-5-1373	TT, OFM, PP, SCC, 25,20=Liv. 9, fl. 27v-29
Estêvão Fernandes, raçoeiro da igreja de São Pedro de Torres Novas		Duas courelas de olival no termo de Torres Novas	8-4-1353	TT, OFM, PP, SCC, 5,16 A
Estêvão Gonçalves, dito Formiga c.c. Margarida Formiga	Coimbra	Casas na freguesia de Santa Justa, Coimbra	14-11-1385	TT, OFM, PP, SCC, 20,23
Estêvão Martins c.c. Constança Lourenço	Freguesia de São Martinho de Penacova	Casal do Penso, freguesia de São Paio de Riba de Vizela	23-2-1354	TT, OFM, PP, SCC, 35,5
Estêvão Martins c.c. Constança Lourenço		Casal do Penso, freguesia de São Paio de Riba Vizela	2-8-1391	TT, OFM, PP, SCC, 35,4
Estêvão Migueis, genro de dona Elvira, a peixeira c.c. Maria Bentes	Leiria	Uma courela nas Centas, termo de Leiria e um mato junto ao Rio	20-4-1336	TT, OFM, PP, SCC, 17,14=Liv. 9, fl. 430v- 431v
Estêvão Moogo	Vizinho de Ponte de Lima	Bens em Ponte de Lima	28-12-1367	TT, OFM, PP, SCC, 35,6
Estêvão Pascoal c.c. Constança Rodrigues	Torres Novas	Um olival e uma vinha no lugar de Ferrarias, termo de Torres Novas	8-8-1359	TT, OFM, PP, SCC, 5,35=Liv. 10, fl. 249- 249v
Estêvão Vicente, sogro de Afonso Eanes, sapateiro		Uma adega (com uma cuba); três quartos no moinho da Várzea e metade e oitava de outro moinho na Várzea; um mato (que foi vinha) no Espinhel; duas courelas de vinhas na Ribeira; uma courela de pomar na Ribeira de Dueça; uma courela na Louçainha, tudo em Penela e seus termos	19-7-1371	TT, OFM, PP, SCC, 19,47
Fernão Gil, vigário da igreja de São Pedro de Gouveia		Todo o direito nos bens da igreja de São Pedro de Gouveia	8-6-1376	TT, OFM, PP, SCC, 7,22=Liv. 9, fl. 278-279
Fernão Gomes, alfaiate, c.c. Margarida Afonso	Freguesia de S. João, Coimbra	Um olival em Vale de Ferro, termo de Coimbra	18-11-1391	TT, OFM, PP, SCC, 8,27
Fernão Martins Moreira, escudeiro, vassalo de Martinho Lourenço da Cunha		Três quinhões da quinta dos Carvalhais, termo de Penela	30-1-1352	TT, OFM, PP, SCC, 5,6
Fernão Peres	Azambujal, termo de	Bens em Azambujal,	s/data	TT, OFM,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
	Torres Novas	termo de Torres Novas		PP, SCC, 5,16
Fernão Peres, castelão c.c. Margarida Eanes		Uma casa na Ponte dos Caniços, termo de Leiria	8-2-1355	TT, OFM, PP, SCC, 19,40=Liv.9, fl. 476-477
Fernão Peres dos Parceiros	Azambujal, termo de Torres Novas	1/5 de dois casais de herdades com suas pertenças no Capanal, no Zambujal	10-4-1353	TT, OFM,PP, SCC, Liv. 10, fl. 242v- 243
Francisco Afonso, lavrador c.c. Maria Domingues	Coimbra	Um lagar de azeite com todas suas casas e pertenças na Rua da Moeda, Coimbra	30-10-1373	TT, OFM, PP, SCC, 21,10
Geraldo Esteves		Moinho em Cernache	25-2-1318	TT, OFM, PP, SCC, 1, 44
Geraldo Francisco	Na do Borel, termo de Lisboa	Duas courelas de vinha na Quinta da Azóia	6-1-1342	TT, OFM, PP, SCC, 38,5
Geraldo Martins c.c. Iria Domingues	Talha Grande, termo de Lisboa	Duas courelas de vinha no lugar das Quebradas, na quinta da Azóia, termo de Lisboa	6-1-1342	TT, OFM, PP, SCC, 20,4
Geraldo Rodrigues, ourives, vizinho de Coimbra	Coimbra	Um casal em Vilarinho	10-9-1349	TT, OFM, PP, SCC, 4,39
Gil Eanes c.c. Margarida Jácome	Talha Grande, termo de Lisboa	Duas courelas de vinha no lugar das Fontainhas, na quinta da Azóia, termo de Lisboa	6-1-1342	TT, OFM, PP, SCC, 31,3
Gil Eanes, criado do mosteiro	Mosteiro	Pedaços de vinhas e matos em Ribeira de Urzelhe	4-6-1396	TT, OFM, PP, SCC, 19, 57
Gil Eanes, criado e procurador do mosteiro c.c. Catarina Afonso		Um pedaço de chão nos Banhos Secos, Coimbra	26-12-1395	TT, OFM, PP, SCC, 19,56
Gil Eanes, procurador do mosteiro c.c. Catarina Afonso		Dois casais em Quimbres e um casal em Pousafoles, termo de Coimbra	13-3-1397	TT, OFM, PP, SCC, 8, 38
Gil Eanes, homem do mosteiro c.c. Catarina Eanes		Duas leiras de olival no termo de Coimbra, uma em Farelo e outra acima da Pedreira	2-1-1391	TT, OFM, PP, SCC, 8,22
Gomes Eanes, tabelião de Santarém c.c. Clara Esteves		Uma vinha com seu olival e árvores em Valbom, termo de Santarém	14-2-1360	TT, OFM, PP, SCC, 34,5=Liv. 10, fl. 181- 182v
Gonçalo Abril	Santarém	Casas na Rua de São Salvador, em Santarém	15-7-1370	TT, OFM, PP, SCC,, 24, 14
Gonçalo Domingues c.c. Aldonça Domingues	Urzelhe, termo de Miranda	Um chão com a sua figueira em Urzelhe, termo de Miranda	2 ou 22 (?) - 2-1365	TT, OFM, PP, SCC, 6,26 e 19,44=6, 26
Gonçalo Domingues c.c.	Dade	Um casal em Sequeiros	25-4-1361	TT, OFM,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Domingas Antoninha				PP, SCC, 33,20=Liv. 10, fl. 405-405v
Gonçalo Eanes	Azóia	Uma quinta na Azóia	13-5-1390	TT, OFM, PP, SCC, 31,9
Gonçalo Eanes c.c. Constança Eanes	Natural de Vale de Água	Quinta de Boa Jóia, termo de Montemor-o-Velho	20-3-1385	TT, OFM, PP, SCC, Liv. 9, fl. 208-208v
Gonçalo Eanes, dito do Outeiro c.c. Maria Eanes	Freguesia de Santa Maria de Sardoura	Um casal no Outeiro, na freguesia de Santa Maria de Sardoura; a varga do Carreiro, de Entre-Ambos-os-Rios	29-1-1379	TT, OFM, PP, SCC, 37,19=Liv. 9, fl. 45-46
Gonçalo Eanes, dito do Outeiro c.c. Maria Eanes	Freguesia de Santa Maria de Sardoura	Um casal no lugar do Outeiro, na freguesia de Santa Maria e a varga que chamam do Outeiro de Entre-os-Rios	13-6-1390	TT, OFM, PP, SCC, 37,24
Gonçalo Esteves c.c. Clara Afonso	Arazede, termo de Montemor-o-Velho	O casal de Boa Jóia e as herdades do Campo, termo de Montemor-o-Velho	8-3-1362	TT, OFM, PP, SCC, 6,9=Liv. 9, fl. 207v-208 e 216v-217
Gonçalo Esteves, escrivão do almoxarifado da vila de Leiria		Uma Quinta na Caranguejeira, termo de Leiria	25-2-1375	TT, OFM, PP, SCC, 21,11=Liv. 9, fl. 457v-459
Gonçalo Gil c.c. Margarida Eanes		Casal do Orelhudo	15-3-1388	TT, OFM, PP, SCC, 20,24
Gonçalo Gonçalves c.c. Iria Martins	Junto a Fungalvas, termo de Torres Novas	Dois casais, uma leira e uma vinha em Fungalvas, termo de Torres Novas	18-3-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8,13=Liv. 10, fl. 223-223v
Gonçalo Lourenço, familiar do convento c.c. Catarina Esteves	Moradores no convento.	Uma casa em Urzelhe	13-1-1383	TT, OFM, PP, SCC, 7, 36
Gonçalo Lourenço, homem do convento c.c. Catarina Esteves		Uma vinha chamada a Marmeleira, em Urzelhe, termo de Miranda	13-3-1379	TT, OFM, PP, SCC, 7,28
Gonçalo Martins c.c. Aldonça Aparício	Braveses, termo de Viseu	Dois casais, um no lugar de Abraveses e outro no de Olho, termo de Viseu	3-3-1357	TT, OFM, PP, SCC, 26,23=Liv. 10, fl. 347v-349
Gonçalo Martins c.c. Inês Domingues	A par de <i>Caldueiros</i> termo de Santarém	Quinta da Goupineira, termo de Santarém	7-4-1365	TT, OFM, PP, SCC, 34,7
Gonçalo Martins do Outeiro	Freguesia de Santa. Maria de Sardoura, julgado de Paiva	Rendas, foros e direitos de seis casais e uma quebrada na freguesia de Santa Maria de Sardoura e na de Santa Maria de	25-6-1348	TT, OFM, PP, SCC, 33,19

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
		Sobrado		
Gonçalo Mendes de Vasconcelos, o Moço, irmão de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, cavaleiro, c.c. Maria Eanes		Quinta do Cossourado, freguesia de São Domingos	26-11-1385	TT, OFM, PP, SCC, 35,9=Liv. 9, fl. 20-20v
Gonçalo Peres	Sandomil, em Gouveia	Casas, direitos, foros e rações dos bens de Sandomil	3-8-1384	TT, OFM, PP, SCC, 8,2=Liv. 9, fl. 305v-306
Gonçalo Peres, tabelião	Sandomil, em Gouveia	Direitos e pertenças em Sandomil, Loriga e Travancinha	31-1-1380	TT, OFM, PP, SCC, 7,32
Gonçalo Peres, escrivão do rei em Coimbra		Uma quinta e herdades, na Caranguejeira termo de Leiria	22-2-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8, 12
Iria Esteves	Coimbra	Casas e portal na Rua dos Francos, em Coimbra	3-12-1361	TT, OFM, PP, SCC, 6, 6
João Afonso c.c. Domingas Peres	Vale do Milho	Um casal no lugar de Vale do Milho, termo de Abiul	15-3-1345	TT, OFM, PP, SCC, 4,25
João Afonso c.c. Margarida Domingues	Azinhaga, termo de Santarém	Quinta da Azinhaga, termo de Santarém	11-12-1386	TT, OFM, PP, SCC, 24,18=liv. 9, fl. 10v-11
João Afonso, clérigo	Montemor-o-Velho	Um quinhão de almuinha a par de Santa Maria do Campo, outro no Paul do Madeiro, outro contra Santa Eufémia; herdades em Alagoas, <i>Boadelo</i> , em Areias, Espinheira, Ladeira e Sinsal; uma vinha em Campizes, tudo no termo de Montemor-o-Velho e bens na referida vila	9-1-1400	TT, OFM, PP, SCC, Liv. 9, fl. 200v-201v
João Afonso, relegueiro c.c. Elvira Esteves	Lugar da Figueira, na Azóia	Uma courela de vinha com suas árvores no lugar da Lapa, a par de Vale de Figueira, na Azóia; um chão que chamam da Silveira de Covanas	6-12-1390	TT, OFM, PP, SCC, 38,13
João Afonso, tosador c.c. Margarida Vicente	Leiria	Uma vinha morta no termo de Leiria	10-1-1383	TT, OFM, PP, SCC, 17,35=Liv. 9, fl. 429v-430
João Aires, lavrador c.c. Domingas Esteves	Alpedride, termo de Santarém	Um casal de herdade em Alpedride, termo de Santarém	25-5-1338	TT, OFM, PP, SCC, 24, 3=liv. 9, fl. 7-8
João da Covilhã c.c. Catarina Afonso	Covilhã	Um pomar	20-9-1384	TT, OFM, PP, SCC, 8,3
João Domingues c.c. Domingas Peres	Vale da Eira Pedrinha	Herdamento no Barro de Urzelhe	12-12-1318	TT, OFM, PP, SCC, 1,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
				47
João Domingues, alfageme c.c. Maria Lourenço	Coimbra	Um olival na Portela, perto de Coimbra	26-12-1395	TT, OFM, PP, SCC, 8,32
João Domingues Barbas da Gaiola c.c. Margarida Domingues		Vinhas em Cortes, termo de Leiria	17-5-1338	TT, OFM, PP, SCC, 17,22=Liv. 9, fl. 461v-462v
João Domingues, Batedeiro		Uma vinha no lugar das Centas, termo de Leiria	17-5-1338	TT, OFM, PP, SCC, 3,39=Liv. 9, fl. 411v-412v
João Domingues Brancarinhos c.c. Isabel Esteves	Montemor-o-Velho	Duas almuinhas, uma no lugar de Taipal e a outra no de <i>Vilnotes</i> , acerca de Montemor-o-Velho	25-11-1396	TT, OFM, PP, SCC, 8,37=Liv. 9, fl. 195v-196v
João Domingues, dito Gago, almuinheiro		Almuinha	27-9-1395	TT, OFM, PP, SCC, 30, 10=liv. 9, fl. 149v-150
João Domingues Moacho c.c. Maria Domingues		Três olivais e herdades e uma almuinha, na Ramadiça, Carvalhosa e Cabeço de Montachique, termo de Leiria	a. 19-11-1397	TT, OFM, PP, SCC, 21, 18=Liv. 9, fl. 468v-469v
João Durães, clérigo	Viseu	Uma vinha com seu lugar e árvores, acima de São Paio, em Viseu	5-9-1387	TT, OFM, PP, SCC, 26,26=Liv. 10, fl. 360v-361
João Eanes c.c. Constança Martins	Lisboa	Duas courelas de herdade e um chão da Quinta da Azóia, termo de Lisboa	19-3-1366	TT, OFM, PP, SCC, 38,12
João Eanes c.c. Senhorinha Esteves	Montemor-o-Velho	Seis casais na Ribeira de Urzelhe; outros casais, as herdades de Almalaguês	17-1-1386	TT, OFM, PP, SCC, 8,6
João Eanes, alfaiate c.c. Iria Martins	Coimbra	Casas sobradadas na Rua da Moeda, Coimbra	1-11-1375	TT, OFM, PP, SCC, 28,9
João Eanes, criado do mosteiro c.c. Senhorinha Afonso e o filho, Vasco Eanes	Montemor-o-Velho	Seis casais na Ribeira de Urzelhe, termo de Miranda; quatro casais que costumavam estar com a quinta de Campo de Besteiros e as herdades de Almalaguês	2-1-1391	TT, OFM, PP, SCC, 22,51
João Eanes, filho de João de Maçãs c.c. Mafalda Peres		Casas, vinhas, moinhos e herdades no termo de Tomar e no de Ourém	24-2-1337	TT, OFM, PP, SCC, 17, 17=Liv. 10, fl. 18v-19v
João Eanes, dito Ferreirinho c.c. Constança Vasques	Goupineira, termo de Santarém	Uma casa a par do Salvador, em Santarém	11-3-1367	TT, OFM, PP, SCC, 20,9

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
João Eanes, dito Loução c.c. Margarida Miguéis	Montemor-o-Velho	Uma casa na freguesia de São Martinho de Montemor	30-1-1349	TT, OFM, PP, SCC, 6, 19=Liv. 9, fl. 224-225
João Eanes Poato, vizinho de Leiria c.c. Margarida Eanes		Uma courela de vinha nas Centas, além do rio, termo de Leiria	3-2-1355	TT, OFM, PP, SCC, 5,23=Liv. 9, fl. 400v-401v
João da Mão c.c. Domingas Vicente		Uma courela de vinha nas Centas, além do rio, termo de Leiria	2-2-1355	TT, OFM, PP, SCC, 5,21
João do Outeiro c.c. Domingas Eanes		Um casal no Outeiro, na freguesia de Santa Maria de Sardoura, Julgado de Paiva; a varga do Carreiro, de Entre-Ambos-os-Rios	29-1-1379; 13-6-1390	TT, OFM, PP, SCC, 37,19=Liv. 9, fl. 45-46; 37,24
João Esteves c.c. Domingas Eanes	Azenha de Urzelhe	Azenha de Urzelhe	12-2-1393	TT, OFM, PP, SCC, 19,55
João Esteves c.c. Maria Martins		Meio casal nos Fundões	4-1-1337	TT, OFM, PP, SCC, 37,7 = Liv. 9, fl. 52-52v
João Fernandes, tabelião de Santarém c.c. Elvira Lourenço		Uma herdade de pão em <i>Alfodra</i> , termo de Santarém	14-2-1350	TT, OFM, PP, SCC, 24,7
João Gomes	Lobazes	Uma quinta em Lobazes	13-1-1326	TT, OFM, PP, SCC, 2,40
João Gonçalves c.c. Catarina Eanes	Abraveses, termo de Viseu	Um casal em Abraveses, termo de Viseu	27-1-1383	TT, OFM, PP, SCC, 33,24=Liv. 10, fl. 351-352v
João Gonçalves, alcaide de Santarém em Sesarigo c.c. Maria Lourenço		Quatro courelas de vinha em Alvisquer, termo de Santarém	11-3-1367	TT, OFM, PP, SCC, 24,12
João Lourenço c.c. Maria Martins	Quinta da Feiteira, termo de Coimbra	Um casal na Quinta da Feiteira	14 -5- 1329	TT, OFM, PP, SCC, 19,23
João Lourenço, armeiro c.c. Joana Eanes	Viseu	Seis casais no termo de Viseu (Abraveses, Olho, São Martinho, Alagoas e Sequeiros) e casas, vinhas, herdades, terras e almuinhas em Viseu e seu termo	11-6-1386	TT, OFM, PP, SCC, 33,26=Liv. 10, fl. 354v-355v
João Lourenço, filho que foi de Lourenço Francisco	<i>Torno</i> , termo de Miranda	Um casal com suas pertenças e árvores, no lugar de Corujeira, termo de Miranda	3-5-1391	TT, OFM, PP, SCC, 8,24
João Lourenço, dito Bordalo, sapateiro c.c. Maria Martins	Leiria	Uma vinha nas Centas, daqué do Rio, termo de Leiria	28-12-1379	TT, OFM, PP, SCC, 20,18=Liv. 9, fl. 426v-429

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
João de Maçons		Quinta de Chão de Maçons no lugar da Ribeira de Ourém	31-8-1331	TT, OFM, PP, SCC, 17,13=Liv. 10, fl. 18-18v
João Martins	Freguesia de Santa Maria de Sardoura, julgado de Paiva	O casal do Outeiro, na freguesia de Santa Maria de Sardoura, e o direito na varga de Entre-Ambos-os-Rios	24-8-1349	TT, OFM, PP, SCC, 37,10=Liv. 9, fl. 54v-55
João Martins, galinheiro	Venda de Alcanices	Uma vinha com suas Oliveiras na Caparra, termo de Coimbra	25-2-1375	TT, OFM, PP, SCC, 7,17
João Martins, dito Neto c.c. Margarida Vicente	Darei, termo de Azurara	Um moinho na terra de Penalva, ribeira de Dueça	6-2-1361	TT, OFM, PP, SCC, 29,35
João Migueis	Castelo Viegas	Um casal na Faceira, termo de Coimbra	12-11-1350	TT, OFM, PP, SCC, 19, 35
João Migueis c.c. Senhorinha Martins	Porto	Casas na Rua Chã, na Cidade do Porto	26-5-1373	TT, OFM, PP, SCC, 25,19=Liv. 9, fl. 25v-27
João Pascoal		Um casal em Carvalhais	15-4-1348	TT, OFM, PP, SCC, 4,34
João Peres c.c. Domingas Domingues	Lugar de Boa Jóia, termo de Montemor-o-Velho	Todos os bens e heranças no lugar de Boa Jóia e no Campo, termo de Montemor-o-Velho	1-8-1359	TT, OFM, PP, SCC, 5,38=22, 35=Liv. 9, fl. 205v-206
João Peres c.c. Maria Eanes	Montemor-o-Velho	Uma vinha com seu olival que a igreja de São Martinho tem além de Santo André, na vila de Montemor-o-Velho,	4-1-1378	TT, OFM, PP, SCC, 23,3=Liv. 9, fl. 214v-215
João Peres, escolar		Todos os direitos, foros, rações e medições da Quinta de Fungalvas (com o Paço), termo de Torres Novas	21-5-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8,17=Liv. 10, fl. 239-239v
João Peres, ferreiro c.c. Senhorinha Eanes	Burgo de Pombeiro	Casal do Penso, freguesia de São Paio de Riba de Vizela	14-4-1353; 12-8-1353	TT, OFM, PP, SCC, 35,3; =Liv. 9, fl. 66-67; 35, 4
João Peres, filho do Pereiro c.c. Maria Eanes	Leiria	Uma vinha e uma herdade nas Centas, a par do lugar de D. Sancha, termo de Leiria	5-9-1379	TT, OFM, PP, SCC, 7,30=Liv. 9, fl. 419v-420v
João Peres, pregoeiro c.c. Maria Eanes		Uma vinha com suas árvores e canavial no lugar das Centas, além do rio, termo de Leiria	17-7-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8,20=Liv. 9, fl. 413v-414v
João Peres Pimentel, vizinho de Coimbra, c.c.		Uma Quinta na Lousã	30-8-1356	TT, OFM, PP, SCC,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Margarida Peres				5,30
João Quero		Uma vinha e herdade em Santo André, termo de Montemor-o-Velho	16-11-1349	TT, OFM, PP, SCC, 23, 2=Liv. 9, fl. 223-224
João Vicente	Leiria	Um olival com seus chãos no lugar das Peras Ruivas, termo de Leiria	5-11-1400	TT, OFM, PP, SCC, 21, 19=Liv. 9, fl. 470-471
João Vicente, dito cavaleiro c.c. Maria Peres	Azinhaga, termo de Santarém	Uma casa com seu eixido no lugar de Azinhaga, termo de Santarém	19-7-1374; 19-3-1381	TT, OFM, PP, SCC, 24, 15; Liv. 9, fl. 9v-10
Jorge Peres, porteiro do concelho de Lisboa c.c. Sancha Domingues		Uma courela de vinha no lugar da Figueira, na Quinta da Azóia	6-1-1380	TT, OFM, PP, SCC, 38, 6
Jorge Peres e Pascoal Peres, irmãos, filhos de Pedro Nicolau		Um casal na Quinta da Feiteira	14-5-1329	TT, OFM, PP, SCC, 18, 19
Julião Gonçalves c.c. Maria Domingues		-----	27-4-1365	TT, OFM, PP SCC, 6, 28
Lopo Esteves, alfaiate	Atouguia	Casas e bens móveis na Rua Grande, em Atouguia	20-5-1390	TT, OFM, PP, SCC, 37, 23=Liv. 9, fl. 2-2v
Lopo Fernandes, filho de Álvaro Vasques dos Carvalhais e neto de Vasco Esteves de Fermoselhe, cavaleiro e de D. Teresa, c.c. Mor Fernandes		Terça da Quinta dos Carvalhais, do casal junto da Quinta e do Casal de Porto do Judeu, tudo em termo de Penela e a terça do que têm em Vila Flor, termo de Miranda	3-9-1348	TT, OFM, PP, SCC, 4, 36
Lourenço Afonso c.c. Margarida Vicente	Monforte	Azenha de Urzelhe	12-2-1393	TT, OFM, PP, SCC, 19, 55
Lourenço Domingues c.c. Maria Afonso		Uma herdade de pão, no lugar chamado a do Fernando, acerca de Montemor-o-Velho	24-6-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8, 19=Liv. 9, fl. 196v-197
Lourenço Domingues c.c. Maria Domingues		Dois olivais no termo de Coimbra, a par da Fonte da Rainha e a par do Mosteiro de Celas de Guimarães	16-7-1370	TT, OFM, Reg., 1, 19
Lourenço Domingues c.c. Maria Gonçalves	Barral, freguesia de Santa Maria de Sardoura	Metade de um casal com suas herdades e pertenças, em Barral	31-1-1372	TT, OFM, PP, SCC, 37, 17=Liv. 9, fl. 55v-56v
Lourenço Domingues c.c. Maria Lourenço	Freguesia de São Paio de Riba de Vizela	Casal do Penso, freguesia de São Paio de Riba de Vizela	23-2-1354	TT, OFM, PP, SCC, 35, 5
Lourenço Eanes		Herdades em termo de Leiria	3-11-1372	TT, OFM, PP, SCC, 37, 18
Lourenço Eanes, taleiro	Centas, onde chamam o casal, termo de Leiria	Um moinho junto com a Ponte dos Caniços, onde	29-6-1366	TT, OFM, PP, SCC,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
		chamam dos piliteiros, e um olival, tudo a par de Leiria		21,5=Liv. 9, fl. 477v
Lourenço Esteves, almocreve c.c. Margarida Domingues	Penela	Moinhos da Várzea na Ribeira de Dueça, termo de Penela; herdades de pão e vinhas e uma adega	5-5-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8,15
Lourenço Esteves c.c. Maria Mendes		Uma herdade e uma vinha em Centas, termo de Leiria	17-5-1338	TT, OFM, PP, SCC, 3,38=Liv. 9, fl. 403-404
Lourenço Esteves, pregoeiro	Coimbra	Casas na freguesia de São Pedro, em Coimbra	19-4-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8,14
Lourenço Martins c.c. Domingas Domingues, estalajadeiros	Coimbra	Casas na Rua da Ponte, em Coimbra	7-5-1370	TT, OFM, PP, SCC, 7,1
Lourenço Peres		Moinho em Cernache	25-2-1318	TT, OFM, PP, SCC, 1, 44
Luís Domingues c.c. Constança Esteves	Urzelhe, termo de Miranda	Um casal em Urzelhe	12-10-1360	TT, OFM, PP, SCC, 22,36
Lourenço Rodrigues Valoira c.c. Inês Afonso	Santarém	Uma herdade de 5 estis em Alfodra, termo de Santarém	a. de 26-4-1390	TT, OFM, PP, SCC, 24, 19
Manuel Eanes, clérigo, raçoeiro de São Pedro de Torres Novas	Torres Novas	Casas na vila de Torres Novas e uma courela, em Santo André termo de Torres Novas	8-4-1353	TT, OFM, PP, SCC, 5,16 A
Marcos Esteves c.c. Maria Esteves		Herdades na Feira	21-2-1338	TT, OFM, PP, SCC, 25, 13=Liv. 10, fl. 209-210v
Margarida Domingues	Sá, julgado de Paiva	Casal de Sá	23-5-1397	TT, OFM, PP, SCC, 37,25
Margarida Eanes, mulher “que foi” de João da Mão		Uma vinha com suas oliveiras e chão, nas Centas, termo de Leiria	27-12-1379	TT, OFM, PP, SCC, 21, 12
Margarida Eanes, mulher “que foi” de Vicente Vasques.	Leiria	Uma vinha sob a albergaria do Furadouro, em Leiria	17-8-1361	TT, OFM, PP, SCC, 17,29=Liv. 9, fl. 449-450
Margarida Gil		Casal em Cernache	25-2-1318	TT, OFM, PP, SCC, 1, 44
Margarida Lourenço		Casal do Porto dos Judeus, em Carvalhais, Urzelhe	22-1-1366	TT, OFM, PP, SCC, 6, 31
Maria Eanes, filha de João de Maças	Ribeira de Ourém	Quinta de Chão de Maças no lugar da Ribeira de Ourém	31-8-1331	TT, OFM, PP, SCC, 17,13 = Liv. 10, fl. 18-18v
Maria Eanes, viúva de	Coimbra	Sete casais em Besteiros:	7-7-1337	TT, OFM,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Pedro Eanes, vizinha de Coimbra		dois em Vila de Rei; três em Castelões; um na Cortiçada e um em Muceres		PP, SCC, 33,18_Liv. 10, fl. 397v-398
Maria Esteves, filha de Estêvão Martins		Um casal em Vale de Milho, termo de Abiul	18-2-1345	TT, OFM, PP, SCC, 4,24
Maria Esteves, viúva de Martinho Esteves, medidor da Sé	Coimbra	Um olival	4-6-1384	TT, OFM, PP, SCC, 21,14
Maria Esteves, viúva de Martinho Esteves, medidor da Sé	Coimbra	Dois olivais, um na Portela e outro na Torgalha, junto de Coimbra	13-11-1395	TT, OFM, PP, SCC, 20,27
Maria Gil, viúva de Martinho Domingues, alfaiate	Santarém	Uma casa na freguesia de São Salvador em Santarém	29-4-1400	TT, OFM, PP, SCC, 34,9
Martinho, mestre c.c. Maria Fernandes		Uma casa e uma almuinha na vila de Montemor-o-Velho	?-10-1354	TT, OFM, PP, SCC, 5,20
Martinho de Alvim	Cernache	Moinho em Orelhudo	8-11-1331	TT, OFM, PP, SCC, 3,18
Martinho Aparício c.c. Maria Domingues	Santo Estêvão	Uma courela de herdade nas Centas, aquém do rio, termo de Leiria	8-2-1355	TT, OFM, PP, SCC, 5,26=Liv. 9, fl. 407v-408v
Martinho Domingues c.c. Iria Esteves	<i>Esparragal</i> , freguesia de São João de Pelma	Um casal em Vila Cova, na freguesia de S. João de Pelma	31-12-1380	TT, OFM, PP, SCC, 20,19
Martinho Domingues, alfaiate	Santarém	Uma herdade de 5 estis em <i>Alfodra</i> , termo de Santarém	3-5-1390	TT, OFM, PP, SCC, 24, 19
Martinho Domingues, alfaiate c.c. Maria Gil	Rua Direita, na freguesia de São Salvador, em Santarém	Casa a par de São Salvador, em Santarém	7 e 17-12-1379	TT, OFM, PP, SCC, 24, 17
Martinho Domingues Encoirado c.c. Domingas Gonçalves	Rio de Galinhas	Herdamento em Rio de Galinhas, Almalaguês	6-8-1318	TT, OFM, PP, SCC, 18, 9
Martinho Eanes	Gouveia	Herdade em Arcozelo, termo de Gouveia	7-4-1347	TT, OFM, PP, SCC, 37,3
Martinho Eanes c.c. Maria Martins	Gouveia	Um pardeiro com um chão pequeno, sob a vila de Gouveia	6-6-1341	TT, OFM, PP, SCC, 4,7=Liv. 10, fl. 305
Martinho Eanes c.c. Maria Miguéis	Sequeiros	Um casal em Sequeiros	25-4-1361	TT, OFM, PP, SCC, 33,21=liv. 10, fl. 405v-406v
Martinho Eanes, dito Serodeo □ c.c. Maria Martins	Gouveia	Tudo o que o mosteiro tem em Arcozelo, termo de Gouveia	4-7-1337; 28-2-1352	TT, OFM, PP, SCC, 3,34=18,26=Liv.9, fl. 304-304v;

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
				5,7
Martinho Eanes, dito Sombreireiro	Azinhaga, termo de Santarém	Vinhas, casas, olivais herdades de pão e um lagar na Azinhaga, termo de Santarém	9-2-1363	TT, OFM, PP, SCC, 24, 10=Liv. 9, fl. 15-17
Martinho Eanes Travanca c.c. Maria Afonso	Julgado da Feira	Quinta da Mota, no Julgado da Feira	16-6-1384	TT, OFM, PP, SCC, 25,21
Martinho Esteves	Sá, freguesia de Santa Maria de Sardoura, Julgado de Paiva	Novos, direitos e foros de um casal em Sá e de uma quebrada em Gondim, na freguesia de Santa Maria do Sobrado	25-6-1348	TT, OFM, PP, SCC, 37,9=Liv. 9, fl. 46v-47
Martinho Esteves c.c. Domingas André		Um casal em Urzelhe, termo de Miranda	9-10-1319	TT, OFM, PP, SCC, 2,7
Martinho Esteves, medidor do celeiro do cabido da Sé de Coimbra c.c. Maria Esteves	Coimbra	Um olival na Portela, termo de Coimbra	30-3 ou 5(?) -1367	TT, OFM, PP, SCC, 6,33
Martinho Esteves, dito Colaço c.c. Constança Eanes	Lugar das Eiras, a par da Feira, Terra de Santa Maria	Uma casa e uma vinha e todas as outras casas, vinhas, herdades e devesas que o Mosteiro tem na Feira, no lugar das Eiras	8-5-1356	TT, OFM, PP, SCC, 25,16=Liv. 10, fl. 212-212v
Martinho Fernandes		Um conchouso em Cernache	25-2-1318	TT, OFM, PP, SCC, 1, 44
Martinho Gil c.c. Leonor Esteves	Abiul	Uma herdade em Abiul	17-7-1372	TT, OFM, PP, SCC, 7,10
Martinho Gil, prior da igreja de São Miguel do Viando de Coimbra		Todos os direitos e direituras da igreja da Barra	16-6-1388	TT, OFM, PP, SCC, 32,13
Martinho Ledo e Martinho Eanes Negrachos	Soveral	Um casal no Soveral	20-7-1362	TT, OFM, PP, SCC, 6, 11
Martinho Lourenço, reposteiro do rei c.c. Margarida Gonçalves		Quinta e casais em Darei	12-2- 1395	TT, OFM, PP, SCC, 26,27=Liv. 10, fl. 350v-351v
Martinho Miguéis, porteiro do concelho de Coimbra c.c. Clara Domingues		Um olival no lugar de Vila Franca, em Portela, termo de Coimbra	22-8-1355	TT, OFM, PP, SCC, 19,41
Martinho Moreira c.c. Maria Domingues	Rio de Asnos, no couto de cima	Um casal em Sequeiros	6-5-1383	TT, OFM, PP, SCC, 33,25=Liv. 10, fl???
Martinho Namorado		Um olival atrás do Monte, termo de Torres Novas	8-5-1359	TT, OFM, PP, SCC, 5,37=Liv. 10, fl. 246-247
Martinho Peres, mercador c.c. Maria de Viseu	Tomar	Todos os direitos, foros, rações e medições da quinta de Fungalvas (com	21-5-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8,17=Liv.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
		o Paço), termo de Torres Novas		10, fl. 239-239v
Martinho Peres, filho de Pedro Martins	Chão de Lamas, termo de Miranda	Meio casal em Chão de Lamas,	18-10-1362	TT, OFM, PP, SCC, 6,13
Martinho Peres, homem do rei na alfândega de Lisboa	Pedras Negras na freguesia de São Mamede, em Lisboa	Uma quinta na Azóia	31-5-1350	TT, OFM, PP, SCC, 31, 1
Martinho Peres de Beja		Vinhas e um moinho nas Cortes, termo de Leiria	23-12-1363	TT, OFM, PP, SCC, 6, 18
Martinho Peres, dito Pequeno, mercador de Guimarães c.c. Maria Domingues		Três casais em Penso, Riba de Vizela	28-10-1318	TT, OFM, PP, SCC, 27,9=Liv. 9, fl. 68
Martinho Peres de Vera c.c. Anastácia Afonso	Leiria	Duas casas de moinhos com suas herdades em Cortes, termo de Leiria; vinhas com seus canaviais na Ribeira de Cortes; bens desde o Porto de Moniz Cavaleiro até à fonte de Reixida	26-12-1397	TT, OFM, PP, SCC, Liv. 9, fl. 464-464v
Martinho Vasques c.c. Clara Afonso	Lousã	Uma quinta na Lousã	30-8-1356	TT, OFM, PP, SCC, 5,30
Martinho Vasques, açagador, c.c. Inês Afonso	Coimbra	Um olival na Torgalha, junto das Carvalhosas, termo de Coimbra	26-12-1395	TT, OFM, PP, SCC, 21,16=21,17
Mateus Domingues, dito pedreiro c.c. Maria Eanes		Um bacelo, no lugar de Arozal, próximo de Montemor-o-Velho	7-2-1321	TT, OFM, PP, SCC, 2,17 = Liv. 9, 189-190v
Mateus Domingues	Palhais, a par de Olhalhas, termo de Torres Novas	Novos, rendas, direitos e teigas que o mosteiro tem no lugar de Palhais, termo de Torres Vedras	7-9-1347	TT, OFM, PP, SCC, 4,30 Liv. 10, fl. 253
Mateus Domingues c.c. Domingas Esteves	Quinta de Cadafais, termo de Montemor-o-Velho	Quinta de Cadafais, termo de Montemor-o-Velho	21-2-1364	TT, OFM, PP, SCC, 6,20=Liv. 9, fl. 188v-189
Mateus Domingues Alvane	Castelo de Leiria	Um pardeiro na freguesia de São Martinho, Leiria	1-11-1337	TT, OFM, PP, SCC, 17,20 =Liv. 9, fl. 472-473
Mateus Eanes, dito Balemato c.c. Joana Migueis		Casal de albarrol, termo de Penela	19-8-1320	TT, OFM, PP, SCC, 2,15
Mateus Eanes, dito da Giga c.c. Estevainha Peres e Martinho Martins, dito Junqueiro c.c. Bernalda Lourenço	Azinhaga termo de Santarém	Vinhas, herdades, oliveiras, dois conchousos, o paço, o lagar com a bacelo e com outra casa, a par do lagar com seu conchouso e figueira, tudo na Azinhaga	10-9-1338	TT, OFM, PP, SCC, 24,2=Liv. 9, fl. 6-7
Mateus do Lagar c.c. Joana	Aborim, freguesia de	Um casal no lugar de	8-3-1362	TT, OFM,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Domingues	Santa Maria de Quintiães	Aborim		PP, SCC, 27,21=Liv. 9, fl. 296-296v
Mateus Mouco		Uma casa riba rio, na vila de Leiria	21-6-1365	TT, OFM, PP, SCC, 20,7=Liv. 9, fl. 478-478v
Mem Peres	A da Gorda, a par de Peral, termo de Óbidos	Casas, vinhas, herdades, montes e pastos no lugar de A da Gorda e em A dos Ruivos, termo de Óbidos	9-2-1340	TT, OFM, PP, SCC, 36,6=Liv. 10, fl. 12v-14
Moussem, ourives c.c. Sol	Viseu	Casas na rua que vai para a Sé, em Viseu	2-6-1388	TT, OFM, PP, SCC, 29,37=Liv. 10, fl. 369v-370v
Nicolau Peres c.c. Catarina Esteves	Freguesia do Salvador, Santarém	Uma vinha com seu olival no lugar das Vinhas Mortas, termo de Santarém	5-9-1374	TT, OFM, PP, SCC, 24,16=Liv. 10, fl. 188-188v
Paio Rodrigues	Cossourado, julgado de Neiva	Quinta no Cossourado, julgado de Neiva	7-5-1378; 9-5-1378	TT, OFM, PP, SCC, 35,7; 35,8=Liv. 9, fl. 19-19v
Pé Polinho		Casario em Cernache	25-2-1318	TT, OFM, PP, SCC, 1, 44
Pedro, mestre cirurgião	Coimbra	Um casal em Vilarinho	10-9-1349	TT, OFM, PP, SCC, 4,39
Pedro Bartolomeu	Monte Redondo	Parte e quinhão de casas, vinhas, herdades e moinhos em Alagoas, a par dos paços do rei do Botão	26-12-1344	TT, OFM, PP, SCC, 4,22
Pedro Colaço e a sua sergente, Maria Sanches	Montemor-o-Velho	Uma casa da igreja de São Martinho, na freguesia de São Martinho de Montemor-o-velho; 1 almuinha no Rego de Vilnotes	24-3-1383	TT, OFM, PP, SCC, 7,38=Liv. 9, fl. 216-216v
Pedro Domingues, filho de Domingos Peres c.c. Maria Peres	Torre de Bruscós	Quinta da Torre, acima da Quinta de Sá, no lugar de Bruscós	4-2-1362	TT, OFM, PP, SCC, 6,8
Pedro Eanes c.c. Catarina Domingues	Montemor-o-Velho	Um pardeheiro na freguesia de São Martinho de Montemor-o-Velho	9-8-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8,21=liv. 9, fl. 217-217v
Pedro Eanes natural de Tentúgal. c.c. Margarida Peres	Montemor-o-Velho	Um bacelo da igreja de São Martinho de Montemor-o-Velho	12-12-1384	TT, OFM, PP, SCC, 8,5=Liv. 9, fl. 192v-193
Pedro Esteves, clérigo	Lamas	Casas com seu eixido na Feira; uma leira de	23-11-1396	TT, OFM, PP, SCC,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
		terreno; uma leira de chão no Vale das Águas; uma devesa no lugar do Curro		25,22
Pedro Esteves, escrivão do rei na comarca de Entre Douro e Minho c.c. Mor Lourenço	Porto	Casas na Rua Direita, no Porto; um terço das casas das Eiras; um casal em Parada, na Maia; duas casas na Feira, Terra de Santa Maria; dois pardeeiros em Pena Ventosa.	14-11-1369	TT, OFM, PP, SCC, 25,17
Pedro Esteves, dito Bom Corpo, vizinho de Leiria c.c. Maria Mendes	Leiria	Casas na freguesia de São Martinho, em Leiria	10 e 13-2-1355	TT, OFM, PP, SCC, 5,15=Liv. 9, fl. 473v-474v
Pedro Esteves Cogrombeiro, alfaiate c.c. Maria Esteves	Leiria	Três olivais, herdades e uma almuinha na Ramadiça, Carvalhosa e Cabeço de Montachique, termo de Leiria	19-11-1397	TT, OFM, PP, SCC, 21, 18 =Liv. 9, fl. 468v-469v
Pedro Forneiro c.c. Joana Domingues	Torres Novas	Casas e vinha no termo de Torres Novas	8-4-1353	TT, PP, OFM, SCC, 5,16 A
Pedro Gago		Novos, rendas, direitos e teigas que o mosteiro tem no lugar de Palhais, termo de Torres Vedras	7-9-1347	TT, OFM, PP, SCC, 4,30= Liv. 10, fl. 253
Pedro Lourenço c.c. Clara Peres, vizinhos de Coimbra		Quinta em Vitorino dos Piães	16-4-1326	TT, OFM, PP, SCC, 3,2=Liv. 9, fl. 303-304
Pedro Lourenço, almocreve c.c. Constança Esteves	Penacova	Seis quinhões: um com uma casa em Penacova; um de vinha; um de bacelo da cheira, com seu olival e uma oliveira do olival da confraria, um no rossio, dois no cortinhal; um quinhão de três caneiros e todos os outros bens, em Penacova	2-2-1383	TT, OFM, PP, SCC, 7,37=Liv. 10, fl. 49v-50
Pedro Pais c.c. Sancha Martins		Montes em Bruscos, termo de Coimbra e terras com uma casa cabaneira	22-6-1327	TT, OFM, PP, SCC, 3,8 = 18,17
Pedro Saturninho c.c. Catarina Domingues	Vinhateiro, termo de Asseiceira	Um casal no lugar das Curvaceiras, termo de Torres Novas	19-4-1351	TT, OFM, PP, SCC, 5,2=Liv. 10, fl. 236-237v
Rodrigo Eanes	Arroteia, termo de Óbidos	Casas, vinhas, herdades e outros bens, em A da Gorda e em A dos Ruivos, termo de Óbidos	13-2-1386	TT, OFM, PP, SCC, 36, 11
Rodrigo Eanes c.c. Iria Vicente	A par do Paço, em Fungalvas, termo de Torres Novas	Todas as vinhas em Fungalvas	27-10-1372	TT, OFM, PP, SCC, 7,11=Liv. 10, fl. 235-236
Rodrigo Eanes c.c. Leonor	Coimbra	Metade de uma vinha em	20-2-1370	TT, OFM,

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
Afonso		Urzelhe		PP, SCC, 6, 40
Rodrigo Eanes, alfaiate	Coimbra	Uma vinha na Ribeira e uma casa, tudo em Urzelhe	13-1-1383	TT, OFM, PP, SCC, 7,35 e 7,36
Rodrigo Eanes, prior de Santa Justa		Terça parte do cidral da Fonte da Rainha	19-10-1384	TT, OFM, PP, SCC, 21,15
Rui Fernandes c.c. Clara Esteves		Um casal em Urzelhe, termo de Miranda	9-10-1319	TT, OFM, PP, SCC, 2,6
Silvestre Gonçalves c.c. Constança Peres		Um casal em Chão de Bostrom	20-4-1309	TT, OFM, PP, SCC, 17, 7
Soeiro Eanes c.c. Joana Gonçalves	Fungalvas, termo de Torres Novas	Uma courela de herdade na Várzea de Fungalvas	30-8-1370	TT, OFM, PP, SCC, 19,46=Liv. 10, fl. 238-238v
Vasco Casado	Penela	Herdades de pão, vinhas e uma adega	5-5-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8,15
Vasco Eanes, criado do bispo de Évora c.c. Catarina Peres	Santarém	Uma casa na freguesia de São Salvador em Santarém	29-4-1400	TT, OFM, PP, SCC, 34,9
Vasco Eanes de Montemor-o-Velho		Um campo no rossio no lugar chamado de Fernandinho, acerca da vila de Montemor-o-Velho	8-5-1389	TT, OFM, PP, SCC, 8,16=Liv. 9, fl. 193v-194
Vasco Martins	Darei, Riba Dão	Quinta em Darei	10-2-1371	TT, OFM, PP, SCC, 33,22
Vasco Peres c.c. Guiomar Gonçalves	A de Chão de Maçãs, termo de Tomar	Quinta no lugar de Chão de Maçãs	13-11-1356	TT, OFM, PP, SCC, 18,28=Liv. 10, fl. 17-17v
Vasco Soares c.c. Margarida Martins	Condeixa-a-Nova	Uma casa e uma almuinha no lugar de Condeixa	25-6-1339	TT, OFM, PP, SCC, 4,3
Vicente Afonso c.c. Constança Eanes	Talha	Duas courelas de vinhas mortas na Talha, Azóia	20-12-1360	TT, OFM, PP, SCC, 31,6
Vicente Afonso c.c. Maria Eanes	Carvalhal do Pombo, termo de Torres Novas	Bens em Carvalhal do Pombo, termo de Torres Novas	8-5-1359	TT, OFM, PP, SCC, 5,36=Liv. 10, fl. 240-240v
Vicente do Asno, almocreve c.c. Maria Martins	Freguesia de Santo Estêvão de Leiria	Uma vinha com suas árvores nas Centas, aquém do Rio, termo de Leiria	26-12-1379	TT, OFM, PP, SCC, 17,33=17,34=Liv. 9, fl. 451-453v
Vicente Domingues, sapateiro		Azenhas com vinhas e olivais, no Arco da Copeira, em Coimbra	26-9-1336	TT, OFM, PP, SCC, 28, 3 =Liv.

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

IDENTIDADE	MORADA	BENS AFORADOS	DATA	COTA
				9, fl. 146-147
Vicente Domingues, dito Lento de Sandomil		Todas as herdades que o mosteiro tem em Sandomil, Loriga, Travancinha e seus termos, termo de Ceia	21-3-1340	TT, OFM, PP, SCC, 4,4=Liv. 9, fl. 306v-307
Vicente Eanes	Leiria, a par da ponte, nas casas do mosteiro	Vinhas nas Centas, termo de Leiria e herdades de pão em Ulmar	21-6-1365	TT, OFM, PP, SCC, 21,3
Vicente Eanes c.c. Maria Esteves e Catarina, sua filha	Leiria	Casas, metade de uma Quinta, casa pequena, herdade de Ulmar, tudo em Leiria	16-1-1371	TT, OFM, PP, SCC, 7,5
Vicente Eanes c.c. Maria Francisca	Carcavelos, freguesia de Santa Maria da Sardoura	Um casal em Carcavelos, freguesia de Santa Maria da Sardoura	26-6-1369	TT, OFM, PP, SCC, 37,15=Liv. 9, fl. 59v-60v
Vicente Eanes, caseiro do mosteiro, em Leiria		Quinta na Caranguejeira, termo de Leiria	29-11-1374	TT, OFM, PP, SCC, 21,11=Liv. 9, fl. 457v-459
Vicente Eanes Farto e Quente, frade da Ordem Terceira de São Francisco c.c. Isabela Vicente	Paços que estão acerca do mosteiro	Uma vinha com as suas oliveiras na Caparra, termo de Coimbra	25-2-1375	TT, OFM, PP, SCC, 7,17
Vicente Godins c.c. Maria Lourenço		Casal no lugar de Serra da Barca	27-5-1360	TT, OFM, PP, SCC, 18,30=Liv. 9, fl. 360v-361v
Vicente Lourenço c.c. Maria Esteves	Azóia, em <i>Gouferra</i>	Duas leiras de vinha, no <i>Vale da Gouferra</i> , em Azóia	10-11-1383	TT, OFM, PP, SCC, 31,7
Vicente Lourenço, ferreiro c.c. Margarida Lourenço	Porto de Mós	Vinha, casas e herdamentos em Porto de Mós	29-11-1352; 13-2-1364	TT, OFM, PP, SCC, 5,11; 32, 9
Vicente Martins c.c. Lourença Eanes	Calhariz, termo de Lisboa	Duas courelas de herdade e meia courela de arneiro, meia almuinha, parte de casas e vários foros de vinhas e de outros bens no lugar de Calhariz termo de Lisboa	7-7-1357	TT, OFM, PP, SCC, 31,5
Vicente Martins, sapateiro, filho de Martinho Migueis, c.c. Constança Afonso	Casas de Leiria, de Santa Clara	Uma casa torre, outra casa e uma casa pequena	6-2-1355	TT, OFM, PP, SCC, 19,39=Liv. 9, fl. 475-476
Vicente Peres, monteiro	Aldeia de Almalaguês	1 vinha num casal, termo de Miranda	18-9-1375; 22-1-1376	TT, OFM, PP, SCC, 7,20; 22,43

Índice de Mapas

- Mapa 1 – Fundações monástico-conventuais femininas do século XII – entre
Mapa 2 - Fundações monástico-conventuais femininas do século XIII – entre
Mapa 3 - Fundações monástico-conventuais femininas do século XIV – entre
Mapa 4 - Fundações monástico-conventuais femininas do século XV – entre
Mapa 5 – As comunidades monástico-conventuais femininas no século XV – entre
Mapa 6 - Mosteiros de Clarissas (séculos XIII-XV) – entre
Mapa 7 - Bens de raiz do testamento de D. Châmoa Gomes, doados ao Mosteiro de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios – entre
Mapa 8 – Bens de raiz doados ao Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, pelos fundadores – entre
Mapa 9 - Dotação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra em 1283 – entre
Mapa 10 - Bens Imóveis e Padroados doados ao Mosteiro de Santa Clara e ao Hospital de Ceira (terceiro testamento - 1302) – entre
Mapa 11 - As propriedades do Mosteiro de Santa Clara de Santarém – entre
Mapa 12 – Searas e covas do Mosteiro de Santa Clara de Santarém – entre
Mapa 13- Vinhas, lagares e adegas do Mosteiro de Santa Clara de Santarém – entre
Mapa 14 - Olivais do Mosteiro de Santa Clara de Santarém – entre
Mapa 15 - As propriedades do Mosteiro de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios – entre
Mapa 16 - Searas, moinhos e celeiros do Mosteiro de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios – entre
Mapa 17 - Vinhas do Mosteiro de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios – entre
Mapa 18 – Olivais do mosteiro de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios – entre
Mapa 19 – As propriedades do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra – entre
Mapa 20 – Searas, moinhos e fornos do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra – entre
Mapa 21 - Vinhas, lagares e adegas do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra – entre
Mapa 22 - Olivais do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra – entre
Mapa 23 - O couto do Mosteiro de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios – entre
Mapa 24 - Unidades de exploração do Mosteiro de Santa Clara de Santarém - entre
Mapa 25 - Unidades de exploração do mosteiro de Santa Clara de Entre-ambos-os-Rios.
Mapa 26 - Unidades de exploração do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra – entre

In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura:
A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV),

Mapa 27 – Padroados do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra - entre

Mapa 28 - Padroados do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde – entre

Índice de Gráficos

- Gráfico 1 – Ritmo total de aquisições (nos três mosteiros em análise)
Gráfico 2 – Formas de aquisição ao longo do tempo – Santarém
Gráfico 3 – Formas de aquisição – Santarém
Gráfico 4 - Formas de aquisição ao longo do tempo – Entre-ambos-os-Rios
Gráfico 5 - Formas de aquisição – Entre-ambos-os-Rios
Gráfico 6 – Formas de aquisição ao longo do tempo – Coimbra
Gráfico 7 – Formas de aquisição – Coimbra
Gráfico 8 – Total de compras (dos três mosteiros)
Gráfico 9 – Total de doações (dos três mosteiros)
Gráfico 10 – Total de legados (dos três mosteiros)
Gráfico 11 – Total de escambos (nos três mosteiros)
Gráfico 12 – Tipos de contratos – Santarém
Gráfico 13 – Tipos de contratos ao longo do tempo – Santarém
Gráfico 14 – Contratos em Vidas – Santarém
Gráfico 15 – Tipos de contratos – Entre-ambos-os-Rios
Gráfico 16 – Tipos de contratos ao longo do tempo – Entre-ambos-os-Rios
Gráfico 17 – Contratos em Vidas - Entre-ambos-os-Rios
Gráfico 18 – Tipos de contratos – Coimbra
Gráfico 19 – Tipos de contratos ao longo do tempo – Coimbra
Gráfico 20 – Contratos em Vidas – Coimbra
Gráfico 21 – Profissões e estautos dos foreiros – Santarém
Gráfico 22 – Profissões e estautos dos foreiros – Entre-ambos-os-Rios
Gráfico 23 – Profissões e estautos dos foreiros – Coimbra

Índice de Quadros

Quadro 1 – As fundações monástico-conventuais femininas

Quadro 2 – As casas religiosas femininas (implantação geográfica)

Quadro 3 - Quadro nº 3 - Fundações da Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII a XV)

Quadro 4 - Quadro nº 4 - Bens de raiz e móveis do testamento de D. Châmoa Gomes (para o mosteiro de Entre-ambos-os-Rios)

Quadro 5 - Encargos do testamento de D. Châmoa Gomes (deixados ao mosteiro de Entre-ambos-os-Rios)

Quadro 6 - Bens de raiz e padroados da “carta de dotação” de Afonso Sanches e Teresa de Albuquerque ao mosteiro de Vila do Conde

Quadro 7 - Bens imóveis de D. Mor Dias, de acordo com o seu primeiro testamento (1268)

Quadro 8 - Bens imóveis e padroados de D. Mor Dias, de acordo com o seu segundo testamento (1277-1283)

Quadro 9 – Dotação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra em 1283

Quadro 10 – Bens imóveis e padroados do terceiro testamento de D. Mor Dias (1302)

Quadro 11 - Bens do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, em 1302

Quadro 12 - Formas de doação (mosteiro de Santarém)

Quadro 13 – Bens doados ao mosteiro de Santarém

Quadro 14 - Formas de doação (mosteiro de Entre-ambos.os-Rios)

Quadro 15 - Bens doados ao mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios

Quadro 16 - Formas de doação (mosteiro de Coimbra)

Quadro 17 - Bens doados ao mosteiro de Coimbra

Quadro 18 - Bens das freiras deixados ao mosteiro de Santarém

Quadro 19 - Bens recebidos e geridos pelas freiras (com o consentimento do convento de Santarém)

Quadro nº 20 - Heranças recebidas pelo mosteiro de Entre-ambos-os-Rios

Quadro nº 21 - Heranças recebidas pelo mosteiro de Coimbra (“ao abrigo” do privilégio de 1356)

Quadro nº 22 - Bens das freiras (deixados ao mosteiro de Coimbra e/ou por elas administrados em vida (com consentimento da comunidade)

Quadro 23 - Permutas feitas pelas freiras e pelo mosteiro de Santarém

Quadro 24 - Permutas feitas pelas freiras e pelo mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios

Quadro 25 - Permutas feitas pela Rainha e pelo mosteiro de Coimbra

- Quadro 26 - A propriedade urbana do mosteiro de Santarém
- Quadro 27- Propriedade urbana do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios
- Quadro 28 - Propriedade urbana do mosteiro de Coimbra
- Quadro 29 - Padroados do mosteiro de Coimbra
- Quadro 30 - Padroados do mosteiro de Vila do Conde
- Quadro 31 - Datas de pagamentos de foros (mosteiro de Santarém)
- Quadro 32 - Datas de pagamentos dos foros (mosteiro de Entre-Ambos-os-Rios)
- Quadro 33 - Datas de pagamentos de foros (mosteiro de Coimbra)
- Quadro 34 - Dependentes e Servidores de D. Mor Dias-
- Quadro 35 – Priores e Vigários da Igreja de São Martinho de Montemor-o-Velho -
- Quadro 36 – Priores e Vigários da Igreja de São Vicente de Sangalhos
- Quadro 37 - Priores e Vigários da Igreja de São Pedro de Gouveia
- Quadro 38 - Juizes do Couto de Entre-ambos-os-Rios

Índice de Plantas

Planta 1 – Santarém

Planta 2 – Porto

Planta 3 – Lisboa

Planta 4 – Coimbra

Planta 5 – Vila do Conde

Planta 6 – Guarda

Planta 7 – Beja

Planta 8 - Portalegre

Planta 9 - Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e cerca

Planta 10 – Mosteiro de Santa Clara de Coimbra

Índice de Esquemas Genealógicos

Esquema Genealógico 1 – Família de D. Châmoa Gomes – entre

Esquema Genealógico 2 – Os de Vinhal - entre

Esquema Genealógico 3 – Os de Cardona

Esquema Genealógico 4 - A Família de Mor Dias

Esquema Genealógico 5 - Os Redondo

Esquema Genealógico 6 - Os Ribeiro

Esquema Genealógico 7 – Os de Feroselhe

Esquema Genealógico 8 – Os de Podentes

Esquema Genealógico 9 – Os do Casal

Esquema Genealógico 10 – Os de Vasconcelos

Esquema Genealógico 11 - - Os Ordonhes

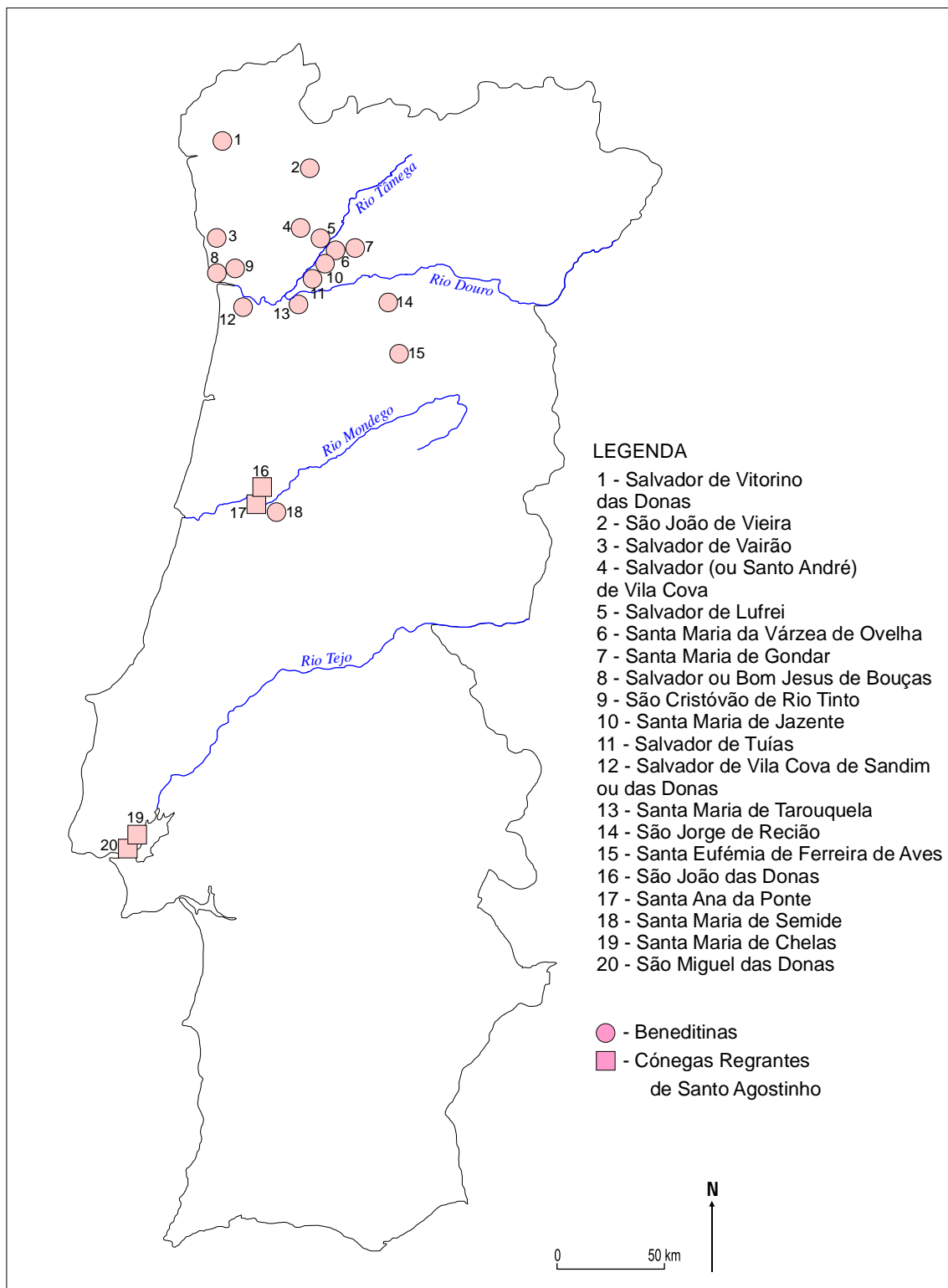
Esquema Genealógico 12 – Os da Teixeira

Esquema Genealógico 13 – Os Coelho

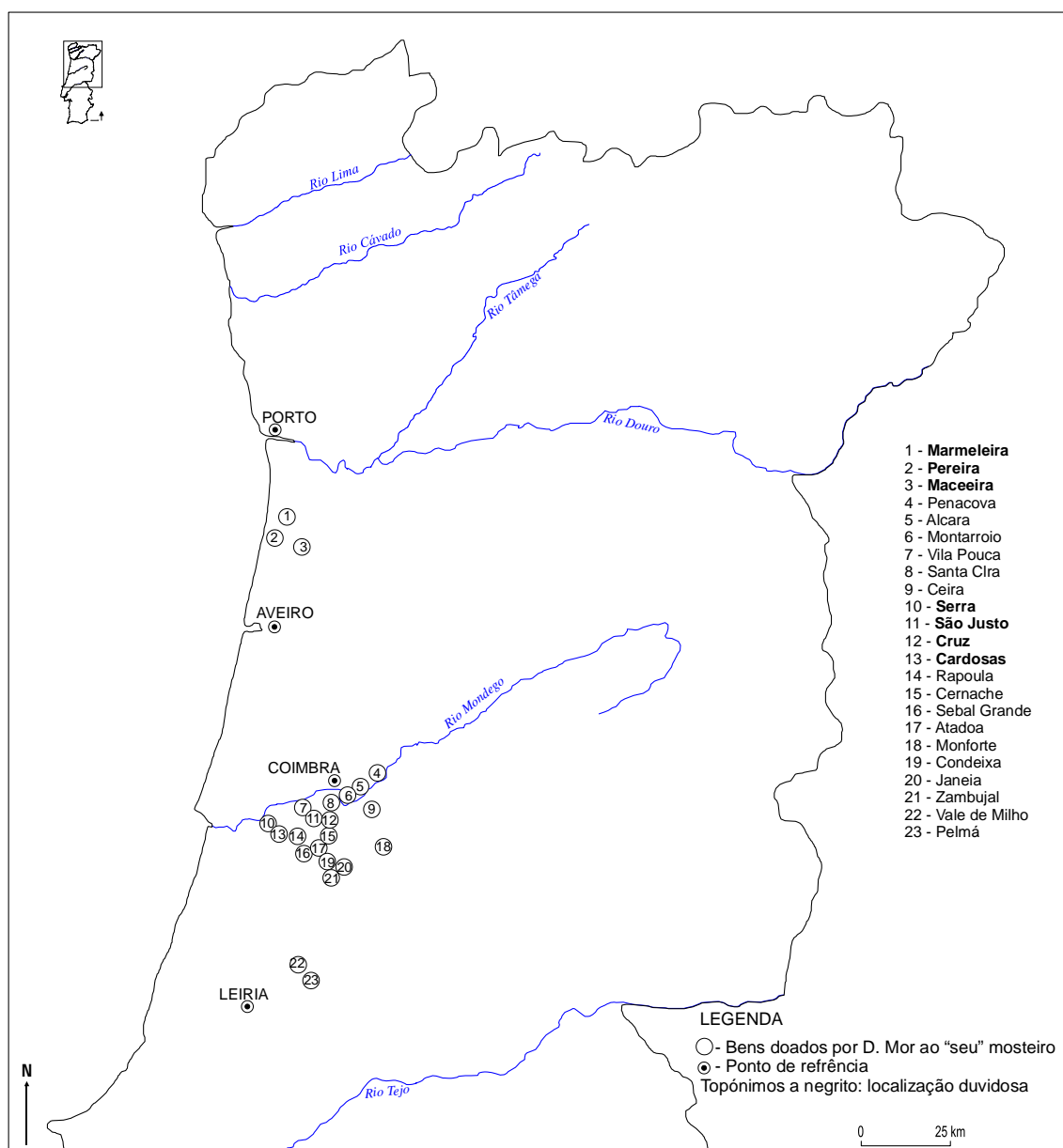
Esquema Genealógico 14 – Os Camelo

Esquema Genealógico 15 – Os Alcoforado

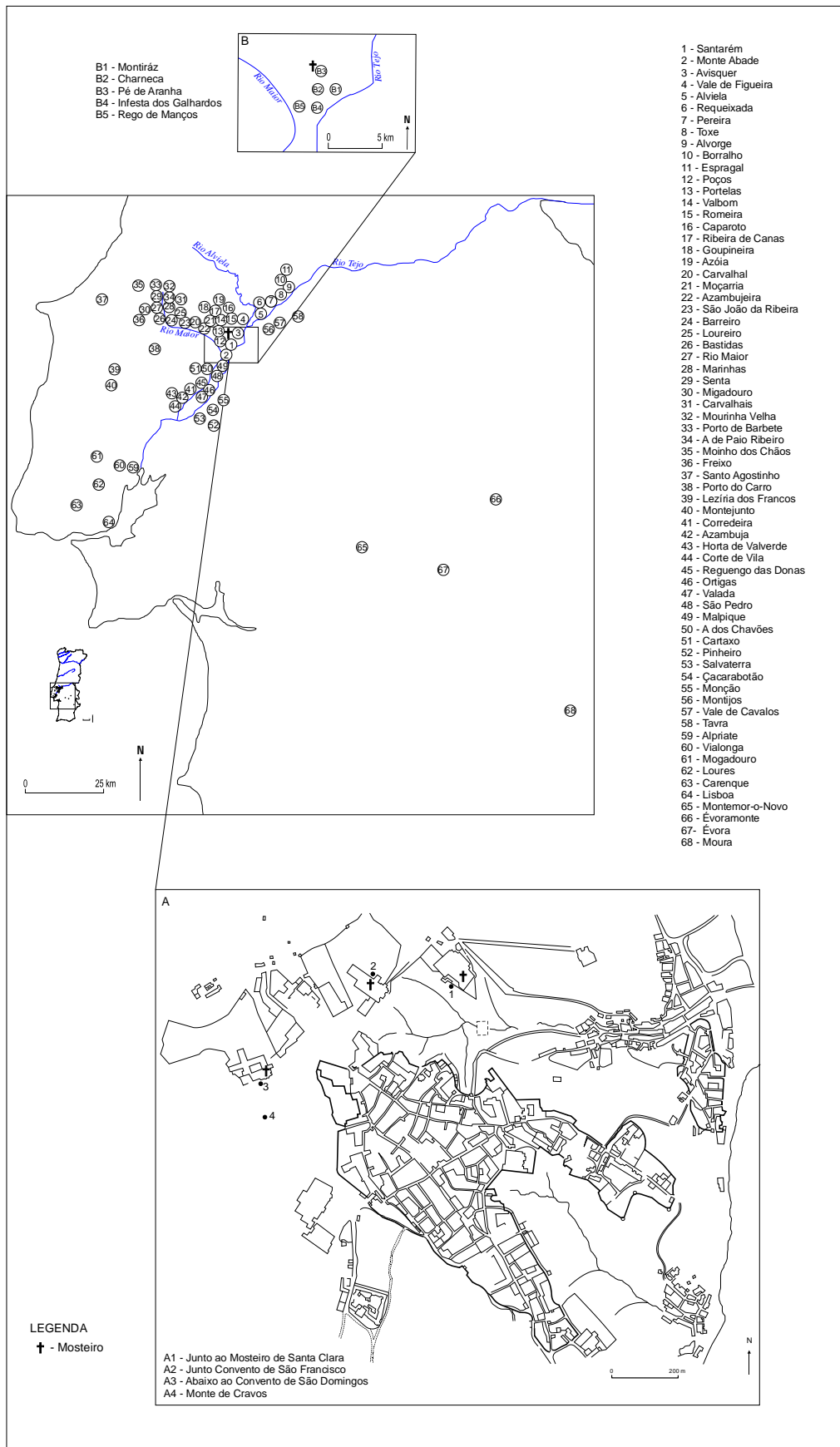
Mapa 1 – Fundações Monástico-Conventuais femininas do século XII



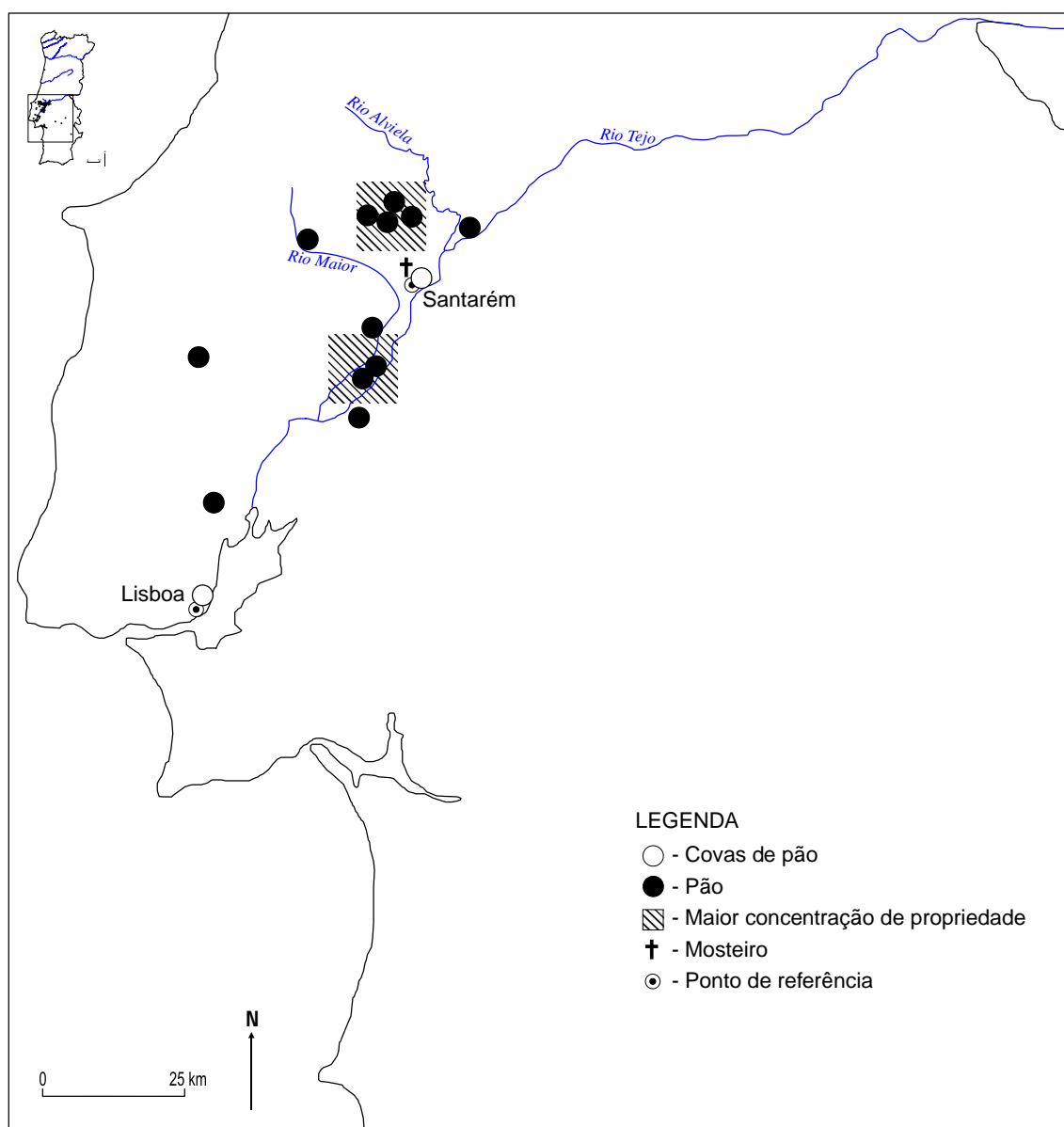
Mapa 9 – Dotação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra em 1283



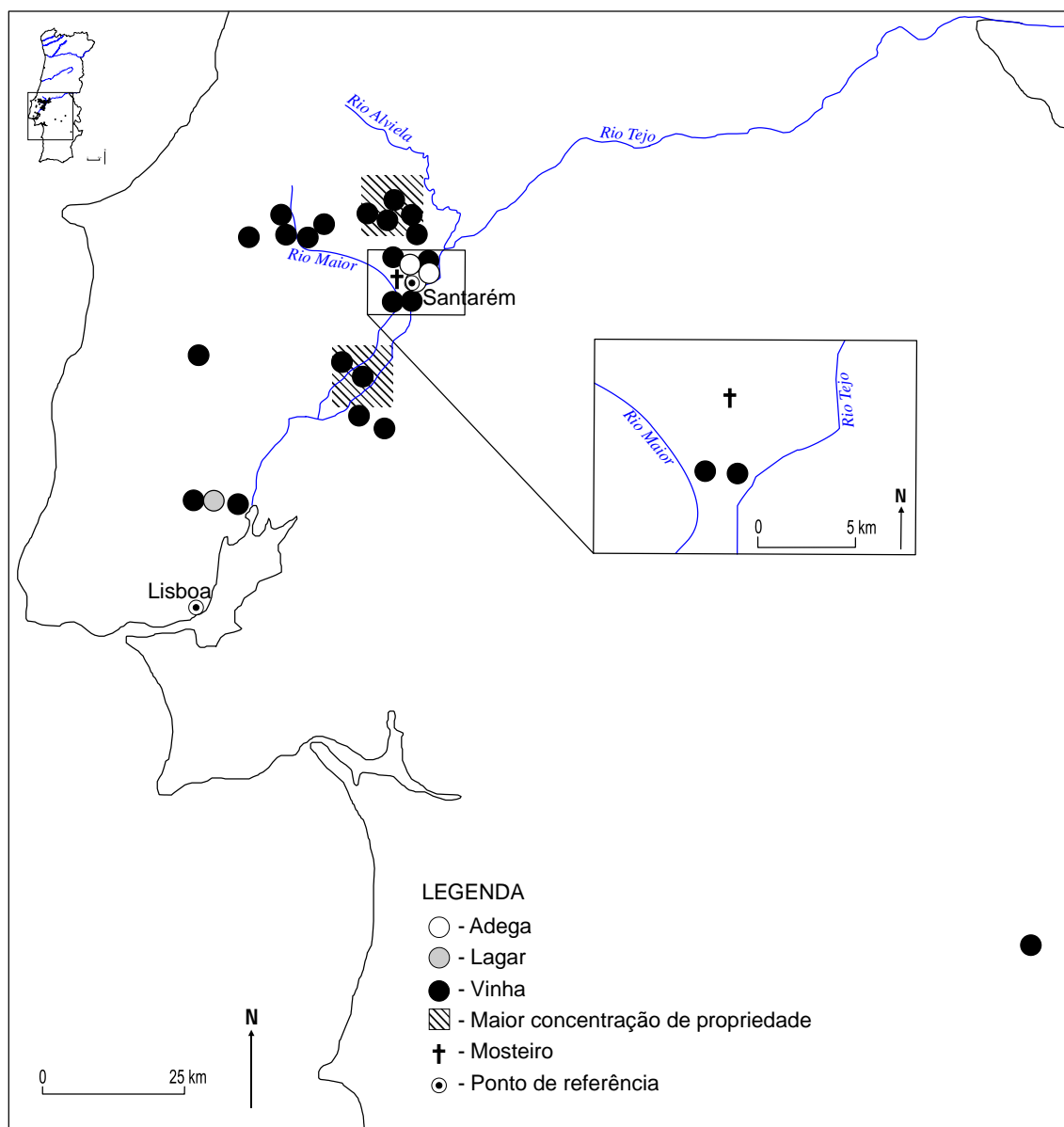
Mapa 11 – As propriedades do Mosteiro de Santarém



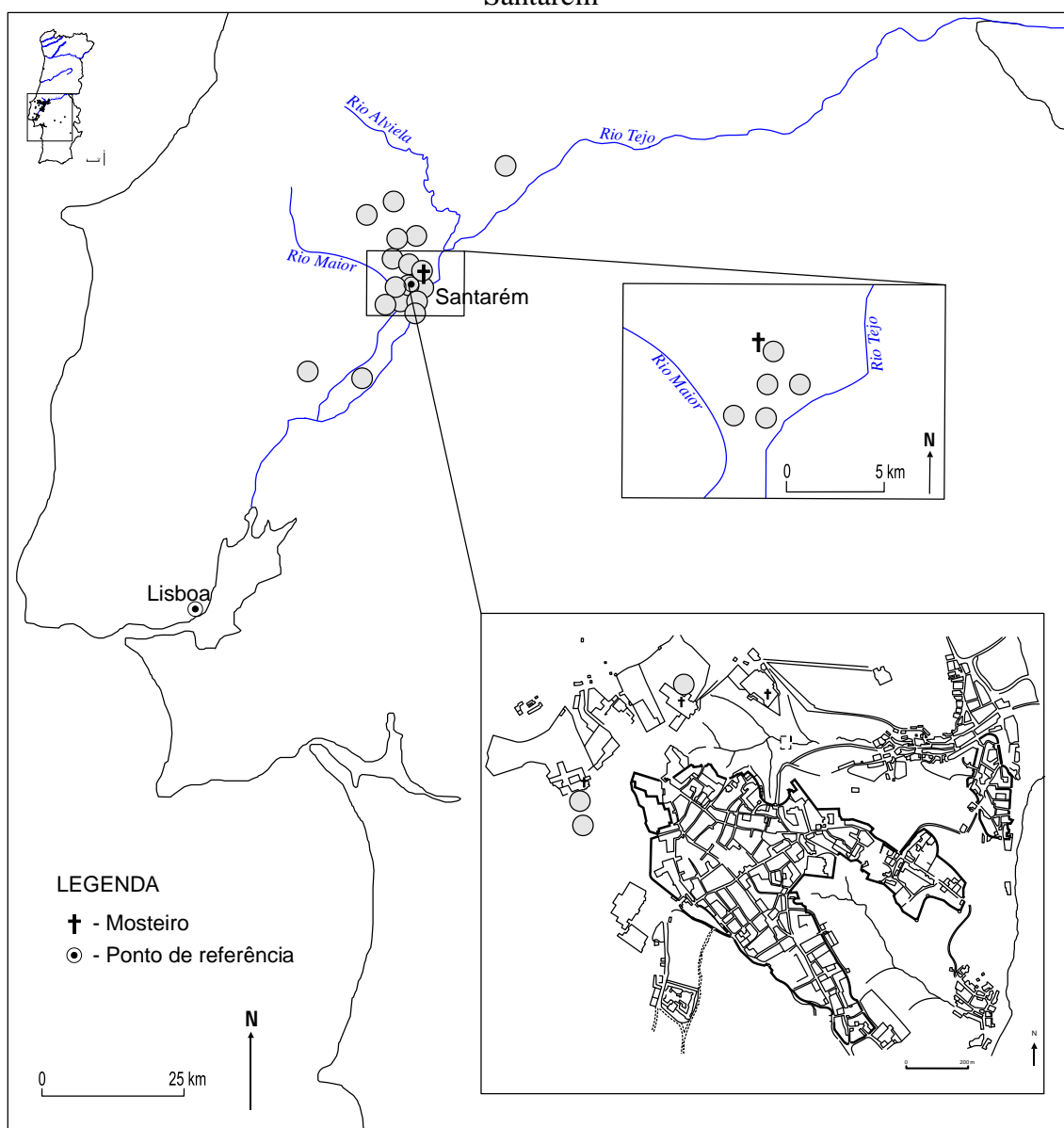
Mapa 12 - Searas e covas do Mosteiro de Santarém



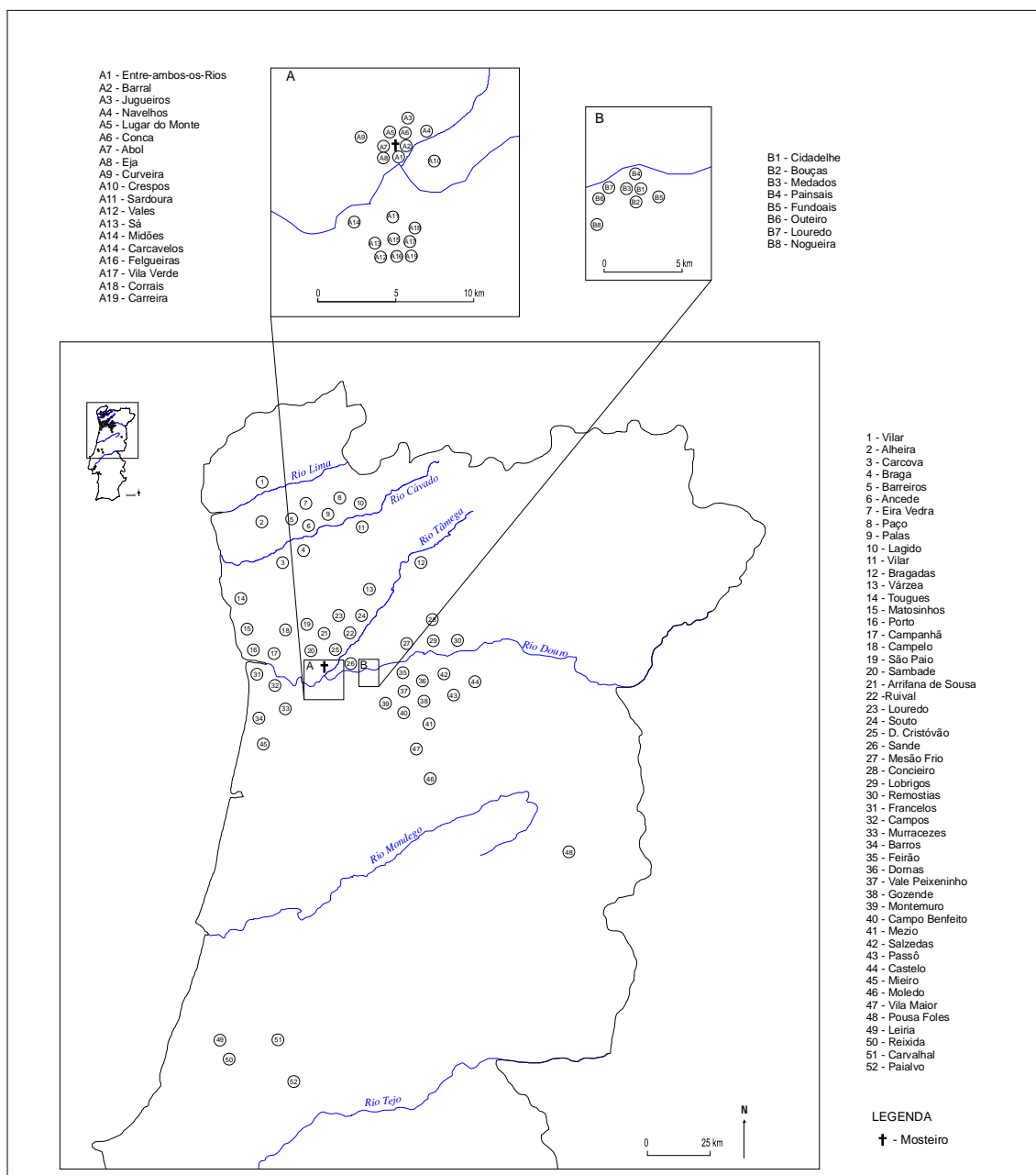
Mapa 13 – Vinhas, lagares e adegas do Mosteiro de Santarém



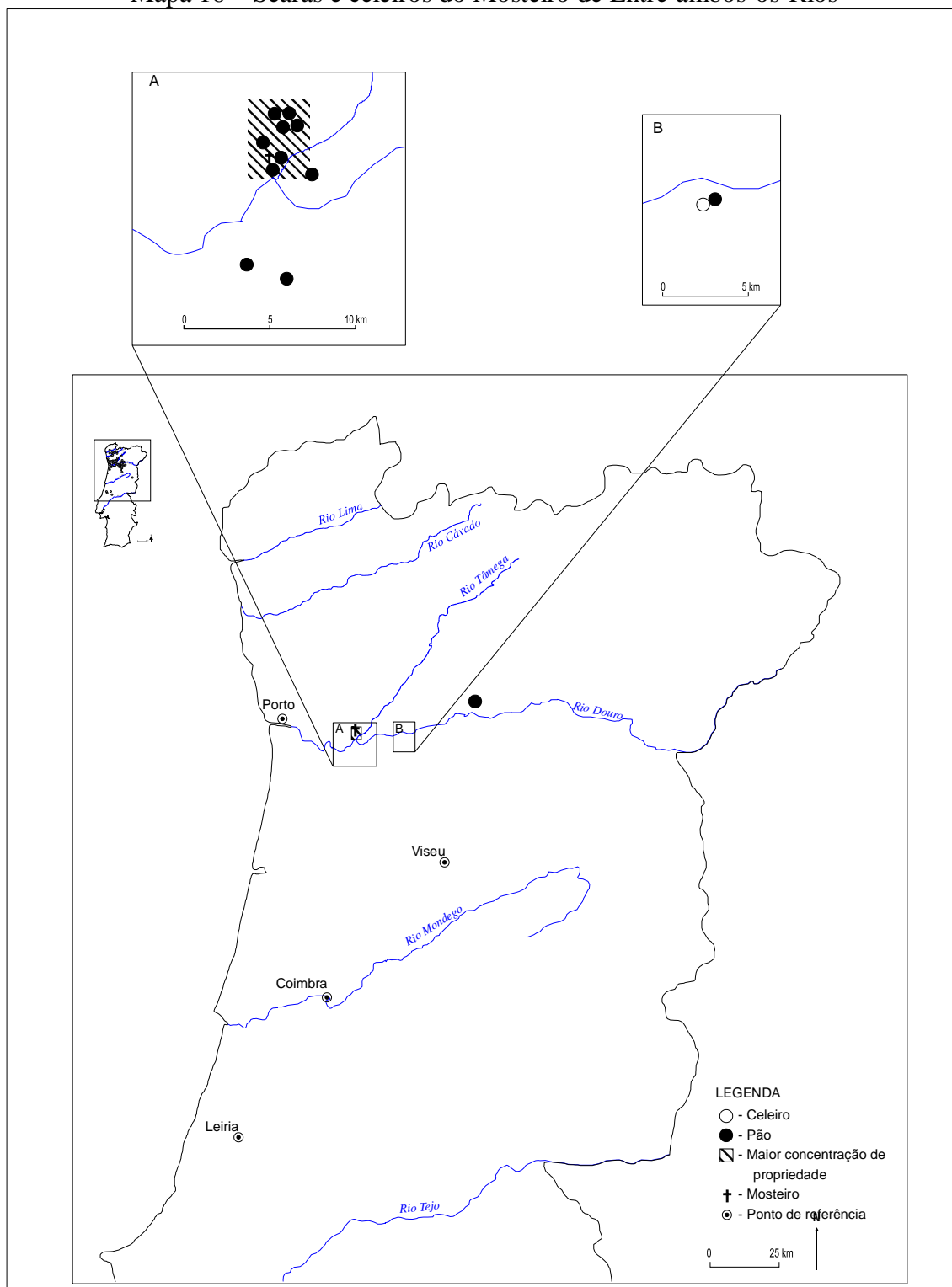
Mapa 14 – Olivais do Mosteiro de Santarém



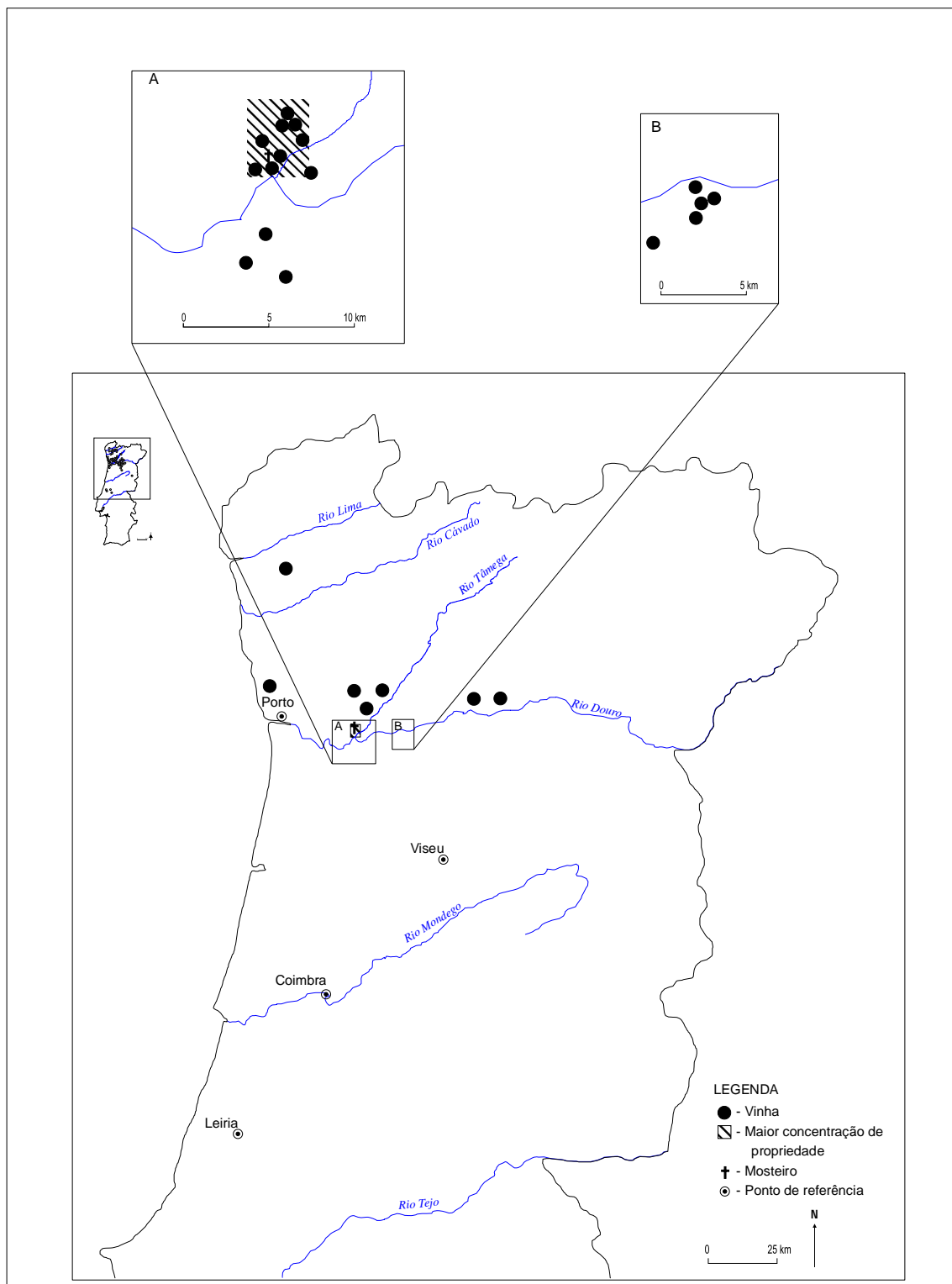
Mapa 15 – As propriedades do Mosteiro de Entre-ambos-os-Rios



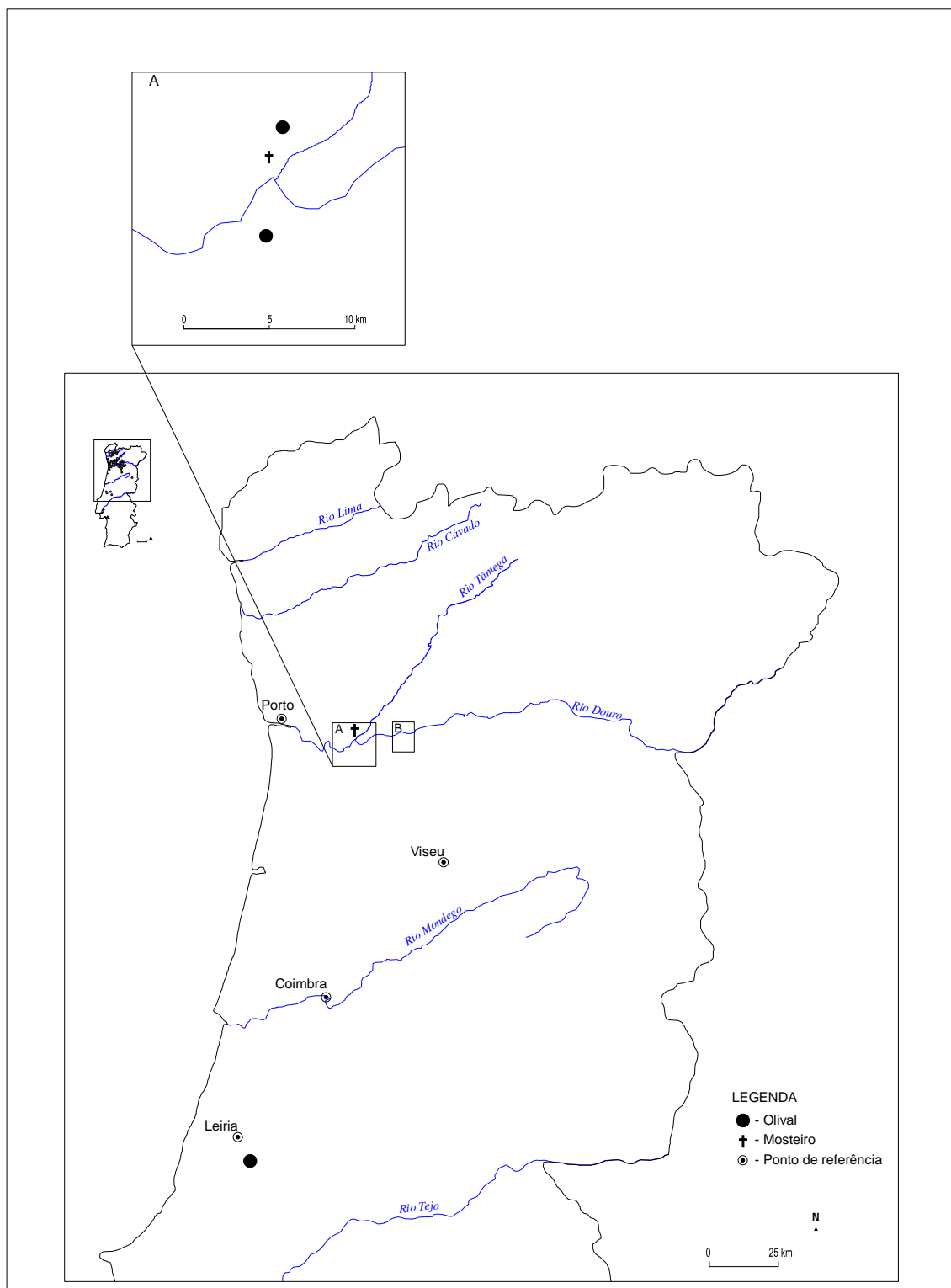
Mapa 16 – Searas e celeiros do Mosteiro de Entre-ambos-os-Rios



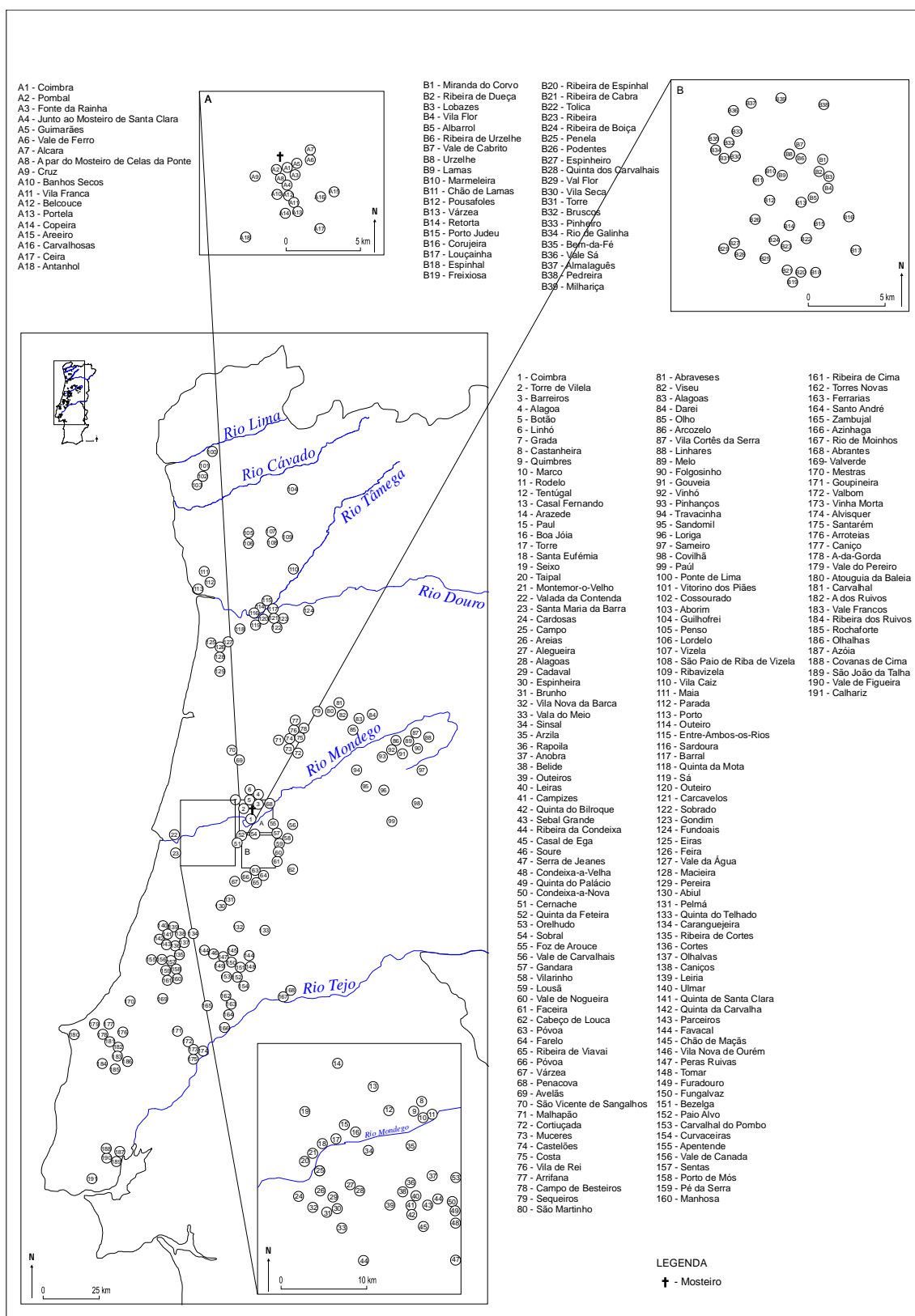
Mapa 17 – Vinhas do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios



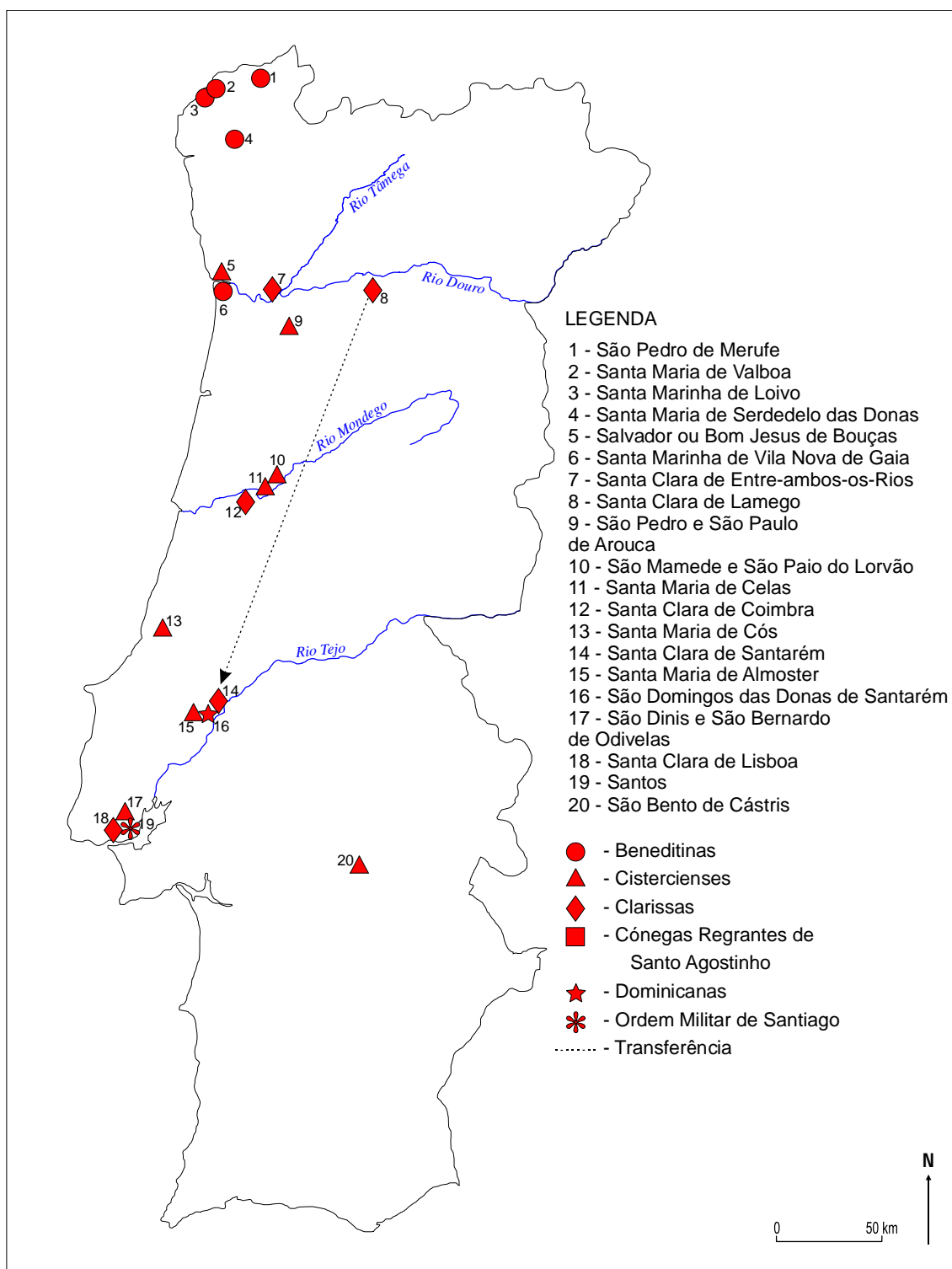
Mapa 18 – Olivais do Mosteiro de Entre-os-Rios



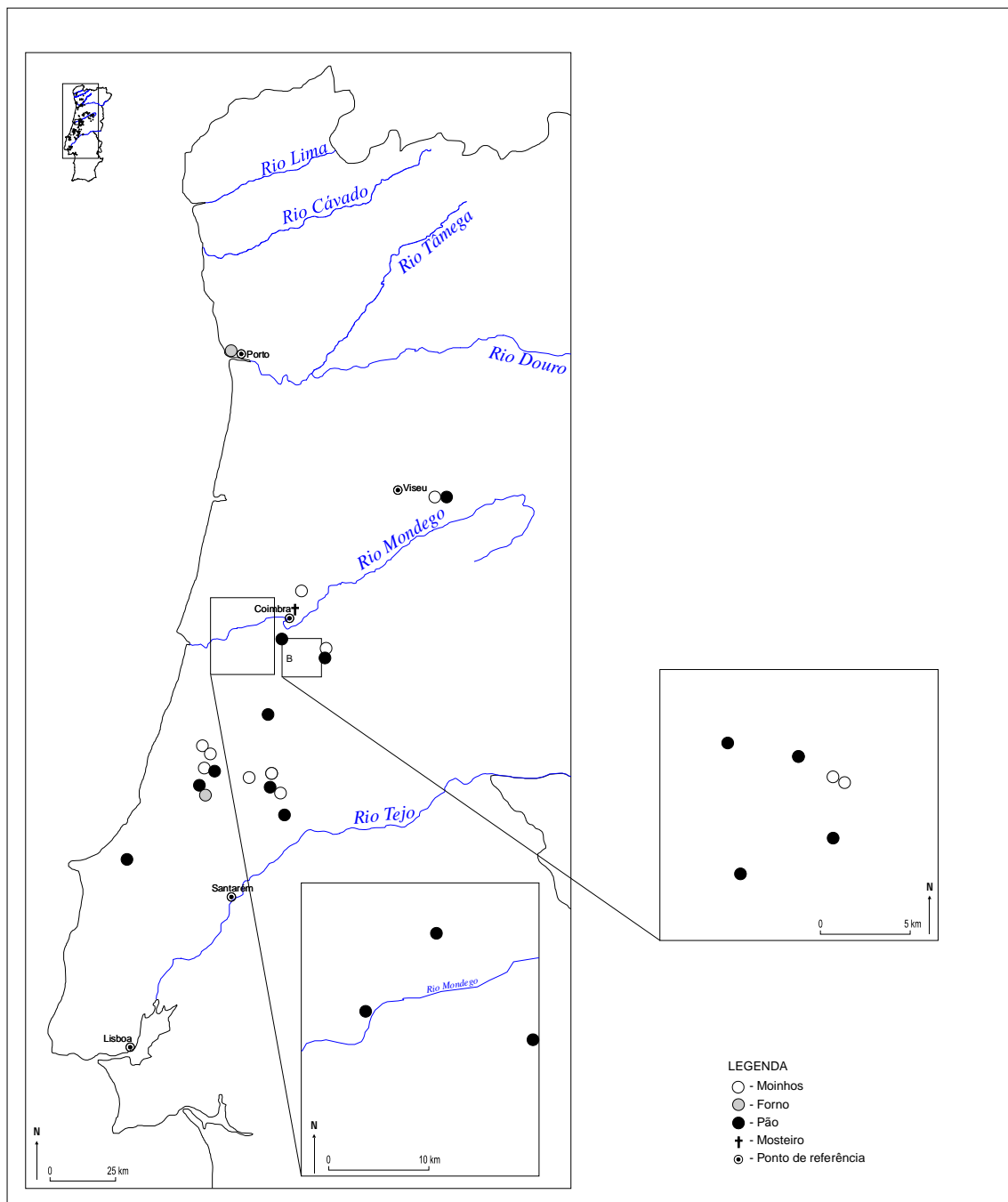
Mapa 19 - As propriedades do Mosteiro de Coimbra



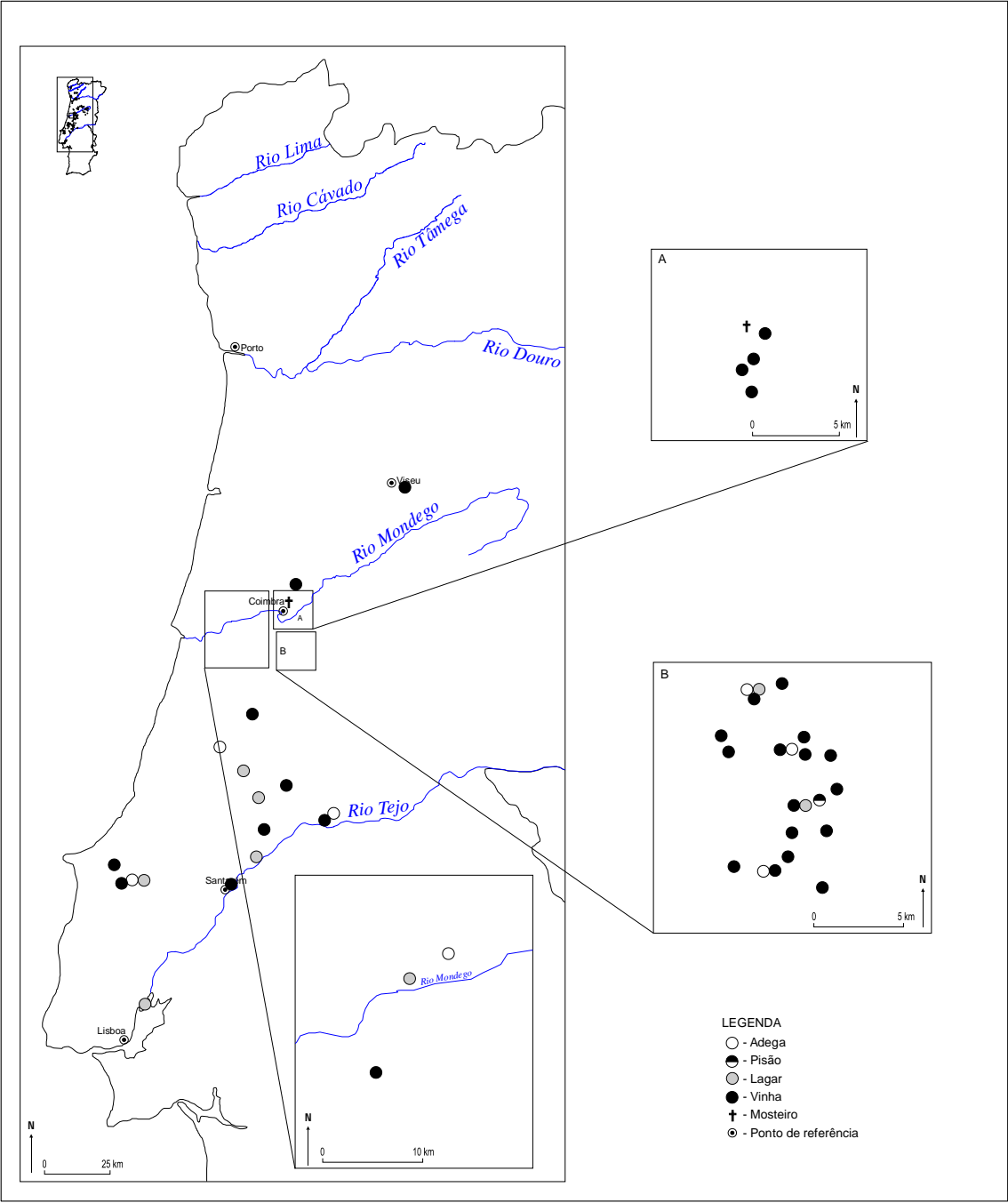
Mapa 2 – Fundações Monástico-Conventuais femininas do século XIII



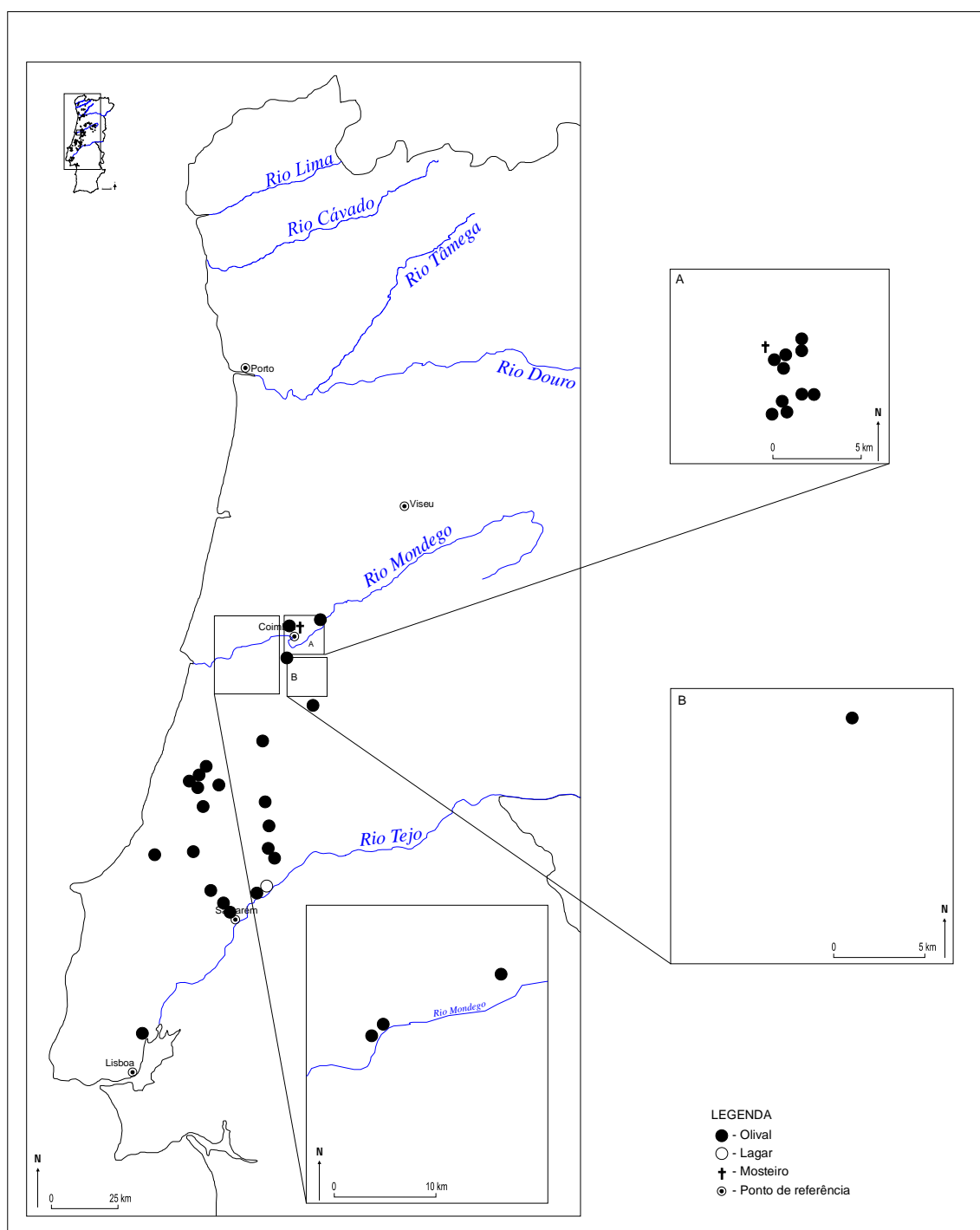
Mapa 20 – Searas, Moinhos e Fornos do Mosteiro de Coimbra



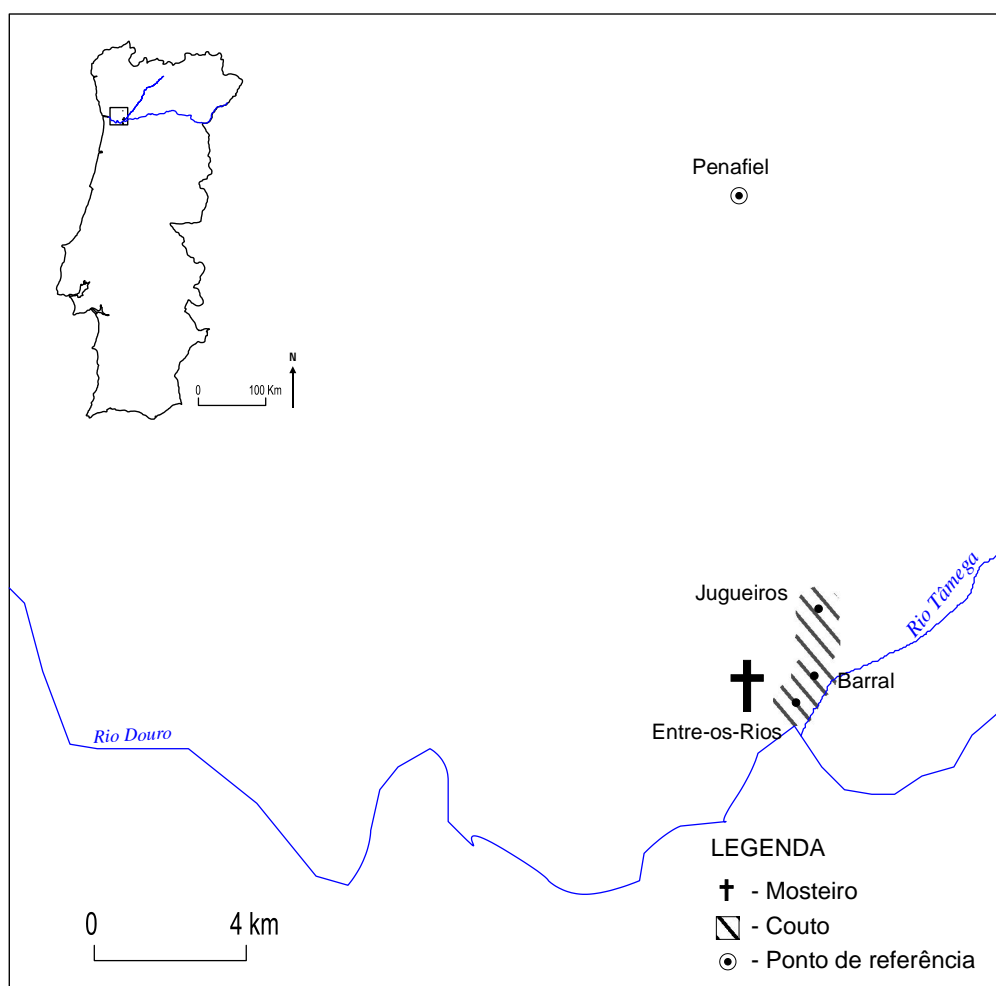
Mapa 21 – Vinhas, lagares e adegas do Mosteiro de Coimbra



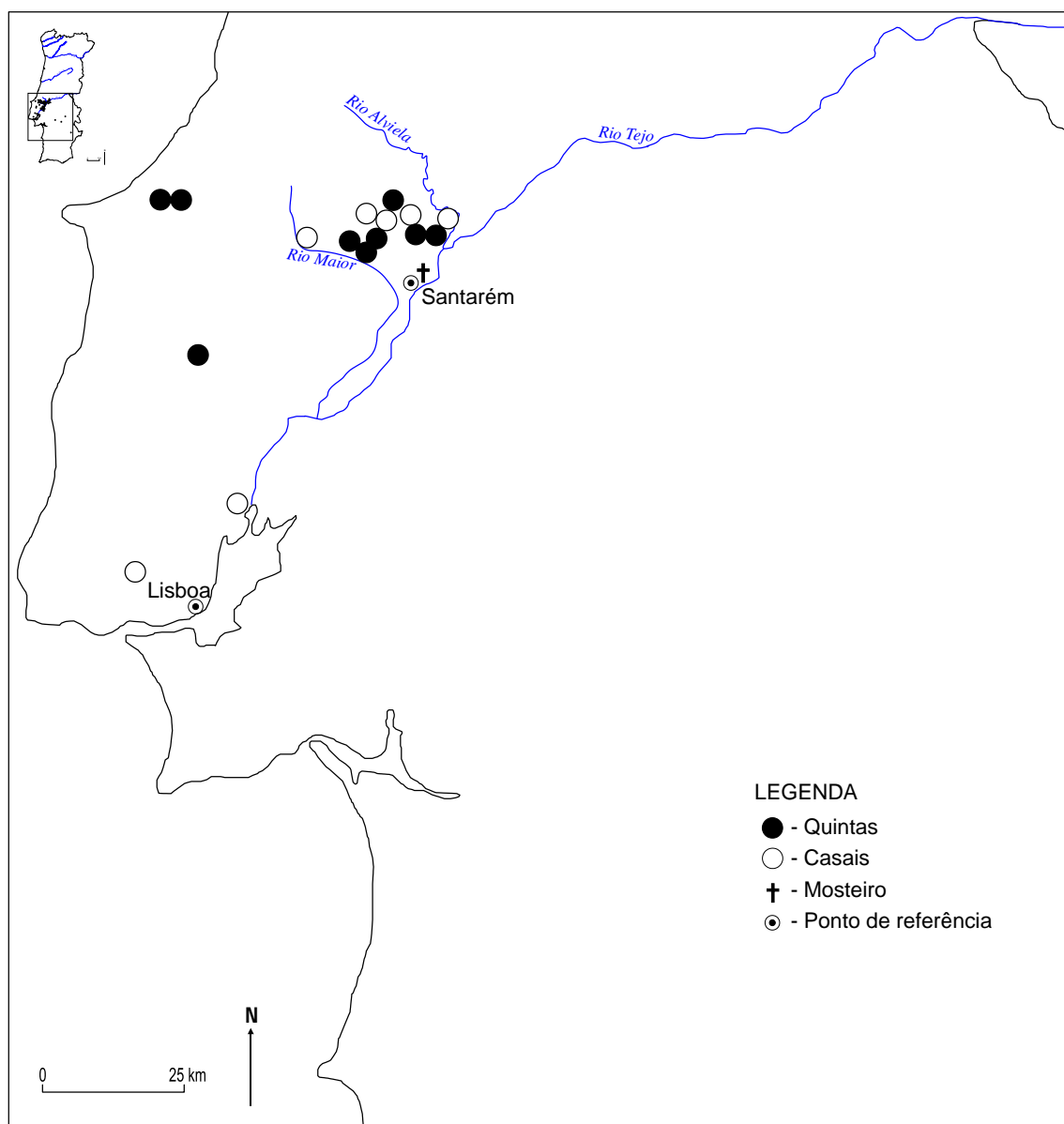
Mapa 22 – Olivais do Mosteiro de Coimbra



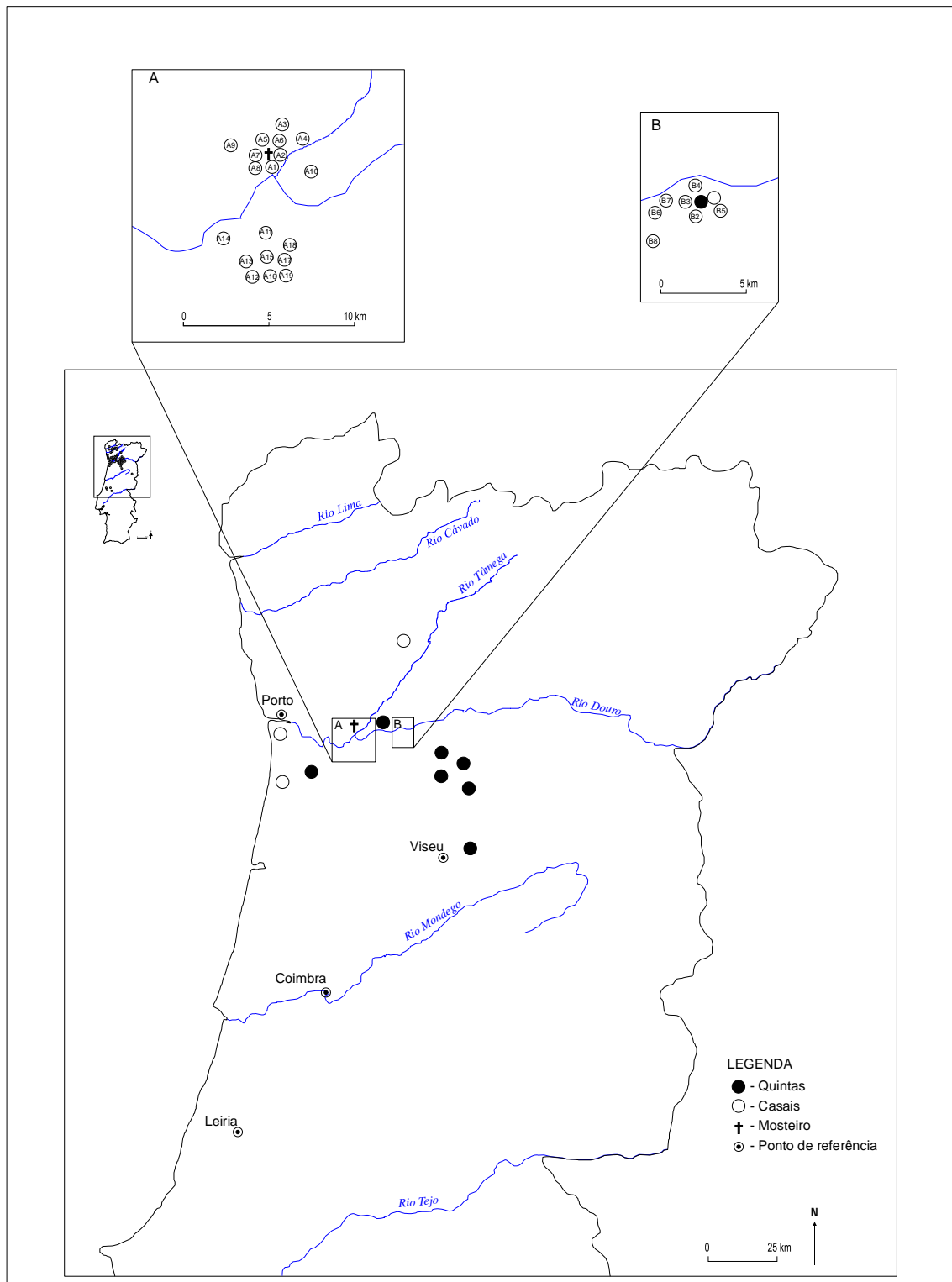
Mapa 23 – O Couto do Mosteiro de Entre-ambos-os-Rios



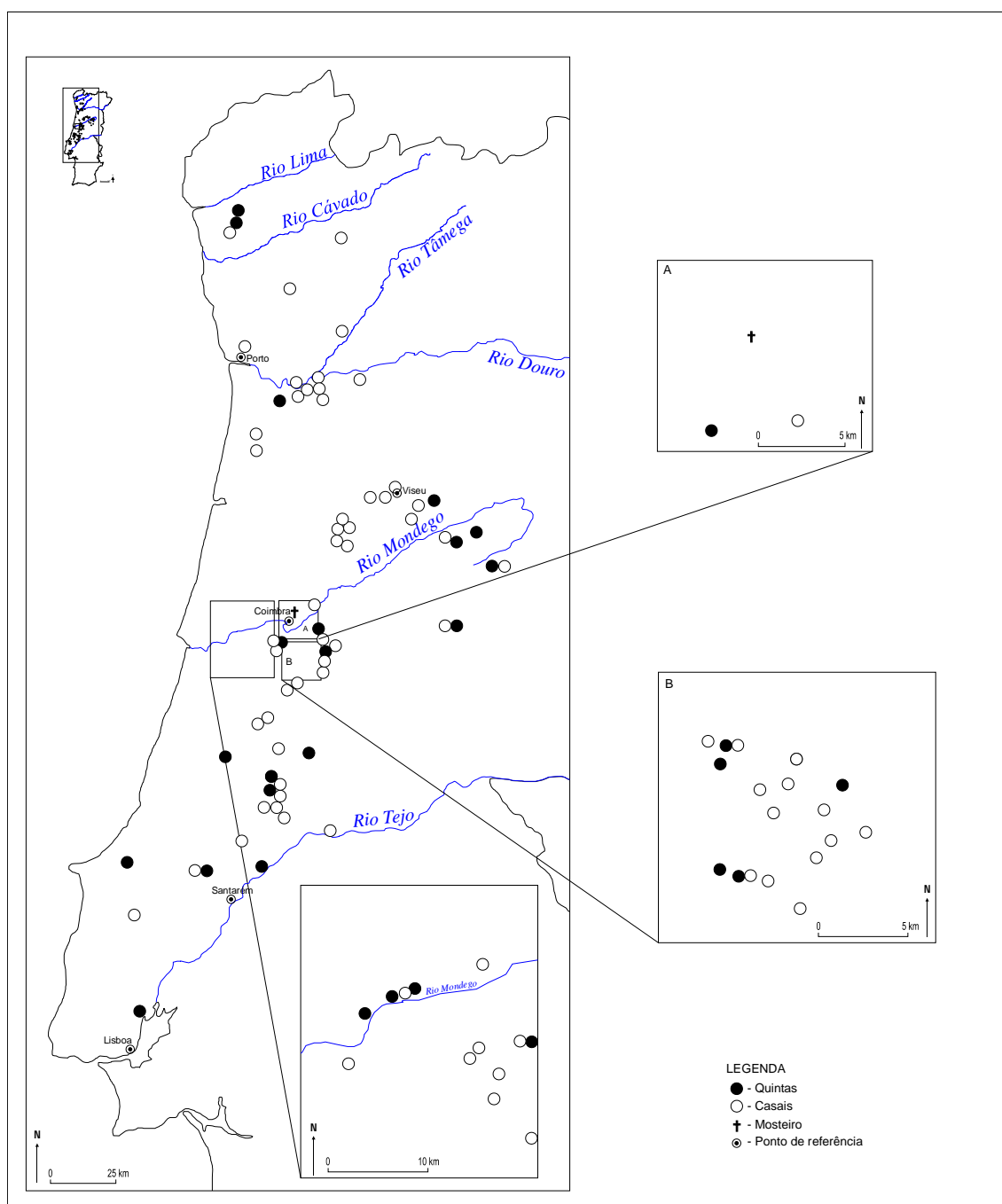
Mapa 24 - Unidades de exploração do Mosteiro de Santarém



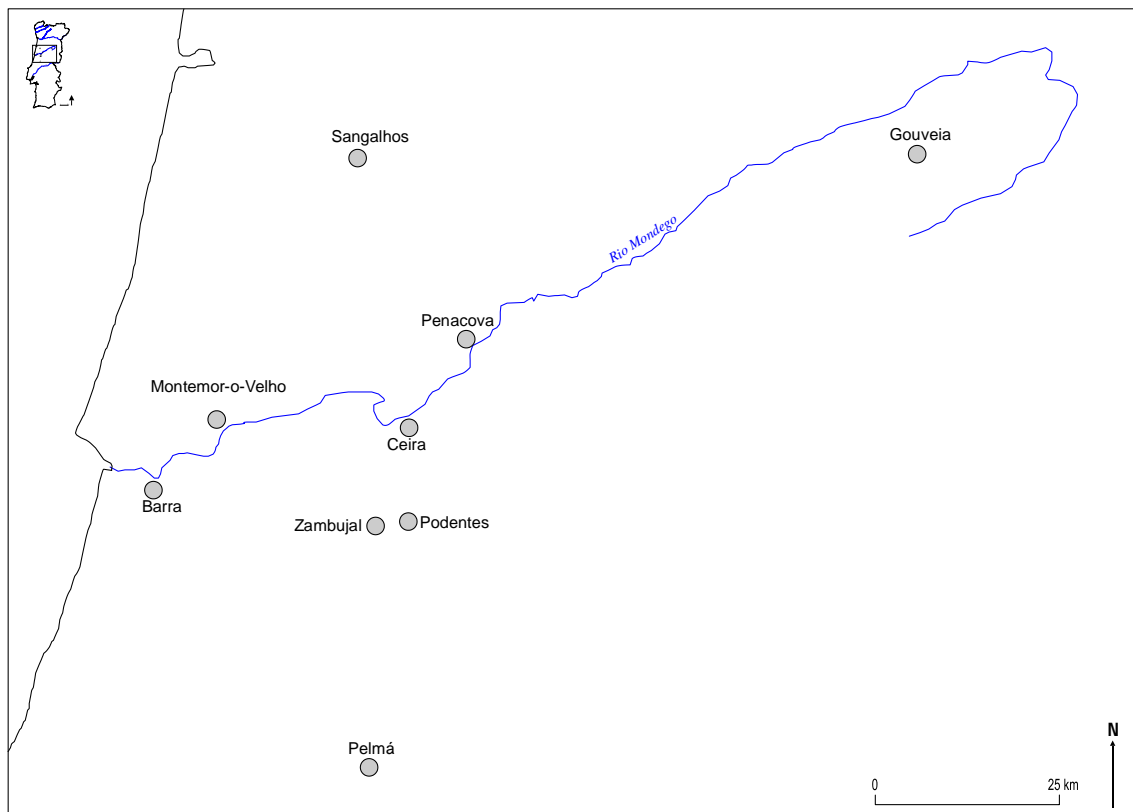
Mapa 25 – Unidades de exploração de Entre-ambos-os-Rios



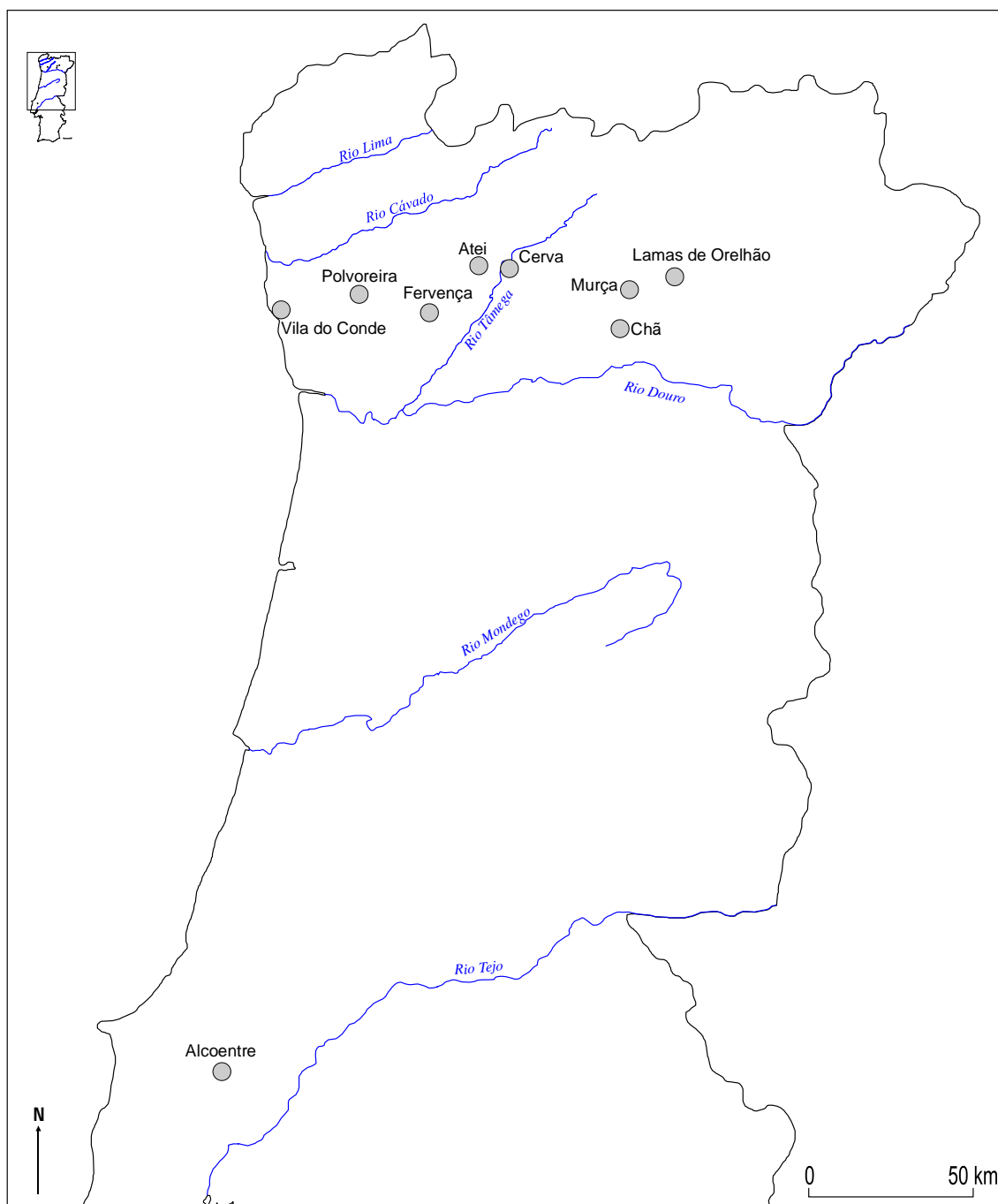
Mapa 26 – Unidades de exploração do Mosteiro de Coimbra



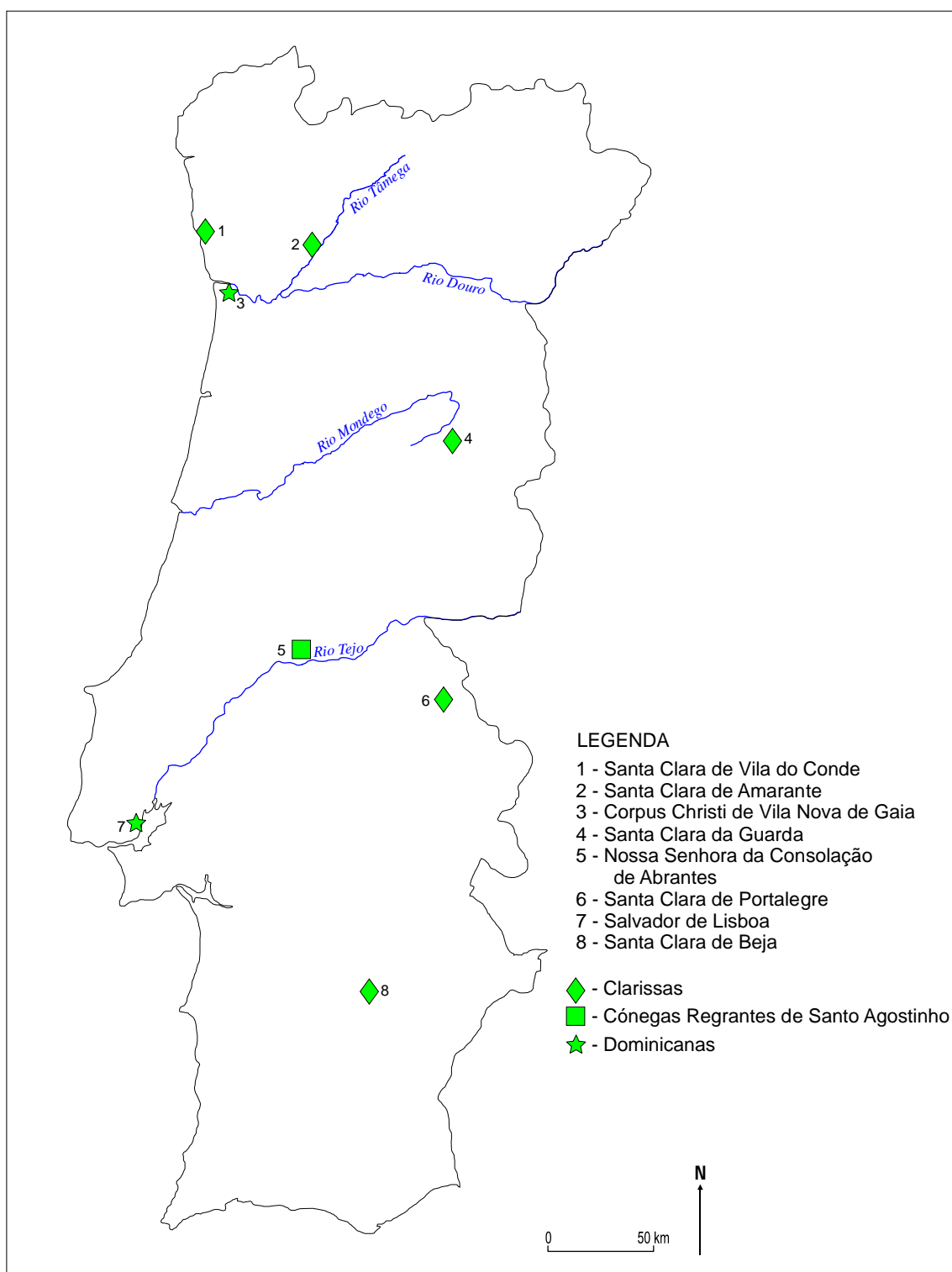
Mapa 27 – Padroados Do mosteiro de Coimbra



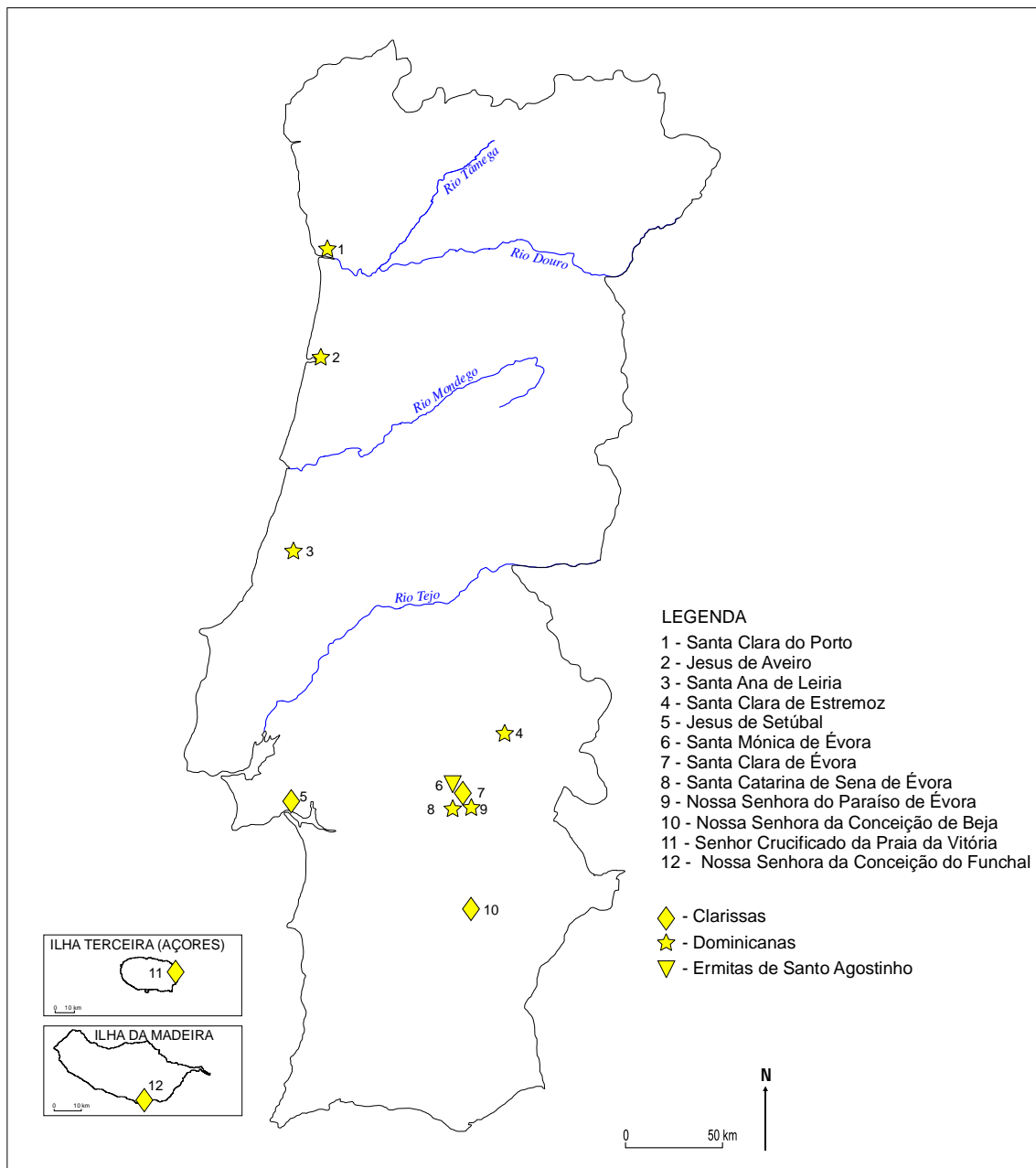
Mapa 28 – Padroados do Mosteiro de Vila do Conde



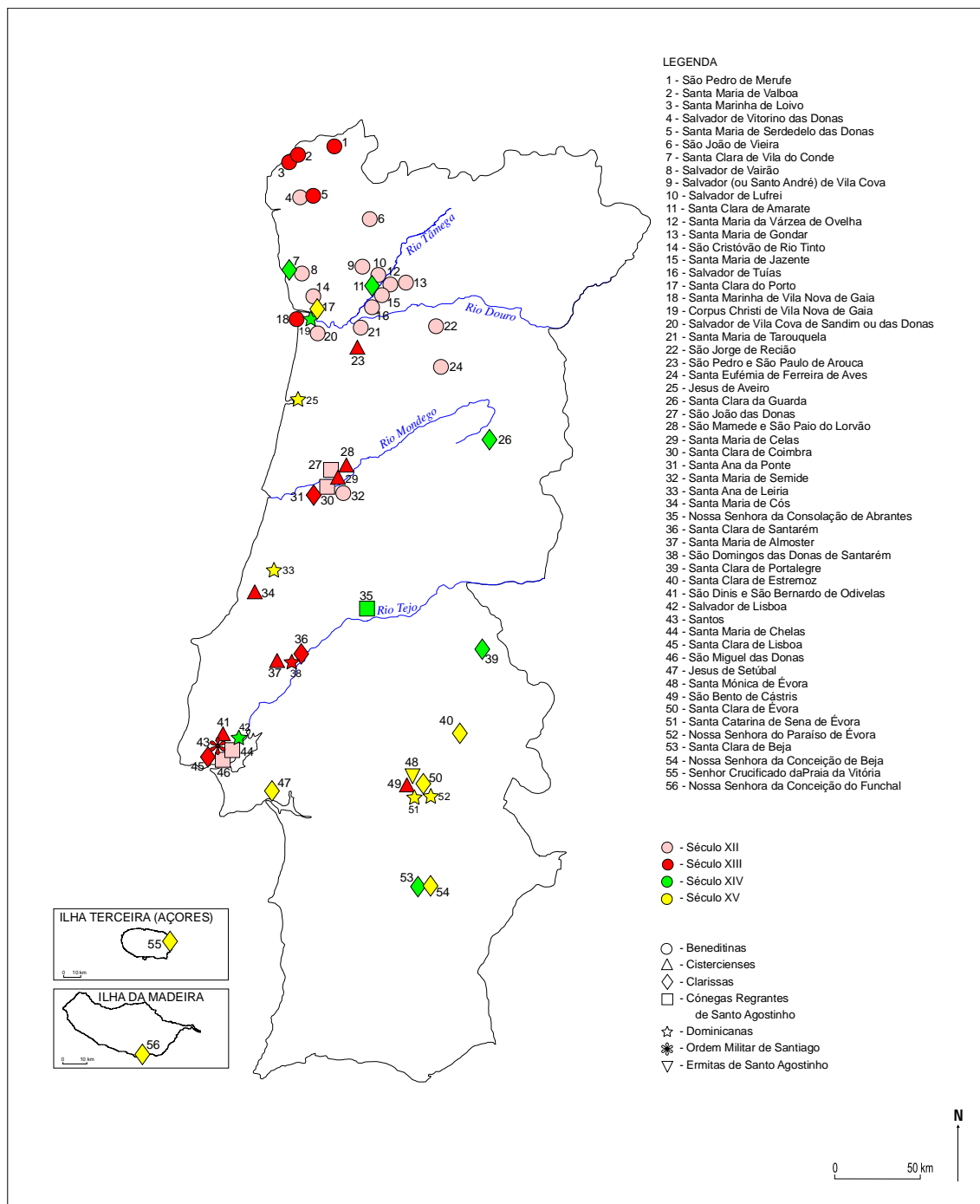
Mapa 3 – Fundações Monástico-Conventuais femininas do século XIV



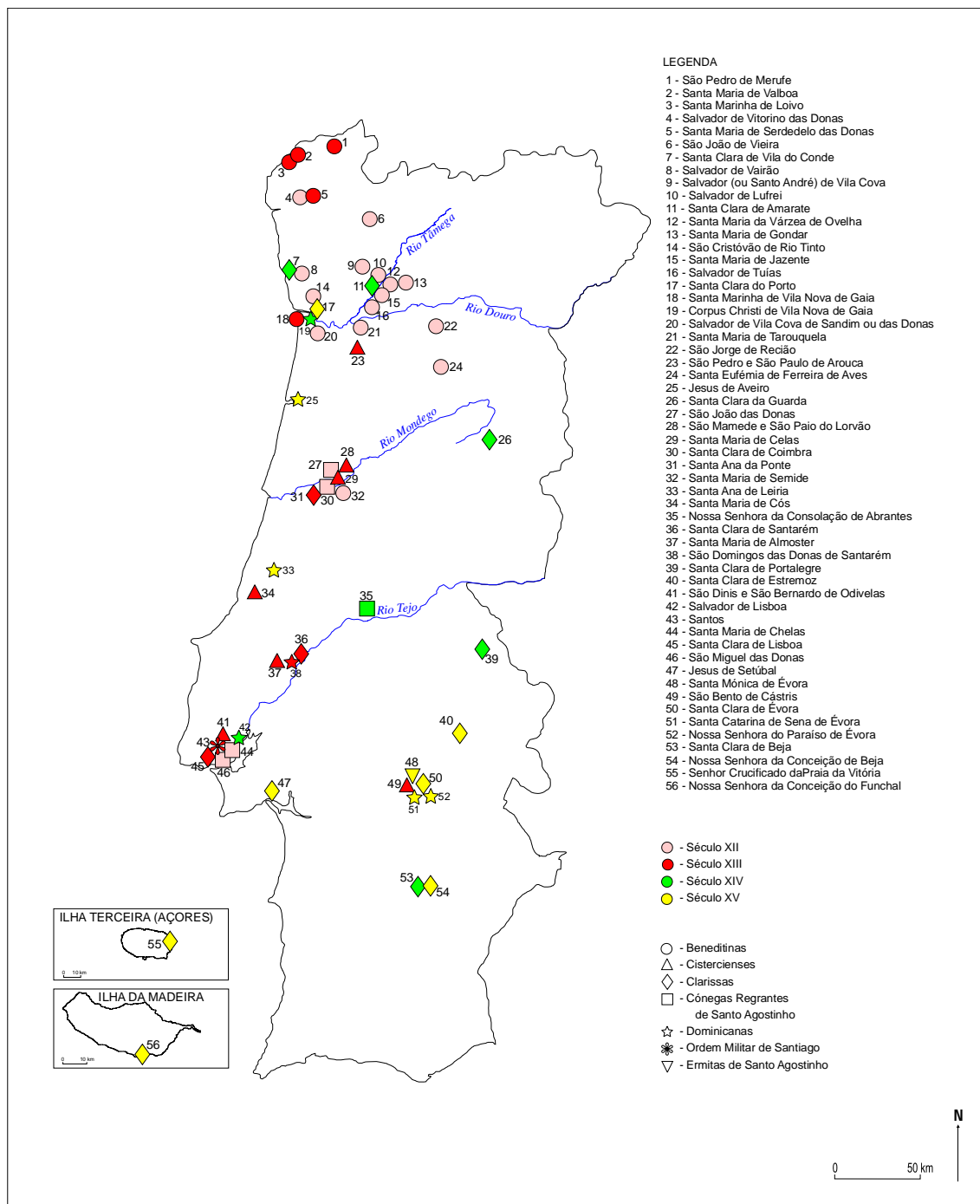
Mapa 4 - Fundações Monástico-Conventuais Femininas do século XV



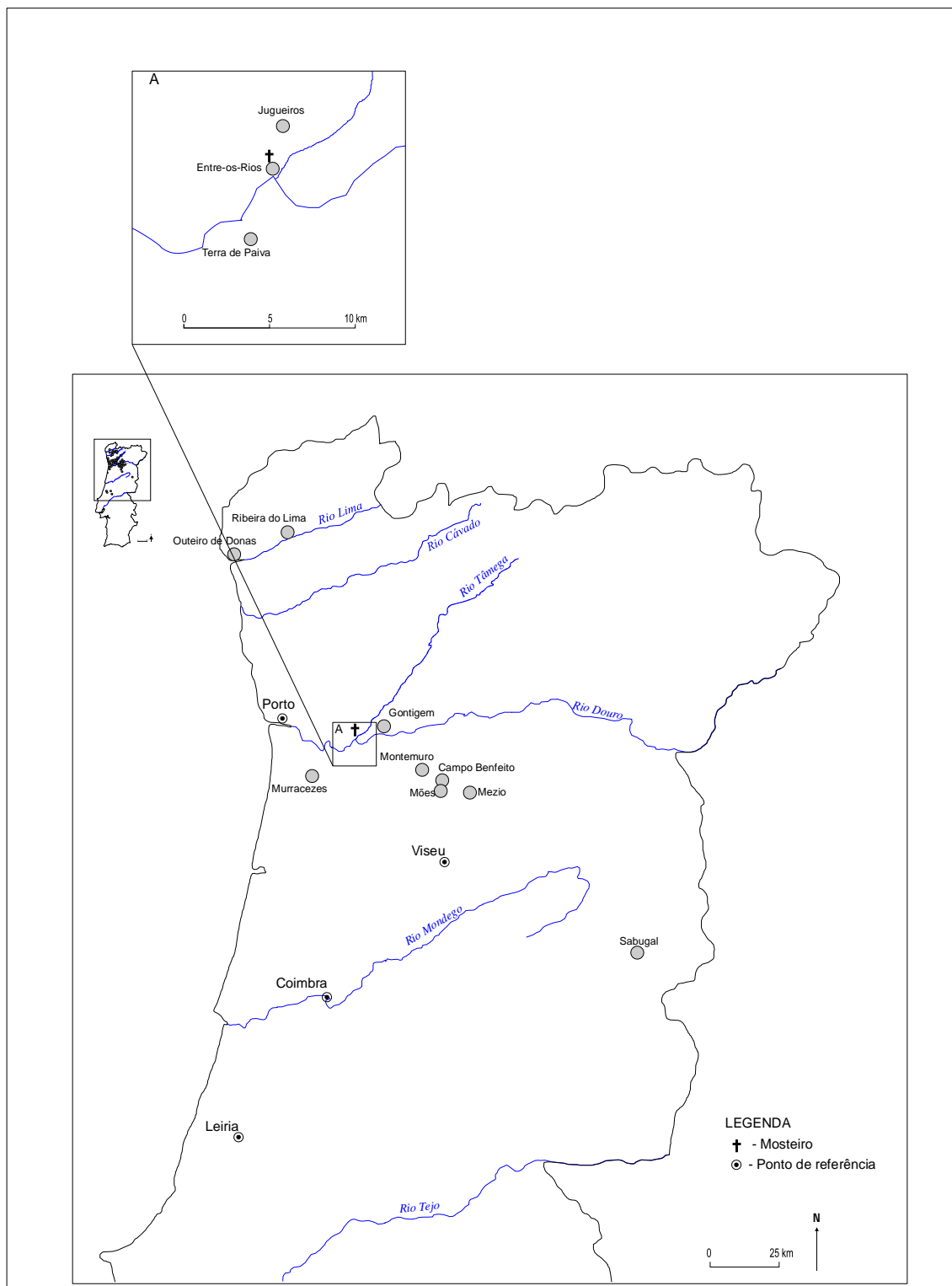
Mapa 5 – As Comunidades Monástico – Conventuais femininas no século XV



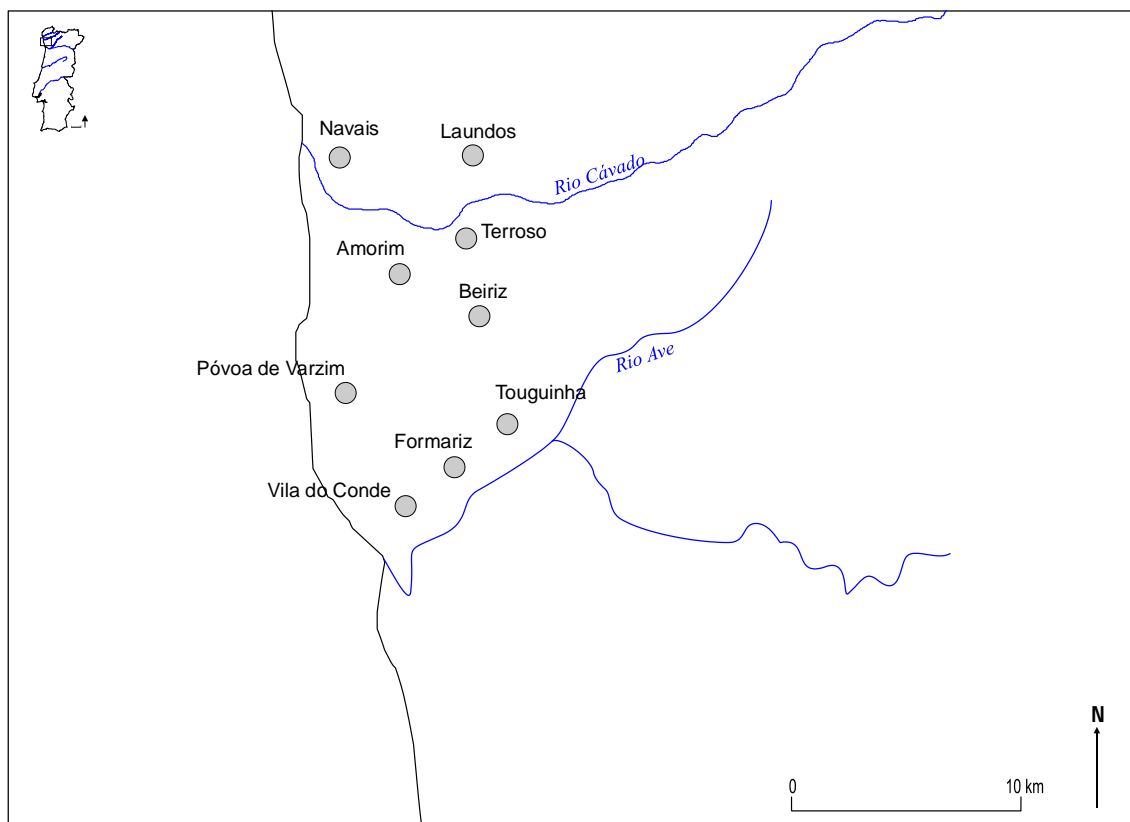
Mapa 5 – As Comunidades Monástico – Conventuais femininas no século XV



Mapa 7 – Bens de raiz do testamento de D. Châmoa
doados ao Mosteiro de Entre-ambos-os-Rios



Mapa 8 – Bens de raiz doados ao Mosteiro de Vila do Conde pelos fundadores



Mapa 9 – Dotação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra em 1283

